



Márcio Sérgio Costa Barbosa

NOVO ESTADO MARCELISTA

(1929-1974)

Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, ramo de Época Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Rui Cunha Martins, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Julho de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

NOVO ESTADO MARCELISTA
(1929-1974)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	Novo Estado Marcelista (1929-1974)
Autor/a	Márcio Sérgio Costa Barbosa
Orientador/a	Professor Doutor Rui Cunha Martins
Identificação do Curso	3º Ciclo em Altos Estudos em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Época Contemporânea
Data	2015



Para minhas mulher e filha. Para Yeshua.

ÍNDICE

RESUMO/ABSTRACT	13
AGRADECIMENTOS	17
TÁBUA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

ANTES DO CONFLITO E DO *PODER*: 1929-1939

I CAPÍTULO – Antes de 1929: nos auspícios da <i>Ordem Nova</i>	35
II CAPÍTULO – 1929-1933: <i>a Conversa será em Família</i>	39
2.1. <i>Sede de Ordem</i> : da ditadura à Constituição de 1933	41
2.2. Equilíbrio Orçamental: <i>o crédito não se mendiga, conquista-se</i>	44
2.3. Momento Económico e Financeiro: <i>otimismo?</i>	47
2.3.1. <i>É preciso não exacerbar o nacionalismo</i>	48
2.3.2. <i>A alarmante participação do Estado na economia</i>	49
2.3.3. Diplomacia económica: a importância das <i>pequenas coisas</i>	51
2.3.4. <i>Ministeriais interesses</i> : tecnocracia, agricultura e reforma agrária	52
2.3.5. <i>A Conferência de Londres</i>	54
2.4. <i>A Hora do Povo</i> na Crise: desemprego e emigração	55
2.4.1. A solução <i>americana</i>	56
2.4.2. A solução <i>portuguesa</i>	57
2.5. Impressões Corporativas: a caminho da sistematização	59
2.5.1. <i>Visão social</i>	60
2.5.2. A defesa do corporativismo: <i>Nacional-sindicalismo</i>	61
2.5.3. O Subsecretariado das Corporações e a Constituição	62
2.6. Europa, Brasil e os <i>Novos Brasis</i>	63
2.6.1. <i>Violoncelo de Briand</i>	63
2.6.2. Da <i>Progressiva autonomia das colónias</i> aos <i>Novos Brasis</i>	64

III CAPÍTULO – 1934-1939: <i>Época de Transição</i>	67
3.1. O <i>Código</i> da crítica	67
3.1.1. O País <i>où le provisoire est roi</i>	67
3.1.2. <i>Renascimento Jurídico e revisionismo inconstitucional</i>	70
3.2. Um regime de <i>negação</i>	72
3.3. África: a queda no mundo	73
3.3.1. A primeira viagem não tem regresso?	73
3.3.2. Por onde começar?	75
3.4. <i>Organização de Todos os Interesses</i>	77
3.4.1. Condicionamento Industrial: novo <i>pombalismo-colbertista</i>	78
3.4.2. <i>Interesse Nacional</i>	79
3.4.3. <i>A Missão do Estado</i>	82
3.5. Viver (n)o Mundo: Alemanha, Espanha e Itália	85
IV CAPÍTULO – O <i>erro</i> corporativo:	
<i>o poder tende sempre a alargar a sua esfera de domínio</i>	89

PARTE II

A PORTA ESTREITA PARA O PODER: CONDICIONANTES

I CAPÍTULO – <i>O exílio de Maquiavel</i>	97
1.1. <i>Poder</i> governar	97
1.1.1. <i>Fazer política</i>	97
1.1.2. Universos (in) compatíveis	99
1.2. Caminhos de Roma	103
1.2.1. A Santa Sé e a <i>tentação do deserto</i>	103
1.2.2. Ordem mundial segundo os <i>desejos do papa</i>	107
1.3. Do <i>sistema</i> à <i>virtude</i>	114
1.3.1. <i>Sistema perfeito e príncipe perfeito</i>	114
1.3.2. <i>Universidade Nova: povo, estado, educação, liberdade e virtude</i>	119
1.4. <i>Mocidade Portuguesa</i>	123

1.4.1.	<i>Ilusão e realidade</i>	123
1.4.2.	<i>Ao serviço do Império</i>	127
1.4.3.	<i>Poderes</i>	131
II CAPÍTULO – <i>Transmissão de poderes de corrupção</i>		137
2.1.	<i>Poderes de corrupção</i>	137
2.1.1.	<i>Perceção do fenómeno</i>	137
2.1.2.	<i>Orientação contra o fenómeno</i>	141
2.2.	<i>Eixo de toda a corrupção organizada?</i>	143
2.2.1.	<i>A organização</i>	143
2.2.2.	<i>O eixo</i>	146
2.3.	<i>Corrupção do Poder Político pelo Poder Económico</i>	154
2.3.1.	<i>Grupos de pressão</i>	154
2.3.2.	<i>Transversalidade sistémico-ideológica do fenómeno</i>	156
2.4.	<i>Aquela Transição</i>	159
2.4.1.	<i>Assim foi mais uma experiência – 1947</i>	160
2.4.2.	<i>Outro processo de trabalho – 1958</i>	164
2.4.3.	<i>Infelizmente, o Marcello é imprescindível</i>	168
III CAPÍTULO – <i>Política ultramarina: (des) integrado – 1958-68</i>		175
3.1.	<i>Daqui que o sigamos e esperamos</i>	175
3.1.1.	<i>Irrevogável</i>	175
3.1.2.	<i>Uma voz crítica</i>	180
3.2.	<i>O milagre da África e o espírito da ONU</i>	185
3.2.1.	<i>Contradições</i>	185
3.2.2.	<i>Situação colonial</i>	187
3.2.3.	<i>Oportunismo semântico (inter) nacional</i>	191
3.2.4.	<i>O maior esforço militar da sua história</i>	199
3.2.4.1.	<i>Antecipação da crise</i>	199
3.2.4.2.	<i>Chamados ao governo</i>	201
3.2.4.3.	<i>Eventual autonomia administrativa</i>	207
3.2.5.	<i>Compôr anamneses: antes do tempo é tarde demais</i>	213

3.2.5.1.	<i>Guiné</i>	214
3.2.5.2.	<i>Plebiscito da política ultramarina</i>	219
3.2.5.3.	<i>Novas formas políticas</i>	221
IV	CAPÍTULO – <i>Regresso: a mecânica daquele tempo – 1958-68</i>	227
4.1.	<i>Tempos modernos: poder(es) e massas</i>	227
4.1.1.	<i>Métodos obliterativos</i>	227
4.1.1.1.	<i>Senhor de Tréville</i>	229
4.1.1.2.	<i>Desculpe a demora</i>	231
4.1.1.3.	<i>Do silêncio</i>	234
4.1.2.	<i>Da Liberdade e do liberalismo</i>	237
4.1.2.1.	<i>O meu liberalismo: autoridade, renovação e continuidade</i>	238
4.1.2.2.	<i>A hora das massas estudantis: democratização do ensino</i>	242
4.2.	<i>Os Ventos e a Rosa</i>	247
4.2.1.	<i>Justa Censura em Bruxelas</i>	247
4.2.2.	<i>Luta pelo poder: Leste – Oeste</i>	250
4.2.3.	<i>Os irresponsáveis americanos – killing them softly</i>	253
4.2.4.	<i>Tempo, transição e boa vizinhança: a aliança ímpia</i>	260
4.2.5.	<i>Os fiéis (fora) da balança</i>	265
4.2.6.	<i>Il modello italiano</i>	270
 PARTE III NO PODER 		
I	CAPÍTULO – <i>Geração Estado Social: a primeira eleição – 1969</i>	275
1.1.	<i>Revolução marcelista?</i>	275
1.1.1.	<i>Situação revolucionária, revolução, reforma e transição</i>	275
1.1.2.	<i>O verdadeiro artista político</i>	282
1.1.3.	<i>Aliança do médio prazo</i>	287
1.1.4.	<i>Entre (o)posições: o temor de republicanos e situacionistas</i>	291
1.1.5.	<i>Consciência nacional</i>	298
1.1.6.	<i>O sentido das pequenas coisas: diário do governo</i>	306

1.2. <i>Ganhá-las bem</i>	314
1.2.1. <i>Realidade compósita</i>	314
1.2.2. <i>A solidão de Marcello e os cancros sociais (PIDE, Censura, Legião)</i>	316
1.2.3. <i>Máquinas de campanha</i>	324
1.2.3.1. <i>Informa: a encomenda oficiosa</i>	324
1.2.3.2. <i>Desmantelada: a velha UN</i>	326
1.2.3.3. <i>Golpe de Estado: o homem a abater à direita e à esquerda?</i>	330
1.2.4. <i>Renovação de pessoal político:</i>	
<i>a formar para altas responsabilidades</i>	332
1.2.4.1. <i>Critérios: eliminar a corrupção?</i>	332
1.2.4.2. <i>Dosagem: para um regime progressivo?</i>	335
1.2.4.3. <i>Algo novo: fazer (in) amigos?</i>	338
1.2.4.4. <i>A Lista de Caetano:</i>	
<i>tese de uma forma democrática de governo?</i>	345
1.2.5. <i>Sobre a campanha</i>	351
1.2.5.1. <i>Recomendações: o futuro</i>	351
1.2.5.2. <i>Questão de Coimbra e maioria silenciosa</i>	354
1.2.5.3. <i>Estratégia da tensão</i>	358
1.3. <i>Até parecia um país habituado a votar</i>	364
1.3.1. <i>Falência estrondosa</i>	364
1.3.2. <i>Recenseamento e abstenção</i>	366
1.3.3. <i>Ecos da vitória: constituição e corporativismo</i>	371
1.3.4. <i>O teste da primeira mudança?</i>	374
II CAPÍTULO – Ministério das Colónias: 1944/45	379
2.1. <i>A forma concreta da ideia</i>	379
2.1.1. <i>Um magnífico pós-guerra?</i>	380
2.1.2. <i>Realidade corporativa</i>	393
2.1.2.1. <i>A ideia corporativa e a virtude dos homens</i>	393
2.1.2.2. <i>Organismos de Coordenação Económica:</i>	
<i>sementes de corrupção</i>	395
2.1.2.3. <i>Simplificar e organizar: reação às primeiras medidas</i>	400
2.1.2.4. <i>A caminho de África: ação e objetivos</i>	403

2.1.2.5.	<i>Coordenação Económica em África:</i>	
	<i>exploradores e explorados</i>	404
2.1.2.5.1.	<i>A corrupção do sistema produtivo</i>	404
2.1.2.5.2.	<i>A situação do indígena: verdadeira escravatura</i>	408
2.1.2.5.3.	<i>Comparação com o Congo belga</i>	414
2.1.2.5.4.	<i>Confirmação oficial: Angola</i>	416
2.1.2.6.	<i>Contra a corrupção do sistema: diário do governo</i>	418
2.1.3.	<i>Viagem de Marcello a África – 1945</i>	423
2.1.3.1.	<i>Enquadramento</i>	423
2.1.3.2.	<i>O problema missionário – a antítese</i>	425
2.1.3.2.1.	<i>Missões católicas: decadentes</i>	426
2.1.3.2.2.	<i>Missões protestantes/evangélicas: as melhores</i>	429
2.1.3.3.	<i>Análise comparativa da primeira impressão:</i>	
	<i>Angola e Moçambique</i>	431
2.1.3.4.	<i>Administração colonial</i>	432
2.1.3.4.1.	<i>Organização, serviços, equipamentos</i>	432
2.1.3.4.2.	<i>Saúde e educação</i>	435
2.1.3.5.	<i>Unidades produtivas: resistências e indigenato</i>	439
2.1.3.6.	<i>A origem (anti) sistémica do mal: cultura e carácter</i>	442
III CAPÍTULO – <i>Do Ministério das Colónias para o Governo: 1946/47 – 1970/74</i>		445
3.1.	<i>Confrontos estruturais</i>	445
3.1.1.	<i>A mentira do país católico</i>	445
3.1.1.1.	<i>Acordo Missionário: nem nacional, nem missionário?</i>	445
3.1.1.2.	<i>Da boa vontade ao confronto</i>	447
3.1.1.3.	<i>Treino enorme de hipocrisia</i>	451
3.1.1.4.	<i>Do ecumenismo à revisão constitucional</i>	457
3.1.1.4.1.	<i>Quem não é por nós</i>	457
3.1.1.4.2.	<i>De Machava a Genève: a ecumenização do interesse?</i>	464
3.1.2.	<i>A mentira da Nação Corporativa</i>	469
3.1.2.1.	<i>Conflito interministerial</i>	469
3.1.2.2.	<i>Se todas as sociedades fossem bem administradas</i>	472
3.1.2.3.	<i>O lugar do indígena nos modelos económico-sociais europeus</i>	475

3.1.2.4.	Obsessão ideológica e secundarização económica: o problema dos quadros	483
3.1.2.5.	<i>Axioma de política colonial: Futuro e Plano de Fomento</i>	486
3.1.2.6.	Do condicionamento à revisão constitucional	488
3.1.2.6.1.	<i>Ao ataque</i>	488
3.1.2.6.2.	<i>O cimento da rutura</i>	493
3.1.3.	<i>A mentira do país uno</i>	504
3.1.3.1.	Confronto militar: ação psicológica e regionalização da <i>tropa</i>	504
3.1.3.2.	<i>Imperialismo ou cooperação?</i>	511
3.1.3.3.	Caminho político da Índia	513
3.1.3.4.	<i>No sentido da independência de Angola e Moçambique</i>	518
3.1.3.5.	O erro fatal: caso malaio	524
3.1.3.6.	Do integracionismo à revisão constitucional	529
3.1.3.6.1.	O argumento económico	529
3.1.3.6.2.	A <i>integração</i> de todas críticas	538
3.1.3.6.2.1.	<i>Medos</i>	538
3.1.3.6.2.2.	<i>(Im)possibilidade(s)</i>	551
3.1.3.6.2.3.	<i>Apego ao poder</i>	558
IV	CAPÍTULO – <i>Novo Estado Social</i>	575
4.1.	<i>Nova Ordem</i>	575
4.1.1.	<i>(In)governabilidade global:</i> <i>crise, austeridade, economia e democracia</i>	575
4.1.2.	<i>Dualidades: duas liberdades, dois partidos, duas eleições</i>	584
4.1.3.	<i>Estado Social: trabalho, assistência, SNS(S)</i>	600
4.1.4.	<i>O capital da frustração: transição política e regulação económica</i>	610
4.1.5.	<i>Curso: planeamento, integração, energia, TAP e Sines</i>	621
	CONCLUSÃO	639
	DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	647

RESUMO

A presente tese de doutoramento tem como objeto de estudo Marcello Caetano (MC) e o Novo Estado marcelista, enquanto reprodução do regime instituído com a Constituição de 1933 distinta do Estado Novo salazarista. Um vasto leque de questões, tais como saber porque pode falhar uma experiência de restauração de “funcionalidade” num sistema até aí “disfuncional”, mas “bem-sucedido”, bem como saber porque é que o agente político central se “arruinou” face a forças, grupos e poderes díspares ou mesmo contraditórios, justificam uma análise historiográfica contextualizada quer por uma interpretação do projeto socio-político-económico marcelista e da relação entre MC, os itinerários do Estado Novo, os problemas fundamentais do seu tempo histórico, os poderes ou grupos de poder e a análise crítica da evolução do contexto internacional, quer por uma abordagem (obrigatória e necessariamente crítica) interior, a partir do próprio MC e do marcelismo, nas suas múltiplas vertentes e vicissitudes.

Focamos a nossa análise em três pontos. Primeiramente contextualiza-se o período da juventude, até 1929, quando MC começou a colaborar com o chefe da “Situação”. De seguida, procuramos decompor o pensamento de MC segundo a sua mundividência e não tanto reconstruir uma versão precoce e sistematizada do seu pensamento. Examinamos, com particular detalhe, as suas posições e pontos de vista sobre a construção e evolução do regime, bem em relação ao seu tempo. Procura-se também enquadrar o seu pensamento no contexto internacional, avaliando-se o impacto dos principais acontecimentos na formação política e intelectual de MC até 1939. Uma vez que a experiência do poder, aliada ao acontecimento mais relevante do século XX, constituem um fator de transformação que desaconselha a mobilização apressada de posições de fases temporalmente muito distantes.

Em seguida, examina-se detalhadamente a forma como MC se foi posicionando no seio do regime até 1968, convocando-se todas as abordagens, além da política, que a documentação permita. Descodificam-se todos os elementos de conflitualidade entre MC e as individualidades, instituições, grupos ou estruturas de poder permeabilizados pelo regime. Averigua-se em que medida a passagem pela Mocidade Portuguesa (MP) determinou as relações para o futuro. Aprofunda-se a noção de “poder” no pensamento de MC e, sobretudo, como se caracterizou o primeiro contacto com os “poderes” e como se processou a saída de MC das pastas das Colónias (1947) e da Presidência (1958). Decompõe-se também a chamada “travessia do deserto” (1958-68), indagando as suas causas e consequências, com destaque

para a complexa questão ultramarina. Aprofunda-se o seu posicionamento em relação à configuração internacional e às principais potências e às problemáticas centrais desse período no mundo ocidental, o futuro do liberalismo e do conceito de liberdade, bem como os processos de instrumentalização destes e doutros conceitos nucleares.

Finalmente caracterizam-se, de forma problematizante, detalhada e integrada as passagens de MC pelo Governo, com destaque para o Ministério das Colónias (1944-47) e a Presidência do Conselho (1968-74). Mobiliza-se, para tal, o referencial teórico liberal que marcou esse período e analisa-se a interação de MC com a evolução do sistema político-económico corporativo. Procurando levantar uma leitura alternativa, discutimos a corporativa “organização de todos os interesses” e a sua implicação na construção do “novo estado marcelista”. Avalia-se em que medida a nova praxis acrescentou instabilidade e provocou desequilíbrios no seio do regime, bem como a forma como a preparação das “eleições” de Outubro de 1969 desenhou o futuro de MC e da nova “geração estado social”. Procede-se, de seguida ao estudo aprofundado do Ministério das Colónias: quer o contato direto com a realidade corporativa, os organismos de coordenação económica e o conhecimento profundo da realidade africana, quer a origem dos “confrontos” decisivos de MC e da sua visão sobre o país com os “poderes” estruturantes. Avalia-se a ligação entre esses “confrontos” e as principais medidas do governo de MC nos diversos campos de ação, em particular a revisão constitucional de 1971. Por fim, conclui-se com um inquérito e avaliação às propostas de MC no quadro complexo das crises, lutas, dificuldades, reflexões e contradições que marcaram o espaço ocidental naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Marcello Caetano; marcelismo; Estado Novo; corporativismo; Estado Social; Ultramar; poderes.

ABSTRACT

The present doctoral thesis has as object of study Marcello Caetano (MC) and his form of “Novo Estado”, as a reproduction of the regime implemented with the 1933 Constitution but distinct from Salazar’s type of “Estado Novo”. A wide range of issues, such as knowing why an experimental restoration of ‘functionality’ in a system that had been, until then,

‘dysfunctional’ but ‘successful’, as well as knowing why the central political agent ‘collapsed’ when faced with opposing, and even contradictory forces, groups and powers, justify a contextualized historiographic analysis, one being an interpretation of the marcelist social, political and economical project and the relationship between MC, the itineraries of the Novo Estado, the fundamental problems of its historic time, the powers or groups of powers and the critical analysis of the evolution of the international context, and the other from internal viewpoint (obligatory and necessarily critical), by MC himself and by marcelism - in all its multiple aspects and vicissitudes.

The analysis is based on three points. The first one contextualizes the early period, until 1929, when MC began collaborating with the head of the "Situation". Then, we seek to break down the thoughts of MC according to his world view rather than rebuild an early and systematized version of his thought. We examined, in detail, his positions and views on the construction and evolution of the regime, as well as its relationship with the period it is set in. His views on the international context were also an aim of this study, assessing the impact of the main events in the political and intellectual formation of MC until 1939. The experience of power, together with the most important event of the twentieth century, constitute a factor of transformation that advises against the hasty taking up of positions temporarily too far apart.

The next point examines in depth, and where documentation allowed, from many perspectives – not just political, how MC began positioning himself within the center of the regime until 1968. All elements of conflict between MC and individuals, institutions, groups or power structures infiltrated by the regime were decoded. The extent to which his experience in the “Mocidade Portuguesa (MP) determined future actions is studied. The notion of "power" in the thought of MC and, above all, how the first contact with the "powers" is deepened, and how MC’s exit from the Colonies section (1947) and the Presidency (1958) were arranged. The so called "crossing of the desert" (1958-68), is analyzed in depth, looking at its causes and consequences, highlighting the complex issue overseas. His positioning in relation to the international setting and the major powers and the central issues of this period in the Western world, the future of liberalism and of the concept of freedom are analyzed in detail, as well as the processes of exploitation of these and other concepts.

Finally, MC’s various times in Government, with special emphasis on the Ministry of the Colonies (1944-47) and the Presidency of the Council (1968-74) periods are described with all their complexities. To this end, the theoretical liberal reference that marked this

period is taken into consideration and MC's interaction with the evolution of the political-economic system is analyzed. Seeking an alternative viewpoint, the corporate "organization of all interests" and their implication in the construction of the "Novo Estado" of MC is also discussed. The extent of instability created by the new praxis and imbalances caused within the regime is assessed, as well as the preparation of the "elections" of October 1969 mapped out MC's future and the new "social State" generation". The in-depth study of the Ministry of the colonies is then described: its direct contact with corporate reality, the mechanisms of economic coordination and deep knowledge of African reality, the origin of the "decisive" confrontation of MC and their vision for the country with the "structural" powers. The connection between these "clashes" and the main decisions taken by MC's government in the various fields of action, particularly the constitutional amendment of 1971 are also discussed in detail. Lastly, it concludes with a survey and evaluation of MC's proposals within the complex framework of crises, struggles, hardships, reflections and contradictions that marked the Western world at that time.

KEYWORDS: Marcello Caetano; marcelism; Estado Novo; corporatism; Welfare State; Overseas; powers.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registado o meu agradecimento às pessoas e instituições que contribuíram diretamente para a realização do presente trabalho. Ao meu orientador, Prof. Doutor Rui Cunha Martins, pela disponibilidade e exigência contínua. À Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela bolsa concedida para a preparação desta tese de doutoramento. Aos sucessores de Marcello Caetano, pelas autorizações, segundo os critérios legalmente estabelecidos, para a consulta massiva e sistemática do Arquivo Marcello Caetano (AMC).

Relembro, além disso, a valiosa colaboração do Prof. Doutor Adriano Moreira, dos familiares de José Miguel Queirós de Barros e do Dr. Miguel de Barros Alves Caetano, pelas entrevistas, documentação inédita e impressa gentilmente disponibilizadas.

Saliento o auxílio prestado pelas entidades onde desenvolvi a investigação subjacente a esta tese: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Centro de Documentação 25 de Abril; Arquivos das Câmaras Municipais de Guarda e Celorico da Beira; Biblioteca Nacional; Bibliotecas da Faculdade de Direito e da Reitoria da Universidade de Lisboa; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Bibliotecas da Faculdade de Letras e da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço e Biblioteca do Instituto Politécnico da Guarda. O meu reconhecimento a todos os profissionais com quem contactei em cada uma destas entidades.

Destaco o apoio do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e da Secção de História da Faculdade de Letras, em especial do Instituto de História e Teoria das Ideias. Realço, para além do meu orientador, a Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e o Prof. Doutor Fernando Catroga, referências académicas de todo o percurso, bem como os colegas do grupo de História e Memória do CEIS20.

Agradeço também a disponibilidade, ajuda e interesse manifestados pela Prof.^a Doutora Fátima Moura Ferreira, Dr. Paulo Tremeceiro, Eng.^o José Monteiro, Dr.^a Olga Farias, Sr.^a Beatriz Prazeres e Sr.^a Mercedes Ramos.

Às pessoas, amigos e familiares, com quem partilhamos toda a vida, não se agradece. Em especial o indizível. Ainda assim, destaco as pessoas a quem dedico este trabalho: mulher, filha, Yeshua.

TÁBUA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

(?)	palavra ou expressão ilegível (na documentação)
[...]	palavra(s) omitida(s) numa transcrição
[]	introdução de palavras numa transcrição; adequação de tempos verbais
AAC	Associação Académica de Coimbra
AC	Ação Católica
ACAP	Associação Central da Agricultura Portuguesa
ADS	Ação Democrata-Social
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado
AEF	África Equatorial Francesa
AEP	Aliança Evangélica Portuguesa
AGU	Agência-geral do Ultramar
AM	Acordo Missionário
AN	Assembleia Nacional
ANI	Agência Nacional de Informação
ANP	Ação Nacional Popular
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ANZUS	Australia, New Zealand and United States
AP	Ação Popular
ASP	Ação Socialista Portuguesa
BI	Batalhão de Infantaria
BM	Banco Mundial
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BPA	Banco Português do Atlântico
CA	Código Administrativo
CADC	Centro Académico de Democracia Cristã
CC	Câmara Corporativa
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CM	Conselho de Ministros
CDU	Christlich Demokratische Union Deutschlands (União Democrata-cristã alemã)

CECA	Comunidade Económica do Carvão e do Aço
CEIS20	Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra
CEMGFA	Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas
CEN	Conceito Estratégico Nacional
CEUD	Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGD	Caixa Geral de Depósitos (Crédito e Previdência)
CGT	Confédération générale du travail
CIA	Central Intelligence Agency
CIC	Conselho do Império Colonial
CM	Câmara(s) Municipal (ais)
CMPAE	Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos
CNP	Centro Nacional de Produtividade
coord.	coordenação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPN	Conselho Político Nacional
CSE	Conselho Superior de Economia
CSU	Christlich-Soziale Union (União Social-cristã alemã)
CTI	Código do Trabalho Indígena
cts	contos (unidades de milhar de escudos)
CU	Conselho Ultramarino
CUF	Companhia União Fabril
CVI	Cruz Vermelha Internacional
DC	Democracia Cristã
Diamang	Companhia de Diamantes de Angola
dir.	direção
EFTA	European Free Trade Association
ELRM	Exército de Libertação das Raças Malaias
EMGFA	Estado-maior General das Forças Armadas
ENAE	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica
ETN	Estatuto do Trabalho Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FBI	Federal Bureau of Investigation

FDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FLUC	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GAS	Gabinete da Área de Sines
GNR	Guarda Nacional Republicana
HCL	Hospitais Centrais de Lisboa
IAC	Instituto de Alta Cultura
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INCIDI	Instituto Internacional de Civilizações Diferentes
INII	Instituto Nacional de Investigação do Ultramar
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
ISEU	Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
ISS	Instituto de Serviço Social
JAC	Juventude Agrária Católica
JCI	Junta de Colonização Interna
JMP	Juventude Musical Portuguesa
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LAC	Liga Agrária Católica
LOC	Liga Operária Católica
LP	Legião Portuguesa
MA	Ministério da Agricultura
MC	Marcello Caetano
MCIA	Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura
MdC	Ministério das Colónias
MdD	Ministério da Defesa
MdE	Ministério da Economia
MdF	Ministério das Finanças
MdG	Ministério da Guerra
MdI	Ministério do Interior
MdJ	Ministério da Justiça

MdP	Ministério da Presidência
MdOP	Ministério das Obras Públicas
MdOPC	Ministério das Obras Públicas e Comunicações
MdU	Ministério do Ultramar
MFA	Movimento das Forças Armadas
MFE	Ministério das Finanças e Economia
MIE	Ministério da Indústria e Energia
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MAS	Ministério da Saúde e Assistência
MOFA	Movimento dos Oficiais das Forças Armadas
MSI	Movimento Social Italiano
MUD	Movimento de Unidade Democrática
MUNAF	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
nº	número
NSDAP	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nazi)
NATO	North Atlantic Treat Organization
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
org.	organização
p./pp.	página(s)
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PCF	Parti Communiste Français
PCI	Partido Comunista Italiano
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PCP	Partido Comunista Português
PdR	Presidência da República
PF	Plano de Fomento
PIDE/DGS	Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança
PRI	Partido Republicano Italiano
PS	Partido Socialista
PSDI	Partido Social-democrata Italiano

PSI	Partido Socialista Italiano
PSP	Polícia de Segurança Pública
RUC	Reitoria da Universidade de Coimbra
RUL	Reitoria da Universidade de Lisboa
s.d.	sem data
s.e.	sem editora
s.l.	sem local
SACOR	Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleos de Portugal
SCPS	Subsecretariado das Corporações e Previdência Social
SEATO	The Southeast Asia Treaty Organization
SEDES	Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
SEIT	Secretaria de Estado da Informação e Turismo
SNI	Secretaria Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
SONAP	Sociedade Nacional de Petróleos
SONAREP	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata alemão)
SPN	Secretariado da Propaganda Nacional
SS	Santa Sé
TO	Teatro de Operações
trad.	tradução
UC	Universidade de Coimbra
UE/CEE	União Europeia/Comunidade Económica Europeia
UI	União Indiana
UL	Universidade de Lisboa
UN	União Nacional
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
UP	Universidade do Porto
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Vol.	volume(s)

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento visa constituir uma tentativa objetivante de interpretação do «Novo Estado Marcelista» enquanto objeto de estudo autónomo dentro do amplo quadro da Ditadura Militar/Estado Novo. No sentido de que terá constituído uma reprodução do regime instituído com a Constituição de 1933 distinta do Estado Novo salazarista. Fá-lo a partir do estudo sistemático do quadro decisório de MC – possível através da análise exaustiva, contextualizada e cruzada do seu arquivo pessoal (AMC)¹ – para que desta forma se reduza o risco calculado inerente ao processo base da produção científica. Designadamente, no que refere ao exercício indutivo que possibilita a formulação de hipóteses de compreensão global acerca de um ou mais objetos ou fenómenos a partir da investigação de uma realidade particular.

Foram várias as motivações subjacentes à escolha deste objeto de estudo, em parte já examinado na nossa dissertação de mestrado (2009).² A análise do discurso marcelista – o *que ele assumiu pretender fazer* e não tanto o que ele *não fez e poderia ter feito* – e da relação com o seu antecessor no governo do Estado Novo, num registo de diálogo com algumas das principais linhas interpretativas do objeto historiográfico, constituiu-se assim uma base para a projeção deste estudo. Mantém-se, no essencial, o que aí se disse, embora a questão permaneça operante. Sem “pretensões de originalidade”³, propõe-se uma linha problematizante alternativa. Desde logo porque o natural trabalho de explicação lógica e consequente de processos de rutura política não esgotou todas as questões. Será forçosamente lógico que os “agentes de rutura” consubstanciem uma efetiva e integrada aspiração de mudança? A criação de condições de rutura por parte dos “poderes” estruturais de uma sociedade denuncia necessariamente um desejo de “novo” ou poderá também comportar, por outro lado, uma reação “formal” (imediate e aparente) a mudanças “reais” (lentas e efetivas) que ameacem as relações de poder estabelecidas?

Por conseguinte, houve também um esforço no sentido de constituir a interpretação do projeto socio-político-económico marcelista e da relação entre MC, os itinerários do Estado

¹ *Arquivo Marcello Caetano: catálogo*, Vol. I e II, autoria de António Frazão e Maria do Céu Barata Filipe, colaboração especial de Miguel de Barros Alves Caetano, Ministério da Cultura/Torre do Tombo, 2005.

² BARBOSA, Márcio, *Marcello e Spínola: a missão do fim*, Almedina, Coimbra, 2011.

³ “As pretensões de originalidade, tendo em vista a importância da ciência e das suas missões, são sempre ridículas”. EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.377.

Novo, os problemas fundamentais do seu tempo histórico, os poderes ou grupos de poder e a análise crítica da evolução do contexto internacional como tentativa concreta de resposta à questão de saber porque pode falhar uma experiência de «correção», «purificação» ou restauração de «funcionalidade» num sistema até aí «anquilosado», «corrompido» e/ou «disfuncional», mas «bem-sucedido», bem como saber porque é que o agente político central (tratar-se-á aqui de MC) se “arruinou” face a forças, grupos e poderes díspares ou mesmo contraditórios. Seja na perspetiva da “continuidade” ou da “evolução”, do confronto com as “oposições” ou das “tensões internas” do regime, consensualizou-se a ideia nuclear de que MC “falhou”, acomodada a uma certa “inevitabilidade”. No entanto, a conjugação de ambos os elementos levanta algumas dificuldades. Dado que “do questionar é que tudo depende”⁴, mais do que justificar porque «tinha de falhar», formulação que induz o princípio de que todos os sistemas «têm inevitavelmente de falhar», o quesito mobilizador consistiu em inquirir porque “falhou”, dado que, na realidade e por princípio, todos os sistemas são concebidos para “durar”.⁵

Além disso, assumiu-se a demarcação entre «fim» e «móbil». Quer dizer, historicamente um fim desejável não tem de acontecer pelas mais desejáveis razões. E vice-versa. Ou seja, não se reconhece nenhuma lei universal ou “verdade axiomática”, recorrendo-se à expressão de J. S. Mill, que determine que os motivos têm de ser necessariamente concordantes com os fins. Esta circunstância ou enquadramento permitiu alargar o espectro de interrogações, equacionando-se temas e discussões de maior complexidade e dimensão para a compreensão da figura histórica de MC e do seu pensamento, percurso e intervenção política no contexto do Estado Novo. Em permanente diálogo com a sua circunstância e contraditório, quer no quadro do regime, quer na sua multifacetada e abrangente mundividência, numa visão integrada da realidade.

Em função da excecional dimensão polemista do objeto de estudo, procurou-se contribuir para o enriquecimento da produção historiográfica, segundo uma orientação alternativa e complementar da vertente na anteocupação da «definição»⁶ em relação à

⁴ EUCKEN, Walter, *ob.cit.*, p.358.

⁵ Linha desenvolvida, em profundidade, para o salazarismo: ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta-da-china, 2012.

⁶ Ver, entre outros, REIS, António, *Marcelismo*, in ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. II, pp.546-548; RATO, Vasco, *Marcelismo*, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. III, Lisboa – Porto, Figueirinhas, 1999, pp.421-427. No mesmo sentido, embora noutra registo, ver PINTO, Jaime Nogueira, *Portugal, os anos do fim: o fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, Lisboa, Difel, 1995; MESQUITA, Mário, *Eduardo Lourenço. Cultura e política na Época Marcelista* – entrevista a Eduardo Lourenço, Lisboa, Ed. Cosmos, 1996; TORGAL, Luís Reis, «Estado Novo» em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado, *Estudos Ibero-Americanos*, XXIII, nº1, Porto Alegre, Junho de 1997, pp.5-32; NUNES,

«interpretação»⁷, e esta, por sua vez, embora não de uma forma rígida⁸, à «análise sistemática» de acervos documentais/arquivos.⁹ Apesar da tendência, obras recentes de grande dimensão apresentam evidente desproporção entre a natural ambição historiográfica, expressa até na dimensão física, e a base documental/arquivística que a sustenta.¹⁰ Justifica-se, portanto, uma abordagem (obrigatória e necessariamente crítica) interior, a partir do próprio MC e do marcelismo, nos seus múltiplos ângulos e vicissitudes.

Em relação às balizas cronológicas adotadas, reduziu-se sobremaneira a característica artificialidade subjacente a essa opção, já que resultam da seleção de dois momentos óbvios do percurso político de MC: o início da colaboração com o seu antecessor, em 1929, e o 25 de Abril de 1974. Embora no primeiro capítulo se faça uma breve, mas necessária, incursão no

João Paulo Avelãs, *Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do “Nuevo Estado”*, *População e Sociedade*, nº8, Porto, CEPES, 2002, pp.73-101.

⁷ Ver, entre outros, BERNARDO, Manuel A., *Marcello e Spínola: a rutura. As Forças Armadas e a Imprensa na queda do Estado Novo*, Lisboa, Estampa, 1996; BRITO, J. M. Brandão de, *Do marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999; VALENTE, Vasco Pulido, *Marcello Caetano: as desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, 2002; VIEIRA, Joaquim, *Marcello Caetano. Fotobiografias do século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002; ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-74)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004; TORGAL, Luís Reis, *Marcello Caetano, Marcelismo e “Estado Social”: uma interpretação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013 – republicação, com alterações de pormenor, de artigo inicialmente publicado em 2006 (*Marcello Caetano antes do Marcelismo*, Cadernos do CEIS20, Coimbra, CEIS20, 2007) e em 2009 (*Estados Novos, Estado Novo*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009); ROSAS, Fernando, GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012; LEMOS, Mário Matos, TORGAL, Luís Reis (coord.), *Oposição e eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.

⁸ Entre as exceções “cronológicas” destacam-se (sobretudo o primeiro): LUCENA, Manuel, *A evolução do sistema corporativo português*: Vol. I – *O Salazarismo*, Vol. II – *O Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976; ANTUNES, José Freire, *Nixon e Caetano: promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

⁹ Ver, entre outros, CASTILHO, José Manuel Tavares, *A ideia de Europa no Marcelismo*, Lisboa – Porto, Assembleia da República – Afrontamento, 2000; MARTINS, Fernando, *Diplomacia e guerra: política externa e política de defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, Lisboa, Colibri, 2001; CABRERA, Ana, *Marcello Caetano: poder e imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; FERNANDES, Tiago, *Nem Ditadura nem Revolução: a Ala Liberal e o Marcelismo (1968-74)*, Lisboa, D. Quixote, 2006; SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o ocaso do “Império”: administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-74)*, Porto, Afrontamento, 2007; CARDINA, Miguel, *A tradição da contestação: resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus, 2008; SOARES, Manuela Goucha, *Marcello Caetano: o homem que perdeu a fé*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009; REIS, Joana, *A transição impossível: a rutura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Alfragide, Casa das Letras, 2010; BARROSO, Luís, *Salazar, Caetano e o reduto branco: a manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-74)*, Lisboa, Fronteira do Caos, 2013; MARTINS, Pedro Miguel, *Cartas entre Marcello Caetano e Laureano López Rodó*, Aletheia, Lisboa, 2014. Excetua-se a publicação de parte da correspondência de e para MC: ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, II Volumes, Lisboa, D. Quixote, 1985; *Salazar – Caetano: cartas secretas (1932 – 1968)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

¹⁰ Nas “suas memórias”, um dos coordenadores da obra *Marcelo Caetano – tempos de transição*, não só se dispensou de consulta arquivística, como parece desvalorizá-la. RAMOS, Rui, e CRUZ, Manuel Braga de, *Marcelo Caetano: tempos de transição (depoimentos sobre Marcelo Caetano e o seu governo 1968-74)*, Porto, Porto Editora, 2012, pp.465-506. A biografia de Tavares Castilho, apesar das quase 1000 páginas que compõem a sua publicação, apresenta evidente desproporção entre fontes impressas (já repetidamente estudadas, no caso da bibliografia de MC) e documentação arquivística. Numa altura em que, apesar de alguns condicionalismos, seria já possível consultar, senão todos, praticamente todos os arquivos relativos a MC de forma sistemática. CASTILHO, José Manuel Tavares, *Marcello Caetano: uma biografia política*, Coimbra, Almedina, 2012.

período imediatamente anterior a 1929. Quanto à organização temático-cronológica do estudo, construiu-se em função do “poder”: antes de MC ser chamado para um cargo político (até 1939); as condicionantes de acesso ao poder geradas por e para MC desde 1940 até 1968, quando assumiu a chefia do governo; a ação governativa propriamente dita, segundo as articulações, determinadas pelas fontes e pelos fatos, entre as experiências ministeriais dos anos 40/50 (Ministério das Colônias e Ministério da Presidência) e o governo de 1968-74. A visão sobre a complexidade da realidade resultante do cruzamento das várias fontes conduziu ao caminho porventura mais difícil, mas também mais estimulante: o compromisso de equilíbrio entre a cronologia dos acontecimentos e a articulação coerente das problemáticas. A sobreposição de uma sobre a outra significaria sempre uma perda.

Quanto aos princípios epistemológicos que orientaram o nosso trabalho, importará operar uma clarificação. Para responder ao extenso e complexo leque de questões que o estruturam procurou-se ascender da experiência quotidiana (no sentido de complicada, contraditória e pontual) à experiência científica (no sentido da aplicação da razão ao estudo dos fatos até se alcançar uma estrutura de conhecimento). Isso impôs a necessidade de avançar profundamente (com os limites inerentes à natureza do projeto) na observação da realidade concreta, sem “relativizar” ou “empobrecer” documentos, fatos e acontecimentos antes duma efetiva estruturação. Deste modo, a opção metodológica inicial não recaiu sobre a seleção de determinados documentos ou conjuntos de documentos, que se adequassem «logicamente» ao(s) tema(s) proposto(s), mas sobre a análise integral de arquivos e fontes impressas. Que, por sua vez, mobilizaram nesses a consulta mais ou menos pontual e seletiva de outros acervos documentais, em função dos problemas levantados no decurso daquela primeira etapa. No fundo, procurou-se dar espaço ao «inesperado», sem se limitar a pesquisa ao inicialmente predeterminado. A «definição» e «interpretação» não ficaram deste modo reservadas para o início ou fim do estudo, mas encontraram espaço no centro do próprio processo de conhecimento. Nesse sentido, indagaram-se relações necessárias e unidade onde, por exemplo, um pensamento exclusivamente conceptual poderia somente antever contingência e inconciliação.

Por conseguinte, percebe-se a opção por uma abordagem estrutural e interpretativa, apoiada numa sólida fundamentação documental. O eixo estruturante de todo estudo consistiu na análise integral do colossal Arquivo Marcello Caetano (AMC), depositado na Casa Forte do ANTT, do qual somente uma reduzidíssima parte foi publicada, e o *Diário do Governo* (I Série). Desta forma evitou-se agregar previamente uma orientação sistematizadora, no sentido da articulação e ordenação uniforme e coerente, aos fatos. Pelo contrário, deparámo-nos ali

com ela. A partir daqui, por um processo crítico de permanente problematização e confrontação, procedeu-se à análise de outras fontes impressas e documentais, das quais se destacam: a bibliografia integral de MC e a revista *O Direito* (1932-1974), da qual MC foi coproprietário e redator; a documentação relativa à Comissão Central e à Comissão Executiva da UN/ANP, entre 1947-48 e, particularmente, entre 1968-74; o arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (secretaria-geral), entre 1968-74; o *Diário das Sessões*, sobretudo entre 1968-74; e a revista *Ultramar*, entre 1962-74. De forma mais pontual e em função das solicitações dos próprios problemas, recorreu-se ao Arquivo Oliveira Salazar (AOS), II Série do *Diário do Governo*, atas da Câmara Corporativa (CC) e outras publicações periódicas, tais como a revista *O Tempo e o Modo* e os jornais *Diário de Lisboa* e *Expresso*.

Optou-se pela exclusão da memorialística como fonte por dois motivos fundamentais. Primeiro, porque esta rejeita, em absoluto, a autocrítica. Segundo, decorrente deste, considerou-se que as “memórias”, incluindo as de MC, valem como fonte sobretudo para o conhecimento dos seus autores no momento histórico em que as reproduzem. As exceções a esta opção de fundo são as entrevistas da nossa autoria ao Dr. Miguel Caetano e ao Prof. Doutor Adriano Moreira, que permitem dois olhares bastante distintos, para não se dizer contrários, sobre MC. Por sua vez, a preocupação com o contexto, sobretudo internacional, estará presente como marca d’água. Com o objetivo de confrontar criticamente a documentação a partir dos principais eixos de reflexão dos momentos mais decisivos do(s) tempo(s) de MC, em detrimento duma contextualização da crítica. No mesmo sentido, procurou-se estabelecer o necessário contraponto em relação à obra de MC, recorrendo, em função do período e da problemática, a um ou alguns dos seus principais críticos.

São três as partes em que se estrutura o nosso trabalho. Cada qual subdividida, por sua vez, em quatro capítulos. Na primeira parte do trabalho, começar-se-á por sintetizar e contextualizar o período da juventude, até 1929, quando MC começou a colaborar com o chefe da “Situação”. De seguida, procurou-se compreender e decompor o pensamento de MC segundo a sua mundividência e não tanto reconstruir uma versão precoce e sistematizada do seu pensamento. Que estará, evidentemente, em formação e terá já os seus fundamentos estabelecidos, mas nem existe suficiente obra intelectual que o sustente nem ação política que o comprove. Além disso, a experiência do poder aliada ao acontecimento mais relevante do século XX, constituiu um fator de transformação poderosíssimo, que desaconselha a mobilização apressada de posições ou excertos de textos/documentos de fases temporalmente muito distantes. Manifesta-se aqui com especial relevo o perigo de iniciar o raciocínio a partir de teses estabelecidas para fases posteriores.

Na segunda parte examinar-se-á detalhadamente a forma como MC se foi posicionando no seio do regime até 1968, convocando-se todas as abordagens, além da política, que a documentação permita. Pretende-se descodificar todos os elementos de conflitualidade entre MC e as individualidades, instituições, grupos ou estruturas de poder permeabilizados pelo regime. Ou seja, em que medida a passagem pela Mocidade Portuguesa (MP) determinou relações de confiança e desconfiança para o futuro? Como se definiu a noção de “poder” no pensamento de MC e, sobretudo, como se caracterizou o primeiro contacto com os “poderes”? De que forma condicionou a sua permanência no Ministério das Colónias? Que circunstâncias contribuíram efetivamente para a saída de MC das pastas das Colónias (1947) e da Presidência (1958)? Com que intensidade essas circunstâncias determinaram as condicionantes de acesso ao poder em 1968?

Nos últimos capítulos da segunda parte decompor-se-á a chamada “travessia do deserto”. Período até aqui, como muitos aspetos relativos a MC, demasiado desvalorizado para ser compreendido. Como se processou esse afastamento e em que medida foi recíproco? De seguida, abordar-se-á a complexa questão ultramarina. Desde logo, qual a perceção da realidade africana, antes e depois de iniciado o conflito, transmitida a MC e construída por este? A velocidade dos acontecimentos entre 1958 e 1968 não teve paralelo nas décadas anteriores. MC, ao contrário doutras figuras do regime, envolvidas nessa altura nas lides governativas, teve tempo para viajar, conhecer e refletir livre de constrangimentos. Tomando-se o seu particularismo como ponto de fuga, em que medida o que se passou nesse período contaminou a resolução do problema a partir de 1968? Qual o posicionamento teórico-discursivo e pessoal de MC em relação aos principais «rivais» e «críticos», nomeadamente Franco Nogueira e Adriano Moreira? Como evoluiu a relação de força, ou de fragilidade, em relação a essas figuras e às estruturas do regime? Quanto se definiu nesse período para o futuro? Do mesmo modo, aprofundar-se-á o seu posicionamento em relação às problemáticas centrais do mundo ocidental, tais como a massificação dos aparelhos sociais, o futuro do liberalismo e do conceito de liberdade, a instrumentalização destes e doutros conceitos nucleares, bem como a definição do seu campo de visão em relação à configuração internacional e às principais potências, segundo a realidade portuguesa.

Na terceira e última parte, abordar-se-á diretamente a ação governativa de MC. Procurando-se estruturar, crítica e fundamentadamente, uma leitura problematizante alternativa, capaz de responder aos nossos problemas centrais. Desde logo pela mobilização dum enquadramento teórico «liberal», nomeadamente a partir da reflexão produzida, sob o recorrente espectro de “crise”, nas democracias liberais ocidentais. Quer se coloque a hipótese

de “evolução” quer de “continuidade”, faz todo o sentido estabelecer esse diálogo. Começar-se-á o primeiro capítulo precisamente por aí e, para completar o quadro, também o derradeiro. Transversalmente, analisar-se-á a interação de MC com a evolução do sistema político-económico corporativo, segundo a fórmula algo enigmática definida pelo fundador do regime: “tendemos à *organização de todos os interesses* para sua defesa e valorização” (sublinhado nosso). Quais eram esses interesses? Como é que o «sistema» operava essa organização? Como é que os próprios «interesses» se organizavam e determinavam a estrutura organizacional? Podem eliminar-se todos os antagonismos entre «interesses»? De que forma? Se não se pode, que interesses eram *defendidos* e *valorizados*? Num prisma *positivo*, quais eram os mecanismos funcionais subjacentes ao sistema corporativo? Numa perspectiva *negativa*, quais seriam os mecanismos de introdução de «disfuncionalidade» no sistema? Qual o papel desempenhado nos e pelos diversos elementos do sistema, desde a produção legislativa até ao planeamento, no quadro da experiência quotidiana dos agentes político-económico-sociais?

O primeiro capítulo comportará a avaliação da nova praxis e em que medida esta acrescentou instabilidade e provocou desequilíbrios no seio do regime. Até que ponto a preparação das “eleições” de Outubro de 1969, mais do que o acontecimento em si mesmo, fortaleceu ou fragilizou MC? Quais os índices de novidade? Como preparou MC a emergência da nova “geração estado social”? Como se processou a avaliação de riscos por cada um dos atores? Qual a medida de reciprocidade entre os intervenientes? O que se «perdeu» e o que se «ganhou» nesse primeiro ano? Quais as medidas de «risco» e «prudência» experimentadas pelos principais atores na e em relação a MC?

O segundo e o terceiro capítulos surgem diretamente ligados pelo estudo aprofundado do Ministério das Colónias (MdC). Período crucial e até agora praticamente por estudar. No segundo analisar-se-á detalhadamente a ação de MC na primeira fase do tempo que esteve à frente das Colónias. Por um lado, o contato direto com a realidade corporativa, os organismos de coordenação económica e o conhecimento profundo da realidade africana. Por exemplo, o que determinava, segundo o prisma marcelista, a irregular pulsão entre a tendência estatizante e a tendência descentralizadora? Por outro lado, a avaliação dos problemas e as respostas para os solucionar, a estruturação aplicada de um pensamento sobre e para o país, especialmente para o Ultramar. No terceiro capítulo procurar-se-á a raiz dos “confrontos” decisivos de MC com os “poderes” estruturantes, não exatamente do regime, mas, numa ótica mais abrangente, da sociedade portuguesa. Examinar-se-á a sua origem, evolução, características e relevância, sempre no quadro crítico de relação com MC, desde 1944-47 até 1974. Proceder-se-á à

avaliação da ligação entre esses “confrontos” e as principais medidas do governo de MC nos diversos campos de ação, em particular a revisão constitucional de 1971. Como e em que medida MC interferiu na relação de poder entre as principais estruturas e o regime, por um lado, e entre estas e o próprio país por outro? Qual a influência desses “confrontos” na abordagem de MC aos problemas fundamentais do seu governo? De que forma os «interesses» ou «grupos de interesses» determinavam e passaram a determinar ou não o processo legislativo, o funcionamento das corporações e a decisão política? Em que medida concorreram para o «fim»?

Finalmente, no quarto e último capítulo, concluir-se-á com um inquérito e avaliação às propostas de MC no quadro complexo das crises, lutas, dificuldades, reflexões e contradições que marcaram o espaço ocidental naquele período. Que “novidade” ou “nova ordem” era consentida pelos eixos de tensão internacional? Qual o nível de convergência ou divergência das medidas de MC com as tendências político-económicas dominantes no mundo «capitalista»? A relação entre transição política e regulação económica seria decisiva? Porquê? O planeamento seria apenas um instrumento de desenvolvimento e um mecanismo de normalização do sistema ou seria mais do que isso? O que estaria em curso e o que se frustrou?

Optou-se, na redação da presente tese, pela atualização da ortografia dos textos citados, embora se mantivesse a gramática e os particularismos de cada transcrição, como sublinhados, aspas ou travessões. Decidiu-se, independentemente da dimensão (à qual não se impôs limite formal), incorporar os excertos transcritos no corpo do texto, sem diferenciação no tamanho da fonte, recorrendo-se á utilização de aspas para sua diferenciação. Limitou-se a utilização do itálico aos casos em que a fonte assim o indicava ou para distinguir citação, no documento, de terceiros. Considerou-se preferível manter, nas notas de rodapé, para uma maior clareza, a forma completa para a documentação arquivística e para os diplomas legais. No caso particular da correspondência consultada no AMC, incluiu-se, entre parêntesis, pequenas notas biográficas para facilitar a identificação do autor. Apenas se abreviam, a partir da segunda menção, as referências relativas a documentação impressa e bibliografia. Nesta inclui-se também partes de livros e artigos científicos em publicações periódicas e revistas académicas. Esclarece-se também que, na listagem final de documentação e bibliografia, apenas surgem indicadas as espécies citadas e/ou referenciadas ao longo do texto. Ou seja, não compreende todo o universo de leituras e consultas documentais e bibliográficas

subjacentes ao presente trabalho. Por último, um esclarecimento sobre a imagem utilizada na capa. Trata-se da litografia *Relativity*, de M. C. Escher (1898-1972), datada de 1953.¹¹

¹¹ ESCHER, M. C., *Gravuras e desenhos*, Taschen, Köln, 2004, fig.67.

PARTE I

ANTES DO CONFLITO E DO PODER: 1929-1939

I CAPÍTULO – Antes de 1929: nos auspícios da *Ordem Nova*

A expressão vulgarizar-se-ia, por toda a Europa, para designar de forma muito abrangente a(s) “terceira(s) via(s)” ou “corporativismo(s)”; particularmente durante a década de 1930. É inteligível como tais expressões tendem a servir *n* conceitos, mais ou menos próximos, mas diferentes. A amplitude da expressão é patente, com a singularidade da simplicidade, numa frase do filólogo belga Félix Peeters, que escreveria em Dezembro de 1938 a MC pedindo-lhe apoio para estudar o corporativismo em Portugal, que dizia ter “une forme très intéressante de ce qu’on est convenue de nommer “l’ordre nouveau”.”¹² Até que ponto a *convenção* produzirá o *conceito*?

A postura afirmativa das precoces participações político-jornalísticas de MC, na *Nação Portuguesa* e na revista dos “antis” – *Ordem Nova*, é bastante clara: rejeição *integral* da realidade político-ideológica e institucional que conheceu desde a sua infância. Em Novembro de 1925, no rescaldo da absolvição judicial dos responsáveis pelo “movimento” militar de 18 de Abril de 1925 (e quanto este simples fato permite compreender o fim da I República...), Pedro Teotónio Pereira¹³, que apoiaria a tentativa, disse para MC: “que comoção não me invadiu quando aqui longe li nos jornais as palavras do Raul Esteves e dos outros: «O Parlamento? Sim, tínhamos tenção de acabar com ele!» Em 1920, em 21 e 22 eramos nós só que o dizíamos em Portugal, apedrejados de todos os lados como animais raros e nocivos! Hoje a ideia alastrou e é dita pelo chefe duma revolução que vencido na rua, triunfa no tribunal ante todos os poderes do Estado!”¹⁴

À clareza *negativa* (“anti”) não corresponde uma sistematização *positiva*. Estaria lá o essencial do que virá a fazer dele um homem do Estado Novo. Não menos importante do que isso, até aos 19-20 anos de idade sobressairá, sem dúvida, a vontade de intervenção pública. Estabelecer mecanicamente um vínculo entre as posições de juventude e as posições/ações

¹² AMC, cx.42, Correspondência/Peeters, Félix (filólogo, professor universitário belga): nº1 (13/12/38).

¹³ MARTINS, Fernando Manuel Santos, *Pedro Theotónio Pereira: uma biografia (1902-1972)*, Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de História da Universidade de Évora, Évora, 2004.

¹⁴ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio, nº9 (03/10/25).

das fases posteriores, em especial quando *no poder*, a partir de 1940, parece ser à partida uma linha argumentativa frágil. Qual o fundamento subjacente a uma mobilização indiferenciada de posições político-ideológicas de fases tão distintas da vida? O significado do que é escrito em 1926, mesmo como indício, não tem paralelo com o que é escrito em 1935 (quando se inicia a sistematização do pensamento corporativo) e muito menos com o que é produzido depois de 1940, quando assume um cargo político relevante. A partir daí, sim, terá outro fundamento a adoção de uma perspetiva sistematizadora. Veja-se, como simples exemplo, um percurso político oposto: Mário Soares. Da essencial rejeição/oposição à ditadura na juventude, que levou à aproximação do Partido Comunista Português (PCP) e de Álvaro Cunhal, até à constituição do Partido Socialista (PS) e luta política contra aquele mesmo partido, existe uma complexa e diferenciada realidade.¹⁵ Pelo que, a validade da síntese será sempre proporcional ao conhecimento particularizado da realidade.

Aliás, logo no início, a seriedade das posições político-ideológicas é relativizada perante a audácia e capacidade de iniciativa. Algo constatável nos comentários humorísticos dos mais próximos. O que é expressivo. Joaquim Augusto Álvares de Almeida¹⁶, em Março de 1925, em resposta a um pedido de colaboração de MC, ironizava: “creio, porém, que em breve não haverá público nem escritores integralistas para tantas revistas”.¹⁷ Nove meses depois: “Não, não me assuste com a sua revista”.¹⁸ No já distante ano de 1941, Teotónio Pereira e MC ainda brincavam com a publicação. Dizia o primeiro para o segundo: “Tenho constantes notícias suas pelos papeis (lembra-se dos nossos ataques daquela revista cheia de antis?)”.¹⁹

O mesmo processo evolutivo se verificaria em relação ao Integralismo e a António Sardinha.²⁰ MC nunca renegou a admiração pelo mestre da juventude. Em Janeiro de 1973, a esposa de Sardinha agradecia sentidamente a MC a sua adesão à homenagem que a Câmara Municipal de Elvas prestava por ocasião do 48º aniversário da sua morte.²¹ Mas logo em 1944, Teotónio partilhava com MC: “O que lhe digo é que o nosso Sardinha foi perfeito na interpretação de muitos fenómenos históricos. Mas quanto ao resto, acertou menos. Como político seria apenas, neste capítulo peninsular, um poeta enamorado de temas perigosos.”²²

¹⁵ Ver, entre outros, AVILLEZ, Maria João, *Soares: Ditadura e Revolução*, Público, 1996.

¹⁶ De pseudónimo Nuno Montemor: padre, escritor, jornalista e padrinho de Ana Maria de Barros Caetano.

¹⁷ AMC, cx.39, Montemor, Nuno de: nº1 (07/03/25).

¹⁸ AMC, cx.39, Montemor, Nuno de: nº2 (13/01/26).

¹⁹ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio, nº44 (25/11/41).

²⁰ Ver, entre outros, CRUZ, Manuel Braga da, *O integralismo lusitano nas origens do salazarismo*, Análise Social, 18 (70), 1982, pp.138-182; *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.

²¹ AMC, cx.50, Correspondência/Sardinha, Ana Júlia Nunes da Silva, nº1 e nº2.

²² AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio, nº50 (21/10/44).

Estas excepcionais incursões posteriores ao período estabelecido neste capítulo evidenciam as limitações das posições político-ideológicas de juventude para a compreensão dos períodos subsequentes. Mesmo em relação à *nova ordem* que começava a estabelecer-se. Nos finais de 1926, a desconfiança por parte dos integralistas seria realmente muito profunda. Na reunião do grupo de Abril de 1927, onde, “tendo considerado a situação atual do país e o esforço integralista”, decidem apoiar o ministro das finanças, apenas Teotónio mostrou verdadeiro entusiasmo na consagração do professor de Coimbra como o “Chefe”.²³ Em Março de 1929, o encerramento do recém-criado Instituto António Sardinha (juntamente com todos os centros políticos), por alegadamente ser um “um foco de propaganda iberista”, foi um “dolorosíssimo incidente”.²⁴ Dez anos depois, ainda dizia o mesmo *Nuno de Montemor*: “não temos o direito de pedir ou esperar o que ele nos não pode dar, porque não é da nossa raça, e para mais tem a olímpica ilusão de que foi ele, sozinho, que criou o ambiente que lhe permite viver”.²⁵ As opiniões sobre os militares no poder eram bem mais expressivas e menos simpáticas. O já citado integralista Joaquim A. Álvares Almeida, no crepúsculo de 1926, compartilhava com MC: “Que profundos idiotas são estes novos governantes! Nem, ao menos, do seu ofício sabem!”²⁶

O segundo semestre de 1928 parece ter sido, a todos os níveis, um período de profunda angústia pessoal e incerteza política. As primeiras impressões do novo governo não eram positivas. A violência do aparelho de censura e repressão causava apreensões no círculo de relações de MC. Um amigo comum do seu futuro sogro, João de Barros, o poeta Afonso Duarte, provavelmente no rescaldo da *Revolta do Castelo* (20/07/28), queixava-se da perseguição política de que era vítima ele e seu irmão: “as minhas cartas e as que recebo têm sido violadas”.²⁷ MC ajudá-lo-ia sem reservas, o que é manifesto pelo poeta no “profundo reconhecimento por tudo o que tem feito por mim!”.²⁸ Violência, aliás, que se generalizava em todos os sentidos: “É verdade: os pobres campónios lá vão a caminho de África! Violências que nada educam – antes pelo contrário – como todas as violências.”²⁹ O que não deixa de ser uma simbólica imagem do sentido do Império para o governo de então.

²³ PT/TT/PS/AMC/03, AMC, cx. 1, integralismo lusitano, nº1.

²⁴ Idem, nº4.

²⁵ AMC, cx.39, Montemor, Nuno de: nº10. O documento é na realidade de 1936.

²⁶ Idem: nº9.

²⁷ AMC, cx.25, Correspondência/Duarte, Afonso, nº1 a nº4 (Outubro de 1928).

²⁸ Idem, nº6. No documento nº7 reforça o agradecimento.

²⁹ Idem, nº6.

Como é por demais conhecido, no final de 1928, o contexto económico-social do país estava em ebulição.³⁰ Isso não impede que se aborde um aspeto psicológico relevante, quer pela constante referência, quer até pela explicitação documental: o significado de “começar a vida do nada”. A mitologia em torno do “salvador da pátria” fundar-se-ia sobremaneira nisso.³¹ MC também se identificaria com o seu antecessor neste aspeto. Sem se contribuir para a diminuição ou exaltação do fundamento, no caso do percurso de MC de fato não existiram quaisquer “poderes” de apoio: nem “padrinhos”, nem “igreja”. Para além do suporte familiar, materialmente muito limitado, sempre pareceu depender exclusivamente de si próprio e do seu trabalho. Não se considera aqui a dimensão sensível ou romanesca, mas no que isso contribuiria para formar um carácter e um espírito verdadeiramente independentes. A resposta (17/09/28) do amigo e jornalista Álvaro Amadeu Pereira Maia, depois de MC o ter ajudado monetariamente, evidencia-o. Como também o mostrará a vivência por MC daquele semestre a um ano, entre 1928 e 1929: “A sua carta, tão bondosa para comigo e deixando perceber uma tal ou qual tristeza através das suas linhas, deixou-me dolorosamente impressionado. E dois foram os motivos: primeiro, o ver que os seus bem ganhos dezoito valores em Direito para nada lhe têm servido e que – oxalá eu me engane, meu queridíssimo amigo e camarada! – provavelmente você terá de pôr de parte as leis se quiser escapar à morte por falta de alimento.”³²

O cenário pessimista não se verificaria. MC iria prosseguir a sua carreira académica. A par dessa prioridade, emerge o cronista e o economista político, no que seria a sua primeira preferência académica. A vocação e as circunstâncias conduzi-lo-iam mais tarde por outro caminho – o administrativo. O que parece certo é que estas duas dimensões, em especial a primeira, juntamente com a base ideológica, balizariam a sua relação com o poderoso ministro das Finanças e com o regime na década seguinte. Especialmente nos primeiros anos, quando a *nova ordem* nas contas públicas venceria quaisquer reticências iniciais.

³⁰ Ver, entre outros, ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp.141-200.

³¹ Ver, entre outros, MATOS, Helena, *Salazar – a construção do mito 1928-1933*, Lisboa, Temas e Debates, 2010; REBELO, José, *Formas de Legitimação do poder no salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998.

³² AMC, cx.35, Correspondência/Maia, Álvaro Amadeu Pereira, nº1.

II CAPÍTULO – 1929-1933: *a Conversa será em Família*

Desde muito novo que MC cultivou a crónica jornalística. Num artigo publicado em 3 de Janeiro de 1933, exprimia a afetividade e tentativa de empatia com o público numa expressão que haveria dar tanto que falar: “porque a conversa será em família, [...] poderemos dizer as verdades”.³³ Em 1932 passaria a colaborar regularmente no *Jornal do Comércio e das Colónias*, através da coluna “Notas Económicas e Financeiras”. A predileção pelos temas económicos era notória. Mas talvez a sua máxima expressão seja a primeira obra de MC, a tese de doutoramento – *A depreciação da moeda depois da Guerra* –, defendida em Junho de 1931 e publicada (parte) pela Coimbra Editora ainda no mesmo ano. Cujo conteúdo é bem mais relevante do que as peripécias que rodearam a prova e o jovial intervencionismo integralista.

Sobre o primeiro e forte impacto mundial da crise financeira despoletada com o *Crash* de 1929, um dos problemas centrais da ciência económica, tão caro ao autor da tese como ao chefe do novo regime, consistia na “estabilização do valor da moeda”.³⁴ Adotando um método positivo de investigação (segundo o próprio, a “objetividade fria e serena da pesquisa e do cálculo nas ciências exatas”), criticava moderadamente os clássicos, sobretudo Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) – por exemplo, as suas conceções otimistas em relação à convertibilidade do papel-moeda – e analisava a *teoria quantitativa* (particularmente no caso português, que “desmentiu mais uma vez a teoria quantitativa sob qualquer das suas formas”):

“Pelo impulso da alta dos preços, sucedeu que o aumento das despesas públicas forçava o Estado a estampar mais notas, vindo assim a inverter-se os termos da teoria: eram os preços que determinavam o aumento da circulação, em lugar de serem o único elemento passivo da equação fisheriana.”³⁵

A observação não dá lugar a qualquer ensaio pelas tentativas de reestruturação da *teoria quantitativa*, como a que havia feito Knut Wicksell (1851-1926) na obra de 1898,

³³ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº22.

³⁴ CAETANO, Marcelo, *A Depreciação da moeda depois da guerra*, Coimbra Editora, 1931, nota prévia. A operação passou, em grande medida, pela indexação do escudo à libra e não ao dólar, em 1931. MC faria eco do “sucesso” noutros locais durante os anos seguintes: AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº35.

³⁵ CAETANO, Marcelo, *A Depreciação da moeda depois da guerra*, p.363.

*Interest and Prices*³⁶, mas não deixa de ser interessante pela sua heterodoxia. Reflexo da tentativa por parte de MC de se posicionar no complexo quadro dos debates económicos do período entre guerras.³⁷ Diria em 1935: “já ninguém duvida, segundo cremos, da alta importância que a cultura económica reveste para o jurista que o seja verdadeiramente”.³⁸ Mais importante do que isso, revela um ecletismo teórico que talvez explique a frieza no agradecimento por parte do ministro das Finanças quando MC lhe ofereceu a tese. Sobretudo se a compararmos com a obra daquele, datada de 1916 – *O ágio do ouro, sua natureza e suas causas (1891-1915)*, visivelmente marcada por uma perspectiva e agenda política.³⁹ Em sentido oposto, a obra marcelista foca o debate económico em curso, ainda que de forma limitada: “notaremos apenas que a tendência moderna é para substituir a uma teoria rígida e, portanto, unilateral, a explicação fundada numa série de causas variadas, e agindo com intensidades diferentes conforme as circunstâncias de tempo e de lugar.”⁴⁰ Destaca a “teoria psicológica” defendida por Albert Aftalion (1874-1956)⁴¹ e a “teoria da paridade do poder aquisitivo das moedas” propugnada por Gustav Cassel (1866-1945)⁴², um dos pioneiros, juntamente com o próprio K. Wicksell, da chamada *Escola de Estocolmo*, como eixos teóricos do seu estudo, em contraponto com a “teoria da balança económica”.

Aliás, as conclusões a que chega sobre o problema em questão, para além do elogio ao ministro das Finanças⁴³, oferecem um esboço do quadro político-económico que balizará a sua atenção nos primeiros passos do regime. Veja-se:

“Quanto ao câmbio, a sua depressão deve-se ao desequilíbrio da balança económica que o aumento das importações em alguns anos, a diminuição do valor das remessas do

³⁶ WICKSELL, Knut, *Interest and Prices: a study of the causes regulating the value of Money*, New York, Sentry Press, s.d.. Republicação da primeira tradução para língua inglesa de 1936. Do mesmo autor ver, *Lecciones de economia política*, Madrid, M. Aguilar Editor, 1947; *Value, capital and rent*, London, George Allen & Unwin, 1954.

³⁷ HEILBRONER, Robert L., *The worldly philosophers: the lives, times, and ideas of the great economic thinkers*, 7th ed., London, Penguin Books, 2000.

³⁸ *O Direito*, Ano 67^o, 1935, p.36.

³⁹ A este propósito, ver, entre outros: TELO, António José, *A Obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política – 1928-1932*, in *Análise Social*, Vol. XXIX, 128, 1994, 4^o, pp. 779-800.

⁴⁰ CAETANO, Marcelo, *A Depreciação da moeda depois da guerra...*, p.27.

⁴¹ Ver, AFTALION, Albert, *Les crises périodiques de surproduction*, 2 volumes, Paris, 1913. Ver também AFTALION, Marcell, *Des libéralités entre époux de leur imputation et des conflits de lois qu'elles soulèvent*, Paris, 1932.

⁴² Ver, CASSEL, Gustav, *Traité d'économie politique*, 2 volumes, Laval, 1929 ; *Economia social teórica*, 3^a ed., Madrid, M. Aguilar, 1946.

⁴³ “A depreciação, quer interna, quer externa, quer considerada sob o aspeto da alta dos preços, quer sob a forma da baixa cambial, é um efeito de várias causas concorrentes, que não de um só fator seja ele a quantidade da moeda, a balança económica, a paridade do poder aquisitivo ou outro qualquer. Foi de resto o que viu já em 1916, ao estudar o nosso câmbio durante o período de 1891 até essa data, o Prof. Oliveira Salazar, a cujo talento de economista nos apraz aqui prestar homenagem.” Idem, p.369.

Brasil, e a saída de ouro para despesas improdutivas, explicam; à fuga mórbida dos capitais e à retenção no estrangeiro dos seus rendimentos; à especulação, por jogo nas divisas estranhas ou até nas próprias oscilações do escudo; às previsões pessimistas sobre o futuro, que o incessante aumento da circulação fiduciária, a constância do *deficit* orçamental, a situação da tesouraria imprudentemente revelada nos seus momentos difíceis, a desordenada intervenção do Estado na vida económica, as declarações alarmantes dos governantes, a ausência de claras contas públicas e de estatísticas, as violências inúteis exercidas contra o capital por atos ou ameaças, os exageros da paixão política, a instabilidade ministerial e as perturbações sociais, justificavam plenamente. Do conjunto destes fatores, de ordem económica uns, de carácter psicológico os outros, resultou a depreciação sustida em 1924.”⁴⁴

A “Crise nos Estados Unidos”⁴⁵ merecer-lhe-ia especial atenção. MC partilhava da crítica generalizada, responsabilizando a administração Hoover (Herbert, 1874-1964; mandato: 1929-1933) e a sua “quase-religião” da “prosperidade indefinida”, o abuso do crédito e do consumo, tal como o sistema bancário americano, o mais sensível aos “períodos de desconfiança” e “depressão psicológica”. No entanto, para além da desvalorização do impacto internacional da crise, não concorda com o plano rooseveltiano de recuperação económica, incluindo o apoio financeiro aos bancos:

“Os Estados Unidos foram agora vítimas, mais uma vez, de uma comoção coletiva, cuja justificação dificilmente se poderá achar neste ou naquele facto concreto: na publicidade do relatório da Reconstruction Finance Corporation (dois biliões de dólares empregados no combate á crise, seiscentos milhões dos quais entregues a Bancos falidos!) ou na campanha pró-inflação.”

Por outro lado, destacava a importância da “cooperação dos grandes Bancos emissores da Europa” para uma resposta eficaz à crise.

2.1. *Sede de Ordem: da ditadura à Constituição de 1933*

Num dos primeiros artigos após a defesa e publicação da tese, MC exprimiu a sua apreensão perante os abusos da palavra “ordem”. Sentiu por isso necessidade de clarificar, em

⁴⁴ Idem, pp.370-371.

⁴⁵ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº38.

22 de Dezembro de 1931, a generalizada “sede de ordem”.⁴⁶ Criticou os que achavam tratar-se apenas de “ordem pública”, porque isso significaria que manter a ordem seria um “mero episódio policial”. Para ele, não são os indivíduos a causa, mas “os princípios que os guiam”, porque, dizia, “as doutrinas, por péssimas que sejam, se não vencem a tiro”. Expressão dramática que teria uma origem concreta. Enquadrada, naturalmente, num período de quatro anos de tentativas *reviralthistas*, a que a *Situação* sempre respondeu com mais violência.⁴⁷

No dia 3 desse mês, MC seria convidado a participar no almoço de inauguração da “Liga do 28 de Maio” em Évora. Contudo não foi. Dias depois, talvez quando escreveu o artigo, anotava à mão, no canto superior direito do convite, o seguinte: “não fui porque em 12/12/31 nasceu o meu filho João. No dia 13 realizou-se em Évora a reunião durante a qual foi assassinado o Dr. Joaquim Maria da Silva Dias, signatário desta carta.”⁴⁸ Não é difícil perceber como vivera esses dias, justificando o apelo ao “bom-senso da razão” e ao “equilíbrio”: “conquistemo-la [a ordem] á custa de um indispensável autodomínio, de uma imprescindível perfeição moral. Propaguemo-la pelo exemplo, pela palavra, pela escrita, batendo os erros dos adversários, disputando sistema contra sistema, opondo organização à organização”, porque o caminho da “força” é “doloroso e inútil.”

Apesar da preferência pelos temas económicos, não deixava de viver intensamente a realidade política, porque, conforme afirmava, “não pode haver boas finanças onde houver péssima política.”⁴⁹ Integrou o Conselho Político Nacional (CPN) e foi auditor do Ministério das Finanças (Mdf). Conheceu de perto o infalível método do ministro, aplicado nas reuniões do Conselho onde se trabalhou o texto final da Constituição do Estado Novo⁵⁰: sugerir dissimuladamente a inconveniência do que não queria. O júbilo entre os juristas do Campo de Santana, onde emergia o jovem MC, pelo estabelecimento da legalidade é especialmente destacado nas páginas da revista *O Direito*.⁵¹ Publicação, aliás, tão cara a MC.⁵²

⁴⁶ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº5.

⁴⁷ Ver, entre outros, FARINHA, Luís, *O Reviraltho: revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo – 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

⁴⁸ AMC, cx.25, Correspondência/Dias, Joaquim Maria da Silva, nº1.

⁴⁹ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº7.

⁵⁰ PT/TT/PS/AMC/CPN/01, nº1, livro 1; PT/TT/PS/AMC/CPN/02, nº2 a 4.

⁵¹ Em 1931, MC tornou-se sócio e redator da revista jurídica *O Direito*. Deve-se aqui um esclarecimento importante. Algumas das citações que serão reproduzidas encontram-se na secção da revista denominada “Crónica Legislativa”. Só a partir de Janeiro de 1936 é que aquela secção passa a surgir assinada. A primeira, de Janeiro, surge inclusive assinada por “M.C. e P.C.” (Marcelo usou sempre as iniciais; a outra assinatura tudo indica ser de Paulo Cunha). A partir daqui e até a rubrica ser eliminada no final de 1939 – facto só por si intrigante, dado o tom habitual da mesma –, MC é o único autor. Este facto, aliado ao cruzamento dos comentários da rúbrica com os artigos de jornal, e tendo em conta a evidente coerência no estilo e substância da escrita, permite com grande segurança atribuir a (co-) autoria das “Crónicas” posteriores a 1933 a MC. Na consideração da hipótese contrária, uma coisa parece certa: a extrema dificuldade em não se verificar uma regular concordância entre o reduzido grupo de redatores.

A crítica à excessiva produção legislativa durante a *Ditadura Militar e Nacional* não desapareceu na hora de inauguração do “novo regime de legalidade”. Em finais de Abril de 1933, registava com ironia: “a penúria de leis que jubilosamente registámos em Março foi de sobejo compensada pela abundância de Abril. Eflorescência precoce, pois se não nos esquecemos ainda do calendário... inconstitucional, Maio é o tempo próprio dos suplementos e das flores legislativas...”⁵³

Para além da análise da nova Constituição, ganharam especial destaque os Decretos-lei nº22 468 (que regulava o direito de reunião) e nº22 469 (que regulamentava a censura prévia à imprensa), ambos de 11 de Abril de 1933. O primeiro, que continha as proibições e limitações que são conhecidas, propiciou alguns comentários. Estes diziam respeito à omissão na lei de “referência às reuniões eleitorais”..., e, sobretudo, na comparação que é estabelecida com o II Império francês:

“É interessante a aproximação desta lei e da de 6 de Junho de 1863, pela qual Napoleão 3º entrando na fase do «império liberal» regulamentou em França o direito de reunião: a semelhança é estreita, salvo que a nossa é mais larga, não consentindo como o art.º 13º da lei francesa que a autoridade adie ou proíba qualquer reunião que lhe pareça de natureza a perturbar a ordem ou a comprometer a segurança pública.” Concluindo de seguida: “de resto, o paralelo entre o Estado Novo e o segundo império francês não ofereceria só essa curiosidade...”⁵⁴

Em relação ao segundo decreto, considerou ter introduzido “no regime anterior consideráveis atenuações”, como a proibição às comissões de censura de alterarem os textos ou a possibilidade de recurso das suas decisões. Inaugurada com os seis Decretos publicados

⁵² Em 28 de Maio de 1979, MC responderia a Lopo Cancela de Abreu, que intermediava o primo João Paulo Cancela d’Abreu, sobre uma proposta de compra da parte de MC na revista. Este aproveita para mostrar o quanto se interessava pela publicação:

“Mas O Direito para mim nunca foi um negócio. [...] Eu paguei, em 1931, dez contos (de então...) para poder trabalhar na sua redação. Durante mais de quarenta anos, como redator e diretor, organizei pontualmente os seus números, coligindo colaboração e escrevendo em todos eles, sendo eu próprio a rever as provas tipográficas. E tudo isso sem outra remuneração que não fossem os eventuais lucros do exercício, sempre muito escassos e partilhados com os restantes sócios.” [...] “Para mim, o velho Direito, depois de interrompida a publicação por cinco anos, acabou. E se a Universidade Nova quer fazer sair uma revista com o mesmo nome, que faça a partir do nº1.” E acrescenta: “Mas não acha que comprar por 10 contos de 1979 a cota de 10 contos de 1931 – que valorizei com o trabalho de mais de 40 anos – seria uma expropriação digna do Mário Soares? Feita, demais a mais, a quem está banido do seu País?” AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de, nº25.

⁵³ Revista *O Direito*, Ano 65º, 1933, p.135.

⁵⁴ Idem, p.136. Em 13 de Julho de 1932, MC já afirmava, num comentário sobre a política económica e orçamental da segunda metade do século XIX português: “Entretanto a Europa acolhia com entusiasmo os novos inventos que iam dar à vida um ritmo inédito. O segundo império despontava em França. A um período de lutas políticas e sociais, sucedia-se uma era de trabalho e de paz. O lema era lucrar, enriquecer. E este foi o espírito que animou o fontismo.” Em AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº16.

em 23 de Setembro de 1933⁵⁵, o início da “nova ordem corporativa” era assinalada com ambivalência. A somar à expectativa, uma certa apreensão. A crítica era dirigida sobretudo ao Estatuto do Trabalho Nacional (ETN):

“É uma declaração de princípios, uma espécie de programa da ação do Governo no campo que agora começa a desbravar. Não se encontram nele quaisquer sanções, nem mesmo preceitos imediatamente executórios: os governos ditatoriais, em períodos revolucionários, gostam muito desta espécie de proclamações legislativas que convertem os textos de direito em artigos de catecismo, disseminando as doutrinas novas.”⁵⁶

No mesmo sentido depreciava a constituição das Casas do Povo, que na verdade seriam “um pouco as delegações paroquiais do INTP e portanto instituições de direito público...”.⁵⁷ Instalava-se uma certa desconfiança em relação à ambiguidade na condução político-jurídica do novo presidente do Conselho. Corporações? A questão gravitaria, em grande parte, em torno do Código Administrativo (CA), cujo processo seria, segundo se verá, clarificador.

2.2. Equilíbrio orçamental: o crédito não se mendiga, conquista-se

Para MC, a condução das finanças públicas continuava a compensar as indeterminações políticas. Em termos orçamentais, sublinhava, em 1932, o “grave” “problema do pessoal”, que absorvia “quase metade” do orçamento: “Temos um funcionalismo numerosíssimo, de competência desigual, mal escolhido, mal pago e em geral de fraco rendimento do trabalho”. Sugeria “uma reforma radical”. Por outro lado, elogiava imenso a conversão e abatimento da dívida: “em quatro anos económicos abateram 100.000 contos os juros da dívida – o que constitui indubitavelmente um resultado brilhante de política económica.”⁵⁸ O elogio era oferecido em contraponto com a crítica duríssima à política financeira do reinado de D. Luís, quando “o recurso ao crédito domina toda a nossa atividade

⁵⁵ 23.048: Estatuto do Trabalho Nacional; 23.049: Grémios; 23.050: Sindicatos Nacionais; 23.051: Casas do Povo; 23.052: Casas Económicas; e 23.053: Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

⁵⁶ Revista *O Direito*, Ano 65º, 1933, pp.234-235.

⁵⁷ Ibidem. No artigo publicado nas pp.34-41 do nº2 do Ano 66º da mesma revista – “Corporações administrativas – Notas sobre o seu conceito e regime jurídico” –, M.C. repete, formal e elaboradamente, a crítica feita na Crónica Legislativa. Um dos vários exemplos que demonstra a mais do que provável autoria dessa coluna crítica.

⁵⁸ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº15.

financeira”, considerando que “a nossa estrutura social podia pois definir se assim pela sua expressão financeira: primeiro a usura em cujos braços se lançara a nossa estouvada e imprevidente dissipação; depois o maquinismo constitucional (rei, parlamento) as classes inativas e o fisco; seguidamente a multidão mal armada, mal instruída, parasitária, da tropa; e após o caciquismo cozinheiro [sic] das eleições, deixando-se para os restos o fomento nacional e colonial...”⁵⁹

A análise da política financeira permitiu-lhe atribuir a paternidade teórica da reforma orçamental de 1929 às propostas de tratadistas referenciais da ciência financeira, destacando “Wagner”. Tendo em conta o trabalho e as ideias de Adolf Wagner (1835-1917)⁶⁰, esta breve alusão permitirá, talvez mais do que em relação ao próprio ministro das Finanças, identificar uma das referências teóricas (em matéria financeira) do próprio MC.

Aproveitou todo o processo em torno do pedido de empréstimo à SDN pelo governo de Sinel de Cordes, sem mencionar a dimensão política das contrapartidas (que a Liga de Paris conseguiu explorar)⁶¹, para defender mais uma vez a ação do ministro. Ironiza com as dificuldades (acelerada desvalorização da dívida e consequente subida dos juros) sentidas pelos países com empréstimos garantidos pela SDN: “Portugal teve em tempos a ilusão de que o patrocínio de Genebra poderia suprir o esforço interno de regeneração e reconstrução. Felizmente a SDN recusou o auxílio pedido: hoje aprendemos, graças a essa negativa, que o crédito não se mendiga, conquista-se.”⁶²

Contra as críticas generalizadas à austeridade financeira, mobilizou-se em defesa do ministro. Primeiro com ironia: “Depois, houve uns sujeitos que acharam demais tanto acertar. [...] Descobriu-se então uma forma de o combater: dizendo que a política de equilíbrio orçamental asfixiava a economia do país”.⁶³ Depois com a “Lição da França”.⁶⁴ Em Janeiro

⁵⁹ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº16.

⁶⁰ MC já citara na tese as obras de Wagner, especialmente o *Tratado de Ciência Financeira*. Um dos mais influentes economistas e políticos da chancelaria de Otto von Bismark (1815-1898), ficaria para a história associado à “Lei de Wagner”, que teorizou a necessidade de crescente intervenção estatal, indissociando, por exemplo, capitalismo do primeiro esboço do que viria a ser o “estado social”. Seria o primeiro protagonista do chamado “socialismo estatal” (*staatssozialismus*). Ver, do autor, *Les fondements de l'économie politique*, tradução de Leon Pollack, 5 volumes, Paris, 1904-1914.

⁶¹ Em 1934, o presidente do conselho sentiria necessidade de rebater essa ideia, tendo-se então publicado uma nota oficiosa pelo SPN a esclarecer que o governo português é que não quis formalizar o empréstimo: SALAZAR, António de Oliveira, *Duas Escolas Políticas: nota oficiosa da Presidência do Conselho*, de 16 de Julho de 1934, Ed. SPN, Lisboa, 1934, pp.15-20.

⁶² AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº17.

⁶³ AMC/05-02, artigos manuscritos: AMC, cx.1, Artigos manuscritos, nº84.

⁶⁴ “Diabo! O orçamento francês tinha *deficit*. E se os franceses viviam com o orçamento desequilibrado é porque a tal política salazarista passara de moda e talvez até fosse errada. Vistas bem as coisas o mundo dá muita volta: a França, modelo perfeito, figurino impecável, desconfessava o Salazar. As razões ficavam impotentes perante este facto. E o melhor... seria deixar também desequilibrar o orçamento português. Isto disse-se nos cafés. Isto escreveu-se em jornais bem cotados.” AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº26.

de 1933 citava o premonitório Luís Barthou (1862-1934)⁶⁵, que em 1932, preocupado com a «crise de autoridade», terá defendido na revista *Les Annales* a criação “d’une sorte de Comité de Salut Public sans guillotine...”. Tentando seguir o passos do francês, MC terminava assim: “A Lição da França... Estejamos atentos: de uma forma ou de outra, ela virá.”

Na sequência da crise política de 6 de Fevereiro de 1934, por iniciativa do presidente Albert Lebrun (1871-1950)⁶⁶, formou-se novo governo de “união nacional”, dirigido por Gaston Doumergue (1863-1937)⁶⁷ e contando, precisamente, com Barthou à frente dos negócios externos (que seria assassinado pouco depois). MC parecia defender nesses tempos de recuperação da crise que a austeridade financeira e equilíbrio orçamental andavam de mãos dadas com a necessidade de alargado consenso político, numa relação em que o debate político-ideológico, invariavelmente associado a instabilidade, estaria a mais. Esta posição surge sustentada pelo comentário algo *sui generis* aos governos do “cartel das esquerdas” (*Cartel des Gauches*)⁶⁸ em França, que estava novamente no poder depois dos gabinetes de “união nacional” de Raimond Poincaré (1860-1934)⁶⁹ e sucessores, elogiados porque “realizaram e mantiveram a estabilização monetária”. Mais do que o posicionamento político e o sistema democrático em si, cujas diferenças são demasiado óbvias, colocava em causa, sobretudo, o que considerava ser a irresponsabilidade financeira, visível nas seguintes interrogações:

“Que irá suceder agora? O nervosismo dos capitalistas provados tão duramente n’este período aflitivo não consente a mínima manifestação de hostilidade, o mais pequeno sinal de ataque. Seria o pânico. Compreenderá isto o cartel? Desistirá o partido socialista dos seus

⁶⁵ Foi presidente do conselho de ministros francês em 1913. Além desse, ocupou variadíssimos cargos políticos até 1934: ministro da instrução pública, ministro da justiça, ministro dos negócios estrangeiros, ministro das obras públicas, ministro de estado, ministro do interior e ministro da guerra.

⁶⁶ Foi presidente da França entre 1932 e 1940. Conservador, líder da Aliança Democrática quando foi eleito presidente. Ocupou também vários cargos políticos: foi deputado e integrou a “união sagrada” de Clemenceau durante a Guerra. Governo que inspiraria, invariavelmente, iniciativa semelhante em Portugal, entre 1916 e 1917, no que seria o mais duradouro ministério da I República.

⁶⁷ Presidente do conselho de ministros por duas ocasiões, em 1913-14 e em 1934, intercalados pela Presidência da República em 1924-31. Fora também ministro das colónias, da instrução pública, dos negócios estrangeiros, do trabalho, do comércio e indústria, e deputado. Membro do Partido Radical (forma abreviada), tomara posição em favor de Dreyfus, nesse famoso caso que marcou a III República.

⁶⁸ Coligação francesa de esquerda entre o Partido Radical Socialista Francês e a Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) formada no pós-Guerra (1914-18) como resposta ao Bloco Nacional (que ganhara as eleições em 1919), manter-se-ia até à Frente Popular (1936-38). Governaria entre 1924-26 e em 1932-34. Esta segunda vitória fora menos expressiva, obrigando a uma negociação difícil com os socialistas moderados. Inspiraria em Portugal o governo de ampla coligação de esquerda de José Domingues dos Santos (Novembro de 1924-Fevereiro de 1925), que apesar do amplo apoio popular, cai por uma moção parlamentar liderada por António Maria da Silva, chefe da direita do PRP.

⁶⁹ Fervoroso nacionalista, membro da Aliança Democrática (AD), foi presidente da França entre 1913 e 1920, ministro da fazenda e da educação, para além de presidente do conselho em cinco ocasiões, sendo as duas últimas (1922-24 e 1926-29) antes e depois da primeira vitória do *Cartel des Gauches*.

pontos de vista doutrinários? Renunciará a conseguir em troca do apoio a um governo radical as vantagens políticas que o triunfo lhe proporciona? Se assim fosse, isto é, se a orientação do governo francês se não modificasse essencialmente, muito embora cuidasse da execução de um programa de reformas sociais baratas, a França nada sofreria.”⁷⁰

Ou seja, se o “cartel” (e a “esquerda”, em sentido lato) apresentasse uma política financeira e económica eficaz, equilibrando o orçamento, estabilizando a dívida e a moeda, contribuindo para o restabelecimento do comércio livre europeu, não se oporia. Claro que é um apelo ideológico irrealista para que o “cartel” se negue a si próprio, visível nas linhas em que defende a manutenção da “orientação do governo”. Como sempre, deve situar-se: estas palavras foram escritas em Maio de 1932 e destoavam sobremaneira do conservadorismo (primário) situacionista. Até na defesa, ainda que “barata”, dum programa de reformas sociais.

2.3. Momento económico e financeiro: *otimismo*?

Em Janeiro de 1933, afirma que “os tempos piores da crise económica vão já passados”, embora alertasse: segundo o “ritmo regular da economia capitalista continuamos sob o signo da depressão”, “a crise não findou”. Destacava também o seguinte: “o retraimento dos detentores do capital diminuiu”; “o desemprego diminuiu”; “os preços melhoram, remunerando mais equitativamente o produtor”; “um tesouro público desafogado”.⁷¹ Os sinais vagamente apresentados, permitir-lhe-iam “olhar o futuro com otimismo”, porque “a vida económica é uma batalha onde triunfa quem afirma melhor a sua fé, a sua tenacidade, a sua vontade.” Este espírito combativo introduz um guia de ação, menos vago, mas ainda assim mais popular do que ideológico: “equilíbrio e justiça social”; “trabalho remunerado com equidade”; “tem de deixar de ser possível que o administrador de uma empresa [...] ganhe tanto como dez ou vinte operários juntos”; “na propriedade ver-se-á menos direito e mais função. E por esse preço conseguir-se há esconjuram o perigo real que ameaça o capitalismo e que não está na mão da polícia, só por si, vencer.”

⁷⁰ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº7.

⁷¹ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº24.

A defesa genérica do “capitalismo” permite constatar a permanência do anticomunismo integralista, reforçado pelas circunstâncias internacionais (sobretudo na Alemanha), e permite perguntar: o que entenderia MC por “capitalismo”? A resposta parece fácil: tem o entendimento “corporativo”. Claro que se manifestam nessa afirmação os genes corporativos. Mas a posição que assume em relação a diversos domínios económicos coloca sobretudo dificuldades e emerge toda a complexidade que envolve o demasiado abrangente conceito de “capitalismo”, segundo a atualíssima chamada de atenção de Walter Eucken (1891-1950) nos anos 40.⁷²

2.3.1. É preciso não exacerbar o nacionalismo

O “nacionalismo económico” colocava sérias reservas a MC. O regime nacionalista recém-inaugurado ia emanando legislação económica bem menos explícita e estruturada do que os preceitos corporativos expressos na Constituição. Impondo-se como “um dos princípios fundamentais em que assenta a vida social no momento presente”, considerou-o “um mal necessário”. A correção das distorções capitalistas generalizou a ideia pelas economias ocidentais, especialmente as mais afetadas pela crise. Em última instância, justificou a estatização da economia, como no caso extremo da Alemanha nazi.

Perante esse quadro, MC defendeu o protecionismo aduaneiro como forma de travar a “concorrência desenfreada” e o “progresso técnico velocíssimo” que colocava os “países

⁷² “A este propósito seria de observar primeiramente que se comete um erro lógico grave, ou seja o erro de *hipóstase*. Coisifica-se, objetiva-se ou personifica-se uma ideia geral. A fuga para a ideia geral personificada «capitalismo» substitui-se à verdadeira investigação da realidade. – Alguém pergunta porque é que se procedeu no Canadá, Brasil e outros países à destruição de trigo, café e outros géneros alimentícios. E explica que é precisamente desta maneira que o capitalismo atua, considerando que com isso respondeu à pergunta. É muito cómodo; mas na verdade nada ficou explicado. Porque é que esta entidade singular, o «capitalismo» destrói massas de bens neste ponto e noutros não? – O observador devia estudar as formas de mercado concretas e descobriria então como e porquê, em certas formas de mercado monopolísticas, acontece destruírem-se massas de mercadorias e porque é que noutras formas de mercado isso não acontece. Devia pois penetrar na realidade e não se confiar a esquemas conceptuais. Crê-se com tais descrições dos atos do «capitalismo» ser-se moderno e na verdade recai-se no pensamento mágico. Reencontramos aqui o velho erro do realismo filosófico. – O uso do conceito de «capitalismo» causou ainda danos em duas outras direções. Ele dificulta ou torna impossível a compreensão histórica. Esta é *uma* das consequências. [...]

A *segunda* consequência é que, dado o conceito de capitalismo não nos dizer nada sobre a *estrutura da ordem económica*, não é apropriado para uma descrição da realidade económica. Cada um lhe introduz a conceção de ordem económica que lhe convém”. EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pp.101-103.

pobres à mercê dos países ricos”.⁷³ Posto isto, o problema era “complexo”. Considerava o protecionismo, enquanto princípio, “odioso”. Nomeadamente pelo seu carácter transitório, enquanto processo flexível, em constante e criteriosa avaliação: “a proteção justifica-se primeiro quando funciona como processo educador de indústrias que nascem e necessitam, portanto, de um período mais ou menos largo para se formar e consolidar”. As empresas teriam de justificar a proteção, que por sua vez não deveria sacrificar a “liberdade”: “O Estado cumpre o seu dever protegendo; a indústria corresponde-lhe produzindo bem e trabalhando honestamente. Mas para além desta colaboração, tem de haver uma zona de liberdade onde se consinta a presença estimulante do concorrente estrangeiro já desfavorecido na alfândega”. Donde concluiu que “o Nacionalismo económico tem de ser inteligentemente compreendido: não pode ir até ao monopólio do mercado em favor de nacionais”.

Também não perdeu a oportunidade de lançar uma farpa ao nacionalismo serôdio que campeava jubilosamente nas soleiras do Terreiro do Paço (os grupos de pressão agrários e industriais): “mas, por amor de Deus, não chamem a polícia para expulsar do campo os estranhos que aí permanecem, esforçando-se corretamente por colocar os seus produtos”. Até para que não parecessem “ridículos”.⁷⁴ Ao contrário do chefe, que sempre soubera namorar esses grupos de pressão⁷⁵, MC parecia desprezá-los.

A rejeição do “parasitismo” económico, observável no tímido elogio à Grande Exposição Industrial Portuguesa (1932) e ao I Congresso da Indústria Portuguesa (1933), contrastava com o entusiasmo predominante e dever-se-ia à ausência de uma política industrial no novo regime. A lei de reconstituição económica de 1935 e a lei (II) de condicionamento industrial de 1937 permitiriam clarificar a sua posição.

2.3.2. A alarmante participação do Estado na economia

A defesa contra o “nacionalismo exacerbado” preocupava-o seriamente. Para MC, a primeira linha de combate passava necessariamente pelos próprios empresários. Nesse

⁷³ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº29.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Em 1923, o então professor de direito em Coimbra e futuro ministro das finanças, participou, em Lisboa, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, com uma conferência intitulada “Redução das despesas públicas”.

sentido, exortou a uma profunda mudança nas elites dirigentes empresariais. Insistia na ideia de que “a propriedade, mobiliária ou imobiliária, não é só um direito mas também uma função social.”⁷⁶ Da crítica à “simples conezia rendosa” procedia a preocupação do porvir: “pensem que num momento de crise social, nas vésperas, porventura, de uma grande transformação económica, a melhor defesa de uma classe duramente atacada [administradores/gestores] está nos serviços que presta, na utilidade que demonstra no rendimento que produz.” No que parece ser uma referência indireta ao escândalo do BNU, concluiu: “só assim, com nova mentalidade dos dirigentes e com fiscalização eficiente será possível evitar de futuro factos tão chocantes como aqueles a que estamos assistindo com tanta frequência de há uns anos a esta parte.”⁷⁷

A atenção que dispensa ao assunto nos inícios de 1933 é relevante.⁷⁸ A seguinte transcrição é clarificadora:

“Dado que [...] vai sendo alarmante a extensão da participação do Estado em toda a vida económica nacional, o ideal estaria em se adotasse a primeira solução [“iniciativa dos próprios acionistas”]: infelizmente, porém, não há-de ser assim. Falta-nos, a nós portugueses, o espírito de iniciativa, o gosto da responsabilidade e o sentimento solidarista. Desde que saibamos que o Governo se ocupa dos nossos interesses, descansamos sossegadamente. Se algum perigo nos ameaça, logo clamamos alarmados o auxílio do Poder. Sem nos lembrarmos, imprudentes de nós, que se exigirmos mais serviços públicos, hão-de nos ser pedidos mais impostos; e, o que é pior, que a cada nova avançada de penetração estatista corresponde a perda de uma parcela da nossa liberdade «real».”⁷⁹

Como em relação a todas as transcrições, exige-se contextualização na leitura. A marca de água é a ameaça da “pregação marxista” e a “possibilidade do socialismo”. Algo surpreendentemente, concordou com Marx no que diz respeito à “concentração industrial”. Mas fê-lo de forma superficial, na medida em que aquela justifica a fiscalização das sociedades anónimas defendida por MC: “um mal inevitável se os acionistas não proverem a necessidade de uma reforma nos métodos de defesa do seu capital, que é o capital da Nação.”

Em síntese, MC assumia a preferência pela adoção do “sistema inglês”. Ou seja, fiscalização independente da intervenção estatal. Apenas a tendência para os extremos – “da independência sem limites” à “subserviência temerosa” – conforma a intervenção estatal. A posição de MC neste domínio particular fornece indícios substanciais para a compreensão da

⁷⁶ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº20 e 21. Repete a expressão.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Especialmente: AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº20 a 23.

⁷⁹ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº21.

teorização que fará, a breve trecho, do “sistema corporativo”. Nomeadamente, no capítulo da “liberdade económica”, que identifica com “liberdade real”. De igual modo, introduz a ideia nuclear de “função”, neste caso económica, cuja vertente política iria desenvolver mais tarde. Não menos importante, evidencia-se a enorme convergência com as soluções desenvolvidas pelo institucionalista Adolf A. Berle⁸⁰ (1895-1971) na transição dos anos 20 para a década seguinte, sintetizadas na obra de 1932 – *The Modern Corporation and Private Property*.⁸¹ Elemento destacado do “brain trust” de Roosevelt, produziu a legislação que configuraria a fiscalização das sociedades anónimas e a responsabilização das respetivas administrações.

2.3.3. Diplomacia económica: a importância das *pequenas coisas*

O sector económico do turismo⁸² mereceu-lhe especial atenção. Em 1936, Ernesto Júlio Navarro (1876-1938)⁸³ prestava-lhe essa homenagem e partilhava as suas opiniões “por saber o interesse que [MC] tem tomado pelos assuntos que se prendem com o Turismo”.⁸⁴ Principalmente enquanto cartaz de uma mais ampla diplomacia económica: a “necessidade inadiável de adotarmos, em Portugal, os métodos de propaganda e expansão comercial em uso em todo o mundo.”⁸⁵ Defende que “tudo mudou, os tempos mudaram, a rotina tem que acabar também. E que repouse em paz!”

A substância destas expressões panfletistas e da necessidade de não “desdenhar as coisas pequenas” – “mas os resultados dependem quantas vezes das pequenas coisas!”⁸⁶ – compreendia o problema maior da balança comercial. Assumiu a defesa de um caminho de difícil compromisso entre a liberdade de comércio (da qual dizia que Portugal seria um

⁸⁰ Adolf Augustus Berle Jr. (1895 – 1971). Formado na *Harvard Law School*, faria praticamente toda a sua carreira como professor na *Columbia Law School*. Fervoroso anticomunista, cofundou o Partido Liberal de Nova Iorque em 1944, como alternativa moderada ao partido Trabalhista Americano, propondo uma base programática social-liberal, defendendo maior investimento na educação e na universalização dos cuidados de saúde. Berle integraria também, para além do “brain trust” de Roosevelt, a equipa de J. F. Kennedy.

⁸¹ Ver BERLE, Adolf A., *The Modern Corporation and Private Property*, New York, Macmillan, 1932; *L’homme et la propriété. Résolution du système de la propriété libre*, Actualités Scientifiques, Paris, 1939.

⁸² AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº34, 56, 57. Todos os documentos de 1933.

⁸³ Político durante a I República: deputado; ministro do Comércio, dos Abastecimentos, da Agricultura, e senador. Seria depois opositor ao Estado Novo.

⁸⁴ AMC, cx.40, Correspondência/Navarro, Ernesto Júlio, nº1.

⁸⁵ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº32.

⁸⁶ Idem, nº34.

“refúgio”) e o protecionismo (“altas fronteiras aduaneiras” e “restrições cambiais”). A justificação incluía um cenário caótico no comércio mundial:

“O Mundo está mais agressivo do que nunca. Cada Nação se fecha hermeticamente dentro das suas fronteiras e procura resolver os *seus* problemas com os *seus* remédios. Dez anos de conferências, reuniões, assembleias, comissões, notas, memoranda, planos, peritos e Sociedade das Nações – tudo dirigido no sentido da cooperação e da paz internacional – deram isto: um nacionalismo económico e político cada vez mais acentuado, mil e um problemas por resolver, rumores de guerra, o caos...”⁸⁷

O ponto de chegada consistia, através da denúncia do unilateralismo comercial – “chauvinismo” –, na defesa da aplicação de um regime de contingentes em Portugal, semelhante ao que era praticado pelas principais potências: “se o regime de contingentes é magnífico em França e na Alemanha, também o pode ser, em relação aos produtos dessas Nações, em Portugal e nas Colonias”, “procuremos ser clientes de quem nos conceda reciprocidade de tratamento. Tudo menos a subordinação”.⁸⁸ Em 1932, as exportações para a Alemanha não ultrapassaram os 75.488 contos (cts), enquanto as importações chegaram aos 235.927 cts: um *deficit* de 160.439 cts.⁸⁹ Tinha estalado então um conflito aduaneiro com a França: “rompeu connosco uma guerra aduaneira sem justificação nem explicação”.⁹⁰ Os principais produtos de exportação justificariam quer o desnível com a primeira quer o conflito com a segunda: vinho, cortiça e conservas.

2.3.4. Ministeriais interesses: tecnocracia, agricultura e reforma agrária

Nos inícios de 1933 gerara-se algum ruído em torno da reorganização ministerial. A reconfiguração ministerial de onde saíram os superministérios das Obras Públicas e Comunicações (MdOPC) e do Comércio, Indústria e Agricultura (MCIA), ofereceu oportunidade de confronto (inconsequente) entre os chamados *neofisiocratas* e os *lobbies* tradicionalistas e ruralistas. MC vai tomar posição nessa amostra de debate.

⁸⁷ Idem, nº40.

⁸⁸ Idem, nº40 e nº42.

⁸⁹ Idem, nº42.

⁹⁰ Idem, nº52.

Antes do mais, considerava ter sido “um erro [...] acreditar-se na excelência dos ministros técnicos”, porque, regra geral, “são os piores”. Propunha o seu ideal de ministro: “deve ser um homem de cultura geral, conhecimento suficiente e extenso dos negócios da pasta, inteligência viva e bom senso”, que saiba escolher “competentes colaboradores” e que saiba “trabalhar com os técnicos sem se deixar dominar por eles.”⁹¹ Uma alfinetada ao embandeirado apolitismo tecnocrático⁹², disfarce perfeito para eventuais e obscuros “interesses”.⁹³

A reforma agrária eternamente adiada⁹⁴ e sintetizável, nos anos de 1920, nas propostas de Quirino de Jesus (1865-1935) e (sobretudo) Ezequiel de Campos (1874-1965)⁹⁵, estava na base das opiniões. MC concordava em grande medida com as análises económicas de E. de Campos, mas rejeitava com ironia – “o sr. Ezequiel de Campos vai dar, como sempre, à reforma agrária” – a sua proposta de “reforma agrária radical”. Primeiro, porque “não [era] praticável”. Segundo, porque também não era solução para o problema do desemprego. Tema a explorar noutra capítulo, mas que parece ter sido o motor da reabilitação das teses de E. de Campos. Convém lembrar que aquele integrara o governo “canhoto” (Novembro de 1924 – Fevereiro de 1925) e fora alvo da fúria do fundador integralista Pequito Rebelo (1892-1983), que o acusou de provocar “um princípio de guerra civil e de dissolvente ataque à propriedade”.⁹⁶

Em relação às pressões sobre o governo para a reconstituição do Ministério da Agricultura (MA), concentradas na Associação Central da Agricultura Portuguesa (ACAP), MC foi incompaciente na crítica aos interesses instalados:

“Os «lavradores alentejanos» que há meses pediam um Ministério de Economia Nacional pretendem agora a restauração não do Ministério *da* Agricultura mas de um Ministério *para* a Agricultura, ou melhor para a Associação Central da Agricultura. A seu ver o extinto Ministério não marchou para ser dirigido por consumidores: o que é necessário é que ele, uma vez restaurado, passe a ser da classe. Nem mais nem menos: um Ministério de classe!”⁹⁷

⁹¹ Idem, nº46.

⁹² Ver, entre outros, PINTO, António Costa, *O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)*, in *Análise Social*, vol.XXXV (157), Lisboa, 2001, pp.1055-1078.

⁹³ Ver MADUREIRA, Nuno Luís, *A economia dos interesses. Portugal entre as Guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

⁹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979, pp.31 e segs.

⁹⁵ JESUS, Quirino, e CAMPOS, Ezequiel, *A Crise Portuguesa – Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, 1923.

⁹⁶ Jornal *O Século*, 15 de Janeiro de 1925.

⁹⁷ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº46. Volta ao assunto nos documentos nº47, 48 e 49.

Mas consegui-lo-iam. O MA foi restaurado pelo Decreto-lei nº22 873 de 24 de Julho de 1933 e, por despacho do presidente do Conselho de 21 de Agosto, os seus serviços foram repartidos pelo novo Ministério e pelo do Comércio e Indústria. Seria caso para perguntar: “Quem manda?” De qualquer forma, eis talvez o motivo porque entre as relações de MC se encontravam tantos académicos, escritores ou poetas e nenhum grande proprietário.

MC também se opôs, claramente, tanto ao *neofisiocratismo* avivado no início do novo regime, como ao ruralismo fisiocrático absolutamente anacrónico: “a fisiocracia tem parentesco próximo com as teorias sobre a excelência do estado de natureza em moda no século XVIII”. Justificando “que é aos consumidores como tais que compete o Governo económico. O Estado governado pelos produtores [inclui aqui o sector secundário] é a luta e o caos. Dificilmente se encontrará duas classes de produtores com interesses e pontos de vista harmónicos e não raro são mesmo antagónicos. O consumo é o traço de união entre todos os indivíduos de um Estado – o consumo é o fim natural da produção das riquezas.”⁹⁸

2.3.5. A Conferência de Londres

A Conferência de Londres, decorrida em Junho e Julho de 1933, tinha por agenda oficial o combate à depressão económica mundial, a reativação do comércio internacional e a promoção da estabilização monetária e cambial. A participação ziguezagueante dos EUA acabou por marcar negativamente a conferência, ao recusar negociar à partida a estabilização monetária. Aceitaria depois negociações à margem da Conferência com a França e Inglaterra, cujo conhecimento provocaria graves consequências nos próprios EUA, para afinal manterem a posição inicial.⁹⁹

MC seguiu atentamente a conferência. Tinha a expectativa de acordo sobre as “tréguas aduaneiras” e uma resolução sobre a “estabilização monetária”.¹⁰⁰ Contudo verificar-se-ia o abandono pelos EUA do padrão-ouro e da tentativa de estabilização monetária, que provocaram uma reação forte por parte de MC, em sintonia com as posições oficiais inglesa e francesa: “Deixemos a Conferência de Londres estrebuchar no ridículo da sua incapacidade

⁹⁸ Idem, nº47.

⁹⁹ Sobre os ecos da Conferência em Portugal, ver REBELO, José Pequito, *La conférence de Londres et la crise mondiale*, Lisbonne, Liv. Ferin, 1934.

¹⁰⁰ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº76.

realizadora e entretenho-nos antes com o que nos vai por casa.”¹⁰¹ Disse que não só não resolveu os problemas, como esperava “que os não tenha agravado”. A sua descrença na eficácia de amplos concertos internacionais para a resolução dos problemas mundiais saía tão reforçada quanto em relação às soluções adotadas nos EUA para superar a crise.

2.4. A Hora do Povo na Crise: desemprego e emigração

A redução do elevado desemprego conduziu a discussão a duas grandes linhas de pensamento: investimento público, nomeadamente em grandes obras infraestruturais, ou a promoção do desenvolvimento dos sectores secundário e terciário (necessariamente a médio e longo prazo) e, no curtíssimo prazo, contar com a emigração para atenuar o problema. Em Portugal, e para MC, embora não se fugindo totalmente a este paradigma, o problema assumiu contornos específicos, como por exemplo na definição do papel das colónias.

“Povo” era a palavra do momento. Desde a consolidação da liderança estalinista na URSS e a radicalização do discurso saído do VI Congresso da Internacional Comunista (de Julho a Setembro de 1928), onde se aprovou o programa que determinou o divórcio entre a linha social-democrata e a mais radical linha comunista – “classe contra classe” –, até à estabilização fascista em Itália e ascensão nazi na Alemanha, tudo era pelo, para e em nome do “povo”. Bem se pode dizer que a radicalização política tende a gerar um fluxo energético impossível de interromper: ou se antecipa ou se varrem as cinzas. Portugal, embora na margem geográfica, não estava, obviamente, fora do espírito do tempo. Pelo contrário. MC identificava da seguinte forma o que considerava ser o principal problema: a força “do exército de desempregados”, consequência da crise, “por enquanto inconsciente, mas apta a ouvir todas as promessas e a seguir todos os Messias.” Rejeita o “estado de antagonismo” social radical, cuja responsabilidade atribui tanto à elite dirigente capitalista como aos “revolucionários de profissão”: “A hora do povo – diz – não a dará o relógio de Lenine”. Afirma igualmente que o caminho exige “ética” e avisa: “é o caso que a burguesia assim o queira.”¹⁰² Classe em relação à qual alimentaria um sentimento nada positivo.¹⁰³

¹⁰¹ Idem, nº52.

¹⁰² Idem, nº61.

Claro que se entreve aqui a ideia nuclear corporativa da superação social da luta de classes. Mas a abordagem concreta ao problema do desemprego possibilita maior clarificação.

2.4.1. A solução *americana*

Aquando do início de funções da Caixa de Auxílio aos Desempregados, em 1933, MC aprecia a bondade da solução mas não acredita na eficácia, até porque não tem os “óculos cor-de-rosa do Dr. Pangloss.” Foi bastante perentório: “nem o subsídio individual, nem as obras públicas resolvem a gravíssima questão do desemprego.” Porquê? Para ele, não era necessário “ter conhecimentos excepcionais do nosso meio social, da mentalidade da nossa gente – para concluir que os remédios lá fora considerados maus vão dar aqui resultados péssimos.” Solução? “Impõe-se, sim, descobrir novos campos de atividade, criar novas formas de trabalho socialmente útil, duradouro e reprodutivo.”

Claro que a ligeireza dos comentários jornalísticos não permite avaliar a sua posição teórica sobre o assunto. Logo à partida, a rejeição do liberalismo clássico e, por arrasto, da economia clássica, é a face duma mesma moeda que inclui a experiência americana, teorizada posteriormente por Keynes na *Teoria Geral (do Juro, do Emprego e da Moeda – 1936)*. Ou seja, a rejeição deste caminho para a correção dos desajustamentos do sistema capitalista. Keynes comunga dessa rejeição, mas as semelhanças não irão, naturalmente, muito mais longe do que isto. O economista inglês quereria uma *ordem melhor*, não parece de todo preconizar qualquer tipo de *ordem nova*.

Nas *Lições de Direito Corporativo* (1935), primeiro “esboço de obra mais vasta”, desenvolvida depois no *Sistema Corporativo* (1938), a abordagem ao tema é manifestamente insuficiente. Observava que “as grandes crises económicas ofereceram ao mundo o espetáculo de milhões de homens sem trabalho em que se empregassem. O problema do desemprego suscitou os mais graves cuidados da parte dos governos e fez surgir numerosas soluções.”¹⁰⁴ No entanto, não corresponde com uma “numerosa” listagem. Resume-se “ao sistema do subsídio aos desempregados”, que considera “manifestamente desaconselhável pelos hábitos

¹⁰³ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, pp.145-146: “Quanto às classes altas, são, como é sabido, as mais inconsciente e vilmente derrotistas. Hão-de pagá-lo”.

¹⁰⁴ CAETANO, Marcello; *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935, p.118.

de ociosidade que cria, pelos abusos a que dá lugar e pela perda nacional que representa.” Já sobre os outros sistemas afirmava que são “nascidos do princípio da existência do direito ao trabalho”, e “desde que esse direito não se podia exercer por falta de campos de atividade, importa abri-los. Daqui resulta já o sistema das obras públicas realizadas pelo Estado para nelas empregar mão-de-obra desocupada.” Segue-se uma demorada análise da legislação sobre o trabalho, considerando que as respostas corporativas aos desempregados também partem do mesmo princípio do direito ao trabalho.

Mas enquanto a rejeição do modelo *rooseveltiano* é clara¹⁰⁵, o *sistema* não apresenta soluções tão concretas como as que *não* defende, porque de facto não as preconiza. A legislação era tão abrangente quanto inconsequente. O artigo 46º do ETN, complementado pelo Decreto-lei nº23 712, de 28 de Março de 1934, oferecia o quadro de atuação, em que a liberdade ficava para as empresas e os deveres para os Sindicatos, criando o serviço de colocação dos desempregados dos Sindicatos Nacionais, que tinham por função arregimentar os desempregados segundo “as garantias profissionais e morais que sejam exigidas pelas empresas”.

2.4.2. A solução portuguesa

A emigração começa por surgir num sentido *negativo*. O seu estancamento para o Brasil, após o decreto nº19 482, de 12 de Dezembro de 1930 (a “lei dos 2/3” em vigor até 1933), produto da insaciável fome legislativa do jovem governo de Getúlio Vargas saído da “Revolução de 1930”, gera profunda apreensão em MC.¹⁰⁶ Ou seja, a emigração não surge propriamente como “a” solução para o problema, mas sim, no caso da sua diminuição, como um “gravíssimo” contributo para o seu aumento.

Poderá facilmente concluir-se que vai dar no mesmo: a defesa da emigração como solução imediata para a diminuição do desemprego e que a diferença não será maior do que a existente entre o copo meio cheio e o meio vazio. Será a diferença de princípio. Visível na

¹⁰⁵ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº17: “calculamos que daqui a três anos haverá em Portugal cem mil homens a mais, dos que não puderam ir pedir trabalho além-mar. E então? Querem sustentá-los com o subsídio de desemprego? Empregá-los o resto da vida a construir edificios públicos... para depois lhes metermos dentro, transformados em terceiros oficiais, os desempregados de amanhã?”

¹⁰⁶ Idem, nº13, nº17.

atenção que consagra às relações com o Brasil.¹⁰⁷ A esperança numa normalização dos fluxos migratórios era apoiada numa visão abrangente que colocava o Brasil como prioridade das prioridades da política externa portuguesa. Pela economia, devido às avultadas remessas dos emigrantes, e para além da economia, defende a “organização metódica de um intercâmbio intelectual perseverante”, porque “é um trabalho urgente e não será inútil.” Volta-se à questão do sentido: a emigração servirá o aprofundamento das relações, e não parece defender o aprofundamento das relações apenas para a colocação de mão-de-obra.

Em Julho de 1933, anunciou a redução do desemprego a “coisa pouca” e como até “lá fora nos invejam isso!”¹⁰⁸ Atribuiu-a, precisamente, à “atividade que o Estado tem suscitado com os trabalhos” de obras públicas, sendo que “algumas não serão economicamente reprodutivas”, mas sempre proporcionarão “mais civilização” e “bem estar físico, intelectual”. Apesar de acentuar o sentido do “progresso económico”, não deixava de ser um excesso laudatório tipicamente jornalístico.

Nas *Lições de Economia Política* (1935-36), expôs a questão do “aproveitamento do excedente demográfico causado pelo estancamento da emigração”. MC identificava-se com as posições defendidas por Afonso Costa (1871-1937), que consideraria como criminosa toda a tendência para desviar a emigração do Brasil, Oliveira Martins (1845-1894) e Anselmo de Andrade (1844-1928), pela repercussão económico-política negativa para o país. Isto significava a rejeição das alternativas então postas sobre a mesa: desvio da corrente migratória para as colónias ou para o Alentejo. Em relação à primeira, dizia compreender as motivações políticas que levaram à “ocupação” dos territórios africanos, decorrentes da Conferência de Berlim e da tradicional “cobiça” por parte das potências europeias. Mas realçava, em contrapartida, as dificuldades geográficas e humanas dessa ocupação. Por conseguinte, criticava a emigração tradicional – os “pobres campónios” de que fala o poeta Afonso Duarte –, segundo o espírito civilizador a que também, por esta altura, não escapa. Defendeu uma mudança de atitude e mentalidade: “ali o que precisamos é de indivíduos com um ofício, gente que saiba explorar as riquezas latentes, que possa aproveitar a mão-de-obra indígena, ensinando e divulgando a técnica da nossa civilização.” Para ele, o problema “reclama urgente solução, pois não se pode continuar neste regime de tentativas frustradas, em que vivemos há muito, discutindo sempre e publicando leis que não se devem impor sem dar uma resolução

¹⁰⁷ Idem, n°28.

¹⁰⁸ Idem, n°52.

prática à questão.”¹⁰⁹ Preocupação, aliás, que parece angular em MC: a “validade” da norma jamais dispensa a “eficácia”. Talvez também por isso tenha sido um dos “pareceristas mais procurados do país”, segundo Diogo Freitas do Amaral.¹¹⁰

A segunda solução – “política de fixação” e “política da terra” –, cuja defesa era encabeçada pelo referido E. de Campos, merecia-lhe as mesmas críticas da reforma agrária: impraticável e economicamente inconsequente. Rebateu as velhas críticas fisiocratas à expansão marítima (tratando os fisiocratas como descendentes do *velho do Restelo*), apoiadas na conhecida posição do Infante D. Pedro – “trocar bom capelo por ruim capa”. Concluindo, porém, com palavras fatalmente epigráficas de cinco séculos de “glória”: “Podíamos hoje ser um povo com uma perfeita situação económica, uma elevada educação cívica, uma espécie de Dinamarca; contudo, seríamos uma nação apagada na Europa e quase desconhecida no mundo.”¹¹¹

2.5. Impressões corporativas: a caminho da sistematização

A adoção do corporativismo pelo novo regime só começaria a ser levada a sério por MC aquando da sua proclamação constitucional. Esforçou-se então por se colocar na vanguarda da sua sistematização e institucionalização em Portugal.

Qual mar desconhecido que o chefe ordenara navegar, o entusiasmo era o próprio dos romances por escrever. Em 16 de Fevereiro de 1933, MC apresentou sucintamente e “senão erramos muito” as “bases doutrinárias em que assenta no nosso país o corporativismo”.¹¹² Exatamente um mês depois, a 16 de Março, no famoso discurso na sede da Comissão Central da União Nacional (UN), o presidente do Conselho apresentava, numa frase que bem poderia sintetizar quarenta anos de poder, “leves considerações que valem pouco para vos esclarecer a vós mas alguma coisa para me guiar a mim.”¹¹³ Menos de três meses depois, a 5 de Junho, P. Teotónio Pereira, após aceitar a responsabilidade do novo Subsecretariado das Corporações e

¹⁰⁹ CAETANO, Marcello, *Lições de Economia Política*, professadas no ano jurídico de 1935-36 (2º ano), coligidas por Rodrigo Rodrigues e Higinio Borges de Menezes, F.D.U.L., pp.56-61.

¹¹⁰ *Estudos em Homenagem ao Prof. Marcello Caetano*, Coimbra Editora, 2006, p.317.

¹¹¹ CAETANO, Marcello, *Lições de Economia Política*, ..., p.61.

¹¹² AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº30.

¹¹³ SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos*, Vol. I, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1961, pp.212.

Previdência Social (SCPS), recusado por MC¹¹⁴, tocou os sinos a rebate em defesa da fórmula. Compensando abundantemente a prudência dos demais, sempre deixou passar “uma ou outra nota, não direi de pessimismo, mas de grave ponderação das dificuldades a vencer.”¹¹⁵

Aliás, na confrontação dos textos ressaltam as diferenças entre o chefe que detém o poder, o académico que pretende racionalizar e o militante que quer executar. Todos descrevem o quadro teórico fundamental corporativista, mas MC, sem responsabilidade governativa, optava pela moderação.

2.5.1. *Visão social*

Em Junho de 1930, o escritor Antero de Figueiredo (1866-1953), colaborador da revista *Atlântida*, dirigida por João de Barros, felicitava MC porque “a sua visão social antepõe à causa económica (que dizem, tudo motiva) a causa espiritual que para tantos não conta.”¹¹⁶ Pelo menos quanto à hierarquia e pelo que se tem visto, a afirmação não encontrará muitos fundamentos. Verificar-se-ia, isso sim, uma tentativa por parte de MC em conciliar discursivamente ambas as dimensões.

Três anos depois, a preocupação do novo regime em cativar o operariado que a República havia desiludido contagiava o discurso de marcelista. Num comentário sobre a política social republicana, promulgada em 10 de Maio de 1919, em continuação da legislação sobre o trabalho de 24 de Julho de 1913, ambos “memoráveis suplementos” legislativos, considerou que aquela “não passou do papel”.¹¹⁷ Diz que “foi uma espécie de assistência... a empregados. Da obra social de 1919 uma só classe nada aproveitou: a dos operários.”

¹¹⁴ CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa, 2006, p.160.

¹¹⁵ PEREIRA, Pedro Teotónio, *A batalha do futuro: a organização corporativa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937, p.54. O texto terá sido cuidadosamente revisto por A.O.S.: ALMEIDA, Pedro Ramos, *Salazar: biografia da ditadura*, Edições Avante, Lisboa, 1999, p.137.

¹¹⁶ AMC, cx.26, Correspondência/Figueiredo, Antero de, nº2.

¹¹⁷ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº45. No seguimento: “Ou antes: uma coisa se efetivou e foi o pomposo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral gerido por um Conselho de Administração composto por 1 Administrador e 11 diretores gerais, salvo erro, e onde se abrigaram centenas de novos funcionários com chorudas prebendas e encarregados do expediente dos seguros sociais na doença, na invalidez, etc., etc., que nunca houve.”

O “povo”, o “operariado”, eram mobilizados naquele momento de viragem. A Constituição selava os compromissos e equilíbrios políticos na estrutura do regime, mas era necessário trabalhar a “paz” social e a “ordem” nas ruas. MC parecia não temer a rua, rejeitava por isso a via “dolorosa e inútil” da força. Para ele o caminho passava por, também no campo social, “tentar realizar mais”.

2.5.2. A defesa do corporativismo: *Nacional-sindicalismo*

No momento da consagração constitucional do corporativismo, notavam-se algumas reminiscências integralistas. Em defesa da nova orientação, para além dos “cadernos corporativos”, MC destacava apenas, em meados de Fevereiro de 1933, “uma organização incipiente mas fogosa – o Nacional-Sindicalismo.”¹¹⁸ O movimento liderado por Rolão Preto, digno desse nome porque terá sido o único, acelera as suas atividades no primeiro semestre desse ano. A espontaneidade e irreverência, que tanto desagradava ao novo presidente do Conselho, pareciam provocar sentimento contrário em MC. Mesmo quando a fogosidade nacional-sindicalista começou a provocar incidentes públicos, como aconteceu no fim de Maio do mesmo ano em Ermesinde. Momento em que Rolão Preto também aproveitou para assinalar a rutura com o governo, ao opor-se à “tacanhez e perfídia que se apossa da revolução”. Já que o seu movimento era “o integralismo lusitano que se ultrapassa em todos os aspetos. É a contrarrevolução que para além de si própria se torna revolução”.¹¹⁹

A ditadura reagiu com a eficácia que cerca de quarenta anos comprovariam.¹²⁰ MC transmitiu ao chefe o seu desagrado pela atitude. Não concordava com os métodos, “mesmo em relação aos adversários da Ditadura: veja V.^a Ex.^a o que não sentirei ao ver empregados esses métodos contra os nossos próprios, os nossos melhores, mais ativos, mais combativos amigos!”¹²¹

¹¹⁸ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº30.

¹¹⁹ ALMEIDA, Pedro Ramos, *idem*, p.136.

¹²⁰ PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp.298-302.

¹²¹ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993.

2.5.3. O Subsecretariado das Corporações e a Constituição

Aquando da entrada em vigor da Constituição de 1933, fora criado o SCPS pelo decreto-lei nº22 428, de 10 de Abril. Para além do elogio ao “amigo de sempre”, Teotónio Pereira, o jovem jurista adotou uma posição rigorosamente legalista, ao considerar que “a sorte do texto constitucional que a partir do dia 12 domina a ordem jurídica de um novo regime legal – depende pura e simplesmente do labor ingrato dessa pequena peça que se introduziu na velha máquina administrativa”.¹²² A ilusão que animava os jovens dinâmicos da sua geração explicará também a simpatia pelo Nacional-Sindicalismo. Mas a observação, para além de indicar a possível origem de “equivocos” futuros e o permanente adiamento corporativo (como disse P. Ramos de Almeida, “a ditadura de AOS é sempre o governo da crise, em que o desfecho é simplesmente adiado”¹²³), realçava o “espírito jurídico” de que a situação se procurou revestir. À imagem da Revolução de 1820¹²⁴, também na “contrarrevolução reacionária” a “voz profunda” vinha dos juristas. Porém, qual terreno movediço, só a inação parecia assegurar a sobrevivência.

Juntamente com o sobrevalorizado subsecretariado, realçava-se o que então parecia ser uma “inovação muito interessante no nosso direito público”: a atribuição de funções “legiferantes” ao recém-criado Conselho Corporativo (Decreto-lei nº24 362, de 15 de Agosto de 1934). Ou seja, isto significava que “as suas deliberações que não importem derrogação ou modificação de textos legislativos constituem normas a seguir na organização corporativa nacional.”¹²⁵ Ganhava forma a complexidade jurídico-institucional que caracterizaria o regime, garantindo legalmente a verticalidade absoluta do poder através da inércia pela indefinição. Graças ao poder legislativo atribuído ao governo, passaria (quase) tudo a ser uma questão de (in)conveniência, decidida ou sugerida pelo presidente do Conselho.

¹²² AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº45. O assunto volta a ser tratado no documento nº80.

¹²³ ALMEIDA, Pedro Ramos, *idem*.

¹²⁴ CARVALHO; Joaquim de, *Obra Completa*, vol. VI, Fundação Calouste Gulbenkian, p.163: “a voz profunda da revolução, porém, vinha dos juristas”.

¹²⁵ Revista *O Direito*, Ano 66º, 1934, p.232.

2.6. Europa, Brasil e os *Novos Brasis*

Não há qualquer dúvida quanto à preponderância do Brasil nas relações externas de Portugal. Para MC, o Brasil era uma prioridade sob qualquer ponto de vista, incluindo, claro está, o jurídico-político. Nesse sentido, tem algum interesse observar o “registro bibliográfico” que faz, em Maio de 1933 (três anos depois da publicação da obra), da obra do jurista brasileiro Ernesto Leme (1896-1986)¹²⁶, logo após a aprovação da Constituição que consagrava a fórmula da “República unitária”. Disse MC que “bem justificada seria uma maior curiosidade pelas instituições políticas e administrativas dos Estados Unidos do Brasil”.¹²⁷

Ernesto Leme fora um participante activo na “Revolução Constitucionalista de 1932”, desencadeada em S. Paulo, em Julho, contra o centralismo da Constituição de 1930 e contra o “Governo Provisório” de G. Vargas. Foi o mais violento conflito interno no Brasil durante o século XX, provocando largas centenas de mortos. Derrotados nas ruas, os revoltosos “ganharam” a realização de eleições constituintes democráticas (introdução do voto feminino) em 1933, de cuja assembleia sairia a Constituição de 1934. Que embora pouco duradoura, confirmaria o federalismo.

2.6.1. *Violoncelo de Briand*

Os “rumores sobre as Colónias”, no início de 1933, levaram MC, alinhado com o discurso dominante, a desvalorizar o assunto – “elixir charlatanesco” – e a mostrar o seu absoluto ceticismo em relação a qualquer ideia de integração europeia. Aliás, considerava que os “rumores” surgiram apenas porque “os povos estão cansados de miragens e os estadistas esgotados de ideias. Calou-se o violoncelo de Briand e para sempre se perdeu no espaço a

¹²⁶ LEME, Ernesto, *A Intervenção Federal nos Estados*, 2º ed., S. Paulo, 1930.

¹²⁷ Idem, Ano 65º, 1933, p.159. No seguimento, apresenta as razões do interesse: “primeira, o interesse histórico-sociológico que oferece a consideração da vida de certas instituições lusíadas para lá transplantadas outrora (v. g. o município); segunda, o interesse político-jurídico proveniente de se encontrarem vivendo sob a sua égide nada menos de novecentos mil portugueses. Há ainda uma terceira razão que se impõe pela leitura de livros como o do Sr. Ernesto Leme: a do deleite nascido do contacto com espíritos de tão fino quilate e tão estremada cultura jurídica.”

melodia dos utópicos Estados Unidos no velho Continente.”¹²⁸ Em Portugal, a pouco prolífica ideia “federativa” nunca fora muito além dos Pirenéus e, no auge do nacionalismo, após a vitória eleitoral nazi, o inglório pacifismo dos anos vinte (sobretudo francês, com Herriot e Briand¹²⁹) era o alvo compreensível de todas as ironias.

Do mesmo modo, a Sociedade das Nações, enquanto símbolo do pacifismo, era cada vez mais vista como uma formalidade inútil: “Só a Sociedade das Nações, na sua torre de papéis inúteis, mantém o convencional sorriso da Paz, esgar ridículo e trágico que começa a lembrar o rictus [sic] mecânico e inexpressivo da contração cadavérica.”¹³⁰

2.6.2. Da *Progressiva autonomia das colónias aos Novos Brasis*

Eis duas expressões que dispensam apresentações e para sempre ficariam associadas a MC. Segundo o método adotado, não se forçará aqui qualquer ponte com o futuro. Visa-se tão-somente a localização e contextualização do aparecimento dos temas.

África não foi uma prioridade para MC até ao Cruzeiro de Férias de 1935. A ausência de qualquer ligação política, profissional (mesmo no campo jurídico) ou afetiva, permite encarar as suas opiniões como um reflexo bastante límpido do espírito desses anos. Na que parece ter sido a primeira utilização da famosa expressão, MC afirmou o seguinte: “Na ordem dos grandes interesses espirituais do nosso país, ele [Brasil] ocupa um lugar de primeira plana, logo depois dos predominantes cuidados da construção de novas pátrias – da formação em África de novos Brasis.”¹³¹

Tais palavras foram escritas, em Fevereiro de 1933, a propósito das relações com o Brasil. O testemunho de Adriano Moreira também vai nesse sentido: “Não era só ele [MC]. Quando estava na Faculdade [finais dos anos trinta] aquilo que nos ensinavam era que as colónias, tal como o Brasil, se podiam separar.”¹³² Apesar da convergência não nulificar a

¹²⁸ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº39.

¹²⁹ Édouard Herriot (1872-1957), foi presidente do conselho de ministros e membro do Partido Republicano. Incansável defensor do laicismo, apoiou Émile Zola e Anatole France no caso Dreyfus, e em 1931 defendeu a criação dos Estados Unidos da Europa. Aristide Briand (1862-1932) foi seis vezes presidente do conselho de ministro e dezassete vezes ministro dos negócios exteriores francês. Em 1926 recebeu o Nobel da Paz pela enérgica participação nos Tratados de Locarno, no ano anterior.

¹³⁰ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº41. No documento nº40 já se verificara a mesma abordagem.

¹³¹ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº28.

¹³² Entrevista: Junho de 2012.

substancial diferença entre a possibilidade de “separação” comumente aceite e o dever de “construção de novas pátrias”, nesses anos parecia não existir nenhum tabu à volta do assunto.

A oportunidade concedida pela publicação dos Decretos-lei nº23 228 e nº23 229 (15 de Novembro de 1933) – *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina* –, permitiu a MC expor algumas ideias sobre o problema africano, esboçando ténues coordenadas para uma rota rumo aos “novos brasis”. Para além de rasgadíssimos elogios ao ministro Armindo Monteiro¹³³, abordou alguns pontos sensíveis. Segundo o seu ponto de vista, “dois princípios orientam a lei nesta matéria”: “o reforço da competência dos Governadores e a redução dos Conselhos de Governo ao papel de órgãos embrionários de uma ainda distante autonomia.”¹³⁴ Considerava que “nos países ainda em formação” seria “indispensável concentrar o poder e não dividi-lo.” Criticava por isso a lei orgânica de 1920 (a que instituiu o *Alto-comissariado*) por ser prematura: “Tentou-se entre nós cedo demais ultrapassar esta fase demorada da administração. O figurino inglês seduziu por vezes o legislador. Depois dos excessos da assimilação, depois de se considerarem os governadores das colónias nem mais nem menos que governadores civis [...], caiu-se no excesso contrário.”

O fundamento da crítica residia no já referido aspecto que ganhava forma em MC: a eficácia deve confirmar sempre a validade. Num país que se lhe afigurava sempre cheio de “pressa”, talvez porque sempre “atrasado”, acentuava constantemente o que considerava um erro: “queimar” etapas. Ou seja, poder-se-ia acelerar mas não se deveria evitar. Seria com base neste princípio que afirmava, ainda em Novembro de 1933, o seguinte: “Não somos contra a progressiva autonomia das Colónias: mas o mais rudimentar bom senso aconselha que se acompanhe a sua evolução e se concedam oportunamente as medidas convenientes – em vez de se instaurar de chofre um regime em fase adiantada de perfeição, para o qual a colónia poderá não estar preparada, que ela poderá mesmo não pretender e que longe de favorecer o seu progresso vá apenas fomentar ambições desmedidas e embaraçar um desenvolvimento normal.”¹³⁵

Na mesma linha, questionava a instituição da Conferência dos Governadores Coloniais e as Conferências Económicas do Império, porque para “revestir verdadeira utilidade supõe a verificação de duas condições essenciais: *permanência dos Governadores e continuidade de política governativa*”. Caso contrário, “perdem a utilidade”. Por isso defendia “que melhor

¹³³ Ver OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro: uma biografia política (1896-1955)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 2000.

¹³⁴ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº59.

¹³⁵ *Ibidem*.

seria, antes de consagrá-las na lei, ter deixado que a prática por imposição das necessidades as convertesse em norma.”¹³⁶

Por outro lado, defendia uma “verdadeira autonomia financeira” das colónias, segundo a fórmula: “boa legislação, rigoroso controle e liberdade com responsabilidade.” Sobre a ordem económica e social, considerava-a um “regresso parcial ao velho pacto colonial”, segundo o “espírito nacionalista” que dominava então todas as nações coloniais. Concordava com a legislação referente ao indigenato – “um conjunto de leis das mais perfeitas e generosas” –, até porque achava Armindo Monteiro um “apaixonado defensor dos indígenas”.

Talvez por representar mais uma cedência aos eventuais *interesses* económicos, apontava a falta de clareza subjacente à designação dos colégios eleitorais.¹³⁷ Outrossim quanto à indefinição (aquando da publicação da lei) no modo como viriam a ser designados os colonos para as Conferências Económicas do Império.¹³⁸ Já o enorme poder atribuído ao ministro das Colónias, que passava a ser “o supremo legislador e administrador do Império”, considerava-o um perigo caso não se reorganizasse eficazmente o ministério – “ou o ministro sucumbe, ou sucumbem as colónias.”¹³⁹ Por fim, um apontamento semântico/jurídico discreto, mas polémico o suficiente para perdurar durante um século: a terminologia colonial. MC salientava a dualidade existente na legislação: “não se devia falar em rigorosa linguagem jurídica, em Império Colonial – e sim em Império Português. À unidade de território não pode corresponder uma dualidade política. Há duas ordens administrativas, mas um só Estado e um só Governo. Império Colonial é uma expressão cómoda: na censura do Direito é, porém, errada.”¹⁴⁰ Uma brecha jurídico-política que viria a conhecer extensas repercussões.

¹³⁶ *Idem*, nº62.

¹³⁷ *Idem*, nº59: “se em certa colonia ou circulo eleitoral, houver só uma Associação Comercial, por exemplo, embora a maioria dos colonos seja de agricultores – é a Associação quem, só por si, designa o vogal ou vogais a eleger? E não se diga que assim deve ser para estimular o espirito gremialista...”

¹³⁸ *Idem*, nº62.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ *Idem*, nº78.

III CAPÍTULO – 1934-1939: *Época de Transição*

Em 1934, MC passou a reger a cadeira de Direito Corporativo (criada pelo Decreto-lei nº23 382, de 20 de Dezembro de 1933), teve uma curta passagem pela UN (preparou o I Congresso em 1934) e foi convocado para a elaboração do CA. Trabalhou imenso para o regime, embora inconsistentemente. Para lá dos “arrufos” e “mentideros”, a admiração intelectual pelo presidente do Conselho e a enorme vontade política de participar na construção do *novo* são evidentes. A sua independência também. Será interessante perceber a evolução e gestão desse delicado compromisso, mais do que a relação com o “chefe”, já repetidamente levada a cabo.

Prosseguindo o regime na sua “pragmática” política cultural, no mês de Junho de 1934, quando saiu a notícia da extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra (confirmada por Decreto-lei de 29 de Agosto) e perante o silêncio do corpo docente¹⁴¹, MC escreveu ao seu administrador (desde 1921), Joaquim de Carvalho (1892-1958), manifestando-lhe solidariedade. Este partilha a sua mágoa (1 de Julho) com MC por “ter de ser o coveiro deste último bastião da liberdade”, a “única coisa dentro do Estado, aberto a todos os ventos do espírito”. Acrescentou ainda, referindo-se aos “entusiasmos e devoções à coisa pública”, o seguinte conselho: “colha o meu Exmo. Amigo a lição que eu não quis colher a tempo.”¹⁴² Colheria?

3.1. O *Código da crítica*

3.1.1. O país *où le provisoire est roi*

O CA é um documento fundamental em qualquer sistema político-jurídico que o contemple.¹⁴³ Por isso a “demora” por parte do novo regime provocava impaciência no

¹⁴¹ MARTINS, José V. de Pina, *Introdução*, p.XIII, in CARVALHO; Joaquim de, *op.cit.*.

¹⁴² AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Joaquim de, nº5.

¹⁴³ Para uma compreensão em profundidade das reformas político-administrativas dos séculos XIX e XX, ver CATROGA, Fernando, *A Geografia dos Afectos Pátrios: as reformas político-administrativas (sécs.XIX-XX)*, Coimbra, Almedina, 2013. Sobre o Estado Novo, ver particularmente pp.374 e segs.

Campo de Santana. Até porque a I República não elaborara um novo código de raiz, facto por si só relevante.¹⁴⁴ Em Dezembro de 1933, após a Reforma Administrativa Ultramarina, MC lamentava-se nas páginas de *O Direito*: “vive Portugal sem um Código Administrativo há vinte e três anos – sem grandes esperanças de o vir a ter, apesar das numerosas comissões, dos frequentes projetos e das reiteradas promessas governamentais. E veja-se: bastou que um homem [Armindo Monteiro] com energia, saber e qualidades de trabalho *quisesse* [sic] – para que as Colónias o tivessem, tão completo e bem feito que causa inveja à Metrópole!”¹⁴⁵

Durante a espera, “discutiu-se” o problema fundamental da organização administrativa local: centralizar ou descentralizar? As páginas de *O Direito* também refletiriam essa questão. Em Janeiro de 1932, o jurista Sebastião Sarafana, apresentava uma abordagem sugestiva, que consistia na rejeição do que considerava as “contrafações do municipalismo português” e na crítica ao excesso de racionalização.¹⁴⁶ A proposta teórica consistia na descentralização administrativa, na restituição do “município legal” ao “município natural”, inspirada no modelo aplicado então em França: “se é certo que o ideal do Estado de Direito é o máximo de racionalização, seja também a nossa *democracia a expressão política da razão* [sic], no sentido de racionalizar a separação de poderes do Estado de modo a que evoluam para a «divisão do trabalho».” Noutro sentido, Martinho Nobre de Melo acentuava a “diferença de conceção entre os povos anglo-saxónicos e os povos latino-germanos”, rejeitando “remexer toda a nossa organização administrativa, secular, tradicional, só porque a britânica nos pareça mais conforme com certos princípios e ideologias”.¹⁴⁷

Nas vésperas de assumir a coresponsabilidade pelo novo CA, MC alertava em Abril de 1934 para o “estado de confusão jurídica e de dissolução social em que se encontra a vida administrativa local portuguesa.”¹⁴⁸ Criticava a falta de estudo profundo da realidade local portuguesa, quando “tanta gente se diz municipalista”. Afirmava laconicamente que um dos problemas consistia no facto de “que todos os grupos eram descentralistas na oposição e centralizadores no governo”. Propunha ao futuro autor do Código, uma vez que ele seria somente convidado em Maio, que se inteirasse das “realidades tais como elas são, estudando

¹⁴⁴ OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Temas e Debates, 1996, pp.243-283.

¹⁴⁵ *O Direito*, Ano 65, 1933, p. 301.

¹⁴⁶ Revista *O Direito*, Ano 64, 1932, p.135. Ironicamente, diz: “Imediatamente salta á vista que um só pensamento absorveu os organizadores de Portugal: – uma plantação de penachos para colocar nos filhos de Minerva que teimam em emboscar-se para, sob mil pretextos, fugirem da colonização; e se vão às colónias é, como diz o Sr. Dr. Brito Camacho, para encherem os cântaros no chafariz... Com que direito um país tão pobre tem 299 *arrondissements* [concelhos] quando lhe bastavam 40, ou 150 comarcas quando lhe bastavam 40?” Totalidade do artigo: pp.10-14, 67-72 e 131-135.

¹⁴⁷ *Idem*, p.130.

¹⁴⁸ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº63.

consciosamente e documentadamente as circunstâncias atuais e as possibilidades futuras do município português”.¹⁴⁹ Tais críticas eram o culminar das “anotações” aos acórdãos do Supremo Conselho de Administração Pública que MC realizava, pelo menos, desde 1932. Inclusive “doutrinava” sobre a matéria em artigos como “faltas disciplinares de carácter profissional, praticadas pelos funcionários civis”¹⁵⁰, cujo ponto de chegada era “o desrespeito dos direitos individuais”, então “tão a-la-moda”.¹⁵¹

Já em 1933 escrevera sobre o problema da descentralização administrativa, considerando um erro liberal a “imposição violenta do sistema administrativo francês”. Quer por ser um foco de “corrupção” e ser “hoje um luxo de países ricos”, quer porque, em Portugal, “a incapacidade administrativa é a regra e o senso prático a exceção”.¹⁵² Defendia a “*descentralização institucional*” apenas para os serviços “técnicos, suscetíveis de industrialização”, como a Caixa Geral de Depósitos (CGD), e recusava a “*descentralização sem tutela*”, censurando novamente os “técnicos” sem “barreiras” impostas pelo direito: “Se no Governo de um povo a técnica não for temperada pela Política, se a matéria não for dominada pelo Espírito – os séculos vindouros reservar-nos-ão a pior das tiranias, que é a tirania dos pedantes.” Quanto às autarquias locais, mantinha a recusa de “pomposas miragens descentralistas”, porque a “administração concelhia não pode converter-se em arma política, em instrumento de luta, em dispensário de favores”, concluindo mesmo que “um concelho que enverede por esse caminho deverá ser suprimido.”¹⁵³

As fontes de inspiração seriam os códigos portugueses de 1895 e 1896, a Lei nº88 (de 7 de Agosto de 1913), o projeto organizado pelo Senado em 1914 e o Estatuto Espanhol de 1924 (produzido durante o período de *Diretório Militar* de Primo de Rivera). Outro dado relevante prende-se com a total ausência de influência quer do projeto italiano de 3 de Março de 1934, quer da lei municipal alemã de 30 de Janeiro de 1935.¹⁵⁴ MC coproduziria rapidamente o CA com Fezas Vital. Iria, como recompensa, ao costumeiro “beco das condecorações” e nada mais. Em Março de 1936, após a “votação” da reforma na Assembleia Nacional (AN), exprimiu a sua estupefação perante “o espetáculo da indiferença, ou quase indiferença, com que foi acolhida”, condenando o “estado de adormecimento em que se

¹⁴⁹ Ibidem. Logo a seguir termina: “evitemos o romantismo declamatório. Acautelemo-nos do apriorismo. Fugamos ao método abstrato, uniformizador e oportunista das pseudorreformas do século passado.”

¹⁵⁰ Idem, Ano 64º, 1932, pp.226-233.

¹⁵¹ Idem, p.312.

¹⁵² *O Direito*, Ano 67º, 1935, p.227. O texto surge datado de 1933.

¹⁵³ Idem, Ano 69º, 1937, p.100.

¹⁵⁴ Idem, Ano 68º, 1936, p.66.

encontra o interesse cívico no País”.¹⁵⁵ A imprensa diária quase não ligou ao assunto. MC deu-se ao trabalho de citar as exceções uma por uma. Considerou, igualmente, que a “Assembleia esteve abaixo de si mesma, e que esta discussão é das mais frouxas que nela se produziram.”

O prazo “de dois anos para experiência do novo Código” pareceu-lhe manifestamente insuficiente. Ainda assim esperava que, mesmo verificando-se alterações, se tornasse uma obra “definitiva – tanto quanto as leis o podem ser neste País *où le provisoire est roi...*”¹⁵⁶ Qualquer pretexto justificava uma farpa. Por ocasião do centésimo aniversário do CA de Passos Manuel, que desvalorizou, registava o seguinte: “Note-se esta coisa única: o relatório do Código faz menção honrosa dos seus autores. Que tempos!”¹⁵⁷

3.1.2. Renascimento jurídico e revisionismo inconstitucional

No início de 1935, MC exultava com o que designou por “renascimento jurídico”, graças à prolífica produção de livros doutrinários no campo jurídico. Aproveitou, contudo, para traçar um retrato sombrio do Direito em Portugal. No qual, disse, “para além do Direito positivo [...] o que existe é uma região misteriosa e ampla, onde só é lícito aventurar-se a quem seja francês, italiano, alemão, e tenha um nome de sabor exótico para deslumbramento dos profanos... Tolhe-nos um temor invencível de inovar, esteriliza-nos, mais que a impotência, o medo de criar.” Indo mais longe, exclamou: “Por Deus! É tempo de sermos nós próprios!” Rejeitava qualquer espécie de cientificismo formal e que no Direito haja “tão-somente *formas* e não *conteúdos*”, porque “o formalismo é de per si esterilizante”.¹⁵⁸

O académico rejubiloso tornara-se progressivamente num crítico ácido da produção legislativa do regime, incomplacente com as suas hesitações. Até que ponto aquele saberia o que queria e para onde ia? Por ocasião da republicação da Constituição e do Ato Colonial, em 11 de Agosto de 1938, disse: “por quanto tempo teremos certeza do direito fundamental do Estado?” Não deixava passar nada do saía da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) em branco. Assinalou, por exemplo, a “inconstitucionalidade” da publicação do Decreto-lei

¹⁵⁵ Idem, pp.66-68.

¹⁵⁶ Idem, Ano 70º, 1938, p.112.

¹⁵⁷ Idem, Ano 68º, 1936, p.320.

¹⁵⁸ Idem, Ano 67º, 1935, pp.34-38.

nº28 924 (16 de Agosto de 1938), que criava o Fundo de Fomento de Angola e autorizava um empréstimo à colónia com garantia especial, quando tal era exclusiva competência da AN. Que, não estando em funções, poderia dar lugar a um complexo processo de consultas e votações entre o Conselho do Império Colonial (CIC) e a Câmara Corporativa (CC), inutilizado pela incompatibilidade entre o 2º do artigo 109º da Constituição e o 2º do artigo 89º da Carta Orgânica do Império: “não dizemos que o sistema seja bom ou seja mau: apenas verificamos que é o sistema vigente e pensamos que o Governo é o primeiro a dever obediência às leis que inspira.”¹⁵⁹

Quando decorreria algum debate na Europa sobre a conveniência ou possibilidade da codificação administrativa, MC insurgia-se contra o “revisionismo” praticado pelo governo, com a publicação de sucessivos decretos, enquanto a comissão revisora do código trabalhava: “a revisão continua, pois, a fazer-se à margem do processo estabelecido na lei, mas, diga-se a verdade, no uso da mais constitucional das competências do Governo”. A fundamentação convergia, inevitavelmente, para o mesmo: “de nada valerá fazerem-se novas leis se elas não forem vivificadas na ação – levadas pela palavra e pelo exemplo até aos executores.”¹⁶⁰

Durante o ano de 1939, como se confirmará noutras ocasiões, o tom subiu radicalmente. A reforma dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Decreto-lei nº29 389 de 7 de Janeiro, deixou-o irado. Feita à revelia do “quase-desfeito” CA, considerou-a um exemplo da “incapacidade portuguesa para a legalidade e para a criação de instituições”; do “horror à estabilidade, à constância, ao esforço contínuo, à colaboração das gerações”. Donde concluiu: “por isso não temos administradores, nem governantes, nem políticos na História. Apenas... *reformadores*.” Indo ainda mais longe: “parece que as leis não se fazem com estudo, fazem-se por palpite e inspiração dos grandes homens”.¹⁶¹

O ressentimento pelo desprezo votado à sua obra administrativa é óbvio – “oxalá seja revogado quanto antes, para não continuar a embaraçar a administração” –, a que se soma a nítida vontade política e um arraigado idealismo, quando tem 33 anos de idade. Aliás, o seu posicionamento aproxima-o da crítica elaborada décadas mais tarde, por Ralf Dahrendorf (1929-2009), ao “pragmatismo”: “é conservadorismo com aparência de ação. Conserva o existente dando a ideia de haver movimento. O máximo que os pragmáticos conseguem alcançar em termos de mudança é abrir um buraco para fechar outro – terapia ocupacional em vez de ocupação, jogos de mudança em vez de mudança. Pode-se querer isto mesmo; mas se

¹⁵⁹ Idem, Ano 70º, 1938, pp.231-232.

¹⁶⁰ Idem, p.268.

¹⁶¹ Idem, Ano 71º, 1939, p.42.

não é isso que se quer, é melhor não nos deixarmos enganar pela expressão de sinceridade e pelo ar atarefado dos pragmáticos.”¹⁶²

3.2. Um regime de *negação*

A criação da Secretaria-geral da PCM, pelo Decreto-lei nº 28 671, de 19 de Maio de 1938, mereceu-lhe “o maior interesse” pela expectativa de que venha a ter “aquele papel de ligação interministerial que seria para desejar”.¹⁶³ Não teria, como se sabe. Este ficaria como um dos últimos elogios governativos da década.

Na alvorada de 1938, após a publicação da Lei nº1 963, de 19 de Dezembro de 1937, que alterava alguns artigos da Constituição, escreveu uma das críticas mais duras à evolução do regime. Veja-se: “Mas se é muita a legislação, é pouco o direito. O Estado Novo português administra mais do que governa, ou melhor: o seu Governo é feito de boa, prudente e discreta administração. Não é uma revolução jurídica que nesta hora corre em Portugal, mas antes uma cuidadosa revisão legalista. A ponto que talvez o futuro historiador se interrogue, liberto do barulho das palavras, sobre se na verdade houve de 1926 em diante uma verdadeira, autêntica revolução em Portugal... Talvez opte pela negativa, e diga que o que se chamou «revolução nacional» foi apenas a negação do espírito revolucionário de que sofrera o país durante tantos anos atrás...”¹⁶⁴ A opção não será difícil.¹⁶⁵

O jurista disparava em vários sentidos, identificando a desestrutura do regime. Sobre a AN, segundo a perspetiva institucionalista que o caracterizava, questionou: “Mais uma vez se pôs o problema que está à espera de solução: qual o verdadeiro papel da Assembleia Nacional na orgânica do Estado Novo?” Continuaria à espera. A inutilização da AN procedia, em boa parte, da enorme confusão provocada pelos *timings* do governo, segundo a “urgência na aprovação” dos diplomas, que nem sempre coincidia com o calendário da AN. Noutras ocasiões, projetos que deveriam ser submetidos conjuntamente, iam em separado, relativizando ou impedindo sequer a hipotética “discussão”. Com o tempo a mecânica

¹⁶² DAHRENDORF, Ralf, *Ensaio sobre o Liberalismo*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, p.21.

¹⁶³ *O Direito*, Ano 70º, 1938, p.167.

¹⁶⁴ *Idem*, p.11.

¹⁶⁵ Ver CATROGA, Fernando, *Transição e ditadura em Portugal nos primórdios do século XX*, in MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp.31-95.

aprimorar-se-ia.¹⁶⁶ MC, por sua vez, parecia não transigir com os artifícios “orgânicos” do regime.

De qualquer modo, quando a AN tentava disfarçar a inutilidade, por vezes saiam propostas como a de 4 de Dezembro de 1937, no sentido de restabelecer a pena de morte para os crimes contra a segurança do Estado.¹⁶⁷ MC opôs-se a tal ideia: “não merece a nossa aprovação, tão contrária julgamos essa sanção à índole e hábitos do povo português”. Opôs-se também por a considerar ineficaz, já que produziria o efeito contrário – “mártires”.¹⁶⁸ Talvez daí provenha a ironia, bastante frequente: “seguem calmas as águas do Diário do Governo: a legislação contínua escassa, o que é bom, e só temos de lastimar que os poucos diplomas publicados nem sempre sejam ótimos pela oportunidade e pela doutrina.”¹⁶⁹

Concomitantemente, insistia no combate à “negação”. De que forma? Doutrinando, entre outros, sobre os “interesses” do Estado. O que segue, na sequência de outra “inconstitucionalidade” (o alargamento de um imposto), é exemplificativo: “o Estado não tem só interesses pecuniários: tem também, e sobretudo, sagrados interesses morais, o primeiro dos quais é, (não nos cansamos de dizê-lo) firmar, realizar, assegurar Justiça.”¹⁷⁰

3.3. África: a queda no mundo

3.3.1. A primeira viagem não tem regresso?

A viagem a África em 1935, como responsável pelo Cruzeiro de Férias, foi um marco importantíssimo. Primeiro, pela admiração e fidelidades pessoais que gerou para a vida. Desde pessoas sem projeção política ou académica, que décadas depois ainda a recordavam¹⁷¹, até pessoas como Orlando Ribeiro (1911-1997)¹⁷², para quem o Cruzeiro fora

¹⁶⁶ Ver, entre outros, ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*, Tinta-da-China, Lisboa, 2012.

¹⁶⁷ O presidente do conselho tinha sido alvo, no dia 4 de Julho de 1937, de um atentado. Seria uma das últimas iniciativas da década contra o regime e o seu líder.

¹⁶⁸ Idem, p.12. No seguimento, critica a circular do PCP: “se os dirigentes do referido partido se lembrassem dos Códigos Penais soviéticos e do modo como, à margem da lei, tratam a vida humana, talvez por coerência tivessem deixado de expedir a sua circular clandestina. Falta-lhes toda a autoridade moral para o protesto”.

¹⁶⁹ Idem, Ano 71º, 1939, p.73.

¹⁷⁰ Idem, p.75.

¹⁷¹ AMC, cx.19, Correspondência/Cardigos, Norberto: nº1 (07/02/47); AMC, cx.22, Correspondência/Cinatti, Rui (poeta): nº1 (21/10/44); AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, C. Mimoso (jornalista): nº3 (31/05/46);

uma das três coisas decisivas na sua vida que devia a MC; ou ainda o general Luís de Carvalho Viegas (1887-1965), Governador da Guiné entre 1933 e 1941, que em 1945 continuava a escrever artigos sobre aquela viagem.¹⁷³

A segunda, verdadeiramente determinante, prende-se com o choque entre o “Império” dos bancos de escola e a realidade. Algo que por certo terá acontecido a quase todos os que foram a África, nesses tempos, sem o encantamento dos contempladores. Como diria, em 1937, um futuro Governador-geral de Moçambique ao chegar a Lourenço Marques: “a minha primeira impressão da cidade, tanto nos encham aí os ouvidos com a sua grandeza, é de decepção.”¹⁷⁴

Na passagem pela ilha de Príncipe, o grupo do Cruzeiro recebeu cópia de carta (de 10 de Agosto) enviada ao governador por “deportados” e “profissionais de várias artes e ofícios”, em protesto inteligentemente escrito, lembrando a lei da “Nação”, contra as violências arbitrarias iniciadas com buscas à antiga sede na colónia do Partido Nacional Africano (fundado em Lisboa em 1921) e concluídas nos “calabouços” com interrogatórios e agressões.¹⁷⁵

Juntamente, ou dias depois, recebeu nova carta dos “23 deportados, condenados à morte pela tortura da fome”, dirigida à “Ilustre Deputação de Portugal-Metrópole!”. Professavam o seu patriotismo e fidelidade a Portugal. Apenas pretendiam ver reconhecido “o direito de serem da Nação e aos seus filhos o direito de cidadãos portugueses, vivendo adentro das leis da Pátria Portuguesa; Portugal Maior, dignificado, progressivo e respeitado”. Insurgiam-se contra os “maus portugueses”, que pelo seu proceder “desumano e antipatriótico” embaraçavam “a obra progressiva da colonização portuguesa, fazendo reviver a época remota e horrenda da escravidão e da pena de morte.” Pedia ainda o “Povo Negro de Portugal” que a deputação transmitisse ao “Povo Branco de Portugal” o seguinte: “o índice indicador da qualidade e poder colonizador das nações, visto por nós, os portugueses desta região de Portugal, é-nos dado, muito mais, pelo grau de civilização dado ao indígena do que pelos bens materiais, acumulados á sua volta, que na maior parte não só não usufrui como o torna mais escravo num meio social que o humilha.”¹⁷⁶

AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, José Osório de (escritor; Diretor “Diário Ilustrado”): nº9 (07/07/55); AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Manuel Emídio da: nº1 (21/11/44).

¹⁷² AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Orlando (professor catedrático da FLUC): nº20 (12/07/46); nº21 (18/04/47).

¹⁷³ AMC, cx.57, Correspondência/Viegas, Luís de Carvalho: nº5 (16/11/45).

¹⁷⁴ AMC, cx.35, Correspondência/Mano, Manuel da Cunha e Costa Marques, nº1.

¹⁷⁵ AMC, cx.2, Cruzeiro de férias às colónias: nº1.

¹⁷⁶ *Idem*, nº2.

Pediam educação e não cimento, num retracto bastante realista dos resultados que a renovação da “mística imperial” pelo regime parecia ter introduzido até aí. Aliás, Armindo Monteiro, após abandonar a pasta das Colónias (1931-1935), expressaria, em 1936, o desânimo: “o nosso maior mal tem sido – e será durante largos anos – a falta de um grupo ativo de gente culta que, estudando as cousas objetivamente, consiga vencer a sistemática demolição de valores e deturpação de factos que parece ser o mais importante”.¹⁷⁷

O encanto da viagem ter-se-ia prolongado também pela Guiné. O Cruzeiro tivera aí problemas. Meses depois ainda se falava nisso. O curador dos negócios indígenas em Salisbury, J. P. Ponces de Carvalho, perguntava em Dezembro sobre os problemas que o Cruzeiro tivera na Guiné. MC não levantava *ondas* e respondia que tinha corrido tudo bem.¹⁷⁸ Mas terão já assistido ao germinar do “estado de revolta” que se instalaria no final de 1935, na ilha de Canhabaque, pela recusa do pagamento do imposto de palhota: “a ilha encontra-se em estado de revolta, não querendo os revoltosos (bijagós) acatar as ordens do governo. Calcula-se que eles sejam 4.000 homens com longas. No dia 12 do mês findo [Novembro], mataram-me um cabo e mais tarde um soldado.”¹⁷⁹ Em Dezembro de 1937, MC receberia, inclusive, um minucioso relatório sobre as operações “para trazer ao respeito pela nossa soberania aquele povo que já há muitos anos se apresentou insubmisso.”¹⁸⁰

Aliás, MC passaria a ser muito bem informado sobre África. O interesse parecia ser genuíno e conhecido em Lisboa. Rapidamente, o seu nome começa a ser associado ao ultramar. Por meados de 1936, após integrar o CIC, já se dizia: “que névoa obscurecerá a lanterna de Salazar, que ainda não incidiu sobre este Homem [MC] para o lançar na construção ultramarina de que Portugal carece?”¹⁸¹ A “névoa” desapareceria oito anos depois.

3.3.2. Por onde começar?

Com a publicação do Decreto-lei nº27 552, de 5 de Março de 1937, o governo lançava as bases do “regime corporativo” nas colónias. Consignava a criação de organismos

¹⁷⁷ AMC, cx.38, Correspondência/Monteiro, Armindo Rodrigues de Sttau: nº8.

¹⁷⁸ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, José Peixoto Ponces de: nº1 e nº2.

¹⁷⁹ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, António de (comandante militar de Canhabaque): nº1.

¹⁸⁰ AMC, cx.57, Correspondência/Viegas, Luís de Carvalho: nº1.

¹⁸¹ AMC, cx.35, Correspondência/Magalhães, António Leite (Tenente Coronel de Infantaria; Governador da Guiné): nº1.

corporativos e de coordenação económica ao ministro e a fiscalização aos governadores, que funcionavam como uma espécie de subsecretários das corporações nas colónias. MC não gostou. Primeiro, por não abranger os indígenas. Um dado fundamental do diploma. Segundo, porque “não pondera nem atende às circunstâncias especiais do meio colonial”, aconselhando mesmo o ministro a criar o menos grémios que puder: “é o mais seguro e prudente”. Apenas apoiou a criação das Comissões Reguladoras, Juntas de Exportação e Institutos, porque “aí, sim, é que se deve começar a organização económica nas colónias.”¹⁸²

Precisamente das colónias chegavam notícias desoladoras. Em Moçambique, a emigração para a União Sul Africana (entre cem a cento e vinte mil homens) era “irreprimível”, havendo até entre os nativos, para quem Joanesburgo era um “Brasil”, “um vocábulo depreciativo para os que lá não vão, e outro elogiativo [sic] para os que já lá estiveram”. Só nos últimos dez anos, a colónia teria perdido um terço da população.¹⁸³ Apenas Angola era “mais interessante”, prometendo um “novo Brasil”: “o que lá se fizer é, sem dúvida, para nós. Em todas as circunstâncias será um país.”¹⁸⁴

Dois meses depois destes relatos, MC voltava a criticar, num prisma jurídico, a contradição conceptual: “*províncias do Império Colonial* são apenas as circunscrições das colónias de governo-geral a que se referem os artigos 2º e 3º da Reforma Administrativa Ultramarina: é, pois, infeliz o emprego de tal expressão pretendendo significar «colónias».”¹⁸⁵ A informação neste período é escassa, mas vai num único sentido: a confirmação da ideia basilar de preparação em África de “novos países”. Não se *discutiriam* outras coisas, mas África sim.

Na reunião do CIC de Julho de 1940, MC votou contra a extinção do Banco de Angola e concessão “do privilégio emissor de Angola ao Banco Nacional Ultramarino”, por ser “um erro político e administrativo”: “Erro político: Angola tem lugar destacado e à parte no Império Colonial Português [...]. Se à especialização e avanço da economia de uma colónia deve corresponder a adaptação das funções de crédito, bem justificado está o Banco de Angola que tem sido o apoio, o guia e quase o educador do comércio angolano.” Além disso, acrescentou: “b) não parece próprio duma política realista atacar a existência dum banco emissor privativo de Angola em nome dum sistema – o da unidade do privilégio emissor – quando as circunstâncias aconselham que se mantenha o statu quo; c) esse mesmo sistema da unidade de privilégio emissor está longe de ser indiscutível e parece condenado pelo tempo

¹⁸² *O Direito*, Ano 69º, 1937, p.104.

¹⁸³ AMC, cx.35, Correspondência/Mano, Manuel da Cunha e Costa Marques, nº1.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ *O Direito*, Ano 69º, 1937, p.9.

com o qual há-de vir o crescimento e a complexidade da economia das colónias e uma lógica acentuação da autonomia financeira”.

A somar ao erro político estaria o que MC considerava como “erro administrativo”, que consistia na transformação do Banco de Angola em Banco de Fomento: “O futuro Banco de Fomento Colonial herdaria do atual Banco de Angola imobilizações e créditos de cobrança duvidosa, com pouquíssimo dinheiro líquido; para o Banco Nacional Ultramarino passariam, com o privilégio emissor e por força do art.º 165º do projeto, o dinheiro em caixa, a carteira de títulos, a carteira comercial e outros valores escolhidos pela sua liquidez.”¹⁸⁶ Não é difícil perceber a posição de MC contra esta solução de divisão entre “banco bom” e “banco mau”, que beneficiaria “interesses” pouco transparentes e comprometeria seriamente a autonomia e o fomento de Angola.

3.4. Organização de Todos os Interesses

Em Março de 1934, após a primeira sementeira de decretos corporativos, *O Direito* transcrevia excerto de discurso do presidente do Conselho, que destacava, entre outros, os seguintes princípios: “pomos o trabalho, seja qual for a sua forma, entre os conceitos básicos da nova vida social e fazemos guerra a todos os parasitismos a começar pelo da administração pública”; “pretendemos ordenar a economia nacional”; “tendemos á organização de todos os interesses para sua defesa e valorização”.¹⁸⁷

Quase um ano depois, seria “o momento de pôr em prática os princípios”. No entanto, e apesar dos artigos deste período serem totalmente pró-governo, MC já comentava a disfuncionalidade da recém-inaugurada CC: “a verdade é que se foi longe de mais na especificação das secções da Câmara. Nenhum dos Conselhos Económicos ou Corporativos, que abundam por esse mundo fora, estabeleceu tamanha pulverização de interesses e atividades.”¹⁸⁸ Comentário reforçado em Abril do mesmo ano de 1935: “o funcionamento da Câmara foi apenas medíocre”. Mantendo a fundamentação: “compõe-se a Câmara de vinte e

¹⁸⁶ PT/TT/PS/AMC/CIC: Conselho do Império Colonial: AMC, cx.1, Conselho do império colonial: nº1 (29/07/40).

¹⁸⁷ Idem, Ano 66º, 1934, p.72.

¹⁸⁸ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº65.

quatro secções especializadas, algumas apenas com dois e três membros representando interesses divergentes, indiferentes ou antagónicos.”¹⁸⁹

Pelo contrário, os elogios não eram demais para o “Plano de Reconstituição Económica” ou “plano quindecenal”, como lhe chamava. Até porque, em 1935, “estão em moda tais planos”.¹⁹⁰ Contudo, o momento seria de curta duração. O condicionamento industrial denunciaria velhas receitas em vez de novas soluções.

3.4.1. Condicionamento Industrial: novo *pombalismo-colbertista*

A Lei nº1 956, de 17 de Maio de 1937, reformara as bases do regime de condicionamento das indústrias. Incluía regulamentação especial para cada indústria, as condições para estabelecimento de novas indústrias e a atribuição às corporações da simples competência de estudo e informação dos pedidos de autorização. O diploma, considerou MC, “merece-nos aplauso”¹⁹¹. Ou seja, as “bases” pareciam-lhe bem.

Quando em 18 de Outubro, com o Decreto-lei nº28 088, o governo restituiu a liberdade de comércio cambial, considerou que “se outros serviços lhe não fossem devidos, só esse bastaria para o impor à gratidão das gentes”, porque “o capitalista já não foge com os seus capitais à procura de divisas mais firmes e praças mais seguras” e “o cidadão pacato já não se interroga quotidianamente sobre qual o disparate político e financeiro que fará subir mais um pouco a cotação da libra.”¹⁹²

Porém, quando em Novembro foram publicados os diplomas de aplicação da lei de condicionamento, nomeadamente às indústrias tradicionais de lanifícios (Decretos nº28 132 e nº28 133, de dia 3) e do vidro (Decreto nº28 236, de dia 24), dominadas por oligarquias regionais poderosas, MC afirmou que tais disposições “reproduzem quase sem variantes o *pombalismo-colbertista*”, concluindo que “não se trata de regulamentação corporativa, uma vez que é imposta pelo Governo, mas de verdadeira direcção económica de Estado.”¹⁹³

¹⁸⁹ *O Direito*, Ano 67º, 1935, p.136.

¹⁹⁰ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº66.

¹⁹¹ *O Direito*, Ano 69º, 1937, p.204.

¹⁹² *Idem*, p.265.

¹⁹³ *Idem*, p.302.

Não restavam dúvidas de que os “interesses” se organizavam. Repare-se que logo em Fevereiro de 1938 (Decreto-lei nº28 495) tem lugar a regulamentação de aplicação dos “fundos sociais” do malfadado MA, passando a designar-se por “fundos corporativos”, postos e dispostos *associativamente*. Bem como tem início o que o governo designou por “segunda fase transitória da vida administrativa do Banco Nacional Ultramarino, a caminho da sua reconstituição” (Decreto-lei nº28 489). Quer dizer, restituição “limpa” do banco aos acionistas.

A ineficácia de tal instrumento jurídico – o condicionamento industrial – era acentuada pela inexistência de plano de regulação económica. Em Dezembro de 1938, o ministro do Comércio e Indústria declarava cabalmente o seguinte: “o condicionamento serve para evitar que se prejudiquem iniciativas já estabelecidas sem vantagem para a economia nacional [sem *plano*], mas serve também [com *plano*] para estimular o aparecimento no País de novas indústrias, o florescer de novas técnicas, para promover em suma o desenvolvimento industrial e económico da Nação”.¹⁹⁴ Ou seja, pelo menos até meados da década de 1950 (as bases do I Plano de Fomento seriam lançadas com a Lei nº2.058 de 29 de Dezembro de 1952), só se evitou o prejuízo das indústrias ou interesses estabelecidos.

3.4.2. Interesse Nacional

A Assembleia Nacional comprovava a cada legislatura a sua relevância *orgânica*. No encerramento da segunda, em Abril de 1935, MC registava que aquela tinha “legislado muito e fiscalizado pouco”.¹⁹⁵ Além disso, mesmo no que produzia era atropelada pelo governo. Em Agosto, mais um Decreto-lei anticorporativo: “o dec.-lei nº 25.701, de 1 de Agosto autoriza o subsecretário de Estado das Corporações a estabelecer, em certos casos, salários mínimos, o que constitui uma prática anticorporativa, diga-se de passagem, pois era aos organismos corporativos que tal competiria.”¹⁹⁶ Um ano depois, o “êxito das conferências que proferiu em Itália” ecoava por Lisboa.¹⁹⁷ Aquela seria paragem “corporativa” obrigatória. Onde estiver o objeto, lá se encontrará o sujeito. Enquanto o regime descrevia a “terra prometida” e a todos

¹⁹⁴ *Boletim da Direcção Geral das Indústrias*, nº69, de 4 de Janeiro de 1939.

¹⁹⁵ *Idem*, Ano 67º, 1935, p.135.

¹⁹⁶ *Idem*, pp.229-230.

¹⁹⁷ AMC, cx.46, Correspondência/Queirós, Carlos: nº2.

ordenava para que fechassem os olhos e a vislumbrassem, MC parecia correr na sua direção de olhos bem abertos.

Dois anos mais tarde, em Abril de 1937, explicitava a opção pelo corporativismo, considerando-o “um movimento lógico e necessariamente consequente dos regimes autoritários ou cesaristas de hoje em dia que repudiam o coletivismo. Em face do abismo a que a intervenção na vida económica o pode conduzir, o Estado clama aos indivíduos: «juntem-se, organizem-se e orientem-se enquanto é tempo, sob as minhas vistas complacentes, e para que eu amanhã não seja levado a suprir as vossas deficiências e a reparar os vossos erros».”¹⁹⁸ Mas o regime nem parecia ser complacente, nem querer que se juntassem e organizassem. Mais do que o conceito ou nível de concretização do corporativismo constitucionalizado, verificava-se a divergência quanto ao “interesse nacional”:

“Eis aqui o aspeto mais dramático da construção do Estado Novo. A supremacia do interesse nacional a afirmar-se em tudo; e daí a necessidade de tornar a própria atividade económica exercida pelos particulares por sua iniciativa, uma função do interesse nacional. Como? Pelo corporativismo, ainda na fase fluída das doutrinas, aquela fase em que as fórmulas mal se esboçam. À procura dos seus moldes definitivos.”¹⁹⁹

Fluidez visível pela repercussão que as viagens e contactos de MC tinham na sua construção teórica do sistema. No raiar primaveril de 1938, MC regressou a Itália. Terá contactado com diferentes intelectuais em relação à viagem de 1936, embora a obra de 1938 não refletisse essas influências. O mais importante deles terá sido o neokantiano Giorgio del Vecchio (1878-1970)²⁰⁰, cujo início de contacto coincide precisamente com o afastamento académico e pessoal em relação a Mihail Manoilescu (1891-1950).²⁰¹ A 29 de Abril relatava ao presidente do Conselho: “Um mês de observação, em contacto com alguns dos mais esclarecidos valores do regime fascista, radicou-me a convicção da superioridade da nossa fórmula a que falta em *teatro* o que lhe sobeja em *seriedade* e *honestidade*. De resto, consolou-me verificar que [...] se muitos dos melhores daqui invejam o regime italiano, não faltam ótimos de lá que suspiram pelo nosso. A Humanidade é assim.”²⁰²

¹⁹⁸ *O Direito*, Ano 69º, 1937, p.137.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ Professor e Presidente da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Roma; diretor da Revista Internacional de Filosofia do Direito. Vecchio e MC iniciariam uma correspondência académica com um convite do primeiro para que o segundo fosse a sua casa: AMC, cx.57, Correspondência/Vecchio, Giorgio del: nº1 (02/04/38). Ver também bibliografia do autor.

²⁰¹ AMC, cx.35, Correspondência/Manoilescu, Mihail: nº1 – nº3 (06/04/36 – 22/01/37).

²⁰² ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, p.98.

Como salientava António M. Pinto Barbosa em 1943, Del Vecchio constituía um ótimo representante italiano da “corrente” de “humanização” da economia que se “estabeleceu com Alfred Marshall e se avolumou com Pigou, Keynes, Hawtrey e Robertson”: “Georgio del Vecchio, ao fazer a sua valorização ética, completou a obra [de Marshall], dando-lhe o que lhe faltava: alma.” Isto porque identificava “a economia com a ética, considerando-a como parte integrante desta”.²⁰³

Em Outubro de 1938, MC publicava um pequeno excerto daquele autor, traduzido por si e intitulado “Individuo, Estado e Corporação”²⁰⁴. Para além da consensual conceção da “corporação” como elo de ligação entre o individuo e o estado, Vecchio acentua (neste excerto) a aspiração da “vocação jurídica da consciência” à “coordenação e comunhão universal do género humano”, porque, dizia, “o culto do ideal da justiça compreende toda a humanidade, representa uma espécie de religião da qual, segundo a clássica expressão romana, os juristas são como que os sacerdotes”.²⁰⁵ Terminou imbuído por um espírito de missão, que justificaria a tradução por MC, com uma perspetiva assintótico-cosmopolita kantiana: “Ainda que a meta seja longínqua e certamente não atingível no breve espaço da nossa vida mortal, está no esforço que fazemos para nos avizinharmos dela a nobreza da nossa existência, e na identidade do intento reside a razão da profunda solidariedade que irmana os juristas de todos os países.”

O nacionalismo atenuava-se progressivamente na equação corporativa, quando em 1938, inclusive política e estrategicamente, nada parecia exigir-lo. No entanto, divergiria de Vecchio quanto à “estadualização do direito”, considerada inevitável por este. Segundo MC, devia caminhar-se “para a descentralização legislativa no domínio corporativo”.²⁰⁶

²⁰³ BARBOSA, António M. Pinto, *A Economia do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1943, pp.19-20.

²⁰⁴ *O Direito*, Ano 70º, 1938, pp.226-230.

²⁰⁵ Ver VECCHIO, Giorgio del, *Sobre a positividade como carácter acessório do Direito*, Coimbra, 1914; *Il concetto della natura e il principio del diritto*, 2ª ed., Bologna, 1922; *Sobre a estadoalidade do direito*, Coimbra, 1938; *O problema das fontes do direito positivo*, tradução de A. Rodrigues Queiró, in *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. XVII, Coimbra, 1941; *O «homo juridicus» e a insuficiência do Direito como regra da vida*, Coimbra, 1939; *Filosofia del Derecho*, 3ª edição, Barcelona, 1942; *Derecho y vida (nuevos ensayos de filosofia jurídica)*, Barcelona, 1942; *A crise da ciência do Direito*, Coimbra, Separata do Boletim da Faculdade de Direito, Vol. XVIII, 1942; *Lições de filosofia do Direito*, prefácio de H. Cabral de Moncada, Porto, 1948; *Sobre a elasticidade do Direito*, Coimbra, separata da Revista Filosófica, nº15, 1955; *Justiça divina e justiça humana*, separata de *Scientia Juridica*, nº22, 1956; *Sobre a universalidade do pensamento de Dante*, Coimbra, separata do Boletim da Faculdade de Direito, Vol. XXXII, 1956; *A verdade na moral e no direito*, Braga, s.d.

²⁰⁶ *O Direito*, Ano 70º, 1938, p.254.

3.4.3. A Missão do Estado

O que terá motivado o afastamento de MC em relação a Manoiesco e a subsequente aproximação a Vecchio? A obra fundamental do primeiro, citada por MC no *Sistema Corporativo*²⁰⁷, apesar de bastante completa, assume um radicalismo, evidenciado na própria linguagem, que a transformará porventura na construção teórica mais fechada e inflexível do corporativismo “puro” e “integral”.²⁰⁸ Mas também, a fechar a obra – no capítulo “Monarchie corporative ou République corporative?” – Manoiesco rejeita liminarmente a opção republicana. Para ele a monarquia é a única solução compatível com os objetivos do corporativismo, nomeadamente a estabilidade. A República serviria unicamente os interesses dos políticos e da classe reinante, livres para “ses jeux effrénés”.²⁰⁹ Ora, MC já teria abandonado essa barricada há muito tempo, rejeitando a inclinação monárquica teoricamente associada ao sistema corporativo.

No Outono de 1938 explicaria o que o aproximava de Del Vecchio: “animado de um idealismo ardente, não vacila a sua crença nos valores eternos da humanidade e da civilização, procurando realizar a síntese fecunda das novas formas com as ideias de sempre”. Desejava ver a sua obra traduzida para português porque “convém mais à nossa mentalidade que as importações germanistas recentemente feitas no terreno baldio do pensamento jurídico português”. Trabalho empreendido pela pena, entre outros, de Manuel Cavaleiro Ferreira (1911-1992). MC identificaria a sua conferência de 14 de Setembro de 1934²¹⁰ com o pensamento do filósofo²¹¹: “aí se nota a mesma preocupação de ressaltar as posições da pessoa e do Estado e de conservar do liberalismo todas as suas conquistas humanas.”²¹²

A maior clarificação do pensamento de MC no contexto português resultaria, porém, da confrontação com as *Lições de Direito Corporativo* de José Joaquim Teixeira Ribeiro

²⁰⁷ MANOILESCO, Mihail, *Le Sciécle du Corporativisme. Doctrine du corporativisme integral et pur*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1936. Ver, do mesmo autor, *Le génie latin dans le nouveau régime portugais*, in *Congresso do Mundo Português*, comunicações apresentadas aos congressos de História Moderna e Contemporânea, VI Congresso, Vol.8, 1940, pp.621-639.

²⁰⁸ Ver, entre outros, LUCENA, Manuel, *Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicação ao caso português*, in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 1985, 3º-4º-5º, pp.819-865.

²⁰⁹ MANOILESCO, Mihail, ob. cit., pp.355-357.

²¹⁰ CAETANO, Marcello, *Lições de Direito Corporativo*, pp.151-165.

²¹¹ MC terá sido mesmo um dos responsáveis pela divulgação do filósofo em Portugal. Nos finais da década de 1940 e, sobretudo, na década seguinte, Del Vecchio foi bastante estudado, nomeadamente em Coimbra.

²¹² *O Direito*, Ano 70º, 1938, p.253.

(1908-1997).²¹³ Professor com um início de carreira análogo ao de MC, fez o seu doutoramento com uma dissertação em economia política – *Teoria Económica dos Monopólios*, em 1934.²¹⁴ MC fez comentários duríssimos à obra de Teixeira Ribeiro, considerando-a uma “deceção”. Reconhecia-lhe o mérito “didático”, mas pouco mais. Quatro anos depois dos primeiros cursos de direito corporativo a obra não refletiria a evolução do corporativismo: “umas Lições de Direito Corporativo de 1938 não podem, pois, ser julgadas como o seriam as de 1935”. Mas o que fundamentalmente criticou foi o exclusivo apoio das *Lições* de Ribeiro na “conceção de Estado” de Ugo Spirito (1896-1979) e no “móvil económico” de Gino Arias (1879-1940)²¹⁵: “o autor parece ignorar – disse MC – que existe já uma organização e uma doutrina corporativa em Portugal e confina os seus conhecimentos a alguns autores italianos, sem utilizar, por exemplo, a escola católica e a escola austríaca, correntes em que, aliás, nitidamente nos filiámos em *O Sistema Corporativo*. [...] Expõe-nos duas doutrinas, a de Arias e a de Spirito: quanto mais originalidade e interesse não oferece a de Spann [1878-1950], quanto maior influência e difusão não tem tido a conceção corporativa que os católicos formam da economia!”²¹⁶

A síntese que Teixeira Ribeiro faz do corporativismo, cuja militância inicial é difícil de apreender, reflete a demarcação teórica adotada. Mais do que tudo, terá sido essa parcialidade que provocou a crítica do colega de Lisboa. Repare-se: “se ele [Homem] fosse, como afirma Spirito, idêntico ao Estado, ou tivesse, como quer Gino Arias, uma consciência distinta – então dispensava-se por completo a disciplina corporativa [...] caíamos assim no extremo duma economia corporativa... sem corporações!”²¹⁷ Mas, por exemplo em 1945, de

²¹³ Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Lecionou Economia Política; Finanças e Direito Fiscal; Direito Corporativo; Sindicatos Industriais; Economia Corporativa; Economia; e Direito do Trabalho. Exerceu variadíssimos cargos: Reitor da Universidade de Coimbra; Presidente do Centro de Estudos Económicos; Presidente da Comissão de Estudo e Aperfeiçoamento do Direito Fiscal; Vogal da Comissão Permanente de Letras do Instituto de Alta Cultura; Presidente da Comissão de Reforma Fiscal; Presidente da Comissão Reorganizadora da Indústria Algodoeira; Vogal do Conselho Superior da Indústria; Membro do Conselho de Estado; Vice-Primeiro-Ministro do V Governo Provisório; diretor da Revista de Legislação e de Jurisprudência.

²¹⁴ Ver também, do mesmo autor, *Princípios e fins do sistema corporativo português*, Coimbra, separata do Boletim da Faculdade de Direito, Vol. XVI, 1939; *A organização corporativa portuguesa*, Coimbra, separata do Vol.V do suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito, 1945; *A nova estrutura da economia*, conferência, Porto, 1947; *Problemas jurídicos do condicionamento*, Coimbra, separata da Revista de Legislação e de Jurisprudência, Ano 86, 1953.

²¹⁵ RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Lições de Direito Corporativo*, Faculdade de Direito de Coimbra, 2º ano de 1937-38, Coimbra Editora, Coimbra, 1938. Ver fundamentalmente pp.93-111.

²¹⁶ *O Direito*, Ano 70º, 1938, pp.250-251.

²¹⁷ RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *idem*, p.112. Concluindo a seguir: “admitamos que, ao fim de decénios, as corporações consigam transformar a mentalidade dos seus membros, isto é, dar-lhes uma consciência nova. Nessa altura, as corporações tornam-se desnecessárias, pode conceder-se inteira liberdade aos indivíduos, pois eles – sós ou associados – agirão sempre de acordo com o interesse nacional. Teremos aqui a autêntica economia corporativa, segundo Arias. Nada de absurdo, sem dúvida; mas ocorrem duas pequenas observações: primeira, o

forma já bastante perentória, Teixeira Ribeiro defendia que “engana-se muito, discorre levianamente, quem qualifica a organização corporativa portuguesa, sem mais, de corporativismo de Estado.”²¹⁸ Uma posição aparentemente menos crítica do que a de MC durante a década anterior, ou mesmo em 1946, então ministro das Colónias, quando discursou perante os dirigentes da UN sobre “o cansaço da excessiva intervenção do estado”.²¹⁹

Os dois eminentes professores de Lisboa e Coimbra aparentemente não tiveram qualquer contacto até meados da década de 1960, quando passaram a ter uma correspondência cordial. O primeiro contacto documentado surgiria apenas em 1956, quando MC era ministro da Presidência e Ribeiro se demitiu da Direção do Centro de Estudos Económicos.

Após a conclusão do edifício corporativo, com o Decreto-lei nº29 110, de 12 de Novembro de 1938, que definia as regras de instituição das corporações morais, culturais e económicas, previstas na Constituição e no ETN²²⁰, MC voltava a bater na tecla: “já mais de uma vez temos dito que o corporativismo é uma *orgânica* e um *espírito*.”²²¹ Porque considerava que “de nada servirão os órgãos se não houver a animá-los a consciência de um fim a atingir e das funções a desempenhar”. Aliás, este seria para ele o “principal problema duma época de transição.” Embora esta não se afigurasse nada promissora. O ambiente político, no fim de 1938, seria cortante, com a Espanha em guerra e a Europa prestes a seguir o mesmo caminho. Nas vésperas da quadra natalícia, MC chegava a ser felicitado “por não ser ministro”.²²²

Na que seria a última *Crónica Legislativa de O Direito* (cujo fim parece justificar-se pela incomoda irreverência com que era redigida), em Abril de 1939, MC definia o seguinte: “a missão do Estado na organização corporativa é a educação dos dirigentes. Os textos legais são bons: mas de que servem as leis sem os hábitos?”²²³

que se pretende, ao fazer a teoria do corporativismo, é interpretar a realidade presente; segunda, nem Gino Arias nem Ugo Spirito demonstraram possível a transformação da consciência do homem, ou pelo menos, do comum dos homens. Partir da consciência corporativa seria, portanto, erguer a teoria sobre uma premissa que nem é da realidade de hoje, nem será, talvez, da realidade de amanhã.”

²¹⁸ RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *A organização corporativa portuguesa*, Sup. Nº5, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Direito, 1945, p.296. No seguimento acrescenta: “É ver apenas a superfície das coisas, é ver apenas as ondas que escondem o oceano: pois, na verdade, a organização portuguesa, ainda quando traduz o corporativismo de Estado, traduz sempre um corporativismo de Estado que tem a vontade confessa, o firme desejo de vir a ser corporativismo de associação.”

²¹⁹ CAETANO, Marcello, *O momento político e económico*, discurso pronunciado no encerramento da 1ª conferência da União Nacional, 11 de Novembro de 1946, pp.2-3.

²²⁰ Segundo MC, “talvez tivesse sido esta a ocasião de fazer a revisão crítica das ideias que o informam e de dar balanço aos resultados que produziu”, o que não teria acontecido. In *O Direito*, Ano 70º, 1938, p.294.

²²¹ *O Direito*, Ano 71º, 1939, p.106. Um mês depois, repete a ideia em artigo de jornal: AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº69.

²²² AMC, cx.36, Correspondência/Marques, Pedro Correia: nº1: “felicitó-o por não ser ministro”.

²²³ *Ibidem*. Reafirma, igualmente, a ideia num artigo de jornal seguinte: *idem*, nº70.

Residiria aqui o motivo que o levará ao Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), em Agosto de 1940, precisamente para mudar os “hábitos”.²²⁴ O presidente do Conselho conservaria a prática de desafiar críticos leais a concretizar as suas críticas, por um diminuto espaço de tempo. As “dificuldades de mandar” encarregavam-se, por norma, de moderar os ímpetos dos jovens entusiastas. Entre as felicitações comuns pela nomeação para o cargo, destacam-se, pela vivacidade, o lamento de Humberto Delgado (1906-1965) por não poder estar presente²²⁵, e a adesão de Orlando Ribeiro, que acaba por descrever, como nenhum outro, o que representaria o comissariado de MC: “se não morri de amores pela Mocidade era porque me parecia não ser o mais conveniente o caminho porque se tinha metido. Creio, tanto quanto posso avaliar, que o seu “Comissariado” a fez encarrear no rumo certo. Isto para lhe dizer que pode contar comigo para esta obra, naquilo em que o puder ajudar.”²²⁶

3.5. Viver (n)o Mundo: Alemanha, Espanha e Itália

No início da mais violenta e trágica década da história da Europa MC ironizava em 1935 contra a aparente indiferença do governo em relação ao que se passava no mundo. Afirmava em Outubro: “Nos dois meses de férias judiciais e escolares de 1935 muitos acontecimentos sobressaltaram o Mundo e a gente portuguesa: porém, o *Diário do Governo* não reflete as preocupações e angústias da época, e de pouco auxiliará o futuro investigador que se propuser fazer a história destes dias...”²²⁷

Regressado há pouquíssimo tempo da primeira viagem a África, a preocupação de fundo estaria já na defesa das colónias de todas as “cobiças”. No dia 19 de Setembro saíram os decretos que executavam o disposto na Lei nº1 905, constituindo-se os organismos superiores de defesa nacional. MC reagia da seguinte forma: “estava já então prestes a iniciar-se a luta entre a Abissínia e a Itália. Começamos agora a preparação da nossa defesa.” Hitler havia rasgado o Tratado de Versalhes e decretado a conscrição de meio milhão de homens,

²²⁴ Segundo uma orientação já levemente sugerida em 1932, no opúsculo: *Escotismo e a sua importância na reconstrução Nacional*.

²²⁵ AMC, cx.25, Correspondência/Delgado, Humberto: nº1.

²²⁶ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Orlando: nº10.

²²⁷ *O Direito*, Ano 67º, 1935, p.229.

logo após o ministro da Guerra francês de então, general Louis Maurin (1869-1956), ter rejeitado as propostas de Charles de Gaulle (1890-1970) e Paul Reynaud (1878-1966) para o desenvolvimento de novas divisões blindadas. A *Linha Maginot* haveria de chegar.

Aproximadamente um ano depois, seria convidado pela Escola Central de Oficiais de Caxias a realizar uma conferência sobre “o início e a cessação das hostilidades à luz do Direito Internacional Público”. Um texto com algum interesse. Sobretudo pela condenação ao Tratado de Versalhes, oferecido como exemplo do que não se deveria fazer, até pelas consequências que estavam à porta:

“Em 1919 toda a preocupação dos políticos foi a de apagar a ação militar. [...] Em volta da mesa a que se sentavam os delegados das potências, havia filas de cadeiras para convidados. A primeira fila era destinada a senhoras sem qualquer qualidade oficial. Os generais que haviam ganho a guerra estavam na última fila... [...] A paz é obra dos políticos e diplomatas, estou de acordo. Mas não pode ser firmada sem que se complete a ação militar, e nela se deve ouvir o voto e o conselho daqueles que pelo seu gênio e o seu esforço a tornaram possível. Se em Versalhes assim se tivesse procedido, é quase certo que o panorama europeu de hoje não seria tão desolador.”²²⁸

A desolação prosseguira o seu caminho com a ocupação da Renânia pela Wehrmacht, em Março de 1936, e, dois meses depois, com a anexação da Abissínia à recém-criada África Oriental Italiana. Não deixará por isso de ser o mais dramático de todos os “retornos”, que o Homem tenda demasiado facilmente a esquecer o sangue que não derramou ou viu derramar. MC citou, inclusive, o jornalista e historiador americano Frank Herbert Simonds (1878-1936) para sublinhar a sua visão do tema, quando este terá dito que “a paz de 1919 não é resultado da velha ou da nova diplomacia – mas da ausência de qualquer espécie de diplomacia.” Rejeitava a existência de conflito entre o direito e a realidade, mas terminou praticamente com a seguinte declaração: “o conteúdo do direito, a consciência dos nossos direitos, é tudo: [...] constitui uma conquista da civilização, mas se a máquina da civilização falha, é lícito a cada um nós, individuo ou povo, recorrer à defesa pessoal, à luta com os seus próprios meios”.

A “máquina da civilização” continuava a falhar, desta feita do outro lado da fronteira. Em Julho do mesmo ano, tem lugar o *pronunciamiento* militar que provocaria a sangrenta guerra civil espanhola. Em Agosto tivera lugar o *massacre de Badajoz* e o primeiro bombardeamento de Madrid, em Setembro Franco centralizava o comando rebelde, conquistava Irún e, em 1 de Outubro, já era *generalíssimo*. Ambas as forças, a *legalista* e a

²²⁸ Idem, Ano 68º, 1936, pp.258-265.

nacionalista, seriam correspondidas por uma ideológica mobilização da sociedade espanhola, apoiadas por blocos político-ideológicos e militares antagônicos.

A primeira reação documentada de MC foi a sua participação num abaixo-assinado do Sindicato Nacional dos Jornalistas, precisamente aquando do corte de relações diplomáticas com o governo de Madrid, em Outubro, num protesto dirigido à SDN, em defesa “des écrivains, des artistes, des journalistes des plus illustres de l’Espagne actuelle”, que, segundo os signatários, “souffrent un cruel destin”, “ont été assassinés ou exécutés sans jugement, sans procès”, e contra “les communistes et les anarchistes espagnols” que, segundo afirmavam, “détruisent méthodiquement le patrimoine artistique de l’Espagne”, especialmente religioso.²²⁹

A profunda tragédia que consumiu Espanha durante três anos não seria apenas um ensaio geral para alemães, italianos ou russos. O presidente do Conselho de Ministros português ensaiaria também a chamada “política de neutralidade” que viria a consagrar o seu “génio” durante a II Guerra Mundial – *livres da guerra mas não da fome*. Em 20 de Fevereiro de 1937 publicou o Decreto-lei nº27 529, que proibia todos os cidadãos portugueses de se alistarem em qualquer das forças em luta e de fazerem propaganda por qualquer das partes. O decreto referia ainda que os que já se encontrassem alistados em qualquer das forças deveriam regressar a Portugal. Tal decreto não tinha, como se sabe, qualquer correspondência com a realidade, desde logo pelos *(des)obedientes* Viriatos.²³⁰ MC reagia por isso com certo humor ao decreto: “platonismos que a ordem internacional muito gosta de cultivar.”²³¹

Um mês depois, o governo aprovava os Decretos-lei nº27 647 (confirmação do Acordo de Não-Intervenção) e nº27 633, que pretendia impedir quaisquer transações de objetos de valor artístico, arqueológico, histórico e bibliográfico proveniente de “espoliação”. A medida visava, naturalmente, a Espanha. Para MC, agora sem “platonismos” e num momento em que a guerra no país vizinho prosseguia “implacável”, a medida era um “exemplo admirável, que todos os Estados deviam seguir”.²³² Por simples cuidado ou não, todas as referências de MC à Guerra Civil Espanhola centram-se no campo “artístico-cultural”. Mais do que preferência ou simpatia, pode falar-se com certeza no sentido negativo: oposição à *Frente Popular* espanhola (a que pertenceriam os chamados “bandos irresponsáveis e ávidos” que delapidavam o património de Espanha).

²²⁹ AMC, cx.1, Guerra Civil de Espanha, nº1.

²³⁰ Entre outros, ver OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 2ª ed., 1988.

²³¹ *O Direito*, Ano 69º, 1937, p.70.

²³² *Idem*, p.137.

Quanto a Hitler (e, por arrasto, Mussolini), após a “Lei da Anexação” e entrada das tropas alemãs na Áustria, em 12/13 de Março de 1938, passava a ser, para o amigo Nuno de Montemor, um “terrível boateiro”.²³³ A benevolente imagem de cruzado anticomunista desvanecera-se definitivamente.²³⁴ De MC não se vislumbrou qualquer opinião sobre ambos os líderes.

²³³ AMC, cx.39, Correspondência/Montemor, Nuno de: n°37.

²³⁴ Idem, n°27.

IV CAPÍTULO – O erro corporativo: o poder tende sempre a alargar a sua esfera de domínio

Na conferência pronunciada no encerramento da sessão inaugural do Centro de Estudos Corporativos, em 14 de Setembro de 1934 – “Posição do indivíduo no Estado Corporativo”²³⁵ –, MC identificou o que designou por “erro grande, o erro enorme” do comunismo. Para ele, “a liberdade civil não é inseparável da liberdade económica e da liberdade política”. Recorreu, inclusive, a Dostoievski, de quem parecia gostar particularmente²³⁶, e à obra “Souvenirs de la maison des morts” (segundo a tradução francesa) para fundamentar a sua crítica ao sistema soviético.

No que toca à conceção das “liberdades, não parece haver qualquer “jogo de palavras”. A posição afigura-se, aliás, bastante clara: distinção conceptual das diferentes “liberdades”, hierarquizando-as segundo uma perspectiva instrumentalista, cujo ponto de chegada seria a concretização de um Estado de Direito não democrático/parlamentar. Seria isso possível? MC acreditaria então que sim. A única “liberdade” inextinguível e, portanto, absoluta, seria a “liberdade civil”. As demais – “transitórias” – apenas o seriam enquanto sirvam aquela. A essência do regime deveria residir, para o jovem jurista, na defesa intransigente da primeira, para o que aquele poderia e deveria chamar a si a atribuição/restricção exclusiva das “liberdades” política e económica – o que designou por “arranjo social dos indivíduos”.

O liberalismo, segundo MC, também “cometeu o erro de julgar que estas três formas de liberdade de tão diferente valor humano e jurídico, constituíam uma só categoria, e criou o absoluto: a Liberdade com L grande.” Se bem que, apesar do “erro” ser o mesmo, deplorava do fundo da sua alma que o “liberalismo tenha morrido para sempre.” A operação conceptual visaria conservar do sistema o que este “teve de verdadeiramente bom e humano”. Porque tudo o mais, segundo disse, “provou-se” ter levado à “ruína total do liberalismo como sistema político e económico.”

Se por um lado, parece questionável que a “Liberdade” do Homem seja atribuição exclusiva do sistema político/económico/social em que vive, não parece haver qualquer

²³⁵ CAETANO, Marcello, *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, 1935, pp.151-165.

²³⁶ MC acompanhou de perto a concretização de homenagem portuguesa ao notável escritor russo, que consistiu numa escultura realizada por José de Moura. No dia 6 de Março de 1974, o escultor enviou a M.C. a fotografia da obra – “Dostoievsky, 1821 – 1881”: in AMC, cx.39, Correspondência/Moura, José de: n.º4 – anexo 1. Teria lido também a obra de 1864?

dúvida de que as “liberdades”, estas sim de exclusiva atribuição pelo sistema em vigor, muito dificilmente poderão existir separadamente. Será, porventura, o primeiro desafio de qualquer sistema democrático assegurar a coexistência de todas as “liberdades” – civil, política e económica. MC elaborava esse conceito antidemocrático no calor da febre legislativa do Estado Novo e, segundo o próprio, “enquanto a Jerusalém resplandecente que sonhamos não passa de um acampamento de guerra.” Messianismo inevitavelmente moderado pelo tempo e pela realidade.

Permanecendo-se no chamado “erro”, para além ou decorrente da criativa conceção das “liberdades”, encontrava-se o conceito-chave de “concorrência”. Sugere-se este aspeto, sem se avançar para uma análise exaustiva de todos os “erros” corporativos, porque parece indicar o caminho para a compreensão duma lacuna fundamental na teoria corporativa, como aliás o será talvez em todas as teorias ou sistemas económicos até à década de 1930: a convergência dos agentes económico-políticos para a *concentração de poder e/ou luta pelo poder*, potenciando a constituição (*inconstitucional*) de informais *ideologias de interesses*.

A chamada *Escola de Friburgo*, fundada pelos antinazis Walter Eucken (1891-1950)²³⁷, Franz Böhm (1895-1977) e Hans Grossmann-Doerth (1894-1944), terá sido a primeira tentativa científica de *levantar o véu* neste obscuro domínio.²³⁸ Estes autores eram muitos próximos do corajoso opositor ao nazismo (e sua vítima) Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), e a obra de Eucken influenciaria a teorização da chamada *Economia Social de Mercado*²³⁹ por Wilhelm Röpke (1899-1966)²⁴⁰, Alexander Rüstow (1885-1963)²⁴¹ e Alfred Müller-Armack (1901-1978). Doutrina ensaiada por Ludwig Erhard (1897-1977) na RFA, entre 1949-1966.²⁴²

No seu “juízo sobre a concorrência”, nas *Lições de Economia Política* (1935-36), MC analisou a concorrência sob a perspetiva da sua (in)capacidade de organização do mercado e, por conseguinte, evitar potenciais crises de desajustamento entre produção e consumo.

²³⁷ EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998. Ver, especialmente, pp.313-326.

²³⁸ Ver KOSLOWSKI, Peter (ed.), *The theory of capitalism in the german economic tradition: historicism, ordoliberalism, critical theory, solidarism*, Berlin, Springer Verlag, 2000.

²³⁹ Ver VANBERG, Viktor, *Racionalidad y reglas: ensayos sobre teoria económica de la constitución*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1999; *Constitutional political economy*, Vol. 1, nº1, London, Kluwer, 1990.

²⁴⁰ RÖPKE, Wilhelm, *Civitas humana ou les questions fondamentales de la réforme économique et sociale*, Paris, Editions Politiques, Economiques et Sociales, 1946; *La crise de notre temps*, Neuchatel, éditions de la Baconnière, 1945 ;

²⁴¹ RUSTOW, Alexander, *Das Versagen des Wirtschaftsliberalismus*, Metropolis Verlag, 2001 (*O Fracasso do Liberalismo Económico*, de 1950); *Freedom and domination: a historical critique of civilization*, Princeton Legacy Library, 1981.

²⁴² Ver ERHARD, Ludwig, *A Alemanha de hoje*, 3ª ed., Wiesbaden, Departamento Federal de Imprensa e Informação, 1965; *Bem-estar para todos*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963.

Considerou que as formas de autolimitação da concorrência – “o cartel, o trust, o concern, em certos casos o ring, o corner e o pool” –, sobretudo posteriormente à Grande Guerra e depois de uma fase “egoísta”, começaram a desenvolver a “ideia do desempenho de uma função nacional, de uma função social a que não é estranha uma pressão da parte do Estado”, (...) “até que se chegou à forma atual jurídico-política da organização corporativa.”²⁴³

MC seguiu nestas lições a cartilha económica e a pobre realidade portuguesa. Mas nem por isso deixa de ser interessante a simples filiação do sistema corporativo numa hipotética e pura autorregulação das coligações, em nome do “interesse nacional”. Ignora-se a pretensão de poder.²⁴⁴ Refere-se que a pátria dos cartéis era a Alemanha. O que seria um facto e explicará o desenvolvimento das referidas escolas naquele país e não noutra. Mas seriam os cartéis patriotas?

Nas *Lições de Direito Corporativo* confirmava a ideia de que “os fenómenos de organização e concentração capitalista [...] mais não são do que formas de disciplina ou supressão da concorrência.”²⁴⁵ Residirá aqui o principal “erro” corporativo? Esses fenómenos serão bem mais do que isso? Segundo a *Lição de Friburgo*, “o poder da unidade económica é tanto mais forte quanto mais a forma de mercado se aproxima do monopólio ou do monopsólio” e mesmo em economias de capitalismo mercantilista, podem formar-se “poderes económicos muito fortes, que não raro são apoiados pelos poderes públicos e que por seu lado exercem poder político.”²⁴⁶

Segundo o sistema corporativo marcelista, “na economia corporativa o *Estado* (concebido como poder político) tem uma função de coordenação, fiscalização e garantia.”²⁴⁷ Mas como é que o Estado se *garantiria* a si mesmo? Segundo MC, pela opção por um “*corporativismo misto*”, “descentralização legislativa e administrativa”, “regime de legalidade e de direito”, liderado por um “escol de cidadãos” (“selecionados pelo sacrifício, pelo espírito de renúncia e pela devoção ao bem comum”), de que ele próprio seria exemplo, em que “o poder arbitrário é uma anomalia forçosamente transitória”.²⁴⁸ Mas o regime parecia não (querer?) encontrar esse caminho. Ou seja, a “negação” apontada por MC.

Bem certo que os dois primeiros textos citados são académicos e professados em cursos jurídicos. Mas a conceção de base contém a limitação e está presente no sistema: a “integração das empresas na unidade funcional corporativa”, evitando os “desregramentos da

²⁴³ CAETANO, Marcello, *Lições de Economia Política*, pp.116-119.

²⁴⁴ A referida tese de José Joaquim Teixeira Ribeiro, de 1934, manifesta a mesma lacuna.

²⁴⁵ Idem, *Lições de Direito Corporativo*, pp.12-13.

²⁴⁶ EUCKEN, Walter, ob.cit., p.317.

²⁴⁷ CAETANO, Marcello, *O Sistema Corporativo*, pp.42-45.

²⁴⁸ Idem, pp.50-55.

concorrência tida como lei de si mesma”, consistiria na substituição do “livre” domínio do mercado e preços excessivos do monopólio pelo domínio “regulado” do mercado e preços “acertados” pelo monopólio protegido. Tal como a crença de que a “tendência do grupo corporativo na regulamentação da produção é para nivelar por alto”, porque “a disciplina corporativa não impede o *progresso económico*”, apresentava evidentes fragilidades.²⁴⁹ A consequência lógica seria uma forma de economia estatizada ou *de* direção central, onde se verificaria “a maior concentração de poder económico que é possível”.²⁵⁰

Um exemplo disso foi o projeto de lei que atribuía ao governo o poder de dissolução de “todas as coligações económicas que exerçam uma atuação contrária aos objetivos da economia nacional corporativa.” No entanto, tudo estava dependente de advérbios de modo: “exageradamente”, “abusivamente”.²⁵¹ Desde que não abusassem ou exagerassem, os interesses hostilizados por MC continuariam a condicionar ministérios (p. ex. o da Agricultura) e corporações (p. ex. a relação funcional de poder entre o patronato e os trabalhadores, segundo o ETN). Contra isso se batia MC, denunciando o “abuso dos advérbios de modo” na produção legislativa.²⁵²

Afinal, o que terá sido o condicionamento sem plano? Estar-se-ia perante o “corporativismo invertido” e “o pior régimen de corrupção” de que falava Pequito Rebelo em 1940?²⁵³ Claro que era a opinião de um idealista e como tal ideologicamente radical. A gestão de equilíbrios irritaria tais espíritos. Mas, ainda assim, haveria lugar ao que designaremos por “corrupção condicionada”?

Em 1972, o economista António Pinto Barriga (1897-1972)²⁵⁴, referindo-se ao período em causa, observava o seguinte: “O seu [do fundador do regime] neocapitalismo fundiu-se num corporativismo pintado de fresco, promovendo o poder económico, fazendo-o ascender ao poder político. A “Situação” favoreceu a ascensão de novas elites como um fenómeno de ambiguidade económica, política e social. Isso fez, talvez, a sua força mas provocou “à la longue” a sua própria fraqueza. [...] O Estado deixou de ser o “cão de guarda” da economia desliberalizada [sic], para ser o “galgo” de um intervencionismo bem marcado por um

²⁴⁹ *Idem*, pp.42-45.

²⁵⁰ EUCKEN, Walter, *idem*, p.316.

²⁵¹ *Diário das Sessões*, 20/02/36, 1ª legislatura, 2ª sessão, nº84, pp.615-616.

²⁵² Em revista *O Direito*, Ano 95, 1963, p.8.

²⁵³ AMC, cx.47, Correspondência/Rebelo, José Adriano Pequito: nº1. “régimen do bluff militar, do zero da colonização, do corporativismo invertido”; “régimen que a passos largos caminha no sentido de poder qualificar-se como o pior régimen de corrupção, aquele em que esta se acoberta sob meia dúzia de nomes honestos... Queixas estas que se concretizam em factos, por disposição da providência, do meu conhecimento directo...”.

²⁵⁴ Barriga, António Pinto dos Santos de Meireles Coutinho. Professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa (1929) e professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa (1952), deputado em várias legislaturas e procurador à Câmara Corporativa.

corporativismo nominal sem realidade económica em Portugal. Uma piscina económica cautelosamente aquecida onde as empresas nadadoras, com seguros cintos de salvação, puderam brucejar sem riscos de se afogarem... economicamente. Cada nação tem a tecnocracia que merece. E nós? A nossa tecnocracia limitada apenas pelas eventualidades e contingências da conjuntura internacional e pelas derrapagens da nossa sistemática industrial.”²⁵⁵

Outro exemplo prende-se com a fiscalização das sociedades anónimas por que se batera MC²⁵⁶, que o levaria inclusivamente a concordar com Marx: “estamos a soprar a inflação de um monstro desmesurado que, se hoje nos serve, amanhã nos pode devorar. Entre as teses prediletas da pregação marxista figura a da concentração capitalista. [...] Pois bem: a tese é atacável em muitos pontos, mas não há duvida que encerra uma parte de verdade.”²⁵⁷ A referida proposta de lei, aprovada em 19 de Fevereiro de 1936, também contemplava a “autorização” de o governo “modificar oportunamente” o regime de fiscalização das sociedades anónimas. Conforme a regra, a realidade encontrar-se-ia no advérbio.

O olhar jurídico de MC não parecia impedir a observação da realidade “subterrânea” (segundo Dostoiévsky) quando a propósito citou Montesquieu – “o poder tende sempre a alargar a sua esfera de domínio”²⁵⁸ – e dias depois comentou a forma como decorriam as obras públicas (e, por arrasto, funcionaria o respetivo ministério): “não, não pode ser. O dinheiro dos contribuintes tem de ser zelado e aproveitado com o respeito devido pelos sacrifícios que representa. Como admitir que uma construção pública acabe então por ficar pelo dobro, pelo triplo, pelo décuplo – do que custaria normalmente a um particular?”²⁵⁹

Já em 1933, aquando do Decreto-lei nº22 390, de 1 de Abril, que ordenava à Direção Geral da Ação Social Agrária que inventariasse e reconhecesse os baldios do país, considerava nas páginas de *O Direito*, que se estava a seguir “uma política errada”: “a título de os aproveitar [os baldios], dividem-se sem nenhum critério económico e com total desprezo da função que a propriedade comunal ainda desempenhava entre nós.”²⁶⁰ O corolário desse processo seria a criação da Junta de Colonização Interna (JCI) em 1936 (Decreto-lei nº27207, de 16 de Novembro), no reconhecimento completo desses baldios em 1938²⁶¹ e no plano de reflorestação “rentável” dos baldios por espécies não autóctones e de crescimento

²⁵⁵ AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto: nº11.

²⁵⁶ AMC, cx.1, artigos de imprensa, nº20, 21, 22 e 23. Entre Dezembro de 1932 e Janeiro de 1933.

²⁵⁷ Idem, nº21.

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Idem, nº27.

²⁶⁰ *O Direito*, Ano 65º, 1933, p.137.

²⁶¹ Junta de Colonização Interna, *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, Imprensa Nacional de Lisboa, 3 volumes, Lisboa, 1938.

rápido (Lei nº1971, de 15 de Junho de 1938). Plano, aliás, contrário ao próprio regulamento da JCI (art.º 5º e 6º).

A prepotência, injustiça e violência gerados por esta política, provocaria focos de resistência por parte dos camponeses, realidade brilhantemente retratada por Aquilino Ribeiro (1885-1963) na obra de 1958, *Quando os Lobos Uivam*.²⁶² O mesmo autor que, a fechar a década de 1930, corresponderia aos elogios de MC a uma obra sua com palavras não menos elogiosas de reconhecimento intelectual e pessoal ao jovem jurista e já então Comissário da MP.²⁶³

Um dos mais significativos teorizadores católicos do corporativismo e divulgadores da doutrina social católica²⁶⁴ do período, Reverendo Francisco Inácio Pereira dos Santos²⁶⁵, concordava, em Dezembro de 1937, totalmente com o *Sistema Corporativo* de MC e partilhava a angústia de que o “dia em que a organização se baste a si mesma é ainda muito remoto e até por vezes se me afigura que esse dia se afasta em vez de se avizinhar.”²⁶⁶ Um ano depois, após as eleições para a AN e a conclusão do “edifício corporativo”, partilhava a sua “desilusão”: corporações “desprovidas de autonomia” e “procuradores à Câmara Corporativa quase todos de nomeação governamental”, tendo como consequência “abusos que se multiplicam em proporções alarmantes”.²⁶⁷

A concordância entre ambos permaneceria na resposta de MC: “foi-me muito grato verificar que as minhas impressões a respeito da orientação funesta que está sendo seguida pelo Estado corporativo português eram partilhadas por alguém com a competência técnica de V. Ex.ª.”²⁶⁸ Fenómeno natural, os maiores teóricos da forma serão potencialmente os maiores

²⁶² RIBEIRO, Aquilino, *Quando os Lobos Uivam*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2010. Que lhe valera, na primeira edição, um processo por injúrias, um mandato de captura e a apreensão de todos os exemplares.

²⁶³ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Aquilino: nº1 (27/12/40).

²⁶⁴ Ver, entre outros: REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999; NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio: 1933-1947*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2010, pp.243-246.

²⁶⁵ Publicou em 1935 a tese de fim de curso, em Lovaina, intitulada *Un état corporatif. La constitution sociale et politique portugaise*, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1935 e 1940 (2ª edição). MC escreveria o prefácio à 2ª edição portuguesa. Participaria no primeiro curso das Semanas Sociais Portuguesas, em Junho de 1940, com uma comunicação sobre *A Concepção Cristã do Corporativismo*. In *Semanas Sociais Portuguesas, Aspectos fundamentais da Doutrina Social Cristã*, Edições ACP, Lisboa, 1941, pp.297-314. Curiosamente, estando presentes vários professores da Universidade de Lisboa ligados ao regime, como Domingos Fezas Vital (presidente da Comissão Permanente das *Semanas*) ou Rui Enes Ulrich, não deixará de ser notória a ausência de MC. Outro dado prende-se com o *silêncio* documental relativamente às negociações com a Santa Sé, concluídas em 1940 com a Concordata, e mesmo em relação à Igreja de Roma.

²⁶⁶ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Reverendo Francisco Inácio Pereira dos: nº1.

²⁶⁷ Idem, nº2.

²⁶⁸ Idem, nº3. Aproveita para insistir com M.C. para que este aceite fazer um périplo, que o autor organizaria, como conferencista, em várias universidades europeias. Diz que MC era já muito conhecido e respeitado no meio académico europeu, apesar do regime português não ser muito bem visto. O que vai ao encontro da afirmação do leitor português na Universidade de Bordéus, Luís de Matos, que em Novembro de 1939 escrevia a

críticos da prática. Mas o(s) poder(es), esse(s), como o tempo, não conhece(m) vazio e não espera(m).

PARTE II

A PORTA ESTREITA PARA O PODER: CONDICIONANTES

I CAPÍTULO – O exílio de Maquiavel

1.1. Poder governar

1.1.1. Fazer política

Poder governar não é necessariamente *Poder*. Como defendeu Michel Foucault (1926-1984), o poder é uma relação, não uma posse.²⁶⁹ Segundo MC, “a política é um meio ingrato de ação”.²⁷⁰ A lei da complexidade crescente das realidades nacionais e internacional contemporânea, com a introdução contínua de novas camadas, aí está para o confirmar.²⁷¹ A glândula pineal de todas as questões será sempre: onde reside(m) efetivamente o(s) *Poder(es)*?

A universalização do condicionamento da forma de “fazer política” iniciada durante a Grande Guerra, ou seja, a “guerra total”, que levaria Ernst Junger (1895-1998) a considerar este evento historicamente mais relevante do que a Revolução Francesa²⁷², não possibilitou a vitória do desvio da noção de “totalidade” protagonizada mais tarde pelo aparelho nazi, empenhado numa teoria gestonária de “estado moderno”²⁷³, mas tornou irreversível a valorização estratégico-política dos meios de mobilização e controlo das “consciências” como eixo da nova “arte de governar”. Não por acaso, um dos conselheiros do presidente Wilson em Versailles foi precisamente Walter Lippmann (1889-1974), o autor de *Opinião Pública* (1922)²⁷⁴, que influenciaria profundamente a obra homónima de MC em 1965, que adiante aprofundaremos.²⁷⁵

²⁶⁹ FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993 (original de 1975).

²⁷⁰ AMC, cx.26, Correspondência/Ferreira, Francisco Gonçalves (secretário de Estado da Saúde e Assistência): nº3 (21/01/72). Resposta de MC ao pedido de demissão do autor (aceite e decretado em 31/01/72).

²⁷¹ Ver, entre outros, RUSSEL, Bertrand, *O Poder: uma nova análise social*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990. (original de 1938)

²⁷² JUNGER, Ernst, *Lo stato mondiale: organismo e organizzazione*, Parma, Ugo Guanda Editore, 1998.

²⁷³ Ver, entre outros, SCHMIDT, Carl, *La notion de politique*, Paris, Flammarion, 1990.

²⁷⁴ LIPPMANN, Walter, *Public opinion*, New York, Dover Pub., 2004. Ver também, do mesmo autor, *Crépuscule des démocraties?*, Paris, Fasquelle, 1956.

²⁷⁵ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965.

No rescaldo da guerra, o professor de ciência política Parker Thomas Moon (1892-1936) definia o inalienável valor da propaganda, quer como meio educativo das massas no domínio das relações internacionais, ignorando já os conceitos de estado-nação e de nacionalismo, quer como instrumento para o idealismo democrático e os seus contrários, os totalitarismos nazi-fascista e estalinista.²⁷⁶ Talvez por isso, o pioneiro da então emergente indústria de “public relations” tenha sido Edward Bernays (1891-1995), sobrinho de Freud e responsável pela propaganda e censura nos EUA durante a Grande Guerra.²⁷⁷

A emergência da poderosa arma da propaganda, das técnicas de persuasão e gestão da democracia de massa (a “grande sociedade”), controladas numa primeira fase pelo estado (II Guerra Mundial) e mais tarde também (ou sobretudo?) por poderosas companhias e organizações multinacionais (mais ou menos transparentes), levariam o politólogo Harold D. Lasswell (1902-1978) a considerar que os limites da “competência” dos cidadãos para participarem, por sua iniciativa, na construção da vontade geral, tinham sido irreversivelmente ultrapassados pela complexidade da sociedade.²⁷⁸ Nesse sentido, tal como o trágico Stefan Zweig (1881-1942) se confessava um “sobrevivente incorrigível duma época mais livre e cidadão duma sonhada república mundial” e lamentava a “cavalgada da morte pela mentira organizada, pela propaganda”²⁷⁹, MC afirmava ter saudades do “doce viver” do século XIX. A realidade de 1938-1940, ainda segundo uma feliz expressão de Zweig, “calou” uma “esgotada” e “exausta” “consciência moral” no mundo. Faria, portanto, todo o sentido a afirmação de Denis de Rougemont (1906-1985), em 1939:

“Entrámos na era das *libidos* errantes, em busca dum teatro novo. E o primeiro que se lhe deparou foi o teatro político. A política de massas, tal como foi praticada a partir de 1917, não é senão a continuação da guerra total por outros meios (para utilizar uma vez mais, invertendo-a, a célebre fórmula de Clausewitz).”²⁸⁰

Por um lado, a crise dos sistemas socio-político-económicos de finais do século XIX e princípios do século XX, de matriz eurocêntrica, permitiu o advento do “admirável mundo novo” satirizado em 1932 por Aldous Huxley (1894-1963)²⁸¹, recuperando o sublime *Cândido*

²⁷⁶ MOON, Parker Thomas, *Syllabus on international relations*, New York, MacMillan Co., 1925, p.122.

²⁷⁷ A propósito de Freud e o “sentido da história”, ver MARCUSE, Ludwig, *Freud e a Psicanálise*, Lisboa, editora Livros do Brasil, 2006. Ver particularmente capítulo 4, pp.127-147: “Freud, Einstein e Marx”. Frase de Freud em epígrafe: “Quando se está convencido das deficiências dos actuais estatutos sociais não se justifica que ainda se coloque ao seu serviço uma educação orientada psicanaliticamente.”

²⁷⁸ LASSWELL, Harold, *Propaganda Technique in the World War*, New York, Alfred Knopf, 1927.

²⁷⁹ ZWEIG, Stefan, *O mundo de ontem: recordações de um europeu*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2005.

²⁸⁰ ROUGEMONT, Denis de, *O amor e o ocidente*, Lisboa, Veja, 1999, p.253.

²⁸¹ HUXLEY, Aldous, *Admirável mundo novo*, Lisboa, Antígona, 2013.

de Voltaire – “tudo corre o melhor possível no melhor dos mundos”²⁸² –, por Georges Orwell (1903-1950) em 1949²⁸³ e, antes ainda daqueles, por Yevgeny I. Zamyatin (1884-1937) em 1924.²⁸⁴

Por outro lado, conduziu a uma redescoberta do pensamento maquiavélico enquanto raiz insubstituível para uma reconstrução do estado moderno. Uma série de fatores deram o seu contributo para esse fenómeno. Entre os quais é possível destacar: o fantasma do superestado-leviatão, a primorosa e inesgotável ciência positiva (de pensamento único?), a infalível tecno-razão, a uniformizadora organização fordista e taylorista das massas, a que não escapou, numa perspectiva antibíblica, o reforço da imagem (e da prática) da Igreja de Roma a pastorear um “rebanho” uniforme e acrítico. Conjunto maravilhosamente desconstruído e ridicularizado por Charles Chaplin a partir de 1915.

Assim sendo, o recurso a Maquiavel é não apenas indispensável para a análise da ação de MC no governo, como também para a compreensão da relação com o(s) *poder(es)*. Sem, contudo, se pretender dissecar a incomparável multidimensionalidade interpretativa e polemista em torno do trabalho do exilado secretário político, cuja contribuição para a estruturação do estado moderno permanece intemporal.²⁸⁵

1.1.2. Universos (in) compatíveis

MC foi convidado para assumir um cargo. A condição de “sucessor” seria a pior de todas: o primeiro é sempre para “abater”. Mesmo se “qualquer outra solução” fosse “mal recebida”.²⁸⁶ Imprudentemente, não teve em devida consideração *O Príncipe* de Maquiavel²⁸⁷, pois também ele não escapou aos seus preceitos:

²⁸² VOLTAIRE, *Cândido ou o otimismo*, Lisboa, Tinta-da-china, tradução, notas e posfácio de Rui Tavares e ilustrações de Vera Tavares, 2006.

²⁸³ ORWELL, George, *1984*, Lisboa, Antígona, 2012.

²⁸⁴ ZAMYATIN, Yevgeny I., *Nós*, Lisboa, Antígona, 2004.

²⁸⁵ Ver o excelente ensaio de BERLIN, Isaiah, *A originalidade de Maquiavel*, em *A Apoteose da Vontade Romântica*, Bizâncio, Leviatã – biblioteca de ciência política, Lisboa, 1999, pp.43-99. No primeiro capítulo, Berlin elaborou uma esclarecedora síntese das interpretações político-filosóficas sobre a obra de Maquiavel ao longo da história, acompanhada por uma rica seleção bibliográfica até 1972, ano em que o texto foi escrito (pp.43-57).

²⁸⁶ AMC, cx.19, Correspondência/Cardoso, José Pires (professor do ISCEF; administrador da CGDCP): nº1 (09/68).

“Aquele que atinge o principado com a ajuda dos poderosos consegue manter-se com mais dificuldade do que aquele que sobe com o auxílio do povo, porque se encontra príncipe com muitos ao redor, que lhe parecem iguais, e, por isso, não os pode comandar nem manejar a seu modo, mas, ao contrário, aquele que chega ao principado com o favor popular, acha-se só, e tem em torno de si ou nenhum ou pouquíssimos que não estão preparados para obedecê-lo. Por outro lado, não se pode com honestidade satisfazer os grandes sem que se cause dano aos outros,²⁸⁸ mas fazendo bem ao povo, porque o objetivo do homem do povo é mais honesto do que o dos grandes desejam estes oprimir e, o povo, não ser oprimido. [...] O pior que o príncipe poderá esperar da parte do povo adverso é que este o abandone, mas dos poderosos, [...] não somente deve temer que o abandonem, como também que o ataquem, porque estes têm mais visão e mais astúcia, e sempre têm tempo de salvar-se, procurando méritos e favores dos que esperam que vençam.”²⁸⁹

A presumível percepção da primeira parte destas premissas terá contribuído para a relevância atribuída às eleições de Outubro de 1969: “Aquele que, entretanto, se torna príncipe, com apoio dos poderosos, deve procurar, antes de tudo, conquistar o povo; o que é fácil, quando lhe consegue a proteção.”²⁹⁰ A situação do seu antecessor foi bem diferente: “Assim, eram também feitos imperadores os que, de particulares, pela corrupção dos soldados, chegaram ao poder.”²⁹¹ Até a existência do “Império” concorre para conferir fidelidade ao vaticínio. Porém, a transcrição que segue talvez fosse a primeira de todas as diferenças que separaram MC do seu antecessor: “nada é tão pouco firme ou instável quanto a fama do poder não apoiada nos próprios exércitos”.²⁹² Uma afirmação irrefutável num país em guerra.

²⁸⁷ “A tentativa de formular regras da arte política tem sido feita várias vezes através da História (haja em vista *Il príncipe* de Maquiavel) mas não conduziu a mais do que à reunião de alguns conselhos baseados na razão ou na experiência, úteis mas não suficientes.” No artigo *Introdução ao Estudo do Direito Político*, em revista *O Direito*, Ano 85, 1953, p.295.

²⁸⁸ Comentário de N. Bonaparte, quando desterrado na ilha de Elba: “Os meus eram insaciáveis. Esses homens, oriundos de Revolução, nunca estão satisfeitos. Fizeram-na apenas para enriquecer e sua cobiça aumenta à medida que crescem suas aquisições. Se se antecipam ao partido que vai vencer e o favorecem, é apenas para lhe obter os favores. Destruirão depois, os que os promoveram, quando estes não tiverem mais nada para oferecer-lhes, porque continuarão a querer receber.”

²⁸⁹ MAQUIAVAL, *O Príncipe*, com notas de Napoleão Bonaparte, Coimbra Editora e Editora Revista dos Tribunais, 5ª edição, revista da tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella, S. Paulo, 2009, pp.75-76.

Comentário de N. Bonaparte, quando desterrado na ilha de Elba: “Incrível não ter previsto que esses ambiciosos, sempre prontos a se anteciparem aos caprichos da sorte, abandonar-me-iam e até entregar-me-iam ao inimigo, desde que me assaltasse a adversidade! [...] Porque não consegui eu formar uma nobreza com novos homens?”

²⁹⁰ MAQUIAVAL, *O Príncipe*, p.78.

²⁹¹ MAQUIAVAL, *O Príncipe*, p.52.

²⁹² MAQUIAVAL, *O Príncipe*, p.103.

O reverso desse preceito consistirá no facto de que, tal como o florentino Savonarola, pleno de força moral, com ideias firmes e decidido a combater a corrupção, todos os profetas desarmados tendem a terminar no cadafalso ou, na melhor das hipóteses, no desterro.²⁹³ Não deixa também por isso de ser curiosa a dificuldade em encontrar exceções do que parece ser uma regra: que os líderes que demonstram grande aptidão para conquistar o poder, demonstram pouca arte de governar e os que parecem possuir esta última careçam da primeira.

Através de *O Príncipe*, Maquiavel pretendia, essencialmente, pragmatizar os *Discursos*²⁹⁴, provar que podia ser muito útil e regressar à vida política ativa: “Sendo, porém, minha intenção, escrever algo útil para quem o entenda, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade real da coisa, do que usar a imaginação. E muitos imaginaram repúblicas e principados, que jamais foram vistos ou conhecidos como verdadeiros; pois é tão distante o modo como se vive, do modo como se deveria viver, que quem deixa que se faça o que se deveria fazer, contribui mais à ruína que à sua preservação, pois o homem que deseja fazer, em toda a parte, profissão de bondade, arruína-se em meio a tantos que não são bons. É necessário a um príncipe, que pretenda manter-se, aprender a não ser bom, usando ou não usando isso, segundo a necessidade.”²⁹⁵

Circunstância, apesar das distâncias, partilhada por outros pensadores estruturantes, como é o caso de Adam Smith (1723-1790). Quase duas décadas antes da *Riqueza das Nações* (1776)²⁹⁶, Smith publicou a fundamental *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759). Onde, entre inúmeras considerações que o tempo não apagou, bem pelo contrário, proferiu, na 3ª secção da 1ª parte, a seguinte: “Essa disposição de admirar, quase de adorar os ricos e poderosos, e desprezar ou pelo menos negligenciar pessoas de condição pobre ou mesquinha, embora necessária tanto para estabelecer quanto para manter a distinção de hierarquias e a ordem da sociedade, é ao mesmo tempo a grande e mais universal causa de corrupção de nossos

²⁹³ “Donde se conclui que todos os profetas bem armados venceram e os desarmados se arruinaram, porque, de tudo o que foi dito, percebemos que a natureza dos povos varia; e é fácil persuadi-los de uma coisa, mas é difícil firmá-los nesta convicção; convém, pois, ser ordenado, de modo que, quando não mais acreditarem, se possa fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rómulo não teriam podido fazer observar longamente suas instituições, se tivessem estado desarmados, como em nossos tempos, aconteceu com frei Jerónimo Savonarola, que só fracassou com suas leis novas, quando a multidão começou a perceber que ele não tinha autoridade bastante para poder conservar firmes os que nele tinham acreditado, nem para conseguir que os descrentes acreditassem.” MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.50.

²⁹⁴ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, tradução e introdução de David Martelo, Lisboa, Edições Sílabo, 2010.

²⁹⁵ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.110-111.

²⁹⁶ SMITH, Adam, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, 2 Vol., 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

sentimentos morais.”²⁹⁷ Se se excetuar a ressalva, que lida no conjunto da obra se entende facilmente como uma alusão à meritocracia e não tanto à defesa do *status* social do antigo regime, encontrar-se-á aqui o mesmo fermento que impulsionará, noutro sentido, os primeiros socialistas (pré-1848)²⁹⁸, especialmente Saint-Simon (1760-1825)²⁹⁹ e Proudhon (1809-1865).³⁰⁰

Em ambos, Maquiavel e Smith, verifica-se o mesmo fenómeno: tanto os que os “veneram” como os que os “odeiam” ignoram umas obras e elegem outras, as mais divulgadas, como objeto de adoração ou crítica. Um fenómeno que tem provocado mais desgostos à humanidade do que qualquer “ideia” de per-si. Não se deve, de todo, isolar a “invisible hand” ou o “self interest” (*Riqueza das Nações*) da “sympathy” (*Teoria dos Sentimentos Morais*), assim como não se pode conceber o “Príncipe” sem o derradeiro objetivo da “República” (pedra de toque dos *Discursos* e objetivo último de *O Príncipe* – capítulo XXVI).

Em política, as ideias têm particularmente *poder* quando detêm efetivamente *o Poder*. Caso contrário, podem constituir a origem da sua negação ou perda, o objeto da “ruína”, cuja compreensão constitui um dos eixos fundamentais do pensamento maquiavélico.³⁰¹ Conceito aqui desprovido de toda a sua carga moral, com raízes históricas no ódio desencadeado pela Santa Sé (SS), que levou Paulo IV (1555-59) a incluir a obra no *Índex*, em face das duras críticas (algumas, curiosamente, muito próximas das de Martinho Lutero) dirigidas por Maquiavel a uma “forte Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que tanta autoridade lhe

²⁹⁷ SMITH, Adam, *Teoria dos Sentimentos Morais*, S. Paulo, Martins Fontes, 1999, p.72. Sobre A. Smith, ver, entre outros, PHILLIPSON, Nicholas, *Adam Smith: uma vida iluminada*, Alfragide, Texto, 2012.

²⁹⁸ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *O cristianismo social de 1848*, Coimbra, Revista História e Teoria das Ideias, 1987, pp.481-494.

²⁹⁹ SAINT-SIMON, Claude Henri de Rouvroy, *De la réorganisation de la société Européenne : ou de la nécessité et des moyens de rassembler les peuples de l'Europe en un seul corps politique en conservant a chacun son indépendance nationale*, Paris, Les Presses Françaises, 1925; *Textes choisis*, préface, commentaires et notes explicatives par Jean Dautry, Paris, Editions Sociales, 1969.

³⁰⁰ PROUDHON, Pierre-Joseph, *De la justice dans la révolution et dans l'église*, nouvelle édition – essais d'une philosophie populaire, Bruxelles, 6 Vol., A. Schnée, Librairie éditeur, s.d.; *Écrits sur la religion*, Paris, Librairie Marcel Rivière, 1959 (*La Bible annotée, Jésus et les origines du Christianisme, Essais de linguistique, Encyclopédie Catholique, Le Misère, Articles de Journaux, Correspondance, Extraits des Carnets*); *Justice et liberté*, 2^a édition, Paris, PUF, 1974; *O que é a propriedade?*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971.

³⁰¹ Ponto destacado por I. Berlin: “O que arrasta e continuará a arrastar tais estadistas para a perdição? A maior parte das vezes, apenas os seus ideais. Mas o que há de errado com os ideais? O não poderem ser concretizados. Como é que sabe que é assim? Esta é uma das bases em que assenta em última instância a pretensão de Maquiavel enquanto pensador de primeira linha.” BERLIN, Isaiah, *A originalidade de Maquiavel*, em *A Apoteose da Vontade Romântica*, Bizâncio, Leviatã – biblioteca de ciência política, Lisboa, 1999, p.60.

dava, o poder temporal.”³⁰² Uma vez que, por exemplo para N. Bonaparte, que leu avidamente *O Príncipe*, o “bom Maquiavel” era um “republicano” “moralista” cheio de “boa-fé”.³⁰³

Afiguram-se, portanto, deveras oportunos os dois principais aspetos destacados por I. Berlin no que concerne ao que concebeu como a “originalidade de Maquiavel”. Decorrente, em boa medida, mas não exclusivamente, da separação entre a moral e o estado operada, segundo B. Croce, por Maquiavel.³⁰⁴ Desde logo a demarcação inflexível entre o que considerou como “dois universos morais incompatíveis”: o *Cristianismo* (ou moral dita cristã) e o *Paganismo* (ou valores pagãos). Donde, concluiu I. Berlin, Maquiavel teria assumido que o primeiro era incompatível com a organização viável de uma sociedade política e com os interesses do Estado ou a “razão de Estado”³⁰⁵, enquanto o segundo, por seu lado, os favorecia.

O segundo aspeto relevante da chamada “originalidade”, mais evidente e, como tal, menos controverso, diz respeito à demonstração maquiavélica de que “nem todos os valores últimos são necessariamente compatíveis entre si – que pode haver um obstáculo conceptual (a que normalmente se dava a designação de “filosófico”) e não apenas material face à noção da solução única capaz de criar a sociedade perfeita, bastando para isso ser entendida.”³⁰⁶ No fundo, a incompatibilidade ou obstáculo teórico-sistémico que MC designava, segundo a sua perspetiva, por “erro”.

1.2. Caminhos de Roma

1.2.1. A Santa Sé e a *tentação do deserto*

O primeiro aspeto da interpretação de I. Berlin foi claramente dominado pela crítica de Maquiavel à SS. Refém, como é natural, duma perspetiva historicista, quando se refere a “moral cristã” ou “Cristianismo”, o filósofo britânico refere-se inevitavelmente a

³⁰² MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.34.

³⁰³ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.65-66, 68-69, 71 e 90 (anotações). Comentário de N. Bonaparte na nota nº451, p.125: “Admirando até esse ponto a lealdade, a honradez, a sinceridade, Maquiavel nem parece estadista”.

³⁰⁴ CROCE, Benedetto, *Ética e política*, Milano, Adelphi, 1994, p.292.

³⁰⁵ Ver, entre outros, PINTO, Jaime Nogueira, *Ideologia e Razão de Estado: uma história do poder*, Civilização Editora, Porto, 2013.

³⁰⁶ BERLIN, Isaiah, *A originalidade de Maquiavel*, em *A Apoteose da Vontade Romântica*, Bizâncio, Leviafã – biblioteca de ciência política, Lisboa, 1999, p.90.

“catolicismo”. Bastará uma simples leitura integral comparativa do catecismo (com toda a ritualística romana)³⁰⁷ e do Novo Testamento para perceber a diferença que a história abundantemente documenta. Como a disparidade tão sutil quanto profunda entre um “evangelho universal”, “para todos” (abstração conceptual ausente nas Escrituras), e o “evangelho pessoal”, “para cada um” (realidade vivencial expressa nas Escrituras).

Maquiavel não ignorava este aspeto importantíssimo. Tal como Nietzsche mais tarde não ignorou, embora à sua maneira e segundo o seu peculiar ponto de vista, ao operar a distinção entre “cristianismo” e “Cristo”.³⁰⁸ Foi nesse sentido que Maquiavel desfez no capítulo XI, com uma ironia assassina, a suposta legitimação “divina” do poder temporal da igreja de Roma:

“Agora, resta somente discorrer sobre os principados eclesiásticos, em relação aos quais todas as dificuldades devem ser explicadas antes que se prossiga, já que se conquistam por coragem ou por sorte, sem que uma ou outra causa seja constante e porque são amparadas por antigas instituições religiosas, as quais são tanto mais poderosas e de qualidade porque têm seus príncipes no poder, qualquer que seja o modo pelo qual procedam e vivam. Estes apenas têm Estados, mas não os defendem, têm súbditos e não os governam; e os Estados, por estarem indefesos, não são inválidos; os súbditos, por não serem governados, dele não cuidam, nem pensam e nem podem afastar-se dele. Só assim tais principados são seguros e felizes. Sendo, porém, regidos por desígnios divinos, os quais a mente humana não alcança, deixarei de mencioná-los, já que, sendo louvados e mantidos por Deus, seria tarefa de homem presunçoso e temerário sobre eles discorrer.”³⁰⁹

Poder esse que constituía, para Maquiavel, um obstáculo inaceitável para os superiores interesses políticos de toda a Itália: “Deste assunto falei em Nantes com o cardeal de Rouen, quando Valentino (pois assim era chamado popularmente César Bórgia, filho do papa Alexandre), ocupava a Romanha, porque me dizia o cardeal de Rouen que os Italianos não entendiam de guerra e retruquei que os Franceses não entendiam de Estado; se entendessem, não cederiam tanto poder à Igreja. [...] Do que se extrai uma regra geral, que jamais ou

³⁰⁷ http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html.

³⁰⁸ “Jesus opunha uma vida real, uma vida de verdade, a uma vida normal”; “O Cristianismo [moral cristã] é uma tentativa engenhosa de propiciar um *movimento Budista a favor da paz*, brotado do próprio coração das massas rancorosas... mas transformado [...] num misterioso culto pagão, que ulteriormente conseguiu compactuar com toda a *organização de Estado*... e que trava guerra, condena, tortura, esconjura, e odeia”; “A Igreja é precisamente aquilo que Jesus invectivava – e aquilo contra o qual ensinava os Seus discípulos a lutar.” NIETZSCHE, Friedrich, *A vontade de poder: para uma transmutação de todos os valores*, Alfanje, Lisboa, 2012, pp.94-95. II Tomo: *Crítica dos valores mais altos que prevaleceram até aqui*, Cap. I: *Crítica da religião*.

³⁰⁹ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, com notas de Napoleão Bonaparte, Coimbra Editora e Editora Revista dos Tribunais, 5ª edição, revista da tradução de J. Cretella Jr. E Agnes Cretella, S. Paulo, 2009, p.85.

raramente falha: quando alguém é causa do poder de outrem, arruína-se”.³¹⁰ O papa não seria, segundo o florentino, o vigário que procurava criar espaço nos Homens para Deus, mas a entidade que ocupava o lugar de Deus no mundo. Ou seja, um foco de permanente desestabilização política encoberto por um finíssimo véu pacificador e intermediador.

Por conseguinte, adquire enorme significado o facto de o último papa a fazer-se coroar e a utilizar publicamente a tiara papal, símbolo maior do poder terreno da SS, ter sido precisamente Paulo VI (1963-78), contemporâneo de MC em vida e no governo.³¹¹ O mesmo que em 1946 apreciara o trabalho de MC à frente da MP³¹² e em 1970 recebera, num ato exclusivamente político,³¹³ os três representantes dos movimentos independentistas do ultramar português.³¹⁴ A que se soma o facto de a tiara permanecer nos brasões pessoais dos sucessores de Paulo VI até Bento XVI, que a substituiu pela mitra cardinalícia, de significado diametralmente oposto. Ou seja, o símbolo temporal foi renunciado pelo mesmo papa que renunciou ao próprio papado. O chefe da Igreja de Roma que, segundo é conhecido, tentou reformar a Cúria Romana, combater os vícios (incluindo a pedofilia) da mais antiga instituição do mundo e evitou sobrepor a ação política à teológica, como se pode concluir da sua primeira encíclica – *Deus Caritas Est*.³¹⁵

O seu sucessor e atual papa, o simpático Francisco I, manteve a mitra no seu escudo, mas não parece que a ação política se veja relegada para segundo plano. Com uma inegável

³¹⁰ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.36-37.

³¹¹ O sempre atual Voltaire teceu o seguinte comentário no *Tratado sobre a Tolerância*, de 1762:

“O papa Alexandre VI havia comprado publicamente a tiara, e seus cinco bastardos compartilhavam as vantagens. Seu filho, o cardeal duque de Bórgia, fez perecer, em mancomunhão com o papa, seu pai, os Vitelli, os Urbino, os Gravina, os Oliveretto e cem outros senhores, para arrebatá-los seus domínios. Júlio II, animado pelo mesmo espírito, excomungou Luís XII, deu seu reino ao primeiro ocupante e, ele próprio vestindo capacete e couraça, pôs a ferro e fogo uma parte da Itália. Leão X, para pagar seus prazeres, traficou com indulgências como se fossem géneros alimentícios num mercado público. Os que se insurgiram contra tantos atos de banditismo não cometiam, pelo menos, nenhum erro na moral. Vejamos se o cometiam contra nós na política.” VOLTAIRE, *Tratado sobre a Tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*, Martins Fontes, São Paulo, 2000, p.17.

³¹² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Vaticano – Segreteria di Stato di Sua Santità (carta escrita por Giovanni Baptista Montini, futuro Papa Paulo VI): nº1 (21/03/46). Agradecimento e expressão de apreço pela oferta da obra de MC – *Por Amor da Juventude*, de 1944.

³¹³ Quando em 1955 Pio XII recebeu no Vaticano o líder indiano, Nehru, MC anotou em conselho de ministros: “Visita ao S.^{to} Padre do snr Nehru durante a sua viagem à Europa. Perdemos um ponto com a exploração da frase do papa de que a questão de Goa é meramente política.” AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº1 (19/07/55).

³¹⁴ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Brazão, Eduardo (embaixador de Portugal junto da Santa Sé): nº1 (14/08/70). O embaixador, temendo alguma represália por não ter antecipado o acontecimento, tentou explicar o “grave incidente” da recepção de Paulo VI aos líderes africanos: “Roma mede os seus interesses, mesmo abstraindo da sua deformação, numa escala que não pode ser a dos Estados laicos. Estes têm reagido por diferentes formas. [...] Roma mede os seus interesses e não hesita em sacrificar outros interesses menores.” Recordou momentos históricos de afastamento e conflito com a Igreja Católica para desvalorizar o acontecimento, pois sempre se verificou a “reconciliação”.

³¹⁵ BENTO XVI, *Deus é Amor – Deus Caritas Est*, 1ª encíclica do pontífice Bento XVI, editora Rei dos Livros, Lisboa, 2006.

aparência pacificadora, o protagonismo geopolítico centrípeto que progressivamente assume atinge proporções extraordinárias e os avisos moralizadores, com espantoso efeito mediático, aguardam confirmação. Tanto mais quanto a popularidade fácil, num mundo virtual saturado de informação superficial, é diametralmente oposta ao verdadeiramente determinante. O mediatismo não emula o “pecado”, omite-o. Abbé Pierre (1912-2007), histórico resistente francês e fundador do Movimento Emaús, definiu a “maldição” e a “desgraça” da Igreja de Roma desde Costantino na seguinte expressão: “a miséria dos privilégios”.³¹⁶ Pelo que, talvez seja pertinente aplicar a imagem de Adam Smith além da economia: se o “self interest” ou a “invisible hand” devem ser compreendidos à luz da “sympathy”, também a “simpatia” não deveria ser compreendida sem a percepção do “interesse próprio” e de uma poderosa “mão invisível”.

O reconhecimento da realidade não é um manifesto de vontade. Assim sendo, não parece, de todo, verificar-se tamanho debate metafísico em Maquiavel. Não foi ele quem afirmou que os fins justificam os meios. Frase, aliás, em absoluto ausente da obra. Foi o “vulgo” – a realidade de que o exilado Maquiavel parece, inclusive, lamentar-se: “Nas ações de todos os homens, principalmente na dos príncipes, onde não existe tribunal ao que recorrer, importa o fim. Trate, pois, o príncipe, de vender e conservar o poder; os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo sempre se deixa levar pela aparência e pelo resultado das coisas; e no mundo só existe o vulgo e a minoria não tem lugar quando a maioria tem onde se apoiar.”³¹⁷

Ao contrário de I. Berlin, Maquiavel parecia conhecer profundamente as escrituras. Nos *Discursos* elimina qualquer dúvida, ao criticar a “baixeza de sentimentos dos homens que interpretaram a nossa religião de acordo com a preguiça em vez de a interpretarem de acordo com a virtude”.³¹⁸ São bastante conhecidas as palavras de Yeshua – *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus* (Mt 22: 21; Mc 12: 17; Lc 20: 25)³¹⁹. Bastariam para solucionar a hipotética incompatibilidade. Paulo exorta claramente os Romanos a respeitar a autoridade civil, “porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más” (Rm 13: 3), “portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra” (Rm 13: 7). Recorde-se a propósito, antes da era Cristã, que Israel não tinha rei (Estado), pedindo-o “como o têm todas as nações”

³¹⁶ PIERRE, Abbé, *Testamento...*, Editorial Notícias, Lisboa, 3ª edição, p.83.

³¹⁷ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.129-130.

³¹⁸ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

³¹⁹ Todas as referências bíblicas foram retiradas de: *Bíblia Sagrada*, tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida, SBP, Lisboa, 1999.

ao profeta e juiz Samuel (I Samuel 8: 5), que foi exortado pelo Senhor a ouvir e aceitar. Pedido esse reforçado mesmo depois de Samuel explicar tudo o que de negativo isso acarretaria para o povo de Israel (I Samuel 8: 9-22).

A verdadeira “incompatibilidade” presente no *Príncipe* consistirá, pelo contrário, na exposição das contradições profundas da SS. A desconstrução e desvinculação do discurso papal legitimador do poder temporal, fundado num constrangimento moral, mais do que numa ética, que consagrava o chefe da SS como extensão de Deus na terra. O que, como é sabido, não tem qualquer fundamento bíblico.³²⁰ A pregação de uma unidade doutrinária e autoridade temporal consubstanciar-se-ia num instrumento ideológico ao serviço da estratégia política de dividir ou servir-se da divisão para continuar a “reinar”. Algo que poderá considerar-se, bíblicamente, por cedência institucional à “tentação do deserto” (Mt 4: 8-9; Lc 4: 5-7).

1.2.2. Ordem mundial segundo os *desejos do papa*

No caso concreto português, a conceção política preconizada nas *Semanas Sociais Portuguesas*, em Junho de 1940, era já sintomática.³²¹ No entanto, a forma derradeira ficou explícita no texto de Luís Pinto Coelho³²² publicado nas páginas de *O Direito*, no último trimestre de 1944, quando MC assumia o Ministério das Colónias. Basicamente, tratava-se de uma recensão acrítica da obra de Guido Gonella: *Bases de uma ordem internacional – Notas às Mensagens de S. S. Pio XII*. Sem subterfúgios, ou melhor, sem omissões, L. P. Coelho afirmava que “o que importa é marcar a posição de cada país em face dos Planos Pontifícios. Observar o lugar que a cada um pertence, determinar a conduta que de cada qual o chefe da

³²⁰ Ainda que se considere válida a interpretação católica de Mt 16: 18, de forma alguma se refere à fundação de uma dinastia. Não existe qualquer referência à criação de uma determinada *organização* ou *hierarquia*, mas sim do *organismo* “igreja”, comunidade orgânica dos que acreditam e seguem a Yeshua.

³²¹ *Semanas Sociais Portuguesas, Aspectos fundamentais da Doutrina Social Cristã*, Edições ACP, Lisboa, 1941, pp.175-202: “Política e sentido cristão”. Incluí, entre vários, os seguintes capítulos: “o que se entende por sentido cristão e católico”; “distinção entre religião e política”; “independência, absorção ou união equilibrada?”; “subordinação da política à moral”; “falsas concepções de Estado”; “deve o cristão colaborar na política?”; “como deve colaborar?”; “deveres dos eleitores”; “deveres dos funcionários”; “deveres dos governantes”; “a Igreja educadora e guia das consciências dos cidadãos”; “o Estado e a missão da Igreja”; “regime de separação ou religião do Estado”; “o liberalismo condenado pela Igreja”.

³²² O homem que protagonizaria um *remake* da obra de Camilo Castelo Branco, *A queda de um anjo*, ao divorciar-se, quando era embaixador português em Espanha, durante os anos 60, da sua esposa (desde 1939; anterior à Concordata e, portanto, livre desse constrangimento), para se casar com uma norte-americana também divorciada e mãe de um filho. ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, pp.185-192.

Igreja espera.” Assim, “terá pois cada Estado, de fazer um metuculoso exame de consciência e determinar em que medida terá de reformar a sua vida, a sua maneira de ser e, conseqüentemente, em que medida se considera em harmonia com os desejos do Papa.” Definindo a “posição de Portugal em face da ordem internacional projetada pelo Sumo Pontífice”, diz claramente que o “grande princípio que domina todo esse projeto consiste na subordinação dos Estados e das suas relações aos ditames da moral”, porque todo o estado deveria “obediência à Moral. Digo à Moral, não digo a *uma qualquer* Moral, pois a Moral é só uma” – a católica.

Nessa linha de pensamento, os “pressupostos” para uma “reconstrução da ordem internacional” na “paz e justiça” eram na verdade os eixos de constrangimento a adotar pelos estados em relação à SS. Ou seja, os caminhos da sua “vitória”: “vitória sobre o ódio”, “vitória sobre a desconfiança”, “vitória sobre o utilitarismo”, “vitória sobre a força”, “vitória sobre o egoísmo”. A partilha de poder político com a SS consubstanciaria dessa forma uma “vitória moral”.³²³ Tal era a base do “conceito católico da comunidade jurídica internacional” que Pio XII ensinaria aos juristas italianos em Dezembro de 1953 e a revista *O Direito* reproduziria na íntegra.³²⁴

Ao desconstruir a estrutura “moral” discursiva católica, a origem da “preguiça”, Maquiavel pensava ter encontrado o caminho para a eliminação desse obstáculo político. A história conceder-lhe-ia toda a razão. De facto, a Igreja de Roma constituiu um dos principais entraves à unidade italiana até 1870. Pio IX (1846-78) foi o principal opositor da efémera República de 1849-50, provocando tamanha sublevação popular que se viu forçado a fugir de Roma. As revoltas populares nos estados papais, contra a autoridade do sumo pontífice, continuaram e no final da década, inclusive através de plebiscitos, vários territórios desvincularam-se da SS e integraram o Reino da Sardenha. Até que em 1870, no âmbito da guerra franco-prussiana, o exército papal (pró-francês) foi insuficiente para conter as divisões italianas.³²⁵

Em face dessa perda, o Concílio Vaticano I (1869-70) resolveu consagrar o totalitarismo papal, operando uma das maiores clivagens da longa história da Igreja. A somar ao dogma da infalibilidade papal, o concílio declarou: “Quem disser que o bispo de Roma só goza de certa autoridade e não do poder total sobre toda a Igreja; e quem, além disso, disser

³²³ Em revista *O Direito*, Ano 76, 1944, pp.130-135, 162-168.

³²⁴ Em revista *O Direito*, Ano 86, 1954, pp.63-73.

³²⁵ Ver, entre outros, ERBA, A., e GUIDUCCI, L., *La Chiesa nella Storia*, Ed. Elledici, Torino, 2003; GUISALBERTI, Alberto M., *Roma da Mazzini a Pio IX: ricerche sulla restaurazione papale del 1849-1950*, Milano, Giuffré, 1958; SOSA WAGNER, Francisco, *Pio IX: el último soberano*, Zaragoza, Yalde, 2000.

que ele só tem parte do poder e não o poder total é anátema.”³²⁶ Esta foi a resposta à crescente crítica filosófica e literária ao desfasamento entre a SS e o Evangelho. Proudhon estudava profundamente as Escrituras, nas quais baseou grande parte da sua obra. Victor Hugo viu *O Corcunda de Notre Dame* e *Os Miseráveis* juntarem-se a *O Príncipe* no *Índex*.³²⁷ O Código de Direito Canónico de 1917 já havia regulamentado o poder absoluto do papado. Ainda assim, quando não seria de prever um robustecimento, João Paulo II conseguiu estabelecer, na revisão ao Código de 1983, que o papa jamais poderá ser chamado a prestar contas por quem quer seja, incluindo qualquer instituição eclesiástica, e que não poderia haver recurso ou apelo para qualquer decisão sua.³²⁸

Quanto ao Concílio Vaticano II, recorde-se que o seu proponente, o efémero João XXIII (1958-63), foi, nas palavras de Jean Cardonnel, “o arguto artista de uma relativização completa” do papado, fazendo “rigorosamente o contrário daquilo para que a Cúria romana o elegeu”.³²⁹ A revista *Time* considerá-lo-ia mesmo um papa de “transição”.³³⁰ Todavia apenas dirigiu o primeiro ano dos trabalhos. O produto final do concílio, segundo a vontade manifestada por João XXIII, não trouxe novos dogmas ou anátemas, pelo contrário³³¹, mas o *erro de casting* não voltaria a repetir-se.³³² Com Paulo VI, que concluiu o concílio, a revisão da retórica católica, que apresentava agora a igreja como comunidade aberta de todos os fiéis – “horizontalidade” –, não substituiu de facto a centralização totalitária do papado – “verticalidade”. Esta permaneceu inalterada no Código e expressa na criação de novos órgãos, como o Sínodo dos Bispos.³³³ A estratégia adotada pela SS no respeitante à relação com o poder político até ao pouco unânime Sínodo dos Bispos de 1971 será por isso fundamental para a compreensão de MC, do marcelismo e do seu confronto com os poderes.

O jovem estudante universitário e militante católico³³⁴ vivera com fervor a prática religiosa, aparentemente de “base”, expressa na ligação com a Sociedade de S. Vicente de Paulo. A “exposição vicentina sobre a caridade cristã”, proferida na Assembleia Geral das Conferências de Lisboa, no 1º Domingo da Quaresma de 1928 pelo “confrade da Conferência

³²⁶ Ct. HAAG, Herbert, *A Igreja Católica ainda tem futuro?*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p.60.

³²⁷ Instrumento abolido oficialmente em 1966 por Paulo VI.

³²⁸ Código de Direito Canónico de 1983:

http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf.

³²⁹ CARDONNEL, Jean, *Acuso a Igreja*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, p.50.

³³⁰ *Time*, 10 de Novembro de 1958, pp.2-3.

³³¹ http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm.

³³² O juramento de fidelidade prestado aquando da tomada de posse de um cargo exercido em nome da Igreja, decretado por João Paulo II em 1995, é exemplificativo: “No entanto, é-lhes devida a submissão religiosa da vontade e da inteligência.” CARDONNEL, Jean, *op. Cit.*, p.65.

³³³ Órgão criado no Concílio Vaticano II e inaugurado em 1967.

³³⁴ PT/TT/PS/AMC/01/AMC, cx.1, Instituto dos Estudantes Católicos de Lisboa: nº1 – 4 (13/02/24 – s.d.).

do Santo Condestabre”, confirma-o.³³⁵ O historiador José Matoso dir-lhe-ia em Outubro de 1968:

“Não posso deixar de recordar, nesta ocasião, – porque sei quanto isso é grato a V. Ex.^a –, a memória de Monsenhor Pereira dos Reis, a quem devo o mais extraordinário testemunho de fidelidade a um ideal humano, eclesial e monástico, e que tanta influência exerceu na minha formação beneditina. Se V. Ex.^a mo permite, queria finalmente formular os votos para que, durante o seu governo político, seja garantida à Igreja um regime de liberdade sem privilégios, que lhe permita cumprir a sua missão de servir os homens, e sobretudo os pobres, numa renovação constante. Seriam, com certeza estes mesmos os votos que faria hoje, se fosse vivo, Monsenhor Pereira dos Reis, que com o seu espírito profético e sempre jovem, ansiava por uma Igreja mais sensível ao Espírito e às necessidades reais dos homens.”³³⁶

Era o mesmo homem que deixou de “comungar” quando passou a ter uma vida política ativa, num gesto íntimo carregado de simbolismo³³⁷, e em 1965 dedicava uma conferência ao fundador da sociedade vicentina, Antoine Frédéric Ozanam (1813-1853), muito embora destacando a sua vertente “académica”.³³⁸ Não é difícil perceber a simpatia de MC por Ozanam, o jovem estudante de direito com uma brilhante carreira jurídica, que resolveu responder ao desafio da coerência lançado pelos colegas ateus: “Os cristãos não

³³⁵ PT/TT/PS/AMC/04/AMC, cx.1, Sociedade de S. Vicente de Paulo: nº1 (26/02/28 – texto da exposição) – nº2 (03/28 – boletim onde está inserida a exposição).

³³⁶ AMC, cx.36, Correspondência/Matoso, José (historiador): nº1 (10/10/68).

³³⁷ “Quer dizer, eu sempre o conheci católico. Mas já não praticante, a partir de certa altura. No sentido de que não me lembro de o ver comungar, [...] Bom, eu agora posso contar-lhe um episódio pessoal para perceber: [...] tinha eu talvez uns dezasseis ou dezassete anos, fomos à missa; houve uma altura que eu não me ajoelhei ou algo semelhante, e quando voltámos ele disse-me: – olha, ir ou não ir à missa é uma coisa que tu escolhes, mas quando fores não te esqueças que és um exemplo para as outras pessoas e portanto tens de seguir a liturgia, porque as outras pessoas estão a olhar para ti. Ele ia à missa e tinha uma atenção extraordinária a tudo, agora nunca mais o vi comungar. Não me lembro sequer.” Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012.

Não deixa de ser curioso que se aceite tão fácil e acriticamente uma afirmação única do exílio, relativa à fé, quando o mesmo não acontece em relação às demais, sobre outras matérias (p.ex.: Ultramar): Entrevista a Adriano Moreira: Junho de 2012; SOARES, Manuela Goucha, *Marcelo Caetano: o homem que perdeu a fé*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009; MARTINS, Pedro Miguel, *Cartas entre Marcello Caetano e Laureano López Rodó*, Aletheia, Lisboa, 2014.

“O homem que perdeu a fé, ela [M^a Goucha Soares] deu-lhe aquele título porque vende, mas de facto é uma mistura desse desânimo com as declarações dele sobre a fé no Brasil. Quando ele diz que perde a fé. Mas a certa altura parece que ele perde a fé no seu percurso. [...] Ele disse isso magoado e também é uma atitude em relação ao Vaticano e à Igreja, que considera que foi desastrosa para Portugal. Mas no seu íntimo, apesar de já não ser praticante e perder a fé no sentido em que deixou de ser praticante na Igreja... Por exemplo, quando está para morrer, porque ele teve um ataque cardíaco na véspera de morrer, vai ao médico que lhe diz que estava bem e tal, mas ele não se sentia bem, e diz ao médico: “se calhar vou passar os cinquenta anos de casado com a minha mulher”. Portanto, um homem que perdeu a fé, em absoluto, não diz uma coisa destas.” Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012.

³³⁸ CAETANO, Marcello, *Ozanam universitário*, editado pelo Conselho Particular de Lisboa da Sociedade de S. Vicente de Paulo, 1965.

praticam o que pregam. Onde estão as suas obras de caridade?”³³⁹ A três dias de 25 de Abril de 1974, o homem que supostamente teria perdido a fé respondia ao telegrama do recém-nomeado bispo do Funchal, D. Francisco Santana, que lhe desejara “êxitos no desempenho árdua tarefa governo da nação”, o seguinte:

“Escuso de dizer-lhe quanto essa mensagem me comoveu. Ela chegou em momento particularmente amargo para o chefe do governo e foi balsamo para feridas ardentes. Deus lhe pague, senhor D. Francisco, a sua generosidade de cristão e a sua integridade de português – duas virtudes que continuo a crer compatíveis e em certos casos indissolúveis.”³⁴⁰

O Sínodo dos Bispos de 1971 realizou-se sob o tema da “Justiça no Mundo”.³⁴¹ O documento final representa um bom exemplo de um produto essencialmente político, diluído num discurso contraditório³⁴², universalista/ecuménico, abstrato e ambíguo: “Como o Apóstolo, exortamos oportuna e importunamente, para que a Palavra de Deus esteja presente no coração das situações humanas.” Apenas social e, sobretudo, politicamente a SS poderia estar no “coração das situações humanas”, porque “a Palavra de Deus” é, segundo as

³³⁹ A própria figura de S. Vicente de Paulo (1581-1660) e as implicações da sua canonização merecem alguma reflexão, devido à questão religiosa. Tendo sido uma das figuras mais destacadas da reforma católica em França, pela sua imensa e genuína obra caritativa, a sua canonização em 1737, por manifesto sentido de oportunidade de Clemente XII, ocorreu num momento crucial dos conflitos religiosos que assolaram a França no século XVIII. A profunda convulsão provocada pela bula *Unigenitus Dei Filius* (em 1713, por Clemente XII, a pedido de Luís XIV) acentuou-se após a morte, em 1727, do diácono François de Pâris, considerado um santo pelo povo e uma das principais figuras jansenistas. O túmulo de Pâris tornou-se de tal forma um local de peregrinação e origem de constantes convulsões sociais – *les convulsionnaires de Saint-Médard* –, devido aos milagres que lhe eram atribuídos, que em 1732 o cemitério seria encerrado por ordem régia. Precisamente em 1737 seriam publicados quatro volumes com descrições dos milagres de Pâris – *La Vérité des Miracles*, por iniciativa de Nicolas Simart e Loui-Basile Carré de Montgeron. O que se seguiu é brilhantemente retratado por Voltaire no seu *Tratado sobre a Tolerância*. Cujo impacto se faria notar no reinado de Luís XVI, que, para além de ter nomeado um protestante para ocupar o principal cargo entre os ministros – Jacques Necker (1732-1804) –, publicou em 1787 o édito de tolerância religiosa. Mas já era tarde demais para a “moderação”. Ver VOLTAIRE, *Tratado sobre a Tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*, Martins Fontes, São Paulo, 2000 (com introdução histórica e notas de René Pomeau).

³⁴⁰ AMC, cx.13, PC, Correspondência: n°21 (11/04/74) e n°22 (manuscrito da resposta).

³⁴¹ In http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html.

³⁴² No capítulo intitulado “A missão da igreja, da hierarquia e dos cristãos”, refere-se o seguinte: “À Igreja, enquanto comunidade religiosa e hierárquica, de per si não compete oferecer as soluções concretas no campo social, económico, e político, para a justiça no mundo. A sua missão, porém, implica a defesa e a promoção da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa humana.”

Por outro lado, mais à frente, refere-se o seguinte: “Os princípios fundamentais, em virtude dos quais o influxo do Evangelho se tem feito sentir na vida social contemporânea, acham-se naquele conjunto sistemático de doutrina que tem vindo a ser exposta, gradual e oportunamente, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, até à recente Carta *Octogesima Adveniens*. Pela Constituição *Gaudium et Spes* do II Concílio do Vaticano, a Igreja, como nunca até agora, demonstrou saber qual é o seu lugar no mundo actual, onde o cristão, ao trabalhar pela justiça realiza a sua própria vocação. A Encíclica *Pacem in Terris* ofereceu-nos a verdadeira *charta magna* dos direitos do homem. Na Encíclica *Mater et Magistra* começa a ocupar um lugar preeminente a justiça internacional; a qual, depois, na Encíclica *Populorum Progressio*, é expressa mais acuradamente, em forma de verdadeiro tratado do direito ao desenvolvimento; e na referida Carta *Octogesima Adveniens* apresenta-se já como um conjunto de linhas de orientação, pelo que diz respeito à actividade política.”

Escrituras, dirigida ao “coração dos Homens”.³⁴³ A aspiração subjacente ao documento continuava a ser, logicamente, a de sempre – Roma no centro da mediação política internacional: “Para se obter aquela unidade autêntica de esforços, que é exigida pela sociedade humana mundial, é necessária a função das chamadas «mediações», para superar cada vez mais as controvérsias, os obstáculos e os privilégios inveterados”.³⁴⁴

Semelhante leitura foi efetuada por elementos do próprio Sínodo. O insuspeito cardeal Joseph Hoeffner, arcebispo de Colónia entre 1969 e 1987 (ano da sua morte)³⁴⁵, afirmava em 20 de Outubro de 1971 que a “justificação teológica, adotada no esquema [documento oficial do Sínodo], a propósito da libertação dos povos não parece muito clara, uma vez que o conceito evangélico de justiça e de liberdade³⁴⁶ não coincide com o de justiça e libertação de que o esquema fala, nem sequer parece possível afirmar que a libertação e o progresso dos povos façam parte integral da obra redentora de Cristo.” Considerá-lo-ia “um documento incompleto”, por, entre outros motivos, ignorar “a tentação da violência”.³⁴⁷

Uma posição partilhada por outros eclesiásticos. O menos insuspeito monsenhor Adolfo Tortolo, arcebispo do Paraná (Argentina) entre 1962 e 1983³⁴⁸, aderiu em 22 de Novembro de 1971 às conclusões do episcopado alemão: “a libertação sobrenatural operada por Cristo não pode identificar-se com a libertação económica dos povos. O documento sublinha os direitos, mas esquece os deveres, isto é, favorece reivindicações desordenadas”. O arcebispo argentino defendia a “necessidade de uma doutrina clara sobre a justiça no mundo, dentro da competência da Igreja”: “o Sínodo devia precisar o sentido dos termos

³⁴³ Ver: Mt 6:21; Mc 8:17; Lc 12:34; Jo 14:1; Jo 14:27; At 7:51; Ef 5:19; Cl 3:16.

³⁴⁴ In http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html.

³⁴⁵ O cardeal Joseph Hoeffner foi fundador e director do Instituto de Ciências da Doutrina Social Cristã de Munique, de 1951 a 1961. Tornou-se uma referência na matéria não só na RFA mas em toda a Europa, pelo que foi conselheiro científico de três ministros da RFA. Eleito bispo de Münster em 1962, participou no Concílio Vaticano II. Em Janeiro de 1969, foi nomeado bispo auxiliar de Colónia e, no mês seguinte, foi promovido a arcebispo. Em Novembro de 2003 foi reconhecido pelo Yad Vashem (Instituto de Preservação da Memória dos Mártires e Heróis do Holocausto) como “Justo entre as Nações” por ter salvado a vida de judeus durante o holocausto.

³⁴⁶ Sobre “libertação” ou “liberdade”: Lc 4: 18-19; Jo 8: 32; At 7: 22-29; Rm 8: 21-22; I Co 10: 29; II Co 3: 17; Gl 5: 1 e 15; Tg 2: 12; II Pe 2: 19. Sobre “libertação” numa perspectiva “económica”: Ef 6: 5; Cl 3: 22.

³⁴⁷ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa à imprensa (SSR)/1970-1971 – cx.746 – mc.3; fls.19-20.

Semelhante posição, contrária à teoria do contrato social de Rousseau, era partilhada pela concepção de poder político de MC. Revista *O Direito*, Ano 80, 1948, pp.283-285: capítulo 8 – “O poder político”.

³⁴⁸ Monsenhor Adolfo Servand Tortolo participou em todas as sessões do Concílio Vaticano II e nos quatro primeiros Sínodos, foi eleito Presidente da Conferência Episcopal Argentina em 1970 e em 1975 o papa nomeou-o Vicário Geral Castrense das Forças Armadas. Coincidiu na chefia da Igreja argentina com a ditadura militar de Jorge Rafael Videla, entre 1976 e 1983; ano em que, curiosamente, Tortolo renunciou ao arcebispado. O seu nome tem sido referido como colaboracionista activo com o regime ditatorial: SEONE, Maria; MULEIRO, Vicente, *El Dictador: la historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla*, Sudamericana, 4ª edition, 2001; MIGNONE, Emilio F., *Iglesia y dictadura. El papel de la Iglesia a la luz de sus relaciones con el régimen militar*, ediciones del pensamiento nacional, Colihue, Buenos Aires, 2006.

empregados”.³⁴⁹ Frei Constantine Koser, ministro-geral da ordem dos Frades Menores Franciscanos (1965-79)³⁵⁰, manifestou a opinião, em 23 de Novembro de 1971, de que “o Sínodo deveria expor noções mais precisas nas matérias que trata”, especialmente os conceitos de “conotação política”: “primeiro que tudo, o que se entende exatamente com o termo “justiça”?”³⁵¹

Enquanto as autoridades portuguesas se empenhavam cuidadosamente em se subtrair às contradições da hierarquia católica, esta, por sua vez, esforçava-se no sentido oposto, procurando silenciar o contraditório. A mensagem sinodal pretendia, nitidamente, agradar a gregos e a troianos dos cinco continentes. Os oito pontos consagrados à “ação internacional”³⁵² constituem um verdadeiro manual diplomático. Era inteligível a intenção de demarcação dum regime a braços com uma guerra em três frentes num continente elevado à categoria de prioridade para a SS. Nesse mesmo Sínodo de 1971, os padres sinodais de África não perderam a oportunidade para, publicamente, “pedir maior justiça no mundo”.³⁵³ Todavia, como se viu no caso argentino, a natureza do regime só seria um problema quando não correspondesse à estratégia internacional romana.

O Conselho Mundial das Igrejas, fundado em 1948 na Holanda, também se reuniu no final de 1971 e seguiu caminho idêntico. O fundador e primeiro presidente da Aliança Evangélica Portuguesa, Eduardo Henriques Moreira, que manteve uma correspondência bastante cordial com MC desde 1948, reprovou as posições políticas então assumidas: “não podendo deixar de ouvir a consciência de cristão, atrevo-me a enviar a V.^a Ex.^a a fotocópia da minha carta ao Sínodo da Igreja Lusitana sobre a infeliz iniciativa do Conselho Mundial das Igrejas no problema interno de Portugal.”³⁵⁴

³⁴⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa à imprensa (SSR)/1970-1971 – cx.746 – mc.3; fl.20.

³⁵⁰ Em 1963 foi eleito definidor geral da sua ordem para a América Latina. Entre esta data e 1965, participou activamente nas reuniões teológicas dos bispos brasileiros durante o Concílio Vaticano II e foi assessor pessoal do então ministro geral da ordem, frei Agostinho Sépinski (padre conciliar). Participou com voz e voto nos Sínodos de 1967, 1974 e 1977. Em 1971 preparou e executou o Capítulo Extraordinário da sua ordem, em Medellín, Colômbia. Em <http://www.ofm.org/3/news/N140kospo.html>.

³⁵¹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa à imprensa (SSR)/1970-1971 – cx.746 – mc.3; fls.22-25.

³⁵² Em http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_justizia_po.html.

³⁵³ JOÃO PAULO II, *A Igreja em África: exortação apostólica pós-sinodal – «Ecclesia in África»*, Editorial A. O., Braga, 1995, p.7. No sínodo seguinte, em 1974, os bispos africanos emitiram mesmo uma declaração conjunta sobre a “promoção da evangelização” em África e, a partir de 1977, começaram a trabalhar no sentido de realizar um concílio ou sínodo africano. O que viria a ser concretizado por João Paulo II com a Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos em África.

³⁵⁴ AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, Eduardo Henriques (pastor da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (*anglicana*); fundador da Aliança Evangélica Portuguesa; professor no seminário evangélico; escritor e poeta): n.º8 (27/01/72).

O regime português, no entanto, assumiria no período marcelista a intenção de promover uma efetiva “regulamentação da aparente abstração constitucional da liberdade de religião”³⁵⁵, no sentido da igualdade e liberdade religiosa. Propósito consagrado na revisão constitucional, conforme se analisará adiante, e uma necessidade político-diplomática imposta pela realidade africana. Em Setembro de 1969, um deputado transmitia a MC o pedido do chefe da comunidade islâmica de Moçambique, Abdulla Sodagar. Este pretendia manifestar a sua fidelidade a Portugal e a decepção pela saída de Baltazar Rebelo de Sousa do Governo-geral, “pois nunca tiveram um governador tão dinâmico e empreendedor, e tão compreensivo e amigo de todos os muçulmanos. *Com homens assim – é expressão sua [de Abdulla Sodagar] – nunca os inimigos de Portugal vencerão esta Província.*”³⁵⁶ O que confirmava a opinião de que “o islamismo é-nos [aos portugueses em África] bastante mais favorável”.³⁵⁷

Semelhante orientação parecia chocar com a aspiração papal à “intermediação” política universal das “situações humanas”, por interferir com os seus (indecifráveis?) planos ecuménicos. O casamento de conveniência celebrado entre o Estado Novo e a SS em 1940, com a Concordata e o Acordo Missionário (AM), há muito que estaria em crise. Mas não contemplava inocentes ou vítimas. Não cabe aqui, nem poderia caber, a análise da evolução dessa relação.³⁵⁸ Interessará, isso sim, perceber a particular interação de MC com as instituições religiosas e o impacto que isso teve na sua ação política.

1.3. Do sistema à virtude

1.3.1. Sistema perfeito e príncipe perfeito

O segundo aspeto salientado por I. Berlin, a incompatibilidade conceptual entre valores últimos (políticos, sociais e económicos), quer dizer, a impossibilidade teórico-prática de

³⁵⁵ Idem: nº5 (26/10/70).

³⁵⁶ AMC, cx.37, Correspondência/Meneses, Miguel Augusto Pinto (deputado): nº1 (11/09/69). Ver MONTEIRO, Fernando Amaro, *Moçambique: a política portuguesa perante o Islão*, e VAKIL, Abdool Karim, *Moçambique: a Política de Desenvolvimento de Baltazar Rebelo de Sousa (1968-1970)*, in RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, pp.233-264.

³⁵⁷ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº70 (08/06/72).

³⁵⁸ Ver, entre outros, CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1998; REIS, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2006; CARVALHO, Rita Almeida de, *A Concordata de Salazar*, Temas e Debates, Lisboa, 2013.

qualquer sistema responder à aspiração de uma solução política única e última capaz de propiciar a “sociedade perfeita”, no sentido em que é eficaz, parece ter constituído uma preocupação nevrálgica no pensamento maquiavélico. A solução para o magno problema não residia, segundo o florentino, no campo teórico (ideológico) mas sim prático (realidade). Ou seja, o caminho para a *perfeição* (no sentido assintótico kantiano) deveria passar primeiramente pelo indivíduo (o príncipe) e não pela sociedade (o sistema).

No mesmo capítulo (VIII) em que reflete sobre “as crueldades mal usadas e bem usadas”, Maquiavel expõe a perspetiva pessoal, moral e ideológica que se esforçou por omitir no conjunto da obra. Mesmo sendo um vencedor, eis o que não suportava num líder: “Não se pode também chamar de virtude o facto de matar cidadãos, trair amigos, não ter fé, nem piedade, nem religião; desse modo, pode-se conquistar o poder, mas não a glória. Porque se se considerasse a habilidade de Agátocles, ao entrar e sair dos perigos, e sua fortaleza de ânimo em suportar e superar a adversidade, não há como julgá-lo inferior aos mais ilustres chefes; entretanto, sua feroz crueldade e desumanidade, com infinita criminalidade, não permitem que seja colocado entre os homens mais ilustres. Não se pode, então, atribuir à sorte ou ao valor, aquilo que ele conseguiu sem uma ou outra coisa.”³⁵⁹

O príncipe maquiavélico era sobretudo um agente, não um fim em si mesmo. O instrumento de transição do “principado” para a “república” e da “corrupção” para a “legalidade” que faz o necessário, em proporção, para combater os poderes instalados ou obstáculos à concretização da “República”. Será necessário recordar que Maquiavel viveu uma das mais fascinantes épocas de transição da história da nossa era. Um certo negativismo sombrio que percorre a sua obra era comum a intelectuais e artistas do seu tempo e geografia, como por exemplo Miguel Ângelo. Tratar-se-ia de um mundo dramático e artisticamente dramatizado, em decomposição política, económica e cultural, na forja de algo “novo”.

Porém, apenas a aparência maquiavélica é localizável no tempo e no espaço. Se *O Príncipe* pode ser considerado um manual para a conquista e manutenção do poder, constituirá também, por outro lado, um manual de combate aos poderes, às forças de bloqueio políticas, sociais e económicas. Preocupação que, por certo, também teria estado na origem do exílio de Maquiavel. Vejam-se os “erros” que atribuiu ao rei de França: “abateu os menos poderosos, aumentou, na Itália, o poder de um poderoso, trouxe para ela um estrangeiro

³⁵⁹ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.68-69. Comentário de N. Bonaparte, o homem que morreu sozinho e sem honra nem glória, à primeira afirmação: “Meras preocupações pueris. A honra acompanha sempre o êxito, seja qual for o meio empregado para obtê-lo.”

poderosíssimo”.³⁶⁰ A indissociabilidade entre um “povo” consciente e unido e um “príncipe” representativo dessa vontade coletiva, a *mano regia* que refere nos *Discursos*, sem qualquer pretensão salvífica, constituiria a solução para “refrear a excessiva ambição e corrupção dos poderosos.”³⁶¹ O necessário corte com o passado para o advento do futuro.

Não é o “povo” quem surge idealizado, mas sim o “príncipe” dotado de “virtù”. Idêntico raciocínio norteava o pensamento de MC: “Ignora [a juventude] que não é possível viver ideias puras e que a mais bela conceção se deforma e desfeia quanto transposta para a ação, salvo quando o agente seja (o que só rarissimamente acontece) um santo ou um génio.”³⁶² A força motora não era o sistema, mas sim a ação política concreta. Neste sentido, MC assumia-se como formador de uma idílica elite ao “serviço da coletividade”. Uma espécie de “nova elite”, que não exatamente o “homem novo” da “política do espírito”, contra a “corrupção das elites”. Em 1948, concluía da seguinte forma uma dura crítica às reformas educativas de 1945: “Enfim, há que olhar com olhos de ver para a crise dos estudos jurídicos. Porque nós somos dos que persistem em pensar que o destino dos países não depende dos engenheiros.”³⁶³

Algo substancialmente diferente das teses difundidas por opositores, como Franco Nogueira, para quem as “elites” político-económicas seriam as responsáveis pelas grandes crises nacionais, e, por contraste, o “povo” (idealizado) o seu reduto e “reserva moral”.³⁶⁴ Semelhante discurso catastrofista e populista, porque politicamente direcionado, viria a encontrar plena adesão em Spínola. Que, sobretudo a partir de 1972, repetiria propagandisticamente os mesmos *slogans*.³⁶⁵

³⁶⁰ MAQUIA VEL, *O Príncipe*, p.35.

³⁶¹ MAQUIA VEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

³⁶² CAETANO, Marcello, *Universidade Nova: o problema das relações entre professores e estudantes*, Coimbra, 1942, p.8. Prossegue: “Pode aquela juventude que tenha uma fé, um sistema filosófico, um ideal de vida, sofrer de inquietação? Sem dúvida. Toda a juventude representa na vida a ânsia da perfeição absoluta modelada por um sonho generoso. Ainda desconhecadora da ruindade essencial do mundo e dos homens, a generosidade juvenil confia ilimitadamente no poder criador e renovador das suas forças estuantes. E parece-lhe fácil – bem fácil! – realizar integralmente tudo o que se pensa com sinceridade e com intensidade se quer. Quando se possui a Verdade – porque não vive-la sem nenhuma transigência com o Erro?”

³⁶³ Revista *O Direito*, Ano 80, 1948, pp.247-249. A propósito dos engenheiros: “O certo é que se nota hoje em dia uma fuga dos melhores valores da juventude para outros cursos, nomeadamente para os de engenharia, o que representa para os outros, como o Direito, uma anti-selecção.”

³⁶⁴ NOGUEIRA, Franco, *As Crises e os Homens*, 2ª ed., Civilização Editora, Porto, 2000 (edição original de 1971); *Juízo Final*, 7ª ed. Civilização Editora, Porto, 2000 (edição original de 1992).

³⁶⁵ Em 5 de Junho de 1972, numa cerimónia de despedida de soldados em Brá, afirmou que “não são os patriotas de tribuna que vos podem dar lições sobre o que é e como se defende o País, pois é no peito de cada um de vós que ele vive. (...) Por isso – dizia – confundo o culto da Pátria com o culto do povo”. Mais tarde, em Dezembro, desta feita na receção de tropas, reafirmou: “pertencemos a uma Nação que ao longo da sua história já foi posta em perigo pela vaidade teimosa de elites que, sem terem vivido o povo, se arrogaram falar em nome dele.” SPÍNOLA, António de, *Por uma Portugalidade Renovada*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1973, pp.14 e 289.

A descrença denunciada por MC não seria (sobretudo) metafísica, mas sim teórico-sistémica: a perceção *maquiavélico-kantiana* da falência dos sistemas. Em 1968 o corporativismo arrastava o espectro da falência e ele, melhor do que os seus críticos, sabia-o. O seu fracasso marcou décadas de discussão política com o seu antecessor. A questão central da preservação discursiva das linhas mestras corporativas consistia na luta contra o que determinadamente recusava: o regresso à I República ou, segundo a lição francesa, à IV República. Conforme concluimos noutra lugar, tal pretensão – transição para um regime democrático-parlamentar – está, em absoluto, ausente do seu discurso político.³⁶⁶ Entre uma coisa e outra estaria todo um universo de soluções ou a equação kantiana de (quase) todas as possibilidades futuras, elevada ao respetivo grau de tempo.³⁶⁷

Em Maio de 1944, MC afirmava no *Diário da Manhã* que, naquele momento, “o abandono do sistema autoritário do Estado Novo só poderia, portanto, encaminhar para o totalitarismo comunista. E a guerra fez-se contra os totalitarismos...”³⁶⁸ Na base dessa mensagem encontrar-se-ia já, para além da sua matriz ideológica, a participação num debate teórico, que marcaria as décadas seguintes, fundamental para uma compreensão transversal de todo o discurso marcelista até 1974. No contexto do confronto bipolar, tal debate consistia em duas ideias nucleares de matriz anglo-saxónica: a ideia de que o “ideólogo” é necessariamente o outro e, decorrente desta, a ideia do “fim das ideologias”.

Nesse mesmo ano de 1944, Friedrich von Hayek (1899-1992) publicou *O Caminho para a Servidão*, juntando-se a Walter Eucken, amigo de toda a vida, no combate à expansão dos modelos antidemocráticos de economia central planificada.³⁶⁹ Em 1945, Karl Popper (1902-1994) publicava *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos*.³⁷⁰ Ambos convergiam na

³⁶⁶ BARBOSA, Márcio, *Marcello e Spínola: a missão do fim*, Almedina, Coimbra, 2011.

³⁶⁷ Consideramos o projeto kantiano – *A Paz Perpétua* –, segundo a perspetiva aqui assumida, um projeto filosófico e não um projeto político, como, por exemplo, o projeto do Abbé de Saint-Pierre. Kant submeteu a Política ao tratamento da Razão e não esta ao serviço daquela, mantendo-se fiel a toda a sua obra filosófica. Nesse sentido, o projeto kantiano não seria uma proposta, mas sim a equação matemática de todas as propostas. Pelo que, proporcionalmente, um projeto concreto como o do Abbé de Saint-Pierre, não seria mais do que uma solução possível, como admitiu o próprio Kant, da equação por ele formulada. Um grão de areia na interminável praia da Razão. A matematicidade da obra de Kant, por oposição aos demais projetos, está patente na sua extraordinária coerência, que em nenhum momento “compromete” o seu autor na sua indivisibilidade, que obriga a que se olhe a obra na sua totalidade e na sua obtusa amplitude. Ou seja, na sua indefinida redefinição como possibilidade e não como imanente obrigatoriedade. Enquanto autores como o Abbé de Saint-Pierre podem ser chamados de utópicos, pela intencional ou pretensa exequibilidade dos seus projetos quando historicamente eram inexecutáveis, pelo menos a curto prazo, Kant era duplamente prudente, porque, simultaneamente, revelava maior consciência histórica e soube colocar a sua obra, graças ao seu cariz filosófico, num plano a-histórico ou supra-histórico.

³⁶⁸ CAETANO, Marcello, *Princípios e definições*, textos de 1936 a 1967, compilados por António Maria Zorro, Lisboa, 1969, p.136.

³⁶⁹ HAYEK, Friedrich A., *O caminho para a servidão*, Lisboa, Edições 70, 2009.

³⁷⁰ POPPER, Karl, *A sociedade aberta e os seus inimigos*, Lisboa, Fragmentos, 2 vols., 1993.

defesa de uma sociedade verdadeiramente livre, que permitisse ao indivíduo desenvolver todo o seu potencial, segundo um modelo reformista liberal e contra qualquer concepção tecno-sócio-utópica. Em Setembro de 1955 teve lugar, em Milão, a reunião organizada pelo Congresso para a Liberdade, dedicada ao tema “O Futuro da Liberdade”. O conceito de ideologia foi aí associado a noções como a de “fanatismo”, “dogmatismo”, “doutrinarismo”, entre outras. Um dos participantes, Edward Shils (1910-1995), publicaria em Novembro uma síntese da reunião, com o sugestivo título: “The end of Ideology?”³⁷¹ Título recuperado em 1960 por Daniel Bell (1919-2011) e Seymour Martin Lipset (1922-2006).³⁷²

Tratava-se duma visão sociológica sobre o suposto desvanecimento da intensidade do “conflito político” e da “luta de classes” nas grandes e estabilizadas sociedades democráticas ocidentais. Portugal não cabia, evidentemente, nesse paradigma. Até porque nem sequer ainda era uma sociedade “industrial”.³⁷³ No entanto, verificou-se uma aproximação efetiva a essa ideia, sintetizada por Murray Dyer da seguinte forma: “Não podemos opor à ideologia outra ideologia, por uma razão simples: nós não temos ideologia. Os soviéticos, sim: já há muito tempo que demonstraram que queriam impor à humanidade a sua doutrina e a sua ideologia. É da própria essência do legado ocidental ser incapaz de agir assim.”³⁷⁴

Matriz daquele pensamento, Kant fascinara-se intelectualmente pela Revolução de 1789, mas também fora um dos seus primeiros críticos e cétricos. MC rejeitou o radicalismo e a tradição política daí resultante: “Por conseguinte, um público só muito lentamente pode chegar à ilustração. Por meio de uma revolução poderá talvez levar-se a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar. Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento.”³⁷⁵ Consequentemente, o pensamento do filósofo que prevenira antecipadamente contra os perigos de se cair no erro sistémico-totalizante hegeliano, constituiu a pedra angular da sua concepção “cosmopolita” e “sagrada” do Direito – “uma espécie de religião” – e dos juristas – que “são como os sacerdotes”, conforme expressara no texto de 1938.

³⁷¹ SHILS, Edward, *The end of Ideology?*, in *Encounter*, vol. V, n.º5, 1955, pp.52-58.

³⁷² LIPSET, Seymour Martin, *O homem político*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967; BELL, Daniel, *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties*, Cambridge, Harvard University Press, 2000.

³⁷³ BELL, Daniel, *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*, New York, Basic Books, 1979.

³⁷⁴ DYER, Murray, *The weapon on the Wall. Rethinking Psychological Warfare*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1959, p.224.

³⁷⁵ KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, Textos Filosóficos, Edições 70, Lisboa, 1995, p.13 – “resposta à pergunta: que é o iluminismo”, de 1984.

Na 5ª edição do *Manual*, em 1967, o jurista de Lisboa diria que “a Constituição ideal³⁷⁶ seria a que, traduzindo as constantes próprias do carácter de certo povo e apresentando-se como repositório da sua experiência histórica, assegurasse a fácil adaptação das instituições políticas às circunstâncias que vão surgindo em cada época, enriquecendo-as com novas possibilidades e libertando-as de encargos ou poderes obsoletos.”³⁷⁷ A tentativa de revisão constitucional operada em 1971-72 seria também baseada nesta concepção.³⁷⁸

1.3.2. *Universidade Nova: povo, estado, educação, liberdade e virtude*

Em qualquer sistema político-ideológico, a “idealização” do “povo” transporta como objetivo último a sua conquista ou manipulação. Maquiavel, nos antípodas desse desiderato, completou nos *Discursos* a ideia de que o “povo” deseja sobretudo “ordem”, “paz” e “segurança” com um notável exercício dialético. Através do qual não só não condena as manifestações populares (liberdade), como as considera fundamentais para a vitalidade da “República”, rejeitando a ideia de que isso estivesse na origem da queda de um regime ou unidade política:

“De forma alguma se pode considerar desordeira uma República onde tantas virtudes têm brilhado. Porque os bons exemplos são o resultado da boa educação e a boa educação deve-se às boas leis, e as boas leis por sua vez provêm precisamente dessas manifestações que muitos tão inconsideradamente condenam. Porque quem quer que seja que examine cuidadosamente o resultado dessas revoltas [...] convencer-se-á até de que originaram as leis

³⁷⁶ Para Kant, a origem da “constituição republicana” residiria no “direito”: o *direito político* (dos homens num povo, num Estado), o *direito das gentes* (dos Estados nas suas relações recíprocas) e o *direito cosmopolita* (no sentido em que “importa considerar os homens e os Estados, na sua relação externa de influência recíproca, como cidadãos de um estado universal da humanidade”) em conjunto. Isto porque “só no direito é possível a união dos fins de todos.”

³⁷⁷ CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição, 1967, p.311.

³⁷⁸ A questão da articulação dos diversos direitos no pensamento kantiano é por si só complexa. A versão mais comum, da qual aqui se discorda, defende que os três direitos estão, simplesmente, contidos uns nuns outros, ou seja, o *direito cosmopolita* englobaria o *direito das gentes*, que por sua vez englobaria o *direito político*. Penso, no entanto, que será mais correto falar em “intersecção” não integral dos três planos do Direito, até porque Kant se refere ao *direito cosmopolita* como um direito “complementar” dos demais. A “intersecção”, “complementaridade”, “confluência” dos três planos ou dimensões do Direito estarão na base da Constituição Republicana, espelho daqueles, por ser a “única que deriva da ideia do contrato originário, em que se deve fundar toda a legislação jurídica de um povo”, e por ser a única que garante a igualdade, a separação dos poderes, o governo representativo e a efetiva liberdade sob leis comuns. Distinguindo-a das constituições características de regimes como a “*autocracia, aristocracia e democracia*, poder do príncipe, da nobreza e do povo” respetivamente, Kant é perentório e afirma: “a constituição é ou *republicana*, ou *despótica*.”

que vieram beneficiar a liberdade pública [...] e cada cidade deve dar ao seu povo oportunidade de exteriorizar as suas ambições e incrementar dentro das mesmas as coisas importantes de que o povo se julga merecedor.”³⁷⁹

Maquiavel tinha ideais, mas não era um idealista. No sentido em que o seu idealismo era fundado na realidade e não apesar da realidade. Ele não ignorava aquilo que mais tarde Kant definiu como a “insociável sociabilidade” do homem. Uma conceção mais profunda e abrangente do que a “luta de classes”, segundo o materialismo histórico. Como Kant afirmou, só se pode esperar alcançar um “estádio” em que “o direito dos homens deve considerar-se sagrado” muito “lentamente”.

Maquiavel distingue claramente a *libertá* (individual), aspiração natural de todos Homens, da *libertá del Stato*, condição essencial para a primeira e não o contrário. O que justificaria o recurso, por parte do “príncipe”, moderado pela *virtù*, a todos os meios necessários para a conseguir. Em Kant significaria a preferência pelo “político moral” em detrimento do “moralista político”.³⁸⁰ A conceção marcelista das “liberdades” também obedeceria, em boa medida, a esse modelo. Com uma importante mudança: em MC a noção do agente político como agente de “transição” não era apriorística, mas uma imposição progressiva da realidade.³⁸¹

Como explicar essa flexibilidade teórico-prática num convicto e, como tal, ideologicamente comprometido militante político? A resposta poder-se-á encontrar na crítica

³⁷⁹ MAQUIAVEL, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

³⁸⁰ O primeiro, é “um homem que assume os princípios da prudência política de um modo tal que possam coexistir com a moral”, enquanto o segundo é apresentado como um homem “que forja uma moral útil às [suas] conveniências” e às do Estado. Isto porque “o primeiro princípio, o do *moralista político* (o problema do direito político, do direito das gentes, do direito cosmopolita), é um simples problema técnico (*problema tecnicum*), ao passo que o segundo [“age de tal modo que possas querer que a tua máxima se torne uma lei universal, seja qual for o fim que ele queira”] como princípio do *político moralista*, para o qual é um problema moral (*problema morale*), é diametralmente diverso do outro no procedimento para suscitar a paz perpétua, que se deseja agora não só como um bem físico, mas também como um estado nascido do reconhecimento do dever.”

Demonstrada a inexistência teórica de conflito entre a moral e a política, Kant mais uma vez é lacónico e diz que “o direito dos homens deve considerar-se sagrado”, pelo que toda “a política deve dobrar os seus joelhos diante do direito”. Suavizando depois a afirmação, com a sua habitual prudência e conhecimento antropológico, dizendo que a política pode “esperar alcançar, embora lentamente, um estágio em que ela brilhará com firmeza.” KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, Textos Filosóficos, Edições 70, Lisboa, 1995.

³⁸¹ Veja-se a explicação que segue da organização do “poder político”, em 1953. Embora contenha a justificação teórica da fórmula política portuguesa, esta não é apresentada como fim ou solução definitiva: “Assim, a sociedade política não é fruto de nenhum dos fatores instintivos da sociabilidade humana mas sim da necessidade sentida racionalmente de integração de interesses exclusivistas, de superação de particularismos em nome de um interesse geral de convivência e de colaboração. O seu carácter mais racional do que instintivo é que levou os teóricos do contrato social a suporem-lhe base voluntária. Mas nem tudo o que é obra racional implica expressa manifestação de vontade dos respetivos participantes ou beneficiários. A solução racional tanto pode ser fruto de longa experiência coletiva como imposta pelos mais esclarecidos e mais fortes em benefício de todos os restantes membros da sociedade. O carácter racional das sociedades políticas não exclui, por conseguinte, que muitas hajam sido fundadas por chefes e tenham resultado da guerra e do domínio de uns grupos primários sobre outros.” Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, p.284.

de B. Croce à estruturação de uma ciência empírica da política.³⁸² Daí resultou o profundo interesse de Croce por Maquiavel e a teorização da autonomização da política em relação à moral, considerando o particularismo do “facto político”.³⁸³ Assim como Croce criticou uma ciência que estudasse o facto político através de “pseudoconceitos” e classificações apriorísticas, MC destacou particularmente a “crítica das ideias de Comte” em Portugal.³⁸⁴ O ponto comum estaria na rejeição, parcial (?) em Croce³⁸⁵ e integral em MC, da dialética hegeliana e do neo-hegelianismo.

Contudo, e apesar de acompanhar a orientação de Croce, que se distanciou das posições de pensadores como Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) ou Robert Michels (1876-1936)³⁸⁶, no sentido em que atribuía, ao contrário destes, uma simples “utilidade instrumental” ao empirismo científico político³⁸⁷, a posição de MC sobre o poder político aproximar-se-ia desses autores num ponto fundamental: no papel da “elite”.³⁸⁸ Nesse sentido, o cuidado de G. Mosca em não confundir “elite” com “classe política” assume o maior relevo. A opção pela última conceção justificava-se por o conceito de “elite” pressupor a ideia de que são os melhores que governam. O que nem sempre se verifica.³⁸⁹ Ou, segundo a visão pessimista de Mosca, raramente a “oligarquia” constitui uma “elite” e, na realidade, mesmo num sistema democrático-parlamentar as “escolhas eleitorais” seriam previamente decididas pela “oligarquia” no poder. Pelo que, a utilização permanente por parte de MC do

³⁸² CROCE, Benedetto, *Ética e política*, Milano, Adelphi, 1994, pp.281-290.

³⁸³ Tema desenvolvido por MC no artigo *Introdução ao Estudo do Direito Político*, em revista *O Direito*, Ano 85, 1953, pp.277-287.

³⁸⁴ Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, pp.290-291.

³⁸⁵ FONTANA, Benedetto, *Hegemony and Power: on the Relation between Gramsci and Machiavelli*, Minneapolis, University of Minnesota, 1993, p.60: “The hegelian language is simply a superficial device that obscures the undialectical character of the analysis. It is significant that the dyads power/morality, force/consent are not seen by Croce in terms of a dialectical mutual penetration and reciprocity, but are rather posited within entirely separate realms, such that one “ascends” to the level between state and church, Reformation and Counter-Reformation, the earthly city and the city of God (these opposing concepts permeate the whole body of Croce’s *Ética e política*). In effect, the Crocean notion of *pura política* reclaims, and translates into a modern liberal discourse, the Christian and Augustinian distinction between the state, conceived as the result and remedy of the earthly *bellum omnium*, and the spiritual-ethical realm, seen as the sphere where “true” justice reigns.”

³⁸⁶ Ver, entre outros, BOBBIO, Norberto, *Ensaio sobre Ciência Política na Itália*, S. Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002; BIANCHI, Alvaro, ALIAGA, Luciana, *Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana*, *Análise Social*, 203, XLVII (2º), 2012, pp.2182-2999; CORNARO, Antonella, *Teorie classiche sulla formazione delle élites politiche: Mosca, Pareto, Michels, Weber, Gramsci*, tese em Ciência Política apresentada na Università degli Studi di Bari em 2003.

³⁸⁷ CROCE, Benedetto, *Ética e política*, Milano, Adelphi, 1994, p.288. Ver BUSINO, Giovanni, *Pareto, Croce: les socialismes et la sociologie*, Genève, Lib. Droz, 1983.

³⁸⁸ MICHELS, Robert, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos*, Lisboa, Antígona, 2001 (edição original de 1915); PARETO, Vilfredo, *Mythes et idéologies*, Vol. VI des Oeuvres complètes de Vilfredo Pareto, Genève, Lib. Droz, 1966; MOSCA, Gaetano, *A classe política*, Coimbra, Tenacitas, 2004.

³⁸⁹ Ver, entre outros, RAMOS, Rui, *Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (1880 – 1900)*, *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006, pp.31-53.

termo “escol”, carregada de intencionalidade, obedeceria à última fase que esse raciocínio prevê: a formação duma nova “elite” no considerava como um “país de paupérrimas elites”.³⁹⁰

Nesse sentido, no editorial do 87º ano da revista *O Direito*, em Janeiro de 1955, MC discorreu da seguinte forma sobre “a reforma do ensino jurídico”³⁹¹:

“Não seria também de considerar a adoção do princípio do concurso de admissão às Faculdades e do *numerus clausus*, ao menos para a categoria de alunos ordinários? Pelo caminho em que vamos, dentro em pouco não haverá nas escolas espaço que chegue para os alunos; isso, porém, ainda se remediaria, o pior é a insuficiência do pessoal docente. Entre baixar o nível da seleção dos professores e encarregados de curso (e as transigências nesse capítulo são de molde a criar sérias inquietações) ou reduzir o número dos estudantes à cifra que permita um ensino capaz, nós somos pela última solução. Que ao menos a Universidade procurasse escapar da onda de mediocridade que por aí vai avassalando tudo!”

O professor e político que escreveu estas palavras foi o mesmo que, quase vinte anos depois, esteve determinado na mais relevante reforma do ensino superior desde 1911 até ao seu governo. Consciente de que a “oligarquia” no poder tende a ser reduzida em regimes autoritários/ditatoriais (ou nos *principados*, recorrendo à terminologia maquiavélica) e, pelo contrário, mais numerosa em regimes democráticos (ou na *república*), MC continuava a defender que “a Universidade é o lugar de encontro do escol de cada geração”³⁹². À semelhança do alargamento da AN, o “alargamento” ou “democratização” do ensino só podiam ter um objetivo, embora neste caso mais estrutural: “formar” para “altas” e “novas” responsabilidades.³⁹³

³⁹⁰ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, p.103.

³⁹¹ “Somos, por índole e por princípio, avessos à fúria reformista. Mas assim como em 1945 sustentávamos a desnecessidade de mexer no quadro dos estudos jurídicos, hoje temos a convicção cada vez mais radicada de que é indispensável pôr mãos à reorganização. Já mais de uma vez o dissemos: desde 1911 que não se faz uma reforma dos estudos jurídicos com princípio, meio e fim, obedecendo a um sistema, a um pensamento, digamos mesmo: a uma filosofia. E estamos inclusivamente a viver sob a regência de um regulamento de 8 de Janeiro de 1923 – com mais de 30 anos, portanto! – desajustado ao presente, remendado aqui e ali e já em muitos pontos insuficiente.

Por que motivo não se estuda – mas não em família, ou nas antecâmaras, e sim à luz do sol – uma reforma em termos, que tenha em conta as circunstâncias de hoje, as ideias de hoje e a experiência colhida? [...]

O atual sistema de doutoramento corresponde a uma época ultrapassada: há que estudar a sua atualização de acordo com as exigências de um tempo em que não abundam as vocações para a carreira científica e que, por outro lado, tornou extremamente complexo o trabalho de investigação, pela abundância de dados a ter em conta, pela internacionalização de tantos problemas, pelo excesso de bibliografia a consultar. Há que pensar a sério na vida dos Institutos Jurídicos.” Revista *O Direito*, Ano 87, 1955, pp.7-11.

³⁹² CAETANO, Marcello, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962)*, Studia Universitatis Olisiponensis, Lisboa, 1974, p.11 (palavras proferidas perante a assembleia geral da Universidade, em 6 de Fevereiro de 1959).

³⁹³ Ver, entre outros, CROZIER, Michel, *A crise da inteligência: ensaio sobre a capacidade de reforma das elites*, Instituto Piaget, 1999.

1.4. *Mocidade Portuguesa*

1.4.1. *Ilusão e realidade*

Em meados de Agosto de 1940, quando MC aceitou o convite do ministro da educação, António F. Carneiro Pacheco, para assumir o cargo de Comissário Nacional da MP³⁹⁴ (até Agosto de 1944), viviam-se os dias simultaneamente mais terríveis e surreais (incluindo na arte) do século XX europeu: Paris caíra no dia 14 de Junho, a Batalha de Inglaterra prolongar-se-ia do dia 10 de Julho até 31 de Outubro, Trotsky seria assassinado a 20 de Agosto, Hitler e Franco conferenciariam em Hendaia a 22 de Outubro e em Portugal, desde Junho até Dezembro, desenrolavam-se as Festas do Duplo Centenário, com a Exposição do Mundo Português anunciada em Março de 1938.

Convidado para a encaminhar pelo “rumo certo”, como dissera Orlando Ribeiro, MC definia no primeiro número do Boletim Mensal do Comissariado Nacional qual seria esse rumo, apoiando-se nas circunstâncias internacionais: “Não há ninguém no Mundo que possa pôr em dúvida o nosso sincero desejo de Paz. A luta é indispensável ao progresso individual e coletivo: mas é a luta que se trava contra os vícios e as paixões, contra a miséria e a ignorância, contra a corrupção e o desgoverno.”³⁹⁵ Não deixa de ser um facto que enquanto os “moços” portugueses eram levados para campos de férias, outros, como na juventude hitleriana, acabariam em baterias antiaéreas ou na frente de combate. Teotónio Pereira diria desse primeiro número do Boletim: “Recebi o nº1 do Boletim da Mocidade. Não lhe sei dizer o que gostei do seu artigo! Aquilo é Marcello a 100%”.³⁹⁶

O próprio comissário nacional definiu com clareza os seus objetivos para a organização: combater “as tendências para a formação dos *partidos do estrangeiro*” – “Não somos por ninguém. Não somos contra ninguém. Nem anglófilos, nem germanófilos” –, “manter viva entre a juventude a *consciência do interesse nacional*” e, por fim, de “projeção mais longínqua”, preparar a juventude “quanto possível para as grandes tarefas do Império e

³⁹⁴ “A amiga insistência do Sr. Ministro da Educação Nacional, passando por sobre todas as objeções que lhe levantei, conseguiu obter que aceitasse o convite para exercer o honrosíssimo cargo de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.” ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas*, p.99.

³⁹⁵ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, p.9.

³⁹⁶ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio: nº38 (27/11/40).

para as grandes provações possíveis.” Para concretizar esses objetivos, iria recorrer à “doutrinação direta da massa dos filiados e pelas instruções dadas aos dirigentes.”³⁹⁷

Não falta nenhum ingrediente à receita *nacionalista*: “nunca recusaremos combater pela nossa independência, pelo nosso património, pelos nossos domínios ultramarinos, pelos nossos lares e altares”; “pondo-lhes perante os olhos modelos soberbos de heróis lusíadas, a um tempo guerreiros e santos”; “hábitos da disciplina e do respeito incondicional do interesse nacional”; “não exprime a orientação de nenhum partido ou corrente de opinião”; “seus próprios membros, o seu próprio Chefe, como *nacionalistas*, sacrificam as opiniões pessoais que porventura tenham à orientação imposta pelo *interesse nacional*”; “Qual é a conduta mais conveniente ao interesse da Nação? Só o Governo o sabe; só o Governo pode dizê-lo. Os portugueses não têm mais que esperar, escutar e seguir”.³⁹⁸ Mas também parecia não faltar “autenticidade”.³⁹⁹ O filósofo e pedagogo Delfim Pinto dos Santos (1907-1966), que, segundo J. do Prado Coelho, encarnava “o intelectual português de espírito europeu”⁴⁰⁰, apreciou imenso a conferência de MC sobre a “formação de carácter da juventude”.⁴⁰¹

Para lá do véu composto pelo discurso “patriótico” ou, num sentido pejorativo, *patrioteiro*, estava esse objetivo muito concreto de demarcação política da MP em relação ao seu próprio passado, em relação ao presente (a guerra) e também em relação ao futuro (organizações congêneres em regimes autoritários/totalitários). Sobre este último ponto, a

³⁹⁷ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, p.8. Quanto às “instruções” doutrinárias ver CAETANO, Marcello, *A missão dos dirigentes: reflexões e directivas pelo Comissário Nacional*, Lisboa, 1942. Contempla, entre outros menos expressivos, os seguintes aspectos: “sentido educativo da obra da M.P.”; “Educação política” (contra a “crise de homens”); “Para que se fez a revolução”; “Preparemos uma geração nova”; “luta contra o ambiente”; “recrutamento de dirigentes”; “o que a M.P. não é”; “o que é a M.P.” (“como deve ser o perfeito português?”); “formação integral da juventude” (“formar homens de carácter”); “a colaboração com a família, a escola e a igreja”; “os ideais da M.P.” (“cristandade”, “lusitanidade”, “ordem social”, “o culto da justiça”); “a crise dos chefes”; “a fatalidade da burocracia”; “gosto do acontecimento e necessidade do trabalho contínuo”; “preparação dos dirigentes” (“sempre presente, nunca absorvente...”, “firmeza e dedicação sem autoritarismo”, “um exemplo vivo em tudo”, “menos discursos e melhores palavras”, “confiança no próprio esforço”); “rumo ao campo!”; “A Nossa Doutrina” (estatutos: “Educação física da juventude”; “educação moral da juventude”; “a juventude na vida nacional”).

³⁹⁸ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, pp.9-11.

³⁹⁹ No prefácio a uma obra de 1946, MC escreveu o seguinte:

“Não é segredo para ninguém que no nosso país, por via de regra, se estuda pouco. [...] Nós sabemos perfeitamente o que queremos: o que nem sempre tem havido é quem saiba executar o que se quer. Defeito da educação nacional, esta incapacidade de pôr em prática o que se deseja, esta apatia perante a ação... Onde mais uma vez se prova que a grande dificuldade para realizar uma obra educativa é a falta de educadores... Não o lerão [o livro em causa] decerto aqueles que querem continuar a chamar à Mocidade Portuguesa «simples organização de paradas» e que se recusam a discutir nela coisa diversa dos enfeites do cinto dos uniformes... Mas isso não impedirá que um homem de boa-fé tenha de reconhecer que ela é a mais séria tentativa de educação juvenil *em massa* até hoje feita em Portugal.” In PEREIRA, Celestino Marques (capitão), *Por Bem: alguns aspectos da educação nacional*, Lisboa, 1946, pp.XII-XIII.

⁴⁰⁰ SANTOS, Delfim, *Obras completas – Vol. I: da filosofia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s.d., p.V (traços biográficos de Delfim Santos).

⁴⁰¹ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Delfim Pinto dos (filósofo, pedagogo, pedagogista e professor na FLUL): nº1 (31/10/43).

ação de MC foi discreta mas eficaz.⁴⁰² Em causa estava a delicada gestão da neutralidade portuguesa e a tentação espanhola de quebrar a sua. Fundada no início de 1940, a *Frente de Juventudes* franquista procurou estabelecer uma relação de “irmandade” com a MP.

Quando MC assumiu o Comissariado Nacional, o secretário técnico da Subsecretaria de Educação Nacional espanhola, Guillermo de Reina, apressou-se a felicitar o novo comissário português, incentivando-o a prosseguir “la brillante tarea seguida por su antecesor, y asimismo procurar una mayor relación de hermandad, entre las juventudes peninsulares.”⁴⁰³ Como não obtivesse o *feedback* esperado, quase um mês depois, o próprio subsecretário de estado da Educação Nacional espanhol, Jesús Rubio, reforçou os votos.⁴⁰⁴ O silêncio que se seguiu evidência a não correspondência por parte da MP. Confirmada mais tarde pelo embaixador em Madrid, P. Teotónio Pereira. A 19 de Outubro de 1943 escrevia a MC: “A única questão a ponderar antes é o caso dos reiterados convites da “Frente de Juventudes”. Como conheço isto bem, digo-lhe que é indispensável não nos deixarmos agora agarrar pela Falange que tem os seus dias contados. A “Frente de Juventudes” é justamente o sector para nós mais suspeito, onde se alimenta a ideia da união ibérica e que mais aborrecimentos me dá pela persistência com que pretende confundir – espanholizando-o – o nosso com o deles.”⁴⁰⁵ Para contornar as recusas, iriam tentar convidar o MC jurista e teórico do corporativismo, na senda do que já acontecia.⁴⁰⁶ Uma semana depois, Teotónio Pereira aprofundava os motivos de tal posição:

“Surpreende-me muito que nunca lhe tenham dito nada sobre as relações com os organismos da Falange. Escrevi no Verão umas notas a esse respeito com as diretrizes a observar. Não lhas comunicaram? [...] O caso complica-se agora porque acaba de ser feito convite oficial – de Estado a Estado – para a vinda a Espanha duma grande representação da MP. Era melhor ter-se evitado este convite mas vejo que de qualquer forma isso se não conseguiu. Vai-se recusar. A MP não é o SEU nem a Frente de Juventudes. E não é a altura de os deixarmos confundir para honra e glória do sector que nos é aqui mais adverso porque

⁴⁰² Ver carta de MC para o presidente do conselho, de 1 de Junho de 1943, onde expõe o problema e solicita orientações. ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, p.115.

⁴⁰³ AMC, cx.47, Correspondência/Reyna, Guillermo de (secretário técnico da Subsecretaria de Educação Nacional): nº1 (19/08/40).

⁴⁰⁴ AMC, cx.49, Correspondência/Rubio, Jesús (subsecretário de estado da Educação Nacional espanhol): nº2 (06/09/40).

⁴⁰⁵ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio: nº48 (19/10/43).

⁴⁰⁶ AMC, cx.43, Correspondência/Pérez Botija (oficial letrado do Instituto de Estudos Políticos de Madrid, professor na Universidade Central (hoje Complutense) de Madrid): nº1 (24/01/40); AMC, cx.23, Correspondência/Cordero Torres, José (“Oficial Letrado” do Conselho Estado de Espanha): nº1 (19/04/44): solicita a colaboração de MC para trabalho académico, afirmando que é o “melhor técnico do Direito Administrativo português moderno”.

consubstancia o espírito incompatível com a existência de Portugal. [...] O meu conselho é que não venha enquanto o horizonte político da Espanha não estiver mais definido. V. é um grande cultor do direito administrativo mas é ao mesmo tempo comissário nacional da MP, que reúne o melhor das nossas esperanças e o mais sagrado do nosso património histórico.”⁴⁰⁷

A diplomacia funcionaria para evitar a diluição da “mocidade” com a “juventude”.⁴⁰⁸ Bem mais fácil foi a relação com a “Juventude do Protetorado de França em Marrocos”. O general Jacques Faure (1904-1988), que participou na campanha da Noruega como chefe de brigada de Alta Montanha e partira no Outono de 1940, sob as ordens de De Gaulle, para Marrocos, era o líder francês do movimento “Jeunesse et Montagne” e continuá-lo-ia a ser em Marrocos. Precisamente no período de Marrocos, correspondeu-se com MC manifestando a sua “simpatia” pela organização portuguesa.⁴⁰⁹ Entre 1943 e 1945 seria um dos comandantes do 1º Regimento de caçadores Paraquedistas que iniciou a reconquista aliada da Itália. Viria a ter mais tarde um papel de relevo na guerra argelina, nomeadamente no *putsch* de Abril de 1961, que pôs fim à sua carreira militar. Também em 1942, Hubert Beuve Méry (1902-1989), fundador, em 1944, do icónico *Le Monde* (com o apoio de De Gaulle, para que funcionasse como jornal oficioso da “República” no exílio), empenhou-se em levar MC à Universidade de Toulouse.⁴¹⁰

A gestão de espaços era melindrosa. O vazio provocado pela “crise do liberalismo” transformara-se em 1939 num imenso e absorvente buraco negro. O desafio assumido por MC na MP gravitava na equidistância entre o “excesso de entusiasmo” de que fala Emílio Gentile – a “mística” fascista que “condenava” os povos ao “entusiasmo”⁴¹¹, artisticamente representado pelo *futurismo*⁴¹² – e a sua total ausência – “nenhum militarismo, nenhum belicismo”, mas “o tempo não vai para desvirilizar a juventude aconselhando-a a que não se bata nunca... Não.”⁴¹³

⁴⁰⁷ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio: nº49 (27/10/43).

⁴⁰⁸ AMC, cx.55, Correspondência/Suevos, Jesús (procurador às “Cortes Españolas”): nº1 (11/05/44): agradecimento pela simpatia que a M.P. “há tenido conmigo durante mi estancia en Lisboa”.

⁴⁰⁹ AMC, cx.26, Correspondência/Faure, Jacques (general): nº1 e nº2 (26/12/41 e 03/09/42). Em Janeiro de 1942, MC fora avisado sobre “a indiferença com que Portugal [encarava] o problema marroquino” (AMC, cx.23, Correspondência/Colaço, Jorge: nº1 – 01/42). No final do Verão desse ano, filiados da MP visitaram Marrocos. MC relata a visita ao presidente do conselho em missiva de 8 de Outubro, onde explica os “motivos” porque tinha “mantido boas relações com o Marrocos francês”. ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, p.108.

⁴¹⁰ AMC, cx.37, Correspondência/Méry, Hubert Beuve (jornalista e fundador do *Le Monde*): nº1 e 2 (02/03/42 – 09/05/42).

⁴¹¹ GENTILE, Emílio, *El culto del littorio: la sacralización de la política en la Itália fascista*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2007; *Fascismo: historia e interpretación*, Alianza, Madrid, 2004.

⁴¹² Veja-se o caso de Fortunato Depero (1892-1960): *Depero futurista 1913-1950*, Catálogo de la exposición, Fundación Juan March, Madrid, 2014.

⁴¹³ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, p.12.

O antecessor de MC não primava pelo entusiasmo, mas à semelhança de Mussolini, para quem a “ilusão” era a única realidade da vida, declarou na inauguração da sede do SPN, em Outubro de 1933, que “politicamente só existe o que o público sabe que existe.”⁴¹⁴ O racional MC insistia na realidade, visível nas constantes críticas e relatos negativos transmitidos ao presidente do Conselho durante este período: “A MP é das poucas – senão a única – organização do Estado Novo que ainda tem simpatia pública. [...] Mobilizou-se a imprensa, aqueceu-se o entusiasmo dos rapazes, chamou-se o público: a doença mais grave neste momento é, como sempre, moral e, por isso, quatro palavras de V.^a Ex.^a e a sua presença na festa da MP teriam uma influência enormíssima. Neste momento a ação imediata é muito mais profícua pela *emoção* que pela *razão*. V.^a Ex.^a pode amanhã fazer um discurso magnífico e conseguir resultados diminutos. [...] Continuo a afirmar que é urgente a ação do Governo.”⁴¹⁵

1.4.2. *Ao serviço do Império*

O aspeto talvez mais relevante para a compreensão da importância da MP para o futuro político de MC, nomeadamente a sua nomeação para a pasta das Colónias em Setembro de 1944, seja este, referido por Adriano Moreira: “para nós [jovens estudantes] ele era a “luz do Império”.”⁴¹⁶ Sem dúvida que se esforçou por adquirir essa imagem. Uma grande parte dos seus discursos como comissário são exuberantes exaltações aos heróis da expansão portuguesa: “As lições do primeiro de Dezembro”; “Mouzinho capitão da Mocidade”; “A vida gloriosa de João Coutinho”; “Castelos de almas”; “A bandeira, símbolo da Pátria independente”; “O Infante que descobriu o Mundo”; “Sá da Bandeira”.⁴¹⁷ Bem certo que já havia realizado uma grande viagem pelas colónias à frente do I Cruzeiro de Férias, mas esta não permitiu um conhecimento profundo. Algo que estaria na origem de um “erro”, involuntário (?) mas determinante, de MC: cantou a “glória” na MP antes de conhecer a

⁴¹⁴ SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos*, Vol. I, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1961, p.263. no mesmo sentido, ver do autor: *Fim, necessidade e valor da propaganda política*, discurso do presidente do Conselho, Lisboa, SNI, 1940; *Miséria e medo*, discurso do presidente do Conselho, Lisboa, SNI, 1947.

⁴¹⁵ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, pp.112-113. Ver correspondência relativa ao período da MP nas pp.100-123.

⁴¹⁶ Entrevista a Adriano Moreira: Junho de 2012.

⁴¹⁷ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, respectivamente pp.55-68, 69-82, 83-110, 123-138, 139-148, 199-210, 211-223.

“miséria” do Império no Ministério das Colónias (MdC). O choque provocar-lhe-ia um forte e duradouro impacto.

O incentivo à “aventura” no além-mar dirigido aos jovens é um facto. Os exemplos históricos visavam isso mesmo, a “preparação para o serviço do Império”. Muitos graduados da MP acabariam por seguir esse caminho, nomeadamente através da Escola Superior Colonial (mais tarde de Administração Colonial, Altos Estudos Coloniais e Instituto Superior de Estudos Ultramarinos). Nunca esqueceriam o antigo comissário nacional. Um desses casos foi Rogério Baptista de Canha e Sá (1921-1984), amigo pessoal de MC e Baltazar Rebelo de Sousa. Pouco tempo depois de MC assumir a Presidência do Conselho, Canha e Sá, então chefe de gabinete do Governo-geral de Moçambique, confessava-lhe o seguinte:

“E, permita-me que lhe diga, esta última conversa deixou-me uma sensação extraordinariamente agradável, a mim, seu amigo: a de estar a falar consigo há 11 anos, quando era ministro da Presidência, quando o seu entusiasmo, a sua energia, a sua forma objetiva de enfrentar os problemas nos encantava a todos os que tinham a honra de trabalhar sob as suas ordens. Mais ainda: deu-me a sensação, grata sensação, de ter encontrado novamente – desculpe-me a ousadia – o nosso Professor Marcello dos tempos da MP!”⁴¹⁸ Aliás, marcou de tal forma a MP que mais tarde seria criado o “Prémio Marcelo Caetano”.⁴¹⁹

Desde as suas *Lições de Economia Política*, o apelo para o Império foi uma constante em MC. Adriano Moreira atribui fundamentadamente grande relevância a este ponto: “Isto era o que ele ensinava – “se queres ser um bom português, vai ser um líder para as colónias”.”⁴²⁰ Assim era, como se pode ver neste texto de Março de 1942: “Grandes governadores saíram da plêiade dos soldados da ocupação! A escola dos combates, o duro contacto com a terra e a gente obtido nas longas etapas e nos bivaques, criaram nos militares um amor novo por essas regiões feracíssimas, tão cheias de encanto, tão prometedoras de frutos, tão repassadas de

⁴¹⁸ AMC, cx.50, Correspondência/Sá, Rogério Baptista de Canha e: n°1 (07/11/68). O documento prossegue com o seguinte: “Falemos de mim, se mo permite. Eu sei que não gosta de agradecimentos e eu gostaria de não empregar, em relação à decisão que o Senhor Professor tomou de me nomear Inspetor Superior de (?) Civil, uma fórmula banal se bem que sincera. Assim, deixe-me lembrar-lhe uma outra decisão que tomara a meu respeito 30 anos atrás e pela qual lhe fiquei para todo o sempre grato: eu era na MP chefe de quina arvorado em comandante de castelo (nunca consegui saltar o “malfadado” muro da admissão à Escola de Graduados) mas dirigia o Serviço de Transportes; estava, porém, vago desde sempre o lugar de Inspector de Transportes. Foi então que o comissário nacional disse: se é o Rogério que desempenha as funções na realidade, se o lugar existe e se mais ninguém de direito a ele deve de momento ascender, pois bem, nomeio-o Inspector de Transportes! [...] Não entro em descrição do que se passa aqui [Moçambique] pois o Baltazar dentro de poucos dias estará em Lisboa. Dir-lhe-ei apenas que o ambiente continua o melhor possível e que todos depositam nele – e em si – a melhor das esperanças.”

⁴¹⁹ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de: n°3 (26/07/59): partilha com MC o facto de o filho ter ganhado o “Prémio Marcelo Caetano” na Mocidade Portuguesa.

⁴²⁰ Entrevista a Adriano Moreira: Junho de 2012.

recordações lusíadas. Um sentido novo de império nasceu dentro deles.”⁴²¹ O mais interessante consiste no facto de nenhum sucessor de MC na pasta das Colónias/Ultramar ter deixado de seguir essa “escola”. Em Setembro de 1961, o ministro A. Moreira afirmava no seu discurso *Vigil of Arms* (segundo a versão inglesa a que se teve acesso), que “today’s fighters will be tomorrow’s administrators”.⁴²²

O modelo heroico com o qual MC se identificava continha um efeito politicamente algo pernicioso. Veja-se a forma como refere e cita D. João de Castro: “ao adoecer mortalmente em Goa declara aos seus colaboradores: «Não tenho pejo de vos dizer que ao Viso Rei da Índia faltam nesta doença as comodidades que nos hospitais acha o mais pobre soldado». E acrescenta: «Hoje não houve nesta casa dinheiro com que se me comprasse uma galinha porque nas armadas que fiz os soldados comiam os meus ordenados antes de receberem os soldos que lhes pagava El-Rei». Nestes tempos em que por vezes vemos tanta ganância, tamanho desprezo pelas aflições e necessidades públicas, – vede que grande exemplo o deste Vice-Rei empobrecido ao serviço da sua Pátria e morrendo tratado por caridade!»⁴²³

O cargo que ocupara na MP era totalmente gratuito, todos os custos eram suportados pelo próprio.⁴²⁴ Para o exercer teve, inclusive, de abdicar da “advocacia de duas ou três grandes empresas”.⁴²⁵ Mas o aspeto mais consequente e, como se disse, pernicioso, prende-se com o código de conduta pessoal assumido por MC: sobriedade, incorruptibilidade, honestidade e exigência. Porém, esses valores não são um absoluto e, quando projetados nos outros (precisamente por se tratar de uma projeção) adquirem redobrada exigência.⁴²⁶ O que o

⁴²¹ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, respectivamente pp.104-105.

⁴²² MOREIRA, Adriano, *Vigil of arms*, speech by the minister for overseas, professor Adriano Moreira, at the meeting, on 27th September 1961, of the Moçambique Legislative Council in Lourenço Marques, Agência-geral do Ultramar, Lisbon, 1961, pp.23-24: “Any of the Portuguese who are now fighting on the war and on the peace fronts can teach them this; particularly that young generation who had to interrupt their careers, abandoning dreams and plans to fight against a vandalismo which brought death and desolation to places where previously no other care had existed except the improvement of the land and of the people. It is also a fact that these young people, in the hard school imposed on them by circumstances, are becoming one of the most conscientious, determined and resolute generation ever known in our history. I have no doubt that they will leave their mark on the life of the nation when the time comes for them to assume posts of command.”

⁴²³ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, respectivamente pp.181-182.

⁴²⁴ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Orlando (professor catedrático da FLUC): nº12 (03/01/42): “Sobre a Mocidade. Receberam-se os 6 contos e estão virtualmente gastos já 12 que esperamos não pagar das nossas exaustas bolsas.”

⁴²⁵ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas*, p.100.

⁴²⁶ “Vede a grandeza da vossa missão, o tamanho da vossa responsabilidade! Tendes que vos esforçar por serdes os *melhores*. Não os melhores na inteligência, ou os de maior destreza ou força física: a inteligência, a memória, a força, são dons naturais que não é mérito possuir, nem pecado não ter. Mas os *melhores* na firmeza, na retidão, na persistência, na *vontade* de ser bom. «Querer é a nossa divisa!». Não é perfeito filiado da «M.P.» o rapaz que não põe acima de tudo o culto da vontade ao serviço da reta intenção. Mas como se consegue, então, ser bom? Que há-de fazer o graduado para ser, dos bons, o melhor? É simples: basta cumprir exata, pontual e

tornaria, porventura e sob este ponto de vista, moralmente “irrepreensível” mas algo arrogante, inflexível e menos tolerante nas relações humanas.⁴²⁷ Assumindo-se cristão, MC esquecia facilmente as palavras de Paulo (I Tm 1:15). Politicamente revelar-se-ia contraproducente, quer pelos anticorpos que potenciava, quer pela limitação estratégica que impunha. Já Maquiavel advertira nesse sentido: “Não obstante, deve o príncipe ser cauteloso ao acreditar e agir, nem deverá ter medo de si mesmo e proceder equilibradamente, com prudência e humanidade, para que a confiança demasiada não o torne incauto e a desconfiança excessiva não o torne intolerante.”⁴²⁸ Do mesmo modo, talvez Nietzsche tivesse alguma razão quando afirmava que “a virtude é o nosso maior equívoco”.⁴²⁹ Repare-se que até os maiores admiradores desse nobre ideal cavaleiresco, como Henrique Galvão⁴³⁰, tornar-se-lhe-iam um problema. Embora seja verdade que procurou atuar de forma diferente do que criticara no seu antecessor.⁴³¹

A sua obra na MP marcaria o futuro da organização.⁴³² Assim como a preocupação com a “formação” da juventude foi uma constante na vida profissional e política de MC. De tal forma que em 1972, com as responsabilidades de governo que tinha, o líder da renomeada UN – Ação Nacional Popular (ANP), tomava a iniciativa de escrever o seguinte ao governador civil da Guarda:

“Ao ler a página juvenil – Ensaio – do último número do jornal “Correio da Beira”, órgão distrital da ANP, não posso deixar de chamar a atenção de V.^a Ex.^a para a necessidade de, cada vez mais, cuidarmos da formação da juventude. Não é tanto a publicação da poesia

devotadamente, todos os deveres; *todos*, sem escolha.” CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, respetivamente pp.116-117.

⁴²⁷ Miguel Caetano refere algo que vai nesse sentido: “até porque ele era uma pessoa muito sensível. Estou á procura de outro termo, na relação com os outros... Magoava-se com facilidade. [...] Melindrava-se com facilidade. [...] Repare, o meu pai tinha, era uma das suas facetas, não sei se qualidade ou defeito, uma limitação pelo menos, que era classificar todos os antigos alunos pelas notas que tinham com ele. E o Freitas é que tinha tido a melhor nota! O Sá Carneiro foi bom aluno, mas não para 18. Na faculdade ter 18 era um convite para a carreira académica. Quem tinha menos do que isso não estava convidado para seguir. Ele considerava, e alguma razão teria para isso (?) que o Sá Carneiro não tinha um percurso muito estruturado. Mesmo politicamente. [...] Gostava também muito do Álvaro Cunhal, como pessoa. Também tinha sido aluno dele. [...] O meu pai tinha-o como inimigo político, como é evidente, mas tinha bastante consideração pessoal por ele, até pela coerência, pela inteligência. Já pelo dr. Soares tinha grandes reservas. Tinha sido o pior aluno de todos!” Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012.

⁴²⁸ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.119.

⁴²⁹ NIETZSCHE, Friedrich, *A vontade de poder: para uma transmutação de todos os valores*, Alfanje, Lisboa, 2012, p.39.

⁴³⁰ AMC, cx.28, Correspondência/Galvão, Henrique Carlos Malta Galvão: nº33 (s.d). Agradecimento da oferta de livro de MC (ao que tudo indica ou *A missão dos dirigentes* ou *Por amor da juventude*): “Para mim retenho em especial apreço – e talvez mais que apreço – as páginas de definição da personalidade e feitio do verdadeiro homem de ação.”

⁴³¹ Carta de 17 de Fevereiro de 1944. ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas*, pp.120-121.

⁴³² AMC, cx.14, Correspondência/Almeida, Leopoldino de (Comissário da Mocidade Portuguesa): nº1 (1963): agradecimento e elogio da obra “A Missão dos Dirigentes”.

Insatisfação no órgão distrital da ANP, como a complacência que revela com esse estado de espírito malsão da juventude, a renúncia ao esforço de o combater e transformar à luz dos princípios que norteiam o movimento de que fazemos parte. Sei que a página tem diretor próprio. Mas sendo V.^a Ex.^a o diretor do jornal e o responsável pela ANP em todo o distrito, permito-me pedir-lhe particular interesse por essa página e sobretudo pela mobilização de tudo e de todos quantos possam contribuir para a mudança de mentalidade dos jovens.”⁴³³

Desaparecera o “serviço do Império” e a “obediência ao chefe”, sobriariam os “princípios”.

1.4.3. Poderes

Irritado por ouvir as constantes e ousadas críticas do comissário nacional da MP, o presidente do Conselho instou-o a apresentar “alguma coisa de positivo sobre a maneira de agir ou algumas precisões em matéria de facto”.⁴³⁴ Dando sequência às críticas que vinha fazendo desde os anos 1930, MC enumerou uma lista de dezassete propostas, das quais se destacavam: “maior liberdade” para que a imprensa também pudesse “apontar o *mal*”⁴³⁵; alargar as competências da Assembleia Nacional, prestigiando-a; “criar uma comissão de inquérito aos organismos corporativos e de coordenação económica”; “rever o quadro dos delegados do Governo junto dos organismos corporativos”; “castigo dos plutocratas prevaricadores”; “pôr na Intendência Geral dos Abastecimentos pessoas competentes e apressar o racionamento”; “estudar a possibilidade de criação do imposto de consumo sobre os artigos de luxo e continuar a procurar a atingir o rendimento real dos indivíduos nos

⁴³³ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, José Maria Andrade (advogado; deputado; governador civil da Guarda): nº1 (09/02/72). Embora pareça que o caso da Guarda fosse crónico. O comissário adjunto de MC, J. Porto Soares Franco, relatava em 1942: “o caso de Viseu é realmente de difícil solução. A propósito dessa Divisão deram-me mais informações sobre a subdelegação da Guarda, que de facto está desinteressada da MP há muito tempo.” AMC, cx.27, Correspondência/Franco, José Porto Soares (comissário nacional adjunto da MP): nº6 (25/08/42).

⁴³⁴ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, p.119.

⁴³⁵ Em 1941, por decisão da sua direção, a publicação da *Gazeta da Relação de Lisboa* fora suspensa. Tratava-se de uma publicação jurídica referencial onde MC também colaborava. O seu diretor, J. M. de Vilhena Barbosa de Magalhães, fez questão de expor o caso publicamente, enviando uma comunicação a todos os colaboradores e meios de comunicação. Na qual explicava que “não querendo nem devendo obedecer à exigência, que me é feita, de habilitar a «Gazeta» como publicação periódica [ficando assim abrangida pelo art.º 1º do Decreto nº25.317, que a sujeitava à Censura], fica ela suspensa indefinidamente.” AMC, cx.35, Correspondência/Magalhães, José Maria de Vilhena Barbosa de (professor na FDUL; diretor da *Gazeta da Relação de Lisboa*): nº1 (14/07/41).

impostos diretos”; “encarar de frente o problema dos absenteístas e dos rendeiros”; “Intensificação *ostensiva e rigorosa* da aplicação das leis sobre horário do trabalho, higiene, salubridade e segurança dos locais de trabalho, e das mulheres e dos menores, interessando nisso os Sindicatos nacionais”; “ação enérgica para melhoria das condições de trabalho das minas (onde empresas estrangeiras estão a dar cabo, pela silicose, de centenas de mineiros) e nas obras públicas, onde por vezes vivem centenas de homens como animais”; “repressão da mendicidade com a correlativa ação da assistência”; “incremento dos serviços de assistência de modo a dar ao público a impressão (hoje inexistente) de que se progride *a sério*”.⁴³⁶

Enquanto, por essa altura, os “plutocratas” não pareciam, como é lógico, incomodados ou preocupados com as ideias e a postura do comissário da MP⁴³⁷, o patriarcado, por sua vez, dava sinais em sentido contrário. As conclusões do 1º Congresso Nacional da MP – donde saiu “A nossa Doutrina” –, em Maio de 1939, ignoraram totalmente, no capítulo relativo à “educação moral da juventude”, a dita moral cristã e a Igreja Católica.⁴³⁸ Nos seus primeiros discursos como comissário, MC fez o mesmo.⁴³⁹ Juntamente com a habitual exaltação dos valores nacionais, verifica-se tanto na “doutrina” da MP como nos textos de MC a prevalência do aspeto “físico”, da “natureza” e duma “moral naturalista”. Num assomo quase nietzschiano, declarava MC: “A natureza parece convidar o homem a sair da mediocridade e a erguer-se acima de si mesmo. [...] Os fracos sucumbem, – mas os lutadores caminham.”⁴⁴⁰

Embalado pela Concordata e pelo AM, o cardeal-patriarca de Lisboa, Gonçalves Cerejeira, não se limitava a solicitar a total isenção das leis do Estado para as instituições católicas, pretendia também intervir decisivamente nas organizações do Estado.⁴⁴¹ Após um encontro pessoal com MC para serenar ânimos, o cardeal escreveu-lhe uma longuíssima carta

⁴³⁶ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, pp.121-122. As seguintes consistiam no: “desenvolvimento dos serviços de saúde militar, que sob muitos aspetos são uma vergonha”; “fazer a colonização rural sair da fase dos estudos, e começar a estudar, com ânimo de resolvê-lo, o problema da colonização em África”; “o serviço militar deve ser escola de educação militar. Apressar obras de quartéis. Cuidar da alimentação do soldado. Melhorar o estado de espírito dos oficiais”; “atenção à juventude universitária. Reforma, não das leis, mas do ambiente e dos métodos”.

⁴³⁷ “A única pessoa satisfeita com o Ministro da Economia [Rafael da S. N. Duque], em Portugal inteiro, parece ser V.^a Ex.^a. [...] Outro aspeto da desastrosíssima política do Ministério da Economia foi o descrédito de que se deixou eivar os organismos corporativos e de tal forma que a gente pergunta a si próprio se se trata de simples inépcia ou de obra de um *complot*.” ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, p.113.

⁴³⁸ CAETANO, Marcello, *A missão dos dirigentes: reflexões e directivas pelo Comissário Nacional*, Lisboa, 1942, pp.83-94.

⁴³⁹ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, pp.57-67 (no 1º de Dezembro de 1940) e pp.69-82 (a 28 de Dezembro de 1940).

⁴⁴⁰ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944, pp.74-75.

⁴⁴¹ Fora um dos primeiros a felicitar por escrito a nomeação de MC para a MP, só antecedido pela “juventude” espanhola. AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cerejeira, D. Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa: nº2 (27/08/40).

dactilografada, advertindo-o com uma lição de catequese, por pensar que MC “queria o ensino de uma moral simplesmente natural” e porque o “anterior programa da Escola de Graduados tinha sido aprovado por mim, e não se julgava autorizado a substituí-lo.”⁴⁴² Tendo em consideração os traços de carácter de MC, nem deve ter levado a bem nem deve ter esquecido este episódio.

Quanto ao aspeto doutrinal, Cerejeira destacava, entre outros, que: “o Estado Novo, embora admita a liberdade de cultos e de consciência e não sustente um culto como oficial da Nação, não é neutro em matéria de moral e religião”; “o Estado Novo, toma uma posição religiosa e confessional, adotando os princípios da doutrina e da moral cristãs, católicas”; “o Estado Novo ministra “o ensino da religião e da moral católicas” nas suas escolas elementares, complementares e médias, chamando, conseqüentemente, para este efeito, a Igreja a cooperar com ele na obra educativa integral, nacionalista, da juventude portuguesa”; “a Direção de Educação Moral recebe evidentemente da Igreja os princípios da doutrina e da moral católicas, que o Estado não faz, mas aceita; na sua atuação prática, porém, dentro da Mocidade Portuguesa, fica subordinada ao Comissariado Nacional, cooperando lealmente com ele”.

Em linha com os princípios defendidos pela Igreja nas *Semanas Sociais Portuguesas*,⁴⁴³ Cerejeira também fez questão de impor a sua leitura da realidade:

“Lembro-me da dificuldade dos filiados da Mocidade que não são católicos. Não falo dos que professam outra religião, a sua, não lhes é ensinada, mas não lhes é impedida; a exposição da católica esclarece-os sobre ela, não os ofende. Quanto aos que vêm com ideias revolucionárias, comunistas, materialistas, ateias – a Mocidade Portuguesa existe para lhas corrigir e os integrar na civilização cristã. Um Deus vago, impessoal, ou o não admitem, ou não lhes diz nada. À onda da negação revolucionária marxista, creio que só um credo bem preciso e absoluto pode ser eficazmente oposto. Nenhum ideal de moral puramente humana, ia a dizer burguesa, os conquistará.” No plano da ação, também *instruiu* muito bem MC sobre o método do “sacerdote assistente” e do seu espaço na MP.⁴⁴⁴

MC engoliu o sapo e apressou-se a responder a Cerejeira, embora sem obedecer à máxima do *grande inquisidor* de Dostoievsky:

⁴⁴² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cerejeira, D. Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa: nº3 (03/02/41).

⁴⁴³ *Semanas Sociais Portuguesas, Aspectos fundamentais da Doutrina Social Cristã*, Edições ACP, Lisboa, 1941, pp.105-130.

⁴⁴⁴ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cerejeira, D. Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa: nº3 (03/02/41).

“Não há nada que tanto me preocupe na MP como o problema da formação moral. Os sentimentos com que o abordo conhece-os Vossa Eminência e são eles que me levam a procurar no meu Prelado luz e amparo. Estou certo que, dentro dos princípios concordatários e constitucionais, e dada a boa-fé de quem, incompetentemente embora, foi encarregado da orientação deste importantíssimo movimento, não haverá motivos sólidos para qualquer atrito entre a MP e a Igreja.”⁴⁴⁵

Chegado o assunto ao presidente do conselho, este nem subscreveu o cardeal nem desautorizou MC: “Não vi ainda o trabalho que entregou ao Ministro do Interior [Mário Pais de Sousa] e por isso não posso ajuizar a questão levantada na carta do Sr. Cardeal-Patriarca. Quanto às relações do Estado com a Igreja, entendo precisamente que a sua posição é boa e deve ser mantida contra o zelo, por vezes pouco sensato, dos últimos convertidos. Pelo que respeita às acumulações, hei-de ver como se põe o caso perante a lei.”⁴⁴⁶

Em Novembro de 1942, MC iria inclusive proferir uma conferência no CADC, em Coimbra, merecedora dos maiores elogios.⁴⁴⁷ No entanto, a clarificação pública viria na obra *A Missão dos Dirigentes*, com aquela pitada de humor da extinta *Crónica Legislativa de O Direito*. Preconizando a “colaboração com a família...”, “com a escola...”, “...e com a Igreja”, afirmava:

“Finalmente a MP reconhece, desde a primeira hora, a missão docente da Igreja Católica. Por isso mesmo nunca teve, nem pretendeu ter uma doutrina moral: o Estado marcou, bem nitidamente, a orientação a seguir quando perfilhou, no seu ensino, «os princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País». [...] Mas respeita as crenças de todos os filiados, fiel ao dever primeiro de colaborar com a Família: o seu próprio regulamento lhe impõe a aceitação de todos os que professem uma religião, qualquer que seja. A MP é, assim, um campo aberto ao mais largo e fraterno entendimento de todos os pequenos portugueses, sob o signo de Cristo e fiel à Sua mensagem de «paz aos homens de boa vontade». Sendo a MP uma organização educativa complementar da ação da Igreja, – a ideia de complemento envolve já a de distinção. Porque não pretendemos o totalitarismo educativo,

⁴⁴⁵ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cerejeira, D. Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa: n°4 (s.d.). Concluiu com o seguinte: “Divergência acerca de pormenores metodológicos pode surgir, uma ou outra vez. A erros de entendimento estamos todos sujeitos. Mas afastamento intencional dos princípios fundamentais que norteiam a formação da juventude segundo a moral cristã, espero em Deus que nunca se venha a dar. Beijo a sagrada púrpura de Vossa Eminência como”.

⁴⁴⁶ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, p.101.

⁴⁴⁷ AMC, cx.38, Correspondência/Montalegre, Duarte de (professor do ensino secundário em Coimbra; escritor; jornalista da revista do CADC): n°1 (27/11/42): “prazer de ouvir a magistral conferência de V.ª Ex.ª pronunciada à pouco no CADC”. No documento n°3 (28/01/44) solicitou a MC um artigo para revista do CADC. No mesmo sentido, AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, José Carlos (professor da FDUC): n°2 (17/11/42).

não só respeitamos, como queremos e saudamos, a existência das obras próprias da juventude da Ação Católica. Tarefas diversas – entendimento perfeito. Não nos pertence ministrar instrução catequística, nem litúrgica: mas de bom grado vemos que haja quem a ministre.”⁴⁴⁸

A relação existente em Portugal entre os organismos do Estado, sobretudo a MP, e a Igreja divergia substancialmente da que se verificava em Espanha, na Alemanha ou em Itália. Franco proclamava que o propósito da *Frente de Juventude* consistia em “garantir a formação e disciplina das gerações da pátria no espírito católico, espanhol e de milícia”.⁴⁴⁹ Na Alemanha e na Rússia mandaram-se “calar os teólogos”, assunto que também marcaria as *Semanas Sociais Portuguesas*.⁴⁵⁰ Em Itália, o papa Pio XI não se cansou de elogiar, desmedidamente, as qualidades do “formidável” Mussolini até conseguir a assinatura do Tratado de Latrão em 1929, com o conseqüente término da *Questão Romana*.⁴⁵¹ Após o que, em 29 de Junho de 1931, publicou a encíclica *Non abbiamo bisogno*, demarcando a Ação Católica (AC) do regime, de que então já não “precisava”. Em resposta, Mussolini dissolveu as organizações católicas para a juventude.⁴⁵²

Ou seja, em Portugal e ao contrário do que acontecia em Itália, a Igreja não só desenvolvia as suas organizações como pretendia desde o início ganhar ascendente sobre as estatais. O que também explica a publicação do Decreto-lei nº31908, de 9 de Março de 1942, que desagradou sobretudo aos sectores mais conservadores do regime.⁴⁵³ O decreto submetia todas “as organizações, associações ou instituições que tenham por objeto a educação cívica, moral e física da juventude”, à “aprovação” (dos estatutos), “direção” e “fiscalização do comissário nacional da Organização Nacional Mocidade Portuguesa”.⁴⁵⁴ Estabelecia igualmente a “introdução e adaptação do método escutista à realidade nacional”.⁴⁵⁵

⁴⁴⁸ CAETANO, Marcello, *A missão dos dirigentes: reflexões e directivas pelo Comissário Nacional*, Lisboa, 1942, pp.35-36.

⁴⁴⁹ *Grande Crónica do Século XX*, Vol. I (1900-1942), Oceano Editorial, Espanha, s.d., p.371.

⁴⁵⁰ *Semanas Sociais Portuguesas, Aspectos fundamentais da Doutrina Social Cristã*, Edições ACP, Lisboa, 1941, pp.223-240: “Uma intimação aos teólogos”; “A mensagem dos teólogos”; “Vozes do Paganismo”; “Observações oportunas”; “O totalitarismo russo”; “O totalitarismo alemão”; “O totalitarismo italiano”; “A auto-limitação do poder do Estado”; “Os teólogos intimados riem”.

⁴⁵¹ Ver as declarações de Pio XI citadas em *L'illustration*, nº4897, de 9 de Janeiro de 1937, p.33; e BEYENS, Baron, *Quatre ans à Rome: 1921-1926*, Librairie Plon, Paris, 1934, p.168. Ver também, entre outros, MILZA, Pierre, BERSTEIN, S., *Storia del fascismo*, Rizzoli, Milão, 2004; GENTILE, Emílio, *Contro Cesare*, Feltrinelli, Milão, 2010.

⁴⁵² BERTONE, Cardinal Tarcisio, *Hitler's Pope? A Judgment Historically Unsustainable*, in *L'Osservatore Romano*, Weekly Edition in English, 19 November 2008, p.11.

⁴⁵³ AMC, cx.57, Correspondência/Vilar, Frederico (eng.º; general; observador militar na Frente Leste do Exército Alemão): nº1 (12/08/42). Afirmou que “a impressão que me ficou de tudo o que se relaciona com o decreto 31908 foi francamente má.”

⁴⁵⁴ *Diário do Governo*, I Série, nº55, de 9 de Março de 1942, pp.219-220.

⁴⁵⁵ VICENTE, Ana Cláudia S. D., *A introdução do Escutismo em Portugal*, in *Mutações religiosas na Época Contemporânea: figuras e pensamento*, Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Tomo XVI, 2004, pp.211.

Abrir-se-ia aqui uma ferida que não mais cicatrizaria. Como tende a acontecer, um possível conflito de natureza religiosa ou que envolva uma poderosa instituição religiosa, pode contribuir para que tensões de outra ordem ou natureza se manifestem.

II CAPÍTULO – *Transmissão de poderes de corrupção*

2.1. *Poderes de corrupção*

2.1.1. **Percepção do fenómeno**

Sete semanas após a tomada de posse, uma figura próxima mas sem peso político, dizia a MC que os portugueses “estavam fartos de uma situação de imobilismo, de hipocrisia oficial, corrupção, arbitrariedade e incompetência administrativa em que o Regime tinha tristemente decaído nos últimos anos”.⁴⁵⁶

Um ano depois, uma “desconhecida cidadã portuguesa” afirmava-lhe o seguinte:

“Admiro a sua integridade moral e o seu pensamento, acredito em si, nas suas palavras, nas suas retas intenções⁴⁵⁷, na sua inteligência, mas Senhor Presidente, não acredito que sozinho consiga vencer e destruir essa barreira de interesses e arranjinhos que há muitos anos a esta parte se vem construindo por tantos supostos servidores da nação. [...]

É um Portugal novo que queremos deixar aos nossos filhos, é uma atmosfera de Verdade que queremos oferecer-lhes para que se sintam orgulhosos de ser portugueses e não é com falsas situações de Conselhos de Administração e de Conselhos Fiscais, com a atmosfera mentirosa das luvas por toda a parte, e com os tão falados e mal fadados tachos [sic] que conseguimos levar os novos a acreditar no Governo. [...]

Não está certo que neste país de poucos recursos e baixo nível de vida, haja meia dúzia de senhores, sempre os mesmos, a fazerem fortunas à sombra desta situação. Tenho a impressão que só com uma total mudança se pode estabelecer um novo espírito nos cargos de responsabilidade. Já ninguém acredita nas atitudes cheias de falsas modéstias, nas palavras carregadas de lugares comuns que presidem às inaugurações, aos discursos de posse, aos banquetes, às chegadas e partidas das figuras oficiais.”⁴⁵⁸

⁴⁵⁶ AMC, cx.25, Correspondência/Eça, Vasco da Cunha d': nº1. Foi diretor Geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros.

⁴⁵⁷ Alusão ao discurso de MC na Assembleia Nacional, de 27 de Novembro de 1968, ante os chamados “homens de bem” do regime, intitulado “Pela reta intenção de bem servir o povo português”, onde discorreu longamente sobre a administração do Estado.

⁴⁵⁸ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Maria Isabel Emaús Leite: nº1. Conclusão do documento: “É tanta a importância de que se revestem os responsáveis e tão grande a corte criada à sua volta como se, ser responsável não fosse uma função de serviço. Peço a Deus que haja sempre homens de boa vontade, marcados pela pureza de intenção, pela simplicidade nos contactos humanos como V. Ex.^a que sejam chamados a governar. Estou-lhe

Conforme o hábito expresso no documento seguinte, MC ter-lhe-á respondido. Tê-la-á avisado de que estaria a ser influenciada por ideologias e “movimentos socialistas de carácter comunista”, alertando para a distância que, segundo ele, existiria entre a teoria e a prática.⁴⁵⁹ Mais do que isso, terá alertado contra o que MC consideraria como malefícios verificáveis em processos revolucionários de rotura política:

“Não me seduzem os seus programas [“das listas ditas democráticas”, segundo expressão da autora], acho-os demasiado otimistas para o que imediatamente se propõe fazer e demasiado negativistas em relação ao que se fez e sou da opinião de V. Ex.^a quando se refere à transmissão de poderes de corrupção.

Mas a circunstância desses mesmos males poderem existir noutros regimes não lhes retira a sua natureza de injustiças graves e contra eles temos que lutar para uma nova e honesta mentalidade.

A leitura da carta de V. Ex.^a deu-me uma certa impressão de pessimismo, mas custame a aceitar que não seja possível criar circunstâncias indispensáveis para que essa renovação se dê.”⁴⁶⁰

Estes documentos aproximam-se fatalmente das considerações de Maquiavel no capítulo IX e XIX de *O Príncipe* e das famosas anotações de Napoleão Bonaparte: “Deve-se notar aqui que o ódio se adquire tanto pelas boas como pelas más ações e [...] se um príncipe quiser manter o poder, muitas vezes é forçado a não ser bom, porque, quando a maioria, seja o povo, os soldados ou os poderosos, aos quais julgas precisar, para te manteres, é corrupta, convém seguir-lhes a inclinação, para satisfazê-lo; então, as boas ações te prejudicarão.”⁴⁶¹

De igual modo, vão no sentido da lacuna apontada por Fernando Catroga, em Novembro de 1974, ao conjunto de medidas propostas por Basílio Teles na obra *O Regime Revolucionário*⁴⁶²: o exclusivo enfâse na “questão política” tenderia a ignorar e, por

grata por todas estas qualidades que lhe reconheço, acredito em si, repito, mas não acredito que neste ambiente e com as mesmas pessoas, consiga modificar esta situação.”

⁴⁵⁹ “Ao escrever-lhe a minha carta não fui influenciada por qualquer propaganda e não simpatizo nem por educação, formação e até temperamento a qualquer movimento socialista de carácter comunista. Posso, nas suas puras ideologias apreciar o que em comum tem com o cristianismo, mas tenho visto e lido (inclusive no livro que fez o favor de me indicar) que na sua realização são desvirtuadas. A minha indignação baseou-se em males verificados por observação própria e na minha opinião não podem ser aceites nem tolerados.” In AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Maria Isabel Emaús Leite: n.º2.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ MAQUIAVEL, *O Príncipe*. Ver pp.74-77 e anotações n.º260 e 261. Citação das pp.139-140.

⁴⁶² TELES, Basílio, *As Ditaduras – O Regime Revolucionário*, com um prefácio de Vital Moreira e um estudo introdutório de Fernando Catroga, Atlântida, Coimbra, 1975, p. XXXVI: “na verdade, tanto as sugestões legislativas de Basílio Teles, como as medidas tomadas pelos governos republicanos – Reforma da Administração, do Ensino, Lei da Separação entre a Igreja e o Estado, etc., – não punham em causa o poder económico das forças sociais que alimentavam os ventos da contra-revolução. Concluindo, podemos dizer que a

consequente, a não incomodar “o poder económico das forças sociais que alimentavam os ventos da contrarrevolução”.

Pouco mais de dois anos depois da tomada de posse, um dos que “acompanha e aprecia” o início da ação marcelista, refere que “os grupos de pressão não se sentem, por ora” e que o “28 de Maio foi uma revolução militar sem tiros porque estes foram dados, mais tarde, no 7 de Fevereiro; e que Setembro de 1968 foi uma revolução política sem tiros mas que não será fácil, mais cedo ou mais tarde, deixar de encontrar, num “7 de Fevereiro” político, os adversários que, no “28 de Maio” político de há dois anos, não chegaram a usar as armas de que podiam dispor.” Concluindo a sua análise com o que segue:

“Mas existe uma profunda ingratidão [dos grupos de pressão]. Na verdade, em meados de 1968, todos nos interrogávamos sobre o futuro, era frequente a teoria catastrófica, falava-se “na conta que tínhamos de pagar” e muitos previam uma sangueira e larga utilização “dos candeeiros do Rossio”. Nada disso aconteceu. Tudo se passou na ordem e “a conta a pagar” foi, somente, alguma quebra de posições monopolistas e uma certa inquietação perante movimentos subversivos, que aliás são de carácter mundial e ultimamente recrudescem por toda a parte.”⁴⁶³

Não se trata de simples referências isoladas. O itinerário denunciatório prossegue um longo caminho. Quase três anos depois da tomada de posse, um marcelista sem poder nem protagonismo, motivo pelo qual não merece menos atenção, afirmava:

“A política e a economia definidos na 2ª República foram um fracasso. Se se mantivesse mais tempo no poder o governo anterior ao de V.ª Ex.ª, o país ficaria (se não estava já) em pior estado do que quando tomou conta dele. Toda a gente via e sentia isso, mas era tabu. O mito estava criado e enraizado. Era notório que o país estava parado. A maior parte dos ministros e altos funcionários da Administração preocupavam-se mais com o desejo de domínio político e com os seus negócios pessoais do que com os do Estado. Era maior a ânsia de riqueza do que a de servir a comunidade.”⁴⁶⁴

A fechar um denso ciclo epistolar, o jornalista e fiel marcelista José Eduardo Tavares Rodrigues, irmão do escritor Urbano Tavares Rodrigues, expressava em 27 de Abril de 1974

concepção Republicana e de Democracia, onde a questão política aparecia como panaceia para todos os males económico-sociais, encerrava em si a sua própria queda.”

Sobre a vida e obra de Basílio Teles, ver: MARTINS, Pedro Miguel, *O Republicanismo Autoritário de Basílio Teles (1856-1923)*, Centenário da República – Caleidoscópio, 2011.

⁴⁶³ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de: nº45.

⁴⁶⁴ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): nº1 (17/02/71).

numa missiva “emocionada”, amargas “lágrimas de revolta”⁴⁶⁵, como que a confirmar o prevaecimento das “dificuldades” por ele prognosticadas em 26 de Setembro de 1968.⁴⁶⁶

Com o aparente espírito de quem já nada teme, não se impôs limites às críticas e às palavras:

“Trouxe-me [José Tengarrinha] palavras de reconhecimento, de compreensão e de reconforto e, sobretudo, de apreço por si – a quem considera uma vítima da “camarilha de Belém” que o Prof. não “sacudiu” a tempo. Foi inteligente como sempre, e humano perante o destroço humano que eu sou neste momento. E sou por que ainda não consigo, não consigo mesmo [sic] reprimir a revolta funda que sinto por o destino lhe ter sido tão adverso! Por que, na realidade, o que mais dói é a “castração” política a que o submeteram e afinal resultou por forma tão dolorosa.

Custa-me tanto admitir com convicção que o Prof., para além das suas faculdades intelectuais e culturais verdadeiramente extraordinárias, queria e, poderia talvez ter conduzido o País por um rumo tão diverso daquele a que chegamos e deu origem ao sucedido! Por isso eu, que não sou capaz de odiar ninguém mas apenas de sentir ímpetos de castigo, não perdoou a todos aqueles – e tantos conheci, até no seu Governo – que criaram e alimentaram a “Corte de Belém”; a essa corrupta extrema-direita, eivada dos vícios de algumas décadas; aos plutocratas, aos leprosos oportunistas, que também já se devoram, agora na ânsia de conquistar as boas graças do Poder – a essa escória com que até por vezes tive de contactar – e o Prof. sabe bem com que repulsa – e foram sementes da destituição de um Governo sob a responsabilidade de um Homem da sua craveira Moral e Intelectual.

Pior, ainda, eles foram sementes de corrupção!”⁴⁶⁷

⁴⁶⁵ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°72 (27/04/74): “Lágrimas de revolta, de frustração – muito menos pelo que sucedeu do que pelas causas que propiciaram as amarguras que o meu querido amigo terá sofrido, agora e no decorrer dos seus anos no “Poder”. Poder fictício, embora, mas não isento de responsabilidades, a par da impotência de agir em conformidade com o que se impunha – segundo vectores que eram muito mais os seus próprios do que aqueles que as circunstâncias explicam tenha anunciado como tal.”

⁴⁶⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°8: “As dificuldades vão ser tantas e tamanhas que a seu lado deverão estar valores reais. Ter amigos a seu lado, ou pessoas que dizem sê-lo, não será mau mas pode ser insuficiente. É certo que os valores efectivos – os técnicos, os homens honestos não abundam. E que o problema das cores políticas se fará sentir. Sobretudo, a questão da impreparação política dos nossos possíveis “leaders”. Seria mentir dizer-lhe que não há receio de que o seu coração tão afectivo e o seu espírito de professor sempre prontos a acolher e apoiar todas as “promessas” possam, até por dificuldades de escolha, ser demasiado sensíveis à Amizade.”

⁴⁶⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°72.

2.1.2. Orientação contra o fenómeno

A recorrência da palavra e, sobretudo, da substância, que ultrapassa os exemplos citados até ao limite do ridículo (elemento por vezes muito presente na realidade e pouco ou nada na historiografia⁴⁶⁸), é de per si muito significativa. Desde logo pela influência que terá tido nalgumas das primeiras decisões no imediato pós-27 de Setembro de 1968, “considerando que a Nação deve assegurar total independência aos homens” que “servem” o Estado. Tal foi o caso do Decreto-Lei nº48605, de 04 de Outubro de 1968, que concedia “o direito, quando exonerados, a receber uma pensão vitalícia àqueles que, durante dez anos seguidos, pelo menos, tenham exercido funções no Governo da nação.”⁴⁶⁹ Obviamente motivado pela exoneração do longevo ditador, seria também um convite tácito à aposentação e conseqüente renovação da gerontófila elite governativa, com sequênciã no Decreto-Lei nº48677, de 12 de Novembro do mesmo ano, que determinava o “acrêscimo de subsídio atualmente abonado aos Deputados e Procuradores”.⁴⁷⁰

No sentido declarado de combater os vícios burocráticos, foi criado no Ministério da Justiça (MdJ), pelo Decreto-Lei nº48735 de 05 de Dezembro de 1968, o “Gabinete de Organização e Métodos”, “em ordem a conseguir-se a desejável eficiência dos serviços”, uma medida considerada de “inegável alcance prático”.⁴⁷¹ No dia 17 de Julho de 1969 saía o Decreto-lei nº49 130, que determinava que as nomeações, colocações e transferências de funcionários com a categoria de diretor-geral ou equivalente fossem levadas a efeito por portaria conjunta do presidente do Conselho e do ministro da respetiva pasta. Ainda em 1969, através do Decreto-Lei nº48871, de 19 de Fevereiro, promulgou-se o regime de contrato de empreitadas de obras públicas, até então ainda regulados “pelas cláusulas e condições gerais

⁴⁶⁸ José Maria de Eça de Queirós, filho do autor de *Os Maias*, tenta persuadir MC a perpetuar a tradição do seu antecessor, no sentido de o Estado adquirir uma boa parte dos exemplares a publicar de uma obra sua. Refere como bastava uma palavra do anterior presidente do conselho aos ministros responsáveis, para que o Estado os adquirisse. Ainda que não fossem os “1875 exemplares prometidos”, pedia “700 ou menos”, mas que não deixasse de adquirir alguns. Numa das raras excepções, MC nem sequer lhe respondeu. AMC, cx.46, Correspondência/Queirós, José Maria de Eça de: nº3 e 4.

⁴⁶⁹ Em Diário do Governo, I Série, 1968, nº235.

⁴⁷⁰ Em Diário do Governo, I Série, 1968, nº266.

⁴⁷¹ Em Diário do Governo, I Série, 1968, nº286: “Na verdade, considera-se preferível que a vida interna dos serviços deixe de se pautar por disposições legais rígidas. As formalidades burocráticas devem ser facilmente modificáveis, a fim de que a máquina administrativa possa acompanhar as exigências de cada momento.” Desde, pelo menos, 1939 que MC mostrava preocupação com a eficácia da Justiça, até porque, evidentemente, era jurista: “o Estado não tem só interesses pecuniários: tem também, e sobretudo, sagrados interesses morais, o primeiro dos quais é, (não nos cansamos de dizê-lo) firmar, realizar, assegurar Justiça.” Em *O Direito*, Ano 71º, 1939, p.75.

aprovadas por Decreto de 9 de Maio de 1906”.⁴⁷² Medida importante para o Ministério das Obras Públicas (MdOP), constituía uma resposta a uma velha crítica de MC e uma tentativa de regularizar um sector, de facto, profundamente disfuncional.⁴⁷³

Em Junho de 1970, quando se detetavam os primeiros sintomas de subida da inflação, MC tomou a seguinte posição no Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos (CMPAE):

“A propósito das providências anti-inflacionárias que é preciso adotar, comunicou que, na sequência do relatório sobre política de terrenos, elaborado por um Grupo de Trabalho do Secretariado Técnico, vai ser promovida a preparação de um projeto de diploma com vista a moderar a subida dos custos da habitação através da reserva de terrenos pelo Estado, o que implica, no entanto, uma análise prévia, com o Ministério das Finanças, dos montantes necessários para a respetiva aquisição e da viabilidade de os mobilizar. Duas zonas prioritárias se impõem sob este aspeto, a de Lisboa e a da península de Setúbal, onde a especulação com os terrenos atingiu o auge.”⁴⁷⁴

Em 14 de Maio de 1969, o governo publicou a Lei nº2142, que modificava o processo geral de expropriações. Um ano depois, a 15 de Abril, foi publicado o Decreto-lei nº166/70, que procedia à reforma do processo de licenciamento municipal de obras particulares, e, a 24 de Novembro do mesmo ano, saiu o Decreto-lei nº576/70, que definia a política dos solos tendente a diminuir o custo dos terrenos para construção. No ano seguinte, a 17 de Dezembro de 1971, era publicado o Decreto-lei nº560/71, que determinava a obrigatoriedade de as câmaras municipais elaborarem planos gerais de urbanização, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes. A 6 de Junho de 1973, pelo Decreto-lei nº289/73, procedeu à revisão do regime que regulava a intervenção das autoridades administrativas nas operações de loteamento, apertando ainda mais o cerco à especulação imobiliária.

Semelhante orientação aproximava-se do projeto de lei para a conceção de um novo plano para a cidade de Roma – *la legge urbanística* – do ministro das Obras Públicas do IV

⁴⁷² Em Diário do Governo, I Série, 1969, nº42: “decidiu o Governo a elaboração de um diploma tratando todos os aspectos do contrato de empreitada de obras públicas”.

⁴⁷³ Ver, entre outros, BARBOSA, Márcio, *Câmara Municipal de Celorico da Beira: infraestruturas e desenvolvimento – 1950-74*, C.M. de Celorico da Beira, 2008.

⁴⁷⁴ PT/TT/PS/AMC/PC-CMPAE: Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos: AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fl.11.

governo Fanfani (1962-63), Fiorentino Sullo (1921-2000), que provocou tamanha oposição ao ponto de colocar em risco o próprio governo.⁴⁷⁵

Assim sendo, pode perguntar-se: qual a verdadeira dimensão desta problemática?⁴⁷⁶ Qual ou quais os fundamentos de tão duros e explícitos comentários? O que representaria para MC e até que ponto foi condicionante? Verificar-se-á a existência dum obscuro historial da tão referida “corrupção”? As questões de modo algum se esgotarão neste e nos próximos capítulos. Bem pelo contrário. Mas mobilizarão desde já um primeiro e profundo exame às cerca de três décadas anteriores a 1968, especialmente às duas passagens de MC pelo governo e, sobretudo, à forma como estas terminaram.⁴⁷⁷

2.2. Eixo de toda a corrupção organizada?

2.2.1. A organização

Uma semana após as eleições presidenciais de 08 de Junho de 1958, MC defrontou-se com uma série de documentos explícitos denunciando um esquema obscuro: “ação política contra o Dr. Marcelo Caetano”.⁴⁷⁸ O autor sugeria que MC já conhecia “evidentemente certas posições e movimentos políticos”, mas que talvez não fizesse ideia da “coordenação” que

⁴⁷⁵ Ver LANZETTA, Nino, *Fiorentino Sullo: una biografia politica*, Elio Sellino Editore, 2010.

⁴⁷⁶ Ver, entre outros, ROSE-ACKERMAN, Susan, *Corrupção e Governo*, Lisboa, Prefácio, 2002; SCOTTOLINE, Lisa, *Corrupção na justiça*, Lisboa, Presença, 2003;

⁴⁷⁷ Não se pode provar a integridade, apenas intuir. Como tal, os aspectos fundamentalmente pessoais ou as condições económico-financeiras em que MC partiu para o exílio e lá viveu até à data da sua morte, em 1980, não são objecto deste trabalho. Pelo óbvio motivo de a sua eventual mobilização não só não contribuir para uma clarificação como poderem constituir um entrave ao imperativo de rigor. Até por se tratar de um contexto muito particular de mudança de regime e de saneamento político, característico de períodos revolucionários/transitórios. Ainda assim, não deixa de fazer sentido registar o comentário espontâneo de Adriano Moreira, dado não ter sido feita qualquer questão nesse sentido: “E ela foi corajosíssima [Ana Maria Caetano, a quem se referia enquanto *imagem* pública do governo marcelista, ao acompanhar regularmente o pai], porque quando MC é preso, ele não deixou fortuna nenhuma aos filhos: a casa onde vivia e outra em Sintra para passar o Verão. Mas dinheiro não tinha, que até lhe levaram e ele recusou. Ele recusou dizendo que não se pode sem autorização do governo! E chega ao hotel, em S. Paulo, sem dinheiro para o pagar. É um antigo aluno que lhe vai pagar o hotel, porque ele tinha prestígio entre os estudantes. E depois vai para o Rio de Janeiro e é acolhido num convento [exactamente um mosteiro], e é aí contratado para professor da Gama Filho. Mas foi um grande negócio para a Gama Filho, porque ele ofereceu-lhe a biblioteca. E depois morreu, passado pouco tempo.” Entrevista a Adriano Moreira: Junho de 2012.

⁴⁷⁸ AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssonneau, Henrique (director do Instituto dos Combustíveis): nº2 – anexos 1 a 17.

existiria. Na qual, afirma ainda o autor, “não há sombra de fantasia”. O alegado esquema giraria em torno da SACOR⁴⁷⁹, que continuaria “a ser o eixo de toda a corrupção organizada”.

Associava factualmente a remodelação governamental de 1958 a acontecimentos passados por altura da de 1947, quando MC abandonou também a pasta das colónias. O grupo alargado seria constituído por “todas as pessoas dos petróleos – organizações bancárias – causa monárquica”⁴⁸⁰. A última seria encabeçada por “Supico Pinto”, as penúltimas lideradas por “Ricardo Espírito Santo”⁴⁸¹ e os primeiros (sobretudo a SACOR) centrados na figura do “Dr. Costa Leite”⁴⁸² (Lumbralles). O autor chegou ao detalhe de referir o local preferencialmente escolhido para as alegadas “conspirações”, em “almoços, jantares, reuniões” – o “Turf Club”, em Lisboa.⁴⁸³

Na cúpula do esquema encontrar-se-ia, para além do óbvio Santos Costa (“afirmam que sendo Santos Costa ouvido antes de todos pelo novo Presidente da República conseguirá afastar Dr. Marcelo Caetano do novo governo”), uma tentativa (que considera então “parcialmente destroçada”) de entendimento deste com o “Dr. Teotónio Pereira (futuro presidente do Conselho)”⁴⁸⁴ e o seu “lugar-tenente” e candidato a “próximo ministro da Presidência (recomposição de Agosto)” – “Supico Pinto”.⁴⁸⁵ Nem sequer uma única referência, mais ou menos direta, ao presidente do Conselho, que surge colocado não só fora do esquema como possivelmente fora do poder.

Parecerá evidente a semelhança com o relato político da crise ministerial e presidencial (e do extenso rol de intrigas) de 1957-58 legado pelo próprio MC⁴⁸⁶, que a seguir se aprofundará. Mas, na realidade, a origem estará nos meses que antecederam a remodelação de Fevereiro de 1947, com epicentro num despacho de Supico Pinto (ministro da economia

⁴⁷⁹ SACOR: Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleos de Portugal.

⁴⁸⁰ Que “falam e atuam como se tivessem a certeza da saída do Dr. M. C. Como está aborrecido por Dr. Salazar não fazer há muito o que lhe aconselha, esperam que acabará por sair empurrado por Santos Costa.” Em AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssonneau, Henrique: nº2 – anexo 1.

⁴⁸¹ “O que se tem feito e tentado fazer contra mim não lhe digo também, mas basta talvez resumi-lo nesta frase [sic] do falecido Dr. Ricardo Espírito Santo: “Não há-de ir para parte nenhuma e ainda há-de pedir esmola”. O detentor deste facho pretende ser agora o Dr. Supico Pinto.” Idem, nº2.

⁴⁸² “Estão dentro da Sacor a Vacuum e a C.F.P. [Companhia Francesa de Petróleos]. O Dr. Costa Leite promete interessar na Sacor as outras companhias de petróleos. Sain, embora retido em casa, continua a comandar tudo. O administrador pelo Estado, Eng.º Duarte Amaral, vai constantemente a casa dele receber ordens. Sain era ainda há poucos meses visita noturna de Ulisses Cortez.” Ibidem.

⁴⁸³ Entre os já mencionados, chama a “atenção” para “Augusto Correia de Barros (Intelligent Services)”. Ibidem.

⁴⁸⁴ “Quando em Março passado o Dr. Teotónio pereira esteve bastante tempo em Lisboa escrevi-lhe uma carta que ele recebeu com certeza; eu procurava novamente o contacto recusado noutra tempo. Não acusou sequer a recepção da carta. Soube que ele dissera nessa altura, aqui em Lisboa, que discordava com tudo o que se estava a passar em política.” Ibidem.

⁴⁸⁵ Ibidem.

⁴⁸⁶ CAETANO, Marcelo, *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa, reimpressão da 4ª edição, 2006. Ver particularmente pp.713-758.

entre 06/09/44 e 04/02/47, exatamente o mesmo período em que MC esteve na pasta das colónias), datado de 27/01/47 (a uma semana de deixar o cargo), “mandando fazer um pagamento á SACOR” que o então presidente do Instituto Português de Combustíveis, precisamente Henrique Peyssoneau, se terá negado a cumprir:

“Em 1946 (28 de Dezembro) – entrado no Comissariado do Governo em 13/01/47 – apresentou a SACOR um requerimento dirigido ao Sr. ministro da Economia, reclamando 3.477.999\$50 a que dizia ter direito e propunha ela própria a forma e o fundo por que devia ser paga aquela importância. [...] A informação citada com o despacho de 27 de Janeiro de 1947 foi remetida pelo correio para a Secretaria do Instituto Português de Combustíveis, chegando ali quando o ministro já tinha sido demitido. Este despacho não foi cumprido e o ministro que se seguiu na pasta da Economia [Daniel Barbosa], informado da ilegalidade que se cometeria se o fosse, mas atendendo á impossibilidade de o não executar sem prévio recurso á sua anulação pelo Supremo Tribunal Administrativo, optou por aconselhar um pedido de esclarecimento quanto às possibilidades de execução [...]. Então despachou sobre o pedido de esclarecimentos: “Aguarde-se o ajustamento de novos preços para liquidar o assunto”.”⁴⁸⁷

Isso de facto aconteceu. A anteceder os ajustamentos, foi publicado o Decreto-lei nº36501, de 9 de Setembro de 1947, que previa o seguinte: “§1º: O Ministro da Economia poderá ordenar por despacho que quaisquer outros fundos ou saldos existentes nos organismos dependentes do seu Ministério passem a fazer parte de um dos fundos agora criados. §2º: Ao fundo de fomento industrial serão destinados inicialmente 150.000.000\$00, ficando o saldo a constituir o fundo de abastecimento, sendo receita deste último todas as entradas dos fundos agora incorporados.”⁴⁸⁸ Complementado pelo despacho regulamentar do ministro da Economia de 19 do mesmo mês.⁴⁸⁹ Em 21 de Novembro de 1947 saiu o despacho ministerial (da Economia) a fixar o primeiro acerto de preço do “quilograma de fuel-oil” para 0\$80 escudos.

⁴⁸⁷ Em AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssoneau, Henrique: nº2 – anexo 3.

⁴⁸⁸ Diário do Governo, I Série, nº209, de 09 de Setembro de 1947.

⁴⁸⁹ Idem, nº218, de 19 de Setembro de 1947.

2.2.2. O eixo

Henrique Peyssoneau foi o principal técnico responsável por trazer “de Paris a opção para a construção da refinaria”, tendo a sociedade SACOR nascido em 30 de Julho de 1938, com capital detido pelo Estado, pela família Espírito Santo e o empresário romeno Martin Sain.⁴⁹⁰ O cerne da questão residiria no facto de tanto a lei nº1947 (“lei do petróleo”), de 12 de Fevereiro de 1937, como a lei do condicionamento industrial – lei nº1956, de 17 de Maio do mesmo ano, não contemplarem um dispositivo eficaz de fiscalização de preços.⁴⁹¹ Logo em 1942 MC manifestara a sua aversão pela forma como se processara o desenvolvimento do sector e da própria SACOR.⁴⁹²

Assim que entrou para o MdC, MC tomou contacto com o enorme interesse da Austrália em Timor. Desde o final da Grande Guerra que se começaram a elaborar estudos de exploração de petróleo na ilha de Timor.⁴⁹³ Mas o que mais o marcaria, pela negativa, foi o contacto com os “homens” do petróleo durante a longa viagem a África, no segundo semestre de 1945. Durante a estada em Moçambique, escreveu o seguinte no seu caderno pessoal:

“Recebi ainda os homens da Manica Trust, isto é, o H. A. Rodrigues com outro comparsa e o célebre judeu sul-africano Kapnec. Em Johannesburg eu pedira informações sobre ele ao ministro das Minas que discretamente me disse não as poder dar boas. E, de facto, a impressão pessoalmente colhida não podia ser pior. Fez-me grande discurso sobre os seus serviços a Portugal, justificou-se da má fama criada após a especulação da Inhaminga

⁴⁹⁰ “Quando o fizeram português ele disse: agora que sou português já posso entrar na política. Entrou e com que penetração!” Em AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssonneau, Henrique: nº2. Sobre o mesmo M. Sain, consultar PT/TT/AOS/D-C/11/1/16, fls.764-775, referente a queixa contra a retenção de ações da SACOR por M. Sain.

⁴⁹¹ “Em Maio de 1939, no I Relatório do Comissário, pode ler-se: “A não publicação deste decreto (fiscalização de preços) – conduz a um enfraquecimento tal, que equivale, segundo nossa opinião, á inutilização completa da política económica iniciada pelo Governo em matéria de petróleos [sic], porque daqui em diante [sic] nas questões dos mercados coloniais, nas de compra de bruto e outras, os “trusts” sabem já bem como hão-de inutilizar a ação do Governo e bloquearão a Refinaria com acordos secretos que farão facilmente com o Sr. Sain.” Em AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssonneau, Henrique: nº2 – anexo 11.

⁴⁹² ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, p.103: “A experiência da SACOR parece que devia ter sido demonstrativa dos inconvenientes de entregar coisas sérias a portugueses incompetentes e a estrangeiros aventureiros.” De 21 de Março de 1942.

⁴⁹³ PT/TT/PS/AMC/MC-TIM/01: Relatórios e Estudos; AMC, cx.9, Timor, Relatórios e Estudos:

Nº1 (10/01/21): “Petróleo – o início da companhia australiana de exploração de petróleo na ilha de Timor”; 38pgs

Nº2 (10/01/21): “Petroleum – oil - The history of Oil Exploration in the ISLAND of TIMOR prepared from the records of various Companies in New South Wales (Australia): Together with several Experts’ Reports made in connection therewith. Published by Timor Oil Limited, 6 Wynnyard Street, Sydney, N.S.W.; 30th June, 1932”

Nº3 (01/39): “Trecho do relatório da inspeção realizada em Timor em Janeiro de 1939, pelo inspetor superior de administração colonial, José Bossa.”

(fantasmagoria mineira que criou e a cuja sombra lucrou largos proventos em negócios da bolsa sem qualquer fundamento e com prejuízos consideráveis para o público), fez-me discursos sobre petróleo e sua exploração – tudo isto para me pedir que o deixasse pesquisar em toda a colónia (praticamente) e não apenas na área concedida. Respondi negativamente, o que confirmei no dia seguinte ao Rodrigues através do (?) Cunha. O Chapman disse-me também o pior possível deste Kapnec. E mais tarde o antigo administrador do Chimoio, capitão Serpa Rosa, contou-me coisas edificantes acerca do Henrique A. Rodrigues, que em grande parte deve à usura nos empréstimos aos agricultores de Chimoio a sua grande fortuna atual.”⁴⁹⁴

No muito complexo contexto da acelerada dinâmica ascensional dos EUA e reorganização geopolítica no imediato pós-guerra, a disputa internacional pelo controlo e exploração dos recursos petrolíferos desencadeou algumas tentativas de resposta ao oligopólio das famosas “sete irmãs”.⁴⁹⁵ A mais notável partiu precisamente do autor da expressão, Enrico Mattei (1906-1962)⁴⁹⁶, ao transformar a fascista AGIP (Azienda Generale Italiana Petroli) na poderosa ENI (Ente Nazionale Idrocarburi). Ao intrometer-se entre as dominantes “irmãs” e os principais países produtores de petróleo do médio oriente e norte de África, para além dos acordos comerciais com a Rússia, Mattei conseguiu desequilibrar a repartição dos lucros a favor dos produtores. No entanto, a sua ação foi curtíssima, já que Mattei viria a morrer prematura e misteriosamente num acidente aéreo. Paradoxalmente ou não, a sua obra acabaria por contribuir para a criação, em 1960, do mais poderoso, senão mesmo único, “cartel” legal do mundo – a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).⁴⁹⁷

Em 1958, H. Peyssoneau terá oferecido a Américo Thomaz dois dos últimos livros lançados pelo ensaísta Pierre Fontaine (1903-1969).⁴⁹⁸ Não se sabe o impacto que as obras deste autor terão tido em Portugal e no *recém-eleito* presidente da República. Mas sabe-se que

⁴⁹⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fls.34-35 (06/45 – 11/45).

⁴⁹⁵ Atualmente concentradas, por fusão, em quatro grandes companhias: ExxonMobil, Chevron, Shell e BP.

⁴⁹⁶ Antigo chefe dos *partigiani* católicos e destacado membro da Democracia Cristã (DC) italiana. Ver, entre outros, PERRONE, Nico, *Obiettivo Mattei: petrolio, Stati Uniti e politica dell'ENI*, Roma, Gamberetti, 1995; *Enrico Mattei*, Bolonha, Il Mulino, 2001; *Perché uccisero Enrico Mattei*, Roma, l'Unità Libri, 2006. Já em 1950, a morte do famoso geólogo Conrad Killian (1898-1950), que inspiraria a descoberta das jazidas de petróleo no Sahara, exploradas a partir de 1954, ficaria envolta em mistério. FONTAINE, Pierre, *La mort étrange de Conrad Killian, inventeur du pétrole saharien*, Les Sept Couleurs, Paris, 1959. Ver também o filme *Il caso Mattei*, realizado pelo neorrealista Francesco Rossi e premiado no Festival de Veneza de 1972.

⁴⁹⁷ Constituído na atualidade: Angola, Argélia, Líbia, Nigéria, Venezuela, Equador, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irão, Iraque, Kuwait, Qatar.

⁴⁹⁸ FONTAINE, Pierre, *La nouvelle course au pétrole*, Les Sept Couleurs, Paris, 1957; *La guerre froide du pétrole*, éditions Je Sers, Paris, 1956. “Ofereci pessoalmente ao Almirante Tomaz, aqui há poucas semanas, o livro intitulado: “La nouvelle course au petrole” [op. cit.] onde as questões portuguesas de petróleos de Angola e Transportes vêm exactas. [...] Este autor diz que “racionar petróleos é prever quasi toda a política internacional”, e é de acrescentar: e as nacionais.” Em AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssoneau, Henrique: nº2.

foi tido em grande conta pela então jovem empresa brasileira Petrobras (instituída pela Lei nº2004, de 3 de Outubro de 1953). Aquando da inauguração da refinaria Duque de Caxias, a última grande obra do mandato de Juscelino Kubitschek⁴⁹⁹, o editorial da revista oficial da Petrobras afirmava perentoriamente o seguinte: “Petróleo é soberania e soberania não se aliena. Eis um enunciado simplista, sem dúvida, mas de tal transcendência que seus ensinamentos precisam – como adverte Pierre Fontaine – ser mantidos na primeira linha das preocupações permanentes da opinião pública. [...] Com efeito, no jogo da convivência internacional, tem ele, o petróleo, imperativos e razões que sobrepõem [sic] a vontade pura e simples dos homens e dos governos.”⁵⁰⁰

O que existiria, afinal, em comum entre todos os nomes revelados no documento?

Pedro Teotónio Pereira (18/01/36 – 13/12/37) e João Pinto da Costa Leite (Lumbrales – 13/12/37 – 28/08/40) sucederam-se no Ministério do Comércio e Indústria (como, aliás, já tinha acontecido no subsecretariado das Corporações e Previdência Social entre 11/04/33 e 18/01/36) no período em que são publicadas as Leis nº1947 e nº1956, Decreto-lei nº28473 (16 de Fevereiro de 1938), bem como o alvará nº1 de 25 de Abril de 1938, assinado somente por Costa Leite, a conceder “licença á Redeventza [de M. Sain], sociedade anónima para a exploração e comércio dos produtos do subsolo”.⁵⁰¹

Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto, depois de quatro anos (28/08/40 – 06/09/44) no subsecretariado das Finanças, assume o Ministério da Economia (MdE) em simultâneo com MC, segundo vimos. Após o malfadado despacho de 27/01/47 e durante os subsequentes “acertos”, José Augusto Correia de Barros, o homem associado aos “intelligent services”, ocupou o subsecretariado do Comércio e Indústria (04/02/47 – 16/10/48). Na segunda metade da década seguinte, quando MC foi ministro da Presidência (07/07/55 – 14/08/58), Ulisses Cruz de Aguiar Cortez era ministro da Economia (02/08/50 – 14/08/58) e António Sobral Mendes de Magalhães Ramalho subsecretário de Estado do Comércio e Indústria (05/02/52 – 14/08/58), e segundo o documento, responsável por mandar “queimar o arquivo onde está o

⁴⁹⁹ Mandato: 1956-1961; vida: 1902-1976. Kubitschek manteve uma relação bastante cordial com MC, mesmo após o 25 de Abril. Ver AMC, cx.30, Correspondência/Kubitschek, Juscelino, nº1 – 7. No documento nº1 (09/64): “muito sentimos que o caro amigo e sua Senhora não tivessem podido assistir às cerimónias do casamento de nossa filha”.

⁵⁰⁰ Continua: “Nesse tabuleiro de interesses implacáveis, é sempre ele, o petróleo, quem dá a última palavra. “Pode-se mesmo assegurar – é ainda Pierre Fontaine quem nos alerta – sem temor a equivocar-se, que todos os graves acontecimentos das últimas décadas e o pesadelo que todos sentimos pairar sobre o mundo, têm sua explicação cabal nas batalhas – secretas ou escancaradas – pela posse das reservas petrolíferas esparsas pelo globo terrestre. Ai do país, nessa luta á morte, que viver infinitamente sujeito ao exterior no suprimento dessa fonte vital de energia: será inapelavelmente subserviente a seu provedor.” E não se diga, como pretendem alguns, que o reinado dessa maravilha energética esteja por expirar-se, para ceder o trono á majestade do átomo.” Em *Petrobrás: inaugura-se a refinaria Duque de Caxias*, Fevereiro de 1961, p.3.

⁵⁰¹ Diário do Governo, II Série, de 25 de Abril de 1938.

original do despacho e o respetivo processo.”⁵⁰² Santos Costa fora sucessivamente subsecretário de estado da Guerra (13/05/36 – 06/09/44), ministro da mesma pasta (06/09/44 – 02/08/50) e ministro da Defesa Nacional (02/08/50 – 14/08/58).

A grande questão consistirá, naturalmente, em saber qual a importância que MC terá atribuído a tais informações? A resposta passará pela evolução do contacto entre MC e os diversos intervenientes.

Há muito que a “causa monárquica” não era perfilhada por MC. Documentam-se tentativas muito esporádicas e aparentemente infrutíferas, durante as décadas de 1940 e 1950, por parte de alguns monárquicos em manter contacto com ele.⁵⁰³ Se o famoso “discurso de Coimbra”, de Novembro de 1951⁵⁰⁴, uma frontalidade dificilmente perdoável para os hábitos equivoquistas, permitiu expor o caricato desses mesmos hábitos por alguns (já pouco convictos) monárquicos⁵⁰⁵, terá levado ao afastamento praticamente total entre MC e a designada “causa”. Entre 1959 e 1968 não surge documentado qualquer contacto. O que é expressivo.

Quanto a Supico Pinto, não só não eram próximos⁵⁰⁶ como este terá sido um dos que tentaram impedir, ainda que não frontalmente, a nomeação de MC para a PCM.⁵⁰⁷ Segundo

⁵⁰² AMC, cx. 43, Correspondência/ Peyssonneau, Henrique: nº2 – anexo 1. “Fui directamente ter com o Eng.º Magalhães Ramalho a quem disse que eu não considerava o meu processo sobre petróleos fechado. – É preciso esperar, me disse ele. Continuei dizendo que tenho em meu poder cópias e fotocópias dos documentos mais importantes [...]. Meteu os pés por as mãos denunciando-se completamente. Só não me repetiu o estribilho já conhecido que ele repete aos colegas do Ministério da economia: vocês não compreendem as necessidades da política.”

⁵⁰³ AMC, cx.24, Correspondência/Coutinho, João de Azevedo: nº1- 2. Mesmo após 1951, procura-se o apoio de MC. Em Dezembro de 1957, a Causa Monárquica Constitucional-Legitimista pede a intervenção de MC para que a filha de D. Carlos, a Princesa D. Maria Pia de Saxe-Coburgo Bragança, que pretendia viver em Portugal, obtenha autorização. AMC, cx.22, Correspondência/Causa Monárquica Constitucional-Legitimista: nº1.

⁵⁰⁴ CAETANO, Marcello, *Páginas Inoportunas*, Lisboa, Bertrand, 1959, pp.167-184. Discurso pronunciado na sessão plenária de abertura dos trabalhos do III Congresso da União Nacional, em Coimbra, no dia 23 de Novembro de 1951, onde declarou abertamente que quer a “questão de regime”, quer a sucessão do presidente do conselho não eram um “problema”.

⁵⁰⁵ AMC, cx.20, Correspondência/Carvalho, Artur de Moraes: nº5 – 6 (02/12/51 – 06/12/51); membro da Câmara dos Deputados (da Iª República), Bastonário Ordem dos Advogados e monárquico. AMC, cx.24, Correspondência/Cruz, Guilherme Braga da: nº11 (04/12/53): “o meu modo de pensar, como monárquico, está hoje muito longe das fórmulas integralistas que aprendi há vinte anos.”

⁵⁰⁶ A correspondência entre ambos é curta, impessoal e meramente institucional, só se verificando enquanto MC estava no governo. AMC, cx.45, Correspondência/Pinto, Luís Supico: nº1 – 3 (09/04/57 – 23/07/58) e nº4 – 9 (27/09/68 – 08/03/73). Pouco tempo antes de MC deixar o Ministério da Presidência, Supico Pinto foi nomeado presidente da Câmara Corporativa.

⁵⁰⁷ “Voltaram em seguida a usar da palavra, para esclarecerem e completarem os seus pontos de vista, o Dr. Albino dos Reis, o Dr. Supico Pinto (que se declarou partidário da nomeação interina, mas devendo esta recair sobre a pessoa que haja de ser o presidente efectivo) e o Doutor Lumbrales. O Doutor Marcello Caetano explicou, por sua vez, que a tese de a nomeação interina só poder recair sobre um membro do gabinete se filia numa disposição da Lei Orgânica da Nação em tempo de Guerra (Lei nº2084, de 16.VIII.56), que considera aplicável por analogia à presente situação.” Acta da reunião do Conselho de Estado de 17 de Setembro de 1968. Em NOGUEIRA, Franco, *Salazar Vol. VI – o último combate (1964-1970)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1985, pp.408-412.

surge documentado, chegou a ter uma equipa, liderada por Afonso Queiró em Coimbra, para o promover na sucessão: o prof. Eduardo Correia “acusa-o [a Afonso Queiró] mesmo de haver promovido em Coimbra, em Setembro passado [1968], uma campanha a favor do dr. Supico Pinto, dizendo bastante mal de si.”⁵⁰⁸

Quanto às “pessoas dos petróleos” não se documenta, de facto, qualquer ligação de MC. Apenas o contacto institucional, quando este exercia cargos de governo. O mesmo em relação à banca e, particularmente, a Ricardo Espírito Santo. De quem não só não era amigo (ao contrário do longevo presidente do Conselho), não surgindo documentada qualquer familiaridade, como terá sempre acompanhado com preocupação e aparente desconfiança os seus negócios com a imprensa.⁵⁰⁹ Sem se esquecer o facto de ser um dos principais representantes em Portugal da chamada “burguesia”, cujo comportamento MC tanto criticava.⁵¹⁰

Quanto a Costa Leite (Lumbrales), verificar-se-ia um longo hiato entre 1955, quando MC o substituí no Ministério da Presidência (MdP), e 1969, quando se verificou uma comunicação bastante formal e institucional até 1974⁵¹¹, uma vez que MC o nomeou administrador por parte do Estado na SACOR.⁵¹² Já Teotónio Pereira nunca terá deixado de ser o “amigo”, que naqueles anos teria sobretudo fechado olhos e ouvidos às intrigas e manobras domésticas. O que não terá evitado um certo agastamento: “Faz-me pena vê-lo tão mal disposto.”⁵¹³

A curtíssima correspondência entre MC e o eng.º Duarte Amaral (posterior a 1969)⁵¹⁴, que também foi nomeado por MC administrador por parte do Estado na SACOR⁵¹⁵, mostra a

⁵⁰⁸ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº11 – anexo 3 (10/05/69).

⁵⁰⁹ AMC, cx.56, Correspondência/Tinoco, António: nº2 – 4 (Janeiro de 1945). Director do Jornal “Diário Popular” a informar MC sobre as manobras do então accionista Ricardo Espírito Santo. Ainda sobre as lutas pelo controlo do “Diário Popular”: “venho desta forma avisar-te de que o assalto está preparado pelo grupo contrário.” Em AMC, cx.47, Correspondência/Rebello, Artur da Silva: nº1 (05/12/46). ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, p.145.

A preocupação ficaria expressa no seu *Manual*: “na verdade, sustentar um jornal, sobretudo um jornal diário, é extremamente caro. Daí que a maior parte dos jornais estejam nas mãos de grupos políticos ou económicos, quando não de governos, cujos pontos de vista defendem e pretendem fazer prevalecer.” Em CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição, 1967, p.351.

⁵¹⁰ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, p.146.

⁵¹¹ AMC, cx.33, Correspondência/Leite, João Pinto da Costa: nº1 – 19. ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, pp.364-366.

⁵¹² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, acta nº7 (28/04/70), fl.10.

⁵¹³ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio: nº100 (10/12/58).

⁵¹⁴ AMC, cx.14, Correspondência/Amaral, Duarte Pinto de Carvalho Freitas do: nº1 – 6 (05/12/69 – 11/05/71). Três desses documentos publicados em ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, pp.230-233.

⁵¹⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, acta nº7 (28/04/70), fl.10.

enorme distância entre ambos, evidente na expressividade de MC: “quanto me chocou”; “a falta de atenção para comigo”; “me doeu”; “feriu-me muito mais”. De José Augusto Correia de Barros verificar-se-ia um breve contacto, documentado em 1959, mas ao que parece sem resposta por parte de MC. António Sobral M. Magalhães Ramalho, o homem do “arquivo”, sofreria em 1969 um “choque psicológico brutal” ao ser demitido por MC do Instituto Nacional de Investigação do Ultramar (INII).⁵¹⁶ Em Novembro desse ano, o próprio Instituto entraria em processo de profunda remodelação, concluída no ano seguinte. O Decreto nº49 407, de dia 24 desse mês, determinava que as funções do diretor do INII fossem desempenhadas, interinamente e sem direito a qualquer remuneração suplementar, pelo diretor-geral dos serviços industriais.

Quanto ao sector petrolífero propriamente dito, foi um dos alvos da profunda e silenciosa reorganização administrativa que MC promoveu no primeiro ano de mandato. Todos (ou quase todos) os contractos petrolíferos assinados ou a renovar foram revistos. Em 27 de Dezembro de 1968, o Decreto-lei nº48 803 autorizava o ministro do Ultramar a celebrar contrato com a Cabinda Gulf Oil Company, introduzindo assinaláveis alterações em certas disposições do contrato de concessão assinado em 19 de Dezembro de 1966.⁵¹⁷ O contrato assinado em 23 de Janeiro de 1969 (Decreto nº48 846) entre a Angol – Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos, SARL – e a Texaco Inc. – Texaco Petróleos de Angola, SARL, para pesquisa e exploração de petróleo, também refletiu essas alterações. Ainda mais clarificadora foi a autorização para celebração do contrato com as empresas Aquitaine Moçambique – Companhia de Petróleos SARL, Anmercosa – Companhia de Petróleos de Moçambique SARL, e Gelsenkirchener Bergwerks Aktien-Gesellschaft, pelo Decreto nº 48 979 de 23 de Abril de 1969, que introduziu alterações em certas disposições do contrato de concessão e seu aditamento, respetivamente de 7 de Dezembro de 1967 e 8 de maio de 1968:

“Considerando haver vantagem para a província de Moçambique no estudo das potencialidades petrolíferas da nova área solicitada, aproveitou-se a ocasião para, de acordo com as concessionárias, promover o aumento do quantitativo dos investimentos mínimos obrigatórios na concessão e da contribuição anual para o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino. Ao mesmo tempo, reforçaram-se as possibilidades da participação do Estado nos resultados dos trabalhos das concessionárias pela previsão da participação de uma sociedade nacional de que a maioria do capital social pertença ao Estado ou a empresa ou a organismo

⁵¹⁶ AMC, cx.47, Correspondência/Ramalho, António Sobral Mendes de Magalhães: nº5 (18/08/69).

⁵¹⁷ *Diário do Governo*, I Série, 1968, pp.1929-1935.

público do Estado, nas operações de exploração e, eventualmente, de prospeção, pesquisa e desenvolvimento.”⁵¹⁸

A 17 de Julho do mesmo ano foi publicada no Diário de Governo uma Declaração segundo a qual o Conselho de Ministros (CM), no uso da competência atribuída pelo 2º do artigo 21º do Decreto-lei nº46 312, determinava a aplicação do disposto no corpo do mesmo artigo à atividade de refinação de petróleos, reconhecendo-a como de interesse fundamental para a economia da Nação. No CMPAE de 28 de Abril de 1970 desferiu-se nova machadada nos interesses petrolíferos, em nome do desenvolvimento económico:

“O Ministro das Finanças e da Economia comunicou ao Conselho estarem prontas para entrar em vigor no dia 1 de Maio as decisões sobre redução dos preços do gasóleo e do fuelóleo, precedendo, por serem urgentes, a revisão geral da política dos combustíveis em estudo no Ministério da Economia, pela Secretaria de Estado da Indústria. Sublinha que estas decisões se inserem num dos objetivos da Lei de Meios para o ano em curso, o de proporcionar às indústrias de base e fornecedores de outras indústrias condições para oferecerem os seus produtos a preços internacionalmente concorrenciais. [...] Recorda que as decisões propostas têm repercussão nas receitas do Fundo de Abastecimento, que faz incidir diferenciais sobre os preços dos combustíveis [...]”

Rogério Martins, secretário de Estado da Indústria, previu por sua vez que as quebras de receitas se estimavam “em 53 700 contos para o ano corrente, 110 000 para 1971 e 127 000 para 1972”, embora fosse “de esperar, porém, que o acréscimo de receitas proveniente dos aumentos de consumo dos outros combustíveis líquidos e gasosos “cobrisse “aquelas quebras”. Sugeriu ainda que deveria “diligenciar-se no sentido de obter efetivas baixas de preços nas indústrias que consomem fuelóleo, às quais, globalmente, os novos preços trarão uma economia anual da ordem dos 200 000 contos”. MC “considerou, concluindo, que as reduções de preços que vão entrar em vigor constituem passo importante nos sentidos de, por um lado, estimular as atividades industriais criando-lhes condições de competitividade, e, por outro, de contribuir para a contenção do custo de vida; manifestou a esperança de que a economia tire todo o partido possível das decisões tomadas.”⁵¹⁹

⁵¹⁸ *Diário do Governo*, I Série, 1969, nº96, p.431.

⁵¹⁹ PT/TT/PS/AMC/PC-CMPAE: Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos: AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº7 (28/04/70), fls.5-7.

Todas estas alterações legislativas constituíam uma importante condicionante para a *liquidez* do ouro negro, que afetava interesses europeus e, sobretudo, norte-americanos.⁵²⁰ No contexto nacional, o fim do protecionismo monopolista colocou o sector em estado de pânico logo no início de 1970: “estão anunciadas medidas que conduzem à destruição daquela indústria.”⁵²¹ Castro Caldas, em sintonia, falava mesmo em “campanha nacional” do Ministério do Ultramar (MdU) e das companhias internacionais de petróleo, “defendidas em Portugal pelo Dr. Galvão Teles”, contra a SONAREP.⁵²² A promiscuidade cedeu então lugar à desconfiança.⁵²³ As sondagens junto de MC, mais ou menos subtis, exemplificam-no: “Acrescento, para si, que no meu entender verificou-se no começo deste ano o princípio do fim da era do petróleo como fonte principal de energia. [...] Mas, eu posso estar enganado e não se tornar precisa revisão profunda das fontes de energia nacionais. Ou, provavelmente, já estarão em curso nos competentes serviços do Estado.”⁵²⁴

Desde Maio de 1970 que essa preocupação ocupou o CMPAE. Rogério Martins apresentava as seguintes hipóteses: “Para obviar a este agravamento a prazo da dependência energética da Metrópole oferecem-se duas vias: o aproveitamento dos recursos de urânio e a prospeção de petróleo no continente e sua plataforma.”⁵²⁵ Ambas significavam libertar a economia “metropolitana” da dependência económico-energética petrolífera e africana.⁵²⁶ De igual modo, pretendia-se “ligar uma voz portuguesa aos quadros internacionais do petróleo”⁵²⁷, numa altura em que a exploração de petróleo bruto explodia em Angola: entre 1968 e 1970, a quantidade produzida multiplicou-se sete vezes, enquanto o seu valor se

⁵²⁰ ANTUNES, José Freire, *Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992., pp.212-216 (*Petróleo e Política: Gulf Oil em Angola*) e pp.299-303 (*Crise energética*).

⁵²¹ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, p.312 (carta de M. Bullosa datada de 04/03/70).

⁵²² AMC, cx.19, Correspondência/Caldas, Francisco de Castro (subsecretário do Comércio e Indústria; administrador empresarial no sector petrolífero): nº2 (30/03/70).

⁵²³ A distribuição de lugares nas empresas em que o Estado tinha participações também diminuiu muito. O coronel Vicente Henrique Varela Soares era uma das “vítimas”. Depois de 45 anos de serviço militar e no Ministério da Defesa, o anterior Presidente do Conselho concedera-lhe como recompensa um lugar no Conselho Fiscal da Petrangol. Como este findou, o Ministério do Ultramar dissera-lhe em 1972 que se encontraria novo lugar para ele. Mas entretanto não obtivera qualquer resposta. Em Julho de 1973 manifestava o seu incondicional apoio a MC e ao Governo, esperando uma resolução. Para tal sugeriu um lugar vago como delegado do governo na Cabinda Gulf. AMC, cx.55, Correspondência/Soares, Vicente Henrique Varela (coronel): nº1 (20/07/73).

No mesmo sentido, Lopo de Carvalho Cancela de Abreu sugeria insistentemente, em 1970, um lugar na Sacor ou na Sorefame. AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº14 (16/03/70), nº15 (05/06/70).

⁵²⁴ Idem, p.314 (carta de M. Bullosa datada de 18/11/73).

⁵²⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, acta nº8 (12/05/70), fl.9.

⁵²⁶ No final de 1972, as instalações do Instituto da Investigação Electrodinâmica e da Estrutura Molecular e Atómica – IIEEMA estavam praticamente prontas. AMC, cx.26, Correspondência/Faro, Manuel Abreu (subsecretário de Estado da Administração Escolar): nº2 (26/06/72), nº3 (28/07/72), nº4 (03/08/72).

⁵²⁷ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº52 (04/08/71).

multiplicou apenas cinco vezes.⁵²⁸ A partir de 1973, com a crise petrolífera, os termos inverter-se-iam.

2.3. *Corrupção do Poder Político pelo Poder Económico*

2.3.1. *Grupos de pressão*

Na última reedição (cada qual acompanhada de revisão) do *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* anterior à nomeação para a PCM, publicada em 1967, MC definia da seguinte forma os chamados “grupos de pressão”: “Os grupos de pressão apresentam-se como representativos de sectores da opinião pública, que pretendem por vezes mobilizar em seu apoio mediante intensa propaganda. Mais perigosos, aliás, são os grupos de interesses que manobram discretamente, de maneira a obter sem alarde a realização dos seus objetivos, utilizando as técnicas modernas das «relações públicas» a par de outras já clássicas de sedução. No próprio interior do Estado podem formar-se grupos de pressão (certas classes de funcionalismo, as forças armadas...). Outras vezes o grupo de pressão traduz interesses regionais, a autonomia linguística, a defesa de uma cultura...”⁵²⁹

Como tentar contrariar a formação de tais “grupos de pressão”? A resposta surge no seguimento: “os «conselhos económicos e sociais» e as «câmaras corporativas» que em tantos Estados foram estabelecidas, bem como a representação nos órgãos consultivos de Administração Pública, procuram trazer para a luz do dia e o plano legal as actividades dos interesses na esfera política e administrativa, de modo a evitar que adoptem o caminho do «grupo de pressão». Mas este constitui um fenómeno da sociedade contemporânea, que dificilmente se pode evitar.” É isto que explica que, após sair do governo em 1958, Supico Pinto fosse para a Presidência da CC e por lá ficasse durante o marcelismo, tal como António Sobral M. Magalhães Ramalho, que depois da demissão do INII seria admitido no Conselho Superior de Economia. O mesmo em relação às nomeações dos administradores por parte do estado para empresas públicas e semipúblicas.

⁵²⁸ *Estatísticas Industriais*, Instituto Nacional de Estatística, Delegação de Angola, Direção Provincial dos Serviços de Estatística, Portugal – Província de Angola, Luanda, Ano VI, P. 1/190, 1970, p.XV.

⁵²⁹ CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição, p.372.

Em 1960, numa conferência em Pedrouços, ante os militares, MC aprofundou o tema. A propósito do problema ultramarino, aproveitou para transmitir a ideia de que o sistema corporativo supostamente superaria o sistema democrata-liberal-parlamentarista na capacidade para integrar e anular os “grupos de pressão”, sem permitir que estes capturassem o aparelho de estado: “Perante as primeiras manifestações dos nativos a reclamar a independência política, os governos apressaram-se a ceder. Se me não engano, por três razões. A primeira porque, nos Estados que se governam pelo regime dos partidos, sempre alguns destes deram guarida às reclamações das minorias ambiciosas que chamaram a si a causa da independência africana, constituindo esses partidos *grupos de pressão*, extremamente incómodos nas metrópoles, e pontos de apoio e forças de incentivo aos reclamantes no Ultramar.”⁵³⁰

No entanto, a dimensão mais relevante era a económica. Em 17 de Outubro de 1956, por ocasião da inauguração do ano de trabalhos do Centro de Estudos Político-Sociais da UN, MC focou o “caso das representações do Estado nas empresas”, numa tentativa de explicar o intervencionismo do Estado Novo na economia. Segundo MC, este dever-se-ia, sinteticamente, à “timidez dos capitalistas particulares”, à “necessidade de o Estado velar pela boa administração desses empreendimentos”, melhor assegurada por “homens de Estado” que “reúnem, por via de regra, as qualidades de experiência administrativa e de devoção ao interesse geral requeridas para a representação do Estado em tais empresas”.⁵³¹ Indo ainda mais longe no retrato do regime, ofereceu por comparação o que se passara na I República, citando vinte e dois nomes de políticos que ocuparam tais cargos em empresas públicas ou semipúblicas. Da lista constava o nome do republicano e ex-presidente do Ministério, ministro das Finanças e do Interior, Francisco Pinto da Cunha Leal⁵³², que não demorou a criticar, fundamentadamente, MC por ter faltado “ao requisito normal de elegância da sua oratória”. Assumindo-se, apesar disso, seu “adversário” mas “admirador”.⁵³³

⁵³⁰ CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, pp.50-51.

⁵³¹ Parcialmente transcrito em CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, pp.664-665.

⁵³² Ver, entre outras publicações, LEAL, Francisco Pinto da Cunha, *O Colonialismo dos anticolonialistas*, Lisboa, edição de autor, 1961; *A Pátria em perigo*, Lisboa, edição de autor, 1962; *Coisas de tempos idos, coisas do tempo presente: comentários e afirmações do Sr. Ministro da Presidência*, Lisboa, 1956; *Coisas do tempo presente, coisas da campanha de diamantes de Angola – Diamang*, Lisboa, edição de autor, 1957; *Novas coisas da Companhia de Diamantes de Angola – Diamang*, Lisboa, 1959.

⁵³³ AMC, cx.33, Correspondência/Leal, Francisco Pinto da Cunha: nº1 (03/11/56). “A enumeração destas criaturas só se compreende com propósitos de achincalho ou por não ter V. Ex.^a meditado que ela só se justificaria se V. Ex.^a tivesse posto em paralelo os nomes de quantos, nos 30 anos de vigência do Situacionismo, exerceram funções similares.”

2.3.2. Transversalidade sistémico-ideológica do fenómeno

Não fora a primeira vez que MC se referira a Cunha Leal em público. Já em 1946 o fizera, citando longamente a obra *Eu, os políticos e a Nação* daquele autor para criticar o anterior regime.⁵³⁴ Numa longa missiva, Cunha Leal desconstruiu a comparação parcial de MC e aproveitou para, partindo do projeto republicano, explicar a relação entre o *político* e o *económico* e no quanto essa relação também terá contribuído para a queda do regime:

“No seu nobre romantismo, sonharam com a instituição de um régimen caracterizado, essencialmente, pelo seu puritanismo. Para tanto, segundo eles, tornava-se indispensável operar a absoluta separação entre o Poder Político e o Poder Económico. É que uma regra, tão velha como a própria História e tão imutável como o próprio Destino, assevera que a convergência do exercício desses dois Poderes nas mesmas pessoas determina a corrupção do Poder Político pelo Poder Económico e provoca, concomitantemente, funda depressão moral em todos os sectores da vida nacional. Para o evitar, necessário se tornava que um grupo de ascetas assumisse a direcção dos órgãos superiores da administração pública, deixando o outro sector do escol português [segundo parece, a expressão não era uma obsessão exclusiva de MC] o comando da nossa economia.”⁵³⁵

A semelhança na forma e na substância com o que MC defendera desde os anos 30 é bastante evidente. Até num aspeto que MC, segundo Cunha Leal, “não quis aprofundar”: a “carência de fiscalização”. Apesar de considerar, por formação ideológica, que regimes autocráticos são mais suscetíveis às “tendências pejorativas dos instintos humanos” do que os democráticos, assume que “no nosso caso, poderia afirmar-se que o Poder Económico vencido acabou por vencer o seu feroz vencedor – o Poder Político. Infiltrou-lhe gérmens [sic] de apodrecimento, de cujos bolores ainda até hoje não conseguiu extrair-se um antibiótico salvador. Seja embora fundamentalmente honesta a grande maioria destes incursionistas

⁵³⁴ CAETANO, Marcello, *Hoje, como ontem: o Estado Novo*, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946, pp.20-25.

⁵³⁵ “Esta concepção, irrepreensível sob o ponto de vista moral, constituía, na prática, um perigo para a estabilidade do novo régimen. É que a “elite” republicana não tinha ainda o suficiente volume para se repartir por dois compartimentos estanques, com impossibilidade de fenómenos de osmose através das paredes comuns. Ao avocar a si, em exclusividade, as funções políticas, entregou, de mão beijada, aos adversários da Democracia, também em quasi exclusividade, a direcção superior e a posse efectiva do Poder Económico. E, entrincheirados nele, dispoendo assim da sua enorme força, tornou-se fácil a estes dificultar, progressivamente, a vida do régimen e provocar, por fim, o seu descalabro, o que nos conduziu a esta situação paradoxal: uma República, orientada e regida por monárquicos, e um régimen representativo, sem efectiva representação do Povo.” Em AMC, cx.33, Correspondência/Leal, Francisco Pinto da Cunha: nº1 (03/11/56).

políticos no campo económico, basta uma pequena minoria de corruptos para dar á administração pública o aspeto dum pobre Cristo crucificado.”⁵³⁶

Não se documentou reação por parte de MC, mais interessado em defender o regime que integrava, nas vésperas de um período especialmente crítico. Terá aceitado as críticas? Seria Cunha Leal o “antigo político” que MC descreve no capítulo 71º das suas *memórias*?⁵³⁷ Parece coincidir, mas ao contrário da *memória*, chegou a ter alguma “consideração” pelo “sujeito”. Consideração que o levou, inclusive, a repreender alguém que lhe fez comentários negativos a seu respeito.⁵³⁸

Pessoas de diversos quadrantes convergiam com as críticas de Cunha Leal. D. Sebastião de Resende, bispo da Beira e amigo comum de MC e Adriano Moreira (que lhe dedicou um livro e o considerou um “irmão de todos os seres vivos” e “um dos pregadores da autenticidade”⁵³⁹), exasperava desde os anos 40 com os “incompetentes” e “malvados amarrados a compromissos” que “mereciam cadeia”.⁵⁴⁰ Da própria UN vinham desabafos próprios das horas críticas, como a das eleições de 1949: “na hora presente, em que a dissolução de um regime se desenha, em que ele se vai enfeudando ao capital proclamando a Justiça Social, perante a hora em que o Chefe mais que nunca dá a aparência de autocrata”.⁵⁴¹

Mário Zanatti, administrador ultramarino, propunha em 1956 uma reorganização nos serviços administrativos porque, “infelizmente, as influências que se movem em Angola no tocante aos funcionários e aos assuntos indígenas são de tal ordem, que só quem esteja imediatamente subordinado ao Governador-geral pode resistir-lhes e evitar-lhas.”⁵⁴² O mesmo autor, quando fora governador da província de Benguela (02/06/46 – 17/02/49), produziu um minucioso estudo sobre o “Trabalho Indígena Africano”, que ofereceu a MC em 1949, quando este já não era ministro. Onde, entre outros, permitiu detetar nos fazendeiros da província “alguns casos de contradição entre os lucros manifestados á Fazenda para efeito de coleta e as

⁵³⁶ Ibidem.

⁵³⁷ CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, p.666.

⁵³⁸ Em 1961, MC admoestou duramente Vasco de Lemos Mourisca por este ter criticado a última obra de Cunha Leal – *O colonialismo dos anticolonialistas*, retractando-se aquele na primeira oportunidade. Em AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº26 – 27.

⁵³⁹ MOREIRA, Adriano, *Tempo de Vésperas*, Notícias Editorial, Lisboa, 4ª edição, 2002, pp.7 e 11.

⁵⁴⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Resende, D. Sebastião, bispo da Beira: nº3 (06/04/49).

⁵⁴¹ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº1 (15/04/49): “Perdoe V. Ex.^a o arrojo, mas parece-me que soou a hora de sentirmos que também temos o direito de pensar (?) sem ser só obedecendo. Enquanto o fizermos, servimos o mais lealmente possível.

Mas, na hora presente, em que a dissolução de um regime se desenha, em que ele se vai enfeudando ao capital proclamando a Justiça Social, perante a hora em que o Chefe mais que nunca dá a aparência de autocrata, na hora que a Oposição esperava, em que os gigantes vão, por força de vontade mais forte dar lugar aos anões, na hora dos anões, Sr. Doutor, precisamos de si.”

⁵⁴² AMC, cx.58, Correspondência/Zanatti, Mário (governador (?) da província de Benguela; inspetor-geral dos Serviços da Administração da Zona Internacional de Tânger) : nº4 (12/02/56).

produções declaradas à comissão de inquérito às necessidades de mão-de-obra.”⁵⁴³ Surgiam também denúncias não apenas em relação às principais Províncias, mas inclusivamente em relação à Guiné, que viveria então “em regime de ruínosa especulação”, difícil de combater porque a “influência dos Senhores poderosos dificulta toda a ação governativa e o próprio Comandante Sarmiento Rodrigues, o primeiro grande governador que a Guiné teve, viu a sua ação prejudicada pela [sua] nefasta influência”.⁵⁴⁴

A par da “carência de fiscalização”, questionava-se a capacidade dos organismos corporativos e de coordenação económica para o exercício da melindrosa competência jurisdicional de que se encontravam revestidos. MC resumia a sua posição, em 1953, numa expressão sintomática: tais organismos tinham “falta de idoneidade”. O parecer vinha acompanhado por uma crítica demolidora ao chamado “contencioso corporativo”: “processos mal instruídos e de demoradíssima instrução, decisões proteladas, deficiência de garantias de defesa, falta de critério jurídico nas sentenças, precariedade e confusão nos recursos... [...], que nem oferece garantias aos particulares, nem assegura a execução da lei e o império da justiça e do interesse geral! Há muito se torna indispensável uma reforma profunda destes serviços.”⁵⁴⁵ Concluindo com a afirmação: “o que está é que não pode subsistir sob pena de desacreditar o sistema.”

⁵⁴³ PT/TT/PS/AMC/09: Documentos diversos: AMC, Cx.3, Documentos diversos: nº3 (30/12/49).

⁵⁴⁴ AMC, cx.28, Correspondência/Guerreiro, A. Pires: nº1 (12/08/58) e nº1 – anexo 1. O anexo consiste numa cópia de carta enviada a Salazar pelo autor, denunciando o estado de crise geral e insurgindo-se contra a remodelação governamental e, particularmente, contra a saída de MC. “Os capitalistas eram desencorajados, por vias indiretas, por aqueles que, nunca nada tendo feito senão explorar o indígena, não tinham interesse na modificação da situação. E quando pedi auxílio ao Fomento, não me foi concedido. Mas, foi-o a adegas, a hipotéticas explorações mineiras, cujo dinheiro em vez de servir para extrair minério se converteu em automóveis e em passeatas, etc... E, isto, apesar da carinhosa simpatia, que pessoalmente me foi manifestada pelo Senhor Ministro da Presidência e pelo Senhor Ministro do Ultramar. Logo, há alguma coisa que não está certo [...]. É grave a crise económica que o País atravessa e isso se constata no recurso ao crédito e nos fabulosos lucros dos Bancos.”

⁵⁴⁵ Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, pp.13-14. Trata-se de uma “anotação” de MC a um acórdão do Tribunal dos Conflitos, com a seguinte proposta de solução: “Deveriam criar-se *Auditorias corporativas* com juízes togados, aos quais competiria a instrução e o julgamento de todos os processos que hoje estão entregues à resolução contenciosa de Grémios, Uniões, Juntas, Comissões Reguladoras e Institutos. Os auditores seriam assistidos, para o julgamento, de dois assessores designados pelos organismos participantes, cuja função seria apenas a de esclarecer o juiz acerca das particularidades da tecnologia, da técnica da indústria, das práticas do comércio, dos usos corporativos, etc., que pudessem estar em causa.”

2.4. *Aquela Transição*

O mesmo discurso que motivou resposta firme de Cunha Leal, impressionara homens aparentemente menos politizados, como Vitorino Nemésio, que apreciou as palavras de MC pela “generosidade que revelam no modo de encarar o condicionamento de governo”, manifestando o seu respeito pelo ministro da Presidência que, “não amando também o poder em si mesmo, o aceita com inteireza de dedicação e o exerce com tal seriedade.”⁵⁴⁶ A projeção dessa “imagem”, sem laivos mistificadores, consolidou-se durante cerca de duas décadas, desde 1940 até 1958. Mas se no início da primeira experiência ministerial (segundo os comentários da época, a “Revolução de Setembro”) MC não encarnava qualquer tipo de representatividade, a não ser de si próprio, expresso até nas felicitações recebidas⁵⁴⁷, o mesmo não se passara em 1955.⁵⁴⁸ Para além da muito comentada questão sucessória⁵⁴⁹, a sua nomeação para o MdP, pautada pelas habituais intrigas, associou outras representatividades no seio do regime.

Houve quem visse nisso um ato de determinação do presidente do Conselho, “desprezando, aliás, pequenas intrigas que já tem fervilhado – se decidiu, para bem de todos, a enfrentar o problema político e a procurar para ele uma solução. Temos agora a certeza de que se fará uma tentativa séria para organizar as corporações e, com base nelas, a representação

⁵⁴⁶ AMC, cx.40, Correspondência/Nemésio, Vitorino: n°6 (28/10/56).

⁵⁴⁷ Entre as imensas e simples felicitações, destacam-se algumas. AMC, cx.19, Correspondência/Campos, Ramiro Guedes de: n°1 (10/09/44): “tive uma grande alegria em o ver no Governo. Nas Colónias?! Certamente mais na Educação, onde a sua presença seria como uma grande lufada de ar fresco.” No mesmo sentido: AMC, cx.49, Correspondência/Romero, Eduardo de: n°1 (15/09/44). AMC, cx.33, Correspondência/Levêcque, M. T. (Dir. do Instituto de Serviço Social): n°3 (29/11/44): para além de felicitar MC pela nomeação, agradece-lhe tudo o que lhe deve e, sobretudo, a colaboração no arranque do Instituto. AMC, cx.37, Correspondência/Mendes, José Rodrigues da Silva (Capitão; Presidente da Junta Distrital de Leiria): n°1 (09/09/44): estabelece um curioso paralelismo entre MC, que afirma admirar, e o influente ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco. AMC, cx.40, Correspondência/Newman, Philip (violinista inglês): n°1 (07/10/44).

⁵⁴⁸ AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Henrique (diretor-geral do Banco de Angola em África): n°5 (06/07/55): “Para o País foi decerto a boa solução. Para si creio bem que é de puro sacrifício”.

⁵⁴⁹ AMC, cx.22, Correspondência/Castilho, João de (magistrado, colega, amigo e compadre de Marcelo Caetano): n°18 (09/07/55): “Não acho bem, nem acho mal, que tivesses entrado de novo para as “lides” ativas da política; não te felicito porem, de modo algum! Vais ter uma série de preocupações e de maçadas em troca de uma maior liberdade e de grande cerceamento nos teus interesses materiais. [...] É ponto assente para mim e para todos com quem tenho falado, que alguma coisa se irá passar em breve; essa coisa, será a saída do Governo do Dr. Salazar – e a sua substituição por ti. De facto, isto deve ser certo, mais dia, menos dia, e é coisa em que há já anos se fala. É ponto seguro para mim, que não ias tu ocupar o Ministério da Presidência para ai seres, como o Lumbrales a todos se nos afigurava, um simples e apagado “Chefe de Gabinete” do 1º Ministro! Isto, apesar de quanto ontem, no teu discurso, disseste dele e de todas as suas qualidades e serviços... Tu és para o Salazar – igual para igual. Ora dois galos numa mesma capoeira – é impossível!”

nacional.”⁵⁵⁰ Para outros, candidatos a intérpretes da “maioria dos portugueses”, MC representaria a “esperança”⁵⁵¹. Ou, nas palavras de alguém mais próximo, “a melhor esperança portuguesa para a governação futura”. Embora neste caso, acompanhadas por uma premonitória “apreensão” pelas “novas perspectivas” da “carreira política” e das “possíveis consequências para o nosso país”, colocando, por oposição às dominantes blandícias, “maior ênfase nos inconvenientes e melindres do novo posto”.⁵⁵²

O artigo de MC publicado pelo *Diário Popular* no dia 20 de Abril de 1959, em que afirmara “o facto de [se] encontrar fora da política e sem intenção de a ela regressar”, apesar de vulgar na cultura política portuguesa, provocou reações. Um juiz do Supremo Tribunal Administrativo e subsecretário de Estado da Assistência Social (contemporâneo de MC no governo: 03/06/57 – 14/08/58), apressou-se a reagir: “é necessário que regresse, embora – e neste aspeto aceito a posição de V.^a Ex.^a – em condições que lhe permitam contribuir eficientemente”. Manifestava as suas “fundadas esperanças de que nos encaminhávamos [em 1955] no sentido positivo da resolução do enevoadado problema político português. Factos posteriores, porém, ensombraram aquelas esperanças; e o nosso problema político encontra-se, presentemente, mais complicado do que antes.” A ideia do autor consistiria em lançar “os pilares da ponte que permita ligar, sem sobressaltos nem preocupações, o presente ao futuro”, para que fosse “ainda possível aquela transição operada na Ordem e na Paz”.⁵⁵³

2.4.1. Assim foi mais uma experiência – 1947

Quando deixou o MdC, MC – “nome admirado e respeitado”⁵⁵⁴ – recebeu muitas manifestações de apoio e de “pesar” – até “o desgosto de o ver afastar-se dos assuntos

⁵⁵⁰ AMC, cx.25, Correspondência/Duque, Rafael da Silva Neves: nº4 (07/07/55). Prossegue com o seguinte comentário: “Fora disto, parece que o Poder – embora primeiro nas mãos do Exército – cairia, depois, na precariedade dos partidos com todas as conhecidas contingências.”

⁵⁵¹ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de: nº1 (17/07/55).

⁵⁵² AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Joaquim (escritor e chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº45 (08/06/55). Utilizou, também, a imagem de Churchill e Eden, em que o primeiro preparou o segundo, para afirmar o simbolismo da nomeação de MC, já que, para o presidente do conselho, em política “o que parece, é”. Carta publicada em PAÇO d’Arcos, Joaquim, *Correspondência e textos dispersos 1942-1979*, D. Quixote, Lisboa, 2008, pp.92-94.

⁵⁵³ AMC, cx.24, Correspondência/Cruz, Emídio Beirão Pires da: nº3 (22/04/59). No mesmo sentido: AMC, cx.54, Correspondência/Silva, José Dias da: nº1 (20/04/59).

⁵⁵⁴ AMC, cx.50, Correspondência/Sarmento, Alexandre (médico em Angola): nº1 (12/02/47).

coloniais”⁵⁵⁵. Estas eram provenientes de quadros intermédios do Estado, pessoas independentes e profissionais ligados a várias áreas de atividade, com o elo comum da ausência do topo da cadeia de poder.⁵⁵⁶ Entre as principais figuras do regime, apenas Teotónio Pereira lhe escreveu uma palavra.⁵⁵⁷ A elite do regime parece não ter lamentado a exoneração. Seria por assumir imediatamente a Comissão Executiva da UN? Talvez, mas como alguém também lhe disse, com indisfarçável ironia, não era “esperar que represente uma promoção”.⁵⁵⁸

Obviamente, o MdC era muito mais importante do que a UN. Como confirmou, em meados de 1947, o chefe dos Serviços de Veterinária e Indústria Animal da Colónia de Angola, ao escrever a MC em defesa da recondução do Comandante Lopes Alves no cargo de Governador de Angola: “na devida altura (eleições) tudo porém se modificará e de todos os lados sairá a mais desenfreada hostilidade ao Governo e à Situação, de nada valendo a UN, que continua e continuará sempre a não ter prestígio nem importância política. Também de nada valerá a propaganda que será abafada pela barulheira do inimigo. Só ficará então a contar, a ação do Governo, que valerá conforme a sensatez e equilíbrio com que for executada e sobretudo se estiver bem apoiada na simpatia e prestígio pessoal do Governador, isto considerado da mesma forma para os europeus e para o eleitorado preto”.⁵⁵⁹

Nas vésperas de deixar o cargo, as dificuldades a vencer nas pequenas⁵⁶⁰ e, principalmente, nas grandes obras intensificavam-se. Por exemplo, a luta pela viabilização económica dos Caminhos de Ferro de Benguela e do Porto de Lobito desafiava “inimigos”

⁵⁵⁵ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Manuel Ferreira (magistrado colonial): nº1 (05/02/47).

⁵⁵⁶ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da (deputado por Goa): nº1 (16/02/47); AMC, cx.19, Correspondência/Cardigos, Norberto (antigo aluno do I Cruzeiro de Férias): nº1 (07/02/47); AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Ferreira da (jornalista): nº3 (04/02/47); AMC, cx.27, Correspondência/Fonseca, João de Barros Ferreira da (diplomata): nº1 (16/02/47); AMC, cx.28, Correspondência/Gracias, João Baptista Amâncio (escritor; secretário da Imprensa Nacional de Goa): nº1 (12/02/47); AMC, cx.33, Correspondência/Leitão, Eduardo Vieira (embaixador de Portugal na Bélgica): nº10 (09/02/47); AMC, cx.37, Correspondência/Melo, Albano Homem de (subsecretário de Estado da Agricultura): nº2 (03/11/47); AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Rui de Sá (eng.º Agrónomo): nº1 (20/02/47); AMC, cx.58, Correspondência/Zanatti, Mário (governador (?) da província de Benguela; inspetor-geral dos Serviços da Administração da Zona Internacional de Tânger): nº1 - Anexo I (10/02/47): carta da C.M. de Nova Lisboa a manifestar o seu “pesar” pelo afastamento de MC do Ministério das Colónias; AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Brásio, António, padre (missionário; historiador): nº1 (06/02/47): “Certamente que o Sr. Presidente do Conselho deve ter tido motivos de muito peso para assim proceder; mas a passagem de V. Ex.^a por aquela pasta, assinalada por diplomas de tão alto valor, deixava-nos esperar a continuação e a persecução, pois tanto há ainda a fazer. No aspeto missionário não sei se não iremos perder e muito.”

⁵⁵⁷ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio: nº55 (02/03/47).

⁵⁵⁸ AMC, cx.15, Correspondência/Andrade, Manuel Rebelo de: nº2 (07/02/47).

⁵⁵⁹ AMC, cx.54, Correspondência/Sequeira, Francisco Baborro de (eng.º; chefe dos Serviços de Veterinária e Indústria Animal da Colónia de Angola): nº1 (08/07/47).

⁵⁶⁰ AMC, cx.33, Correspondência/Liga dos Amigos de Silva Porto: nº1 (19/02/47): “Por tudo o que Vossa Excelência realizou – que muito foi e valioso – durante o seu brilhante governo, como Ministro das Colónias, em prol de Angola e, essencialmente, para o progresso e desenvolvimento da cidade de Silva Porto, esta Liga, em nome de todos os seus associados, tributa Vossa Excelência”.

poderosos: “fica de pé ainda, a grande penalização da “Lobito Conference” contra o porto de Lobito, mas esse inimigo é muito mais poderoso e está apoiado nas companhias de navegação inglesas. É obstáculo muito mais difícil, se possível, de remover.”⁵⁶¹ Vinte e cinco anos depois as pressões manter-se-iam.⁵⁶²

Norton de Matos não se inibiu de elogiar direta⁵⁶³ e indiretamente o ministério de MC: “É a primeira e única obra, em grandeza [sic], em que se fala desde que deixei Angola.”⁵⁶⁴ Para os melhores e mais dinâmicos quadros técnicos da administração, a saída de MC foi uma desilusão. Agostinho Marques Trindade, amigo de Norton, e o seu antigo professor, António Trigo de Moraes, são dois exemplos. O primeiro afirmava: “não teve V. Ex.^a muito tempo para executar o grande plano que adivinhávamos; mas os que, como eu, sentem a necessidade de encarar bem a sério os problemas coloniais, não podem deixar de recordar o nome de V. Ex.^a pelo interesse e entusiasmo que lhe mereciam, e, decerto, continuarão a merecer. [...] Tal como o seu ilustre antecessor, V. Ex.^a também não conseguiu a necessária e rápida resolução dos grandes problemas de Fomento, porque não conseguiu acertar na escolha das pessoas capazes de os estudar, executar, orientar e dirigir, o que é da mais alta importância.”⁵⁶⁵ Já o segundo, por sua vez, destacava o facto de MC ter criado nos que trabalham nas colónias “a

⁵⁶¹ AMC, cx.35, Correspondência/Machado, Álvaro de Melo (administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, Angola): nº1 (08/01/47).

⁵⁶² AMC, cx.23, Correspondência/Colyton, Lord (ministro de Estado para os Assuntos Coloniais do Governo Inglês): nº1 (13/01/72). Sobre a construção do Caminho-de-Ferro de Benguela.

⁵⁶³ AMC, cx.36, Correspondência/Matos, José Maria Mendes Norton de (general, governador-geral de Angola, ministro das Colónias e da Guerra durante a I República, candidato à Presidência República em 1949, destacado político de oposição ao Estado Novo): nº1 (28/11/46): “confessando-se muito honrado” e “muito penhorado” por oferta de “Antologia Colonial Portuguesa”.

⁵⁶⁴ AMC, cx.56, Correspondência/Trindade, Agostinho Marques (eng.º civil; chefe (?) de Brigada Hidrográfica): nº1 – anexo 1 (24/11/46): carta de Norton de Matos: “Foi meu sonho fazer daquela terra [Bahia dos Tigres, no Namibe, Angola] o grande centro urbano que o seu magnífico porto e a sua situação geográfica indicam. Nessa ordem de ideias mandei estudar o Cam.º de Ferro que da povoação partiria em direcção á Rhodésia do norte, com um ramal, na altura devida, para o Sudoeste Africano, para as minas do Otavi, naturalmente, e a canalização das águas do Cunene. Essas duas obras principiariam em 1925. Ficou tudo em fumo, mas os Estudos do caminho-de-ferro e do canal, lá os deixei em Angola, se é que os não sumiram, como se fez a outros. Agora acabam de se fazer estudos importantes para o aproveitamento das águas do Cunene, e para a produção de energia eléctrica com as quedas d’água do mesmo rio e o meu coração de português exulta com os projectos que vejo anunciados.” Seis anos depois, na sequência da revisão constitucional de 1951, Norton de Matos publicou *A Nação Una: organização política e administrativa dos territórios do Ultramar Português* (edição de Paulo Ferreira, Filhos, LDA, Lisboa, 1952).

⁵⁶⁵ AMC, cx.56, Correspondência/Trindade, Agostinho Marques (eng.º civil; chefe (?) de Brigada Hidrográfica): nº1 (06/02/47). No seguimento: “Não basta afirmar, como fazia o Dr. Vieira Machado, em seus discursos, que as Colónias não teem capacidade para executar; ou, como o Henrique Galvão, que condena a excessiva burocracia como Escola de Coisa Nenhuma; ou ainda, como o Dr. Froilano de Melo, em plena Assembleia Nacional, que o que precisamos é de técnicos e não de burocratas parasitas, ou bem ainda, como disse V. Ex.^a, que é necessário arranjar técnicos competentes, eficientes e bem recrutados. Não basta dizê-lo, é preciso poder fazê-lo, e a política, por vezes, não o permite, pois que a instituição nacional do empenho ainda não foi eliminada. [...] E assim, o dinheiro vai transitando em saldos orçamentais, a desvalorizar-se dia a dia; chega a parecer que há projetos quando não há dinheiro, e há dinheiro quando não há projectos.”

confiança que não tinham; sentimento de seriedade, que não havia. E despertou neles e em todos, o desejo de mais e melhor.”⁵⁶⁶

As referências aos princípios de atuação são bastante explícitas. Outro quadro intermédio, o capitão-de-fragata Júlio Gonçalves, destacava na despedida que, “em 35 anos de ativos serviços” conheceu muitos ministros das Colónias e que MC se destacara pela “probidade intelectual” e “tão clara e desempoeirada política”.⁵⁶⁷ De Luanda chegava o derradeiro lamento: “Assim foi mais uma experiência, mais coisas encetadas e que ninguém sabe como serão continuadas”, “ninguém liga importância a isto”.⁵⁶⁸

Também a Associação Comercial de Luanda prestava uma “homenagem”: “A nossa Associação nunca poderá esquecer as atenções que a sua anterior gerência recebeu de tão eminente homem público e a colónia os benefícios de ordem social e económica por ele promulgados, quando da sua passagem por Angola. [...] Não poderá ser olvidado que [...] decretou algumas leis de entre as quais nos cumpre salientar a que resolveu, em parte, o grave problema do inquilinato comercial, salvando de muitos prejuízos, ou até da ruína, algumas dezenas de comerciantes e industriais que já tinham julgadas, ou postas em Juízo, ações de despejo.”⁵⁶⁹ A incerteza generalizada em relação ao futuro, naqueles anos pós-guerra e de profunda reconfiguração geoestratégica internacional, emprestava uma certa plasticidade dramática, mas não modificaria a realidade.

Mesmo algum tempo depois, MC permanecia um referencial para a resolução de problemas nas colónias, procurado sobretudo por quem pretendia ser diligente e “despachar”

⁵⁶⁶ AMC, cx.39, Correspondência/Morais, António Trigo de (eng.º; presidente da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola; subsecretário de Estado do Ultramar; Inspector-Geral do Fomento do Ultramar): nº8 (02/02/47). “Quanto à missão ao sul de Angola, pressinto o que vai acontecer: haverá mais uns papéis a juntar a tantos que já estão arrecadados nas prateleiras.”

AMC, cx.39, Correspondência/Morais, José Trigo de (filho de António Trigo de Moraes): nº1 (14/05/69). Agradece palavras de homenagem ao pai por parte de MC na inauguração da “Barragem Marcello Caetano”, no rio Cunene (?), e recorda a admiração do pai do autor pelo ministro das Colónias que em 1946 “lhe determinou que procedesse aos estudos do aproveitamento do Cunene, ele considerava V.Ex.^a definitivamente adoptado pela “família Hidráulica”.

⁵⁶⁷ AMC, cx.28, Correspondência/Gonçalves, Júlio (capitão-de-fragata): nº1 (11/02/47).

⁵⁶⁸ AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Manuel (de Luanda, Angola): nº1 (10/02/47). “Não sei qual a dose de responsabilidade que você tem nisto. Tenha a que tiver, desculpe dizer-lhe, foi uma decepção. Nunca faremos nada de jeito. A nossa administração, que já está numa confusão de mil diabos, caminha para o caos. Cada vez há mais gente a mandar e menos quem saiba o que mandar. [...] Portugal não sabe o que tem e o que se arrisca a perder. E quando um dia o perder, (e pouco depois passar a ser a modesta província de Espanha de que só os descobrimentos o salvaram), então poderão fazer belos discursos sobre as glórias passadas – que é disso que gostam afinal os Portuguezes. [...] Calculo evidentemente que não o terá feito por prazer e que alguma razão importante terá havido. Mas deixe-me dizer-lhe que não creio que haja outro posto em que você possa ser mais útil à nação.”

⁵⁶⁹ AMC, cx.15, Correspondência/Associação Comercial de Luanda: nº1 (30/04/47).

rapidamente os assuntos.⁵⁷⁰ Numa analogia dificilmente acidental, Horácio José de Sá Viana Rebelo, aquando da segunda saída de MC do governo, em Agosto de 1958, estabelecia uma ligação com a primeira: “Tive, há um ano, ocasião de lhe dizer que pelo Ultramar continua a ser citada legislação de sua autoria, bem como pareceres, opiniões e lições referidas aos mais variados assuntos.”⁵⁷¹

2.4.2. Outro processo de trabalho – 1958

Um dos aspetos mais destacados do MdP de MC dizia respeito, para além do Plano em si, às metodologias de trabalho aplicadas na preparação do II Plano de Fomento (PF). O que, aliado à forma de estar e viver a política, gerava reações contraditórias: por um lado, “admiração”, por outro, “apreensão”.

Manuel Teles de Vasconcelos (eng.º agrónomo e um dos membros do Conselho Económico para a elaboração do PF) realçava, em finais de 1956, quando terminava as suas funções no Conselho, “a clarividência, a seriedade e a clareza a que nos acostumou, [e a forma como MC traçava] as diretrizes da nossa política económica, chamando corajosamente à atenção para os perigos que ameaçam a economia nacional e os obstáculos que terá necessariamente de enfrentar e vencer”, sublinhando ainda que não admitia “poder existir em matéria de política económica outro processo de trabalho que não este, quaisquer que sejam as exigências ou imperativos da outra política.”⁵⁷²

⁵⁷⁰ AMC, cx.19, Correspondência/Caminho de Ferro-Velho do Congo: nº1 – 8 (15/04/47 - 27/12/52): todos os documentos são telegramas e referentes á realização de obras e inclusão de verbas no Plano de Fomento. Nº1: “recordando serviços relevantes prestou colonia especialmente assistência colonos”; nº2 (20/12/52): “grande regozijo chegou nosso conhecimento inclusão caminho ferro congo plano fomento convictos intervenção Vexa”. AMC, cx.55, Correspondência/Soeiro, Álvaro Navarro: Presidente da Associação dos Produtos de Sisal da Colónia de Moçambique: nº3 (01/05/47): apresentou ao governador um trabalho de colaboração intitulado “Contribuição para o estudo da planificação do desenvolvimento económico da colónia de Moçambique”, para o qual solicita intervenção de MC; nº4 (12/12/49): diz que em nenhum outro lugar gostava tanto de ver MC como nas colónias. AMC, cx.22, Correspondência/Castro, Armando Augusto Gonçalves de Moraes e: nº1 (05/05/47). AMC, cx.37, Correspondência/Mendes, Adelino Lopes da Cunha (jornalista; escritor; conferencista; arquivista judicial do Tribunal da Boa Hora): nº14 (22/10/47): dirige-se a MC para “o informar da situação que um doido mau, que se encontra à frente do Min. Colónias”!

⁵⁷¹ AMC, cx.47, Correspondência/Rebelo, Horácio José de Sá Viana: (general; subsecretário de Estado do Exército; governador de Angola; ministro da Defesa Nacional): nº2 (15/09/58).

⁵⁷² AMC, cx.57, Correspondência/Vasconcelos, Manuel Teles de: nº1 (27/12/56). Prossegue: “É que não concebo que se possa fazer melhor e mais ajustado às necessidades nacionais e às necessidades vitais do povo português.”

Porém, a “outra política” parecia não concordar. Numa espécie de jogo de informações, a desconfiança entre o gabinete de MC e o do ministro da Economia, Ulisses Cortez (ministro entre 02/08/50 e 14/08/58), fluía silenciosa e subliminar, sob a protocolar cortesia. A conquista ou tentativa de quebra de “lealdades” exemplifica-o. U. Cortez não incomodaria o trabalho de MC. Mas o facto de tentar ardilosamente saber informações dos colaboradores próximos de MC e não do próprio, revela a ausência de confiança por parte deste e a forma como os seus colaboradores o interpretavam.

No dia 27 de Dezembro de 1956, terminada a primeira fase de estudos do plano, o ministro da Economia convocou o mesmo M. Teles de Vasconcelos. Este “estranhou”, mas rapidamente percebeu o que “pretendia”.⁵⁷³ As contradições constantes nas “notas” dessa conferência confirmam as intenções.⁵⁷⁴ Para além da recolha de informações sobre os vários campos de investimento previstos, queria convertê-lo às “suas teses”, nomeadamente ao método de planeamento “menos espetaculoso mas mais prático, que consistia em investir o melhor possível aquilo de que o Estado podia dispor e... aguardar os resultados”. Vasconcelos relatou o seguinte: “Nunca fiz, no decorrer da conversa, qualquer referência aos relatórios que tinha elaborado, a fim de evitar que ele me pedisse cópias. Por seu lado o Ministro da Economia também me não perguntou abertamente se tinha ou não feito relatórios. Com exceção das objeções apontadas e embora discordasse, na sua grande maioria, dos pontos de vista que ele apresentou não contra-argumentei afim de lhe não dar a conhecer os pontos de vista do Grupo de Trabalho ou do Ministro da Presidência. Não foi difícil, pois embora o objetivo lógico fosse obter elementos, o Ministro parecia querer-me convencer às suas teses e falou desde o principio até ao fim da conferência.”

Parece-se demasiado com uma tentativa de boicote do PF, confirmada pelo “método” e pela rejeição do recurso a “empréstimos” defendidas por U. Cortez. Sabe-se o que aconteceu no final: corte para metade do orçamento total previsto. A previsibilidade a que os “interesses” se habituaram, e que os servia na perfeição, incompatibilizava-se com a ambição

⁵⁷³ Idem: nº2 (17/01/57). “Estranhei porquanto, apesar de funcionário deste Ministério, não tinha o prazer de conhecer pessoalmente o Senhor Ministro, por nunca ter tido a honra de lhe ser apresentado. A primeira frase que pronunciou evidenciou claramente o que de mim pretendia e que precisamente, por um dever da mais elementar lealdade para com o Presidente do Grupo de Trabalho de que tinha feito parte, eu lhe não podia fornecer sem expressa autorização de V.^a Ex.^a mesmo que para tal tivesse abertamente de lho declarar, o que felizmente porém se não tornou necessário.”

⁵⁷⁴ Idem: nº2 – anexo 1 (27/12/56). “Disse-me que era muito amigo do Snr. Ministro da Presidência, com quem mantinha excelentes relações, sabia que eu tinha sido designado pelo Ministério da Economia para fazer parte dum grupo de trabalho que tinha funcionado na Presidência do Conselho, que havia recebido um extenso trabalho subscrito pelo Senhor Ministro da Presidência que ia ser discutido no Conselho Económico e que necessitava que eu lhe fornecesse alguns elementos a fim de formar a sua opinião definitiva, que ainda não estava assente, embora tivesse já algumas tendências.”

inovadora e imprevisível do II PF. Este não olhara, na sua conceção, a velhos interesses, embora acabasse, inevitavelmente, por criar condições para o aparecimento de novos.⁵⁷⁵ O então ministro das Obras Públicas (02/04/54 – 12/04/67), Eduardo de Arantes e Oliveira, sublinhava, numa antecipação de relatório sobre o PF, a “prudência” necessária na sua “exposição ao governo” e os seus “receios” por eventuais excessos de “entusiasmo”.⁵⁷⁶

No mesmo sentido e numa versão mais explícita, pronunciava-se o eng.º agrónomo e então deputado Eugénio de Castro Caldas⁵⁷⁷, ao enviar um exemplar da “Eficácia Social da Agricultura Portuguesa”: “Se tiver tempo dê uma vista de olhos por este contraveneno. E se lhe for possível tente salvar o seu Plano de Fomento que, pelo menos na Agricultura, está em vias de ficar neutralizado. Compra de “propriedades postas à venda” e também “emparcelamento voluntário” e ainda “parceria” nas áreas beneficiadas e mais as “dúvidas quanto à oportunidade de continuar a “Obra de Rega” por “se não saber o que a Lavoura há-de produzir”; tudo isto é longa conversa que não vai por escrito. Se ainda for possível tente salvar o Plano na agricultura!”⁵⁷⁸ Sobre o tema, MC diria o seguinte em 1963: “Previa o II PF alguns diplomas fundamentais destinados a facilitar a reforma da estrutura agrária do País. Trabalhou na sua elaboração, com inteligência e perseverança (pois as resistências dos interesses criados foram muitas) o antigo Secretário de Estado da Agricultura, Eng.º Luís Quartim Graça.”⁵⁷⁹

Exímio intérprete de todas as sensibilidades, o presidente do Conselho condenara, numa interrogação fatal em CdM, os tais excessos de otimismo sobre o desenvolvimento (metropolitano e ultramarino): “comentário sobre a tendência para a internacionalização das colónias. Se não há segurança no futuro – como se há-de fazer agora o investimento?”⁵⁸⁰ Esse

⁵⁷⁵ AMC, cx.22, Correspondência/Champalimaud, António de Sommer: nº3 (16/01/58): “temos finalmente, por parte do governo, os grandes problemas da siderurgia resolvidos e quero crer que bem. Muito e muito obrigado por tudo, principalmente para a boa compreensão com que sempre esta causa foi encarada e para o desejo continuamente manifestado de que as cousas andassem sem demora.” PT/TT/PS/AMC/MPRE/01: AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº48 (15/07/58): “Minº da Economia – Expropriação de terrenos para a implantação da siderurgia no Seixal.”

⁵⁷⁶ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Eduardo de Arantes e (director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil; ministro das Obras Públicas; presidente do Conselho Superior do Fomento Ultramarino; procurador à CC; governador-geral de Moçambique; Conselheiro de Estado): nº3 (13/10/57): “Em primeiro lugar este projeto, cujo merecimento não carece de ser realçado, apresenta de um modo geral um sentido crítico que não me parece o mais próprio para uma exposição ao governo. [...] Fiquei porem convencido que valerá a pena, só por isto, uma revisão atenta do trabalho.”; “Fico com vários receios de que os pontos de doutrina defendidos, as críticas, as recomendações e as diretivas [pelo “entusiasmo de um especialista” sobre “política agrária”] contidas no projeto de relatório, ou não possam ser perfilhadas sem reservas pelo Governo; ou devam, pelo menos ser apresentadas com mais sobriedade e prudência, e, em certos casos, com menos rudeza.”

⁵⁷⁷ CALDAS, Eugénio de Castro, *Modernização da Agricultura. Conferências, palestras e artigos (1952-1959)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1960.

⁵⁷⁸ AMC, cx.19, Correspondência/Caldas, Eugénio de Castro: nº1 (1958).

⁵⁷⁹ Em revista *O Direito*, Ano 95, 1963, p.5.

⁵⁸⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº24 (27/11/56).

futuro permanentemente adiado, era compensado por preocupações bastante imediatas: “apresentação e repercussão na opinião pública.”⁵⁸¹ Aproximavam-se meses difíceis para o regime com as eleições presidenciais.

A coincidência ou convergência das discretas lutas económicas e das conhecidas manobras políticas que antecederam a remodelação ministerial de agosto de 1958, aprofundadas no ponto seguinte, não deixam dúvidas. Meio ano depois, MC continuava a defesa do “seu” PF: “por isso não creio que haja a reechar dos Planos de Fomento; e considero obra derrotista e de mau patriotismo guerreá-los ou prejudicar a sua execução.”⁵⁸² Para José Hermano Saraiva, futuro ministro da Educação, o plano era “a mais importante e progressiva programação de ação pública” que o país conhecera, “a certeza de que no futuro nem tudo são incertezas e soluções impossíveis.”⁵⁸³

A primeira interrogação consistia em saber “como se pode ter dispensado” o “autor do II PF”?⁵⁸⁴ O embaixador de Portugal em Caracas sintetizava a “surpresa” generalizada: “a sua saída do governo surpreendeu-me. Estava persuadido de que a execução do seu Plano de Fomento, para não referir a sua incansável atuação em todos os sectores dependentes da PCM, exigia a sua presença no governo.”⁵⁸⁵ De África vinham palavras de reconhecimento escoltadas pela mesma solicitação de sempre: “em especial, a extraordinária competência com que impulsionou os estudos referentes ao plano de Fomento. Todos esperamos que não deixe de se interessar pelos problemas ultramarinos, cada vez mais graves e complexos”.⁵⁸⁶ Do Governo-geral de Angola chegava o comentário:

“Pela primeira vez vi estudar verdadeiramente esse problema tão sério e pela primeira vez vi definir em Portugal objetivos de um plano económico. Acreditei que finalmente [tinha]

⁵⁸¹ Idem: nº46 (30/04/58): “P. do Cons.º: a) Plano de Fomento – Sua apresentação e repercussão na opinião pública. Convocação de sessão ext.ª da Ass.ª Nacional para princípios de Outubro.”

⁵⁸² *Conferência no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, em 23 de Fevereiro de 1959*; em CAETANO, Marcello, *Princípios e definições*, textos de 1936 a 1967, compilados por António Maria Zorro, Lisboa, 1969, p.78.

⁵⁸³ AMC, cx.50, Correspondência/Saraiva, José Hermano: nº6 (13/05/58).

⁵⁸⁴ AMC, cx.17, Correspondência/Bernardes, Bernardino Pereira: nº1 (16/08/58).

⁵⁸⁵ AMC, cx.17, Correspondência/Branquinho, Carlos de Liz-Teixeira (diplomata português em Caracas, Venezuela): nº3 (13/09/58). Termina com o seguinte incentivo: “a sua obra já está consagrada por tanta prova, de há tantos anos; mas não terminada. Os meus votos são para que a continue.”

⁵⁸⁶ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Manuel Pimentel dos (governador-geral de Moçambique e de Angola): nº1 (22/08/58). No mesmo sentido, D. Sebastião de Resende, bispo da Beira, procurava tratar sempre com MC, á revelia do ministro do Ultramar: “porque suponho que interessa ao governo conhecer estas coisas e como não tenho a mínima confiança nem apreço algum pelo Sr. Ministro do Ultramar ousou tudo remeter a V. Ex.ª e assim cumpro um dever de consciência.” Em AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Resende, D. Sebastião, bispo da Beira: nº6 (29/03/57). O próprio presidente do conselho contribua para o envolvimento de MC nos assuntos do Ultramar e, por conseguinte, para uma certa indefinição funcional: “O presidente do Conselho disse-me que submetesse a V. Ex.ª um exemplar do projeto de reforma do Ministério, com vista a uma conversa conjunta.” Em AMC, cx.57, Correspondência/Ventura, Raul Jorge Rodrigues (professor da FDUL; subsecretário de Estado do Ultramar; Ministro do Ultramar): nº11 (07/03/56).

triumfado uma força de renovação, não no sentido abstrato [...], mas no sentido concreto de uma reforma de métodos. Acompanhei um pouco o que se seguiu e assisti com tristeza ao depenar do faisão, pela mão do jogo dos interesses e da transigência política. [...] A desmoralização resulta de que tendo usado aqui de processos semelhantes ou seja de agir dentro de uma política económica concreta e definidora (peço perdão da imodéstia), vejo que não estive de acordo com o meio ambiente.”⁵⁸⁷

2.4.3. *Infelizmente, o Marcello é imprescindível*

Por muito que a “boataria” constitua um sintoma de um certo provincianismo e mediocridade cultural, não deixa por isso de ser um “facto”, tão carregado de intencionalidade quanto, virtualmente, carente de fundamento. O triângulo central e alvo de todas as intrigas – MC, Santos Costa e Craveiro Lopes – não esgota o tema.⁵⁸⁸

O Verão parece ser a estação mais propícia à ocorrência. No de 1957, acentuou-se o fenómeno. A descrição legada por MC⁵⁸⁹ surge sustentada pela documentação.⁵⁹⁰ Mas a difusão do ruído não se limitou ao “Chiado”. De Bruxelas vinha o *feedback*: “... que as coisas da política vão melhor e se tenham acabado as coisas da politiquice. Acabado ... é como quem diz, porque, infelizmente, estou certo que o Sr. S. C. [Santos Costa] há-de tentar outros meios da mentira e da intriga (são tão variados, para mal do país!), mas ao menos que seja sempre vencido pela política de verdade, como foi o caso da última semana de Agosto e primeira de Setembro deste ano.”⁵⁹¹ De Luanda, chegava a preocupação de um familiar: “muito me tem apoquentado a ideia que te tenham arranjado mais intrigalhadas. [...] Com o

⁵⁸⁷ AMC, cx.34, Correspondência/Loureiro, Francisco Maia de (Governo-geral de Angola): nº5 (12/12/58).

⁵⁸⁸ Ver, entre outros, CAETANO, Marcelo, *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa, reimpressão da 4ª edição, 2006, introdução de José Freire Antunes, pp.81.89; ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Círculo de Leitores, 1993, pp.68-78.

⁵⁸⁹ CAETANO, Marcelo, *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa, reimpressão da 4ª edição, 2006, pp.723-734.

⁵⁹⁰ AMC, cx.28, Correspondência/Gonçalves, Manuel Henriques (licenciado em Direito; chefe do Gabinete do Ministério das Comunicações; presidente da Junta Central dos Portos): nº2 (13/08/57): “para lhe dar conta do último boato que corre pelos “mentideros” [sic] do Chiado: que o Ministro da Presidência não regressará ao Governo, melindrado com a especulação feita em volta das suas declarações à United Press acerca do regime... Os alvissareiros andam numa roda viva e eu não me admirarei se amanhã acrescentarem um ponto a este conto. Ao menos, assim entretêm o tempo de férias, já que tais sujeitos nunca fizeram nada senão perturbar o trabalho de quem ocupa cargos de responsabilidade. Por mim, não lhes dou fé, nem acreditaria em versões tão imaginativas ainda que desconhecesse os pormenores da verdade.”

⁵⁹¹ AMC, cx.19, Correspondência/Cabrita, Henrique: nº1 (26/09/57).

teu feitio, que tão bem e de há longo tempo conheço, sei que não darás parte a esse mau ambiente.”⁵⁹²

Talvez o dado mais interessante seja o facto de os “boatos que têm corrido” terem merecido um “esclarecimento” do presidente do Conselho em CdM de 03 de Setembro de 1957.⁵⁹³ Este esclarecimento não terá sido muito eficaz. Dias depois, MC não evitava (ou até incentivava?) a “inquietação” provocada por toda a situação: “As palavras do senhor ministro significam que vivemos, efetivamente, o mais grave momento da vida do regime: há “divisão e confusão”. Sob a sombra protetora do Estado Novo medraram interesses, criaram-se ambições, forjou-se a “tese catastrófica” a que V. Exia. se refere. Nunca foi possível institucionalizar o regime, elevando-se acima da vida e do valor de um só Homem.”⁵⁹⁴

A situação iria acalmar entre os dois inquilinos da PCM. Mas não quanto ao demais. Pelo contrário, desenhou-se nesse final de 1957 uma conjectura a que MC, independentemente da intencionalidade, ficaria amarrado para a década seguinte. A informação mais reveladora, em relação ao conhecido sobre a “crise de 1958”, prende-se com a entrada em cena do general Júlio Botelho Moniz.⁵⁹⁵ Terão existido, no segundo semestre de 1957, tentativas por parte da “Causa Monárquica” para que o general fosse o candidato à Presidência da República (PdR). Aliás, no fim do ano já era dado como o próximo presidente. Pela mesma altura, a “Oposição” pretendia candidatar Jaime Cortesão e tinha a certeza da concorrência do candidato “como independente ou de oposição – mas não da – o Humberto Delgado [sic].”⁵⁹⁶ A ideia ganharia

⁵⁹² AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, Manuel Queirós (empresário; financeiro; familiar da esposa de MC e padrinho do filho José Maria): nº2 (16/10/57).

⁵⁹³ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº36 (03/09/57). “P. do Cons.º – Política Interna – Boatos que tem corrido. Seu esclarecimento.”

⁵⁹⁴ AMC, cx.37, Correspondência/Melo, Manuel José Archer Homem de (advogado; deputado; diretor de “A Capital”): nº4 (18/10/57). “A carta que V. Ex.^a me escreveu, em Setembro último, para além da imerecida consideração que me dispensou, ficou-me a bailar no cérebro e passou a constituir motivo de profunda inquietação.”

⁵⁹⁵ Oficial que cedo alcançara grande prestígio no regime e construíra uma reputação de eficácia. Em 1943 fora sugerido para um cargo político. Mário de Figueiredo, que parecia próximo de Moniz e bem informado, disse então a MC: “aquele oficial estava agora totalmente absorvido; 2º) que não era homem para se encarregar de funções para as não desempenhar”. AMC, cx.27, Correspondência/Figueiredo, Mário de (professor catedrático da FDUC; deputado; ministro da justiça e educação nacional): Nº7 (12/08/43).

⁵⁹⁶ AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos (escritor; editor; diretor e proprietário do Jornal Beira Vouga): nº12 (20/12/57): “foi-me dito, por um elemento hierofântico da causa Monárquica, que o futuro presidente da República será o General Júlio Botelho Moniz. [...] Da Oposição [...] disse-me o Heliodoro Caldeira, que o candidato seria o Jaime Cortesão. E, como independente”... Heliodoro Caldeira (1906-1966) foi um conhecido advogado, opositor ao regime, que se destacou, entre outros, pela defesa de Aquilino Ribeiro, quando este foi processado na sequência da publicação de *Quando os lobos uivam*”. Ver CALDEIRA, Heliodoro, *Quando os lobos julgam a justiça uiva: texto integral da acusação e defesa no processo de Aquilino Ribeiro*, São Paulo, Liberdade e Cultura, s.d..

consistência nos meses seguintes: “O S.C. [Santos Costa] disse ao Martins Pereira⁵⁹⁷, quando ele foi demitido, que se conformasse até Maio ou Junho, porque depois, com o B. M. [Botelho Moniz] na suprema chefia, a política seria outra.”⁵⁹⁸

A confiança íntima ou as “megalomanias” de Santos Costa não foram totalmente consequentes nem chegaram a corredores menos privados do poder: “Há muita inquietação na falange da UN de Aveiro sobre V. Ex.^a. Diz-se que V. Ex.^a quer abandonar o Governo. E a inquietação fundamenta-se no facto, que é, de resto, evidente, de o Estado Novo não poder ter continuidade sem a cabeça de V. Ex.^a. Sobre a eleição presidencial, o Homem Ferreira, que é marcelista, conta-me as conversas da AN. Nada se sabe sobre o candidato da UN, a não ser que a eleição será feita – paradoxo da Democracia Orgânica! – apenas por um voto: o de Salazar. Esse voto chega.”⁵⁹⁹

O protelamento da decisão alimentava a hipótese da recondução do presidente em funções: se Craveiro ficasse, teria de “aguentar o embate dos monárquicos comandados pelo Santos Costa e pela sua divisão, armada, da NATO”.⁶⁰⁰ MC era considerado “um homem de gabinete, talvez sem paciência para aturar a náusea política” e duvidava-se que fosse o homem capaz de “enfrentar grupos e grupinhos, aguentar, sereno, o entrechoque de interesses em jogo.”⁶⁰¹ Dias depois desfaziam-se as dúvidas quanto a Craveiro Lopes, mas não quanto aos “entendimentos” económico-políticos⁶⁰² e à remodelação governamental.

⁵⁹⁷ Augusto Martins Pereira (1885-1960). Comendador, um dos mais influentes e dinâmicos empresários do distrito de Aveiro, fundador da empresa metalúrgica “Alba”, em Albergaria-a-Velha, de cuja Câmara Municipal foi presidente até ser demitido no final de 1957. PT/TT/AOS/D-G/2/4/2.

⁵⁹⁸ AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº14 (22/03/58). “Claro, ninguém sabe quem será. Mas sei eu, agora, por conversa, de há meia hora, com o Manuel Homem Ferreira [deputado por Aveiro entre 1957-65 e 1969-74], que toda a campanha anti-Craveiro é, simplesmente, anti-V. Ex.^a. E, por isso, o Homem Ferreira considera e bem que a oposição pseudo-nacionalista a V. Ex.^a, é um “crime político”. Foi por esta feliz expressão que ele surpreendeu, há dias, na Assembleia Nacional, um grupo de deputados marcellistas com quem conversava. Confesso que fui muito anti-Craveiro, porque não sabia – longe dessas tricas, como ando! – que esse problema se conectava, diretamente, com o de V. Ex.^a. [...] A camarilha civil tem o “leader”, o Lumbrales, [?] e, claro, o S.C. no sector armado. [...] As forças albinistas [?] do Distrito – as que mandam – são todas, vincadamente, pró-V. Ex.^a.”

⁵⁹⁹ AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: 15 (14/04/58). “Sabe-se que o Presidente Craveiro é marcelista. E esta circunstância dá uma alta percentagem à reeleição do Presidente. Diz-me o Homem Ferreira que V. Ex.^a tem uma grande e valorosa falange na AN. No Distrito de Aveiro, toda a UN é por V. Ex.^a.”

⁶⁰⁰ Aliás, o próprio Delgado, mais do que pelo seu “coice”, chocara por atirar “à cara a sua amizade com os Estados Unidos.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Xara Brasil (cônsul de Portugal no Rio Janeiro; Casablanca; Boston; Argentina e Oslo): nº11 (25/04/58).

⁶⁰¹ AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº16 (20/04/58): afirmações atribuídas ao advogado conimbricense César Abranches. “Disse que o Salazar não dava crédito a ninguém que não fosse da Faculdade de Direito de Coimbra. [...] O grande defeito que o Marcello deve ter, para o Salazar, é não ser de Coimbra. Se fosse da Escola do Salazar, já era o Delfim do Regime há muito tempo.”

⁶⁰² Idem: nº18 (10/05/58): “o S.C. [Santos Costa] vai interino para a marinha e a pasta será para o Henrique Tenreiro, afilhado económico do cessante. Diz-se que o “entendimento” tem de continuar..., embora o S. [Salazar] tenha querido, com a chamada do titular ao posto supremo, operar uma solução de continuidade na corrente das “operações financeiras” que estava a ser muito notada. Não é a oposição quem diz isto.”

No antepenúltimo CdM assistido por MC (16 de Junho de 1958), no rescaldo das “eleições”, uma série de temas considerados *tabu* foi abordada abertamente, coisa aparentemente rara. Aliás, contrariou as previsões, seis dias antes, de um humorístico Baltazar Rebelo de Sousa.⁶⁰³ Na reunião focaram-se o “espírito de subversão social”, o “aumento da consciência operária”, a “aliança camponesa”, a “inexperiência política do povo e da juventude” e “o destino do regime – ou melhor, a ideia de que não criamos um regime”. O que propôs o presidente do Conselho? Realçou a “necessidade de agir o mais rapidamente possível” e lançou “alguns golpes imediatos”: “renovação de pessoal político e de cargos burocráticos. Reorganização total da polícia de informação [PIDE].⁶⁰⁴ Maior verdade e sinceridade na organização e nos corpos administrativos. Maior dinamismo”; “Renovação de métodos de trabalho – esclarecimento frequente”; “Revisão Constitucional – organização corporativa desacreditada”. A terminar a reunião, o presidente do Conselho quis “esclarecer o problema político”, formulando três questões, com a habitual gravidade mística: “Formar quadrado? – ortodoxia política: forma de atuar”; “Alargar bases? – Onda de liberalismo inevitável”; “Direita? Esquerda?”. As últimas palavras registariam o presumível objetivo: “reconquistar a opinião”.⁶⁰⁵ A revisão constitucional consagrada na Lei nº2100, de 29 de Agosto de 1959, sintetizou a resposta às questões: forme-se quadrado.

Nas vésperas da remodelação e perante todas as indefinições do regime, a saída de tropas dos quartéis terá estado eminente. Somente impedida por ordem de Botelho Moniz, decidido a evitar “qualquer atitude impulsiva”.⁶⁰⁶ Mas meses depois, em Dezembro de 1958, no Porto, as “hostes oposicionistas” afirmavam (ou teriam a expectativa de) que o “Marechal [Craveiro Lopes] foi, ao Ultramar, a pedido do general Botelho Moniz que prepara um golpe de Estado que o reporá em Belém e dará a Presidência do Governo a V. Ex.^a [MC].”⁶⁰⁷ Do

⁶⁰³ AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Baltazar Leite Rebelo de: nº6 (10/06/58): “Mais vale uma solução má do que uma solução de meias-tintas. Aquela encontrará sempre quem a defenda. Esta não será defendida por ninguém. Não sei o que se passará no Conselho de Ministros. “Obviamente” não se deverá passar nada, já que para nada foi visto [?] nem achado.”

⁶⁰⁴ “O P. Card. [Pires Cardoso] saiu, porque a PIDE lhe não obedecia. Que, por este motivo, ele se fora lastimar ao S. [Salazar] e este lhe teria dito: – «deixe a PIDE em paz. Ela tem ordens minhas.»” AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº25 (07/12/58).

⁶⁰⁵ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº47 (16/06/58).

⁶⁰⁶ “E, por ele [capitão Luís Menezes Falcão, fiel subordinado de Santos Costa], através do sogro, que chegou, esta noite, de Coimbra, eu tive conhecimento de que o “12” [atual BrigInt] se preparava para sair, se “Marte” [Santos Costa] deixasse o Olimpo [governo]... O comandante da Região teria chamado o comandante do “12”, coronel Romão, à pedra e este teria negado...! Horas depois desta entrevista forçada, o general Júlio Botelho Moniz tê-lo-ia chamado, telefonicamente, também, advertindo-o de que se deixasse estar quieto, porque não haveria contemplanções para qualquer atitude impulsiva.” AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº22 (13/08/58).

⁶⁰⁷ “E, neste passo há uma afirmação inteligente. A própria oposição reconhece que V. Ex.^a é a única cabeça genial do regime. Dizem, porém – são terríveis quando atacam! – que V. Ex.^a é contemporizador, porque sofre a influência dulcificadora de um filho que é comunista e que seria o predilecto!!!” Ibidem.

Ultramar, o marechal transmitia em Novembro a MC ter sido “muito bem recebido tanto em Luanda como em Lourenço Marques, quer pelas autoridades quer pela população. Todos se empenham em rodear-me das maiores atenções.”⁶⁰⁸

Este prenúncio, três anos antes, do que viria a passar-se na “Abrilada” de 1961 é um dado relevante. MC, pouco tempo antes de falecer, negava firmemente qualquer envolvimento no “golpe de 1961” e, por conseguinte, em qualquer conspiração em 1958.⁶⁰⁹ O que seria verdade. Mas para os mais diversos quadrantes, nacionais e internacionais, MC afirmou-se como “o único elemento que pode substituir o professor Salazar”⁶¹⁰: “por todo o Distrito de Aveiro, incluindo os altos elementos da Oposição, há a repulsa pelo Santos Costa e um profundo respeito e veneração por V. Ex.^a. Mesmo os oposicionistas mais ferozes reconhecem, em V. Ex.^a, o mais alto expoente do Estado Novo, a cerebração imprescindível à sua continuidade. Os próprios monárquicos – os maiores inimigos de V. Ex.^a! Maiores do que os chamados comunistas – lhe não negam uma superioridade esmagadora. Um monárquico de muita categoria dentro da causa, dizia-me, há 3 dias: «infelizmente, o Marcello é imprescindível».”⁶¹¹

O próprio Humberto Delgado,⁶¹² quase dois meses após as “eleições” a que concorreu e a duas semanas da remodelação ministerial, partilhava com MC a sua desventura, provocada pelo “despotismo, fazendo viver tudo da oposição para a clandestinidade”.⁶¹³ Francisco de

⁶⁰⁸ AMC, cx.34, Correspondência/Lopes, Francisco Higino Craveiro: n°7 (30/11/58).

⁶⁰⁹ Em resposta a um conjunto de artigos publicados na imprensa por Afonso Costa Valdês Tomás dos Santos (advogado e antigo responsável pelos Serviços de estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino), MC afirmou o seguinte: “o articulista raia o limite do suportável na má fé. Começa por dizer que “quando ascendi ao poder” chamei para os lugares de maior confiança vários próximos dos conspiradores de 1961. Vê-se que vive na obsessão de me envolver na tal conspiração a que fui completamente estranho. Dos nomes indicados, em Setembro de 1968 Moreira Batista ocupava há muitos anos o lugar em que continuou; Rebelo de Sousa era governador-geral de Moçambique, nomeado por Salazar, e só em 1969 veio para o governo – nem um nem outro foram jamais suspeitos de conspiradores nessa ocasião. O general Deslandes também já estava investido por Salazar nas funções de Chefe de Estado-maior General. Cota Dias só muito mais tarde surgiu na Acção Nacional Popular onde se impôs por mérito próprio. Costa Gomes estava em Moçambique. Insinua o articulista que para nomear Costa Gomes Chefe de Estado-maior General tive que vencer a oposição do Sr. Presidente da república. Não é verdade. Levei a sua Ex.^a a lista dos oficiais gerais e a proposta da nomeação de Costa Gomes com o pedido de que decidisse liberrimamente, pois lhe agradeceria até outra sugestão. O Sr. Presidente não precisava de ser persuadido por mim: nunca deixou de ter os seus canais próprios de informação, como era seu direito, sobretudo nos meios militares, e se dissesse não a sua decisão teria sido gostosamente acatada. Não tinha confiança no general mas reconheceu que de momento era a única solução possível. Aliás, Costa Gomes tinha pacificado Angola”... AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Afonso Costa Valdês Tomás dos: n°10 (s.d. 1979 – 80). Manuscrito da resposta de MC.

⁶¹⁰ AMC, cx.46, Correspondência/Queirós, Carlos de Barros (jornalista e representante dos jornais brasileiros “O Mundo Português” e o “Globo”): n°1 (18/08/58).

⁶¹¹ AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: n°22 (13/08/58).

⁶¹² Ver DELGADO, Humberto, *A tirania portuguesa*, organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco, epílogo de Alfredo Caldeira e A. A. Santos Carvalho, Lisboa, Dom Quixote, 1995.

⁶¹³ AMC, cx.25, Correspondência/Delgado, Humberto: n°7 (30/07/58). Já em 1952 se queixava a MC de que os militares ganhavam pouco e sugeria-se para outros cargos: “Meu querido amigo, foi hoje mais um dos dias em que senti um “bicho-de-conta” a roer-me e a lembrar-me que há muitas mais maneiras de servir a Pátria sem ser

Barcelos Rolão Preto, o velho nacional-sindicalista e fundador integralista, que em 1957 escrevia no *República* a convite de António Sérgio, respondia à surpresa manifestada por MC em relação a esse facto, com uma profunda “deceção” do regime:

“É-me na verdade difícil, encontrar nas obras materiais destes 30 anos suficiente contrapartida para todos os sacrifícios espirituais e materiais a que temos sido constringidos, e choro sinceramente que se tenha perdido uma tão excepcional ocasião histórica de resolver problemas que vão pesar no futuro como dobradas ameaças. Uma coisa é já certa e, essa, estará por certo bem presente ao seu espírito e à sua sensibilidade que altamente admiro, a derrocada dos valores que nós quisemos resgatar e que 30 anos de duras experiências tornaram inevitável. Acredite o meu querido Doutor, não será mais em nome de «nacionalismo», de «corporativismo», de «regimes fortes» que renascerá a esperança duma justiça que foi o nosso sonho da mocidade. Imagina-se o que será o «amanhã» sabendo-se que nas próprias juventudes escolares monárquicas criadas e mantidas até aqui no espírito do integralismo, nessas mesmas, se proclama já a necessidade duma monarquia democrata, parlamentar, uma monarquia que assegure o livre diálogo!...” [sic] Mas o homem que não era republicano e não deixava de criticar “os erros e os excessos dos regimes parlamentares”, confienciava a MC as expectativas dos republicanos com quem agora contactava: “São, de resto, homens novos que nada têm com o passado e, digo-lho sem qualquer intenção, muitos têm no Dr. Marcelo Caetano uma decidida esperança.”⁶¹⁴

A dez anos de ser convidado para assumir o governo, MC encontrara-se no fio da navalha política perante alguns sectores: apreciado e depositário de expectativas dos que dificilmente o apoiariam e odiado pelos que não podiam livrar-se dele: “e eis a posição difícil em que me encontro: a de te desejar todos os triunfos a que tens direito e ao mesmo tempo a de desejar que se desmorone a situação política capaz de t’a proporcionar. Entende-me como pudes. [...] Sou efetivamente teu amigo...”⁶¹⁵ Uma posição certamente cómoda para o ego,

na vida militar profissional. Realmente quando me olho – nº1 na Escola do Exército, distinto na faculdade, distinto no curso de Estado-maior, já com 9 [?] anos de curso superior, e fechando a carreira com distinção nos Altos Comandos”. Depois de criticar os métodos de organização e recrutamento militar em Portugal, faz o seguinte e algo perturbante comentário sobre o regime: “Morro, já percebi, sem ter ocasião de por em prática o muito que tenho na cabeça, e em particular neste país onde se paga o tributo da estabilidade com... o “vitalício” de quem agarra um lugar de mando. Mas se morro sem o poder pôr em prática ao menos, lá de ano a ano, agarro na pena e desabafo com uma cabeça com quem valha a pena fazê-lo.” Idem: nº4 (23/07/52).

⁶¹⁴ AMC, cx.45, Correspondência/Preto, Francisco de Barcelos Rolão: nº5 (30/04/57): “Uma coisa além de tudo o mais me põe á vontade com estes jornalistas: é que nunca recebi deles como aliás doutros quaisquer um tostão pelos meus trabalhos. Sou livre... livre na pouquez da minha condição mas livre. Consinta-me que lhe confesse este amargo orgulho.”

⁶¹⁵ AMC, cx.14, Correspondência/Abranches-Ferrão, Fernando de Oliveira: nº1 (25/8/55): por ocasião da nomeação de MC para o Ministério da Presidência.

mas potencialmente suicida para um futuro *príncipe*.⁶¹⁶ Parece certo que, ao contrário de outras figuras do regime, estaria acima de todas as suspeitas.⁶¹⁷ Mas suster-se no meio do Egeu não seria o mais aconselhável politicamente. Até porque o *poder* ou esteve numa margem ou na outra, sempre se transmitiu.

MC sugerira que um processo revolucionário ou demasiado rápido de mudança política seria o melhor veículo para a “transmissão de poderes de corrupção”. O que significa que ainda consideraria o regime cujo governo assumira em 1968 como o melhor condicionador desses mesmos *poderes*. O seu “regresso” à universidade e à vida profissional trouxeram um hiato governativo de dez anos. Um período de afastamento constitui sempre uma oportunidade de depuração e clarificação. Interessa compreendê-lo em profundidade.

⁶¹⁶ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.131-148, cap. XIX – *de como se deve evitar ser desprezado e odiado*.

⁶¹⁷ “Dizem [a oposição] que o Tomaz tem 50.000 contos, sob nº, num Banco Suíço, resultado dos negócios escuros em que andou com o Tenreiro. Dizem que o Cast. Fern. [Castro Fernandes] é um trifulha – e, aqui, teem razão – com negociatas escuras no Ultramarino. Que permitiu que o Alfaiate Feijão fizesse um desconto de 900 contos, sob o aceite de seu pai, que não tem um chavo. Que o Vieira Machado detém o monopólio do milho de Angola. Que comprou, na última colheita o milho, lá, a 3\$50 a raza e o vendeu, cá, a 35\$00.” AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº25 (07/12/58).

Sobre Thomaz, diria MC no exílio, algo enigmaticamente, o seguinte: “Se o Almirante for desagradável comigo, o vexame será para ele a quel sempre tratei com o máximo respeito e sem nunca o descobrir fosse no que fosse.” SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, Lisboa, Verbo, pp.236-237.

III CAPÍTULO – *Política ultramarina: (des) integrado*

3.1. *Daqui que o sigamos e esperamos*

3.1.1. *Irrevogável*

Se a exoneração de MC do governo tivera sobretudo repercussões na restrita elite política (incluindo da oposição) portuguesa, a sua demissão da Reitoria da Universidade de Lisboa (RUL), acompanhado por vários diretores de faculdade, teve um impacto nacional e internacional considerável.

Entre as muitas manifestações de apoio, sobretudo nacionais⁶¹⁸, destacou-se, por exemplo, a do musicólogo João de Freitas Branco, que comunicou, no dia da demissão (05/04/62), a decisão do Governo proibir a realização do “XVII Congresso Internacional das Juventudes Musicais e da Assembleia Geral da “Fédération Internationale des Jeunesses Musicales”, e agradeceu o “interesse que lhe mereceu [a MC] aquele projeto e o contributo que se propunha dar à JMP para a sua realização.”⁶¹⁹ Na situação crescia a “ansiedade que vai

⁶¹⁸ AMC, cx.15, Correspondência/Amzalak, Moisés Bensabat: nº1 (26/04/62). AMC, cx.17, Correspondência/Belchior, Maria de Loures – Pontes (prof. da F.L.U.L.): Nº3 (06/04/62): pediu demissão em solidariedade com MC. AMC, cx.19, Correspondência/Carlos, Adelino da Palma: nº1 (12/04/62). AMC, cx.19, Correspondência/Carneiro, José Guadalberto de Sá: nº5 (25/04/62). AMC, cx.22, Correspondência/Coelho, Jacinto do Prado: nº4 (07/04/62). AMC, cx.23, Correspondência/Correia, Maximino (prof. catedrático de medicina da U.C. e seu Reitor): nº6 (19/04/62). AMC, cx.24, Correspondência/Custódio, Manuel Marques: nº1 (11/04/62). AMC, cx.26, Correspondência/Fernandes, Henrique João de Barahona: nº4 (12/05/62). AMC, cx.29, Correspondência/Helena, Manuel (arqueólogo; prof. catedrático e director da F.L.U.L.): nº1 (06/04/62): demitiu-se em solidariedade com MC. AMC, cx.33, Correspondência/Lima, António Pedrosa Pires de (secretário-geral do Ministério do Interior; director-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior): nº3 (17/04/62). AMC, cx.37, Correspondência/Meneses, Elsa: nº1 (13/04/62). AMC, cx.40, Correspondência/Negreiros, Joaquim Trigo de (subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social; subsecretário de Estado da Assistência Social; ministro do Interior; presidente do Supremo Tribunal Administrativo): nº25 (12/04/62): lamenta “os erros ou atitudes menos felizes dos homens responsáveis pela condução da coisa pública”. AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Maria de Lourdes Flor de (assistente de Filologia Clássica na F.L.U.L.): nº1 (14/04/62): telegrama a apresentar “profundo respeito” à pessoa que autorizou o seu ingresso na universidade. AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Guilherme V. (chefe dos Serviços de Contabilidade da Reitoria da U.L.): nº1 (13/04/62). AMC, cx.50, Correspondência/Sampaio, Armando Francisco Coelho (médico; político de Portalegre): nº2 (24/04/62). AMC, cx.54, Correspondência/Simão, Mário Augusto Caetano: nº1 (12/04/62): manifesto dos funcionários da Reitoria pela “honra” de terem trabalhado com MC. AMC, cx.54, Correspondência/Simões, Hélio (escritor brasileiro): nº1 (10/04/62).

⁶¹⁹ AMC, cx.17, Correspondência/Branco, João de Freitas (musicólogo): nº1 (05/04/62).

este país ficando cada vez mais isolado, tanto lá fora, como entre nós”⁶²⁰. Em determinados sectores, reforçava-se o ódio – MC era um “traidor”.⁶²¹

Precisamente “lá fora”, a demissão teve repercussões ainda maiores do que a tentativa de golpe militar um ano antes. Por exemplo em Londres ou ainda mais expressivamente em Oslo, através do jornal de grande circulação *Svenska Dagbladet*, num artigo sugestivo – “Um conhecido professor português demitiu-se em sinal de protesto, contava-se que fosse leal ao governo de Salazar” – não viam o acontecimento por menos: “A demissão de Marcelo Caetano é um protesto direto contra o Governo Português e isto merece ser ponderado porquanto ele tem um certo apoio dentro do próprio governo. Foi Vice-primeiro-ministro de 1955 a 1958, quando foi demitido por apoiar um projeto de diminuir as restrições dos partidos políticos.”⁶²² Não fora, por certo, esta a razão da sua demissão, mas o facto de ser mencionada, provavelmente com base nas mesmas fontes nacionais que transmitiram as outras informações, mostra bem a imagem que se projetou de MC. Noutro jornal, que referia como “os países da NATO receberam agora mesmo, antes da sua reunião de Atenas, uma advertência de que nem tudo caminha como deve no seu parceiro ibérico”, relatando as manifestações e confrontos do 1º de Maio, MC era definido como um “político liberal”.⁶²³

Um artigo de 6 de Junho, no mesmo jornal, refletindo sobre a “cobertura intelectual” aos “poderes” por parte dos intelectuais e sobre “os países europeus onde o espírito não disfruta de liberdade, tal como em Espanha e Portugal”, destacou novamente os estudantes de Lisboa: “É motivo de alegria e constitui um estímulo poder verificar que em Portugal, professores e estudantes estão à frente da luta contra a ditadura. [...] O Reitor da Universidade de Lisboa, Doutor Marcelo Caetano demitiu-se como protesto contra o terror da

⁶²⁰ AMC, cx.20, Correspondência/Carvalho, Fausto Lobo de (director do Jornal do Comércio): nº1 (18/04/62).

⁶²¹ AMC, cx.35, Correspondência/Marques, Pedro Correia (jornalista; director de “A Voz”): nº14 (18/04/62): “é inacreditável que se imprima em Portugal um papel que lhe chama “Traidor”! Eu nunca vejo o pasquim, mas disseram-me.”

⁶²² AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Xara Brasil (cônsul de Portugal no Rio Janeiro; Casablanca; Boston; embaixador na Argentina e em Oslo): nº20 – Anexo 1 (13/06/62). “O antigo Presidente, General Craveiro Lopes mantém contactos com Caetano que parece ter muitos partidários dentro do exército e entre os altos funcionários que o consideram o mais provável sucessor de Salazar. Caetano pediu a demissão depois de haver sido negada pela segunda vez aos estudantes a autorização para festejarem o dia mundial do estudante. As celebrações deviam durar três dias, mas, logo no primeiro dia a Universidade foi cercada pela polícia. Os estudantes regressaram às aulas depois de Caetano ter recebido a promessa de que seria dada licença para festejarem o “Dia do Estudante”. Na quarta-feira o Governo voltou com a palavra atrás e Caetano demitiu-se. A situação é explosiva, dizem de Lisboa.” O relato é, de facto, bastante fiel.

⁶²³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Xara Brasil (cônsul de Portugal no Rio Janeiro; Casablanca; Boston; embaixador na Argentina e em Oslo): nº19 – Anexo 2 (10/05/62). “A única reação parece haver sido a de vários estudantes terem sido expulsos e outros presos. A greve foi apoiada pelo reitor Dr. Caetano, político liberal e antigo membro do governo, o qual deixou de fazer parte dele em 1958. Quando o “Dia do Estudante” foi proibido Caetano pediu a sua demissão e o seu exemplo foi seguido pelos directores de várias Faculdades, os estudantes proclamaram depois “luto académico”.”

polícia sobre os estudantes, que estão em greve contra a censura e a intervenção do Estado nas suas ideias. Sacrificam-se por elas, “são pedra de escândalo” aos olhos dos que governam.”⁶²⁴

Não se regista qualquer reação do visado. A questão nem será tanto essa, mas sim saber qual o sentido, a existir algum além do conhecido, da demissão de MC para que se projetasse tal imagem. Comece-se pela carta de demissão⁶²⁵, que consiste numa descrição dura, mas formal, da forma como todo o processo teria sido mal conduzido pelo governo, que consubstancia as “razões por que insisto irrevogavelmente pela concessão da exoneração pedida”. Embora termine com o contraditório impedimento do seu estado de saúde, as razões centram-se na desautorização do governo ao reitor, que tentara serenar a situação e conversar com os estudantes. MC esforçou-se então por divulgar o conteúdo da carta pelo país, através de personalidades de vários quadrantes, recebendo o seu feedback.⁶²⁶ Quereria eliminar controvérsias? Ou, pelo contrário, vincar o simbolismo do seu ato? Apesar de os documentos que a antecedem e procedem parecerem eliminar qualquer intenção política por parte de MC, não chegam para “repudiar” outras interpretações.⁶²⁷

⁶²⁴ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Xara Brasil (cônsul de Portugal no Rio Janeiro; Casablanca; Boston; embaixador na Argentina e em Oslo): n°20 – Anexo 2 (13/06/62). Último parágrafo: ““Os estudantes batem-se contra o Estado”, foi dito nestes dias. Mais correto seria dizer “contra o Estado ditatorial”. Este é o seu dever.”

⁶²⁵ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas 1932-1968*, Circulo de Leitores, 1993, p.399-400. Reposta do presidente do conselho, pp.400-401: “Mas, por amor de Deus, não tome decisões para o futuro, porque ninguém sabe o que a Nação pode exigir-lhe em determinado momento e os serviços prestados lhe imporão a si próprio.”

⁶²⁶ AMC, cx.49, Correspondência/Rosa, Guilherme Pereira da (diretor de “O Século”): n°1 (18/04/62): agradecimento pelo envio de cópia do pedido de exoneração de MC. AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Fernando Emídio da (prof. catedrático da FDUL): n°24 (19/04/62): o mesmo conteúdo. AMC, cx.54, Correspondência/Serrão, Rui (delegado do Procurador Geral da República no Conselho de Ovar): n°1 (24/12/62): recebeu carta de exoneração de MC e afirma que toda a gente da região o compreendeu: “não me recordo de encontrar quem o censurasse pela posição tomada.” AMC, cx.4, RUL, Correspondência: n°43 (17/04/62): cartão de Fernando Santos Costa: “Agradeço muito reconhecido a cópia do seu pedido de demissão que já conhecia. Se alguém fica mal neste triste pleito (?) não é certamente o Reitor. É a mesma ausência de governo a manifestar-se em toda a parte. Deus nos acuda! Com afetuosos cumprimentos”. AMC, cx.4, RUL, Correspondência: n°45 (23/04/62): cartão do Cardeal Cerejeira: “agradece a dedicada atenção, que tanto o cativou e penhorou, do cartão de V.^a Ex.^a com a cópia da carta do pedido de exoneração de Reitor da Universidade de Lisboa [...] Lamenta sinceramente as causas que o levaram a fazer tal pedido, ficando a Universidade privada do homem que estava finalmente a realizá-la; sente-o como universitário, como português e como patriarca de Lisboa; a Universidade de Lisboa poderá salvar ainda a sua alma, empregando aqui uma linguagem analógica? Deus o queira.”

⁶²⁷ AMC, cx.4, RUL, Correspondência: n°31 (25/03/62): rascunho de carta de MC para o ministro da Educação Nacional, quando este não o recebeu:

“A recusa da parte de V.^a Ex.^a e do Ministro do Interior de me receber hoje para tratar dos acontecimentos relativos aos estudantes que eu temia prosseguissem e se generalizassem em condições inconvenientes ao governo e à Universidade, coloca-me em situação extremamente melindrosa para desempenhar as minhas funções. ~~O facto de ter de acatar, como acato, as ordens do governo não me pode impedir da não~~ Vejo que ao governo não interessa a colaboração que como Reitor da Universidade tenho o dever de lhe prestar na orientação dos problemas universitários e que como homem publico ~~tenho~~ julgava ter direito a que ~~seja~~ fosse aceite.

Nestas condições eu deporia imediatamente nas mãos de V.^a Ex.^a o cargo que exerço se não me tivesse chegado notícia de que os estudantes tentarão amanhã pôr-se em greve. O abandono das funções poderia nesta ocasião ter interpretações que ~~repudio~~ não estão no meu espírito e por isso permanecerei, se o governo o

Por ocasião de uma homenagem prestada pela UL, a 7 de Dezembro de 1960, em que pensou “pedir-lhes que desistissem”, MC aproveitou para definir publicamente as suas ambições: “Valorização pessoal, para quê? Ascendi na vida pública portuguesa a todos os postos que podia ambicionar e até a alguns que razoavelmente nunca podia pensar que ocuparia. Posso dizer, com total sinceridade, que não tenho hoje outras ambições senão a de levar a cabo alguma coisa do muito que, como professor, como investigador, como escritor, sonhei fazer. E para isso precisaria apenas saúde e paz.”⁶²⁸ Tradicional na cultura política portuguesa, até que ponto seria esta confissão verdadeiramente sentida? O distanciamento manifestado na rejeição de convites para atos públicos associados ao governo parece confirmá-la.⁶²⁹

MC colocou-se intencionalmente nessa posição delicada, ao alimentar uma imagem cujo único e sólido suporte consistia na independência que sempre cultivou. Nunca esteve em causa a fidelidade ao regime e seu líder. Por exemplo, a reunião em livro dum conjunto de textos sobretudo de cariz económico e político, publicado em 1959 sob o título *Páginas Inoportunas*, mereceu várias leituras⁶³⁰ porque se prestava a isso: “em face da pressão constante de Todo-o-Mundo sobre Cada-Um, que outra reação pode ter o homem apressado dos nossos dias que não seja a angústia? E que outra aspiração que não seja a da liberdade? Uma liberdade muitas vezes mal entendida e mal inspirada.”⁶³¹

entender, no meu lugar enquanto o conflito ~~não terminar durar~~ estiver nessa fase critica, que me esforçarei por debelar.”

AMC, cx.4, RUL, Correspondência: n.º37 (06/04/62): resposta de MC à tentativa por parte do ministro de o convencer a desistir do pedido de exoneração:

“Agradeço penhoradamente os termos da carta de V.^a Ex.^a recebida ontem à noite. Creio que, de facto, o meu procedimento não foi nunca de molde a desmerecer da confiança que o Governo em mim depositou. Mas eu é que perdi a confiança que também tinha de ter no Governo.

A minha resolução é irrevogável. [...]

P.S.: Por imposição médica, saio hoje de Lisboa por alguns dias.”

AMC, cx.4, RUL, Correspondência: n.º39 (06/04/62): cópia de cartão enviado pelo ministro da Educação Nacional a Salazar: “Senhor Presidente, como se previra, o Sr. Doutor Marcelo Caetano considera irrevogável o seu pedido de exoneração do cargo de Reitor da Universidade de Lisboa.”

⁶²⁸ CAETANO, Marcello, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962)*, Studia Universitatis Olisiponensis, Lisboa, 1974, p.171.

⁶²⁹ AMC, cx.16, Correspondência/Barbosa, António Manuel Pinto: n.º6 (28/07/59): convite para a “assinatura da escritura da constituição do Banco de Fomento Nacional”. “Teria imenso prazer em que assistisse à cerimónia pois tenho bem presente quanto se deve ao meu Exmo. Amigo no lançamento desta iniciativa”. AMC, cx.22, Correspondência/Champalimaud, António de Sommer: n.º4 (09/04/62): retribuição de carta enviada por MC a felicitá-lo pelo início de produção de aço no Seixal. Refere também a importância da ação de MC como ministro da Presidência. MC não terá a ido a nenhum dos eventos.

⁶³⁰ Simples palavras de reconhecimento, elogio e agradecimento pela oferta: AMC, cx.50, Correspondência/Saraiva, José Hermano: n.º9 (24/06/59). AMC, cx.35, Correspondência/Magalhães, Albano de (vice-presidente da Assembleia Geral e presidente do Conselho de Administração da Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial): n.º2 (24/07/59). AMC, cx.40, Correspondência/Nemésio, Vitorino (prof. catedrático da FLUL; escritor): n.º10 (18/11/59).

⁶³¹ CAETANO, Marcello, *Páginas Inoportunas*, Lisboa, 1959, prefácio.

Dessas leituras, destacam-se quatro. O escritor Amorim de Carvalho comentou a distinção entre “liberdades essenciais e liberdades instrumentais – doutrina que também se encontra na sua Ciência Política e Direito Constitucional.”⁶³² O encomiástico Afonso Rodrigues Queiró, considerava que “tão rico é o seu conteúdo e tão cuidada e saborosa é sempre a sua forma. Estou seguro de que ninguém considerará tais páginas inoportunas!”⁶³³ Baltazar Rebelo de Sousa, recebia o volume com as palavras que se seguem, embora, curiosamente, muito mais tarde do que todos os outros: “Daqui que o sigamos e esperamos: chefe uma vez, é chefe toda a vida, quaisquer que sejam as circunstâncias.”⁶³⁴

Do diplomata José Calvet de Magalhães, nomeado em 1955 por MC para a Presidência da Delegação Portuguesa junto da OECE,⁶³⁵ viria a mais meditada das reações: “denota-se no título deste seu novo livro uma ironia, decerto intencional”, de “um homem que tantos de nós desejam ver novamente influir – e de forma mais decisiva – na condução dos negócios públicos”. Retira do livro “o realismo com que os problemas são tratados e a confiança esclarecida no progresso material do país”, já que não aceitava a “ideia de que a nossa mediocridade económica é uma espécie de fatalidade a que estamos votados, que podemos remediar aqui ou ali, mas da qual não poderemos ou não deveremos libertarmo-nos inteiramente”, repudiando o que designava por “concepção antieconómica”, atribuída a uma weberiana (?) “falsa interpretação do catolicismo”.⁶³⁶ Ou talvez fosse, precisamente, uma fiel

⁶³² AMC, cx.20, Correspondência/Carvalho, Amorim de (escritor): nº4 (30/07/59).

⁶³³ AMC, cx.46, Correspondência/Queiró, Afonso Rodrigues (entre outros cargos políticos e profissionais, prof. catedrático e diretor da FDUC): nº5 (19/05/59). Após 1968 seria um dos mais fervorosos integracionistas, alinhado com os sectores mais à direita do regime. ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, I Vol., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp.46-50.

⁶³⁴ AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Baltazar Leite Rebelo de: nº7 (28/04/63).

⁶³⁵ AMC, cx.35, Correspondência/Magalhães, José Calvet de (presidente da Delegação Portuguesa da OECE; diretor-geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº1 (25/11/55). Reconduzido por MC, em Março de 1972, no cargo de administrador por parte do Estado junto da Diamang. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº33 (14/03/72), fl.4.

⁶³⁶ Idem: nº2 (28/06/59). No seguimento: “Nós temos todas as qualidades e dispomos de meios mais do que suficientes para sermos se não um dos países mais desenvolvidos da Europa ao menos um dos mais razoavelmente desenvolvidos. O principal fator limitativo tem sido o baixo nível educativo da nossa gente em geral e, duma maneira mais particular, uma certa concepção antieconómica, consciente ou inconscientemente, das nossas elites. Com efeito o nosso país sofre de há muito, a meu ver, de uma concepção económica acanhada (que se poderá chamar também uma concepção antieconómica) que parece advogar o contentamento na mediania e que, por uma falsa interpretação do catolicismo – herança de séculos de isolamento intelectual dos centros de irradiação do pensamento ocidental e dos próprios centros do pensamento católico – faz opor o progresso material ao progresso espiritual. Como se o progresso material da civilização ocidental a que pertencemos e fora da qual nada somos, não tivesse sido o produto, quanto a mim indiscutível, do seu espiritualismo – da concepção cristã do amor do próximo que permitiu a cooperação humana na liberdade do espírito, oposta à concepção das civilizações orientais que só conseguem realizar essa cooperação humana na tirania! Se queremos ser verdadeiramente cristãos e católicos devemos pugnar pelo progresso material dos povos dentro da liberdade de consciência e da disciplina social e devemos ter um ideal de perfeição que não se compadeça com contentamentos mais ou menos medíocres. Berdiaeff [Nikolai: 1874-1948; existencialista cristão russo], que em certo momento esteve muito em voga entre nós, escreveu estas palavras: “a preocupação com a vida de outrem,

interpretação de um certo “catolicismo”. O patriarca das Índias Orientais (desde 1940), vice-camerlengo (1953) e cardeal (desde 1962), D. José da Costa Nunes, agraciado com a Grã-cruz da Ordem do Império Colonial a 6 de Setembro de 1946, quando MC era ministro das Colónias, mostrava a sua antipatia pelo ex-ministro “liberal” com uma expressão sarcástica: “É um Salazar actualizado”.⁶³⁷

Pela mesma altura em que publicara o livro, MC aceitara presidir à Comissão Organizadora do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado na Bahia, em Agosto de 1959.⁶³⁸ Quando já tinha conquistado o seu espaço no Brasil há muito tempo e mantinha óptimas relações com o governo de Kubitschek⁶³⁹, MC aproveitou para contactar intelectuais de todos os quadrantes e, sobretudo, para se aproximar dos não-alinhados com o regime, como Jorge de Sena. Convidou-o para a recepção do Colóquio, mas Sena escreveu-lhe dias mais tarde a lamentar não ter respondido ao convite.⁶⁴⁰ Não terá comparecido. Isto, provavelmente, porque tinha desembarcado no dia 7 de Agosto não somente para participar no evento, mas imbuído do firme propósito de iniciar o seu exílio voluntário no Brasil.

3.1.2. *Uma voz crítica*

Não parece que a relação de lealdade e correção formal de MC com o presidente do conselho sofresse substancialmente. Entre as conhecidas divergências, críticas e arrufos, MC nunca preocupou verdadeiramente o seu antecessor. O que tinha a dizer, sempre o disse direta e, segundo parece, primeiramente ao próprio presidente. Quem age assim, não é motivo de preocupação política. O mesmo não se passava com as personalidades, grupos ou entidades da pirâmide de apoio ao regime, da oposição e do exterior. Torna-se, sobretudo até 1964-65, uma

mesmo a preocupação material, corporal, é espiritual na sua essência. Pão para mim, é uma questão material; mas pão para o próximo é uma questão espiritual.” [...] Se queremos manter a tranquilidade do nosso país e preservar a nossa independência como nação ultramarina devemos lutar por um acentuado progresso económico que possa beneficiar todas as classes”.

Ver, entre outros, WEBER, Max, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa Presença, 1983.

⁶³⁷ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº25 (05/10/59). Era então embaixador de Portugal em Roma.

⁶³⁸ Ver: <http://www.lerjorgesena.lettras.ufrj.br/ressonancias/pesquisa/ufrj/15-jorge-de-sena-no-coloquio-da-bahia-1959/>.

⁶³⁹ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Edgar (ministro da Educação e Cultura da Bahia): nº1 (02/05/59): congratula-se por ser MC a presidir à comissão organizadora do colóquio.

⁶⁴⁰ AMC, cx.54, Correspondência/Sena, Jorge de (escritor; ensaísta; prof. Na Universidade de Bahia): nº1 (17/08/59).

espécie de placa giratória, centro de muitos olhares e expectativas, voz procurada, ouvida e incômoda. Fazendo MC por isso em certas ocasiões, outras vezes aliciado para o que não desejaria. Numa realidade tão dada a mistificadas, sempre em busca de alguém nos painéis de Nuno Gonçalves, o espectro do que seria, talvez, um dos políticos *mais livres* em Portugal, ocupava um lugar de destaque nos imaginários.

Até 1965 é muito procurado por embaixadores, sobretudo e com especial consideração, pelo espanhol, brasileiro e inglês, que o convidam tanto para eventos como simplesmente para almoçar e conversar.⁶⁴¹ Pelos embaixadores portugueses é contactado assiduamente. Nalguns casos, como se ainda estivesse no governo.⁶⁴² Escreve na imprensa regularmente, embora, como é natural, mais ponderado e neutro do que na juventude. Gosta de público. Destaca-se por isso nas conferências que vai proferindo. Uma das que teve mais repercussão foi a de encerramento do Congresso Europeu Católico de Enfermagem, em Agosto de 1964⁶⁴³, sobre o processo de unificação europeia e a estrutura histórica nacional, realçando a “vocaçãõ europeia de Portugal e da contribuiçãõ decisiva que deu para a expansãõ da cultura ocidental no mundo que descobrimos”. Mereceria destaque em vários jornais, nomeadamente no *Diário de Lisboa*, de 3 de Setembro. Numa primeira página dedicada às exéquias do marechal Craveiro Lopes, falecido no dia anterior,⁶⁴⁴ a habitual *Nota do Dia*, no canto superior direito da primeira página, foi totalmente tributada ao enaltecimento de MC. Nela se escreveu o seguinte: “Numa época e num país em que a mediocridade triunfa e se confunde, lamentavelmente, a escala de valores, não se pode deixar de reconhecer que o prof. Marcello Caetano, mesmo discordando das suas tendências ideológicas, ocupa sem dúvida um lugar de primeiro plano na *intelligentzia* nacional. O discurso que proferiu há dias é uma peça

⁶⁴¹ AMC, cx.42, Correspondência/Panneton, Philippe (embaixador do Canadá em Portugal): nº1. AMC, cx.49, Correspondência/Ruzette, Barão (embaixador da Bélgica em Portugal): nº1 – nº2 (19/01/59). AMC, cx.34, Correspondência/Lyra, Heitor (embaixador do Brasil em Portugal): nº1 (05/02/59). AMC, cx.50, Correspondência/Sampaio, Sebastião (embaixador do Brasil em Portugal): nº1 (10/11/60). AMC, cx.25, Correspondência/Embaixador da Holanda: nº1 (01/03/63). AMC, cx.49, Correspondência/Ross, Archibald (embaixador britânico): nº1 (15/03/65). AMC, cx.29, Correspondência/Ibañez-Martín, José (embaixador de Espanha em Portugal): nº2 (20/08/58); nº3 (19/01/59); nº5 (30/11/61); nº6 (05/12/61); nº7 (11/06/66).

⁶⁴² AMC, cx.33, Correspondência/Lemos, Abílio Pinto de (embaixador de Portugal na Áustria e Suíça): nº1 (06/05/59); nº2 (30/11/61), nº3 (08/01/62). AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Xara Brasil (cônsul de Portugal no Rio Janeiro; Casablanca; Boston; embaixador na Argentina e em Oslo): nº11 (25/04/58); nº12 (14/08/58); nº18 (25/04/62); nº19 (10/05/62); nº20 (13/06/62). AMC, cx.40, Correspondência/Nosolini, José Pinto Osório da Silva Leão (deputado; governador civil da Madeira; embaixador de Portugal junto da Santa Sé; embaixador de Portugal em Espanha): nº28 (10/11/58). AMC, cx.43, Correspondência/Pinto, Adolfo do Amaral Abranches (general; ministro do Exército; embaixador de Portugal na África do Sul): nº8 (28/10/58). AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata e historiador): nº25 (05/10/59) – nº76 (27/05/68).

⁶⁴³ CAETANO, Marcello, *Ensaios pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, pp.59-73.

⁶⁴⁴ *Diário de Lisboa*, 3 de Setembro de 1964. Título de 1ª página: “Milhares de pessoas (incluindo gente humilde) acompanharam os restos mortais do marechal Craveiro Lopes”.

notável integrada na melhor linha do pensamento europeu contemporâneo, que revela não só a cultura do estudioso como a vocação do homem de Estado.”⁶⁴⁵

Talvez porque “não virá longe o dia em que a colaboração [política] do prof. Marcello Caetano volte a ser pedida”, Mário Neves, diretor-adjunto do *Diário de Lisboa* e primo de MC, procurava por essa altura reaproximar-se.⁶⁴⁶ Aliás, já em 12 de Março desse ano de 1964, o mesmo jornal dedicava a *Nota do Dia* a MC, retida esta desde o dia 10 pela censura⁶⁴⁷. A *Nota* celebrava a eleição, por unanimidade, de MC como vice-presidente da Faculdade Internacional de Direito Comparado⁶⁴⁸, cujo curso desse ano organizara em Lisboa. O seu nome surgia também associado aos grandes vultos da história ultramarina portuguesa, incluindo Norton de Matos.

A devoção do *Diário de Lisboa* a MC, apesar das “tendências ideológicas”, era evidente. MC apreciava-a.⁶⁴⁹ Mas quem é que se *serviria* de quem? As únicas reações à conferência de Agosto no referido Congresso, vieram de polos contrários. Ulisses Cortês, que praticamente não se correspondera com MC desde 1958, felicitava-o pelo “discurso que tinha lido nos jornais”.⁶⁵⁰ Já o velho republicano Ernesto Jardim de Vilhena (ministro dos Negócios Estrangeiros e das Colónias durante a I República), expressava a “alegria por ver, mais uma vez, elevar-se acima da mediocridade ambiente, a sua alta intelectualidade e a sua coragem”.⁶⁵¹ MC abordara mais uma vez, publicamente, “um problema de ordem política, de

⁶⁴⁵ Ibidem. Continua: “Consagrando apenas a sua actividade, por mais brilhante que seja, às tarefas universitárias, depois de duas passagens não muito prolongadas pelas cadeiras do Poder, o prof. Marcello Caetano – ousamos afirmá-lo – defrauda o País na medida em que lhe falta com a sua experiência política, que nos poderia ser útil em muitos casos. Não estamos tão ricos de valores que a sua colaboração possa ser dispensada ou recusada, se algum dia voltar a ser-lhe solicitada. E ele não poderá recusá-la em nenhuma circunstância, porque os homens públicos contraem para com o País obrigações a que não podem escusar-se, sejam quais forem os desgostos sofridos e as desilusões colhidas no exercício do Poder. O homem, quando vem a este mundo, rico ou pobre, inteligente ou estúpido, humilde ou poderoso, tem uma missão a cumprir e, sejam quais forem as solicitações do seu espírito ou as contingências a que está sujeita a sua acção, mais cedo ou mais tarde, acabará por cumpri-la. É difícil fazer vaticínios em matéria tão delicada e aleatória, mas há um que nos atrevemos a fazer sem receio de nos enganarmos: não virá longe o dia em que a colaboração do prof. Marcello Caetano volte a ser pedida e o seu nome a figurar, mais uma vez, entre os dos príncipes que nos governam, segundo a expressão adoptada pelos comentadores políticos franceses. E o País, diga-se desde já, só terá a lucrar com a aquisição – ainda que pese a muitos gregos e a alguns troianos nossos conhecidos.”

⁶⁴⁶ AMC, cx.40, Correspondência/Neves, Mário: n°7 (04/10/64).

⁶⁴⁷ AMC, cx.40, Correspondência/Neves, Mário: n°6 – anexo 1 (10/03/64): “retido em 10/03/64”; “Visado – Serviços de Censura e Autorizado com Cortes (Sede) – Serviços de Censura”.

⁶⁴⁸ Por colegas de nacionalidades diversas: ingleses, americanos, franceses, italianos, jugoslavos, canadenses, gregos, belgas, suíços, polacos, alemães, espanhóis, austríacos, soviéticos, suecos, checoslovacos, entre outros.

⁶⁴⁹ AMC, cx. 1, Artigos de imprensa: n°73 (03/09/64): recorte da “Nota do Dia: o Homem e a sua Missão”, do *Diário de Lisboa*.

⁶⁵⁰ AMC, cx.23, Correspondência/Cortês, Ulisses (membro da U.N.; ministro da Economia; ministro das Finanças; membro do Conselho de Administração do *Diário de Notícias*; presidente do Conselho de Administração da CGDCP): n°24 (29/08/64).

⁶⁵¹ AMC, cx.57, Correspondência/Vilhena, Ernesto Jardim de: n°12 (10/09/64).

“O assunto por V.^a Ex.^a exposto e desenvolvido é de alto valor e alcance para o País, pois que, [?] um dia viesse a realizar-se [adesão de Portugal às Comunidades Europeias], haveria de alterar muitas das estruturas

muito difícil solução, abrindo o campo e fazendo surgir a oportunidade a quem por ele deva interessar-se.”

Cerca de um ano depois, por ocasião do “número comemorativo do cinquentenário dos três jornais hoje representados por *A Voz*” e nas vésperas das comemorações do quadragésimo aniversário do 28 de Maio, organizadas por Baltazar Rebelo de Sousa, MC escreveu um artigo no seu estilo habitual – organizado, claro e conciso –, no qual revisitava a reação política católica ao anticlericalismo da I República e os primeiros anos da Ditadura.⁶⁵² A substância do artigo reside, porém, no destaque à forma como o presidente do conselho resolvera, no seio católico, a questão do regime:

“Quando [...] era apontado aí por 1930 como possível chefe do governo, o comentário habitual traduzia-se assim: *Esse é um técnico, um bom financeiro, mas não é um político*. Não era um político? Se as pessoas conhecessem a tese do Congresso Católico não fariam desse modo. [...] Ora o pensamento central dessa tese era o de que “a união entre todos os católicos faz-se com facilidade e sem sacrifício de opiniões políticas em todos os campos estranhos à política; mas só pode fazer-se no campo político com sacrifício de determinada atividade política”. Para [ele] era indispensável que os católicos levassem a sua atividade ao terreno político, pois só através do exercício do Poder, ou da influência nele, poderiam obter as liberdades almejadas. Ora por isso tinham de estar unidos como católicos e a união só seria possível mediante a abdicação de preferências sobre formas de regime pois era nesse ponto que justamente estava o espírito de divisão.”⁶⁵³

O texto do então professor de Direito de Coimbra causou alguma “celeuma”, sobretudo entre os monárquicos. Mas acabaria por levar a água ao seu moinho e pode dizer-se

entre nós vigentes, pois não bastariam arranjos e combinações, mais ou menos vastas como as de matéria económica que se estão preparando, e a verdade é que, salvo uma fórmula federativa adequada á variedade das características nacionais de cada povo, o nosso seria rapidamente nivelado com os países associados, o que a nós portugueses repugnaria, atenta a feição [?] nacionalista que é a nossa.” Continuava: “Não me proponho, porém, emitir opinião sobre as fórmulas a adoptar para essa “Unificação da Europa”, seria pretensão excessiva da minha parte, mas estou convencido de que ela terá de efetuar-se, ainda que o não seja, e é até provável que venha a sê-lo, quando a consciência das nações que a compõem reconhecerem, como V.Ex^a muito bem as previne a todas, o risco eminente do “mundo monstruoso que se aproxima”.”

⁶⁵² Desmistificando, de certa forma, a ideia de oposição total entre católicos e republicanos e, sobretudo, de perseguição política por parte destes últimos em relação aos primeiros. Daí, aliás, a percepção de Oliveira Salazar ao impor o designiu da “união”. Ver MATOS, Luís Salgado de, *A separação do Estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo – 5 de Outubro de 1910 - 28 de Maio de 1926*, Alfragide, D. Quixote, 2011.

⁶⁵³ PT/TT/PS/AMC/05-02: Artigos manuscritos; AMC, cx. 1, Artigos de imprensa: n°83 (65/66). “No Congresso do Centro Católico realizado em Lisboa nos dias 29 e 30 de Abril de 1922 o facto de maior relevo foi, indubitavelmente, a leitura pelo Dr. Oliveira Salazar da sua tese intitulada Centro Católico Português – Princípios e Organização e que veio depois a ser publicado por iniciativa da Comissão diocesana do Funchal. Quem hoje leia esse notável documento fica surpreendido pela pouca importância que lhe tem sido dada pelos biógrafos do autor.”

que foi o princípio do percurso político do “chefe da situação”. Ao desmistificar a ideia do homem que não queria ser político, MC recuperava a tese dos anos 20 numa altura em que estava precisamente a terminar ou tinha terminado o Concílio de Vaticano II (11/10/62 – 08/12/65) e se operava uma viragem “progressista” na orientação política e diplomática da SS. Em Portugal, essa viragem fora simbolizada, entre outros com menor visibilidade, pelo exílio do bispo do Porto em 1959⁶⁵⁴ e pelo “progressismo católico” da revista *O Tempo e o Modo*, sob direção de Alçada Baptista (próximo de MC) e Bérnard da Costa. Consciente da mudança em curso, MC lembrava subtilmente que a diferença de “opiniões” não deveria por em causa a “união” em torno da questão de regime.

Mantem-se também a par das iniciativas dalguns desses jovens progressistas.⁶⁵⁵ Mas um dado interessante é a forma como MC é procurado por opositoristas ao regime com processos na justiça por motivos políticos. Por exemplo, Abranches Ferrão procura-o em 1961⁶⁵⁶, informando-o de todo o processo, Mário Cal Brandão em 1962⁶⁵⁷ e Mário Soares em 1968.⁶⁵⁸

⁶⁵⁴ AMC, cx.43, Correspondência/ Pinto, Adolfo do Amaral Abranches (general; ministro do Exército; embaixador de Portugal na África do Sul): nº8 (28/10/58). Critica o bispo do Porto e o seu “já celebre ofício”, afirmando que caso o actual regime caia a Igreja tem muito mais a perder, por existir “latente, um mais forte sentimento anti-clerical e de desrespeito pelas coisas sagradas”.

AMC, cx.35, Correspondência/Marques, Pedro Correia (jornalista; director de *A Voz*): nº12 (15/08/58). Um mês depois da carta do bispo do Porto e na sequência da saída de MC do governo escreve: “É revoltante a estupidez destrutiva de parte da nossa gente”.

⁶⁵⁵ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (jornalista, director do *Diário Ilustrado*): nº7 (24/11/66). Informa MC sobre ciclo de conferências organizado por vários (incluindo Pinto Balsemão), com a “imposição governamental de excluir o José Tengarrinha e o Raul Rego por haverem assinado um documento político.”

⁶⁵⁶ AMC, cx.14, Correspondência/Abranches-Ferrão, Fernando de Oliveira: nº2 (14/11/61): “após 3 meses de prisão, fui incriminado nesse processo”, “pude pensar nas testemunhas”, “por isso permiti-me incluir [-te] nelas”; nº2-anexos 1, 2, 3 (1961): processo e cópias do processo.

⁶⁵⁷ AMC, cx.17, Correspondência/Brandão, Mário Cal (advogado opositorista): nº1 (28/07/62): pede depoimento de MC sobre um cliente em processo litigioso; nº2 (31/07/62): rascunho da resposta de MC. Muito cuidadoso e reservado, embora cordato e claro, tenta demarcar-se do processo.

⁶⁵⁸ AMC, cx.55, Correspondência/Soares, Mário Alberto Nobre Lopes: nº1 (18/08/68): “Certamente ficará surpreendido com esta minha carta. Por meu lado, confesso, também hesitei em me dirigir a V. Ex.^a. Resolvi-me, no entanto, a fazê-lo, partindo do facto de ter sido seu aluno e confiado na circunstância de ter sempre encontrado em V. Ex.^a, como professor, compreensão, estímulo e cordialidade.” Explica que está em “S. Tomé com residência fixa” [...]. “A minha situação aqui é, digamos, de liberdade muito vigiada.” Vem pedir parecer a MC: “V. Ex.^a, sem qualquer favor, é o primeiro administrador do País. Acresce que foi V. Ex.^a quem me ensinou os rudimentos dessa Ciência e o pouco Direito Administrativo que eu sei. Querirá – ou poderá – V. Ex.^a estudar o problema e dar-me, sobre ele, o seu autorizado parecer? É a pergunta – e o pedido – que me permito fazer-lhe.” José Magalhães Godinho, defendeu o seu caso na base da inconstitucionalidade do decreto-lei 36.387, que decretou a sua residência fixa em S. Tomé.

Nº2 (07/09/68): responde a Carta de MC: “Agradeço-lhe, sobretudo, o tom de franqueza que usou comigo e as palavras de simpatia e de apreço que entendeu dever dirigir-me. Naturalmente, quanto ao fundo do problema, tenho que aceitar e respeitar o ponto de vista expandido pelo Senhor professor; mas, como de certo compreenderá, não posso conformar-me com ele, mesmo em simples teoria.” [...]

“Diz-me V. Ex.^a na sua carta – a propósito da pena que me foi aplicada e embora sem se pronunciar quanto à medida em concreto – que, em seu parecer, se trata de uma medida de segurança imposta pelo Governo na esfera da sua competência e fundamentada na pressuposição de um perigo eminente para a segurança do estado. Por

No período imediatamente após a demissão da RUL, procuram-no para, aparentemente, o atrair para conflitos dentro do próprio governo. O caso com mais impacto foi o que opôs o então ministro do Ultramar – Adriano Moreira – ao governador-geral de Angola – general Venâncio Deslandes. MC, sem o menor indício de intervenção no caso, foi posto ao corrente de tudo por este último⁶⁵⁹ que, sentindo-se desprotegido em Lisboa e temendo o que viria a acontecer (a sua exoneração), tomou a iniciativa de o procurar. Apesar de nem sequer manterem uma relação próxima.⁶⁶⁰ O motivo residiria no azedar de relações entre MC e Adriano Moreira, que tem lugar durante o período em que este é ministro. Uma coisa parece certa: “ele o que tinha era uma voz crítica que era muito ouvida”.⁶⁶¹

3.2. O milagre da África e o espírito da ONU

3.2.1. Contradições

A admissão de Portugal na ONU, no final de 1955, aconteceu pouco depois da entrada de MC no governo. A Guerra da Coreia tinha terminado há dois anos, com a transformação do paralelo 38°N na fronteira mais militarizada do mundo. Os franceses tinham saído da Indochina há um ano, após a sangrenta derrota em Dien Bien Phu (batalha decorrida entre Março e Maio de 1954) e com um passivo de várias dezenas de milhares de mortos durante nove anos de conflito. Mas a vitória de Vo Nguyen Giap (1911-2013) e do seu Viet Minh trouxe pouco tempo de paz. Desferindo a estocada final na Declaração de Genebra (entre Abril e Julho de 1954), apenas assinada por uma França esperançada num plano

isso entende que nem o Decreto é anti-constitucional nem a medida pode ser arguida de desvio de poder.” Rebate MC, afirmando que juristas nacionais e sobretudo internacionais se têm manifestado contra a sua situação e refere a “eliminação sistemática dos adversários políticos”. [...] “Não preciso de recordar a V. Ex.^a que os governos mudam – como os regimes – mesmo quando uma grande permanência de imobilismo tende a inculcar o transitório como definitivo. Que terríveis precedentes se estão a preparar para o nosso país, de futuro incerto, defendendo tais teorias e exercendo contra cidadãos indefesos – cujo único crime é a sua proclamada discordância – tais arbítrios?”

Termina com a insistência em facultar a MC, através do amigo comum Abranches-Ferrão, os elementos do processo, para que MC reavalie melhor e formule “um juízo objectivo neste meu triste caso.”

⁶⁵⁹ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: nº3 (11/08/62) – nº10 (26/09/62). Depois desta não se regista mais correspondência.

⁶⁶⁰ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: nº1 (19/11/59). Enquanto embaixador em Madrid convida MC para encontro cultural.

⁶⁶¹ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012.

neocolonialista e pelo Vietname do Sul, os EUA anteciparam-se ao projeto de realização de eleições livres, agendadas para 1956, e, através do golpe em Saigão, colocaram no poder do Vietname do Sul o ditador Ngo Dinh Diem Jean Baptiste (1901-1963), fervoroso anticomunista cujos antepassados do século XVII haviam sido batizados por portugueses. Responsável pela perseguição, tortura e assassinato de dezenas de milhares de “suspeitos” comunistas, o governo de Diem (1955-1963) foi a primeira peça da famosa *teoria do dominó* do presidente americano (1953-1961) Dwight D. Eisenhower (1890-1969), pedra angular de toda a sua política externa, especialmente no que tocou ao confronto com a URSS.⁶⁶²

As coordenadas da política interna e externa americana causavam apreensão no governo português. Aparentemente, Lisboa não percebia as posições internacionais americanas anteriores ao golpe de Saigão ou o que designava por “passividade sistemática dos E.E.U.U.”.⁶⁶³ O anticomunismo militante no atlântico norte parecia então mais exigente na margem leste. Um ano depois, o pessimismo atingia o ponto alto após o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, realizado em Paris: “Impressão geral penosa. Desorientação, falta de ideias práticas da parte das potências dirigentes repercutida no conjunto do Conselho.”⁶⁶⁴ A corrida ao armamento estava apenas no seu início. O *Nautilus*, primeiro submarino nuclear, fora lançado às águas pelos EUA em 1954 e o *Sputnik*, primeiro satélite colocado em órbita, seria lançado pela URSS em 1957.

MC representava então o governo, como ministro da Presidência (1955-1958), em praticamente todos os foros internacionais onde Portugal tinha assento, como a OECE, a NATO e, pontualmente, a ONU. Mas, sobretudo, inteirou-se dos assuntos internacionais como só o próprio presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros (Paulo Cunha) o fariam. Aliás, substituiu interinamente o último por duas vezes. A ONU, sujeita ao poder do Conselho de Segurança e a um orçamento profundamente desequilibrado, em que só os EUA contribuía com mais de 25% do financiamento (limitado em 2012 a um máximo de 22%), viu a sua Assembleia-geral tornar-se caixa-de-ressonância do mais importante combate diplomático do regime português: o que dizia respeito ao ultramar. MC esteve nessa frente desde o início, juntando-se-lhe pouco mais tarde Adriano Moreira e Franco Nogueira. Muito se definiu nesses anos iniciais.

⁶⁶² Sobre as relações dos EUA com o Vietname ver obras baseadas nos documentos secretos revelados em 1971 pelo analista do Pentágono, Daniel Ellsberg – *United States–Vietnam Relations, 1945–1967: A Study Prepared by the Department of Defense*. Ver ELLSBERG, Daniel, *Secrets: a memoir of Vietnam and the Pentagon Papers*, New York, Viking, 2002; SHEEHAN, Neil, *The Pentagon Papers*, New York, Bantam Books, 1971; HERRING, George C. (ed.), *The Pentagon Papers: Abridged Edition*, New York, McGraw-Hill, 1993.

⁶⁶³ PT/TT/PS/AMC/MPRE/01: AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº3 (11/08/55).

⁶⁶⁴ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº16 (09/05/56).

O regime quisera travar esse combate dentro da organização, por isso esperara anos pela sua admissão. Mas a adaptação foi difícil e ausente de expectativas.⁶⁶⁵ A impressão da primeira reunião da Assembleia-geral onde se discutiu a situação portuguesa, em Novembro de 1956, era exposta por Paulo Cunha em CM. MC registava no seu caderno: “Péssima impressão sobre o sistema de trabalho e o espírito da ONU. Desunião europeia face aos países afro-asiáticos. Indecisão dos EUA que se limitam a subordinar-se à ONU. Anticolonialismo universal e sistemático. [...] O problema colonial: os territórios não autónomos, os perigos que nos ameaçam. Comissão dos direitos do homem.”⁶⁶⁶ Três meses depois, era o próprio MC quem relatava ao Conselho “a questão dos territórios não autónomos na 4ª comissão da ONU.”⁶⁶⁷

Na ótica particular do regime português, a ONU continha uma grave contradição de origem, que condicionaria toda a sua ação: “Por um lado, o princípio da igualdade soberana dos Estados. Por outro, a faculdade de intervenção coletiva, sob a direção das Nações Unidas, quando aquela fosse necessária para forçar os Estados infratores à obediência aos princípios da carta. Esta contradição há-de, como se verá, viciar todo o sistema.”⁶⁶⁸ Fosse por vício ou por virtude, a dinâmica internacional deslocar-se-ia progressivamente para outras latitudes.

3.2.2. Situação colonial

Com MC fora do governo, acentuavam-se os lamentos de África. No início de Novembro de 1958, afirmavam de Moçambique continuar-se “a crer no prof. Marcello e a clamar por uma linha de rumo que nos conduza a todos por um caminho inteligente e sério.”⁶⁶⁹ No dia 28 de Novembro o Chade, a República do Congo e o Gabão tornavam-se Estados autónomos dentro da Federação Francesa (AEF – África Equatorial Francesa). A 1 de Dezembro era a vez da República Centro-Africana. A 30 de Novembro, Craveiro Lopes relatava da sua viagem a África:

⁶⁶⁵ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº8 (06/12/55): “ONU – perigo de sermos admitidos na ONU numa leva de 18 países cujas candidaturas estão apresentadas.”

⁶⁶⁶ Idem: nº24 (27/11/56).

⁶⁶⁷ Idem: nº28 (05/02/57).

⁶⁶⁸ Em *O Direito*, Ano 86, 1954, p.110. Texto da autoria de Joaquim da Silva Cunha.

⁶⁶⁹ AMC, cx.45, Correspondência/Pires, Raul Satúrio (deputado por Moçambique): Nº1 (11/11/58).

“A minha primeira impressão é má. Sinto que este território está sem comando, que ninguém o dirige: falta o Governo-geral, faltam os Serviços Provinciais, não há governadores em vários distritos, os chefes dos Serviços desempenham [?] funções superiores. Enfim, fica-se pasmado com a falta de interesse da Metrópole pela máquina administrativa da Província, que está funcionando em muito más condições. São numerosos os casos de insucesso em trabalhos públicos por erros de conceção e execução, e não se pedem responsabilidades a ninguém. Vamos enfrentar o período de dificuldades em que o continente africano ao sul do Sahara vai entrar, muito mal preparados. E o próprio ministro do Ultramar [...] deu a triste notícia aos que vivem em África, que a nossa política ultramarina, continuará a ser aquela que há muito tinha sido preconizada pelo presidente do Conselho!! Quer dizer: nos últimos 30 anos nada de novo se passou no mundo africano...”⁶⁷⁰

Do distrito angolano do Congo vinha, a fechar o ano, a preocupação: “os recentes acontecimentos da AEF e do Congo Belga estão provocando na população europeia deste distrito uma certa preocupação. [...] A população indígena do distrito está em absoluto sossegada. Mas os projetos de anexação de Angola por parte da federação das repúblicas autónomas da AEF já não são segredo para ninguém pois vêm nos jornais belgas e da AEF.”⁶⁷¹ Por sinal, jornais bastante divulgados em Angola.

Qual a solução preconizada pelo governador do Distrito do Congo? Passava pelo reforço maciço da colonização branca: “pôr em Angola um mínimo de meio milhão de europeus, num prazo máximo de dez anos. Correremos então o risco de Angola se tornar um novo Brasil. Mas não será isso preferível a suceder-nos o mesmo que está sucedendo aos ingleses e franceses?”⁶⁷² Dias depois e no mesmo sentido relatava João de Castilho de Moçambique: “E nós por cá, por motivos vários e inqualificáveis, que não vale a pena agora equacionar e são de ti bem conhecidos, fazemos com que em Moçambique não tenhamos mais de 60.000 brancos!!!”⁶⁷³

Em 1960 anunciava-se o colapso da efémera federação francesa e aqueles territórios cortavam os últimos laços político-institucionais com a ex-metrópole. Depois da Indochina em 1954 e da crise do Suez em 1956, De Gaulle, no poder desde Junho de 1958, não demorou a perceber a mensagem do “tempo”. A Argélia seria o ensaio da sua política de “desprendimento”, aparentemente menos difícil para o homem que considerava os “europeus

⁶⁷⁰ AMC, cx.34, Correspondência/Lopes, Francisco Higino Craveiro: nº7 (30/11/58).

⁶⁷¹ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº8 (15/12/58).

⁶⁷² Ibidem.

⁶⁷³ AMC, cx.22, Correspondência/Castilho, João de (magistrado, colega e compadre de MC): nº25 (26/12/58).

da Argélia” um “milhão de imbecis”.⁶⁷⁴ Os europeus portugueses em África, que não sabiam muito bem em que conta eram tidos pelo presidente do Conselho português, queriam “apenas o direito de ser ouvidos” e encontrar uma forma de “ver isto andar outra vez”.⁶⁷⁵

A questão relativa às populações europeias parecia ser diametralmente oposta para o governo português e francês. Para o segundo era um problema. Para o primeiro, ou pelo menos para determinados sectores, seria a solução. Ou seja, a ocupação efetiva de Angola, Moçambique e Guiné (que coincidiram no facto de serem as três províncias de indigenato e as três onde viria a eclodir revolta armada), decretada na Conferência de Berlim cerca de setenta anos antes, perspectivava-se em Portugal no momento em que se questionava nas outras potências colonizadoras.

A segunda fonte de complexidade provinha, precisamente, do Estatuto do Indigenato, revogado por Adriano Moreira durante o seu governo do MdU (13/04/61 – 04/12/62). Num estudo de 1956, a pedido da UNESCO e em resposta à questão da “autonomia dos territórios não autónomos”, Adriano Moreira esclarecia as “coordenadas que definem e caracterizam as províncias portuguesas de indigenato”, porque “no sistema português, o que tem importância não é a posição geográfica dos territórios, mas sim a posição jurídica e social das populações, dando por isso origem a que se ponha em relevo que o fenómeno importante é representado pelas «situações coloniais» e não pelas «colónias».”⁶⁷⁶ Talvez esteja aqui o principal sentido da ação ministerial de Adriano Moreira: a eliminação de “situações coloniais” para assegurar a manutenção das “colónias”.

O estatuto continha, segundo o mesmo estudo, duas importantes condicionantes, que explicavam o reduzidíssimo número de assimilados e, segundo os críticos internacionais, o falhanço da política de assimilação cultural. A primeira prendia-se com o princípio da “ignorância da lei” constante do mesmo⁶⁷⁷, que entrava em conflito com o princípio racionalista do direito moderno, consagrado no artigo 9º do Código Civil português da altura, de que “a ignorância da lei não aproveita a ninguém”. Do que derivava a questão de avaliar a responsabilidade do não indígena, sobre o qual recaia exclusivamente o “dever unilateral”, e da consequente possibilidade de este vir a constituir “uma casta”, como a que está na base

⁶⁷⁴ ROUSSEL, Éric, *De Gaulle*, Verbo, Lisboa, II Volume (1945-1970), 2003, p. 224.

⁶⁷⁵ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº16 – Anexo 1 (07/07/58).

⁶⁷⁶ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.37. O estudo em causa intitula-se *As elites das províncias portuguesas de indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)*.

⁶⁷⁷ “O juiz decidirá sempre de modo a não impor aos indígenas o cumprimento de deveres que não pudessem razoavelmente ter previsto ou querido aceitar.” Idem, p.40.

“dos Estados brancos de África”. Algo que o autor recusava liminarmente e que explicaria em boa medida as hesitações do presidente do Conselho em fomentar a colonização.⁶⁷⁸

A segunda consistiria nas “vantagens fiscais e de assistência oficial” que acompanhavam o estado jurídico de indígena, das quais o não indígena não beneficiava. Em resultado, os indígenas não viam vantagens práticas na opção pela assimilação. Em 1950, existiam em Angola 30.089 assimilados, 78.826 não indígenas e 4.036.687 indígenas. Em Moçambique existiam, respetivamente, 4.349, 91.954 e 5.732.317. Ou seja, em Angola eram apenas 0,73% da população total e em Moçambique 0,075%.⁶⁷⁹

Num processo de relativização da assimilação, enquadrado com a definição dos direitos do homem e a respetiva comissão da ONU, o móbil do texto consistia em demonstrar que nenhuma das minorias presentes em qualquer dos territórios referidos “se mostrou portanto um perigo para a unidade política, e só os Muçulmanos se apresentam como uma força assimiladora, que todavia se tem mantido aliada ao colonizador. O perigo da mudança de sentido da ação de qualquer dessas minorias não vem portanto delas próprias, mas dos movimentos internacionais ou estrangeiros, tais como o movimento de ortodoxia islâmica, o pan-arabismo, o racismo orientado contra o Branco, o anticolonialismo racista, o soviétismo russo ou chinês, e a doutrina do espaço vital indiana que veladamente reclama toda a costa oriental da África para a colocação dos seus excedentes demográficos.”⁶⁸⁰

A estratégia defendida por Adriano Moreira fora definida pelo governo logo após a admissão na ONU. No CM de 21 de Fevereiro de 1956, registava-se: “ONU: vão debater-se as queixas da Sociedade antiescravagista de Londres contra o “trabalho forçado” em Angola. Necessidade de furtar as províncias ultramarinas ao controle sobre “territórios não-autónomos.”⁶⁸¹ Em Novembro, o mesmo “problema colonial: os territórios não autónomos e os perigos que nos ameaçam. Comissão dos direitos do homem.”⁶⁸²

⁶⁷⁸ “Não se manifestou até hoje em nenhuma das províncias de África a existência de qualquer grupo branco animado do anticolonialismo nacionalista que está na base dos Estados brancos de África. Isso não impede que os intelectuais se interroguem algumas vezes sobre a questão de saber se os colonos de origem nacional não estarão a sofrer um processo de desnacionalização nas províncias de África.” Idem, pp.42-44.

⁶⁷⁹ O próprio presidente do Conselho utilizaria exatamente a mesma argumentação para consumo externo aquando da eclosão do conflito em Angola: “de há uns tempos se vem verificando que dezenas de milhares de elementos destribalizados, embora de posse de todos os requisitos necessários á mudança de situação legal, preferem não a requerer, porque a sua continuada sujeição ao regime contemporizador lhes assegura grandes benefícios materiais, com isenção de taxas fiscais e quanto a relações jurídicas de excepção.” Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.34 (Maio de 1961).

⁶⁸⁰ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, p.62.

⁶⁸¹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°13 (21/02/56).

⁶⁸² Idem: n°24 (27/11/56).

3.2.3. *Oportunismo semântico (inter) nacional*

Adriano Moreira realçou, em resposta à questão de saber se defendera o integracionismo vigente, a natureza “ciclotímica” das palavras, “porque ao mesmo tempo que são agressivas também são submissas.” Ofereceu como exemplo “os soviéticos”, que “diziam que eram uma democracia!” Ou seja, a “palavrinha tinha de obedecer”⁶⁸³, numa imagem totalmente inspirada pelo presidente do Conselho.⁶⁸⁴ É uma observação da maior pertinência porquanto toda a diplomacia se baseia na elasticidade das palavras, tanto ou mais do que na dos conceitos. O que se aplica, com particular rigor, à luta diplomática travada pelo regime português no espaço da ONU e, com semelhante cuidado, às variações linguísticas verificáveis no seio do próprio regime. Cujo enquadramento permitirá clarificar processos de atuação.

A questão, que não oferece novidade, girava em torno da interpretação do artigo 73º da Carta das Nações Unidas, relativo aos territórios não-autónomos. Para estudar o problema, a Assembleia-geral da ONU constituiu o *Comité Ad Hoc de Seis Potências*, e, para fazer chegar o assunto ao Conselho de Segurança, considerou a “justa aspiração” dos povos submetidos a “subjugação colonial” e respetiva denegação uma “ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional”. Convidaria também Portugal a integrar o *Comité de Informações de Territórios Não-Autónomos*, perante o qual teria de apresentar regularmente relatórios sobre a administração dos territórios. De forma resumida, era este o quadro.

Para Franco Nogueira (ministro dos Negócios Estrangeiros entre 04/05/61 – 10/69), não havia como “evitar a internacionalização do problema do ultramar português”: “a verdade é que *nenhum* relatório enviado por nós jamais satisfará a Assembleia, que sempre exigirá mais e mais, e nunca aceitaria ou reconheceria validade política ou jurídica a qualquer reserva de soberania que formulássemos. O objetivo da Assembleia é um e só um: expulsar a

⁶⁸³ Entrevista, Julho de 2012.

⁶⁸⁴ “Mas os países europeus estão mais sujeitos a essa pressão que deriva mais do prestígio das palavras que das características essenciais do sistema. Muitos teriam receio de afirmar que não são democratas à maneira inglesa ou americana. Seriam logo suspeitos na vida internacional. Os russos e satélites pretenderam resolver o problema fazendo totalitarismo e chamando-lhe *democracia popular*. Se entre nós pretendermos manter estabilidade e eficiência governativa, teremos de conservar o mais possível os traços constitucionais do autoritarismo. Isto porém parece compatível com o alargamento do uso de certas liberdades fundamentais, sobretudo se a democracia orgânica que tão bem vai com o corporativismo for sucessivamente superando a democracia inorgânica de carácter individualista e liberal.” Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, pp.163-164.

soberania nacional dos territórios ultramarinos, que não considera portugueses. Tudo quanto signifique negar, adiar ou embaraçar a prossecução daquele objetivo não será acatado pela Assembleia.”⁶⁸⁵ Este trabalho de Franco Nogueira, publicado quando iniciava a defesa intransigente da “validade *real* da conceção ideológica portuguesa e a sua viabilidade”, era todo um programa de atuação, seguido religiosamente durante oito anos.⁶⁸⁶ Pouco tempo depois de iniciar funções, Nogueira tornara-se “uma das grandes vedetas da Assembleia, exprimindo os próprios africanos admiração pelas suas qualidades.”⁶⁸⁷

Pelo menos desde 1956⁶⁸⁸ que Adriano Moreira estava totalmente sintonizado com aquela linha de “intransigente” defesa da política oficial do regime, apoiada na seguinte análise da conjuntura internacional:

“Toda a ideologia neutralista [espírito de Bandung] ataca frontalmente o modo português de estar no mundo. A experiência dos outros mostra-nos que o carácter funcional da estrutura política de um povo implica, quando se transige sobre qualquer ponto fundamental, a entrada num período de inesperadas e incontroláveis modificações de toda essa estrutura política. De modo que não se vê outro caminho que não seja o da firmeza, na manutenção dos

⁶⁸⁵ NOGUEIRA, Franco, *As Nações Unidas e Portugal (estudo)*, Ática, Lisboa, 1961, pp.159-160. Prossegue: “Nem melhor remédio se buscaria em ceder um pouco, ou aos poucos: se essa cedência não afectasse a própria essência da posição de fundo, porque esta é que está verdadeiramente em causa, não seria tida por válida pela Assembleia: e em nada alteraria a situação parlamentar. E do mesmo modo se afiguram improficuas, pelo menos a longo prazo e por si mesmas, e dentro da composição política actual da Assembleia, quaisquer tentativas de adotar uma atitude semelhante à da Espanha. Porque as posições que comandamos são muito mais vastas e importantes que as da Espanha, e portanto suscitam muito maior interesse; e ainda porque a atitude assumida pela Espanha só foi aceite, aliás em princípio e a título provisório, precisamente para melhor se isolar Portugal no plano parlamentar das Nações Unidas e criar-lhe, por esse modo, uma posição política mais difícil. [...] Acorre ainda ao espírito outra interrogação, e poderá suscitar-se o problema de saber qual o resultado que teria, no quadro atual da Assembleia, uma declaração de intenções quanto ao futuro do Ultramar português. Digamos: que efeito teria neste momento uma declaração de que, dentro de vinte ou quarenta anos, Portugal estaria pronto a rever o problema e a conceder a «independência» às províncias ultramarinas, se estas a desejassem, e dentro do conceito de independência que é *hoje* válido na comunidade internacional? [...] Mas uma tal atitude, para ter validade política internacional e alterar radicalmente a situação parlamentar, supõe a validade da sua motivação. Ora esta é frontalmente rejeitada pela Assembleia. [...] Tudo quanto não signifique «independência», incondicional, imediata, e sem reservas, não é reconhecido no quadro da Assembleia. Foi justamente uma tentativa semelhante que a Bélgica pretendeu realizar no Congo, e Bruxelas estabeleceu de início um prazo de trinta anos que no mero lapso de alguns meses teve de ser sucessivamente reduzido para um ano. Conhecem-se os resultados desastrosos para todos, e antes de mais para o próprio povo congolês, e cabe perguntar se a lição não deveria aproveitar à Assembleia. Deveria, sem dúvida; mas não aproveitou. Porque se atribui à Bélgica a culpabilidade exclusiva de quanto aconteceu, e do sucesso depressa se extraiu mais uma *prova política* dos malefícios da colonização.”

⁶⁸⁶ NOGUEIRA, Franco, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970.

⁶⁸⁷ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, André Gonçalves (ex-aluno de MC; prof. da FDUL; diplomata e administrador da Petrosul): nº3 (02/10/61 ou 62).

⁶⁸⁸ Ver MOREIRA, Adriano, *Política Ultramarina: estudos de ciências políticas e sociais*, Ministério do Ultramar – Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1956. Ver particularmente pp.129-238. De sublinhar também que os conceitos de Ciência Política, Direito Constitucional e Política na base das lições que compõem esta obra eram totalmente devedoras de Marcello Caetano, como expresso na Introdução (pp.11-39).

nossos próprios processos e convicções. [...] Afastados esses perigos⁶⁸⁹ e pressuposta a paz, poderemos resistir com base na unidade nacional à política do revisionismo de fronteiras que já se manifestou concretamente em relação a parcelas importantes do território nacional; às tentativas de que a ONU tem sido teatro principal, no sentido de negar o reconhecimento internacional da nossa soberania plena sobre as províncias; às tentativas de fazer aparecer *elites* indígenas que invoquem *projetos nacionais* contra a nossa unidade nacional. Poderemos assim continuar a dar uma contribuição altamente valiosa e positiva para a sobrevivência da Europa e para a liberdade e progresso da África. Uma Europa entendida segundo um conceito de ação e que está sensivelmente compreendida na NATO. Uma África onde a projeção do nacionalismo europeu deu origem a um regionalismo que não pode ser desconhecido e sobre o qual não nos é possível a menor transigência.”⁶⁹⁰

Ora, o governo (do qual MC ainda fazia parte) previra desde o início a origem da relativa importância da Assembleia-geral da ONU: “Política africana: a) ofensiva do BIT nos territórios africanos; b) proposta na ONU para a criação de uma Comissão Económica para a África; c) regresso na 4.^a comissão da ONU da questão do art.º73 (territórios não autónomos): o problema da maioria de 2/3.”⁶⁹¹ Adriano Moreira dava conta publicamente desse problema ano e meio depois⁶⁹², apontando-o como um dos motivos porque teria sido convidado para o

⁶⁸⁹ “Entre uma África que expulsa o Branco e outra que discrimina contra o Africano, a nossa doutrina de igualdade dos homens presta um notável serviço para a manutenção da paz. Até hoje, só o chamado Partido Comunista Português se manifestou em concordância com o neutralismo, o que nos permite afirmar que a tradicional doutrina portuguesa continua a ser património comum da nação. De dois perigos creio que teremos de defender-nos sempre: de um etnocentrismo branco, baseado num sentimento de defesa, e só possível se o colono perder a confiança em si próprio; de um epifenómeno ligado a esse etnocentrismo branco, e que se traduziria na resistência dos interesses estabelecidos à realização da política social que a Constituição consagrou como programa nacional.”

⁶⁹⁰ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.117-118. O estudo em causa intitula-se *A África e o Ultramar Português na Conjuntura Internacional*, datado de Março de 1959 e resultante de uma conferência proferida no Instituto de Altos Estudos Militares.

⁶⁹¹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº39 (27/10/57).

⁶⁹² “O neutralismo proclamou a sua fidelidade à Carta das Nações Unidas. E até aconteceu que a Constituição Política da República da Guiné, promulgada em 12 de Novembro de 1958, disse expressamente: «O Estado da Guiné dá a sua adesão total à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Proclama a igualdade e a solidariedade de todos os seus nacionais sem distinção de raça, de sexo ou de religião. Afirma a sua vontade de desenvolver todos os esforços para realizar e consolidar a Unidade na Independência da Pátria Africana». Considerando que a Carta das Nações Unidas é mais um texto político que um texto jurídico, cujo significado vai sendo estabelecido ao sabor da vontade da maioria, compreende-se perfeitamente esta posição do neutralismo em face da ONU, coerente com a proclamação de Bandung no sentido de unirem os votos e obter a maioria na Assembleia Geral. Este programa tem sido eficientemente realizado, e o ano de 1960 é considerado pelos especialistas como o «grande ano» dos Africanos na ONU. Nesse ano terão obtido a independência a Somália, o Togo, os Camarões e a Nigéria. Conhecido o alinhamento habitual dos votos, o anticolonialismo disporá nesse ano de uma maioria absoluta na Assembleia Geral, partidariamente disciplinada.” MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.114-115.

governo em 1961. Mas já em Novembro de 1956 passara algumas semanas integrado na delegação portuguesa na ONU. À terceira semana escrevia a MC:

“Perdeu inteiramente o espírito de S. Francisco, e geralmente é possível saber-se, por antecipação, a expressão numérica de qualquer votação. O anticolonialismo é um tema obrigatório em todas as comissões. [...] Um dos problemas, a que chamarei processual, mais sério para a nossa delegação, é que realmente não pertencemos a grupo nenhum, exceto, de uma maneira muito vaga, a uma vaga Europa, que assiste trocista à passagem dos delegados ingleses pelas comissões com um ar de Rainha Vitória. [...] Não devemos iludir-nos sobre a posição relativa da nossa influência na opinião da Assembleia. Pessoalmente, não creio que devamos amedrontar-nos demasiadamente com a possibilidade de ataques iguais ou semelhantes aos que acabam de levar a África do Sul a abandonar praticamente a ONU [...]. Já sofremos grandes campanhas no passado, e cá estamos”.⁶⁹³

MC receberia em primeira mão, durante o ano de 1960, a confirmação destas dificuldades.⁶⁹⁴ Destacava-se a importância do “clima emocional” dos afro-asiáticos e propunha-se o seguinte modo de atuar: “contra isto só vejo o remédio de afirmar corajosamente uma doutrina portuguesa nesta Organização, sem o medo de estar em minoria e pondo completamente de lado a vocação para satélite que às vezes parece caracterizar a nossa ação diplomática, muito preocupada em saber o sentido desta ou daquela delegação, para a seguir. Uma posição de combate, [?], cada ano, a obter mais apoio para o nosso modo especial de ver os problemas: outras delegações procederam assim no passado, com êxito.”⁶⁹⁵

Em que consistiria esse “modo especial de ver os problemas”? Com o objetivo de desconstruir a estrutura formalmente jurídica da Carta da ONU, Adriano Moreira publicava em 1957 um interessante texto na revista de MC, intitulado “Jurisdição Interna dos Estados”.⁶⁹⁶ No qual realçava o “acolhimento e proteção [na Assembleia-geral da ONU] da regra política que se traduz em *internacionalizar suficientemente o problema*”, defendendo que “o princípio da razoabilidade na interpretação dos textos impõe que tais problemas [de jurisdição interna] não sejam sequer discutidos na Assembleia.” Atitude sintetizável numa “afirmação que se tornou banal, e se traduz em dizer que a *Assembleia é soberana*.”

⁶⁹³ AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, Adriano José Alves: n°3 (04/12/56).

⁶⁹⁴ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, André Gonçalves (ex-aluno de MC; professor da FDUL; diplomata e administrador da Petrosul): n°1 (02/10/60). Enquanto membro da “Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas” descreve a MC a admissão de novos países africanos e a configuração da complicada situação para Portugal na organização.

⁶⁹⁵ *Ibidem*.

⁶⁹⁶ *O Direito*, Ano 89, 1957, pp.139-150.

O reforço dessa perspectiva convergia para a ideia de que os problemas concretamente suscitados eram resolvidos em função “do arbítrio do concerto dos grandes” e “do oportunismo da conjuntura política”. Palavra, aliás, massivamente repetida por Adriano Moreira.⁶⁹⁷ Mas não só. Franco Nogueira partilhava integralmente a semântica. Escrevia Nogueira em 1961: “Ora os interesses reais da comunidade internacional parecem ser opostos aos conceitos ideológicos dominantes, e apenas o oportunismo político das grandes potências, que se desenrola num clima de guerra fria e luta pelo poder, empresta àqueles uma eficácia que de outro modo não possuiriam.”⁶⁹⁸

A questão de fundo consistia na profunda reconfiguração internacional em curso desde o fim da II Guerra Mundial, e que era formulada da seguinte forma: “o que a política de equilíbrio parece hoje oferecer ao mundo é aquilo que foi expressamente chamado o equilíbrio da impotência, visto que, até ao momento, ainda não se verificou que uma potência ou grupo de potências exhibisse um poder suficiente para impor a sua política”.⁶⁹⁹ Esta era a brecha explorada pelo regime português, a esperança da sua intransigência jurídica. Confrontada, é certo, com os dois novos fenómenos que sujeitavam o direito internacional ultramarino: “a repercussão dos novos interesses estaduais sobre o sentido das regras em vigor” e o “processo de substituição de algumas regras secularmente respeitadas, por outras”.⁷⁰⁰ A consciência portuguesa do fim do *euromundismo* contraria uma certa ideia de *alheamento* da realidade. O que parece ter existido foi uma determinação em enfrentar todas as dificuldades jurídicas internacionais, a começar pela inspiração anglo-saxónica da Carta, baseada na tradição dos países da *common-law*, empírica e anti-conceptualista, por oposição á tradição do direito romano. Todavia, a maior dificuldade internacional era suscitada pela (in)definição geoestratégica das grandes potências em relação a África.

⁶⁹⁷ “Parece-nos claro que o referido princípio do respeito pela jurisdição privativa dos Estados em relação às matérias que são essencialmente de foro interno, constitui o limite jurídico ao oportunismo político da Carta, que dirá exclusivamente respeito, numa interpretação razoável, às restantes questões. Isto é, em relação aos problemas que dependem essencialmente da jurisdição interna dos Estados, nunca, em bom direito, devem manifestar-se os órgãos da ONU; a sua intervenção nas outras questões é que dependerá do oportunismo comandado pela conjuntura política. Todavia, o teor geral da vida da Organização é no sentido de a encaminhar para a intervenção oportunista em qualquer problema, sem acatar a distinção básica que acima fica apontada. Daqui a necessidade de uma afirmação vigorosa do princípio jurídico, e da determinação do seu conteúdo, por se afigurar ser a única arma válida contra o abuso processual que se tornou quase regra da vida da Organização.” Em *O Direito*, Ano 89, 1957, p.142.

⁶⁹⁸ NOGUEIRA, Franco, *As Nações Unidas e Portugal (estudo)*, Ática, Lisboa, 1961, p.164.

⁶⁹⁹ MOREIRA, Adriano, *Tendências Políticas do Direito Internacional Ultramarino*, em *O Direito*, Ano 91, 1959, p.110.

⁷⁰⁰ Idem, pp.108-109.

Quanto à política sino-soviética, as dúvidas eram menores⁷⁰¹, prevendo-se com inegável acutilância o que viria a verificar-se a partir de 1961, com o conflito primeiro em Angola, depois em Moçambique e Guiné.⁷⁰² Já quanto aos EUA, que no início provocaram inquietação pela sua “passividade”, talvez não existisse a percepção da superior complexidade da sua posição geoestratégica. Que a simplicidade da designação de “aliado” escamoteava.⁷⁰³ Aquela caracterizar-se-ia pela *negativa*, um pouco a “impotência” de que falava Adriano Moreira, no sentido em que os EUA se viram bloqueados numa espécie de *quadratura do círculo* diplomático: não queriam perder a luta pela influência em África com a URSS nem queriam perder o apoio dos aliados ocidentais, já que qualquer apoio explícito à política colonial europeia significava o risco de perder toda a possibilidade de influência junto dos movimentos emancipalistas a médio prazo, para além de contrariar o seu posicionamento histórico; por outro lado, o apoio explícito aos movimentos condicionava a relação com os aliados europeus, sempre muito delicada, como De Gaulle fez questão de demonstrar. Poder-se-ia desmultiplicar este tabuleiro quase indefinidamente.⁷⁰⁴ Muito mais do que a URSS e a China, os EUA encontraram-se perante a gestão de complexos e variados *equilíbrios*, acrescidos pelas dificuldades da realidade interna, repleta de desafios e contradições.

Enquanto a palavra “aliado” seria intencional mas equivocadamente interpretada, dado a existência de um inimigo comum suscitar a ilusão (ou esperança) de uma estratégia comum, a evolução semântica do chamado “neutralismo” era catalisada pelo discurso político oficial. A percepção da ineficácia da “conferência de Estados” realizada em Bandung em 1955, reorientaria a conferência seguinte, no Cairo, em 1958, no sentido de a transformar numa “conferência de povos”. Deste modo permitiria “mobilizar todas as energias revolucionárias

⁷⁰¹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº5 (18/10/55): “continua política dos sorrisos da URSS, tendo havido aproximações pessoais dos diplomatas soviéticos em Roma e Genebra, assim como da China vermelha, em relação aos portugueses.”

⁷⁰² “Tal como explicou claramente [Lenine], a libertação das nacionalidades, como processo desagregador dos impérios pela formação de novos Estados, era um passo preliminar do soviétismo nos territórios dependentes do Ocidente: o nacionalismo é, nessas regiões, a vanguarda da revolução; depois, no plano interno, será a altura de o partido comunista lutar pelo poder. [...] A falta de uma burguesia revolucionária, a falta de uma nacionalidade definida ou a ausência de um clima de conflito social são tudo circunstâncias que podem perfeitamente ser enfrentadas pela técnica de Mao Tsé Tung e que representa a sua maior contribuição para a doutrina tática do partido: o partido deve tomar conta de uma parcela do território, estabelecer um governo efetivo e partir dessa base para a conquista do poder integral pela força. Foi assim que procedeu na China, na Indochina e na Coreia.” MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.68-69.

⁷⁰³ Ver, entre outros, ANTUNES, José Freire, *O fator africano 1890-1990*, Lisboa, Bertrand, 1990; *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991; *Os Americanos e Portugal: Os Anos de Richard Nixon 1969-1974*, Lisboa, Dom Quixote, 1986; *Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

⁷⁰⁴ Ver, entre outros, JERÓNIMO, Miguel Bandeira, PINTO, António Costa, *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, Edições 70, Lisboa, 2014.

contra as soberanias de raiz não africana, e assinar ao movimento de união um objetivo que dispensa o princípio nacionalista: a luta contra a raça branca, que representa na África Negra o princípio da definição política dos territórios”. Teria ainda, sempre numa ótica adversa aos interesses do regime português, “a vantagem de poder chamar à conferência os representantes dos partidos da oposição daqueles Estados afro-asiáticos que não têm dado acolhimento oficial ao avanço soviético, como as Filipinas, o Paquistão e alguns países do Médio Oriente.”⁷⁰⁵

De acordo com o firme propósito de responder à agenda neutralista, o governo português acolhera de braços abertos a ideia da “Conferência Africana anti-Bandung”.⁷⁰⁶ Mas a resposta fundamental para o regime, segundo um dos intérpretes da política oficial, passava pela “autenticidade” na defesa do integracionismo constitucional: “Ora, segundo cremos, tal fidelidade [das populações nativas] depende da nossa própria fidelidade a uma política secularmente definida e experimentada, e depende muito principalmente de mantermos a coerência entre a nossa doutrina e a nossa ação. Depende, em suma, da nossa autenticidade.”⁷⁰⁷ A vitalidade semântica na defesa desse “modo especial” português, protagonizada, neste caso, por Adriano Moreira, concretizava-se com elevada expressividade:

“Foi sem dúvida esta conceção de vida igualitária, de democracia humana, a contribuição mais significativa da ação portuguesa no mundo para a valorização do homem. Uma ação no mundo absolutamente alheia à ideia de conflito e de domínio, ao sentimento de superioridade e inferioridade racial, ao esquema simplista da dialética entre a agressão e a resposta. O menos que podemos recomendar, nos tempos difíceis que vivemos, é a fidelidade a esta inquebrantável linha de conduta, que deu origem ao único humanismo que até hoje se mostrou capaz de implantar a democracia humana no mundo para onde se expandiu o Ocidente.”⁷⁰⁸

Seria a “democracia humana” uma extensão natural da “democracia orgânica” proclamada pelo regime? Tudo indica que sim. Também Franco Nogueira, embora optando por outra declinação, defendia entusiasticamente a “democracia racial” portuguesa.⁷⁰⁹ À

⁷⁰⁵ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n°34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.69-70.

⁷⁰⁶ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°5 (18/10/55): “Bandung”: “movimento das 29 nações ázio-africanas continua”; “Conferência Africana anti-Bandung”; “A U. S. Africana também pensou numa OTAN africana”; “Lançamos a ideia de em Lisboa os embaixadores das potências com interesses em África se porem em contacto para se ir definindo uma diretriz comum”.

⁷⁰⁷ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n°34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.101.

⁷⁰⁸ Idem, p.77.

⁷⁰⁹ NOGUEIRA, Franco, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970, pp.137 e 171.

“autenticidade” e “democracia humana”, adicionava MC, em Setembro de 1960, numa palestra em Lourenço Marques enquanto reitor da UL, o “amor” para a realização do “milagre da África”. Porque esta não teria nada a “lucrar com a substituição de estruturas políticas como a portuguesa, por outras em que a um velho equilíbrio, sempre orientado no sentido da formação de uma sociedade plurirracial, se substituam fórmulas que suscitando o regresso a fases primitivas de barbárie.” Terminando exuberantemente: “Que o Espírito fecunde a África! E que Portugal continue a cumprir na África a sua vocação – que é o seu destino!”⁷¹⁰

A convergência na semântica e na substância, nestes primeiros anos após a admissão na ONU, são evidentes. A prática suscitaria, quando nada o faria prever, divergências. Com Adriano Moreira, “um rapaz do Marcelo”⁷¹¹, desencadear-se-ia um conflito pessoal e político, durante o tempo em que Moreira foi ministro do Ultramar. Franco Nogueira, cuja política diplomática MC subscrevia integralmente⁷¹², afastar-se-ia do governo de MC, em 1969, em alegado desacordo com a política seguida. Convertendo-se depois, na AN, num dos principais elementos dos chamados “ultras”.

Parecia não existir *semântica* capaz de resistir ao poder.

⁷¹⁰ CAETANO, Marcello, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962)*, Studia Universitatis Olisiponensis, Lisboa, 1974, pp.137-138.

⁷¹¹ AMC, cx.15, Correspondência/Associated Press, The: nº1 (1955). “Não resisto a escrever-lhe hoje, depois de ter assistido á sessão de encerramento da Semana do Ultramar, – depois de ouvir a esplendida e substancial palestra do nosso Adriano Moreira. Tinha igualmente ouvido a conferência do Dr. Silva Cunha – outra obra de fundo. Escrevo-lhe para o felicitar pelos seus dois discípulos, pois são sem dúvida dois belos rebentos dessa excelente semente que o meu Exmo. Amigo tão generosamente tem lançado á terra portuguesa. [...] Porém, tendo ido depois dar uma volta pela Feira com o prof. Mendes Correia, [...] dizendo eu a propósito que “eram dois brilhantes rapazes do Professor Marcelo Caetano... ouvi esta coisa também muito grata e curiosa da espontaneidade do Mendes Correia: “mas eu também sou um “rapaz” do Marcelo”! E, explicou: “foi ele que me levou para lá e tenho sempre procurado seguir o seu pensamento”!”

⁷¹² Na 3ª edição, de 1965, da sua obra *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, MC não chega a desenvolver o período após a entrada na ONU, remetendo integralmente para a obra de Franco Nogueira: “O livro em que mais lucidamente essa fase actual do conflito é exposta, é o do Dr. A. Franco Nogueira, *As Nações Unidas e Portugal*, 2ª ed., 1962. Embora o A. desconhecesse o nosso livro *Portugal e o direito colonial internacional*, a sequência dos acontecimentos estabelece entre ambos uma lógica sequência de matérias.” CAETANO, Marcello, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Ática, Lisboa, p.247.

3.2.4. O maior esforço militar da sua história

3.2.4.1. Antecipação da crise

As exigências militares resultantes da integração de Portugal na NATO, em 1949, e do anterior Pacto Luso-Espanhol começaram a preocupar seriamente o governo português em meados da década seguinte, quando MC entrou para o governo. Os conselhos de ministros, habitualmente dominados pelas questões geopolíticas internacionais, espelham-no. No conselho de 2 de Agosto de 1955 abordaram-se largamente as necessidades de defesa do país quer externamente, no âmbito da organização, quer internamente. As “possibilidades” portuguesas não eram animadoras. MC registaria nos seus apontamentos os aspetos que considerou mais importantes. No exército, só a “Divisão NATO” estava “pronta”, para as demais faltavam “armas especiais que os EUA só fornecem para a divisão NATO”, a “artilharia antiaérea” era “antiquada”, existia uma enorme “falta de quadros” e “tecnicidade do material” a necessitar de reparação”. Na Marinha tinha-se verificado uma “recente evolução da sua preparação, que era reduzida e passou a ser boa”, bem como a necessidade de criar reservas”, embora o grande problema fosse o “envelhecimento dos navios de guerra”, carecidos de “modernização e substituição.” Já na Aeronáutica, apesar dos “percalços sucedidos”, ter-se-iam verificado “grandes progressos.”⁷¹³

No conselho de 6 de Setembro do mesmo ano ainda se fazia um balanço ao “Plano de 1930” para o reequipamento da Marinha de Guerra. Pouco se tinha executado. Do programa seguinte, de 1938, praticamente “só se construíram vedetas de fiscalização”. Depois de uma listagem pouco numerosa dos navios de pequena tonelagem existentes e dos que estariam em construção, a conclusão no que dizia respeito à defesa do ultramar não era animadora: “Em escoltas oceânicas estamos piores: contou [o ministro da Marinha] os contratorpedeiros e as fragatas, que estão velhos e não vêm aí outros. Vamos ficar com muitos navios pequenos e caros e sem navios grandes. Dentro de poucos anos não teremos navios para missões de soberania no Ultramar.”⁷¹⁴ O problema de fundo era sempre orçamental: só um “contratorpedeiro custa hoje 200.000 cts [contos] ou mais”. Solução: “EUA vão emprestar-

⁷¹³ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº2 (02/08/55). O realce da evolução aeronáutica confirma-se pela correspondência posterior com Kaúlza de Arriaga: AMC, cx.15, Correspondência/Arriaga, Kaúlza Oliveira de: nº1.

⁷¹⁴ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº4 (06/09/55).

nos a longo prazo dois contratorpedeiros de alto mar.”⁷¹⁵ No pessoal, apesar das insuficiências, o panorama era outro: “quadros aumentados em 1951 mas mesmo assim insuficientes. Instrução boa: a eficiência é maior que em qualquer outra época.”⁷¹⁶ A profunda reestruturação organizacional/formativa verificada nos anos seguintes, sobretudo entre 1958 e 1961, seguiram essa linha de eficiência.

A experiência francesa antecipava o inevitável: mais cedo do que tarde, Portugal ver-se-ia confrontado com o mesmo problema. Na contagem dos aliados, já se vaticinava em Novembro de 1956 “que o Brasil é anticolonialista e que Portugal não pode contar com ele em caso de surgir a crise das suas colónias.” Porém, um dos aspetos mais interessantes na antecipação da “crise” consistiu na discussão do recrutamento indígena para as forças armadas.

No mesmo conselho de Novembro de 1956, ano em que foi fundado o PAIGC, ter-se-á assistido a uma importante divergência entre os ministros da Defesa e do Ultramar, respetivamente Santos Costa e Raul Ventura⁷¹⁷, sobre as possibilidades de recrutamento militar nas províncias ultramarinas. Seria uma questão da maior importância estratégica e política durante os anos do conflito, mesmo com a diferença capital da revogação do Estatuto do Indigenato. MC registava a posição do segundo: “ministro do Ultramar – Estado atual do problema indígena nas nossas províncias – aparecimento da questão racial – perigo do predomínio das tropas indígenas em caso de revolta interna.” Raul Ventura opunha-se a essa solução. Já de Santos Costa, MC assentava: “ministro da Defesa – justifica e sustenta recrutamento indígena. Entende que deve haver m.¹⁰ mais tropas negras, pois que o serviço militar é a melhor escola de patriotismo.”⁷¹⁸ Aparentemente, o objetivo seria o mesmo. No entanto, as potenciais consequências, que não deviam escapar a qualquer dos presentes, eram substancialmente diferentes, até pelas perspetivas que a segunda solução abria.

Em Março de 1961 não estariam mais do que 1.500 soldados portugueses em Angola e, após a tomada de Nambuangongo (Agosto) estariam já cerca de 30.000 militares. O princípio do que viria a ser a “maior força militar alguma vez confiada a um general português”.⁷¹⁹ Apesar de todas as dificuldades, as Forças Armadas (FA) responderam ao desafio. Entretanto, em Abril tivera lugar a gentil tentativa de golpe de estado de Botelho Moniz, depois de quase três anos de hesitações. Mais do que nunca em 35 anos de ditadura, as

⁷¹⁵ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº13 (21/02/56).

⁷¹⁶ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº4 (06/09/55).

⁷¹⁷ A “pessoa mais inteligente” que Adriano Moreira conheceu na vida. Entrevista: Julho de 2012.

⁷¹⁸ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº24 (27/11/56).

⁷¹⁹ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto (general; governador-geral de Angola): nº7 (11/09/62). Cópia de carta de Adriano Moreira para Deslandes, no auge do conflito entre os dois.

FA eram o principal poder em Portugal e não se limitavam a fazer os seus estudos: intervieram na defesa da Constituição de 1933.

3.2.4.2. *Chamados ao governo*

Quando se desencadeiam os ataques em força da FNLA no norte de Angola, em Março de 1961, Adriano Moreira era subsecretário de Estado da Administração Ultramarina. Cargo para o qual fora nomeado em 3 de Março de 1960, quando MC andava entretido com o conflito inócuo entre as duas maiores universidades do país, por causa das comemorações henriquinas.⁷²⁰ Ainda assim, MC não deixou passar o acontecimento. Pelo contrário, assinalou-o com especial júbilo no preâmbulo do 93º ano da sua revista, em Janeiro de 1961.⁷²¹ Aproveitou também a ocasião para criticar a ONU que, se transformara “num instrumento de agitação e subversão internacionais”, e, de forma já bem menos semântica, vincar o seu pensamento sobre o ultramar no início do mais difícil ano para o regime: “abandonar as províncias ultramarinas seria entregar as centenas de milhares de portugueses, as suas vidas, as suas famílias, a sua honra, o seu trabalho, os seus patrimónios, às vindictas de um primitivismo fácil de ressuscitar e aos azares das lutas tribais de povos muito longe do amadurecimento que a independência política, nos moldes do Direito constitucional moderno, exige e impõe.”⁷²² Ou seja, conseguido o “amadurecimento” nada impediria a “independência” – o “novo Brasil”. O próprio presidente do Conselho convergia, depois da eclosão do conflito e com a habitual mestria no manejo da ambiguidade, “na hipótese sempre admissível” de “um território se proclamar independente”.⁷²³

⁷²⁰ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº2 – 4; AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Lisboa: nº2 (09/03/60), nº3 (12/03/60), nº4 (03/05/60).

⁷²¹ Revista *O Direito*, Ano 93º, 1961, p.1: “durante o ano de 1960 foi chamado ao Governo o Sr. Dr. Adriano Moreira que, por esse motivo, não pôde dar a sua sempre tão apreciada colaboração à revista.”

⁷²² Revista *O Direito*, Ano 93º, 1961, p.4. Prossegue: “Abandonar as províncias ultramarinas seria, para os portugueses, lançar territórios onde hoje reina a paz e o entendimento racial, na fogueira em que arde o Congo ex-belga e que representa a destruição de toda a obra colonizadora e civilizadora realizada pelo génio europeu.” Tinha também então terminado a ação que Portugal propusera no Tribunal Internacional de Justiça contra a União Indiana a propósito dos enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli. Isto a um ano da invasão indiana de Goa, Damão e Diu.

⁷²³ Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.81: “Se «por si mesmo» V. Ex.^a quer significar «como Estados soberanos», devo dizer que não sei responder. O facto de um território se proclamar independente é fenómeno natural nas sociedades humanas e por isso representa uma hipótese sempre admissível, mas em boa verdade não se lhe pode nem deve marcar prazo.”

A clareza discursiva de MC, menos ortodoxa, tendia progressivamente a destoar do discurso oficial. Repare-se na sua descrição das emergentes *elites* africanas: “É certo que há nas províncias portuguesas elementos nativos cultos, esclarecidos e competentes. Mas exemplos alheios têm mostrado claramente que nos momentos de crise, e sobretudo quando massas primitivas confundem independência com anarquia, não são esses homens que preponderam, nem as suas ideias que conseguem penetrar nas mentes excitadas e obscurecidas pela paixão.”⁷²⁴ Um ano e meio depois confirmava a ideia em carta para o primo José Miguel Queirós de Barros: “A experiência do Congo e agora a da Argélia mostra quanto é perigoso confiar no amadurecimento das elites locais africanas.”⁷²⁵

As “ideias”, para MC, aparentemente não seriam o problema, mas sim a capacidade de controlar os processos de independência, dominados pelas principais potências, pelo espírito do neutralismo e da Assembleia-geral da ONU. Também acreditaria então, antes de se iniciar a Guerra e numa altura em que já se tinham constituído os partidos que a iriam protagonizar, na capacidade de preponderância cultural portuguesa. Proporcionada por iniciativas como a Casa dos Estudantes do Império, por onde passaram alguns dos principais líderes como Amílcar Cabral ou Agostinho Neto. Já Adriano Moreira, que se opunha terminantemente ao aparecimento de “*elites* indígenas que invoquem *projetos nacionais* contra a unidade nacional”, considerou-a uma iniciativa infeliz porque “saíram todos revolucionários”, “saiu todo ao contrário”.⁷²⁶

A 13 de Abril de 1961, Adriano Moreira ascendia ao lugar mais elevado do MdU. Cargo que lhe conferia “um poder espantoso”.⁷²⁷ Enquadrara-se “rapidamente” nas medidas de “força” elaboradas pelo presidente do Conselho com o pensamento em Angola. Para ocupar o antigo cargo de Adriano Moreira na Administração Ultramarina foi nomeado, no mesmo dia, João da Costa Freitas.⁷²⁸ Venâncio Augusto Deslandes, general da Força Aérea, foi nomeado governador-geral em 23 de Junho e Manuel Pimentel dos Santos (futuro governador-geral de Moçambique, entre 1972-74) fora transferido de Moçambique para Angola pouco depois, para desempenhar as funções de secretário provincial. Os dois primeiros seriam exonerados no mesmo dia – 4 de Dezembro de 1962. O mesmo acontecendo

⁷²⁴ Revista *O Direito*, Ano 93º, 1961, p.4.

⁷²⁵ Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº1 (s.d.).

⁷²⁶ Entrevista: Junho de 2012.

⁷²⁷ Entrevista: Julho de 2012.

⁷²⁸ “O meu subsecretário, que é um dos grandes amigos que eu tive, João da Costa Freitas. Ajudou-me imenso, sabe porquê? Foi chefe de posto em Timor. Ele fez a carreira de chefe de posto a membro do governo. Foi um grande ajudante. Foi o primeiro diretor do gabinete de negócios políticos do Ministério do Ultramar, que foi o primeiro ministério a ter um gabinete desses. Ainda foi no tempo do Lopes Alves e quem fez o projecto fui eu, porque ele me pediu para fazer.” Entrevista, Julho de 2012.

com os dois últimos, cerca de dois meses antes, pela mão de Adriano Moreira⁷²⁹. Mas enquanto os dois últimos voltariam a exercer cargos de responsabilidade durante o governo de MC, sobretudo Deslandes (CEMGFA)⁷³⁰, os dois primeiros não mais voltariam a desempenhar altos cargos públicos até 1974.

Pouco tempo depois de chegar a Angola, Pimentel dos Santos relatava a MC a situação na província: “Nunca pensei que se tivesse descido tão baixo em Angola em matéria de administração.”⁷³¹ Já em Fevereiro de 1961, o advogado Gonçalo de Mesquitela, nervoso com os recentes acontecimentos e parecendo antecipar o motivo da nomeação de Deslandes, escrevia de Moçambique: “o que falta é um governador-geral político, que transforme os sentimentos em manifestações e estas em compromissos políticos. Temos um administrador que quando é preciso sacrifica à administração a política, mesmo conscientemente. Temos uns secretários provinciais que, com exceção do Pimentel dos Santos, não têm estatura nem para governadores de distrito...”⁷³²

A política de “autenticidade” de Adriano Moreira estaria, segundo o próprio, “em documentos fundamentais que são dois ou três: o Estatuto dos Indígenas, que é a base, depois é a eliminação das Culturas Obrigatórias, o fim do Trabalho Forçado, o Código do Trabalho e a Lei das Terras.”⁷³³ O propósito declarado de pôr fim às “injustiças” parece estar subjacente. De qualquer forma, a “autenticidade” teria sempre de ser a materialização fidedigna da política traçada pelo presidente do Conselho e traduzida na Constituição de 1933.⁷³⁴ Contando com a importante alteração de 1951 (Lei nº2048, de 11 de Junho), que integrou o Ato Colonial e reviu a semântica do Império. Vista de perto⁷³⁵, a simbólica revogação do chamado

⁷²⁹ PT/TT/AOS/D-N/25/24/3.

⁷³⁰ “Para que possa aquilatar das ideias em causa e das posições tomadas, junto alguns documentos: [...] b) Nota de 25 de Abril [de 1969] do General Deslandes para os Comandos Militares de Angola, Moçambique e Guiné, com conhecimento dos Estados-maiores do Exército, Armada e Força Aérea. C) Nota de 9 de maio do General Deslandes para as mesmas entidades atrás enunciadas. [...] Dá gosto – e faz pena – ouvir este homem expor as suas teorias, sobre a utilização adequada do esforço nacional numa África, que ele conhece a palmas... enquadrada numa inteligente perspectiva da problemática militar e de fomento.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº11— anexo 2 (10/05/69).

⁷³¹ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Manuel Pimentel dos (secretário provincial em Angola e governador-geral de Moçambique): nº4 (06/10/61).

⁷³² AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº28 (25/02/61).

⁷³³ Entrevista a Adriano Moreira, Julho de 2012.

⁷³⁴ “No regime da constituição de 1933, “autenticidade” nunca existiu”. Entrevista a Adriano Moreira, Julho de 2012.

⁷³⁵ Ver, entre outros, CRUZ, Elizabeth Ceita Vera Cruz, *O Estatuto do Indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Novo Imbondeiro, s.l., 2005.

Estatuto do Indigenato foi a conclusão lógica do processo de eliminação formal da “situação colonial” iniciado em 1951.

Em Março de 1960, duas semanas depois de assumir o subsecretariado da Administração Ultramarina, Adriano Moreira defendera claramente, numa conferência intitulada “A unidade política e o estatuto das populações”, o Estatuto do Indigenato: “Onde a política de assimilação implica substituição de padrões de cultura é apenas naqueles domínios em que o imperativo da dignidade humana exige a intervenção que hoje aparece proclamada nas declarações universais dos direitos do homem como dever geral da humanidade. Mas isto é justamente aquilo que nós sempre adotámos sob a designação de ordem pública, e que foi aparecendo explicitado nos textos como o dever de impedir as práticas contrárias á moral e aos ditames da humanidade. Por isso mesmo, a unidade política é coerente com a diferenciação de estatutos das populações, porque só os estatutos diferenciados permitem assegurar o respeito pelas formas culturais da vida privada de cada um dos grupos que se uniram para formar o Povo Português.”⁷³⁶

Na entrevista concedida pelo presidente do Conselho ao *The New York Times* (publicada em 31 de Maio de 1961) é possível encontrar a explicação antecipada da ação de Moreira. Questionado sobre quanto tempo mais poderia o regime português, em face das condições então despontadas em África, sustentar uma situação em que 6% da população gozava de direitos de cidadania e 94% não, o presidente respondeu o seguinte: “Adivinha-se na pergunta o pressuposto de que o atributo de direitos de cidadania, só por si, resolveria todos os problemas. [...] A cidadania plena, que é uma nobre figura jurídica, seria transformada em atributo de somenos importância se, em vez de ser a afirmação de um estágio superior de integração num tipo de vida tomado como padrão, apenas fosse um subterfúgio para dar satisfação a quantos se contentam com aparências embora ornadas de índices estatísticos.” Seria o “subterfúgio” adiado apenas um ano? De seguida concluiu: “É certo que a evolução das sociedades se processa hoje em ritmo muito mais acelerado que noutros tempos mas isso não permite fazer em meses ou até em escassos anos o que noutras sociedades levou séculos a realizar. Um decreto a reconhecer a cidadania faz-se em minutos e pode fazer-se já; um cidadão, isto é, o homem plena e conscientemente integrado numa sociedade política civilizada leva séculos a fazer.”⁷³⁷ Se espiritualmente um dia são como mil anos, para as potestades terrenas portuguesas, o ano que se seguiu foi como séculos. As

⁷³⁶ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n.º34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.150.

⁷³⁷ SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, pp.31-32.

“aparências” da morosa assimilação foram decretadas rapidamente. Em 1964, num artigo da revista *Espiral*, já se definia a assimilação portuguesa como “assimilação por adaptação” e “assimilação de contemporização”.⁷³⁸ Moreira, entre todos, demonstrava uma inigualável diligência no processo de adaptação ou reconversão ideológica do regime no tocante ao ultramar.⁷³⁹

Não parecem subsistir muitas dúvidas quanto à natureza das medidas de Moreira enquanto resposta jurídico-semântica às pressões internacionais, perfeitamente enquadrada com a revisão constitucional de 1951. Medidas que só constituíram novidade num plano mediático. Desde a admissão na ONU que se adivinhava no seio do regime a necessidade de responder a esse problema. Já se referiram as queixas na ONU, de Fevereiro de 1956, contra o “trabalho forçado” em Angola.⁷⁴⁰ Um mês depois, voltava a debater-se o “problema do trabalho forçado”.⁷⁴¹ Dois meses depois, registavam-se mais “acusações ao regime de trabalho indígena” na ONU.⁷⁴²

Mário Zanatti enviara a MC, em 1949, um exaustivo estudo, “estritamente confidencial”, intitulado: “Trabalho Indígena Africano”.⁷⁴³ Este fora realizado durante o período em que o autor exerceu o cargo de governador da província de Benguela, entre 2 de Junho de 1946 e Fevereiro de 1949. Dado que o autor fora nomeado por MC quando este era ministro das Colónias, pode presumir-se que o trabalho fora executado a seu pedido. MC não só leu o trabalho como o sublinhou profusamente. Centrado na questão económica, todos os problemas relativos ao “indígena” são aí abordados com visível profundidade: entre outros, as graves falhas administrativas⁷⁴⁴; as péssimas condições do indígena e as violências cometidas

⁷³⁸ Revista *Espiral* (para uma civilização de língua portuguesa), Ano I, nº especial, duplo 4/5, Inverno de 1964/65, p.154. António Quadros era o proprietário, director e editor da revista.

⁷³⁹ Ver MOREIRA, Adriano, *Batalha da Esperança*, Edições Panorama, Lisboa, 1962. Trata-se de uma compilação de textos produzidos enquanto subsecretário de estado do Ultramar e, depois, como ministro. Na curta nota introdutória, escreveu o seguinte: “As páginas deste livro estão destinadas ao esquecimento, porque foram escritas ao mesmo tempo que o nosso povo anónimo gravava em Angola uma legenda da sua própria heroicidade que não pode ser substituída por quaisquer outras palavras. Foram reunidas em homenagem àqueles que só caíram de joelhos para servir de degrau no altar da Pátria, e que viveram e morreram sem saber que também há quem possa discutir a sua própria presença no Ultramar em função de interesses pessoais. Sabiam porém que enquanto todos os dias morrem homens no mundo sem motivo, eles morriam por uma causa que era a dos seus próprios filhos, o mais valioso dos capitais investidos no ultramar português.”

⁷⁴⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº13 (21/02/56).

⁷⁴¹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº14 (20/03/56).

⁷⁴² AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº15 (24/04/56).

⁷⁴³ PT/TT/PS/AMC/09: Documentos diversos: AMC, cx.3, Documentos diversos: nº3 (1949). Tem 148 páginas A4 mais anexos.

⁷⁴⁴ “Alguns Governadores coloniais, que têm procedido à Poncio Pilatos, [...] podendo afectar a posição internacional que tomámos na questão do trabalho indígena, [...] dão contudo frequentes vezes a estes últimos [administradores] instruções, quasi sempre mais ou menos veladas, que os levam a actuar contrariamente àquele princípio” [...]; “Se o funcionário é integro, vê-se então colocado num dilema” [...]; se o funcionário não é integro, aproveita-se da situação e explora-a.” Era sobretudo em Angola que “mais prevaricações se praticam

aos chamados “voluntários da corda”⁷⁴⁵; a análise exaustiva de todos os “regimes” de trabalho indígena; as formas de controlo da sua atividade; os processos “educativos do indígena” e o trabalho “compelido”; as necessidades e possibilidades de mão-de-obra e a política indígena⁷⁴⁶; a análise ao Código do Trabalho Indígena (CTI); a análise da sua aplicação local, como o caso da Diamang⁷⁴⁷ e de Benguela. Terminando com o despacho do próprio Mário Zanatti a regulamentar o trabalho dos “voluntários” para a “sua” província (Despacho nº142, de 31 de Dezembro de 1947).

O estudo foi de tal forma “confidencial” que ficaria, tanto quanto se sabe, esquecido. Mas aí são já abordados todos os temas sensíveis do grave problema do indigenato. Talvez só seja comparável aos notáveis relatórios de Henrique Galvão, embora estes fossem mais ricos estilisticamente. Como noutros aspetos, o regime protelou o mais que pôde a sua resolução. A “pressão” mobilizadora tinha de ser externa, porque a realidade parecia não bastar. MC já não era então ministro das Colónias nem viria a ter responsabilidades nessa área até 1968.

Num dos seus mais expressivos discursos enquanto ministro, difundido pela Agência-geral do Ultramar (AGU) em vários idiomas, Moreira também centrou o discurso nos temas económicos. Abordou o problema das culturas obrigatórias e de como as possíveis consequências negativas da sua abolição para os “private individuals” seriam compensadas pela salvaguarda dos “general interests”: “scrap the rings in order to preserve the fingers”.⁷⁴⁸ Um difícil “period of conversion” era um imperativo da salvaguarda do “national interest”, porque “the implementation of a scheme of social justice as contained in the Constitution cannot be achieved without some economic losses”, “for the strengthening of our unity”.⁷⁴⁹

Simple autenticidade ou também autenticidade *para inglês ver?*

adentro duma posição falsa que dá a impressão de estarem as autoridades a iludir-se deliberadamente umas às outras.” Idem, p.5 e 11 (sublinhado por MC).

⁷⁴⁵ “A coberto dos textos legislativos que na realidade se não cumprem, estão pois paradoxalmente a praticar-se, no recrutamento de trabalhadores indígenas, actos não só ilegais como por vezes imorais. [...] Chega-se a ponto de expedir cipaios para os aldeamentos indígenas, afim de aí prenderem, amarrando-os e conduzindo-os desse modo á sede da circunscrição ou do posto administrativo, [...]. E mais: quando se supõe que esses indígenas deviam lá estar e não são encontrados, não é totalmente raro prenderem-se-lhe as mulheres ou as mães ou outras pessoas de família que, como reféns, servem de garantia à indicação do paradeiro certo dos ausentes.” Idem, p.6 (sublinhado por MC).

⁷⁴⁶ “Com efeito, tem de se reconhecer razão ao indígena contratado que se lamenta de, além de ser compelido pela autoridade a ir trabalhar contra sua vontade por conta de outrem, aquela ter passado a colecta-lo numa quantia em certos casos muito superior à cobrada a outros indígenas que conseguem ficar na sanzala, com as mulheres e os filhos a trabalhar para eles. Muito conviria, pois, rever a decisão.” Idem, p.71.

⁷⁴⁷ Idem, p.107 e seguintes.

⁷⁴⁸ MOREIRA, Adriano, *Vigil of arms*, speech by the minister for overseas, professor Adriano Moreira, at the meeting, on 27th September 1961, of the Moçambique Legislative Council in Lourenço Marques, Agência-geral do Ultramar, Lisbon, 1961, pp.11-13.

⁷⁴⁹ Idem, p.12.

3.2.4.3. *Eventual autonomia administrativa*

Um dos aspetos que marcou o curto ministério de Adriano Moreira foi a conflituosidade com Deslandes e MC. No mesmo discurso de Setembro de 1961, Moreira defendia a necessidade de mais técnicos nos corpos locais ultramarinos, com o objetivo de incrementar os recursos humanos para uma “eventual administrative autonomy”.⁷⁵⁰ Este seria então o seu conceito de autonomia. No final do ano, o governo teria solicitado pareceres a várias personalidades sobre o problema ultramarino. MC apresentaria, a 2 de Fevereiro de 1962, a sua famosa proposta federalista – *Estados Unidos Portugueses*. Deslandes apresentaria ao governo português, também no início de 1962, proposta semelhante. Como esta foi muito mal recebida por Moreira⁷⁵¹, poder-se-á concluir que a de MC também o foi. Simples coincidência ou não, o facto é que o ministro do Ultramar incompatibilizar-se-ia com duas figuras que apresentaram a mesma proposta, divergente da sua posição e da orientação oficial do presidente do Conselho.

Em Maio de 1961, quando questionado, precisamente, sobre a revisão de 1951 e a possibilidade de o regime português adotar uma nova formula constitucional – “uns «Estados Unidos de Portugal» com a sua capital em Lisboa” –, o presidente do Conselho respondia que “a mudança de nome não alterara a essência da coisa” e que “o sistema evoluiu para o que podemos designar por autonomia temperada (temperate self-government) que significava maior medida de autonomia quanto às questões locais”, supostamente materializadas “na alteração constitucional de 1951 e na lei orgânica do Ultramar de 1953”. Ou seja, “o sistema então instituído tenderá ainda a evoluir em harmonia com o progresso realizado nos domínios político, económico e social, a caminho de formas mais elevadas de autonomia; mas estas só existirão de facto na medida em que correspondam ao grau de adiantamento das populações.”⁷⁵² A crença na vitória militar e conseqüente liquidação dos movimentos independentistas não motivava grandes avanços semânticos.

⁷⁵⁰ MOREIRA, Adriano, *Vigil of arms*, speech by the minister for overseas, professor Adriano Moreira, at the meeting, on 27th September 1961, of the Moçambique Legislative Council in Lourenço Marques, Agência-geral do Ultramar, Lisbon, 1961, p.13.

⁷⁵¹ MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61*, Texto Editores, Lisboa, 2011. Numa apresentação da obra, um dos autores considerou que Moreira tivera uma atitude “verdadeiramente pidesca em relação a Deslandes”. http://noticias.sapo.pt/especial/guerra_colonial/1126841.html.

⁷⁵² SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, pp.38-39.

Após a espetacular iniciativa de Henrique Galvão, em Janeiro, e os tumultos em Luanda, um mês depois, a ideia de independência ganhava mais adeptos do que nunca em Angola e Moçambique. Gonçalo Mesquitela, por exemplo, esforçava-se por desvalorizá-la em Moçambique: “sem assaltos às esquadras e mortos às centenas pela população indignada (e em pânico) não é de admirar que Moçambique pareça menos intransigente que Angola. Mas creia, Senhor Professor, que não é assim. Em matéria de portuguesismo, não falha. Há quem discuta, mas não há partidos internos pró-independência como há ali [em Angola].”⁷⁵³ MC, porém, apreenderia a irreversibilidade da ideia: “A mesma pessoa [de Angola] diz-me, por exemplo: «bem sabemos aqui que não é possível negociar com o Holden Roberto, lacai do imperialismo americano; mas não nos repugna uma aproximação com o Mário de Andrade e com o Dr. Agostinho Neto.» Preferem os comunistas”.⁷⁵⁴ Embora, em Maio de 1961, boa parte da imprensa nacionalista pensasse que Holden Roberto era “comunista”.⁷⁵⁵

O entusiasmo suscitado pelos pontuais sucessos militares, como a conquista de Nambuangongo, não alterara a realidade: a continuidade do conflito – confirmada em Dezembro de 1961, com a absorção de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. Dutra Faria descrevia de Angola, precisamente quando se dava a “crise académica” em Lisboa, a acelerada precipitação de “acontecimentos que se anunciam para breve na Guiné e em tudo o mais que por cá vai...”⁷⁵⁶

Consciente da “indignação”, “pânico” e “discussão”, Deslandes assumiria a atitude política reclamada nas duas grandes províncias. Também o ministro do Ultramar teria consciência da volatilidade das circunstâncias. A “eventual autonomia” evoluiria formalmente, segundo o próprio, para “autonomia progressiva e irreversível”.⁷⁵⁷ Mas as posições estavam bem definidas. O presidente do Conselho afirmava para a *Life*, em Maio de 1962, o desejo de que se venham a formar as “elites que o progresso exige”, porque, segundo o próprio, trabalhavam com o “Ultramar em sistema de vasos comunicantes, procuramos aqui e lá desenvolver o ensino, em especial o profissional e técnico, para os quadros de que se tem necessidade.”⁷⁵⁸

⁷⁵³ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº28 (25/02/61).

⁷⁵⁴ AMC, cx.26, Correspondência/Faria, Dutra (Agência Nacional de Informações): nº10 (12/09/62).

⁷⁵⁵ Semanário *Renovação*, de 15 de Maio de 1961. Retirado de *Em defesa da verdade* (compilação de artigos do jornal *Renovação*, com referências e traduções de artigos em jornais internacionais favoráveis a Portugal), edição do Centro de Informações e Turismo de Moçambique (C.I.T.M.), 1961.

⁷⁵⁶ AMC, cx.26, Correspondência/Faria, Dutra (Agência Nacional de Informações): nº9 (05/04/62).

⁷⁵⁷ Entrevista a Adriano Moreira, Junho de 2012: “Até julgo que tenho um discurso meu a dizer isso: “vamos a caminho da autonomia progressiva e irreversível”.”

⁷⁵⁸ SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.89.

Apesar de não ser próximo de MC, Deslandes enviou-lhe cópia dos principais documentos relativos ao conflito com Adriano Moreira.⁷⁵⁹ MC assistiu a tudo na primeira fila, aparentemente sem a menor interferência. O rastilho ateadado com a ideia federativa chegou ao barril de pólvora com a aceleração dinâmica promovida pelo governo-geral em Angola, considerada “inconveniente” em Lisboa sobretudo “por tomar uma iniciativa”, acusação repetidamente pronunciada por Adriano Moreira.⁷⁶⁰ As principais “iniciativas” de Deslandes diziam respeito à criação de “Centros de Estudos Universitários” (apresentado ainda em Outubro de 1961 a Adriano Moreira)⁷⁶¹, “Imposto Extraordinário de Defesa”⁷⁶² e “Plano de Investimentos para o triénio 1962-64”⁷⁶³. Todas foram anunciadas publicamente em Angola, como factos consumados. Escreveria Deslandes para a imprensa de Angola: “Vejo-os já, como é meu costume”. O que seria uma tentativa de evitar o que viria a acontecer: “em Abril passado [de 1962], verificou-se que ainda não tinha havido qualquer andamento.”⁷⁶⁴ Em resposta, Deslandes decretou, à revelia do ministro, a criação dos Estudos Superiores, entre outras iniciativas. Adriano anulou a medida, promulgando mais tarde o seu próprio projeto. Todas as explicações dadas então pelo ministro eram de carácter formal (“desobediência”, “falta de acerto” no projeto, “precipitação”, etc.), provocando um sobreaquecimento dos ânimos em Angola. Nas reuniões do governador-geral com os secretários provinciais e geral, assim como destes com os comandos militares, ter-se-ão verificado tomadas de posição e opiniões que “poderiam levar a situações irremediáveis”, senão fossem mantidos os princípios

⁷⁵⁹ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: nº3 – 10 (11/08/62 – 26/09/62). O conjunto de documentos é constituído por: relatório de Manuel Pimentel dos Santos para o ministro do Ultramar; informações complementares àquele relatório enviadas a Costa Freitas e resposta deste; nova missiva de Pimentel dos Santos para Costa Freitas; “questionário” de Adriano Moreira para Deslandes; resposta de Deslandes ao “questionário”; despacho de Adriano Moreira; carta de despedida de Deslandes (presumivelmente para o CEMGFA); cartão pós-demissão de Deslandes para Adriano Moreira.

⁷⁶⁰ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: nº7 (11/09/62). Questionário apresentado por Adriano Moreira a Deslandes.

⁷⁶¹ “Os argumentos apresentados quanto à urgência duma solução assentavam, por um lado, na inevitável lentidão de medidas que pudessem vir a ser tomadas na Metrópole [...]; ao clamor público existente na Província quanto à satisfação duma velha aspiração; ao reflexo externo que se julgava favorável; por outro lado, na angustiada carência de técnicos com que os serviços se debatem e que não cessa de se agravar; no conhecimento da intensiva preparação de universitários angolanos em universidades americanas e europeias, de cá e de lá da cortina de ferro”. AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: nº3.

⁷⁶² Concebido com base na “persistente campanha com fortes raízes na opinião pública da província tendente à mobilização de certos recursos a que se atribuem privilégios especiais não defensáveis em tempo de guerra e a urgência em rapidamente promulgar a legislação necessária. [...] Com igual rigor se puseram em evidência os desfavoráveis reflexos [...], a implícita violação de garantias dadas em contractos ou diplomas legais firmados pelo Estado e a provável reacção desfavorável e enérgica dos interesses afectados.” Ibidem.

⁷⁶³ “A ideia do plano de investimentos para o triénio 1962/64 partiu, segundo creio, da ideia fundamental de que a guerra em que a Nação se encontra empenhada em Angola não pode ser ganha apenas no campo militar ou por uma prolongada resistência às investidas inimigas, internas e externas. [...] Doutra maneira, e dada a natureza peculiar da guerra revolucionária, bem como da orientação da opinião pública mundial, poderiam resultar ingloriamente perdidas as vidas dos que tentaram por em dúvida a utilidade do dispêndio dos milhões de contos com que a Nação vem contribuindo para o maior esforço militar da sua história.” Ibidem.

⁷⁶⁴ Ibidem.

de fundo.⁷⁶⁵ Sucederam-se, ainda assim, outras “situações”, tais como a censura, controlada pelo governador-geral, mandar cortar declarações a apoiar o ministro, ou o pronunciamento da afirmação que mais suscetibilizou Moreira: “Porque é que Vossa Excelência considerou oportuno declarar que dispunha da maior força militar alguma vez confiada a um general português?”⁷⁶⁶

Deslandes procurava, manifestamente, ser “político”, criar uma “situação” e “opinião pública” favorável, quer interna, quer externamente. Embora seja duvidoso que pretendesse muito mais do que isso.⁷⁶⁷ A sua “autonomia política” tornara-se insuportável para o poder central, representado neste caso pelo ministro do Ultramar. Este não hesitou em mandar (via Costa Freitas para Pimentel dos Santos, que se recusou a cumprir) “especificar quais as posições tomadas e por quem”.⁷⁶⁸ A forma como se processou a demissão de Deslandes não facilita a compreensão das atitudes de Moreira. Manifestou-lhe o seu apoio em finais de Julho, quando Deslandes pôs o lugar em Luanda à disposição, para lho retirar nos princípios de Agosto, quando o manda vir a Lisboa para reuniões de trabalho.⁷⁶⁹ A conclusão natural do processo foi exposta pelo próprio Deslandes: “Deu-se o inevitável. Como aliás tinha a certeza, não fui chamado a Lisboa por outro motivo que não fosse o de se obter a minha demissão, sem o escudo de Angola, da sua população e das suas FA, que julgo, havia quem temesse eu viesse a usar como se fosse um aventureiro sem escrúpulos e sedento de poder...”⁷⁷⁰ A despedida entre os dois não podia ser mais agreste. “Senhor ministro do Ultramar, Excelência: felicito-o pela unanimidade que diz ter obtido no CM e devolvo-lhe a “inteligência, zelo e patriotismo” por não lhe reconhecer idoneidade para mas atribuir.”⁷⁷¹

Indissociáveis de todo este processo estavam os “interesses”. Se a política de Adriano Moreira parece ter, segundo o próprio avisara, incomodado determinados pequenos interesses privados, sobretudo ligados ao sector primário, já Deslandes, com a sua atuação independente, parecia estar a incomodar grandes interesses financeiros. Aliás, chegou a acusar diretamente

⁷⁶⁵ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°4.

⁷⁶⁶ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°7.

⁷⁶⁷ Segundo o embaixador americano em Lisboa, em Outubro de 1969, Deslandes “pediu audiência a Tomás para lhe comunicar o desagrado das Forças Armadas quanto aos projectos de Caetano.” ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, p.209.

⁷⁶⁸ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°4.

⁷⁶⁹ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°8.

⁷⁷⁰ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°10. Prosegue: “Mas interessa neste momento [...] que se saiba que fui constantemente igual a mim próprio, sem quaisquer transigências ou complacências, colocando sempre Angola e a minha missão acima de quaisquer interesses pessoais, provocando que a demissão não fosse da minha iniciativa para de facto não ser eu a traiçoá-las. Sabe [...] que ofereci essa demissão em Luanda como protesto; nunca o faria aqui, em Lisboa, por respeito pela grande causa pela qual se tem morrido em Angola, que é a Pátria e não a de certas pessoas.”

⁷⁷¹ AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°10 (vs.).

“o Governo de estar dominado pela alta finança”, o que Moreira considerou “um insulto intolerável”.⁷⁷²

Segundo Adriano Moreira, MC “era uma pessoa que se magoava quando alteravam coisas que tivesse feito”.⁷⁷³ Teria sido esta a origem, para Moreira, da zanga entre os dois. Miguel Caetano, que não assistiu de perto aos acontecimentos, por não viver em Lisboa nessa altura, atribui uma cota parte de responsabilidade às “intrigas” que se geraram em torno dos dois.⁷⁷⁴ É certo que MC tinha uma ligação afetiva e demasiado paternalista com os ex-alunos – os seus “rapazes” –, sobretudo com os melhores, como Adriano Moreira. Teria também, provavelmente, dificuldade em lidar com a sua emancipação. Mas todas estas explicações, embora possam ter o seu lugar, de modo algum satisfazem na compreensão de matérias tão sérias. MC, mais velho e experiente do que Moreira, levava já mais de trinta anos de colaboração com o regime e desses apenas em seis estivera no governo. Já estaria mais do que habituado a que alterassem obras suas.⁷⁷⁵ Quanto às “intrigas”, parecem fazer parte da cultura doméstica. Seria uma divergência de *caminho* e não tanto de *destino*? Talvez. Por exemplo, em relação à revogação do Estatuto do Indigenato, talvez se perceba melhor as resistências de MC à luz do seu idílico sonho de “uma nova cultura”. No prefácio a uma obra de Artur Augusto Silva, solicitado por este quando MC ainda era ministro da Presidência⁷⁷⁶, MC antecipava a explicação recorrendo, tal como Moreira, a Gilberto Freire:

⁷⁷² AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: n°7.

⁷⁷³ Entrevista a Adriano Moreira, Junho de 2012: “Ele até era uma pessoa que se magoava quando alteravam coisas que tivesse feito. [...] Eu revoguei o Estatuto dos Indígenas e ele ia morrendo! Foi uma fúria que teve. Portanto, ele era muito sensível a que tocassem nas coisas que tinha feito.”

⁷⁷⁴ Entrevista a Miguel Caetano, Abril de 2012. “Eu não estava cá. Nessa altura estava a trabalhar na província e não acompanhei directamente esse conflito que sei que houve porque o meu pai falava. Porque houve uma série de intrigas sobre a política do Adriano Moreira e a política do meu pai. [...] Depois recompõem-se. [...] Por acaso, estava a jantar em casa do meu pai ou estava lá, eu não estava a viver em Lisboa e vim cá por qualquer razão e fiquei lá em casa, e lembro-me do meu pai me dizer: “hoje não te importas de ir jantar fora porque eu convidei o Adriano Moreira para jantar” – a minha mãe nessa altura já estava doente –, é no fim dos anos 60... [...] Ele [MC] gostava dele [Moreira]. [...] Depois a seguir, a grande questão é por causa da Escola ou Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. O Adriano Moreira quis fazer daquilo uma faculdade. E o meu pai discordava totalmente disso. E daí a coisa tornou-se muito mais azeda. Porque alguns tomaram um partido e outros o outro, e transmitiram-se coisas que um tinha dito e o outro tinha dito. Enfim, tornou-se extremamente desagradável e intensa a relação”.

⁷⁷⁵ Em 1951 MC teve uma *zanga* com Sarmento Rodrigues porque não gostou, demonstrando-o num artigo de jornal, que Sarmento Rodrigues tivesse publicado um Decreto (n°38 200) como sendo algo novo, quando partia dum Decreto (n°34 464, de 1945) de sua autoria.

Resposta de MC para Sarmento Rodrigues: “Quando digo, pois, que o decreto não é invocado, reporto-me ao seu conteúdo doutrinário e às suas intenções: não me custa porém reconhecer que a expressão me não saiu feliz. O artigo do *Diário de Notícias* não representa ataque a V. Ex.ª nem a ninguém: é apenas a defesa de um ato meu e de ideias que perfilho.” Tudo ficaria resolvido e a relação manter-se-ia intocada.

AMC, cx.49, Correspondência/Rodrigues, Manuel Maria Sarmento (governador-geral da Guiné; ministro do Ultramar; governador-geral de Moçambique): n°2 (14/03/51) e n°3 (rascunho da resposta de MC).

⁷⁷⁶ AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Artur Augusto da (advogado da Guiné): n°1 (16/06/57).

“A ideia de que do contacto cultural deve sair uma nova cultura para que ambas as culturas originais contribuirão é, como se lembra, o tema predileto de Gilberto Freire, pregador do luso-tropicalismo que, antes de ser uma doutrina, era já uma realidade sociológica. Mas para alcançarmos o desiderato de consolidar esta harmoniosa simbiose em que os imperativos da ecologia farão adaptar e, através da adaptação, tornarão resistentes à mudança de terreno, os valores da civilização portuguesa, precisamos de evitar que tais valores sejam transmudados em caricatura pelos assimilados precoces ou, pior do que isso, apareçam como fonte de sofrimento psíquico e de desorganização moral e social, como pode suceder quando os desarraigados vagueiam divorciados da sua gente, da sua disciplina e do seu culto, perdidos todos os amparos tradicionais sem da cultura europeia terem recebido mais do que a negação do seu Mundo e uma tintura superficial de maneiras.”⁷⁷⁷

Quase quarenta anos depois do 25 de Abril, Adriano Moreira afirma que defendia para África o mesmo que defende para a Europa. “Porque eu tinha uma ideia que também tenho para a Europa. O que é que nós queremos? Consolidar as interdependências, para que a unidade se mantenha, não é verdade. Tem que ir pelos pequenos passos. A natureza humana não aceita de repente... A revolução sem violência, sem sangue não há. Tem que ir pelos pequenos passos. O que implica que você não pode ter modelo final.”⁷⁷⁸ Uma posição, sem qualquer dúvida, prudente e inteligente. Embora levante dificuldades antes de 1974, sobretudo tendo em conta a sua “repentina” ação à frente do ministério do Ultramar.

MC, antes da independência massiva das colónias europeias em África, da anexação da Índia *portuguesa* e de todos os acontecimentos verificados entre 1958 e 1962, defendia que “não é pela independência política [que o] problema” sociológico se resolve.⁷⁷⁹ Em Julho de 1962, por seu turno, escrevia expressamente ao primo José Miguel Queirós de Barros, que se encontrava a cumprir serviço militar na Guiné, o seguinte: “a evolução dos sistemas governativos e da relação interterritorial no ultramar português é, a meu ver, inevitável”.⁷⁸⁰

⁷⁷⁷ SILVA, Artur Augusto, *Usos e Costumes Jurídicos dos Fulas da Guiné Portuguesa*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1958, prefácio.

⁷⁷⁸ Entrevista a Adriano Moreira, Julho de 2012.

⁷⁷⁹ SILVA, Artur Augusto, *Usos e Costumes Jurídicos dos Fulas da Guiné Portuguesa*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1958, prefácio.

⁷⁸⁰ Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº1 (s.d.).

3.2.5. Compor *anamneses*: antes do tempo é tarde demais

O “quadro” da remodelação ministerial de Dezembro de 1962 foi, invariavelmente, pintado no habitual tom dramático. Mais uma vez, o nome de MC veio à baila, forçando-o ao “esclarecimento de tantas dúvidas”: “O «...resto é paisagem» descansou-me. Receava que fizesse parte do quadro, francamente triste, que as cores apresentadas permitiam recluir. O pior é que o ritmo de mudanças no governo se vai acelerando e este não dá esperanças de durar...”⁷⁸¹

Qualquer tentativa de definição rigorosa de posicionamentos políticos terá grande possibilidade de sair frustrada. O “quadro” assemelhava-se, na verdade, com a magnífica litografia de M. C. Escher – *Relativity*.⁷⁸² Moreira justifica o seu crescente “prestígio”⁷⁸³ e, apesar das discordâncias com MC, continuava a ser-lhe associado um destino longe dos “integristas”: “Receio no entanto o Ultramar. O Silva Cunha é a única amarra que fica ao que tantas esperanças se deu a todos com o Conselho Ultramarino. Mas conseguirá ele ser o elemento que consiga arrostar com todos os integristas, apoiados hoje numa opinião que se venha a generalizar a favor das suas teorias?”⁷⁸⁴ Já segundo Adriano Moreira, “o Silva Cunha fez todo o possível para destruir as [suas] reformas.”⁷⁸⁵

A aparente desorientação e o “círculo do medo”, “tão contagioso”, geravam nova vaga fatalista: “o ano passado fechamos com a vergonha da Índia. Este ano fecha sem esperanças. Estaremos de facto na agonia de um período, ao estrebuchar do regime?”⁷⁸⁶ Mais do que (re)definição de conceitos, interessa perceber a génese de problemáticas e disposição de linhas de força.

⁷⁸¹ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº32 (22/12/62).

⁷⁸² ESCHER, M. C., *Gravuras e desenhos*, Taschen, Köln, 2004, fig.67. Edição publicada em exclusivo para o jornal Público. Litografia datada de 1953. Descrição legada pelo autor: “Três planos de gravitação agem aqui verticalmente uns sobre os outros. Três superfícies terrestres, vivendo em cada uma delas seres humanos, intersectam-se em ângulo reto. Dois habitantes de mundos diferentes não podem andar, sentar-se ou ficar em pé no mesmo solo, pois a sua conceção de horizontal e vertical não se conjuga. Eles podem, contudo, usar a mesma escada. Na escada mais alta das aqui representadas, movem-se, lado a lado, duas pessoas na mesma direção. Todavia, uma desce, e a outra sobe. É claramente impossível um contato entre ambos, pois vivem em mundos diferentes e não sabem, portanto, da existência uma da outra.” *Ob.cit.*, p.15.

⁷⁸³ MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Vol.II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2005, p. 512.

⁷⁸⁴ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da UN): nº32 (22/12/62).

⁷⁸⁵ Entrevista a Adriano Moreira, Julho de 2012.

⁷⁸⁶ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da UN): nº28 (22/12/62).

3.2.5.1. Guiné

Noutros trabalhos se analisou o papel preponderante dos agentes que protagonizaram o conflito na Guiné, quer no desenrolar global das guerras de independência, quer no destino do próprio regime português. Tanto a ação de Spínola (governador-geral e comandante-chefe da Guiné entre 1968 e 1973) e dos *spínolistas*⁷⁸⁷, como a de Amílcar Cabral (fundador e líder do partido até á sua morte em Janeiro de 1973) e do PAIGC⁷⁸⁸, foram determinantes para o processo que culminou no 25 de Abril de 1974 e conseqüente transição política, em Portugal e na África “portuguesa”.⁷⁸⁹

Um dos aspetos que lhe conferiu, do ponto de vista estratégico, a importância que a Guiné objetivamente não tinha, consistia na famosa *teoria do dominó* de Eisenhower. Também MC a defenderia perante Spínola. Amílcar Cabral e os principais apoios internacionais do PAIGC tiveram consciência disso. O dado, porém, aqui mais relevante é que essa convicção não resultou da análise do ponto de situação ou da evolução do conflito nos três teatros de operações em 1968-69. Era preexistente ao início do conflito em Angola. Acontecimento que só a reforçaria.

Após MC ler uma “impressionista” carta (não enviada diretamente para si) do seu primo José Miguel Queirós de Barros, a cumprir serviço militar na Guiné, sentiu necessidade de lhe escrever “duas palavras” sobre “a utilidade do inegável sacrificio que vocês aí estão a fazer”. Esta marcaria o início, em Junho ou princípio de Julho de 1962, de uma curta mas riquíssima correspondência. Aí defendeu MC, pela primeira vez expressamente, aquela ideia: “É preciso não esquecer que a política ultramarina de Portugal tem de ser coerente e uniforme em relação a todas as províncias. Se se transige numa, com o argumento de que a maioria é africana e não fala português, a rotura da frente conduzirá à derrocada geral. E esta atingirá

⁷⁸⁷ Ver, entre outros, BARBOSA, Márcio, *Spínola, Portugal e o Mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné – 1968-73*, em Revista de História das Ideias, Vol. 28, FLUC, 2007, pp.391-427.

⁷⁸⁸ Ver, entre outros, BARBOSA, Márcio, *The Counter-spinolism of Amílcar Cabral and the PAIGC: the Weapon of Propaganda*. Actas da International Conference “War and propaganda in the XX Century – 11/12 Novembro de 2013, FCSH da UNL.

⁷⁸⁹ Ver, entre outros, BARBOSA, Márcio, *Cabral, os Spínolistas e a (Dis)Solução do Marcelismo*, em MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp.139-177.

em Angola e Moçambique (para só falar nestas) consideráveis núcleos de população branca e civilizada que empreenderam e mantêm valores importantíssimos de cultura.”⁷⁹⁰

O enfoque no aspeto étnico-cultural, por certo colocado por José Miguel e confirmado nas respostas que subsequentemente daria, levou MC a aprofundar a argumentação: “a vigilância das forças que estão na Guiné, cuja exuberante beleza natural oculta, como dizes, venenos letais e contém a imanente ameaça quotidiana das forças do mundo exterior contra o homem (facto ignorado pelos teóricos que se espantam por em tantos séculos de presença no continente africano não o termos transformado num éden como os Estados Unidos, com Wall Street e tudo...), essa vigilância não se reduz à polícia de um pequeno território com o mais extraordinário e aliciante mosaico étnico que vi em dias da minha vida. Porque é a guarnição de um sector da frente geral.”⁷⁹¹

Por esta altura ainda não tinha começado “a sério” o conflito armado com o PAIGC. Mas os “esforços” dos militares destacados na Guiné para a missão de “policimento”, que teriam como objetivo evitá-lo, produziram o efeito contrário. Os extensos relatos da brutalidade e “violência” “preventiva” aplicada na Guiné não podem deixar de impressionar. Na resposta à carta de MC, José Miguel, que acompanhava “a vida dum batalhão no mato quando o ambiente muda, surge a ameaça de guerra [...] e a violência se instala”, não poupou detalhes: “Quando eu cheguei tudo era pacífico, como nesta área desde a chegada do batalhão. Dois meses depois está-se empenhado em luta aberta com o PAIGC estabelecido em Conakry, e que lançou as suas tropas guineenses a pequenas sabotagens, numa ação abortada, que permitiu uma série de prisões”; “Já vários tentaram fugir e foram mortos. São as ordens que receberam as sentinelas, ordens executadas sem qualquer espécie de tolerância ou piedade. Os soldados começam a entusiasmar-se, a rivalizarem, a querer matar, a lamentar de não terem ainda morto nenhum adversário. O valor da vida humana deixou de contar. O horror instalou-se.”⁷⁹²

Transmitiu alguns exemplos de atos de violência com detalhes quase queirosianos, como o que segue, conclusão da descrição pormenorizada do primeiro assassinato a que assistiu:

“Nunca tinha visto matar ninguém. Nunca tinha visto matar ninguém deliberadamente, a sangue frio, à queima-roupa e pelas costas, cobardemente, um individuo algemado, apenas porque incomodava no quartel. Não sei que crimes terá cometido. A esmagadora maioria dos

⁷⁹⁰ Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº1 (s.d.).

⁷⁹¹ Ibidem.

⁷⁹² AMC, cx.16, Correspondência/Barros, José Miguel Queirós de (primo de MC): nº1 (20/07/62).

presos não matou ninguém. Nunca tinha também encontrado ninguém capaz de matar pela sua mão, um perfeito selvagem, um violento como o comandante. Não sei que lei permite aos brancos matar pretos e não aos pretos matar brancos. Não sei também o que permite que o nosso exército seja o primeiro a usar de tais violências e deteriorar completamente o ambiente, fornecer todos os encorajamentos ao terrorismo que fatalmente irá aparecer. [...] Neste caso não é um prisioneiro de guerra, se não há guerra, é então apenas um súbdito português? No papel já não há indígenas. Na realidade a tropa tem o direito de vida e de morte sobre todos os suspeitos de atividades antipopulares, ligados ao PAIGC ou não. Que estejamos em guerra não tenho dúvidas, com as ordens que os soldados têm recebido. Já houve combates em que só se disparou do nosso lado. Os pretos limitam-se a fugir. Só um ousou puxar de uma pistola contra uma patrulha armada de espingardas automáticas e foi liquidado: era um chefe local importante, que esteve em Pequim (trazia uma fotografia tirada no Instituto Popular de Política Estrangeira, de Pequim, com um grupo de camaradas estudantes chineses). Numa pasta ensanguentada encontrou-se um livro de filosofia maoista, numa edição de Editions Sociales e um folheto de Mao-Tse-Tung. Era o responsável pela área ao norte do rio Grande de Buba.”⁷⁹³

O prognóstico de José Miguel revelar-se-ia tragicamente acertado. As autoridades militares portuguesas pretendiam evitar a repetição da violência do norte de Angola na Guiné promovendo-a em sentido contrário. Para além de esgotar todos os adjetivos negativos sob o ponto de vista humano, estrategicamente também foi de uma absurda ineficácia: “E no entanto está-se a destruir o futuro, o que no futuro poderia assegurar a cooperação, a união, a amizade, e a tão desejada presença cultural, a manutenção da nossa originalidade. A colonização, para além de toda a obra de civilização, justificou-se pela anarquia do regime tribal e a insegurança resultante, e a autoridade portuguesa foi estabelecida para manter a ordem e a lei. O que eu vi foi uma manifestação de arbítrio, ausência de Direito [...]. Julgo que é demasiado tarde já, que as colónias em breve estarão perdidas, não simplesmente autónomas, independentes, mas destruídos todos os laços possíveis. A rapidez com que a organização do PAIGC se espalhou na população guineense só é explicável pelo ódio intenso

⁷⁹³ AMC, cx.16, Correspondência/Barros, José Miguel Queirós de (primo de MC): nº1 (20/07/62). Prosseguiu com mais descrições, entre as quais a que segue: “As duas da tarde novo morto: uma sentinela mandou parar um balanta [...] que começou a andar dentro da gaiola: como ele não parasse (nem devia saber o que quer dizer “parar” em português) atirou a matar. Depois de caído no chão deu mais dois tiros para o acabar. Por essa altura, mesmo um capitão endurecido por dez anos de Ultramar começou a sentir-se mal e achar que era demais. À noite, ao jantar, o comandante fez um discurso dizendo que estava a obedecer a ordens, assinadas pelo Comandante Militar, segundo as quais “mais vale matar um inocente do que pôr em perigo a vida de um soldado português”, procurando justificar o seu ato de anteontem. Está agora tudo normal.”

que tem alguma causa.”⁷⁹⁴ Um relato que vale mil considerações e que salienta responsabilidades militares na criação dum problema que só mais tarde, perante o seu próprio fracasso, considerariam exclusivamente político.

Na resposta, MC cumpriu o papel ingrato desempenhado por centenas de milhares de portugueses que durante treze anos se corresponderam com os seus familiares em combate: nem o podia contradizer, nem podia acentuar a sua triste situação. Procurou transmitir “ânimo”, compreensão e racionalizar o muito dificilmente racionalizável, na defesa da política oficial portuguesa: “Compreendo muito bem o teu estado de espírito. [...] Voltamos a um tempo em que cada qual tem de defender com unhas e dentes os seus direitos e os seus bens. A própria reivindicação dos direitos humanos passou a ser um instrumento revolucionário: reivindicam-nos os que lutam pela posse de Poder para os negarem sob qualquer pretexto logo que triunfam. [...] Enfim: eu estou velho, não desculpo as violências neste mundo que a violência domina e desvaira. Mas já perdi a esperança de as banir da face da terra. Sobretudo pergunto a mim próprio em que medida se poderá evitar que ao ataque implacável de uma violência se oponha outra violência. Andam há décadas os diplomatas empenhados em resolver a questão nas conferências de desarmamento. Mas na base está a reforma do homem, uma mutação idílica da humanidade em peso que a Deus provesses fosse possível.”⁷⁹⁵

Na missiva seguinte, José Miguel procurou desdramatizar, dizendo que a “calma voltou”. Mas não deixou de “completar o *dossier*”: “Dizem aqui no quartel que se prepara o assassinio dos brancos da Guiné, num golpe semelhante ao da eclosão do terrorismo em Angola, e que tudo foi evitado pela prisão dos que o tencionavam fazer. Não vejo muito a utilidade de assassinar os poucos brancos que há na Guiné, não há mais de 3.000 civis (para 6.000 soldados), a não ser o efeito psicológico.”⁷⁹⁶ No entanto, desde Março de 1961 que os excessos dominavam guerrilheiros e militares:

“A violência na vida não é novidade para mim. Só é chocante ter a desgraça de vir ser posto em combate com ela e ser obrigado a viver com estes oficiais desterrados, já meio proscritos da sociedade. Um simpático sargento do quartel resumiu bem a situação atual desta pré-guerra oculta: “Agora já há um campo de concentração, de modo que podem-se fazer à vontade presos. Há espaço na ilha das galinhas, onde os presos cultivam arroz e mancanha [?]”

⁷⁹⁴ Ibidem.

⁷⁹⁵ Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº2 (31/07/62). “O pior de tudo ainda são as violências inúteis, aquelas violências estúpidas que o outro dizia: “C’est pire qu’un crime, Sire, c’est une faute”. Mas até aí a História é tão caprichosa, no seu pragmatismo amoral, que o que a consciência tantas vezes condena acaba por ser êxito, triunfo e talvez Direito... Desculpa esta página melancólica. Não sei se te será útil ou inútil também. De qualquer modo ajudar-te-á a passar o tempo, esse tempo viscoso e fluido da Guiné.”

⁷⁹⁶ AMC, cx.16, Correspondência/Barros, José Miguel Queirós de (primo de MC): nº2 (13/08/62).

para subsistirem. Entretanto, quando chegarem a alguns milhares, talvez o espaço volte de novo a faltar e liquidam-se uns tantos. Podem vir mais, até que faltando de todo o espaço só resta aos portugueses cercarem toda a Guiné de arame farpado, encerrarem lá os guineenses, e ficarem de fora a guardá-los”. [...] O capitão Curto, que está em Fulacunda, um capitão de 30 anos que parece um militar capaz, tomou fama de nazi pela sua companhia ter andado constantemente em ação.”⁷⁹⁷

Apesar das palavras de MC, o autor acrescenta novos pigmentos ao triste quadro já traçado e reafirma a sua leitura da colonização: “Hoje é impossível pretender manter um estado de sujeição. O processo das situações coloniais está feito (Nehru, em “The discovery of Índia” faz um balanço muito equilibrado do que foi a colonização inglesa). Na Guiné os aspetos positivos da colonização são praticamente nulos, de resto.” Segundo o autor, o PAIGC também seria já bem conhecido. Documentos apreendidos por essa altura incluíam uma lista de filiados com 3.000 nomes e revelavam as fragilidades do partido. Chegavam também para antecipar o futuro próximo: “mas este primitivismo não deve fazer ilusão, no dia em que países estrangeiros se decidam a apoiar a sério a luta contra os portugueses.”⁷⁹⁸

A tentativa de conciliação desta insustentável realidade levou MC a estabelecer a distinção entre os “intelectuais” e os “duros”: “E quanto à ação, também a minha experiência me mostrou que está feita a grande separação entre os homens que têm sensibilidade e os duros. Os primeiros são os intelectuais e artistas: os segundos os que caminham inexoravelmente no mundo. As mais belas doutrinas concebidas pelos primeiros passam a ser realidade viva através da ação dos segundos, com todas as máculas que a essa ação lhes imprime.”⁷⁹⁹ Precisamente de um militar que conjugava as duas vertentes chegavam, um ano depois, relatos bem diferentes. O então coronel Hélio A. Esteves Felgas,⁸⁰⁰ que viria a ter

⁷⁹⁷ Ibidem. O campo de concentração designava-se por Colónia Penal e Agrícola da Ilha das Galinhas, criada por Sarmiento Rodrigues quando fora governador da colónia. Depois de 1974 continuaria a funcionar para o mesmo fim e com semelhante violência: <http://senegambia.blogspot.pt/2007/02/antiga-priso-de-alta-segurana-entregue.html>. A informação sobre o campo de concentração pode cruzar-se com o depoimento de Adriano Moreira a propósito da reabertura do Tarrafal a pedido das FA. Entrevista a Adriano Moreira.

⁷⁹⁸ Ibidem.

⁷⁹⁹ Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº2 (31/07/62). No seguimento faz uma interessante referência a Sartre, um dos mais entusiastas intelectuais entre os que quiseram assistir de perto aos acontecimentos pós-25 de Abril: “Não sou admirador do Sartre mas há uma peça dele – Les Mains Sales – que me fez profunda impressão, por colocar em termos dramáticos um problema que também eu sofrera na minha consciência.” Referir-se-ia aos trágicos dilemas de Hugo Barine? Ou às profundas contradições do Poder?

⁸⁰⁰ Desde os anos 50 manteve uma relação próxima com MC, que, em 1956, prefaciou uma obra sua: “é um nome que começa a ser conhecido dos estudiosos das questões ultramarinas em Portugal, e é um nome a reter”. FELGAS, Hélio A. Esteves, *Timor Português*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1956, pp.9-11.

algum relevo militar⁸⁰¹, descreveria a sua “atuação” (que a seguir se examinará com maior detalhe) e o ponto da situação no final de 1963:

“Quando em Julho o inimigo quis alargar os atos terroristas ao meu sector, passei horas difíceis. Com as poucas forças que tinha andei a correr de um lado para o outro apagando fogos como os bombeiros. Tive bastantes baixas (uns 6 mortos e cerca de 40 feridos) mas parece que consegui criar insegurança ao inimigo e, em especial, dei às populações nativas a ilusão de muitas tropas – o que fez com que elas resistissem a ser aliciadas. Fosse como fosse o certo é que o terrorismo pouco a pouco acalmou. A chegada de reforços fez com que diversos postos pudessem ser razoavelmente guarnecidos.”⁸⁰²

O esforço militar era acompanhado por outra atitude: “O moral dos soldados é bom e eu próprio vou com eles nas ações o que mais os anima. Estou a fazer por semana mais de 6.000 quilómetros em reconhecimento, ações e patrulhas. E cerca de 600 a pé! Mas talvez por isso a população nativa resiste ao aliciamento e acolhe bem a tropa. Confesso que a situação agora é bem diferente da de Julho. É claro que há deficiências e injustiças que eu não deixo de apontar aos meus superiores (embora alguns deles não gostem de ouvir pois só gostam do que lhes agrada).” Dessas “injustiças”, Felgas destaca apenas uma, que não seria inconsequente: “Refiro-me por exemplo ao menor pagamento na Guiné, ao excesso sobre o tempo de comissão, ao segredo que reina quanto à Guiné, etc.”⁸⁰³

3.2.5.2. Plebiscito da política ultramarina

A resposta militar em Angola e na Guiné não inibia o temor em Moçambique. Também ali se perspectivava, inevitavelmente, o mesmo: “o Ultramar não sentiu entre nós os “novos ventos da história” mas, possivelmente, mostrará que outros ventos o influenciam.”⁸⁰⁴ O “medo”, manifesto na fragilidade das instituições, desde a magistratura ao Governo-geral, contagiava a população europeia em Moçambique. Para certas figuras civis do regime, o

⁸⁰¹ BARROSO, Luís, *Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”*: a manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974), Fronteira do Caos, Lisboa, 2012, pp.20-22.

⁸⁰² AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (governador do Distrito do Congo em Angola nos anos 50; coronel quando escreve a MC, chegaria a brigadeiro durante o governo marcelista): nº9 (30/10/63).

⁸⁰³ Ibidem.

⁸⁰⁴ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº32 (22/12/62).

cenário não podia ser pior: “A Igreja, a rua e agora a magistratura deixam-nos outra vez nas mãos da única entidade ainda firme (!?): a tropa! Esta triste tropa que, embora não tenha conhecido a de antes de 1926, me parece ainda mais triste.”⁸⁰⁵

Semelhante conjuntura, entre 1962 e 1963, constituía o fermento ideal para a radicalização política: “Neste ambiente, a reação dos poucos que ainda se permitem ter uma ideia é no sentido ultra. Os outros estão apáticos e acéfalos.” A luta política entre os “ultras” e os “outros” ganhava expressão na imprensa: “De um lado há o “Tribuna”⁸⁰⁶, mais oposicionista que o “República” daí”, “do outro, para se lhe opor, não há nada. O “Renovação”⁸⁰⁷ tem sido o polo para que tem convergido as reações que, como bem sabe o Senhor Professor, por serem ultras, não são do meu gosto.”⁸⁰⁸ Os “outros”, neste caso a população “metropolitana”, por “apatia” ou simples ceticismo, não poderiam, de qualquer forma, manifestar a sua opinião. Até que ponto a violência de Angola galvanizara os portugueses na defesa da política ultramarina? Havia quem defendesse que a figura do presidente do Conselho, à imagem de De Gaulle, continuava a valer politicamente mais do que a própria política ultramarina, o que não constitui surpresa: “hoje receio que um plebiscito, sem ele [presidente do Conselho], afastaria [a política ultramarina do governo], não por não ser a única capaz, mas por ser incómoda e exigir sacrifícios – pelo menos o da passividade que muitos gostariam de viver.”⁸⁰⁹

O silêncio público a que MC se votara desde meados de 1962 até Dezembro de 1963 seria consequência das circunstâncias em que se demitiu da reitoria. Mas seria também, e sobretudo, sintoma da transição epistemológica das “convicções” em “problemas” no que tocava a “África”. A firme certeza expressa por Adriano Moreira em 1960 – “a tradicional doutrina portuguesa continua a ser património comum da nação”⁸¹⁰ – transformara-se num dos mais terríveis dilemas para a maioria da classe política do regime. MC vivê-lo-ia talvez mais do que ninguém, especialmente a partir de Setembro de 1968.

⁸⁰⁵ Ibidem.

⁸⁰⁶ Como diário, surgiu em 7 de Outubro de 1962, pertencente à Sociedade de Imprensa de Moçambique, de João Correia dos Reis. Em Março de 1963, dois dos fundadores, António de Gouveia Lemos e Ilídio Rocha deixaram o jornal, que passaria a ser controlado primeiro pelo BNU e depois pela UN. ROCHA, Ilídio, *A imprensa de Moçambique*, Mundo Ibérico, edição Livros do Brasil, Lisboa, p.373.

⁸⁰⁷ Substituiu, em 1961, o *União* (extinto em 1958) como órgão da UN de Moçambique. Fundado por Fernando Saraiva e Jorge, Gonçalo Mesquitela, Júlio Couto Júnior, Vítor Videira Barreto e Adérito Pereira Duarte. ROCHA, Ilídio, *A imprensa de Moçambique*, Mundo Ibérico, edição Livros do Brasil, Lisboa, pp.362-363.

⁸⁰⁸ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): n°33 (11/12/63).

⁸⁰⁹ Ibidem.

⁸¹⁰ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n°34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.118.

3.2.5.3. *Novas formas políticas*

A ambiguidade característica do discurso político, porventura transversal a todo(s) o(s) regime(s), não contribuiu para uma clarificação. MC nunca se convenceu de que a afirmação pública clara e definida da *política ultramarina* a adotar fosse o melhor caminho.⁸¹¹ Ainda assim e tal como a necessidade *plebiscitária*, a inevitabilidade de evolução para novas formas políticas das províncias ultramarinas ter-se-á reforçado nesses anos iniciais da guerra. MC parece ter operado a derradeira (*in*)definição em 1962: “a manutenção desta [guarnição de um sector da frente geral] permitirá que oportunamente se faça a política mais conveniente para que o Ultramar, mesmo sob novas formas políticas, fique pelo menos lusíada e dele não sejam inclementemente varridos todos os sinais de uma civilização que, se tivesses ido para Angola ou Moçambique, verias como é já uma obra digna de defesa e motivo de orgulho para quem a tinha em Marcha.”⁸¹²

No final desse ano, numa conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, acompanhado por Adriano Moreira e Carlos Abecassis, Armando Cortesão afirmava que “o dia chegará em que Angola e Moçambique se tornarão completamente autónomas ou independentes, como aconteceu com o Brasil; mas isso será quando as suas populações tiverem atingido um grau de desenvolvimento social e político, que lhes permita desprenderem-se da Mãe Pátria, como fruto maduro se desprende da árvore que o criou. Nessa altura, Angola e Moçambique serão duas nações plurirraciais, que para isso as vimos preparando.”⁸¹³

⁸¹¹ “Mas o senhor professor exprimia-se sempre em termos bastante velados. Dizia-se em Portugal que a diferença de atitude do público perante os discursos do Doutor Salazar e os seus é que as pessoas não entendiam o Doutor Salazar, mas sabiam perfeitamente o que ele queria, ao passo que, a si, entendiam muito bem o que dizia, mas não percebiam o que queria... *O professor Marcello Caetano ri-se e responde: «É uma blague. Se entendiam muito bem o que eu dizia e se as minhas palavras exprimiam o meu pensamento, claro que tinham de saber o que eu queria... A diferença está em que o Doutor Salazar governou em um longo período de estabilidade e falava afirmando as certezas. A mim coube-me uma época de transição em que tinha de ser cauteloso para ir conduzindo as coisas com jeito, certo de que as precipitações podiam conduzir, como se viu, à catástrofe...».* M.P. – Mas se o senhor tivesse dito claramente que estava preparando a independência do Ultramar, isso fixaria um objetivo interno e acalmaria os inimigos externos de Portugal, estou certo disso. M.C. – Está certo disso? Pois eu não.” CAETANO, Marcello, *Marcello Caetano, o 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns documentos*, Verbo, Lisboa, pp.13-14. O tema prossegue nas páginas seguintes.

⁸¹² Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº1 (s.d.).

⁸¹³ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 80, nº7/12, 1962, p.211.

Em Janeiro de 1965, no prefácio a uma obra sobre Moçambique, MC repetia: “Como eu, o autor tem amor à África. E tem amor sobretudo à África portuguesa. Como eu, quer sobretudo o progresso dessa terra e a felicidade da sua gente. e pensa que esse progresso e essa felicidade dependem de uma colaboração amistosa, sincera e leal entre os portugueses de lá e os portugueses de cá, os brancos e os de cor, os africanos e os europeus: as fórmulas poderão mudar, o essencial é que essa colaboração não cesse.”⁸¹⁴

Os míticos “novos brasis” fariam parte do imaginário e da realidade da família Queirós de Barros. José Miguel partilhava a seguinte visão: “Em relação ao Ultramar apenas vejo que o que interessa afinal conservar, a comunidade lusíada, os laços de origem e de sangue, talvez relações económicas e sobretudo os valores de cultura, o que está em perigo de ser destruído, desaparecendo no temporal da violência, nos ódios que se geram. Parece que os portugueses não aprenderam nada com a independência do Brasil, em que os brasileiros ganharam uma batalha da independência pelas armas à qual se seguiu um século de afastamento e de ignorância, de incompreensão, embora hoje em Portugal só se façam afirmações de amizade luso-brasileira. Custou um século que teve que passar, os esforços do tio João [João de Barros, sogro de MC] desde o princípio do século.”

A observação sobre o Brasil, tão esquecida, era acompanhada por outra, não menos esquecida, sobre a Guiné. Desta feita convergia com MC: “A situação não se pode comparar, em relação às Províncias de hoje. A Guiné é primitiva, pobre, duma miséria elementar. Não são territórios suscetíveis de autonomia, por enquanto.”⁸¹⁵ Como dizia José Miguel, “para manter uma situação colonial contra a vontade dos colonizados o empenho da força é a única solução. As consequências dessa política, seja qual for a utilidade para o País, forcem a que se pense duas vezes.” Qual a alternativa à violência? Invariavelmente, a França oferecia o exemplo: “Não foi gratuitamente que em França se denunciou a “podridão” em que o país se afundava pela extensão que tomava a guerra da Argélia. É que não se trata de conservar aquilo que é nosso, mas de lutar contra os que nada têm. [...] Mas uma política de reformas, de educação, de progresso, pode levar ao que é por exemplo a presença francesa no Senegal e na ex-África francesa.”⁸¹⁶

O idílico sucesso francês duraria pouco. Mas em 1962 ainda seria inspirador. A estruturação destas ideias levaria às primeiras experiências da (posterior) famosa política

⁸¹⁴ FARIA, Dutra, *Portugal do Capricórnio (crónicas de Moçambique: 1964)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965, p.12.

⁸¹⁵ AMC, cx.16, Correspondência/Barros, José Miguel Queirós de (primo de MC): nº1 (20/07/62).

⁸¹⁶ AMC, cx.16, Correspondência/Barros, José Miguel Queirós de (primo de MC): nº2 (13/08/62).

spinolista.⁸¹⁷ Hélio Felgas dava conta disso mesmo em 1963: “Desenvolvi então uma política indígena que parece estar dando resultado. Na zona fronteiriça reuni tabancas pequenas em tabancas maiores e instruí e armei os nativos de maior confiança. Essas tabancas têm hoje a bandeira diariamente içada e são exclusivamente defendidas pelos nativos que já resistiram com êxito a ataques inimigos. [...] Levei uns panos, uns garrações de vinho, o médico e o enfermeiro e foi um sucesso. Até aprendi a atirar com o arco e flechas – que ainda são as armas gentílicas da maioria das populações daqui e, em especial, dos felupes e baiotes. Em cada destacamento (tenho dez no sector) montei uma escola para nativos e soldados. Só na de bula tenho 150 alunos desde a 1ª classe ao 2º ano de liceu. São os sargentos, os cabos e os oficiais que lecionam. E quando saio (ando muito por fora) lá levo o médico que tem uma clientela enorme. [...] De tempos a tempos reúno os chefes de tabanca e converso com eles sobre colheitas, famílias, etc. Depois pergunto-lhes se os bandidos (como aqui chamam aos terroristas) alguma vez lhes ensinaram os filhos, se os trataram, se os levaram de carro, etc. Claro que dizem que não e eu aproveito para lhes mostrar a diferença de procedimento e para lhes recomendar juízo.”⁸¹⁸ Obviamente que nessa altura já nada apagaria o histórico de violência.

A ação política psicossocial desenvolvida cinco anos mais tarde por Spínola deverá ser lida como o desenvolvimento natural daquela linha de atuação, cuja verdadeira inovação consistiu na construção duma eficaz máquina de propaganda pessoal.⁸¹⁹ Desde o início que existia a firme consciência de que a guerra não podia ser ganha militarmente ou “apenas no campo militar”.⁸²⁰ MC afirmá-lo-ia em Junho de 1960, no Instituto de Altos Estudos Militares: “A lição da Argélia tem, por isso, de ser cuidadosamente estudada pelas FA portuguesas, que podem ver-se de um dia para o outro empenhadas numa ação com muito pouco de guerra clássica e em que tenha de preponderar a preparação psicológica, a contraofensiva ideológica, a conquista da confiança das populações.”⁸²¹

⁸¹⁷ Ver, entre outros, BARBOSA, Márcio, *Spínola, Portugal e o Mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné – 1968-73*, em Revista de História das Ideias, Vol. 28, FLUC, 2007, pp.391-427.

⁸¹⁸ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (governador do Distrito do Congo em Angola nos anos 50; coronel quando escreve a MC, chegaria a brigadeiro durante o governo marcelista): nº9 (30/10/63).

⁸¹⁹ Em teoria, a guerra revolucionária e a ação psicossocial eram já bastante conhecidas. O tenente-coronel Hermes de Araújo Oliveira, publicou dois livros muito divulgados, contando várias edições:

OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Guerra Revolucionária*, 3ª edição, Lisboa, 1962; *A Batalha da Certeza (acção psicossocial)*, 2ª edição, Lisboa, 1963.

⁸²⁰ “A ideia do plano de investimentos para o triénio 1962/64 partiu, segundo creio, da ideia fundamental de que a guerra em que a Nação se encontra empenhada em Angola não pode ser ganha apenas no campo militar ou por uma prolongada resistência às investidas inimigas, internas e externas.” AMC, cx.25, Correspondência/Deslandes, Venâncio Augusto: nº3.

⁸²¹ CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, p.56.

Perante o Conselho de Segurança da ONU, em Dezembro de 1963, Franco Nogueira afirmava que “todos sabemos que há estreita relação entre a evolução económica e social e a estrutura política”.⁸²² Á luz deste princípio, o desenvolvimento económico seria um passo decisivo rumo à evolução da estrutura política. MC tinha tempo e distância suficiente para refletir sobre todos estes dados. A persistente ideia de “comunidade lusíada” atingiu, como um súbito clarão, o discurso de quase todos os responsáveis políticos, desde o presidente do Conselho a MC, desde Franco Nogueira e Adriano Moreira até Spínola.⁸²³ A substância era, todavia, muito ténue. O diplomata Eduardo Brazão mostrava a MC o lado obscuro dos discursos oficiais e documentos officiosos: “Sei que o Franco Nogueira ficou abalado com o que se passou naquela chafarica! Sobretudo com a atitude do Brasil! Eu, confesso-lhe que não me admirei. Sou daqueles que nunca acreditaram na “Comunidade luso-brasileira”. E se já assim pensava, a recente leitura do livro do Álvaro Lins – “Missão em Portugal”, mais me convenceu. [...] A “comunidade luso-brasileira” só pode viver na alma boa e leal do Paulo Cunha!”⁸²⁴

Entre ideias e palavras, a prática resistia. De Moçambique vinha a seguinte confirmação: “a execução das alterações da Lei Orgânica fez-se toda à nossa revelia. Não fomos ouvidos no Estatuto da Província, não fomos ouvidos quanto às alterações da regulamentação das condições de eleitor”.⁸²⁵ Somente em 1967 se vislumbraram algumas alterações: “Politicamente, no entanto, aqui parece ter tudo acalmado.”⁸²⁶

Nas vésperas de António Augusto Peixoto Correia substituir Adriano Moreira na pasta do Ultramar (04/12/62 – 19/03/65), Silva Cunha, outro dos “rapazes do Marcello”, futuro subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (04/12/62 – 19/03/65), afirmava numa conferência organizada pela NATO em Paris que “a colonização conduz necessariamente à descolonização.” Não podia ser mais categórico. Todavia, o reconhecimento da inevitabilidade histórica continha a capciosidade do modo: “pode descolonizar-se pela

⁸²² NOGUEIRA, Franco, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970, p.164. E conclui: “se este aspeto for esquecido estamos provocando o caos e dispondo as bases do domínio do continente africano pelo mais implacável neocolonialismo.”

⁸²³ Ver, entre outros, BARBOSA, Márcio, *Spínola, Portugal e o Mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné – 1968-73*, em Revista de História das Ideias, Vol. 28, FLUC, 2007, pp. pp.391-427. NOGUEIRA, Franco, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970, pp.239-261.

⁸²⁴ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata e historiador): nº60 (03/08/63).

⁸²⁵ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº33 (11/12/63).

⁸²⁶ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº34 (29/08/67).

integração ou pela *emancipação*.”⁸²⁷ A opção portuguesa recaía, segundo Silva Cunha, na primeira: “Outra foi a descolonização praticada por Portugal. Alheia a qualquer preconceito de discriminação racial, a colonização portuguesa teve sempre como objetivo final a integral promoção social dos colonizados, sem pôr limites ou restrições ao pleno desenvolvimento da sua capacidade de progresso. Não recusou mesmo, no caso do Brasil, a concessão da independência. Teve, porém, sempre presente as realidades culturais e sociológicas dos povos que governou e, por isso, não queimou etapas, descolonizando ficticiamente.”⁸²⁸

Adriano Moreira considera que “Silva Cunha fez todo o possível para destruir as [suas] reformas”.⁸²⁹ O ministério de Silva Cunha não é aqui, naturalmente, objeto de estudo profundo, mas a avaliar pela revisão da Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2119, de 24 de Junho de 1963) a que se refere Mesquitela, a afirmação parece exagerada. A lei baseou-se no parecer votado por unanimidade pelo Conselho Ultramarino, de que Silva Cunha foi relator geral e parece ser, na realidade, uma evolução lógica e de pormenor da política de Adriano Moreira.⁸³⁰ O próprio Silva Cunha resume a “situação” do ultramar português, no supracitado artigo, às medidas emblemáticas de Moreira.⁸³¹

Nessa mesma reunião extraordinária do Conselho Ultramarino já se concluíra, “por contacto com as forças militares que lá estão, que a guerra [...] em Angola não tem solução exclusivamente por via militar. Tem solução por via militar e por via política”. Também se avisara, segundo o representante de Angola no Conselho, António Garcia de Castilho (eng.º), que o “movimento de integração” que se tinha acentuado em Portugal era “precisamente o contrário do que se preconiza no parecer dos representantes de Angola” e que “em Angola se considera que cada passo que for dado no sentido da integração que se anunciou é um risco

⁸²⁷ CUNHA, Joaquim Moreira da Silva, *Portugal e o fenómeno da descolonização*, documento elaborado e lido pelo prof. Silva Cunha na segunda Conferência de Estados para Professores de Países Membros da Aliança Atlântica, realizada em Paris de 3 a 8 de Setembro de 1962. Em Revista *Ultramar*, N.º11/12, Janeiro-Junho de 1963, p.173.

⁸²⁸ Idem, p.176.

⁸²⁹ Entrevista a Adriano Moreira, Julho de 2012.

⁸³⁰ Ver TAVARES, Álvaro da Silva, *A Revisão da Lei Orgânica do Ultramar*, em Revista *Ultramar*, N.º11/12, Janeiro-Junho de 1963, pp.3-33.

⁸³¹ “A situação actual pode caracterizar-se no aspecto político-jurídico como se segue:

- a) Unidade política traduzida na igualdade do estatuto político entre todos os nacionais portugueses, seja qual for a raça, a religião e o tipo de cultura; [Decreto-lei n.º43893, de 6 de Setembro de 1961]
- b) Solidariedade económica de todas as parcelas que formam o território do Estado português, traduzida em especial na legislação que estabeleceu o mercado comum português, a qual já entrou em fase de execução; [Decretos-lei n.º44.016, de 8 de Novembro de 1961, e n.º44.440, de 30 de Junho de 1962]
- c) Extensão a todos os elementos da população portuguesa dos benefícios de uma legislação social organizada em rigorosa harmonia com as convenções internacionais, especialmente a da O.I.T., e excedendo-a, até, em muitos pontos. [Decreto-lei n.º44.309, de 27 de Abril de 1962]” Em Revista *Ultramar*, N.º11/12, Janeiro-Junho de 1963, p.176.

enorme em relação à evolução de Angola no caminho de uma independência de costas viradas para Portugal”.⁸³²

Desenvolver para *evoluir* ou desenvolver para *não ter de evoluir* parecia ser a questão que se seguia. Pelo menos sob uma determinada perspectiva política. Doutrous ângulos, a questão também poderia colocar-se da seguinte forma: *abrir* ou *não abrir*? A crescente incompatibilidade entre os instáveis “interesses” caseiros⁸³³ e os superiores “interesses” internacionais⁸³⁴ agudizar-se-ia ao longo da década.

⁸³² Atas da Sessão Plenária da Reunião Extraordinária do Conselho Ultramarino, Lisboa, Outubro de 1962. Relator: Joaquim da Silva Cunha. Citação em LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano: o sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite*, Tribuna, Lisboa, 2003, p.95.

⁸³³ “A [massada] só é grande nos problemas de interligação Sacor/Bullosa e eu sinto-me o fusível que assegura a tensão.” AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº33 (11/12/63).

⁸³⁴ Após um pedido da Esso para distribuição de petróleo em Angola, Correia de Oliveira diz a MC que “nós temos negado sistematicamente a entrada de novos distribuidores”, sugerindo a necessidade de aliviar a pressão e repensar caso existissem contrapartidas de investimentos produtivos. AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de (economista; ministro de Estado; adjunto da presidência do Conselho; subsecretário de Estado do Orçamento; secretário de Estado do Comércio; ministro da Economia; presidente do Conselho de Administração do Banco Fonsecas & Burnay; vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia de Diamantes de Angola): nº10 (23/02/67).

IV CAPÍTULO – *Regresso: a mecânica daquele tempo – 1958-68*

4.1. *Tempos modernos: poder(es) e massas*

Nos nºs 3 e 4 de 1958 da revista *O Direito*, MC fazia questão de anunciar o seu “regresso” à direção efetiva da mesma, ato simbólico do seu regresso à vida acadêmica e profissional. A forma como o fez dava o mote para o que viria nos próximos anos.⁸³⁵ Recordou a reforma do Supremo Tribunal Administrativo⁸³⁶, de que foi um dos responsáveis, e o anteprojeto de Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, cuja elaboração havia determinado. Aproveitou a ocasião para enviar uma das farpas tão características nos anos 30: “outras reformas de técnica e processos administrativos se impõem ou são reclamados pela opinião. Mas no nosso País, ao contrário do que por toda a parte sucede, esses problemas não estão afetos à Presidência do Conselho: mantêm-se no Ministério das Finanças, por força da tradição e de circunstâncias que necessariamente têm de mudar, deixando de fazer desse departamento do Estado a entidade hipertrofiada que hoje é.”⁸³⁷

Os cortes nas verbas do II PF estavam bem vincados na memória. O jovem MC de outros tempos parecia estar de volta. Mas agora cumulado de experiência, currículo e prestígio. Era, inevitavelmente, outro homem. Acompanha de (muito) perto e protagoniza alguns dos acontecimentos mais importantes do regime até à primavera de 1962, quando se demitiu da RUL.

4.1.1. Métodos obliterativos

Assim que se soube da iminente saída de MC do MdP, houve quem não perdesse tempo na ânsia de o diminuir politicamente. Nas vésperas de uma reunião da OECE em Paris, em 1958, MC teria aproveitado umas horas livres para visitar Versalhes. Um jornalista da

⁸³⁵ Recebia inclusive os cumprimentos da principal revista *concorrente* – *Revista de Direito Administrativo*. AMC, cx.47, Correspondência/Revista de Direito Administrativo: nº1 (06/59).

⁸³⁶ Operada pela lei orgânica constante do Decreto-lei nº40768 de 8 de Setembro de 1956 e pelo regulamento aprovado pelo Decreto nº41234 de 20 de Agosto de 1957.

⁸³⁷ Revista *O Direito*, Ano 90, 1958, p.164.

ANI publicou um artigo “descontraído” sobre essa visita, o que provocou um “escândalo” nas hostes do regime. Os interessados em eliminar MC do governo não perderam a oportunidade para rasgar as vestes e acusá-lo de andar a “passear” com dinheiros públicos a pretexto de “viagens oficiais”.⁸³⁸

Este não deixaria de ser, provavelmente, o mais rasteiro dos métodos obliterativos. Explorado nesse momento de “crise” por motivos que Guilherme Braga da Cruz então aclarou: “no meio de sentimentos e paixões tão contraditórias que têm dominado a vida política portuguesa dos últimos tempos e em que o nome de V. Ex.^a tantas vezes aparece invocado”, recrudescia a descrença no “Estado Novo como solução política «definitiva».”⁸³⁹

Muitos se apressaram a lamentar a saída de MC do governo. Alguns eram próximos do poder, mas nenhum pertencia ao topo.⁸⁴⁰ A afirmação então escrita por um tipógrafo transporta o inegável poder definidor das coisas simples. Luís da Cunha Oliveira fez questão de manifestar a MC, naquele momento da demissão, o profundo agradecimento pela “constante amizade” e “atenção” a “humildes como eu”.⁸⁴¹

⁸³⁸ AMC, cx.26, Correspondência/Faria, Dutra (Agência Nacional de Informações): nº5 (01/08/58).

⁸³⁹ AMC, cx.24, Correspondência/Cruz, Guilherme Braga da: nº17 (14/08/58).

⁸⁴⁰ A somar aos já referidos no I Capítulo desta parte: AMC, cx.14, Correspondência/Almeida, João Simões de: nº3 (17/08/58); AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Francisco Elmano Martinez da Cruz: nº1 (17/08/58); AMC, cx.22, Correspondência/Castro, Conde de: nº1 (14/08/58); AMC, cx.22, Correspondência/César, Ângelo (advogado, poeta, escritor): nº2 (20/08/58); AMC, cx.25, Correspondência/Evangelista, Júlio Alberto da Costa: nº1 (07/07/58); AMC, cx.26, Correspondência/Fernandes, António Júlio de Castro: nº4 (14/08/58); AMC, cx.27, Correspondência/Freitas, Óscar de: (coronel; inspector dos espectáculos): nº1 (05/09/58); AMC, cx.29, Correspondência/Ibañez-Martín, José (embaixador de Espanha em Portugal): nº2 (20/08/58); AMC, cx.35, Correspondência/Marques, Pedro Correia (jornalista; director de “A Voz”): nº12 (15/08/58); AMC, cx.36, Correspondência/Martinez, José (membro do gabinete do Ministério da Presidência): nº1 (14/08/58); AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo; deputado; dirigente da U.N.; promotor do Complexo Industrial do Cachão): nº1 (26/08/58); AMC, cx.38, Correspondência/Mesquita, Alberto Marques Mano de (advogado; vice-presidente da Comissão Nacional da Cortiça; presidente da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos): nº1 (17/08/58); AMC, cx.50, Correspondência/Saraiva, José Hermano: nº7 (14/08/58); AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Manuel Ramos de (director dos Serviços de Economia de Angola): nº1 (11/09/58); AMC, cx.56, Correspondência/Tovar, Conde de (embaixador de Portugal junto da Santa Sé; secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº8 (13/08/58); AMC, cx.57, Correspondência/Vaz, Júlio (padre): nº1 (22/09/58).

⁸⁴¹ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Luís da Cunha (tipógrafo): nº1 (19/08/58).

4.1.1.1. *Senhor de Tréville*

No início de 1960 estourava o conflito entre as Universidades de Lisboa e Coimbra.⁸⁴² Na sombra das querelas académicas moviam-se outras motivações. Uma das mais significativas prendia-se com a projeção da velha animosidade, passe a imagem e o humor de A. Dumas, entre as *guardas* pessoais do *cardeal* (o presidente do Conselho) e do findo *Henrique IV* (Craveiro Lopes). *Luís XIII* (Américo Thomaz), como se sabe pela história, pouco contou no início do seu *reinado*. Para a *velha guarda* conimbricense, quem não tivesse passado pelas suas fileiras teria logo à partida um terrível defeito.⁸⁴³ Para a *jovem guarda* olissiponense tratava-se de vencer o passado e conquistar o futuro.

Porque se tratava da última grande comemoração de *portuguesismo* encenada pelo regime, o *Centenário de D. Henrique*, o governo interveio através do ministro da Educação⁸⁴⁴. Embora o tenha feito depois de MC ter tomado a iniciativa de normalização institucional com a Reitoria da Universidade de Coimbra (RUC): “Não podemos dar a esta Nação, infelizmente trabalhada neste momento por tantas forças desagregadoras, o espetáculo de uma questão de hissope aberta entre duas das instituições com maiores responsabilidades na educação nacional.”⁸⁴⁵ Talvez porque o conflito se desencadeou com a iniciativa lisboeta de celebrar a “missa” que D. Henrique mandara celebrar numa data fixa todos os anos, até o *cardeal Cerejeira* e antigo professor de Coimbra se sentiu no dever de escrever a MC.⁸⁴⁶ Até que ponto desejaria a sua “salvação”?

⁸⁴² AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº2 – 4 (20/02/60 – 24/02/60); AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Lisboa: nº2 (09/03/60), nº3 (12/03/60), nº4 (03/05/60).

⁸⁴³ AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: nº16 (20/04/58): “Disse que o Salazar não dava crédito a ninguém que não fosse da Faculdade de Direito de Coimbra. [...] O grande defeito que o Marcello deve ter, para o Salazar, é não ser de Coimbra. Se fosse da Escola do Salazar, já era o Delfim do Regime há muito tempo.”

⁸⁴⁴ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Lisboa: nº2 (09/03/60).

⁸⁴⁵ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº2 (20/02/60). “Não oculto quanto me magoou e ofendeu, até, a moção de Coimbra. Embora não seja historiador, tenho já alguns trabalhos de investigação histórica publicados. Não valerão muito. Mas julgava eu que, ao menos, me valeriam o respeito das pessoas letradas pela preocupação de probidade que neles sempre está presente. Imaginará V. Ex^a quanto me chocou verme: acusado de uma “tentativa de falseamento da verdade histórica”! Falsário: nem mais, nem menos! Pois bem: tudo isso eu esqueço, certo de que se trata apenas de um deslize de expressão cometido em momento de infelicidade. Ao agravo de Coimbra já correspondeu de resto o desagravo de Lisboa. Trata-se agora de pôr termo a este episódio que não deveremos lembrar mais! Acima de susceptibilidades pessoais ponhamos os interesses superiores do país e das próprias Universidades. Não podemos dar a esta Nação, infelizmente trabalhada neste momento por tantas forças desagregadoras, o espectáculo de uma questão de hissope aberta entre duas das instituições com maiores responsabilidades na educação nacional.”

⁸⁴⁶ AMC, cx.4, RUL, Correspondência: nº45 (23/04/62): cartão do *Cardeal Cerejeira*: “Lamenta sinceramente as causas que o levaram a fazer tal pedido, ficando a Universidade privada do homem que estava finalm.^{te} a realizá-

O móbil político e uma obscura animosidade entre Coimbra e MC surgem indiciados por este em Dezembro de 1973, por ocasião da publicação dos seus discursos e textos enquanto reitor da UL. Em carta dirigida ao então reitor, Veríssimo Serrão, MC ainda recordava com mágoa os acontecimentos de 1960: “Desde que se reunia tudo o que escrevi e disse durante o período do meu reitorado confesso que me seria desagradável a omissão desses textos [sobre o conflito]. Porque tal incidente marcou muito esse período e não posso esquecer as vinte e quatro horas em que febrilmente, metido em casa com os elementos da minha livraria, tive de desfazer a mensagem que Coimbra enviou individualmente a todos os professores de Lisboa para desacreditar o seu Reitor. A omissão dos textos referidos, agora pareceria repúdio da ação que então tive ou que a UL se envergonhava do que foi dito e feito em sua defesa.”⁸⁴⁷

A origem do desamor era antiga, visível nas críticas duríssimas de MC a autores de Coimbra. Durante as décadas de 1940 e 1950 o sentimento não amainou. Em 1947 MC reagia energicamente contra os ataques ao seu CA, dirigidos por parte da *Revista de Administração Pública*, de Coimbra: “Mas gostaríamos de ver um estudo sério (tão sério ao menos como aqueles donde saiu o texto atacado) a apresentar e a fundamentar os vícios condenados e os remédios convenientes.”⁸⁴⁸ No ano seguinte, em 1948, num extenso estudo sobre *O Problema do Método no Direito Administrativo Português*⁸⁴⁹, demarcava clara e negativamente os caminhos trilhados por Coimbra em relação a Lisboa: “Recentemente alguns professores da Faculdade de Coimbra deixaram-se seduzir pela *jurisprudência dos interesses*, – *valorativa, teleológica* ou *dos bens da vida*”. Considerava um “erro e bem grande”, pois MC preconizava o caminho seguido por Larnaude, de “superação das escolas e o sincretismo metodológico”. Entre os visados encontrava-se o quase inevitável Afonso Rodrigues Queiró.⁸⁵⁰ Que no final desse mesmo ano veria o seu trabalho *Teoria dos Atos de Governo* duramente criticado por MC nas páginas de *O Direito*: “A doutrina expressa no *Tratado* já a ensinávamos havia anos”; “sob este aspeto, como sob os outros, os capítulos 2º e 3º são francamente melhores do que o resto do livro.”⁸⁵¹ Esta foi, aliás, a crítica bibliográfica mais extensa de MC.

Não parece que de Coimbra tenha ido alguém a Lisboa participar nas Comemorações Henriquinas. Mas no sentido inverso foi. Não propriamente da UL, mas do Instituto Superior

la; sente-o como universitário, como português e como patriarca de Lisboa; a Universidade de Lisboa poderá salvar ainda a sua alma, empregando aqui uma linguagem analógica? Deus o queira.”

⁸⁴⁷ AMC, cx.54, Correspondência/Serrão, Joaquim Veríssimo (historiador, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e seu reitor): nº35 (manuscrito de documento nº34 – 17/12/73).

⁸⁴⁸ Revista *O Direito*, Ano 79, 1947, p.191.

⁸⁴⁹ Revista *O Direito*, Ano 80, 1948, pp.5-103.

⁸⁵⁰ Revista *O Direito*, Ano 80, 1948, pp.92-93.

⁸⁵¹ Revista *O Direito*, Ano 80, 1948, pp.349-351.

de Estudos Ultramarinos (ISEU). Por iniciativa da Associação Académica de Coimbra (AAC), Adriano Moreira, duas semanas após ser empossado como subsecretário da Administração Ultramarina, proferiu a 18 de Março de 1960 a já citada conferência – “A unidade política e o estatuto das populações”. Onde defendeu, perante os jovens estudantes de Coimbra, o Estatuto do Indigenato oficial e a não menos oficial “proeminência especial reservada à Nação católica”.⁸⁵²

Provável consequência da evolução da correlação de forças, o antigo “rapaz do Marcello” enquadrava-se perfeitamente com a linha decorrente da “vitória” de Américo Thomaz. Até a *Choupana* foi palco, já depois de Moreira abandonar o governo, dessa opção mnemónica.⁸⁵³ Talvez nada defina tão bem o espírito desses encontros como a descrição que segue: “Com que saudade me lembrei da Choupana, agora que sei que, enquanto o Linho não voltar a oferecer o tempo hospitaleiro da Primavera e do Verão, ali se juntam todos. [...] Há lugares que parecem fadados para estarem ligados a mim por razões sentimentais. E esta de ser o lugar de reunião dos mosqueteiros que ainda somos com o nosso [sic] Senhor de Trévile (passe a recordação de A. Dumas) não é a menor.”⁸⁵⁴ Reconhecer-se-ia MC nessa imagem?

4.1.1.2. *Desculpe a demora*

Uma análise atenta ao conjunto documental que compõe a correspondência do AMC entre 1959 e 1968 permite retirar algumas ilações. A primeira, mais evidente, consiste na radical diminuição da correspondência com elementos do governo e das elites económico-financeiras até à absoluta ausência, particularmente a partir de 1963. Veja-se o exemplo de Jorge Jardim⁸⁵⁵, que só em 1962 enviou vinte e cinco documentos a MC (na sua maioria cópias de “documentos secretos” do governo, especialmente do MNE, despachos de Adriano Moreira, entre outros). Nos seis anos seguintes terá, ao que parece, enviado apenas seis

⁸⁵² MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n.º34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.135-150.

⁸⁵³ “Havia gente que ora estava com ele ora estava contra ele. Por exemplo, Almeida Cotta, que um dia, inopinadamente, aparece n.ºA Choupana com o Adriano Moreira, de propósito, para se distanciar de Marcelo Caetano.” Testemunho de Marcelo Rebelo de Sousa em RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, p.71.

⁸⁵⁴ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): n.º33 (11/12/63).

⁸⁵⁵ Ver, entre outros, ANTUNES, José Freire, *Jorge Jardim, agente secreto*, Bertrand Editora, Lisboa, 1996.

documentos. Os sinais do afastamento eram relatados por um dos *mosqueteiros*: “Espero o Jardim há um mês. Agora nem sei por onde anda!”⁸⁵⁶

Com a exceção do próprio presidente do Conselho e de Franco Nogueira, a correspondência de MC com membros do governo é muitíssimo pontual e parte da sua iniciativa.⁸⁵⁷ Os seus contactos são intelectual e internacionalmente diversificados.⁸⁵⁸ Mas são pessoas distantes das cúpulas de poder. Uma percentagem considerável da correspondência pós-1962, sobretudo a de individualidades do regime, diz respeito a “agradecimentos” de ofertas de livros por parte de MC, o que é significativo.

Os contactos com Franco Nogueira são o caso mais paradigmático e interessante relativo à posição em que MC se viu nesses anos. Isto porque MC mantém um esforço absolutamente singular em todo o seu arquivo para manter contacto com alguém. Foi sempre MC quem se empenhou em manter a ligação entre ambos.⁸⁵⁹ A avaliar pela correspondência, sobretudo após assumir o MNE, Nogueira pareceu cada vez menos interessado. Uma das expressões mais constantes nas cartas de Franco Nogueira é o pedido de desculpas pela

⁸⁵⁶ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº28 (25/02/61).

⁸⁵⁷ AMC, cx.50, Correspondência/Santos Júnior, Alfredo Rodrigues dos (ministro do Interior): nº1 (04/12/61): agradecimento por convite de MC para inauguração Reitoria. AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de economista; ministro de Estado; adjunto da Presidência do Conselho; subsecretário de Estado do Orçamento; secretário de Estado do Comércio; ministro da Economia; presidente do Conselho de Administração do Banco Fonseca & Burnay; vice-presidente do Conselho de Administração da Diamang): nº7 (03/05/66): agradecimento pelas felicitações que MC lhe dirigiu quando o autor assumiu o Ministério da Economia. Trata-o por “Querido Mestre e Querido Amigo”.

⁸⁵⁸ Entre outros já citados anteriormente: AMC, cx.20, Correspondência/Carvalho, Amorim de: nº5 (30/04/61); AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Orlando Gomes da (Polícia Judiciária): nº1 (04/02/61) – esclarecimento sobre “atentados” à liberdade; AMC, cx.27, Correspondência /Fonseca, António José Branquinho da (poeta e escritor): nº1 (28/03/61); AMC, cx.28, Correspondência/Gomes, Manuel Cerqueira (prof. F.M.U.P.): nº1 (19/10/61); AMC, cx.39, Correspondência/Mourão-Ferreira, David (poeta e escritor): nº1 (29/03/61) – agradecimento por oferta de livro; AMC, cx.33, Correspondência/Lambrino, Scarlat (arqueólogo romeno; prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Bucareste): nº1 (04/07/60), nº2 (31/12/62), nº3 (29/11/63) – correspondência académica; AMC, cx.33, Correspondência/Lima, Almeida (prof. de Medicina; neurocirurgião; colaborador do Prof. Egas Moniz): nº1 (13/05/63); AMC, cx.34, Correspondência/Loewenstein, Karl (constitucionalista alemão): nº1 (29/12/63); AMC, cx.57, Correspondência/Vanguardia, La (jornal espanhol): nº1 (18/03/63); AMC, cx.33, Correspondência/Langrod, Georges (“Directeur Scientifique au Centre Nationale de recherché Scientifique” e da “Revue Internationale D’Histoire Politique et Constitutionnelle”): nº3 (19/08/64) e nº4 (24/09/64); AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Oliveira, D. Ernesto Sena de, arcebispo de Octaba: nº18 (17/06/65): sobre a conferência de MC “Ozanam Universitário”; AMC, cx.30, Correspondência/Knapp, Viktor (prof. do Instituto de Ciências Jurídicas da Academia de Ciências da Checoslováquia): nº1 (04/08/67), nº2 (04/11/67), nº3 (22/11/67); AMC, cx.39, Correspondência/Mosler, H. (prof. e director do “Max – Plack-Institut Fur Ausländisches Offentliches Recht Und Volkerrecht”): nº1 (31/07/67).

⁸⁵⁹ AMC, cx.40, Correspondência/Nogueira, Alberto Marciano Gorjão Franco (diplomata de carreira, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1961 e 1969): nº2 (06/10/61): agradecimento de cartão de MC; nº3 (61?): agradecimento de cartas de MC, em especial a que o felicitou pelo livro “As Nações Unidas e Portugal”; nº6 (29/03/63): agradecimento de livro de MC; nº7 (04/01/64): agradecimento de “manifestação da sua amizade e simpatia”; nº8 (21/04/64): “É evidente que me comoveu a referência feita no artigo que teve a gentileza de me enviar”; nº10 (27/07/65): agradecimento de livro de MC, afirmando estar de “acordo com tudo”; nº11 (27/08/65), nº12 (18/11/65) e seguintes até nº19 (07/08/68) mantêm-se dentro do mesmo tom.

“demora” na resposta. A somar à já citada nota de MC na reedição do seu livro “Portugal e a internacionalização dos problemas africanos”, em 1964 abria assim o 96º Ano d’*O Direito*:

“No plano internacional continuou Portugal a sustentar a luta a que o obrigaram para defesa dos seus direitos no Ultramar. [...] Para países pacíficos e modestos, como Portugal, o direito, na medida em que ainda exista no Mundo consciência jurídica, é a arma de maior eficácia. E felizmente no momento presente temos tido quem o saiba servir, servindo o País. É uma honra para a Faculdade de Lisboa que tenha saído dos seus bancos o Dr. Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros a quem com inteira justiça se deve a homenagem tradicionalmente tributada entre nós aos que na dádiva desinteressada dos seus serviços à Pátria revelam o valor, a lealdade e o mérito.”⁸⁶⁰

Por seu lado, Franco Nogueira não partilharia a admiração por MC. Deixou posteriormente bem claro na biografia do santa-combense o momento da animosidade profunda e silenciosa: o “parecer ou memorial” de MC sobre o ultramar, datado de “2 de Fevereiro de 1962”, que, segundo Nogueira, “equivaleia evidentemente ao abandono do Ultramar.”⁸⁶¹ As contradições são óbvias. Publicamente concordavam em tudo. Em privado, aparentemente também. Quando se solicitou um parecer a MC certamente não se esperava que enviasse uma cópia dos discursos do presidente do Conselho. Era um documento para pensar e fazer pensar. Seria esta insistência de MC junto de Nogueira um manifesto de qualquer arrependimento sobre a proposta? É possível, mas muito pouco provável. Embora mais tarde, depois de 1974, tenha assumido que a proposta perdera acuidade.

Nogueira defendeu até à morte a convicção de “que o simples anúncio de uma *nova política* cria logo a velocidade dessa mesma política”.⁸⁶² Considerou sempre que Portugal devia ter permanecido firme na defesa da sua posição, já que as suas “províncias africanas” eram um pedaço do tabuleiro onde “procuravam interferir forças ideológicas, em obediência a ideias messiânicas, que reciprocamente se excluíam; e procuravam intervir as Nações Unidas, como reflexo e caixa-de-ressonância de todas aquelas forças e correntes”⁸⁶³. MC admirava esse “firme” combate diplomático. Mas este era apenas uma parte da realidade, não era “a” realidade. Segundo semelhante linha de pensamento, MC seria um perigo a esconjurar.⁸⁶⁴ Nos estreitos corredores do poder, a *ortodoxia* empenhar-se-ia em ostracizar qualquer *heterodoxia*.

⁸⁶⁰ Revista *O Direito*, Ano 96, 1964, p.3.

⁸⁶¹ NOGUEIRA, Franco, *Salazar Vol. V – a resistência (1958-1964)*, Civilização Editora, Porto, 1984, p.395.

⁸⁶² AVILLEZ, Maria João, *Entre Palavras 1974/1984*, ed. Difel, Lisboa, 1984, p.223.

⁸⁶³ NOGUEIRA, Franco, *Júzo Final*, Livraria Civilização Editora, 1992, p. 34.

⁸⁶⁴ O escritor António P. Machado resumiu a posição de MC a propósito de uma conferência deste em 1963: “A ortodoxia de certas figuras não me serve, nem a quero seguir. Doutrina, sim, vi-a desfiar (diz-se agora desbobinar) na bela lição sobre o grandioso Frederico Ozanam.” AMC, cx.35, Correspondência/Machado, António Pinto (escritor): nº2 (04/05/63).

A imagem de A. Dumas teria pouco a ver com a realidade. Ainda assim talvez MC se tenha identificado com o personagem de *Tréville*: a demarcação entre os *fiéis* e os *outros* vincar-se-ia, com o tempo, no seu espírito. Quiçá também houvesse quem esperasse servir-se do seu prestígio e capacidades, para que criasse condições ao aparecimento do *novo* e depois *desaparecesse*.

4.1.1.3. Do silêncio

No espírito racional de MC, o período de um a dois anos que se seguiu à demissão da reitoria parece ter sido de profunda reflexão e ceticismo.⁸⁶⁵ Mas se não falava ou escrevia muito, acompanhava com atenção as iniciativas de jovens dinâmicos e inteligentes, como por exemplo Francisco Pinto Balsemão, nos círculos jornalísticos do *Diário Popular* ou do *Diário Ilustrado*, onde tinha pessoas da sua confiança. Parecia reprovar a incapacidade do regime em captar essas energias. Por ocasião de um ciclo de conferências organizado por Balsemão em 1966, sobreveio a “imposição governamental de excluir o José Tengarrinha e o Raul Rego por haverem assinado um documento político.”⁸⁶⁶ Enquanto ministro da Presidência, MC havia adotado atitude contrária. Formalmente responsável pela Censura, MC aliviara sobremaneira o crivo. Em Março de 1958, Victor Falcão agradecia-lhe o que “tão prontamente fez para que a Censura autorizasse, enfim, a publicação no “Diário Popular” do meu artigo, retido por ela não sei bem quanto tempo. Publicado o artigo, verificou-se, é claro, como era de prever, que desse facto não resultou nada de mau, nem para Portugal, nem para o resto do mundo. Creia V. Ex.^a que me sensibilizou profundamente a sua atenção. Não a esquecerei nunca.”⁸⁶⁷ O procedimento de MC não agradava nem podia agradar à ortodoxia, com nítida preferência por

⁸⁶⁵ “A própria novidade de uma posição política sua, que há muito tempo já não as tem publicado, havia de provocar todos os que se desabituarão de pensar e analisar. Os portugueses hoje são por ou contra, já por sentimento. Quando pensa com a autoridade e independência do Senhor Professor perturba – porque pensou e faz pensar – a pasmação confortável de larvas em pântano, elas mechem-se.” AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): nº33 (11/12/63).

⁸⁶⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (diretor do “Diário Ilustrado”): nº7 (24/11/66).

⁸⁶⁷ AMC, cx.26, Correspondência/Falcão, Victor: nº1 (30/03/58).

“tesuras” verbais, como a que proferiu o embaixador português no Canadá em 1963: a ideia de uma democracia em Portugal é “absolutamente absurda”.⁸⁶⁸

O doutoramento *honoris causa* concedido pela Universidade Complutense de Madrid, no início de Outubro de 1960, quando era reitor, teria um duplo significado *positivo* político-académico.⁸⁶⁹ Até porque foi sucedido pela inauguração solene do novo edifício da Reitoria, a 3 de Dezembro. Longe do Terreiro do Paço via-se especialmente prestigiado e reconhecido. Já a ida ao “beco das condecorações”, em Maio de 1966, pode suscitar várias interpretações. A primeira, e mais óbvia, é habitualmente associada ao simbolismo do ato: *silenciar* ou *despachar* politicamente alguém incómodo. A segunda, menos óbvia mas bastante lógica, prende-se com o facto de aquela ter sido precedida, durante o ano de 1965, duma série de mudanças no elenco governativo. Assumiram pastas importantes homens tidos como próximos de MC, como Silva Cunha no Ultramar⁸⁷⁰ ou Correia de Oliveira na Economia.⁸⁷¹

Mas também entrou para as Finanças Ulisses Cortez, substituído somente em Agosto de 1968 por Dias Rosas. Tudo indica que, mais do que um sinal político do presidente do Conselho para o futuro se trataria da mesma gestão de equilíbrios de sempre. A única carta de Mário Júlio de Almeida Costa (que assumiria a pasta da Justiça em 1967) constante no AMC (Novembro de 1966) parece ir nessa direção.⁸⁷²

Acompanhou de perto pequenas quezílias interinstitucionais.⁸⁷³ Mas não parecia ter muito gosto nisso. O seu interesse estaria sobretudo focado na vida intelectual e académica. Em 1966 foi eleito presidente do XX Congresso Internacional de Direito Financeiro e Fiscal e das I Jornadas Luso-Hispano-Americanas de Direito Financeiro e Fiscal. No ano seguinte,

⁸⁶⁸ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata e historiador): n°58 – Anexo 1 (11/05/63).

⁸⁶⁹ Recebeu as habituais “felicitações” pela homenagem: AMC, cx.39, Correspondência/Mora, Mário Damas (médico): n°2 (28/10/60); AMC, cx.40, Correspondência/Nemésio, Vitorino (prof. catedrático da FLUL, escritor): n°11 (17/10/60).

⁸⁷⁰ Ver, entre outros, CUNHA, Joaquim da Silva, *A nação escolheu o caminho*, Lisboa, Agência-geral do Ultramar, 1964.

⁸⁷¹ Segundo o AMC, a única nomeação a que MC parece ter dado verdadeiro significado, pela felicitação que lhe enviou. AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de (economista; ministro de Estado; adjunto da presidência do Conselho; subsecretário de Estado do Orçamento; secretário de Estado do Comércio; ministro da Economia; presidente do Conselho de Administração do Banco Fonseca & Burnay; vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia de Diamantes de Angola): n°7 (03/05/66).

⁸⁷² Sobre distribuição de lugares políticos. AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Mário Júlio Brito de Almeida (prof. catedrático da U.C., ministro da Justiça): n°1 (22/11/66).

⁸⁷³ AMC, cx.35, Correspondência/Machado, Francisco Vieira (ministro das Colónias nos anos 30, governador do BNU): n°13 (01/09/66). Francisco Vieira Machado, o homem que alegadamente teria o monopólio do comércio do milho, gerou mal-estar com Silva Cunha ao acusá-lo de protecionismo aos bancos privados em detrimento do BNU. “O projeto é insofismavelmente protecionista dos Bancos particulares. Isto é inegável. E isto eu o disse. Mas o Doutor Marcello Caetano, que me conhece há muitos anos, deve saber que eu não sou pessoa para fazer insinuações: o que tenho a dizer, digo-o com toda a clareza. Nunca me passou pela cabeça que a afirmação de que o projeto protegia os Bancos particulares em detrimento do Banco nacional Ultramarino pudesse ser tomada pelo Ministro como “preferência por algum dos bancos e desejo de o favorecer”. ”

participou na sessão realizada pela Faculdade de Direito Comparado na Universidade de Valparaíso, no Chile, e participou nas II Jornadas Luso-Hispano-Americanas de Estudos Financeiros e Fiscais, em Santiago de Compostela, e no IV Congresso Luso-Hispano-Americano de Municípios em Barcelona. Ainda em 1967, foi eleito membro titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional e eleito membro associado da Academia Internationale de Droit Comparé.

A relação com os *poderes* internos tornou-se progressivamente silenciosa. A avaliar pelo AMC, os contactos com militares passam, a partir de 1964, de esporádicos a inexistentes. Com a SS verifica-se o mesmo. A partir de 1959 não se documentam quaisquer contactos, quando o cardeal Costa Nunes proferiu a sua provocação. Com a possível exceção do Instituto de Serviço Social (ISS), que em Outubro de 1963 lhe manifestou “reconhecimento” e “agradecimento”. Curiosamente, foi na sessão de encerramento das comemorações do XXV aniversário do ISS, em 9 de Julho de 1960, sob a presidência do Cardeal Cerejeira, que Adriano Moreira proferiu uma das suas mais interessantes conferências – “Problemas Sociais do Ultramar”.⁸⁷⁴ Entre outros temas, a analisar com maior detalhe noutros capítulos, destacou a necessidade urgente de uma “Central de Ação Católica” em África, sublinhou a importância da “ação social junto das mulheres”⁸⁷⁵ e da família para a estabilização do mercado de trabalho em África: “É no profundo amor que o indígena nutre pela família que deve procurar-se a consolidação da sua atitude psicológica favorável em face do mercado do trabalho.”

Significaria a “gratidão” do ISS uma forma de *silêncio*? Talvez. A ideia de homenagear publicamente Santos Costa, em 1961, parece ir nesse sentido. MC demarcou-se e fê-lo saber ao putativo homenageado. Este respondeu cordialmente. Aliás, passaram a entender-se muito bem depois de saírem do governo. Disse-lhe o seguinte: “Agora que dolorosas circunstâncias [queda do Estado da Índia] me deram ensejo a poder-me libertar do flagelo de uma homenagem que tanto me pesava, sinto-me já perfeitamente à vontade para lhe vir dizer que estou completamente consigo na sua determinação de a ela se não associar. Eu

⁸⁷⁴ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.151-165.

⁸⁷⁵ “O esforço de integração deve dirigir-se, especialmente nas zonas prioritárias que ficaram referidas, no sentido de chamar ao nosso teor cultural as mulheres indígenas, que serão ao mesmo tempo um fator de estabilização, como é próprio da sua natureza de mulheres, e preciosas agentes de aceleração da integração dos homens nas formas sociais que correspondem aos objetivos da nossa ação. Quando se liberta a mulher indígena de muitas das suas servidões tradicionais, quando se racionaliza a divisão do trabalho em termos de a consagrar à família, quando se lhe desperta o gosto e o interesse pelos cuidados pessoais e pelo conforto do lar, quando se lhe ensina a puericultura, a cozinha, a costura, e assim por diante, também simultaneamente se está a moldar a família em bases seguras e a criar em relação ao homem um estatuto de obrigações de que a mulher lhe pedirá pontual cumprimento.” *Idem*, p.160.

só não me afasto completamente da política porque nunca fui nem pretendi ser político, não tendo assim de abandonar uma “profissão” a que sempre me obstinei ser alheio. [...] Todas as minhas ambições se resumem em poder estar à janela a gozar o panorama e a ver quem passa. Creia, pois, que nunca estranhei nem estranharia a sua ausência numa homenagem a mim dedicada. Fatalmente convencido da sua falta de conteúdo, da sua não razão de ser, eu próprio sempre ansiei dela estar ausente, se não fosse possível, como graças a Nehru o foi, faze-la soçobrar.⁸⁷⁶

Com a intenção de curar as feridas ainda abertas pela crise de 1958, estas “homenagens sem conteúdo” serviriam igualmente, como bem percebeu Santos Costa, para silenciar politicamente as suas *vítimas*. As *estátuas*, por magníficas que sejam, não falam.

4.1.2. Da Liberdade e do liberalismo

Na década de 1950, especialmente na segunda metade, um conjunto de fenómenos atingira o seu auge: o processo de massificação cultural capitaneado pelos EUA no pós-II Guerra Mundial, a reconstrução e recuperação económica da Europa e a idealização do “Estado de bem-estar”, pragmaticamente visível na explosão da indústria e comércio de eletrodomésticos. Porém, no raiar de 1960, pronunciavam-se os primeiros sinais de fragilidade da acelerada mudança. O mais expressivo terá sido, porventura, o agitadíssimo “verão quente” italiano de 1960. Os confrontos que varreram praticamente toda a Itália no mês de Julho desenterraram o fantasma do confronto entre “fascistas” (reorganizados no Movimento Social Italiano – MSI, que então apoiava o curtíssimo governo democrata-cristão de Ferdinando Tambroni – 1901-63) e “antifascistas”, que responderam à provocação de um congresso do MSI em Génova (cidade de onde partira a insurreição geral da resistência em 25 de Abril de 1945) com um cortejo de 100.000 pessoas lideradas pelos antigos dirigentes da resistência.

Mas não fora apenas isso. Década e meia depois do conflito mundial, tornavam-se evidentes, aos olhos de todos, as profundas transformações verificadas na Europa e em particular na Itália. A mais importante delas seria a emergência da nova geração, filha da

⁸⁷⁶ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Fernando dos Santos (subsecretário da Guerra; ministro da Guerra; ministro da Defesa Nacional; conselheiro de Estado): nº 27 (14/01/62).

guerra. Nos violentos confrontos de Reggio Emilia (imortalizados por Fausto Amodei em *Per i morti di Reggio Emilia*), foi essa geração a protagonista. Os movimentos de contracultura, as manifestações antiguerra, as contestações estudantis, entre outros, foram o percurso lógico deste processo de (des)construção, no dealbar do “pós-modernismo”.

A velocidade não será, por certo, a melhor amiga da estabilidade. MC, com a lucidez que o caracterizava, percebeu e viveu, enquanto ministro da Presidência e enquanto reitor, as mudanças em curso. Os dois principais textos produzidos na década em questão são respostas concretas a esses problemas: *Opinião Pública no Estado Moderno* (de 1965) e *Juventude de Hoje, Juventude de Sempre* (de 1967). MC tentava apanhar um barco que à partida, por todas as razões (idade, estrutura psicológica e ideológica, posicionamento político, experiência profissional, entre outros), tendia a não ser o seu. Mas lá ia conseguindo manter-se, senão na proa, pelo menos no convés.

4.1.2.1. O meu liberalismo: autoridade, renovação e continuidade

As profundas deceções que sofreu na forma como saiu do MdP e da Reitoria mostravam-lhe que talvez não fosse possível conciliar os valores de “hoje” com os de “sempre”. A capacidade intelectual era acompanhada por um crescente ceticismo, cujo combate se transformará num desafio intimamente mudo ao longo da década. Aliás, será quase impossível pensar na opinião pública e não recordar o magnífico drama de Chaplin de 1923, intitulado *A Woman of Paris* e cuja tradução portuguesa foi, precisamente, *Opinião Pública*. As perversidades de uma opinião massificada e estereotipada, sujeita ao dilema resultante de a velocidade globalizante e a meditação serem inversamente proporcionais, um dos temas diletos de Chaplin, também atormentaram MC. Segundo a sua perspetiva, não exatamente a do primeiro: “Se os indivíduos não estão habituados a examinar, discutir e julgar para escolher, qualquer ilusão os seduz, mesmo quando por detrás da aparência enganadora se oculta alguma realidade mortal. A opinião pública é sempre corruptível, mas nesses casos torna-se ainda mais. A massa onde ela se gera e difunde está pronta a acreditar em promessas

fagueiras, em paraísos fáceis e em novidades vistosas. A experiência avisa os incautos, mas há períodos em que uma longa inércia política torna os espíritos muito mais vulneráveis.”⁸⁷⁷

Quando José Miguel Ihe disse, em 1962, que era “um liberal, e portanto um conservador”, e que “ser liberal, hoje, não significa nada, apenas revela uma conceção de vida”⁸⁷⁸, MC desvelou o desânimo que Ihe atravessava o espírito: “Sou também um liberal, sinto e vivo profundamente o direito, quando ministro das Colónias (onde isso já vai!) ganhei em África fama de negrófilo. Mas ao cabo de uma relativamente longa e variada experiência política não posso deixar de verificar que o meu liberalismo deu sempre mau resultado – a não ser no domínio restrito, e por assim dizer pedagógico, dos contactos com uma elite de discípulos e amigos. A liberdade hoje é um meio de que logo se apossam todos os que estão apostados em usá-la em proveito próprio e para detrimento dos outros.”⁸⁷⁹

Subjacente a este desânimo estaria a estrutural descrença nos regimes democrático-parlamentares. Na mesma obra de 1965, onde expressa de forma mais descontraída muitos dos princípios desenvolvidos no *Manual de Ciência Política*, manifestou a sua reserva positiva em relação ao modelo britânico, “numa época em que tanto se procura realizar o equilíbrio entre a autoridade e a liberdade”.⁸⁸⁰ A crença inabalável no valor da *continuidade*⁸⁸¹ em conjugação com a inevitável *renovação*⁸⁸², alavancou a evolução da velha teoria da “3ª via”: “daqui pode resultar uma evolução lenta dos conceitos que dê o triunfo a uma terceira solução, nem tão radical como os inovadores [*minoria*] preconizavam nem tão conservadora como os tradicionalistas [*maioria*] sustentavam.”⁸⁸³

⁸⁷⁷ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.63.

⁸⁷⁸ AMC, cx.16, Correspondência/Barros, José Miguel Queirós de (primo de MC): nº1 (20/07/62).

⁸⁷⁹ Carta de MC em resposta a José Miguel Queirós de Barros, disponibilizada pelos seus familiares: nº2 (31/07/62).

⁸⁸⁰ A afirmação surgiu em 1953 num comentário à obra de P. M. Gaudemet – *Le Civil Service Britannique – Essai sur le regime de la fonction publique en Grande Bretagne*: “Recentemente as instituições administrativas britânicas têm sido objeto de grande interesse da parte dos juristas continentais. A evolução do sistema administrativo inglês num sentido coincidente com o da Europa ocidental justifica essa redobrada atenção. Por outro lado, numa época em que tanto se procura realizar o equilíbrio entre a autoridade e a liberdade, o exemplo inglês continua a ser sempre consultado com proveito pelos estudiosos de todo o mundo.” *O Direito*, Ano 85, 1953, p.186.

⁸⁸¹ “Estamos a viver a fase crítica de um movimento profundo de opinião, desses que transformam o carácter das sociedades projetando-se nos mais diversos fatores. O que ficará afinal é difícil predizê-lo. Mas do que podemos estar certos é de que dentro de alguns anos as ideias dominantes apresentarão diferenças apreciáveis em relação aos juízos hoje considerados padrão. Ainda que eu creia na persistência, através de tudo, das constantes inerentes à natureza humana e às leis da conservação e do desenvolvimento social.” CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.22.

⁸⁸² “Costumo dizer que nenhuma geração se governou com a experiência da geração anterior: todos querem correr a sua aventura e acabam por aprender à própria custa. A explicação do movimento basculante característico da história política de alguns países resulta daí. Em plena demagogia é que se aprende o valor da autoridade, assim como as demasias autoritárias criam nos povos a nostalgia das liberdades.” CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.23.

⁸⁸³ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.52.

A rejeição das “modas dos sistemas políticos e das vagas ideológicas”⁸⁸⁴ baseava-se numa primordial “aliança entre estatismo e liberdade”, sucedânea do seu conceito de “liberdades”: “Esta aliança do estatismo e da liberdade – a condenação do liberalismo económico clássico a par de exaltação da liberdade individual – é explicada pelo facto de não haver direitos eficazes da pessoa se esta vegetar na miséria e na ignorância: a suficiência económica e um mínimo de conhecimentos são condições basilares da dignidade jurídica. [...] A estabilidade de um regime depende da sanção dada pelo assentimento coletivo aos princípios em que ele se apoia. Se estes princípios entram em crise, o regime deixa de contar com a opinião e esta passa a manifestar-se favoravelmente a uma mudança, constituindo, quando não compreendida a tempo, o motor das revoluções.”⁸⁸⁵ Apenas a aparente incapacidade das oposições refreava o receio de uma “mudança” na opinião e uma possível “revolução”.⁸⁸⁶

O profundo desgaste do regime parecia preocupá-lo mais do que a capacidade da oposição, que manifestamente desvalorizava. Não temia o debate ideológico, mas sim as características próprias da opinião pública: “Sou dos que acreditam na força das ideias, mas nenhuma filosofia, apresentada embora com o vigor da sua coerência lógica, foi jamais popular enquanto se não transformar em ideologia. [...] A opinião pública forma-se em parte limitadíssima por elementos racionais e depende sobretudo de reações de interesses, de sentimentos, de emoções e até de instintos.”⁸⁸⁷ Claro que para o espírito “racional” de MC a

⁸⁸⁴ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.17.

⁸⁸⁵ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.51.

⁸⁸⁶ Alberto Madureira, um republicano conservador e inconformado, participante no 28 de Maio e promotor da “Unidade Nacional Liberal e Democrática”, sentia necessidade de emitir uma “circular”, em 1963, para responder a supostos ataques oposicionistas: “Coitados, há 37 anos que julgam lutar contra o inimigo situacionista mas outra coisa não têm feito senão brigar uns com os outros, dando razão ao inimigo e levando a descrença a tantos homens honestos e de boa fé. Que Deus se compadeça deles, incluindo, vá lá, os dos três pontinhos. Sempre tenho mantido a mesma linha de conduta política, nunca mudei – e não estou disposto a obedecer à orientação dos três pontinhos maçónicos, bem marcados nos nomes dos assinantes do papel deles que me refiro. Querem derrubar a Ditadura com uma nova organização. Pobres deles quando começam por insultar os que não estão dispostos a atender ao seu jogo mais que suspeito: que os deixem em campo livre... para criarem talvez outra Ditadura, em nome dos sagrados princípios democráticos. Os monopolistas, pseudo-democratas, por nem sequer saberem respeitar o seu semelhante, querem ser os únicos oposicionistas ao actual Governo. Não se lembram que todos são necessários na preparação da hora final. Mas já que pretendem afastar-me, parece que por recearem algo, eu afirmo-lhes que a minha boca só se calará quando a natureza a condenar ao silêncio e que a minha pena só deixará de escrever quando a isso intimada pela violência. Até lá, cuidado com os “podres” de que a vossa especialíssima oposição está cheia. Corja de oportunistas e de ladrões, pais e filhos. Com o vosso procedimento anterior, deram razão ao 28 de Maio; com a vossa falta de senso, do mais comum, estão de há muito justificando o actual e deplorável estado de coisas em Portugal, que, no entanto, é justo reconhecer, apesar de tudo, não apresenta o espectáculo degradante a que havíamos chegado em consequência da governação das vossas inteligências cacilheiras.” AMC, cx.35, Correspondência/Madureira, Alberto (político republicano e colaborador no golpe de Estado militar de 28 de Maio, promotor da organização “Unidade Nacional Liberal e Democrática”): nº4 (17/10/63).

⁸⁸⁷ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.24.

oposição seria sempre “demagógica”, “monopolista” e “pseudo-democrata”. Tornando-a de modo melhor adaptada às necessidades da *opinião*.

O presidente do Conselho também demonstrara numa entrevista ao *Jours de France*, em Agosto de 1965, o quanto o fenómeno o preocupava: “Os grandes meios de informação estão ligados hoje a poderosas agências e estas a certos interesses e ideologias; e estes interesses e ideologias têm redobrado ultimamente a sua atividade contra Portugal e a política portuguesa, e penso que têm boas razões para isso. O recrudescimento da atividade oposicionista que se nota sobretudo através da divulgação de manifestos nasce lá fora e é importada aqui como qualquer outra mercadoria. Tudo atravessa as fronteiras, a rádio mais facilmente que tudo o mais, e certos sectores são permeáveis a essa propaganda. As origens são pois de duas ordens: os interesses que querem realizar-se em África; as ideologias comunista e progressista que desejariam implantar-se aqui.”⁸⁸⁸ Há pelo menos uma década que tinha começado a “campanha na imprensa britânica contra o regime português”.⁸⁸⁹

A narrativa “pragmática” do regime – “o sistema parlamentar de governo esgotou no nosso tempo as suas virtualidades” e “o que é preciso é encontrar a fórmula de *governar com eficácia um povo livre de verdade*”⁸⁹⁰ – sofria uma adaptação aos novos tempos por parte de MC: “Se há Ciência Social precária é a Ciência Política. Isto porque é uma Ciência que se alimenta da Arte... Um grande político pode desmentir todas as conclusões dos sábios, como um grande artista é capaz de rasgar novos arrojados numa técnica consagrada. E circunstâncias imprevistas alteram os dados com que se raciocinou, exigindo novos equilíbrios e originando inéditas situações.”⁸⁹¹ Ou seja: “a personalização do poder é um facto *inelutável*.”⁸⁹² A três

⁸⁸⁸ SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.185.

⁸⁸⁹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº39 (29/10/57). Ver, entre outros, OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa – 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

⁸⁹⁰ SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, pp.6-7 (09/04/60): “Mas em política podemos ser pragmáticos: a comparação dos resultados em períodos iguais e, para nós, em circunstâncias mais difíceis, permite concluir e desvanecer as dúvidas. De mais o nosso regime não se apresenta como modelo para ser imitado, mas como experiência que nós próprios vamos aperfeiçoando e está portanto sujeita a certa evolução. Se há princípios fundamentais que não sofrem correção, há pormenores que a vida, quando se não é dogmático, ensina a corrigir.”

⁸⁹¹ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.69.

⁸⁹² CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.60: “Vai para vinte anos que, numa inesquecível conversa em Lourenço Marques, o Marechal Smuts, espírito dos mais vivos, sensíveis e curiosos que tenho conhecido, me dizia ao comentar o panorama político desses últimos tempos da guerra que «os povos não podem prescindir de chefes, as democracias não poderão subsistir sem chefes». [...] Caso é que vinte anos depois [...] por todo o lado os sábios discutem o fenómeno do *leadership* como realidade actual. Num colóquio onde, em 1962, se reuniram em Dijon três dezenas de professores [publicado em *La personnalisation du Pouvoir, Entretien de Dijon*, P.U.F., 1964], a conclusão foi de que a personalização do poder é um facto *inelutável*. Acrescentaram que ela não deve absorver o conjunto da vida nacional, mas apenas permitir à Nação que se reconheça num homem de modo a interessar todos e cada um na acção política dando-lhe um impulso comum.”

anos de assumir a chefia do governo, partindo-se do princípio seguro de que MC duvidaria que isso ainda pudesse acontecer, e depois de sete anos de experiência *gaullista*, MC reforçava a firme convicção quanto à essência do exercício do Poder: “O Estado moderno não pode ser conduzido eficientemente sem uma liderança autoritária”.⁸⁹³

4.1.2.2. A hora das *massas studentis*: democratização do ensino

A primeira limitação daquela concepção “autoritária” foi explicitada pelo próprio na conclusão do raciocínio: “mas esta só é viável quando o povo tem a sensação de participar nela, ao menos pelo seu assentimento formal.” A fórmula contém uma indisfarçável capciosidade. No fundo, tratava-se da mesma ideia desenvolvida no *Manual de Ciência Política*, sintetizado por um dos seus discípulos académicos da seguinte forma: “para [MC], o importante não é o poder ser exercido pelo povo, ou em nome dele, mas ao serviço da coletividade.”⁸⁹⁴ Concomitantemente operar-se-ia uma certa revisão conceptual. O relógio que na década de 1930 ditava a “hora do povo” passaria então, no dealbar dos anos de 1960, a assinalar a das “massas”. À cabeça das quais estava a “estudantil” ou “universitária”. Mais do que uma simples evolução gradativa, era um fenómeno substancialmente novo. O “povo”, ao contrário inicialmente previsto, não chegara a suprimir as fronteiras. As “massas”, por seu lado, incompatibilizavam-se com a sua definição.

Vimos o exemplo europeu da Itália em 1960. Também os EUA assistiriam á explosão da chamada “cultura de contestação”. Marcada, neste caso, por todas as contradições inerentes à realidade americana: símbolo da liberdade e da democracia, mas reticente no reconhecimento dos direitos dos afro-asiáticos; antiga colónia que lutou pela independência,

⁸⁹³ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.68. Acompanhada da seguinte nota de rodapé, com todo o interesse: “Só pessoas pouco ao corrente do que vai pelo Mundo podem pensar o contrário. Sem falar nas chamadas «democracias populares» dos países do Leste europeu, [...], hoje, nas democracias representativas, procuram-se fórmulas que dêem a possibilidade efectiva da direcção do Estado ao presidente da República (sistemas presidencialistas) ou aos primeiros ministros, evitando-se os governos das assembleias, a instabilidade ministerial, a dissolução do Poder nas competições de grupos e facções, e perpétua insurreição dos egoísmos contra o interesse geral... A própria subsistência das instituições democráticas do tipo ocidental europeu depende da sua eficiência na promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar social e na defesa contra os elementos de subversão: e sem autoridade, isto é, um governo que efetivamente governe, nada disso é possível.”

⁸⁹⁴ AMARAL, Diogo Freitas do, *O Pensamento Político de Marcello Caetano*, em *O Independente*, 17 de Setembro de 1993.

mas que mergulharia numa sangrenta guerra no longínquo Índico para defender um regime bastante duvidoso. A sociedade de consumo, apelidada com justiça de burguesa e hipócrita, não espelhava as promessas de felicidade do primeiro artigo da constituição americana. Depois da divulgação da cultura *hippy*, a contestação rompeu pelas universidades, como em 1964 na Califórnia (Universidade de Berkeley).

Claro que se estava na presença de um fenómeno transversal ao “mundo ocidental”.⁸⁹⁵ Na Espanha franquista verificar-se-iam, no início de 1956, as primeiras manifestações. A notícia era recebida pelo governo português com a maior preocupação. MC registava nas suas notas: “acontecimentos universitários em Madrid. Crise da Falange. Informações tranquilizadoras.”⁸⁹⁶ Mas não chegavam para tranquilizar, pois já em 1955 o ministro do Interior, Trigo de Negreiros, fizera o seguinte depoimento em CM: “situação interna calma em grande parte devido à boa evolução do caso de Goa em cuja perda jogaram. Os comunistas procuram especular com Goa, “a política de guerra”, a mobilização etc. Necessidade de preparação da juventude.”⁸⁹⁷ A juventude rejeitava, decididamente, a preparação governamental. O famoso Decreto-lei nº40.900, de 12 de Dezembro de 1956, que visava limitar e controlar a atividade das Associações de Estudantes, ofereceu a ocasião para o demonstrar. Passado um mês, a AN recuava e remetia a proposta para a CC, por onde ficou o mais que pôde. Não fora o primeiro confronto entre estudantes e governo, já com um histórico que remontava ao início da década.⁸⁹⁸ Mas fora o mais significativo até então, prenúncio do que viria a acontecer em 1962.

Figura de responsabilidade no ensino em Portugal, embora não tenha mostrado interesse em assumir o Ministério da Educação⁸⁹⁹, MC conhecia e acompanhava o ambiente sociopolítico na universidade como poucos.⁹⁰⁰ Até 1965 MC vive e regista os principais acontecimentos. As primaveras de 1963, 1964 e 1965 aqueceram com as lutas académicas. A

⁸⁹⁵ AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: nº28 (s.d.): artigo de Alberto Luís du Plessis – “A questão da Universidade no Brasil” – no qual estabelece um paralelismo da contestação estudantil nos dois países.

⁸⁹⁶ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº13 (21/02/56).

⁸⁹⁷ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº5 (18/10/55).

⁸⁹⁸ Ver, entre outros, LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge, PENA, Paulo, *Grandes planos – oposição estudantil à ditadura, 1956-1974*, Âncora Editora, Associação 25 de Abril, Lisboa, 2001; CAIADO, Nuno, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 18, 1990.

⁸⁹⁹ AMC, cx.19, Correspondência/Campos, Ramiro Guedes de: nº1 (10/09/44): “tive uma grande alegria em o vêr no Governo. Nas Colónias?! Certamente mais na Educação, onde a sua presença seria como uma grande lufada de ar fresco.” AMC, cx.26, Correspondência/Ferreira, António Rosa: “Que Deus me oiça e Vossa Excelência dirija como Ministro, a Pasta da Educação Nacional, o mais rapidamente possível!” AMC, cx.27, Correspondência/Franco, José Porto Soares: nº17 (27/02/46): reconhece o superior valor do Ministério das Colónias mas preferia ver MC na Educação.

⁹⁰⁰ PT/TT/PS/AMC/10: Ambiente sociopolítico na Universidade e no País; AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: nº1 – nº29 (15/05/62 – s.d.).

altura não era aleatória: baseava-se no dia do estudante. Em relação aos dois primeiros anos, verifica-se especial atenção por parte de MC aos documentos que descrevem as atuações violentas da PIDE e da PSP.⁹⁰¹

O segundo grande momento, depois de 1962, foi em 1965. Desta feita, os protestos envolveram a Universidade Técnica de Lisboa e a Clássica. O ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles, emitiu despacho a 05 de Março, contra a “desordem” na Universidade. Vinte e oito alunos, em quinze mil, foram presos.⁹⁰² O Senado da UL aprovaria, um mês depois, uma moção que exprimia “a sua mais viva repulsa pelas ações de desrespeito e indisciplina que foram praticadas [...] no restaurante para os alunos da UL”.⁹⁰³

MC tem perceção da óbvia mobilização ideológico-política⁹⁰⁴, mas também do amplo quadro sociológico que as contextualiza, no epicentro do novo fenómeno de *massas*. A interessantíssima missiva que o professor Francisco Pereira de Moura (da Técnica) dirige ao seu reitor (Francisco de Paula Leite Pinto), policopiada e difundida pelo autor, centra-se nesse ponto. Criticando duramente a política universitária do governo e a gestão adotada nas sucessivas crises⁹⁰⁵, destaca particularmente a *negativa* massificação da academia – “numa Universidade degradada, numa academia tratada como massa”⁹⁰⁶ – e a “informação deturpada

⁹⁰¹ AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: n°7 (28/01/64): “Comunicado” das Associações de Estudantes de apoio à colega Maria João Gerardo que fora presa pela PIDE; n°8 (06/04/64): “Informação à Universidade” sobre um “Assalto à A.A. da FDUL, considerando que o “furto faz parte de uma acção política”; n°9 (20/11/64): “Moção, aprovada em Assembleia Geral de 20/11/64” de apoio a José Luís Saldanha Sanches, que fora baleado e espancado pela PSP e acusado de distribuir panfletos do “PSP”, “subversivos visando a preparação do 1º de Maio”.

⁹⁰² AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: n°11 (05/03/65).

⁹⁰³ AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: n°10 (03/04/65); n°13 (03/04/65): “Informação da reitoria”, sobre os “desacatos extremamente graves que foram praticados, em 01/04/65, no edifício da convivência”.

⁹⁰⁴ AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: n°12 (02/04/65): carta da Mocidade Portuguesa – Centro Universitário de Lisboa, neste caso contrapropaganda estudantil à “Solidariedade Académica”; n°14 (04/04/65): do “Gabinete Universitário de Informação Académica – G.U.I.A.” – trata-se de uma “Página de apresentação – 04 de Abril de 1965” sobre um grupo de contestação estudantil que se propõe distribuir “informações e documentação de org. estrangeiras e internacionais de Juventude” na universidade; n°15 (06/05/65): do G.U.I.A. – “pág. de informação n°1, de 6 de Abril 65”, que procura responder afirmativamente á questão “Haverá penetração comunista na agitação académica?”; n°17 (07/04/65): resposta do Centro da U.L. da M.P. aos “colegas”; n°27 (1965): “Letras 65=Anti-Cultura”. Panfleto contra o “Conceito” de cultura da “esquerda” universitária.

⁹⁰⁵ “As iniciativas do “dia do estudante”, os protestos dos universitários diante das proibições lançadas, os lutos ou greves académicas várias vezes verificadas – tudo é rotulado oficialmente de infiltração comunistas. E feita tal classificação, é fácil no meio português proibir, acusar, inquirir, quando não prender, ou excluir da frequência das Universidades. Mais ainda: toda a interpretação oficial insiste na ideia das perturbações da “Ordem” e dos atentados ao “Poder”, a propósito seja do que for que os estudantes se proponham realizar e não agrade.” AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: n°18 (14/04/65).

⁹⁰⁶ “Sucede, porém, que os estudantes conhecem a verdade dos factos; e sabem que a esmagadora maioria não se entrega a actividades subversivas; assim como não ignoram que tais actividades encontrem terreno propício precisamente numa Universidade degradada, numa academia tratada como “massa”, em espíritos juvenis que defrontam a barreira da suspeição a propósito de todas as iniciativas nascidas do seu idealismo inconformista. De modo que os estudantes – e posso avaliar através daqueles com quem venho tendo contacto, em anos sucessivos,

da opinião pública” por parte das autoridades. O “inimigo” que estas mais temiam mostrava, por sua vez, mestria na manipulação das *massas*. A exploração do fenómeno tornara-se prioritária. O nº119 do boletim do Comité Central do PCP – *O Militante* – é um exemplo. Terminologicamente, os “estudantes” cedem lugar às “massas estudantis”. A estratégia era aparentemente simples: “é pela organização do Partido que principalmente devemos fazer chegar a nossa influência às massas”, sob o lema “avançar quando é possível avançar e recuar quando é necessário recuar”.⁹⁰⁷ A resposta do regime vinha pelas mãos bem visíveis da PIDE. Os estudantes, através das associações, manifestavam-se como podiam contra a sua brutalidade.⁹⁰⁸

MC fazia “um esforço para entender” a nova realidade, materializado num texto menos estruturado que o habitual e, sobretudo, menos inspirado, no sentido em que evidencia uma certa falta de energia característica noutros textos⁹⁰⁹: trata-se de *Juventude de Hoje, Juventude de Sempre*, de 1967.⁹¹⁰ O texto denuncia a consciência do desvanecimento da última fronteira política: onde começam e terminam a(s) *minorias* e a *maioria*? A análise do que considera “fatores conjunturais” para a acelerada “revolução”⁹¹¹, permite contrapor à lucidez intelectual uma inédita timidez política, só disfarçada pela velha terminologia do *erro*: “Os valores essenciais da humanidade duram, por definição, enquanto humanidade houver. E não se deixam preterir. [...] Há verdades relativamente às quais os erros são sempre erros.

em várias Escolas – mostram-se, em vez de convencidos e submissos, revoltados diante da aludida atitude oficial.” AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: nº18 (14/04/65).

⁹⁰⁷ AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: nº24 (1965). Prossegue: “é principalmente através dela [organização] que defendemos o que consideramos ser os mais justos interesses dos estudantes. [...] No decorrer da luta bastantes camaradas mostraram ainda não ter compreendido bem o papel de direcção do Partido. O que os levou a procurar a orientação dos dirigentes académicos antes de procurarem a orientação do partido e a não lutarem com a necessária tenacidade pela aplicação da linha do partido. Em relação á nossa organização entre os estudantes, que tem muitos aspectos de que nos devemos orgulhar, há que concluir que não basta fazer recrutamento, que é preciso elevar o nível político e ideológico dos camaradas, educa-los para que ganhem consciência de militantes e essa educação faz-se por meio duma discussão teórica destas questões, mas principalmente por meio duma actuação correcta, marxista-leninista.”

⁹⁰⁸ AMC, Cx.4, Ambiente sociopolítico na Universidade e no País: nº25 (1965): reacção das Associações de Estudantes a “Propósito duma Nota Oficiosa do Ministério do Interior”, denunciando a violenta actuação da PIDE contra os estudantes; nº26 (1965): panfleto “Sanches Liberto” – almoço de regozijo pela libertação de Sanches na cantina da Cidade Universitária.

⁹⁰⁹ CAETANO, Marcello, *Por amor da juventude*, Lisboa, 1944.

⁹¹⁰ CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, pp.135-169. Última citação do texto: p.140. Repete, de forma mais demorada, ideias já veiculadas na obra de 1965: CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.19-22.

⁹¹¹ A oposição da “paciência” da “civilização agrária” à “impaciência” da “civilização mecânica”; o “declínio do espírito de iniciativa individual e do sentido da responsabilidade”; a crise do “padrão do homem bem educado” e a perda, por parte do educadores, da “fé nas certezas de que eram portadores e transmissores”; a “ideologia freudiana” e a consequente “libertação dos costumes”; o “irrompimento das mulheres na vida pública”, visível na “assimilação dos trajes dos homens e mulheres”, ou a “insurreição feminina” e as novas “relações entre os sexos”; o “enfraquecimento da vida familiar e a formação dos bandos juvenis”. CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, pp.135-169.

Recuso-me a acreditar na vitória do erro. [...] Na marcha providencial da história do mundo cada geração é um momento apenas.”⁹¹²

A nova realidade impôs, inevitavelmente, uma profunda meditação sobre o ensino superior. Em 1966, somente dois e meio anos antes da nomeação por Thomaz, MC refletiu sobre a “reforma dos estudos jurídicos”⁹¹³, numa conferência na Faculdade de Direito, por iniciativa da Associação de Estudantes: “O que sucede é terem sido introduzidas na lei fundamental tantas alterações parcelares por decretos e despachos que o regime deixou de ser claro e harmónico, queixando-se professores e estudantes de certa desordem daí resultante. É legítimo, por isso, perguntar se aquilo de que se necessita será de uma *reforma* ou se não será antes de dar *forma* ao que está informe...”⁹¹⁴

Dos aspetos versados, interessam aqui sobretudo dois para perceber o pensamento de MC. O primeiro diz respeito à capacidade de alargamento do ensino superior⁹¹⁵ e à forma como esse se devia processar⁹¹⁶: “O facto de se prever um ensino de massa não nos deve inclinar a diminuir a qualidade do ensino ministrado. Democratizar o ensino é alargar mais e mais a cultura de modo a assegurar uma efetiva igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Mas alargamento não é abastardamento do ensino, reduzindo-o na Universidade a uma infracultura, a uma ciência de 2ª ordem ao alcance de todas as inteligências.”⁹¹⁷

O segundo consiste no “objeto a visar pelo ensino”, que contribui para compreender o conflito que opôs MC a Adriano Moreira, quando este quis transformar o ISEU em Faculdade: “A Faculdade não deve, nem pode, formar profissionais.” O que significava que o objetivo dos institutos superiores, entre os quais o de Estudos Ultramarinos, era o de formar, exclusivamente, profissionais ou técnicos: “as Faculdades devem empenhar-se em formar

⁹¹² CAETANO, Marcello, *Ensaios pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, p.169.

⁹¹³ Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, pp.148-167.

⁹¹⁴ Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, p.149.

⁹¹⁵ “Assim, terá de contar com o aumento incessante do número de alunos das Faculdades de Direito. É um dado, resultante do afluxo de estudantes ao ensino primário e liceal ligado à expansão económica e ao esforço de promoção social pela cultura. Está previsto que em 1975 exista no ensino superior o dobro dos alunos existentes em 1965. Quer isto dizer que, mesmo que se criem novas escolas de Direito (em Luanda e Lourenço Marques, por exemplo) não será impossível que nas faculdades metropolitanas tenhamos nessa altura cursos do 1º ano com inscrições da ordem dos 1000 a 1500 alunos e que igual incremento se verifique nos anos seguintes. Outro dado é o da impossibilidade de aumentar proporcionalmente o corpo docente das Faculdades. [...] Parecia, à primeira vista, que quanto maior é o número dos alunos mais fácil seria apurar um escol de entre eles. Mas não tem sido assim.” Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, pp.150-151.

⁹¹⁶ “As faculdades têm resistido a baixar o nível do recrutamento do seu pessoal docente. Noutras escolas superiores o 2º assistente não precisará de ser aluno distinto: basta que seja um preparador ou um monitor zeloso e atento. Mas em Direito o 2º assistente é um colaborador activo num ensino árduo e potencialmente um candidato à carreira docente. O próprio prestígio da escola exige a manutenção da craveira por onde até agora se tem medido normalmente a aptidão para essas funções: classificação final de *muito bom*.” Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, p.151.

⁹¹⁷ Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, p.151.

juristas, embora nessa formação dos espíritos não possam esquecer que os juristas exercitarão os seus conhecimentos em diversas atividades práticas e não os guardarão para recreio espiritual... Uma coisa, porém, é ter presente a *finalidade prática* do Direito, outra a intenção de diplomar práticos do Direito.”⁹¹⁸ Para MC o ultramar necessitava de *profissionais*, não de *doutores*. Mereceu também destaque, na mesma conferência, a ideia, que estava a “ganhar terreno”, de “abreviar os cursos universitários de maneira a permitir a preparação rápida dos diplomados urgentemente requeridos pela expansão económica do País.” MC concordava com a reabilitação do antigo grau de *bacharel*.⁹¹⁹ Seja como for, não era apenas no ensino que sopravam os novos “ventos”. O professor que ensinava há “trinta e três anos” ver-se-ia confrontado com os mesmos “ventos” noutras frentes.⁹²⁰

4.2. Os Ventos e a Rosa

4.2.1. *Justa censura em Bruxelas*

Em meados de 1954 começara o fim do Estado Português da Índia, com os episódios de Dadrá e Nagar Aveli, e em 1956 formalizara-se a adesão de Portugal à ONU. Numa pequena joia de Abril de 1890, que merece revisitação – *Novos Fatores da Política Portuguesa* –, Eça de Queirós⁹²¹ discorreu sobre as consequências internas do *Ultimatum*, entre as quais destacou o desenvolvimento do republicanismo. Além disso, produziu algumas considerações interessantes. A primeira, no início do texto, diz o seguinte: “não há no País

⁹¹⁸ Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, p.153.

⁹¹⁹ “Mas talvez não fosse desacertado retomá-la. Um curso geral de Direito, abreviado, seria suficiente para o exercício das profissões burocráticas até chefe de repartição e para certas profissões jurídicas ou forenses. A admitir-se a distinção dos cursos, porém, o curso geral não deveria ir além de três anos, de modo que o curso complementar compreendesse dois.” Manifestava-se, porém, contra a “excessiva” especialização dos cursos: “a minha opinião é francamente favorável ao curso único.” Mas, “os ventos” sopravam “forte no sentido da especialização dos cursos complementares” e, nesse caso, “se eles são irresistíveis, evite-se ao menos a multiplicação dos cursos, que estaria seguramente votada ao insucesso e lutaria com a já notada carência de pessoal docente.” Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, pp.165-166.

⁹²⁰ “Desculpe-se a um professor que há trinta e três anos ensina nos primeiros anos do curso Jurídico e que está reduzido nos cursos complementares privativos de Ciências Políticas (6º ano) a dois ou três alunos apenas (quando não a um só...), este ceticismo acerca dos cursos complementares especializados. Se a experiência for por diante, oxalá seja bem-sucedida. Mas temo que o panorama não mude muito no futuro: a grande clientela será sempre para o Direito Privado, ficando para o resto bem pouco...” Revista *O Direito*, Ano 98, 1966, p.167.

⁹²¹ De cujo círculo MC fazia parte de desde 1944 e de quem MC publicou um conjunto de correspondência em 1961: AMC, cx.22, Correspondência/Círculo Eça de Queirós: nº1 (10/03/44): MC foi aceite como sócio do “Círculo Eça de Queirós”.

uma força latente donde pudesse vir o movimento de reorganização nacional, ou que, se a há (é sempre grato guardar uma esperança) o *ultimatum* do dia 11 e a perda de territórios maninhos em África, que quase ninguém sabia onde ficavam, não foi abalo bastante decisivo para a fazer despertar e operar.” A segunda, a terminar, diz o que segue: “a república [que o autor enjeita] entre nós não é uma *questão de política interna, mas de política externa.*”⁹²²

A excessiva tendência imediatista imposta pela velocidade globalizante tende com facilidade a trocar a raiz pela rama. Convém por isso não esquecer que mesmo as *descontinuidades* são *contínuas*. Os acontecimentos projetam-se no tempo e no espaço. O que se manifestou em 1884-85 num salão de Berlim não se deteve em 1890 ou 1914-18, numa trincheira da Flandres.⁹²³ Um pouco há imagem da conhecida lei de Lavoisier: os problemas transformam-se, mas não se *perdem*.⁹²⁴

A Exposição de Bruxelas de 1958 oferece um bom exemplo da complexidade da posição portuguesa. A questão fundamental consistirá em saber de quem partiu a iniciativa para a participação portuguesa: Portugal não só foi convidado, como praticamente persuadido a participar.⁹²⁵ O relativo desinteresse do governo português ficou demonstrado nos Conselhos de Ministros: o tema mereceu apenas um breve comentário na véspera da sua inauguração.⁹²⁶ Após a Exposição, o organizador escreveria a MC felicitando-o “pour la brillante participation du Portugal à l’Exposition Universelle.”⁹²⁷

Entre a Bélgica e Portugal, os compreensíveis aspetos em comum (sobretudo África) venciam facilmente as diferenças: o Congo ainda era belga e o conflito armado não tinha

⁹²² QUEIROZ, Eça de, *Novos fatores da política portuguesa*, Nova Ática, Lisboa, 2007, pp.5 e 15.

⁹²³ Ver, entre outros, SANTA RITA, José Gonçalo, *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959.

⁹²⁴ A obra de MC – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos* – editada em 1948 e reeditada duas vezes foi, em parte, escrita nessa linha de pensamento.

⁹²⁵ AMC, cx.26, Correspondência/Ferning, Baron Moens de (do Comissário Geral do Governo Belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas de 1958): nº1 (19/09/56).

⁹²⁶ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº41 (03/12/57): “2) participação portuguesa na Exposição Internacional de Bruxelas de 1958 (Min.º Pres.ª)”.

⁹²⁷ AMC, cx.58, Correspondência/Wiart, Conde H. Carton de (do Comissariado Geral do Governo Belga para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas de 1958): nº1 (23/06/58): “J’aurais été particulièrement heureux de vous saluer à l’occasion de votre séjour à Bruxelles; mais, hélas, mon état de santé me l’interdit. J’aurais voulu vous féliciter pour la brillante participation du Portugal à l’Exposition Universelle. De l’avis de tous les visiteurs, tant experts que personnes privées, la présentation réalisée par le Comte de penha-Garcia et son equipe est de tout premier ordre. Elle fait honneur au Portugal. Elle fait mieux connaitre et d’avantage apprécier le pays et son histoire, par tous ceux qui ont le privilège de visiter ce pavillon.” No mesmo sentido: AMC, cx.17, Correspondência/Cambien, V. (comissário da Santa Sé para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas): nº1 (02/07/58).

rebetado em Angola. Nestes anos de MC no governo viveu-se um período idílico nas relações diplomáticas entre os dois países.⁹²⁸

O regime procurou, naturalmente, colher os dividendos propagandísticos de que a política sempre carece, bem patentes no catálogo da Exposição.⁹²⁹ Veja-se a conclusão do texto de Adriano Moreira: “A esta inquebrantável linha de conduta [multiculturalismo] se deve que seja antes de mais uma contribuição portuguesa a conceção dos *Direitos do Homem* como poderes efetivos e não como simples faculdades abstratas. Deve-se-lhe realmente a formulação do único humanismo que até hoje se mostrou capaz de implantar a democracia humana no mundo para onde se expandiu o Ocidente.”⁹³⁰

Embora referida como exemplo, a ligação daquela cidade com Portugal não se ficou pela Exposição Internacional que consagrou o brilhante *Touch of Evil*, de Orson Welles, como melhor filme do ano. Também com sede em Bruxelas, o Instituto Internacional de Civilizações Diferentes (INCIDI), não sendo uma instituição com verdadeira relevância internacional, servia como ponto de encontro e diálogo. Até porque eliminava a agressividade ou animosidade que pautava a Assembleia-geral da ONU, já que os temas escolhidos raras vezes eram de primeiro plano.⁹³¹ A integração de Portugal na comunidade internacional ficava patente na receptividade do discurso de MC numa reunião do INCIDI. Intitulado *Justa Censura*, o discurso foi muitíssimo apreciado em Bruxelas.⁹³²

Ainda na mesma cidade, em Janeiro de 1958, foi “eleito” para a primeira Presidência da Comissão Europeia (1958-1967) um dos mais brilhantes juristas e mais jovens académicos alemães da geração de MC – Walter Hallstein (1901-1982). Não deixava de ser um auspício curioso para a instituição que o seu primeiro presidente fosse um jurista e advogado perfeitamente adaptado ao regime nazi, integrando todas as suas organizações profissionais, corresponsável pelo planeamento jurídico-institucional nazi para o pós-guerra (supostamente vencida pela Alemanha), combatente da *Wehrmacht* durante dois anos como primeiro-tenente

⁹²⁸ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº3 (11/08/55): “Min.º Neg.ºs Estrang.ºs – Viagem de Spaak – As impressões transmitidas por ele no seu regresso foram o mais lisonjeiras para Portugal. – Firmou-se o Acordo Cultural luso-belga.”

⁹²⁹ *Portugal: oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*, Edição do Comissariado Geral de Portugal para a Exposição Universal e Internacional de Bruxelas de 1958, direção literária de Luiz Teixeira e direção gráfica de Bernardo Marques. Entre os seus autores destacam-se Orlando Ribeiro, A. A. Mendes Correia, A. J. da Motta Veiga, João de Freitas Branco e Adriano Moreira (com texto intitulado *Portugal Ultramarino*).

⁹³⁰ Idem, p.305.

⁹³¹ Ver, entre outros, CARVALHO, Henrique Martins de, *Os Ventos da História: estudos de política internacional*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1973, pp.62-109 – Relatório sobre a reunião promovida pelo INCIDI em Aix-en-Provence, de 11 a 16 de Setembro de 1967, sob o tema *O problema da ocupação racional dos espaços nacionais*.

⁹³² AMC, cx.29, Correspondência/Institut International des Civilisations Différentes (Bruxelas): nº1 (02/05/57): felicitação por discurso de abertura de MC, intitulado *Justa Censura*.

de artilharia, capturado pelos americanos em 1944 e enviado para um campo de prisioneiros no Mississípi.⁹³³

Não se procederá aqui a uma análise exaustiva do contexto internacional em que se moveu o regime nesta década. Pretende-se tão-somente esboçar um quadro geral internacional segundo a perspectiva de MC e do seu arquivo.

4.2.2. *Luta pelo poder: Leste – Oeste*

A ONU foi palco de boa parte das *manobras* diplomáticas internacionais, mas não era sede de poder. O pós-guerra foi claramente dominado, segundo a linguagem da época, pela evolução das relações internacionais a partir do eixo Leste – Oeste, com o poder desconcentrado em Moscovo e Washington. A estrutura teórica que então sustentou a compreensão desse eixo assentou em alguns pilares fundamentais: a clássica teoria da *balança de poderes*, que orientou a política europeia desde a modernidade, sempre pautada por um *fiel da balança*; a natureza da(s) *luta(s) pelo(s) poder(es)*, que tanto podia ser escorada por um conflito ideológico ou simplesmente conduzida por conflitos de interesses, em que a conceção comum das forças antagónicas não fosse posta em causa; a tendente reconfiguração regional dos *poderes* e conseqüente transformação potencial de vastas regiões do mundo, até então consideradas *zonas marginais*, em *zonas de confluência de poderes*.

A *balança de poderes* que regulou a política internacional no velho continente basicamente até 1939-45, assumindo a Grã-Bretanha o último papel de *fiel da balança*, viu-se no pós-guerra perante uma realidade nova.⁹³⁴ Em resposta, produziu-se uma espécie de conceito híbrido para explicar essa reconfiguração, dominada pelas relações Leste – Oeste:

⁹³³ Ver, entre outros, KITCHEN, Martin, *A history of modern Germany, 1800-2000*, Malden, MA Blackwell Pub., 2006; KILIAN, Michael, *Walter Hallstein: jurist und europäer*, Jahrbuch des öffentlichen rechts der Gegenwart, Tübingen, Mohr Siebeck, 2005; do mesmo autor, sobre a reunificação da Alemanha – *Zwischen Identitätsfindung und Reformdruck*, in *Deutsches Verwaltungsblatt*, Köln, Heymanns, 2000, pp.1385-1397.

O conhecimento profundo das repercussões dos planos nazis para o pós-guerra parece ser uma linha de estudo tão marginalizada quanto fundamental para a compreensão da CEE/UE. Elaborados, segundo parece, por alguns dos elementos que integraram as equipas alemãs que prepararam o Tratado de Roma, nomeadamente elementos com ligação à todo-poderosa IG Farben. Esta, segundo é universalmente conhecido, foi um dos principais patrocinadores da ascensão nazi, tendo importantes ramificações nos EUA, para onde “emigraram” mais de uma centena de cientistas nazis ausentes de Nuremberga. <http://www.eu-facts.org/en/whoswho/architects.html>.

⁹³⁴ Ver, entre outras, a seguinte obra de referência do pós-guerra: GULICK, Edward Vose, *Europe's classical balance of Power*, American Historical Associations, New York, 1955.

balança de poderes bipolar.⁹³⁵ Daí que a posterior noção de um confronto permanente (a chamada *guerra-fria*) intercalado por momentos de maior ou menor “tensão” e “desanuviamento” não corresponda exatamente à realidade então experienciada, nomeadamente pelo governo português. Repare-se nas seguintes notas de CM de 1955: “Problema das relações leste-oeste: os dirigentes soviéticos afirmaram que não havia alteração dos propósitos de expansão comunista e que não consentiriam na reunificação da Alemanha enquanto persistisse a OTAN – As perspectivas de Genebra são pois sombrias, e não será de estranhar que se regresses à guerra fria.”⁹³⁶ Ou seja, com a morte de Estaline, em 1953, pensava-se que o confronto tinha terminado.⁹³⁷

A consolidação, em 1955, da incapacidade das ainda chamadas *potências europeias*, bem patente, um ano depois, na crise do Suez⁹³⁸, cimentou uma certa convergência sobre a teoria da *balança de poderes* aplicada ao confronto Leste – Oeste: tratar-se-ia de uma *luta pelo poder* orientada por conflitos de interesses e, segundo uma diretriz *idealista*, apoiada por um conflito *ideológico*.⁹³⁹ Sendo que a primeira tendia a sobrepor-se determinantemente à segunda: “Continua a política dos sorrisos da URSS, tendo havido aproximações pessoais dos diplomatas soviéticos em Roma e Genebra, assim como da China vermelha, em relação aos portugueses.”⁹⁴⁰

Porém, o pragmatismo, tão apreciado internamente, expunha todas as fragilidades portuguesas no plano internacional. Daí que a delimitação ideologicamente antagónica entre *Ocidente* ou *Civilização Ocidental* e o *Bloco Comunista* fosse tão explorada pelo regime português até 1974, que indexou a defesa diplomática da política ultramarina (nas suas diversas cambiantes) ao heroico propósito de combater a “desagregação do Ocidente”.⁹⁴¹ A afirmação que segue, de uma figura do regime, é paradigmática: “só não estamos a assistir a uma nova Conferência de Berlim na medida em que está em jogo o destino de todo o Ocidente.”⁹⁴²

⁹³⁵ Ver, entre outros, MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n.º34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.121-133.

⁹³⁶ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n.º5 (18/10/55).

⁹³⁷ Ver MEDVEDEV, Roy, *Conflito Leste-Oeste*, Livros do Brasil, 1977.

⁹³⁸ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n.º24 (27/11/56).

⁹³⁹ Ver, entre outros, BURNHAM, James, *The Machiavellians: Defenders of Freedom*, 1943; MORGENTHAU, *Politics Among Nations*, New York, 1959; LASSWELL, *Politics*, New York, 1958.

⁹⁴⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n.º5 (18/10/55).

⁹⁴¹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n.º15 (24/04/56). Uns meses antes, registava: “M.º dos Neg. Estr.ºs – Conf.ª de Genebra – o insucesso correspondeu à impossibilidade real de um entendimento sincero do Oriente e do Oc.º.” Idem, n.º7 (22/11/55).

⁹⁴² AMC, cx.57, Correspondência/Valadão, Ramiro Machado (deputado, presidente da Junta Nacional dos Resinosos, presidente da Radiotelevisão Portuguesa): n.º5 (14/11/59).

A tradicional visão do sistema de *balança de poderes* como sistema descentralizado de defesa da paz e do *statu quo* reconvertiu-se na definição de um sistema bipolarizado em busca de uma paz e de um novo *statu quo*.⁹⁴³ É segundo este processo em construção que se opera o confronto pelo controlo das *zonas de confluência*, que determina o segundo plano que interessava ao governo português: as relações *Norte – Sul*. Também aí a *luta pelo poder* parecia sobrepor-se ao confronto ideológico, que, pelo menos segundo a perspetiva portuguesa, seria meramente instrumental: “declaração anticolonialista do Senado americano: *A Europa só pode manter-se apoiada na África*”⁹⁴⁴; “Problemas do Norte de África – a ameaça constituída pela assistência militar checoslovaca ao Egipto e pelo alinhamento dos países árabes no espírito de Bandung”⁹⁴⁵; “Grande ofensiva soviética de propaganda”⁹⁴⁶; “Sovietização da Síria”.⁹⁴⁷

O quadro geoestratégico desenhado na década e meia subsequente à Guerra manter-se-ia, no essencial, inalterado entre 1958 e 1968. MC não divergia, neste ponto, da classe política do regime, partilhando do receio visceral de um “golpe comunista” em Portugal. Quando em Junho de 1961, um jornalista norte-americano questionou o presidente do Conselho sobre “o perigo de um golpe comunista em Portugal, agora ou no futuro próximo”, este respondeu-lhe o seguinte: “Segundo noticiou a imprensa mundial, por ocasião da conferência dos partidos comunistas realizada em Moscovo recentemente, ter-se-ia ali concluído que «no momento atual... há que ter em vista as perspetivas revolucionárias que se oferecem em Espanha, Portugal e Itália». E, mais adiante, a conferência notou a necessidade de «utilizar intensamente a plataforma de propaganda anticolonialista a que se prestam Marrocos e Angola». Creio que estas transcrições bastam para responder à pergunta.”⁹⁴⁸

Em relação aos líderes do *Oeste*, os EUA, verificar-se-ia uma permanente tentativa de mobilização, nomeadamente através da NATO, para a defesa da política portuguesa: “A solidariedade entre os membros da NATO – que parece não poderá ser restrita a determinadas áreas geográficas, e muito menos poderá ser ocasional: global e permanente seria o ideal. O ataque ao que chamamos Ocidente e civilização ocidental não o submete o comunismo a

⁹⁴³ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°44 (11/03/58): situação internacional: “a) conf.^a em alto nível Leste-Oeste”.

⁹⁴⁴ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°1 (17/07/55).

⁹⁴⁵ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°6 (03/11/55).

⁹⁴⁶ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°15 (24/04/56).

⁹⁴⁷ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n°36 (03/09/57).

⁹⁴⁸ Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.55 (Junho de 1961).

divisões, salvo as impostas pela tática do momento. Assim se afigura que deveria ser em face dela a nossa defesa – indivisível.”⁹⁴⁹

4.2.3. Os irresponsáveis americanos – *killing them softly*

Um dos momentos chave da história dos EUA nesse período e, por conseguinte, das relações com Portugal, foram as eleições de 8 de Novembro de 1960. Os dois principais candidatos, Kennedy e Nixon, marcariam de forma indelével a política interna e externa dos EUA nos catorze anos seguintes. MC, por certo longe de imaginar que viria a coincidir no poder com Nixon, consolidava a primeira imagem sobre ambos uma semana antes das eleições, através de André Gonçalves Pereira: “prognósticos são a favor do Kennedy – mas ambos os candidatos já deram prova suficiente da sua irresponsabilidade sobretudo em matéria de política externa.”⁹⁵⁰

Talvez fosse a opinião mais lisonjeira, no seio do regime, sobre os EUA depois de Kennedy. Sectores mais extremistas não escondiam o seu radicalismo e original sentido humanista. Veja-se o caso do embaixador no Canadá: “o mais serão dois séculos! Quem emigrou da Europa? Os que aí triunfaram? Claro que não. Toda esta gente, com raríssima exceção, são os descendentes dos falhados, dos aventureiros [...] do velho mundo!”⁹⁵¹ MC não apreciava semelhantes “tesuras verbais”, mas ia registando.⁹⁵² Quando se deu o espetacular assalto de Galvão ao paquete Santa Maria, MC apressou-se a escrever ao embaixador americano em Lisboa a condenar a atitude do seu país. Este esperou que o caso se resolvesse antes de responder, realçando o papel “decisivo” da marinha americano no desenlace e manifestando-se esperançado na dissipação da “emoção”, já que os EUA teriam atuado no sentido do “fortalecimento das bases da amizade” entre os dois países.⁹⁵³

⁹⁴⁹ Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.56 (Junho de 1961).

⁹⁵⁰ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, André Gonçalves (professor da FDUL, diplomata e administrador da Petrosul): nº2 (30/10/60).

⁹⁵¹ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº62 (21/01/64). No documento – nº63 (30/01/64) – seguinte reforçava a ideia: “Quem emigra, dum forma geral, não é elite e trás o ódio inapagável ao país que é o seu e onde não pôde vencer.”

⁹⁵² Expressão utilizada por Caetano referindo-se às atitudes do “partido militar” (salazarista) durante a campanha presidencial de 1958. Em CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, p.583.

⁹⁵³ AMC, cx.25, Correspondência/Embaixador dos Estados Unidos da América: nº1 (09/02/61).

O regime empenhara-se, desde 1945, na adaptação às coordenadas impostas pela nova superpotência. Em boa medida, que não deve ser menosprezada, muitas das evoluções e das continuidades políticas da Ditadura portuguesa seriam também devedoras do que se passava na outra banda do Atlântico. Até que ponto o reforço da perseguição política e das restrições às liberdades cívicas por parte do regime português nos finais da década de 1940 não foi ancorado pelo *macartismo* e a todo-poderosa Comissão do Congresso Americano para as “atividades antiamericanas”? Por exemplo a lei “Taft-Hartley”, que restringiu as liberdades sindicais, foi aprovada em 1947. Ano em que o estado de Nova Iorque ilegalizou o Partido Comunista. Antigos políticos do *New Deal* e da administração pública, intelectuais, atores, diretores, argumentistas, membros de associações democráticas e antifascistas foram acusados, foram perseguidos e condenados. Muitos, como o genial Chaplin, tiveram de deixar o país.⁹⁵⁴

Com a eleição de Eisenhower, em 1952, a *caça às bruxas* abrandou consideravelmente, mas não foi banida. Mais uma vez, notar-se-á uma certa convergência política.⁹⁵⁵ Em que medida a diferença nos sistemas políticos diluiria as semelhanças, não menos profundas, entre o conservadorismo americano e português? No plano internacional, não será necessário recordar como Portugal se enquadrou no globalismo americano, com a *Doutrina Truman* e a política do *containment*, materializada no tempo de Eisenhower pelo que o próprio designou por poderoso “complexo militar-industrial”, que influenciaria profundamente a política norte-americana até à atualidade. A NATO, cofundada por Portugal, o ANZUS⁹⁵⁶ e a SEATO⁹⁵⁷ foram a extensão diplomático-institucional desse poderio militar. Num interessante artigo de 1954, Silva e Cunha explicitava a *Doutrina Truman* a partir duma mensagem do presidente americano ao Congresso: “Em 2 de Março de 1947 Truman pede ao Congresso a votação de um crédito de 400 milhões de dólares para auxílio à Grécia e à Turquia. Faz o seu pedido numa *Mensagem* em que, para o justificar, enunciou a doutrina de

⁹⁵⁴ SBARDELLATI, John, SHAW, *Booting a Tramp: Charlie Chaplin, the FBI, and the Construction of the Subversive Image in Red Scare America*, Pacific Historical Review, Vol. 72, nº4, November 2003, University of California Press, pp.495-530.

⁹⁵⁵ A evolução do condicionamento industrial em Portugal a partir de 1952 (Lei nº2052, de Março de 1952) assemelhava-se aos incentivos à indústria privada americana, com significativas isenções, e o abandono americano do alargamento do *Estado Social* por benefícios da previdência social, aumento do salário mínimo e a criação, em 1953, do Ministério da Saúde, Ensino e Assistência Social americano podia perfeitamente servir de modelo à criação em Portugal do Ministério da Saúde e Assistência (1958-73) e consequente evolução da assistência social (tal como o Brasil também criaria o seu Ministério da Saúde em 1953).

⁹⁵⁶ Aliança militar entre a Austrália, Nova Zelândia e os EUA. A sigla resulta das iniciais, em inglês, dos três membros. Criada em 1951 por iniciativa norte-americana.

⁹⁵⁷ *The Southeast Asia Treaty Organization*. Tratado de defesa conjunta assinado em Setembro de 1954 e dissolvido em Junho de 1977. Tinha por finalidade suster eventuais avanços comunistas no sudeste asiático. O tratado foi assinado por oito países: Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

acção na Política exterior já hoje conhecida pelo nome de *Doutrina Truman*: «Os regimes totalitários impostos aos povos livres por acção directa ou indirecta arruinam os fundamentos da Paz internacional, e, por consequência, a segurança dos Estados Unidos».⁹⁵⁸ Ou seja, para o governo americano Portugal nem tinha um regime totalitário nem, menos ainda, ameaçava a paz internacional e a segurança dos EUA.⁹⁵⁹

O discurso seria dirigido à URSS, porque o mesmo Truman criou a CIA (Central Intelligence Agency) em 1947, com uma recomendação explícita, anexada ao *Doolittle Report*, enviado em 1950 para a *Hoover Commission*: “We must learn to subvert, sabotage and destroy our enemies by more clear, more sophisticated and more effective method than those against us”.⁹⁶⁰ A recomendação foi rigorosamente seguida pela agência de espionagem americana. Entre os “inimigos” a derrotar encontravam-se, paradoxalmente, muitas democracias e governos democraticamente eleitos, de que se dá somente alguns exemplos: apoio (juntamente com os serviços secretos ingleses) ao golpe de estado no Irão em 1953 para derrubar o democraticamente eleito Mohammed Mossadegh (1880-1967), responsável pela nacionalização da indústria petrolífera iraniana, para grande prejuízo da Anglo-Persian Oil Company (actual BP); apoio ao golpe de estado na Guatemala em 1954 para derrubar o democraticamente eleito Jacobo Arbenz Guzmán (1913-1971), responsável por uma reforma agrária que punha termo ao monopólio das empresas norte-americanas, como a United Fruit Company; apoio (juntamente com os serviços secretos belgas) ao golpe de estado na recém criada República Democrática do Congo em 1960 para derrubar o democraticamente eleito Patrice Lumumba (1925-1961), grande promotor da unidade congoleza e, por conseguinte, da “nacionalização” do riquíssimo Catanga, que acabaria por morrer pouco depois numa prisão; apoio ao golpe de estado no Brasil, em 1964, que depôs o democraticamente eleito João Goulart, demasiado imprevisível e com tentações esquerdistas; apoio ao golpe de estado chileno em 1973, que depôs o democraticamente eleito Salvador Allende (1908-1973) e o seu *socialismo democrático*, demasiado independente.

⁹⁵⁸ Em *O Direito*, Ano 86, 1954, p.115.

⁹⁵⁹ Sobre este tema é interessante constatar como W. Lippmann antecipava antes ainda de terminar a II Guerra Mundial as coordenadas da política externa norte-americana: LIPPMANN, Walter, *U.S. foreign policy: shield of the republic*, Boston, Little Brown and Company, 1943; *A política exterior dos Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 1944.

⁹⁶⁰ JOHNSON, Loch K., *Secret agencies: U.S. intelligence in a Hostile World*, New Haven-London, Yale University Press, 1996, p. 60.

Em todos estes casos, os regimes depositos deram lugar a férreas ditaduras militares. Somente na América Latina, a lista não seria pequena.⁹⁶¹ Curiosamente, um dos principais aliados do presidente chileno e do seu regime foi a Espanha franquista. Sobretudo entre 1970 e 1973, a cumplicidade entre os dois governos foi uma realidade. Segundo terá declarado a Allende o então ministro dos Negócios Exteriores de Espanha, Gregorio López Bravo, “España por Chile está dispuesta no sólo a lo que puede y debe, sino a un poquito más. Tenemos distintas soluciones, cosa que las grandes potencias no comprenden”.⁹⁶² De facto, não quiseram compreender. Foi necessário esperar várias décadas por essa compreensão: “No dealbar da Guerra Fria, a orientação não comunista de qualquer governo servira (talvez em termos demasiado latos) como prova de que valia a pena apoiá-lo contra as intenções comunistas.”⁹⁶³

Contextualizada no âmbito do confronto geoestratégico com a URSS, a agressiva política externa americana claramente subalternizava a questão do regime à ascendência político-militar-económica exercida pelos EUA sobre os potenciais “aliados”. Com Kennedy não se verificou alteração de fundo quanto a esta linha de atuação. Três meses depois da eleição já estava a concretizar, na *baía dos porcos*, em Cuba, o plano herdado do antecessor. No capítulo económico, veja-se o exemplo do chamado *Kennedy Round* ou sexta sessão do GATT, decorrida entre 1964-1967, em Genebra, suportado pelo *Trade Expansion Act* de 1962.⁹⁶⁴ O apoio económico à reconstrução europeia iniciado com o *Plano Marshall*, sempre com o derradeiro objetivo de assegurar a “segurança dos Estados Unidos”, conheceu aí um importante revés com a renegociação de alguns termos das trocas comerciais entre as duas margens do Atlântico. O dinamismo económico europeu estaria a ameaçar os interesses americanos.⁹⁶⁵

O regime ditatorial português, como o espanhol, suportados pelas respetivas FA, não destoavam de uma boa parte dos “aliados” americanos. Contanto que os interesses americanos se mantivessem salvaguardados, a estrutura política dos seus “aliados” não parecia preocupar

⁹⁶¹ Ver, entre outros, AYERBE, Luís Fernando, *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*, São Paulo, Editora Unesp, 2002; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *1964: a CIA e a técnica do golpe de Estado*, Revista Espaço Académico, nº34, Março de 2004.

⁹⁶² HENRÍQUEZ, Maria José, *Viva la verdadera amistad! Franco y Allende, 1970-1973*, Editorial Universitaria, Madrid, 2014.

⁹⁶³ KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial: reflexões sobre o carácter das nações e o curso da história*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, p.344.

⁹⁶⁴ Ver discurso de Kennedy na assinatura do *Acto*: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8946>.

⁹⁶⁵ Seria interessante desenvolver um estudo aprofundado comparativo entre aquele tratado e o recentíssimo Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América (TTIP), com uma rigorosa avaliação do nível, extensão e sentido dos benefícios.

a Casa Branca.⁹⁶⁶ Jeanne Kirkpatrick (1926-2006), para não referir o inevitável Henry Kissinger, foi um dos expoentes desta decisiva linha de pensamento, segundo a qual o sistema democrático não estava ao alcance de todos. O mais importante para os EUA seria o pró-americanismo dos países da sua esfera de influência e não as suas eventuais aspirações democráticas.⁹⁶⁷ Na base teórica dessa doutrina – *Kirkpatrick Doctrine* – jazia a dissociação entre modernidade e democracia, tão difundida nos EUA.⁹⁶⁸ Compreende-se porque Kirkpatrick foi uma feroz crítica da administração Carter e uma influente colaboradora da primeira administração Reagan.

Nos finais da década de 1950, a política externa americana começara a preocupar Lisboa: “Reunião de Genebra – a surpresa da proposta de Eisenhower sobre o desarmamento”, complementada pela surpresa das “negociações diretas entre os EEAA e a China Vermelha”. Foi um processo gradativo, como fica claro no comentário à última negociação: “nada que interesse a Macau”.⁹⁶⁹ Um ano depois, o tom era outro: “caso de Chipre, declaração anticolonialista na conferência dos Presidentes dos Estados Unidos, Canadá e México”.⁹⁷⁰

A profunda mudança na política americana em relação a África durante a Presidência Kennedy, particularmente visível na questão do Congo belga e da região do Catanga⁹⁷¹, não fora uma mudança consensual. Acentuou-se a clivagem entre o “procolonial bloc” e o “anticolonial bloc”, segundo os termos descritos por David Gibbs: “During the Eisenhower presidency, the executive acted more or less as a single unit, without much internal conflict. Under Kennedy, there was extensive interbureaucratic conflict; the policy process was marked by a general instability, with numerous tergiversations and long periods of indecision. During the Eisenhower presidency, the Congress played no role in the Congo Crisis. Under Kennedy, the Congress played a major role and often acted as a constraint on the executive. Finally, the Eisenhower administration worked in close cooperation with its European allies.

⁹⁶⁶ A leitura das autoridades portuguesas quanto às relações com EUA era bastante simples: “as grandes potências não gostam de governos firmes nas pequenas potências, porque esses governos de vez em quando sabem dizer-lhes que não.” Entrevista a Franco Nogueira, em AVILLEZ, Maria João, *Entre Palavras 1974/84*, ed. Difel, Lisboa, 1984, p.229.

⁹⁶⁷ Ver KIRKPATRICK, Jeanne, *Dictatorships and Double Standards*, in *Commentary Magazine*, Vol. 68, nº5, November 1979, pp.34-45.

⁹⁶⁸ Ver, entre outros, CHOMSKY, Noam, *Turning the Tide*, Boston, Massachusetts, South End Press, 1985, pp.5-85.

⁹⁶⁹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº2 (02/08/55).

⁹⁷⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº15 (24/04/56).

⁹⁷¹ “John F. Kennedy fundamentally changed U.S. policy toward the Congo. The Eisenhower administration had been staunchly procolonialist, supporting the Belgian interests and secretly aiding the Belgian-organized Katanga secession.” Em GIBBS, David N., *The political economy of third world intervention: mines, Money, and U.S. policy in the Congo crisis*, The University of Chicago Press, Chicago, 1991, pp.103-104.

Kennedy's policies, in contrast, were marked by continual, and often acrimonious, discord with the Europeans.”⁹⁷²

As críticas do presidente do Conselho português incidiam precisamente sobre essa contradição: “Ora, assim como parece justo reconhecer-se que a principal contribuição militar para a NATO, pelo menos em termos potenciais, pertence aos Estados Unidos, também nos inêxitos da guerra fria julgo deverem atribuir-se-lhes particulares responsabilidades. Na verdade, perante o carácter global da ameaça concretizada na guerra fria, a política dos Estados Unidos dilui-se e contradiz-se por vezes: os Estados Unidos parece que favorecem menos o aliado do que o neutro ou o inimigo e se rendem mais a conveniências políticas do momento do que ao ideal. Pelo que nos diz respeito, quereríamos discordar: mas a nossa própria experiência não no-lo permite.”⁹⁷³ Quatro anos depois, em 1966, reforçava: “Haverá aqui alguma falta de experiência quanto às intrincadas complexidades da política do mundo? Dar-se-á o caso de terem dificuldade em fazer opções políticas, agindo sempre como se esperassem e fosse possível, ou até útil, que todos os países do mundo fossem sinceros amigos dos Estados Unidos? Verificamos no entanto que tudo isto tem conduzido os Estados Unidos a fazer só tardiamente as opções necessárias, já quando ultrapassados pelos acontecimentos e com todas as consequências daí resultantes.”⁹⁷⁴

A desconfiança da reduzida classe política do regime em relação aos EUA, partilhada por MC, projetara-se nos chamados militares da NATO. Já vimos a forma determinada com que MC se demarcou das tentativas *putschistas* lideradas por Botelho Moniz desde 1958 e a ironia com que descreveu Humberto Delgado nas suas *memórias*. O *american way of life* e o seu sistema político seriam por certo extremamente apelativos e sedutores, mas não parece que fossem a matéria dominante nos círculos militares americanos ou da NATO. Aliás, não se deve esquecer um fenómeno que condicionou profundamente a história dos EUA nos anos sessenta e, em não menor grau, da Europa nas décadas seguintes: o assassinato político.⁹⁷⁵ Um fenómeno que, por certo, terá influenciado o quixotesco comentário do presidente do

⁹⁷² GIBBS, David N., *The political economy of third world intervention: mines, Money, and U.S. policy in the Congo crisis*, The University of Chicago Press, Chicago, 1991, p.104. Ver também, entre outros, RAKOVE, Robert B., *Kennedy, Johnson and the Nonaligned World*, Cambridge University Press, Cambridge, 2013; particularmente o 4º capítulo – “*Getting the Worst of Both Worlds*”: *the United States and Colonial Conflicts* – pp.94-134.

⁹⁷³ Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.114 (Junho de 1962).

⁹⁷⁴ Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, p.232 (Novembro de 1966).

⁹⁷⁵ Nos EUA destacaram-se os de J.F. Kennedy em 1963, Malcolm X em 1965, Martin Luther King e Robert Kennedy em 1968. Na Europa, destacaram-se os de Enrico Mattei em 1962, Aldo Moro em 1978 e Olof Palme em 1986. Em Portugal destacou-se o assassinato político de Humberto Delgado, em 1965, pela PIDE. Che Guevara foi assassinado em 1967.

Conselho: “os americanos ou conseguem matar-me ou eu morro. Caso contrário, terão de lutar anos para deitar-nos abaixo!”⁹⁷⁶

Compreende-se também que Lisboa tremesse cada vez que se perspetivasse uma “conferência em alto nível Leste-Oeste”.⁹⁷⁷ O confronto era fundamental para a política africana portuguesa: “No entanto o ambiente geral é calmo e até, entre os Estados Unidos e a URSS, idílico; o que não favorece a nossa posição”.⁹⁷⁸ Um artigo do brasileiro *O Jornal*, de Agosto de 1963, realçava o perigo de a situação portuguesa atrair em demasia a atenção das grandes potências: “EUA, Brasil e Rússia são 3 gigantes contra Portugal”.⁹⁷⁹ O governo português aproveitava todas as ocasiões, durante o mandato de Kennedy, para publicitar as posições críticas do “procolonial bloc”. Veja-se o exemplo da “Informative Review – Portugal”, publicada em inglês e especialmente destinada ao público americano.⁹⁸⁰ No nº4, de Junho de 1962, na rubrica “Some portuguese overseas problems and their relations with international politics”, surge o seguinte comentário, com nota humorística: “AZORES – Negotiations with the United States on a new agreement for U.S. bases in the Azores are not taking place, as reported in some quarters. At least, they are not taking place now. It would be more appropriate to put any questions on this matter to the “interested party”.”⁹⁸¹

O discurso idealista de Kennedy era catalisador mas tinha reduzida correspondência com a realidade. A segregação social e política dos afro-americanos constituía a mais evidente contradição da democracia americana. MC recebia relatos dos movimentos de contestação à intolerância, nem todos pacíficos, como o caso dos *Freedom Riders*: “a explosão negra aqui ao lado nos EUA? É de arrepiar ...”⁹⁸² Ainda assim, só após a famosa marcha sobre Washington, em Agosto de 1963, Kennedy se resolveu a apoiar uma proposta legislativa que

⁹⁷⁶ ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, p.31.

⁹⁷⁷ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº44 (11/03/58).

⁹⁷⁸ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, André Gonçalves (ex-aluno de MC; prof. da FDUL; diplomata e administrador da Petrosul): nº3 (02/10/61 ou 62).

⁹⁷⁹ AMC, cx.34, Correspondência/Lima, Maria Helena de Figueiredo (jornalista; diretora do Centro dos Portugueses do Ultramar, no Rio de Janeiro): nº2 (07/08/63) – recorte de jornal.

⁹⁸⁰ *Portugal – an informative review*, office of the director of information of National Secretariate for Information, fifth year, 2nd Series, nº2, April 1962. Neste número, na p.15, sob o título de “Portugal and the United States”, citam-se vários artigos dos jornais “Standard Times”, de New Bedford, e “U.S. News and World Report”, de Washington”, claramente favoráveis ao “procolonial bloc”, onde responsabilizam a posição anticolonialista do governo federal pela tomada de Goa, Damão e Diu pela Índia: “it encouraged Nehru to take Goa by force. He knew by then that the United States no longer would be likely to stand with Portugal in the dispute, at least not to any extent that would cause him concern. [...] Interestingly, there now are 36 such áreas throughout the world threatened by U.S. – UN acceptance of “Nehru’s Law”, including the Panamá Canal Zone and the U. S. Naval base at Guantanamo, which Castro would like to take over if he dared.” Noutro ponto: “Criticism of the U. S. as an ally is mounting. There is more and more pressure on the U.S. Government to pay less attention to new nations of doubtful loyalties, more attention to old and tried alliances.”

⁹⁸¹ Em *Portugal – an informative review*, office of the director of information of National Secretariate for Information, fifth year, 2nd Series, nº4, June 1962, p.13.

⁹⁸² AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº65 (20/08/65).

terminasse com a discriminação, aprovada já no mandato do seu sucessor, L. Johnson. Trata-se do *Civil Rights Act* de 1964, que abolia a discriminação racial em locais públicos, escolas e no trabalho, seguido no ano seguinte por uma nova lei eleitoral que garantia o exercício efetivo do direito de voto aos afro-americanos. Note-se que este importante instrumento legislativo foi promulgado dois anos depois da revogação do Estatuto do Indigenato pelo governo português.

4.2.4. *Tempo, transição e boa vizinhança: a aliança ímpia*

O estudo das relações diplomáticas do Estado Novo, sobretudo durante o período do conflito ultramarino, suscitará, pelo menos, duas questões de fundo. A primeira consistirá na clarificação do conceito ou noção da diplomacia internacional. Parece não haver lugar a quaisquer dúvidas quanto ao método: os potenciais *princípios* internos consubstanciam *interesses* externos. Mesmo os casos, sempre frágeis, como o recente de Timor, constituirão a exceção que confirma a regra. O *princípio*, ideológico ou idealista, exige processos de legitimação interna. Mas uma vez projetado no plano externo, ser-lhe-á exigida a vantagem (geoestratégica, política, económica, militar, ou de outra natureza). Mesmo na era digital, caracterizada pela acelerada complexidade do fenómeno fronteiriço, as maiores manifestações populares continuam a ser nacionais enquanto as maiores empresas são multinacionais e as mais equipadas forças armadas, pelo seu raio de ação, internacionais. A universalização hegeliana ideologicamente promovida pelos EUA nas últimas décadas e sintetizada por Fukuyama, não dissimulou a coincidência entre os conflitos “do fim da história”⁹⁸³ e as principais reservas de matérias-primas ou interesses geoestratégicos.⁹⁸⁴ O bem-intencionado holismo americano pareceu tropeçar em cada poço de petróleo que se lhe deparou no caminho, até que, por fim, o próprio Fukuyama tropeçou em si mesmo.⁹⁸⁵

⁹⁸³ Ver CATROGA, Fernando, *Caminhos do fim da história*, Coimbra, Quarteto, 2003; *Os passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009.

⁹⁸⁴ FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, 2ª edição, Lisboa, Gradiva, 1999.

⁹⁸⁵ FUKUYAMA, Francis, *A construção de estados: governação e ordem mundial no século XXI*, Lisboa, Gradiva, 2006. A integração europeia nessa lógica *holística* também não tem produzido os melhores exemplos. Veja-se o da Líbia: pouquíssimo tempo depois de Muammar Gaddafi (1942-2011) ter assentado, com a maior cordialidade, as suas tendas em Belém, uma coligação ocidental, apoiada pelo governo português, apressou-se na antecipação à “primavera árabe”, dada a incerteza quanto ao destino das enormes reservas de hidrocarbonetos daquele país, e derrubou o histórico coronel, assassinado e exibido espetacularmente.

Nas vésperas de se iniciar o longo conflito português, Adriano Moreira definia da seguinte forma a política de “boa vizinhança” portuguesa: “estamos, no exercício da soberania legítima, mais ou menos em toda a parte donde foi expulsada a presença europeia. Não depende inteiramente de nós que nessas paragens nos considerem o último dos inimigos a vencer, mas faremos do nosso lado, como até aqui, tudo quanto cabe na política da boa vizinhança tradicional de um país que não faz agravo a ninguém, e estendemos a mão leal a todos quantos são os nossos próximos pelo imperativo da geografia. Sabemos, porém, claramente que a filosofia de agressão e conflito ganhou muitos dos homens que virão a influenciar de algum modo o condicionalismo dos nossos interesses legítimos, e que seremos no futuro, como já estamos sendo, o objeto gratuito de muita conspiração externa e dos ataques mais desleais.”⁹⁸⁶ Política desenvolvida enquanto foi ministro: “good neighbor policy”.⁹⁸⁷ A *realpolitik* dominante impunha que os interesses comuns e não tanto a comunhão de princípios definissem as alianças diplomáticas.⁹⁸⁸

A segunda questão prende-se diretamente com o conflito, tendencialmente visto como problema e solução de si mesmo. O aspeto fundamental consistiria em assegurar (ou rejeitar) a manutenção, tanto quanto possível, dos laços sociais, económicos e políticos entre Portugal e as então designadas Províncias Ultramarinas através da permanência integrada das populações europeias aí residentes. Este seria o problema central, do qual dependeria também o conflito e não vice-versa, que simples truísmos, como a autodefesa e sobrevivência do regime, não devem ignorar. Os apontamentos da conversa do presidente do Conselho com George Ball, revelados por Marcello Mathias, vão nesse sentido:

“Não se duvida de que os Estados Unidos, mesmo por interesse próprio, desejem que a Europa Ocidental continue a dirigir superiormente a África negra, e que, em relação a Portugal, desejem este conserve nos seus territórios a sua presença, influência e interesses. O essencial é saber se em quaisquer circunstâncias isso se pode verificar. Dado que Portugal não dispõe dos meios financeiros da Inglaterra, Bélgica ou França, a sua influência e os seus interesses só podem salvaguardar-se através de processos políticos. Isto quer dizer que, se se quebrar o elo político entre qualquer dos territórios e a atual Metrópole, é uma ilusão pensar que Portugal, contra todas as outras influências ideológicas ou económicas exercidas de fora, pode manter nos seus territórios presença, influência e interesses. No caso de a maior parte da

⁹⁸⁶ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.153. O estudo em causa intitula-se *Problemas Sociais do Ultramar*, de Julho de 1960.

⁹⁸⁷ MOREIRA, Adriano, *Vigil of arms*, speech by the minister for overseas, professor Adriano Moreira, at the meeting, on 27th September 1961, of the Moçambique Legislative Council in Lourenço Marques, Agência-geral do Ultramar, Lisbon, 1961, p. 23.

⁹⁸⁸ Mais uma vez, não faltarão exemplos, como o da recente adesão da Guiné Equatorial à CPLP.

população falar o português, este pode resistir como resiste no Brasil. Nos outros casos é impossível esperar mesmo que a língua e uma certa influência cultural se mantenham.”⁹⁸⁹

A pressão diplomática americana também se focava no “fator tempo”: “É considerada como muito lenta a ação política portuguesa em relação aos territórios africanos. A efervescência dos países independentes de África que pretendem impor a independência aos nossos territórios exige uma velocidade ou ritmo reformador que não é o nosso. Reconhece-se o perigo da fixação de prazos. [...] Quando nós dizemos que é impossível aceitar ou fixar prazos nós estamos a ver o problema no seu aspeto sociológico – aquelas sociedades devem progredir e evolucionar naturalmente e, sem pressões externas, e, dado o estado em que as populações se encontram, nada se pode prever quanto ao seu futuro. Assim seremos sempre considerados imobilistas e falhos de imaginação política.”⁹⁹⁰ Aspeto para o qual De Gaulle insistentemente alertava: “num mundo em marcha nós não poderíamos ficar imóveis, teríamos de ter presente no espírito a necessidade de evoluirmos por forma a facilitarmos o apoio dos nossos amigos.”⁹⁹¹

Em Junho de 1960, um mês antes do texto de Adriano Moreira, MC proferiu uma conferência no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM). Inserida numa série na qual participou Arnold Toynbee (1889-1975), com uma palestra intitulada *O Ocidente e o Futuro*, que causou enorme furor nos círculos militares e políticos do regime. O que se compreende, dado a dimensão “civilizacional” em que Toynbee trabalhara se adequar perfeitamente à retórica oficial portuguesa. Confesso admirador das suas teses, tanto quanto crítico das de Oswald Spengler (1880-1936), MC intitulou a sua conferência por *África e o Futuro*, focando abundantemente o problema da permanência das populações europeias em África: “A colaboração e o convívio de brancos e negros prometiam ser fecundos desde que, tornada agora possível em grande escala a ação da cultura europeia em África, essa obra pudesse contar com um elemento imprescindível a toda a construção humana: o tempo. [...] Duas, três gerações, terão de pagar o doloroso tributo exigido por todas as transições para que os africanos possam, mesmo encontrando fórmulas próprias e originais de integração no mundo moderno, tomar o seu lugar na época em que vivemos.”⁹⁹²

⁹⁸⁹ MATHIAS, Marcello, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar: 1947/1968*, prefácio de Veríssimo Serrão, Difel, Lisboa, 1984, p.641.

⁹⁹⁰ Idem, p.640.

⁹⁹¹ Idem, p.421.

⁹⁹² CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, p.49.

Estes dois aspetos constituiriam o eixo orientador da política diplomática portuguesa, incluindo em relação à África do Sul⁹⁹³ e à Rodésia⁹⁹⁴, pressionada pela variável que mais condicionaria MC: o tempo. A aliança com estes dois países foi incentivada e apoiada pela França. De Gaulle achava, “porém, indispensável um íntimo entendimento entre nós, a Rodésia e a África do Sul, pelo que entende deveríamos manter contacto e pôr de pé um sistema de transmissão de informações eficaz.”⁹⁹⁵ Neste ponto, convém resistir à confusão, muito comum mas pouco aconselhável, entre “estratégia” e “objetivo”. Quase dez anos antes de assumir a PCM, MC não tinha dúvidas quanto ao primeiro e último adversário a vencer. Que, ainda segundo o mesmo, também justificaria “inevitáveis, irrecusáveis e irreversíveis solidariedades e dependências internacionais.”⁹⁹⁶

Na ONU, perante as condenações ao voto português de apoio a Ian Smith na questão rodesiana, Franco Nogueira desmentia “categoricamente” (em 1965) “a existência de uma «aliança ímpia» entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia”.⁹⁹⁷ Mário Soares criticava, num documento só divulgado em 1969, o “fiel aliado da racista África do Sul e da Rodésia cisionista”.⁹⁹⁸ Acusações que se repetiam há anos nos foros internacionais: “Escrevo-lhe durante uma sessão, enquanto o delegado de um obscuro país africano está a fazer interminável discurso do qual resulta que nós e a África do Sul somos culpados de tudo o que de mau acontece no mundo. Já não vale realmente a pena ouvir o que eles dizem; pois a situação aqui está estabilizada, fechadas as possibilidades de diálogo; e um número crescente de africanos afirma que o caso da África Portuguesa só se pode resolver pela força.”⁹⁹⁹ No mesmo sentido, relembre-se o que relatava Adriano Moreira em 1956: “Pessoalmente, não creio que devamos amedrontar-nos demasiadamente com a possibilidade de ataques iguais ou semelhantes aos que acabam de levar a África do Sul a abandonar praticamente a ONU [...]. Já sofremos grandes campanhas no passado, e cá estamos”.¹⁰⁰⁰

Perante a característica *inconsequencialidade* da ONU, não admira o confiante discurso de Franco Nogueira na despedida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em

⁹⁹³ Ver, entre outros, BARROSO, Luís, Salazar, *Caetano e o “reduto branco”: a manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Fronteira do Caos Editores, Lisboa, 2012.

⁹⁹⁴ Ver, entre outros, BARROSO, Luís, *Salazar e Ian Smith: o apoio de Portugal à Rodésia: 1964-1968*, Série D, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2009.

⁹⁹⁵ MATHIAS, Marcello, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar: 1947/1968*, p.462.

⁹⁹⁶ CAETANO, Marcello, *Ensaaios pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, p.50.

⁹⁹⁷ NOGUEIRA, Franco, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970, p.229. Crítica neste caso dirigida pelo ministro da Tunísia, que se inspirara num artigo do jornal *Le Monde*.

⁹⁹⁸ SOARES, Mário, *Escritos políticos*, 4ª edição, Editorial Inquérito, Lisboa, 1969, p.60.

⁹⁹⁹ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, André Gonçalves (ex-aluno de MC; prof. da FDUL; diplomata e administrador da Petrosul): nº3 (02/10/61 ou 62).

¹⁰⁰⁰ AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, Adriano José Alves: nº3 (04/12/56).

1969.¹⁰⁰¹ Daí que também MC, na mesma conferência, nem sequer se tenha preocupado em demarcar Portugal da África do Sul e da Rodésia, limitando-se a distinguir académica e irrealisticamente os diferentes “modelos” sociais e políticos.¹⁰⁰² A perspetiva de dissolução da Federação Rodesiana e total emancipação da Inglaterra, com a instabilidade acrescida nas fronteiras de Angola e Moçambique, causava a maior apreensão: “Para Angola, a africanização do Governo da Rodésia do Norte vem completar a ameaça à fronteira leste, aberta à infiltração terrorista, primeiro pela queda do regime de Kalonji no Kasai-sul e, depois, pela agressão da ONU contra o Catanga. Para Moçambique, a ameaça é talvez ainda maior, pois passarão a ser três os países inamistosos com quem terá de manter fronteiras: o Tanganica, a Niassalândia e a Rodésia do Norte. Esta é uma situação que não nos pode agradar nem deixar tranquilos.”¹⁰⁰³

O plano delineado no início da década de 1960 pelo governo de Pretória para a criação de “Estados pretos”, no sentido de “dar também direitos políticos aos pretos”, não colhia adeptos em Portugal: “no próprio Transkei, grupos de terroristas têm provocado tumultos e até já atentaram contra a vida do primeiro-ministro Matanzima. E, fora da África do Sul, a solução adotada tem muitos inimigos entre os afro-asiáticos.”¹⁰⁰⁴ Isso explicaria a linha discursiva de conduta interna e externa preconizada por MC para os anos seguintes: “Não devemos, porém, iludir-nos acerca das dificuldades desta posição [portuguesa]. Ela exige, a um tempo, firmeza nas linhas essenciais da política e agilidade nos campos económico e

¹⁰⁰¹ “Quanto às grandes assembleias internacionais, em particular as Nações Unidas, ninguém hoje no mundo acalenta já ilusões sobre as suas virtudes: estão desacreditadas, desprestigiadas, impotentes (...) Será legítimo que tomemos decisões definitivas e finais para satisfazer uma organização em crise? Não tenhamos dúvidas: se nos subordinarmos à organização de Nova Iorque, e acatarmos as suas injunções arbitrárias, perderemos seguramente o Ultramar, mas decerto conquistaremos as boas graças da ONU (...). Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da ONU?” NOGUEIRA, Franco, *Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da ONU?* Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa, 1969, pp. 4-5.

¹⁰⁰² “Realizaríamos assim em cada província ultramarina uma sociedade plurirracial em que homens de todas as cores convivessem e colaborassem, apenas diferenciados pela sua capacidade e pelos seus méritos, sem outra distinção. E essa foi, de certo modo, a fórmula de entendimento que estabelecemos no Brasil, onde se desenvolveu em clima singularmente feliz.

É diferente a política seguida pela União Sul-africana. Aí pensa-se que os indígenas devem seguir a sua própria evolução, integrados nos seus quadros sociais peculiares, sem mistura com a população branca. Deste modo, o que se procura é a coexistência das duas sociedades paralelas – a dos brancos e a dos negros –, cada qual com as suas características e no seu estágio de civilização, proporcionando-se ao grupo mais atrasado todas as condições de progresso, mas sem o deixar por nenhum modo intervir e influir na vida e na sorte do outro grupo, mais civilizado.

A meio caminho está a política actualmente seguida pela Federação da África Central, dominada pela Rodésia do Sul, onde prepondera uma considerável, rica e influente população de colonos britânicos. Aqui renunciou-se à segregação racial, mas também não se preconiza a fusão. A fórmula rodesiana é favorável ao governo dos brancos nos territórios em que predominem os interesses destes e ao dos negros quando a estes pertença o predomínio dos interesses, como representação sempre das minorias, numa tentativa de conciliação e de entendimento na base do respeito recíproco.” CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, pp.53-54.

¹⁰⁰³ FELGAS, Hélio, *A África tal como é hoje*, in Revista *Ultramar*, Nº11/12, Janeiro-Junho de 1963, p.117.

¹⁰⁰⁴ FELGAS, Hélio, *A África tal como é hoje*, in Revista *Ultramar*, p.119.

administrativo, não só para fazer reformas como para adotar posições táticas convenientes e oportunas. Mas a política que tem de ser firme não é apenas a ultramarina: é a metropolitana, também. As batalhas perdem-se, muitas vezes, mais por falta de coesão das retaguardas que por desfalecimento das frentes.” Um plano que visaria alcançar a posição particular da África do Sul: “De qualquer maneira, salvo pelo que respeita à União da África do Sul, que constitui um Estado com razoável população branca e dispendo de apreciável poderio económico e militar, será muito difícil aos núcleos de origem europeia da África Meridional subsistirem sem o apoio firme das potências a que na Europa estejam ligados pelos laços étnicos.”¹⁰⁰⁵

Não deixa de ser interessante que seja precisamente na África do Sul, onde se desenvolveu o mais chocante e duradouro regime segregacionista,¹⁰⁰⁶ que se encontra hoje, apesar de todas as dificuldades, a mais expressiva e desenvolvida sociedade multirracial e multicultural subsariana. O icónico Mandela nasceu, cresceu e viveu no seio da sociedade pela qual tanto lutou.

4.2.5. Os fiéis (fora) da balança

A enorme derrota diplomática franco-britânica no Suez custaria, em grande medida, a saída do poder de Anthony Eden e a agonia final da IV República francesa, com o afastamento de Guy Mollet.¹⁰⁰⁷ Todavia, o assunto não mereceu grandes comentários em CM.¹⁰⁰⁸ Não parece ter constituído grande novidade ou dificuldade. Tudo permaneceria na linha estabelecida para a política diplomática:

“1) Viagem presidencial a Londres correu de forma perfeita. Acolhimento excepcional da parte da população inglesa. Causas: dignidade de Portugal na sua política interna e na questão com a União Indiana; Exposição de arte portuguesa em Londres; etc. Acolhimento

¹⁰⁰⁵ CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, p.55.

¹⁰⁰⁶ “Para nós, portugueses multi-racialistas que fizemos os cabo-verdianos, os goeses e os macaístas, esta política choca-nos, sem dúvida.” Em FELGAS, Hélio, *A África tal como é hoje*, p.119.

¹⁰⁰⁷ Quando, logo após Suez, viu o parlamento francês chumbar o seu projeto orçamental de austeridade, elaborado a pensar na manutenção do esforço de guerra na Argélia. Ver, entre outros, THÉNAULT, Sylvie, *Histoire de la guerre d'indépendance algérienne*, Paris, Flammarion, 2005; *Justice et politique en Algérie 1954-62*, in *Doit et Société: Revue Internationale de Théorie du Droit et de Sociologie Juridique*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996, pp.575-590.

¹⁰⁰⁸ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº24 (27/11/56): “Caso da Hungria. Próximo oriente. Suez.”

encantador da parte da família real. Grande dignidade e distinção do Chefe de Estado e de sua mulher. Conversações diplomáticas à margem da visita. 2) Entendimentos com a Grã-Bretanha e a Bélgica sobre problemas da defesa africana.”¹⁰⁰⁹

O acontecimento evidenciara a evolução do *sistema da balança de poderes* para um sistema *bipolar sem fiel da balança*, qualidade até aí primordialmente na posse da Grã-Bretanha. No caso da França, a que lhe fora generosamente concedido um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, este problema, em conjugação com o da Argélia, preparou o terreno para a reentrada triunfal de De Gaulle na política francesa com a constituição da V República. A política externa então adotada, de confrontação e independência estratégico-militar em relação aos EUA e à NATO (com a construção da famosa *force de frappe*), bem como de exclusão da Grã-Bretanha do projeto europeu, seria consequência desse fenómeno.¹⁰¹⁰ Em conferência de imprensa, no dia 15 de Maio de 1962, o general denunciava a poderosa sombra atlântica: “A Europa integrada, como se diz, onde não haveria política, dependeria então de alguém de fora, que teria uma. Haveria talvez um federador, mas não seria europeu.”¹⁰¹¹

O caso inglês não foi menos complexo. O projeto descolonizador ensaiado na Commonwealth transformava o anterior *fiel da balança de poderes* e então *média* potência, numa espécie de *fiel do equilíbrio* na Assembleia-geral da ONU, dada a determinante influência exercida sobre os membros da Comunidade. Isso foi particularmente notado no papel concertador assumido pela Grã-Bretanha na XIV Assembleia-geral, ao contribuir para a criação do Comité encarregado de estabelecer os critérios segundo os quais os Estados deveriam assumir ou não se administravam territórios não autónomos.¹⁰¹² Com Harold MacMillan intensificou-se essa tendência. A visita de MacMillan a Moscovo em 1959, no quadro duma política de desanuviamento das relações entre os dois blocos, constituiria igualmente uma tentativa de assumir esse novo papel de *fiel do equilíbrio*. Ambos preocupavam o governo português devido a África. MC expôs a sua preocupação, ainda em 1960, ao levantar a seguinte objeção à política descolonizadora britânica:

¹⁰⁰⁹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº6 (03/11/55).

¹⁰¹⁰ Na sua essência, tal política não constituiu uma novidade. Em 1953, o embaixador da França em Portugal partilhava com MC uma proposta gaulesa de “defense psychologique” contra a “propagande comuniste”. AMC, cx.27, Correspondência/França Embaixada em Portugal: nº1 – anexo1 (06/07/53).

¹⁰¹¹ FONTAINE, Pascal, *A Construção Europeia de 1945 aos nossos dias*, edição revista e actualizada por José Barros Moura e com prefácio de Mário Soares, Gradiva, 1998, p.24.

¹⁰¹² O que também explicará o comentário sarcástico de Adriano Moreira: “Um dos problemas, a que chamarei processual, mais sério para a nossa delegação, é que realmente não pertencemos a grupo nenhum, exceto, de uma maneira muito vaga, a uma vaga Europa, que assiste trocista à passagem dos delegados ingleses pelas comissões com um ar de Rainha Vitória.” AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, Adriano José Alves: nº3 (04/12/56).

“Se as colónias têm de se emancipar – dizem correntemente os britânicos – é preferível que tudo se passe a bem, de modo a evitar que fiquem entre elas e a antiga metrópole ódios e ressentimentos a envenenar os sentimentos recíprocos. E se os novos Estados carecem necessariamente de auxílio técnico, cultural e económico externo, é preferível que continuem a recebê-lo das antigas metrópoles, pois também está no interesse destas continuar a prestá-lo. Sem discutir o bem fundado desta política, que só o futuro dirá se nesta época, em que a independência não é reclamada, como na América do Norte no século XVIII, por colonos de estirpe europeia, mas por populações não amadurecidas na civilização, e em que se joga um jogo de influências políticas tal que a toda a retirada do Ocidente europeu corresponde uma ocupação pelo Oriente comunista; sem discutir portanto essa política, por agora observarei apenas que ela ainda não foi posta em prática em nenhum território onde, existindo uma considerável população branca com seus lares, com suas lavouras, com sua geração, o poder tenha de ser entregue às massas nativas ainda em fase atrasada de evolução.”¹⁰¹³

A transcrição autoriza, em boa medida, a crítica de Adriano Moreira: “Mas todo o continente americano, de norte a sul, quem é que o fez independente? Brancos europeus! [...] Que tinha medo tinha. Ele [MC] percebeu, com certeza, não sei, é uma hipótese, que desta vez não [seria] Brasil. Que não ia acontecer o Brasil.”¹⁰¹⁴ De facto não foi. Mas em 1960 MC parecia acreditar firmemente que ainda poderia repetir-se. Claro que a colonização do Brasil não encontrava paralelo em África. A “Corte” nunca foi transferida para Luanda ou Lourenço Marques. Assim como também só foi pacífica e unanime um século depois, porque até então foi apenas inevitável.¹⁰¹⁵

Dois anos depois, De Gaulle¹⁰¹⁶ negociou os Acordos de Évian, assinados a 18 de Março de 1962 e plebiscitados favoravelmente por 91% dos eleitores metropolitanos franceses a 8 de Abril seguinte.¹⁰¹⁷ Era a solução gaulesa para o terrível problema argelino,

¹⁰¹³ CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, Verbo, Lisboa, 1971, p.51.

¹⁰¹⁴ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012.

¹⁰¹⁵ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012: “Nós temos um ensinamento, tínhamos no meu tempo, agora creio que está a mudar, muito lírico sobre a independência do Brasil. Na independência do Brasil morreram muitos europeus. No nordeste, eles chegaram a ter a República Independente do Equador. E o D. Pedro teve que ir lá com a tropa pô-los na ordem. Morreu muito português que não queria ser independente. E não foi só aí: houve a caçada aos portugueses em muitos sítios. Os que não queriam ser, e você talvez possa investigar, [...] como nasceu Moçâmedes. Sabe como é que nasceu? [...] Foram portugueses que emigraram do Brasil porque não queriam ser independentes. A primeira leva correu-lhes mal, acho que morreram muitos. A segunda leva teve completo êxito e o homem que dirigiu isso foi o Barão de Moçâmedes.”

¹⁰¹⁶ Entrevista a Miguel Caetano, Abril de 2012: MC “tinha admiração pelo general e pelo seu sistema presidencialista. É algo que comenta favoravelmente. Tinha admiração pelo general.”

¹⁰¹⁷ Com exclusão do referendo de todos os colonos argelinos: decreto n°62 – 315 de 20 de Março de 1962.

que se arrastava desde 1954.¹⁰¹⁸ Os termos do acordo só não agradaram a um milhão de *pièds noirs*. A França reconheceu a independência da Argélia e a integração do Sahara; a Argélia reconheceu os direitos adquiridos da França na exploração das jazidas saarianas. Para as poderosas companhias petrolíferas francesas, a morte de Conrad Killian não fora em vão e um milhão de retornados era um problema *nacional*.

A corajosa solução *plebiscitária* encontrada por De Gaulle para desenterrar o processo descolonizador e libertar a sua ambiciosa política externa desse enorme peso fora a melhor possível no *tempo* possível. Não deixa de ser uma interessante coincidência que De Gaulle saísse do poder da mesma forma com que resolveu o problema da Argélia: por um plebiscito desfavorável (em 27 de Abril de 1969) a um conjunto inovador de reformas estruturais nos campos social, económico e político, depois de ter conseguido (23 de Junho de 1968) uma esmagadora vitória eleitoral. Não se conhece qualquer comentário de MC a este respeito¹⁰¹⁹, mas é difícil imaginar a profunda reflexão que o exemplo do general lhe terá provocado.

A RFA seguia fielmente, desde 1955, durante os governos democratas-cristãos, a *Doutrina Hallstein* (inspirada pelo já referido político do mesmo nome), que pretendia impor internacionalmente a representatividade absoluta e exclusiva da *Grande Alemanha*, materializada no corte diplomático com todos os países que reconhecessem a RDA. Foi preciso esperar pela vitória do SPD de Willy Brandt em Setembro de 1969 para abrir uma linha de diálogo com leste europeu (*ostpolitik*), concretizada nos tratados com a URSS e a Polónia (1970), nos acordos de Berlim (1971) e no reconhecimento diplomático da RDA (1972).

A evidente afinidade entre a tão criticada *Doutrina* e a seguida pelo governo português em relação ao bloco de leste e a África tinha consequências práticas. Nomeadamente no campo económico, verificando-se algum intercâmbio comercial: “M.º da Defesa – consecução de encomendas de material de guerra na Alemanha, em contrapartida das vendas que faz a Portugal para a Siderurgia Nacional. Essas encomendas seriam colocadas nas F.^{as} de Braço de

¹⁰¹⁸ Entrevista a Adriano Moreira: Junho de 2012: “Toda a gente diz que devíamos ter seguido o exemplo da Europa. E eu digo assim: felizmente. Porque as pessoas nunca dizem o que custou a guerra da Indochina à França: a destruição total do exército em Dien Bien Phu. Nem o que custou na Argélia, quando eles declararam que a Argélia foi, é e será sempre a França. Sabe quem é que fez isto? Chamava-se Mitterrand, socialista! E foi ele que declarou a guerra de resistência na Argélia. Porquê? Porque a Argélia era um departamento da França e ele era uma espécie de Ministro do Interior, a quem competia a decisão.”

¹⁰¹⁹ Entrevista a Miguel Caetano, Abril de 2012: “sim, mas não me lembro de ele [Marcello] reagir negativamente à independência argelina. Não me lembro. Se calhar ele tem alguma coisa escrita, mas não me lembro. [...] Pelo menos entendeu que historicamente não havia razão para comentar. Foi uma coisa rápida: ele [De Gaulle] entra para defender a Argélia e depois, de repente, avança. Porque compreendeu que não tinha saída. É um problema complicado. Por isso digo que se o meu pai em 1958 tem tido a condução política do país era totalmente diferente de 1968.”

Prata, [?] e Fundação de Oeiras. M.º N.ºs Estrang.ºs promete apoio. M.º da Economia expõe o que se tem passado com a adjudicação do equipamento da Siderurgia Nacional.”¹⁰²⁰ No campo académico-cultural verificava-se semelhante intercâmbio, de que MC era um dos protagonistas, tanto nas instituições internacionais já referidas, como a título individual.¹⁰²¹

Ainda no plano económico, a Alemanha delineava o essencial da sua estratégia segundo prioridades próximas das que motivaram a Conferência de Berlim de 1884-85: acesso a matérias-primas, mão-de-obra barata, favoravelmente regulada, acesso a mercados para exportação. Portugal e a *África portuguesa* permaneciam tão apetecíveis como nesse período ou no primeiro quartel do século XX. Veja-se o exemplo da Siemens, que utilizou mão-de-obra escravizada pelos nazis durante a II Guerra Mundial e alcançou no pós-guerra uma presença importantíssima na economia nacional.¹⁰²² Grandes companhias como esta não deixavam de deter uma enorme influência política, num quadro estratégico-político comum com os governos de origem e para benefício igualmente comum. Verificar-se-ia, sobretudo a partir de 1950, uma crescente aproximação alemã político-empresarial ao sector desenvolvimentista/industrializador do Estado Novo. Vejamos dois exemplos. O primeiro envolve diretamente MC, que enquanto representante da ENAE (Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica), participou nas negociações do acordo para a produção de lâmpadas incandescentes e fluorescentes celebrado entre aquela e a Siemens. A correspondência é curta e com um intervalo de cinco meses. Pela insistência da Siemens para que MC fosse visitar fábricas do grupo na Alemanha¹⁰²³ percebe-se alguma relutância da sua parte. Aceitou ir no final de Março de 1959, via Paris.¹⁰²⁴ A Siemens tentou depois manter a ligação, descontinuada definitivamente, ao que tudo indica, por MC.¹⁰²⁵ O segundo exemplo envolve o mais destacado deputado liberal da X legislatura, José Pedro Pinto Leite, falecido prematuramente em 1970, quando o helicóptero em que seguia, durante uma visita à Guiné, se despenhou sozinho num *comboio* de três. Pinto Leite era presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã e gestor da filial portuguesa da poderosa empresa alemã Ferrostal (que

¹⁰²⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: n.º36 (03/09/57).

¹⁰²¹ AMC, cx.39, Corresp./Mosler, H. (prof. doutor e director do Max – *Plack-Institut Fur Ausländisches Offentliches Recht Und Volkerrecht* – na RFA): n.º1 (31/07/67): agradece resposta positiva de MC a convite académico.

¹⁰²² *Siemens – 100 anos a projectar o futuro: Portugal 1905-2005*, brochura patrocinada pela própria empresa.

¹⁰²³ AMC, cx.54, Corresp./Siemen-Schuckertwerke, Aktiengesellschaft: n.º1 (24/02/59): convite para visita a fábricas do grupo na Alemanha; n.º2 (05/03/59): insistência no mesmo convite.

¹⁰²⁴ AMC, cx.54, Corresp./Siemen-Schuckertwerke, Aktiengesellschaft: n.º3 (24/03/59).

¹⁰²⁵ AMC, cx.54, Corresp./Siemen-Schuckertwerke, Aktiengesellschaft: n.º5 (17/04/59) e n.º6 (03/07/59).

produziu os atuais submarinos da Marinha Portuguesa), cujos escritórios chegaram a funcionar como ponto de encontro entre o deputado e políticos da oposição.¹⁰²⁶

A primeira grande recepção de MC a um alto representante dum Estado europeu foi precisamente ao chanceler da RFA, Kurt Georg Kiesinger (1904-1988), então agraciado com um Doutoramento *Honoris Causa* pela UC.¹⁰²⁷

4.2.6. *Il modello italiano*

Á Itália fascista e referencial universal do modelo corporativo da década de 1930, que MC conheceu profundamente, sucedia, no segundo semestre de 1944, uma Itália em busca de um sistema democrático por inventar. Segundo a ordem natural das coisas, o que viesse a acontecer em Itália no período pós-corporativo constituir-se-ia, mecanicamente, em caso de estudo modelar para o futuro, de continuidade ou renovação, do regime corporativo português. Este aspeto revelar-se-ia, segundo o prisma de MC, mais condicionante do que propriamente as relações entre os dois estados, pautadas, no período aqui especialmente em foco, por um crescente “estreitamento” e por “manifestações” de “pragmatismo diplomático”, que as “contrariedades” não invalidaram.¹⁰²⁸ Nem a questão colonial, que evidenciou a polarização política italiana por entre os “consensos” e as “dissensões”, parece ter sido suficiente para abalar os laços comuns de pertença aos mesmos eixos fundamentais da política internacional (NATO) e histórico-culturais (catolicismo).

¹⁰²⁶ Segundo testemunho de Francisco Salgado Zenha. Segundo afirmações de Joaquim Letria, “Esta ideia de um contacto cuidadoso com o mundo da diplomacia ocidental europeia é confirmada pelo jornalista Joaquim Letria, ao tempo correspondente de uma agência de informação alemã, ao revelar que várias Chancelarias seguiam com atenção as intervenções dos “liberais” e viam no Deputado Pinto Leite uma personalidade do Futuro Novo do País.” LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano: o sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite*, Tribuna, Lisboa, 2003, pp.110-111.

¹⁰²⁷ CAETANO, Marcello, *As relações luso-alemãs: discurso pronunciado por sua excelência o presidente do conselho, professor doutor Marcello Caetano, no banquete oferecido em honra do chanceler da República Federal da Alemanha, no Palácio de Queluz, a 24 de Outubro de 1968*, SEIT, 1968. MC apelou então à coesão do “bloco ocidental” e afirmou o seguinte sobre as relações bilaterais entre os dois países: “São, com efeito, excelentes as relações entre os nossos dois países, Senhor Chanceler, e tanto no domínio político e cultural como no campo militar para fins puramente defensivos a compreensão e o desejo de ajuda mútua constituíram sempre nota dominante. Temos recebido boa cooperação do lado alemão. Permito-me manifestar a convicção de que por nosso lado prestamos à República Federal alguma útil colaboração. Estou seguro [...] que a visita de Vossa Excelência permitirá resolver com facilidade e para satisfação recíproca qualquer ponto, cuja decisão esteja pendente entre os dois governos.”

¹⁰²⁸ Ver, entre outros, MATOS, Vera Margarida Coimbra de, *Portugal e Itália: relações diplomáticas [1943-1974]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, especialmente, pp.159-200.

Ensoberbado de trabalho no MdC (Setembro de 1944 a Fevereiro de 1947), sobretudo no primeiro ano e meio, não parece que MC tenha acompanhado muito atentamente o que se passou em Itália durante os governos de transição de Ivanoe Bonomi (Junho de 1944 a Junho de 1945), Ferruccio Parri (Junho a Dezembro de 1945) e Alcide de Gasperi (Dezembro de 1945 a Julho de 1946), particularmente o primeiro governo “republicano” deste último (Julho de 1946 a Fevereiro de 1947). Um período marcado pelo referendo de Junho de 1946, que viabilizaria a solução republicana. Acontecimento que pode ter influenciado o convicto discurso de Coimbra de 1952, quando MC despertou a ira dos monárquicos. Anos também caracterizados pela complexa e agressiva luta político-partidária, donde emergiu a hegemonia esmagadora da “centrista” Democracia Cristã (DC), a importantíssima “viragem de Salerno” protagonizada por Palmiro Togliatti no Partido Comunista Italiano (PCI), que o levou a participar nos dois primeiros governos de coligação liderados por Gasperi, e a eleição da Assembleia Constituinte, realizada em simultâneo com o referendo.

A primeira prova do profundo interesse de MC pelo que se passava em Itália, no período pós-guerra, surge na “campanha” para as “presidenciais de 1949”, quando concede uma entrevista ao *Jornal do Funchal* em que, referindo-se aos socialistas portugueses, afirmou que “nunca foram, em Portugal, um partido poderoso e acham-se hoje divididos em duas correntes, como na Itália, uma, a do Dr. Ramada Curto, que não quer entendimentos nem aproximações com os comunistas, e outra, a do Sr. Dr. Magalhães Godinho e outros, favorável à colaboração com o comunismo, não sei mesmo se à fusão com o Partido Comunista”.¹⁰²⁹ Godinho, que tinha passado 77 dias na prisão (dois anos antes) nas mãos da PIDE, não gostou da referência e apressou-se a desmentir a associação aos comunistas, afirmando-se republicano, democrata e simpatizante das ideias socialistas.¹⁰³⁰ Mas, seja como for, nenhum pôs em causa o *modelo*.

A constituição italiana promulgada em Dezembro de 1947 resultou, naturalmente, dos compromissos e equilíbrios entre as três principais forças partidárias – democratas-cristãos,

¹⁰²⁹ AMC, cx.28, Correspondência/Godinho, José de Magalhães (advogado; político da oposição): nº1 (04/02/49).

¹⁰³⁰ Após uma muito correcta troca de palavras com MC, que se prontificou a rectificar as declarações e manifestou respeito pelas reiteradas “convicções oposicionistas” de Godinho, este reafirmou: “Insisto: não sou dirigente socialista, não encabeço qualquer corrente doutrinária; sou republicano, adversário da actual situação política, partidário de uma Democracia actual e progressiva que, orientando-se no sentido do socialismo, faça, sem abalos escusados, as profundas reformas sociais e económicas que entendo o País necessita sejam feitas. Não me interessa a colaboração com o Partido Comunista, o que me interessa, como Democrata, é que a todo e qualquer Partido Político seja reconhecido o seu direito de cidade.” AMC, cx.28, Correspondência/Godinho, José de Magalhães (advogado; político da oposição): nº2 (05/02/49) e nº3 (07/02/49).

socialistas e comunistas – e da ponte pacífica do passado para o futuro.¹⁰³¹ Orientada pelo *neoconstitucionalismo* democrático dominante no pós-guerra (1918-39) e ainda que sem um modelo definido, parecia assente que a opção pelo sistema parlamentar clássico, ainda que amenizado pelas atribuições institucionais à PdR e ao Tribunal Constitucional, fora influenciado pela experiência alemã de Weimar e, em maior grau, pela francesa da IV República (1947).¹⁰³²

Evidentemente, não terá e nem poderia ter aqui lugar qualquer análise jurídico-constitucional. Não se conhece nenhuma referência de MC ao projeto constitucional italiano, cujas óbvias dissemelhanças com o português (antiparlamentar e antidemocrático) não invalidam a convergência em determinados preceitos, como por exemplo nos poderes do presidente da República. Fiel à característica estrutural mais significativa dos documentos constitucionais do século passado, os conflitos recíprocos de princípios e valores, ou, segundo Max Weber, o “politeísmo de valores”, a superior exigência legislativa/jurisdicional chamou a atenção de MC no respeitante ao projeto de lei fundamental elaborado a partir de 1947 pela Comissão para a Reforma da Administração Pública italiana. Tratando-se da sua área de especialização, MC observou com grande entusiasmo os trabalhos de compilação e sistematização das leis administrativas iniciados em 1953 em Itália, traduzindo para português o “projeto de lei geral sobre a ação administrativa”, por considerar que se estava a proceder em Itália a uma “verdadeira codificação administrativa”.¹⁰³³ Acompanhou ainda a tradução por uma extensa anotação, “segundo o direito português”, estabelecendo um interessante paralelismo entre as duas codificações.¹⁰³⁴

Trabalho académico por natureza, não seria inocente politicamente. O facto da segunda parte da constituição italiana, relativa aos mecanismos de organização do poder, estar em muito devedora do figurino francês e aparentemente ignorar os processos de resposta à crise sofrida pelos sistemas parlamentares no período entre guerras, que passaram quer pelo reforço dos executivos quer pelo robustecimento das instituições intermédias, como os partidos e os sindicatos, levou a constantes esforços de correção legislativa. MC assinalava com júbilo este trabalho (como já o fizera em 1942 em relação ao Código Civil¹⁰³⁵), numa

¹⁰³¹ Ver, entre outros, ADINOLFI, Goffredo, *Continuidades e discontinuidades da realidade política italiana (1943-1948)*, Análise Social, vol. XLIV, 2009, pp.289-313.

¹⁰³² Ver, entre outros, CRISAFULLI, Vezio, *La Costituzione e le sue disposizioni di principio*, Milano, 1952, e *Commentario breve alla Costituzione*, Padova, CEDAM, 1990; BARILE, *La Costituzione come norma giuridica*, Firenze, 1951; POMBENI, Paolo, *La Costituente: un problema storico-politico*, Bologna, Il Mulino, 1995.

¹⁰³³ Revista *O Direito*, Ano 86, 1954, p.223.

¹⁰³⁴ Ver estudo completo em Revista *O Direito*, Ano 86, 1954, pp.223-248.

¹⁰³⁵ Revista *O Direito*, Ano 74, 1942, pp.162-167. O anterior Código Civil Italiano datava de 1865.

altura em que terminava um ciclo político após as eleições de Julho de 1953. O falhanço do projeto de “democracia protegida” ensaiado na famosa *legge truffa* (ou lei “trapaça”, que premiava o partido maioritário com dois terços dos deputados), apoiado pelo papado¹⁰³⁶, levou ao afastamento de Gasperi.

Neste período de elevado crescimento económico italiano, sobretudo quando MC é ministro da Presidência, não se registam quaisquer referências a Itália ou à política italiana. Entre 1958 e 1962, pelo contrário, MC é informado regularmente pelo então embaixador português em Roma, sobretudo em relação à DC.¹⁰³⁷ A equação não oferecia novidade quanto aos denominadores comuns, destacando-se o anticomunismo. Que justificava a especial atenção concedida a Amintore Fanfani – “pequeno Maquiaveli de 1960”.¹⁰³⁸

Com curtas passagens pela PCM em 1954 e 1958, Fanfani fora um dos artificios, depois da experiência de Gasperi, da reorganização da DC, recorrendo a uma estratégia de divisão da esquerda e isolamento dos comunistas, bem como de renovação tecnocrática dos quadros partidários. Em 1960, após a demissão de Fernando Tambroni (que apresentara um discurso tão virado à direita que mereceu o apoio do MSI), Fanfani assumiria o governo maioritário monocromático. Ao qual sucederia, em 1962, o quarto governo Fanfani. Através da abertura aos socialistas, criou as condições para a longa experiência de centro-esquerda “orgânica” que dominou a vida política italiana de 1963 até 1974 (principalmente com os três governos consecutivos de Aldo Moro até 1968).

O fascínio que uma certa direita italiana saudosista (sobretudo concentrada no MSI) ainda sentia pelo longevo presidente do conselho português¹⁰³⁹ interessaria pouco a MC. O seu olhar concentrar-se-ia nas movimentações políticas lideradas pela DC, nas quais também se inspiraria para a sua *renovação* política de 1969, e na evolução da oposição aos democratas-cristãos, considerada referencial de primeira linha da oposição portuguesa. Eduardo Brazão relatava em 1960: “dentro da Democracia Cristã, contribuía um pequeno grupo chamado ‘Primavera’”.¹⁰⁴⁰ MC também perseguiria a sua.

¹⁰³⁶ Como dizia em 1959 o embaixador português em Itália, Eduardo Brazão, a Santa Sé “é italiana” sempre que isso se coadunava com a sua perspectiva geopolítica. AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº25 (05/10/59).

¹⁰³⁷ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº25 (05/10/59) a nº49 (22/02/62).

¹⁰³⁸ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº38 (13/12/60).

¹⁰³⁹ Veja-se o exemplo da entrevista laudatória conduzida por um jornalista do *Il Tempo*, em 1962. Em SALAZAR, Oliveira, *Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra Editora, 1967, pp.100-109. O entrevistado termina categoricamente a peça com a seguinte afirmação: “Cuido que se fará luz em muitos espíritos no estrangeiro e, como já de outras vezes aconteceu, nos deixarão em paz.”

¹⁰⁴⁰ AMC, cx.18, Correspondência/Brazão, Eduardo (diplomata; historiador): nº38 (13/12/60).

PARTE III NO *PODER*

I CAPÍTULO – *Geração Estado Social: a primeira eleição – 1969*

1.1. *Revolução marcelista?*

1.1.1. *Situação revolucionária, revolução, reforma e transição*

O MC que na juventude criticava os reformadores, porque queria construir o *novo*, ver-se-ia em Setembro de 1968 nessa contingência. Não carece de mais comentários o estado do regime e o ambiente do país nesse ano. A *herança* e o seu *peso* são suficientemente claros.¹⁰⁴¹ Fosse qual fosse a personalidade ou ponto de vista, a ideia de que a estratégia *imobilista* do longevo presidente do Conselho caíra com ele seria unânime. O leque de opções seria largo, as condições ou condicionantes muito estreitas. Entre um *reformismo* “continuador” e um *reformismo* “inovador” ou “revolucionário”, o “extremo melindre da posição” de MC surge numa interessante imagem de Vasco da Cunha d’Eça:

“Salvo o devido respeito não são quatro mas cinco [desafios] porque a frente interna, infelizmente, não é única, o que dificulta ainda mais o combate. Há que lutar, simultaneamente, contra os que pretendem apenas que V.Ex.^a se limite a ser “o fiel depositário” do legado político do Doutor Salazar e contra os que aspiram, por todos os meios, a preparar o caminho à subversão. Ambas as tendências são inimigas – a primeira porque lhe faria perder, a mais ou menos curto prazo, o crédito que indiscutivelmente o País, neste momento, lhe concedeu. A segunda porque gostaria de o transformar no “Kerensky português”. Não escondo algum receio, como sincero admirador e amigo leal de V.Ex.^a, que me preso de ser, de que uma excessiva prudência em não querer molestar os primeiros lhe possa alienar o apoio da imensa maioria do país que aspira realmente a uma mudança

¹⁰⁴¹ AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, Guilherme Brás de (jornalista, do Conselho de Administração do “Diário Popular”): nº3 (24/12/68): “a herança política, recebida por doação (malfadada) inter-vivos, a desvairados títulos pesadíssima”. AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, João Pereira de: nº1 (1968). Era “...Tenente reformado e ... chefe do 28 de Maio”: “nunca o Chefe de Governo legou ao seu sucessor uma herança tão difícil, complicada e quase trágica.”

profunda não só do estilo mas também das intenções e dos atos do Governo. [...] Tem de deixar de ser o “continuador” para passar a ser tido como o “inovador” e o “reformador”. [...] O “Krutchev” há-de aparecer mais tarde ou mais cedo. V.Ex.^a é, por enquanto, apenas o “Malenkov”. Julgo ser necessário não deixar fugir a oportunidade de poder vir a ser um “Krutchev”.”¹⁰⁴²

O feliz neologismo utilizado por Timothy Garton Ash – “refolution”¹⁰⁴³ – para definir os processos de transição político-económica na Europa de leste nos finais da década de 1980, resulta da junção dos dois elementos que, segundo a perspectiva do autor, os terão conduzido: *reform* e *revolution*. Não se pretende uma apropriação abusiva do conceito nem estabelecer paralelismos históricos, até porque se revelam sempre inviáveis e incongruentes, mas tão-somente mobilizar os elementos de complexidade que (des)estruturam realidades históricas de excecional dificuldade como o são os processos de transição (política, económica e social) não violenta.

Pela mesma altura em que o “ingénuo” Craveiro Lopes e o “reformista” MC abandonavam o poder, o “liberal” Ralf Dahrendorf (radical teórico e conservador político, segundo o próprio) “afirmava inequivocamente que as estruturas pensadas para suprimir os conflitos sociais não podiam durar, tendo de acabar por explodir, sofrendo mutações repentinas e radicais.”¹⁰⁴⁴ No entanto, cerca de trinta anos depois, tornar-se-ia “bastante mais cauto” ao considerar que “os conflitos podem exprimir-se de diversas maneiras” e que “também o partido monopolista pode servir de válvula de segurança para a crítica, assim como de instrumento de controlo” dado que, ainda segundo o autor, “a distensão pode servir para descarregar as tensões.”¹⁰⁴⁵ O *tempo* sempre é um agente poderoso.

A década de 1960 fora o culminar da crença no modelo de bem-estar social. Precisamente no fim da década, em 1968-69, este modelo *neocorporativo* enfrentava sérias dificuldades. A desconfiança apossou-se daquela geração e a descrença da nova, da que estava prestes a sair das universidades em conflito com uma realidade que não reconhecia como sua. Foram anos de grandes lutas operárias (especialmente em Itália) e estudantis (modelarmente

¹⁰⁴² AMC, cx.25, Correspondência/Eça, Vasco da Cunha d’ (diretor-geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho): nº1 (10/11/68).

¹⁰⁴³ Ver ASH, Timothy Garton, *The Uses of Adversity: essays on the Fate of Central Europe*, New York, Random House, Vintage Books, 1990, p. 320 e seguintes. O tema também surge explorado noutras obras do autor: *The Magic Lantern: The Revolution of 89 Witnessed in Warsaw, Budapest, Berlin and Prague*, New York, Random House, Vintage Books, 1993; *História do presente*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

¹⁰⁴⁴ DAHRENDORF, Ralf, *Ensaio sobre o Liberalismo*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, p.109. Ideia desenvolvida na obra: *Classes et conflits de classes dans la société industrielle*, Paris, Mouton, 1972 (original em inglês de 1959).

¹⁰⁴⁵ DAHRENDORF, Ralf, *ob.cit.*, p.109. Ideia desenvolvida na obra: *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

em França), sintomas de uma insubordinação social generalizada, perdas de legitimidade social e incapacidade política para conter a conflituosidade aparentemente espontânea de, sobretudo, trabalhadores e estudantes. Foram igualmente anos de crise fiscal e económica nos principais estados ocidentais.

As manifestações dessa desfragmentação são evidentes. No campo artístico, veja-se o caso do intenso e fogaz fenómeno *psicadélico* na música urbana. Talvez ninguém tenha revelado maior aptidão para captar os sentimentos, emoções, aspirações, incertezas e chão suspenso daqueles anos do que artistas como os *Pink Floyd*, que no seu excelente álbum de 1968 – *A Saucerful of Secrets*, principalmente na faixa homónima, oferecem uma representação cósmica do caos social que, como as estrelas, aspirava a um sentido e uma ordem. No campo político, repare-se na profunda crise que afetou os sistemas democráticos europeus ocidentais: entre 1968-69 e 1980-81, os EUA conheceram quatro presidentes, a França três, a Grã-Bretanha quatro primeiros-ministros (se ainda contarmos H. Wilson) e a RFA três chanceleres. Durante este período e ao contrário do que sucederia na década seguinte, a reeleição não passava de uma miragem. Tratava-se da democratização num sentido total de desconstrução de toda e qualquer autoridade em nome de uma realidade social e política livre de constrangimentos. Tudo era passível de discussão por todos. Uma conjuntura fascinante mas que resvalava para um incerto vazio pós-moderno. A *anomia* de que falava Durkheim, enquanto ausência ou ineficácia da lei. MC não deixava de estar atento a essa “atualidade movimentadíssima” e de refletir sobre o “reverter de todas as noções e conceitos normativos”.¹⁰⁴⁶

Será que a situação portuguesa aproximar-se-ia do que poderemos considerar uma *situação revolucionária*? Enquanto algo distinto de *revolução*, à semelhança de um barril de pólvora à mercê de uma qualquer fagulha, que tanto poderia ser um sinal forte de fragilidade, de fragmentação ou de insegurança da(s) liderança(s) no poder, como uma reforma ou decreto menos feliz, um discurso inspirador ou desinspirado. Com as possíveis exceções das organizações radicais de esquerda e do PCP, parece certo que uma grande parte dos agentes políticos e da incipiente sociedade civil portuguesa desejaria uma mudança profunda mas indolor, uma revolução sem custo. Ou seja, uma transição pacífica, concebida como transformação controlada de um estado *não liberal* num estado *liberal*, teoricamente levada a efeito pelo governo em exercício sob pressão da massa popular (organizada ou espontânea). Mesmo quando se verificassem alterações nos rostos e nos protagonistas, caindo-se

¹⁰⁴⁶ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.36.

facilmente na tentação de chamar revolução à transição, pressupor-se-ia a manutenção da linha de continuidade. Verificar-se-ia, em 1968-69, uma reprodução desta imagem? Conjugarem-se-iam as condições necessárias para uma *refolucão*, no sentido atribuído à expressão por T. G. Ash: reformas feitas a partir de *cima* que absorvem *pressões* massivas oriundas de *baixo*? Existiriam tais *pressões*?

MC parecia ter consciência disso: “a estabilidade de um regime depende da sanção dada pelo assentimento coletivo aos princípios em que ele se apoia. Se estes princípios entram em crise, o regime deixa de contar com a opinião e esta passa a manifestar-se favoravelmente a uma mudança, constituindo, quando não compreendida a tempo, o motor das revoluções.” Essa lucidez analítica, que distinguia o intelectual do político, talvez não fosse totalmente correspondida na prática: “Não raro sucede que os próprios defensores ostensivos das concepções antigas vão incorporando, involuntariamente, nas palavras e nos atos, muitos dos tópicos das ideias em marcha. Daqui pode resultar uma evolução lenta dos conceitos que dê o triunfo a uma terceira solução, nem tão radical como os inovadores preconizavam nem tão conservadora como os tradicionalistas sustentam.”¹⁰⁴⁷

A crítica também não deverá esquecer o essencial. Dir-se-ia mesmo, o evidente: a “transição” de um regime monopolista para um regime democrático é incomparavelmente mais difícil do que o inverso, ou seja, a transposição da democracia para o autoritarismo ou totalitarismo. Isto porque, como a história do século XX bem documenta, estes regimes tendem, ou tenderam, a manter e a servir-se da estrutura burocrática e governamental existente, dominando-a e corrompendo-a. A gestão de equilíbrios do ditador português sustentou-se, em boa medida, neste primeiro passo fundamental. As críticas de MC durante os anos de 1930 também se centravam aí, no facto de o regime não querer ir muito mais além desse primeiro passo, nas resistências à *nova* construção corporativa. Por sua vez, a construção de um regime/sistema efetivamente democrático praticamente exige uma folha em branco. No plano político, dificilmente haverá desafio maior do que um processo de *transição pacífica*. Ou, visto por outro prisma, nenhum outro processo apresentará tão elevada probabilidade de insucesso.

Outra característica de processos transitórios e, como tal, outro desafio, consistiria no trânsito lento, pacífico e natural, mais do que substituição, das elites no poder (político mais do que económico, dada a maior dificuldade e incapacidade para operar essa mudança nas estruturas económicas). O que também supõe a interrogação: até que ponto se verificará a

¹⁰⁴⁷ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, pp.51-52.

existência de um *novo* regime quando subsistam nos aparelhos de poder pessoas, grupos, estruturas, processos e métodos político-económicos do *velho*? Este processo de circulação ou renovação é, obviamente, de extrema delicadeza e exigência. O pior que lhe poderá acontecer é a inconsciência por parte do *líder* ou das *novas elites*, traduzível em sentimentos e comportamentos de dívida e exigência. No caso de cada uma das partes se convencer que a outra se encontre em permanente e absoluto débito, diluindo-se por completo o cimento político do compromisso, conduzirá à questão de saber se se estará verdadeiramente perante um processo de transição?

O opositor António Macedo dava conta, em Dezembro de 1968, das dificuldades do processo, num pequeno cartão em que “agradece [a MC] a atenção que dispensou à sua carta, e confia em que as instruções transmitidas à censura, agora reiteradas, tenham o condão de lograr – como é bem desejável – os meritórios e patrióticos propósitos enunciados por V. Ex.^a, na concretização de uma política válida e autenticamente nacional – «sem ódios, nem retaliações, que permita um convívio normal entre os que professam opiniões diferentes».¹⁰⁴⁸

Um outro problema prende-se com a dialética constitucional/institucional. Para a concretização de *transições* (e talvez *revoluções*) serão necessárias sobretudo novas instituições ou novas constituições? A resposta sábia, mas algo irrealista, será a de que se necessitam de ambas. Mas a realidade é, como sempre, mais complexa do que isso. Um facto bastante simples ajudará a compreendê-lo: podemos encontrar no mundo exemplos de estados falhados (como a Guiné-Bissau?), mas não encontramos exemplos de constituições falhadas. Até porque o problema não se colocará, pelo menos não da mesma forma.¹⁰⁴⁹ Mesmo se uma constituição não colabora ou converge com o processo de transição, também não constituirá um obstáculo intransponível. O revisionismo constitucional, por exemplo, não concederá a flexibilidade e desobstrução necessárias? Além disso, os instrumentos e os agentes responsáveis pela observância constitucional adotam métodos de interpretação jurídico-políticos. Veja-se o exemplo português do funcionamento do Tribunal Constitucional durante o período de vigência do acordo internacional de resgate financeiro (2011-14): a fiscalização normativa das propostas do governo causou intenso debate público e profunda divisão nos juízes do Constitucional. As instituições serão, na prática, mais importantes para o processo.

¹⁰⁴⁸ AMC, cx.35, Correspondência/Macedo, António: nº1 (05/12/68). Citação do discurso de MC de 27 de Novembro de 1968: CAETANO, Marcello, *Pela recta intenção de bem servir o povo português, discurso pronunciado pelo senhor presidente do conselho, professor doutor Marcello Caetano, na Assembleia Nacional, a 27 de Novembro de 1968*, SEIT, 1968, p.14.

¹⁰⁴⁹ Sobre a historicidade e a teoria constitucional ver, entre outros, CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2002; *Brançosos e interconstitucionalidade. Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006.

Em 12 de Outubro de 1969, em plena campanha eleitoral, Artur Portela Filho referia: “num Congresso Internacional reunido em Lisboa em final de Julho passado com a finalidade de se encontrarem vias “Para uma nova política de desenvolvimento” admitiu-se que o fator “instituições” é o que mais conta.”¹⁰⁵⁰

O MC jurista observara em 1953, segundo o seu “método”: “O Estado, na medida em que é soberano, não pode ser vinculado pelo Direito positivo, e apenas o limitam preceitos éticos ou de Direito Natural. As Constituições quando violadas em nome do interesse geral são ineficazes: não há separação de poderes que possa garantir a aplicação de sanções jurídicas a um órgão de soberania que proceda inconstitucionalmente pois aos próprios tribunais é possível interpretar a Constituição de modos diversos e achar forma de cobrir o ato ilegal. Enfim, a organização política de um Estado, mesmo quando se haja querido delinearla segundo modelos racionais, acaba sempre por ser produto da prática, adaptando-se às realidades de acordo com as imposições da experiência e sem poder fugir ao imperativo das condições sociais. É uma ilusão, pois, pensar que o Estado se deixe reduzir a um simples facto jurídico, todo contido num sistema normativo e de que o Direito possa dar uma imagem completa.”¹⁰⁵¹

Colocar-se-á nova questão: o que fazer com as instituições? Destruição e substituição ou reforma? Talvez este seja um dos aspetos que melhor distingue *revolução* de *transição*. Este último processo, ao contrário do primeiro, tenderá a ser, por natureza, institucionalmente conservador, no sentido em que o enfoque é posto na reforma das instituições, acompanhada por uma cautelosa criação de novas instituições, ancoradas na sociedade civil. No caso português, o problema ou dificuldade que se colocava em 1968 era semelhante ao da década de 1930 em relação ao corporativismo, segundo a ótica de MC: a inexistência (ou insuficiência) de sociedade civil, de iniciativa de base ou de *baixo*. Até porque será muito difícil contestar a ideia de que “a sociedade civil é a lei de qualquer transição de sucesso”.¹⁰⁵²

MC tinha uma inclinação institucionalista, embora, naturalmente, não no sentido preconizado por Maurice Hauriou (1856-1929), em que a instituição precede o direito.¹⁰⁵³ Era um católico de formação que o direito aproximara de Kant.¹⁰⁵⁴ Recorde-se a sua visão

¹⁰⁵⁰ AMC, cx.45, Correspondência/Portela Filho, Artur (jornalista; escritor): nº1 (12/10/69).

¹⁰⁵¹ Em Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, pp.311-312.

¹⁰⁵² DAHRENDORF, Ralf, *Ensaios sobre o Liberalismo*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, p.92.

¹⁰⁵³ HAURIOU, Maurice, *Précis de droit administratif et de droit public*, 12^{ème} edition, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1933.

¹⁰⁵⁴ “Ao século XVIII pertencem dois dos filósofos que mais profundo cunho imprimiram às ideias políticas dos nossos dias: Jean-Jacques Rousseau, o autor do *Contrat Social* (1761), verdadeira bíblia da democracia e Kant cuja filosofia exerceu larguíssimo domínio em todos os meios cultos da Europa na época liberal e diretamente ou mediante escolas dela derivadas (sistemas neo-kantianos) ainda hoje tem enorme audiência, tendo feito penetrar

cosmopolita do direito e o papel sagrado e universalista dos juristas. Era também um antirrevolucionário, no sentido histórico do conceito, e seria um conservador, no sentido hegeliano de que é necessário conservar as instituições para as superar e elevar a níveis superiores. Ou seja, não concebia a mudança fora de um quadro de estabilidade institucional.¹⁰⁵⁵ O que foi particularmente visível na sua obra administrativista, como no CA de 1936. Por isso talvez apreciasse a feliz expressão de M. Hauriou, que via as instituições com “armistícios sociais”, embora rejeitasse a matriz rousseauiana do jurista francês: se e quando o consentimento fosse insuficiente para assegurar o equilíbrio, as lutas sociopolíticas recomeçariam. Uma ideia insuportável para MC.

Porém, a questão também consistirá em saber se tentar reformar aquele regime, naquele tempo e realidade não continha em si tarefas *revolucionárias* – as “frentes”. Um dos jovens colaboradores marcelistas dizia em 1970 acreditar “na revolução na paz e na fecundidade das transformações realizadas com vontade num ambiente de ordem.”¹⁰⁵⁶ Basicamente, a definição de *refolução*. Contudo, bastará recordar Marx ou Lenine¹⁰⁵⁷ para se perceber que a “vontade” de uns poucos (ou mesmo muitos) não basta para fazer uma “revolução na paz”. Sobretudo no segundo, encontramos muito pouco utopismo e bastante maquiavelismo no papel atribuído ao estado e no conceito de povo. A inteligente adaptação do marxismo-leninismo à realidade africana operada por Amílcar Cabral não deixou de ter em consideração esse facto.¹⁰⁵⁸ Bem como se nota uma certa desconfiança quanto ao realismo e eficácia de processos revolucionários, embora a linha ideológica exigisse essa vinculação.¹⁰⁵⁹

nas concepções correntes princípios cuja origem a maior parte da gente ignora. Um terceiro nome, inseparável destes dois ao registar a genealogia do pensamento político contemporâneo, pertence já ao século XIX: é o de Hegel, que nos legou o método dialético e as bases da concepção do Estado totalitário e foi o mestre de Carlos Marx, como também de Mussolini. São, na verdade, as correntes derivadas destes pensadores que ainda agora dominam as ideias políticas do século XX: a par dos católicos, herdeiros de toda a tradição do pensamento cristão, encontram-se os *neo-kantianos* e os *neo-hegelianos* (entre os quais figuram os marxistas-leninistas).” Terminou com a seguinte nota de rodapé: “Em Portugal durante o século XIX o pensamento político foi alimentado no ensino universitário por um compêndio de Filosofia jurídica, o *Curso de Direito Natural* de Ahrens, que divulgava o sistema de um discípulo de Kant, o alemão Krause. O *Krausismo* influiu em toda a península ibérica.” Em Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, p.300.

¹⁰⁵⁵ “Mas pode suceder que numa Constituição consuetudinária se vão acumulando instituições de sucessivos sistemas de governo, reduzidas as dos sistemas passados a simples elementos simbólicos, resíduos que poderão ainda conservar uma função socialmente importante e até politicamente útil pelo prestígio adquirido no tempo. É o que acontece na Constituição britânica, onde instituições monárquicas e aristocráticas, de carácter autocrático, são conservadas a par das instituições correspondentes ao sistema de governo efectivamente praticado hoje em dia: o sistema democrático representativo parlamentar de gabinete em regime liberal. As instituições estão, pois, relacionadas com as formas políticas, mas não são elas próprias a forma política.” Em CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição, 1967, p.345.

¹⁰⁵⁶ AMC, cx.43, Correspondência/Pintado, Valentim Xavier (economista; secretário de Estado do Comércio): n.º7 (29/09/70).

¹⁰⁵⁷ LENINE, Vladimir Il’ich, *O Estado e a Revolução*, Lisboa, Avante, 4ª edição, 2011.

¹⁰⁵⁸ CABRAL, Amílcar, *A Arma da Teoria*, discurso proferido na 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, Havana, Cuba, Janeiro de 1966. Antes de o PAIGC começar a luta armada já

Na última *conversa* da campanha para as eleições de 1969, MC apresentava o dilema: “Reforma ou revolução, foi a outra opção que apresentei na última vez que falei aos telespectadores. E também mantenho esse dilema. A revolução pode vir com pés de lã. Pode disfarçar-se em inocência pacífica. Pode insinuar-se como simpático processo democrático. Não se iludam os eleitores! Com o seu voto, decidirão a paz ou chamarão a guerra civil a mais curto ou a mais largo prazo.”¹⁰⁶⁰

1.1.2. *O verdadeiro artista político*

A imprescindibilidade, em processos de mudança política de tamanha envergadura, de uma figura capaz de captar o imaginário e confiança coletiva será um dado adquirido. É sobretudo isso que permite que Krutchev, Brejnev ou Gorbachev tenham lugares bem distintos na história. A imagem utilizada por Vasco C. d’Eça contém essa ideia, se bem que MC e Krutchev pouco ou mesmo nada tivessem em comum. No seio do regime não faltariam homens com capacidade governativa, mas escasseavam os possuidores de tal capacidade mobilizadora e certamente não existiria outro com a imagem construída por MC até 1968. A excessiva tendência para procurar o homem de centelha, o herói beethoveniano, ignora que esse é, antes de produtor, produto de determinadas circunstâncias.

Com a unanimidade pedagógica que lhe era atribuída, MC publicava em *O Direito* de 1953 uma interessante *Introdução ao Estudo do Direito Político*, onde, entre outros, estabelecia a dicotomia entre a *Política* e a *Ciência Política*. Ao definir a primeira como “arte de governar” e de “agir”, ofereceu a seguinte definição do “homem de ação”, resultado da clarificação de ideias de sempre: “Em presença das variadas circunstâncias que a cada passo surgem na vida dos povos rodeadas de circunstâncias as mais inesperadas, o político tem de

afirmara que “A luta de libertação dos povos coloniais é a característica essencial, diríamos o motor principal, da marcha da história na nossa época.” Em CABRAL, Amílcar, *Guiné e Cabo Verde face ao colonialismo português*, artigo publicado em *Partisans*, nº7, 1962. Extracto retirado de CABRAL, Amílcar, *Textos Políticos*, CEC, Porto, s.d., p.28.

¹⁰⁵⁹ “No plano estritamente interno, o ritmo do processo pode variar, mas permanece contínuo e progressivo. Os progressos bruscos só são possíveis em função de alterações violentas – mutações – do nível das forças produtivas ou do regime de propriedade. A estas transformações violentas operadas no interior do processo de desenvolvimento das classes [...] convencionou-se designar em linguagem económica e política: *revoluções*.” CABRAL, Amílcar, *Textos Políticos*, CEC, Porto, s.d., p.26.

¹⁰⁶⁰ CAETANO, Marcello, *Temos Agora de Votar*, alocução em 24 de Outubro de 1969, através da rádio e da televisão, SEIT, 1969, pp.10-11.

atuar em certos casos concretos como verdadeiro artista, isto é, com génio criador, recorrendo à experiência, à imaginação e à intuição. O *pragmatismo* modela a sua conduta, porque na prática do governo interessa sobremaneira o resultado obtido pelas providências tomadas, e podem estas não estar de acordo com as conclusões da Ciência e apesar disso serem certas e oportunas: a Ciência Política não tem mais a fazer do que, depois, registá-las e estudar as razões do seu sucesso. Assim, a Política depende muito da personalidade dos governantes e das condições do meio em que estes governam, e o grande político nem sempre se destaca pelos maiores conhecimentos científicos e sim pelo talento criador de soluções felizes.”¹⁰⁶¹

Semelhante definição, com origem distante em Maquiavel, é claramente devedora de Max Weber e da sua crítica dos “grandes harmonizadores”, de origem rousseuniana ou hegeliana, numa linha que fez escola entre os liberais.¹⁰⁶² Não parecem subsistir dúvidas de que MC partilhava em grande medida a distinção, igualmente devedora de M. Weber, entre a *ética da convicção* (do alemão *Gesinnungsethik*) e a *ética da responsabilidade* (do alemão *Verantwortungsethik*), bem como a distinção das *duas vocações*.¹⁰⁶³ MC desenvolvera durante mais de três décadas a primeira *vocação*, a da Ciência: intelectual, racional, académico, jurista, formal, organizador metódico. Seria capaz de a conciliar com a segunda, a Política? Já tinha demonstrado no MdP que era o homem para desenhar o *plano*, mas seria o *improvisador*, o *artista* capaz de simultaneamente criar e adaptar-se às circunstâncias? Conseguiria abarcar eficazmente a “a larga visão das relações entre o que *deve ser* e o que *pode ser*”?¹⁰⁶⁴

Em 1965 ainda mantinha a definição¹⁰⁶⁵, mas, tirando os arrufos e críticas pontuais, não chegou a formular, como o fez Krutchev, uma crítica da liderança do seu antecessor. O católico de St.^a Comba Dão criara (e alimentara) um problema detetado ainda no século XIX por Max Weber, na sua análise da liderança de Bismarck¹⁰⁶⁶: a monopolização do poder

¹⁰⁶¹ Em Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, pp.294-295.

¹⁰⁶² Ver, entre outros, DAHRENDORF, Ralf, *Homo Sociologicus*, Lisboa, Quetzal, 2012 (original de 1973).

¹⁰⁶³ WEBER, Max, *Ciência e Política: duas vocações*, Brasília, Universidade de Brasília, 1983; *A Ciência como vocação*, em *Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro, Edições Guanabara, 1982, pp.154-181; *O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.

¹⁰⁶⁴ Em Revista *O Direito*, Ano 85, 1953, p.311.

¹⁰⁶⁵ “E se há Ciência Social precária é a Ciência Política. Isto porque é uma Ciência que se alimenta da Arte... Um grande político pode desmentir todas as conclusões dos sábios, como um grande artista é capaz de rasgar novos arrojos numa técnica consagrada. E circunstâncias imprevistas alteram os dados com que se raciocinou, exigindo novos equilíbrios e originando inéditas situações.” CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, pp.68-69.

¹⁰⁶⁶ Perspetiva bem diferente da de Thomas Mann (1875-1955), que, numa análise mais profunda, cultural e até metafísica, viu Bismarck como o *domador do leão* e não o *pai* deste:

“Na sua forma realista e de política de força, como forma da política de Bismarck, como vitória alemã sobre a França, sobre a civilização através da construção do Império alemão de força, aparentemente irradiando uma saúde robusta, é certo que [o Romantismo alemão] obteve a admiração do mundo, mas também o

impossibilita a consciência política e inibe o desenvolvimento da sociedade civil.¹⁰⁶⁷ MC procurou desatar este apertadíssimo nó com um subtil revisionismo na conceção de autoridade no estado moderno, ao promover intensionalmente a indissociabilidade (ou mesmo confusão) entre dois problemas graves daquele período, mas que eram, na verdade, bem distintos: a dificuldade em desenvolver uma sólida sociedade civil em países tradicionalmente *atrasados* e submetidos a longos regimes totalitários/autoritários (como Portugal) e, por outro lado, a dificuldade em encontrar soluções estáveis de governabilidade ou *executivos fortes* em países com sociedades civis e democráticas altamente desenvolvidas (como a Grã-Bretanha). A solução que oferece, a três anos de assumir a PCM, chega a parecer um plano de ação:

“No Estado moderno é imprescindível a existência de uma autoridade forte e estável que mantenha e faça funcionar a complexíssima máquina dos serviços com o máximo de eficiência possível. E as necessidades do desenvolvimento económico, para promover o incremento do produto nacional em termos tais que possa fazer-se mais equitativamente a distribuição, sem embargo do investimento constante de capitais em novas aplicações reprodutivas, obrigaram a gizar planos plurianuais, cuja conceção e execução exigem constância e coerência na direção política.

Vem de há muitos anos, neste século, o reconhecimento da indispensabilidade do que, ao princípio, se chamou «um Executivo forte», e o decorrer do tempo não atenuou essa convicção: pelo contrário. Mas esse mesmo reforço do Poder e a sua progressiva invasão de todos os sectores da vida, generalizaram nos espíritos a consciência de uma outra necessidade: a de que o maior número possível de interessados pudesse participar nas tarefas governamentais.

A intervenção dos cidadãos na vida do Estado processa-se assim por duas maneiras: passiva, uma, e a outra ativa. A forma passiva consiste numa exigência permanente de esclarecimento vindo dos próprios órgãos governamentais. A forma ativa traduz-se na representação nas decisões políticas ou nos órgãos dirigentes da administração.”¹⁰⁶⁸

confundiu, deprimiu e manteve-o em constante desassossego, logo que este génio deixou de presidir aos destinos deste Império.

Além do mais, o Império de força unido foi uma desilusão cultural. Nada de espiritualmente grande veio da Alemanha, que um dia fora a mestra do mundo. Só já era forte.” Excerto de uma conferência de Thomas Mann, citado em SCHEIDL, Ludwig, *Dez anos após a queda do muro: a unificação alemã no contexto europeu*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p.89.

¹⁰⁶⁷ Ver, GYDDENS, Anthony, *Política e sociologia no pensamento de Max Weber. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo*, São Paulo, UNESP, 1998, pp.25-72. WEBER, Max, *O Estado nacional e a política económica*, em COHN, Gabriel (org.), FERNANDES, Florestan, *Weber – sociologia*, Editora Ática, S. Paulo, 2003, pp.58-78.

¹⁰⁶⁸ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.54.

Donde resultava, evidentemente, a noção de *leadership*, segundo o princípio então aceite de que “a personalização do poder é um facto *inelutável*” e de que “o Estado moderno não pode ser conduzido eficientemente sem uma liderança autoritária.”¹⁰⁶⁹ Justificada com recurso a Joseph A. Schumpeter (1883-1950), que defendeu o predomínio dos fatores irracionais na formação da opinião pública e sua consequente degradação intelectual,¹⁰⁷⁰ e ao “fantasma público” de Walter Lippman (1889-1974).¹⁰⁷¹ Como trabalhar politicamente com o público e as suas opiniões? O governante, segundo MC, não podia “ceder às reações imediatas da opinião”, cuja estatura se mediria “mesmo em muitos casos pela coragem demonstrada em arrostar com a impopularidade até que os acontecimentos mostrem a razão que lhe assistia ao tomar a decisão criticada.” Ou seja, “o Estado moderno não pode desprezar a opinião pública mas também lhe é impossível deixar-se governar por ela. Mal vai dos governantes que cortejem sistematicamente a popularidade – até porque esta, nos seus caprichos, é bem feminina.”¹⁰⁷² Isto afirmava o *cientista* em 1965. É, naturalmente, fundamental para a compreensão do *político* de 1968.

Pode dizer-se que MC entrou e saiu do poder obcecado com a compreensão deste fenómeno moderno.¹⁰⁷³ Em Novembro de 1968 reivindicava o “apoio da grande massa da população portuguesa” a um governo preocupado com o seu suposto “duplo anseio”.¹⁰⁷⁴ Compreendê-lo-ia o suficiente, segundo a primeira *vocação*? Ou não chegaria a compreendê-lo, segundo a perspectiva do *político*? Temia o aparecimento de “um agente [acontecimento, pessoa ou grupo] polarizador, catalisador ou revelador”, capaz de movimentar e dominar a massa. Da mesma forma que temia e reprovava os excessos de semelhante poder: “a característica «caça às bruxas» – a queima dos heterodoxos...”, nos quais gostava de se incluir.¹⁰⁷⁵ De qualquer forma, não há dúvida de que MC “gostava de exercer o poder”.¹⁰⁷⁶

¹⁰⁶⁹ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, pp.60 e 68. No final da última afirmação, na página 68, introduziu a seguinte nota de rodapé, de que se transcreve parte: “Só pessoas pouco ao corrente do que vai pelo Mundo podem pensar o contrário. [...] A própria subsistência das instituições democráticas do tipo ocidental europeu [nos sistemas parlamentares e presidencialistas] depende da sua eficácia na promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar social e na defesa contra os elementos de subversão: e sem autoridade, isto é, um governo que efetivamente governe, nada disso é possível.”

¹⁰⁷⁰ Na obra *Capitalism, socialism and democracy*, de 1942.

¹⁰⁷¹ Na obra *The Phantom Public*, de 1925.

¹⁰⁷² CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.50 e 66.

¹⁰⁷³ “— Acha que ele foi surpreendido pela adesão popular ao 25 de Abril? – Ele tinha a percepção do que poderia acontecer. Tinha curiosidade sobre o comportamento das massas. Tinha andado a ler um livro sobre isso pouco tempo antes.” Entrevista a Ana Maria Caetano, in *Expresso*, nº2163, de 12 de Abril, revista *25 de Abril 40 anos*, pp.23-24.

¹⁰⁷⁴ CAETANO, Marcello, *Pela reta intenção de bem servir o povo português, discurso pronunciado pelo senhor presidente do conselho, professor doutor Marcello Caetano, na Assembleia Nacional, a 27 de Novembro de 1968*, SEIT, 1968, p.16.

¹⁰⁷⁵ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.39.

Adriano Moreira, por sua vez, considerou que em 1968 “já lá não estava o Marcelo. Era outro Marcelo, já não tinha a força de vontade, já não tinha [...] a *genica* necessária.” Desde logo pela idade, sessenta e dois anos, menos cinco do que tinha Adriano Moreira quando foi presidente do CDS e concorreu às eleições legislativas de 1987. Considerou, igualmente, no momento da nomeação, “que era uma má escolha. Disso não tenho dúvida.”¹⁰⁷⁷

O suposto “conflito íntimo vivido por MC entre o seu passado e a realidade”, segundo Adriano Moreira, é um elemento interpretativo interessante mas algo frágil. Primeiro, porque parece sociologicamente inverosímil que apenas MC tenha sofrido tal conflito ou, pelo menos, de forma tão acentuada. Segundo, o seu passado incompatibilizar-se-ia com o futuro tanto quanto o de qualquer outro político. Terceiro, segundo se viu até aqui, o *cientista* não só conhecia muito bem como estava perfeitamente integrado na realidade do seu tempo. Por fim, a existir um “conflito” dessa natureza, consistiria no desafio colocado pelas duas *vocações*. Curiosamente foi Amílcar Cabral quem percebeu isso talvez melhor do que ninguém em Portugal, demarcando MC do antecessor, a quem chamava de “crente fanático no dogma da superioridade do europeu e da inferioridade do africano”, com o objetivo natural de desconstruir o novo *inimigo*: “por outro lado, o seu sucessor, Marcelo Caetano, é um teórico (professor de Direito Colonial na Faculdade de Direito de Lisboa) e um prático (ministro das Colónias durante vários anos)”.¹⁰⁷⁸

Em parte, as *hesitações* ou *ambiguidades* que lhe são atribuídas resultarão dessa dualidade. Ou, visto de outro prisma, projetadas, porque em boa medida serão coletivas, como qualquer simples análise transversal à história política portuguesa contemporânea não deixará de confirmar.¹⁰⁷⁹

¹⁰⁷⁶ Entrevista a Miguel Caetano, Abril de 2012: “Porque ele não encarava a vida política como “a vida dele”. Pronto, faz-se, faz-se o melhor e faz-se com prazer, porque ele gostava de exercer o poder, sem dúvida nenhuma que gostava. Gostava de lugares políticos, mas era uma “missão”, a vida dele era a faculdade.”

¹⁰⁷⁷ Entrevista a Adriano Moreira, em Julho de 2012. Embora, em entrevista ao *Expresso*, tenha admitido que, caso estivesse no Conselho de Estado de Setembro de 1968, teria “votado Marcello”. Em <http://expresso.sapo.pt/tive-um-poder-enorme-como-ministro-do-ultramar=f459552>.

¹⁰⁷⁸ Prossegue: “Ele, Caetano, que pretende como muitas vezes afirma, «conhecer os negros», optou por uma política nova que, nas relações sociais, deve ser a do bom patrão que aperta a mão do seu criado; no plano político, no interior, a da velha tática do pau e da cenoura, no exterior, a de utilizar os argumentos ou as próprias palavras do agressor para o confundir, conservando sempre a sua própria posição.” CABRAL, Amílcar, *Textos Políticos*, CEC, Porto, s.d., p.39. Extracto de *O povo da Guiné e das ilhas de Cabo Verde perante a ONU*, intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (XXVII Sessão), Outubro de 1972.

¹⁰⁷⁹ SOUSA, Alfredo de, *Políticas orçamental e monetária – a viragem: 1973-1974*, in *Nova economia em Portugal. Estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp.141-160. Ver particularmente o “prefácio geral”.

1.1.3. Aliança do médio prazo

A todo o conflito iminente subjaz uma potencial aliança. Neste caso o desafio colocava-se entre a *Ciência* e a *Política*, entre a *Teoria* e a *Prática*, entre o passado e o futuro, entre a impaciência de todas as aspirações e a paciência exigida pelos desafios. Dahrendorf pôs o dedo na ferida ao chamar à atenção para “o erro de pensar que a sociedade se altera sob pressão da necessidade: as estruturas sociais são sempre mais fortes do que a força que agarra a maioria à vida.” Concluindo o mesmo autor que “nada é mais doloroso na sociedade humana, e daí mais difícil de conseguir, do que a mudança das estruturas de direitos [sobretudo quando constituam estruturas de privilégios].” Pelo que, “a mudança de estruturas de direitos através da intervenção revolucionária requer que se pense em prazos mais teóricos do que práticos, ou seja, prazos que são desumanos.”¹⁰⁸⁰ O mesmo será dizer que prazos humanos ou realistas tendem a exigir muito mais do que as aspirações teóricas ou ideológicas gostam de aceitar. Sobretudo tendo em consideração a correlação de forças entre as dimensões política e económica. Embora nos concentremos, por agora, na primeira.

MC tinha a experiência e a consciência da exigência colocada aos práticos/políticos e aos teóricos/cientistas pelo(s) tempo(s). Sobretudo a conquistada no Mdp, quando coordenou o II PF. A face mais séria da questão prender-se-ia diretamente com um dos elementos político-ideológicos prediletos do seu antecessor: a *vida habitual*. As rotinas são uma necessidade de qualquer sistema e constituem também um dos seus maiores perigos, porque exigem pontos de fuga, válvulas de escape. O que foi afinal o Carnaval para o mundo católico, senão a descompressão da rotina? Os apertados corpetes normativos das sociedades modernas tenderiam a suscitar irreprimíveis anseios de quebra da *habitualidade*. Fenómeno exponencialmente potenciado em regimes ditatoriais como o português. O drama residiu no facto de a rotina ou *vida habitual* ter já conhecido em Portugal a sua suspensão mais radical: a guerra. A premissa de que “a guerra é para a direita política o que as revoluções são para a esquerda”¹⁰⁸¹ levantará algumas interrogações, mas no caso concreto português parece bem fundamentada. O conflito iniciado em 1961 permitiu, “rapidamente e em força”, antecipar a suspensão da *normalidade* social em favor dos seus próprios carcereiros. A direita ou extrema-direita do regime poderia perder muitas batalhas em África, mas havia ganho uma

¹⁰⁸⁰ DAHRENDORF, Ralf, *Ensaio sobre o Liberalismo*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, pp.24-25.

¹⁰⁸¹ Idem, p.119.

importante em Lisboa. Porém, em 1968, e dado que a suspensão não acarretou mudanças de fundo, a guerra converter-se-ia, também rapidamente, em rotina.

A consciência do potencial explosivo acumulado pelo pesado fardo *rotineiro* por certo esmagava MC. A *revolução* clamava antes mesmo de ser gerada. Os seus discursos até às eleições de 1969 denunciavam essa angústia. Logo em 1968, em discurso sugestivamente intitulado *Revolução Corporativa, Revolução Permanente*, afirmava que “tais obras nunca se concluem. O tempo, ao consolidá-las, vai também fazendo os seus estragos. O espírito evolui-se e fica muitas vezes a rotina, privada do sopro de idealismo que animara o movimento inicial. [...] Mas essa insatisfação, na medida em que se traduza construtivamente na adoção ou sugestão de soluções viáveis, é uma energia motora, necessária e útil. Digo *soluções viáveis*, porque o mal de muitos insatisfeitos é não terem consciência do que é, ou não, possível fazer.”¹⁰⁸² Na segunda *conversa em família*, a 10 de Fevereiro de 1969, confirmava a “política de reformas” por oposição ao “culto da subversão”, bem como o propósito, que a anedota popular celebrizaria, de ser “simultaneamente da direita e da esquerda”.¹⁰⁸³ Até que, nas últimas *conversas* da *campanha*, colocou abertamente o “dilema”: “reforma ou revolução”.¹⁰⁸⁴

No primeiro número de *O Tempo e o Modo* (nº62/63) após a nomeação de MC, questionaram-se algumas personalidades¹⁰⁸⁵ sobre o que pensavam “sobre o atual momento político?” A *progressista católica* Joana Lopes respondia precisamente o seguinte: “não faltarão boas vontades para a ação imediata. Esperemos que haja também quem queira parar, não ter pressa (de quê, agora?), tirar lições. Porque há muito, muito que *pensar*, que *estudar* e que *fazer* a longo prazo. Como havia há dois meses.”¹⁰⁸⁶

Para MC qualquer transformação de fundo imediata, qualquer *precipitação* ou *concessão* formal, detonaria a perda de controlo político, condicionado e frágil desde o primeiro momento. O reverso das unânimes *expectativas* (que em política adquirem sempre

¹⁰⁸² CAETANO, Marcello, *Revolução Corporativa, Revolução Permanente: palavras pronunciadas pelo senhor presidente do conselho, professor doutor Marcello Caetano, na sua visita ao Ministério das Corporações e Previdência Social, a 6 de Novembro de 1968*, SEIT, 1968, pp.4 e 5.

¹⁰⁸³ CAETANO, Marcello, *Pelo futuro de Portugal*, Verbo, 1969, pp.87-89.

No dia 8 de Janeiro de 1980, MC continuava a defender a mesma ideia: “Eu em mais de um passo dos meus discursos expliquei que as minhas ideias participavam das ideologias da Direita (nacionalismo, autoridade, conservantismo na moral) e da Esquerda (gosto do movimento, reforma de tudo quanto seja errado ou esteja caduco, aspiração de justiça social com apoio à melhoria de condições das classes trabalhadoras através da educação, da melhor distribuição da renda nacional, de eficientes serviços públicos, etc.)” SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Correspondência com Marcello Caetano (1974-1980)*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1994, p.401.

¹⁰⁸⁴ CAETANO, Marcello, *Temos agora de votar, alocução em 24 de Outubro de 1969, através da rádio e da televisão*, SEIT, 1969, pp.10-11.

¹⁰⁸⁵ A. Alçada Baptista, Eduardo Prado Coelho, F. Pinto Balsemão, Joana Lopes, Jorge Sampaio, Luís Moita, Manuel Roque, Nuno de Bragança e Raul Rego.

¹⁰⁸⁶ Revista *O Tempo e o Modo* – revista de pensamento e acção, nº62/63, Julho/Agosto de 1968, p.641.

um valor estratégico, no sentido em que constituem elemento de *pressão* por parte dos *expectantes*) era, em S. Bento, o *tempo*. Pode escrever-se uma lei num dia, mas ganhar um coração demorará certamente mais de mil. Criar novas instituições também pode ser relativamente célere e fácil. Já criar as condições do seu sucesso e ancorá-las solidamente no meio social constitui uma tarefa extremamente exigente e, por inerência, relativamente morosa. Quatro anos, o tempo de uma legislatura, serão suficientes para erguer uma sociedade civil *mínima*?¹⁰⁸⁷ Talvez sejam suficientes para conseguir uma reforma política e económica, quando reunidas todas as condições, mas não certamente para construir Roma. Até porque o regime fora eficaz na elisão do que designou por “excesso de política” da I República. Por isso os discursos de MC das décadas de 1940 e 1950 constituíam um acontecimento¹⁰⁸⁸, não só pela (ou apesar da) dimensão ideológica, mas precisamente pela pedagogia com que se destacavam da pobreza dominante.

Dado que a intencionalidade característica do poder, definido como “capacidade de impor um querer próprio às coisas ou aos seres humanos”¹⁰⁸⁹, residia em Thomaz e nas FA, MC procurou claramente apelar ao incipiente *imaginário social* português, em busca do consentimento característico das democracias maduras. Tinha a legitimidade política formal, constitucional, mas era claramente insuficiente sem a autoridade que só a legitimação popular lhe podia conceder. Parecia assim querer canalizar as crescentes e profundas aspirações democráticas, sem a (ou antes da) construção *formal* de um sistema democrático. Ou seja,

¹⁰⁸⁷ Em 1984, Salgado Zenha sublinhava este aspeto num artigo para a revista *Plural*: “É por isso que na vida de hoje – económica, política ou cultural – os objetivos prioritários são os de médio e longo prazo. De quem escarafuncha apenas na conjuntura do imediato, a história só recordará o nome na lápide funerária. Nunca há progresso a curto prazo: todo o progresso é a médio e longo prazo.” OLIVEIRA, António Cândido, CAMOTIM, Xencora, *Francisco Salgado Zenha: textos escolhidos*, Braga, UM – Governo Civil do Distrito de Braga, 1998, pp.173-174.

¹⁰⁸⁸ AMC, cx.20, Correspondência/Carvalho, Artur de Moraes (membro da Câmara dos Deputados da Iª República, bastonário Ordem dos Advogados, monárquico): nº4 (18/07/51), nº5 (02/12/51), nº6 (06/12/51); AMC, cx.24, Correspondência/Cunha, Paulo Arsénio Veríssimo (prof. da FDUL; ministro dos Negócios Estrangeiros; Reitor da U.L.): nº12 (31/03/55), nº14 (18/10/56), nº13 (03/06/56); AMC, cx.33, Correspondência/Larroudé, Carlos (médico; prof. Da F.M.U.L.): nº1 (30/03/47); AMC, cx.35, Correspondência/Macedo, Henrique Veiga de (ministro das Corporações e Previdência Social; deputado): nº1 (s.d.); AMC, cx.37, Correspondência/Melo, Albano Homem de (subsecretário de Estado da Agricultura): nº6 (18/10/56); AMC, cx.37, Correspondência/Mendes, Adelino Lopes da Cunha (jornalista; escritor; conferencista; arquivista judicial do Tribunal da Boa Hora): nº12 (14/11/46); AMC, cx.40, Correspondência/Nemésio, Vitorino (Catedrático FLUL; escritor): nº6 (28/10/50 ou 56?); AMC, cx.40, Correspondência/Nogueira, Salvador de Sá (capitão-de-fragata; engenheiro-construtor naval; administrador-geral do porto de Lisboa): nº1 (16/07/42); AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, José Osório de (escritor; director do Diário Ilustrado): nº12 (26/10/56); AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Henrique (director-geral do Banco de Angola): nº6 (28/05/57); AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Joaquim (escritor; chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº26 (03/03/48?); AMC, cx.47, Correspondência/Rego, A. De Figueiroa (director-geral (?) dos serviços pecuários do Ministério da Economia): nº1 (25/03/50); AMC, cx.56, Correspondência/Tacla, Paulo (jornalista brasileiro): nº1 (20/11/46).

¹⁰⁸⁹ HERSCH, Jeanne, *La nature du pouvoir*, em *Le Pouvoir*, Rencontres Internationales de Genève, Neuchâtel, La Cacoñnière, 1978, p.75.

“democraticidade” sem sistema democrático. No fundo era o velho discurso orgânico-corporativo, com a diferença capital de que em 1969 seria mesmo a sério. A sua definição de legitimidade política (antiparlamentar) ia nesse sentido: “A legitimidade não resulta de o Poder ser exercido por todos os membros da sociedade política (o que regra geral conduz à demagogia) mas sim ao serviço da sociedade política considerada na sua continuidade e sem esquecer que a sobrevivência ou a mera felicidade das gerações futuras podem exigir sacrifícios das gerações presentes (*non per populum sed pro populo*).”¹⁰⁹⁰

Um caminho para o *médio prazo* teria necessariamente de ter em consideração a “luta-cooperação” que caracteriza as relações humanas, segundo a feliz expressão de François Perroux (1903-1987).¹⁰⁹¹ Autor que MC conhecia desde os anos 30¹⁰⁹² e que, segundo M. de Santos Loureiro era “um dos mais extraordinários economistas do chamado Mundo Ocidental, e cujo pensamento [exercia] notória influência em alguns círculos de informação portugueses”.¹⁰⁹³ Numa tentativa weberiana de superação da mais elementar conceção de poder, parece certo que MC procurou substituir a *violência* pela *prova de força*. As tentativas de limitação à atuação da PIDE e da Censura, de que se falará mais adiante, pareciam ir nesse sentido. Mas mais uma vez entrava a questão do tempo: a segunda tende a iniciar processos mais prolongados do que a primeira.

Esta atitude de distensão política aponta o passo seguinte da sublimação da “luta-cooperação”: o diálogo. Entendido quer como um processo em que cada interveniente corre o risco de se expor e ver a sua posição inicial totalmente desfeita, quer como confronto pacífico. É a base de todas as relações humanas (entre pessoas, grupos, organizações, instituições, estados, etc.), democráticas ou não. Para uma compreensão do processo eleitoral de 1969, de todos os seus intervenientes (do regime e das oposições) e a tentativa, da parte de MC, de *alargamento*, *abertura* ou *compromisso* para “ganhá-las bem”, será necessário ter em consideração a ética da responsabilidade. A política não admite ingenuidades.¹⁰⁹⁴ No diálogo político, como discerniu F. Perroux, “a escolha do representante de cada grupo compromete logo a aplicação das normas do diálogo: o grupo que não é composto de filósofos mas de indivíduos solidamente conscientes de interesses particulares, é levado a preferir um porta-

¹⁰⁹⁰ CAETANO, Marcello, *Manual da Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª Edição, 1967, p.254.

¹⁰⁹¹ PERROUX, François, *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p.195 e segs. (Capítulo III – *A Política e as Estratégias*).

¹⁰⁹² AMC, cx.43, Correspondência/Perroux, François (economista e professor de direito em Paris): nº1 (14/05/37).

¹⁰⁹³ Revista *O Tempo e o Modo – revista de pensamento e ação*, nº15, Abril de 1964, p.5. Neste artigo, intitulado *Reflexões sobre o progresso*, o autor cita abundantemente F. Perroux.

¹⁰⁹⁴ Ver, entre outros, BOBBIO, Norberto, *Estado, Governo, sociedade: para uma teoria geral da política*, 14ª edição, S. Paulo, Editora Paz e Terra, 2007, pp.135-166.

voz eficaz, para as condições do lugar e do momento, a um representante dócil aos imperativos da verdade e da justiça; normalmente não é encarregado de arriscar a *sua* verdade num diálogo exigente, menos ainda de arriscar a verdade do grupo que o investiu da sua confiança.”¹⁰⁹⁵ Assim sendo, quem *arriscaria* o quê?

1.1.4. Entre (o)posições: o temor de republicanos e situacionistas

Quando MC assumiu a Comissão Executiva da UN em 1947 o seu principal esforço concentrou-se na revitalização e reorganização. As expectativas situacionistas eram nulas. Como lhe disse Manuel Rebelo de Andrade, numa ironia desmotivante, esperava que “representasse uma promoção”.¹⁰⁹⁶ Claro que não representou e é impercetível o critério de quem não entende assim.¹⁰⁹⁷ O próprio expressou a angústia sentida no desempenho do cargo e a inutilidade da organização. O cenário em que teve de atuar era desolador. Joaquim Paço D’Arcos, afirmando um certo “distanciamento político”, descrevia-o:

“Neste panorama político português, dentro das fileiras da situação, o primeiro orador político que surgiu foi você. A conferência do Porto e o discurso de encerramento da Conferência da UN foram as duas únicas peças políticas, com poder de comunicabilidade, que o Estado Novo produziu desde que em Outubro de 45 [após a revisão constitucional, promulgada pela Lei nº2009 de 17 de Setembro, e nas vésperas das legislativas de Novembro] desencadeou, por inadvertência e por inépcia, forças hostis que não pôde nem soube controlar. [...] Não lhe invejo a missão. Herdou Você a chefia dum organismo que durante dúzia e meia de anos não soube impor-se ao país e que o próprio tempo desgastou. Tem por missão batalhar por uma causa que vinte anos de posse do governo tornaram inevitavelmente impopular. Contra ela erguem-se todas as quimeras que, só porque não foram ainda experimentadas, oferecem às multidões simplistas toda a sedução. A essas multidões não pode Você oferecer só o passado, a lição do passado e a manutenção do passado. Porque é da lei das coisas que os homens olham só para o futuro e que esqueçam até os ensinamentos do

¹⁰⁹⁵ PERROUX, François, *ob.cit.*, pp.203-204.

¹⁰⁹⁶ AMC, cx.15, Correspondência/Andrade, Manuel Rebelo de: nº2 (07/02/47).

¹⁰⁹⁷ Somente numa perspetiva de efémero comentário político a “baixa política” ou “politiquice” que caracterizava a UN poderá ser considerada mais relevante do que o MdC. CASTILHO, José Manuel Tavares, *Marcello Caetano: uma biografia política*, Coimbra, Almedina, 2012, p.243-247.

passado com tudo que deles colheriam. [...] Só Você se destaca com possibilidade – mas consegui-lo-á?”¹⁰⁹⁸

Não viria a conseguir. Um dos principais motivos foi apontado, inesperadamente, por um *cacique* local: “Ambiciono também muito sinceramente que V. Ex.^a tenha feito desaparecer por completo os atritos que há entre os políticos do meu distrito; mas com a franqueza que me caracteriza, quero afirmar-lhe que há-de ser muito difícil desaparecerem os referidos atritos, enquanto a política não tomar outro rumo e outra direção.”¹⁰⁹⁹ Ainda assim não deixou de tentar. O ténue impulso de mobilização para as presidenciais de 1949 decorrerá em boa parte como reação aos acontecimentos de 1945 a 1947, tais como a tentativa de golpe de estado. MC acompanhou de muito perto, com toda a informação, a “Abrilada de 1947”. O Movimento começou, segundo os autos do processo, ainda em 1943 (com influências nas FA, PSP e GNR) e visaria levar o presidente da República, alegadamente “sob pressão de ameaças ou imposições da força pública”, já que não se livraria da suspeita de apostar nos dois cavalos, a substituir o governo por “outro de carácter retintamente militar”.¹¹⁰⁰ Embora o resultado tenha sido o mesmo, esta experiência também permitirá explicar, em parte, as hesitações de Botelho Moniz entre 1958-61.¹¹⁰¹ A brutal atividade da PIDE acentuou-se em 1947, especialmente contra o PCP, na sequência de meses de manifestações, greves e lutas operárias, estudantis (em Lisboa) e artísticas (2^a Exposição Geral de Artes Plásticas, coorganizada anonimamente por subcomissão do MUD). Muitos professores e oficiais das FA foram alvo de processos e alguns mesmo demitidos. O Tarrafal justificou ainda mais o seu perverso estatuto.¹¹⁰²

¹⁰⁹⁸ AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Joaquim (escritor e chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº26 (03/03/47-48?).

¹⁰⁹⁹ AMC, cx.56, Correspondência/Tinalhas, Visconde de (dirigente da UN na Covilhã): nº1 (13/04/47).

¹¹⁰⁰ PT/TT/PS/AMC/09: Documentos diversos – AMC, Cx.3, Documentos diversos: nº1 (10/04/47). O dossier inclui os autos do processo, parecer do juiz auditor, informação do general promotor e o despacho final de acusação do ministro da Guerra, Santos Costa, de 23 de Abril de 1948, onde surgem os nomes dos acusados e dos ilibados do processo, por falta de provas. Os principais acusados foram o “vice-almirante José Mendes Cabeçadas Júnior, Francisco Fitzgerald Correia Santos, Celestino Soares, João Lopes Soares, brigadeiro Eduardo Corregedor Martins, coronel Carlos Tavares Afonso dos Santos, coronel Celso Mendes de Magalhães, brigadeiro António de Sousa Maia, brigadeiro Vasco de Carvalho e major Daniel Alexandre Sarsfield Rodrigues”. Os acusados por colaboração foram “Luiz Gonzaga Tadeu, Lúcio Tomé Feteira, dr. Ernesto Carneiro Franco e dr. Duarte Castanheira Lobo”. O general José Garcia Marques Godinho, falecido na prisão durante o processo, seria postumamente absolvido... É nesta sequência que Adriano Moreira, advogado da família Godinho, acusou Santos Costa de homicídio, o que o levaria à prisão e subsequente intervenção de MC no sentido de desentruar o problema.

¹¹⁰¹ A outra parte talvez encontre explicação na coletânea de discursos e entrevistas concedidas entre 1944 e 1945, enquanto ministro do Interior, com o sugestivo título de *Reunir, Assistir, Sanear*. MONIZ, Júlio Botelho, *Reunir, Assistir, Sanear (discursos e entrevistas)*, Lisboa, 1946.

¹¹⁰² BRITO, Nélida Maria Freire, *Tarrafal na memória dos prisioneiros (1936-1954)*, Lisboa, Dinossauro, 2006.

Enquanto presidente da Comissão Executiva, a resposta de MC ao momento de crise do regime consistiu fundamentalmente na dinamização da Ação Popular (AP).¹¹⁰³ O respetivo Conselho Orientador¹¹⁰⁴ reuniu pela primeira vez a 5 de Março de 1948 com o “espírito” carregado de “descontentamento pela maneira como funciona o Estado Novo, em alguns campos da Administração e da Governação, onde se assinalam deformações e desvios de Ação.” Desvios que, segundo o mesmo Conselho, denunciavam um “espírito rotineiro ou plutocrático, corroem a estrutura política do Estado e atingem a dignidade e o prestígio popular dos princípios”. A manifestação de propósitos continha a crítica ao “pessoalismo” para que resvalara o regime e uma atitude de “inconformismo” em defesa do “institucionalismo”: “em face das graves circunstâncias políticas presentes, a AP pretende interpor-se entre o Estado Novo e o comunismo, combatendo os erros do primeiro na medida em que o defenda do segundo.”¹¹⁰⁵ Vinte anos depois, a reorganização da UN, convertida na ANP, recuperava um pouco do espírito e até, com pouca originalidade, da forma daquele movimento.

Nas vésperas das eleições de 1949 e apesar da profissão de fé no presidente do Conselho, acentuava-se a crítica ao regime: “há desproporção e por isso desencontro psicológico, entre a nossa gente e as realizações pombalinas do Estado”; “a vida humana, nos seus direitos essenciais, cedeu à primazia do cimento. E neste aspeto pouca diferença há entre a Revolução Portuguesa que se diz de inspiração cristã e as outras, que combatemos pelas suas bases e inspirações materialistas”; “o Estado está por isso quase só”; “O mundo do trabalho está todavia separado, perigosamente separado”; “o escol intelectual e profissional, não é do Estado Novo. Não tendo encontrado solução para os seus problemas, vai procurá-la fora das constantes históricas portuguesas”.

A intenção de travar uma “luta aberta no campo político nacional” e ver adotada uma “política ativa de massas” não impediu o fracasso da AP: “A vinte e dois anos do 28 de Maio e para um ato eleitoral, a UN, vê-se coagida, certamente por necessidades prementes e de outra maneira invencíveis, a ressuscitar os velhos deuses míticos, como a reerguer todos os caciques prostrados, como condição de vitória contra os inimigos do estado. [...] Em certo

¹¹⁰³ AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Cássio Aires da (Eng.º): nº1 (17/06/48): “Cumprimento e felicito V. Ex.ª pelo brilhante artigo publicado no “Diário de Notícias” de 15 do mês corrente. Nele tudo está certo: a doutrina, a clareza, a concisão.”

¹¹⁰⁴ Constituído por Penha Garcia, Quartim Graça, Mendes Barbosa, Silva Cunha, Alberto de Sousa, Teixeira de Sousa, Humberto da Cruz, Maximiano Alves, Gastão de Mello e Mattos, Pedro de Guimarães, Simão Gonçalves e Mário de Oliveira.

¹¹⁰⁵ PT/TT/PS/AMC/UN: União Nacional – AMC, cx.3, União Nacional: nº3 (05/03/48).

sentido, é quase uma desonra.”¹¹⁰⁶ Apesar da derrota política que representou, a AP teve o mérito de demarcar definitivamente posições no seio do regime, quando a sua simples existência levantou “dúvidas” e a “reação de certos circunstantes”, atraindo “suspeitosas exigências de atividade” e a acusação de, nas vésperas das eleições contra Norton de Matos, “contribuir direta ou indiretamente para a divisão dos partidários do Estado Novo.”¹¹⁰⁷

Por mais que MC combatesse com determinação posições contrárias ao regime¹¹⁰⁸ a desconfiança que se instalou em relação a ele nos mais obscuros meandros do regime irritavam-no e obrigavam-no a defender-se permanentemente. Em 1952, reagia assim a um artigo provocador de Artur Maciel: “Recebi a sua carta de 14 e o folheto que a acompanhava. Li uma e outro e ambos me fizeram sorrir. Fez-me sorrir na carta o contraste entre os protestos da sua amizade e algumas frechas envenenadas do folheto – como o «temor» dos republicanos de me verem nas suas fileiras ~~ou a insinuação das minhas ambições à presidência do Conselho...~~ [sic] Como me fez sorrir no folheto a ingenuidade com que você supõe necessidades minhas ou dificuldades insolúveis [...]. Sorri novamente, encolhi os ombros e pensei de mim para comigo: “isto é Maciel por uma pena!” Uma coisa há no folheto que merece o meu inteiro aplauso: a divisa que escolheu para a capa. Acho muito bem que estude tudo. E verá que quando tiver estudado tudo, não nos dividiremos em nada.”¹¹⁰⁹

Os situacionistas não tinham, naturalmente, o exclusivo provocatório. O republicano Rocha Martins recebia em Março de 1948, precisamente quando se realizava em Genebra a Conferência da Liberdade de Imprensa e Informação (em que Portugal participou), um longo artigo seu para o *República*, intitulado “Qual é o caminho da liberdade?”, mutilado pela

¹¹⁰⁶ PT/TT/PS/AMC/UN: União Nacional – AMC, cx.3, União Nacional: nº5 (1949).

¹¹⁰⁷ PT/TT/PS/AMC/UN: União Nacional – AMC, cx.3, União Nacional: nº5 (1949).

¹¹⁰⁸ AMC, cx.57, Correspondência/Vieira, Eurico Colares (economista; editor de “Revista de Economia”): nº1 (15/04/48). O autor reage a acusação, por parte de MC, de “falta de personalidade e de dignidade”, por participar em revista com adversários políticos e por ter, supostamente, as mesmas ideias, do “Prof. Bento Caraça”. Explica-se e exorta MC a não misturar os campos científico e político.

Em 1957, Trigo de Negreiros associou maliciosamente António Sérgio a José de Azeredo Perdigão e à Fundação Gulbenkian, ao enviar a MC uma informação com extractos de um documento que António Sérgio, em nome dos “democratas portugueses”, pretendia entregar à Rainha de Inglaterra, prestes a visitar o país. J. de Azeredo Perdigão sentiu necessidade de se explicar a MC: “Quando me deu a honra e o prazer de me receber pela última vez, referiu-me que alguns patriotas exaltados – o qualificativo é exclusivamente meu – me haviam acusado de eu ter entregue a direcção dos assuntos intelectuais da Fundação Calouste Gulbenkian ao Dr. António Sérgio, facto este que poderia traduzir, por parte de quem dirige a Fundação, o propósito de a colocar ao serviço da causa da chamada democracia.” Perdigão desmentiu categoricamente a acusação, baseada no facto de a Fundação ter patrocinado um número especial, de conteúdo meramente científico, da Seara Nova. AMC, cx.40, Correspondência/Negreiros, Joaquim Trigo de (subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social; subsecretário de Estado da Assistência Social; ministro do Interior; presidente do Supremo Tribunal Administrativo): nº16 – Anexo 1 (18/01/57); AMC, cx.42, Correspondência/Perdigão, José de Azeredo (presidente da Fundação Calouste Gulbenkian): nº1 (06/02/57).

¹¹⁰⁹ AMC, cx.35, Correspondência/Maciel, Artur Santiago M. da Costa (escritor e jornalista): nº2 (rascunho da resposta de MC a carta do autor de 14/02/52).

Censura “de azul, que mais parecia espancado do que revisto.”¹¹¹⁰ O artigo, que fez questão de enviar a MC, versava sobre o “abismo”, segundo o autor, que separava o MC da “Ordem Nova” de há vinte anos e o “professor de direito” de então. Com uma escrita viva e humorada, repleto de sarcasmo e ironia, o texto constituiria uma das maiores provações públicas a MC. Este respondeu de imediato: “A matéria do artigo prestar-se-ia a longas considerações. Fui de facto antiliberal (e não me arrependo) no tempo em que a “liberdade” representava o desrespeito sistemático por tudo quanto correspondia ao sentimento profundo do país e à sua evolução tradicional. Lembro-me do tempo em que lia, sempre com emoção, os artigos de V. Ex.^a não sei já se no velho *Diário Nacional* se na não menos velha *Restauração*: tem V. Ex.^a alguma responsabilidade nas minhas atitudes passadas! [...] No dia em que vi que esse estado de coisas ia a passado, comecei, no próprio momento em que os liberais estavam silenciosos, a chamar a atenção dos meus reduzidos ouvintes para a necessidade de defender a liberdade individual contra as ameaças do totalitarismo e nomeadamente do comunismo.”¹¹¹¹ Rocha Martins reafirmou, numa extensa e firme exposição histórico-política, que “nós democratas, não somos comunistas”. Mas ficava a questão: qual seria a expressividade do “anticomunismo” fora do Estado Novo? Rocha M. realçou ainda que os governos republicanos nunca reconheceram a Rússia bolchevique e que o Estado Novo só tinha “perdurado pelo ambiente externo”.¹¹¹²

Todavia, o oportunismo que o poder sempre atrai e que neste caso incluiria, entre outros, os “fascistas” do regime¹¹¹³, os que pretenderiam mergulhar no “abismo dum totalitarismo de Estado em que [imperasse] apenas a prepotência de chefes onnipresentes”,¹¹¹⁴ a “teia do habitual” e o “horizonte dado pela «burocracia política» e pelos

¹¹¹⁰ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rocha (historiador e jornalista do “República”): nº1 e nº1 – anexo 1 (23/03/48).

¹¹¹¹ “As chamadas liberdades políticas são na verdade meros meios destinados a proteger a liberdade individual (de viver, de possuir, de contratar, de trabalhar...) se através delas vamos permitir (como acontece nos países parlamentares onde os partidos comunistas são forças de governo e como aconteceu na Alemanha quando o sufrágio universal levou Hitler ao poder) que venha a ser comprometido o essencial da própria liberdade – é evidente que os meios não estão adequados aos fins. Parece-me pois ser tempo de os liberais clássicos reverem as suas ideias, sem apelar para a Carta das Nações Unidas que um dos principais signatários tem escarnecido impunemente, com aplauso de certos partidários da liberdade. Aqui tem V. Ex.^a em duas palavras a explicação da minha atitude. Defensor da liberdade, inconformado com os atropelos aos direitos individuais fundamentais que partam de amigos ou de adversários – mas não tão ingénuo que à sombra da liberdade vá contribuir para o aniquilamento do que dela resta neste pobre mundo onde vivemos – com pena de ambos não vivermos noutra época mais feliz...” AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rocha (historiador e jornalista do “República”): nº2 (23/03/48).

¹¹¹² AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rocha (historiador e jornalista do “República”): nº3 (24/03/1948).

¹¹¹³ AMC, cx.26, Correspondência/Ferreira, Manuel Homem (deputado por Aveiro entre 1957-65 e 1969-74, um declarado marcelista): nº1 (06/47).

¹¹¹⁴ AMC, cx.35, Correspondência/Machado, Alberto de Sousa (tenente-coronel do Batalhão de Caçadores nº4): nº1 (25/03/?).

«notáveis», que aí é que está o terreno e a fonte da própria política”,¹¹¹⁵ constituir-se-ia no primeiro inimigo para MC. Ramiro Machado Valadão, histórico presidente da RTP e ódio de estimação de um dos principais organizadores da campanha de MC, J. Rodrigues Tavares, oferece-se como exemplo.

O manuscrito de Valadão, datado de Novembro de 1947, explica modelarmente o boicote interno à AP e à tendência incarnada por MC. Considerando cinicamente que aquele ficara “muito bem” na UN¹¹¹⁶, aprestou-se a destruir a AP e a apelar à manutenção da “velha” UN: “Permita-me V. Ex.^a dizer-lhe que todas as possibilidades visando o futuro [“tipo AP”] têm, por definição, o maior interesse mas que, neste momento, existe um grave problema político. Quer dizer que tem de haver uma organização destinada a atentar, e com que cuidado, no presente. Essa tarefa difícilima [...] creio, poderá ser feita na carcomida UN”. Aconselhou MC a convocar um congresso rapidamente e a “tomar conta do «Diário da Manhã» que, afinal, é o órgão da UN e sempre esta ordem formal impressionou o espírito do Presidente do Conselho”. Propôs também a criação de outro jornal oficioso, “que deveria chamar-se «Terra Livre», «Homens Livres» ou qualquer coisa no género”, e a “transformação da Emissora Nacional”, para cuja direção sugeriu António Ferro, “a pessoa mais controlável do mundo”.¹¹¹⁷ Prosseguiu ainda Valadão: “ao mesmo tempo que tudo isto se ia realizando e que a UN iria desempenhando a sua natural tarefa de agência de empregos pois é, pese o efeito, um sentido no poder e a política é a política, V. Ex.^a visitaria todas as capitais do distrito onde estabeleceria contactos e realizaria sessões de propaganda, quer dizer, de sacudidela política. [...] Nada disto invalida – até talvez fortaleça – a possibilidade de AP e até poderá prevenir as consequências do seu fracasso, se ele vier a dar-se.”¹¹¹⁸ No que dependesse do autor, tudo faria para que isso acontecesse.

¹¹¹⁵ AMC, cx.26, Correspondência/Figueira, Francisco Alberto Correia (Governo Civil de Setúbal): nº1 – anexo 1 (29/11/48).

¹¹¹⁶ “Fê-lo por amizade e lealdade pessoais para com o dr. Salazar e ainda por obediência e disciplina políticas ao Presidente do Conselho. Mas a sua atitude nem por isso deixa de representar uma condescendência para com lamentáveis condicionalismo que o Presidente do Conselho não teve, neste momento, possibilidade de resolver. Daí ir V. Ex.^a aturar uma tarefa que considera inútil ou até prejudicial”. AMC, cx.57, Correspondência/Valadão, Ramiro Machado (deputado, presidente da Junta Nacional dos Resinosos, presidente da Radiotelevisão Portuguesa): nº2 (01/11/47).

¹¹¹⁷ Figura a caminhar, a passos largos, para a marginalização política, cujos momentos públicos quase se resumiam então às exposições anuais da falida “política do espírito”. FERRO, António, *Catorze anos de política do espírito – apontamentos para uma exposição no S.N.I. (Palácio Foz em Janeiro de 1948)* – catálogo; *Política do espírito – apontamentos para uma exposição*, discurso do secretário nacional da informação, no acto inaugural da Exposição «14 anos de política do espírito», no Palácio Foz, 14 de Janeiro de 1948, Edições SNI, Lisboa, 1948.

¹¹¹⁸ AMC, cx.57, Correspondência/Valadão, Ramiro Machado (deputado, presidente da Junta Nacional dos Resinosos, presidente da Radiotelevisão Portuguesa): nº2 (01/11/47).

Apesar de não existir prova de resposta de MC, não será difícil perceber a distância que o separava desta visão,¹¹¹⁹ embora até pudesse concordar com o receio profundo alegado pelo autor: “evitar a Portugal os perigos duma ditadura militar ou duma arrancada da oposição.” Seria esta UN, com mais vinte anos de “vícios” e “hábitos”, que os marcelistas também teriam de “enfrentar” em 1968-69. Para alguns desiludidos, como o antigo integralista Pequito Rebelo, a “corrupção” da UN e do regime era a melhor amiga dos antigos republicanos. A uma semana do ato eleitoral, desabafava: “Posso acrescentar para si que é triste que este regime, depois de ter andado a enganar há tanto tempo o ingénuo monárquico com esperanças vagas, ao mesmo tempo que impedia praticamente a preparação da restauração, agora dá de si... a restauração do partido democrático.”¹¹²⁰

Por outro lado, ou precisamente do outro lado, a oposição acusava os mesmos problemas do regime, no que mais parecia uma competição pelo “erro”. Como dizia um quase anónimo advogado do Funchal dois dias depois da *habitual* ida às urnas, “parece mesmo que a Oposição lidara no empenho de contribuir para a estrondosa vitória de Carmona empurrando para o lado governamental todos os católicos.”¹¹²¹ MC estava muito bem informado das movimentações internas no seio do MUD e do MUNAF. Pouco tempo antes de Norton de Matos apresentar o seu leque de apoios¹¹²² e anunciar, com menor espetacularidade do que faria em 1958 Humberto Delgado, que não pensava noutra coisa senão em fazer “desaparecer para sempre do [seu] país” o presidente do Conselho, MC recebia detalhado relatório com “informações de origem vária”. Este destacava a “crescente influência dos comunistas no MUD e no MUNAF e o desenvolvimento das circunstâncias internacionais”, que teriam afastado “daquele agrupamento muita gente.” Particularmente no Norte, “a generalidade dos «velhos» passou a apoiar, ainda que discretamente, a situação. Desconhecer isto é quebrar um estado de espírito de interesse político pois tudo e todos têm interesse na política total do nosso tempo.”¹¹²³ A radicalização extrema de posições parecia a única estratégia válida para a ditadura, na esperança nunca abandonada de que o fantasma comunista a tornasse suportável.

¹¹¹⁹ Como fica expresso na correspondência com os mais próximos: AMC, cx.39, Correspondência/Montemor, Nuno de: nº68 (24/06/49).

¹¹²⁰ AMC, cx.47, Correspondência/Rebelo, José Adriano Pequito (advogado; escritor integralista; político): nº2 (06/02/49).

¹¹²¹ AMC, cx.28, Correspondência/Gomes, Álvaro Reis (advogado do Funchal): nº1 (15/02/49).

¹¹²² “Homens de diversas crenças religiosas, monárquicos de vários matizes, republicanos de diversos partidos, conservadores, liberais, socialistas e os mais recentes na nossa vida política – os comunistas.” ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar – biografia da ditadura*, Edições Avante, Lisboa, 1999, p.414.

¹¹²³ AMC, cx.57, Correspondência/Valadão, Ramiro Machado (deputado, presidente da Junta Nacional dos Resinosos, presidente da Radiotelevisão Portuguesa): nº4 (05/48).

Como que a corroborar a afirmação de Pequito Rebelo, o autor destacava que “muitos dos que se afastaram do MUD regressaram às suas formações políticas anteriores quer se limitem a encaixilhar o retrato do Afonso Costa quer indo um bocado mais além.”¹¹²⁴ Estes últimos, os que queriam ir mais além, estariam a autonomizar-se para criar “uma frente comum” que incluísse elementos da esquerda e da direita (“católicos e monárquicos dissidentes”), colocando-se apenas, segundo o autor, o problema da inclusão dos comunistas. Os objetivos de ação dos vários “tipos de oposicionistas” seriam “o militar” e a organização de “redes”. Os dois principais problemas seriam “o julgamento dos implicados no 10 de Abril” (estariam então convencidos de que não daria em nada) e “a eleição presidencial”. Entre os nomes que ainda circulariam em Maio de 1948, destacavam-se o de Jorge Botelho Moniz, Vicente de Freitas e Costa Ferreira (também ministro no pós 28 de Maio). O candidato Norton de Matos, “ateu e maçom” e o que “os comunistas quiseram”, reuniria o maior consenso, apesar das reticências de católicos e monárquicos. O que parecia já então certo, fosse por informação ou convicção, era o “desejo da oposição apresentar um candidato à Presidência ainda que não pense ir às eleições.” Bastar-lhes-ia, segundo o relato, “a perturbação causada pelo nome que aceitar a candidatura e as reclamações que poderão fazer”.¹¹²⁵ A oito meses das eleições, as fragilidades e previsibilidade dum e doutro lado eram evidentes.

A realidade mudaria muito em duas décadas, mas aos olhos de MC tanto o regime (UN) como as oposições (observadas, segundo vimos, pelo *modelo* italiano) mudariam muito pouco. A perspectiva em sentido contrário também não seria muito diferente, numa espécie de requesto político ou dança de atritos em sapatos de lótus.

1.1.5. *Consciência nacional*

O excesso de *valores e princípios* que caracterizou os nacionalismos contemporâneos até à II Guerra Mundial, de que o português não seria exceção, consubstanciava uma

¹¹²⁴ Curiosamente, durante os anos 50, MC fora o promotor da iniciativa de quotização entre os professores da FDUL para mandar pintar o retrato de Afonso Costa que se encontra hoje na sala do Conselho Científico dessa faculdade.

¹¹²⁵ AMC, cx.57, Correspondência/Valadão, Ramiro Machado (deputado, presidente da Junta Nacional dos Resinosos, presidente da Radiotevisão Portuguesa): n°4 (05/48).

enormíssima dificuldade. Apesar da particularidade que caracterizava o discurso do antecessor de MC, quer dizer, a ausência quase total da irracionalidade que dominava o(s) discurso(s) nacionalista(s) nessa Europa centrada no eixo nazi-fascista, a fusão ideológica entre nacionalismo e consciência nacional causara um problema de difícil superação. MC deve ter percebido o perigo potencial que se estava a gerar quando alertava, nos auspícios da Constituição de 1933, contra o “nacionalismo exacerbado”. Mas confiaria demasiado no “brando” racionalismo catedrático do chefe e na falsa inocência da versão portuguesa do culto de personalidade e demais manifestações da “grandeza nacional”.

Esta distinção conceptual é fundamental.¹¹²⁶ Enquanto ideólogo do Estado Novo, MC explorou este tema nos trabalhos de cariz histórico ou historiográfico.¹¹²⁷ O Estado Novo concebido como regime capaz de reconciliar o presente e o futuro com a *consciência* histórica do passado. Porém, em 1968 atingira-se um ponto de máxima exaustão *nacionalista*. Porém, como notou Isaiah Berlin, “nenhum movimento político [...] se afigura capaz de ser bem-sucedido a não ser que apele para o sentimento nacional.”¹¹²⁸ Não faltam exemplos nas últimas décadas que corroborem a afirmação, desde logo na Europa, dos Balcãs a aquém Pirenéus. Repare-se até na recente reconversão discursiva do PCP e congéneres europeus, ao assumirem uma política “patriótica e de esquerda”. Mas em 1968, o problema parecia insolúvel: como mobilizar um elemento que se esgotara?

Um ano antes do discurso de 27 de Setembro de 1970¹¹²⁹, no qual se considera fundamentadamente que MC operou a “desmontagem do paradigma colonial salazarista, do ideário até aí legitimador da defesa das colónias e da guerra” e criou as “condições

¹¹²⁶ Ver, entre outros, o ensaio *Nacionalismo* de BERLIN, Isaiah, em *A apoteose da vontade romântica*, Bizâncio, Leviaã – biblioteca de ciência política, Lisboa, 1999, pp.357-380.

¹¹²⁷ *A antiga organização dos mesteres da Cidade de Lisboa*, 1942; *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*, 1951; *As Cortes de 1385*, 1951; *Das Fundações*, 1962; *Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas*, 1963; *Os Forais de Évora*, Conferência, 1967; *História do Direito Português (1140-1495)*, 1º volume, Editorial Verbo, 1981.

¹¹²⁸ BERLIN, Isaiah, *A apoteose da vontade romântica*, Bizâncio, Leviaã – biblioteca de ciência política, Lisboa, 1999, p.380.

¹¹²⁹ CAETANO, Marcello, *Portugal é de Nós Todos, Nós Todos Somos Portugal*, discurso proferido perante as comissões distritais da ANP, no Palácio da Foz, SEIT, 27 de Setembro de 1970. Discurso onde clarifica os motivos pelos quais “não” se defende o ultramar: não “para cumprir um destino histórico” (“se estivesse em causa a História eu não teria uma posição tão firme como tenho, porque a História está-se a fazer todos os dias”); não “permaneceremos no Ultramar para defender o Ocidente” (“se apenas estivesse em causa a defesa do Ocidente, eu não teria uma posição tão firme como tenho, porque não é nossa obrigação sustentar sozinhos uma causa que toca a tantos países e a tantos homens”); não “para zelar por interesses económicos de quem quer que fosse” (“os grandes interesses se defendem muito bem por si sós”); não porque “a sua perda implicaria a perda da independência de Portugal” (porque “com pouco ou muito território, Portugal subsistirá. Porque Portugal não é quantidade, não é espaço, não é terra – é uma maneira de ser”).

ideológicas para a liquidação política da questão colonial”,¹¹³⁰ e a vinte dias do ato eleitoral, MC afirmou “nunca” ter professado “a opinião de que Portugal, privado do Ultramar, estivesse condenado à perda da independência.”¹¹³¹ Semelhante declaração, da maior importância tanto pelo significado como pela determinação revelada no *timing* (cerimónia de demissão de Franco Nogueira), constituiu o preâmbulo daquele outro discurso e dos que se seguiriam. Representa precisamente a tentativa de MC desvincular a *consciência nacional* do gasto *nacionalismo* que F. Nogueira continuaria a consubstanciar.

A reconversão ideológico-semântica operada pelo regime no início da década,¹¹³² na qual MC também participou, fora em si mesma uma tentativa de descompressão e limitação de danos, mas não a ruptura que MC anunciava em 1969. O próprio discurso ideológico dos movimentos independentistas revela o mesmo cuidado. Veja-se o caso de Amílcar Cabral. Refém do discurso marxista-leninista, de Frantz Fanon e do conceito de “negritude”, Cabral também percebeu que o apelo a um nacionalismo africano (inexistente?) operado na língua de Camões faria pouco sentido¹¹³³: “Na nossa mobilização evitámos tudo o que possa ser generalidade, frases feitas. É um dos aspetos que consideramos muito importante, no nosso caso concreto, porque partimos da realidade concreta do povo. [...] É por isso que o problema do «regresso às fontes» ou do «renascimento cultural» não se põe, nem teria razão de se pôr, para as massas populares: porque elas são portadoras de cultura e, ao mesmo tempo, a única entidade verdadeiramente capaz de preservar e de criar a cultura, de fazer história.” Ou seja, segundo Cabral, “a luta de libertação [era], acima de tudo, um ato de cultura.”¹¹³⁴

No extenso relatório que MC recebeu de Baltazar Rebelo de Sousa sobre a situação africana em 18 de Dezembro de 1968, focava-se precisamente a “inexistência de uma consciência nacional [...]”; a falta de estruturas adequadas e de quadros capazes; o abandono a que estão votadas as populações de cor, quanto à sua conquista para a causa de Portugal, e a descrença que começa a apoderar-se das populações brancas, a que se juntam as atitudes

¹¹³⁰ ROSAS, Fernando, *O Marcelismo e a Crise Final do Estado Novo*, em *I Curso Livre de História de História Contemporânea, Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Ed. Colibri/Fundação Mário Soares/I.H.C., Lisboa, 1998, p.18.

Análise inspirada em Mário Soares: *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Arcádia, Lisboa, 1974, pp.676-677.

¹¹³¹ CAETANO, Marcello, *Portugal não Pode Ceder*, discurso pronunciado no Palácio das Necessidades, em 6 de Outubro de 1969, SEIT, p.8.

¹¹³² Ver, entre outros, RAMOS, Rui, “*O Império que nunca existiu*” – *a Cultura da descolonização em Portugal, C.1960-C.1980*, em *Revista de História das Ideias*, Vol. 28, Coimbra, 2007, pp.429-478.

¹¹³³ Amílcar reconhecia a importância da língua portuguesa – “é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram” – e defendia a sua manutenção – “se queremos levar para a frente o nosso povo, para avançarmos na ciência, durante muito tempo, teremos de utilizar o português”. CABRAL, Amílcar, *Textos políticos*, PAIGC, s.d., pp.11-12.

¹¹³⁴ CABRAL, Amílcar, *Textos Políticos*, CEC, Porto, s.d., pp.20 e 34.

destas para com aquelas; são fatores que, ao integrarem as linhas-de-força da nossa resposta, estão na base daquela gravidade.” A viagem de MC a África em Abril de 1969, para além da óbvia motivação propagandística, foi a tentativa de “mobilização integral” de que falava Rebelo de Sousa¹¹³⁵ para ganhar a “consciência” e o tão precioso tempo: “continuamos a desperdiçar o tempo, de que tanto necessitamos, e a malbaratar as nossas possibilidades, que tão limitadas são. Extinguir-se-ão estas de todo quando nos forem impostas as sanções económicas [...]. Alcançá-la-emos [a vitória] se tivermos tempo. Daí, um novo imperativo: ganhá-lo.” Missão que, segundo Rebelo de Sousa, caberia em primeiro lugar às FA, “ao preço de todos os sacrifícios”.¹¹³⁶

A viagem a África, depois da ida a Washington, foi, certamente, uma sementeira e colheita de “ilusões”.¹¹³⁷ Sem as quais a política parece não saber viver. No entanto, Baltazar Rebelo de Sousa escrevia-lhe a 21 de Abril: “Mas valeu a pena! Que coisa extraordinária a que assistimos! Movimento de alegre e sentida adesão a V. Ex.^a por parte de todo o Ultramar, como nós sabíamos que havia de acontecer, por ser bem vivida, nos que, mesmo assim excedeu a expectativa.”¹¹³⁸

MC ambicionava uma “mobilização integral”, sem a qual nenhuma solução era possível, e o espaço político que lhe permitisse enfrentar o *status quo*, que cedo se manifestara em iniciativas como o relatório aparentemente não solicitado ao major Silva País, diretor da PIDE. Uma semana antes de Rebelo de Sousa, Silva Pais reportava (em carta “pessoal”, mas muito formal – “os meus respetos”) a situação no norte e centro de Moçambique. Concluiu, após conversar com os “comandos militares, governadores, comando-chefe e outros”, que a adesão à nova “política do governo da Nação” era de concordância “praticamente total”, “especialmente com a orientação de dar maior conhecimento, ao País, dos problemas correntes e a maior facilidade da sua apreciação.” Essa seria também a “opinião dos militares,

¹¹³⁵ SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa – fotobiografia*, p.267.

¹¹³⁶ PT/TT/PS/AMC/PC-ULT/01: Relatórios, notas e correspondência: AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº2 (18/12/68).

¹¹³⁷ ANTUNES, José Freire, *Nixon e Caetano*, p.85; CASTILHO, José Manuel Tavares, *Marcello Caetano: uma biografia política*, Coimbra, Almedina, 2012, pp.478-483.

¹¹³⁸ AMC, cx.55, Corresp./Sousa, Baltazar Leite Rebelo de: nº 36 (21/04/69). No seguimento:

“Todos lhe quiseram dizer como compreendem as dificuldades da sucessão do dr. Salazar, como estão gratos por ter aceite tão espinhosa missão, como estão esperançados e confiantes no rumo que há-de seguir! E a simpatia irradiante que espalhou a rodos, e o confiante sorriso que nos deixou – são um estímulo e um elo que não mais deixarão de se sentir. Quero agradecer-lhe, Senhor Presidente e Querido Amigo, tudo: presença, espírito de sacrifício, compreensão, generosidade, gestos e palavras de que todos beneficiamos, e eu e a Maria das Neves especialmente. Aqui ficamos a rezar por si. Deus bem sabe como são fervorosas as nossas orações, como é clamorosa e unânime esta vontade colectiva que violentaria o próprio Deus, como dizia Vieira. Vamos continuar, agora, iluminados por esta força nova que aqui nos deixou.”

mesmo de categoria elevada.”¹¹³⁹ Mas precisaria MC da PIDE para conhecer a posição dos militares? Segundo parece não, mas o diretor da PIDE assim pretendia. Nas vésperas da viagem, o chefe do Gabinete Militar do Comando-chefe de Moçambique, saudava a audácia com tão poucos meses à frente do governo: “As populações que aqui labutam e os soldados que as defendem e nestas terras lutam pela defesa da Pátria, são profundamente sensíveis ao vosso generoso gesto”.¹¹⁴⁰

Os discursos de MC em África e à chegada a Lisboa são já de pré-campanha.¹¹⁴¹ Resultado do contacto com as “massas” que tanto ambicionava. O major Silva Pais avisara-o: “alguns elementos civis, poucos, mostram receio dos demoliberais, de que consigam alterar a calma corrente da política.”¹¹⁴² Mas seria precisamente isso que MC pretendia. Necessitava desse “bálsamo” popular, por mais ilusório que fosse (ou talvez mesmo por ser ilusório), para se libertar da tutela das estruturas do regime que governava e chamar sangue novo. A 10 de Maio transmitia-lhe um dos seus homens de campanha: “Não deverá iludir-se a verificação de que o êxito memorável da sua viagem ao Ultramar, se pode ter concorrido para alicerçar uma ação futura, não deixou de irritar a extrema direita que, graças ao mérito político das suas afirmações em Angola, viu fugir argumentos de possível crítica – e de inquietar as ditas esquerdas, tanto pela popularidade conquistada, e até pelo sentido progressivo das afirmações de Moçambique, quanto por não ter deixado de firmar uma linha de saliente portuguesismo.”¹¹⁴³ No dia seguinte ao aviso, a 11 de Maio, MC prestava-se publicamente a um inusitado ato de vassalagem a Thomaz.¹¹⁴⁴ Não se dava sequer tempo de saborear a “feliz” impressão que trouxera de África.¹¹⁴⁵

¹¹³⁹ AMC, cx.45, Correspondência/Política Internacional e de Defesa do Estado: nº1 (12/12/68).

¹¹⁴⁰ AMC, cx.17, Correspondência/Beça, André da Fonseca Pinto (brigadeiro, chefe do Gabinete Militar do Comando-chefe de Moçambique): nº1 – anexo 1 (07/04/69).

¹¹⁴¹ CAETANO, Marcello, *Somos todos portugueses iguais à face da pátria e iguais à face da lei*, discursos pronunciados durante a viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969, SEIT, 1969; *Não venho fatigado: venho com a alma em festa*, mensagem dirigida à nação, no aeroporto de Lisboa, em 21 de Abril de 1969, dia do regresso da viagem ao Ultramar, em *Pelo futuro de Portugal*, Verbo, 1969, pp.141-145.

¹¹⁴² AMC, cx.45, Correspondência/Política Internacional e de Defesa do Estado: nº1 (12/12/68).

¹¹⁴³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº11—anexo 4 (10/05/69).

¹¹⁴⁴ “Quero, em primeiro lugar, associar-me às homenagens que justamente têm sido hoje prestadas a Vossa Excelência. Elas seriam sempre devidas ao Chefe do Estado, símbolo da nossa unidade, da independência nacional, da soberania portuguesa. Onde está o Presidente da República está o povo português. [...] Respeitar o Chefe do Estado é respeitar tudo o que ele representa como imagem viva e expressão tangível. Respeitar o Chefe do Estado é venerar Portugal. Mas se o cargo é tão nobre, se as funções por si só suscitam tamanho acatamento e tão grande devoção, não pode ser indiferente a pessoa que o ostenta. E Vossa Excelência, Senhor Almirante Américo Thomaz, pela bondade e afabilidade para com todos, pelo incansável espírito de bem servir, pela consciência plena das responsabilidades, tem-se mostrado sempre à altura do lugar, compondo a figura querida à compreensão e ao sentimento populares. Ao dever cívico gostosamente cumprido por todos os bons portugueses de honrar o Chefe do Estado, junta-se assim para todos nós o prazer de saudar o homem digno que tão

Dez dias depois foi ao Porto e seguiu novamente à risca os conselhos do seu colaborador de campanha.¹¹⁴⁶ Apresentou pela primeira vez a evolução conceptual do corporativismo (de “justiça social”): o novo “Estado Social” (“mas não socialista”). Procurou também ganhar as FA: “São sacrifícios reais que o Governo não pode ignorar e a que não pode ficar indiferente. Espero, dentro de pouco tempo, resolver alguns dos problemas [...] cuja solução está ao alcance do tesouro público e das faculdades do legislador. Tenho consciência de que o Governo cumpre desse modo um dever de justiça para com as Forças Armadas, ao mesmo tempo que tomará providências para melhorar a orgânica da defesa nacional, tanto nos órgãos centrais, como nos teatros de operações a fim de tornar mais eficiente a ação militar. Oxalá estas medidas resultantes da visita do Chefe do Governo ao Ultramar correspondam nos seus efeitos às intenções que as ditam.”¹¹⁴⁷

A reação foi imediata: “Depois do Ultramar – o Porto! Poucos dias após o Congresso de Aveiro [autorizado pelo governo], que não convém de nenhum modo menorizar, haverá tido uma expressiva resposta dos portugueses nesta jornada de valor inapreciável. [...] Oposicionistas de todos os quadrantes e os que se dizem seus adeptos (são agora tantos e tão fervorosos...) não põem em dúvida que a reação do Norte revestiu um sentido de espetacular referendo, altamente significativo pela sua expressão numérica e pelo calor de espontaneidade.”

Da parte das FA (coronel Nave¹¹⁴⁸) vinha o seguinte *feedback*: “A tropa está com ele [MC], pode crer. [...] Falei com coronéis no comando de várias unidades, com tenentes-coronéis, majores, capitães e até generais e todos estão radiantes, tanto com o reconhecimento público do nosso esforço... quanto pela promessa de atualização das condições materiais da

admiravelmente tem exercido as delicadas funções da Presidência da república.” CAETANO, Marcello, *Louvada seja a terra, louvada seja a água*, discurso proferido na inauguração da obra de rega dos campos do mira, em 11 de Maio de 1969, SEIT, 1969, pp.3-4.

¹¹⁴⁵ SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa – fotobiografia*, p.266.

¹¹⁴⁶ “Quanto às Forças Armadas, aguardo confiadamente as palavrinhas que não deixará por certo de lhes dirigir na próxima conversa em família. Admito que, além do tema “sacrifícios” conviria aflorar já o do resultado do esforço no fomento do Ultramar, dada a utilização de elementos das Forças Armadas em múltiplas atividades económicas e sociais.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº11—anexo 4 (10/05/69).

¹¹⁴⁷ CAETANO, Marcello, *Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a pátria*, discursos proferidos, em Maio de 1969, na cidade do Porto, SEIT, p.28.

¹¹⁴⁸ “O meu contacto com o Chefe dos Serviços de Informação das Forças Armadas, Coronel Almeida Nave – homem muito inteligente e empreendedor, cheio de ideias, boas intenções, e gozando da confiança do General Deslandes – permitiu-me uma conquista que espero dê frutos em breve.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº11 – anexo 2 (10/05/69).

nossa vida.”¹¹⁴⁹ Dias depois, a 25 de Junho, saía o Decreto nº49 077 a atualizar a tabela de abono de ajudas de custo aos militares do Exército, da Armada e da Força Aérea em missões não diplomáticas no estrangeiro e nas províncias ultramarinas. Até aí, MC havia já publicado o Decreto-lei nº48 727 (de 4 de Dezembro de 1968), que unificava os vencimentos dos militares do mesmo posto quando em comissão de serviço no Ultramar, o Decreto-lei nº48834 (16 de Janeiro de 1969), que atualizava o regime de vencimentos e gratificações do comandante-chefe de Moçambique. Procedera igualmente à atualização das ajudas de custo dos oficiais da Armada, agentes da PIDE, PSP e GNR¹¹⁵⁰, e concedeu facilidades aos sargentos e furriéis milicianos no preenchimento dos quadros administrativos no ultramar.¹¹⁵¹

No dia 4 de Agosto de 1973, Kaúlza de Arriaga, que só “não o fizera antes” por ser “titular do cargo” (que deixou a 31 de Julho), escrevia a MC para lhe dizer que o vencimento do comandante-chefe era “irrisório”, “desprestigiante e iníquo”.¹¹⁵² A 11 de Setembro de 1973 seria nomeado para o cargo de administrador por parte do Estado na Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos – ANGOL.¹¹⁵³ Mais de um ano antes, também Spínola teve uma atitude algo incongruente. Após a recusa de MC no prosseguimento das negociações com Senghor, propostas por Spínola na carta de 17 de Fevereiro de 1972¹¹⁵⁴, este manifestou a sua vontade em abandonar o Governo e o Comando da Guiné. MC insistiu para que continuasse, mas não foi inflexível.¹¹⁵⁵ Na resposta, Spínola disse que afinal estava “em boas condições de saúde”, mas insistia na decisão por achar, humildemente, que se defenderia melhor a “autenticidade das nossas teses desvinculando-as de critérios ou mandatos

¹¹⁴⁹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº14 (23/05/69).

¹¹⁵⁰ Respetivamente, portaria nº23868, de 24 de Janeiro de 1969, e portarias nº23872 e nº23874 de 27 de Janeiro de 1969.

¹¹⁵¹ Decretos-lei nº48792, de 24 de Dezembro de 1968, e nº49038, de 31 de Maio de 1969.

¹¹⁵² AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº8 (04/08/73).

¹¹⁵³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº52 (16/10/73), fl.3.

¹¹⁵⁴ AMC, cx.55, Correspondência/Spínola, António Sebastião Ribeiro de: nº13 (17/02/72).

¹¹⁵⁵ AMC, cx.55, Correspondência/Spínola, António Sebastião Ribeiro de: nº16 (08/03/72).

“Tenho conversado com os Ministros da Defesa Nacional e do Ultramar acerca da sua substituição no governo e comando-chefe da Guiné. Da última vez que estive consigo impressionou-me o que disse acerca do seu estado de saúde e do desejo de não decair aos olhos dos governados e comandados.

Mas a realidade é esta: onde vamos nós encontrar agora o homem capaz de prosseguir a sua obra política e de ter o seu prestígio militar? O melhor nome, o do Brig.º Bettencourt Rodrigues, é disputado por Angola, onde está a fazer muito bom serviço. É essa província que ele conhece bem e onde ele pode render melhor.

O meu amigo consubstanciou-se de tal modo com o “novo estilo” da Guiné que temo um abalo muito forte com a sua saída: no espírito da população, no moral das tropas e até na atitude do inimigo e das nações estrangeiras. Por isso, e exclusivamente a olhar os interesses superiores do País, me atrevo a perguntar-lhe se é irremovível a sua resolução de não querer que lhe seja renovado por dois anos o mandato de governador e a carta de comando-chefe.

Se lhe for possível prestar ao País o serviço de continuar nos seus cargos, estou certo de que daí decorrerão os maiores benefícios para a causa da defesa do Ultramar.”

peçoais”.¹¹⁵⁶ Doze dias depois, a 26 de Março, fez novas sugestões para a sua substituição, “dados os condicionalismos invocados relativamente às pessoas anteriormente [...] sugeridas”.¹¹⁵⁷ No entanto, como se sabe, Spínola continuaria no cargo.¹¹⁵⁸ Um mês depois, o ministro da Defesa Nacional, Sá Viana Rebelo, escrevia a MC: “Apenas para conhecimento de V. Ex.^a envio uma cópia da carta que ontem recebi do general Spínola. Parece que pretende desdobrar em 3 a comissão de Comandante-chefe que acumula com o cargo de Governador, apesar de pago de vencimentos pelo MdU. Isso equivaleria a um aumento de 30% sobre o vencimento de General, ou seja, perto de 6 contos, que pela Defesa ou pelo Exército não podem ser abonados, dada a sua situação atual. Vou estudar o caso com o Ministro do Ultramar, mas achei que V. Ex.^a teria interesse em conhecer [o conteúdo] desta carta.”¹¹⁵⁹

Ainda no rescaldo da viagem, o médico pessoal de MC advertia-o no sentido de “manter uma saúde que está gastando largamente. Não leve a mal ... e creia nas puras e retas intenções de quem muito o respeita”.¹¹⁶⁰ Tavares Rodrigues, por seu lado, ia mais longe e avisava MC antes (“se a ideia de ir ao Porto é magnífica – pena é não ter sido realizada antes – há que evitar casos lamentáveis”¹¹⁶¹) e depois da visita ao Porto: “Mais temerária ainda do que em África terá sido, contudo, a forma como se expôs agora a um atentado. [...] Não deverei deixar de lhe chamar a atenção para os riscos de uma popularidade muito expressiva – riscos pensando nas esquerdas e, talvez, sobretudo, nas direitas. Mau é o exemplo de um Sidónio Pais e dos circunstancialismos que vitimaram os Kennedy. Não sei aliás quais seriam as repercussões [“reação dos ultras a certas passagens”] da sua entrevista ao “New York Times” (logo após Aveiro) se não tivesse havido esta histórica e histórica campanha nortenha... [sic] Creio que, sendo de equacionar os benefícios de tal ação, que veio a ser quase uma justificação (indispensável) da autorização do Congresso de Aveiro, não deverá deixar de ter presente, também e sempre, o caos em que um golpe contra Si lançaria o País...

¹¹⁵⁶ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, p.283.

¹¹⁵⁷ AMC, cx.55, Correspondência/Spínola, António Sebastião Ribeiro de: n°22 (26/03/72).

¹¹⁵⁸ “Quando, porém, não se obrigam, deliberadamente e por ambição, é sinal de que pensam mais em si do que no príncipe; este, então, deve acautelar-se disso e temê-los como se fossem inimigos declarados, porque sempre, na adversidade, tudo farão para arruinar-te.” MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.77.

¹¹⁵⁹ AMC, cx.55, Correspondência/Spínola, António Sebastião Ribeiro de: n°23 (29/04/72).

¹¹⁶⁰ AMC, cx.15, Correspondência/Amaro, Fernando de Castro (médico pessoal de MC): n°1 (23/05/69).

¹¹⁶¹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): n°11—anexo 4 (10/05/69).

Peço-lhe que não pense em ir a Coimbra nos tempos mais próximos!”¹¹⁶² Na ausência de MC, tinha despontado em Coimbra a crise académica.

1.1.6. O sentido das *pequenas coisas*: diário do governo

A atuação governativa nos doze meses que antecederam as eleições de Outubro de 1969 permitirá determinar alguns aspetos relevantes para a compreensão da X Legislatura. Tendo em consideração de que se tratava do primeiro ano à frente do governo, a ausência de diplomas legislativos de grande alcance político também significaria que MC atribuía significado decisivo ao ato eleitoral e esperaria que esse fosse verdadeiramente clarificador. Para além do dia-a-dia governativo, destacam-se as seguintes linhas de atuação: permanente reforço de meios financeiros para o Ultramar; reorganização e reforço de competências, meios e autonomia do aparelho militar; reorganização do aparelho governativo e respetivos processos; desenvolvimento de estruturas de planeamento; concretização de medidas e projetos em atraso; aceleração dos processos decisórios; desburocratização administrativa; incremento das medidas sociais; desanuviamento nas restrições legais para pessoas e instituições.

No dia 26 de Setembro de 1968, decorrente da tomada de posse de Spínola como comandante-chefe e governador-geral da Guiné, reorganizou-se o quadro orgânico do Gabinete Militar do Comando-Chefe da Guiné, pela Portaria nº23627: concedia especial atenção às «Operações psicológicas» e «subsecção de Radiodifusão» da Secção de Informações. No seguimento dessa linha, a 5 de Março era publicado o Decreto nº 48 893, que criava na Guiné uma delegação da Comissão de Coordenação de Telecomunicações do Departamento da Defesa Nacional. No dia seguinte foi autorizada (pelo Decreto-lei nº 48 894) a contração de significativo empréstimo até ao valor máximo de 2 milhões de cts para continuação do reequipamento extraordinário do Exército e da Aeronáutica. No mês seguinte foi criada a Força de Fuzileiros do Continente (FFC), constituída pelas unidades de fuzileiros e pelas lanchas de desembarque (Portaria nº24 049, de 29 de Abril), e o Centro de

¹¹⁶² AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares (director do Diário Ilustrado; fundador da Escola Superior de Meios de Comunicação Social; professor na Faculdade de Ciências de Comunicação e Informação): nº14 (23/05/69).

Alistamento da Armada (CAA) e a Companhia de Adidos, integrada naquele (Portaria nº24 050).

Mas as medidas mais importantes no sector militar foram tomadas já depois da viagem a África. A 7 de Julho promoveu a atualização da organização e atribuições do Secretariado-geral da Defesa Nacional, pelo Decreto-lei nº49 106, que determinava “que o referido Secretariado, como órgão de trabalho e de execução do Ministro da Defesa Nacional, seja remodelado de modo a constituir o Estado-Maior-General das FA e o órgão de serviços destinados à administração conjunta das forças armadas.” No mesmo dia e pelo Decreto-lei nº49 107, reorganizou-se a “estrutura das forças armadas nas províncias ultramarinas onde as circunstâncias obriguem a realização de operações militares”, centralizando a conduta das operações no comando-chefe. Foi a partir daqui que se consolidou uma estrutura de contrassubversão.

No fim do mês, entre os dias 28 e 31, reorganizou-se o Comando da Defesa Marítima nas três “províncias”, começando pela Guiné de Spínola, com a Portaria nº24 205. Por Despacho de 24 de Setembro, os comandos-chefes das três frentes viram os seus poderes e atribuições reforçados, definindo-se melhor “as normas para a execução da competência conferida aos comandantes-chefes, inteiramente responsáveis pela conduta das operações, para suspender das suas funções de comando os militares que, no desempenho destas, não revelem as qualidades indispensáveis para a condução das tropas em operações ou para o cumprimento das missões que superiormente lhes forem cometidas.” No mesmo sentido foi o Despacho de 15 de Outubro, que alargava os cargos em que podia ser aplicada a nomeação por escolha do pessoal militar nas províncias ultramarinas.

No seguimento de algumas medidas referidas anteriormente, os Decretos-lei nº49 277, de 29 de Setembro, e os nºs 49 323 e 49 324, de 27 de Outubro, permitirão compreender alguns dos acontecimentos nas FA. O primeiro regulava “o ingresso dos oficiais milicianos para-quedistas no quadro permanente de oficiais do serviço geral para-quedista”, tendo em consideração a “escassez” de quadros e candidatos. O segundo aumentava de vinte tenentes-coronéis e de quarenta majores os quadros aprovados por lei de oficiais das armas de infantaria, artilharia e cavalaria. O terceiro criava o quadro especial de oficiais (QEO), destinado à instrução e enquadramento de unidades do exército na metrópole e no ultramar, para colmatar as crescentes carências. De notar que estes dois últimos decretos foram publicados no dia seguinte ao “ato eleitoral”.

No plano da orgânica governativa, começou pela correção “corporativa”. A 10 de Outubro de 1968, o Decreto-lei nº48 618 constituía na CC uma secção permanente com a

competência para emitir parecer sobre os projetos de diploma que lhe fossem submetidos, nos termos do artigo 105º da Constituição. Passava a competir a essa secção a emissão de pareceres no prazo de 30 dias ou no que fosse fixado pelo governo em caso de maior urgência. O velho SNI era convertido, pelo Decreto-lei nº48 686, de dia 15 de Novembro, na Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), chefiado por César H. Moreira Baptista¹¹⁶³ e na dependência direta da PCM. Em 27 de Março de 1969, a orgânica governativa sofria relevante reestruturação pelo Decreto-lei nº48 926, que promulgava a criação das Subsecretarias de Estado do Tesouro e do Orçamento no MdF e do Subsecretariado de Estado do Planeamento Económico na PCM.

Ainda no âmbito da PCM, foram publicados dois diplomas de relevo: o Decreto-lei nº49 132 de 18 de Julho e o Decreto-lei nº49 194, de 19 de Agosto. O primeiro permitia a criação de comissões de planeamento e de grupos de trabalho, que funcionariam como órgãos de estudo e consulta junto do Secretariado Técnico da PCM, e extinguia os anteriores grupos de trabalho da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica (artigo 19º do Decreto-lei nº46 909). O segundo inspirava-se totalmente na experiência dos I e II PF e criava gabinetes de planeamento nos departamentos governamentais com responsabilidade na preparação e execução dos PF, destinados a assegurar e coordenar o exercício dessas funções nos respetivos sectores e a estabelecer as convenientes ligações com os órgãos centrais e interministeriais de planeamento.

A preocupação com a eficácia dos serviços representava a concretização de ideias cimentadas ao longo de décadas. Após sair do governo, em 1947, MC refletiu sobre a organização dos serviços da PCM: “O Chefe de Governo e a organização dos seus serviços”. As reformas que introduzia em 1968/69 eram sobremaneira inspiradas na proposta então defendida, complementada pela experiência organizacional iniciada pela “IV República” francesa: “Comissariado Geral do Plano”, “serviços técnicos” e “conselhos consultivos”. Materializava também uma crítica então dirigida ao presidente do Conselho: “a supressão do Secretariado da Defesa Nacional (que nunca funcionou nos termos previstos na lei)”. Acrescentando: “dada a existência de vários Ministérios militares, parece indispensável que o presidente do Conselho, na sua função coordenadora, seja assistido por um técnico de confiança. Na última guerra, quem exerceu *de facto* as funções de conselheiro técnico pessoal do presidente foi o Major General da Armada, prova de que a função é necessária. Há,

¹¹⁶³ Nomeação pelo Decreto nº48 634, de 16 de Outubro de 1968. Tinha transitado da Subsecretaria de Estado da Presidência do Conselho.

portanto que prevê-la.” Vinte anos depois, a interpretação mantinha-se, bem como a necessidade desses “técnicos de confiança”.¹¹⁶⁴

No que ao planeamento diz respeito foram publicados alguns diplomas de relevo. A 11 de Março publicou o Decreto-lei nº 48 905, que definia “a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional”. No dia 7 de Abril, pelo Decreto nº48 955, era criada a Secretaria Provincial de Planeamento, Integração Económica, Fazenda e Contabilidade nas “províncias” de Angola e Moçambique e definiam-se os respetivos serviços e delegação de funções; reorganizava igualmente o nº4 do artigo 4º do Decreto nº45 259, que instituiu em cada província ultramarina comissões técnicas de planeamento e integração económica. A completar a estrutura de planeamento, o Decreto-lei nº49 122, de 15 de Junho, criava o Conselho Superior de Economia (CSE).

A pulsão desenvolvimentista era transversal a vários sectores. Na senda do protecionismo social basicamente iniciado em 1958¹¹⁶⁵, em 15 de Novembro de 1968 foram criados os Serviços Sociais do Ministério da Economia (Decreto-lei nº48 687) e a 27 de Dezembro do mesmo ano, os Serviços Sociais da Guarda Fiscal (Decreto-lei nº48 802). A 20 de Fevereiro de 1969, foi a vez dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde e Assistência (Decreto-lei nº 48 875). Um mês e meio depois, a 3 de Abril, foram criados os Serviços Sociais do Ministério das Comunicações (Decreto-lei nº 48 952).

Em 28 de Maio, o Decreto-lei nº49 033 instituiu o Fundo de Fomento da Habitação no MdOP, organismo com personalidade jurídica e autonomia financeira, em substituição do antigo Serviço de Construção de Casas Económicas. No dia seguinte foi promulgada a reorganização das Casas do Povo e os regimes de previdência rural (Lei nº2144) e dois dias depois eram regulamentados os “créditos dos estabelecimentos oficiais de assistência ou tratamento, relativamente aos serviços prestados e, bem assim, aos mesmos créditos de que sejam titulares pessoas coletivas de utilidade pública, constituídos anteriormente a 1 de Junho de 1967, só seja aplicável o Código Civil, no que se refere à respetiva prescrição, a partir de 1 de Junho de 1969”. A 21 de Junho foi promulgado novo Regulamento dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, revogando toda a legislação em contrário.¹¹⁶⁶

¹¹⁶⁴ Revista *O Direito*, Ano 79, 1947, pp.247-252.

¹¹⁶⁵ O Decreto-lei nº42 072, de 30 de Novembro de 1958 e os Decretos-leis nºs 42 793 e 42 794 de 31 de Dezembro de 1959, instituíram, respetivamente, os Serviços Sociais das FA, da GNR e da PSP. No funcionalismo civil, existiam já o Cofre de Auxílio dos Funcionários do Ministério das Obras Públicas, a Obra Social do Ministério do Ultramar e o Serviço Social do Ministério da Justiça, segundo, respetivamente, os Decretos-leis nºs 46 893, 47 069 e 47 210 de 9 de Março, 4 de Julho e 22 de Setembro de 1966.

¹¹⁶⁶ Designadamente os Decretos nºs 45 501, 46 077, 46 845, 47 667, 48 362 e 48 432 e a Portaria nº22 984.

Em parte, era este o “Estado Social” a que se referia MC nos seus primeiros discursos: a continuação do assistencialismo público já ensaiado. Cujo corolário seriam a ratificação da Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e a RFA, com respetivo Protocolo Final Complementar e do Acordo Complementar para a execução dos mesmos atos¹¹⁶⁷, e o estabelecimento definitivo (Decreto-lei nº48 854, de 31 de Janeiro) do quadro e remunerações do pessoal da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (ADSE), criada pelo Decreto-lei nº45 002, de 27 de Abril de 1963, cujo período de instalação acabava de terminar.¹¹⁶⁸ Por outro lado, esse mesmo “Estado Social” passava pela atualização de salários e melhoria das condições de vida.¹¹⁶⁹

As grandes obras infraestruturais pareciam constituir outra das prioridades desenvolvimentistas.¹¹⁷⁰ Com esse objetivo, foram promulgadas as Leis nºs2142 e 2143 (de 14 e 19 de Maio, respetivamente). A primeira modificava o processo geral de expropriações urgentes, revogando o Decreto-lei nº43 192, estabelecendo as seguintes condições: “sempre que se verifiquem cumulativamente, em relação à obra a realizar, os seguintes requisitos: a) Ser de direito público a entidade expropriante; b) ser a obra de grande interesse nacional; c) Pertencerem a diversos titulares os direitos a expropriar; d) terem as expropriações carácter muito urgente.” A segunda, estabelecia a forma para o reconhecimento de utilidade pública das expropriações requeridas por empresas que exploram indústrias de interesse nacional. Revogava a base XXII da lei nº2005, ou seja, a exigência de publicação de Decreto-lei para

¹¹⁶⁷ Aviso de 30 de Novembro de 1968, relativo aos atos assinados em Bona, respetivamente, em 6 de Novembro de 1964 e 8 de Dezembro de 1966, aprovados para ratificação, pelos decretos-leis nºs 46 258 e 47 751.

¹¹⁶⁸ Fica a nota relativamente á satisfação de algumas pretensões da Ordem dos Médicos. Em 22 de Outubro de 1968 saiu o Despacho da Presidência do Conselho a manter a autorização para acumulação de cargos públicos já concedidos a médicos dos estabelecimentos hospitalares dependentes do Ministério da saúde e Assistência, e em 23 de Junho de 1969, a Portaria nº24 132 aprovava, a título experimental e para vigorar durante um ano, o Regulamento dos Concursos Médicos nos Hospitais Centrais.

¹¹⁶⁹ Por exemplo, pelos Decretos-leis nºs48 712 e 48 915, de, respetivamente, 27 de Novembro de 1968 e 18 de Março de 1969, autorizava-se a elevação do vencimento complementar de todos os servidores civis do Estado, até ao limite dos quantitativos em vigor, para Angola e S. Tomé e Príncipe; em 26 de Dezembro de 1968 teve lugar uma primeira revisão da remuneração dos professores do ensino primário (Decreto-lei nº48 802).

¹¹⁷⁰ O Decreto nº 48 983, de 1 de Maio de 1969, autorizava a contração de obrigações pela Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, ramal do Cubal, até ao valor de 800 000 cts, até 31 Dezembro de 1970. Acelerar as obras. A 8 de Maio era autorizado novo empréstimo destinado ao III PF, no valor de 1 milhão de contos, ao juro de 5% (Decreto-lei nº 48 995). Em 4 de Setembro de 1969, os Decretos-leis nº49 225 e nº49 226 promulgavam os contractos para avançar com Cabora Bassa. O Decreto-lei nº49 319, de 25 de Outubro de 1969, autorizava MdOP a abrir concurso para concessão da construção, conservação e exploração de auto-estradas. Também no âmbito da concretização do III Plano de Fomento, a pressão sobre o Governo-geral de Moçambique para cumprir os objectivos, sendo autorizado a reforçar-se financeiramente no necessário (Portaria nº24 390, de 28 de Outubro de 1969). A autorização, pelo Decreto nº48 717, de 28 de Novembro de 1968, ao Governo-geral de Angola para prestar junto do Banco de Fomento Nacional a garantia do reembolso de um empréstimo até ao valor de 13 000 cts, a contrair pela Província Portuguesa da ordem Hospitaleira de S. João de Deus, destinado á construção e equipamento da Casa de Saúde de S. João de Deus, próximo de Luanda. A introdução de dois ajustamentos positivos no Plano de Construções Escolares para o Ensino Primário (16 de Abril e 25 de Setembro de 1969).

reconhecimento do interesse nacional, bastando a partir daí a decisão em CM. Esta agilização burocrática permitiria a concretização efficientíssima dos estudos para os grandes projetos, como o complexo de Sines.¹¹⁷¹ Embora, neste caso, com elevados custos humanos, já que o processo de expropriação abriu profundas e insaráveis feridas sociais no distrito de Setúbal. No Verão de 1969, a Comissão Distrital da UN de Setúbal aconselhava a que ninguém da organização ou do governo sequer mencionasse Sines, caso não fosse possível fazer nada pela região.¹¹⁷²

Em concomitância, tiveram lugar alterações no sistema financeiro, com vista à adaptação às necessidades desencadeadas pela expansão económica. Nomeadamente na CGD (CP), que viu promulgada nova Lei Orgânica em 5 de Abril de 1969 (Decreto-lei nº48 953). No mesmo sentido, foi promulgado o Decreto nº49 030, de 26 de Maio, que regulamentava o exercício das funções de crédito pelos bancos comerciais, compreendendo a realização continuada e regular de operações de crédito a médio e a longo prazos, designadamente de operações de crédito agrícola e pecuário, industrial e predial.

De referir as primeiras tentativas (infrutíferas) de sanear “o sistema de compensação e de pagamentos interterritoriais no espaço português”, com os Decretos-leis nº48702, de 23 de Novembro de 1968, que permitia ao Fundo Monetário da Zona do Escudo acordar na redução da taxa de juro de empréstimos por ele concedidos, anterior ou posteriormente à entrada em vigor deste decreto-lei, desde que ainda não vencidos, e nºs 49 305 e 49 306, que alteravam várias disposições do Decreto-lei nº44 703, que instituíra o sistema. O fim dos pagamentos interterritoriais foi determinado por MC dois anos depois, em Outubro de 1970.¹¹⁷³

Enquadrados no âmbito da dita “abertura”, encontram-se os Decretos-lei nº48 783, de 24 de Dezembro de 1968, que amnistiava o crime de emigração clandestina¹¹⁷⁴ e ponha termo a essa chaga social, e o nº48 861, de 10 de Fevereiro de 1969, que designava as “sanções que não [seriam] aplicadas aos indivíduos que até 31 de Dezembro de 1968 tenham faltado a junta de recrutamento, à incorporação ou tenham deixado de praticar quaisquer dos atos que

¹¹⁷¹ Presidência do Conselho, *Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base*, Gabinete da Área de Sines (Livro Branco), Lisboa, Imprensa Nacional, 1971. O relatório final a que corresponde esta publicação de 386 páginas, foi elaborado entre 22 de Fevereiro e 5 de Abril de 1971.

¹¹⁷² ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mc.10-C; fls.29-30.

¹¹⁷³ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº4 (30/10/70). Manuscrito de MC. “Aos ministros das Finanças e do Ultramar: [...] é de louvar a rapidez com que esse trabalho foi realizado”. Tratava-se do projeto de lei para “...travar o aumento do volume global de atrasados de Angola e Moçambique e a procurar reduzir progressivamente o seu montante”, no sentido “de, quanto antes, se tornar extensivo ao Ultramar o regime do crédito e seguro de crédito à exportação.”

¹¹⁷⁴ Previsto no nº 4º do artigo 85º do Decreto-lei nº39 749, com a redação dada pelo Decreto-lei nº43 582 e no artigo 3º do Decreto-lei nº 46 939.

condicionam o alistamento caso se apresentem para cumprir o serviço militar”. A 26 de Dezembro de 1968 foi publicada a Lei nº2137, que considerava eleitores da AN todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que soubessem ler e escrever português e não estivessem abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei.¹¹⁷⁵ A 10 de Setembro de 1969, depois de fixado o dia das eleições para 26, era reformulada a lei eleitoral (Decreto-lei nº49 229), que “possibilitava” a “constituição de comissões eleitorais”.

Entre várias outras medidas, destacam-se: a aposta na energia nuclear,¹¹⁷⁶ consagrada no IV PF¹¹⁷⁷; ratificação da adesão ao Acordo Europeu para a Repressão das Emissões de Radiodifusão Efetuadas por Estações fora dos Territórios Nacionais¹¹⁷⁸; nova Lei Orgânica do Conselho Ultramarino, que consagrou a autonomização do Conselho Superior Judiciário do Ultramar¹¹⁷⁹; normalização policial em Timor, com a integração no Comando da PSP da Organização Provincial de Voluntários e da Defesa Civil¹¹⁸⁰; a atribuição da designação de Universidade aos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, “para adequação à realidade, já que se tinha abandonado o propósito inicial de só ministrar a parte geral dos cursos”.¹¹⁸¹

A remodelação governamental de fins de Março de 1969 foi significativa porque levou a nova geração para o governo, ao preço até de alguns velhos conhecidos, como José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira. Embora revelasse o mesmo cuidado na gestão de tendências. Juntamente com Correia de Oliveira, exonerado do MdE, saiu José Estêvão A. C. do Canto Moniz do Ministério das Comunicações; o brigadeiro Fernando Alberto de Oliveira saiu da Secretaria de Estado da Aeronáutica para a pasta das Comunicações; Domingos R.

¹¹⁷⁵ “Os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da lei nº2015, desde que satisfaçam aos requisitos nela fixados”.

¹¹⁷⁶ Decreto-lei nº 48 970, de 17 de Abril de 1969, a considerar a “Junta de Energia Nuclear como um organismo nacional, exercendo as suas atribuições relativamente a todo o território português”.

¹¹⁷⁷ Na sessão nº7 do CMPAE, de 12 de Maio de 1970, Rogério Martins (secretário de Estado da Indústria), referiu que: “Não obstante o valioso trabalho que vem sendo desenvolvido pela Junta de Energia Nuclear e pela Comissão de Combustíveis e Centrais Nucleares, é ainda escasso o domínio da tecnologia que o país atingiu; atendendo a que, por razões de segurança e serviço, vai ser necessário reforçar a interligação com a Espanha, poderia aproveitar-se o ensejo para negociar uma participação portuguesa na construção e na propriedade de uma central nuclear que vai ser construída na Região de Cáceres, e que viria a constituir alternativa, como garantia de potência, a dois grupos térmicos da Central do Carregado, a entrar em serviço cerca de 1975.” PT/TT/PS/AMC/PC-CMPAE: Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos: AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº8 (12/05/70), fl.9.

¹¹⁷⁸ Concluído em Estrasburgo, em 22 de Janeiro de 1965, e assinado por: Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, França, RFA, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Turquia e Grã-Bretanha. Decreto-lei nº 48 982, de 25 de Abril de 1969.

¹¹⁷⁹ Decreto-lei nº49 146, de 25 de Julho de 1969.

¹¹⁸⁰ Decreto nº49 253, de 20 de Setembro de 1969. A 13 de Agosto fora aprovado o novo regulamento da Escola Prática da PSP e respetivo quadro orgânico (Portaria nº24 233).

¹¹⁸¹ Decreto nº48 790, de 23 de Dezembro de 1968. Em Novembro de 1968 tinha sido aprovada a transformação das Escolas de Farmácia de Lisboa e Coimbra em Faculdades (Decreto-lei nº48 696).

Vitória Pires saiu da Secretaria de Estado da Agricultura, Fernando M. Alves Machado do Comércio e Manuel Rafael Amaro da Costa da Indústria. João Luís da C. André e Augusto Vítor Coelho ascenderam dos Subsecretariados de Estado do Tesouro e do Orçamento, para a respetiva Secretaria de Estado. João Augusto Dias Rosas acumulou a Economia com as Finanças. As novidades foram João Pereira do Nascimento na Secretaria de Estado da Aeronáutica, Vasco R. de Pinho Leónidas na Agricultura, V. Xavier Pintado no Comércio, Rogério da C. Serafim Martins na Indústria, João Salgueiro e José L. Nogueira de Brito respetivamente nos Subsecretariados de Estado do Planeamento Económico e do Trabalho e Previdência.¹¹⁸²

Esta remodelação abriu também alguns precedentes curiosos. Manuel R. Amaro da Costa não gostou da exoneração.¹¹⁸³ Para apaziguar as hostes, criou-se (Decreto-lei nº48 960, de 12 de Abril) o cargo de vice-presidente do Conselho Superior de Obras Públicas à medida do descontente, para evitar que o seu regresso ao Ministério não fosse um retrocesso em relação ao que auferia há oito anos atrás.¹¹⁸⁴ MC parecia gostar deste género de soluções, mas estas soluções nem sempre gostariam dele, como se verificaria em Janeiro de 1974, quando nomeou Spínola vice-chefe do EMGFA.

A medida, porventura, mais expressiva foi a reorganização profunda dos Sindicatos Nacionais, promulgada pelo Decreto-lei nº49 058, de 14 de Junho de 1969. Como foi referido¹¹⁸⁵ a medida representou a concretização atualizada pelo tempo do corporativismo de associação defendido desde sempre por MC, a efetiva autonomização das instituições corporativas. Com base no parecer da CC, o diploma inovou ao alargar competências nos seguintes aspetos: “classificação das profissões”, “âmbito territorial dos sindicatos”, “organização sindical das profissões liberais”, “dimensão dos sindicatos”, “secções sindicais”, “representação internacional dos sindicatos”, “eleições sindicais”, “dissolução dos sindicatos” e “fiscalização da direção”.¹¹⁸⁶

Facto que não deve ser esquecido, por ser tão ou mais importante do que a reforma em si mesma, é a oportunidade. MC abria os sindicatos à influência das oposições (polarizadas na

¹¹⁸² Decretos nº48 928 a nº48 933 de 27 de Março de 1969.

¹¹⁸³ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Manuel Rafael Amaro da: nº1 (31/03/69).

¹¹⁸⁴ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Manuel Rafael Amaro da: nº2 (05/04/69).

¹¹⁸⁵ BARBOSA, Márcio, *Marcello e Spínola: a missão do fim*, Almedina, Coimbra, 2011, pp.78-79. Fátima Patriarca refere-se ao “Estado Social” como “a caixa de Pandora”, devido, muito sinteticamente, ao facto de “no domínio das relações entre o capital e trabalho”, Marcello ter realizado “algumas reformas de indiscutível impacto, que tendem a retirar os sindicatos da tutela directa do Estado, a aumentar o seu âmbito geográfico e profissional e a conceder-lhes meios efectivos de negociação.” ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada*, Notícias Editorial, Lisboa, 2004, p.173.

¹¹⁸⁶ Diário do Governo, I Série, 1969, nº138, pp.669-674.

CDE e CEUD), transformando-os num potencial foco de agitação e contestação do seu governo, a quatro meses das eleições.

1.2. *Ganhá-las bem*

1.2.1. *Realidade compósita*

As viagens (incluindo ao Brasil em Julho) tiveram grande cobertura mediática, tanto no plano nacional¹¹⁸⁷ como, principalmente, no internacional.¹¹⁸⁸ A adesão das massas, que o próprio regime e os observadores internacionais se habituaram a associar à oposição (recorde-se Humberto Delgado), surpreendia e enchia de confiança um MC que parecia assumir-se como o *verdadeiro artista*.¹¹⁸⁹ Mas sê-lo-ia? Libertar-se-ia do conflito interior dissecado por Dostoiévsky?¹¹⁹⁰ Ouvia imenso, procurava seguir todas as sugestões, obcecado em satisfazer,

¹¹⁸⁷ ANTT/PCM/PCMC, VOF 1/P, NT257: “Visita do Presidente do Conselho à Guiné – Angola – Moçambique (...). Órgãos de informação portugueses” do Continente: “Novidades”, “Primeiro de Janeiro”, “Jornal de Notícias”, “O Comércio do Porto”, “O Século”, “Diário de Notícias”, “Diário da Manhã”, “A Voz”, “Diário Popular”, “A Capital”, “Diário de Lisboa”, “Diário do Norte” e “República” (recortes de imprensa produzidos no gabinete?). ANTT/PCM/PCMC, VOF 2, NT 263: Visita do Presidente do Conselho ao Porto (...). Imprensa portuguesa do continente: «O Comércio do Porto», «Diário Popular», «Diário de Lisboa», «A Capital», «A Voz», «Novidades», «Diário da Manhã», «O Século», «Diário de Notícias», «O Primeiro de Janeiro», «Jornal de Notícias» (recortes de imprensa). O mesmo em relação à visita ao Brasil.

¹¹⁸⁸ ANTT/PCM/PCMC, VOF 1/E, NT256: “Visita do Presidente do Conselho à Guiné – Angola – Moçambique (...). Imprensa estrangeira”: “Brasil”, “Costa Rica”, “Chile”, “Dinamarca”, “Espanha”, “EUA-Estados Unidos da América”, “Grã-Bretanha”, “Grécia”, “Irlanda”, “Noruega”, “República da África do Sul”, “Rodésia”, “Suíça” e “Venezuela” (recortes de imprensa; or., cópias e traduções). Sobre a visita ao Brasil, para além da imprensa brasileira e espanhola: ANTT/PCM/PCMC, VOF 3/E, NT271: “Visita do Presidente do Conselho ao Brasil (...). Recortes da imprensa estrangeira”: Noruega, “Imprensa norueguesa: visita do Presidente do Conselho ao Brasil”: notícias publicadas no jornal «Aftenposten»; Dinamarca, “Imprensa dinamarquesa: visita do Presidente do Conselho ao Brasil”: notícias publicadas nos jornais «Aktuelt» e «Information»; Nicarágua, “Imprensa da Nicarágua: visita do Presidente do Conselho ao Brasil”: notícias publicadas nos jornais «La Prensa» e «Novedades»; Cuba, “Imprensa cubana: visita do Presidente do Conselho ao Brasil”: notícias publicadas nos jornais «Granma» e «Bohemia».

¹¹⁸⁹ Luís M.^a Teixeira Pinto escrevia de Nova Iorque: “As repercussões no estrangeiro onde estive não poderiam ser melhores pois a certeza de adesão do Ultramar constitui factor essencial da nossa dimensão no exterior e condição de uma política nacional.” AMC, cx.45, Correspondência/Pinto, Luís Maria Teixeira (economista; prof. do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; ministro da economia): nº1 (24/04/69).

¹¹⁹⁰ “A inacção custava-me tanto! Porque o fruto imediato e lógico da consciência é a inacção, a inércia consciente. Já disse e repito que as pessoas que saem do vulgar e todos os homens de acção são precisamente assim porque são estúpidos e de vistas curtas. Como explicar isto? Da seguinte maneira: por causa de sua mediania, tomam as causas segundas, as mais imediatas, por causas primeiras, e sem demora e sem dificuldade alguma convencem-se de que encontraram um fundamento imutável para a sua atividade, tranquilizam-se, e isso é o mais importante. Porque para poder actuar é preciso, antes de mais, estar completamente tranquilo, não ter a menor dúvida. Mas como podia eu chegar a tranquilizar-me? Onde encontraria princípios fundamentais, bases

à sua maneira, as *massas*, as *maiorias* ou a *geração estado social*. Em 1965 explicitava o seu entendimento sobre o processo eleitoral: “Em geral as eleições são precedidas de um esforço intensivo de propaganda tendente a convencer a grande massa dos não-militantes. Há em todas as sociedades, a par dos indivíduos interessados em graus diversos pela política, com opiniões comprometidas e posições definidas, um sector central vastíssimo de pessoas preocupadas sobretudo com a vida quotidiana e insensíveis às solicitações ideológicas ou partidárias. Esta massa dos indiferentes é a visada sobretudo pelas campanhas eleitorais.”¹¹⁹¹ A definição correta e académica não oferece dificuldades. Assume-se que seria o seu modelo. No entanto, o antiparlamentarista que nunca acreditou na eficácia do sufrágio universal no seu país, só perceberia que afinal esse processo até podia jogar a seu favor após essa *tournée*.

Por certo, MC também não ignorava, ninguém ignoraria, “as graves imperfeições da consulta eleitoral e da informação judiciária” cirurgicamente apontadas por F. Perroux: “a organização eleitoral repousa sobre os partidos que são sempre compósitos e misturam as suas ambições com o enunciado moral de um problema. A informação judiciária assenta sobre investigações da polícia que não escapam inteiramente às influências partidárias, que se fundam sobre reconstituições, enquanto que a *história* nunca é *em todo o rigor reconstituída* e a decisão judiciária de um corpo de magistrados, ou de um júri, não está isenta nem da influência dos coeficientes pessoais nem da das hierarquias de *puro facto* dos estratos sociais.”¹¹⁹²

A circunstância da vantagem *de facto*, que beneficia quem está no *poder*, não parece jamais ter sido recusada ou eliminada em nenhum sistema político. A aplicação da regra neste caso é mais complexa, pois se tecnicamente MC era *poder* num regime antidemocrático, na realidade via-se colocado entre as oposições ao regime e as estruturas de poder ou grupos de pressão com os quais não tinha uma clara relação de pertença.

em que fixar-me? Onde iria buscá-las? Detenho-me a reflectir: tal causa, que me parece primeira, conduz-me a outra, também anterior, e assim sucessivamente, até ao infinito. Nisto consiste a consciência e a reflexão.” DOSTOIEVSKY, Fiódor, *A voz subterrânea*, edições Quasi, s.l., s.d., p.20 (obra original de 1864).

¹¹⁹¹ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.42.

¹¹⁹² PERROUX, François, *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p.199.

1.2.2. A solidão de Marcello e os *cancros sociais* (PIDE, Censura, Legião)

Dois dias depois do 25 de Abril, o fiel marcelista Tavares Rodrigues, sem “ignorar (esquecendo Belém e seus acólitos) que [MC] era o «leader» do País”, dizia-lhe o seguinte: “recorde-se do que eu pensava sobre a Legião e a PIDE. Que dor não representa para mim ver desaparecer esses cancros sociais, sem que tenha sido pela sua mão? Sobretudo tendo merecido a confiança de conhecer o seu pensamento em tantos pontos! E tendo até acreditado em 1969 que chegara o momento pelo qual esperei tantos anos! Desnecessário seria evocar o período que se seguiu ao seu afastamento do Governo em 1958 e a raiva surda que então senti e me levou a travar contra o Governo a batalha que travei e perdi. Basta-me recordar quando lutei, em vão, em 1969, ao seu lado, contra a extrema-direita governamental e seu “anexos”: Tenreiros [Almirante Henrique], Valadões [Ramiro], Barradas e outros. Esforço inglório [...]. Mas que pena os acontecimentos – em grande parte sob influência de seres a que tão alérgico sempre fui – o tenham impedido de, com a aceleração necessária, fazer ainda mais do que o muito que efetivamente foi realizado em tantos sectores.”¹¹⁹³

Se na última missiva omitiu a Censura, a questão pôs-se logo na primeira após a nomeação de MC: “Um manifesto pedindo a abolição da Censura e destinado a ser assinado por todos os jornalistas profissionais, inclusive pela Direção do Sindicato, chegou ontem às mãos do Pereira da Costa. Trocámos impressões sobre o assunto, pois ele encontrar-se-ia numa situação difícil perante a classe no caso de recusar. Pedi-lhe que esperasse pelo menos 24 horas. Acabo agora, pelo telefone, de obter dele a garantia de que a Direção (consubstanciada na prática, muito democraticamente, nele próprio!), tendo consciência que o País se encontra numa viragem histórica, compreende que a insistência em tal atitude num momento em que o Prof. Marcello ainda está sozinho, seria antipatriótica e sujeita às mais ásperas críticas. Assim, o Pereira da Costa não assinará semelhante papel e, no caso de a Direção não conseguir travar completamente a iniciativa, tornará pública a sua desaprovação, alegando precisamente os fatores circunstanciais.”¹¹⁹⁴

A evidência – MC não encontrou a cura para nenhum dos *cancros* – suscita a questão: porquê? Porque não quis, não conseguiu ou ambas? Porque não conseguiu ou quis, pelo menos, reformar a sério esses instrumentos ditatoriais? Como escreveu A. H. Oliveira Marques, que manteve uma correspondência regular com MC – “tudo o que lhe devo” –

¹¹⁹³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°72 (27/04/74).

¹¹⁹⁴ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°8 (26/09/68).

antes¹¹⁹⁵ e depois de 1968¹¹⁹⁶, “a situação era praticamente controlada pela Censura e pela PIDE”.¹¹⁹⁷ Quem controlara diretamente esses pilares do regime,¹¹⁹⁸ segundo a sua forma particular de exercer o poder, fora o longevo ditador.¹¹⁹⁹ A orfandade seria compensada por uma desconfiança visceral em relação ao ecletismo discursivo – de “esquerda e de direita” – do novo presidente do Conselho. O pouco convicto manifesto de intenções do discurso da tomada de posse não satisfazia, nem podia satisfazer, almas que viviam em sobressalto desde o *putsch* de 1961. A vontade de “continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente nalgumas liberdades que se desejaria ver restauradas”, prestar “informação tão completa e frequente quanto possível” e a “necessidade de não descuidar um só momento a defesa das províncias ultramarinas”¹²⁰⁰ somente acrescentava novas peças no obscuro tabuleiro do jogo de medos.

Em meados de Outubro de 1968, mal tinha aquecido o lugar, MC transmitia à Censura, cuja “deficiência mental dos censores [era] tantas vezes abaixo da cultura média dos censurados”¹²⁰¹, ordens de levantamento de cortes.¹²⁰² As instruções para mudança de comportamento eram do conhecimento da oposição, como o expressou António Macedo.¹²⁰³ No entanto, as constantes desautorizações mostram a autonomia irreparável dos *tumores*,¹²⁰⁴

¹¹⁹⁵ AMC, cx.35, Correspondência/Marques, António Henrique de Oliveira (historiador): nº1 – 5 (27/11/62 – 13/12/64).

¹¹⁹⁶ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp.56-59.

¹¹⁹⁷ MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, vol.2, 1978, p.357.

¹¹⁹⁸ “Os Serviços de Censura dependem exclusivamente da Presidência do Conselho e não recebem ordens de qualquer outro departamento do Estado [...] As consultas, queixas, ou exposições dirigidas pelos jornais a serviços diferentes dos da Censura são para esta irrelevantes e não podem determinar qualquer actuação”. Despacho do então presidente do conselho feito para a Direcção dos Serviços de Censura, em 20 de Outubro de 1962. *A política de informação no regime fascista*, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Presidência do Conselho de Ministros, vol. II, 1980, p.251.

¹¹⁹⁹ Ver, entre outros, RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-45)*, Lisboa, Estampa, 1995; MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004; PIMENTEL, Irene F., *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

¹²⁰⁰ CAETANO, Marcello, *Saibamos ser Dignos desta Hora*, discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcello Caetano, no Palácio de S. Bento, a 27 de Setembro de 1968, SEIT.

¹²⁰¹ AMC, cx.28, Correspondência/Gonçalves, Caetano (jurista): nº8 (30/07/48).

¹²⁰² “Venho agradecer-lhe, muito penhorado, a sua intervenção no sentido de ser levantado o corte do meu artigo “Onde está a minha pátria?” AMC, cx.46, Correspondência/Quadros, António (filho de António Ferro, professor e ensaísta, chefe da secção de propaganda da C.M. de Lisboa, chefe do serviço de Bibliotecas da F. Calouste Gulbenkian): nº4 (20/10/68).

¹²⁰³ AMC, cx.35, Correspondência/Macedo, António: nº1 (05/12/68).

¹²⁰⁴ “Na Imprensa sente-se uma atmosfera pesada, e não apenas por motivos de ordem política.” Será difícil controlar a data e efeitos da Assembleia Geral dos Jornalistas... [...] O clima do Diário de Lisboa é inquietante – insisto. E afigura-se-me que visando a conseguir modificá-lo antes de iniciada a campanha eleitoral propriamente dita (em campanha, afinal, estamos nós situados há muito...), urge tomar medidas. Queixam-se amargamente os dirigentes do Jornal – críticas apenas expressas pelo Souto, pois o dr. Ruella e o dr. Ribeiro dos Santos (de “cabeça perdida”) aguardam. Queixam-se de quê?

- De que “a Censura corta por sistema tudo o que não entende”.

muito apreciada pelos grupos privilegiados, como a hierarquia católica *metropolitana*: “Querida evitar-lhe ocupações estranhas à sua atividade ministerial, mas o caso presente – a suspensão ilegal do quinzenário “A Voz de Melgaço”, de que sou diretor – força-me a incomodá-lo. A documentação junta a ilegalidade da Direção dos Serviços de Censura. Talvez, nesta carta, à parte da documentação, só interesse dizer como as coisas se passaram. O Prelado de Braga, irrefletidamente, cometeu um erro, um ato sem fundamento jurídico e teológico. Para me obrigar a executar a sua decisão abusiva – Ele, Autoridade Eclesiástica – recorreu à Autoridade Civil, Governador Civil do Distrito, para, pelos Serviços de Censura à imprensa, a impor. Disse-o o próprio Governador António Santos da Cunha a um sacerdote de Barcelos nestes termos: *O Padre Vaz tem razão, mas o Arcebispo pediu-me que intervisse.*”¹²⁰⁵

A premissa de que a condicionante guerra africana justificava a intocabilidade dessas estruturas faz, racionalmente, todo o sentido. Se eram “o” estado, sem estado não existia solução “controlada” para o conflito. Spínola, Costa Gomes e todos os que, depois de 25 de Abril de 1974, pretendiam ainda uma solução “controlada” por Lisboa, experimentaram as dificuldades da ausência “de” estado.¹²⁰⁶ Ou seja, a futura sorte da PIDE e da Censura estaria associada, como muito do governo de MC, à sorte da guerra. O major Silva Pais percebeu isso muito bem quando pôs MC sobreaviso: “Várias pessoas daqui me têm falado entendendo que, com a criação do Secretariado de Estado da Informação, se deveria conseguir que a imprensa da Metrópole tratasse muito mais dos problemas do Ultramar, designadamente das razões porque é necessário que continue sempre português, não chegando a dizer-se que são só as razões históricas que o justificam, mas também razões económicas”.¹²⁰⁷

-
- De que “a Censura não procura negociar nunca quaisquer soluções de compromisso (caso das “Notas do Dia” e da “Mesa Redonda”) o que contraria até a orientação que chegou a delinear-se”. [...]

Essa confiança uma única pessoa poderia transmiti-la: o Prof. Marcello.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°21 (12/08/69).

¹²⁰⁵ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Vaz, Júlio, padre: n°2 (04/10/71). O irreverente padre minhoto mantinha uma ligação de confiança com MC desde 1941, quando foi nomeado subdelegado da MP a pedido do arcebispo de então, D. António Bento Martins Júnior. Teve um papel de relevo no apaziguamento das relações entre a MP (ou seja, MC) e a Igreja Católica. Convidaria inclusive MC para uma viagem a Braga, permitindo-lhe contactar com várias figuras católicas.

Documento n°1 (17/02/66): o autor agradece “palavras amigas” de MC sobre livro menos ortodoxo a propósito dos seminários em Portugal. Afirmava tê-lo publicado para “agitar um clima que não é propício às suas ideias. Foi o meu caso.” VAZ, Júlio, *Atualização*, Ed. Autor, 1965.

¹²⁰⁶ O coronel Casanova-Ferreira, um dos impulsores do Golpe das Caldas e insuspeito de qualquer simpatia pela PIDE, afirmou que um dos maiores erros cometidos em relação ao Ultramar no imediato pós-25 de Abril foi permitir, pura e simplesmente, a sua extinção. Entrevista em Avô, Oliveira do Hospital, Junho de 2005.

¹²⁰⁷ AMC, cx.45, Correspondência/Política Internacional e de Defesa do Estado: n°1 (12/12/68).

Exatamente a argumentação que MC liquidaria publicamente.¹²⁰⁸ Em articulação com a Censura, segundo o organicamente estabelecido¹²⁰⁹, e com o apoio tácito dos *grupos de pressão*, a PIDE temia a desmobilização “metropolitana”. Na última entrevista da campanha, MC explicava porque “não [fora] ainda abolida a censura à imprensa”: “Primeiro, porque a braços com uma guerra subversiva, em que a retaguarda desempenha papel essencial e a arma psicológica é das mais importantes, seria neste momento imprudente abandonar uma defesa que os Estados adotam em períodos e situações semelhantes. Segundo, porque sempre pensei que, depois de quarenta anos de regime de censura, se impõe um período de transição, em que, por meio de habituação progressiva do meio e da responsabilidade crescente, se vão preparando as pessoas para a liberdade de Imprensa.” Quanto à PIDE, segundo MC uma estrutura policial “que todos os Estados possuem, com um nome ou outro”, considerava que “o importante [...] é que a polícia seja um instrumento do Estado e não um superestado [...], manter os órgãos policiais dentro da legalidade e restringir o mais possível o arbítrio. Mas o Estado, para fazer observar a ordem jurídica, não pode deixar de possuir e de manter elementos que permitam evitar a tempo a produção de males dificilmente remediáveis depois de ocorridos.”¹²¹⁰

No dia 26 de Dezembro de 1968, os Ministérios do Interior e do Ultramar publicavam o Decreto-lei nº48 794, que alterava algumas normas da Lei Orgânica da PIDE para que “os seus serviços possam corresponder pela sua eficiência às atuais necessidades”, ou seja, “apoiar a luta contra o terrorismo nas províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e

¹²⁰⁸ CAETANO, Marcello, *Portugal é de Nós Todos, Nós Todos Somos Portugal*, discurso proferido perante as comissões distritais da ANP, no Palácio da Foz, SEIT, 27 de Setembro de 1970; *Temos Agora de Votar*, alocução em 24 de Outubro de 1969, através da rádio e da televisão, SEIT, 1969, pp.8-9.

¹²⁰⁹ O Boletim da Direcção dos Serviços de Censura, com data de 10 de Julho de 1965, exemplifica a cumplicidade funcional entre as duas organizações, com as indicações sobre a matéria a riscar no que dissesse respeito à PIDE, incluindo “diligências e actividades (1) comentários ou referências críticas (2) movimentações de pessoal (3) referências directas, indirectas ou veladas a indivíduos com ligações com a mencionada polícia (4)”, tal como estabelecia que “as actividades da Polícia Internacional de Defesa do Estado são dadas em informações fornecidas oficial ou oficiosamente – designadamente pelo SNI ou pela PIDE, cuja publicação, como é obvio, é de autorizar”. Em *A política de informação no regime fascista*, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Presidência do Conselho de Ministros, vol. I, 1980, p.189.

¹²¹⁰ CAETANO, Marcello, *Pelo futuro de Portugal*, Verbo, 1969, pp.41-44. “— *A PIDE entre nós é muito criticada...* — Tendo de fazer frente ao combativo partido comunista, acarreta normalmente os ódios deste. Em África tem prestado assinalados serviços ao País, que todos quantos lá residem ou por lá passam reconhecem. — *Não julga então que, se algum dos grupos da oposição obtivesse o Poder, suprimiria imediatamente a polícia política?* — A esta que existe sim. Mas para criar imediatamente a seguir outra polícia política muito mais dura, só que virada contra tudo quanto não fosse favorável à edificação da sociedade socialista... Olhe, no tempo da monarquia havia um modesto juízo de instrução criminal que tinha a seu cargo os crimes contra a segurança do Estado. Foi atacadíssimo pelos republicanos, e o Dr. Afonso Costa fez contra ele um célebre discurso na Câmara dos Deputados. Foi proclamada a República e pouco tempo depois o órgão renasceu com outro nome e veio a originar a Polícia de Segurança do Estado, que existia em 1926 e que, conforme dizia a lei, tinha «carácter absolutamente secreto» e podia manter detidos os suspeitos, sem limite de prazo, pelo tempo indispensável à conclusão das investigações.”

Guiné.”¹²¹¹ O quadro único do pessoal da PIDE (metrópole e províncias ultramarinas) contava então um total de 3202 funcionários (1187 no continente e ilhas e 2015 nas províncias). Desse total, 2489 integravam o pessoal de direção e investigação. O restante era administrativo, técnico e auxiliar.¹²¹² Em 9 de Maio de 1969 foi publicado o Decreto-lei nº48 999, que visava agilizar o recrutamento de agentes exclusivamente para o ultramar, “enquanto durar a atual situação de emergência em algumas províncias”. Apesar do número, seria efetivamente, senão um “superestado”, um “estado dentro do Estado”.

O programa de contrainteligência criado em 1956 pelo famoso diretor do FBI, J. Edgar Hoover, encontrava-se no seu auge. Tratava-se do *COINTELPRO* (Counter Intelligence Program), especializado em atividades ilegais, como a interceção de correspondência e comunicações, sabotagens, descredibilização pública, destruição da vida privada e assassinatos.¹²¹³ Os alvos prioritários dos “dirty tricks” eram os grupos de protesto contra a discriminação racial, ativistas pelos direitos humanos, militantes “comunistas”, figuras públicas e mediáticas de tendências políticas “suspeitas”.¹²¹⁴ O programa só seria escrutinado e condenado pelo poder político em 1975, no *Church Committee*, na sequência do caso *watergate* e do *impeachment* de Nixon.

As novas orientações transmitidas à Censura no pós-27 de Setembro de 1968¹²¹⁵ foram integralmente coerentes com aquela entrevista e com o que já defendera em 1965¹²¹⁶, ano em que a PIDE, apesar da proteção constitucional conferida à *reeleição* de Thomaz, assassinou, com ou sem ordem expressa do chefe, o sempre imprevisível general Humberto Delgado. Somente as FA pareciam inspirar algum “respeito” na Rua António Maria Cardoso. A mudança não era somente difícil para MC. Reações como a do advogado A. J. Vasconcelos Carvalho demonstravam alguma transversalidade na incapacidade de adaptação a novas realidades, o que não concorreria para a sua efetivação. Em Janeiro de 1970, depois de aparecerem cortes num artigo que escrevera no *Diário de Lisboa* sobre “matéria mais crítica ou mais violenta” e depois de outro intitulado “Carta Aberta ao Senhor Presidente do Conselho” não ter sido publicado, o autor responsabilizou MC. Posteriormente mandou

¹²¹¹ Em Diário do Governo, I Série, 1968, nº303.

¹²¹² “Categorias e vencimentos do pessoal da Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Quadro Único”, em Diário do Governo, I Série, 1968, nº303, p.1916.

¹²¹³ JAMES, Joy, *States of Confinement: policing, detention and prisons*, Palgrave Macmillan, 2000, p.335; WILLIAMS, Kristian, *Our enemies in blue: police and power in America*, Soft Skull Press, Berkeley, 2004, p.183.

¹²¹⁴ COX, John Stuart, THEOHARIS, Athan G., *The Boss: J. Edgar Hoover and the Great American Inquisition*, Temple University Press, Philadelphia, 1988, p.312 e segs.

¹²¹⁵ *A política de informação no regime fascista*, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Presidência do Conselho de Ministros, vol. I, 1980, pp.214-217.

¹²¹⁶ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, pp.19-33.

averiguar e chegou à conclusão de que não tinha sido responsabilidade da Censura mas sim “erros” tipográficos. Pediu “enormes desculpas” a MC.¹²¹⁷

Um dos dados mais relevantes é a própria noção que os espíritos mais liberais entre os colaboradores tinham da contingência de MC em relação a esses poderes: “Pois requeri a visita a Caxias [24 de Abril de 1974] e falei com o Navarro diante de um inspetor. [...] O inspetor [da PIDE] sabia quem eu era e sabia quanto o Prof. estava longe da situação real! Daí não só a delicadeza para comigo, mas o facto de nessa mesma noite haverem mudado o Navarro de cela, o terem radiografado e submetido a análises diversas, e, passadas menos de 24 horas, fui convidado a ir tomar conta dele... até por que os havia avisado formalmente de que, a não ser assim, 48 horas passadas entraria em contacto consigo para o informar do sucedido.”¹²¹⁸

Este alegado alheamento de MC é confirmado pela sua passagem pelo MdP. Tendo formalmente responsabilidade sobre a Censura, aquela era totalmente depende do então presidente do Conselho e não escolhia vítimas.¹²¹⁹ MC funcionava como central de reclamações, a que atendia como podia e entendia.¹²²⁰ Um exemplo concreto da mecânica funcional da PCM, de que MC se lamentou nas *memórias*, é fornecido pelo processo de instituição da Fundação Calouste Gulbenkian em Portugal.¹²²¹ No entanto, Azeredo Perdigão iria mantê-lo ao corrente do processo¹²²² e no fim agradeceu-lhe “muito vivamente, a

¹²¹⁷ AMC, cx.19, Correspondência/Carvalho, A.J. de Vasconcelos (advogado): nº2 (22/01/70).

¹²¹⁸ No parágrafo cortado à transcrição: “Usei de uma firmeza e até de um tom ameaçador que não o surpreenderá, aliás. Confesso, mesmo que utilizei uma poderosa arma e não só para me “cobrir”. Apontei para um retrato seu, dependurado na parede do salão onde decorreu a conversa e fiz afirmações severas, duras, e bem conscientes, sobre a minha certeza de que o presidente do Conselho ignorava e não toleraria nunca fosse possível ainda, 5 anos após Salazar, que os detidos continuassem a não ser assistidos clinicamente e permanecesse o regime da tortura.” No seguimento acrescentou: “ (Admito que não pensei adiantasse muito falar ao dr. Moreira Baptista que, afinal, nunca me suportou – sempre me considerou um comunista – e cujas amabilidades efetivas devo unicamente ao conhecimento que ele tinha da estima que o Prof. me dedica. Por outro lado, se o dr. Rapazote – sobre quem penso o que bem sabe – nada fez para cumprir o seu pensamento, também sob o ministério do dr. César Baptista continuou a ser possível que em Peniche e Caxias permanecessem seres humanos há mais de vinte anos e em condições inumanas).” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº72 (27/04/74).

¹²¹⁹ AMC, cx.34, Correspondência/Lopes, Francisco Higinio Craveiro: nº4 (31/05/57).

¹²²⁰ AMC, cx.26, Correspondência/Falcão, Victor: nº1 (30/03/58): “Só por ter estado, nos últimos dias, um tanto doente, é que não agradei mais cedo o que V. Ex.^a tão prontamente fez para que a Censura autorizasse, enfim, a publicação, no Diário Popular, do meu artigo, retido por ela não sei bem quanto tempo. Publicado o artigo, verificou-se, é claro, como era de prever, que desse facto não resultou nada de mau, bem para Portugal, nem para o resto do mundo. Creia V. Ex.^a que me sensibilizou profundamente a sua atenção. Não a esquecerei nunca.”

¹²²¹ Em Agosto de 1955, José de Azeredo Perdigão escrevia a MC: “Não sei se terá estranhado o facto de eu não ter voltado a procurá-lo para lhe expor a evolução dos acontecimentos no que se refere à execução do testamento do Senhor Calouste Gulbenkian. Isso deve-se, por um lado, à circunstância de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho me ter indicado que o assunto é da competência especializada do Senhor Ministro do Interior [J. Trigo de Negreiros] e, por outro lado, no facto de eu não querer roubar-lhe qualquer parcela do seu precioso tempo.” PT/TT/PS/AMC/MPRE/02: Fundação Calouste Gulbenkian: AMC, cx.11, MPRE, Fundação Calouste Gulbenkian: nº1 (30/08/55).

¹²²² AMC, cx.11, MPRE, Fundação Calouste Gulbenkian: nº2 (26/09/55) a nº23 (06/12/56).

valiosíssima colaboração que se dignou prestar-me para que fosse possível, como foi, publicar o decreto que aprovou os estatutos da Fundação Calouste Gulbenkian antes de decorrido um ano sobre a morte do fundador.”¹²²³

Em Janeiro de 1970, depois de quinze meses de “espera”, o Sindicato dos Jornalistas voltava a trazer a questão da Lei de Imprensa. O seu projeto diferia com o que Sá Carneiro e Pinto Balsemão apresentaram em Abril. No entanto, desistiram do seu e apoiaram o dos deputados. O governo apresentaria a sua proposta de lei a 2 de Dezembro de 1970, discutida de 27 de Julho a 9 de Agosto de 1971.¹²²⁴ A Lei nº5/71 de 5 de Novembro de 1971, completada pelo Decreto-lei nº150/72 (Estatuto Jurídico da Imprensa, entrado em vigor a 1 de Junho de 1972), privilegiou os pareceres da CC às propostas dos deputados e consagrou o *regime de exame prévio* (capítulo XIV da Lei).¹²²⁵ De anotar que a 19 de Junho de 1969 foi publicado o Decreto nº49 064, que estabelecia o regime em que poderia ser alargado aos profissionais da informação da radiodifusão sonora, televisão e produção de documentários cinematográficos o disposto no artigo 2º do Decreto-lei nº 46 833, de 11 de Janeiro de 1966, que regulava a atividade jornalística.

A Censura manteve-se, privilegiando o que tocasse no tema da guerra, embora fosse menos rigorosa do que o parceiro Ministério da Defesa (MdD). Em Maio de 1969, o *Diário Popular* preparava-se para publicar um artigo sobre “os 40% do orçamento absorvidos pela Guerra”. O artigo não seria publicado por deliberação do coronel Nave (MdD), “a despeito dos Serviços de “Censura” terem insistido com a Defesa no sentido de o “libertar”...”.¹²²⁶ Após visita a Espanha, o diretor da Lusitânia comentava em Janeiro de 1974 que a imprensa espanhola “andava muito abusadora (como a de cá, Deus me perdoe).”¹²²⁷ Para além deste aspeto e da manutenção da estrutura e pessoal¹²²⁸ a nova Lei refletia uma antiga aspiração, já na calha do projeto abortado de 1956, agora agravada pela existência do conflito.

¹²²³ AMC, cx.11, MPRE, Fundação Calouste Gulbenkian: nº21 (25/07/56).

¹²²⁴ *Diários das Sessões*, 27/07/71 – 09/08/71, Xª legislatura, 2ª sessão, nº129-137, pp.2575-2785.

¹²²⁵ Ver FRANCO, Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Imprensa-Nacional – Casa da Moeda, Coleção Symbolon, Lisboa, s.d., pp.158-184.

¹²²⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº14 (23/05/69).

¹²²⁷ AMC, cx.34, Correspondência/Lupi, Luís Caldeira (jornalista; director da Associated Press em Portugal, fundador e diretor da agência noticiosa portuguesa Lusitânia): nº11 (24/01/74).

¹²²⁸ “As boas relações com o Diário de Lisboa tendo custado tanto a estabelecer e conservar, deveriam ser objeto de cautela para não se perturbarem... Como primeira consequência, houve “comício” na Redacção onde se afirmou com veemência que “neste Governo onde só há uma cabeça”, basta que esta se afaste para começarem a acumular-se os erros e a perderem-se as poucas conquistas efectuadas. Mais ainda dizia-se já (!) que, no fundo, “a cáfila da censura detesta o actual chefe do Governo, pois todos eles pertencem ao passado e foram mentalizados pelo dr. Paulo Rodrigues. À primeira oportunidade, vem ao de cima o seu rancor e aí estão eles a envenenar o ambiente que o Prof. Marcello laboriosamente tenta purificar”. AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº18 (13/07/69). ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, p.76.

No pico repressivo do pós-guerra, sobretudo nas vésperas das presidenciais de 1949, cujo “excesso de rigor” incomodava até afetos ao regime¹²²⁹, a ideia de substituição da Censura por uma Lei de Imprensa foi muito discutida no círculo de MC: “Há algumas medidas que, sem porem em risco todo o edifício da governação, como em Outubro de 45 levemente se fez, podem de qualquer forma ir ao encontro daquela ânsia que o homem tem de intervir nos destinos da coletividade, canalizando essa ânsia para regiões mais salubres e dignificadoras do que as conversas de café ou a propagação de folhetos clandestinos. Assim, a substituição do regime de censura prévia à imprensa por uma lei de imprensa fortemente orientadora, exigente nas responsabilidades e eficiente no cumprimento destas, parece-me mais do que aconselhável, não para nos deixarmos ir na voga do figurino exterior – visto que o figurino na Europa é o russo, com suas imensas liberdades... – mas para resolvermos nós, com os nossos meios, os nossos problemas.”¹²³⁰ Mais de vinte anos depois, seria ainda este o espírito e a semântica.

Opondo-se muitas vezes às deliberações do governo, a Legião Portuguesa (LP) seria outra organização com grande protagonismo na campanha, constituindo-se num dos elementos de boicote permanente de todo o processo. A resposta de MC ao seu comandante, após denúncia do oposicionista Rui Proença de Oliveira, documenta o recíproco desamor entre MC e a LP: “Há um ponto que desde logo não pode deixar de ser acentuado: os legionários não podem proceder à detenção seja de quem for, salvo nas condições permitidas por lei a qualquer pessoa que presencie um delito em flagrante. Se havia acusações a fazer ao Dr. Rui de Oliveira, participavam-nas à polícia. A prisão e a detenção no quartel do Rato foi ilegal, e tem de ser punida. O queixoso declara que foi agredido no quartel enquanto o interrogavam e apresenta sinais exteriores dessa agressão. Também esse facto é deplorável e não pode ficar impune, no interesse e para prestígio da própria Legião.”¹²³¹

¹²²⁹ AMC, cx.35, Correspondência/Marques, Pedro Correia (jornalista; director de “A Voz”): nº6 (10/06/48).

¹²³⁰ AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Joaquim (escritor e chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº26 (03/03/48?). O autor prossegue: “Da mesma forma, sem enfraquecer o Executivo – que um insuspeito democrata como o Marques Guedes ainda outro dia proclamava, no Diário de Notícias, ter de ser forte nos tempos de hoje – tudo que se fizer para prestigiar a Assembleia Nacional, prolongar o período de trabalho desta – porque não dois períodos de quatro meses? – dar vida e prestígio às suas Comissões, pôr os membros do governo em contacto directo com estas, como nos estados Unidos, tudo que se fizer nesse sentido dará estabilidade ao regime, estabilidade diferente da que lhe emprestam as baionetas, com as quais o dr. Salazar faz há vinte anos o milagre que o Mirabeau considerava impossível: estar sentado sobre elas. Muitos outros pontos há, como ainda o da cobiçada conciliação entre autoridade e liberdade, o social – que Você novamente bem frisou no seu discurso – o da Assistência, tão grave no nosso país, muitos outros pontos há em que tenho as minhas apagadas ideias de literato... ideias para uso próprio. Mas não tenho que os debater. Nem que ensinar o Padre Nosso ao Vigário.”

¹²³¹ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Rui Proença de (médico; político oposicionista): nº6 (27/10/69).

1.2.3. Máquinas de campanha

Para contornar as dificuldades naturais da UN, MC reuniu alguns (poucos) fiéis ligados à imprensa, em especial J. Eduardo Tavares Rodrigues, e procurou criar uma máquina de campanha *informal*. A insuficiência da solução atribuiria significado ao que aquele disse a MC, em Abril de 1969, quando afirmava tratar-se de “uma campanha eleitoral em que o presidente do Conselho é praticamente a única e, sem dúvida, a melhor unidade realizadora.”¹²³² No final de campanha em Lisboa, no Cinema Tivoli, Jorge Bebianco Coimbra afirmava ter dado o seu melhor, considerando que “partiram do zero”, já que antes era a “direção da UN que tratava de Lisboa”. Por isso fazia eco de Tavares: “só o prestígio de MC será suficiente para decidir o resultado do ato eleitoral.”¹²³³

1.2.3.1. Informa: a encomenda oficiosa

A preocupação em conquistar a imprensa expõe o óbvio: ausência de controlo. Porque não queria ou não podia, MC não contava muito com os jornais officiosos do regime. A criação da Informa – Agência Portuguesa de Informação, LDA – em conjugação com o trabalho de bastidores, visaria colmatar essa lacuna. A máquina de propaganda concentrou-se na produção e distribuição de material (textos, peças, programas, etc.) para a imprensa, rádio, cinema e televisão. Fundada em Março de 1969, em 31 de Maio o orçamento já contabilizava despesas no valor de 937.600\$00.¹²³⁴ De nada valendo os esforços de partilha com as FA.¹²³⁵

¹²³² ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, p.49.

¹²³³ AMC, cx.23, Correspondência/Coimbra, Jorge Bebianco (eng.º): nº1 (23/10/69).

¹²³⁴ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº10 (06/05/69).

¹²³⁵ “Assuntos como os da Florbela Queiróz no Ultramar e o “folhetim Solnado” serão realizados pelas Forças Armadas, para maior economia.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº12 (17/05/69). “o meu contacto com o Chefe dos Serviços de Informação das Forças Armadas, Coronel Almeida Nave – homem muito inteligente e empreendedor, cheio de ideias, boas intenções, e gozando da confiança do General Deslandes – permitiu-me uma conquista que espero dê frutos em breve. De facto, o Coronel Nave decidiu integrar toda a ação informativa das Forças Armadas no âmbito do projecto que fui encarregado de desenvolver e foi em comum que planeámos e vamos executar as realizações no cinema, TV e Imprensa.” Idem, nº11 – anexo 2 (10/05/69).

Os entusiasmos iniciais¹²³⁶ duraram pouco: “O mesmo [apoio] infelizmente não posso dizer quanto ao dr. Valadão... Mas eu já previa que a missão teria os seus espinhos... E destes os mais ásperos e mordentes serão os que estão expressos na cooperação que esperava receber das pessoas que chamei para me ajudarem mais de perto... A falta do sentido de responsabilidade, a incúria, e até a avidez perante o dinheiro, não têm representado dificuldades pequenas – com a agravante de, exigindo já a requerer o apoio de minha mulher que, doente embora, continua a ser válida e profissionalmente honesta.”¹²³⁷

A continuidade do projeto era seriamente posto em causa em Maio: “Numa linha que se me afigurou vir seguindo já antes da nossa última troca de palavras pelo telefone, refere-me o Prof. Marcello o seu desapontamento criado pela ação da Informa até este momento. Terá ampla e efetiva razão de ser o seu desapontamento? Talvez.” Perante a desilusão de MC, que o levou a equacionar o encerramento, Tavares Rodrigues expunha todas as dificuldades em pôr de pé uma organização eficaz num curto espaço de tempo.¹²³⁸ A que se somavam as dificuldades levantadas pela fraca colaboração dos jornalistas, quase em regime de voluntariado.¹²³⁹ Aliás, a maior dificuldade adviria da própria extinção do projeto, caso fosse avante: “Até porque não será impossível pôr termo imediato à Informa, sem que certos zelosos “adeptos do regime”, visivelmente interessados em minimizar realizações e pessoas, possam ter motivo para lamentar qualquer dispêndio de verbas: o crédito pessoal a que ganhei direito em muitos anos de trabalho isento, permite-me não formular dúvidas sequer quanto à pronta reação do Dr. Miguel Quina perante uma limiar referência minha à conveniência de se proceder à liquidação da Informa sem encargos para o Estado.”¹²⁴⁰

A incapacidade da “máquina” para se impor nos jornais evidenciou-se progressivamente. Em Maio, o “pessoal” teve de empreender um esforço considerável junto dos diversos jornais de Lisboa e Porto para conseguir a melhor publicitação possível da

¹²³⁶ “A Imprensa está preparada: Temos conosco um Comércio do Porto em renovação (assunto arrumado); o Diário de Lisboa, após recentes e demoradas conversas com o Ribeiro dos Santos e o Ruella Ramos, é terreno firme e importante no futuro; A Capital, após esta mascarada publicitária, entrará nos eixos; o Popular dará uma prova importante com o “fundo” que o prof. Martinho está já a escrever sobre o texto da entrevista com o “herói” – que junto anexo. [...] Espero que as equipas que o Galveias Rodrigues vai instalar na Guiné, em Angola e em Moçambique produzam trabalho capaz. Permito-me chamar a sua atenção para o facto de os anexos 1 e 2 referentes a Angola conterem inúmeros aspetos de menor interesse para o objetivo a atingir. Mas ele sabe bem quais as instruções que recebeu sobre o assunto.” ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, II Vol., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, p.50.

¹²³⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº11 – anexo 2 (10/05/69).

¹²³⁸ “Creio, por outro lado, que talvez não houvesse grande vantagem no facto de se haver arrancado antes, dada a distância que vai até Novembro, e o facto iniludível de o assunto de maior urgência – o plano de intercâmbio – ter sido considerado inoportuno.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº12 (17/05/69). Sobre o fracasso da Informa ver ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, II Vol., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, p.103.

¹²³⁹ Entre outros refere os nomes de Urbano Carrasco, Fernando Carneiro e Fernando Moutinho.

¹²⁴⁰ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº12 (17/05/69).

entrevista de MC ao New York Times, tão condenada pelos “ultras”.¹²⁴¹ O medo de perderem a influência sobre o *Diário Popular* e de este cair “em mãos incertas meses antes das eleições”, projetava Francisco Pinto Balsemão no tabuleiro: “O Prof. Martinho tem consciência plena das suas responsabilidades de diretor e [...] está imbuído de sentido combativo mas construtivo e deseja até recuperar o Dr. Balsemão – aproveitando o surto de marcelismo de que este se diz possuído de momento. Para tal “recuperação” não ser prejudicada (bem difícil será mentalizá-lo) impõe-se que o Dr. Brás se acalme e abandone as ideias de soluções violentas: provocar uma crise interna no Jornal antes de sair. Afigura-se-me que não há impossíveis a enfrentar.”¹²⁴² Em Angola e Moçambique as dificuldades seriam ainda maiores.¹²⁴³

Em Julho, as peripécias novelísticas¹²⁴⁴ anteciparam o espectro do fracasso verificado no fecho da campanha: “Consciente das minhas limitações, não estou, todavia, acostumando a situações confusas: o caso da Informa, sujeito embora a apreciação final, de acordo com relatório a elaborar, constitui lição dolorosa de que é difícil servir sem clara, nítida, expressa tomada de posição. As culpas maiores não serão talvez da minha responsabilidade. [...] Prestei à Campanha Eleitoral quanto me foi exigido... Mas não estou satisfeito! Se acaso a minha cooperação vier a ser considerada útil no futuro, pretendo que em tempo se definam atribuições e responsabilidades. Prefiro ser acusado de centralizador – o que é comum – do que assistir impotente a ações atrabiliárias de toda a espécie.”¹²⁴⁵

1.2.3.2. *Desmantelada: a velha UN*

No primeiro dia do mês das eleições, o cineasta António Filipe Lopes Ribeiro, velho colaborador da UN e irmão do famoso Ribeirinho, pretendendo denunciar uma situação “grave”, lançava-se a MC. Criticou a forma como procedeu ao “esclarecimento do eleitorado”, apesar de ter “apreciado a “máquina” que pretende conquistar esse eleitorado para

¹²⁴¹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº14 (23/05/69).

¹²⁴² AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº14 (23/05/69).

¹²⁴³ Sobre a dificuldade em obter pessoas capazes e disponíveis e em obter textos de Angola por comparação com Moçambique: “o baixo nível da Imprensa angolana e a diferença neste campo existente entre os dois territórios.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº12 (17/05/69).

¹²⁴⁴ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, pp.63-72.

¹²⁴⁵ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº42 (24/10/69).

os candidatos que se disponham a apoiar na AN a política do governo presidido por Vossa Excelência.” Porém, mostrava-se preocupado porque a UN estava “desmantelada”, o que conduziria as eleições a um “verdadeiro descalabro.” Ainda segundo o autor, “o simples confronto da leitura dos comunicados, declarações, notas, etc. com que a Oposição (não tão desunida em si mesma como aparenta, e certamente unida contra o Regime) [invadia] literalmente os jornais, e das escassas notícias emanadas da UN (essa mais desunida do que nunca) dá a medida da incapacidade senão inconsciência com que está a ser conduzida a defesa do regime e dos mais altos interesses da Nação.”¹²⁴⁶

A crítica aparentemente desesperada às mudanças introduzidas por MC na UN, a “renovação” que a estaria a transformar numa “permanente Reunião”, teria algum fundamento. Primeiro, porque a utilização da UN foi meramente formal. O objetivo dos grandes contactos com as “massas” também passaria por inutilizar os velhos métodos e pessoas: “oposicionistas de todos os quadrantes e os que se dizem seus adeptos (são agora tantos e tão fervorosos...) não põem em dúvida que a reação do Norte revestiu um sentido de espetacular referendo, altamente significativo pela sua expressão numérica e pelo calor de espontaneidade. Alguns são os que admitem mesmo que a “máquina” preparada nos moldes tradicionais do Almirante Tenreiro e da UN foi literalmente superada e desmantelada pelo ímpeto genuíno das massas nortenhas.”¹²⁴⁷ Segundo, a tentativa de renovação das Comissões Distritais e das Concelhias da UN, sobretudo entre Julho e Setembro de 1969, foi um fracasso. Entre os “problemas em conseguir pessoas”, a necessidade de “refundir” Comissões e lugares vagos preenchidos à última hora, não faltavam sinais de desmantelamento.¹²⁴⁸ O relatório detalhado de Faro é exemplificativo. Ninguém queria assumir a liderança, porque alegadamente todos queriam ser “soldados”. A “inexistência de UN digna desse nome durante mais de 4 anos” era justificada pelas “frequentes faltas de bom senso e atuações sectárias de alguns dirigentes”, “deficiente apoio nos escalões superiores da UN e do Executivo” e “atitude de expectativa na conjuntura política nacional”.¹²⁴⁹

¹²⁴⁶ “Tanto mais que a remodelação que vem sendo efetuada nos organismos distritais e concelhios expulsou das suas posições, a pretexto de “renovação”, a grande maioria das pessoas com as quais se poderia contar inteiramente. Foram elas substituídas por elementos portadores de ideias manifestamente contrárias à linha que, neste momento mais do que em qualquer outro, a UN teria obrigação de manter.” AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, António Filipe Lopes (cineasta; irmão do autor/encenador Francisco Ribeiro – Ribeirinho): n.º2 (01/10/69).

¹²⁴⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n.º14 (23/05/69).

¹²⁴⁸ ANTT/União Nacional/ Comissão Central (SF)/ Correspondência dos corpos dirigentes da UN/ANP (SR)/ 1969 – cx.1058 – mc.3: fl.1-27.

¹²⁴⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.1042; mc.10-C; fl.1-5. Em Viseu “sentiram-se dificuldades na reestruturação das comissões concelhias. Porém, esta tarefa foi levada a efeito por forma a permitir ampla participação política.” ANTT/União

As Distritais de Castelo Branco e Aveiro foram as únicas exceções. Da primeira vinha a indicação de que “as Comissões Concelhias estão em vias de remodelação, já se encontrando nomeadas 8.”¹²⁵⁰ Em relação à segunda, “procede-se com enorme dificuldade à organização das comissões concelhias, em virtude da maioria dos indivíduos mostrarem repugnância em servir com a etiqueta UN. Mesmo assim foi possível organizar 9 comissões concelhias, 3 delas integrando antigos elementos opositoristas, agora dispostos a colaborar com o Prof. Marcello Caetano.”¹²⁵¹

Em finais de Setembro, a inutilidade da velha estrutura partidária era definitivamente exposta: “Creio ainda que será errado procurar qualquer notoriedade e prestígio para a UN, além do que resultará implicitamente da dignidade que revestir a sua ação eleitoral. [...] Falei com o Luís Teixeira Pinto. Mostrou-se confiante numa campanha na base de grande sobriedade – sem quaisquer vestígios do cariz típico da “velha” UN.”¹²⁵² Mesmo para potenciais colaboradores, a UN constituía o obstáculo: “este Jornal [Comércio do Porto] estará ao lado do Prof. Marcello, não obstante todas as reservas (muito delas de aparente legitimidade) feitas à UN”.¹²⁵³

A sobreposição de orientações e intenções acompanhava o “desmantelamento” da organização. No início da campanha, em documento secreto, confirmava-se “que o Senhor Ministro do Interior procurou desenvolver atividade paralela à da UN.”¹²⁵⁴ A desorganização e a desconfiança entre praticamente todos os intervenientes evidenciaram-se inclusivamente no protelamento desajeitado das decisões sobre os cartazes de campanha. No dia 30 de Setembro, a menos de um mês do dia das eleições, é ordenada a rescisão com as gráficas “Sociedade Mercantil”, “Red – portuguesa – publicidade de exterior”, “Placard” e “Belarte”. Esta última recebeu indicação para interromper a distribuição dos cartazes com a designação “ponte”, aproveitando os que ainda estão na sua posse com a designação “mãos” para taparem os anteriores.¹²⁵⁵ Nas mesmas informações constava a entrega, em exclusivo, da publicidade à “Publipromo”. Esta confirmava, no dia 11 de Outubro, a execução de 60.000 cartazes

Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.1042; mç.10-C; fls.56-57.

¹²⁵⁰ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.1042; mç.10-C; fl.25.

¹²⁵¹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.1042; mç.10-C; fls.17-18.

¹²⁵² AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°33 (27/09/69).

¹²⁵³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°24 (11/09/69).

¹²⁵⁴ PT/TT/PS/AMC/PC-ELE/02: eleições de 1969; AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: n°5 (10/69).

¹²⁵⁵ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.584 – mç.1452: fls. 145-155.

1.00x0,70 e respetivos jornais de parede, entregues às delegações do continente e ultramar, num total de 550 coleções.¹²⁵⁶

Semelhante decisão de última hora seguiu, ao que tudo indica, a orientação de J. E. Tavares Rodrigues. A 27 de Setembro arrasava as “peças de propaganda [...] observadas na sede da UN na noite” anterior. Os cartazes e desdobráveis revelariam “um profundo erro de base”: “não obedeceram a nenhuma ideia geratriz suficientemente vincada, salvo talvez no que respeita a uma suposta determinação de subsumir um tanto a imagem da UN”; “quanto à transmissão das mensagens, sobre o grafismo, haverá a dizer que ele é bastante mau”; “a distribuição das letras está demasiado errada no cartaz da Ponte, e a escolha das cores além de ser contra indicada para cartazes, poderá também sujeitar-se a especulações quanto ao uso do “azul” no cartaz da Ponte”; “trata-se de peças desaconselháveis”; “não são nada – apenas desajeitados cartazes que revelam não haver organização à altura da importância do problema.”¹²⁵⁷

A fraca organização¹²⁵⁸ culminou num episódio ridículo. Após cerimónia no Palácio de Belém, em cujo exíguo salão nobre não podiam entrar todos os representantes das Comissões Distritais e Concelhias da UN, MC dirigiu-se ao exterior do Palácio para receber os protocolares cumprimentos, mas não encontrou praticamente ninguém. Quase todos os que tinham ido até Belém já se haviam retirado. No dia 27 de Setembro a Comissão Executiva escrevia às dezenas de Comissões ausentes para dizer que o presidente do Conselho tinha ficado “muito magoado”.¹²⁵⁹

Este caso permitirá avaliar a atenção concedida às restantes circulares. A 30 de Setembro, a Comissão Executiva da UN enviou para todas as Comissões¹²⁶⁰ a circular emitida dia 17 para todos os Governadores Cívicos, através do Ministério do Interior (MdI), a definir as orientações quanto: ao período de campanha, as comissões eleitorais, as reuniões e sessões de propaganda, as reuniões e manifestações na via pública, os manifestos e documentos destinados a circulação, a afixação de cartazes e dísticos, ao visto prévio do Governo Civil, aos alto-falantes e utilização de edifícios públicos, televisão e radiodifusão. Definia também expressamente que “as autoridades devem assegurar aos candidatos a liberdade necessária

¹²⁵⁶ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.584 – mc.1452: fl.149.

¹²⁵⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº33 (27/09/69).

¹²⁵⁸ Ver também ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, pp.89-96.

¹²⁵⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.584 – mc.1452: fls.32-65 e 72-83.

¹²⁶⁰ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.584 – mc.1452: fl.23.

para desenvolver a sua campanha, colocando-os todos em igualdade, desde que procedam dentro das leis e não se desviem dos fins que ela visa.”¹²⁶¹

1.2.3.3. *Golpe de Estado: o homem a abater à direita e à esquerda?*

A referência aos “boatos sobre a formação de uma junta militar destinada a tomar conta do Poder”, de 9 de Setembro¹²⁶², não foram um ato isolado. Dois dias depois, eram reforçados: “Houve larga possibilidade de se fazer uma apreciação minuciosa da perspectiva que se nos depara desde a extrema-direita (com os seus intencionais boatos sobre a formação de uma junta militar destinada a depor o Prof. Marcello e o descontentamento de alguns ex-deputados), até a um centro onde se situam, a par de unidades dedicadas e capazes, certas “reliquias” do passado e não pequeno lote de neo-oportunistas (agora engrossado com o jovem Balsemão) [sic], e a uma extrema-esquerda fragmentada mas conservando como cimento comum a atitude perante o Ultramar e a determinação de desistir antes da ida às urnas – atitude que buscará pretexto em todas as ações governamentais passíveis de crítica.”¹²⁶³

Com o aproximar das eleições desenhou-se, aos olhos dos *rapazes* de MC, uma improvável convergência (ou coincidência) entre os opostos no sentido de impedir uma vitória *limpa* a MC. Sobre a questão da autorização para a divulgação do *Manifesto* da CDE, onde se defendia a “independência dos territórios africanos”, o objetivo seria atingir uma “tensão de rutura”, que colocasse o governo “perante um dilema”: “O governo autorizaria a publicação e seria previsível um “endurecimento” de atitudes por parte dos militares, acionados até pela extrema-direita. [...] Se a Censura não atuar, espera a CDE, provavelmente, que a perturbação da ordem se verifique – o que serve admiravelmente o seu

¹²⁶¹ PT/TT/PS/AMC/PC-ELE/02: eleições de 1969; AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: n°4 (17/09/69). No parágrafo seguinte: “Infelizmente, corre abundante documentação, onde se manifesta o claro propósito de utilizar a propaganda eleitoral para “desenvolver um forte movimento de massas capaz de enfrentar a repressão fascista”. Esta terminologia denuncia logo a origem deste movimento, pois é sabido que o partido comunista considera tudo quanto não favorece o comunismo mais ou menos fascista. O governo não pode deixar de chamar a atenção dos candidatos e das comissões eleitorais para o perigo de deixarem infiltrar-se na campanha esses elementos perturbadores que só visam prejudicar a dignidade do acto eleitoral e lançar o país na subversão. E, assim como está disposto a tudo fazer para assegurar os direitos dos cidadãos, também não hesitará em contrariar os abusos e em reprimir as tentativas de perturbação da ordem pública.”

¹²⁶² ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, p.101.

¹²⁶³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°24 (11/09/69). Informações colhidas através de Manuel Filipe Seara Cardoso do Comércio do Porto.

objetivo imediato de perturbar o clima eleitoral, corroendo interna e externamente a imagem do novo Governo português. Um “golpe de estado” eliminaria as piores hipóteses que se lhes deparam e são afinal as decorrentes de uma “abertura” que a continuidade da sua ação permite entrever. Se a Censura intervier (e o Dr. Moreira Baptista disse-me hoje que procederia assim), tem a CDE motivo para desistir já ou quando lhe aprouver, alegando que não lhe foi sequer possível dar conhecimento do seu programa ao eleitorado.”¹²⁶⁴

Já em campanha, voltava a insistir na mesma ideia: “Estamos em presença, por um lado de forças da extrema-direita sobre cujas intenções o menos que é possível pensar é que se determinam ainda segundo diretrizes e processos indesejáveis e tanto mais inadequados quanto o Chefe do Governo comprometeu a sua palavra em que haveria “eleições”... O que subentende direitos a respeitar a todo o custo, sem recurso a qualquer tipo de maquiavelismos mais ou menos descarados, tais como os que são assacados aos Presidentes de Câmara, Governadores Civis, PSP, PIDE, Legião etc... compreendendo os “Comandos” que dizem afetos do Almirante Tenreiro... [...] Para esses, como para quase todas as CDE e as CEUD, o Prof. Marcello é, declaradamente, o homem a abater, mais perigoso dia a dia, à medida que cresce o seu prestígio entre as massas. Isto porque reconhecem em Si a única entidade capaz de, evitando males de um capitalismo reacionário, encaminhar o País por via reformista para fórmulas mais evoluídas, capazes de satisfazer a grande maioria dos portugueses, que apenas reclamam os resultados de uma sã política de desenvolvimento económico e justiça social. [...] Ora o “golpe de estado” serve a Oposição democrática como solução para o afastar do Comando do Governo. E um governo de extrema-direita, com militares ou sem eles, agravaria as “contradições”, facilitando a construção do socialismo. [...] E se é mais provável uma provocação das direitas, a resposta das esquerdas pode ser de natureza e amplitude incontroláveis sem o recurso às FA...”¹²⁶⁵

No mesmo sentido estariam as supostas intenções da CDE: “Tenho bons motivos para acreditar – foi-me dado a entender pelo Tengarrinha – que a CDE pretende levar o Governo a usar do seu poder legal para dissolver a comissão eleitoral. Essa seria a solução ideal para eles. Nessa ordem de ideias se filia porventura a terminologia e a afetividade transparentes no “programa” divulgado. Mas se não for o Governo a impedi-los de prosseguir, alguns motivos

¹²⁶⁴ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°35 (04/10/69).

¹²⁶⁵ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°41 (18/10/69).

haverão de invocar para desistir. Será lamentável se vierem a alegar razões irrefutáveis. Não se poderão tomar as medidas que parecem aconselháveis?”¹²⁶⁶

Na sequência da “Questão de Coimbra”, as ridículas peripécias em torno do “pedido de desculpas ao Chefe de Estado” – *pede não pede, aceita não aceita* – evidenciariam motivações mais obscuras. Américo Thomaz não mostrou o menor interesse em resolver a situação. Pelo contrário, pareceu interessado em manter a ferida aberta. Ferida que só prejudicava MC. Influenciado por Afonso Queiró, um dos homens que pretendia Supico Pinto na PCM, Américo Thomaz recuou na decisão de receber em audiência um grupo de professores liderado por J. Joaquim Teixeira Ribeiro.¹²⁶⁷ Estes pretendiam apresentar uma exposição, escrita pelos professores Eduardo e Ferrer Correia, aprovada por mais 151 docentes, no sentido de resolver definitivamente a questão. A consequência de semelhante protelamento seria óbvia: “Observando [Eduardo Correia] que melhor do que reprimir, seria neste caso aceitar as desculpas dos alunos (refere que De Gaulle foi enxovalhado publicamente por mais de uma vez – sem falar nos atentados), pensa que o prof. Marcello está a ser a vítima de tudo isto, na medida em que esta questão agita a juventude e, em cadeia, facilita outras motivações e interferências.”¹²⁶⁸

1.2.4. Renovação de *pessoal político*: a formar para altas responsabilidades

1.2.4.1. Critérios: *eliminar a corrupção*?

Um dos documentos fundamentais para compreender os objetivos de MC para as eleições data de Junho de 1969. Contém as respetivas diretrizes, centradas em três pontos bem definidos: orientações gerais para as eleições; critérios de escolha dos candidatos e orientação socioprofissional da lista. MC adicionou um quarto ponto, em jeito de conclusão, a que

¹²⁶⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº36 (06/10/69). “Nota: Se na reunião hoje à tarde na Secretaria do estado houver oportunidade levantarei o assunto. É certo que o dr. Valadão não gostará. Paciência.”

¹²⁶⁷ Teixeira Ribeiro e Afonso Queiró continuariam a ser rivais, para não se utilizar a expressão inimigos, noutras questões académicas e políticas. Ver ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, pp.246-247.

¹²⁶⁸ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº11 – anexo 3 (10/05/69).

manifestamente atribuiu a maior importância.¹²⁶⁹ O que pretendia MC? O último ponto parece claro: “pretende-se alterar a figuração, praticamente exclusiva de alta burguesia da nossa Câmara Política, com que têm aparecido á opinião pública nas anteriores legislaturas. Não repugno ver, na nova Câmara, grandes empresários ou grandes capitalistas ou grandes profissionais livres com êxito (alta burguesia). O que é necessário é eliminar os chamados “advogados políticos” ou “traficantes de influência” ou “encapotados representantes dos grandes grupos de pressão”.¹²⁷⁰ Nos demais critérios já sublinhara a mesma intenção, o que só reforçava uma preocupação de toda a vida: independência do estado em relação aos “grupos de pressão”. Os candidatos teriam assim de demonstrar “nítida isenção em relação aos grandes grupos de pressão plutocrática e latifundiária (embora alguns possam ser “colaboradores” na técnica – e até na gestão – de grandes empresas)”.

A somar a este, definia os seguintes critérios: “segura adesão aos pontos básicos da política”; “capacidade e sincero propósito de poderem corresponder às inequívocas esperanças populares de algo diferente e mais justo que constituem um dos principais significados das manifestações espontâneas (como o país, há muito, não conhecia) que têm rodeado o Chefe de Governo”; “nível cultural e aptidão política (ou bem intencionada apetência política nos inexperientes) de modo a que a execução da campanha seja entregue predominantemente aos próprios candidatos”; “disposição para manifestarem, durante a campanha, atitudes de tipo programático, visando o futuro e o progresso (“Estado Social” do discurso da Câmara do Porto), de preferência à minha polémica com as oposições e à excessiva defesa da chamada “continuidade”.”

Segundo a intenção inicial, MC estabelecia uma “renovação não inferior a 75%, em relação á atual legislatura” (1965-69). Pensou então no seguinte: “inovações, quanto á representação de grupos socioprofissionais, que nunca a tiveram em anteriores legislaturas, a partir de 1934, e em consideráveis alargamentos de representação de outros grupos, tais como:

- I. Mundo do trabalho – nunca representado na AN – dirigentes sindicais com autenticidade e aptidão política; elementos idóneos da JOC, LOC, JAC, LAC: +-10;
- II. Senhoras – maior número que nas legislaturas anteriores, em correspondência ao alargamento de voto feminino e á crescente participação da mulher na vida pública,

¹²⁶⁹ PT/TT/PS/AMC/PC-ELE/02: eleições de 1969; AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: nº5 – anexo 1 (13/06/69).

¹²⁷⁰ Em sintonia com o que defendera na 5ª edição do *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional* (pp.221-223) sobre os prós e contras do “sufrágio corporativo”, onde refere as dificuldades e soluções para reduzir ou eliminar grupos de interesses.

em consequência da sua promoção em geral, especialmente de promoção profissional: +-10;

- III. Não brancos: +-8;
- IV. Forças Armadas – de preferência capitães, majores e tenentes coronéis com serviços distintos, bem conhecidos, no Ultramar: +-8;
- V. Pequenos e médios empresários agrícolas, de preferência com marcada posição no movimento cooperativista: +-8;
- VI. Empresários industriais, de preferência self-made: +-6;
- VII. Geração “Estado Social” – Novo pessoal político, a formar para altas responsabilidades; de preferência, partindo de sólidas carreiras técnicas; a maior parte, naturalmente, terá pouca expressão política local imediata; a maioria ou pertence ou anda próximo dos grupos dos chamados católicos progressistas mas darão as garantias mínimas [definidas nos critérios]: +-20;
- VIII. Algumas personalidades com impacto na opinião pública indiscriminada (escritores, artistas, jornalistas) – muito difícil de encontrar oferecendo um mínimo de garantias: +-5.”

O plano apresentado era coerente com as ideias defendidas e as críticas ouvidas desde os anos de 1930. Destaca-se, no entanto, a intenção de chamar ao poder a chamada “geração Estado Social”, o “novo pessoal político”, para o “formar para altas responsabilidades”. Basicamente o grupo que viria a ser conhecido por “ala liberal”.

Ainda segundo o mesmo documento, a ordem era para “disputar, com “honestidade”, as eleições; ganhá-las “bem”; quer dizer, atrair candidaturas que ofereçam efetiva competição, perante as urnas.” Definiu também a orientação para os Governos Cívicos e para a reformulação da Lei Eleitoral, que viria efetivamente a concretizar. “Em consequência, assegurar autenticidade:

- I. Desde já os Governadores Cívicos podem autorizar reuniões não públicas (e comissões) para preparação de candidaturas;
- II. Durante a campanha (muito provavelmente 27 Setembro a 24 de Outubro), as candidaturas oficiais terão: acesso aos cadernos eleitorais e uso dos meios de comunicação social em igualdade com as candidaturas U.N.
- III. Será assegurada (possível retoque na lei eleitoral) livre fiscalização de toda a atividade das mesas das assembleias eleitorais por delegados das candidaturas.”

Os objetivos revelar-se-iam demasiado ambiciosos. A tentativa de renovação das Comissões da UN demonstrá-lo-ia. Ao contrário da limitação legal à constituição de partidos

políticos. Aos olhos de MC, de muita gente no regime e até de uma boa parte da opinião pública norte-americana¹²⁷¹, o “combate anticomunista” poderia justificar a proibição, que visaria fundamentalmente o PCP. Mas como poderiam as Comissões Eleitorais (CDE e CEUD) oferecer “efetiva competição” e compensar a ausência de partidos políticos organizados? A consideração por parte de MC de que estariam todos a partir do zero, à exceção da *velha* UN, não era sequer aceitável. Além disso, corresponderiam os critérios à realidade? Ou, visto por outro prisma, existiria o país capaz de corresponder, com “autenticidade”, a tais critérios?

1.2.4.2. *Dosagem – para um regime progressivo?*

Na constituição da lista, a par dos critérios socioprofissionais MC deu especial atenção à “dosagem, segundo características socioideológicas”.¹²⁷² Com base nas “estatísticas relativas à proposta da Comissão Executiva”, foram examinados 860 nomes para uma lista final de 107. Os deputados a “eleger pelo Ultramar” eram da inteira responsabilidade do ministro do Ultramar.¹²⁷³ A bitola não surpreende, mas merece toda a atenção. Considerou, “por comodidade”, a seguinte divisão: “Extrema-direita (ED), Direita (D), Centro Direita (CD), Centro (C), Centro Esquerda (CE), Esquerda (E) – A dosagem é referida aos 107 deputados dos Círculos da Metrópole:

E.D.	7%
D.	29%
C.D.	19%
C.	22%
C.E.	22%
E.	(0,9) <u>1%</u>
	100%”

¹²⁷¹ Revista *American Opinion: na informal review*, Volume XIV, nº7, July-August 1971, pp.98-99. MC foi capa deste número.

¹²⁷² AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: nº7 (1969).

¹²⁷³ “ULTRAMAR: foi-nos aconselhado, no nível mais autorizado, que, em relação às candidaturas pelos círculos do Ultramar, nos apoiássemos fortemente no Senhor Ministro do Ultramar, ao ponto de para ele transferir grande parte da responsabilidade. [...] Aderimos à orientação de prescindir de grande parte da iniciativa. Até porque houve espectaculares erros de uma antiga Comissão Executiva que quis impor-se, à distância.” AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: nº5 (10/69).

Tendo em conta que não se conhece nenhum documento que comprove que MC ou a Comissão Executiva da UN questionaram os candidatos quanto à sua orientação “socioideológica”, é de crer que semelhante divisão partiu da exclusiva imaginação dos seu(s) autor(es). Ainda assim, a artificialidade é elucidativa quanto ao (mais ou menos vago) projeto político que estaria em mente. Primeiro e sem novidade, a nítida inclinação à “direita”. Segundo, a noção (ou expectativa?) da tendência do “eleitorado” votar ao chamado “centro”. Terceiro, a paternidade política em Portugal desse mesmo “centro”, neste caso imaginado em 63%, que haveria de fazer escola e influenciar determinantemente a organização do regime da Constituição de 1976. Quarto, a tentativa vã de anular qualquer oposição à direita, integrando-a(s) na “sua lista”. Quinto, o reconhecimento de que a “esquerda” era necessariamente “oposição” e, por outro lado, a tentativa de identificação de qualquer candidatura da “oposição” com a “extrema-esquerda”.

De onde partiu a aritmética marcelista? Tudo indica que das experiências italiana e alemã (RFA). No caso italiano, os três governos de *centro-sinistra organico* de Aldo Moro, entre 1963-68, a que sucederiam (descontando o curtíssimo governo democrata-cristão de Geovanni Leone) três governos de Mariano Rumor, dois dos quais segundo o mesmo modelo de coligação (DC, PSI, PSDI, PRI). A *orgânica* adotada por MC, uma espécie de *centro-direita orgânico*, parecia sobremaneira inspirada na prática política italiana. Nos finais da década de 1960, governos maioritários de um só partido eram uma miragem. A fragmentação social determinava semelhante segmentação política. A perceção dessa realidade, agravada pela agonia do gaullismo, por certo influenciou a manobra artificial de equilíbrio marcelista.

A grande experiência de coligação do momento era, no entanto, a alemã. Protagonizada pelo governo de Kurt Georg Kiesinger, apoiado nos entendimentos entre democratas-cristãos (CDU – CSU) e sociais-democratas (SPD), entre 1966 e 1969. Por altura do documento citado ainda não se imaginaria que o SPD de Willy Brandt ganhasse as eleições de Outubro de 1969 com 42,7% dos votos e viesse a formar governo com os liberais. Uma realidade e uma personalidade bem conhecida por José Pedro Pinto Leite, o grande dinamizador dos “liberais de Marcello”.¹²⁷⁴ Willy Brandt viria a receber o prémio nobel da paz em Dezembro de 1971, devido à sua política de distensão com o leste (*ostpolitik*). Mas logo em Janeiro de 1972 aplicaria a conhecida *Radikalenerlass*, que vedava o acesso de “radicais” ou “extremistas” políticos à administração pública. Uma medida em tudo semelhante à aplicada pelo regime português em relação aos “comunistas”.

¹²⁷⁴ LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano: o sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite*, Tribuna, Lisboa, 2003, pp.72-75.

Os colaboradores mais próximos pareciam acreditar nessa evolução “progressiva”, inspirada em tais modelos: “É certo, porém, que a CDE vem declarando sem reboço quais os seus objetivos e estes não parecem realizar perspectivas sensatas – ou, mais propriamente, não comungam na orientação que a muitos parecia a mais aconselhável: democratização cautelosa do regime com vista a uma evolução no sentido da democracia cristã e, mais além, da social-democracia – à imagem do ocorrido na Alemanha, na Inglaterra e na Itália, com exceção de uma França, seriamente preocupada com o perigo comunista.”¹²⁷⁵ Na compilação organizada em 1969 por A. M. Zorro, recuperava-se um discurso de 1950, quando MC afirmou: “sou cristão-social”¹²⁷⁶.

A algo indefinida linha desenvolvimentista liderada por MC desde a década de 1950 também autorizaria projetos políticos de contornos mais definidos. Numa missiva não datada, mas que tudo indica seja de 1958, José Hermano Saraiva, então deputado e indefetível defensor do antecessor de MC, projetava no segundo e não no primeiro a sua esperança: “O facto de, entre os grandes vultos do regime, se encontrar um homem com o espírito que ilumina o II PF, dá-me a esperança de que venha finalmente a realizar-se no nosso país o que desde os finais do séc. XVIII se tem sempre mostrado inviável: o estabelecimento de um regime progressivo de direita.”¹²⁷⁷

¹²⁷⁵ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº36 (06/10/69).

¹²⁷⁶ CAETANO, Marcello, *Princípios e definições*, textos de 1936 a 1967, compilados por António Maria Zorro, Lisboa, 1969, p.113: “Sou cristão-social e não só defendo a dignificação e o melhoramento de condição dos trabalhadores, como o intervencionismo do Estado na medida necessária para assegurar a justiça na distribuição. Mas porque sou cristão, defendo a liberdade do homem com os seus corolários da propriedade, da iniciativa e da responsabilidade e luto contra todos os sistemas que procurem aniquilar o que há de fundamental nessa liberdade.”

¹²⁷⁷ AMC, cx.50, Correspondência/Saraiva, José Hermano: nº5 (s.d. – 1958). J. Hermano Saraiva refere na carta às “animadoras palavras” que MC lhe terá enviado por ocasião da publicação de um seu “livrinho” para a “explicação dos lugares comuns” do regime. Pela designação e pela comparação com a obra de MC – *A Missão dos Dirigentes*, de 1943 – deve ser a obra publicada em 1958 – *Ação e doutrinação: discursos políticos*.

No seguimento do parágrafo: “Talvez seja a circunstância de o centro de gravidade da esquerda cair presentemente fora do chão nacional, que veio tornar possível esse reencontro dos sentidos de nação e de Porvir. Penso que, na verdade, desde a reação anti-pombalina tudo quanto é espírito de inovação, reforma, audácia, consciência de carências nacionais, preparação do futuro – tudo isso se tem creditado aos movimentos da esquerda; e, correspondentemente, os da direita têm-se definido pelo conservantismo, pelo otimismo dos [?] ou dos que têm interesse em nada alterar, pelo aristocratismo, por um tradicionalismo espesso e impeditivo de toda a provisão renovadora. Essa definição de posições foi tão ostensiva, que as palavras direita e esquerda ganharam respetivamente as aceções de conservação do statu quo e de renovação total. Julgo que entre dois polos que assim se opõem, a vitória pertence necessariamente ao que tem os olhos virados ao futuro. [...]

Há agora muitos sinais – e o mais importante de todos é o de um programa como o que se contem no II Plano de Fomento ter sido aprovado como linha de fundo da ação governativa – de que se está a caminho de um regresso á aliança dos dois sentidos – há tanto tempo divorciados, da fidelidade da Nação a si mesma, e da ideia de progresso (não de conservação) como critério de toda a ação política.”

1.2.4.3. *Algo novo: fazer (in) amigos?*

A nomeação de MC para a chefia do governo também constituiu uma oportunidade de acesso ao poder para os chamados *católicos progressistas*. Segundo as diretrizes assumidas pelo primeiro. Para isso acontecer, teria que existir uma substituição de pessoal político. Naturalmente, ninguém gostou de ser “renovado”. O anterior deputado por Moçambique, Raul Satúrio Pires, não apreciou nada a “forma” como foi dispensado. Queria continuar e por isso “estranhava” a “ligeireza com que vimos aparecer os novos candidatos, que, infelizmente para Moçambique não representam certamente os interesses e os grandes problemas desta terra, quer económicos, quer sociais. Quanto a formação política, então é melhor nem comentar.”¹²⁷⁸ Alguns dos novos candidatos, como o dinâmico Francisco Pinto Balsemão, mostravam-se indiferentes à gestão “cautelosa” marcelista. Eduardo Tavares Rodrigues manifestamente não gostava de Balsemão, desconfiando numa possível agenda oficiosa do jovem jornalista¹²⁷⁹ e futuro representante permanente português no *Grupo Bilderberg*.¹²⁸⁰

¹²⁷⁸ AMC, cx.45, Correspondência/Pires, Raul Satúrio (deputado por Moçambique): nº2 (30/09/69).

¹²⁷⁹ “Conforme transmiti na passada sexta-feira ao Dr. César Moreira Baptista com o pedido de fazer chegar o assunto até ao prof. Marcello, o Dr. Balsemão seguiu ontem para Angola e Moçambique. Esta viagem, depois de ele ter conseguido adiar para Setembro a reportagem do Urbano Carrasco em Angola parece revestir melindre. Não esqueço que ele foi secretário do General Káulza, atualmente em Moçambique e que conheceu, ao tempo, o atual comandante chefe das Forças Armadas em Angola...”

Talvez não seja demasiado ousado prever que ele se prepara para se cobrir de “glória” perante a classe jornalística publicando nas vésperas das eleições uma larga série de reportagens sobre o Ultramar... ao abrigo das facilidades que lhe foram facultadas pelo Ministério da Defesa (lembra-se?) e ele crê ver reforçados localmente.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº21 (12/08/69). As “facilidades” a que se refere o autor vêm descritas em ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp.63-72.

¹²⁸⁰ Segundo o *website* oficial: <http://www.bilderbergmeetings.org/steering-committee.html>. Sobre o grupo *Bilderberg*, ver, entre outros, JIMÉNEZ, Cristina Martín, *O Clube Secreto dos Poderosos – Os Planos Ocultos de Bilderberg*, Matéria-prima, Lisboa, 2015.

A primeira participação portuguesa nas reuniões do grupo foi em Março de 1963, em Cannes, através do embaixador de Portugal em França – Marcello Mathias – que fez o seguinte relato ao presidente do conselho: “Fui a Cannes, à Conferência de Bilderberg; felizmente não estivemos na berlinda. Foi De Gaulle, a França, a resistência desta à admissão da Inglaterra no Mercado Comum o prato de resistência. Conseguí, não sem grandes dificuldades, que a próxima reunião seja fixada para Portugal, mas preciso de descobrir um hotel, fora de Lisboa, que disponha de 120 quartos com casa de banho, salão para conferências, etc.” Tal não se verificaria, pelo menos “oficialmente”. No entanto, a obsessão com a alta-rodada internacional não desapareceria. Em Julho de 1968 escrevia ao presidente do conselho: “O mesmo multimilionário do estanho e indústrias derivadas vai dar – como aí já conversámos – o grande baile de 6 de Setembro próximo; outro multimilionário do petróleo, Schlumberger, que casou com uma senhora portuguesa, oferecerá outra dança internacional a 4 do mesmo mês. Todos estes festejos mundanos e cosmopolitas levarão a Portugal umas mil personagens das mais conspíquas no mundo da finança, da aristocracia, das artes, etc. Se a nossa imprensa soubesse tirar partido destas coisas, haveria muito a explorar na comparação entre o Portugal de 1968 e o Portugal dos gloriosos tempos das revoluções endémicas”. Em MATHIAS, Marcello, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar: 1947/1968*, prefácio de Veríssimo Serrão, Difel, Lisboa, 1984, pp.457 e 593.

Em 1966 o participante português nas reuniões do grupo *Bilderberg* foi Manuel R. Espírito Santo Silva e em 1967 e 1968 (Abril) foi Franco Nogueira. Durante o governo de MC verificou-se o maior período de jejum

José Fernando Nunes Barata, despachado da AN para a CC, também reagira negativamente: “Com pesar – e alguma surpresa – me vi entre os elementos a renovar.”¹²⁸¹ Mas se estas reações eram a regra, também se verificaram exceções, como a de Lopo de C. Cancela de Abreu, bastante relutante em abandonar o governo para se sentar na AN: “Por formação de longa data – e já estar velho para mudar – nunca acreditei no valimento do sufrágio popular. Por aquilo que vi, ouvi ou li não tenho qualquer espécie de apreço pela atuação da AN. Para mim, um individuo dizer-se deputado nada acrescenta aos seus méritos. Sou, portanto, um descrente absoluto no sufrágio, na Assembleia e nos deputados! E querem incluir-me nessa engrenagem em que eu não acredito! O meu caro Professor Marcello compreenderá bem a minha difícil situação...”¹²⁸²

Os segundos, os jovens *católicos progressistas*,¹²⁸³ uma base importante de recrutamento do núcleo *liberal*, tentavam organizar-se desde o final da II Guerra Mundial, com destaque para a JUC (Juventude Universitária Católica), cujo congresso de 1953 acabou por constituir um marco. Seguir-se-iam iniciativas como o Movimento de Resistência Cristã, a partir do Centro Nacional de Cultura, base para o Movimento Cristão de Ação Democrática, que viria a subscrever o Manifesto da Oposição Democrática nas eleições de 1965. Um ano antes havia sido fundada a PRAGMA – Cooperativa de Difusão Cultural e Ação Comunitária, encerrada pela PIDE em 1967. Ainda nesse ano, Paulo VI visitou Fátima e o norte do país. No final do mesmo, Paulo VI receberia um pedido de substituição, subscrito por 107 padres, do cardeal Cerejeira pelo bispo D. Manuel Falcão.¹²⁸⁴ O mais conhecido meio de divulgação *progressivo* seria a revista *O Tempo e o Modo – revista de pensamento e ação*,¹²⁸⁵ também

português nas reuniões. Tendo existido reuniões anuais, só em 1970 houve um participante português: Franco Nogueira. Facto para o qual não temos uma explicação, mas que por si só é significativo. Durante todo este período verificou-se a presença permanente de George Ball, poderoso banqueiro e secretário de estado norte-americano na década de 1960. A partir de 1977 houve sempre um participante português (J. Medeiros Ferreira em 1977 e 1980, Vítor Constâncio em 1978 e 1979). A partir de 1981, Francisco Pinto Balsemão participou em todas as reuniões do grupo, fazendo-se acompanhar por outro(s) participante(s). Com exceção da reunião de 1982, em que participaram Rogério Martins e Alexandre de A. Vaz Pinto. A partir de 1983 integrou mesmo o *Steering Committee* do grupo. Até à altura em que escrevemos, consta que terá escolhido José Manuel Durão Barroso para lhe suceder.

¹²⁸¹ AMC, cx.16, Correspondência/Barata, José Fernando Nunes (deputado): nº2 (01/10/69).

¹²⁸² AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde entre 1969-70, deputado entre 1970-72): nº9 (05/09/69).

¹²⁸³ Ver, entre outros, LOPES, Joana, *Entre as Brumas da Memória: os católicos portugueses e a ditadura*, Âmbar, Porto, 2007.

¹²⁸⁴ LOPES, Joana, *Entre as Brumas da Memória: os católicos portugueses e a ditadura*, Âmbar, Porto, 2007, pp.229-230.

¹²⁸⁵ Destacar-se-ão, entre tantos outros, os artigos de: Mário Soares no nº8 (pp.41-50, Setembro de 1963) – *Centenário de João Chagas*; de A. Alçada Baptista no nº9 (pp.1-4, ver também pp.16-21, Outubro de 1963) – *Reflexão sobre a Democracia em Teilhard de Chardin*; de M. de Santos Loureiro no nº15 (pp.1-14, Abril de 1964) – *Reflexões sobre o progresso*; Frei Mateus Cardoso Peres no nº18 (pp.1-10, Julho/Agosto de 1964) – *Tradição e progresso*; Mário Murteira no nº46 (pp.154-160, Fevereiro de 1967) – *O Plano como instrumento do*

com uma forte componente cultural, dirigida inicialmente por Alçada Baptista, um marcelista.¹²⁸⁶ Era uma revista aberta, tal como a PRAGMA, a não-católicos: Mário Soares, Salgado Zenha, Sotto Mayor Cardia, Jaime Gama, Jorge Sampaio, Manuel de Lucena, entre outros. Aliás, parte das equipas de planeamento dos III e IV PF já se enquadravam nessa categoria progressista.¹²⁸⁷

José P. Pinto Leite tornou-se progressivamente um destacado membro desse(s) movimento(s) católico(s).¹²⁸⁸ O Concílio Vaticano II, proposto e inaugurado por João XXIII e concluído por Paulo VI, a encíclica *Pacem in Terris* do primeiro e a *Populorum Progressio* do segundo, tornar-se-iam bandeiras duma renovação na relação da SS com o mundo (sobretudo político), numa altura em que se evidenciava a perda de influência da democracia cristã na Europa.¹²⁸⁹ Tanto ou mais do que uma rejeição de modelos políticos autoritários, a Cúria Romana reagia a essa crescente perda de influência política e aspirava a conquistar novas posições noutros quadrantes, como em África.¹²⁹⁰ Noutro capítulo se analisará com maior detalhe esta problemática, mas interessa também enquadrar a ascensão dessa nova geração – a “geração estado social” – no âmbito duma tentativa de recuperação da supremacia política da SS num mundo, como se disse atrás, em desconstrução. A este propósito, já em 1964 Manuel de Lucena expunha algumas das contradições e lacunas da chamada *renovação* da Igreja Católica, supostamente em curso no Concílio Vaticano II.¹²⁹¹

Uma peça fundamental dessa engrenagem foi o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, exilado há uma década, após a famosa carta dirigida ao anterior presidente do

progresso Social; Hannah Arendt (traduzido por V. Pulido Valente) no nº56 (pp.35-55, Janeiro de 1968) – *Revolução e Necessidade Histórica*; Manuel de Lucena no nº71/72, já dirigido por J. Bénard da Costa (pp.444-458, Maio/Junho de 1969) – *França: o fim de um reinado*. O nº10 (Novembro de 1963) foi dedicado a J. F. Kennedy e à política norte-americana, o nº69/70 (Março/Abril de 1969) foi dedicado a António Sérgio e o nº64/65/66 (Outubro/Novembro/Dezembro de 1968) dedicado a Nixon e aos EUA – *América país de Nixon*.

¹²⁸⁶ BAPTISTA, António Alçada, *Conversas com Marcello Caetano*, Moraes Editores, Lisboa, 1973.

¹²⁸⁷ Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012. “Porque, e já tenho dito isso várias vezes, o Secretariado Técnico já no III PF, e mais, já desde o início da década de 60, todo o problema do desenvolvimento económico é assumido por uma equipe que não é “tecnocrata”. Tem uma visão do desenvolvimento e que em boa parte, no início, está ligada aos chamados “católicos progressistas”. Tudo gente que vem daí. Depois alarga-se a outros. Em geral, pessoas que tiveram intervenção em associações...”

¹²⁸⁸ Ver, entre outros, o artigo de J. Pedro Pinto Leite – *Eleições na República Federal Alemã*, publicado no nº32 de *O Tempo e o Modo*, de Novembro de 1965, pp.1072-1085.

¹²⁸⁹ Uma leitura atenta da encíclica *Humanae Vitae*, de Paulo VI, permitirá perceber quanto o Vaticano II teve um forte cunho político. *Humanae Vitae – carta encíclica de Sua Santidade Paulo VI sobre a regulação dos nascimentos*, União Gráfica, Lisboa, 30 de Julho de 1968.

¹²⁹⁰ As Assembleias Gerais do Sínodo dos Bispos, inauguradas em 1967 por Paulo VI, tiveram um papel importante nesse processo, sobretudo a segunda (1971) e a terceira (1974). Em 1969, na visita de Paulo VI ao Uganda, foi criado o Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SCEAM), com o objetivo de coordenar e concertar a futura cooperação de todos os bispos de África. Ver JOÃO PAULO II, *A Igreja em África: exortação apostólica pós-sinodal – «Ecclesia in África»*, Editorial A. O., Braga, 1995, pp. 5-11.

¹²⁹¹ LUCENA, Manuel de, *A propósito de um diálogo – a Igreja e o mundo contemporâneo*, em *O Tempo e o Modo – revista de pensamento e ação*, nº22, Dezembro de 1964, pp.41-49.

Conselho. Carta essa que a *Oposição Democrática* incluía numa publicação coordenada por Serafim Ferreira e Arsénio Mota e impressa, já em plena campanha, no dia 11 de Outubro de 1969.¹²⁹² A Distrital da UN de Aveiro referia no relatório solicitado a todas as Comissões no início de 1969, que o “caso do bispo do Porto” era um dos “problemas nacionais com reflexos políticos regionais”, dado que “os progressistas católicos provavelmente apresentarão candidaturas”, aconselhando a “urgente resolução do caso do bispo do Porto”.¹²⁹³ Por certo isso terá influenciado a tentativa de integração dos “progressistas” na lista da UN, mas não parece que MC tenha dado a esse, como a outros casos, especial atenção ou pretendesse fazer do processo uma bandeira política para aproveitamento de campanha.¹²⁹⁴ Os *regressos* não se resumiram ao bispo e a Mário Soares, nem ao primeiro ano de governo. Mantiveram-se depois de 1969.¹²⁹⁵ A sua relevância, para além de incendiar ainda mais os ódios contra

¹²⁹² *Para um dossier da Oposição Democrática*, org., prefácio e notas de Serafim Ferreira e Arsénio Mota, Nova Realidade, 1969, pp.139-168.

¹²⁹³ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; 1969 – cx.1042 – mç.10-C: fl.18.

¹²⁹⁴ Ver correspondência entre MC e D. António Ferreira Gomes, Francisco Sá Carneiro, Eduardo Brasão, em ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp.132-139, 311-313, 241-242 (respetivamente).

¹²⁹⁵ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Nascimento, D. Alexandre, arcebispo de Luanda, cardeal: nº1 (25/12/69): “desde 1961 que não via meus parentes. Não esqueci que se deve ao Sr. Professor Marcelo caetano, o facto de ser diferente este ano, em que passo o Natal no seio da família. Por isso, em nome da minha velha mãe e em meu próprio nome venho dizer a V.^a Ex.^a quanto lhe estamos profundamente gratos.”

AMC, cx.54, Correspondência/Serpa, Alberto de (escritor e poeta): Nº3 (14/01/69). Há muito tempo que andava para escrever, uma vez que tinha “seguido interessadamente, gratamente, comovidamente, a sua ação desde que é Poder”. “Agora, porém, tem que ser, pois fiquei a dever-lhe o prazer comovente de ter aqui o Jorge de Sena em dois almoços livres e fraternos, como há 20 anos.”

AMC, cx.36, Correspondência/Mascarenhas, Telo de (político amnistiado em Maio de 1970):

Nº1 (04/06/70): genro e filha de Telo de Mascarenhas agradecem a MC: “Vimos agradecer profunda e sinceramente o ato de generosidade do governo de Vossa Excelência, pelo qual o nosso Pai – Dr. Telo de Mascarenhas foi amnistiado, encontrando-se, desde o dia 29 do mês findo, na nossa companhia. Não só pelo que respeita ao nosso pai mas também a todos os outros portugueses abrangidos pela Amnistia, é mais um ato de compreensão e boa vontade do Governo de Vossa Excelência que vai contribuir para o desenvolvimento da paz e da harmonia entre os portugueses.”

Nº2 (08/06/70): carta do próprio: “Com os meus respeitosos cumprimentos e sinceros votos pela continuação da sua excelente Governação, venho agradecer a V. Exia., seu gesto magnânimo e profundamente humano amnistiando-me e restituindo-me, nesta minha quase proveta idade, minado por um mal insidioso, aos meus entes muito queridos e ao Mundo. Creia V. Exia., que saberei corresponder condignamente o seu gesto generoso e profundamente cristão, honrando-o e trabalhando afincadamente, como sempre o fiz, no sentido de a Língua e a Cultura portuguesas em Goa”

Situação semelhante à libertação de presos políticos – AMC, cx.45, Correspondência/Pinto, Manuel de Andrade Teixeira (médico):

Nº1 (27/11/72): solicita a libertação do genro, que foi detido pela DGS em sua casa em Lisboa – Dr. José Luciano de Barros e Sousa Sacadura;

Nº2 (05/12/72): resposta de MC. “Infelizmente as informações recebidas não são boas. O Dr. Luciano Sacadura foi detido em consequência das provas reunidas quanto à sua atividade como “militante” do Partido Comunista”;

Nº3 (09/12/72): agradece o facto de MC ir averiguar e lhe responder: “a minha gratidão será ilimitada”;

Nº4 (25/01/73): “meu genro [...] saiu ontem de Caxias! A V. Ex.^a o Devo!...” Segundo o autor, MC seria a “quintessência da Arte de governar; a quintessência da elegância; Dotou-o Deus de um Coração d’Ouro!...”

MC¹²⁹⁶, consistiu no facto de facilitar a aproximação entre os católicos de Lisboa e do Porto, entre os quais Sá Carneiro, pessoalmente empenhado no regresso do bispo. O trabalho de José Guilherme Rato de Mello e Castro no contacto com os futuros candidatos foi facilitado, direta ou indiretamente, por essa dinâmica.

Por muito entusiasmo que desperte a interessante figura de Mello e Castro¹²⁹⁷, não se deverá perder de vista o essencial: foi um homem que fez carreira pelo e no regime, antes¹²⁹⁸ e depois das eleições de 1969. Em Abril de 1970 era nomeado, pelo CMPAE, “administrador por parte do Estado da Companhia Portuguesa de Celulose, SARL”.¹²⁹⁹ A insatisfação em relação à liderança do regime verificada, sobretudo, a partir de 1965, aproximava-o da posição assumida por MC após a demissão da RUL em 1962¹³⁰⁰, mas nunca o levou a afastar-se como aquele.

O seu envolvimento na UN e na preparação da lista de candidatos às eleições passou por Joaquim Dias da Silva Pinto, o “primeiro a entrar para o Governo e a ser com o Dr. Pinto Leite os elementos de apoio direto ao Dr. José Guilherme Melo e Castro no programa ambicioso de inovação dos quadros políticos”.¹³⁰¹ A 13 de Dezembro de 1968, Silva Pinto confirmava a concreta indefinição de Mello e Castro¹³⁰²: “Como o Senhor Dr. Mello e Castro dá a entender no “telegrama”, não será fácil conseguir a sua colaboração sem amplas garantias de que se pretende construir algo novo”.¹³⁰³ Seria estranho esperar (ou exigir) que MC “pregasse sobre os telhados”, aquilo que colaboradores não ousavam dizer “ao ouvido” nos gabinetes.

Por certo de acordo com o seu próprio pensamento, Mello e Castro recebeu a indicação da Comissão Central da UN (presidida por MC) de que era “preciso suprir [...] as generalizadas esperanças de algo diferente e mais justo” e “necessário oferecer a menor

¹²⁹⁶ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, pp.141. Carta de Eduardo Brasão para MC citando Franco Nogueira: “acrescentando que, para ele [F. Nogueira], a entrada do prelado em Portugal «seria a própria perda das nossas possessões ultramarinas». Não contestei *por prudência!*”

¹²⁹⁷ Ver, entre outros, REIS, Joana, *Melo e Castro: o provedor que dizia sim à democracia*, prefácio de J. B. Mota Amaral, Casa das letras, Lisboa, 2013.

¹²⁹⁸ Foi governador civil de Setúbal (1944-47), subsecretário de estado da Assistência Social (1954-57), provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, deputado nas V (1949-53), VI (1953-57), VII (1957-61), VIII (1961-65), IX (1965-69) – na qual não faz qualquer intervenção, embora não abandone o hemiciclo, X (1969-73) – interrompida prematuramente em 1972 pelo seu falecimento.

¹²⁹⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº7 (28/04/70), fl.9.

¹³⁰⁰ AMC, cx.22, Correspondência/Castro, José Guilherme de Melo e: nº3 (23/04/62). O primeiro contacto documentado entre ambos verificou-se após a saída de MC do governo em 1958 (nº1 – 16/08/58).

¹³⁰¹ LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano*, p.224. Testemunho completo de Joaquim Dias da Silva Pinto nas pp.219-232.

¹³⁰² AMC, cx.22, Correspondência/Castro, José Guilherme de Melo e: nº4 (13/12/68). Carta transmitida por J. D. Silva Pinto.

¹³⁰³ AMC, cx.45, Correspondência/Pinto, Joaquim Dias da Silva (secretário de Estado do Trabalho e Previdência e ministro das Corporações e Segurança Social durante o governo de MC): nº1 (13/12/68).

vulnerabilidade possível aos ataques”, o que requereria “uma maioria de candidatos não comprometidos e reformistas [com] capacidade para competir com a Oposição não só aguerrida mas competente”.¹³⁰⁴

Segundo Adriano Moreira, MC quis “fazer amigos”.¹³⁰⁵ O que, tendo em conta a “solidão”, faz todo o sentido. A 18 de Agosto, quinze dias depois do antecessor de MC cair da cadeira, e sabendo-se já da gravidade do acidente, Mário Soares escreveu a MC precisamente a pedir-lhe ajuda e parecer jurídico sobre o exílio forçado¹³⁰⁶ que lhe fora imposto em S. Tomé e Príncipe.¹³⁰⁷ Quatro meses depois, recorrendo a um formalismo,¹³⁰⁸ MC fazia aquilo que em Agosto lhe fora impossível.¹³⁰⁹ Ficou depois melindrado por Mário Soares não lhe

¹³⁰⁴ AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: nº5 (10/69).

¹³⁰⁵ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012. “Ele tratou de obter amigos! Por exemplo o Mário Soares e o bispo do Porto, etc. Acha que ele obteve algum amigo? [...] Era para fazer amigos. Porque ele esqueceu-se de que se faz justiça a uma pessoa ela não tem de ser sua amiga!”

Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012: “Tanto que o Dr. João Soares lhe manda um cartão a agradecer a atenção. E o meu pai achava que o Mário Soares devia também ter escrito um cartão ou outra coisa qualquer, fazer umas declarações a agradecer a atitude, não quanto a ter acabado o exílio, que era ilegal [injusto], mas por ter encontrado maneira de ele estar cá na festa de anos do pai. [...] E o Mário Soares fez logo declarações a dizer que não devia nada a ninguém! O meu pai achou que foi uma má criação da parte dele! Criou-se logo uma situação... Que o Melo e Castro teve essas conversas teve. Agora com os outros [MC] teve conversas. Por exemplo com o Alçada Batista, de quem era amigo, e com muito mais pessoas. Com o Sá Carneiro, com quem surge o mal-entendido, porque o Sá Carneiro diz ao Melo e Castro que não tinha condições e o Melo e Castro achou que se dissesse isso ao meu pai ele inviabilizava tudo! E não disse! Tudo se passou assim. O meu pai achou que qualquer um deles podia ter sido eleito, o Alçada por exemplo. Não aconteceu, até porque acho que os governadores civis pensaram que se isso fosse possível não iam deixar.”

¹³⁰⁶ Para melhor compreender a posição de MC sobre este problema, interessa ter em atenção a sua concepção jurídico-política sobre a prática do “asilo diplomático”, exposta no prefácio da obra: FERNANDES, Carlos A., *Do asilo diplomático*, Coimbra Editora, 1961, pp.V-XI.

¹³⁰⁷ AMC, cx.55, Correspondência/Soares, Mário Alberto Nobre Lopes: nº1 (18/08/68): “Certamente ficará surpreendido com esta minha carta. Por meu lado, confesso, também hesitei em me dirigir a V. Ex.^a. Resolvi-me, no entanto, a fazê-lo, partindo do facto de ter sido seu aluno e confiado na circunstância de ter sempre encontrado em V. Ex.^a, como professor, compreensão, estímulo e cordialidade.” Explica a sua situação em “S. Tomé com residência fixa”, a qual mereceria vários protestos internacionais: “A minha situação aqui é, digamos, de liberdade muito vigiada. [...] O objectivo desta minha carta é diferente. Trata-se do seguinte: [...] V. Ex.^a, sem qualquer favor, é o primeiro administrador do País. Acresce que foi V. Ex.^a quem me ensinou os rudimentos dessa Ciência e o pouco Direito Administrativo que eu sei. Querirá – ou poderá – V. Ex.^a estudar o problema e dar-me, sobre ele, o seu autorizado parecer? É a pergunta – e o pedido – que me permito fazer-lhe.”

José de Magalhães Godinho era o advogado de Mário Soares e defendia o caso a partir da inconstitucionalidade do Decreto-lei nº36.387, que lhe determinou a residência fixa em S. Tomé.

¹³⁰⁸ Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012: “Por um lado ele tem razão, porque não lhe fazem favor nenhum em o tirarem de lá. Mas por outro lado, segundo a legislação em vigor, o governo tinha um poder arbitrário para decidir do exílio de pessoas que perturbassem a ordem pública. E podíamos não concordar com a situação, mas em termos legais estava prevista a situação. O que não estava previsto, e lá vamos aos formalismos do meu pai, era que todas essas decisões deviam ter administrativamente um prazo. O que ele faz no primeiro conselho de ministros é fixar um prazo para o exílio do Soares em S. Tomé. E fixou para daí a um mês ou quinze dias...”

¹³⁰⁹ AMC, cx.55, Correspondência/Soares, Mário Alberto Nobre Lopes: nº2 (07/09/68): responde a Carta de MC: “Agradeço-lhe, sobretudo, o tom de franqueza que usou comigo e as palavras de simpatia e de apreço que entendeu dever dirigir-me. Naturalmente, quanto ao fundo do problema, tenho que aceitar e respeitar o ponto de vista expandido pelo Senhor Professor; mas, como de certo compreenderá, não posso conformar-me com ele, mesmo em simples teoria. [...] Diz-me V. Ex.^a na sua carta – a propósito da pena que me foi aplicada e embora sem se pronunciar quanto à medida em concreto – que, em seu parecer, se trata de uma medida de segurança imposta pelo Governo na esfera da sua competência e fundamentada na pressuposição de um perigo eminente

agradecer, em privado e em público. Algo que também só se compreende à luz dessa troca epistolar, pois em 1959 o próprio MC afirmava perentoriamente que “a justiça não se agradece”.¹³¹⁰ Em todo o caso, como é natural, todos pareciam precisar de amigos, desde Mário Soares¹³¹¹ a F. Pinto Balsemão.¹³¹² E fossem quais fossem os seus objetivos, MC seria sempre a chave-mestra do momento: “Recordo o dia em que o Dr. Francisco Balsemão me procurou em minha casa para me ouvir acerca do convite que lhe havia sido formulado pelo Dr. Melo e Castro para se candidatar a deputado pela União Nacional. O Dr. Balsemão tinha dúvidas. E as dúvidas resultavam do seu desejo de ajudar o mais eficazmente possível a ação do meu Governo: essa eficácia seria melhor conseguida mantendo-se apenas no Diário Popular, ou acumulando a posição no jornal com a de deputado? Respondi que compreendia a dúvida e deixava ao seu critério a resolução, porque efetivamente o apoio do Diário Popular me era preciso e precioso. [...] O Dr. Balsemão ouviu e pareceu concordar. Saiu e horas depois comunicava-me que transmitira ao Dr. Melo e Castro a sua aceitação da candidatura oferecida.”

A única exceção parece ter sido a de Francisco Sá Carneiro, “incluído por equívoco na lista da UN, visto eu não ter sabido, antes, das reservas com que condicionara a inclusão”¹³¹³. Que, nas vésperas da campanha, copresentaria um comunicado a defender um regime

para a segurança do estado. Por isso entende que nem o Decreto é anti-constitucional nem a medida pode ser arguida de desvio de poder.” Rebatendo MC, afirmou que isto tem sido prática corrente usada “pelos regimes cujos poderes dos governos não são limitados (fujo a usar o termo de totalitários) – tanto em algumas das chamadas “democracias populares” como, infelizmente, em Portugal. [...] Eliminação sistemática dos adversários políticos. [...] Não preciso de recordar a V. Ex.^a que os governos mudam – como os regimes – mesmo quando uma grande permanência de imobilismo tende a inculcar o transitório como definitivo. Que terríveis precedentes se estão a preparar para o nosso país, de futuro incerto, defendendo tais teorias e exercendo contra cidadãos indefesos – cujo único crime é a sua proclamada discordância – tais arbítrios?” Terminou insistindo em facultar a MC, através do seu amigo comum Abranches-Ferrão os elementos do processo, para que MC reavaliasse melhor e forme “um juízo objectivo neste meu triste caso.”

¹³¹⁰ CAETANO, Marcello, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962)*, Studia Universitatis Olisiponensis, Lisboa, 1974, p.19. “Porque na necessidade do agradecimento se inclui já a ideia de que não se está perante um acto de justiça – pois a justiça não se agradece.”

¹³¹¹ MATEUS, Rui, *Contos proibidos – memórias de um PS desconhecido*, D. Quixote, Lisboa, 1996, pp.21-46.

¹³¹² AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº28 (23/09/69). O autor relata conversa com o “prof. Martinho do Diário Popular”. Tanto este como Braz de Medeiros, que representariam uma ala de apoio ao governo no jornal contra supostos opositores chefiados por Balsemão, terão ficado furiosos por haverem sido preteridos em função daquele para as listas da U.N.: “Segundo ainda hoje me afirmou o dr. Mário Neves, o dr. Francisco Balsemão terá enviado vivos esforços para ser candidato pela oposição (qualquer das facções lhe servia). Há cartas dele nesse sentido. Somente perdidas as esperanças de ser proposto por aquela via, se voltou para a hipótese da U.N.”

Documento nº53 (08/12/70): “acerca dos quais [o prof. Martinho] continua a ser alvo de afrontosa “boicotagem” nos contactos internos e mesmo nos exteriores, movida certamente pelo jovem Balsemão... que além das suas excelentes relações com a censura tem agora um amigo de longa data no actual Chefe de Gabinete do Dr. Moreira Baptista (chegou a trabalhar com ele no Popular como “Secretário da Redacção” e projectaram em comum a compra do Diário do Norte, em 1968)”.

¹³¹³ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp.304-305 (ambas as citações de carta de MC para F. Balsemão).

“europeu e ocidental” e “total independência do governo” de MC.¹³¹⁴ Porém, não obstante os mal-entendidos iniciais, continuaria na AN¹³¹⁵: “É natural que ontem tenha feito avultar mais as divergências do que a concordância; no entanto, se esta não existisse na base, não teria aceite a candidatura que me foi proposta.”¹³¹⁶

1.2.4.4. *A Lista de Caetano: tese de uma forma democrática de governo?*

Como não poderia deixar de ser, quem teve a última palavra sobre a lista de candidatos foi MC. No entanto, as propostas iniciais tiveram origem algo difusa. A Comissão Executiva da UN não se impôs às Comissões Distritais. Daí a importância que tivera a (fraca) renovação das Comissões. Se Mello e Castro foi importante em alguns contactos pessoais, foram aquelas que elaboraram as semi-propostas submetidas a MC.¹³¹⁷ As semi-propostas das Comissões “renovadas” não mereceram reparos a MC. Já as demais tentaram boicotar os candidatos “liberais” e MC teve de se lhes impor. A lista de vinte e três páginas enviada a MC e sobre a qual fez as suas correções, merece por isso alguma análise.¹³¹⁸

Pelo círculo de Braga, riscou os nomes alternativos de Domingos Braga da Cruz, João Salgueiro e José da Silva, pelo de Antão Santos Cunha, no 1º lugar da lista. No 6º lugar riscou os nomes do industrial José Coelho Lima e de Almeida Coelho (de Guimarães) pelo eng.º Duarte Amaral. Por Coimbra, MC escreveu o seguinte comentário ao 3º nome da lista, Aguiar e Silva: “Assistente de Letras – formado com 19 – de Direito – ótimo contacto efetivo com estudantes.” Já sobre o suplente (por proposta de MC), eng.º Alberto Alarcão e Silva, escreveu: “muito bom; de famílias respeitáveis de Coimbra”. Por Portalegre, riscou as propostas para o 3º lugar e propôs alternativa entre José Vicente Alves e o suplente Magalhães Mota. Nas propostas do Porto, apenas comentou as do 6º lugar “Manuel Gonçalves ou Domingos Fátima” – “muito bons – Trabalho”, e do 9º lugar (industrial e eng.º Alberto

¹³¹⁴ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, pp.313-312 (carta de F. Sá Carneiro para MC, de 01/10/69, a defender a posição e a reconhecer o mal entendido).

¹³¹⁵ Ver CARNEIRO, Francisco Sá, *A liberalização bloqueada*, Lisboa, Moraes Editores, 1972 (entrevista concedida a Jaime Gama, publicada no *Expresso*).

¹³¹⁶ ANTUNES, José Freire, *ob.cit.*, p.314 (carta de F. Sá Carneiro para MC, de 03/10/69).

¹³¹⁷ “Os nomes indicados pelas distritais não eram previamente sondados – era a máquina em funcionamento, mas os casos especiais foram objeto de sondagens e negociações realizadas por Melo e Castro.” Testemunho escrito de Miguel Caetano, Dezembro de 2013.

¹³¹⁸ AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: nº8 (s.d.).

Mendonça) – “*Primeiro de Janeiro* mas bom”. Já por Lisboa, riscou Baltazar Rebelo de Sousa no 3º lugar e incluiu Franco Nogueira e Mota Veiga.¹³¹⁹ Por Leiria, substituiu o nome de Joaquim da Silva Pinto pelo de Rui Moura Ramos, considerando também os nomes alternativos de “Fernando Abreu ou Elisa Salreta” como “elementos autênticos e seguros – na moral e doutrina do trabalho”. Por esta altura, já teria bem definido o núcleo de colaboradores que pretendia levar para o governo.

Em quase todos os restantes distritos houve “problemas”. De Castelo Branco, a Comissão Distrital transmitia o seguinte: “Problemas: 1) – discutível a inclusão do Dr. Alçada Batista mas vieram o muito conservador Dr. José de Carvalho e o Governador Civil dizer que não discordam. 2) – Industrial Sebastião Alves, não aceite pela Comissão Distrital, pode abrandar, se não incluído, os seus grandes projetos industriais na região. Aconselhável, talvez, inclui-lo na Câmara Corporativa.” Em Faro verificaram-se problemas ainda maiores: “Problemas: Almirante H. T. [Henrique Tenreiro] – numa espécie de votação local em que intervieram, além da C. Distrital, vinte personalidades marcantes e das Direitas, foi votado em 4º lugar. Mas disseram-nos que por disciplina política desejam muito que seja indicado por outro Círculo. Já nas duas anteriores legislaturas – segundo nos informam – aconteceu o mesmo. Ora, dadas as notáveis atividades de Pesca que a personalidade em causa está a desenvolver em Angola (grande frigorífico de Moçâmedes e medidas inovadoras, em geral, para resolução do problema geral da pesca) por aquele Círculo Ultramarino podia ser muito prestigiosamente indicado.” MC riscou a lista e colocou “Henrique Tenreiro” no 1º lugar.

Na Guarda continuaram os problemas. MC riscou Rogério Martins da lista (tal como fizera com os demais membros do governo ou futuros colaboradores), onde surgia no 1º lugar, e promoveu Francisco Esteves Gaspar de Carvalho com o seguinte comentário: “grande e prestigioso industrial – presidente da Cooperativa Pomarícola”. Os “Problemas” referiam apenas dois nomes: “Dr. Francisco Pinto Balsemão e Dr. Ubach Chaves”. MC escreveu à frente do primeiro: “aceitar” [sic]. Em Viana do Castelo verificou-se mais do mesmo: “Problema: Dr. Júlio Evangelista”, ao que MC escreveu o seguinte: “pode vir por outro Círculo; tememos questão frontal com toda a Distrital de Viana; pediu a demissão da Distrital de modo inconveniente”).

Em Santarém rejeitou a lista toda e propôs J. Pinto Correia e Noronha Falcão como cabeças de lista. Já por Setúbal, selecionou entre as sete propostas apresentadas para o 2º lugar

¹³¹⁹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº31 (26/09/69): “P.S. – Parabéns pela inclusão na lista da U.N. do Prof. Miller Guerra e do Dr. Franco Nogueira. E até pela hábil manobra política que representa a presença do Teixeira Pinto... que acaba de telefonar-me requerendo um encontro hoje, às 14.30. Motivo? Desconhecido.”

Francisco Oliveira Dias. Miguel Caetano, que fora proposto por Lisboa, Santarém e Setúbal, afirmou que “no meu caso, ninguém me sondou e só soube que tinha sido indicado porque o meu Pai mo disse. Ele mesmo recusou o que poderia parecer nepotismo e, também, por saber que eu não aceitaria, por me situar politicamente mais à esquerda.”¹³²⁰

Quanto às propostas das Comissões Distritais dos arquipélagos, verificou-se algo interessante. A proposta inicial da Comissão do Funchal era a seguinte: “1º – Eng.º V. Leónidas; 2º – Dr. José Ramos; 3º – Prof. Pinto Correia ou Dr. Henrique Santa Clara Gomes ou Dr. Vera Jardim”. MC riscou tudo menos o 2º nome e fez o seguinte comentário: “muito má a semi-proposta da C.º Distrital”. A preocupação demonstrada em relação ao arquipélago da Madeira talvez se compreenda melhor em função do relatório da Comissão Distrital sobre a região: “Os que já aceitavam a “situação política” mantêm-se fieis, “agora mais esperançados na orientação do prof. Marcello Caetano, geralmente aceite como boa. Entre as pessoas que se mostravam cansadas do regime, o ambiente melhorou sensivelmente. [...] Os “demoliberais” admitem que não devem fazer obstrução à orientação do prof. Marcello Caetano, sobretudo quando ela visa a resolução de problemas concretos.” Já os jovens de “tendências coletivistas” eram considerados “irrecuperáveis” e os jovens “nacionalistas”, saídos quase todos da Associação dos Antigos Graduados da MP, queriam concorrer com lista própria, embora acabassem por desistir da ideia.¹³²¹ O primeiro CMPAE foi, precisamente, dedicado ao “equacionamento dos problemas fundamentais para um mais rápido desenvolvimento turístico da região da Madeira”.¹³²²

Já no caso dos Açores, verificou-se o contrário. A proposta de Ponta Delgada foi a seguinte: “1º – Eng.º Deodato de Magalhães; 2º – Dr. Teodoro Sousa Pedro; 3º – Dr. João Bosco Mota Amaral”. Comentário de MC junto deste último: “expressa indicação e boa da Cº Distrital”.¹³²³ Seriam as pessoas indicadas por MC para fazer face à “apatia e desinteresse

¹³²⁰ Testemunho escrito de Miguel Caetano, Dezembro de 2013. “As distritais indicaram o meu nome porque eu era conhecido nas diversas regiões por ser, na altura, chefe da Divisão de Planeamento Regional, função em que organizei vários colóquios nas regiões, nos quais participei, para além de manter outros contactos profissionais.”

¹³²¹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.6-16.

¹³²² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, acta nº2 (cópia da nº1 – 20/01/70), Anexo 1: “aditamento à súmula nº1, de 20 de Janeiro de 1970, relativamente à deliberação sobre o ponto nº3 – Relatório do grupo de trabalho “ad hoc” para equacionamento dos problemas fundamentais para um mais rápido desenvolvimento turístico da região da Madeira”.

¹³²³ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, pp.367-368. Carta de Mota Amaral a confirmar ter aceitado o convite para integrar as listas da UN: “Estes próximos quatro anos vão ser decisivos para a vida de Portugal. E como a conjuntura política não se pode dizer que seja clara e definida, compreende-se que muitos não queiram arriscar-se assumindo um compromisso na vida pública nacional. Eu próprio também senti o desejo de deixar passar o tempo para ver em que vai parar tudo isto... Arrancou-me a este propósito, quiçá pouco corajoso, o choque que me causou a observação direta das graves necessidades da gente da minha Terra, em muitos aspetos tão abandonada!... E o firme convencimento de

político” na região?¹³²⁴ Provavelmente, embora as informações da Comissão Distrital local fossem contrariadas pelos lamentos da de Lisboa. Entre os “problemas” referidos no relatório, destacou uma “declaração de cidadãos de Ponta Delgada”, que referia a “longa hibernação política a que os portugueses estiveram sujeitos” e a nova “aparência de mudança”. Pretendiam esses cidadãos uma nova Lei de Imprensa, liberdade de reunião e amnistia para todos os presos políticos.¹³²⁵

João B. Mota Amaral foi precisamente o único candidato a defender perante MC, os órgãos da UN e publicamente “a tese de uma forma democrática de governo”. Na biografia entregue à Comissão Executiva da UN, escreveu o seguinte: “chefe de redação da Revista “Rumo” e, entre outros, elaborou um relatório sobre “A tributação da energia em Portugal” para ser apresentado na OCDE. Como comentador da vida política nacional tem repetidamente defendido a tese de uma forma democrática de Governo, assente no respeito dos direitos e garantias individuais e advogado a urgência de uma reforma social, que assegure igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, e insistido na especial relevância dos problemas da juventude.”¹³²⁶

Dos demais candidatos, apenas dois fizeram uma declaração política. Pinto Leite referira a sua colaboração em *O Tempo e o Modo*, que estagiara três anos na Alemanha em “empresas de grande projeção”, que era “gerente comercial e presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã” e que “convidado a participar na nova Comissão Consultiva da União Nacional aceitou naturalmente a colaborar na política de renovação na continuidade definida pelo Sr. Presidente do Conselho.”¹³²⁷ O candidato José da Silva referiu que “participou no II Congresso Republicano de Aveiro, apresentando uma comunicação sobre “A Conceção Cristã do Homem e algumas das suas Políticas”.”¹³²⁸ Parágrafo, no entanto, riscado pela Comissão Executiva da UN.

que sob o impulso sereno e prudente de Vossa Excelência a *evolução* é possível, possível é a *reforma*, está na nossa mão fazer *alguma coisa* para arrancar este país dos impasses a que o conduziu a anterior e muito criticável orientação governativa.”

¹³²⁴ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.42-43.

¹³²⁵ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.44-53.

¹³²⁶ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.750 – mç.1: fl.75. Este era o texto final, cujo parágrafo transcrito foi adicionado à mão pelo candidato na prova da primeira biografia entregue na UN – ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969-1973; cx.750 – mç.2: fl.177.

¹³²⁷ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.750 – mç.1: fl.114.

¹³²⁸ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969-1973; cx.750 – mç.2: fl.59.

Todos os outros candidatos, incluindo os *liberais*, limitaram-se a mostrar currículo e a puxar dos galões. Pinto Balsemão, por exemplo, referiu que fora “ajudante de campo do general Kaúlza de Arriaga, quando este foi secretário de Estado da Aeronáutica”, “secretário do Prof. Pedro Soares Martinez, quando foi ministro da Saúde e Assistência”, que “trabalhou na revista *Mais Alto* e no *Diário Popular*”, fora “delegado por Portugal à 10ª Assembleia Mundial de Saúde” e era “conselheiro da União das Comunidades de Cultura Portuguesa”.¹³²⁹ Questionado por *O Tempo e o Modo* sobre o momento político vivido no último trimestre de 1968, Pinto Balsemão revelou a sua capacidade jornalística e produziu um texto marcado pela lucidez e prudência, a que deu o título “respirar de outra maneira”. Referiu que, para ele, “o principal problema português [era] o do isolamento”. Para o resolver haveria que reconhecer “o direito à informação”, promulgar “uma legislação mais coerente em matéria de garantias e liberdades individuais”, entre as quais a “liberdade de associação”. Entendendo, “porém, que à concessão de liberdades deve, sempre, corresponder a atribuição de responsabilidades.”¹³³⁰ Admitia que o governo se encontrava numa situação “pouco confortável: de um lado, pressões várias que atuam como travão e, até aqui, têm dificultado as mudanças de dirigentes e a própria apresentação de um programa; do outro, a necessidade de rapidamente principiar a construir uma obra. [...] Quererá efetivamente o Governo, governar com risco? E terá possibilidade de o fazer? Em minha opinião, o papel das pessoas responsáveis é contribuir para que ao querer se junte o poder.”¹³³¹ As questões eram, de facto, bastante assertivas.

Se Mota Amaral afirmou claramente, sem qualquer espécie de subentendido, “a tese de uma forma democrática de governo”, outros o poderiam ter feito.¹³³² Mas não o fizeram. Será também por isso significativo que o único deputado *liberal* que o fez tenha sido praticamente o único desse setor a permanecer na AN em 1973/74 (XI Legislatura). Dos que não permaneceram, uns seriam melhor sucedidos do que outros. No dia 11 de Abril de 1974, Pinto Balsemão, solicitando uma entrevista para o *Expresso*, dirigia-se a MC nos seguintes termos: “Da última vez que tive o prazer de estar com V. Ex^a, disse-me que “tinha deixado de ler o *Expresso*, porque o jornal o crispava”. [...] No plano material, as receitas publicitárias

¹³²⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.750 – mc.1: fl.65.

¹³³⁰ “Não seria desejável, por exemplo, uma lei de Imprensa que não previsse sérias sanções para quem se servisse de um jornal para difamar terceiros. Liberdade é uma coisa, libertinagem outra.”

¹³³¹ *O Tempo e o Modo – revista de pensamento e ação*, nº62/63, Julho/Agosto de 1968, pp.639-641.

¹³³² “Encontrámo-nos pela primeira vez numa reunião com o então presidente do Conselho de Ministros, o Professor Marcelo Caetano, líder da União Nacional – que tinha patrocinado as nossas candidaturas com as características de distanciamento e independência política que cada um de nós procurou vincar”. Testemunho de J. B. Mota Amaral em RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, p.159.

que temos obtido e o facto de a tiragem se situar acima dos 70.000 exemplares e manifestar tendências ascensionais parecem comprovar que o Expresso desempenha, dentro das suas possibilidades, uma função útil na sociedade portuguesa [...]. Tenho esperança de que V. Exa. reconheça alguns dos nossos méritos e que a sua opinião acerca da nossa publicação tenha mudado. Por isso me atrevo a solicitar-lhe uma entrevista para inserção no “Expresso”.¹³³³ Para além de elucidar a forma como MC exercia o poder, este documento não confirma de forma alguma que o “*Expresso* estava condenado se não tivesse chegado o 25 de Abril.”¹³³⁴

A pretendida renovação de 75% da Assembleia Nacional foi apenas formalmente cumprida.¹³³⁵ Na realidade, só trinta deputados (23%) não tinham até aí qualquer ligação (formal) ao regime.¹³³⁶ Quase metade desses trinta constituía o pequeno núcleo que haveria de formar a *ala liberal*.¹³³⁷ Eram pessoas com provas dadas, dinâmicas e capazes nas suas diversas áreas de especialização. Mas não estavam organizadas nem tinham qualquer poder. Política e eleitoralmente só um nome contava.¹³³⁸

¹³³³ PT/TT/PS/AMC/PC/03: Correspondência e documentação diversa; AMC, cx.13, PC, Correspondência: n°20 (11/04/74). Do questionário (n°20-anexo 1), constavam perguntas sobre: a revisão da Concordata; a “influência do Livro de Spínola”; “se não seria melhor governar tendo vários partidos representando várias ideias políticas”; a “oposição democrática”; se as “FA já serenaram”; o “que queremos do Mercado Comum”.

¹³³⁴ Testemunho de F. Pinto Balsemão em RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, p.169.

¹³³⁵ “Na reunião do Governo com os Governadores Cívicos, em Maio, foi dito que a renovação não seria inferior a 75%.” PT/TT/PS/AMC/PC-ELE/02: eleições de 1969; AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Circulares: n°5 (10/69).

¹³³⁶ CASTILHO, José Manuel Tavares, *Marcello Caetano: uma biografia política*, Almedina, Coimbra, 2012, pp.535-536; *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República/Texto, 2009, p.311.

¹³³⁷ F. Pinto Balsemão, F. Sá Carneiro, J. B. Mota Amaral, J. P. Miller Guerra, Joaquim Macedo Correia, Joaquim Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado, José Correia da Cunha, J. P. Pinto Leite, José da Silva, Maria Raquel Ribeiro, Teodoro de Sousa Pedro e Tomás Oliveira Dias.

¹³³⁸ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, pp.299-300. Pinto Balsemão insiste junto de MC para que visite a Guarda antes das eleições: “Sucede que a Guarda parece ser o único distrito do continente que não foi ainda visitado pelo presidente do Conselho [...], está naturalmente desconsolada. A cidade mais alta de Portugal quer vê-lo e, evidentemente, conviria que a sua visita se realizasse antes do dia marcado para as eleições. Acresce que há obras importantes a ver – a Escola Técnica, o Liceu, o abastecimento de águas através do Mondego – e que a sua presença constituiria um excelente apoio aos candidatos da União Nacional. Pessoalmente, não o escondo, a sua aquiescência (sugiro o fim-de-semana de 11/12 de Outubro) não me poderia ser mais favorável, pois a deslocação me seria, até certo ponto, imputada e eu preciso de fazer qualquer coisa que desfaça a frieza das forças vivas distritais perante o meu nome (mais ou menos desconhecido, no plano individual e, obviamente, não indicado pela Comissão Distrital da UN).” MC também foi à Guarda.

1.2.5. Sobre a *campanha*

1.2.5.1. *Recomendações: o futuro*

Os tópicos a “considerar na elaboração dos textos dos discursos nas sessões de campanha”, oriundos da Comissão Executiva para as Comissões Distritais, eram os seguintes: “Solenidade, elegância de atitudes, discussão viva e calorosa mas serena dos problemas”; “espírito adverso aos problemas reais”; “tópico dominante: futuro”; “interesse pelos problemas regionais”; “ataque aos problemas em que os candidatos têm especial competência”; “acentuação da renovação das Câmaras com ordem à sua dinamização e à sua maior responsabilidade”; “procurar os contactos directos entre os candidatos e o eleitorado.” Entre os “outros tópicos” destacava-se a dependência total da figura MC: “Não esquecer que, sem cair numa excessiva personalização, a figura do presidente Marcello Caetano assume um valor eleitoral de significativa expressão positiva pois consubstancia para as massas a confiança no futuro.” Ao que se acrescentava: “Será desejável a renúncia a adjetivações excessivas e ditirâmbicas.”

Em relação às oposições, ainda segundo o mesmo documento, “nesta primeira fase, os trechos não devem basear-se no ataque às teses da oposição mas sim na efetiva defesa de uma política de renovação e centralização da vida portuguesa, e das reformas seguidas pela aceleração do progresso em todos os aspetos que poderá revestir (desde o económico, ao social, ao educativo e ao político).” Sobre a “herança”, a recomendação era a seguinte: “a par desta preocupação deverá ser sempre revolvido tudo aquilo de essencial que, no passado, merece defesa, consideração e respeito.”¹³³⁹

Por outro lado, ou noutra sentença, as recomendações e informações das Distritais para a Comissão Executiva parecem ter sido levadas muito a sério por MC. A Distrital de Faro relatava que a Oposição se movimentava a partir de Tavira com “certa virulência” e que os monárquicos podiam concorrer sozinhos, salientando “o ganho de franca simpatia pelo professor Marcello Caetano nos indivíduos de formação universitária, mesmo os que pareciam ou se diziam até há pouco indiferentes.”¹³⁴⁰ Aveiro aconselhava a anunciar as candidaturas “o

¹³³⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969 – cx.584 – mç.1452: fls.342-343.

¹³⁴⁰ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.1-5.

mais tarde possível, pois o seu anúncio [iria] necessariamente criar emulações e divisões.”¹³⁴¹ Beja informava que “um núcleo oposicionista, ligado à corrente socialista do Dr. Mário Soares pode apresentar uma lista. Nota-se igualmente a existência de simpatizantes do Eng.º Cunha Leal. [...] A estrutura do distrito é favorável ao aparecimento de correntes socialistas radicais ou mesmo comunistas.”¹³⁴² De Braga saía o seguinte relato: “A oposição está agitada por entrar na liça. Poder-se-ão distinguir três fatores: a) um carácter comunista (Vila Nova de Famalicão e Braga); b) Oposição democrática que só se fez sentir depois do Congresso de Aveiro e que já reuniu estando na disposição de apresentar uma lista; c) Pretensas dissidentes que falam na apresentação de uma lista mas que deverão chegar a acordo com a UN. A oposição esquerdista ou comunista irá seguramente às urnas pois já assumiram compromisso nesse sentido.”¹³⁴³ Bragança “não constitui um problema político encontrando-se neste aspeto em plena paz. Não há notícias de qualquer movimento oposicionista. Há, porém, duas forças políticas a ter em conta: a Igreja e a Federação do Nordeste.”¹³⁴⁴

Em Castelo Branco existiria, segundo a Distrital, “um ambiente francamente favorável, apenas havendo a considerar, os progressistas católicos e a parte do operariado.” Em Coimbra existiam zonas onde seria “difícil fazer qualquer previsão política, tais como Lousã, Soure e Condeixa. Não parece natural que surja um movimento oposicionista.” Da cidade do Mondego chegava também a seguinte recomendação, partilhada pela congénere da Guarda: “Liberalização da organização corporativa através de uma mais ampla participação dos interessados no funcionamento do sistema.”¹³⁴⁵ Em Évora parecia “improvável que [surgissem] listas da oposição”. No distrito de Setúbal estaria um “ambiente calmo”, por alegadamente o “novo estilo do governo” ter permitido “ganhar gente nova”. O mesmo em Santarém, prevendo apenas “manifestações de esquerda no norte do distrito”, a “influência da oposição liberal de Leiria” e manifestando “incerteza quanto à participação eleitoral da

¹³⁴¹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fl.18. “A oposição é combativa mas a sua força encontra-se bastante reduzida pela morte do Dr. Mário Sacramento e por se encontrar circunscrita à capital de distrito, excepto no que respeita a Águeda (eng.º agrónomo Flávio Martins). Pode porém ter força nos concelhos de Aveiro, Ovar, Ílhavo e Espinho. Quanto a possíveis candidatos da direita “ultra” não parece possível.”

¹³⁴² ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fl.19.

¹³⁴³ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.22-23.

¹³⁴⁴ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.24.

¹³⁴⁵ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.25-27.

oposição”.¹³⁴⁶ A Comissão Distrital de Portalegre estava consumida pelo medo e pela incerteza: “de um momento para o outro pode atear-se a “fogueira” da oposição”, usando da “liberdade” permitida nas eleições”. Não temia candidatos de peso para competir nas eleições, mas algumas figuras que pudessem “causar perturbação”.¹³⁴⁷

Na Comissão Distrital de Lisboa reinava a confiança: “se a oposição apresenta candidatos às próximas eleições há uma certeza quase absoluta de que as suas listas serão derrotadas.” Já no Porto apenas recomendavam uma lista “homogénea” e uma representação “coerente”. De Viseu partia a original sugestão: a campanha eleitoral não deveria durar mais do que “15 dias ou 3 semanas”, caso contrário “corre-se o risco de se gerar um clima emocional de difícil controlo.” Em Viana do Castelo existia “muita simpatia” por MC e a oposição estaria resumida a “pequenos núcleos”. Na Guarda seria “pouco provável o aparecimento de listas da oposição. Na verdade, as populações do distrito estão com a UN, embora sintam intensamente as dificuldades com que se debate o meio rural.” A Horta não era deste mundo: “não há problemas políticos no distrito, não existindo qualquer tipo de oposição.”¹³⁴⁸

Num dos distritos mais dinâmicos, Leiria, a respetiva Distrital transmitia o seguinte: “a oposição mostra-se muito ativa levando a efeito na cidade de leiria diversas reuniões com elementos de várias regiões do País [...], os sectores oposicionistas respeitam a UN e até solicitaram a sua colaboração no sentido de ser possível a efetivação de uma reunião preparatória destinada à escolha dos candidatos da oposição”. Alegadamente, a Igreja não colaborava com a oposição, embora o sul do distrito mantivesse ligações com o Patriarcado. O relatório terminava com a sugestão de se evitar na campanha o “tom “triumfalista” que “caracterizou as anteriores campanhas.”¹³⁴⁹

¹³⁴⁶ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.28-31.

¹³⁴⁷ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.35-41.

¹³⁴⁸ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.44-70.

¹³⁴⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.71-72.

1.2.5.2. *Questão de Coimbra e maioria silenciosa*

A “questão de Coimbra” foi, evidentemente, um acontecimento marcante para o marcelismo.¹³⁵⁰ A inspiração da crise académica de 1969 não oferece dificuldades: o Maio francês de 1968.¹³⁵¹ Mas não seria a única, conforme veremos no próximo capítulo. Tal qualmente, as juventudes estudantis que se manifestaram contra o regime representado pela pessoa de Américo Thomaz e lutaram por uma “universidade nova” e uma “política nova” (“imaginação ao poder”, segundo o slogan francês) não foram os únicos a receber lições da França.

A primeira fase dos protestos (2 a 7 de Maio), com os episódios na Universidade de Nanterre (encerrada pelo governo), na Sorbonne (intervenção maciça da polícia) e nas demais faculdades de Paris, cujo clímax foi a manifestação de dia 6 nas ruas de Paris, em que milhares de estudantes foram patrulhados por número pouco inferior de polícias (com saldo de centenas de feridos e detidos), culminou com a moção de censura apresentada, pela oposição, ao governo de Georges Pompidou. Uma primeira derrota do movimento. Na segunda fase, a partir de dia 8, o operariado solidarizou-se com os estudantes e associou-se ao movimento. Os confrontos continuaram e na greve geral de dia 13 perto de 1 milhão de pessoas manifestou-se em Paris. Entre os dias 15 e 22, as greves alargaram-se a todo o país. O descontrolo da situação por parte do governo conduziu à primeira vitória do movimento: De Gaulle dissolveu a AN no dia 30 de Maio e convocou eleições. Porém, as eleições dar-lhe-iam uma vitória clara. As contradições e fragilidades internas do movimento, o fragmentado *radicalismo* de esquerda não se entendera nem com a CGT nem com o PCF, bem como, por outro lado, os medos e incompreensão por parte da grande maioria da população, a chamada “maioria silenciosa”, explicam em boa medida o desfecho. Os acontecimentos de Agosto (invasão da Checoslováquia pela URSS, que pôs fim à chamada “primavera de Praga”) atenuaram sobremaneira o impacto de “Maio”. Evidenciando, entre outros, que comunismo não era necessariamente sinónimo de liberdade e democracia. De qualquer modo, a lição da França não seria esquecida em Portugal. Tanto durante o marcelismo, como no imediato pós-

¹³⁵⁰ Sobre o tema, ver, entre outros, BEBIANO, Rui, *O Poder da Imaginação: juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003; CRUZEIRO, Celso, *Coimbra, 1969: a crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, 3ª edição, Porto, Afrontamento, 2010; PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *Maio de 68: trinta anos depois os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri, Instituto História Contemporânea, 1999.

¹³⁵¹ Ver, entre outros, o excelente filme/documentário realizado *in loco* por William Klein – *Grands soirs et petits matins (extraits d'un film qui aurait du exister)* – *Os Dias de Maio*, segundo a versão portuguesa, da Films Paris New-York, com a participação da INA.

25 de Abril de 1974 – o PCP e Spínola (com a sua versão da “maioria silenciosa”) protagonizariam um *remake à portuguesa* da segunda fase daquele movimento, embora com desfecho bem diferente.

Segundo o modelo e com a diferença de escala, a crise académica de 1969 corresponderia apenas à primeira fase do Maio francês. As manifestações, a intervenção da GNR, as greves aos exames, as reivindicações eram em tudo semelhantes. Exceto as póstumas perseguições da PIDE, uma originalidade portuguesa. MC recebeu, ao que parece indiretamente, um documento com “algumas questões sobre os objetivos e limites da luta estudantil” para uma “reforma na universidade”.¹³⁵² Coincidia, nas críticas, com os estudantes gauleses e, nas propostas, também com De Gaulle, que, após as eleições de Junho de 1968 apresentaria um projeto de reformas (entre as quais algumas inovadoras, como a participação dos trabalhadores na gestão das empresas). Submetido em 1969, por sua iniciativa, a referendo. Como fez depender a sua continuidade no poder da vitória no referendo, a derrota levá-lo-ia a abandonar definitivamente o Eliseu. Os estudantes reclamavam a sua participação na “reforma da universidade” e a “consolidação e o reconhecimento de todas as conquistas adquiridas na prática e na luta pelos estudantes”. [sic] Requeriam igualmente “a abolição de organismos antidemocráticos (MP por exemplo)” e a democratização do ensino – a “luta contra o conteúdo classista do ensino”, numa universidade “autoritária com estruturas arcaicas quer na sua dimensão [...], quer na sua forma (cátedra vitalícia, etc.)...”

A atrapalhação das forças do regime, provocada pelo conflito entre os que pretendiam o uso irrestrito de violência¹³⁵³ e os que desejariam conter o mais rapidamente possível uma potencial escalada política (à francesa), passou por um vendaval de decisões e respetivas anulações: suspensão de oito estudantes (logo levantada) da direção da AAC e detenção de Alberto Martins, seu presidente, posto em liberdade horas depois, o envio para Coimbra do Batalhão de Intervenção da PSP, anulado à última hora, entre outras.¹³⁵⁴ Ausente em África quando se desencadeou a crise em Coimbra, MC levou a sério os acontecimentos e

¹³⁵² AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº12 (69).

¹³⁵³ “Por outro lado, o coronel Cardoso Salgado “aterrou” positivamente o Lopes do Souto expondo-lhe demoradamente as suas opiniões pessoais sobre a sua fórmula de resolver a “questão de Coimbra” – fórmula que incluiria entre outras “soluções”, a “prisão e até a execução, se necessário, de um milhar ou dois de estudantes”... (!) Como avaliará, a redação do Diário de Lisboa não será muito recetiva a tais doutrinas. Nem a do Popular, ou a da Capital nomeadamente – sendo nestes três jornais expressivo o número de universitários.” Em ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, II Vol., pp.76-77.

¹³⁵⁴ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº7 (07/06/69). Telegrama do conservador “chefe casa universitária Professor Doutor Antunes Varela + Manuel Joaquim Coelho da Silva”: “verdadeiramente consternados com o que se passa na academia de Coimbra: anarquia repressão violência? [ponto sublinhado à mão por MC] Atónitos com as represálias: espancamentos corte de cabelo ameaças que exercidas contra os estudantes que cumprem o seu dever “fazer exames”.”

as reivindicações dos estudantes. Não era nada de novo para ele, que viveu por dentro os acontecimentos de 1962. A profunda reforma do ensino de MC, executada por Veiga Simão, escolha muito criticada pelos mais próximos de MC¹³⁵⁵, também foi uma resposta a cerca de duas décadas de lutas e aspirações da “massa estudantil”.

Em França, apesar de confirmado no poder pela base mais conservadora do eleitorado francês, De Gaulle havia também compreendido a necessidade de uma renovação das estruturas políticas e sociais e do sistema educativo. Nesse sentido substituíra Pompidou por Maurice Couve (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros). Ora, se em França as eleições não impediram que o vitorioso De Gaulle tirasse consequências de Maio, em Portugal parece ter-se verificado o processo inverso. Por um lado, MC não se precipitou em tirar consequências (J. H. Saraiva só seria substituído por Veiga Simão no início de 1970), parecendo aguardar pelas eleições de Outubro de 1969. Por outro lado, à *direita* e à *esquerda* o objetivo parecia ser prolongar a crise e desgastar, até Outubro, a imagem de MC.¹³⁵⁶

Na sequência da dissolução da direção da AAC, entrar-se-ia na fase mais dinâmica da crise. A greve às aulas e aos exames no final do ano letivo dividiu os estudantes. O mestre de Paleografia e professor catedrático da FLUC, padre Avelino de Jesus da Costa, descrevia um “ambiente de medo e terror” e transmitia a sua visão dos factos a MC: “Esta greve é, afinal, uma hábil tentativa para muitos estudantes justificarem perante as famílias a perda do ano, uma vez que, na verdade, o ano já está perdido para eles ou por faltas ou por não estarem preparados para exames, envolvidos como andaram em atividades alheadoras dos estudos [sic]. Para encobrir, apresenta-se, evidentemente, outra razão – a pretensa solidariedade com os oito estudantes suspensos.”¹³⁵⁷ Provavelmente não foi pela sugestão do padre Avelino J. da Costa, mas a PIDE iria, como se sabe, atuar nos chamados “centros de subversão”.

¹³⁵⁵ Carta de Baltazar Rebelo de Sousa acerca da remodelação governamental e da possibilidade de substituição de Saraiva por Veiga Simão: “Quanto ao Veiga Simão, parece-me inteligente, aberto a indispensáveis reformas universitárias, mas com propensão para a demagogia, falta de senso administrativo e, sobretudo, ausência total de espírito jurídico, como aliás é natural. Eu julgo, porém, que, para empreender a reforma necessária, esse espírito jurídico é indispensável. [...] O Saraiva é meio louco [sic], é certo, mas tem imaginação e deve ter espírito jurídico.” Noutra missiva: “Com qualidades de desembaraço e prestígio na sua especialidade, deixa a desejar em senso, capacidade de administração e vida moral (alguém se interessa, hoje em dia, com a moral?) Ainda que eu lucrasse com a sua saída, não me parece que substitua, com extrema vantagem, o Saraiva. Afinal, é do mesmo género, salvo quanto a algumas ideias mais certas e originais sobre a renovação da Universidade.” Em ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, I Vol., Publicações D. Quixote, Lisboa, 1985, pp.184-185.

¹³⁵⁶ Ver a esse propósito, entre outros, MARCHI, Riccardo, *Império, Nação, Revolução: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto, 2009, pp.209-229.

¹³⁵⁷ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº9 (08/06/69). “Para vencer a resistência dos restantes, que deviam ser para cima de cinquenta por cento, tem-se lançado mão de tudo: o pedido insistente, a pressão moral e psicológica, a insinuação, o insulto, a mentira, a ameaça de violências imediatas e futuras. [...] E, para mais os humilhar, garantem-lhes ainda que é inútil o esforço que estão a fazer, porque os grevistas, que agora se divertem, farão em Outubro todos os exames de modo a salvar o ano. [...] O único meio eficaz para lhes

A politização que caracterizou a “crise” não deixou de fora os “moderados”. Contra os colegas das “esquerdas” (radicais), uma aluna que se apresentou como sendo das “direitas” escreveu a MC (“anonimamente”, para não se “queimar”) duas interessantes cartas. Na primeira afirmava o seguinte: “Nós que somos das “direitas” estamos-lhe infinitamente reconhecidos pela maneira como tem sabido conduzir esta triste e lamentável “crise académica”. Por uma vez, não têm os nossos colegas “grevistas” tido nada que dizer quanto à atuação do Governo. Estão até surpreendidos e “desapontados” – convinha-lhes poder protestar contra prisões, etc. É verdade que as suspensões foram precipitadas, mas toda a gente sabe que elas não partiram de V.^a Ex.^a, então ausente no Ultramar. Como toda a gente sabe que se tivesse vindo V.^a Ex.^a a Coimbra a crise não se teria dado.”¹³⁵⁸ Na segunda missiva, salientou o seguinte: “Porque a verdade é que não se está a lutar por coisíssima nenhuma, mas sim contra o governo. Isto pelo que diz respeito àquela minoria que está nitidamente a ser manobrada de fora, e de má-fé. A esmagadora maioria dos “Aderentes” está sinceramente convencida de que se está a sacrificar por um “ideal”. É de tudo o que faz mais pena. E tanto assim é que o levantamento das suspensões veio já abrir os olhos a muita gente que estava solidária e que se prepara agora para fazer exame.”¹³⁵⁹

MC parece ter considerado bastante estes documentos, um caso único de anonimato em todo o AMC. Para os estudantes que lideraram a “crise”, fosse “minoria” ou não, esta não teve por certo as repercussões e continuidade desejadas. Outros seriam os protagonistas a conferir profundidade ao acontecimento. Mas o modelo já não seria o francês.

garantir as indispensáveis liberdade e tranquilidade é, dizem os estudantes que heroicamente vão aos exames, agir sem demora sobre os centros de subversão e seus orientadores e instigadores. Se assim não for, podem vir a dar-se acontecimentos muito tristes, porque várias pessoas vêm-se forçadas a andar com armas de fogo para legítima defesa, em caso de ataques traiçoeiros.”

¹³⁵⁸ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº10 (69). Na continuação descreve os “métodos de intimidação” que os grevistas têm usado para com os que queriam fazer exames: “A palavra solidariedade apenas é aplicável aos 8 colegas suspensos, apesar de o governo (Reitoria) ter já afirmado que, no caso de estarem inocentes, em nada serão prejudicados. Não pense, por isso, vossa excelência que todos os alunos que têm faltado esta época aos exames o têm feito voluntariamente. Muito longe disso! Mas não importa. É justamente por isso que eu me atrevo a dirigir-me a V.^a Ex.^a. para lhe pedir encarecidamente que nos deixe ficar na situação de vítimas e que não permita que os grevistas sejam transformados em vítimas do Governo, em pequenos “heróis” da causa da liberdade. É isso exatamente o que eles pretendem. [...]” Termina com alguns “conselhos” a MC: não aplicar qualquer sanção aos “cabecilhas do movimento” nem aos professores nele implicados; caso o “inquerito os ilibe seriam levantadas as suspensões” e então seria “a nossa vez de nos arvorarmos em vítimas da academia”; sugere ainda a hipótese de se lhes permitir fazer todas as cadeiras em Outubro.

¹³⁵⁹ AMC, cx.57, Correspondência/Universidade de Coimbra: nº11 (69). Afirma ainda compreender que o governo não dialogue com revoltosos mas exorta a que se encontre forma de o conseguir desde que tudo reentre na normalidade. Porque “desapareceria assim para os bem-intencionados (e são eles, afinal, quem conta), outro pretexto. [...] Mas diz o Senhor Ministro, no comunicado de ontem, que vão sofrer sanções disciplinares todos os estudantes que “se destacaram nos acontecimentos ocorridos no período compreendido entre o dia 17 de Abril e o dia 6 de Maio último”. Ora, perdoe-me V.^a Ex.^a a franqueza, isto não parece nem justo, nem político.”

1.2.5.3. *Estratégia da tensão*

Em Itália, o movimento de contestação estudantil desencadeado em Trento e Turim no final de 1967 contra ou a pretexto da reforma universitária apresentada em 1965 pelo ministro Gui (Lei nº2314) e contra o ensino considerado autoritário, era o culminar do processo de implosão do terceiro governo de Aldo Moro (de centro esquerda), marcado pela inação – muitas ideias, mas poucas realizações. Vários fatores contribuíram para isso. A desaceleração do crescimento económico, muito dependente da conjuntura internacional, o não aproveitamento do “milagre económico” para intervir profundamente nas estruturas política, económica e social explicam alguns dos problemas.

As contradições que caracterizavam o sistema institucional italiano também não ajudavam o momento político. A Constituição italiana era democraticamente avançada, mas pouco efetiva (o estatuto dos trabalhadores e a legislação sobre a organização regional só foram aprovadas em 1970). A que se somava a permanência de reminiscências fascistas na legislação ordinária (recorde-se a codificação administrativa). A par disso, a esquerda italiana desarticulava-se e perdera um pouco o norte. Nomeadamente o PCI, que após a morte de Togliatti, em 1964, se mostrou hesitante na persecução dum caminho que o aproximasse da social-democracia (no sentido lato dos anos 1960).¹³⁶⁰ O recuo da reforma educativa, com a liberalização do acesso ao ensino superior decidida em Julho de 1969, alargou ainda mais a contestação e aproximou, como em França, os estudantes do operariado, que em conjunto protagonizariam por toda a Itália o famoso “Outono Quente” de 1969. Apesar do insucesso global, no que toca às grandes questões, não devem ser desvalorizadas as *pequenas grandes* conquistas. No plano das mentalidades e costumes, verificou-se uma “abertura” considerável. O operariado conseguiu ganhos assinaláveis. Veja-se o exemplo da FIAT, onde ganharam, ainda que a curto prazo, capacidade de decisão e melhoria das condições de trabalho.

Mas isso não chegava para disfarçar o desgaste ou mesmo esgotamento da experiência de centro-esquerda. Por um lado, apesar dos resultados positivos no campo da previdência, saúde, ensino e trabalho abrirem consideravelmente a sociedade italiana, o facto de não

¹³⁶⁰ Ver, entre outros, TRANFAGLIA, Nicola, *Mafia, politica e affari nell'Italia repubblicana, 1943-1991*, Milano-Bari, Laterza, 1991; *L'Italia democrática. Profilo del primo cinquantennio 1943-1994*, Milano, UNICOPLI, 1994; *La tradizione repubblicana. Problemi e contraddizioni del primo cinquantennio*, Torino, Scriptorium, 1997; *L'Italia repubblicana e l'eredità del fascismo*, Alessandria, Edizioni dell'Orso, 2001.

estarem ancorados num modelo estratégico de médio-longo prazo expuseram a fragilidade do sistema político e provocaram novos desequilíbrios. Por outro lado, e em consequência disso, verificou-se uma reação violenta por parte dos sectores considerados mais conservadores nos partidos do governo (incluindo o católico), dos mais subversivos e radicais neofascistas e dos próprios serviços secretos.

A instabilidade provocada por dois anos de profundas lutas sociais, aliada ao facto de a falência dos governos de A. Moro ter pesado eleitoralmente mais sobre a DC e não tanto nos partidos à esquerda, a introdução irreversível de uma agenda reformadora e a iminência de uma revolução social, suscitaram a chamada “estratégia da tensão” e um longo período de violência e terror em Itália a partir de Setembro/Outubro de 1969. Logo em Dezembro desse ano teve lugar o massacre na Piazza Fontana, em Milão. Nesses primeiros anos, a vanguarda da violência estaria sobretudo a cargo do extremismo neofascista e do crime organizado. Entre 1969 e 1975 foram praticados em Itália vários milhares de atos de violência, entre os quais quase cem assassinatos políticos, sobretudo nas regiões de Milão, Turim e Roma. No mesmo período, Itália conheceu ainda 9 governos e 5 primeiros-ministros.

A realidade italiana não escapava, como nunca escapou durante o século XX, à atenção portuguesa. No entanto, não seriam as juventudes estudantis portuguesas (principalmente de *esquerda*) quem estudou a lição italiana. Se em Itália não surgiu, segundo Tranfaglia, uma figura “reformadora”, capaz de ativar a “esperança” e aplacar os antagonismos ou a insuperável distância entre os extremos e a vertigem do radicalismo, em Portugal parecia que sim. Com maior ou menor sucesso, MC tinha preenchido esse difícil espaço político. Os sinais já dados nos primeiros meses, em conjugação com a crise estudantil, incendiaram os poderes mais reacionários e receosos de uma qualquer mudança.

Não menos importante, MC encarnava a ideia e a possibilidade de vitória sobre as forças mais radicais (sobretudo à *direita*, mas também à *esquerda*), no sentido de evitar uma revolução violenta ou mesmo uma guerra civil. Ao que não era indiferente as fragilidades e radicalismo das posições políticas, a inexistência de um PCP *progressista* (à imagem do PCI de Togliatti) e uma ASP que queria ser mas ainda não era.¹³⁶¹ Nas vésperas da campanha, em Setembro de 1969, António Pinto Barriga, oferecia uma visão sobre o cenário político nacional que se aproximaria bastante da de MC:

¹³⁶¹ No manifesto socialista de Dezembro de 1968, afirmavam, algo irrealisticamente, o seguinte: “Não oferece a menor dúvida de que os signatários não aceitam o «socialismo totalitário», que, aliás, consideram não representar perigo para Portugal, na conjuntura presente.” SOARES, Mário, *Escritos políticos*, 4ª Edição, Editorial Inquérito, Lisboa, 1969, p.212.

“Hoje politicamente a esquerda é uma noção demasiadamente vaga mas que, contraditoriamente, parece viva no sentido fisiológico-político. [...] As esquerdas são magnética e politicamente influenciadas pela valência e eficacidae [sic] da tática dos comunistas e dos seus “criptos”, bem organizados e disciplinados. [...] Até agora as Oposições revelaram-se com absoluta incapacidade de inventar ou prospetivar o futuro e contentam-se, rotineiramente, em criticar o passado com os slogans de sempre! [...] A Oposição é politicamente uma espécie de anonimato doutrinal. [...] A Nação precisa saber o que eles fariam do poder e no poder; o que fariam em face da coexistência do capitalismo e do seu corretor – o corporativismo e qual seria o seu comportamento político em face da rede dos poderes e dos contrapoderes. [...] A desordem monetária internacional, acompanhada da sua diabólica elasticidade inflacionista e da sua especulação [?] de capitais, e mesmo o necessário reagenciamento [sic] duma útil defesa monetária nada disto parece prender a sua atenção. A Oposição é, ostensivamente, velha demais ou nova demais. [...] Não vêm no Estado uma confederação de centros de decisão relativamente autonomizados, mas vivem numa conceção envelhecida de estado liberal. A alternativa entre os poderes subalternos e os poderes autónomos, o desfasamento entre a realidade social e a prática democrática, uma repolitização feita para revelar mais interesse pelos cidadãos, uma reinvenção da Democracia e das liberdades públicas tudo isto está muito longe da aventura eleitoral de 1969.”¹³⁶²

Verificou-se uma tentativa de implementar uma espécie de “estratégia da tensão” contra MC, contrária à sua intenção de evitar a radicalização do espectro político.¹³⁶³ À qual não foram alheios os próprios estudantes mais à *direita*, como os da residência universitária do Monte Olivete, na UL, que não se coíbiam de utilizar a velha UN para pressionar o governo.¹³⁶⁴ A própria tentativa marcelista de fomentar contramovimentos estudantis saiu

¹³⁶² AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à C. C.): n°8 (09/69).

¹³⁶³ “Protesto firme contra a teoria de que “a oposição merecia que se passasse a factos e se justificava que alguns “deputados” tivessem “visitas” pouco cordiais. A ideia de agressão pessoal levou-me a dizer ao Dr. Valadão que me oporia fisicamente, até ter forças, se algum “energúmeno” tentasse cometer atos de violência contra os meus colaboradores na Latina – atos que reputo de desrespeito imperdoável e traição à palavra e à figura do Prof. Marcello. [...] Procedendo desse modo, abririam à Oposição amplo caminho para seguir idêntica via, o que se afigurava tanto mais perigoso”. AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°41 (18/10/69).

¹³⁶⁴ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência com o Ministério da Educação Nacional (SSR); 1969-1974; cx.717; mç.76; fl.10: “Não significando a nossa atitude um pôr em dúvida a fidelidade da UN à questão do Ultramar, contactamos com V. Exas. Para vos dar o nosso inteiro apoio a todas e quaisquer iniciativas de desagravo que pretendam tomar face à indigna atitude do governo sueco, expressa pelo ministro dos negócios estrangeiros. Vamos mais longe: sugerimos à UN que junto do governo português exija: imediato pedido de retratação da atitude sueca; o mais veemente protesto junto das organizações internacionais contra esta atitude ignóbil e cobarde; a rotura das relações diplomáticas com o governo sueco, caso este persista em auxiliar aqueles que em África matam os nossos irmãos, lutam contra a Paz o Direito e a Civilização. Na crença firme de

frustrada.¹³⁶⁵ Este seria um dos motivos porque se considerava “errado procurar qualquer notoriedade e prestígio para a UN, além do que resultará implicitamente da dignidade que revestir a sua ação eleitoral.” O objetivo das equipas de MC seria, por seu turno, uma “campanha na base de grande sobriedade – sem quaisquer vestígios do cariz típico da “velha” UN.”¹³⁶⁶

A “estratégia” começou antes da campanha. Na “noite de dia 22 de Setembro foram detidos e conduzidos para a esquadra do Alto do Pina dezassete democratas que efetuavam uma reunião legal sobre questões eleitorais. Entre eles encontravam-se quatro componentes da Comissão Distrital legalmente reconhecida pelas autoridades.” Dias antes, “12 democratas em Leiria e outros em Vila Franca de Xira e Moscavide” tiveram o mesmo destino enquanto “efetuavam distribuição de documentos”. As “pressões e intimidações” eram constantes. MC teve conhecimento dos seguintes acontecimentos: encerramento pela polícia da sede da CDE de V. F. de Xira, sendo que alguns dos seus membros foram “interrogados na Câmara Municipal perante o presidente do município, um graduado da PSP e um agente da PIDE”; recusa na concessão de “autorizações para obtenção de salas para reuniões”; “pressões e ameaças sobre a Direção do Centro Escolar Republicano Elias Garcia” onde se efetuavam as reuniões da CDE; as reuniões do “Movimento das Mulheres” contavam com “grande aparato policial” a cercar o local – “PIDE e PSP”. O autor do relato concluía: “Enfim, como pode ver por este e muitos outros factos que lhe poderia relatar, condições a que nem sequer assistíamos nos piores momentos do salazarismo.”¹³⁶⁷

As exigências de MC aos “dedicados” expunham um enorme *deficit*: “compromisso” e “firme salvaguarda de certos princípios básicos – a Renovação, a edificação da sociedade nova que apeteçemos para Portugal, requiere em todos os níveis um clima de moralidade”. Ao mesmo tempo agravava-se a “tensão” por parte “das equipas do Almirante Tenreiro”, que interferiam “na missão das empresas afixadoras” e colavam indiscriminadamente cartazes alusivos ao Ultramar¹³⁶⁸ em locais proibidos, incluindo na sede da CDE¹³⁶⁹, e, noutros casos,

que a UN, na sua qualidade de defensora de um Portugal Uno e Pluricontinental, connosco se revolta contra semelhante atitude, aguardamos a sua pronta, enérgica e eficiente reação.”

¹³⁶⁵ AMC, cx.19, Correspondência/Cabrita, António Pedro: n°1 (1969); n°2 (27/04/69).

¹³⁶⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°33 (27/09/69).

¹³⁶⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°29 – anexo 1 (23/09/69). Documento manuscrito, assinado “José Manuel”, enviado por Tavares Rodrigues a MC.

¹³⁶⁸ Que nada tinham a ver com os pequenos panfletos A5 mandados distribuir por MC no Ultramar, de cores diferentes e com apenas uma frase. Todos terminavam com a seguinte expressão: “Vote na Ação de Marcello Caetano; Vote na lista da UN”. As mensagens, algumas baseadas nos discursos de MC e nalguns casos contraditórias, é que variavam: “vote no progresso firme e seguro do nosso ultramar”; “o sufrágio é a prova real da vontade do povo”; “insatisfação não é espírito de revolta; insatisfação não é contestação anarquizante; temos de compreender os problemas da juventude”; “devemos atender a tudo quanto pacificamente possa ser feito no

obstruindo a colocação de cartazes de MC.¹³⁷⁰ Pior do que isso, a violência perpetrada pelas estratégias da “tensão” ia produzindo resultados: “Todos concordaram nas graves consequências de qualquer ação contra as facções da direita representadas nos bandos de energúmenos que cometeram desacatos (legionários e outros ativistas de grupos individualizados). No respeitante à hipótese de a PIDE devolver os programas de que se apossou, não se afigurou possível a nenhum dos presentes (eu não me pronunciei)...”¹³⁷¹

No mesmo sentido, outro dos objetivos seria impedir em definitivo a realização das eleições: “Estamos em presença, por um lado de forças da extrema-direita sobre cujas intenções o menos que é possível pensar é que se determinam ainda segundo diretrizes e processos indesejáveis e tanto mais inadequados quanto o Chefe do Governo comprometeu a sua palavra em que haveria “eleições” – o que subentende direitos a respeitar a todo o custo, sem recurso a qualquer tipo de maquiavelismos mais ou menos descarados, tais como os que são assacados aos Presidentes da Câmara, Governadores Civis, PSP, PIDE, Legião etc., compreendendo os “Comandos” que dizem afetos do Almirante Tenreiro... Qualquer ação repressiva contra os autores dos incidentes da 4ª feira passada, facilmente identificáveis, poderá suscetibilizar pessoas com uma sensibilidade política próxima da do F. de Casal Ribeiro, e até, eventualmente, militares.”¹³⁷² A oposição também pretendia responsabilizar o governo “pela perturbação [...] que [pudesse] resultar da tensão e da revolta causadas pelas arbitrariedades e violentas medidas das autoridades”, levando à “desistência da Oposição

sentido de evolução natural do ultramar”; “não devemos hesitar quando se trate de abrir novos caminhos para o bem-estar e a educação populares”; “no ultramar não podemos ceder, não podemos transigir. Não podemos capitular”; “se opta por uma política de reformas efetivas mas é contra a subversão apoie a ação de Marcello Caetano”; “a abstenção é contrária ao interesse nacional. Votar é um dever – vote na lista da UN”; “o governo e o povo têm de constituir uma equipa de trabalho”; “votar na lista da UN é a apoiar a ação de Marcello Caetano”; “apoie o esforço de uma verdadeira política portuguesa”; “É preciso que a nação seja mais rica produzindo mais”; “Votar na lista da UN é optar: pelo desenvolvimento progressivo do ultramar; por um clima de paz social; pelas reformas necessárias ao fomento do país, á promoção social e bem-estar dos portugueses”; “apoiar a ação de Marcello Caetano é escolher o rumo que à Nação convém”; “se é pelo futuro progressivo e digno de Portugal apoie a ação...”; “no ultramar não declaramos nem fazemos guerra a ninguém – defendemo-nos”; “Reformas – sim! Revolução – não!”; “com o seu voto na lista da UN testemunhe a sua confiança na ação de Marcello caetano”; “um clima de liberdade exige responsabilidades – apoie uma ação política realista”; “se respeita os que defendem no ultramar a integridade e o progresso de Portugal”; “se é a favor de uma obra de renovação na continuidade a realizar pelos portugueses em unidade de pensamento e ação entre dirigentes e povo”; “Portugal repudia o abandono do Ultramar apoiando os que defendem a integridade da pátria”. ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.584; mc.1452; fls. 298-324.

¹³⁶⁹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°39 (16/10/69).

¹³⁷⁰ Como o caso dos cartazes do metropolitano: “Finalmente: o que há quanto aos cartazes do metropolitano? Os espaços estão comprados. O local é ótimo. O efeito da afixação nestes últimos dias pode ser magnífico, mas o tempo urge: faltam quatro dias!” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°41 (18/10/69).

¹³⁷¹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°41 (18/10/69).

¹³⁷² AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°41 (18/10/69).

Democrática, dado o reconhecimento de não existência de condições mínimas que garantam a dignidade e a seriedade do ato”.¹³⁷³

Os incidentes a que se refere o autor são as agressões ao seu irmão (Urbano Tavares Rodrigues), professores Lindley Cintra e Francisco Pereira de Moura, entre outros: “Na manhã seguinte á audiência (dia em que foi publicado um drástico comunicado da CDE), dizia-me o Tengarrinha que o melhor testemunho de “regresso” a um passado “nunca abandonado, afinal” ressaltava do facto de a UN (novos dirigentes) estar acantonada e “quase sobre prisão” sendo inexistente como órgão político atuante – cabendo a ação aos mesmos quadros que “fabricaram” as eleições anteriores. Isto com exceção do Dr. Franco Nogueira a quem atribuem funções que me apressei a desmentir, esclarecendo-as. Em sumula: dizem que “não haverá castigo dos culpados e voltarão a verificar-se incidentes cada vez de maior gravidade até se realizar o objetivo dos ultras: a intervenção das F.A.”.”¹³⁷⁴

A PIDE e a PSP não deixaram de andar à solta.¹³⁷⁵ A CDE de Lisboa dirigiu-se diretamente a MC, em 15 de Outubro, para denunciar “intervenção brutal e inesperada” da PIDE na sua sede, apreendendo material de campanha, a coberto do “problema da censura e do visto prévio sobre o material impresso para a campanha eleitoral”. Referia que o governo deliberou que para a campanha “bastaria apresentar o material impresso ao visto do Governo Civil”, mas a PSP e a PIDE ignoraram essa disposição e continuaram a impor o exame prévio. Pediam a intervenção de MC e “justiça rápida” para que houvesse eleições.¹³⁷⁶ O que corrobora as informações de J. E. Tavares Rodrigues: “Se é verdade que os dois professores admitiram haver sido recebidos com “inesperado sentido de fair play” e “alta dignidade governativa”, não é menos certo que imediatamente a tática dos dirigentes da CDE se modificou: dizem que o Prof. Marcello é um homem muito inteligente [...] e lhes parece até bem-intencionado. Infelizmente – acrescentam – “está totalmente coacto pelas forças de opressão das direitas que, ao nível do Governo, das FA e dos próprios meios de informação, impõem ao País, no respeitante a eleições, uma conduta quase 100% idêntica à do passado”.”¹³⁷⁷

¹³⁷³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº29 – anexo 1 (23/09/69). Documento manuscrito, assinado “José Manuel”, enviado por Tavares Rodrigues a MC.

¹³⁷⁴ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº41 (18/10/69).

¹³⁷⁵ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº41 (18/10/69): “Dizem-me que a Polícia de Segurança se tem comportado muito mal: dois agentes terão assistido ao ataque ao Urbano, a 20 metros de distância, sem esboçarem um gesto ou palavra (há 4 testemunhas!), e a polícia da Esquadra do Campo Grande fez ouvidos de mercador aos chamamentos da CDE. [...] A concentração de forças da PIDE à saída de uma sessão na 5ª feira não é nada salutar, conforme acentuou o dr. Dutra de Faria.”

¹³⁷⁶ AMC, cx.23, Correspondência/Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa: nº1 (15/10/69).

¹³⁷⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº41 (18/10/69).

1.3. Até parecia um país habituado a votar

1.3.1. Falência estrondosa

À medida que a campanha foi avançando, o desânimo, o medo e o sentimento de impotência perante os fatores de “tensão”, em conjugação com o dinamismo das oposições democráticas, projetaram um negro espectro de fracasso nas modestas hostes marcelistas: “Hoje, depois da falência estrondosa dos quadros da comissão executiva e da inteligente campanha das oposições democráticas, dia a dia mais viva [sic], com vista a identificar a imagem da “União Nova” com a dos quadros da velha União Nacional, mais do que nunca deveremos evitar combate em terreno reconhecidamente adverso.” A ação de Mello e Castro à frente da UN, excluindo os contactos pessoais com alguns dos candidatos *liberais*, merecia nota negativa: “Continuo a pensar que a atuação da Televisão – tal como se processa – é quase tão criminosa como foi a imperícia e incúria do Dr. Mello e Castro.”¹³⁷⁸

Precisamente os meios de comunicação social, sobretudo a televisão, mereciam críticas ferozes da parte de velhos militantes da UN, que não suportavam a ideia de a oposição dispor dos mesmos meios de campanha. A Comissão Executiva recebia queixas de alegados casos de discriminação em favor da oposição. Um militante (e segundo parece, candidato a deputado) da UN de Vila Real insurgiu-se contra o tratamento discriminatório dado pela televisão no noticiário das “21, 30” de dia 14 de Outubro: “Enquanto que as sessões de esclarecimento das Candidaturas da UN apenas mereceram um rápido passar de imagens, como vinha acontecendo, sem despertar reparos, em relação a todas as outras candidaturas, ontem, estranhamente, quanto a uma sessão da CDE realizada em Ferreira do Alentejo, foi relatado, por uma gentil locutora, como apontamento emocional, que o orador, Dr. F..., [sic] “genro de um homem rico” (!), [sic] arrancara, com as suas palavras, lágrimas em muitos da numerosa assistência...!!! [sic] Outro apontamento no mesmo género foi difundido acerca de outro orador, não retive se na mesma, se noutra sessão. Porquê? [...] Também o porquê do

¹³⁷⁸ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°41 (18/10/69).

tratamento discriminatório do Jornal “O Comércio do Porto” a [?], melhor, a não dar relevo suficiente às sessões da UN, compatível, ao menos, com o dado às da Oposição.”¹³⁷⁹

A “incúria” a que se refere Tavares seria também a passividade de muitas Distritais, habituadas a não ter de fazer nada para “ganhar”. A Comissão Distrital de Beja, através de António da Fonseca Leal de Oliveira, comunicava o seguinte à Comissão Executiva: “Quanto a sessões de propaganda eleitoral, apenas está prevista uma na sede do distrito, no entanto outras se poderão realizar se as julgarmos necessárias e conforme já informamos V. Ex.^a. [...] A oposição democrática neste distrito, realiza hoje uma sessão de propaganda eleitoral, na freguesia de Pias, aldeia do concelho de Serpa, que é considerada como um dos pontos principais e subversivos, contra a atual situação política. Tal facto mostra a intenção nítida de subversão e não de elucidação doutrinária. Esta reunião é a primeira que a Comissão Democrática de Beja realiza neste distrito.”¹³⁸⁰

MC necessitava de sentir o apoio firme dos que supostamente estariam com ele e das pressões da oposição para atuar perante os “velhos” poderes do regime. No caso da televisão, como noutros, parece ter reagido às críticas da oposição democrática, nomeadamente da reconstituída Comissão Promotora do Voto, praticamente composta por elementos que viriam a integrar a CEUD. Esta organização, como as próprias Comissões Eleitorais, travaram uma dura luta contra os Governos Cívicos e contra o MdI. Mas só obtinham resultados quando se dirigiam ao presidente do Conselho. Um pouco à imagem do que acontecera em 1957, quando MC era ministro da Presidência.¹³⁸¹

Cada concessão às mais do que justas reivindicações da oposição representava uma machadada na confiança das estruturas do regime em relação a MC. Mas enquanto ao redor de MC reinava o pessimismo e a desconfiança, o “povo” ou as “massas” que tanto privilegiava continuavam a corresponder-lhe. O pequeno opúsculo “Ano de Eleições de

¹³⁷⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.584; mç.1452: fls.245.

¹³⁸⁰ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.584; mç.1452: fl.22.

¹³⁸¹ GODINHO, José Magalhães, *Ano de eleições: legislação eleitoral em vigor (com comentários, críticas, instruções e modelos)*, Lisboa, Editorial República, 1973, pp.169-188 (documentos de 1968) e pp.159-168 (documento de 1957). Em 1969, a Comissão era constituída por: Luís Filipe Lindley Cintra, Henrique de Barros (cunhado de MC), Gustavo Soromenho, Luís Dias Amado, Francisco Lino Neto, Nuno Teotónio Pereira, José Manuel Galvão Teles, Mateus Boaventura, C. F. Torre de Assunção, José de Magalhães Godinho, Rui Grácio, Virgílio Ferreira, Maria Keil Amaral, Álvaro Salema, Fernando Namora, Alberto Ferreira, Mário Sottomayor Cardia, José Vasconcelos Abreu, João Bénard da Costa, Gonçalo Ribeiro Teles, António Ribeiro Reis, José Gomes Ferreira, José Carlos Serras Gago, Jaime José Matos da Gama, José Luís do Amaral Nunes, José Guimarães, António Galhordas, Nuno Brederode Santos, Nuno Portas, Joel Serrão, Alfredo Barroso, Joaquim Mestre, Francisco Pereira de Moura, Maria Joana de Meneses Lopes, Cascão de Anciães, José Pinto Correia, António Alçada Baptista, José Pinheiro Lopes de Almeida, Eugénio Augusto Marques da Mota, Emídio Santana, Fernando Veiga de Oliveira.

1969”, distribuído junto de estabelecimentos de ensino, administração pública, operariado e profissionais liberais, entre outros, motivara, pelo menos, “25.348” cartas em protesto de “completa adesão à doutrina ali expressa”.¹³⁸²

1.3.2. Recenseamento e abstenção

A revisão da Lei nº2015, de 28 de Maio de 1946, através da Lei nº2137, de 26 de Dezembro de 1968, e o Decreto-lei nº49 229, de 10 de Setembro de 1969, não alteraram o essencial: a proibição da formação de partidos políticos expressa na Constituição.¹³⁸³ Aliás, uma legislação eleitoral “democrática” significaria automaticamente o fim do regime. Assim, o apertado enquadramento legal concedia, formalmente, condições de participação política às Comissões Eleitorais. Na prática, não condicionava eficazmente a ação dos Governadores Civis, MdI, PIDE, PSP e Legião.

O mesmo se verificaria em relação ao recenseamento: insuficientemente claro e transparente na forma e algo caótico na prática. Quem melhor expôs as suas insuficiências e contradições, numa luta de toda a vida, foi José de Magalhães Godinho.¹³⁸⁴ O mesmo homem que em 1949 enfrentou uma UN em cuja reforma MC (então seu líder) apostou e falhou, vinte anos depois também enfrentava o resultado acumulado desse insucesso. Para além do facto do processo continuar praticamente nas mesmas mãos que o controlavam no passado, existiam uma série de condicionantes para as principais figuras da oposição, nomeadamente para quem já tivesse “ficha”. Ainda assim, houve uma tentativa de “limpar” o processo em 1969. Nada impedia uma inscrição massiva de eleitores, democratas ou não democratas.

Disso davam conta as Comissões Distritais da UN. No Funchal o “recenseamento eleitoral, de uma maneira geral, foi feito com mais cuidado do que nos anos anteriores.” Verificou-se um “aumento” do número de eleitores a requerer inscrição, “quase só da

¹³⁸² AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Ângelo dos (analista político?): nº1 (25/10/69).

¹³⁸³ Ver, entre outros, GODINHO, José de Magalhães, *Os partidos políticos órgãos essenciais da República, em Teses e Documentos do 2º Congresso Republicano de Aveiro*, Lisboa, 1969.

¹³⁸⁴ GODINHO, José de Magalhães, *Depoimento na Campanha Eleitoral da Oposição Democrática de 1949*, Lisboa, 1949; *A Legislação Eleitoral e sua crítica*, Lisboa, 1969; *Falar Claro*, Lisboa, 1969; *Ano de eleições: legislação eleitoral em vigor (com comentários, críticas, instruções e modelos)*, Lisboa, Editorial República, 1973.

oposição”.¹³⁸⁵ Em Aveiro, em “matéria de recenseamento [verificou-se] um aumento de 54.685 eleitores”, prevendo-se “a existência de oposição radical”.¹³⁸⁶ Em Beja, “o núcleo de eleitores sofreu um aumento da ordem dos 33%”.¹³⁸⁷ Em relação às outras distritais verificou-se informação semelhante e, na maior parte dos casos, ausência de informação.

Os cadernos eleitorais não obedeceriam a um critério uniforme, mas em função dos “pequenos” poderes locais, pautados pela corrupção do sistema e pelo caos introduzido pela tentativa de o regularizar.¹³⁸⁸ Confirma-o uma certa coincidência, por incrível que pareça, de situacionistas e oposicionistas nalgumas críticas ao processo. No próprio dia das eleições, o sócio nº22.763 da UN queixava-se à Comissão Executiva por o seu nome não constar do recenseamento, sentindo-se “envergonhado” pelo facto.¹³⁸⁹ Por seu lado, a oposição também apresentava casos concretos, agravados pela intencionalidade: “Funcionária do Ministério da Saúde, Graciete Alves Baptista, que não pôde ser nossa candidata, como se pensava, por não figurar nos cadernos. No Porto houve igualmente muitos casos de funcionários públicos democratas cujos nomes foram eliminados. [...] Cadernos evidentemente viciados, negação de autorizações para reuniões, detenções, intimidações, cortes de censura totais ou parciais dos nossos comunicados, ameaças sobre as tipografias que imprimiram ou imprimam os nossos documentos (casos de Leiria e Lisboa)... chama a isto eleições livres e honestas?”¹³⁹⁰

MC chamá-las-ia, como é por demais conhecido, as “mais livres”.¹³⁹¹ Mas não seria o único. O diretor do Centro Português de Informações em Estocolmo relatava em 23 de Outubro: “Em declarações feitas ao “Aftonbladet” e à TV sueca, Schori [observador internacional convidado por Mário Soares] afirmou que as eleições são uma farsa pois não são

¹³⁸⁵ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.1-5.

¹³⁸⁶ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.17-18.

¹³⁸⁷ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.1042; mç.10-C; fls.19-21.

¹³⁸⁸ AMC, cx.25, Correspondência/Dória, António Álvaro da Silva: de Braga (professor e escritor de Braga): nº1 (24/09/69). Embora não muito próximo de MC, trocavam correspondência académica. Veio defender o Dr. Victor de Sá, “democrata convicto e público”, que pretendia candidatar-se pelas listas da CDE e de quem se espalhavam “boatos maliciosos” em Braga. Afirmar-se-ia que a sua candidatura seria recusada pelo governador do distrito ao abrigo da nova Lei Eleitoral por Victor de Sá ter estado ausente do país nos últimos 5 anos. “Esteve, mas porque fez doutoramento na Sorbona como bolseiro da Calouste Gulbenkian e onde obteve a nota máxima”. “No momento em que, pela primeira vez e graças a V. Ex.^a, se pretende fazer-se [sic] uma verdadeira consulta à vontade nacional”, pedia a intervenção de MC para que não voltasse o “velho método da calúnia e mentira” que caracterizou a Monarquia Constitucional.

¹³⁸⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.584; mç.1452: fl.169.

¹³⁹⁰ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº29 – anexo 1 (23/09/69). Documento manuscrito (assinado por “José Manuel”) enviado por Tavares Rodrigues a MC.

¹³⁹¹ CAETANO, Marcello, *Pela Segurança, Bem-estar e Progresso do povo Português*, discurso proferido na conferência anual da ANP, no Palácio dos Congressos no Estoril, em 28 de Fevereiro de 1972, SEIT, p.12.

livres e que os leaders oposicionistas serão todos presos depois de realizado o ato eleitoral. No entanto a TV sueca, numa reportagem realizada pela sua equipe que se encontra no nosso país e emitida ontem à noite, proclamou não haver memória de tanta liberdade de expressão em eleições portuguesas “o que parece demonstrar que Marcello Caetano está efetivamente liberalizando o regime político de Portugal”.”¹³⁹²

Sugestões para modificar velhos hábitos, mesmo oriundas da própria UN, não eram muito bem recebidas. A amorfa Comissão de Beja apresentou, em Agosto, um “alvitre” interessante, partindo do pressuposto seguro de que “as próximas eleições venham a apresentar certa combatividade julga esta Comissão Distrital conveniente o máximo cuidado, neste período pré-eleitoral, nomeadamente na eliminação de obstáculos que, por ventura, possam vir a impedir ou dificultar o acesso às urnas de eleitores.” Ao abrigo do disposto nos artigos 2º e 3º do decreto-lei nº46.104, de 24 de Dezembro de 1964, todas as CM tinham de passar certidões aos militares que pretendessem participar nas eleições. Ora, a proposta consistia no envio das certidões para os regimentos, porque por vezes os militares demoravam “a partir”. Assim, ainda poderiam votar, para o que sugeriam gratuitidade nos transportes. O mais curioso encontra-se no ridículo. O autor da proposta escreveu à mão no topo da carta: “Dr. Miguel Bastos [Miguel Pádua Rodrigues Bastos, deputado eleito por Setúbal em 1969] podes fazer o favor de responder?” Aquando da receção do documento, na secretaria-geral da UN anotou-se o que segue: “Perdeu a oportunidade. Aliás o signatário estava ausente em férias na altura do despacho. Archive-se”.”¹³⁹³

Os indefetíveis das velhas práticas forçaram a ideia de que os “eleitores habituais”, perante a “renovação” em curso, poder-se-iam “refugiar na abstenção”.”¹³⁹⁴ Dando a entender que seria isso mesmo que pretendiam, o que poderia beneficiar as Comissões Eleitorais. Uma parte da oposição, concretamente a ADS, defendera abertamente a abstenção. Quase dois anos depois, o advogado Acácio A. Cardoso de Gouveia confirmava-o: “Nas vésperas

¹³⁹² AMC, cx.12, PC/Eleições de 1969, Observadores: nº2 (23/10/69).

O relatório referia ainda: “Não obstante ser do conhecimento de todos os jornais e do povo sueco que se encontram em Lisboa correspondentes especiais do “Aftonbladet”, do “Svenska Dagbladet” e do departamento de TV da “Sveriges Radio”, o “Expressen” reproduz declarações do seu colaborador segundo as quais as nossas autoridades estariam proibindo a entrada em Portugal a todos os jornalistas suecos. [...] Julgo que seria muito conveniente que a nossa imprensa denunciase à opinião pública portuguesa quem é Pierre Schori, pondo em evidência as suas estreitas ligações com dirigentes dos movimentos terroristas antiportugueses e a circunstância de ser um dos mais ativos detratores do nosso país, o que empresta à sua visita a Portugal o caracter de provocação. Nos arquivos da Secretaria de Estado devem existir os textos de vários artigos da sua autoria em que ataca as instituições portuguesas em termos particularmente tendenciosos. Quanto a uma eventual ação policial contra Schori, talvez fosse preferível nada fazer por agora.”

¹³⁹³ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa às eleições legislativas (SSR)/1969; cx.584; mc.1452: fl.25 (14/08/69 – recebido a 20/08/69).

¹³⁹⁴ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, António Filipe Lopes (cineasta; irmão do autor/encenador Francisco Ribeiro – Ribeirinho): nº2 (01/10/69).

das eleições de 1969, com idêntico desassombro, nos pronunciámos pela abstenção, por considerarmos que aquelas não seriam caracterizadas pela genuinidade do sufrágio, tendo em conta a maneira como foram elaborados os recenseamentos, e por entendermos que erradamente eram equiparadas a um plebiscito sobre o problema ultramarino que as transcendia.”¹³⁹⁵

A abstenção viria a confirmar-se. Já no rescaldo eleitoral, Tavares concluía o seguinte: “O número de abstenções leva a utilíssimas conclusões. E dado a verificação objetiva de que a afluência às urnas excedeu largamente a habitual desde logo se conclui quanto eram falseados os “resultados” no passado... E como assim acontecia, não surpreende a apatia de grande número de eleitores inscritos oficiosamente e que não votaram em parte por acreditarem ainda que os seus votos seriam considerados – o que não aconteceu, de facto,... nem talvez nos distritos onde não houve fiscalização.”

Sobre o papel da oposição, tinha uma perspetiva algo surpreendente: “Como imaginará, atribuo importância significativa às abstenções. Isto desprezando mesmo o número daqueles que o fizeram por erros de ordem tática da Oposição, sendo salientes a atitude perante os visitantes socialistas, a posição assumida perante o Ultramar, e, nomeadamente, o teor e forma do programa da CDE de Lisboa [...]. Não terá dúvida que, face aos 40 anos de regime salazariano, uma oposição orientada, explorando com a serenidade e acutilância exigíveis, os males do passado nos diferentes sectores da vida Nacional, haveria alcançado votação muito apreciável... e até desejável em certo grau, quanto a mim.”¹³⁹⁶

A CEUD, por sua vez, referia no comunicado emitido no dia 30 de Outubro que o valor da abstenção se cifrara nos 42,5% para o Continente, sendo que o valor foi superior nos principais centros urbanos (51,9% em Lisboa).¹³⁹⁷ Cinco dias depois das eleições, um dos responsáveis pela mesa de voto de S. João de Brito (onde votou MC) parabenizava MC e

¹³⁹⁵ AMC, cx.28, Correspondência/Gouveia, Acácio Augusto Cardoso de (advogado, político opositor, membro da Ação Democrata-Social): nº1 (14/04/71).

¹³⁹⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº43 (29/10/69).

Continua: “Pessoas houve que abandonaram as “bichas” por não se prestarem a esperas prolongadas... por motivo de tão reduzida importância. Assisti pessoalmente a esse facto na 2ª secção e a minha mulher na 3ª (aonde o Prof. Marcello votara pouco antes).

Esta falta de “paciência” de alguns eleitores poderá no futuro ser obviada por por desdobramento das secções de voto, nas zonas mais populares, evitando-se, contudo, situações tais como as verificadas no Poço do Bispo onde houve pessoas que esperaram muito mais de uma hora para saber afinal que haveriam de votar noutro local, pois o respetivo nome não fazia parte dos votantes daquela mesa. [...]

Importante será averiguar em tempo, por amostragem criteriosamente escolhida entre os abstencionistas dos diferentes distritos, quais as razões da sua apatia ou indecisão. Só assim recolheremos elementos suscetíveis de permitirem ação conveniente no futuro.”

¹³⁹⁷ GODINHO, José de Magalhães, *Ano de eleições: legislação eleitoral em vigor (com comentários, críticas, instruções e modelos)*, Lisboa, Editorial República, 1973, pp.241-242 (comunicado da CEUD, 30/10/69).

referia que só 20% da população estava recenseada, defendendo que era necessário fazer anualmente “revisões a sério” dos cadernos eleitorais e não de quatro em quatro anos.¹³⁹⁸

Aparentemente, onde foi mais fácil impor as diretrizes traçadas por MC para a campanha e eliminar o “caciquismo” local, o processo decorreu com normalidade, como o comprova a declaração de elementos da CDE de Lisboa.¹³⁹⁹ Seriam a exceção ou a regra?¹⁴⁰⁰ De acordo com um colaborador, a resposta inclinar-se-ia, em Lisboa, mais para a segunda opção: “percorri de automóvel muitos dos locais de votação na área de Lisboa. Por todo o lado o mesmo civismo. Até parecia um País habituado a votar!”¹⁴⁰¹

Para além do reforço dos protestos apresentados durante os meses precedentes, a CEUD coincidia nas conclusões com os próprios marcelistas. Primeiro, quanto ao facto de um “grande número de eleitores [ter recusado] a sua adesão ao partido único, sem contudo definirem uma opção política.”¹⁴⁰² Segundo e mais importante, “o fenómeno abstencionista aliado a uma deficientíssima composição dos cadernos eleitorais, [retirava], infelizmente, qualquer significado nacional ao confronto, nas urnas, das forças políticas em presença.” Ora, o leal colaborador de MC era da mesma opinião: “sobre os votos desfavoráveis, não esqueçamos que os cadernos de recenseamento estão muito longe de espelhar a Nação... [...]

¹³⁹⁸ AMC, cx16, Correspondência/Barbosa, João Elviro de Almeida Gomes: nº1 (31/10/69).

¹³⁹⁹ AMC, cx.23, Correspondência/Correia, José Manuel Duarte Pinto (médico, professor da Faculdade de Medicina da U.L.): nº1 (26/10/69): cópia de “Declaração” assinada pelo autor e por Luís Filipe Lindley Cintra – “delegados da candidatura de Deputados da lista D, congratulamo-nos com a forma extremamente correta como decorreram na referida Assembleia e Secção [Campo Grande – 2ª Secção de voto] os trabalhos eleitorais, no decorrer do dia 26 de Outubro de 1969 e temos a maior prazer em cumprimentar e felicitar o Presidente da mesa, Sr. Orlando Cordeiro Salgado, assim como os seus colaboradores, pela maneira simultaneamente séria e cordial como o primeiro orientou e os seus companheiros executaram os aludidos trabalhos.”

¹⁴⁰⁰ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, Jorge Ramos (político oposicionista): nº1 (03/12/69). O autor candidatou-se a deputado pelo círculo de Viana do Castelo, ao abrigo do direito consignado na Constituição. Terá enviado documentos em anexo (que não se encontram no AMC) a comprovar que a correspondência foi violada e as duas ameaças de morte que terá recebido: “Como estas iniquidades só podem ser imputadas a organismos oficiais responsáveis, considero meu dever levá-las ao conhecimento de Vossa Excelência, convencido como estou de que, desconhecendo-as e rejeitando, com certeza, práticas tão pouco dignificantes, o Senhor Professor Marcelo Caetano não deixará de promover o esclarecimento de tão insólito procedimento e de assegurar o respeito pela segurança pessoal e pelos direitos dos cidadãos.”

¹⁴⁰¹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº43 (29/10/69). “Sobre a forma ordeira e digna como se processou e fiscalizou a votação nada mais vale a pena referir a não ser que suponho haverem sido sobremaneira influentes a sua oportuna desassomburada afirmação de independência relativamente à apregoada sujeição à extrema-direita, bem como a explícita nota do ministério do interior, que desanimou quaisquer pressupostos desacatos de oposicionistas... e de legionários.”

AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº41 (18/10/69). “Com a audácia de quem não tem mais intento ou aspiração do que concorrer pelos meios ao seu alcance para O levar [MC] a encarar todas as perspectivas, acrescentei que o assalto á C.D.E. é tanto mais inquietante quanto foi perpetrado por pessoas que até se referiram pejorativamente a Si, minimizando a Sua autoridade, quando dirigentes da C.D.E. ameaçaram comunicar ao presidente o que se passava. E esses homens que afirmaram categoricamente a certeza da sua impunidade pertenciam às brigadas do Almirante.”

¹⁴⁰² J. E. Tavares Rodrigues, no documento citado, refletia “sobre os motivos por que não votaram muitos milhares de pessoas que não sendo por princípio afetas à Oposição também não tomaram partido pela “Lista A”.”

Finalizando, e para não alinhar com as euforias da vitória, direi que, para mim, os resultados exprimem mais uma prorrogação do crédito solicitado pelo chefe do Governo à Nação do que um franco e incondicional apoio à sua política. [sic]”

Assim seria o resultado do plebiscito pretendido por MC e o valor dos votos que considerou “seus”.¹⁴⁰³ Se a elevada abstenção teve algum beneficiário foi o passado. Como, aliás, é habitual em circunstâncias eleitorais, independentemente do sistema político. Segundo referia um autor já citado, “a Situação nunca acreditou num Parlamento com oposições”.¹⁴⁰⁴ MC também não deixou de reconhecer a elevada abstenção e as enormes “deficiências” no recenseamento. Na primeira “conversa” pós-eleitoral, diz-se esperançado – “a ver se se consegue melhorá-lo” – numa evolução nos próximos períodos de inscrição, anualmente abertos em Janeiro, “aperfeiçoando as coisas de ano para ano”.¹⁴⁰⁵

A encerrar o balanço do ato, Rodrigues Tavares deixou a seguinte sugestão, um desafio para qualquer sistema político: “países há também onde votar não é apenas um dever mas uma obrigação.”¹⁴⁰⁶

1.3.3. Ecos da vitória: constituição e corporativismo

Os mais bajuladores (e provavelmente que menos fizeram pela chamada “vitória”) limitaram-se a insuflar os pueris entusiasmos do momento, atribuindo a exclusividade do sucesso a MC: “A vitória foi única e exclusivamente de V. Ex.^a e não se diz isso por lisonja, mas sim, por traduzir a fiel expressão da verdade. A UN e os seus candidatos, não obtiveram a décima parte dos votos. Foi a decisiva intervenção de V. Ex.^a, a maneira arguta como soube conduzir a política, a simpatia que irradiou, que conquistaram a opinião pública, e convencera

¹⁴⁰³ Sobre os resultados e significado das eleições, ver também, entre outros, CRUZ, Manuel Braga, *A oposição eleitoral ao salazarismo*, Revista de História das Ideias, vol.5, 1983, pp.701-781; *O partido e o estado no salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp.213-227. Para uma visão contemporânea, ver, entre outros, MARTINS, Hermínio, *Opposition in Portugal, Government and opposition. A Quarterly of Comparative Politics*, vol.4, n^o2, 1969.

¹⁴⁰⁴ AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à C. C.): n^o9 (28/10/69).

¹⁴⁰⁵ *O governo tem um mandato indeclinável a cumprir*, palestra pela Rádio e Televisão, em 17 de Dezembro de 1969. CAETANO, Marcello, *Mandato Indeclinável*, Verbo, Lisboa, 1970, pp.77-85.

¹⁴⁰⁶ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n^o43 (29/10/69).

realmente o povo português, da verdade.”¹⁴⁰⁷ Hermes Augusto dos Santos, da Comissão Executiva da UN alinhava pelo mesmo diapasão: “Vitória que primordialmente foi de Vossa Excelência – do seu prestígio pessoal, da proficuidade da sua obra, das muitas esperanças que fez nascer, neste primeiro ano da sua chefia.”¹⁴⁰⁸ Ainda outro exemplo: “Senhor Presidente, sempre me habituei a conhecê-lo assim. Não lhe servem meias-medidas e, por conseguinte, meias-vitórias. Que Deus o ajude a tirar todo o proveito desta vitória esmagadora que a si, pessoalmente, se deve por inteiro.”¹⁴⁰⁹

Por entre o eventual “cansaço, a moleza, ou os louros de uma vitória que, levianamente, cada um julga como sua”, segundo afirmava um deputado, o processo que então terminara “deveria”, porventura, “ter aberto os olhos a muitos”¹⁴¹⁰, mas poucos terão apresentado diretamente a MC apreciações políticas substanciais para o futuro. Os “homens da rua” que tinham “a graça” de poderem “viver afastados da governação pública”, conforme um administrador dos CTT, teriam votado na “lista da UN” apenas devido a MC: “Não quisemos com isso, não tenha V. Ex.^a a menor dúvida, contribuir para que na Assembleia Nacional continuem a servir interesses próprios, homens já há muito definitivamente queimados em legislaturas passadas e que o País não considera em nível de poderem servir o interesse público”. Essa parte do país da qual o autor se arrogava sarabatana, pretenderia com o seu voto em MC, “a pouco e pouco, o aperfeiçoamento necessário para que se obtenha, do Corporativismo ajustado às circunstâncias peculiares da nossa índole já evoluída, os benefícios que inicialmente se lhe prometeram.”¹⁴¹¹

Reverso dessa mesma moeda, o “aperfeiçoamento” era justificado como uma derrota do “liberalismo”: “Você ganhou. Um liberalismo, espectro de um mundo passado, perdeu em toda a linha.” MC gostava de dar lições sobre o “liberalismo”¹⁴¹², mas tê-las-ia colhido?

¹⁴⁰⁷ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, António Delduque da (comandante do batalhão nº5 da Legião Portuguesa – Porto): nº1 (30/10/69).

¹⁴⁰⁸ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Hermes Augusto dos (Comissão Executiva da U.N.): nº5 (1969).

¹⁴⁰⁹ AMC, cx.50, Correspondência/Saldanha, José Luís de (filho): nº3 (28/10/69).

Talvez sem a mesma intencionalidade, mas de conteúdo semelhante, ver ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, I Vol., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985, p.350 (João Coito); no II Vol., p.138 (José Gonçalo Correia de Oliveira).

¹⁴¹⁰ AMC, cx.14, Correspondência/Alvim, António Castelino e (advogado e deputado): nº1 (27/10/69).

¹⁴¹¹ AMC, cx.43, Correspondência/Pinto, Alexandre Alberto de Sousa (filho) – (advogado; presidente da Comissão Reguladora do Algodão; administrador dos CTT): nº1 (27/10/69).

¹⁴¹² AMC, cx.36, Correspondência/Matoso, José (historiador): nº1 (10/10/68).

Escreveu do Mosteiro de Singeverga:

“Tenho a honra de por este correio enviar a V. Ex.^a um exemplar da minha tese de doutoramento, que peço para aceitar como testemunho de admiração pelos trabalhos com que V. Ex.^a beneficiou a nossa história jurídica. É também uma maneira de recordar, com gratidão, uma longa conversa que há dois anos tivemos pelo telefone, e em que eu aprendi de V. Ex.^a muita coisa acerca do liberalismo católico português do século XIX. Regozijo-me por o fazer pouco depois de V. Ex.^a ter assumido o cargo de Presidente do Conselho. Que o meu livro seja ainda

Permanecia a obsessão com centro: “o País “Centro” votou consigo”.¹⁴¹³ Ideia perseguida por MC e que, três anos depois, o mesmo autor ainda reforçava: “Num país ultratradicionalista [...] Você fazendo Centro é a nossa única esperança de estabilidade.”¹⁴¹⁴ Durante a campanha, já MC preconizara, bem ao seu estilo, que “os povos que conservam a saúde de espírito não podem emburguesar-se, nem tão-pouco deixar-se iludir pelos gritos revolucionários”.¹⁴¹⁵

Bem mais significativa era a percepção da importância de uma profunda revisão constitucional: “Quererá Você, na lógica doutrinal, fazer a revisão constitucional de modo a adaptar o regime à sua ideologia? O tempo e Você dar-me-ão a resposta.”¹⁴¹⁶ Ideia também partilhada pelos mais próximos: uma “desejável e prometida política reformadora (até da Constituição)”.¹⁴¹⁷ Em resposta às felicitações do arquiduque da Áustria, Otto de Habsbourg, MC afirmava a vontade do povo português em seguir “sa vie dans l’ordre et de résister à toutes les pressions qui ont pour but de le dévier de sa conduite traditionnelle.”¹⁴¹⁸ Uma frase que permitia (quase) todas as interpretações.

Se MC tinha um plano bem delineado, esse passaria, como se torna cada vez mais evidente, pela tentativa de satisfação de (quase) todas as aspirações e expectativas. Ouvia atentamente, dir-se-á mesmo, avidamente, tudo o que lhe diziam, sobretudo os mais próximos. Era um meditativo incansável. O que parecia ser uma boa notícia para a “geração estado social” que ele integrou nos corredores do poder. Iriam estes explorar todas as potencialidades das idiossincrasias marcelistas? Os que o desafiaram a governar no “risco” participariam ou partilhariam desse “risco”? MC continuaria “sozinho” porque “falhou” ou “falharia” porque continuou “sozinho”?

uma homenagem por mais esta razão. Queria assim associar-me com os muitos portugueses que esperam o melhor do governo de V. EX.^a”

¹⁴¹³ AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à C. C.): nº9 (28/10/69).

¹⁴¹⁴ AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à C. C.): nº10 (21/09/72).

¹⁴¹⁵ CAETANO, Marcello, *Portugal não pode ceder*, discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969, SEIT, 1969, p.11.

¹⁴¹⁶ AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à C. C.): nº9 (28/10/69).

¹⁴¹⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº43 (29/10/69).

¹⁴¹⁸ AMC, cx.29, Correspondência/Habsbourg, Otto de (arquiduque da Áustria): nº9 (05/11/69).

1.3.4. O teste da primeira mudança?

Após as eleições, MC parecia dirigir-se hesitantemente a um “povo” que também parecia não saber muito bem como existir.¹⁴¹⁹ À semelhança do que acontece em processos revolucionários, confirmou-se a permanência (maioritária) de *velho* pessoal político nas estruturas de poder. Um desafio tremendo em relação ao qual avisara Maquiavel, pois aos que se “contentavam” com o governo “antigo” dificilmente seria “possível mantê-los amigos, porque é impossível que se possa contentá-los.”¹⁴²⁰

No entanto, verificou-se um fenómeno interessante. Tomando por medida a ordem “anatômica” aplicada por Crane Brinton (1898-1968)¹⁴²¹ a processos revolucionários (a que corresponderá o período de 1974-76) e contra o que o próprio MC pretenderia em Outubro de 1968¹⁴²², em 1969 o “governo do moderado” (e do hipotético “centro”) coincidiu no poder com “extremistas”. A “violência” e “radicalismo” dos segundos e os “votos” e “popularidade” do primeiro bateram-se sem que nenhum aparentemente saísse vencedor: “tive por ato político muito hábil não haver qualquer referência elogiosa às FA. Além de descabida, dada a orientação geral das afirmações, não deixaria de motivar especulações sobre uma pretensa diligência no sentido de reforçar um crédito inseguro.”¹⁴²³

¹⁴¹⁹ “Como estadista, recibes uma das mais pesadas heranças da nossa existência histórica e política: uma sociedade desavinda, um povo que, não obstante a sua intuição divinatória, (e a culpa, tenho que acentuá-lo, não é dele) não sabe o que quer”. ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, I Vol., p.225 (carta do escritor Domingos Monteiro).

¹⁴²⁰ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.155.

¹⁴²¹ Constituída, basicamente, pelas seguintes fases: “governo dos moderados”, “ascensão dos extremistas”, “reino do terror e da virtude”, “Termidor”. BRINTON, Crane, *Anatomia das Revoluções*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1958. A obra original em inglês data de 1938.

¹⁴²² “A herança é na verdade muito pesada e tenho a consciência de não ter dado um passo para a obter. Desde que o chefe de Estado apelou para mim após uma larguíssima consulta feita a todas as pessoas que ele considerou poderem interpretar os desejos do País, a minha atitude só podia ser de aceitação. O povo comportou-se nesta emergência com exemplar civismo. O receio do pior, os recentes exemplos de anarquia em França e da intervenção na Checoslováquia, o sentimento de que há interesses fundamentais, tudo produziu esta união que os estrangeiros não perceberam e confundiram com apatia ou desinteresse. O Governo tem neste momento uma ampla base de apoio popular que só exclui os extremos. Veremos o que se pode fazer para corresponder a esta expectativa.” Carta de MC em resposta a Marcello Mathias. MATHIAS, Marcello, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar: 1947/1968*, prefácio de Veríssimo Serrão, Difel, Lisboa, 1984, p.607.

¹⁴²³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº43 (29/10/69). Continuando: “Igualmente creio ser abuso inaceitável que os legionários se intitulem “oficiais do exército” quando telefonam a ameaçar as pessoas. Tal aconteceu relativamente ao caso do meu irmão. A minha cunhada recebeu vários telefonemas de supostos autores do ataque de que foi alvo, identificando-se como ex-combatentes e actuais legionários, e não apenas agentes da PIDE. Será escusado referir-lhe quanto lamento que o meu irmão tenha deliberadamente evitado uma prova pública de que é possível haver justiça e tenha enveredado pelo caminho obviamente tendencioso de enviar uma carta impublicável ao Ministro da Justiça, dizendo descrer da Justiça.”

Desde o início que o crédito era inseguro. MC aceitou os condicionalismos impostos pelas FA – “se não as Forças Armadas intervirão, interrompeu o Presidente da República”.¹⁴²⁴ Exatamente vinte anos antes das eleições, fora esse o vaticínio dos elementos da frustrada AP criada por MC na UN: “Em verdade o Estado, o Estado Novo, mantem-se pelo apoio do Exército, e não pelo apoio consciente e vivo da Nação. No dia em que o Exército deixasse cair os braços, nesse próprio dia, o Estado cairia também.”¹⁴²⁵ Em duas décadas muito aconteceu, mas nesse aspeto particular nada mudou. MC tentou desesperadamente conquistar o “apoio consciente e vivo da Nação”, mas não se libertou desse aguilhão. No dia 26 de Abril de 1974, o amigo de longa data, Joaquim Paço D’Arcos, convergia fatalmente com aquele prenúncio:

“Tive muita pena de ver, pela Televisão, a partida do Marcello do Quartel do Carmo num tank do Exército, para que a multidão o não linchasse aos gritos de «assassino!» A mesma multidão que três semanas antes o ovacionara delirantemente no Estádio do Sporting! A mesma ou outra parecida, pois as multidões vitoriam sempre os vencedores e vituperam os vencidos. O erro dele foi supor que da massa do povo e das multidões lhe vinha o apoio e a força política. O Salazar ignorava-as, ele lisonjeou-as e descuidou o apoio das forças militares, únicas que lhe podiam garantir a sobrevivência política. Confrangia-nos vê-lo pela TV, permanentemente, aos beijos e abraços com as multidões que hoje se regozijam com a sua queda. Como foi contraproducente o seu esforço nas «Conversas em família», pela TV, que nunca lhe trouxeram prestígio”.¹⁴²⁶

A realidade estava longe de ser dicotómica. A “prova de força” referida por F. Perroux, não visaria fundamentalmente a oposição, mas desvios internos. Ao “dito” e “não dito” que caracterizará todas as instituições¹⁴²⁷ dever-se-á, em rigor, acrescentar o “sugerido”. O período em causa, especialmente esse ano de 1969, multiplicou exponencialmente a sugestibilidade. A rejeição da “violência” por MC incrementava a sua alternativa – a *palavra* (ou diálogo/discurso). O motivo provável porque as pessoas não perceberiam muito bem o que o antecessor de MC dizia, mas sabiam o que queria, ao contrário do que aconteceria com este, de quem perceberiam o que dizia mas não saberiam o que queria, residiria quiçá na

¹⁴²⁴ CAETANO, Marcello, *Depoimento*, p.14.

¹⁴²⁵ PT/TT/PS/AMC/UN: União Nacional – AMC, cx.3, União Nacional: nº5 (1949).

¹⁴²⁶ PAÇO D’ARCOS. Joaquim, *Correspondência e textos dispersos 1942-1979*, Dom Quixote, Lisboa, 2008, pp.360-361.

¹⁴²⁷ PERROUX, François, *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, pp.202-203: “Como já foi muito justamente observado: em todas as instituições, há o «dito» e o «não dito», o que elas afirmam e o que elas calam. Sendo as sociedades hierárquicas, o que é «dito» é, em regra, favorável aos estratos superiores, o que elas «não dizem» é o estado de subordinação dos estratos inferiores. A discussão das instituições é a condição do seu progresso em inteligibilidade; esse progresso mede-se pela adesão de sujeitos informados e conscientes, ganhando terreno em comparação com a aquiescência da ignorância ou do cansaço.”

diferença entre “safanão” (a tempo ou a destempo) e “sugestão”.¹⁴²⁸ O primeiro foi bastando para evitar mudança. Restaria saber em que medida a segunda contribuiria para a galvanizar. Sendo que o discurso e posicionamento de MC não se resumiram a isso. Correu riscos próprios de quem queria prosseguir no caminho do diálogo.¹⁴²⁹

A regra da circulação de “elites” (ou “escol”, conforme preferia MC), essencial para a “mudança”, foi parcialmente respeitada – pessoal novo “a formar para altas responsabilidades”. De qualquer forma, não se afiguraria fácil conseguir mais do que isso: “É fácil falar, eu sei. Mas onde estão os “reformadores” capazes de apoiar o Governo na ação aconselhável e até de o integrarem dos valores morais e técnicos de que carece? Eis um problema que o extremismo das atitudes oposicionistas veio agravar substancialmente – tanto quanto a pobreza da campanha da UN, por não haver evidenciado valores “ministeriáveis”. [...] A “ação de Marcello Caetano”, se depende basicamente das capacidades de um Grande Homem não deve assentar apenas nele. Não foi esse o sentido que determinou a adoção da estratégia... nem pode subsistir na prática, se não houver quem execute. Mas quem? Concordemos que dos poucos que se lhe mantiveram leais nem todos (ou quase nenhuns) possuem o nível e mentalidade renovadora exigíveis. E será tão difícil prosseguir como foi enfrentar os felizmente já passados dias de crise!”¹⁴³⁰ Em que medida os “renovadores”, “progressistas”, “liberais” ou “democratas” estariam conscientes desta circunstância?

Se se tiver em consideração a dupla significância de democracia, ou seja, o sistema formal/constitucional por um lado e, por outro, a vivência autêntica e efetiva dos elementos definidores do conceito (justiça, igualdade, liberdade, participação cívica, etc.) – o “governo do povo” e “para o povo” –, verificou-se uma certa inconsistência entre um discurso explicativo/plebiscitário e de preocupação com as “massas” por parte de MC e o sistema formal vigente. O que parece ser apenas uma questão de promessa não cumprida, visto profundamente afigura-se a uma tentativa de testar uma “situação” antes de (ou sem) impor uma “forma” – “algo novo”. Próximo da receita de “governo forte” prescrita pela ciência política e da “boa e eficaz administração” que MC julgava ser apreciada pelos portugueses.¹⁴³¹

¹⁴²⁸ CAETANO, Marcello, *Marcello Caetano, o 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns documentos*, Verbo, Lisboa, pp.13-14.

¹⁴²⁹ “No diálogo, cada agente expõe-se inteiramente; corre o risco de ver totalmente destruída a sua posição inicial e o enunciado que lhe dava.” PERROUX, François, *ob.cit.*, p.203.

¹⁴³⁰ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº43 (29/10/69).

¹⁴³¹ *Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a Pátria*, discursos proferidos em Maio de 1969, na cidade do Porto, SEIT, 1969; *O governo tem um mandato indeclinável a cumprir*, palestra pela Rádio e Televisão, em 17 de Dezembro de 1969. CAETANO, Marcello, *Mandato Indeclinável*, Verbo, Lisboa, 1970, pp.77-85.

No mesmo sentido, a oportuna distinção entre democracia liberal e democracia eleitoral (ou regime eleitoral, em lato senso) operada por Larry Diamond¹⁴³² é útil para desconstruir o que aconteceu em Outubro de 1969. A rejeição do liberalismo parlamentarista – “deu sempre mau resultado”, dizia MC – em conjugação com a importância atribuída às eleições e, por comparação com o precedente, na composição da AN, convergem para a construção de um regime efetivamente eleitoral.¹⁴³³ Adotando-se um dos elementos do barómetro de Samuel P. Huntington, o “two-turnover test”¹⁴³⁴, MC pareceu decidido na concretização do *teste da primeira mudança*. A aposta no “centro” político confirma-o, dado que o colapso desse “centro” significaria o colapso de um regime (autoritário ou democrático) e, em última instância, do próprio estado.¹⁴³⁵

Donde resulta uma contradição elementar e um paradoxo insolúvel. A ilegalização de partidos políticos não podia ser compensada eleitoralmente pela organização de comissões eleitorais, por muito que se insistisse no ridículo de apelidar a UN de associação cívica. Precisamente a inexistência de sociedade civil, em conjugação com a ilegalização dos partidos políticos, atirava as oposições para a necessidade de apoios externos, mais ou menos transparentes. Ou seja, a dependência do que MC depreciativamente designava por “poderes de corrupção”. Uma espécie de *uróboro* muito semelhante à vinculação de regimes democráticos a espaços supranacionais cuja dinâmica assente em instituições e organismos marginais a um verdadeiro processo democrático.

Maquiavel resumiu, talvez melhor do que ninguém até hoje, as condicionantes políticas subjacentes ao “novo”: “Deve-se considerar que não há coisa mais difícil de tratar e nem de mais duvidoso êxito, nem mais perigosa de manejar, do que introduzir novas leis: porque o introdutor tem como inimigos todos os que se beneficiam com as antigas leis e como tímidos defensores todos os que se beneficiaram com as novas leis. Esta timidez nasce, em

¹⁴³² Citado por Samuel P. Huntington, em ESPADA, João Carlos (coord.), *A Invenção Democrática*, Fundação Mário Soares, Instituto de Ciências Sociais da UNL, Lisboa, 2000, pp.22-23.

¹⁴³³ “O problema do sufrágio corporativo é o de todas as formas de sufrágio: a autenticidade da sua expressão de modo a garantir a genuinidade dos resultados e do seu carácter representativo. Na verdade, seria necessário para obter uma representação corporativa autêntica que os organismos representados fossem livres de escolher e não se achassem dependentes do Governo.” CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição, 1967, p.223.

¹⁴³⁴ HUNTINGTON, Samuel P., *The third wave: democratization in the late twentieth century*, Norman, London, University of Oklahoma Press, 1993.

¹⁴³⁵ “Que classe de homens provarão que são mais fortes nesta nova ordem de coisas? Os mais moderados – aqueles que não *requerem* quaisquer formas extremas de crença, aqueles que não só admitem, como até gostam, dum certo módico de acaso e absurdo; aqueles que conseguem pensar o homem com uma perspectiva muito moderada do seu valor, sem se tornarem fracos ou parvos por causa disto; os mais pródigos de saúde, que são capazes de suportar uma quantidade gigantesca de angústia, e que portanto não temem tanto a angústia – homens que estão *certos do seu poder*, e que representam de orgulho consciente o estado de força que o homem atingiu. Que haveriam tais homens de pensar do Eterno Retorno?” NIETZSCHE, Friedrich, *A vontade de poder: para uma transmutação de todos os valores*, p.43.

parte, do temor dos adversários, que têm as leis do seu lado, e, em parte, da incredulidade dos homens e os que não crêem na verdade das coisas novas, se não virem uma firme experiência; donde advém que, toda vez que os inimigos têm ocasião de atacar, fazem-no com apoio e os demais defendem timidamente o príncipe, de modo que este periclita junto com eles.”¹⁴³⁶

MC não experienciaria melhor.

¹⁴³⁶ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.49.

II CAPÍTULO – Ministério das Colónias: 1944/45

2.1. A forma concreta da ideia

Um dos momentos decisivos do governo de MC foi o processo de revisão constitucional, iniciado poucos meses após as eleições.¹⁴³⁷ Seguido da apresentação de várias leis fundamentais. Mais do que, ou antes do texto aprovado, as propostas apresentados ou as que não foram apresentadas, o processo foi importante porque foi desencadeado.¹⁴³⁸ Nele convergiram vários aspetos nucleares do governo e da vida política de MC, tais como o ultramar, o futuro do regime, a questão religiosa e a relação com *os poderes*. Segundo os maiores críticos, como Adriano Moreira, esse processo foi de tal forma importante que o país terá deixado nesse momento de ter Conceito Estratégico Nacional (CEN).¹⁴³⁹

O discurso que MC proferiu na AN no dia 2 de Dezembro de 1970, quando apresentou a proposta de Revisão Constitucional, foi um acontecimento catalítico¹⁴⁴⁰, desencadeando “prenúncios de tempestade”.¹⁴⁴¹ As reações não se fizeram esperar: “Na AN, após o 02/12/70,

¹⁴³⁷ Ver, entre outros, MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, 6ª edição, Vol.I, Coimbra Editora, 1997, pp.311 e segs.; LUCENA, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, Vol.II, *O Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, pp.13-54; CARVALHO, Rita Almeida, *O marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971*, in ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, 2004, pp.27-90.

¹⁴³⁸ “A apresentação conjunta à discussão parlamentar da reforma da Constituição, da lei sobre liberdade religiosa e da lei de imprensa decerto visou produzir um impacto útil sobre a “imagem” nacional e internacional do país. O impacto produziu-se e, na minha opinião, poderá até ter tido, na ordem interna, um âmbito mais vasto do que fora previsto. Mas, apesar de tudo, era indispensável provocá-lo, tão-só para diminuir as acusações de “continuismo” demasiado de que, entre outras, a imprensa do Brasil se tem feito eco.” AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

¹⁴³⁹ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012.

¹⁴⁴⁰ *Revisão Constitucional* – textos e documentos, SEIT, 1971, pp.5-13. Os primeiros parágrafos foram dedicados ao papel do Presidente da República. MC, ao manter a forma constitucional, pretendeu manter o *status quo* funcional entre os dois presidentes: “Não foi tocado, portanto, o estatuto da Presidência da República. Embora de feição acentuadamente presidencialista, a Constituição não fez do Chefe do Estado o Chefe do Governo. Essa distinção de funções afigura-se-me das mais felizes soluções da nossa lei fundamental.”

Foi esta a explicação para a rejeição da proposta de eleição do presidente da República por sufrágio universal, segundo o art.º 72º e seguintes do Projecto nº6/X de Revisão Constitucional, subscrito pela maioria dos deputados *liberais*.

No dia anterior, no feriado do 1º de Dezembro, Américo Thomaz havia discursado na AN, deixando suficientemente clara a rejeição do regresso ao sufrágio universal. No entanto, fê-lo pelo motivo inverso: assegurar a sua reeleição e um novo mandato mais interventivo. THOMAZ, Américo, *Últimas décadas de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1982, p.75.

¹⁴⁴¹ AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo, deputado, dirigente da UN, promotor do Complexo Agro-Industrial – Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano – Cachão): nº3 (26/12/70).

começou a gerar-se certo movimento. Apareceu, então, a proposta, que entre outras condições, deseja que o *Presidente do Conselho termine, automaticamente, o seu mandato quando a S. Ex.^a o Presidente da República suceder o mesmo?* Não gostei”.¹⁴⁴² O projeto de lei nº7/X de alteração à Constituição, encabeçado por Duarte P. de C. Freitas do Amaral, incluiu essa proposta.¹⁴⁴³

Para compreender em profundidade esse momento¹⁴⁴⁴ e o essencial da X Legislatura do Estado Novo (1969-73) será necessário penetrar na realidade do MdC de MC (1944-47). Conforme este aconselhou, em 1944, a José Osório de Oliveira: “estude a forma concreta da ideia”.¹⁴⁴⁵ Evidentemente, não porque tenha realizado em 1969-73 o mesmo que realizara em 1944-47, mas porque a raiz dos problemas e das soluções está nessa primeira experiência governativa. No fundo, como defende Bradford Skow no seu recente *Objective Becoming*, o passado, o presente e o futuro coincidem permanentemente no universo. Neste caso, coincidem no *universo político*. Ou seja, também se assume a negação de que “there is some mysterious process, “passage”, that time undergoes but space does not.”¹⁴⁴⁶

2.1.1. Um *magnífico* pós-guerra?

Pouco mais de um mês após a Conferência de Casablanca (entre Roosevelt e Churchill), um mês após as derrotas da *wehrmacht* em Estalinegrado e da *kriegsmarine* no Mar de Barents, e quando já se adivinhava a derrota do *afrika korps* no norte de África (verificada em Maio/Junho), MC escreveu o seguinte ao presidente do Conselho (1 de Março de 1943): “Se me fosse dado emitir um voto, falando com aquela franqueza que me é imposta como um dever por 14 anos de colaboração com V.^a Ex.^a e algum trabalho e sacrifício dado ao Estado Novo desinteressadamente, eu preconizaria uma renovação do pessoal governante.

¹⁴⁴² AMC, cx.27, Correspondência/Forte, João José Ferreira (eng.º, deputado): nº1 (03/01/7?).

¹⁴⁴³ *Revisão Constitucional* – textos e documentos, 1971, pp.56.

¹⁴⁴⁴ Considerado por vários constitucionalistas “liberais” como o “momento de viragem” ou o momento em que “as coisas acabaram”. RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, pp.179-201.

¹⁴⁴⁵ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, José Osório de (escritor; director do “Diário Ilustrado”): nº3 (08/11/44). Sobre a ideia de criação de um “Instituto de Estudos Caboverdianos”: “dizia-me o meu ilustre Amigo: «estude a forma concreta da ideia», e ao fim de tanto tempo ainda me apresento a si com uma hesitação”.

¹⁴⁴⁶ SKOW, Bradford, *Objective Becoming*, Oxford University Press, 2015, p.3 (introduction).

Ainda há pouco Churchill referiu a influência que num momento de crise a mudança de comandos no Norte de África teve na transformação do moral das tropas. V^a Ex.^a não gosta deste processo: noutras ocasiões poderá ter tido razão, agora não tem. A estabilidade governativa deve referir-se ao pessoal que desempenha ou é chamado aos cargos de Governo – não à colação das pessoas a certos postos onde às tantas adormecem, sem fé, sem vontade, sem forças, subjugadas pelas tarefas que lhes passam por cima. Digo isto tanto mais à vontade quanto é certo que, como V.^a Ex.^a sabe, não sou candidato.

Repito que é preciso agir energeticamente e quanto antes. Por toda a parte só se ouve dizer: «Isto está na última, é o fim.» Será, Sr. Presidente? Eu por mim custa-me a capitular sem luta: mas não vejo outra coisa à minha volta senão a *preparação moral da derrota*. E ainda acabaremos por, no final da guerra, ter uma situação internacional magnífica e perdê-la por uma catastrófica situação interna.»¹⁴⁴⁷

Claro que MC foi um dos candidatos.¹⁴⁴⁸ A remodelação, talvez a mais profunda em 36 anos, aconteceria em Setembro de 1944 – “a revolução de Setembro” –, quando MC assumiu a pasta das Colónias.¹⁴⁴⁹ A previsível derrota alemã seria o principal contributo para essa “magnífica” situação internacional. Significava que a maior potência colonial e “velha aliada” sairia vencedora. Um mês antes de MC entrar para o governo já havia sido assinado o Acordo Luso-Britânico, que interrompia irreversivelmente a neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial.¹⁴⁵⁰ No CM de 9 de Fevereiro de 1945, o presidente do Conselho estabelecia a associação, no âmbito da “alta política”, entre a “política imperial”, “política constitucional” e a “política externa – a aliança inglesa – a neutralidade”. Sintetizada em duas frases: “as razões da nossa esperança. O interesse britânico da preservação da ordem no Ocidente.” As únicas preocupações eram a “aragem da democracia” e a “perspetiva da 3^a Guerra” – “Nós

¹⁴⁴⁷ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, pp.113-114.

¹⁴⁴⁸ As anteriores escolhas do presidente do conselho para a pasta das Colónias já haviam suscitado duras críticas junto de MC: AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Joaquim Nunes de (procurador à CC; director da Faculdade de Farmácia da UP): n^o1 (23/01/41).

¹⁴⁴⁹ A par de MC, as seguintes figuras assumiram então o respectivo cargo no governo: Júlio Botelho Moniz o M. do Interior; Manuel Cavaleiro Ferreira o M. da Justiça; Fernando Santos Costa o M. da Guerra; Américo D. R. Thomaz o M. da Marinha; Augusto Cancela de Abreu o M. das Obras Públicas e Comunicações; José Caeiro da Mata o M. da Educação Nacional; Clotário Luís Supico Pinto o M. da Economia; António Castro Fernandes a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência; Joaquim Trigo de Negreiros a Subs. de E. da Assistência Social; Joaquim Diniz da Fonseca a Subs. de E. das Finanças; Manuel Gomes de Araújo a Subs. de E. da Guerra; José F. do C. Ribeiro Ulrich a Subs. de E. das Obras Públicas; Roberto de Espregueira Mendes a Subs. de E. das Comunicações; Herculano de Amorim Ferreira a Subs. de E. da Educação Nacional; Albano do C. Rodrigues Sarmento a Subs. de E. do Comércio e Industria; e Albano da C. Pimentel Homem de Melo a Subs. de E. da Agricultura.

¹⁴⁵⁰ Ver, entre outros, OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os despojos da Aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa: 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

pudemos não entrar nesta guerra, mas é muito duvidoso que possamos não entrar na próxima”.¹⁴⁵¹

Mantendo-se a lei queirosiana, o Estado Novo como a “República”, com os “territórios maninhos em África”, cuja localização os meninos agora decoravam nos bancos de escola, eram (também) uma questão de “política externa”. Em Novembro de 1944 dizia-lhe um elemento do regime: “Não deixei de ponderar a nossa situação com os olhos postos na cobiça já tradicional de que temos sido alvo por parte de algumas nações coloniais e de que, por certo, voltaremos a sê-lo no após guerra.”¹⁴⁵² MC criticava publicamente esse *queirosianismo*: “Tenho ouvido algumas vezes certos historiadores de vista curta explicar sistematicamente os factos da vida portuguesa através dos séculos pelo «condicionalismo externo», – como se em Portugal não houvesse inteligência, vontade, personalidade, e nos limitássemos a ser joguete inconsciente de causas exteriores!”¹⁴⁵³ Uma afirmação política que caracterizou o regime, sem que, no entanto, lhe escapasse.

Muito antes de se saber o desfecho da guerra, Churchill e Roosevelt acertaram em Agosto de 1941 os princípios da chamada *Carta do Atlântico*. O primeiro pretendia antecipar a entrada do aliado na guerra e o segundo precaver a inevitável participação no conflito. Semelhante raciocínio não deve ser marginalizado na interpretação do artigo 3º da carta: “Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restituam os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força.” Segundo o Departamento de Estado norte-americano, “the Atlantic Charter of August 1941 was not a binding treaty”.¹⁴⁵⁴ Churchill estaria a pensar exclusivamente na Europa e na Ásia ocupadas pelas potências do eixo (motivo pelo qual se distribuíram largos milhares de cópias do documento pelos territórios ocupados) e Roosevelt, na senda dos seus antecessores, teria em mente eliminar as vantagens coloniais europeias.¹⁴⁵⁵

Processo iniciado, em parte, com os acordos de *Bretton Woods*, em Julho de 1944. O plano de John Maynard Keynes (1883-1946) na luta contra a “tirânica indiferença” do padrão-

¹⁴⁵¹ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, pp.147-148.

¹⁴⁵² AMC, cx.39, Correspondência/Moura, Álvaro de Mendonça Machado de Araújo Gomes de (deputado): nº1 (28/11/44).

¹⁴⁵³ CAETANO, Marcello, *Hoje, como ontem: o Estado Novo*, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946, p.35.

¹⁴⁵⁴ <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/atlantic-conf>.

¹⁴⁵⁵ Ver CLARKE, Peter, *The last thousand days of the British Empire: Churchill, Roosevelt and the birth of the Pax Americana*, New York, Bloomsbury Press, 2008.

ouro foi derrotado.¹⁴⁵⁶ Plano que previa, muito sinteticamente, um sistema mais maleável de câmbios flexíveis, através de uma forte intervenção na especulação cambista e nos movimentos de capitais a curto prazo, bem como pretendia assegurar efetiva autonomia às autoridades nacionais nos modelos de intervenção económica, estabilização monetária e evitar uma acumulação excessiva de divisas por parte dos credores. Ou seja, evitar um excessivo desequilíbrio financeiro.¹⁴⁵⁷ A mobilização de esforços por parte dos principais centros financeiros internacionais, especialmente de Nova Iorque, contra o plano keynesiano, que implicaria, inevitavelmente, uma redução da capacidade de controlo por parte do grande credor internacional – os EUA –, resultou no *joint statement* aprovado sob proposta de Henry Morgenthau (Jr., 1891-1967), o então secretário do Tesouro norte-americano (1934-1945).

Do projeto de Harry Dexter White (1892-1948), aproveitado em boa parte por Morgenthau, apesar de adulterado em muitas medidas, resultou a criação das duas instituições supranacionais: FMI e BM. Estas revelaram, desde a sua conceção, os contornos que as caracterizariam até ao presente: profunda limitação financeira e reduzida democraticidade nos mecanismos de decisão, donde resultou uma asfíxiante supremacia dos países e, em rigor, das instituições financeiras mais poderosas. O que seria teoricamente um instrumento de convergência entre o mundo mais desenvolvido e o mundo menos desenvolvido ou em vias de desenvolvimento, tornou-se num dos principais instrumentos de desigualdade e concentração de capitais. No caso particular da Grã-Bretanha e dos EUA, verificou-se que a pressa britânica em aderir à convertibilidade da libra esterlina ao padrão ouro-dólar conduziu a uma hemorragia das reservas de capitais britânicos e à abertura comercial da sua imensa área de influência aos EUA, particularmente interessados nas reservas de matérias-primas (petróleo).¹⁴⁵⁸

Walter Eucken criticaria em 1949 o erro metodológico subjacente à perspetiva macroeconómica de tais instituições: “via, naquilo que os comunitaristas consideram um excesso de liberalismo moderno, «*um regresso, uma ressurgência do raciocínio mercantilista*», ou seja, «*já não é a sintonização dos diferentes investimentos que é determinante; o que interessa é a soma do conjunto dos investimentos empreendidos na economia*».” Estabelecia igualmente uma interessantíssima analogia entre o raciocínio

¹⁴⁵⁶ Ver, entre outros, BARBOSA, António Manuel Pinto, *Keynes e o acordo de Bretton Woods*, separata de *Simpósio de Estudos Keynesianos* (1977), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1981, pp.93-116.

¹⁴⁵⁷ KEYNES, John Maynard, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, São Paulo, Atlas, 1988.

¹⁴⁵⁸ Ver, entre outros, ANDREWS, David M. (coord.), *Orderly change: international monetary relations since Bretton Woods*, Ithaca, London, Cornell University Press, 2008; EICHENGREEN, Barry, *Global imbalances and the lessons of Bretton Woods*, Cambridge, The MIT Press, 2010; AGLIETA, Michel (coord.), *Cinquante ans après Bretton Woods*, Commissariat Général du Plan, Paris, Economica, 1995; PANIZZA, Roberto (coord.), *Moneta ed economia internazionale*, Torino, 1985.

macroeconómico dos principais países capitalistas (encabeçados pelos EUA) e o coletivismo das economias planificadas (lideradas pela URSS): “também na economia de administração central encontramos uma determinação global de grandezas tais como o consumo agregado, o investimento e a poupança agregados, as exportações e importações agregadas. Já não se vêm as unidades de produção e as famílias individualizadas, mas apenas estas massas globais consideradas sumariamente.”¹⁴⁵⁹ Qualquer perspectiva que se encontrasse desencontrada desta via teria sérias dificuldades em se afirmar.

Os últimos atos desse itinerário cairiam como uma bomba nos governos europeus com políticas económicas intervencionistas, independentemente da forma política do regime: abandono, em 1971, da ortodoxia monetária decidida em *Bretton Woods*, seguida de inflação e contração económica; Guerra do Yom Kippur e decisão da OPEP, em Outubro de 1973, de aumento dos preços do petróleo em 70%, precedida em cinco meses pela reunião do *Grupo Bilderberg* na Alemanha. Uma Alemanha algo diferente da de há vinte anos atrás, uma vez que já tinha conseguido o seu “milagre económico”, apoiado em grande medida no trabalho de Walter Eucken. A este propósito, é interessante como Thomas Mann (1875-1955), refletindo, no imediato pós-guerra, sobre “a Alemanha e os alemães”, o nazismo e os seus horrores, intuía subtilmente a persistência da “dualidade luminosa” que caracterizava, em boa parte, o indestrutível “romantismo” alemão.¹⁴⁶⁰

O excesso de voluntarismo em transformar aquele documento – a *Carta do Atlântico* – num antecedente dos vetores que dominaram a política mundial no pós-guerra, nomeadamente o processo descolonizador, assemelha-se à tese que sustenta que Kant é um entre os vários pioneiros projetistas políticos das organizações e espaços supranacionais que ganharam forma durante o século XX e aqui se não partilha.¹⁴⁶¹ Um escotoma é irreversível,

¹⁴⁵⁹ EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.XXXII.

¹⁴⁶⁰ “Este é o paradoxo que confunde, o facto de possuir uma profunda afinidade com a morte, ele que defende as forças vitais, irracionais, revolucionárias contra a razão abstrata, o Humanismo chão, precisamente pela sua entrega ao irracional e ao passado. Tem na Alemanha a sua verdadeira pátria, esta dualidade luminosa, como valorização do vital contra o simples moral e ao mesmo tempo como parente da morte, foi a que mais fortemente e terrivelmente se afirmou.

Como espírito alemão, como contrarrevolução romântica, [o Romantismo] deu ao pensamento europeu impulsos profundos e vitais, mas por outro lado o seu orgulho de vida e de morte recusou aceitar quaisquer ensinamentos concretos da Europa, do espírito da religião humana europeia.” Excerto de uma conferência de Thomas Mann, citado em SCHEIDL, Ludwig, *Dez anos após a queda do muro: a unificação alemã no contexto europeu*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p.89.

¹⁴⁶¹ No *Segundo Artigo definitivo para a Paz Perpétua* o filósofo alemão definiu claramente que “o direito das gentes deve fundar-se numa *federação* de estados livres.” Ou seja, o direito das gentes deveria contemplar e concordar com a possibilidade federativa. Mas, com a prudência que o caracterizava, antecipou-se àqueles que até hoje vêm em Kant um pioneiro arquiteto dos emergentes espaços supranacionais/supraestatais com a seguinte advertência: “isto seria uma federação de povos que, no entanto, não deveria ser um Estado de povos”, uma vez que estes “formam Estados diferentes, que não devem fundir-se num só.” Antes sugeria uma *Federação da Paz*,

mas a sua patologia não é inevitável. Mais importante do que qualquer artigo da *Carta do Atlântico* era a capacidade efetiva de sustentar um projeto. Em Março de 1942 os japoneses quebraram a “aura de invencibilidade associada às forças” britânicas (e, por conseguinte, europeias) na Ásia. O impacto desse acontecimento foi decisivo para o desenrolar do processo descolonizador, segundo é reconhecido até hoje em Inglaterra pelos mais influentes estrategas político-militares.¹⁴⁶² Nesse mesmo ano, Nehru foi preso devido ao *Movimento Índia Livre*, quando já liderava o Partido do Congresso Nacional Indiano desde 1929. Até aí, a potência colonial britânica nunca teve complexos no exercício da sua soberania, como o testemunha o famoso e violentíssimo massacre de Amritsar, em 1919.¹⁴⁶³ Acontecimento determinante para a evolução do movimento independentista indiano. Ao qual Londres procurou responder formalmente com o descentralizador Ato do Governo da Índia de 1935.

Antes de Nehru ser posto em liberdade (1945) e antes da pioneira independência do Paquistão e da Índia (Agosto de 1947), o cardeal Cerejeira visitou África como legado apostólico para a sagração da catedral da cidade de Lourenço Marques. A visita terminou em Angola precisamente quando MC assumia a pasta das Colónias. No discurso de despedida declarou o seguinte: “Trago os olhos cheios desta África gentil [...]. Levo para Portugal a aurora deste mundo novo, deste Brasil do Século XXI.”¹⁴⁶⁴ Era a versão mais explícita dessa expressão singular da política colonial portuguesa. Uns levá-la-iam mais a peito do que outros. Uns procurariam concretizá-la mais do que outros, mas a afirmação era inequívoca e concorde no seio do regime. Por conseguinte, se em 1944 o século XXI ainda parecia muito longínquo, em 1968/69 já não o seria tanto.

que “não se propõe obter o poder do Estado, mas simplesmente manter e garantir a paz de um Estado para si mesmo e, ao mesmo tempo, a dos outros Estados federados, sem que estes devam por isso (como os homens no estado de natureza) submeter-se a leis públicas e à sua coação.” Fiel ao seu pensamento matemático, transcendentalmente infinito, afirmou que a persecução de tal federação deve conter o pressuposto da sua extensão a todo o mundo, caso contrário “a torrente da propensão para a injustiça e a inimizade só poderá ser detida, não pela ideia *positiva* de uma *república mundial* (se é que tudo não se deve perder), mas pelo sucedâneo *negativo* de uma federação antagónica à guerra, permanente e em contínua expansão, embora com o perigo constante da sua irrupção.” No *Terceiro Artigo definitivo para a Paz Perpétua* – “o *direito cosmopolita* deve limitar-se às condições da *hospitalidade universal*” – Kant admitiu não existir nenhum *direito de hóspedes*, mas sim “um *direito de visita*, que assiste todos os homens para se apresentar à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra”. KANT, Immanuel, *ob.cit.*

¹⁴⁶² Ver SMITH, Rupert, *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*, edições 70, Lisboa, 2008, p.246.

¹⁴⁶³ Ver, entre outros, COLLETT, Nigel, *The butcher of Amritsar: general Reginald Dyer*, Continuum, London, 2006; METCALF, Barbara D., METCALF, Thomas R., *A concise history of modern India*, Third Edition, Cambridge University Press, 2012.

¹⁴⁶⁴ Em jornal *O INTRANSIGENTE*, de Benguela, nº925, de 15 de Setembro de 1944. Citado em AMC, cx.25, Correspondência/Durães, António (advogado, presidente da Câmara Municipal de Benguela quando MC era ministro das Colónias): nº1 – anexo 1 (11/69).

Embora este episódio deva ser enquadrado no âmbito da estratégia da SS para África, não é de admitir que Cerejeira, apesar das fricções, proferisse qualquer declaração em desacordo com o regime: “*Chegada do Patriarca*. Envio junto a nota recebida da Agência-Geral das Colónias, a quem encarreguei da receção (*i.e.*, de organizar o programa). Acho bem. Peço que me diga logo que possa se acha bem também. Claro que entendo dever o Ministro das Colónias ir a bordo, mesmo sem o cardeal ser legado. E que por cortesia devam o Chefe de Estado e membros do Governo enviar também pessoal dos seus gabinetes apresentar cumprimentos à chegada.”¹⁴⁶⁵

Em Junho de 1945, na conferência de S. Francisco, onde foi assinada a Carta da ONU, Churchill era o principal arauto do novo tempo de “paz”, da “boa vontade” e do objetivo de “poupar as gerações futuras ao flagelo da guerra”. Apenas nove meses depois, a 5 de Março de 1946, o mesmo político decidiu antecipar-se em dois anos (contribuindo também dessa forma para o que viria a acontecer?) à proclamação das democracias populares na Europa de leste e cunhou a famosa “cortina de ferro”. Exortou então, algo equivocadamente, o mundo ocidental (Europa ocidental e América do Norte) a “esmagar o comunismo mundial” em nome da “democracia anglo-saxónica”.¹⁴⁶⁶ Como é evidente, a definição de CEN ficou exponencialmente dificultada nesse período. Possivelmente inspirado em Kant¹⁴⁶⁷, MC diria o seguinte a esse respeito: “Se a situação doméstica é inquietante, que diremos da que o Mundo apresenta? A guerra de 1939 não terminou de direito, porque ainda não está assinado o principal tratado de paz, e bem se pode afirmar que também não cessou de facto. Estamos num regime de precário armistício entre duas concepções do homem e a vida moral que se entrecrocaram, mas numa confusão lastimável na qual havia de tudo em ambos os campos. As tentativas de construção do novo Direito Internacional têm, por esse motivo, sido imensamente frágeis. Para mais falta-lhes de espírito realista o que lhes sobre de ingenuidade utópica.”¹⁴⁶⁸

O conceito de “guerra fria” é limitativo para a compreensão desse confronto geopolítico. Em rigor, a expressão faz todo o sentido para o período da Guerra da Coreia

¹⁴⁶⁵ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, p.124.

¹⁴⁶⁶ ARONSON, James, *The press and the Cold War*, Indianapolis-Nova Iorque, The Bobbs-Merrill Co., 1970, p.33.

¹⁴⁶⁷ “Se existe um dever e ao mesmo tempo uma esperança fundada de tornar efetivo o estado de um direito público, ainda que apenas numa aproximação que progride até ao infinito, então a *paz perpétua*, que se segue aos até agora falsamente chamados tratados de paz (na realidade, armistícios), não é uma ideia vazia, mas uma tarefa que, pouco a pouco resolvida, se aproxima constantemente do seu fim (porque é de esperar que os tempos em que se produzem iguais progressos se tornem cada vez mais curtos).” KANT, Immanuel, *ob.cit.*, p.171.

¹⁴⁶⁸ Em revista *O Direito*, Ano 83º, 1951, p.1.

(1950-53), antecedida pela vitória maoista na China. O pico das referidas perseguições *maccarthystas*, anos de verdadeira psicose coletiva, apenas suavizados em 1953 com a morte de Estaline e a vitória de Eisenhower. Como simples exemplo, bastará uma reflexão sobre o percurso de Charles Chaplin, nome incluído na *blacklist*. De superestrela cinematográfica a *inimigo público*, durante a *Era McCarthy*, viu o seu visto revogado pelos serviços de imigração em 1952, aquando da estreia londrina da obra-prima *Limelight*. Em 1972, receberia uma curta autorização de permanência no país, apenas para receber o Óscar Honorário concedido pela Academia, acompanhado da mais duradoura ovação da história da Academia. Tinha de regressar ao *exílio*. Este era o país da NATO e sede da ONU, que mostrou ao mundo o verdadeiro poder das armas nucleares,¹⁴⁶⁹ com profundíssimos e irresolutos problemas sociais, com um espectro político aparentemente limitado e que tanto parece ter influenciado uma geração de oficiais das Forças Armadas Portuguesas. Não admira, por isso, que no referido CM de Fevereiro de 1945, o presidente do Conselho já temesse a “agitação militar” e o “renovo das tentativas de intervenção do Exército na política.”

A II Guerra Mundial já experimentara o desenvolvimento da “guerra psicológica” e da “arma da propaganda”, tão indispensável no plano de dominação planetária nazi como na resposta aliada. O pós-guerra consagrá-las-ia na emergência do novo paradigma militar: a guerra entre (os) povos e entre (os) civis.¹⁴⁷⁰ Semelhante aspiração não desapareceu com a morte de Hitler e a destruição do NSDAP.¹⁴⁷¹ Os dois sistemas com pretensões igualmente planetárias consagraram um discurso *bipolar*. Por um lado, a *psychological war*, a “guerra de ideias” ou “luta ideológica” atribuída, segundo *an western point of view*, exclusivamente ao aparelho soviético. Por outro, o discurso místico universalista e globalizante do *american way (and will) of life*, acrescido da subdivisão geoeconómica, segundo o eixo do desenvolvimento norte-sul a que já se fez referência, numa tentativa de disputa pela influência nos países (presentes e futuros) do chamado Terceiro Mundo.

¹⁴⁶⁹ Referindo-se ao momento em que se deu a rendição do Japão, escreveu MC em 1956:

“Que a recordação do júbilo, das aclamações e das lágrimas desse momento vivido em pleno interior da África, fique a atestar aos vindouros a unidade moral da Nação Portuguesa, mensagem eloquente do vigor da lusitanidade no ano crucial de 1945, quando a primeira bomba atómica parecia trazer no seu clarão trágico a notícia do início de uma nova era no Mundo.” FELGAS, Hélio A. Esteves, *Timor Português*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1956, p.11.

¹⁴⁷⁰ Ver SMITH, Rupert, *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*, edições 70, Lisboa, 2008.

¹⁴⁷¹ Repare-se no paralelismo existente com a reformulação operada pelo “pai” do conceito de “planetarização”, Pierre Chardin, na obra *O Fenómeno Humano*, entre 1938-40, quando foi originalmente escrita, e 1947-48. CHARDIN, Pierre Teilhard de, *Le Phénomène humain*, Paris, Seuil, 1955; *O fenómeno humano*, Paulus, 1998. MATTELART, Armand, *História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global*, Lisboa, Bizâncio, 2000, pp.288-290.

Nesse sentido, *westernization* passara a significar modernização e desenvolvimento.¹⁴⁷² A doutrina do *free flow of information* foi o necessário suporte da estratégia de eliminação de todos os obstáculos a um livre comércio mundial. Ou seja, a internacionalização ou “exportação da 1ª emenda” à Constituição Americana,¹⁴⁷³ segundo a ideia de que todos deveriam passar a viver “na” América¹⁴⁷⁴, apresentada “como consciência do mundo”.¹⁴⁷⁵ Conforme Kissinger sugere, mesmo quando os EUA *fazem mal*, *fazem-no por bem*, permanentemente *condenados a redimensionalizar* o discurso wilsoniano. Ou, numa reatualização da proposição rousseauiana, os EUA são naturalmente “bons”, o mundo é que os “corrompe”. A própria ONU, ao contrário do expectável, resultou da universalização americana e da sua visão do mundo como um sistema fechado.¹⁴⁷⁶ Do que poderia resultar, conseqüentemente, a sua transformação num instrumento de expansão daquela conceção de ordem mundial e não num efetivo instrumento de contenção de poder.

O aspeto mais substancial no confronto geopolítico talvez se resuma na máxima da guerra revolucionária, segundo a qual *uma ideia só se combate com outra ideia*.¹⁴⁷⁷ O que originava o desafio de definição das “ideias” e a crítica dos métodos adotados pelas instituições envolvidas na “guerra psicológica”. Essa crítica, tragicamente condenada à marginalidade, evidenciaria um problema ou, se se preferir, um paradoxo insolúvel apontado

¹⁴⁷² Ver ROSTOW, Walt W., *The dynamics of Soviet Society*, New York, New American Library, 1954; *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960; *A proposal: key to an effective foreign policy*, Max F. Millikan (co-autor), New York, Harper & Brothers, 1957.

¹⁴⁷³ Ver BLANCHARD, M. A., *Exporting the First Amendment: the Press-government crusade of 1945-1952*, White Plains, N. I., Lonhman, 1986.

¹⁴⁷⁴ Ver DAUGHERTY, W. E., JANOWITZ, M. (org.), *A Psychological Warfare Casebook*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1958.

¹⁴⁷⁵ KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial: reflexões sobre o carácter das nações e o curso da história*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, pp.297-339.

¹⁴⁷⁶ EDWARDS, Paul N., *The Closed World: computers and the politics of discourse in cold war America*, Cambridge, MIT Press, 1996.

¹⁴⁷⁷ “Trata-se de um conflito de ideias e estas não se combatem com meios materiais de destruição, mas sim com outras ideias, mais nobres, mais generosas. Aqueles meios servirão apenas como suporte, o suporte da garantia da vida de cada um perante o terror que o inimigo desencadeia. Pretender dominar os acontecimentos pela acção isolada do soldado, empregando processos e meios exclusivamente militares, é erro grave das mais graves conseqüências. O verdadeiro problema consiste em fazer passar uma população dum estado de espírito para outro estado de espírito.

Dois verdadeiros muros, quais obstáculos de grande valor, se erguem entre a rebelião e o Poder legal: um, psicológico – feito de desconfianças, preconceitos e recusas – e, o outro, ideológico – edificado por uma propaganda activa e racional que explora temas sedutores, conquanto muitos sem fundamento e até ilegítimos –.

Demoli-los, para que de novo reine a paz no território e sobre ela se possam erguer as bases duma nova vida, dum novo mundo, tal é a finalidade da *pacificação*.

Todo o trabalho terá de ser orientado no sentido de tocar os corações antes de tocar os espíritos, pois será ineficaz toda a acção baseada apenas em construções do espírito e demonstrações lógicas. Há que começar por «preparar o terreno» para, só depois, persuadir e converter.” OLIVEIRA, Hermes de Araújo (coronel), *Guerra Revolucionária*, 3ª edição, Lisboa, 1962, p.254.

por Lasswell: “We are in a war of ideas, but we have not found our ideas”.¹⁴⁷⁸ Por muito que se insistisse na economia (*it's the economy...*, como diria décadas mais tarde o assessor de Bill Clinton), o dólar não era uma ideia. Mas era uma “imagem” e, no final, foi também (ou sobretudo?) na “guerra de imagens”, encabeçada pela apelativa cultura do *entertainment* e do *welfare*, que se decidiu o confronto geoestratégico.¹⁴⁷⁹

A par deste paradoxo, verificou-se um importante erro de cálculo anglo-saxónico. Ao contrário do previsto por Churchill com a sua “cortina de ferro”, bem como da definição operada pela Doutrina Truman, de onde resultou o Plano Marshall, o alvo prioritário do temido “ataque comunista” não foi a Europa mas sim a Ásia. O que transformava o “plano de libertação” num potencial plano de opressão e controlo. A seguir às independências da Índia e do Paquistão em 1947, seguiram-se a vitória maoista em 1949 e a divisão da Coreia em 1950-53. Não foi com planos económicos ou princípios jurídicos que os EUA responderam a esse “ataque”. Pouco mais de uma década depois do início do confronto bipolar, os EUA mergulhavam na mais traumática guerra da sua história em todo o século XX. No contexto português, o “ataque” também se verificaria na Ásia, sobretudo a partir de 1954, com a anexação de Dadrá e Nagar-Aveli pela União Indiana.¹⁴⁸⁰

Em Maio de 1946, por certo impulsionado pelo discurso de Churchill, MC encontrara outro adjetivo para “conjuntura originada pela 2ª grande guerra mundial...”: “trágica”.¹⁴⁸¹ Poucos meses depois, um velho deputado manifestava a perspetiva ainda preponderante em S. Bento: “A guerra deixou-nos um magno problema: o de sabermos ou não administrar uma riqueza que nos deixaram. Não podemos contar mais com aplicação de capitais estrangeiros nem com empréstimos externos, ou sabemos administrar o que é nosso, seja qual for o domínio público ou privado onde essa administração tenha de ser exercida ou outros se substituirão a nós na administração do que nos pertence, para se substituírem por fim na nossa própria soberania política. [...] Oxalá o problema político, isto é, o poder de novas origens do poder [sic] não venha retardar mais uma vez o progresso da nossa Pátria. Em 20 anos criámos

¹⁴⁷⁸ LASSWELL, Harold, *Policy and the Intelligence Function*, in DAUGHERTY, W. E., JANOWITZ, M. (org.), *A Psychological Warfare Casebook*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1958, p.67.

¹⁴⁷⁹ MATTELART, T., *Le Cheval de Troie audiovisuel. Le Rideau de fer à l'épreuve des radios et télévisions transfrontières*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1995, pp.26-27.

¹⁴⁸⁰ No primeiro CM de MC na Presidência, em 19 de Julho de 1955, registava o “movimento da independência no N. de África” e o “caso de Goa”: “intensificação da campanha de imprensa da União Indiana contra Portugal”, “repetição de atos de sabotagem”, “ação de organizações terroristas no nosso território”, “organização e conspiração de elementos pró-integração em Goa”, “providências diárias de pressão sobre os portugueses na U. Indiana”, “afirmações reiteradas de Nehru de esperança na integração pacífica”, “defesa de Damão e Diu e ligação aérea com Goa”, “Estatuto da Índia”, “melhoria do estado da opinião pública interna e internacional”. AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº1 (19/07/55).

¹⁴⁸¹ CAETANO, Marcello, *Hoje, como ontem: o Estado Novo*, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946, p.36.

um Estado e uma política externa independente. Demos às classes dirigentes uma consciência política que há muito a tinham perdido.”¹⁴⁸²

Por muito “hábil, avisado e prudente” que o regime pudesse eventualmente ter sido, não evitou colocar-se numa posição relativa impossível, provocada desde logo pela simplista análise “dos princípios”: “aquilo que a Europa deixa ver claramente no meio do tumultuar confuso das infelizes populações mortificadas pela fome e pela guerra, é um duelo entre duas ideologias, uma, a oriental, materialista e tirânica, e outra, a ocidental, expressão do espírito a cuja luz a Europa criou a sua civilização e firmou a sua hegemonia no mundo e que não é outro senão o espírito cristão.”¹⁴⁸³ O combate à “ideia” ou “ideologia oriental” não oferece dificuldade: “Tem Vossa Excelência razão quando interroga o futuro sobre os dias que esperam a nossa cultura ameaçada [sic]. Tudo se afigura tão obscuro que quaisquer vaticínios seriam precários. Em frente do imprevisto, só vejo uma atitude contra o transbordante perigo de uma avalanche comunista e essa consiste em nos unirmos todos, sobretudo os povos da mesma origem e da mesma formação cristã, num movimento de revalorização e defesa dos nossos índices morais e culturais.”¹⁴⁸⁴ Já a ânsia de “integrar” o Estado Novo “nos mais genuínos anseios da Europa” democrata-cristã e a colagem estratégica aos EUA (sendo inclusive um dos países fundadores da NATO, em 1948), ignorando as (i)limitações “ideológicas” americanas, colocava inevitavelmente Portugal e o seu Império na mira da globalizante “guerra económica” e de “imagem” a que este procurava escapar:

“Foi com surpresa, meus senhores – não o nego! – que por ocasião da última campanha eleitoral [1945] verifiquei ser tom dominante da oposição a apologia da liberdade económica, atacando com arreganho as restrições impostas ao lucro, a disciplina das atividades capitalistas e até – o mais espantoso me parece! – o imposto sobre lucros de guerra! Julgava eu, que o Estado Novo seria sobretudo acusado de não ter feito uma organização económica suficientemente rigorosa para evitar tanto negócio imoral e tanto lucro excessivo que mesmo assim se tem verificado; que seria acusado de não ter tributado mais duramente os grandes rendimentos de modo a poder alargar a sua obra de justiça social. Mas, afinal, o que se reclamou foi a supressão de toda a organização, o que significaria o regresso à liberdade de

¹⁴⁸² AMC, cx.34, Correspondência/Lopes, Artur Ribeiro (deputado): nº1 (07/10/46).

¹⁴⁸³ CAETANO, Marcello, *Hoje, como ontem: o Estado Novo*, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946, p.41.

¹⁴⁸⁴ AMC, cx.27, Correspondência/Fontoura, João Neves da (diplomata e político brasileiro): nº1 (22/07/44).

ganhar de qualquer maneira – à liberdade de explorar o povo! Será que ao espírito fechado de muitos não se revelou ainda que o tempo da liberdade económica passou por uma vez?”¹⁴⁸⁵

A convicção com que MC se manifestava “pouco disposto a transigir com os abusos do capitalismo e as injustiças criadas pelo egoísmo dos homens”, tal como a declaração de que “a propriedade deve ser uma garantia da liberdade e não um instrumento de opressão”, não era acompanhada pelo sucesso da “ideia”, apesar do apoio geral ao seu discurso.¹⁴⁸⁶ Não por acaso, nas 53 páginas desse discurso de 1946, MC não refere uma única vez a palavra “corporativismo”. Só timidamente menciona, uma vez, os “organismos corporativos”. A “ideia” falhava. O anticomunismo exacerbado estava em perfeita sintonia com os EUA. Mas o restritivo intervencionismo económico era um obstáculo para os objetivos planetários da superpotência. Adriano Moreira, com a perspicácia que o caracteriza, intuiu o problema, mas facilitou quanto à sua origem, focando-se excessivamente na Rússia e na China:

“Quando, a partir do movimento antiescravagista, a colonização passou a ser encarada como função de certos deveres internacionais a que todos os povos colonizadores deveriam obedecer, adotaram-se, sim, novas técnicas políticas para satisfazer as ambições de alguns Estados (os mandatos e a tutela internacional mais tarde), mas não se proclamou nenhum princípio ético que não tivesse já efetiva vigência na experiência portuguesa em particular, e peninsular em geral. Como já tentei demonstrar noutra ocasião, mesmo o objetivo da independência final de todos os territórios onde se desenvolveu um processo de aculturação não se filia senão na problemática do livre acesso aos mercados e às matérias-primas, e encontra o seu precedente mais próximo no Regime Convencional do Zaire. Para todos os que pretendem o livre acesso, em pé de igualdade, aos mercados e às matérias-primas, é evidente que a técnica dos Estados independentes é mais satisfatória do que o Regime Convencional. À inviabilidade das novas organizações políticas procurou-se obviar também por uma forma de cooperação internacional que não fez mais do que transpor para plano técnico diferente, e com outros nomes, a necessidade de amparo que pejorativamente se chama colonialismo.”¹⁴⁸⁷

¹⁴⁸⁵ CAETANO, Marcello, *Hoje, como ontem: o Estado Novo*, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946, pp.46-47.

¹⁴⁸⁶ AMC, cx.33, Correspondência/Lima, A. Carlos (advogado): nº1 (28/05/46); AMC, cx.33, Correspondência/Lima, António Augusto Pires de (director-geral do Ensino Secundário, empresário no Porto): nº1 (03/06/46).

¹⁴⁸⁷ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.145.

Ideia fundamentada pelo seguinte pressuposto:

“Já vimos que a orientação que deduz do pressuposto da igualdade das culturas a consequência que se traduz na extinção dos poderes políticos exteriores aos grupos culturais se desenvolveu fundamentalmente em países onde o racismo nunca foi abandonado. De deste modo ignoram os «tipos» de evolução fornecidos pela experiência histórica, por um lado, sem coerência evidente, inclinam-se esses mesmos no sentido de estabelecer

De igual modo, verificava-se a concentração da irracional repressão anticomunista na Europa (metrópole). Facto não compreendido por elementos do próprio regime. Em Fevereiro de 1961, um elemento da Comissão de Moçambique da UN referia que “Há quem discuta, mas não há partidos internos pró-independência como há ali [Angola]. A massa pode ouvir os que arengam nos cafés ou envenenam os jornais (só agora, depois de muito insistir, se mandou a gente da censura!)”.¹⁴⁸⁸ MC criticava a atuação da PIDE: “deficiências da nossa polícia. Como a polícia é tanto mais violenta quanto mais incompetente. A prisão discricionária é o «céu dos juristas». Há realmente um problema.” Posição baseada nas ideias de que a “força moral nasce do assentimento” e de que “resiste-se a uma pressão temporária de um regime estrangeiro” mas “não se resiste ao espírito do tempo”.¹⁴⁸⁹

O vazio entre os dois polos demorou uma década a ser ocupado. A primeira denúncia do que se considerava o excessivo comprometimento com o “novo milenarismo” encarnado pelo comunismo, sem cair nos braços do “novo imperialismo”, surgiu em 1955 com *L’Opium des intellectuels*, de Raymond Aron (1905-1983). Ao questionar a validade e a força dos fundamentos do confronto ideológico, insistiu numa profunda e descomprometida renovação do liberalismo e do socialismo.¹⁴⁹⁰ Três anos depois surgiu De Gaulle e a V República. Exponente máximo, por muito imperfeito que fosse, duma desafiadora política de equidistância e autonomização europeia em relação ao confronto Este-Oeste.

O desafio de MC à frente da pasta das Colónias nesses anos de fim e pós-guerra, independentemente do ponto de vista, dificilmente poderia ser maior. Não menos importante, MC foi o último ministro das Colónias dum mundo (ainda) eurocêntrico. O processo descolonizador começou seis meses depois de ser demitido.

um governo universal, à sombra de uma ética que pretende exprimir formalmente o direito natural do nosso tempo. Deste modo, aquilo a que negam legitimidade regional, isto é, o Estado pluricultural, parece-lhes perfeitamente legítimo e viável quando entendido em sentido mundial. Parece-nos de primeira evidência que, na sua orientação, o problema da legitimidade é exatamente o mesmo, quer se trate de um pluralismo cultural regional, nos moldes clássicos do Estado, quer se trate de um governo mundial que autonomize os grupos culturais. De maneira que, sempre dentro da sua orientação, o que aparece em primeiro plano é a questão pragmática da viabilidade. E, quanto a esta, a história dos nossos dias mostra bem que vem longe o tempo em que o Estado possa ser substituído pelo governo mundial, tão penosos têm sido os passos dados no sentido de estabelecer e pôr a funcionar as organizações interestaduais regionais, militares, económicas, políticas e culturais, não obstante as afinidades essenciais dos que, por exemplo, laboriosamente tentam definir a Europa de uma maneira formal.”

¹⁴⁸⁸ AMC, cx.38, Correspondência/Mesquitela, Gonçalo Castelo Branco da Costa de Sousa de Macedo (advogado; membro da Comissão de Moçambique da U.N.): n°28 (25/02/61).

¹⁴⁸⁹ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, pp.148-149.

¹⁴⁹⁰ ARON, Raymond, *L’Opium des intellectuels*, Paris, Calmann-Lévy, 1955.

2.1.2. Realidade corporativa

2.1.2.1. A ideia corporativa e a virtude dos homens

Em *Problemas da Revolução Corporativa*, de 1941, MC apregoa a autonomia doutrinária – “formando bloco” – e as “virtudes” do corporativismo: “A liberdade do erro é o suicídio da Humanidade. Equiparar no mesmo valor moral, sob o olhar indiferente da comunidade e dos seus governantes, o bem e o mal, o justo e o injusto, deixando embora a um ou outro velho caturra o direito de gritar e esbracejar os seus louvores e condenações, é pior do que entronizar claramente o erro, o mal, a injustiça. Porque ao menos, nesse caso, não há termos de comparação. O corporativismo acredita no espírito e nos seus valores, na vontade humana, com a sua liberdade potencial e o seu poder. [...] O corporativismo não é uma simples fórmula orgânica, nem a mera realização de certos atos, gestos ou ritos: o corporativismo representa uma nova atitude moral e mental perante os problemas económicos e sociais, conducente à transformação da mentalidade classista dominante nos regimes de capitalismo exacerbado.”¹⁴⁹¹

Com base na rejeição do “estatismo” – “não é, não deve ser o estatismo” – apontou alguns dos “problemas”: “O sistema corporativo requer a existência de uma orgânica especial. Cada função social tem a sua expressão associativa, agrupando e fazendo colaborar quantos participem no respetivo desempenho. Para mim, a Corporação não é nunca um organismo destinado à mera direção económica: é, sim, um corpo social. Por isso tenho repudiado e continuarei a repudiar os critérios puramente económicos para a constituição das corporações. Se há organismos corporativos com funções predominantemente de ordem económica, as grandes Corporações nacionais não devem assim ser. [...] O Estado tem um papel eminentemente benéfico a desempenhar em todos os sectores da vida nacional. Mas o Estado não deve substituir-se aos indivíduos, nem tomar o comando de todas as suas iniciativas. Estado forte, protetor dos fracos e domador dos poderosos, grande dispensador de justiça, não quer dizer forçosamente estatismo, antes pelo contrário.”¹⁴⁹²

Muitos elogiaram e agradeceram a oferta da obra, mas apenas dois a comentaram. O colega de MC na FDUL, Rui Enes Ulrich, afirmou o seguinte:

¹⁴⁹¹ CAETANO, Marcello, *Problemas da Revolução Corporativa*, Lisboa, 1941, pp.21 e 75.

¹⁴⁹² Idem, pp.24 e 31.

“Ninguém soube ainda, como o meu amigo, apresentar a filosofia do sistema, exaltar o alto pensamento a que obedece e a sua elevação espiritual. A conceção é teoricamente admirável, mas no seu estudo já transparece a distância a que se encontra a realidade! Entre nós o estatismo está comprometendo cada dia mais a organização. Não é exercido como um meio de preparação transitório, instala-se e serve-se do regime desvirtuando completamente a sua função. Ao ler as suas páginas tão cheias de convincente eloquência é-se levado a concluir que o corporativismo é uma doutrina generosa, digna do maior apreço e perfeita até no seu delineamento geral. Somente conta talvez demais, como o comunismo, com a virtude dos homens. A favor do liberalismo havia a circunstância de que não exigia muito das pessoas, contava com o seu egoísmo e procurava aproveitá-lo. Era nesta parte mais realista!! A esperança de que o homem possa ser dominado por ideias superiores traduz um apostolado que só pode ser benéfico. Foi o meu amigo dos que mais trabalhou e ainda hoje nos oferece a exposição soberba das suas aspirações e das suas esperanças. Deus queira que o seu livro tenha a divulgação e a influência que merece e que consiga evitar que no futuro o sistema seja viciado como o já está sendo. Disso não é o meu amigo responsável”¹⁴⁹³.

Uma semana e meia depois, Francisco J. Caeiro, subsecretário de Estado das Colónias, confirmava de África o quanto a realidade não correspondia à “exigência” corporativa: “Quando no começo da próxima semana voltar ao ministério vou promover a compra de umas dezenas de exemplares para os mandar aos governadores, sobretudo aos de Angola e Moçambique, com o encargo de os distribuírem às pessoas mais indicadas para a apreensão e difusão da doutrina. É que eu sinto que nas duas grandes colónias a ideia que muitos (e alguns em certo destaque) ainda fazem do corporativismo não anda longe desta enormidade: uma forma de extorquir taxas e percentagens com que se arranjam receitas destinadas a alimentar uns tantos afilhados, que fingem facilitar a produção e colocação de produtos e que passam a vida o melhor que podem...”¹⁴⁹⁴

A fechar o ano de 1944, o novo ministro da Colónias recebia os relatos das pessoas que vinham de África passar o Natal e transmitia-os ao presidente do Conselho:

¹⁴⁹³ AMC, cx.57, Correspondência/Ulrich, Rui Enes (professor na FDUC e FDUL; embaixador de Portugal em Inglaterra; director do Banco de Portugal; administrador e presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses; administrador da Companhia Nacional de Navegação): nº9 (30/12/41).

¹⁴⁹⁴ AMC, cx.19, Correspondência/Caeiro, Francisco José (subsecretário de Estado das Colónias – 28/08/40 a 06/06/42; ministro interino das Colónias – 06/06/42 a 05/01/43): nº7 (09/01/42). A carta surge em resposta à oferta do livro de MC *Problemas da Revolução Corporativa*, na qual o autor considera que, “mercê da sinceridade e da felicidade de expressões, nada artificiosa, e da própria feição espiritual, aqui e ali quasi mística, a sua doutrinação não se limita a esclarecer: convence, catequiza...”

“São contestes os depoimentos: sobre o mal-estar geral (diz-me um, que há 25 anos vive em Angola, ter assistido a todas as crises morais e económicas da colónia mas nunca nenhuma o alarmar, pela profundidade e carácter, como a atual, acentuada após a saída do comandante Morna: não há sentimento patriótico, existe surda e generalizada hostilidade contra a Metrópole); sobre o baixo nível de vida, encarecimento das coisas (em mais de 200% em relação ao começo da guerra), miséria do funcionalismo e sua consequente corrupção; sobre o sentimento de que a Metrópole fixa preços baixos aos produtos angolanos (para se defender da carestia de vida), mas exporta para lá géneros essenciais a preços de especulação sem nenhuma consideração pelos consumidores. Nisto há muito de verdade. Reputam de urgente a ida do ministro à colónia.”¹⁴⁹⁵

Antes da ida às colónias e dos inquéritos de que encarregou Henrique Galvão¹⁴⁹⁶, que adiante se analisarão, MC tomou uma série de medidas para responder a esses problemas. Logo em 2 de Novembro publicou o Decreto nº34 076, aperfeiçoando um diploma herdado do antecessor, que reorganizava totalmente os serviços dos correios, telégrafos e telefones do Império. Onze dias depois, era a vez do Decreto nº34 107, que estabelecia as novas e exigentes condições a observar na prestação contratual de serviço ao Estado nas colónias, “a fim de corrigir” a “incongruente situação de numa mesma colónia, ao mesmo tempo que se contratam formalmente modestos mestres de oficinas, maquinistas, motoristas, apalpadeiras, soldados e outros operários, se assalariem, com altas retribuições, engenheiros, médicos, inspetores e até chefes de serviço, como bem frisou o Conselho do Império Colonial em seu parecer nº33, de 20 de Março de 1943.”¹⁴⁹⁷

2.1.2.2. Organismos de Coordenação Económica: *sementes de corrupção*

Poucos dias depois de assumir a pasta, MC recebeu cópia do pedido de demissão do vice-presidente da Junta de Exportação do Café Colonial. A fundamentação do pedido constituía um verdadeiro relatório de mau funcionamento. Mais do isso, era uma denúncia dos incitamentos à corrupção: “A desautorização do vice-presidente não era de resto mais do que

¹⁴⁹⁵ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, p.141.

¹⁴⁹⁶ “Nomeei um inspetor superior de Administração Colonial (o que estava disponível) para estudar e inquirir o assunto”. ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, p.131.

¹⁴⁹⁷ *Diário do Governo*, I Série, nº250, 13 de Novembro de 1944, p.1101.

um dos aspetos da desorganização total que existia na Junta. Ao Secretário-geral, por exemplo, não eram dados os poderes necessários para manter a disciplina no organismo e o seu conseqüente bom funcionamento. O pessoal estava assim completamente desorientado e não podia render aquilo que é normal. Além disso alguns funcionários tinham uma influência dentro da Junta que não estava de maneira nenhuma de acordo com a categoria do lugar que desempenhavam.”¹⁴⁹⁸

Sobre o caso, Henrique Galvão apurara o seguinte: “Importa informar também V. Ex^a. que o presidente da Junta, posto em face dos factos das deficiências ou irregularidades de funcionamento, declara que tudo quanto se passava na Junta – e inclusivamente as coisas graves que dizem respeito à administração do Stand do Estoril, cujas responsabilidades endossa inteiramente ao vice-presidente – eram do conhecimento do Sr. Ministro das Colónias anterior. Os vogais do Conselho confirmam o que diz o Presidente nesta matéria, queixando-se de não terem sido postos ao corrente de algumas operações que se realizavam na Junta sem outra base senão ordens verbais emanadas do Ministro. Entendi que nesta matéria não devia levar mais longe o inquérito.”¹⁴⁹⁹ O antecessor de MC fora Francisco J. Vieira Machado (20/01/34 – 06/09/44), confirmando-se assim, em boa parte, o que se dizia a seu respeito.¹⁵⁰⁰

Durante os meses de Outubro e Novembro chegavam quase semanalmente às mãos de MC os relatórios de Henrique Galvão. Os primeiros eram relativos à Junta de Exportação do Café. No primeiro, supracitado, concluía que “a direcção da Junta se exerce com as maiores deficiências e que há no funcionamento dos serviços a par de alguns erros de administração, graves irregularidades”. O sistema, “de si confuso e complicado, fora dos rumos que poderiam conduzir aos fins para que foi instituído, não se compadece ainda com a falta de visão e de senso dos que o dirigem. Um outro motivo de reclamações são certas operações comerciais feitas pela Junta e que não podem rigorosamente dizer-se legais. Talvez a letra da lei as consinta; o seu espírito, de forma alguma. E não se compreende porque não foram algumas destas operações realizadas pelos comerciantes. O próprio Banco de Angola se queixa contra certas operações de crédito realizadas pela Junta e que são na realidade puras operações bancárias que nem sequer estão cobertas pela razão de assistência aos produtores, visto ser mais elevada que a do banco a taxa com que a Junta trabalha.”¹⁵⁰¹

¹⁴⁹⁸ PT/TT/PS/AMC/MC-IHG-FOCEM: AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: n°2 (30/09/44).

¹⁴⁹⁹ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: n°1 (30/09/44).

¹⁵⁰⁰ “Dizem [...] que o Vieira Machado detém o monopólio do milho de Angola. Que comprou, na última colheita o milho, lá, a 3\$50 a raza e o vendeu, cá, a 35\$00.” AMC, cx.39, Correspondência/Mourisca, Vasco de Lemos: n°25 (07/12/58).

¹⁵⁰¹ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: n°1 (30/09/44).

No segundo relatório, de 7 de Outubro, acrescentava que “a Junta funciona em condições deploráveis: serviços desorganizados, sem comando nem sentido; objetivos fundamentais deslocados para fora do campo de ação que, errada ou culposamente, traçou.” Isso devia-se a um conjunto de factos: a “situação ilegal em que se encontram os serviços de Contabilidade, que não foram montados, como deviam”; o “serviço de caixa [era] exercido por vários funcionários da Contabilidade – naturalmente ainda menos categorizados”; “apesar de um quadro de pessoal numeroso e que nitidamente excede as necessidades de um serviço bem organizado, verifica-se que só no corrente ano se pagaram 4.109 ½ horas extraordinárias ou sejam 684 dias de trabalho”, agravado pela “falta de pontualidade de muitos funcionários no horário normal de trabalho”; uma grande parte dos funcionários não ter “preparação para o exercício dos lugares que ocupa”; a “desarticulação entre os serviços da Sede e os de África”; os “serviços de propaganda [decorriam] de forma lamentável”. Tudo resumido na “inação ou inépcia da Junta”.¹⁵⁰² No terceiro relatório sobre a Junta de Exportação de Café, limitou-se a especificar o relatório anterior.¹⁵⁰³

As primeiras impressões sobre as Juntas dos Cereais e dos Algodões eram ligeiramente melhores: “os serviços de ambas não se encontram desorganizados ou, pelo menos, tão desorganizados como na Junta do Café. Sinto que funcionam – embora venha a verificar que funcionam mal. Afigura-se-me que o grande mal da Junta dos Cereais reside na função comercial que se atribuiu e que na Junta do Algodão, a menos mercantil das juntas criadas, há privilégios condenáveis a falta absoluta de comando sobre as verdadeiras condições económicas do algodão.”¹⁵⁰⁴ Os relatórios detalhados confirmam as primeiras impressões.

Sobre a Junta dos Cereais concluiu que, embora não existisse “a desordem de serviços que se verificou na Junta do Café”, a “imoralidade” era “extraordinária”. O exemplo mais expressivo era o do vencimento dos altos funcionários: “ou seja, em média, as ajudas de custo mensais de 25 a 30 contos – na mesma época e período em que um Inspetor Superior chegava a vencer apenas 2000 escudos mensais! (caso atual do Inspetor Superior em S. Tomé). A junta tem pago até hoje de ajudas de custo a pessoal dirigente da Sede 1.562.348\$59. Pois apesar desta quantidade exuberante de funcionários e deste nível de vencimentos a Junta ainda precisa de pagar horas extraordinárias para ter os seus serviços em dia – ou antes: para nem

¹⁵⁰² AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº1 (07/10/44).

¹⁵⁰³ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº2 (07/10/44).

¹⁵⁰⁴ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº1 (30/09/44).

mesmo assim os ter em dia.”¹⁵⁰⁵ Apesar disso, no último relatório sobre esta Junta “corrigia” o seguinte: “O organismo funciona decerto bastante mal – na ordem dos seus objetivos – mas o seu funcionamento, dentro da orientação que lhe foi indicada, é perfeitamente organizado. Tudo é claro e está arrumado em ordem – exceto a Contabilidade cujos atrasos não me parecem justificados.”¹⁵⁰⁶

No quadro da Junta dos Cereais, os Grémios, nomeadamente o Grémio do Milho tão caro ao anterior ministro das Colónias, eram outro problema: “a intervenção direta da Junta em negócio de cereais como pura comerciante, menos se compreende ainda, quando se verifica que usurpou tais funções, não a de um comércio desorganizado e caótico, mas a uma organização de comerciantes – o Grémio do Milho – cuja ação, se teve os seus erros, foi também altamente meritória em certos períodos difíceis. O Grémio do Milho, verdadeiro comerciante, vive hoje do favor de alguns negócios menos lucrativos que a Junta lhe deixa (exportação para as outras colónias e algumas operações de exportação para o estrangeiro), enquanto a Junta que só excepcionalmente deveria exercer atividades puramente comerciais, faz os negócios dos comerciantes.”¹⁵⁰⁷ No extenso relatório de 22 de Novembro sobre a Junta de Cereais, onde especificou os relatórios anteriores, completou a apreciação numa frase sublinhada por MC: “todos têm sido defendidos de prejuízos e garantidos quanto a lucros, exceto os produtores.”¹⁵⁰⁸ Já em 1937, quando foi proposto um aumento de preço do milho, o Grémio de Nova Lisboa alertou a sede para o facto de os grandes “beneficiários [virem] a ser os especuladores, aqueles que [iludiam] o controlo regular e necessário ao Grémio”.¹⁵⁰⁹ O que viria a acontecer. Vários especuladores, possuindo informação privilegiada, antecipavam-se à subida de preços e ludibriavam os produtores.¹⁵¹⁰ A solução então proposta pelo Grémio foi a cooperativização da venda do milho. Galvão propôs uma linha de atuação abrangente: “aumentar os benefícios do produtor; melhorar qualidades; reduzir preço de custo; organizar a movimentação; dar aplicação aos excedentes.”¹⁵¹¹

A Junta dos Algodões parecia constituir uma exceção: “ao contrário da dos Cafês e Cereais se tem dispensado de intervir diretamente nas operações que pertencem ao comércio da especialidade. Comercialmente limita-se a funcionar como consignatária da mercadoria. A sua situação, deste ponto de vista, é por consequência mais nítida e mais regular. [...] Aqui a

¹⁵⁰⁵ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº3 (14/10/44). Repetiu as críticas no relatório seguinte: nº4 (21/10/44).

¹⁵⁰⁶ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº5 (28/10/44).

¹⁵⁰⁷ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº4 (21/10/44).

¹⁵⁰⁸ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº4 (22/11/44).

¹⁵⁰⁹ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº4 (22/11/44) – anexo 3.1 (26/08/37).

¹⁵¹⁰ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº4 (22/11/44) – anexo 3.7 (29/11/37).

¹⁵¹¹ ¹⁵¹¹ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº4 (22/11/44).

burocracia é realmente o que deve ser: amparo e auxiliar ordenado da ação.”¹⁵¹² Embora também relatasse problemas comuns às demais Juntas, como os “privilégios” e irregularidades na “contabilidade”, destacou “a intervenção direta do ministro das Colónias cessante em assuntos de pormenor da competência da Direção da Junta – e especialmente na escolha e nomeação do pessoal.”

Como se processava, concretamente, a intervenção de Francisco J. Vieira Machado? Começava pela forma como se estabeleciam as representações dos particulares no Conselho da Junta: “é assunto que dá lugar a numerosas reclamações por parte dos interessados – e, quanto a mim, inteiramente justas. Como representante de importadores e exportadores no conselho da Junta foram impostos os Bancos de Angola e Ultramarino [de que F. J. Vieira Machado viria a ser governador¹⁵¹³] – que não são importadores e exportadores, mas apenas, quando intervinham nestas operações, simples consignatários do produto. Desta maneira, além de se lesarem, contra lei, direitos de representação dos importadores e exportadores, a defesa destes nem sequer se assegura convenientemente pois os referidos bancos se fazem representar por empregados que não têm por vezes categoria bastante para exercerem tal representação.” A intervenção estendera-se também às distribuições de quotas: “por despacho do ministro cessante não tem sido atribuído a Moçambique a quota que lhe deveria pertencer no contingente de importação de sisal da Metrópole. Só Angola o tem exportado. Antigamente era o contingente distribuído pelas duas Colónias. De há uns anos para cá – exatamente desde que certa firma angolana tomou posição muito importante na exportação de sisal da colónia, deixou de vir sisal de Moçambique. O facto explica-se, mas não se justifica. A exportação de sisal para a Metrópole representa para o exportador vantagem de tal ordem e dá lugar a lucros que poderíamos dizer tão escandalosos que é difícil manter moralmente contra as explicações (distância) que se apresentam a situação de inferioridade em que se colocam os exportadores de Moçambique.”¹⁵¹⁴

No penúltimo destes primeiros relatórios na metrópole, H. Galvão terminava com um orgulhoso desabafo: “dado a preferir por paixão ou interesse as posições extremas, são em geral mal aceites e mal entendidas por aqueles que desejariam ver-me ao lado dos ódios de

¹⁵¹² AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº6 (11/11/44).

¹⁵¹³ Em 1966 tentava recorrer a MC para apaziguar uma polémica com Silva Cunha, então ministro do Ultramar, a quem acusou de elaborar um “projeto insofismavelmente protecionista dos Bancos particulares”. Na verdade o que estava em causa era a quebra de “privilégios” do BNU: “Não tenho com o Doutor Silva Cunha intimidade para lho dizer e, ainda que tivesse, neste caso não lho diria, porque poderia parecer que fazia sobre ele qualquer pressão e que levantava um espantinho para conseguir um fim que é tão legítimo, tão nítido, tão evidente”. AMC, cx.35, Correspondência/Machado, Francisco Vieira (ministro das Colónias; governador do BNU): nº13 (01/09/66).

¹⁵¹⁴ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº7 (18/10/44).

uns ou ao lado dos erros de outros, de lança em riste ou de escudo em guarda – não conto, nem espero (demais é inútil e desnecessária) outra satisfação que não seja a de V.^a Ex.^a reconhecer que fiz o que podia, o melhor que soube e pude, no mínimo de tempo.”¹⁵¹⁵ Um mês depois, MC sentiu-se no dever de oferecer a Francisco J. Vieira Machado um exemplar de *Por Amor da Juventude*, onde vigoravam os exemplos de grandes exploradores e administradores coloniais. Vieira Machado limitou-se a elogiar a contribuição de MC para “um Portugal forte e próspero”.¹⁵¹⁶

2.1.2.3. Simplificar e organizar: reação às primeiras medidas

A resposta de MC aos relatórios não se fez esperar. No dia 6 de Dezembro de 1944, no Suplemento ao nº269 da I série do *Diário do Governo* (pp.1157-1223), inteiramente dedicado ao MdC, publicaram-se onze Decretos. Três respeitavam aos orçamentos coloniais e à gestão financeira corrente. Os demais continham modificações muito substanciais. O primeiro, Decreto nº34 169, introduziu alterações no estatuto, quadros e vencimentos do funcionalismo colonial: “Alterações de quadros fizeram-se as estritamente indispensáveis, fugindo-se quanto possível ao aumento do pessoal burocrático e dando-se preferência aos pedidos relativos a serviços de primacial utilidade para o desenvolvimento e progresso das colónias. Há que persistir, agora e sempre, na política de parcimónia nos gastos e de defesa dos serviços públicos contra o excesso de funcionalismo. A abundância de funcionários pode, em vez de facilitar a ação administrativa, entorpecê-la. E obsta, com certeza, à melhoria da situação reclamada por algumas colónias.” Quanto aos salários, “foi concedido o suplemento de vencimentos” e beneficiava-se “mais alguns sectores ainda não favorecidos”. Reconhecendo-se, porém, o quanto esses vencimentos estavam distantes dos recebidos pelos “funcionários de categoria idêntica dos quadros da metrópole.”

As alterações nos organismos dependentes do MdC começaram com o Decreto nº34 170, que visava “dar maior eficiência aos serviços, de modo a permitir-lhes cumprir integralmente a missão de utilidade pública a que são destinados”, e “reduzir despesas, pela

¹⁵¹⁵ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº8 (04/12/44).

¹⁵¹⁶ AMC, cx.35, Correspondência/Machado, Francisco Vieira (ministro das Colónias; governador do BNU): nº7 (07/01/45).

supressão de cargos inúteis”, em virtude do “facto de os organismos serem pagos na metrópole pelas forças dos orçamentos coloniais”. O Decreto nº34 171 iniciava um processo muito caro a MC: a primeira revisão da Reforma Administrativa Ultramarina de 1933 (Decreto nº23 229, de 15 de Novembro), tão comentada por MC nas páginas de *O Direito*. Introduziu uma profunda alteração nos concursos para a Administração Colonial, cuja “regulamentação simplifica, esclarece e aperfeiçoa”, e suprimiu os Conselhos de Informações, “quer por em quase todas as colónias funcionarem deficientemente, quer pela inutilidade normal da sua intervenção.”

Antecipando-se à reforma dos serviços de saúde do Império, já em fase de estudo – “deseja-se, porém, que essa reforma não se limite a ser um programa, e antes constitua fecundo princípio de ação” –, o Decreto nº34 172 pretendia “marcar posição” nos orçamentos para 1945. Nesse sentido previa um “aumento de despesa com esses serviços nos seis orçamentos [...] relativamente a pessoal, material, dietas e medicamentos superior a 20.000 contos.” O investimento era justificado da seguinte forma: “porventura deveriam considerar-se as despesas com os serviços de saúde nas colónias entre as mais lucrativas despesas de fomento. Sem homens, e homens sãos, não há riquezas naturais que valham. Por outro lado, é mister proteger e tratar os indígenas das numerosas moléstias que individualmente os deprimem e [...] aniquilam”.

O Decreto nº34 173 criou o importante Gabinete de Urbanização Colonial, “com sede em Lisboa, mas com o carácter de organismo comum a todas as colónias de África.” O anterior diploma já contemplara uma das prioridades do novo Gabinete: “entre outras tarefas, a do estudo das construções hospitalares, dentro dos planos de ocupação sanitária que vão ser revistos.” Os restantes diplomas diziam respeito à organização dos serviços meteorológicos de Cabo Verde (nº34 174), à modificação do quadro administrativo de S. Tomé e Príncipe (nº34 175) e à autorização concedida ao governo-geral de Angola para a atribuição de isenção da contribuição predial aos prédios urbanos cuja construção fosse iniciada e concluída até 31 de Dezembro de 1949 (nº34 176). Sensivelmente um mês depois, em 12 de Janeiro de 1945, era aprovada a nova classificação do Café pela Portaria nº10 835, partindo de sugestão de Henrique Galvão.¹⁵¹⁷

A intervenção de MC na desorganizada “organização de todos os interesses” suscitou rápida reacção. Em 22 de Fevereiro, o agricultor e deputado Querubim do Vale Guimarães (1880-1970), autodefinido como católico, nacionalista e monárquico, membro ativo da ala

¹⁵¹⁷ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº2 (07/10/44).

mais radical da direita católica e militante fundador da AC, apresentou um requerimento sobre a “dependência dos organismos corporativos” em relação ao MdC. Ou seja, definia os inquéritos e a intervenção do ministro nos organismos como sujeição destes ao Ministério. Algo sem fundamento. A relação funcional e legal manteve-se inalterada. Verificou-se o fim do “desvio” excepcional que MC atribuiu, na resposta ao requerimento, aos anos de guerra. A verdade integral guardá-la-ia para o presidente do Conselho.¹⁵¹⁸ Baseando-se nos relatórios de Galvão, cujo elogio riscou das provas (~~“como se vê o trabalho foi conduzido com rapidez, sem prejuízo da sua profundidade”~~), expôs claramente todos os problemas apontados no inquérito, incluindo o excesso de despesas, as demissões na administração e as medidas entretanto tomadas: “Notou-se uma organização administrativa deficiente; má seleção do pessoal, pouco cuidado dispensado aos serviços técnicos e aos problemas que eles deviam estudar. Além disso a propaganda do café colonial na metrópole foi excessivamente dispendiosa para os resultados obtidos e nem sempre bem orientada.”¹⁵¹⁹

O cuidado político evidenciado na resposta foi acompanhado pela determinação em prosseguir o caminho proposto. No derradeiro parágrafo declarava a intenção de proceder “à reorganização tendente a simplificar serviços e barateá-los, tornando-os mais eficazes e menos onerosos para os produtos.” A simplificação estendia-se aos diplomas legislativos, pela ausência de “advérbios de modo”. Uma característica política que MC não abandonará: legislação simples e objetiva. O primeiro método para combater a “corrupção”.

A 20 de Fevereiro, MC alertava o presidente do Conselho para o “ataque aos organismos corporativos”: “enquanto em Conselho ponderávamos a necessidade de reagir oportuna e energicamente, na AN formulava-se o ataque. Acho que é a ocasião de uma nota oficiosa clara, terminante, elucidativa (a não haver o discurso de V.^a Ex.^a, melhor que tudo). Encontro o Supico [Pinto, ministro da economia] hesitante. Uma palavra de V.^a Ex.^a o decidirá para sim ou não. Eu acho que era boa altura de pôr os pontos nos ii.”¹⁵²⁰

No final dessa primeira fase dos inquéritos, Galvão escrevia a MC a título pessoal: “E tão desabitado estava de atitudes e gestos tão dignos e limpos, de tal forma tinha perdido a confiança na máquina e nos homens que, por mais que a integridade e o carácter de V. Ex.^a muitas vezes me tivessem sido referidos nos melhores termos, por pessoas que considero e

¹⁵¹⁸ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, pp.131-132.

¹⁵¹⁹ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº3 (1945).

¹⁵²⁰ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, p.150.

respeito e melhor do que eu conheciam V. Ex.^a, o caso – este pequeníssimo caso afinal! – teve para mim o sabor de uma revelação.”¹⁵²¹

2.1.2.4. A caminho de África: ação e objetivos

O inexecdível voluntarismo de Galvão, que viria a desembocar na intervenção na AN em 1946, manifestou-se claramente no último relatório metropolitano. Antecipando a ida para as Colónias, Galvão fez uma sugestão: “Durante a minha missão nas colónias, perdido o contacto direto que hoje tenho com V. Ex.^a e todas as vantagens inerentes, certos males, erros ou vícios que poderiam ter fácil e oportuna correção, sem alterar os fundamentos do que está, arrastar-se-ão, porque a minha competência é para ver, ouvir e estudar – e não para resolver. Não seria conveniente, nestas condições, que me fossem atribuídas, pelo menos, os poderes e competência dos Presidentes das Juntas, nas colónias em que estiver, facultando assim à minha missão meios de ação imediata, tanto mais eficazes quanto é certo ter V. Ex.^a definido já uma orientação a este respeito?”¹⁵²²

A sugestão não foi aceite e para que não restassem dúvidas, um mês depois MC transmitia as instruções para o inspetor superior, com os respetivos objetivos da inspeção. O primeiro consistia em “examinar o funcionamento dos organismos de coordenação económica, quer imperiais, quer locais”, nos seguintes parâmetros: “organização”, competência e probidade do seu pessoal”, “correção dos seus métodos” e “eficácia económica da sua atuação”. O segundo visava “estudar uma eventual reorganização” orientada no sentido de: “concentrar serviços”, “simplificar a burocracia em benefício do público”, “reduzir os encargos que pesam sobre a produção colonial”, “melhorar a situação dos produtores, especialmente dos indígenas”, “desenvolver a assistência técnica”.

¹⁵²¹ AMC, cx.28, Correspondência/Galvão, Henrique Carlos Malta Galvão: nº11 (11/12/44). A concluir a missiva, afirmou: “Sou acusado de ser pessoa dura, esquiva e pouco cumprimentadora. Talvez por ter encontrado pouco que cumprimentar, mais do que por mal de temperamento. Talvez porque receio da parte dos homens que não dispensam a amabilidade fabricada em série, erro de compreensão acerca dos meus cumprimentos. O caso agora é diferente: tenho que cumprimentar e não receio que V. Ex.^a tome o cumprimento como (?) para alcançar favores pessoais.”

¹⁵²² “Embora seja, sem dúvida, de um ponto de vista pessoal, mais interessante para mim “ir também fazendo alguma coisa” em lugar de me limitar a ver o que outros fazem ou fizeram, ponho a questão com absoluta objetividade. De uma forma ou de outra a missão será cumprida com o mesmo escrúpulo – e apenas tenho em vista o seu rendimento prático.” AMC, cx.8, IHG/metrópole, Relatórios Semanais: nº9 – anexo 1 (09/12/44).

Aos objetivos somavam-se três ordens de serviço. A primeira consistia no dever de “começar por se entender, em cada colónia, com o respetivo governador, esforçando-se sempre por manter o mais estreito contacto com ele durante toda a inspeção.” A segunda indicava expressamente que o inspetor deveria “ouvir todas as pessoas que [pretendessem] apresentar reclamações ou sugestões, acerca dos organismos inspecionados.” Por fim, clarificava que o “Inspetor Superior não tem poderes executivos, pelo que se absterá de tomar quaisquer iniciativas, limitando-se a informar, pela via mais rápida, o Governador-geral das providências urgentes que entenda deverem ser tomadas.” Ressalvando, no entanto, “a competência normal em matéria disciplinar.”¹⁵²³ As queixas resultantes da primeira fase dos incómodos inquéritos em Angola ainda iriam motivar a necessidade de esclarecimento da posição hierárquica do inspetor por parte de MC, através da Portaria nº10 920, de 9 de Abril de 1945.

Galvão acatou as instruções. Por enquanto, toda a energia não canalizada para a ação ganharia espaço nos expressivos relatórios de África. Porventura o mais dramático retrato da presença portuguesa em África até esse momento histórico.

2.1.2.5. *Coordenação Económica em África: exploradores e explorados*

2.1.2.5.1. *A corrupção do sistema produtivo*

O primeiro contacto com os organismos de coordenação económica em Angola não diferiu muito da experiência metropolitana. O aspeto mais importante do sistema económico africano, sobretudo em Angola e Moçambique, seria o indigenato: “o que em geral se faz pelo café, pelo algodão, pelo sisal resulta, indiretamente, contra a economia indígena, o produtor de outros produtos, as disponibilidades de mão-de-obra, o povoamento, etc. – e sem que a maior parte das vezes se realize quanto à economia do produto nada de estável e de sério. Não são estas coisas, geralmente, que impressionam a galeria que vocifera contra as Juntas. Esta, como na Metrópole, cultiva as questões inferiores: os vencimentos, as ajudas de custo e o boato escandaloso – a mais das vezes sem grande fundamento. Mas são realmente estas coisas

¹⁵²³ AMC, cx.8, IHG/metrópole, Documentos Singulares: nº2 (10/01/45).

que produzem o clima que desprestigia os organismos de coordenação económica na Colónia: ação desordenada e dispersiva, animada por improvisações constantes. Não se descortina uma ideia, um pensamento definido. Avia-se ao balcão o freguês que aparece – sob o jogo das circunstâncias criado pelo caso de momento – e não há tempo nem engenho para mais nada. Esta ação não é política nem impolítica – é apolítica.»¹⁵²⁴

A relação entre o consumidor, produtor, comerciante, industrial e Estado traduzia, na realidade, a subversão do sistema: “Entre o produtor e o consumidor, medeia uma escala complicadíssima e incompreensível de encargos e lucros, que defende e protege, para além do possível, a exploração económica do produtor pelo Estado, comerciante e industrial e que oscila sempre á custa do produtor ou do consumidor – daquele porque não beneficia nas mesmas proporções dos ajustamentos ou correções determinadas pelas altas de preço; deste porque paga mais caro sem que geralmente veja os seus rendimentos aumentados em proporção. No primeiro caso o produtor ou se arruína ou se desinteressa – e são os próprios fundamentos da Colonização que se ameaçam. No segundo caso são os problemas políticos e sociais que se agravam. Esta escala de encargos é tão absurda que todos os seus degraus, erguidos á custa da produção, nada devolvem para o fomento da produção. A sua expressão é puramente fiscal (Estado) e puramente mercantil (comércio e indústrias). No seu desenvolvimento não se vislumbram senão alcance e objetivos financeiros, por vezes grosseiramente parasitários. [...] E todos os dias se descobrem ideias, com excelentes pretextos, para agravar mais ainda a situação do produtor, em benefício daqueles que se habituaram a considerar como prejuízos insuportáveis e ruinosos, a descida de 1 ou 2% em benefícios de 20 e 30%.”¹⁵²⁵

A desproporção entre custo e rendimento era cada vez maior. Em “Angola sempre foi assim” e no final da guerra tinha atingido valores “absurdos”. Uma espécie de acordo informal entre o “comerciante do litoral” e o “comerciante do interior” permitia a exploração total dos produtores. A falta de crédito forçava os produtores a recorrerem aos “adiantamentos” dos grandes comerciantes, “caindo-lhes nas mãos”. A “absoluta falta de estímulo à produção” era a principal causa da fraquíssima “colonização étnica livre” em face das potencialidades de Angola. Dado que os colonos agricultores eram os principais atores dessa colonização. Em conclusão, “não vale a pena produzir em Angola”. Do que resultava a disseminação da ideia de que o indígena deveria ser o produtor e o europeu o “explorador do indígena”, que transformava o primeiro “não em pequeno produtor livre”, mas “praticamente

¹⁵²⁴ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº1 (02/45).

¹⁵²⁵ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº1 (02/45).

em escravo mais barato e rendoso do que era e é no regime de trabalho compelido.” Os números apresentados por Galvão comprovam a análise.

Se o colono agricultor estava na “miséria”, agravada pelo aumento de custo de vida, a condição do indígena no processo produtivo era de facto “miserável”: “Para venderem o seu algodão têm de fazer marchas de 30, 40 e 50 km até o mercado mais próximo, transportando à cabeça cargas de 30 quilos e fazendo naturalmente tantas viagens quantas vezes trinta quilos é a sua produção; alguns alugam outros para este serviço reduzindo assim a metade os seus lucros; outros queimam o algodão só para não o transportarem; no mercado encontra o preto, ao lado do concessionário que lhe paga o algodão ao preço da tabela, a autoridade administrativa que aproveita a ocasião para cobrar o imposto e, alguns metros mais além, o comerciante que lhe fica com o resto do dinheiro vendendo-lhe mercadorias e vinho medidos a quilos de oitocentas gramas, metros de oitenta centímetros, etc. Os 10 000 contos do algodão passaram assim imediatamente para as mãos do comerciante do mato, por sua vez escravo do comerciante do litoral – e o preto serviu apenas de tubo condutor. [...] E esta é a verdade – a verdade que os números não dizem e que não chega até V. Ex.^a.”

MC anotou à mão, ao lado desta transcrição, que a “culpa era das autoridades”. As Juntas não tinham consciência do problema ou nada faziam para o resolver. Com exceção da Junta do Algodão e da Junta de Exportação, que começavam então a funcionar “tão bem quanto pode”. Mas Galvão não defendia a sua extinção. Pelo contrário. Defendia a total reorganização, concentração no menor número possível de organismos e a descentralização de Lisboa. Ou seja, uma só Junta em cada colónia e uma só Junta na metrópole. Justificável até por a descrição individual que fez de Angola não deferir muito da situação verificada na capital. Para Galvão, Angola dava-lhe a “impressão de uma mulher bonita que tendo um cancro no peito cuida de parecer bem à custa de carmim e água oxigenada. Luanda está magnífica e ressuma prosperidade. E também dão a mesma impressão as cidades do litoral feitas de pequenos empórios comerciais onde o dinheiro corre com abundância e facilidade. Mas o Dondo está mais miserável do que nunca”.

Em Moçambique, a cenário económico era ainda pior. A Junta de Exportação do Algodão Colonial, que em Angola era a exceção – a menos má – em Moçambique funcionava pessimamente: “esperava melhor aqui, bastante melhor, e não foi pequena a surpresa que senti verificando que tudo se encontra pior, bastante pior.”¹⁵²⁶ O relato especificou, função por função, todos os problemas do funcionalismo da Junta, com destaque para os “abusos” e

¹⁵²⁶ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº2 (20/07/45).

“privilégios” de delegados e subdelegados. Embora Galvão se tenha esforçado por acatar as instruções de MC, não evitou a antipatia para com o governador-geral, João Tristão de Bettencourt: “a ponto de eu ter a impressão de que há, na colónia, duas castas de indivíduos: aqueles de quem o Senhor Governador “gosta” – e aqueles de quem “não gosta” e que, em geral, nem sequer recebe. A situação destes, perante o Governo-geral é sempre muito precária; a daqueles demasiadamente favorecida.” Tristão Bettencourt seria substituído em 1946.

O facto de em Moçambique se ter verificado uma relativamente tardia instalação do regime de zonas de influência para o fomento do produto, neste caso o algodão, determinou que o período de “grandes produções” tenha coincidido com o período do conflito mundial. Pelo que, as maiores “facilidades” alimentaram nesses anos “todos os propósitos de lucro do Estado e de particulares, por simples despachos ministeriais – exceto os do produtor que apenas beneficiou de ligeira elevação.” Quando aliado à “desordem orgânica” provocada pela legislação algodoeira – “o regime foi criado sem qualquer base séria de estudo” – comprometeu gravemente o futuro, quer da economia do produto, quer dos organismos de coordenação: “Os únicos que perderiam e perderam – os indígenas, o consumidor e a economia geral do país – não têm voz bastante alta para fazer ouvir os seus lamentos.”

A solução passaria por organizar e catalogar criteriosamente as regiões mais adaptadas para a cultura em cada colónia. Em seguida, calcular o valor ideal de produção e qualidade a atingir: mas não as “alcançando haveria uma escala organizada de ótimo até ao péssimo e não o regime de aventura gozado em prejuízo do indígena, em que atualmente se vive.” Posto isto, devia trabalhar-se na “organização política, técnica, social e administrativa” que “conduzisse á melhor qualidade, ao melhor rendimento, ao preço de custo mais baixo e à elevação social do indígena – ao respeito pelos seus direitos elementares pelo menos.”

Sobre o conjunto das Juntas Coloniais de Importação e Exportação, Galvão concluía que “a sua existência é caríssima e o seu rendimento zero”. Frase sublinhada por MC. Para o inspetor e, ao que parece também para o ministro, era lamentável que aqueles últimos organismos não trabalhassem melhor, “pois poderiam prestar inestimáveis serviços neste momento em que principiam a abrir-se, num mundo desorganizado, mercados esfomeados. O que vai por essa colónia fora em matéria de direção económica sobre a produção e coordenação de transportes é o caos – um caos que também a euforia comercial da época e a passividade dos indígenas enevoam de libras, e assim se disfarçam perante os cuidados de governação.”

Semelhante euforia extravasava para determinados interesses. Por exemplo, a construção de caminhos-de-ferro onde parecia não ser necessário: “Por mim tenho por inacreditável o que se está fazendo – e só explicável á luz de certas circunstâncias misteriosas criadas por «capelinhas», aliás muito fortes, desta colónia. [...] Quando todos os países do mundo procuram utilizar e vaporizar as grandes vias fluviais, por mais económicas e pela razão importante da sua capacidade, nesta colónia, por assim dizer mantida nas nossas mãos á custa do Zambeze, proibiu-se praticamente o tráfego por este rio, para proteger a economia de um caminho-de-ferro, ainda em construção e cujas tarifas, no troço já construído, excedem em quase 100% as antigas tarifas fluviais.”

Quem ousasse interferir em determinados interesses era linchado. Como foi o caso do inspetor Jones da Silveira: “em minha consciência entendo que o Inspetor devia ser louvado pelo trabalho cumprido no Niassa – e sofre assim uma punição que certamente liquidará um bom funcionário, já rudemente afetado por outras injustiças. [...] Ouso insistir junto de V. Ex.^a, que tenho a certeza não autorizará tais processos de liquidação”. Termina o relatório com o que segue: “São aflitivamente numerosos os casos idênticos que encontrei na colónia – sem que esta gente mostre ter compreendido que já não há no Ministério das Colónias clima para perseguições desta natureza.”¹⁵²⁷

2.1.2.5.2. A situação do indígena: verdadeira escravatura

Na colónia de Moçambique, a situação de produtores, indígenas e europeus dificilmente poderia ser mais trágica: “Praticou-se, em proveito de uma minoria, e certamente em desproveito do país, verdadeira escravatura, de carácter mascarado por aparências sedutoras, mas na verdade mais desumana que a anterior.” A partir daqui, Galvão não poupou palavras na descrição duma realidade expressa oficialmente por “números falsos”. O produtor era a primeira vítima. Ao contrário dos concessionários, “este sofrerá todos os riscos de sua conta. Pois o concessionário não lhe pagará senão o peso do algodão que apresentar. E nem sequer presta praticamente ao agricultor o mínimo de assistência necessária à defesa contra tais riscos. Eu asseguro a V. Ex.^a que é falso se disserem o contrário.”

¹⁵²⁷ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº2 (20/07/45).

Por seu lado, “o indígena não ganha para o imposto”, pelo que julga “que a coação seria legítima se os resultados económicos fossem convincentes”. Consequência? “Os que podem defendem-se fugindo”. A longa descrição dos negócios entre “pretas” e “comerciantes”, incluindo um caso presenciado por Galvão, é sem dúvida “edificante”. Em síntese: “casos de mulheres que tinham de marchar 1000 quilómetros para vender a sua produção”, “e ai daqueles que não estão a tempo nos mercados e fazem esperar as autoridades e os agentes!” Ou seja, “as empresas são poderosas e são eles sempre quem perde a partida.” Verificou “a existência de populações francamente aterrorizadas nas áreas das concessões da Companhia dos Algodões de Moçambique”. A classificação do algodão em três qualidades diferentes servia apenas para burlar o indígena: “este [o concessionário] lucra a diferença – exatamente o mesmo que o indígena perde.” Fenómeno agravado pelo problema da escassez de moeda em circulação.

Como nem tudo fosse horrível e porque havia “indígenas que na generalidade se prestam facilmente à adaptação que lhe quisermos impor (e até porque valem muito mais do que a condição a que muitos os querem reduzir)”, Galvão advertia: “não seria possível sem desdouro de tanta presa que em Portugal se escreve e se diz acerca dos nossos sentimentos para com os indígenas – e até sem que encontrássemos a breve trecho o desastre para que caminhamos alegremente – manter a situação atual: de escravatura, como já o apregoam os nossos vizinhos da Rodésia.” Propunha para tal “que não sejam renovados os atuais contractos de concessão sem revisão do sistema.”

A hemorragia demográfica após a guerra era muito pior da já verificada na década anterior, “a ponto de não ser exagero dizer-se que a população está em fuga.” Na tentativa de explicar a situação, Galvão referia que “ambas as colónias sofreram no passado os males de uma ocupação militar trabalhosa e prolongada e sofrem no presente, do hábito, por demais inveterado, de se utilizar e conduzir os indígenas com palavras cristãs de proteção e processos mascarados de negreiros – estes, diga-se de passagem, muito atenuados pelo talento especial que tem a nossa gente, mesmo a mais boçal, para lidar com indígenas.” Semelhante ambiguidade lusitana – “herdeiros diretos do velho negreiro, que derrubou governadores e ministros na sua luta pela eternidade da escravatura” – não era uma regra sem exceções. Por isso comparava as duas posições extremas em relação ao “negro”. “Quer dizer: de um lado, negrófobos, do outro lado negrófilos – os primeiros sem migalha de coração, os segundos sem migalha de juízo”. Isso porque seria “muito raro encontrar-se [...] o pensamento que considera o preto na sua verdadeira posição de homem de outra raça e da mesma

nacionalidade”. Porque “se a nossa política se cumprisse tal como se apregoa” não surgiriam problemas de mão-de-obra.

Sugeria que “a intervenção do Estado podia e devia ser menos direta e mais eficaz [frase sublinhada por MC], com nítido benefício para os indígenas e também para os próprios patrões”, “a colónia não conhece os indígenas de hoje – e raciocina, age e providencia, como se as coisas tivessem cristalizado no ponto em que se encontravam há 20 anos.” Entre as páginas descritivas de Galvão, que mais parecem um guião para um verdadeiro filme de terror, MC sublinhou várias expressões. Tais como “o mau tratamento dado aos indígenas” e “castigo corporal”. O ministro destacou também, muito particularmente, “a mentira da assistência médica e técnica.”

Os ímpetos de Galvão, contidos por MC, manifestavam-se na ideia de “promover imediatamente a aplicação das sanções legais. E digo “contra o que era o meu propósito expresso” porque desde o princípio vi que se fosse a cumprir o que a lei me impõe, mesmo sem qualquer rigidez, seria queimado vivo por estes poderosos senhores”. MC, que começara a ganhar a referida fama de “negrófilo”, via-se na mesma linha de fogo: “E ainda hoje há quem tenha o desaforo de dizer em voz alta que o discurso de V. Ex^a foi inoportuno pelas perturbações que veio trazer... à disciplina do trabalho dos indígenas!”

O Niassa servia de modelo negativo: “o que se passa no Niassa – a província abandonada – é desolador.” Os serviços de Agricultura eram “um grande zero”, embora “bem instalados”. Quanto ao nível dos salários, ofereceu a comparação entre os salários pagos em 1857 com os de então: “o trabalho destes indígenas desvalorizou-se a um quarto do que valia à 100 anos!” As mulheres “pagam imposto!!!” A utilização de “esclavagismo dos régulos” aliado ao regime de “zonas de influência para o desenvolvimento de certas culturas” criava situações dramáticas “e pior: levam os homens a transferir para as mulheres, suas eternas escravas passivas e resignadas, a violência dos trabalhos que lhes são impostos.” À “instabilidade das autoridades administrativas e a sua falta de recursos”, muito destacada por MC, também se somava o rigor da natureza: “a falta de proteção e providências contra os assaltos e devastações das feras”.

A emigração para colónias vizinhas provocava o “abandono quase absoluto a que estão votados os territórios e populações ao longo da fronteira – em oposição a um sistema organizado do outro lado para a atração dos indígenas portugueses. Na fronteira do Tanganika, o abandono é total.” Vários fatores contribuíam para isso: “a propaganda feita pelas colónias limítrofes no nosso território”; “o custo da vida nas regiões de fronteira portuguesas e inglesas”; o facto de “todos os artigos que o preto consome [serem]

consideravelmente mais caros” em Moçambique do que no outro lado da fronteira, incentivando também o contrabando; “a orientação política quanto a regime tributário na fronteira”. Era também “especialmente grave o pagamento de imposto estabelecido para as mulheres – e tão violento que se presta a diatribes como esta: as autoridades atribuem 16 anos a todas... que excedam os 12!” Por fim, a própria “falta de prestígio dos chefes indígenas na fronteira” contribuía para a tragédia humana.¹⁵²⁸

O caso mais complicado era o da emigração clandestina para a África do Sul, através da região do Pafúri. O “salto” era organizado por uma “empresa poderosa” estabelecida na África do Sul, a “W.N.L.A.”, “muito bem organizada e dispondo de excelentes meios de ação.” As práticas de recrutamento não conheciam limites e atuavam em conjugação com empresas dirigidas por portugueses. A corrente clandestina teria o apoio sul-africano porque satisfazia as necessidades de mão-de-obra e porque a qualquer momento os acordos com o governo português poderiam ser revistos ou anulados. Para pôr termo a esta “calamidade”, Galvão sugeria a revogação das licenças concedidas a empresas privadas para o transporte de indígenas e a facilitação do regresso dos indígenas emigrantes por parte dos Serviços Aduaneiros.¹⁵²⁹

Apesar de tudo, Galvão deixava uma nota aparentemente positiva: os indígenas, “apesar dos maus tratos, vida difícil, economia angustiosa etc. etc. têm pelos portugueses respeito que não tem pelos patrões estrangeiros. O nosso prestígio é ainda maior.”¹⁵³⁰

A situação não era melhor em Angola.¹⁵³¹ Relativamente ao que vira em 1937, já de si “alarmante”, as “coisas” dirigiram-se “velozmente ao descabro”. Como de costume, os seus relatórios haviam sido marginalizados por não se “harmonizarem com a eloquência enganosa de certos números”. Confirmava os relatos ouvidos por MC em Lisboa: “Angola está perante a dificuldade mais grave de toda a sua atribulada história económica.” Não só não resistiria, segundo Galvão, a “outros oito anos de indiferença” como estaria na eminência de não ter “preto para o mínimo das nossas necessidade dentro de quatro ou cinco anos”. A política indígena que se praticava na colónia favorecia a emigração de indígenas, “que principiou a defender-se”. O número da “corrente emigratória” rondaria então um milhão de “trabalhadores e trânsfugas”. Praticava-se exatamente o contrário do defendido no Código de

¹⁵²⁸ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº2 (20/07/45).

¹⁵²⁹ PT//TT/PS/AMC/MC-IHG-CTICP/01: AMC, cx.8, IHG/Indígenas, Emigração Clandestina de Indígenas em Moçambique: nº1 (28/08/45).

¹⁵³⁰ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº2 (20/07/45).

¹⁵³¹ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº1 (02/45).

Trabalho e nos discursos oficiais, verificando-se verdadeiro “esclavagismo em S. Tomé e Angola”.

Meses mais tarde, durante a viagem a África, MC recebeu mais denúncias nesse sentido. O padre António Lourenço, alferes-capelão do BI nº2 de Lourenço Marques, contava o que vira: “cento e tal desses infelizes trabalhadores [nas roças de S. Tomé e Príncipe] regressavam, no barco em que eu viajava, às suas terras, em Angola. Vinham pessimamente vestidos para não dizer quase nus; pareciam ou doentes ou mal tratados; não traziam dinheiro [...]; e, o que é pior, não havia neles alegria. Que diferença entre aqueles indígenas e os que desta colónia de Moçambique vão trabalhar para o Transval e de lá voltam bem vestidos, alegres e endinheirados.”¹⁵³²

Com a promessa de transmitir “a verdade toda”, “sem fórmulas nem reticências”, relatou a forma como os indígenas eram arregimentados para o “contracto”. Para além da violência, verificava-se uma enorme ineficiência económica. MC sublinhou parte do seguinte parágrafo: “Entretanto a mesma autoridade que “caça” estes “voluntários” para o “contracto” percorre as sanzalas, incitando os povos a cultivar o arroz, a colher a borracha etc... Dizia-me o soba: “como vai a gente fazer lavra se quando está lavra em meio vem prender para o contrato”. Muitos desinteressam-se da cultura porque não sabem se a poderão levar até ao fim.” A percentagem de “contratados” segundo o método do “voluntariado” atingiria “30%” da população “considerada válida (números oficiais), mas vai muito além se considerarmos que o recenseamento considera válidos muitos homens que a inspeção médica depois reprova.”

As arbitrariedades nos “contratos” incluíam: desrespeito do “ano de descanso” por cada contrato; deixar as sanzalas só com mulheres e crianças; imposição aos indígenas do abandono das suas terras e produções para trabalharem para exploradores; recrutamento do dobro dos trabalhadores necessários porque metade reprovava nos exames médicos, “tal a condição física em que se encontravam”; obrigação de trabalharem em regiões contaminadas com a “doença do sono”, provocando a disseminação da doença. A situação atingiu tal magnitude que os indígenas se referiam à “calamidade” do contrato “com o mesmo pavor com que outrora se referiam a São Tomé.”

As perspetivas em relação ao futuro eras débeis: “Julgo enfim que ainda poderemos fazer alguma coisa – se não faltar a vontade firme de fazer, a capacidade de realização e o sentimento da gravidade da situação – embora esteja convencido de que as soluções ainda

¹⁵³² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Lourenço, António, padre (alferes capelão do B.I. nº2, de Lourenço Marques): nº1 (20/08/45).

possíveis deixarão de o ser dentro de poucos anos. Quer dizer: não se pode perder tempo.” Apesar das “concentrações de indígenas portugueses refugiados nestas colónias” – Congo Belga, Rodésia e Dâmara – em busca de melhores salários, Galvão afirmava que estariam dispostos a regressar caso tivessem as mesmas condições em Angola. Se não se prosseguisse esse caminho a situação tornar-se-ia irreversível: “pressinto o princípio de formação de sentimentos separatistas. A gente nova, nascida aqui, não nutre a menor parcela de sentimentos portugueses.”

Terminado o relatório, Galvão escreveu ainda algumas linhas “em tempo”. Ainda conseguiu ser mais esclarecedor: “Como ouvisse no Lobito e Huambo as piores referências à forma como os indígenas são assistidos e tratados na Companhia Agrícola do Cassequel, fui até lá. A campanha tem pleno fundamento. E como se há-de exigir de pequenas empresas e proprietários um tratamento condigno se há Companhias poderosas como o Cassequel que tratam assim os seus trabalhadores? Um hospital vergonhoso sem capacidade para uma população de 6 000 trabalhadores. [...] Sanzalas mais imundas e miseráveis que as dos mais miseráveis negros do interior. [...] Se tivesse cumprido o meu dever teria libertado nesse dia 3 000 escravos. Preveni o diretor engenheiro Vasco Monteiro, homem aliás de excelentes qualidades realizadoras, que voltaria em Julho e promoveria a aplicação das sanções legais se as coisas se não modificassem. Bastaria que a Companhia cuidasse do alojamento e assistência aos indígenas com o carinho que dispensa aos bois para que a situação daqueles melhorasse consideravelmente.”¹⁵³³

No entanto, nada se compararia a Timor. O relatório do respetivo inspetor Administrativo, Óscar Ruas, datado de 23 de Abril de 1945, não deixa margem para dúvidas: “Conheço todas as nossas Colónias menos a Índia e Moçambique, e por isso posso afirmar. Tudo quanto vi – muitos abusos tenho visto e reprimido até – nada é comparado com o que vi fazer em Timor e se fazia até à data da ocupação. Não quero exagerar. Porém, não devo andar muito longe da verdade afirmando que ao timorense se exigiam além dos impostos, cerca de 200 dias de trabalho gratuito por ano, em regime muito mais condenável de que a antiga escravatura. Ao escravo dava-lhe o dono de comer. O pobre do timorense, à parte uma ou outra iniciativa local – limitadíssimas – tinha que trabalhar alimentando-se a si próprio, por vezes a dezenas e até centenas de quilómetros do local da sua residência. Resultava daí – por

¹⁵³³ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº1 (02/45).

imprevidência mas carência sobretudo – alimentar-se normalmente mal durante todo esse tempo, e tão mal que chegou a haver numerosos casos de morte por inanição.”¹⁵³⁴

2.1.2.5.3. Comparação com o Congo belga

Na viagem entre Angola e Moçambique, Galvão fez o seguinte trajeto: “Huambo – Bié – Vila Luzo – Teixeira de Sousa – Dilolo (Congo Belga) – Elisabethville [Congo] – N’Dola [Zâmbia] – Bulawaio [Rodésia] – Mafeking [África do Sul] – Johannesburg – Lourenço Marques.” Acompanhado por um comissário geral da Polícia do Katanga, Franz Scheerlinck, pôde visitar as “concentrações mineiras de Kolowesi e Elisabethville”, onde existiam muitos trabalhadores “portugueses”. A sensação foi elucidativa: concluiu “estas visitas amargamente humilhado.”¹⁵³⁵

Porquê? Não só devido às “realizações” e ao “figurino colonizador” “melhores”, mas sentiu-se “humilhado quanto à organização da ação, quanto à agilidade do mecanismo realizador e, em matéria de realizações, quanto a um certo número de coisas do género das que nós podíamos e devíamos ter feito já e que ainda conservamos, irrealizadas, em fumos de retórica, discussões académicas e fadigosos relatórios: a assistência médica e social; o respeito pelos valores, os cuidados estabelecidos na sua seleção; a direção real da ação sobre a burocracia; a descentralização administrativa (aliás condicionada por uma centralização política e orientadora ciosa e vigilante) e, finalmente, a organização administrativa e material montada para o estudo dos problemas em profundidade e para a sua solução rápida.” Não sendo ideias retoricamente desconhecidas pelos portugueses, como disse Galvão, “são apenas coisas que nós só temos “falado” e que os belgas têm, realmente, “feito”.” A única ressalva a favor dos portugueses, segundo o inspetor superior, no que mais parece uma ironia, era “no domínio do espiritual e do eterno em colonização”.

No que se materializava, concretamente, a superioridade belga?

¹⁵³⁴ “Ora, tal sistema, quanto a mim, é de condenar e de uma vez para sempre. A verdadeira causa [deste problema] tem de se ir buscar à falta permanente de recursos financeiros de Timor, mal para que o poder central nunca forneceu vacinas – haja coragem de confessar os nossos erros”. PT/TT/PS/AMC/MC-TIM/02: Preparativos para a Reocupação Administrativa; AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: n°15 (23/04/45).

¹⁵³⁵ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: n°2 (20/07/45).

No que diz respeito à população, não só não diminuía como enfrentavam no Congo um “problema de excesso de população”. Em boa parte graças à “indispensável” mão-de-obra portuguesa presente em variadíssimos sectores, desde o comércio às profissões liberais, passando pela própria administração. Refere o exemplo de um diretor alfandegário em Sakania (fronteira entre o Congo e a Rodésia), que Galvão conheceu em Angola também como funcionário aduaneiro: “ganhava em Angola mil e duzentos angolares – e ninguém dava por ele. Ganha no Congo 18 000 francos e é muito apreciado.”

Em matéria de “alimentação, habitação e assistência médica a trabalhadores indígenas”, todos os problemas foram “praticamente estudados” e “praticamente resolvidos”: “foram já muito além do melhor que nós alcançámos”. Na alimentação resolveram o problema racionalizando os hábitos tribais dos trabalhadores, variando-a segundo as indicações dos estudos produzidos. Na habitação não se produziram “fornos crematórios” como nas colónias portuguesas, com aspeto razoável mas desconfortáveis para os indígenas, que acabavam por construir as suas casas tradicionais ao lado. No Congo “não se inventou, nem se adaptou a habitação europeia para indígenas. Civilizou-se apenas a própria habitação indígena tal como o indígena a compreende e prefere, sem destruir o essencial enraizado nos seus usos e costumes.”

No capítulo urbanístico a impressão não poderia ser melhor: “os belgas estão construindo muito bem – muito melhor do que as Rodésias e a África do Sul. A urbanização dos seus povoados é perfeita. Elisabethville é a cidade mais perfeitamente colonial que tenho visto. Foi decerto estudada e pensada.” Ao contrário do que até aí se verificava em Angola ou Moçambique.

O único aspeto negativo destacado por Galvão era a “insuficiência profissional dos novos funcionários”, que muito preocupava os belgas por se ter perdido a “escola do mato” em detrimento da “escola de coisa nenhuma”, “em grande produção durante os últimos anos e que entre eles como entre nós, também está causando certos prejuízos.” O problema que vai estar na base da referida querela entre MC e Adriano Moreira a propósito da transformação da Escola Superior de Estudos Ultramarinos em Faculdade, ideia rejeitada por MC precisamente porque, segundo este, a escola deveria formar práticos e não teóricos. As soluções então estudadas pelos belgas passavam pela transferência da “Escola Colonial” para o Congo ou estabelecer, para os novos funcionários, “um estágio na colónia (espécie de curso complementar) antes da entrada em funções”. Um ano depois estreitar-se-iam os laços com a

Universidade Colonial da Bélgica, procedendo-se à doação de livros através do embaixador português nesse país.¹⁵³⁶ Portugal doou então duzentas obras.¹⁵³⁷

O derradeiro aspeto salientado por Galvão foi o da presença militar na colónia. O governo belga estaria já a pensar “seriamente” em reduzir a ocupação e as despesas militares no Congo à “manutenção de simples corpos de polícia fortes e bem organizados para assegurarem a disciplina e ordem internas”. Qual era o motivo? Basicamente porque “a organização militar de colónias como o Congo, para efeitos de defesa contra agressões do exterior, nesta época em que a supremacia dos exércitos quase se reduz á supremacia do material, excede as possibilidades financeiras do país – e nem à custa da ruína financeira seria eficiente, contra os perigos militares que o Congo poderia reear.” Dentro desta lógica, “preferível será, por consequência, gastar parte do que hoje se gasta com um mecanismo militar inútil, fortalecendo uma armadura política cuja eficiência parece ser muito maior. Doutra forma sacrificariam possibilidades de colonização, desviando delas fundos preciosos, sem assegurar sequer a integridade do que pudessem realizar.”¹⁵³⁸

2.1.2.5.4. Confirmação oficial: Angola

Ao contrário do governador de Moçambique, do qual não se documenta qualquer resposta, o governador de Angola, Vasco Lopes Alves (governador entre 1943-47 e ministro do Ultramar entre 1958-61), enviou o seu *feedback* ao pequeno inquérito de MC. A análise da realidade esboçada por Lopes Alves concorda com a de Galvão, dispensando no entanto, por ser incompatível com as suas funções, a expressividade dramática deste.

Num domínio prioritário para o governo e que extrapolava os objetivos definidos para Galvão, a “influência estrangeira”, Lopes Alves esforçou-se por demonstrar a sua “preocupação constante” em “não deixar criar quaisquer influências” que pudessem “vir a ser-nos prejudiciais”. Até nos “fornecimentos de pneus e carros americanos”. Os “ingleses” teriam nessa altura “menos possibilidades de atuação comercial em Angola do que os

¹⁵³⁶ AMC, cx.33, Correspondência/Leitão, Eduardo Vieira (embaixador de Portugal na Bélgica): nº4 (04/07/46). Fora pessoalmente a Antuérpia ver os caixotes com livros para a Universidade Colonial.

¹⁵³⁷ AMC, cx.57, Correspondência/Université Coloniale de Belgique: nº1 (26/09/46): agradecimento pela oferta de 200 livros à Universidade.

¹⁵³⁸ AMC, cx.8, IHG/Colónias, Cartas Relatórios: nº2 (20/07/45).

americanos”. Circunstância que “alarmava” os súbditos de Sua Majestade e suscitava, “discretamente”, a necessidade de o governo português recordar que a relação com a Inglaterra era um dos “pontos fortes da sua política”. Quanto às “Rodésias”, as possibilidades de aproximação eram “fracas”. Ao contrário do que acontecia com o Congo belga, cujas relações eram “as melhores” e tudo se fazia para “estreitá-las”.

Reconhecia que o maior problema de Angola era o da “mão-de-obra”, agravado progressivamente pela “emigração”. A pressão da propaganda sul-africana era fortíssima. Dada a impossibilidade de apreender os “folhetos” distribuídos por esse país, o governador mandou distribuir folhetos semelhantes. Mas os resultados tardavam em chegar. Refere, em causa própria, que “não há lugar para apreensão” quanto à “execução das leis do trabalho”. Mas reconheceu de seguida que os salários precisavam, “indubitavelmente”, de ser “aumentados”. Ficou também “muito satisfeito com a melhoria da dotação orçamental da saúde”, fundamental para a difícil “fixação dos indígenas das fronteiras”.

Quanto aos organismos de coordenação económica, Lopes Alves afirmou que a Junta de Exportação “estava muito mal” quando assumiu o governo. O presidente era “incompetente” e dos “restantes funcionários, muitos eram de honestidade duvidosa”. Propôs exonerá-los. Com a nova direção, tanto a Junta como a Comissão Reguladora estariam a entrar no caminho correto. Em relação aos outros organismos, “onde a atuação precisar ser modificada, o estudo a que vai proceder o Galvão muito contribuirá, por certo, para o esclarecer.” Defendia também a possibilidade de aumento de quotas de exportação e o alívio nas taxas de importação de determinados produtos. Medidas mal recebidas no MdE.

No capítulo financeiro, a situação era precária. Devido à necessidade de concluir obras em curso, “gastaram-se de facto os saldos muito a fundo”. Solicitava por isso a orçamentação de verbas para “obras novas” e o estudo da “ideia de um empréstimo para fomento”. Quanto aos “serviços militares”, Lopes Alves tinha uma visão contrária à belga. Não vendo a sua recomendação “integralmente considerada”, insistiu nas “necessidades reais”.

Por fim, segundo a praxe, deixou um elogio ao ministro: “já [...] me referi à forma como têm sido apreciadas as medidas que tem promulgado. Resta-me dizer-lhe que também os seus discursos – e a doutrina que contêm – têm despertado muito interesse.”¹⁵³⁹ Opinião acompanhada pelo referido padre António Lourenço: “o recrutamento, em Angola, de trabalhadores negros para as roças de S. Tomé é feito num regime de constrangimento pouco

¹⁵³⁹ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº2 (17/02/45).

compatível com a liberdade de trabalho que, já depois de por lá ter passado, ouvi V. Ex.^a, num discurso, advogar tão justamente em favor do trabalhador indígena.”¹⁵⁴⁰

2.1.2.6. Contra a *corrupção do sistema*: diário do governo

Nos cerca de seis meses que intermediaram a partida de Galvão para a inspeção nas colónias (Janeiro de 1945) e o início da longa viagem de MC pelas mesmas (Junho de 1945), este promulgou um conjunto muito importante de diplomas, reflexo dos problemas, críticas e sugestões de que ia tomando conhecimento.

No mês de Janeiro foram publicados três diplomas. O primeiro, Decreto nº34 386 de dia 20, visava eliminar as desigualdades verificadas nos últimos anos no bónus de repatriação dos trabalhadores mais antigos em relação aos mais recentes, devido a flutuação monetária e dos salários. A Junta local de trabalho e emigração de S. Tomé e Príncipe era autorizada a arredondar o bónus para 500\$00, suportado pelos fundos do Cofre de Trabalho e Repatriação. De maior alcance económico, a reforma dos contratos de mútuo celebrados pela Caixa de Crédito Agrícola, Decreto nº34 387 de dia 22, visava salvar da falência e asfixia financeira os pequenos produtos agrícolas e pecuários de Moçambique: “se há devedores irremediavelmente insolventes”, “outros existem com possibilidades de virem a pagar parte substancial das dívidas desde que sejam aliviados dos atuais encargos, quer perdoando juros vencidos, quer parte do capital em que os juros não pagos se converteram.”¹⁵⁴¹

Por último, o Decreto-lei interpretativo nº34 388 de 23, sobre o provimento interino dos lugares de diretores gerais do MdC. Visava corrigir as “dúvidas” provocadas pela ambiguidade (intencionalmente?) estabelecida num dos últimos Decretos-lei assinados pelo antecessor de MC: o nº33 872, de 14 de Agosto de 1944, que estabelecia a faculdade de livre escolha, sem distinção do modo de provimento; o que implicitamente envolvia tanto o efetivo, mais importante, como o interino, menos importante. Quando MC o enviou para o presidente do Conselho para análise, fez questão de lhe dizer o quanto a “resolução do caso” tinha para si “grande importância”: “no Ministério não há hoje um órgão de estudo e execução da política

¹⁵⁴⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Lourenço, António, padre (alferes capelão do B.I. nº2, de Lourenço Marques): nº1 (20/08/45).

¹⁵⁴¹ *Diário do Governo*, I Série, nº17, 22 de Janeiro de 1945, p.47.

económica. Centralizou-se tudo no gabinete do ministro com inconvenientes graves. Não quis eu estar a mexer na orgânica do Ministério, parecendo-me que com um pequeno retoque arranjará tudo.”¹⁵⁴²

O mês de Fevereiro viu promulgar alguns dos mais importantes diplomas. Embora não seja o caso do primeiro, cuja importância resulta do tema que inaugura. Trata-se do Decreto nº34 406, de dia 7, que atendeu à proposta do governo-geral do Estado da Índia para que a 2ª companhia de caçadores desse estado fosse exclusivamente constituída por praças africanas (de Moçambique). No dia 20 foi publicado novo esclarecimento, no que parecia tornar-se um hábito de MC em relação à legislação do seu antecessor. Com a Portaria nº10 872 eram definidas com precisão as circunstâncias inerentes à “concessão de terrenos confinantes com a costa marítima, dentro ou fora das baías, numa zona contínua de 80 metros além do máximo nível da praia-mar”, que “em princípio não são permitidas”.¹⁵⁴³

O diploma mais relevante foi, sem dúvida, o da alargada reorganização dos serviços de saúde do Império Colonial Português, pelo Decreto nº34 417, de dia 21. Lei da qual constava um “conjunto de regras permissivas e normativas do procedimento dos agentes que hão-de aplicá-la”, “com o máximo de zelo e boa vontade”. Os objetivos a atingir eram, fundamentalmente, dois: “primeiro, amparar, defender e aumentar a população indígena, onde a haja, melhorando o seu estado sanitário e o seu nível de vida; segundo, facilitar a adaptação dos brancos nas regiões tropicais, quer assistindo preventiva e curativamente as pessoas, quer atuando para a transformação do meio.”¹⁵⁴⁴

Cinco dias após a carta de Lopes Alves e “atendendo ao que foi proposto pelos governadores de algumas colónias sobre a necessidade de providenciar acerca da efetivação de despesas totalmente imprevistas e outras insuficientemente dotadas”, MC promulgava o Decreto nº34 418 a 22 do mesmo mês de Fevereiro. Este autorizava os governadores de várias colónias a abrirem créditos a fim de cobrirem as necessidades financeiras.¹⁵⁴⁵ Uma das poucas medidas que mereceu gratificação.¹⁵⁴⁶

A primeira medida aplicada no mês de Março, o Decreto nº34 435 de dia 7, correspondia a outro requisito de Lopes Alves. Tratava-se da isenção fiscal na importação de determinados produtos cujo preço o conflito mundial inflacionara, para evitar o “aumento do

¹⁵⁴² ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, p.144.

¹⁵⁴³ *Diário do Governo*, I Série, nº37, 20 de Fevereiro de 1945, p.94.

¹⁵⁴⁴ *Diário do Governo*, I Série, nº38, 21 de Fevereiro de 1945, pp.95-96. A totalidade do diploma encontra-se nas pp.95-111.

¹⁵⁴⁵ *Diário do Governo*, I Série, nº39, 22 de Fevereiro de 1945, pp.112-114.

¹⁵⁴⁶ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Andrade, D. Teófilo, bispo de Nampula: nº1 (08/03/45): “Agradeço muito reconhecido a Vª Ex.ª a boa parte [de orçamento] que nele me destinou.”

custo de vida”. Enquanto decorriam os inquéritos, a criação de novos organismos corporativos não estava paralisada. A 8 do mesmo mês foram publicados, por MC, os Estatutos do Grémio dos Industriais do Sal da Província de Benguela (Portaria nº10 892). Seis dias depois, o ministro da Economia publicava a lei nº2 005 – a lei de bases do fomento e reorganização industrial (ou lei do condicionamento industrial). No dia 16, numa política discreta mas persistente, MC criava em Angola o quadro docente eventual do ensino primário (Decreto nº34 445).

No dia 27 de Março foi publicado novo diploma fundamental, enviado um mês antes ao presidente do Conselho: “tenho o prazer de enviar à sua aprovação um decreto-lei atribuindo 25 000 contos para fomento do povoamento ultramarino e estreitamento das relações entre Metrópole e as colónias. [...] Trata-se da utilização dos 11 000 e tal contos de saldo da caixa de emissão da Companhia de Moçambique, mais 3 000 contos que encontrei esquecidos no BNU, saldo do arrumo de contas entre as colónias e a Metrópole. Lembra-se V.^a Ex.^a que lhe falei num *Fundo de Colonização*, ideia que teve a aprovação de V.^a Ex.^a.”¹⁵⁴⁷ Para o diploma final, MC ainda conseguiu “encontrar” mais 5 000 contos. Assim, o Decreto-lei nº34 463 atribuía a dotação de 30 000 contos ao MdC, a “fim de fomentar o povoamento das colónias e estreitar as relações espirituais destas com a metrópole.” A ideia não consistia em “nenhum plano grandioso de colonização”, mas em avançar “com prudência e segurança”, “conjugando para isso esforços, competências e boas vontades”, no que “talvez [fosse] o caminho da solução definitiva, há tanto tempo procurada, para esse magno problema da nossa política colonial”.¹⁵⁴⁸ O projeto parece ter sido muito bem recebido por pessoas sem qualquer ligação ao BNU.¹⁵⁴⁹

O incremento substancial e constante da dotação financeira das missões de estudo e investigação – geográfica, zoológica, botânica – já em ação nas várias colónias, culminou, em 3 de Abril, no Decreto-lei nº34 478, que autorizava a organização e envio de novas missões antropológicas e etnológicas a todas as colónias. Para se perceber a sinceridade do interesse sempre assumido por MC pelas culturas africanas, fica este relato anotado no caderno pessoal da viagem a África em 1945:

“Chegados finalmente ao Chibuto, antiga sede do distrito militar de Gaza e hoje ridente povoação e sede de circunscrição. Muita gente preta e branca a receber-nos e a saudar-nos. Um dia memorável. Á noite, depois do jantar, batuque. Foi um espetáculo coreográfico

¹⁵⁴⁷ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, pp.150-151.

¹⁵⁴⁸ *Diário do Governo*, I Série, nº65, 27 de Março de 1945, pp.206-207.

¹⁵⁴⁹ AMC, cx.14, Correspondência/Almada, José de (quadro do MNE): nº2 (28/03/45).

do género que vi na Lunda – amostras de velhos bailados indígenas – desde a dança guerreira, até uma dança humorística, de comentário às relações quotidianas do preto, do monhé e da autoridade portuguesa, passando por uma estupenda dança da cobra, com uma cobra viva que o 1º dançarino toma nos dentes e põe ao pescoço enquanto os outros se agitam e contorcem. Riqueza de ritmo, unidade, movimento e som que fortemente me interessam. E nada está estudado! Notar os ornatos vátuas, peles e penas de avestruz.”¹⁵⁵⁰

A par dum ajuste na orgânica do MdC (Decreto nº34 596, que substituía o art.º 182º da Reforma do Ministério), no dia 12 de Maio MC procedia a nova clarificação, no caso suspensão, de um dos últimos diplomas do seu antecessor. Em causa estava o regulamento da concessão de terrenos do Estado nas colónias continentais de África, aprovado pelo Decreto nº33 727, de 22 de Junho de 1944, que estava a dar lugar, “da parte dos serviços a quem a sua execução compete, a frequentes hesitações e dúvidas”. Assim, para não prejudicar os processos em andamento ou quem pretendesse requerer terrenos, pelo Decreto nº34 597 restabeleceu-se a legislação anteriormente em vigor.¹⁵⁵¹ Quatro dias depois e tendo em mente o relatório de Galvão, de Fevereiro, onde refere o alastramento da doença do sono, MC criou a Missão de Estudo e Combate da Doença do Sono na Guiné (Decreto nº34 611).

Nas vésperas de partir para a viagem às colónias, MC publicou e assinou quatro diplomas com relevo. O primeiro, o Decreto nº34 627 de 25 de Maio, partindo de exposições dos governadores-gerais, regulamentou e beneficiou uma série de disposições relativas à aposentação, ajudas de custo, suplemento de vencimentos, abonos de família e subsídios diários aos funcionários e assalariados dos quadros e ao funcionamento de vários serviços coloniais. Três dias depois, pelo Decreto nº34 633 de dia 28, criava o importante Fundo de Crédito Rural exclusivamente destinado à concessão de empréstimos aos agricultores indígenas, “uma experiência inovadora e de cujos resultados se poderão colher úteis ensinamentos para se firmar na matéria mais ampla e rasgada orientação futura.”¹⁵⁵²

O terceiro diploma, o Decreto-lei nº34 643 de dia 1 de Junho, inseria importantes disposições relativas a pedidos de instalação de novas indústrias nas colónias e esclarecia, novamente, um decreto publicado pelo antecessor (Decreto-lei nº33 924) na véspera da sua exoneração (6 de Setembro de 1944). Basicamente visava inserir normas mais “simples” e “elásticas” de modo a desburocratizar as exigências criadas pelo regime de condicionamento industrial nas colónias (decreto nº26 509, de 11 de Abril de 1936). Nomeadamente quanto à

¹⁵⁵⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.55 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁵¹ *Diário do Governo*, I Série, nº103, 12 de Maio de 1945, pp.396-397.

¹⁵⁵² *Diário do Governo*, I Série, nº116, 28 de Maio de 1945, pp.443-444.

entrega antecipada, pelos interessados, dos planos das fábricas e dos maquinismos como documentos, no sentido de tornar o investimento nas colónias mais atrativo. A aclaração do referido diploma, que regulava o estabelecimento da indústria de fiação e tecidos de algodão no ultramar, foi no sentido de definir com maior precisão os casos em que se justifica a concessão de novas licenças.¹⁵⁵³

Por fim, em conjunto com o ministro da Economia, promulgou o Decreto-lei nº34 671, de 15 de Junho, que determinava que, dos fundos acumulados pela Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, \$05 por quilo de algodão importado fossem destinados a assistência aos indígenas das regiões produtoras do algodão.

As primeiras instruções para a reocupação administrativa de Timor transmitidas ao inspetor Óscar Ruas¹⁵⁵⁴ são também esclarecedores quanto à orientação seguida, no sentido de garantir o “legítimo interesse dos indígenas a quem vamos salvar e beneficiar”:

“6. Política indígena – Duma maneira geral sabe-se que os indígenas se têm mantido sentimentalmente fiéis a Portugal e que muitos deles prestaram relevantes serviços na proteção, ocultação e auxílio a portugueses. Houve casos de infidelidade e traição que devem ser apurados e exemplarmente punidos. O aparecimento dos portugueses como senhores de Timor deve, aos olhos dos indígenas, cercar-se de prestígio, procurando-se todas as ocasiões de fazer esquecer quanto se passou connosco e de mostrar que Portugal, temporariamente impossibilitado de sustentar a sua bandeira, não deixou todavia de ter força e poder para isso. Assim os portugueses deverão surgir como os amigos que voltam e procederão com generosidade, cordura e equilibrada justiça. As próprias forças militares expedicionárias devem ser preparadas neste espírito. [...]

7. Trabalho Indígena – evidentemente será necessário utilizar em larga escala a mão-de-obra indígena para a reconstrução dos edifícios e vias de comunicação de Timor. O Governo quer que nos métodos de recrutamento dos indígenas, na disciplina do trabalho e no alojamento, alimentação e mais formas de retribuição dos trabalhadores se respeite de verdade o espírito do Código do trabalho dos Indígenas das Colónias de África. A justa retribuição de todo o trabalho prestado, o humano tratamento das populações e em especial dos trabalhadores em obras públicas, serão importantíssimos fatores de conciliação das simpatias pela causa de Portugal e pelo restabelecimento da sua soberania.”¹⁵⁵⁵

¹⁵⁵³ *Diário do Governo*, I Série, nº120, 01 de Junho de 1945, pp.474-475.

¹⁵⁵⁴ O documento não se encontra datado, mas tudo indica que foi escrito depois do citado relatório do inspetor (23/04/45) e antes da partida de MC para África (06/45).

¹⁵⁵⁵ AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº18 (s.d.).

2.1.3. Viagem de Marcello a África – 1945

2.1.3.1. Enquadramento

Desde que assumiu a pasta da Colónias que MC se determinou em conhecer *in loco* e detalhadamente a realidade respeitante ao seu ministério – África (uma vez que uma visita desta natureza à Ásia era impraticável). Em Março já estaria tudo praticamente definido.¹⁵⁵⁶ A inspeção de que foi encarregue Galvão era relevante mas limitada aos organismos de coordenação económica. MC queria ver a realidade para lá da “mentira dos números”.¹⁵⁵⁷ Ou seja, conforme explicitou no relatório final, “praticando o que já se tem chamado uma política de presença”. Para eliminar a “sensação de que em Portugal se julga ainda que apenas procuram fazer vida no ultramar os falhados e os fugidos à justiça ou os que por ela são relegados para essas paragens malsãs.”¹⁵⁵⁸ No término da viagem, ainda em Luanda, antecipava esse relatório: “razões da visita ministerial. Visita de Smuts. Exame da situação. O problema das relações entre o Governo Central e os governos locais. Faltam poderes aos governadores? Relações exteriores em África.”¹⁵⁵⁹

Depois de chegar a Luanda, MC anotou no seu caderno pessoal (A5) as informações recebidas e, sobretudo, as impressões que ia colhendo.¹⁵⁶⁰ Percorreu, segundo as suas contas, aproximadamente “30 000 km” em cinco meses, com a seguinte distribuição: “em paquete – 16.000 km”; “Em avião – 7.000 km”; “em automóvel – 2.000 km”; “em C.º de Ferro – 2.000 km”.¹⁵⁶¹ O percurso foi o seguinte: Luanda – Vila Salazar – Malange – Vila Henrique de Carvalho, Saurimo – Dundo (Diamang) – regresso a Luanda (15/07) – Vila Luso (21/07) –

¹⁵⁵⁶ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, p.153. AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº3 (26/03/45). Tomou conhecimento da futura visita de MC às Colónias.

¹⁵⁵⁷ No Conselho de Ministros de 4 de Junho sintetizou os principais problemas a observar em cada colónia, destacando-se: “o problema militar”, “o eterno problema da mão-de-obra”, “o problema indígena”, “a emigração dos indígenas”, “o problema dos educadores”, “a desnacionalização da juventude”, “a atracção sul-africana”. ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, p.163.

¹⁵⁵⁸ PT/TT/PS/AMC/MC-VMA: Viagem Ministerial a África: AMC, cx.10, VMA, Objetivos da Viagem: nº1 (s.d. – Novembro/Dezembro de 1945). Embora o documento principie por definir, como justificação, os “objetivos da viagem”, trata-se do relatório final da mesma.

¹⁵⁵⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.74 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁶⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁶¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº8 (45/46).

Lourenço Marques, com paragem em Lusaka (22-25/07) – Pretoria (26/07) – Johannesburgo (27/07) – regresso a Pretoria – Lourenço Marques (28/07 – 01/08) – Beira (02/08) – Vila Péry, Chimoio (05/08) – regresso a Beira (06/08) – para Tete (07/08) – Zobué (08/08) – Quelimane (09/08) – Mocuba, Zambézia (11/08) – Alto Molócué (11-12/08) – Alto Ligonha, Muiane (13/08) – regresso a Lourenço Marques, via Alto Molócué e Quelimane (14-21/08) – Sul do Save (22/08) – Magude-Guijá, Vale do Limpopo – Chaimite – Macontene – Chibuto, Gaza – Vila João Belo – Inhambane (25/08) – Lourenço Marques (26/08) – visita a Magul, Gaza (08/09) – partida de Lourenço Marques (10/09) – Lumbo, Micheline, Nampula – Tete (13/09) – novamente em Angola, Vila Luso (14/09) – Cuanza (15/09) – Silva Porto (16/09) – Bela Vista, Vila Nova e outras pequenas localidades – Nova Lisboa (19/09) – série de pequenas povoações, tais como Vila Verde, Lepi, Longonjo, Cuma, Quinjenje, Mariano Machado (20-21/09) – Sá da Bandeira (22/09) – Humpata (24/09) – Moçâmedes (25-27/09) – Benguela (28/09) – Lobito (29/09) – Novo Redondo (30/09) – Gabela (31/09) – Porto Amboim e regresso a Luanda (02/10), onde ficou a trabalhar até 26 de Outubro.

Na viagem de Lusaka para Lourenço Marques não conteve o desabafo: “Todo o centro da África é uma desolação – árido, amarelo, triste, com grandes extensões despovoadas... Que pena não se poder proporcionar uma viagem de avião a cada fantasista do fomento africano! Falta água e falta não sei quê [sic] necessário à vida humana.”¹⁵⁶² Cenário compensado pela beleza da Gorongosa, contemplada na viagem de avião da Beira para Tete: “na verdura do prado vemos correr centenas (ou milhares) de zebras, de girafas, de gnus e de búfalos; nas lagoas, centenas de hipopótamos e muitos crocodilos. Espetáculo inesquecível!”¹⁵⁶³

Para não duplicar trabalho, MC não prestou atenção particular aos organismos de coordenação económica. Ao contrário dos inquiridos, ordenados na perspectiva do estado – *de cima para baixo*, MC pretendia adquirir a perspectiva inversa – *de baixo para cima*. Assim sendo, a organização adotada neste capítulo obedece às prioridades definidas pelo próprio durante a viagem. Os quatro primeiros subcapítulos partilham três aspetos nucleares. Tanto nas visitas às missões, como no exame à administração colonial e na observação às unidades produtivas (explorações mineiras e agrícolas), MC atentou especialmente para a situação dos indígenas e a qualidade dos serviços/instalações de saúde e ensino.

Numa das últimas anotações, escrita no último mês em Luanda, registava: “Dois pontos básicos infetados no sistema colonial português: o ensino e as missões. O ensino

¹⁵⁶² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.17 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁶³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.39 (06/45 – 11/45).

sofrendo dos mesmos males da metrópole (ou piores) – na forma de ser ministrado, na indiferença e incultura e falta de civismo e de maneiras do professor; as missões sem espírito missionário e sem uma boa técnica de trabalho.”¹⁵⁶⁴ A afirmação suavizava, generalizando, uma realidade dicotómica que tanto o marcou. Já que as missões não eram todas iguais; bem pelo contrário.

2.1.3.2. O problema missionário – a antítese

Antes de terminar a viagem, MC elaborou uma síntese comparativa entre as missões católicas. O esquema é suficientemente claro e demonstrativo da magnitude da *antítese*, pelo que se transcreve integralmente.

“Missões protestantes:

Ensinam português correto.

Os pretos cantam com notável consciência e sentimento.

Dão dignidade aos pretos.

Assistência médica regular. Influência evidente.

Missionários educados. Pretos também educados e limpos.

No Dondi uma escola de serviço social para raparigas indígenas, modelar. Por toda a parte os catequistas aparecem com a sua catequese a cantar a Portuguesa.

Missões Católicas (masculinas)

Cristãos que não falam português.

Edifícios feios e desarrumados e sujos.

Missionários também pouco limpos.

Indígenas quase no primitivismo boçal – os catequistas um pouco melhores.

Não se canta. No Quipeio tive de provocar a Portuguesa (que há poucos dias apenas fora ensaiada).

Na Ganda impressão de abandono: oficinas para ganhar dinheiro, como noutras tenho visto.

¹⁵⁶⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.71v (06/45 – 11/45).

Não se encontram os catequistas das missões católicas e sem grupos nas receções.”¹⁵⁶⁵

Como não há regra sem exceção e porque depois desta síntese ainda pôde observar novos casos, interessa examinar cada uma das missões visitadas e comentadas.

2.1.3.2.1. Missões católicas: *decadentes*

A primeira missão visitada foi no Malange. Pareceu-lhe uma “obra razoável dentro da psicologia ambaquista¹⁵⁶⁶ dos pretos locais. Instalação das escolas deplorável. Pede subsídio especial para construir outras. As missões religiosas vivem só do Estado!”¹⁵⁶⁷ Em Vila Henrique de Carvalho encontrou uma das exceções: “P.^{es} do Espírito Santo, estrangeiros. Boa impressão. Ensino técnico, especialmente de alfaiataria, pois a C.^a de Diamantes gasta vestimenta feita aqui, ajudando assim os missionários. É a primeira missão em que o encontro. Escola – edifício razoável e bem apetrechado.”¹⁵⁶⁸

No Dundo conversou com um padre que lhe disse ser “indispensável a vinda das irmãs missionárias. Aproveita o ensejo para bater nas missões protestantes e queixa-se das autoridades administrativas que as auxiliam.”¹⁵⁶⁹ Na região de Marita passou por nova missão. “Passamos numa catequese dos missionários de uma missão da fronteira que pedem um auxílio para levar a cabo as obras. Este problema das missões é complicado: não se sabe que sumiço leva o dinheiro que o Estado dá aos bispos, mas a pechincha é geral e o choro de mendicantes.”¹⁵⁷⁰

¹⁵⁶⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.61v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁶⁶ O termo teve origem no município de Ambaca, no Cuanza Norte, em Angola. Basicamente, um ambaquista era um indígena “civilizado”, pequeno proprietário e comerciante no interior de Angola. Sobretudo durante o século XIX era muito bem considerado pelos portugueses por servir de intermediário entre a costa colonizada e o interior por colonizar. Com o incremento da colonização no final do século XIX e princípios do XX, a sua função e “prestígio” caiu consideravelmente, tornando-se inclusivamente um elemento incomodo para o sistema colonial. Por o ambaquista saber ler e escrever, vestir-se e comportar-se como o “branco”, o termo passou a aplicar-se de modo genérico aos “civilizados”. Ver CRUZ, Elizabeth Ceita Vera Cruz, *O Estatuto do Indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Novo Imbondeiro, s.l., 2005, pp.132-150.

¹⁵⁶⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.1 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁶⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.4 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁶⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.5 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁷⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.38 (06/45 – 11/45).

Em Tete encontrou uma missão histórica, a de Boroma. Era de tal forma excepcional que MC, num gesto carregado de boa vontade política, destacou nos jornais a visita à “modelar missão de Boroma”.¹⁵⁷¹ A missão era “grandiosa. Vê-se que foi outrora uma grande missão. Os jesuítas erigiram-na em proporções grandiosas, com magnífica igreja, residência e oficinas. Abandonada em 1910 até há poucos anos, agora os padres e as irmãs de Cluny recomeçam a pouco a pouco. Só educação e trabalho agrícola por enquanto. As machambas dão rendimento: até as missões vivem do trabalho do preto!”¹⁵⁷²

No Alto do Molôcué assistiu a uma missa na missão do S.^{to} Condestável, “com grande assistência de pequenitos indígenas dos dois sexos, na maioria quase nus.” A missão contava com um padre e quatro irmãs franciscanas das Vitórias. “Ensino: o das escolas rudimentares. Um posto médico a cargo de uma das irmãs (enfermeira bastante competente, seg.^o o médico). Tem 2 000 tratamentos por mês. A missão vai a caminhar. As irmãs parecem boas: mas o padre é que, embora inteligente e honesto, parece não estar a altura – nem pela diligência, nem pela competência, nem pela idade.”¹⁵⁷³

No segundo período em Lourenço Marques assistiu a uma missa na missão de S. José de Languene, no dia 19 de Agosto. A missão situava-se nos subúrbios da cidade e disseram-lhe “ser a melhor da diocese”. Como tal, MC analisou-a com especial cuidado.

“A igreja, grande, pobre e feia – mas assim mesmo, religiosa – tinha bastante gente, entre a qual numerosos indígenas. O Pe. D. Maldonado, fez, porém, ao Evangelho, uma homília para intelectuais europeus da qual o gentio não deve ter percebido patavina. Depois fez-se a visita às oficinas – pequenas, pobres, mal apetrechadas, onde os aprendizes trabalham de graça. Vi: tipografia, alfaiataria, sapataria, serralharia e carpintaria. Passámos seguidamente por um bairro que a missão está construindo – 30 pequenas moradias, já – para arrendar e, assim, tirar rendimento que a sustente. Nas moradias e no seu arrendamento não se vislumbra traço de um pensamento social-cristão: é só capitalizar para tirar rendimento. Passa-se depois ao Hospital: casa de regeneração de mulheres indígenas, onde elas são reclusas por mandado judicial ou policial; enfermarias para indígenas com um quarto apenas da lotação – porque só são admitidos aí os que o rendimento da parte europeia permite sustentar; e depois maternidade e bloco cirúrgico para europeus (pago). Todo o sistema repousa, pois, em tirar rendimento dos europeus para tratar dos indígenas, o que estaria certo se não fosse por um lado o perigo da demasiada absorção dos missionários nos interesses

¹⁵⁷¹ AMC, cx.10, VMA, Recortes de Imprensa: nº53 (30/08/45).

¹⁵⁷² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.39 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁷³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.45 (06/45 – 11/45).

materiais (mal da missionação jesuítica na América) e por outro lado a dispersão de esforços do pessoal e a própria aplicação do dinheiro destinado a assistir indígenas em obras de futuro rendimento.

Está isto certo? Não me parece muito conforme ao espírito missionário, nem muito vantajoso para a verdadeira consolidação das missões – que está nas obras corporais e espirituais de misericórdia.”¹⁵⁷⁴

Três dias depois, no Sul do Save, nova visita a missão. Desta feita pareceu-lhe melhor: “Estavam lá 4 000 alunos das suas escolas rudimentares. Tem oficinas de olaria, carpintaria, serralharia, alfaiataria, sapataria e moagem. Junto, um seminário indígena. As irmãs de N. S. das Vitórias têm uma escola de donas de casa indígenas e têm a seu cargo o internato da maternidade. Pareceu-me bem organizada e orientada. Pediram dinheiro, está claro. Tive de pôr os pontos nos ii. Padres lazaristas.”¹⁵⁷⁵

Já em Angola, no primeiro dia em Silva Porto, concede uma audiência ao bispo da cidade. A impressão não foi positiva: “este começou por vários pedidos de favores pessoais para amigos e protegidos e pode dizer-se que só por incidente e puxado por mim veio a terreno sobre o problema nacional das missões católicas. Queixou-se do pouco dinheiro e de D. António... [governador de distrito] ”¹⁵⁷⁶ Em Vila Nova, visitou a missão católica do Quipeio, onde encontrou “muitos cristãos”: “um padre dirige-me saudações. Interrogo pequenos que assistem: não sabem português. Falo com os catequistas: uns melhores, piores outros, está bem. Um orfeão tímido canta apagadamente. Pergunto pela Portuguesa: o professor indígena diz que não sabem, houve pouco tempo para ensaiar. Após insistência minha lá cantam assim, assim apoiados por alguns catequistas.”¹⁵⁷⁷ Noutra pequena vila que ficava no caminho visitou nova missão: “uma tristeza de abandono e desarrumação com uma grandiosa igreja interrompida.”¹⁵⁷⁸

Nos primeiros dias do regresso a Angola, recebeu uma carta de um humilde sacerdote de Lourenço Marques que ousou criticar a hierarquia da igreja. Uma exceção interessante. Uma vez que os jornais “já deram até a notícia” da construção da nova catedral de Nova Lisboa, o padre António Lourenço dirigiu-se a MC para a contestar: “Na minha qualidade de sacerdote, mal me ficaria se não me regozijasse com isso. Mas, senhor ministro, primeiro que a catedral, primeiro que tudo, mande construir o hospital de que há tanto se fala [...] e tão

¹⁵⁷⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fls.50 e 51 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁷⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.52 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁷⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.62v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁷⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.65 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁷⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.66v (06/45 – 11/45).

necessário é. A catedral é um luxo, pois a igreja lá existente chega e cresce para as necessidades religiosas da terra; o hospital é uma necessidade urgentíssima. Precisam dele os colonos para tantos dos quais uma simples biliosa – tão fácil de curar aqui – é lá sinónimo de morrer. Precisam dele, tanto ou mais ainda, os indígenas”.¹⁵⁷⁹

Numa pequena vila próxima de Mariano Machado, visitou nova missão: “a missão dos padres do Espírito Santo parece decadente: oficinas mal cuidadas, poucos rapazes que cantam pouco e mal, não apareceram catequistas. Só três priores e um auxiliar. Na parte feminina, mais alegria e maior pobreza. Em conjunto, pouco satisfatório.”¹⁵⁸⁰ A missão da Huila, do tempo da ocupação, encontrava-se “muito pobre” e “decadente”: “Peço para me mostrarem as oficinas: mas a melhor é a de tipografia. O resto abandonado ou sujo. Na mansão das irmãs muita pobreza também e uma obra de assistência às raparigas em perigo moral. Grande conversa com o Pe. Carlos Eastermann sobre o problema das missões católicas e necessidade da sua pronta reforma.”¹⁵⁸¹ Em Sá da Bandeira, onde “as impressões gerais são as de uma população branca numerosa e em geral pobre”, com “muita pequenada de pé descalço”, a missão tinha “apenas uma igreja grande e bela, a residência dos padres magnífica e uma insignificante escola”.¹⁵⁸²

Em Benguela, o Colégio das Doroteias tinha “má instalação”.¹⁵⁸³ A mesma instituição que MC não esqueceu e com a qual continuaria a colaborar.¹⁵⁸⁴

2.1.3.2.2. Missões protestantes/evangélicas: as melhores

As visitas a missões protestantes/evangélicas foram em menor número, como é natural, dado que a sua presença também era menor. A primeira visita descrita no caderno pessoal foi à missão de Nhanela (inglesa), entre o Alto do Molòcué e o Gurué. Situada num “alto pitoresco, lavado de ares e são”, pôde visitá-la “imprevistamente”, sem ninguém, já que

¹⁵⁷⁹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Lourenço, António, padre (alferes capelão do B.I. nº2, de Lourenço Marques): nº1 (20/08/45).

¹⁵⁸⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.67 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁸¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.67v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁸² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.68 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁸³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.69v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁸⁴ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Instituto das Irmãs de Santa Doroteia – província portuguesa: nº1 (05/10/54). Agradecimento pelas diligências de MC para a atribuição de um subsídio destinado às obras da Capela.

os missionários “tinham saído” para o “saudar na estrada”. A missão “foi fundada em 1913 e desde então tem podido exercer calmamente a sua ação, preparando professores que hoje cede até às missões católicas! A igreja e as casas dos missionários têm bom aspeto exterior, embora a construção seja pobre (tijolo à vista). Os pretos que encontramos falam bem português. Visito o posto médico: escuro e sujo, nada de especial, nós fazemos melhor. O missionário chega à última hora: simpático e modesto, queixa-se também da falta de pessoal e desculpa-se por não estar tudo tão bem como desejaria. Tem, na missão e nas sucursais, 600 alunos. Ensino rudimentar e carpintaria. Reconhece a necessidade de desenvolver o ensino agrícola e de artes e ofícios. (Atualmente já ensinam pequenas indústrias caseiras, como o fabrico de cestos de vime).”¹⁵⁸⁵

Depois de visitar a vila da Bela Vista, passou na “missão evangélica do Dondi – que é a melhor missão que até hoje vi em África e a melhor instituição de assistência educativa e curativa aos indígenas. Depois das boas vindas na residência do diretor, visito rapidamente: a escola de artes e ofícios, as escolas rudimentares, em cujo salão maior oiço o orfeão (*Te Deum* em português a condizer [?], um quarteto e por fim um maravilhoso coral – *Bendizei o Senhor, Aleluia!*). Segue a parte feminina: depois de uma marcha das raparigas e um pequeno diálogo sobre a bandeira portuguesa, visitei as pequenas casas onde as raparigas aprendem as lides domésticas; depois o centro social onde aprendem costura, remendo, cozinha, engomadaria... As raparigas indígenas explicam-me em português correto quanto faziam e para que serviam as coisas e os lugares. Passo por fim ao hospital, simples e pobre. Não tem, neste momento, médico, há leprosaria. O diretor da missão, Childs, frequentou a Universidade de Coimbra; o superintendente, Dr. Thucker, é homem muito inteligente.¹⁵⁸⁶ Respira-se um ar de dignidade e organização magníficos.”¹⁵⁸⁷

O dinamismo e o zelo dos missionários protestantes pareciam não ter paralelo, até nos pormenores: “Almoço no Quipungo: indígenas, meninos de escola, comerciantes que se queixam da saída de indígenas para o contracto e do abandono em que por esse motivo fica o gado. O missionário irlandês da missão próxima [?] corrobora: fala a língua indígena perfeitamente, é inteligente e ativo.”¹⁵⁸⁸

¹⁵⁸⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.47v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁸⁶ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Thucker, John (superintendente da missão de Dondi, Bela Vista, Angola): nº1 (20/03/46). Pequeno cartão de cumprimentos.

¹⁵⁸⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.64 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁸⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.67 (06/45 – 11/45).

2.1.3.3. Análise comparativa da *primeira impressão*: Angola e Moçambique

No primeiro regresso a Luanda (15 de Julho), após a visita ao Dundo, fez uma demorada visita pela cidade e arredores, na sequência da qual anotou uma pequena reflexão.

“O problema fundamental de Angola não é apenas de dinheiro: é também (e, talvez, sobretudo) de organização, permitindo o aproveitamento ótimo de capacidades, esforços e recursos. Por toda a parte se sente a falta de continuidade nas iniciativas e nos serviços. É raro que, ao considerar um serviço, não se verifique ter já um dia sido bem posto o seu problema e bem encetado o seu trabalho: simplesmente há sempre uma quebra (pelo menos) que tudo inutiliza. Defeito dos funcionários – por fugacidade dos entusiasmos? Defeito de chefia – por falta de firmeza na direção ou contingência de critérios? Que parte teve a reforma orçamental de [19]32 com seus grandes cortes nas possibilidades de ação dos serviços, nesta desorganização? Certo retrocesso na colonização rural europeia parece ser um facto. Até onde vão as culpas do governo, ou da deficiência dos serviços ou do crédito neste facto? Não seria ele antes fruto da facilitação dos transportes, da melhoria do nível de vida nos núcleos urbanos, do anseio geral de maior comodidade e conforto, causas gerais e universais do urbanismo?”¹⁵⁸⁹

Após a primeira visita a Lourenço Marques fez cogitação semelhante sobre Moçambique, desta feita de forma esquemática.

“Problemas de Moçambique:

- 1 – Emigração para o Transval: regulada, clandestina.
- 2 – Circulação monetária. Cambiais.
- 3 – Custo de vida indígena. Mão de obra. O problema do trabalho indígena. Política indígena e atitude do colono.
- 4 – Educação da juventude. Escolas: como na Beira; agropecuária: no Chimoio.
- 5 – Fixação pela agricultura: proteção aos produtos agrícolas; combate ao urbanismo.
- 6 – Colonização (aproveitar os soldados expedicionários).
- 7 – Nacionalização do comércio do mato.

¹⁵⁸⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n°1, fl.11 (06/45 – 11/45).

8 – Caça. Perigo para os indígenas; destruição das culturas; difusão da Tsé-tsé.
Organização de brigadas de caça.

9 – Construção urbana.

10 – Missões (esclarecer a posição do governo).

Doença do sono. Saúde.”¹⁵⁹⁰

Aquando da primeira estadia em Lourenço Marques anotou: “Por vezes ouvem-se palavras desoladoras de um colono ou funcionário – e há quem diga que se não fez nada. É preciso, como eu, percorrer as colónias de canto a canto, para ver quanto se fez – e que há.”¹⁵⁹¹ A comparação entre ambas as colónias, na partida definitiva de Lourenço Marques para Angola (Vila Luso), chega a parecer surpreendente, tendo em consideração estas impressões. Afirmou então: “Pobre Angola! Este contraste entre a abundância dos serviços, das instalações, das povoações em Moçambique e aqui, é impressionante!”¹⁵⁹² Em Sá da Bandeira “as impressões gerais são as de uma população branca numerosa e em geral pobre; muita pequenada de pé descalço; dos pretos, muitos também com a casca de árvore.”¹⁵⁹³

2.1.3.4. Administração colonial

2.1.3.4.1. Organização, serviços, equipamentos

A qualidade dos equipamentos e serviços administrativos foi uma prioridade nas visitas de MC. Havia lugar para tudo. Desde a Missão Zootécnica de Moçambique, que era excelente, até aos Serviços de Agricultura de Luanda: “excelentes instalações, mas serviços mortos; que laboratórios tristes!”¹⁵⁹⁴ Neste ponto, o contraste entre ambas as colónias era por demais evidente. Continuando por Luanda, outro exemplo semelhante: “departamento marítimo – edifício velho. Instalações para marinheiros europeus e indígenas verdadeiramente deploráveis: as últimas, vergonhosas mesmo. É preciso remediar.”¹⁵⁹⁵ Na conferência com o

¹⁵⁹⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.22v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.25v (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.62 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.68 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.9 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.15 (06/45 – 11/45).

presidente da Câmara e com o Gabinete de Urbanização examinou com detalhe as “soluções apresentadas pelo gabinete para o plano de urbanização de Luanda.”¹⁵⁹⁶

Quando os serviços estavam bem organizados, eram moralmente deficitários. Esse foi o caso da polícia de Luanda: “limpeza, arrumo, disciplina, boa organização dos serviços. Pareceu-me um bom corpo, um serviço eficiente, bom comando. No calaboiço dos indígenas vou encontrar vários rapazes presos por não terem caderneta (matrícula como trabalhadores). Um com 12 anos! Outro preso há ano e meio à ordem do tribunal privativo dos indígenas, sem culpa formada. Saio indignado.”¹⁵⁹⁷

Em Lourenço Marques, começando pelas obras da Câmara, “vê-se que a colónia tem já consideráveis possibilidades na construção civil.” Embora não tenha gostado do projeto: “mas o projeto – que pena! E a praça, com a catedral de lado, sem fachada lateral, desnivelada – que aborto!”¹⁵⁹⁸ A cidade apresentava já um bom “plano geral de coordenação de transportes (estradas, rios, aviões e cabotagem)”. Só o hospital lhe merecia algumas considerações: “muito disperso. Necessidade de concentrar. Novo bloco para europeus? Ou aperfeiçoamento do que há?”¹⁵⁹⁹ O arquivo histórico estava instalado num “bom edifício” e apresentava um bom serviço. O Instituto de Estatística, bem organizado, procurava “imitar o de Lisboa”. Pelo contrário, os edifícios da província e da administração civil pediam “pronta substituição”. As instalações dos caminhos-de-ferro eram “antiquadas” e as repartições “sujas e desarrumadas”, embora as contas estivessem “bem orientadas e dirigidas”. Os Correios e Telégrafos encontravam-se num “velho edifício, cheio de gente e desarrumado”, “característica dos serviços públicos portugueses”. No final da ronda por Lourenço Marques anotou: “certo acanhamento – mas, pior, desarrumação interna nas repartições. Não deixar num país em princípio que se instale esse mau (?) dos serviços públicos.”¹⁶⁰⁰

A cidade da Beira não deixara impressões muito diferentes: “ainda informe. Avulta o porto (todavia muito longe da extensão, capacidade e modernidade de Lourenço Marques, com o sistema ferroviário). De resto, uma cidade linear através do areal, entre pântanos. Um bom clube desportivo, bom club e campo de golf, um bom estádio.”¹⁶⁰¹ Tinha “um bom corpo de bombeiros indígenas. Interessante o aspeto educativo. Plano de urbanização, captação de águas e esgotos, a ver pelo Gabinete. Necessidade de um colégio (curso comercial?)”¹⁶⁰² Em

¹⁵⁹⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.7 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.14 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.29 (06/45 – 11/45).

¹⁵⁹⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.28v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.29-29v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.32 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.35 (06/45 – 11/45).

relação ao porto da cidade, apesar de conselhos em sentido contrário, concluiu pela necessidade ampliação: “cais pequeno, armazéns ligeiros, bom apetrechamento. Perestrelo [Gabinete de Urbanização] encarregado de estudar situação e ampliações.”¹⁶⁰³

A relação do novo intendente da Beira com os “poderes” suscitava preocupação: “Intendente: Hortênsio de Sousa, recém-promovido a inspetor. Eloquência à maneira antiga (a “garganta do Império”). Parece bem orientado: mas até que ponto o seu carácter é firme? Não será subserviente?”¹⁶⁰⁴

O planeamento urbanístico em Moçambique oferecia boas perspectivas, como no exemplo de Quelimane, que “vista do ar é simpática”: “o aeródromo tem excelente aparência com sua gare, rotunda, parque de estacionamento, avenida de ligação à cidade. A residência do governo é a melhor que até hoje encontrei.”¹⁶⁰⁵ A comparação com as principais cidades das colónias vizinhas, sobrevoadas nas ligações entre Angola e Moçambique, não envergonhava muito o colonialismo português. Lusaca tinha um palácio – “government house” – “grandioso e magnífico, traçado com bom gosto e guarnecido com conforto.” Embora fosse “a capital [da Rodésia] escolhida há poucos anos e delineada à grande”, havia “muito pó, pouco movimento, aborrecimento”, “a cidade estagnou”, “enfim, os ingleses não são imunes à maledicência colonial.” A “geométrica” Salisbúria, “um grande centro urbano”, não lhe ofereceria uma imagem muito melhor.¹⁶⁰⁶

No fundamental capítulo militar, destacava-se, segundo MC, a necessidade de africanização das forças de defesa. Observou com especial preocupação a constituição das companhias indígenas. Em Vila Salazar, a “Companhia indígena [tinha] razoáveis instalações. Os oficiais sem grande compreensão da obra educativa e assistencial ao indígena. [...] Todavia os soldados têm boa aparência, manobram impecavelmente, gostam da vida militar. O serviço militar desembaraça-os, dá-lhes aprumo e disciplina, aprendem a nossa língua e vão depois para as sanzalas ser bons pontos de apoio da ação administrativa, vi com especial prazer os cabos indígenas e o seu gosto de comando.”¹⁶⁰⁷ Na Vila Henrique de Carvalho, Saurimo, o mesmo cuidado: “Companhia indígena – não desgostei dos oficiais, exceto do Comandante (Tem. Leite Cavaco), mas as instalações são muito más, os soldados não têm uniforme de caqui [...], a sanzala está a cair – é preciso refazer tudo. Os soldados falam em

¹⁶⁰³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.34v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.38v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.40v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.16-17 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.1 (06/45 – 11/45).

grande parte o português. Quiocos com as suas marcas étnicas postas aos 20 anos e dentes incisivos serrados em bico.”¹⁶⁰⁸

Chegado a Luanda, conferenciou longamente com o comandante militar e chefe de Estado-maior. Discutiram o armamento e equipamento completos de algumas unidades e da sua organização. Optou-se pela concentração das várias unidades num batalhão de caçadores e numa única zona, no planalto de Benguela (Silva Porto). O maior problema definido por MC foi o aumento de encargos financeiros. Também deu “indicações no sentido de se acentuar a função educativa e civilizadora das unidades militares em relação aos indígenas.”¹⁶⁰⁹

Essa conversa teria sido diferente se tivesse visitado antes o Batalhão Expedicionário. Aí encontrou “edifícios razoáveis, mandados construir pelo Comandante Morna para libertar a Maternidade indígena. Mas tudo sujo e feio com o característico desmazelo da tropa mal comandada. De maneira geral sente-se o pouco interesse e a pouca permanência dos oficiais no quartel. Até na enfermaria há vidros partidos! Material automóvel numeroso mas inativo. Homens a criar musgo. Mau comando.” A Bateria de Artilharia, apesar das “boas instalações (Morna), menos de uma centena de soldados indígenas, com regular aspeto – mas a dormir sobre esteiras no chão.” Na Companhia Indígena, “casernas e cubatas quase todas a condenar. Mas as restantes instalações muito boas”. “A Companhia está carrilada [...] mas precisa de ter bons oficiais que saibam aproveitar o trabalho feito. E parece-me que, neste momento, não há.”¹⁶¹⁰

Desta feita, as condições invertiam-se entre as duas colónias. Em Moçambique, apesar dos quartéis “razoáveis”, como em Tete, os soldados não eram “tão bem tratados como em Luanda”.¹⁶¹¹

2.1.3.4.2. Saúde e educação

A condição das unidades hospitalares era muito díspar. Se em Vila Salazar colheu “boas impressões”, em Malange o “hospital” era “uma vergonha”, os “novos edifícios, mal

¹⁶⁰⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.4 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁰⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.6 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.12 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.39 (06/45 – 11/45).

projetados, mal executados, criminosamente abandonados.”¹⁶¹² Em Saurimo, Vila Henrique de Carvalho, o hospital era “vergonhoso. Sanzala enfermaria deplorável. Médico fraco. Enfermeiro europeu burocrata. Ação sanitária nula. O quioco é gozador, na vida o que lhes importa são batuques, música e mulheres. Daí a frequência das doenças venéreas e o desenvolvimento da tuberculose.”¹⁶¹³

Na capital da colónia, Luanda, conversou com o diretor dos Serviços de Saúde: “Pessoa inteligente, enérgico? [...] Disse-lhe que muito embora haja que manter a máquina da ocupação montada é indispensável antes de mais organizar eficiente e modelarmente a assistência no concelho de Luanda, abrangendo os indígenas.”¹⁶¹⁴ No “Hospital da Caridade” não havia “serviço de entrada, banho e desinfestação. Não há fato do hospital. Os indígenas entram como vêm e ficam nas enfermarias com os farrapos que trazem. Não há separação na enfermaria médica dos contagiosos. Sala de operações pobre e serviço de infetados improvisado.”¹⁶¹⁵

Na outra capital de colónia, Lourenço Marques, aquando da primeira estada viu “a parte boa. Voltarei.”¹⁶¹⁶ Na volta ao Hospital Central, examinou-o até às oficinas, lavandaria e engomadoria mecânica, que lhe pareceram “bem”. O mesmo da cantina: “vi a comida de passagem: boa.” A farmácia, a administração e o depósito de medicamentos (numa cave) estavam “mal instalados”. Pelo contrário, a casa do médico era “do melhor que há no hospital (biblioteca e alojamento do médico de serviço).” Quanto aos serviços médicos propriamente ditos, variavam bastante. A consulta externa funcionava bem, apesar de se encontrarem num “edifício adaptado com poucas condições”. A enfermaria para europeus evidenciava um bom trabalho, com a seguinte crítica: “mistura de tuberculosos com outros doentes. 10 tuberculosos lado a lado com outros, a comer dos mesmos pratos! Mando separar.” A enfermaria infantil pareceu-lhe muito “boa mas dirigida sem critério e sem ligação com a assistência materno infantil”. Já a enfermaria de cirurgia masculina e a de urologia eram “razoáveis”. A pior era a enfermaria de medicina indígena, que o escandalizou: “má pela instalação e pela mistura. Os sanitários são puramente vergonhosos.”¹⁶¹⁷

Na Beira e em Vila Péry existia ainda “o velho hospital europeu, de madeira e zinco, da companhia, que o Estado arrendou por 16 contos mensais e exige rápida demolição. Razoável apetrechamento.” O hospital indígena não era “brilhante mas melhor do que nada.

¹⁶¹² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.1 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.4 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.7 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.12 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.19 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.31 (06/45 – 11/45).

Os médicos parecem interessados e com bom espírito.”¹⁶¹⁸ O hospital de Tete tinha “muitas deficiências. Muito indígena sem cama, a dormir nos corredores.”¹⁶¹⁹ A missão de combate às Tripanossomíases do Zobué era melhor. O hospital estava bem apetrechado, com bom ambiente. Porém, ficou chocado com o diretor, que fazia “os indígenas dormir sobre colchões de arame (deitado diretamente neles!)”. “Conclusão: pareceu-me que a máquina da missão está bem montada e que se está em condições de realizar uma obra. Mas esta ainda não está a caminho.”¹⁶²⁰

Em Quelimane o espírito era outro. O hospital era velho, mas arejado, limpo e “de muito pé direito”. Observava que havia “ali gente capaz. Trata muito bem os indígenas. Irrepreensível, como diz o diretor, “para honra dos indígenas”.¹⁶²¹ Em Mariano Machado encontrava ainda melhor. Referiu que “pela primeira vez encontro certa assistência ao indígena e aproveitamento da medicina como instrumento de política indígena (circuncisão ritual feita cirurgicamente).”¹⁶²² No Lobito fez este comentário, sem mais comentários: “Hospital péssimo. Influência americana com cumplicidade portuguesa?”¹⁶²³

Semelhante ausência de “sistema” verificava-se no ensino. Cada caso era um caso. No Malange as escolas tinham “boa instalação. [...] Na escola oficial o melhor aproveitamento é, regra geral, dos mestiços. As crianças brancas estão frequentemente doentes. Os pretos atrasados.”¹⁶²⁴ O que permite explicar, em parte, o infeliz discurso de MC sobre a “mestiçagem” e a “separação racial”.¹⁶²⁵ Justificadamente considerado “terrível” por Adriano Moreira.¹⁶²⁶ Embora não confirme a ideia de que MC defenderia uma “doutrina universitária racista”. Até porque quinze anos depois, num discurso muito mais cauteloso e sob o olhar de

¹⁶¹⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.32 e 37 (06/45 – 11/45).

¹⁶¹⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.39 (06/45 – 11/45).

¹⁶²⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.40-41 (06/45 – 11/45).

¹⁶²¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.41 (06/45 – 11/45).

¹⁶²² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.66 (06/45 – 11/45).

¹⁶²³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.70 (06/45 – 11/45).

¹⁶²⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.2 (06/45 – 11/45).

¹⁶²⁵ “Num só ponto deveremos ser rigorosos quanto à separação racial: no respeitante aos cruzamentos familiares ou ocasionais entre pretos e brancos, fonte de perturbações graves na vida social de europeus e de indígenas, e origem do grave problema do mestiçamento, grave, digo, senão sob o aspecto biológico, tão controvertido e sobre o qual me não cabe tomar posição, ao menos sob o aspecto sociológico. Mas se convém evitar ou reprimir esses cruzamentos raciais, o que se não justifica é qualquer hostilidade contra os mestiços, só por o serem, pois não lhes cabe a culpa de terem nascido, e se erro paterno houve não é justo que o paguem como vítimas inocentes. Há que responsabilizar os pais que abandonam os filhos mestiços a um destino incerto; e não pode a sociedade desinteressar-se da sorte desses elementos que poderão ser, quando educados, elementos úteis na obra colonizadora, assim como, abandonados e miseráveis, se poderiam tornar em perigosos agentes perturbadores. [...] Cuidemos da população indígena. Tratemos de a poupar, de a aumentar, e de a melhorar sob todos os aspectos. Este é, para mim, um ponto capital.” CAETANO, Marcello, *Alguns discursos e relatórios: viagem ministerial a África em 1945*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946, pp.56-57.

¹⁶²⁶ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012. Ao contrário da memória de Adriano Moreira, MC não pronunciou esse discurso quando era presidente da Câmara Corporativa, mas como ministro das Colónias durante a viagem ministerial.

Cerejeira, Moreira afirmou igualmente que “a miscigenação dá também origem a um problema que requer prioridade. São menos numerosos que no passado os casos de constituição de famílias mistas, por causa de muitos fatores conhecidos, e sem dúvida muito principalmente porque tem diminuído o *deficit* de mulheres brancas.”¹⁶²⁷ Semelhante convergência verificar-se-ia também em relação ao problema das “massas enormes de destribalizados”.¹⁶²⁸

Em Luanda, a escola primária José de Anchieta funcionava num “edifício velho, escola triste.” A nova escola primária (nº7) funcionava, por sua vez, “num excelente edifício, obra meritória e palpável do Comandante Morna.”¹⁶²⁹ Na mesma cidade visitou as “obras do Colégio de S. José de Cluny – excelente localização higiénica, urbanística e política (dominando a missão protestante). Pareceu-me bom projeto e boa execução.”¹⁶³⁰ Também a Casa Pia de Luanda lhe pareceu “notavelmente bem organizada, com suas oficinas de barbearia, carpintaria, cordoaria, sapataria, alfaiataria e encadernação, sua escola e banda, seu conselho de disciplina composto por rapazes – e o sistema de pagar salário aos internados que trabalham. Pareceu-me bem – talvez sem aquela assistência moral e direção pedagógica que seria ideal. Dei 2 500\$ do meu bolso.”¹⁶³¹

Lourenço Marques estaria, segundo MC, muitíssimo bem servida. As “escolas primárias João Belo e Leonor de Sepúlveda – bonitos edifícios, talvez luxuosos (pode solucionar-se assim o problema em larga escala?)”. Apoiadas pelo Museu Álvaro de Castro, com “excelente preparação e apresentação.”¹⁶³²

¹⁶²⁷ Embora não condene a tradicional “atitude recíproca de convívio” portuguesa, reconhece a mudança na “frequência das uniões estáveis no Ultramar e por isso a miscigenação implica a necessidade de uma acção social em relação aos filhos de uniões passageiras.” MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, pp.158-159.

¹⁶²⁸ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.156; CAETANO, Marcello, *Os Nativos na Economia Africana*, Coimbra Editora, 1954, pp.31-34.

¹⁶²⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.10 (06/45 – 11/45).

¹⁶³⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.13 (06/45 – 11/45).

¹⁶³¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.14 (06/45 – 11/45).

¹⁶³² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.29 (06/45 – 11/45).

2.1.3.5. Unidades produtivas: *resistências e indigenato*

Ao contrário do que parecia ser habitual, MC não pedia aos colonos para lhe falarem pelos indígenas. Queria falar sempre com eles sem a habitual distância e reverência institucionalizada do “preto” para com o “branco”. Isso tornou-se-lhe um problema na relação com os grandes proprietários e produtores de ambas as colônias. Principalmente quando adicionava pretensões moralistas. Nas visitas que fez a unidades produtivas (agrícolas e mineiras), percebe-se porque terá, efetivamente, ganho a fama de “negrófilo”. Fazia perguntas incômodas e observações insuportáveis para muitos colonos. No Dundo, ao visitar a exploração da Companhia de Diamantes (Diamang), levantou dois problemas: porque foi a companhia dispensada da entrega da vestimenta semestral aos contratos? Se os “chamados voluntários são em grande número (talvez já a maioria) como é que recebem salário inferior aos contratados?” Isto apesar da “impressão muito boa. Serviços de saúde modelares onde há muito que aprender: aí põe-se efetivamente em prática o disposto na Reforma dos serviços de saúde.”¹⁶³³

Em Vila Péry, as fazendas europeias tinham boa imagem, eram mecanizadas e ricas em gado europeu. Mas “a mentalidade da maioria dos colonos na questão da mão-de-obra é quase escravagista (são homens de pouca cultura para quem o preto é máquina... a tratar sem jeito e com pouco combustível).” Perante um colono que “se queixou de falta de mão-de-obra, diz-me o administrador que fogem os pretos por maus tratos e violências e má alimentação. Ouvidos os chefes indígenas (entre os quais 2 rainhas) queixaram-se sobretudo de não terem terras para cultivar por os brancos lhes tirarem todas quantas prestariam. Perguntei ao administrador se não havia reserva indígena: há, mas longe e de terra fraca.”¹⁶³⁴

Numa audiência com as companhias, em Quelimane, MC percebeu pela primeira vez, em África, os limites para desafiar *poderes* económicos: “assuntos versados: mão-de-obra e circulação fiduciária (entrega de cambiais de exportação). Sobre o 1º ponto expus com a clareza que pude o meu ponto de vista sobre o qual discutimos – parecendo que o compreenderam e aceitaram.”¹⁶³⁵ Na mesma região resolveu surpreender as operações de recrutamento do pessoal para a “Serra Sugar”, “cujo recrutador (presente) é um médico, Beleza dos Santos! Chamo o intérprete e pergunto se os homens sabem para onde vão:

¹⁶³³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.5 (06/45 – 11/45).

¹⁶³⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.36 (06/45 – 11/45).

¹⁶³⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.41v (06/45 – 11/45).

ignoram. Se gostam de trabalhar: que sim. Vejo crianças à espera. Mando chamar um. Pergunto se sabe para onde vai, não sabe, quer apenas acompanhar o pai que vai colimar (cultivar os campos). Terá 12 anos talvez. Há mais. O administrador agita-se em explicações; o governador da província afirma que os pretos são uns mentirosos... [...] Em Mocuba enquanto na estação espero o resto da comitiva, o régulo, enchendo-se de coragem, apresenta-me os seus desejos: uma escola e barateamento da vida.”¹⁶³⁶

Entre Malange e Saurimo, os indígenas falaram-lhe “contra a obrigatoriedade da cultura de algodão na baixa, alegando que causa a fome nas sanzalas”. Confirmando os relatórios de Galvão. De seguida, “conversando em Saurimo com os funcionários administrativos tanto daqui como do Cassai, apurei o seguinte parecer: o quioco da região não gosta de trabalhar, e em Cassai nem sequer as mulheres trabalham; pois aí os povos, cada vez mais depauperados, vivem de ratos, de mel e de raízes como os bosquímanos.”¹⁶³⁷ Em Tete voltou a causar incomodo, desta feita publicamente: “o aspeto da vila é pobre, árido e triste. Digo na praça local algumas palavras confortantes e ao referir-me á situação dos indígenas a assistência (filas de trás) aquece.”¹⁶³⁸ Sem sair de Tete, “os indígenas queixam-se de ser roubados pelos monhés. Queixam-se do trabalho das mulheres nas estradas. [Pedem] Armas para caça.”¹⁶³⁹ Na região de Gabela, “visita às roças do Amboim. Problema do tratamento do indígena. Hospital bom, mal apetrechado e sem luz!”¹⁶⁴⁰

Quais eram as principais aspirações dos indígenas? Antes de partir de Quelimane ouviu os régulos: “Querem pouca coisa: que se persiga a caça, que os deixem ter dois ou três auxiliares e que lhes deem “criação de portugueses”, como um deles – o mais velho e de mais prestígio – me disse, e ele queria significar com isso o pedido de consideração, o pedido para serem tratados e dignificados como portugueses.”¹⁶⁴¹

Onde isso tendia a acontecer, mesmo na lógica colonialista, não existiam problemas. Como na plantação de tabaco de Manuel Junqueira, em Nipiodi, com quatrocentos indígenas empregados: “Junqueiro trata-os bem, tem boa fama. *Não tenho dificuldade de mão-de-obra*, declara.”¹⁶⁴² No início da visita a Angola, a Estação Agrícola do Casengo também lhe parecerá “superior à expectativa”.¹⁶⁴³ Em Duque de Bragança, os indígenas tinham “saúde e

¹⁶³⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.48-49 (06/45 – 11/45).

¹⁶³⁷ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.3 (06/45 – 11/45).

¹⁶³⁸ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.39 (06/45 – 11/45).

¹⁶³⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.32v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁴⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.71 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁴¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.44 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁴² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.44 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁴³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.1 (06/45 – 11/45).

prosperidade” e “só pediram a permanência do administrador.”¹⁶⁴⁴ Na reflexão sobre o problema da mão-de-obra, no relatório final, afirmaria a necessidade de “uma grande transformação na mentalidade patronal e no regime de trabalho. Sem que os proprietários se resolvam a atrair a mão-de-obra por meios de vantagens reais e visíveis, será muito difícil disporem de trabalhadores em número suficiente e de qualidade satisfatória.”¹⁶⁴⁵

Quando MC concluía no Lobito a “visita às instalações dos indígenas”, “um esforço que começa quanto a alojamentos”¹⁶⁴⁶, Galvão escrevia-lhe do norte de Angola. Já se tinham encontrado pelo menos uma vez durante esta viagem, em Marita. Dizia na missiva sentir-se “desolado” após reunião com a Comissão encarregada de estudar com ele a “questão da mão-de-obra”: “mal-empregado tempo e mal-empregado trabalho. A mediocridade dos resultados (?) é aflitiva – e reflete como era de esperar a mediocridade não menos aflitiva do funcionalismo da Colónia. Lamento o governador-geral que tem de trabalhar com tal matéria-prima.” Esta conjuntura estaria a contribuir para o surgimento de “novos casos” preocupantes, nomeadamente no âmbito da Junta dos Algodões: “a obra social da junta agora alimentada por receitas novas – e o caso alarmante da maneira como está trabalhando a nova fábrica de tecidos. Esta está a fabricar mais um desastre aparatoso e que a desenvolver-se como se esboça comprometerá o prestígio do Estado.”¹⁶⁴⁷ Era o resultado de se olhar para os indígenas como a “galinha dos ovos de ouro” do sistema colonialista.¹⁶⁴⁸

Para lá da questão do trabalho indígena, destacam-se dois aspetos. O primeiro consiste na constatação, por parte de MC, de que quando havia perseverança e trabalho honesto, os mecanismos legais podiam funcionar. Foi o que concluiu na visita ao Chimoio: “Sucesso da colonização do Chimoio: sobretudo graças ao crédito agrícola e à organização da companhia dos cereais.”¹⁶⁴⁹ O segundo prende-se com a exploração mineira (em especial as zonas auríferas e diamantíferas). Após visita ao campo mineiro no Alto Ligonha, questionou-se: “como explorar o filão? Em regime de pequena empresa, para facilitar o estabelecimento de colonos? Ou em regime de concessão a uma grande empresa? As pequenas empresas não têm capital, nem técnicos, nem apetrechamento e em geral exploram até ao esgotamento imediato, sem plano e sem futuro.”¹⁶⁵⁰ Fizera reflexão semelhante aquando da visita a uma unidade da Diamang: “Pode dizer-se que os principais problemas africanos são considerados e atacados

¹⁶⁴⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n°1, fl.2 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁴⁵ AMC, cx.10, VMA, Objectivos da Viagem: n°1 – fls.14 (s.d. – Novembro/Dezembro de 1945).

¹⁶⁴⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n°1, fl.70 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁴⁷ AMC, cx.28, Correspondência/Galvão, Henrique Carlos Malta Galvão: n°17 (27/09/45).

¹⁶⁴⁸ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Lourenço, António, padre (alferes capelão do B.I. n°2, de Lourenço Marques): n°1 (20/08/45).

¹⁶⁴⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n°1, fl.37v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁵⁰ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n°1, fl.47 (06/45 – 11/45).

pela companhia na área da concessão. Só é melancólico pensar que todo o grande esforço de civilização está destinado a perder-se pelo abandono da região quando se esgotar a riqueza mineira. Será assim?”¹⁶⁵¹

2.1.3.6. A origem (*anti*) sistémica do *mal*: cultura e carácter

Durante a viagem, MC produziu duas reflexões íntimas absolutamente vitais para uma profunda compreensão de toda a sua vida pessoal e política. A primeira parece ter sido anotada no regresso a Lourenço Marques, após a visita à África do Sul. Escreveu então:

“O português na colonização. Problema de enquadramento técnico. Problema da honestidade comercial e do sacrifício do lucro imediato ao sucesso firme e final. Espírito de enriquecimento rápido. Urbanismo: os filhos dos agricultores são doutores (o doutorismo clássico da nossa terra). (Onde a questão da Universidade e da escola portuguesa e o problema dos educadores). O progresso, a cultura e a imaginação. Temos a imaginação devaneadora – falta-nos a imaginação criadora, que é a fecunda.

De como colocamos sempre o centro do progresso coletivo e do nosso próprio sucesso individual nos outros. Daí, em vez do exame de consciência e do espírito de reforma e aperfeiçoamento de nós mesmos, sempre a ideia de uma reforma social e política. Ora enquanto os homens não forem melhores há-de sempre ser necessário fazer mais leis e ter mais barreiras.”¹⁶⁵²

No relatório final não deixou de reproduzir esse pensamento, como as demais impressões colhidas: “raro é o europeu que procura os trópicos com outra ideia que não seja enriquecer. O dinheiro e tudo o que a ele conduz e se refere, assume assim um prestígio e uma sedução demoníacas. [...] A mentalidade puramente gananciosa de muitos dos que depois deles ficaram” desafiava a construção duma “humana e justa legislação sobre trabalho dos indígenas.”¹⁶⁵³ Uma ideia reforçada pelo impacto duradouro da figura de Smuts¹⁶⁵⁴ –

¹⁶⁵¹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.5 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁵² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.23v (06/45 – 11/45).

¹⁶⁵³ AMC, cx.10, VMA, Objectivos da Viagem: nº1 – fls.10-13 (s.d. – Novembro/Dezembro de 1945).

¹⁶⁵⁴ Recorde-se a citação de Smuts em CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.60.

“primeira impressão de Smuts, boa. Vivo, fresco, espirituoso e bondoso” – e sua visão do mundo:

“Confessou-se individualista e seriamente preocupado perante os problemas do futuro. *A Europa, cabeça e centro do mundo está diminuída, empobrecida e arruinada – vai ter nos próximos anos gravíssimos problemas a defrontar; mas a América ainda os terá piores. Estive há dias na Itália onde disse aos membros do governo*¹⁶⁵⁵: *os senhores aqui estão numa situação difícil, porque se encontram perante os graves problemas da pobreza, mas eu venho dos Estados Unidos onde vi desenharem-se outros problemas ainda mais graves, os problemas da riqueza. A avidez de bem-estar de toda a gente cria um nível de vida geral impossível de sustentar, seja por que país for. Essa é a mais melindrosa questão do porvir. Espalhou-se em considerações sobre a mais grave crise da história do mundo que vai necessariamente surgir dentro dos próximos 50 anos – porventura dentro de 20 ou 30, e que será uma catástrofe terrível.*”¹⁶⁵⁶

O segundo texto foi escrito no final da viagem, em Luanda.

“Aqui [Angola] como em Moçambique o Ministro é recebido como Messias – a visita como descida redentora.¹⁶⁵⁷ Chovem exposições, reclamações e memoriais sobre pretensas injustiças e aspirações insatisfatórias: foram numa e noutra costa às centenas e a maior parte versando coisas sucedidas há anos. Toda a gente tem qualquer coisa a pedir ao Estado e a esperar do Estado. O colono (*latu sensu*) considera um sacrifício pela pátria a sua presença em África que só por si merece apoio, gratidão e amparo. Os piores males que porém me parece eivarem a colonização (como a vida social inteira¹⁶⁵⁸) portuguesa, são a falta de cultura e a falta de carácter. Chamo falta de carácter à inexistência nos homens, em geral, de um sistema de princípios morais e de crenças que os orientem e regulem na sua conduta individual. Os portugueses hoje não têm este carácter. E não têm cultura. Até mesmo (e talvez sobretudo) os das elites são espantosamente incultos – das coisas técnicas e das coisas gerais, sem o sólido assento duma preparação fundada em qualquer dessas disciplinas de espírito, as línguas mortas ou as matemáticas, e sem iniciativa, engenho, visão. Que destino nos reserva o futuro

¹⁶⁵⁵ O primeiro governo da “nova Itália”, liderado por Ferruccio Parri, do Partido de Acção, formado após um amplo acordo com comunistas, socialistas, liberais, democratas cristãos e trabalhistas.

¹⁶⁵⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.27 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁵⁷ Um quarto de século depois, nada tinha mudado:

“Senhor Professor, pois diga-se o que se disser, é patente que Portugal há muito não tem chefes à altura. [...] Seja V.ª Ex.ª o Messias que ele há tanto tempo espera. E V.ª Ex.ª pode sê-lo, se quiser.” ¹⁶⁵⁷ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): n.º1 (17/02/71).

¹⁶⁵⁸ Comentário, em Lourenço Marques, sobre a revista à portuguesa: “Claro: a revista como em Portugal – muitas piadas com duplo sentido grosseiro, muita crítica derrotista, muito sentimentalismo piegas com faduncho à mistura. Mas nós somos assim mesmo e aqui é Portugal...” AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: n.º1, fl.30v (06/45 – 11/45).

no mundo [...] se não estamos apetrechados para a concorrência no domínio da economia, da técnica ou da política?”¹⁶⁵⁹

Subjaz a ideia de que uma mudança coletiva só é efetiva quando precedida por uma mudança individual, um processo endógeno e não por constrangimento exógeno. Daí a necessidade, segundo MC, de um “sistema de princípios”. Embora não fosse candidamente otimista. Em Maio de 1944, numa conferência na Associação Comercial de Lisboa, afirmava que se havia “constante da História em que [ele] acredite a olhos cegos é a natureza humana. A guerra não transformará nem melhorará a natureza humana.”¹⁶⁶⁰

A complementaridade necessária entre o legalismo tão caro a MC, que tem por objetivo impor o *padrão*, e a *virtú*, que convida a assumir esse mesmo *padrão*, remeterá, ainda segundo a mesma linha de pensamento, para duas limitações do discurso ideológico: a ausência de credibilidade provocada pela secundarização do “sistema de princípios” e a impotência de qualquer “sistema político” perante os caracteres individuais.¹⁶⁶¹ Convertendo-se as proposições em interrogações existencialistas, qual o sentido dum debate ideológico entre sistemas divergentes protagonizado por entidades com a mesma ausência de “cultura” e “carácter”? Poderá algum sistema político-ideológico resistir à “índole” de um “povo”?

¹⁶⁵⁹ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.72 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁶⁰ CAETANO, Marcello, *Predições sem profecia sobre reformas sociais*, Lisboa, 1945, p.8.

¹⁶⁶¹ No prefácio a uma obra de 1963, MC escreveu:

“É esse mesmo calor humano que põe na evocação de figuras como Maximiano Lemos ou Abel Salazar. Nas páginas que lhes dedica não se limita a traçar biografias ou a narrar episódios: palpita nelas uma emoção feita de veneração e de estima que atrai o leitor à melhor compreensão dos mestres evocados. E é de compreensão que estamos carecidos neste País onde os homens se acham tão divididos e onde é tradição (infeliz e malfadada tradição!) esquecer ou denegrir quantos conseguem levantar a cabeça alguma polegada acima do mar da mediocridade.

O dom de admirar constitui um traço de generosidade do espírito, sinal de estar isento da mesquinhez de carácter que nega sistematicamente aos outros aquilo que se não encontra em nós. Que só se admire o que é admirável, decerto. Admirar qualidades medíocres é a condenação ao destino charro da mediania moral. Mas que não sirvam de obstáculo a essa forma de comunhão humana a divergência ideológica ou os contrastes temperamentais. Para além do que separa os homens há largos campos abertos ao entendimento dos espíritos e até ao encontro das sensibilidades e dos afetos. A atitude do autor perante Abel Salazar o prova uma vez mais.” LIMA, Fernando de Castro Pires de, *Manta de Retalhos*, Portucalense Editora, 2ª edição, 1963, prefácio (s. nº de p.).

III CAPÍTULO – *Do Ministério das Colónias para o Governo: 1946/47 – 1971/74*

3.1. Confrontos estruturais

3.1.1. *A mentira do país católico*

3.1.1.1. *Acordo Missionário: nem nacional, nem missionário?*

Assim como o fizera em relação à MP, o cardeal Cerejeira não perdeu tempo em elucidar o jovem ministro das Colónias sobre as coordenadas a seguir no “que respeita ao acordo missionário” e no “que respeita à proteção do Indígena”.¹⁶⁶² A hierarquia católica reivindicava o seu papel intermediador. Visto prospectivamente, chega a parecer caricato. O que (não) terá visto Cerejeira na sua visita a África? Decerto não se pode ignorar o contratempo sofrido pelas missões católicas durante a 1ª República, mas não justificava a sua “decadente” distância em relação às protestantes, menos atingidas pelo anticlericalismo republicano devido às convenções internacionais assinadas pelo estado português. A Concordata e o AM datavam de 7 de Maio de 1940. A Constituição de 1933 já havia ultrapassado uma década.

Precisamente os art.º X da Concordata e 7º do AM determinavam a obrigação de a SS consultar o governo português sobre possíveis “objeções de carácter político geral” em relação aos nomeados para os altos cargos eclesiásticos. Num desses possíveis casos, ao que tudo indica para África, MC transmitiu de Angola (por telegrama) a seguinte opinião: “não conheço pessoa indicada mas trago tão má impressão coisas missionárias de África que julgo bom seria apurar melhor possível suas qualidades. Se porém há muita urgência e interesse político investidura, seja quem Deus quiser!”¹⁶⁶³

Em Novembro de 1945 colocara-se a questão da nomeação de um cardeal para África, a ter lugar no primeiro consistório pós-guerra, a 16 de Fevereiro 1946. A opção recairia num representante ultramarino português, por comunhão de vontade de ambas as partes. Enquanto a escolha ainda balanceava entre D. José da Costa Nunes, patriarca de Goa, e D. Teodósio

¹⁶⁶² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cerejeira, D. Manuel Gonçalves, cardeal-patriarca de Lisboa: nº6 (17/11/44).

¹⁶⁶³ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº102 (03/10/45).

Clemente de Gouveia, arcebispo de Lourenço Marques e candidato efetivamente escolhido, MC emitiu a sua opinião:

“*Cardeal ultramarino*. Estive ontem com o Patriarca de Goa que me contou como foi chamado a Roma «para se mostrar» (diz ele) e como procurou afastar de si o chapéu cardinalício que reverteria a favor do arcebispo de Lourenço Marques. Apresso-me a exprimir a V^a Ex.^a o meu receio de que esta solução se verifique. Monsenhor Gouveia – que há muitos anos conheço¹⁶⁶⁴ – não me parece com categoria e de obra que justifiquem esta dignidade excepcional. Sei que, ao contrário de D. José, a deseja e fará o possível por obtê-la, manobrando as suas velhas relações romanas: mas a verdade é que a obra missionária da sua diocese está errada, eivada de espírito materialista, e não vejo nele aquela largueza de vistas, aquela superioridade de ânimo, aquela generosidade de coração que admiro no Patriarca de Goa. Julgo assim que a elevação ao cardinalato do arcebispo de Lourenço Marques redundaria em desprestígio aos olhos da própria opinião colonial – pois até sob esse aspeto só em Goa há ambiente para venerar, respeitar e apreciar a presença de um cardeal. Eis o meu voto que, aliás, não foi pedido.”¹⁶⁶⁵

A denominação de “bispos missionários” podia ser “um lugar-comum do discurso social português”¹⁶⁶⁶, mas não era pacífica. Os órgãos oficiais e oficiosos da SS divulgaram a nomeação de D. Teodósio como sendo o “Cardeal Missionário”. Isso parece ter indignado muita gente, incluindo MC. Monsenhor José de Castro, consultor eclesiástico da Legação Portuguesa junto da SS, chefiada por António Carneiro Pacheco, apreçou-se a pôr água na fervura. Um mês depois da nomeação escrevia a MC dizendo-lhe que não era “Cardeal Missionário”, era “Cardeal Nacional, Cardeal Nacional”.¹⁶⁶⁷ Possivelmente não era uma nem outra coisa.

¹⁶⁶⁴ CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa, 2006, pp.407-410. Sem ser regra nem exceção, MC deixa nas *memórias* uma imagem diferente de D. Teodósio da que tinha então, recordando como o conheceu.

¹⁶⁶⁵ ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1993, pp.165-166.

¹⁶⁶⁶ MATOS, Luís Salgado de, *Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos*, em *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1^o-2^o), p.344.

¹⁶⁶⁷ AMC, cx.22, Correspondência/Castro, José de (consultor eclesiástico da Legação Portuguesa junto da Santa Sé): n^o7 (26/03/46).

3.1.1.2. Da *boa vontade* ao confronto

Apesar de tudo, a atitude de MC à frente do MdC foi de total colaboração com a igreja de Roma¹⁶⁶⁸, conservando parte da expectativa positiva que havia antes da viagem.¹⁶⁶⁹ Do ponto vista pessoal, notou-se claramente uma diferença nos contactos do período anterior¹⁶⁷⁰ para o período pós-viagem¹⁶⁷¹. Por ocasião do falecimento do pai de MC, em Janeiro de 1946, apenas um elemento da hierarquia (intermédia) católica lhe transmitiu os pêsames por escrito.¹⁶⁷² Mas o mais relevante era o contacto institucional e esse manteve-se praticamente inalterado.¹⁶⁷³ A igreja e as suas principais instituições iam obtendo boa parte dos apoios financeiros que pediam, sobretudo se fossem canalizados para obras de manifesto valor social. Esse foi o caso da construção do Dispensário Antituberculoso pela Santa Casa da Misericórdia de Lourenço Marques, para o qual recebeu uma dotação orçamental de 500 000\$00.¹⁶⁷⁴ Em 3 de Julho de 1946, MC publicou o Decreto nº35 730, que determinava a cedência, em Angola (Silva Porto), das fazendas “Entre-os-Rios” e “Vila Junqueira” para

¹⁶⁶⁸ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº6 – anexo 1 (23/05/46). Cópia da carta enviada por Lopes Alves a D. Teodósio: “Vossa Eminência é hoje recebido em Luanda, cidade vetusta de S. Paulo da Assunção, com consciente admiração por Sua obra de Evangelizador, com respeitosa estima por Sua qualidade de grande português e com grato desvanecimento pela excelsa dignidade a que ascendeu, honrando Portugal. [...] Transcendendo as honras de que pode dispor o poder temporal, quis Sua Santidade abençoar-nos o fervor missionário em terras africanas, com escolha de Prelado Português para representação do Sagrado Colégio no Continente Negro.”

¹⁶⁶⁹ “14. Missões religiosas – os capelães nomeados para a expedição, e que devem seguir em qualquer hipótese, acumularão com o encargo da assistência religiosa das forças expedicionárias a atividade missionária logo que desembarquem em Timor.

Deverão ser-lhes dadas todas as facilidades para este efeito, sabido o tradicional respeito que os indígenas de Timor tributam às missões católicas e o poderoso auxilio que delas se pode, conseqüentemente, esperar para a obra de pacificação, normalização e reaportuguesamento de Timor.” AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº18 (s.d.).

¹⁶⁷⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Bento Júnior, D. António, arcebispo primaz de Braga: nº1 (31/05/43), nº2 (02/01/45). AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Vidal, D. João Evangelista de Lima, arcebispo-bispo de Aveiro: nº1 (04/01/45) – apreciou o livro de MC, *Por amor da Juventude*. AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Fonseca, D. António Valente da, bispo de Vila Real: nº1 (30/04/45) – apreciou o livro de MC, *Por amor da Juventude*. AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gouveia, D. Teodósio de, arcebispo de Lourenço Marques: nº1 (16/03/45).

¹⁶⁷¹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Faustino, D., bispo de Cabo Verde: nº1 (25/12/46). AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Sousa, D. Gabriel de, abade (Ordem de S. Bento, Abade do Mosteiro de S. Bento de Singeverga): nº1 (14/01/49). AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gomes, D. António Ferreira, bispo do Porto: nº1 (09/04/55). AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Antunes, D. António, bispo-conde de Coimbra: nº1 e nº2 (1956).

¹⁶⁷² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Santos, César F. dos, cónego da Sé de Coimbra (?): nº1 (30/01/46).

¹⁶⁷³ AMC, cx.57, Correspondência/Université Catholique de Louvain: nº1 (18/02/46) – agradece o envio de livros por parte de MC, em nome do governo português, dado a biblioteca ter sido destruída durante a guerra; nº2 e 3: convites para participação de MC em conferências académicas. AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Varzim, Abel, padre (Assistente Geral da Liga Operária Católica): nº1 (03/02/46), nº2 (22/04/46).

¹⁶⁷⁴ AMC, cx.50, Correspondência/Santa Casa da Misericórdia de Lourenço Marques: nº1 (10/12/45).

missões católicas. A 23 de Setembro (portaria nº11 495) abriu um crédito especial de 527 150\$ destinado a satisfazer os encargos assumidos com as imagens para a catedral de Nova Lisboa. Por isso também as ordens menores, muito apreciadas por MC, não deixavam de reconhecer as “atenções recebidas” do ministro das Colónias.¹⁶⁷⁵

Quando partira para a viagem, MC já levava consigo o esboço do projeto de decreto sobre o casamento nas colónias. Durante a primeira estada em Luanda, no encontro de dia 15 de Julho com o vigário geral da Arquidiocese, monsenhor Cunha, entregou-lhe o projeto “pedindo-lhe que os prelados [dessem] o seu parecer no [seu] regresso” à cidade.¹⁶⁷⁶ Não se sabe a influência que os prelados tiveram no desenho final do Decreto nº35 461, de 22 de Janeiro de 1946. Mas sabe-se que foi muito apreciado no Vaticano, contra as reduzidas expectativas: “assisti ontem na Nunciatura a um jantar organizado em honra do Sr. Cardeal patriarca e minha. Falou-se muito no Decreto agora publicado pela pasta de V. Ex.^a, estabelecendo o novo regime matrimonial nas Colónias. Monsenhor Ciriaci [Pietro, núncio apostólico em Lisboa] apreciou-o muito favoravelmente, não fazendo mistério de que saiu muito melhor do que esperava. Disse que o Decreto não é perfeito mas que revela indiscutivelmente, de parte de V. Ex.^a muito boa vontade e um espírito conciliador.”¹⁶⁷⁷

O Decreto atendia “à existência de uma grande massa de população indígena com estatuto civil muito diferente dos europeus e assimilados, às grandes distâncias entre os núcleos populacionais e entre as missões, com a conseqüente repercussão nos prazos do processo matrimonial, e às especialidades de organização do registo civil, entre outras razões que impuseram a elaboração de um decreto privativo para o Império Colonial Português.” Ou seja, a orientação seguida foi no sentido de “a aproximar tanto quanto possível do que vigora na metrópole o regime jurídico do casamento canónico dos elementos civilizados residentes em território colonial, facilitando porém ao máximo a ação das missões religiosas quanto à população indígena.”¹⁶⁷⁸

Dias depois da publicação do Decreto, MC iniciou um discreto périplo pelas instituições responsáveis pela formação missionária. Não se limitou a observar os problemas, empenhou-se na sua resolução.¹⁶⁷⁹ O bispo de Limira (Moçambique), D. Joaquim Rafael Maria da Assunção, assim que soube da notícia apressou-se a escrever: “É intenção de V.

¹⁶⁷⁵ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias: nº1 (s.d. 44 – 47).

¹⁶⁷⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.6 (06/45 – 11/45).

¹⁶⁷⁷ AMC, cx.56, Correspondência/Tovar, Conde de (embaixador de Portugal junto da Santa Sé; secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº1 (25/01/46).

¹⁶⁷⁸ *Diário do Governo*, I Série, nº15, 22 de Janeiro de 1946, pp.43-44.

¹⁶⁷⁹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Alves, Manuel, padre (Congregação de S. Francisco de Sales): nº1 (26/08/46). Sobre as possibilidades de resolução do “problema dos salesianos”.

Excelência visitar as casas de formação missionaria portuguesas. Bem-haja por isso.” O inusitado agradecimento, a abrir a missiva, tinha um propósito: “Desde há muito tempo que se espera o deferimento do pedido feito ao governo para que lhe seja devolvido [à Congregação das Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas] o edifício situado no Campo das Carvalheiras da cidade de Braga, que foi da Congregação e dele precisa agora para nele estabelecer o seu noviciado, cuja necessidade é urgente. [...] É de interesse imperial!”¹⁶⁸⁰

As visitas prolongaram-se, pelo menos, até Abril desse ano. No dia 19, MC foi “privadamente” “ao seminário das Missões de Cucujães”, dirigido por D. Manuel Maria Ferreira da Silva, bispo de Gurza e superior geral da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas.¹⁶⁸¹ Prelado que em 1943 publicara no Boletim Geral das Colónias uma longa exortação, dirigida não aos missionários, mas ao funcionalismo colonial, particularmente aos alunos da Escola Superior Colonial: “Conselhos práticos a futuros funcionários coloniais”.¹⁶⁸² No entanto, exortações em sentido contrário não pareciam ser bem recebidas.

Da mesma forma, a constante “boa vontade” era esquecida sempre que saía algo menos agradável da parte do ministro, por muito justificado que fosse. Esse foi o caso do Decreto nº35 558, de 27 de Março de 1946. Segundo o art.º 180º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, as despesas do Padroado do Oriente constituíam encargo do orçamento geral do estado português. Em 1946 essas despesas ascendiam a 2 000 000\$00. No entanto, MC detetou duplicação injustificada de verbas: “Compreendendo a referida instituição todos os serviços de carácter religioso descritos no Estatuto Orgânico das Missões do Padroado na Índia, de 23 de Março de 1925, não se justifica, em face da apontada situação legal, que no orçamento do Estado da Índia continue a inscrever-se verba para encargos culturais.”¹⁶⁸³

Daí a dura crítica de MC, partilhada com o arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro:

“Quanto poderia a Igreja realizar neste sentido se tivesse muitos educadores como V.^a Ex.^a Rev.^{ma}! Da minha experiência da Mocidade Portuguesa trouxe um travo amargo causado pelo que vi da parte de certos homens da Igreja, sua conceção educativa, sua compreensão do apostolado. Em vez do fogo evangelizador, da preocupação da conquista e defesa das almas, – encontrei muitas vezes meras considerações de pequena política clerical, os preconceitos do

¹⁶⁸⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Assunção, D. Rafael Maria da, bispo de Limira: nº1 (01/02/46).

¹⁶⁸¹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gurza, Bispo de (D. Manuel Maria Ferreira da Silva): nº1 (04/05/46).

¹⁶⁸² *Boletim Geral das Colónias*, Vol. XIX – 220, 1943, p.202 e segs.

¹⁶⁸³ *Diário do Governo*, I Série, nº65, 27 de Março de 1946, p.190.

prestígio nas massas, o amor das fórmulas oficiais, a preferência pela mentira do país católico e não pela formação de um país de católicos. Por mais que se diga, há ainda em muitos homens da Igreja a paixão das coisas temporais, o gosto pelo Poder civil, suas pompas e vãs grandezas, e o esquecimento de que o reino de Deus não é deste mundo.”¹⁶⁸⁴

A questão da concessão de vistos a missionários estrangeiros, bastante condicionada pelo estado português, serviu de pretexto para “uma escaramuça” entre o MNE português e o secretário da SS para os Negócios Eclesiásticos Extraordinários, monsenhor Tardini: “Como V. Ex.^a verá, não se fez qualquer alusão ao caso da Consolata. [sic] Pareceu-me preferível não misturar as duas questões – o que teria por efeito azedar a primeira e dar a impressão de que toda a nossa argumentação acerca dos vistos só tem por objetivo dificultar a entrada dos missionários da Consolata. Depois de estar em funcionamento normal o processo estabelecido pelo despacho de V. Ex.^a de 15 de Março último, ficaremos em melhor situação para, se V. Ex.^a quiser, levantar o caso da Consolata.”¹⁶⁸⁵

O cuidado do lado português não foi correspondido pelo secretário da SS: “Quero ainda comunicar a V. Ex.^a, como simples informação, que Monsenhor Tardini aludiu, incidentalmente, mas com certa indignação, ao facto de V. Ex.^a ter elogiado publicamente as missões protestantes. Disse que V. Ex.^a devia lembrar-se de que essa organização protestante, que admira, assenta numa grande superioridade de recursos financeiros, e que V. Ex.^a tem na sua mão melhorar a organização das missões católicas aumentando-lhes os recursos.”¹⁶⁸⁶

MC não se ficou sem resposta: “Da informação que V. Ex.^a me dá sobre as observações de Mons. Tardini, vejo que alguém tece intriga na Santa Sé contra o Ministro das Colónias: essa intriga vem, naturalmente, dos prelados do Ultramar mas não me atrevo a supor de quais. [...] Quanto à indignação de Mons. Tardini por eu ter elogiado publicamente as missões protestantes pode V. Ex.^a acalmá-la na primeira oportunidade dizendo-lhe: 1º não fiz qualquer elogio público das missões protestantes, fora das palavras de cortesia e agradecimento proferidas em duas missões por ocasião da visita que lhes fiz; 2º se o tivesse feito, estava no meu pleníssimo direito porque acima do meu sectarismo católico estaria o meu dever cristão de justiça.

¹⁶⁸⁴ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Salgueiro, D. Manuel Trindade, arcebispo de Évora (assistente-geral da Acção Católica Portuguesa): nº2 (1945 – 46). Rascunho da carta enviada ao arcebispo, concluída da seguinte forma: “Aí tem V.^a Ex.^a Rev.^{ma} a razão por que tenho sempre seguido com admiração e carinho a sua obra, tanto a vivida como a escrita – e que tantos frutos produz! Possa V.^a Ex.^a Rev.^{ma} continuar a exercê-la com a mesma directa influência sobre a gente moça, de quem a cruz reitoral o deve certamente aproximar e não afastar.”

¹⁶⁸⁵ AMC, cx.56, Correspondência/Tovar, Conde de (embaixador de Portugal junto da Santa Sé; secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº2 (28/06/46).

¹⁶⁸⁶ Ibidem.

É claro que não tomo a responsabilidade de a mandar construir.¹⁶⁸⁷ E o mais curioso é que, por ocasião da minha passagem por Nova Lisboa, o próprio Bispo reconheceu o desacerto do projeto e a inconveniência de pô-lo em prática! Só falta agora que o Bispo de Silva Porto também se queixe por eu não lhe mandar construir o Paço que me anda a pedir, com vinte quartos de dormir e um museu missionário!”¹⁶⁸⁸

3.1.1.3. *Treino enorme de hipocrisia*

O problema dos vistos prolongou-se até ao governo de MC, que demonstrou perseverança numa aproximação a uma política de equidade entre católicos e não católicos, reconhecida por elementos de ambos. Os testemunhos de dois padres evidenciam o quanto a saída de MC da pasta das Colónias abalou as perspetivas de evolução das missões. O primeiro, salientou o “desapontamento ao ter conhecimento de que V. Ex.^a deixa o MdC. Certamente que o Sr. presidente do Conselho deve ter tido motivos de muito peso para assim proceder; mas a passagem de V. Ex.^a por aquela pasta, assinalada por diplomas de tão alto valor, deixava-nos esperar a continuação e a persecução, pois tanto há ainda a fazer. No aspeto missionário não sei se não iremos perder e muito. Desconheço o pensamento do novo ministro e o seu valor. É de crer que venha continuar a obra de V. Ex.^a e oxalá que a bem da nossa África e das nossas missões.”¹⁶⁸⁹ O segundo alinhava pelo mesmo discurso, expressando o “agradecimento que nos vai no coração pelo muito que pela nossa Corporação fez durante os anos que dirigiu tão prestigiosamente a pasta das Colónias; creia V.^a Ex.^a, que entre nós, é lembrado com verdadeiro carinho e amor, pois além dos favores concedidos teve a gentileza de visitar os nossos Seminários Apostólicos. Nós lamentamos, no nosso interior, que V. Ex.^a tenha deixado o MdC, pois se a causa missionária muito tinha de V.^a EX.^a, muito mais esperava ainda receber.”¹⁶⁹⁰

¹⁶⁸⁷ A futura sede episcopal de Nova Lisboa, para a qual monsenhor Tardini tinha pedido, através do conde de Tovar, mais donativos do governo. Idem: nº2 – anexo 1 (26/06/46). Relatório da conversa do embaixador com o secretário da SS.

¹⁶⁸⁸ Idem: nº3 (04/07/46).

¹⁶⁸⁹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Brásio, António, padre (missionário; historiador): nº1 (06/02/47).

¹⁶⁹⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Aguiar, Joaquim de, padre (representante da Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria): nº1 (posterior a 02/47).

Se do universo católico nenhuma “autoridade” parece ter lamentado a saída de MC, do espaço não católico verificou-se o contrário. O fundador e primeiro presidente da Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) prestou homenagem ao “carácter” político de MC, temendo pelo desvio de atuação após 1947: “Tive a honra de ser recebido por V.^a Ex.^a no MdC quando era presidente da Aliança Evangélica Portuguesa e representante das missões evangélicas em África. Procedeu então V.^a Ex.^a como nenhum Ministro de Estado, monárquico, parlamentarista ou autoritário, jamais procedeu com a humílima minoria cristã dissidente em Portugal, e eu desejo lembrá-lo com gratidão e lealdade ao ousar dirigir-me a V.^a Ex.^a para declarar que não sou já presidente da Aliança referida nem representante das missões, mas somente diácono da igreja Lusitana Evangélica, onde sinto poder equilibrar a ordem com a fé reformada. Sinto o dever de o declarar, visto ignorar desde há meses a orientação geral que se seguirá nas missões onde trabalham já bastantes portugueses, os quais em meu entender e desejo de português, devem ser o germe duma remota igreja cristã indígena autónoma e de outra mais próxima organização mista em que entrem elementos nacionais reconhecidos de algum modo idóneos pelo Estado.”¹⁶⁹¹

A questão da concessão de vistos a missionários estrangeiros parece ter sido marginalizada pela SS na assinatura do AM. Teria sido um erro de cálculo, baseado na suposição de que, na prática, se aplicaria apenas às demais confissões religiosas? Depois de décadas de estagnação, a formação de missionários “nacionais” estava, logicamente, muito atrasada. MC e o presidente do Conselho não ignoravam esse facto. Para Adriano Moreira o problema das missões protestantes era o facto de “fazerem política”¹⁶⁹², à luz do princípio de que “aquele esquema respeitável que ainda dominava a vida internacional anterior à última guerra mundial, e segundo o qual os governos eram sempre quem discutia entre si os interesses dos Estados respetivos, foi inteiramente ultrapassado.”¹⁶⁹³ MC estava bem informado.¹⁶⁹⁴ Mas a natural desconfiança em relação à “arte” de fazer política da SS não lhe

¹⁶⁹¹ AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, Eduardo Henriques (pastor da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (*anglicana*); fundador da Aliança Evangélica Portuguesa; professor no seminário evangélico; escritor e poeta): n.º1 (25/06/48).

¹⁶⁹² Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012.

¹⁶⁹³ MOREIRA, Adriano, *Competição Missionária*, Agência-geral do Ultramar, Lisboa, 1961, p.6. Conferência proferida no dia 22 de Janeiro de 1961, no anfiteatro principal da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na sessão de encerramento da semana de formação missionária. No mesmo sentido, ver o texto *Actualidade das Missões*, in MOREIRA, Adriano, *Batalha da Esperança*, Edições Panorama, Lisboa, 1962, pp.25-38.

¹⁶⁹⁴ “É que, das 11 sociedades missionárias que trabalham em Angola, a mais rica e influente é o American Board of Foreign Missions, que se fundiu com a United Church of Canada e operam em conjunto no Dondi e Lutamo, relativamente perto de Nova Lisboa, como V. Ex.^a se lembra, e no Bié, na Chissama. E são esses mesmos os mais “esquerdistas” do protestantismo, e assim os que mais pugnam pelo desenvolvimento das instituições políticas do indígena e para que este seja encaminhado para a independência. Outra missão perigosa

permitia concordar com a colagem portuguesa à política de intermediação católica, nem alinhar na ilusão de que “entre nós a ação missionária católica está indissolúvelmente comprometida com o patriotismo e tem de atuar no sentido de fazer coincidir a qualidade de cristão com a qualidade de português”.¹⁶⁹⁵

A indissociabilidade seria outra: na forma e não no conteúdo. Repare-se numa certa similitude entre o discurso oficial formalmente *apolítico* adotado por Cerejeira¹⁶⁹⁶ e o “pragmatismo” *apolítico* propagandeado pelo antecessor de MC. Não surpreende: a *influência* católica também foi determinante na sua formação. Daí as instruções de MC:

“Quando V. Ex.^a me permitiu convidar missionários estrangeiros deu-me instruções que desejo de todo cumprir. Uma delas era que os italianos não fossem muitos. Ora os que se destinam à zona norte de Quelimane são os padres do Sagrado Coração italianos. E aproveito a oportunidade para confirmar o pedido feito por telegrama no sentido de lhes ser concedido o visto a fim de virem de Roma para Lisboa e embarcar para cá. Os padres brancos que já estão em Lena são belgas e italianos. Há mais facilidade de aumentar o seu número com italianos que com belgas. Estou contente com os Capuchinhos suíços mas são poucos e de Portugal ainda não poderão vir, porque os não têm. Escrevi ao geral pedindo mais serviços e ele respondeu-me aflito dizendo que suíços não tem mas que põe ao meu dispor capuchinhos da província de Trento, italianos. E diz que estes padres são de muita experiência missionária, pois, tinham antigos e florescentes missões na Etiópia. E destes mandaria os que quisesse. Não quis pedi-los antes de ter o parecer de V. Ex.^a para não iniciar contactos e depois ter de os interromper com desprestígio para todos. Não é caso de ter receio, porque se tal se desse era eu o primeiro a não os convidar e a irradiá-los daqui se já cá estivessem. Serei implacável em casos desta natureza e a SS dá tais instruções.”¹⁶⁹⁷

é a Adventista do Lepi, também no Huambo. Nas eleições de 1949, por exemplo, a sua influência deu lugar a que os indígenas quisessem votar no general N. de Matos.” AMC, cx.58, Correspondência/Zanatti, Mário (governador (?)) da província de Benguela; Inspector-Geral dos Serviços da Administração da Zona Internacional de Tânger): nº2 (17/10/52).

¹⁶⁹⁵ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.157.

¹⁶⁹⁶ MATOS, Luís Salgado de, *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, in *Análise Social*, Vol. XXXVI (160), 2001, pp.811-818.

¹⁶⁹⁷ Em conclusão: “Além disso os padres do Sagrado Coração fundam este ano ou já fundaram uma casa na Madeira para missionários portugueses. Os Padres Brancos – os maiores missionários de África – deverão fundar também uma casa em Portugal para formarem missionários portugueses. Portanto os de uma e outra congregação serão dentro de alguns anos todos portugueses. Tudo isto é para consideração de V. Ex.^a. outras considerações se impõem por outro lado. Eu creio que é a prova providencial da África e, sobretudo, da África portuguesa. De toda a parte me chegam pedidos de escolas, de missões – pedidos feitos na maior parte por indígenas. Se não formos ao seu encontro perdê-los-emos talvez por muito tempo ou para sempre. Desculpe-me V. Ex.^a isto, mas é para bem. Aguardo o favor duma resposta rápida. Agradeço a V. Ex.^a ter concedido à Diocese a propriedade de Inhassunge.” AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Resende, D. Sebastião, bispo da Beira: nº1 (07/09/46).

Esta ferida permaneceu por cicatrizar. Marcava a correspondência regular de MC com o governador Vasco Lopes Alves.¹⁶⁹⁸ Em 1967, um missionário não católico analisava o “problema” com bastante ponderação, expondo a que seria a principal fragilidade do governo português em relação aos missionários estrangeiros. A transcrição é excepcionalmente longa, mas justifica-se.

“O ambiente desfavorável de que atrás falava pode definir-se assim chãmente [sic]: as autoridades portuguesas têm ciúmes da influência das igrejas, e ainda não souberam integrar os missionários num plano governativo cuidadosamente elaborado no âmbito dos princípios gerais da política ultramarina portuguesa. O seu esforço tem-se dirigido no sentido de concorrer com as missões na conquista da confiança do indígena. Ora, parece-me evidente que, posta a questão nestes termos, o Estado continua a perder, porque o Estado tem funcionários e não missionários. Os 120 000 contos, que se diz dar anualmente para as missões católicas, traduzem-se, assim, num investimento pouco lucrativo.

Por outro lado, os missionários também são homens. São vaidosos, orgulhosos, e, se lhes dá para a piedade, transferem para a missão o orgulho que é seu. Discretamente – e, por vezes, indiscretamente – vão mantendo o mito de que eles é que são bons, eles é que são os amigos, eles é que servem desinteressadamente o povo. Há casos excepcionais dos que não procedem desse jeito, como excepcionais são os casos de atuação positivamente hostil ao Estado. Dominante é uma procura *safada* de prestígio á custa do administrativo, e uma tendência para deixar fracassar os esforços sérios do Estado, em contraste com a eficiência própria. Há cabeças insufladas dos *novos ventos*; ainda se vê, vestida de ouropéis esfiapados (literalmente), a arrogância vitoriana; e, aqui e além, o dólar constrói os seus monumentos à eficiência americana. [...] O Acordo Missionário parece-me viciado duma reserva mental e, neste jogo, perde o Estado português, porque fica impedido de elaborar uma doutrina mais realista em ordem aos seus fins. Para a elaboração dessa doutrina, há que ter em conta que o Estado não pode evitar o missionário, e, por isso, não deve hostilizá-lo; deve é conquistá-lo, facilitando-lhe a missão, e veiculando, no processo, os elementos que permitam integrá-lo no prosseguimento dos seus fins.

¹⁶⁹⁸ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº14 (13/01/47). “Missões: não tem havido nada entre mim e os bispos. Pelo contrário, têm sido sempre atenciosos e estiveram todos a jantar cá em casa quando fizeram a reunião anual. Não propus aumento de dotações porque eles as não propuseram quando a fazenda consultou os serviços e, além disso, porque tinham sido substancialmente aumentadas por si no ano passado. Tenho um processo a correr (?) sobre afirmações dos chefes das missões do Bailundo e do Baixo Cunene, porque fizeram afirmações inconvenientes que entendi não dever deixar passar sem reparo”.

Estes fins devem ser fixados com largueza de vistas. Têm que ter grandeza, ser generosos, devem impor-se pelo poder convincente da verdade. *Só a Verdade vos libertará*, disse Jesus. Os religiosos, não sei por quê, têm um treino enorme de hipocrisia: detetam-na com muita facilidade. Ora eu encontro-me mais inclinado que nunca a pensar que a política ultramarina portuguesa comporta essas virtualidades de convencimento, assim os portugueses a compreendam, os órgãos legislativos a saibam traduzir em eficientes regras de direito, e a administração a aplique, com discernimento e isenção de influências vorazes, e um sagrado respeito pela legalidade.”¹⁶⁹⁹

Por outro lado, a vantagem duma interpretação literal, por parte da SS, do art.º 45º da Constituição – “é livre o culto público ou particular da religião católica como religião da Nação Portuguesa” – não facilitava uma leitura menos ambígua do art.º 8º (nº3) – “a liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico” – e do art.º 46º – o estado “assegura também a liberdade de culto e de organização das demais confissões religiosas cujos cultos são praticados dentro do território português”. O “sentido equívoco das palavras”, segundo expressão de Adriano Moreira, coitava a fusão entre “estado” e “nação” por parte das autoridades católicas e, por outro lado, conforme a interpretação jurídica experimentada por MC à frente do MdC, permitia a sua rigorosa separação.

Em Agosto de 1946, D. Sebastião de Resende justificava o pedido de concessão de mais vistos confundindo os interesses de Roma com os de Lisboa: “Os maometanos começam de entrar na província da Zambézia partindo do Niassa onde têm arraiais. Os protestantes esforçam-se por multiplicar as suas missões na mesma região. É preciso fazer barreira aos primeiros e antecipar-nos a tomar o campo aos segundos.”¹⁷⁰⁰ Pelo Natal, voltava a rogar a MC: “Venho também pedir, mais uma vez, a V. Ex.^a que, por amor destes pobres pretos, por amor de um Portugal maior, que me deixe vir os Padres Brancos e capuchinhos que há alguns meses pedi por intermédio do Sr. Governador-geral. Ao ver-se a infiltração protestante, maometana”. Como não fosse suficiente, apelou também ao seu coração: “eu sei lá se comunista também, e nós sem braços, inteligências e corações para lhe opor barreira! O que se me oferecia dizer sobre isto!” Por fim, recorreu à vaidade: “Apreste, Sr. Ministro, a

¹⁶⁹⁹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cabral, D. Daniel de Pina, bispo de Libombos (Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica – *anglicana*): nº4 (18/12/67).

¹⁷⁰⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Resende, D. Sebastião, bispo da Beira: nº1 (07/09/46).

concessão de sua entrada – exigindo embora todos os requisitos da lei – e V. Ex.^a construirá um período sem comparação na história das Colônias.”¹⁷⁰¹

Esse não era um combate de MC. O fascínio cultural que sentia pela realidade etnológica africana estendia-se, embora talvez em menor grau, à tolerância religiosa. Veja-se este apontamento da viagem por Moçambique: “Logo de manhã, em frente do palácio, uma multidão de maometanas, garridamente vestidas, entoavam um canto de boas vindas, letra e música do seu padre indígena [sic] – um preto que lê e escreve o árabe e se corresponde com os doutores de Meca sobre dúvidas do Corão. Embora o padre seja, pois, um nativo culto, e estilize em língua nativa louvores e graças, todavia reflecte nas suas trovas aquela opinião do mato que se forma sem sabermos como mas corre veloz de ponta a ponta a colónia e não sei se para além. Chamo os régulos a capítulo para saber das suas pretensões. Falam os mais velhos – antigos soldados, servidores dos antigos governadores ou dos serviços públicos, dois do tempo de Mouzinho,¹⁷⁰² que falam correntemente português, sabem dizer o que querem, o mais velho, com 78 anos, alfaiate de profissão, com olho esperto e sorriso fino. São os regedores dos bairros da cidade e queixam-se do baixo salário e do custo da vida.”¹⁷⁰³

Quatro anos depois da viagem, MC mantinha a relação de amizade com D. Sebastião de Resende e a posição: “Sinceramente agradeço a V. Ex.^a a carta que me enviou e as palavras que ela encerrava: as relativas à pastoral e as outras relativas às missões. Eu suponho que compreendo perfeitamente V. Ex.^a e só tenho pena que houvesse saído tão depressa do ministério e mais pena terei se não voltar a ele breve. Se eu pudesse ter uma conversa pessoal com V. Ex.^a sobre estes assuntos missionários, estou certo que chegaria a um perfeito acordo com V. Ex.^a pelo menos no que respeita a princípios gerais e até a processos de ação em particular. Há coisas com as quais eu não concordo desde o início de minha chegada aqui e se V. Ex.^a se recordar dos meus relatórios e se lesse os posteriores haveria de ver que eu sou neles duma rudeza franca e duma dureza de ferro. O deste ano atingiu o rubro. [...] Eu não sei o que desencantou V. Ex.^a nas missões das outras colônias, porque não as conheço. Talvez saiba os motivos desse desencantamento nas daqui. Se é aquilo que eu suspeito, não seriam necessários muitos rodeios para concordar com V. Ex.^a.”¹⁷⁰⁴

No sentido de agilizar e facilitar a ida de pessoal para a ação missionária no ultramar, MC promulgou o Decreto nº 48 959, de 10 de Abril de 1969. Este dava nova redação aos

¹⁷⁰¹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Resende, D. Sebastião, bispo da Beira: nº2 (23/12/46).

¹⁷⁰² Ver *As Campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos: prefácio e notas do Prof. Dr. Marcello Caetano*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias, 1947.

¹⁷⁰³ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.60 (06/45 – 11/45).

¹⁷⁰⁴ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Resende, D. Sebastião, bispo da Beira: nº3 (06/04/49).

artigos 1º e 2º do Decreto nº 39 590, que regulava a concessão de passagens de ida e de regresso, entre Lisboa e as capitais das províncias ultramarinas, aos superiores e visitantes canónicos de nacionalidade portuguesa que pretendessem visitar as missões confiadas às respetivas corporações missionárias e aos estudantes europeus e originários do ultramar que se destinassem aos seminários diocesanos do ultramar ou da metrópole.

3.1.1.4. Do ecumenismo à revisão constitucional

3.1.1.4.1. *Quem não é por nós*

Em 1946, após a conquista da Câmara de Roma pela esquerda, Pio XII assumiu a vanguarda da luta contra o “perigo vermelho”. No dia 22 de Dezembro desse ano proclamou sem rodeios: “ou com Cristo [quer dizer, SS] ou contra Cristo”. Três anos depois, em 1 de Julho, o Santo Ofício decretava a excomunhão de todos os que professassem a doutrina do “comunismo materialista” e colaborassem com organizações e membros de organizações comunistas. Mas a adesão ao catolicismo não beneficiou com essa opção. Por isso se determinou no Concílio Vaticano II a viragem “ecuménica”.¹⁷⁰⁵

Também em Portugal, a constatação, durante os anos 50, do insucesso do “essencial da estratégia eclesial” na cruzada pela “recristianização da sociedade portuguesa”¹⁷⁰⁶, acelerou a mesma opção. A mudança de atitude foi de tal forma célere que, pouco antes de MC assumir o governo em 1968 começara já a dar frutos junto das confissões protestantes: “Parece-me que, relativamente às Missões, se deveria abandonar a doutrina [por parte do estado

¹⁷⁰⁵ Em 1966, no artigo em que desmistificou a tese de que o presidente do Conselho não era político e se comemorava o 40º aniversário do 28 de Maio no jornal *A Voz*, MC lembrou Afonso Costa numa forma aparentemente crítica, mas algo inesperada: “A República foi proclamada com um acentuado cunho anti-clerical e anti-católico. E não pode dizer-se que o carácter do regime no plano religioso resultasse de um erro de visão dos governantes. A propaganda republicana fora sempre colorida desse tom ateu ou, pelo menos, hostil à Igreja. Os grandes doutrinadores do partido haviam marcado sistematicamente essa posição e Afonso Costa em A Igreja e a Questão Social criticava acerbamente a encíclica De Rerum Novarum por conter doutrinas “inúteis, inoportunas, antiquadas, perigosas e retrogradadas”, tendentes a embaraçar o advento do “socialismo integral”. Por sinal que é neste livro de Afonso Costa, publicado em 1895, que se empregam correntemente (difundindo-se no meio académico de Coimbra) os termos “integralismo” e “integralista” para designar o socialismo integral preconizado por Benoît Malon como coroamento do marxismo, e os seus partidários. As voltas que as palavras dão!” AMC, cx. 1, Artigos de imprensa: nº83 (65/66).

¹⁷⁰⁶ MATOS, Luís Salgado de, *Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, in *Análise Social*, Vol. XXXVI (160), 2001, p.821.

português] de *Missões católicas* contra *Missões estrangeiras*, porque esta doutrina é falsa sob muitos aspetos. Na verdade: as Missões católicas e as tais *estrangeiras* não querem aceitar mais a adversidade entre elas; importa examinar em que medida o ecumenismo veio modificar a questão política das missões religiosas no ultramar português:

– as Missões católicas também se comportam como *estrangeiras* quando servidas por estrangeiros, e eu já aprendi, por experiência própria, que os poderes do bispo, no condicionalismo em que se trabalha aqui, não são tão amplos como isso;

– não se vê por que as missões católicas hão-de querer ser mais aporuguesantes que as outras, em desconto dos comandos ditados pela política *católica* da Santa Sé;

– a Igreja – qualquer que seja o seu ramo – só faz cristianismo, e não quer fazer outra coisa (senão conquistar os aplausos do mundo), embora seja verdade – e esta verdade tem uma importância fundamental – que há um *subproduto* de *portugalidade* na missão feita por portugueses.”¹⁷⁰⁷

O fundamento da revisão constitucional de 1971 em matéria religiosa terá partido precisamente deste ponto.¹⁷⁰⁸ MC interpretou a deriva ecuménica expressa neste documento como uma irreversível mudança de atitude por parte da SS. A proposta aprovada inverteu a anterior ordem (resultante da revisão de 1951) dos artigos 45^o¹⁷⁰⁹ e 46^o¹⁷¹⁰, consagrando, segundo o representante de uma das minorias religiosas em Portugal, uma efetiva “regulamentação da aparente abstração constitucional da liberdade de religião”.¹⁷¹¹ Ao que acrescentou: “Nem a Monarquia aceitou a tentativa de Alves Martins, nem a República parlamentar, nem as ditaduras de Franco, Pimenta e Sidónio, nem a atual situação até agora, haviam tratado dessa regulamentação; nem os cristãos minoritários, divididos entre si, a

¹⁷⁰⁷ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cabral, D. Daniel de Pina, bispo de Libombos (Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica – *anglicana*): nº4 (18/12/67).

¹⁷⁰⁸ Em Janeiro de 1969, o deputado Duarte Freitas do Amaral questionava o governo sobre a “colaboração de elementos do Exército Português na cerimónia de inauguração de uma igreja anglicana, no Estoril, fazendo executar o toque de alvorada pelos clarins de Lanceiros 2 e de Cavalaria 7”. ANTT/PCOS/MC, PRC 17/B-29-8 (29/01-06/02/69).

¹⁷⁰⁹ “O Estado, consciente das suas responsabilidades perante Deus e os homens, assegura a liberdade de culto e de organização das confissões religiosas cujas doutrinas não contrariem os princípios fundamentais da ordem constitucional nem atentem contra a ordem social e os bons costumes, e desde que os cultos praticados respeitem a vida, a integridade física e a dignidade das pessoas.”

¹⁷¹⁰ “A religião católica apostólica romana é considerada como religião tradicional da Nação portuguesa. A Igreja Católica goza de personalidade jurídica. O regime das relações do Estado com as confissões religiosas é o da separação, sem prejuízo da existência de concordatas ou acordos com a Santa Sé.

Único – As missões católicas portuguesas do ultramar e os estabelecimentos de formação do seu pessoal serão protegidos e auxiliados pelo Estado como instituições de ensino e de assistência e instrumentos de civilização.”

¹⁷¹¹ A 21 de Agosto seria promulgada a Lei nº4/71, que definia os princípios fundamentais sobre *liberdade religiosa* e revia as normas aplicáveis às confissões e associações religiosas.

souberam requerer. A lei da separação creio ter sido uma lei de restrição e não da liberdade.”¹⁷¹²

No mesmo sentido se pronunciou o citado Daniel de Pina Cabral, expressando “regozijo” e “admiração” pela proposta de lei da liberdade religiosa (Lei nº4/71) em “nome dos cristãos anglicanos de Moçambique”: “finalmente, Portugal, pela mão sábia, firme, e oportuna de Vossa Excelência, se quer colocar, neste delicado capítulo, ao nível duma autêntica democracia (peço desculpa se o termo lhe não parecer o mais correto), onde as minorias são decididamente protegidas”.¹⁷¹³

A orientação adotada era exatamente a oposta da perfilhada na revisão constitucional de 1951. O antecessor de MC fundamentou assim os artigos 45º e 46º aprovados nessa revisão: “Primeiro, para inserir uma fórmula de reconhecimento exposto da religião católica como religião da Nação portuguesa; segundo, e já como consequência desta primeira atitude, não se confundir com as mais confissões religiosas, dando-lhe tratamento aparte, se bem que esse tratamento seja constituído pela prática de princípios idênticos. [...] Ponderei atentamente esta matéria na qual tenho procurado andar, e tentado que se ande, muito devagar, só avançando à medida que a consciência pública se encontre preparada para esses avanços. Houve no entanto uma coisa que me chocou agora na Constituição e esse foi a confusão da Igreja Católica com todas as outras religiões, confissões, seitas, etc... E pareceu-me que se deveria aproveitar da nova sistematização e tratamento das matérias o que revelava maior elegância no tratamento da religião católica, sem alteração da doutrina constitucional em vigor.”¹⁷¹⁴

Esta posição justificará o facto de a PCM não ter dado qualquer resposta política aos casos de discriminação religiosa de que foi tendo conhecimento até 1968. Quer os casos de “agressões” a cristãos evangélicos¹⁷¹⁵, quer as arbitrariedades cometidas por organismos oficiais contra as minorias, nomeadamente por parte dos Governos Civis e da PSP.¹⁷¹⁶

¹⁷¹² AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, Eduardo Henriques (pastor da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (*anglicana*); fundador da Aliança Evangélica Portuguesa; professor no seminário evangélico; escritor e poeta): nº5 (26/10/70).

¹⁷¹³ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cabral, D. Daniel de Pina, bispo de Libombos (Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica – *anglicana*): nº7 (12/10/70).

¹⁷¹⁴ PT/TT/PS/AMC/08: Revisão Constitucional – 1951; AMC, Cx.3, Revisão constitucional – 1951: nº2 (06-07/02/51).

¹⁷¹⁵ ANTT/PCOS/MC, PRC 4/A-30-1 (1958/09/18 – 1958/09/22): “Artur da Silva Rodrigues (pastor evangélico) relata diversos factos passados contra os pastores evangélicos”; os fiéis de Alfeizerão, Alcobaça apresentaram “queixa de agressões físicas numa tentativa de impedimento da prática religiosa.”

¹⁷¹⁶ ANTT/PCOS/MC, PRC 12/A-34-10 (1963/02/14 – 1966/03/31): “Pastor Rogério da Conceição Silva, da Igreja Evangélica da Linha de Cascais: pedido de intervenção para o registo dos Estatutos, indeferido pelo Governo Civil de Lisboa e anulação da ordem de encerramento da Igreja, pela PSP”; “Pastor Guido Waldemar Oliveira – presidente da Aliança Evangélica Portuguesa: pedido de providências para resolução de dificuldades

No início da discussão na generalidade dos projetos de revisão constitucional, Francisco Sá Carneiro, reconhecia que “a liberdade religiosa foi até hoje uma promessa vã, exceto para os católicos.”¹⁷¹⁷ A liberal Maria Raquel Ribeiro, embora não tenha participado nessa discussão nem tenha subscrito o Projeto de lei nº6/X, liderado por Sá Carneiro, Mota Amaral e Pinto Balsemão,¹⁷¹⁸ foi influente junto de MC na elaboração da Lei nº4/71, de 21 de Agosto:

“Conheço de há muito o pastor Esperança,¹⁷¹⁹ atual presidente da AEP, que desde 1961, nos oferece a sua colaboração e a dos fiéis da sua igreja em trabalho social. Desde que existe o bairro de barracas da Musgueira, eles têm sido uns dos colaboradores, em conjunto com a equipa de voluntários, orientada pelo Padre Rocha [?] e Melo. Através deles conhecemos outros evangélicos, metodistas e católicos lusitanos, com quem se trabalha em verdadeiro espírito ecuménico, sem proselitismo, em formas de cooperação cristã como recomenda o Concílio Vaticano II.

Estive no Centro Ecuménico de Buarcos e ouvia as suas queixas pela desigualdade de tratamento em relação aos católicos. Trabalhei e trabalho em organizações internacionais, onde grande número de colegas e outros especialistas no domínio do social, são protestantes. Acredito na boa-fé, sinceridade e integridade de vida de muitos. Tenho pena que não se

levantadas à legalização de igrejas, à realização de atividades de carácter religioso e assistencial, por parte de diversas autoridades da administração central e local e de particulares, assim como à identificação enquanto tal, dos pastores nos respetivos BI”.

¹⁷¹⁷ *Diário das Sessões*, nº101, de 16 de Junho de 1971. Intervenção publicada no *Jornal do Comércio* de 17 de Junho de 1971, p.11. Em Abril de 1970, num requerimento dirigido ao governo, questionara sobre as “negociações com a Santa Sé para revisão da Concordata em vigor”. ANTT/PCOS/MC, PRC 17/A-15-3 (16-21/04/70). Dois anos depois questionou o governo sobre a “publicação do regulamento previsto na Base XII da Lei nº4/71” (da Liberdade Religiosa). ANTT/PCOS/MC, PRC 17/B-25-2 (19-25/04/72).

¹⁷¹⁸ Demarcar-se-ia, no entanto, dos requerimentos apresentados por Manuel Elias Trigo Pereira, no sentido de que a votação da revisão constitucional e da lei de imprensa se fizesse sobre o texto recomendado pela comissão eventual. No dia seguinte, escreveu a MC:

“Receando que a minha atitude tomada ontem à tarde na AN, ao rejeitar o requerimento apresentado pelo deputado Trigo Pereira, seja objeto de especulações por parte de alguns, apresso-me a vir comunicar a V. Ex.^a que, em consciência, achei dever tomá-la, por me ter parecido que o processo só era incorreto e nem estava de harmonia com as compreensivas explicações que V. Ex.^a dera na ANP.

Compreendo a situação do Governo, mas decerto, V. Ex.^a entenderá que não posso comportar-me de modo a alterar a lealdade, sinceridade e carácter com que sempre procuro conduzir-me. Tenho muita pena da “discriminação” dos convites que foi feita para o encontro na ANP com V. Ex.^a e que, deste modo, se queira “isolar” os ideais de muitos, ainda que não a maioria. Apesar de tudo, peço a Deus que não tenha reflexos negativos na ação governativa que V. Ex.^a, Senhor Presidente, tão dedicadamente vem conduzindo.” Documento nº4 (30/06/71).

“Sempre me comoveu a atitude dedicada e generosa com que me acolheu, e a prontidão da carta de V. Ex.^a de ontem, é mais uma prova que muito agradeço. Como sinto que não devo abusar do tempo que sempre dispõe em atender-me, escrevo já estas linhas para confirmar os meus propósitos de colaboração sincera, fazendo deliberada e conscientemente a opção de apoiar V. Ex.^a, pela confiança que me merece, votando, portanto, o que ao Senhor Presidente parece mais oportuno neste momento. Não deixo, todavia, de sofrer com o que se passa, reservando para melhor expor pessoalmente a V. Ex.^a, quando puder receber-me.” AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Maria Raquel (deputada; diretora-geral de Assistência Social): nº5 (01/07/71).

¹⁷¹⁹ Foi Pastor Evangélico na Igreja Presbiteriana e secretário da Sociedade Bíblica.

respeitem os seus direitos na lei agora em votação, especialmente no que se refere às igrejas de governo congregacional, como refere o pastor Esperança [...]. Vai ser uma grande desilusão para muitos, que estão até politicamente com V. Ex.^a, como os tenho ouvido referir e atuar. Parece-me que se propusesse a alteração a 3 bases já daria satisfação. Envio projeto junto, mas não queria tomar qualquer iniciativa sem a opinião de V. Ex.^a [...]. Queira perdoar, senhor Presidente, mas que quer? Deus coloca-me perante as *minorias*, as que ainda contam com a douda atuação de V. Ex.^a...¹⁷²⁰

O essencial das sugestões de Raquel Ribeiro não foi incluído na Lei nº4/71. Propunha que se acrescentasse “associações” às “confissões” nas Bases I, II e IX.¹⁷²¹ Segundo MC, só não aconteceu porque foi proposto “à última hora”.¹⁷²² No entanto, a explicação de Raquel Ribeiro aos “interessados” foi pronta, “o que os satisfaz”.¹⁷²³

A aceitação da proposta (do projeto 7/X) de inclusão do nome de Deus parece ter funcionado (embora relegado para o art.º 45º e não num preâmbulo),¹⁷²⁴ ou pelo menos assim o pretendia MC, como elo de ligação “ecuménico” entre todas as confissões religiosas (monoteístas) e como proteção contra o presumível agastamento católico por assumir a posição de “religião tradicional da Nação portuguesa” em detrimento da anterior definição de “religião da Nação portuguesa”.¹⁷²⁵ Mas não parece que tenho obtido o resultado pretendido. As posições, o confronto e o problema de 1947 mantiveram-se (essencialmente) inalterados até 1974: “Acerca da liberdade religiosa, a imprensa da província, onde são mais poderosos os

¹⁷²⁰ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Maria Raquel (deputada; diretora-geral de Assistência Social): nº6 (14/07/71).

¹⁷²¹ Idem: nº6 – anexo 1 (14/07/71).

¹⁷²² O “projeto do parecer da Comissão [parlamentar] para o estudo da proposta de lei sobre a Liberdade Religiosa” foi apresentado no dia 9 de Julho. AMC, cx. 17, Correspondência/Bastos, Miguel Rodrigues (juiz do Tribunal de Contas; deputado): nº2 (09/07/71).

¹⁷²³ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Maria Raquel (deputada; diretora-geral de Assistência Social): nº7 (16/07/71).

¹⁷²⁴ A este respeito é interessante o comentário às propostas transmitido por André Gonçalves Pereira a MC, em 8 de Março de 1971: “Penso ainda impolítica a forma desdenhosa como o relator se refere aos projetos dos deputados, pelo que penso votar contra a rejeição de um deles (o dos *liberais*) e talvez até contra a rejeição dos dois. Não estou muito seguro quanto ao outro, o do nome de Deus”. Em ANTUNES, José Freire, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, p.111.

¹⁷²⁵ Henrique de Miranda Vasconcelos Carvalho referia, em Abril de 1971, a enorme religiosidade dos muçulmanos na Guiné e no norte de África, pelo que receberiam mal a proposta de Antunes Varela para considerar a Religião Católica como religião da Nação Portuguesa. “Sob o ponto de vista interno, o problema mais sério é o da reação muçulmana. Até porque está hoje em moda, no Islão, falar-se no seu aparentamento com o Cristianismo e salientar os pontos de contacto entre as duas religiões.” “O parecer sobre a liberdade religiosa será especialmente lido pelos ateus. Por isso, é de admitir que seja bastante comentado nos jornais da tarde, até porque a apresentação de um texto diferente da proposta do Governo “é notícia” para o leitor politizado. [...] As comunidades evangélicas, sem extensão na metrópole mas com expressão no ultramar, apoiam-se em importantes órgãos de imprensa, sobretudo nos Estados Unidos e em Inglaterra. Muitos desses jornais têm-se mostrado ultimamente menos hostis a Portugal. Seria por isso de desejar que se não provocasse neles qualquer reação desagradável para o nosso país.” Realçou também “a importância e o peso do judaísmo na imprensa mundial”. AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº47 – anexo 1 (04/71). “Confidencial e pessoal”.

elementos tradicionalistas da Igreja, tem coberto o lanço dos disparates e alguns padres mais assomadiços até deram ordem de despejo (em prejuízo próprio) a escolas instaladas em casas paroquiais, enquanto os intelectuais vêm no projeto um simples ensejo para que os deputados ponham o problema da Concordata e do divórcio”.¹⁷²⁶

No discurso de 16 de Fevereiro de 1974 perante a AN, onde MC se referiu à Igreja Católica como estando “abalada na firmeza dos seus princípios e na projeção da sua doutrina”¹⁷²⁷, considerou também que “um dos nossos maiores erros foi pensar que a correção da sua fala e o amor à sua riqueza cultural podiam ser transmitidos por missionários estrangeiros.”¹⁷²⁸ Algo inusitadamente, os bispos de Angola rasgaram as vestes e elaboraram uma exposição conjunta. O emissário foi o arcebispo de Luanda, a quem alegadamente os missionários recorriam preocupados com “a situação futura”, sentindo-se alvo de “desconfiança”. Assumindo-se “mensageiros do Evangelho e também defensores intemeratos da verdadeira doutrina social da Igreja”, com “obra feita ao longo dos séculos” [sic], os bispos temiam “que as referências de Vossa Excelência, por virem de tão alto, desencadeiem nova onda de protestos em certos ambientes internacionais, acusando mais uma vez a Igreja Católica, representada pela sua hierarquia, de querer fechar-se num catolicismo político ao serviço do Estado Português, atitude que nós sempre repudiámos.”¹⁷²⁹

Na resposta, a pouco mais de uma semana de 25 de Abril de 1974 e fragilizado pelas circunstâncias, MC apontou baterias ao subtil jogo de sombras episcopal:

“Não vejo que haja nesta frase matéria de fé ou tocante à moral que justifique tão solene manifestação da conferência episcopal de Angola. Trata-se de um juízo pessoal que, mesmo a um católico, se me afigura poder ser livremente expresso. Ou será que a Igreja inclui na sua doutrina que os estrangeiros são aptos a ensinar corretamente uma língua que não seja a sua? Ou será pecado negar que qualquer homem, mesmo missionário (e não se especificou que fosse católico), esteja particularmente qualificado para transmitir a outros o amor à riqueza de uma cultura que não é a sua e de uma língua que não é a materna? Pensava eu ser motivo de pesar para todos nós não ter sido possível entregar o ensino rudimentar, que o Acordo Missionário confiou às missões, predominantemente a portugueses. Eu, por mim, se

¹⁷²⁶ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº45 (26/12/70).

¹⁷²⁷ CAETANO, Marcello, *Vencer a Hora Sombria*, discurso pronunciado na Conferência Anual da ANP, SEIT, 16 de Fevereiro de 1974, Lisboa, p.6.

¹⁷²⁸ CAETANO, Marcello, *idem*, p.24.

¹⁷²⁹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gabriel, D. Manuel Nunes, arcebispo de Luanda: nº1 – anexo 1 (05/04/74).

vivesse em Inglaterra não me ofenderia se ouvisse dizer que não era a pessoa mais qualificada para ensinar a ingleses a língua inglesa.”¹⁷³⁰

Acontecimentos como o da Capela do Rato,¹⁷³¹ na passagem de ano de 1972 para 1973, não podem também deixar de ser enquadrados na ampla estratégia da SS,¹⁷³² apostada numa demarcação pública do regime do qual continuava a explorar uma situação de privilégio.¹⁷³³ Os mesmos bispos que rasgaram as vestes também lhe afirmaram a sua solidariedade na luta de Portugal e repudiaram tanto os ataques no estrangeiro como os de alguns sacerdotes nacionais contra a política portuguesa.¹⁷³⁴ Em Dezembro de 1970, o “Episcopado Português recebeu aquele livro [*Estado Social*¹⁷³⁵] com exuberante concordância, sendo de assinalar as expressivas cartas recebidas dos Arcebispos de Braga, Évora, dos Bispos de Leiria, Lamego e Portalegre, e ainda dos Bispos Auxiliares de Coimbra e Leiria.”¹⁷³⁶

Em Julho de 1971, enquanto decorria a discussão da proposta de revisão constitucional, saiu o Decreto que promulgou a institucionalização da Universidade Católica Portuguesa, reconhecido como “o maior acontecimento dos últimos quarenta anos, nas relações do Estado com a Igreja, em Portugal”.¹⁷³⁷ No entanto, dois anos depois era anunciada publicamente a criação de três novas universidades públicas, completando o enorme alargamento do ensino público liceal e profissional, que suscitou o maior “regozijo” entre

¹⁷³⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gabriel, D. Manuel Nunes, arcebispo de Luanda: nº3 (16/04/74).

¹⁷³¹ Ver ALMEIDA, João Miguel, *A oposição católica ao Estado Novo, 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008; *Vigília da Capela do Rato*, in ROSAS, Fernando, BRITO, José Maria Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, Vol. II, 1996, pp.1008-1010.

¹⁷³² “O escrúpulo de consciência de alguns católicos que chamam à nossa defesa “guerra colonial” lembra-me o escândalo dos fariseus que acusavam Cristo de curar ao sábado. E o grupinho da Capela do Rato nada representa perante milhões de portugueses que, em todo o espaço nacional, pedem a Deus que nos conserve Vossa Excelência no lugar em que tão bem está a conduzir Portugal para uma das maiores vitórias da sua história.” AMC, cx.57, Correspondência/Ventura, Manuel Joaquim Reis (deputado por Angola; escritor; jornalista): nº3 (21/01/73). Aparentemente, o autor estava em litígio com a Igreja Católica devido à sua vida pessoal: “Aproveito esta oportunidade para informar que a minha situação com a Igreja Católica está totalmente regularizada desde há quatro anos – o que me deu indizível alegria e uma grande serenidade de consciência.” Documento nº1 (02/04/71).

¹⁷³³ Em 3 de Novembro de 1972, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução de apoio aos independentistas das “colónias” portuguesas, por 99 votos a favor, 23 abstenções e 5 contra (EUA, Inglaterra, França, África do Sul e Portugal); a 16 de Dezembro tem lugar, na região de Tete, o massacre de Wiriyamu; em 22 desse mês foram aprovados os novos estatutos político-administrativos das províncias ultramarinas.

¹⁷³⁴ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gabriel, D. Manuel Nunes, arcebispo de Luanda: nº1 – anexo 1 (05/04/74).

¹⁷³⁵ SANTOS, Ângelo dos, *O Estado Social*, Lisboa, Minerva, 1970.

¹⁷³⁶ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Ângelo dos (analista político?): nº2 – anexo 1 (30/12/70).

Em Agosto de 1973 estava em estudo a elaboração do “Estatuto de Previdência do Clero”, cuja base de ordenado era de 1.500\$00. AMC, cx.45, Correspondência/Pinto, Joaquim Dias da Silva (secretário de Estado do Trabalho e Previdência e ministro das Corporações e Segurança Social durante o governo de MC): nº2 (16/08/73).

¹⁷³⁷ AMC, cx.27, Correspondência/Franco, Victor (padre): nº1 (12/07/71).

alguns *liberais*, como Joaquim Pinto Machado.¹⁷³⁸ Uma semana depois tinham lugar os acontecimentos da Capela do Rato.

3.1.1.4.2. De Machava a Genève: a ecumenização do interesse?

Os preceitos constitucionais, nomeadamente a desejável igualdade religiosa, não eram cumpridos no terreno. As estruturas do regime não estavam preparadas para tal. A PIDE/DGS continuou a atuar contra a politização das organizações religiosas, católicas¹⁷³⁹ e não católicas. Em Dezembro de 1972, cinco meses depois da prisão de duzentos líderes protestantes no sul de Moçambique, o mesmo Daniel de Pina Cabral transmitia a triste notícia a MC: “Soube que o meu querido amigo e Admirador de Vossa Excelência, Reverendo Zedequias Manganhela, detido havia seis meses, na prisão da Direção Geral de Segurança na Machava, num momento de desespero, cometera suicídio, na madrugada do dia 11 passado. Esta manhã, o Senhor Governador-Geral de Moçambique quis ter a gentileza de me facultar toda a informação que possuía acerca deste terrível acontecimento, que enche de confusão, de dor e de vergonha todos os bons portugueses que o conhecem.” O bispo reafirmou a amizade para com MC e a compreensão pela complexidade do problema ultramarino, já que sempre tentara “minimizar no estrangeiro o impacto das prisões portuguesas”, mas esse acontecimento era “demais”. Pediu um inquérito à atuação da DGS. Esta teria provocado o alegado suicídio do reverendo, pelo que pediu também a revisão das disposições legais que regulamentavam a “atuação da DGS no Estado de Moçambique”.¹⁷⁴⁰

¹⁷³⁸ AMC, cx.35, Correspondência/Machado, Joaquim Pinto (médico, deputado): nº3 (22/12/72).

¹⁷³⁹ Por exemplo, a 20 de Fevereiro de 1970, o padre Felicidade Alves, pároco de Belém, foi preso por causa de uma *pregação* contra a guerra em África. Em Junho de 1971 o governador-geral de Moçambique emitiu ordem de expulsão ao padre António Duarte de Almeida, por proferir “homílias antipatrióticas”. Este queixou-se a MC, dizendo desconhecer os motivos da sua expulsão, que por sua vez lhe respondeu: “Demorei a responder porque quis inteirar-me do que se passara com V.^a Ver.^a e das razões dos factos. Pelas informações que me foram fornecidas verifico estar perante uma situação que o Governo de momento não pode modificar. Lastimo-o imenso. Mas nestas condições não sei se será útil o encontro que V.^a Ver.^a deseja.” AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Almeida, António Duarte de, padre (missionário em Moçambique): nº1 (30/06/71) – nº5 (04/08/71).

¹⁷⁴⁰ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Cabral, D. Daniel de Pina, bispo de Libombos (Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica – *anglicana*): nº9 (16/12/72).

Quase um ano depois, a Cruz Vermelha Internacional (CVI) foi autorizada a visitar o chamado Centro de Recuperação de Machava, em Moçambique.¹⁷⁴¹ Após receber os primeiros relatórios, MC não colocou entraves ao trabalho.¹⁷⁴² A reação veio do governador-geral de Moçambique, Manuel Pimentel Pereira dos Santos, muito incomodado com a “atitude” da CVI, que pretendia total liberdade de circulação em todo espaço prisional e ausência absoluta de testemunhas. Não “queria aceitar as “regras do jogo”.” Propôs “dar a questão por encerrada com a substituição do inspetor Lontrão e outro elemento da DGS referido na informação, embora sabendo que a solução não agradará à CVI” ou “proceder a inquérito satisfazendo o pedido formal apresentado pelo Delegado da CVI”.¹⁷⁴³ MC respondeu: “proceder a inquérito”.¹⁷⁴⁴ O inspetor da DGS, sentindo-se “profundamente chocado”, não gostou da atitude de MC e pôs o lugar à disposição, sendo imediatamente substituído.¹⁷⁴⁵

A inspeção continuou e MC ia recebendo os relatórios da CVI¹⁷⁴⁶, sobre os quais transmitiu a seguinte mensagem: “Qualquer que seja a resposta, V. Exa. [?] desde logo as mais claras instruções no sentido do tratamento humanitário de todos os presos detidos, quaisquer que sejam os delitos de que sejam arguidos, e determinar que, à semelhança do que em casos análogos se tem feito, sejam efetivadas responsabilidades pela transgressão dessas instruções. Quanto às visitas à Machava, o governo português tem todo o interesse em que prossigam. Elas devem, porém, decorrer nos termos das leis e regulamentos gerais aplicáveis que as autoridades prisionais são obrigadas a cumprir e convém sejam previamente do conhecimento das pessoas encarregadas da visita.”¹⁷⁴⁷ O diretor de gabinete do presidente do Conselho Executivo da CVI em Genebra anuiu.¹⁷⁴⁸ Perante a abertura de MC e as facilidades concedidas, a CVI tentou, naturalmente, livrar-se de quaisquer constrangimentos e “recomeçar as visitas aos centros de detenção da DGS em Moçambique em “conversas com os presos sem testemunhas”.” Algo que MC já não aceitou: “responder que o governo português não tem intenção de modificar o regime das anteriores visitas da CVI”.¹⁷⁴⁹ A recusa teve um efeito imediato: começou a espalhar-se na imprensa de Genebra a notícia de enormes

¹⁷⁴¹ PT/TT/PS/AMC/PC-ULT/02: Cruz Vermelha – Centro de Recuperação de Machava; AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°1 (05/11/73).

¹⁷⁴² AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°1 – anexo 1 (05/11/73); n°2 (05/11/73); n°2 – anexos 1 e 1.1.

¹⁷⁴³ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°3 e n°3 – anexo 1.1 (16/11/73).

¹⁷⁴⁴ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°4 (s.d.).

¹⁷⁴⁵ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°3 – anexo 2 (07/11/73).

¹⁷⁴⁶ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°5 a n°9.

¹⁷⁴⁷ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°10 (s.d.).

¹⁷⁴⁸ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°11 (14/11/73).

¹⁷⁴⁹ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°12 (03/12/73). Os documentos n°12 – anexo 1 e 2 dão conta da insistência por parte da CVI para conseguir visitas livres de quaisquer constrangimentos.

dificuldades de comunicação entre a CVI e o governo português, noticiando-se também as más condições dos detidos na prisão moçambicana.¹⁷⁵⁰

Não foi caso único em relação à mesma instituição religiosa. Em Agosto de 1970, o bispo Luís César Rodrigues Pereira viu a sua casa ser alvo de “busca” às 6h 50 da manhã, numa atuação “chocante” da DGS que lhe levou o filho para interrogatório. Na queixa que enviou a MC, disse que sempre chamou a atenção, quando lhe perguntavam sobre a política portuguesa, que a problemática era mais complexa do que parecia à primeira vista e que não sabia então como explicar a sua ausência do XX Congresso Velho-Católico em Bona, por o filho estar detido pela DGS.¹⁷⁵¹ MC respondeu-lhe confirmando que o filho foi denunciado por facilitar deserções nas FA. Lamentou a situação e deu “instruções para que, em circunstâncias semelhantes, se evitem às famílias escusados vexames.” Concluiu com o seguinte: “A busca, ao contrário do que V.^a Ex.^a pensa, confirma a denúncia pois que entre as folhas e cartas manuscritas se encontraram provas da sua veracidade.” Quando “entrevistado sem coação” teria confessado ser “membro do Partido Comunista e depois nos Comités marxistas-leninistas”, pelo que seria “rapidamente submetido ao tribunal competente [...]. A consideração que V.^a Ex.^a me merece e a simpatia que sempre tive pelos seus filhos levam-me a dar-lhe pessoalmente estas explicações, na certeza de que lastimo com toda a sinceridade o que se passa. Quanto à dispensável menção na sua carta dos desabafos que V.^a Ex.^a possa ter com estrangeiros, só me permito lembrar-lhe que, fazendo um esforço de objetividade, pergunte aos seus amigos se nos seus países e sobretudo em tempo de guerra, não é criminoso promover ou facilitar a deserção de militares e a evasão dos desertores.”¹⁷⁵²

Apesar disso, várias organizações protestantes internacionais mostravam compreensão em relação ao governo marcelista. Foram os casos da Igreja Evangélica Alemã, do Conselho Ecuménico das Igrejas e do Instituto Africano de Genebra.¹⁷⁵³ O diretor deste último, pastor Pierre Bungener, visitou Angola e Moçambique. Após a visita conferenciou pessoalmente

¹⁷⁵⁰ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Machava: n°14 – anexos 1, 2, 3, 4, 5. Informações transmitidas pelo director dos Serviços de Informação, Pedro Feytor Pinto.

¹⁷⁵¹ AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, Luís César Rodrigues (bispo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica): n°1 (11/08/70).

¹⁷⁵² AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, Luís César Rodrigues (bispo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica): n°2 (12-18/08/70). O bispo respondeu (n°3 – 19/08/70): “Como V.Ex.^a muito bem diz, dado o condicionalismo português, as pessoas das minhas relações no estrangeiro, compreenderão sem dificuldade as razões da detenção do Francisco.” Este foi para Caxias: “já fez requerimento no sentido de lhe ser consentida a leitura destes últimos [livros de estudo]; espero que esse requerimento seja deferido, ou melhor, possa ser deferido.” Um mês depois (n°4 – 22/09/70), o bispo agradecia a notícia dada em primeira mão por MC sobre o julgamento marcado. O filho estaria a preparar-se para os exames Direito, referindo que a FDUL não deixava os examinadores ir à cadeia e a polícia também já não acompanhava os alunos aos exames “como em tempos chegou a fazer.”

¹⁷⁵³ RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, p.58 (intervenção de Pedro Feytor Pinto).

com MC, manifestando-lhe a sua amizade por Portugal: “souffre personnellement de voir ce pays dans une situation difficile.” Afirmou que Portugal não estava só e mostrou-se empenhado em explicar a política portuguesa porque “j’ai senti le sens profond de l’effort tenté par votre gouvernement en vue de trouver aux problèmes des territoires portugais d’outre-mer des solutions qui ménagent non seulement les intérêts mais les droits des parties en présence.”¹⁷⁵⁴

Como salientou Adriano Moreira, MC deveria ter tido o cuidado de “pedir à Santa Sé” a sua concordância para proceder à alteração constitucional, no sentido de evitar “aumentar os conflitos em situação de guerra”.¹⁷⁵⁵ O que confirma o conflito da SS com o governo de MC. Que por sua vez remete para a questão estratégica e não dos princípios, numa instituição portadora (em princípio) de uma conceção escatológica que permanentemente (ao longo de quase dois milénios) procura reinventar os seus mecanismos de intervenção. Em exemplo disso, a revista italiana *Famiglia Cristiana* lançava a MC, no início de 1974, uma provocação doutro modo incompreensível. MC tinha aceitado responder por escrito a um pedido de entrevista de Giuseppe Bettiol, por intermédio da congénere portuguesa – *Família Cristã*.¹⁷⁵⁶ Em Março, dois dias depois da revolta militar das Caldas, MC escrevia o seguinte: “Casualmente chegou-me às mãos o número de Março da revista “Família Cristã” e apresse-me a agradecer a forma como foi noticiada e reproduzida a entrevista concedida à publicação italiana do mesmo nome e que a respetiva redação comentou em termos tão deselegantes. Só tenho pena de que V.^{as} Ex.^{as} não me tivessem solicitado o texto português das respostas ao questionário da entrevista o que permitiria maior fidelidade na reprodução e menos trabalho de tradução. Ainda uma nota: as duas meninas que estão comigo na fotografia da pag.13 não são minhas sobrinhas e sim dois dos meus catorze netos.”¹⁷⁵⁷ Ora, toda a agente sabia o que o sarcasmo popular dizia sobre as “sobrinhas” do seu antecessor. O profundo anticlericalismo de MC, vigiado pela PIDE durante os anos 60¹⁷⁵⁸, aumentava à medida que o tempo diminuía.¹⁷⁵⁹

¹⁷⁵⁴ AMC, cx.18, Correspondência/Bungener, Pierre (pastor Suíço, jornalista, diretor do Conselho Ecuménico das Igrejas): nº1 (29/12/72). “D’autre part les membres des mouvements de libération que je connais ne cachent jamais qu’ils sont de culture portugaise. Il y a entre eux et le Portugal des liens forts, avec lesquels ce serait une erreur de ne pas compter. [...] une querelle de frères. [...] Mais le recherche d’un nouvel équilibre est possible et le vœu de tous est qu’elle se fasse pacifiquement.”

¹⁷⁵⁵ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012.

¹⁷⁵⁶ AMC, cx.26, Correspondência/Família Cristã: nº1 (28/10/73).

¹⁷⁵⁷ AMC, cx.26, Correspondência/Família Cristã: nº2 (18/03/74).

¹⁷⁵⁸ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, pp.212-237.

¹⁷⁵⁹ “Privilegiados se consideram determinados eclesiásticos que abusam do respeito votado ao lugar onde pregam e ao múnus que exercem – e que, de resto, se encarregam eles próprios de dessacralizar – para impunemente desferirem ataques à ordem social e às autoridades constituídas, exercendo sobre as consciências

A SS, por seu lado, parecia não abdicar do monopólio de liderança (facto em si mesmo contraditório) do processo ecuménico, contaminado desde o início pela salvaguarda das concordatas. O próprio discurso ecuménico parece sofrer duma limitação fundamental, uma certa *inversão conceptual*. Por exemplo, o conceito de *tolerância* viu acrescentar-se-lhe (ou substituir-se-lhe?) ao aspeto concreto e físico, que diz respeito à preservação da integridade da pessoa humana, um conceito *metafísico*. Segundo o qual são as *ideias* que devem *tolerar-se*, por diluição, de modo a que, teoricamente, a questão não se coloque entre as *pessoas*. Fenómeno expresso na convergência da atenção no que “une”, omitindo-se o que “não une”. Quer dizer, o conceito que visaria garantir o confronto e convivência pacífica entre ideias diferentes, opostas ou mesmo incompatíveis, tende a transformar-se num poderoso instrumento inibidor duma autêntica liberdade de pensamento.

Algo semelhante parece verificar-se em relação ao *radicalismo*. Ao atribuir-se-lhe uma dimensão exclusivamente *física*, ignorando, neste caso, a dimensão *metafísica*, o conceito adquire unicamente uma conotação *negativa*, suprimindo-se dessa forma o *radicalismo positivo*. Dificilmente se encontrará algo mais *radical* (e mais necessário) do que propor que se “ame o próximo como a si mesmo” (Mt 22: 39; Mc 12: 31-33; Lc 10: 27). No entanto, a sociedade mais “científica” da história dispensa a “experiência” na opção pela rejeição.

A preferência por um consenso “relativista” ou “moderado”, fundado num certo esvaziamento de “ideias” e de “conceitos”, no sentido que parece ser o do “ecumenismo” dirigido a partir do Vaticano, pode colaborar para o favorecimento efetivo do magnetismo inato aos grandes “poderes” internacionais e não para a sua contensão, em prol de um maior equilíbrio, liberdade individual e fraternidade coletiva. As observações de Walter Eucken farão, por isso, todo o sentido: “Frequentemente utilizam-se ideias religiosas, filosóficas ou políticas como ideologias de interesses económicos. A ideia filosófico-religiosa de cidadania do mundo foi utilizada por interesses ligados ao livre-câmbio, a ideia nacional por interesses protecionistas e a ideia arcaico-germânica das corporações serviu como ideologia moderna aos cartéis. [...] A especulação filosófica e as ideologias de interesses vivem frequentemente paredes juntas. As ideologias etéreas dos homens de letras fornecem pelo menos um manto de nevoeiro ao abrigo do qual podem prosperar as ideologias e as pretensões dos grupos de interesses económicos.”

dos fiéis intolerável pressão características das piores formas de clericalismo.” CAETANO, Marcello, *Vencer a Hora Sombria*, discurso pronunciado na Conferência Anual da ANP, SEIT, 16 de Fevereiro de 1974, Lisboa, p.9.

O maior perigo residirá, ainda segundo o mesmo autor, na possibilidade de “as ideologias de interesses não serem reconhecidas como tais, assim como não o são as enormes concentrações de poder em ação por detrás das mesmas.” Pois aquelas “são tanto mais fortes quanto menos forem reconhecidas como tais.”¹⁷⁶⁰

3.1.2. A mentira da *Nação Corporativa*

3.1.2.1. *Conflito interministerial*

Pequito Rebelo recordava em 1961, encontrando-se ainda “vivo, em vida de integralismo”, “a notícia do picante episódio interministerial de 1945...”¹⁷⁶¹ Não especificou os envolvidos no “episódio”. Portanto, tanto podia estar a referir-se ao conflito de MC com o Ministério da Guerra (MdG), adiante analisado, como podia estar relacionado com os desentendimentos entre MC e o ministro da Economia, Supico Pinto. Encontrando-se ainda em Luanda, MC não parava de incomodar os automatismos corporativos estabelecidos. A 20 de Outubro enviou para Lisboa o seguinte telegrama: “Peço para com urgência comunicar seguinte ponto com ministro Economia: [a] fim [de] pagar melhor [ao] indígena Angola isentou direitos [de] exportação [do] milho em 1944 e 1945 fazendo sacrifício importante [de] receita enquanto [a] Comissão Reguladora [de] Moagem [de] Ramas salvo erro arrecada aí importante taxa. Parece mais justo Comissão dispensar taxa e colónia arrecadar direitos. Nessa conformidade vou aqui decidir pedindo rever aí taxa referida.”¹⁷⁶² Quatro dias depois surgia situação semelhante, relativa a uma concessão de licença para exportação: “Atitude [...] muito duvidosa apurarei quando chegar.”¹⁷⁶³

O confronto desenrolava-se nos bastidores. Assim, não surpreende a pressão exercida por essa altura em Lisboa no sentido de empurrar MC para a AN. O seu agastamento foi evidente: “Recebi convite [para] aceitar candidatura [a] deputado. Não desejo fazer carreira política, antes quero se possível regressar [à] vida profissional logo [que] V. Ex.^a dispensar

¹⁷⁶⁰ EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, pp.20-24.

¹⁷⁶¹ AMC, cx.47, Correspondência/Rebelo, José Adriano Pequito (advogado; escritor integralista; político): nº8 (07/04/61).

¹⁷⁶² AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº127 (20/10/45).

¹⁷⁶³ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº131 (24/10/45).

minha presença [no] governo. Peço pois escusa [à] candidatura. Respeitosos cumprimentos.”¹⁷⁶⁴ No seguimento criticou duramente a intenção de Lisboa impor os candidatos da UN por Angola, a qual teria provocado “viva irritação”. Considerava um erro não respeitar a posição do único ministro presente na colónia e que, a manter-se a imposição, ele colocar-se-ia “fora [do] assunto”. “Repito que ficarei mal colocado peço por isso se reconsidere.”¹⁷⁶⁵ Os colonos exigiram nomes, programas convincentes e que se pensasse no futuro de Angola. Entretanto surgia uma organização da oposição a lançar os nomes de “Videira, Durães e Cunha Leal”, com “nítido carácter político como protesto contra atual governo”. MC propôs os nomes de Bagorro, Fausto Frazão e Henrique Galvão como os de “maiores probabilidades êxito”.¹⁷⁶⁶

Esta escolha, sobretudo a de Galvão, não foi bem recebida pelos representantes dos grandes interesses económicos. Os inquéritos não foram esquecidos. Poucas semanas depois de Galvão assumir o seu lugar na AN, estalavam as habituais intrigas. MC era o alvo preferido. O pretexto foi uma intervenção de Galvão sobre a “intenção de [MC] reformar a Escola Superior Colonial”. Aquele apressou-se a explicar a MC o seu “deslize” e a intriga: “Amigo muito íntimo, de cujas intenções não posso duvidar, fez-me hoje a seguinte prevenção: *há por aí uns indivíduos, que certamente não te querem bem, propalando que és a éminence grise do Ministro das Colónias – e mais: que o sabes e não procuras desfazer, pelo contrário, essa impressão.* E o meu amigo concluiu aconselhando-me cautelas”.¹⁷⁶⁷

Tal ideia não tinha qualquer fundamento, até porque MC jamais teve ou admitiu alguma “eminência parda” nos seus ministérios. Por isso nem se distanciou de Galvão, neste primeiro momento, nem se identificou publicamente com ele. Deixou correr as águas. Mas a pressão sobre a personalidade temperamental de Galvão viria a dar frutos para os seus inimigos, que o viam como um advogado dos indígenas.¹⁷⁶⁸ O famoso discurso na AN, onde apresentou os tristes resultados dos inquéritos sem previamente consultar MC, embora depois

¹⁷⁶⁴ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº113 (11/10/45).

¹⁷⁶⁵ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº119 (14/10/45).

¹⁷⁶⁶ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº123 (17/10/45).

¹⁷⁶⁷ AMC, cx.28, Correspondência/Galvão, Henrique Carlos Malta Galvão: nº19 (11/02/46). O documento nº20 (16/02/46) contém a continuação do mesmo assunto.

¹⁷⁶⁸ Ainda no mês de Fevereiro de 1946 criticou a notícia do aumento do Imposto Indígena em Angola: “que me parece, nesta altura, e depois do que se apurou e concluiu no inquérito feito, bastante perigoso. [...] Mas como nada mais sei além do que li neste recorte e como não creio que se trate de uma leviandade de Lopes Alves, que é seguro e muito inteligente – é possível que o caso tenha alguma justificação.” AMC, cx.28, Correspondência/Galvão, Henrique Carlos Malta Galvão: nº21 (18/02/46).

se justificasse longamente perante ele¹⁷⁶⁹, determinariam a posição futura de Galvão em relação ao regime e que é bem conhecida.¹⁷⁷⁰

A propósito de Galvão, Joaquim Paço D’Arcos condensava assim, em 1958, a posição daquele em relação ao Estado Novo:

“A severidade de tão pesada sentença por crimes bem menores do que os que motivaram a anterior condenação, tão mais benévola, se bem que agravados os últimos pelo facto de terem sido cometidos durante o cumprimento de pena, – a severidade da sentença surpreendeu-me e chocou-me. Durante o dia verifiquei o mesmo pasmo em alguns portugueses e estrangeiros com quem conversei. A justiça foi inexorável e estou certo de que o governo em nada interveio para a sua decisão e de que, pelo contrário, talvez se sinta embaraçado com esta. Mas este caso do Henrique Galvão é um quisto no corpo do regime, quisto que se arrasta há sete ou oito anos e que agora já purga.

O Galvão não teve a serenidade e a dignidade para se conservar isolado e ativo na hora da relativa adversidade política. Se tivesse sabido esperar com dignidade, muito diferente teria sido o seu destino. Mas o país, e o Ultramar principalmente, sabem que ao começo ele tinha razão. E a prova foi que a Assembleia Nacional que quase o enxotou como réprobo, mandou proceder a um inquérito para esclarecimento das acusações que ele formulara. E o resultado desse inquérito levou diversos indivíduos aos tribunais. Depois, muita água correu sob as pontes e muito disparate fez o Galvão. Mas o regime conseguiu transformá-lo no seu mártir. É uma espécie de Djilas português.¹⁷⁷¹ A imprensa estrangeira apossou-se do seu nome e do seu caso [...] para o apontar como a grande vítima, como o homem que se ergueu contra o trabalho escravo em Angola e que por isso sofre pena infundável nas masmorras do Estado Português. Hoje o Galvão é um mártir e o seu nome já é envolvido na campanha da ONU. Amanhã será uma bandeira.”¹⁷⁷²

¹⁷⁶⁹ AMC, cx.28, Correspondência/Galvão, Henrique Carlos Malta Galvão: nº31 (07/46).

¹⁷⁷⁰ Ver CASTRO, Pedro Jorge, *O inimigo nº1 de Salazar*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010; MOTA, Francisco Teixeira da, *Henrique Galvão: um herói português*, Lisboa, Oficina do Livro, 2011; PERES, Luís Miguel Solla de Andrade, *Henrique Galvão, 1895-1970: aspects of a euro-african crusade*, dissertação em História apresentada na Universidade da África do Sul, Março de 2009.

¹⁷⁷¹ Milovan Djilas (1911 – 1995) foi um importante político, revolucionário e escritor jugoslavo. Amigo pessoal de Josip Broz Tito e membro do politburo do Partido Comunista Jugoslavo, em 1953 começou a criticar a orientação seguida por Tito, exigindo uma correção democrática. A dissidência consumou-se em 1954, quando deu uma entrevista ao New York Times que o levaria a julgamento e consequente condenação a nove anos de prisão.

¹⁷⁷² Primeiro parágrafo do documento: “Vi ontem de manhã nos jornais a notícia da sentença que condenou o Henrique Galvão, após julgamento secreto, a dezasseis anos de prisão maior, o que na idade dele corresponde praticamente a prisão perpétua. Conheci sem qualquer intimidade o Henrique Galvão e só lhe sou devedor, ao todo, duma deslealdade literária, quando publiquei o meu primeiro romance, em 1933. Portanto, nenhum sentimento pessoal me anima, senão o da justiça, o da piedade e, para além desses, o da dignidade do meu país.”

O conselho de Paço D’Arcos para que o estado o amnistiasse, por caridade e inteligência, não foi ouvido. O sequestro do paquete Santa Maria foi a mais notável consequência. MC parece ter optado, desde 1946, pelo silêncio e fez o seu percurso no regime. Poucos meses depois desta carta seria despedido do governo. Mas no espírito de muitos que odiavam Galvão, MC fora o homem que promoveu o “problema”.

3.1.2.2. *Se todas as sociedades fossem bem administradas*

No relatório final da viagem a África, MC destacara os aspetos que determinariam a evolução do sistema e circunscreveriam a sua relação com as empresas que dele beneficiavam, tendo já em vista o fomento: “O facto de existirem tantos pequenos proprietários que procuram fazer progredir o seu capital e enriquecer aproveitando as largas perspectivas de um país novo, contribui para a mentalidade individualista e liberal para que parece haver propensão natural. Esse individualismo manifesta-se na relutância pela organização limitadora de iniciativas e de lucros; o liberalismo pelo desejo de não intervenção excessiva do Estado nas atividades através da disciplina legislativa e do imposto. Apesar desta maneira de ser, todos exigem do Estado, porém, que resolva os problemas coletivos e às vezes as dificuldades individuais, como todos apelam para o governo nos momentos de crise. Hoje em dia há duas classes que já compreendem as vantagens da organização, ao menos em certos casos: são os empregados do comércio e da indústria, e os pequenos produtores e comerciantes europeus.¹⁷⁷³ Mas, de modo geral, esses mesmos estão longe de qualquer pensamento socializante mantendo-se mais próximos da fórmula corporativa.”¹⁷⁷⁴

Vejamos o primeiro ponto, a relação com as empresas.

O caso da Diamang é paradigmático. As “participações da Colónia de Angola nos lucros da Companhia” cifraram-se, entre 1921 e 1938, em 1.098.122.107£ (libras) e, entre

AMC, cx.42, Correspondência/Paço de Arcos, Joaquim (escritor; chefe dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros): nº63 (20/03/58).

¹⁷⁷³ Tanto uns como outros não deixaram de reconhecer a acção de MC: AMC, cx.54, Correspondência/Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria da Colónia de Moçambique: nº1 (28/03/47): homenagem do sindicato a MC “pelo muito que fez pela classe”; AMC, cx.55, Correspondência/Soeiro, Álvaro Navarro: Presidente da Associação dos Produtos de Sisal da Colónia de Moçambique: nº2 (06/02/46).

¹⁷⁷⁴ AMC, cx.10, VMA, Objetivos da Viagem: nº1 – fls.22-23 (s.d. – Novembro/Dezembro de 1945).

1939 e 1944, em 77.711.052\$43 (escudos).¹⁷⁷⁵ As negociações para a obtenção de um empréstimo da Diamang para Angola foram marcadas por um braço-de-ferro com origem anterior à entrada de MC para a pasta das Colónias. No início de 1944, a companhia chegou a reclamar o enquadramento legal da “fiscalização” às suas atividades junto do MdJ: “a fiscalização estabelecida pela lei nº1995 não é aplicável á Companhia de Diamantes de Angola”.¹⁷⁷⁶ Nas vésperas de partir para África, MC reuniu-se com a administração da companhia, onde ouviu o rol de queixumes sobre as dificuldades de financiamento, aumento previsível dos preços e falta de pessoal para trabalhar, tudo supostas consequências da II Guerra Mundial.¹⁷⁷⁷

A primeira conferência entre MC e o comandante Vilhena sobre o empréstimo, que ascendeu a 100 000 contos, foi em 24 de Abril de 1946. Vilhena utilizou todos os argumentos para explorar o máximo de contrapartidas: “Vilhena começa por expor as enormes despesas que a Companhia está realizando com o seu pessoal branco e trabalhadores indígenas.” Mantiveram os preços praticados antes da guerra, enquanto isso “infelizmente não sucede com os preços feitos numa grande parte do comércio angolano, que por vezes não tira a pele ao indígena por que não pode”. Fez uma longa lista dos investimentos em Angola, Portugal e no estrangeiro, bem como projetos de prospeção a realizar, tudo para “demonstrar que a Companhia tem necessidade de conservar grandes reservas de tesouraria.” O mesmo em relação à gestão financeira da companhia, que manteve a distribuição de dividendos abaixo das congéneres para poder ter sempre as contas estabilizadas e poder investir na Colónia. Mas tudo isso não alterou a posição defensiva do governo. O empréstimo foi suportado pela venda da “chamada reserva do Canadá”, “negociada em Londres em Novembro de 1945 já com este fim.”¹⁷⁷⁸ MC negociou condições muito vantajosas para Angola: 2% de juros a 25 anos. Mostrou-se igualmente acessível a uma maior “maleabilidade” em relação às garantias e ao início da liquidação do empréstimo, concluindo a conferência com o seguinte: “eu sou partidário de que as amortizações de empréstimo se realizem o mais rapidamente possível, para assim deixar livre o crédito para novos empréstimos.”¹⁷⁷⁹

¹⁷⁷⁵ PT/TT/PS/AMC/MC-DIA-LIS: Diamang – Lisboa; AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida da Secção de Contabilidade em Lisboa: nº1 (10/04/46).

¹⁷⁷⁶ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: nº1 (10/01/44).

¹⁷⁷⁷ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: nº2 (22/05/44).

¹⁷⁷⁸ Aconteceu em Março de 1946, quando a administração aceitou a concessão do empréstimo. PT/TT/PS/AMC/MC-DIA-GM: Gabinete do Ministro; AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com a Administrador-Delegado em Lisboa: nº2 (06/03/46) e nº3 (12/03/46).

¹⁷⁷⁹ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: nº5 (24/04/46).

Consumado o empréstimo, dois dias depois, na segunda conferência, Vilhena pediu a intervenção de MC junto do ministro da Justiça para que a Diamang ficasse isenta da lei de fiscalização das sociedades anónimas, com base no argumento de esta ser uma sociedade colonial. MC limitou-se a responder: “Mas é claro que se todas as sociedades anónimas fossem bem administradas, não seria necessária essa fiscalização, mas infelizmente assim não é.”¹⁷⁸⁰ A tentativa de obter contrapartidas não ficou por aqui. Mesmo “repudiando a luta de classes”, a criação em Cabo Verde do organismo corporativo denominado Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Ofícios Correlativos e em Moçambique o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários provocou apreensão.¹⁷⁸¹ A Diamang agarrou-se a esse argumento. No mesmo dia da primeira conferência com Vilhena, MC recebia a seguinte nota da companhia sobre as “pretensões” do Sindicato dos Empregados do Comércio:

“É evidentemente a “luta de classes” que começa a estabelecer-se na Colónia, com todos os seus conhecidos inconvenientes, embora tão fácil de evitar. Tenho a impressão de que o Com^{te}. Lopes Alves não se apercebe dos prejudiciais desenvolvimentos que aquele núcleo de dissidência pode vir a produzir – não vê a coisa na sua projeção sobre o futuro – e que o Dr. Manuel Figueira não é suficientemente inteligente nem possui o necessário espírito prático para poder regular a aplicação a Angola dos princípios corporativos, que – deve acentuar-se – vêm já falseados desde o início.”¹⁷⁸²

Desde o fim da guerra que esse argumento ideológico era agitado pela companhia para justificar todas as resistências a qualquer melhoria da situação dos trabalhadores (indígenas e não indígenas). Em Janeiro de 1946, o comandante Vilhena lançou o alarme: “seria conveniente chamar atenção governo-geral para situação no Congo Belga que se está constituindo em foco expansão bolchevismo que muito facilmente pode alargar-se nossa Lunda e explorações.”¹⁷⁸³ A pressão sobre os sindicatos e sobre o ministro foi constante. MC procurou gerir a situação com tato: nem perder a face perante os primeiros nem ceder na autoridade junto da Diamang.¹⁷⁸⁴ A crítica desta a Lopes Alves também resultava das

¹⁷⁸⁰ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: n°6 (26/04/46).

¹⁷⁸¹ Respetivamente: Portaria n° 11 240, de 17 de Janeiro de 1946 e Portaria n°11 355, de 22 de Maio.

¹⁷⁸² AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com a Administrador-Delegado em Lisboa: n°4 (24/05/46).

¹⁷⁸³ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida da Secção de Informações e Diligências em Lisboa: n°12 (28/01/46).

¹⁷⁸⁴ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida da Secção de Informações e Diligências em Lisboa: n°1 (29/10/45): “Recebido folheto título salários mínimos que supomos vossa excelência terá estudado [no] sentido [de] ser atendida situação especial nossa empresa e desorganização nela seria produzida em caso contrario. Esperamos nada continue obstando [à] subsistência [do] perfeito embora complexo regímen [que] temos adotado de contratos realizados na metrópole envolvendo para o contratado promoção [de] sucessivas

resistências do governador às suas pressões.¹⁷⁸⁵ A relação de MC com Lopes Alves funcionou, por isso, perfeitamente.

3.1.2.3. O lugar do indígena nos modelos económico-sociais europeus

Perante o cenário quase dantesco das condições de trabalho indígena observadas por MC em Angola e Moçambique, não surpreende que a Diamang representasse, como MC já anotara em África, uma vanguarda neste campo. A própria companhia autoelogiava-se na assembleia geral de Junho de 1946: “A sua maior força consiste em que ela é “avant la lettre”, e diz “avant la lettre” porque desejaria ver um dia a designação aposta ao seu nome – porque ela é, de facto, uma grande “instituição de utilidade pública”.¹⁷⁸⁶

No final de 1946, a Diamang teria ao seu serviço cerca de 17 000 indígenas.¹⁷⁸⁷ Um número descomunal quer para a realidade portuguesa, quer mesmo para a realidade colonial subsariana. A evidente atração dos indígenas angolanos e moçambicanos pela emigração para o Congo e para a África do Sul era um problema e um desafio para a companhia. Em resposta

retribuições em complemento dos vencimentos fixos e outras importantes vantagens constituindo tudo a favor do pessoal um conjunto ainda não igualado por qualquer outra empresa trabalhando na colónia”; “Projeto apresentado por sindicato está inçado de barbaridades”.

Documento nº2 (31/10/45), de Vilhena para MC: “Vosso nove oito [nº do telegrama de MC] direi ainda que uma direção sensata do sindicato procuraria inspirar-se no espírito de cooperação e de conciliação que preside às disposições corporativas congêneres adotadas na metrópole”.

Documento nº4 (07/11/45), de Vilhena para MC: “Vosso um zero zero de acordo. De facto tudo vem torto desde o começo suponho que por incompreensão verdadeiro espírito doutrina corporativa [e] incompleto conhecimento legislação a pôr em vigor e precipitações. Seria fácil mostrar que o que aí se acha feito ou projetado não se harmoniza em grande parte com as disposições fundamentais do estatuto do trabalho nacional em vigor na colónia desde 1937. Assim por exemplo a ideia de fazer do sindicato juiz do procedimento do patrão em caso de despedimento do empregado só poderá ocorrer a quem ignore que o artigo quinto daquele diploma diz por forma lapidar os indivíduos e os organismos corporativos por eles constituídos são obrigados a exercer a sua atividade com espírito de paz social e subordinando-se ao princípio de que a função da justiça pertence exclusivamente ao Estado.”

Documento nº6 (10/12/45), de Vilhena para MC: “Resposta confidencial reservada nove mês passado acho que em lugar de manter pretensões infundadas e absolutamente inexequíveis como é a do artigo vinte cinco do projeto salários mínimos sindicato deveria inteligentemente pedir aplicação [na] colónia [a] lei 1952 de dez Março 1937 a que já me referi”.

¹⁷⁸⁵ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: nº4 – anexo 1 (17/04/46). Cópia de carta da Diamang para o Lopes Alves, sobre o problema da companhia com os sindicatos: “No caso contrário, quando tal publicação se afigurasse impossível (por contrariar a doutrina constitucional que reclama para a administração do Estado a superintendência nas relações entre o Capital e o Trabalho, e não entrega, nem àquele, nem a este, a faculdade de deliberar sobre os interesses comuns)”.

¹⁷⁸⁶ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: nº8 (29/06/46).

¹⁷⁸⁷ AMC, cx.8, Diamang – Angola, Documentação recebida da Direção Técnica em Angola: nº6 (05/12/46).

à questão do administrador de Distrito, Fernando Barros Xavier Martins, sobre “as diretrizes que a Companhia entende que conviriam ser os indígenas persuadidos a aceitá-las a fim de se poderem dar as instruções convenientes”, o diretor geral da Diamang no Dundo manifestava interesse em criar condições para a uma estabilização demográfica: “Escusado seria dizer a V.Ex.^a que sendo nossa opinião que a educação coletiva do indígena não pode ser obra de meses, mas sim de muitos e largos anos, a ação dos nossos serviços de assistência, está, naturalmente, condicionada, pelos imperativos de uma inteligente e bem ponderada política indígena, sabendo-se que estamos muito interessados no aumento e fixação das populações.”¹⁷⁸⁸

As pressões sobre os administradores provinciais não agradavam ao ministro. Os relatórios sobre a “disciplina indígena” também não eram moralizadores.¹⁷⁸⁹ Em todos eles MC anotava e sublinhava referências¹⁷⁹⁰ como a que segue, relativa à destruição de floresta nativa: “Mas aqueles que aqui fazem a sua vida sentem essas destruições como se pode sentir a morte de pessoas amigas.”¹⁷⁹¹ Em conferência com Vilhena, MC advertia-o, mas não podia (nem queria) lutar contra tudo e contra todos: “É preciso acabar com a imoralidade do “mata-bicho”. Para acabar com isso teve feito um decreto que aumentava cumulativamente os vencimentos dos funcionários, mas razões de ordem vária tornaram impossível a sua

¹⁷⁸⁸ PT/TT/PS/AMC/MC-DIA-ANG: Diamang – Angola; AMC, cx.8, Diamang – Angola, Documentação recebida da Direcção Administrativa em Angola: nº15 (11/10/46) e nº16 (17/10/46). A resposta continha ainda o seguinte: “fossem persuadidos a acatar os conselhos e ensinamentos dos referidos auxiliares, no respeitante a:

- a) – racional aproveitamento, na construção de casas, dos materiais ao alcance dos indígenas, com vista ao seu melhor aspecto, duração, conforto e higiene e tendo em consideração que aos artífices, capatazes e outros especializados conviria distingui-los com habitações adequadas na medida da sua própria evolução.
- b) – localização das aldeias nas proximidades das estradas, conforme preceituado oficialmente, procurando-se locais salubres, terras aráveis e água acessível, alinhando-se as casas e arborizando-se as aldeias.
- c) – incutir no espírito dos indígenas, princípios rudimentares de higiene, no intuito de conseguir que mantenham as suas aldeias limpas e cuidadas e exercendo-se, para o efeito, a possível e contínua vigilância.”

¹⁷⁸⁹ “No decorrer dos pagamentos deste mês, foi eficiente a medida tomada, para manter a disciplina entre os trabalhadores. Consistiu essa medida em fazer acompanhar o pagador por um cipaio do Cambulo. [...] Pelo que o encarregado do serviço se viu na necessidade de utilizar uma pequena vara – “capama” – para os incitar ao cumprimento da ordem. [...] Um deles ameaçava o branco, alguns outros incitaram os companheiros a baterem-lhe. [...] Depois, conduzimos ao local o Chefe do Posto do Cambulo que castigou, espectacularmente, os indígenas implicados nessa lamentável ocorrência.”

“Trabalhadores da Construção – Barbosa. Dois trabalhadores da 4ª categoria, deitaram para o chão os salários que lhes foram entregues, dizendo que os davam como “mata-bicho”, visto ser pouco o que se lhes pagava, pelo que não voltavam ao serviço, seguindo para as suas sanzalas.” AMC, cx.8, Diamang – Angola, Documentação recebida da Direcção Administrativa em Angola: nº2 – anexo 1 e 2 (05/12/45), “Confidencial. Disciplina Indígena”.

¹⁷⁹⁰ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida da Secção de Informações e Diligências em Lisboa: nº10 (16/01/46). Cabeçalho manuscrito por MC: “Disciplina”. Sobre forma de aplicar a lei e “meios dissuasórios que se julgar adequados a encarregar o empregado e modificar ou corrigir a sua maneira de ser”.

¹⁷⁹¹ AMC, cx.8, Diamang – Angola, Documentação recebida da Direcção Administrativa em Angola: nº4 (29/03/46). “Confidencial-reservada”. Sobre “Jardim do Bungo. Planos de urbanização.”

publicação. Entretanto recomendarei ao Governador-geral o caso da mão-de-obra para a Companhia de Diamantes.”¹⁷⁹²

Se aquele decreto não foi publicado, outros foram. No que refere aos indígenas foram promulgados alguns de relevo. A 7 de Maio de 1946, o MdC regularizou os vencimentos dos trabalhadores nas roças de S. Tomé e Príncipe, fixando salário mínimo e regalias (portaria nº11 335). No dia seguinte, pelo Decreto nº35 631 regularizou a emigração de Angola para S. Tomé e Príncipe, impondo mais restrições e obrigações aos patrões e acautelando melhor os direitos dos indígenas. Pelo Decreto-lei nº35 844 de 31 de Agosto criou uma taxa de 10\$00 por tonelada de algodão-carço a pagar pelos concessionários para fundação e manutenção de obras de saúde, educação e assistência nas áreas das zonas algodoeiras. Ainda em 1946, a 20 de Novembro, reorganizou integralmente os serviços dos negócios indígenas do Império (Decreto-lei nº35 962).

Claro que o objetivo puramente mercantilista da companhia compreendia a submissão económica dos indígenas. Apesar de ser a questão central, não deve impedir a observação alargada de todos os segmentos duma realidade tão complexa. Um dos principais dilemas, senão mesmo o maior, da colonização europeia (sobretudo a portuguesa) consistia em conciliar o facto de não se poder voltar atrás no tempo e apagar quase cinco séculos de presença em África, com o mais do que exigente desafio de regular a convivência pacífica e humana entre todas as culturas, estabelecer justiça social e garantir o sucesso dos territórios africanos na nova realidade global. É inegável que um dos componentes para esse sucesso passava, no pós-guerra, pela presença europeia em África e por uma apreensão (sem confundir com o integracionismo) eficaz pelos africanos dos instrumentos, proporcionados pela cultura ocidental, necessários para o alcance desse objetivo. Neste campo não existia apenas a perspectiva indígena face às atrocidades da colonização europeia. Apesar, segundo vimos, da generalizada exigência indígena por justiça, igualdade e uma educação europeia, as resistências culturais eram igualmente enormes.¹⁷⁹³

¹⁷⁹² AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida do Administrador-delegado em Lisboa: nº6 (26/04/46).

¹⁷⁹³ O relatório do SPAMOI (Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena da Diamang) de Outubro de 1945 exemplifica algumas dessas resistências:

“Perfazem um total de 1052 árvores, plantadas em aldeias das Zonas 2 e 3. Foi necessário que a Spamoi abrisse as covas respetivamente e outras que estão por preencher. De contrário não teria sido possível a plantação, porque os indígenas nunca recebem com simpatia qualquer benefício que lhes custe cuidados. Adoram o roubo de uma papaia, de um ananás, de uma manga, mesmo sem estarem maduros. Comem gulosamente. Como lhes não interessa o futuro, mas tão-somente o momento presente, não se dão ao trabalho de, com o calcanhar do pé, enterrarem as sementes. Ainda há dias um soba nos veio ao escritório, pedir que o presenteássemos com bananas. [...] Íamos dar-lhe uma soca de bananeira que, mais tarde criaria muitos cachos.

Por outro lado, a cultura anglo-saxónica que marcava o ritmo e a orientação do processo de globalização em curso, também oferecia poderosas resistências a uma evolução ideal da questão indígena. Como o discurso “integrarista-civilizador” tendia a ser inversamente proporcional à capacidade económica, ou seja, ocupava o espaço que o *dinheiro* não conseguia preencher, os interesses anglo-saxónicos focavam-se sobretudo na prevenção teórico-sistémica contra o aumento do nível de vida indígena. MC seguiu com afeição os debates e as tendências político-económicas inglesas e belgas. Chegou a pedir indicações bibliográficas a Vilhena: “Conhece algum livro moderno sobre a organização económica e política do Congo Belga? [...] Interessava-me, sobretudo, conhecer a estrutura económica e financeira de toda essa teia de sociedades do Congo Belga, lançadas pela Société Générale de Belgique”.¹⁷⁹⁴

O artigo publicado no n 5351 do britânico *The Economist*, de 16 de Março de 1946, mereceu a maior aten o. Baseado nos relatórios do *Labor Advisor to the Colonial Office* britânico, major Orde Browne, sobre as condi es do trabalho na África Oriental, o artigo destacou a “enorme diferença” entre o trabalho em África e na Europa, resumida na seguinte ideia sublinhada por MC:

“The African is still largely independent of paid work for his subsistence, although he may, to an increasing extent, find paid work for a few months at a time in order to earn enough money to raise his subsistence level. But he is a “target worker”. He intends to earn a certain sum and then go back home again, and the sooner this sum can be obtained the better. Thus the offer of a higher wage has few attractions; it enables him to go home earlier, but it does not persuade him to stay longer or work harder. Hence the frequent statement that higher wages mean less work.”¹⁷⁹⁵ Ou seja, a defesa de que salários mais altos significava menos trabalho.

Recusou! São ainda desta foz   as dificuldades com que deparamos nas nossas campanhas.” AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documenta o recebida do Administrador-delegado em Lisboa: n 3 (17/12/45).

Pelo contrário, quando existia receptividade, os resultados podiam ser positivos:

“A nossa direc o geral, na Lunda, informou-nos pelos Serviços da Sec o de Propaganda e Assistência   Mão-de-Obra Indígena, que os trabalhadores indígenas que, sob a orienta o da mesma Sec o, se dedicam ao cultivo de hortas, estão auferindo muito bons lucros, havendo um granjeiro que durante o mês de Setembro próximo passado atingiu Ags. [angolares] 699,00, e outros, importâncias aproximadas a Ags. 500.00.” AMC, cx.8, Diamang – Angola, Documenta o recebida da Direc o Administrativa em Angola: n 18 (04/11/46). Do representante-interino da Diamang, Eug nio Ferreira, para o Curador Geral dos Indígenas.

¹⁷⁹⁴ AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documenta o recebida do Administrador-delegado em Lisboa: n 6 (26/04/46). Dias depois (n 7 (06/05/46), MC recebia “algumas publica es interessantes sobre assuntos coloniais saidas de alguns anos a esta parte”, maioritariamente belgas e inglesas, sobre problemas de economia, administra o, nutri o, medicina, educa o. Denotava grande preocupa o com todos os parâmetros de desenvolvimento humano, social e económico.

¹⁷⁹⁵ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunica es sobre questões africanas: n 2 (16/03/46).

A última frase foi destacada até à exaustão pela Diamang – “More Wages, Less Work” –, que inundava o MdC com artigos do *The Crown Colonist*:

“Though the Northern Rhodesia Government has long since learnt of the Africans’ disinclination to work, nothing has been done to improve the situation. Sir Stewart Gore-Browne’s admirable report on labor conditions in the territory in 1938 fell on deaf ears. His statement that increased wages were no solution to the problem has been amply proved. While wages have doubled in three or four years, efficiency has steadily decreased. Something effective must be done without delay if conditions are not to become intolerable. It is almost inevitable that the Africans have a period of austerity before them.”¹⁷⁹⁶

Adriano Moreira lembrou que o poder colonial norte-europeu só era democrático na Europa, já que em África, pelo contrário, era centralista e autoritário. Fenómeno semelhante passava-se quanto ao modelo económico-social. Mesmo os trabalhistas britânicos no poder¹⁷⁹⁷ eram *keynesianos* na Europa e *ultraliberais* em África, não dispensando nem a ameaça da “austeridade”, segundo o artigo supracitado, nem uma visão catastrofista em relação à possível introdução do modelo social-europeu em África:

“Vigorous efforts will thus needed to establish the principle of a fair day’s pay for a fair day’s work. In the past, it has often been contended that what the African most needed was the introduction of European safeguards against labor exploitation, such as minimum wage legislation, workmen’s compensation, and trade unions. All these things may indeed be necessary, but, as major Orde Browne’s report makes clear, the African’s basic need is a new economy admitting of a higher standard of life. He himself suggests planned industrialization, for of achieving this, provided that it is carried out in harmony with the African’s traditional mode of life. But if matters are left to drift, if higher wages and social security are considered adequate in themselves, the time may soon come when the old economy, based on an abundance of land subsistence agriculture, will collapse in the face of increasing soil erosion and an increasing population. India and the West Indies then be repeated in Africa.”¹⁷⁹⁸

A abordagem belga para o mesmo objetivo era ligeiramente diferente. Em meados de 1946 preocupava-os sobretudo a criação de uma Confederação Geral do Trabalho no Congo, dado que a esmagadora maioria da população europeia era constituída por assalariados. A preocupação tinha dois fundamentos. Primeiro, o facto de constituir uma semente de revolta:

¹⁷⁹⁶ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: nº8 – anexo 2 (12/46).

¹⁷⁹⁷ Governo de Clement Richard Attlee (1883 – 1967), que vencera as eleições britânicas de Maio de 1945 contra W. Churchill. Governou até Outubro de 1951.

¹⁷⁹⁸ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: nº2 (16/03/46).

“ces grèves étaient dirigées contre le Gouvernement plutôt que contre le patronat. [...] Ce mouvement syndical a rapidement pris, dans une telle atmosphère, une allure dictatoriale.” Segundo, mais do que abertura dos sindicatos aos indígenas, era a tentativa de controlo dos sindicatos por parte dos indígenas: “l’extension du syndicat aux indigènes s’est imposée comme une fatalité. [...] On peut le redouter d’autant plus sérieusement que la Confédération générale du Travail a manifeste de reprendre en main la direction de l’éducation des noirs. Cette prétention soulève un gros problème.”¹⁷⁹⁹

No Congo já tinha começado por essa altura o conflito que atingiria a Argélia uma década mais tarde: “La situation s’est compliquée par les conflits d’opinions qui ont surgi depuis la relève entre les Blancs d’Afrique et les Blancs d’Europe.” Posto este problema, a capacidade de intervenção do poder central ficava irremediavelmente afetada: “l’administration central de la Colonie ont quelque chose à faire, et cela d’urgence”. O chamado “problema indígena” dirigia a marcha dos acontecimentos e no Congo já existia um jornal “noir, imprime pour les Noirs et rédige – et fort bien, ma foi! – par des Noirs.”¹⁸⁰⁰

Uma parte da elite belga percebera, mas não aceitara ainda, a inevitável ascensão social e política das populações indígenas. Um arrojado artigo do *Le Courrier d’Afrique*, intitulado “Du Noir et des Noirs à L’Horizon Colonial”, escrito por G. Caprasse, colocava o problema na perspetiva africana: “Il faut avoir le courage de regarder droit devant soi. L’horizon est noir.” O autor produziu uma dura autocritica do poder europeu, que nunca passou das palavras aos atos: não houve uma autêntica colonização; a organização de um Estado de predominância europeia dotado de uma “autonomia suficiente” para repelir a ingerência dum controlo internacional dava sinais de insucesso e esse controlo internacional ameaçava abater-se sobre a Bélgica. Desta feita, segundo a perspetiva europeia, o autor terminou com uma evidência que então ainda não tinha sido aceite:

“Quand Mr. Paul Robeson [sic], d’épiderme noir, descendante d’affranchis, de souche africaine et de mystique nègre déclare que le gouverneur général du Congo Belge devrait être un noir, elle anticipe assurément, mais elle ne fait que rejoindre nos plénipotentiaires de San Francisco. Ceux-ci ont pensé qu’ils n’engageaient pas à grand chose notre génération. Ils se

¹⁷⁹⁹ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: n°3 (11/04/46). Artigo no “L’Écho de la Bourse”. Título: “Une conférence de M. Alfred Moeller à la Société d’Économie Politique” – Congo.

O diplomata Armando Martins diria pouco depois a MC: “enviei junto as leis congoleas que esboçam certos direitos sociais [?] para os indígenas. Devo notar aqui que ainda não foram constituídos os sindicatos indígenas e que os principais objetivos destas leis foram, para logo, criar meios de poder impedir greves negras e depois parecer bem a ingleses e sobretudo a americanos e à ONU.” AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Armando (diplomata): n°7 (29/10/46?).

¹⁸⁰⁰ Ibidem.

sont gravement mépris. Ils ont signé, nous l'avons déjà dit, un acte révolutionnaire. Dorénavant la révolution est en marche, stimulant toutes les propagandes, éveillant tous les espoirs, déclenchant des aspirations et des illusions, illuminant les prophètes, précipitant les évènements, balayant sur son passage les faibles résistances qu'on tendra de lui opposer.”¹⁸⁰¹

Não é possível avaliar o impacto que esta pioneira interpretação da Conferência de S. Francisco e da Carta das Nações Unidas teve no espírito de MC. O certo é que leu o artigo e registou a determinação belga em contrariar essa “marcha revolucionária”. Precisamente nos mesmos dias, Galvão expôs no parlamento a realidade apurada nos inquéritos. MC não era Galvão. Embora até assumir o MdC o fizesse crer, não foi nem quis ser “herói”. Sobre a questão indígena era tão (anti) revolucionário como em tudo o demais na sua vida. Encontrar-se-ia, segundo a perspectiva daquela geração, na posição recomendada por Galvão: um “negrófilo” com “juízo”, que considerava “o preto na sua verdadeira posição de homem de outra raça e da mesma nacionalidade”, preocupado com a “autenticidade” da política “apregoadá”. Inclusivamente era esse o retrato de MC quando assumiu o MdP, partilhado por colonos e administradores coloniais.¹⁸⁰²

O grande problema residia precisamente na hesitante (in)definição da política indígena. O “conflito colonial de leis” (entre as metrópoles e as colónias), comum a todas as potências europeias, adotava em Portugal, como era *habitual*, uma forma particular. Conforme observava Silva Cunha em 1950, existiam três soluções para o problema: “a) – o conflito é resolvido mandando aplicar ao indígena a norma jurídica do não-indígena”; “b) – o conflito é resolvido aplicando a lei do indígena”; “c) – o conflito é resolvido aplicando uma solução de equidade”. A particularidade residia no facto de Portugal adotar formal e

¹⁸⁰¹ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: nº4 (05/06/46).

¹⁸⁰² “Recebi de Angola, do agricultor João Nobre Carrôlo, uma carta que contém umas referências ao Sr. Ministro. Pela sua sinceridade não resisto à tentação de as levar ao conhecimento de V. Ex.^a:

Da subida ao Poder do Dr. Marcello, não imagina a íntima satisfação que eu senti. E senti essa satisfação muito sinceramente porque, no meu entender, ele é, entre todos os políticos em destaque, o que mais admiro pela sua inteligência, conhecimentos e sensatez. Não é um político fanático que adote a divisa do crê ou morres. É um homem que sabe defender os seus ideais sem todavia menosprezar as ideias dos outros com ataques insultuosos e discursos de linguagem reles e baixa. Em suma: o meu amigo sabe que não sou um político ligado a qualquer partido. Sou um homem de trabalho e que para o trabalho vive, apreciando mais os homens pelas suas virtudes e qualidades do que propriamente pela política que seguem. O Dr. Marcello, para mim, é o maior de todos e o mais digno de nos comandar sem curar de saber se ele é branco, amarelo ou encarnado. Considero-o, acima de tudo, pessoa de bem, inteligente e humano. [...] Este agricultor médio de café, honrado, grande conhecedor da psicologia indígena e profundamente humano, foi meu valioso colaborador no estudo da questão da mão-de-obra. E ficámos amigos.” AMC, cx.58, Correspondência/Zanatti, Mário (governador (?) da província de Benguela; Inspetor-geral dos Serviços da Administração da Zona Internacional de Tânger) : nº3 (14/09/55).

legalmente a terceira solução, partilhada pelos holandeses¹⁸⁰³, mas na prática, “semelhantemente ao que se [passava] nas Colónias francesas¹⁸⁰⁴, o conflito de leis nas Colónias portuguesas [era] resolvido pela aplicação da norma jurídica dos não-indígenas.”¹⁸⁰⁵

A promulgação, pelo Decreto-lei nº39 666 de 20 de Maio de 1954, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique não resolveu o problema.¹⁸⁰⁶ A assimilação parcial aí consagrada levantava uma série de novas questões. Esta solução possibilitava aos indígenas optar parcialmente pela lei comum, em qualquer dos capítulos da vida privada, a família, a propriedade, as obrigações, as sucessões, mantendo no resto o seu direito tradicional, segundo o regime do direito costumeiro. As novas questões, tratadas numa rúbrica criada para esse efeito na revista *O Direito*, introduziam superior complexidade jurídica: a determinação da extensão da “autoridade gentílica”¹⁸⁰⁷; a validade dos contratos entre indígenas e não indígenas¹⁸⁰⁸; o esclarecimento da relação entre (ausência de) cidadania e nacionalidade dos indígenas e as situações da aquisição automática desta última¹⁸⁰⁹; a atribuição de cidadania aos “mestiços” ou a aplicação do estatuto de funcionário aos indígenas.¹⁸¹⁰

MC assumiu então publicamente o combate contra a assimilação integral: “Fixei-me assim no estudo do papel dos nativos na economia de Angola e de Moçambique. O assunto pareceu-me além do mais de grande oportunidade numa altura em que a opinião metropolitana está a ser influenciada por um renovo das velhas doutrinas da assimilação integral das províncias ultramarinas ao regime europeu. Os partidários de tal orientação, geralmente pessoas sem conhecimento profundo do Ultramar africano ou que por lá passaram já há muitos anos, não se contentam em afirmar que em África as coisas devem vir a ser como na Europa: no seu entusiasmo cego vão mais longe e declaram perentoriamente que tudo lá se passa como aqui, concedendo, quando muito, que exista alguma pequena diferença de

¹⁸⁰³ Daí o interesse manifestado a MC, em 1946, pelo diplomata holandês Phan Buttingha Wickers em realizar estudos comparativos entre os dois países e as suas respectivas “recherches” nos territórios ultramarinos. AMC, cx.58, Correspondência/Wickers, Phan Buttingha (diplomata holandês): nº1 (08/07/46).

¹⁸⁰⁴ Ver GRANDMAISON, Olivier Le Cour, *La République impériale: politique et racisme d'État*, Paris, Fayard, 2009 ; *De l'indigénat. Anatomie d'un «monstre» juridique: le droit colonial en Algérie et dans l'empire français*, Paris, Zones/La Découverte, 2010.

¹⁸⁰⁵ Em revista *O Direito*, Ano 82, 1950, pp.81-100.

¹⁸⁰⁶ Ver, entre outros, FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique: anota e legislação complementar*, 2ª edição, Lisboa, 1957

¹⁸⁰⁷ Em revista *O Direito*, Ano 88, 1956, pp.88-90.

¹⁸⁰⁸ Em revista *O Direito*, Ano 88, 1956, pp.178-184.

¹⁸⁰⁹ Em revista *O Direito*, Ano 88, 1956, pp.268-276 e 365-368.

¹⁸¹⁰ Em revista *O Direito*, Ano 89, 1957, pp.70-77.

pormenor.”¹⁸¹¹ Treze anos mais tarde, Paulo VI aproximar-se-ia desta perspectiva na Carta Apostólica *Africae Terrarum*, de 29 de Outubro de 1967.¹⁸¹²

O pressuposto de que a lei não deveria preceder uma realidade extremamente complexa, apoiada na inevitável morosidade de processos transitórios, foi rejeitada por Adriano Moreira seis anos depois, quando entrou para o governo. Preparando o terreno para a revogação do Estatuto, afirmava em Julho de 1960: “A experiência da exclusiva opção pela assimilação total em que se viveu até ao Estatuto vigente, e a experiência colhida com o regime de opção pela assimilação parcial que este instituiu, demonstram que o método não serve e que não conduz à indispensável coincidência entre o estatuto jurídico e o estatuto cultural de que depende a resolução de muitos problemas sociais. Pelo contrário, a experiência de S. Tomé e de Timor, por exemplo, indica-nos que é por via legislativa que o problema tem de ser resolvido.”¹⁸¹³

A constatação de Moreira não oferece dúvidas. A questão estava em saber se “por via legislativa” se resolvia o problema. Ou seja, se se modificava a realidade. A análise economicista do indigenato por parte de MC contrariava uma visão exclusivamente jurídica. Outrossim, as fragilidades da economia africana evidenciavam que sem uma economia estruturalmente sustentável não haveria possibilidade de sobrevivência para qualquer “ideal” futuro.

3.1.2.4. Obsessão ideológica e secundarização económica: o problema dos quadros

Enquanto MC foi ministro das Colónias, o governo de Sua Majestade não evidenciou qualquer sinal de mudança estratégica. Pelo contrário, deu sinais no sentido de reforçar a

¹⁸¹¹ CAETANO, Marcello, *Os Nativos na Economia Africana*, Coimbra Editora, 1954, p.6.

¹⁸¹² “12. Quanto, poi, alla vita comunitaria - che nella tradizione africana era quasi l'estensione della famiglia stessa - notiamo che la partecipazione alla vita della comunità, sia nell'ambito della parentela, sia nell'ambito della vita pubblica, viene considerata un preciso dovere e un diritto di tutti. Ma all'esercizio di questo diritto si giunge solo dopo la preparazione maturata attraverso una serie di iniziazioni, che hanno per scopo di formare il carattere dei giovani candidati e di istruirli sulle tradizioni e sulle norme consuetudinarie della società.

13. L'Africa, oggi, è stata investita dal progresso, che la muove verso le nuove forme di vita aperte dalla scienza e dalla tecnica. Tutto ciò non è in contraddizione coi valori essenziali della tradizione morale e religiosa del passato, che abbiamo succintamente descritto più sopra, appartenendo essi in qualche modo alla legge naturale, insita nel cuore di ogni uomo, sulla quale si regge la ordinata convivenza degli uomini di tutti i tempi.”
http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19671029_africae-terrarum.html.

¹⁸¹³ MOREIRA, Adriano, *Ensaio*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n°34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960, p.157.

presença em África. Em Dezembro de 1946, *The Crown Colonist* noticiava orgulhosamente: “New headquarters for the Colonial Empire” – “Decision to erect a “fitting” building in Westminster: Temporary home for Colonial Office in Church House”, “worthily expressing the high value which the people and Government of this country place on the friendship of the Colonial peoples.”¹⁸¹⁴

A determinação belga não era diferente. O modelo sim, apresentava algumas *nuances*. MC parece ter apreciado mais a autoridade colonial belga, até pela influência do Congo em Angola. Pela mesma altura, a imprensa belga, através do general Georges Moulaert, identificava o caminho para combater os “problèmes coloniaux immédiats”, suportado pela transferência para o Congo de “1 milliard 200 millions”: “Cette somme sera consacrée à un fonds social indigène et subsidiera la Recherche Scientifique. [...] Quels sont les problèmes primordiaux indigènes? Est-ce l’instruction publique, la “mass éducation”, l’amélioration du logement, les écoles professionnelles et même moyennes? Non! Nous devons avant tout assurer la vie de nos populations. Premier Problème: l’assistance médicale indigène.”

Quando as economias coloniais estavam demasiado dependentes do sector primário, em especial da extração mineira, MC parecia focado no futuro. Essa preocupação explica que tenha destacado o seguinte parágrafo: “En fait, on exportait pour un prix infime et désoire [sic] la fertilité du pays. [...] M. Harroy écrit que l’exploitation minière appauvrit le pays. Cela est inexact. Les Mines permettant d’outiller le pays, de construire elles routes, des chemins de fer, d’organiser les services administratifs, médicaux et sociaux, de développer l’agriculture vivrière, mais tout cela à condition de permettre un jour le remplacement des richesses du sous-sol par le développement indéfini des richesses de culture; c’est-à-dire à condition de maintenir et d’améliorer la fertilité des terrains.”¹⁸¹⁵

Em França, começava a desesperar-se na “recherche d’un nouveau Colbert”. Jean Walter, num artigo publicado na revista *Paysage* (de 25 de Novembro de 1945), alertava a França (e a Europa) para o perigo decorrente da guerra ideológica. Enquanto as superpotências sufocavam o mundo com propaganda, absorvendo-o no debate político, a sua hegemonia económica consolidava-se a traços largos: “Tant à l’intérieur qu’à l’extérieur de notre pays, les évènements politiques ont pris, au cours des dernières semaines, une telle ampleur que l’essentiel du problème mondial et du problème national de reconstruction est passé au second plan dans nos préoccupations immédiates.” Nesse sentido, propunha o

¹⁸¹⁴ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: n.º8 – anexo 6 e 7 (12/46).

¹⁸¹⁵ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com o Administrador-Delegado em Lisboa: n.º8 – anexo 8 (12/46).

regresso da reconstrução económica ao discurso político. O princípio do “*primauté de l'économique*”, resumindo todos os problemas da França no facto de esta se encontrar “à la recherche d'un nouvel équilibre économique.” Focou a questão dos equipamentos materiais e dos serviços, mas o que chamou mais a atenção de MC foi “le problème des cadres”.

MC colocou uma chaveta em todo o parágrafo (a lápis azul). Destacou a importância de criar quadros administrativos qualificados e eficazes, bem como a crítica dos vícios da função pública: “L'intrusion du politique dans l'économique a fait que le contrat exprès ou tacite qui lie le fonctionnaire à l'Etat peut s'exprimer ainsi: en regard de faibles traitements, d'une situation sociale de seconde zone, le préposé de l'Etat acquiert deux privilèges: la stabilité, l'irresponsabilité. [...] Il faut reconnaître et proclamer que sans une administration compétente, énergique, bien payée et sans cesse soumise à la loi du rendement, toute réforme restera théorique et sans prise effective sur des réalités auxquelles nul ne saurait échapper.”¹⁸¹⁶

A reorganização da Escola Superior Colonial (Decreto-lei nº35 885, de 30 de Setembro de 1946) obedeceu à urgente necessidade de formar bons quadros técnicos. Segundo o princípio defendido por MC de que o futuro de África exigiria prioritariamente bons profissionais e não filósofos. Até 29 de Novembro de 1946, a escassos dois meses de deixar o Ministério, MC discutia constantemente com Lopes Alves escândalos e falhas profissionais no pessoal técnico e administrativo envolvido na elaboração do plano.¹⁸¹⁷ Lamentou então:

“V. não estranhe este meu cuidado, mas estou tão interessado na marcha do Fundo de Fomento (e, como a vida é feita de surpresas, parece não haver razão de queixa do Sande e Lemos) que o coração se me aperta como se estivessem em causa grandes interesses meus ao ver que a coisa não anda. O Trigo de Morais, apesar das minhas recomendações, fartou-se para aí de anunciar grandes projetos e fartos milhões de tudo! A missão dele era apenas: 1º

¹⁸¹⁶ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, Artigos e Comunicações sobre questões africanas: nº1 (25/11/45).

¹⁸¹⁷ “Mas quanto à electricidade, [António Trigo de Morais] teve de responder às minhas perguntas informando da inutilidade, confessada pelo próprio, segundo ele diz, da missão do eng.º Colen; e acerca da hidráulica, que tão de perto o tocava, não se furtou a dizer que o Sampaio está metido todo o tempo em Luanda – a ponto de nem sequer conhecer o local da implantação da barragem dos mabubas – não se podendo contar com ele, no estado atual das coisas, para os mais rudimentares trabalhos de hidráulica que tanto se impõem por toda a colónia e sobretudo ao sul. [...] De resto chegam-me também más notícias sobre as Obras Públicas. Fiz a reforma que o Moutinho pediu. Deu-se-lhes dinheiro. Tem-se estado a prover os lugares vagos. Mas parece que tinham razão as pessoas que acusavam o Moutinho de não saber ser outra coisa senão um burocrata. E lançam então as culpas para cima do Gabinete de Urbanização que num ano tem produzido trabalho que, sem ele, demoraria 3 ou 4 anos! Se eu pudesse tirar daí o Moutinho e por lá uma pessoa do género Rangel de Lima, experimentava.” AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº12 (29/11/46).

desempatar o caso da Palanca; 2º estudar o aproveitamento das águas do Cunene do lado português, a fim de estarmos preparados para eventuais conversações com a África do Sul e de realizarmos o que fosse possível, sobretudo para dar água ao sul de Angola. Tudo o que foi além disto é pura fantasia: não faz mal nenhum ter visões grandiosas de conjunto e projetos amplos, para dentro deles se ir realizando planos parcelares exequíveis; mas é insensato anunciá-los como realizações imediatas e sabe quanto isso está fora do meu feitio. É preciso desintoxicar a opinião da crença de que vou já amanhã gastar milhões de contos no Sul de Angola para erguer cidades industriais e por de pé colonizações maciças na base da cana doce.”¹⁸¹⁸

3.1.2.5. Axioma de política colonial: Futuro e Plano de Fomento

A distância nos valores consignados ao investimento no Congo e em Angola é abissal. O empréstimo contraído junto da Diamang destinava-se, na totalidade, ao PF para Angola, particularmente centrado nas urgentes obras hidráulicas. MC trabalhou com Lopes Alves todos os pormenores do processo: “Empréstimo. Fiquei muito satisfeito em saber que as negociações estão adiantadas. Estou convencido que logo que se comece a trabalhar no novo plano de fomento se conquistarão muitas opiniões. Crédito de fomento. Agradeço-lhe muito o projeto que me enviou. Este aumento, que tem sido muito debatido e agora se resolve, tem também grande interesse [...] do ponto de vista político.”¹⁸¹⁹

Já vimos noutra capítulo o quanto as dificuldades levantadas ao conceito de planeamento de MC terão contribuído para a sua saída do MdC e, mais tarde, do MdP.. O PF para Moçambique ficou praticamente hipotecado, ao contrário do PF para Angola. Nas vésperas de sair da pasta (Fevereiro de 1947), e provavelmente já consciente desse facto, MC viu ser aprovado o empréstimo de 600 000 contos do estado à Colónia de Moçambique. Em Maio de 1946 tinha sido aprovado empréstimo semelhante para Angola, mas no valor de 150 000 contos. Ou seja, onde não se conseguiu destruir o plano tentava-se cortar o investimento; onde se destruía o plano, procurava-se aumentar o investimento. Assim

¹⁸¹⁸ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº12 (29/11/46).

¹⁸¹⁹ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Vasco Lopes (governador geral de Angola, ministro do Ultramar): nº6 (23/05/46). Até ao documento nº11 (22/11/46), inclusive, versa sobre o tema.

aconteceu também no II PF. Note-se a propósito que, nas notas de MC relativas aos Conselhos de Ministros em que participou como ministro da Presidência, somente se encontra uma referência ao PF: “P. do Conselho: a) Plano de Fomento – sua apresentação e repercussão na opinião pública. Convocação de sessão extraordinária da AN para princípios de Outubro.”¹⁸²⁰ Seria então (quase) tudo o que interessava.

Em Janeiro de 1948, MC publicou integralmente no *Direito* o parecer bastante crítico do Conselho do Império Colonial relativo ao empréstimo à Colónia de Moçambique na revista *O Direito*. Porquê? Quis mostrar o seu desencanto e demarcar-se da “corrupção” do trabalho feito. O parecer dizia o seguinte:

“A realização deste empréstimo não está de acordo com as diretivas fixadas pelo Sr. Ministro das Colónias, conforme o preâmbulo da portaria nº30, de 9 de Setembro de 1945; onde se diz: «não repugna ao Governo a ideia do empréstimo, destinado sobretudo à renovação e ampliação da rede de estradas, ao prolongamento dos caminhos de ferro, à renovação do trem naval, e à construção de hospitais para indígenas e para europeus, *mas esse empréstimo só deverá ser contraído quando houver: 1º planos*, estudos e projetos das obras...» Ora «planos» parece significar «estudo completo», na verdade um «Plano de Fomento», no qual se estabeleçam as prioridades, e se promova a execução de obras e de estudos devidamente coordenados; em última análise, um trabalho com princípio, meio e fim, tal qual se fez para a Colónia de Angola, onde para este importante objetivo, se nomeou uma comissão constituída por pessoas idóneas, a qual elaborou um plano geral de fomento, abrangendo os vários sectores que podiam promover o bem estar das populações e o desenvolvimento económico desta Província Ultramarina. [...] Em face dos documentos que compõem o processo em apreciação, relativo a Moçambique, facilmente se conclui (como aliás se menciona no parecer), que não se trata da execução de um plano de obras devidamente coordenado, mas sim de projetos elaborados pelos vários serviços (até talvez um pouco apressadamente), sem que se tentasse estabelecer prioridade nos vários trabalhos e estes se enquadrassem num programa geral.”¹⁸²¹

A opção por este conceito de planeamento era incompatível com a satisfação imediatista de interesses particulares. Constituiria mesmo o seu melhor antídoto e, mais importante, consistiria no pilar do que MC definiu como “*axioma de política colonial* que não tem novidade para ninguém mas convém trazer presente como princípio orientador de quem governa e administra: *em África, toda a solução de um problema fundamental que não*

¹⁸²⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº46 (30/04/58).

¹⁸²¹ Em revista *O Direito*, Ano 80, 1948, pp.57-58.

ressalvar o máximo de possibilidades de ação futura ou de aproveitamento futuro de recursos é errada.”¹⁸²²

Neste sentido foram promulgados alguns diplomas de relevo ao longo do ano de 1946. Em 23 de Janeiro promulgou o Decreto nº35 463, que regulava o aproveitamento de águas públicas nas colónias (revogando os antiquíssimos decretos nº1143 e 1144). Em Março introduziu alterações na Reforma Administrativa Ultramarina, regularizando a nomeação e comissão dos governadores de província (Decreto nº35 517, de dia 1). No mês de Abril, dia 11, constituiu-se a Sociedade Hidro-Eléctrica do Revué, em Moçambique (Decreto-lei nº35 592). Em Maio reforçou substancialmente o orçamento do Gabinete de Urbanização Colonial (portaria nº11 354, de 22) e reformulou a orgânica estabelecida para o estudo dos problemas de estradas, hidráulica e arborização nas diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde (Decreto-lei nº35.666, de 27). Ainda nesse mês, para além do referido empréstimo da Diamang e outro da CGDCP (Decreto-lei nº35 669), autorizou o Banco de Angola a “prestar assistência financeira ao desenvolvimento económico da colónia” (Decreto-lei nº35 670, de dia 28).

3.1.2.6. Do condicionamento à revisão constitucional

3.1.2.6.1. Ao ataque

A passagem de MC pelo MdC também permitiu confirmar até que ponto o Condicionamento Industrial e Comercial se tinha convertido, em grande medida, em *condicionamento da corrupção*. No último CM de 1945, MC acentuara o tom: “c) Obras sociais? Sim. Mas com espírito social. O Estado Novo e a plutocracia. Necessidade de criação e valorização da Assistência. Fiscalização de sociedades anónimas, banqueiros e industriais.”¹⁸²³

¹⁸²² CAETANO, Marcello, *Alguns discursos e relatórios: viagem ministerial a África em 1945*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946, pp.51-52.

¹⁸²³ “b) É possível o neoliberalismo? 1 – Maior liberdade económica ou economia dirigida? 2 – Maior intervenção social? Conceito de direita: resistência a reformas? Defesa da linha tradicional? Conceito de esquerda: defesa das reformas? Concepção social?” ANTUNES, José freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, pp.169-170.

Em 15 de Janeiro de 1946, a própria Diamang queixava-se da excessiva diferença de preços para um mesmo produto produzido em Portugal ou no exterior. A “loija de esmalte” oferece um ótimo exemplo.¹⁸²⁴ Em média, uma peça desta loija custava quatro vezes mais em Portugal do que nos EUA, enquanto os fretes marítimos custavam sensivelmente o mesmo. Dez dias depois da produção deste documento, MC questionava mais uma vez o presidente do Conselho: “Evidenciando o ambiente acerca da organização corporativa – porque não se faz um exame sério dos males acusados ou dos vícios que se manifestam? Porque se mantém o Governo numa posição de favorecimento da burguesia capitalista, que está pronta a abandoná-lo na primeira ocasião, e não marca uma atitude praticamente de acordo com as suas afirmações e doutrinas no campo social?”¹⁸²⁵

O Condicionamento tornou-se num verdadeiro tumor para o regime. A solução foi sendo protelada. O problema era bem mais profundo do que o exposto pelo teórico corte transversal do confronto entre uma linha *desenvolvimentista* e uma linha *ruralista*, trespassando igualmente o véu que envolvia a deriva *estatista* do corporativismo. Debate aberto no seio do regime, resumido nas seguintes palavras do Visconde de Torrão, em comentário ao célebre discurso de MC de Março de 1950¹⁸²⁶: “V. Ex.^a pôs o dedo na ferida e eu como partidário que também sou duma organização corporativa julgo que o seu relativo insucesso entre nós é devido a ter-se adotado o sistema dum Estado corporativo em vez de se criar uma Nação corporativa.”¹⁸²⁷

¹⁸²⁴ Título do documento: “Loija de esmalte cinzento-granitado” – anotação de MC: “P.º venda a indígenas”. “Comparação entre preços de loija fabricada nos Estados Unidos da América do norte e na Metrópole. Estes preços mostram, no conjunto, que os da Metrópole são, aproximadamente, 4 vezes os da América. Os fretes marítimos New York/Lobito e Lisboa/Lobito são sensivelmente iguais.”

“Preços por peça, mercadoria posta a bordo, embalada.”

	Na América		Na Metrópole	
	Medidas	Preços	Medidas	Preços
Bacios	32cm	5\$60	30cm	18\$72
Pratos	24cm	3\$47	22cm	7\$05
Tigelas	15cm	1\$84	12cm	5\$51
Caçarolas	17cm	4\$55	14cm	14\$44
Caçarolas	19cm	5\$60	22cm	34\$96

AMC, cx.8, Diamang – Lisboa, Documentação recebida da secção de Fornecimentos em Lisboa: nº3 (15/01/46).

¹⁸²⁵ ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, p.174.

¹⁸²⁶ CAETANO, Marcello, *Posição atual do corporativismo português*, Lisboa, 1950.

¹⁸²⁷ AMC, cx.56, Correspondência/Torrão, Visconde de (monárquico apoiante do Estado Novo): nº1 (28/03/50). No seguimento afirmou: “Semelhante erro que se traduziu numa acção demasiado absorvente dos Poderes públicos contribuiu decerto para o desgaste do Estado Novo”.

No mesmo sentido se pronunciaram outros autores: AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Albano de (economista; chefe de gabinete do ministro das finanças; presidente da Federação Nacional dos Industriais de Moagem): nº1 (27/03/50); AMC, cx.35, Correspondência/Marques, João Dias (professor na FDUL): nº1 (24/03/50); AMC, cx.38, Correspondência/Moncada, Luís Cabral de (historiador do direito português; professor na FDUC): nº9 (13/05/50); AMC, cx.42, Correspondência/Palha, António Van-Zeller Pereira (médio proprietário rural): nº1 (25/03/50); AMC, cx.43, Correspondência/Pina, Luís de (professor catedrático da FMUP, presidente

Por entre as sucessivas derrotas sofridas na sua passagem pelo MdP, MC conquistou momentaneamente algumas (pequenas) vitórias. Em 1956 esteve perto de implantar uma ideia que sempre o acompanhou: a simplificação corporativa através da concentração orgânica em grandes corporações. Nesse sentido, dizia-lhe P. Teotónio Pereira: “As novas leis vêm mostrar que as ideias e processos do Ulisses estão ultrapassados. Ainda bem. Estou ansioso para que cheguem os textos de Lisboa para ver bem o que se vai fazer. Verifico porem desde já que prevaleceu a sua antiga ideia dum pequeno número de grandes corporações. Oxalá tenha razão e o êxito seja total. Recebi um telegrama do Ministro das Corporações [Henrique Veiga de Macedo] que vivamente me sensibilizou. Eu cá vou continuando a explicar Portugal o melhor que posso. E sofro mais que ninguém quando não tem explicação.”¹⁸²⁸

A ideia visaria adaptar a realidade corporativa às exigências do PF. Numa obra relevante de 1956, Fernando Pinto Loureiro citava MC nos seguintes termos: “Encontra-se em marcha, no quadro do PF, a instalação da indústria de base entre nós [...]. A política industrial, portanto, como parte decisiva da política económica – e elemento condicionante da própria política associal – merece ao governo a maior atenção. Mas, como não há muito frisava o Sr. Ministro da Presidência “a verdade é que estão apenas lançadas as bases do gigantesco trabalho que se impõe aos governantes para alcançar o objetivo de aumentar sensivelmente o rendimento nacional, e em termos que se reflitam na melhoria do nível de vida de toda a população”.”¹⁸²⁹

No entanto, a inutilidade funcional do Ministério das Corporações, cuja criação foi contestada por MC, transformava-o numa limitação e não numa condição para o sucesso. Em três anos de Conselhos de Ministros, só por uma vez MC registou uma intervenção, já de si pouco relevante, do ministro das Corporações.¹⁸³⁰ O combate fundamental, mais do que *debate*, era protagonizado pelos *poderes* que *condicionavam* o corporativismo e os *não-poderes condicionados*, a autêntica iniciativa privada, conforme ressalta das seguintes palavras de António Cordovil: “Deus permita que o escutem, o compreendam e que as suas palavras provoquem, em quem tem responsabilidades de direção, um salutar exame de consciência, seguido da indispensável correção na linha de rumo. Poucos acreditarão que o milagre se dê. Eu próprio me sinto já do lado dos que não creem, o que aliás não é para

da C. M. do Porto): nº2 (25/05/50); AMC, cx.47, Correspondência/Rego, A. De Figueiroa (director-geral (?) dos serviços pecuários do Ministério da Economia): nº1 (25/03/50).

¹⁸²⁸ AMC, cx.44, Correspondência/Pereira, Pedro Teotónio: nº80 (20/03/56).

¹⁸²⁹ LOUREIRO, Fernando Pinto, *Industrialização e progresso económico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1956, p.195.

¹⁸³⁰ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº16 (09/05/56).

admirar, pois outro estado de espírito se não pode exigir de um Lavrador, que é ainda, para cúmulo, segurador também.”¹⁸³¹

O mesmo sobressai do comentário de António Horta Osório, recordando o seu projeto/proposta de Constituição, no tempo do general José Vicente de Freitas, no sentido de que houvesse uma “colaboração entre uma Câmara Política e uma Câmara Corporativa, ambos a sério e com poderes deliberativos, poderia fornecer a base constitucional de governos fortes... sem necessidade de recorrer à censura! E ainda hoje penso como então pensava.”¹⁸³² Ferreira Dias também desesperava, em 1949¹⁸³³, durante a campanha eleitoral conduzida por MC, à frente da UN: “A União Nacional mandou-me entrevistar por duas vezes durante o último mês. Julgo que, conforme logo presumi, nenhuma das entrevistas foi publicada, porque nenhuma delas continha o que normalmente se esperaria numa campanha eleitoral. O facto, que parece estranho, tem uma explicação simples. A Eletricidade e o Fomento Industrial devem à situação presente mais palavras do que obras, embora estas não sejam nulas; e se não custa nada dizer que os democratas que nos governaram até 1926 não fizeram nada, não pode com verdade afirmar-se que de então para cá se tenha atuado neste campo com muito brilho. E como não é verdade não se diz.”¹⁸³⁴

Passados dez anos, Ferreira Dias também não conseguiu resolver o problema enquanto foi ministro da Economia. Embora o tivesse prometido. Em Dezembro de 1969, em resposta a uma reprimenda de MC pela falta de ousadia num discurso no Porto, no qual MC desejava que tivesse falado abertamente na “política de eletricidade”, Rogério Martins confirmava as dificuldades em “propor vias de solução para sair do autêntico caos em que o país se encontra nesta matéria. Caos donde tem sido difícil sair: já o eng.º Ferreira Dias, sendo ministro da

¹⁸³¹ AMC, cx.23, Correspondência/Cordovil, António: nº1 (25/03/50).

¹⁸³² AMC, cx.41, Correspondência/Osório, António Horta (pai) – (jurista): nº1 (19/11/50).

¹⁸³³ Ver, DIAS JR., José Nascimento Ferreira, *Linha de Rumo: notas de economia portuguesa*, Vol. I, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945.

¹⁸³⁴ “Sucede porém que a Oposição, como muito bem sabe, publicou recentemente um livro a criticar a política económica dos últimos anos onde, a par de algumas verdades duras, se dizem aleivosias e disparates de todo o tamanho. Instaram comigo alguns amigos (entre eles o Chefe de Gabinete do Ministro da Economia e o Diretor Geral dos Serviços Industriais) para que escrevesse umas linhas em defesa da doutrina da lei 2005, que rege a reorganização industrial, como continuação do que escreveu o Eng.º Daniel Barbosa a propósito da crítica, feita no mesmo livro, à política dos abastecimentos.” AMC, cx.25, Correspondência/Dias, José Nascimento Ferreira (eng.º eletrotécnico, secretário de Estado do Comércio e Indústria – 1940-44, vice-presidente da Câmara Corporativa, relator do I Plano de Fomento, ministro da Economia – 1958-62): nº1 (07/02/49).

No mesmo sentido se pronunciaram outros autores: AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, António Raul da Mata Gomes (coronel; antigo ministro do Interior): nº2 (26/03/50). Criticou o “abandono” a que chegou o problema corporativo.

Economia, prometeu publicamente “para breve” a revisão do condicionalismo vigente – e lá passaram oito anos e nada...”¹⁸³⁵

Os reparos de MC foram acatados e a ousadia do discurso de Rogério Martins na abertura do Colóquio de Política Industrial na FIL (16 de Fevereiro de 1970) teve enorme repercussão não só em Portugal mas também em Moçambique. O artigo “Política Industrial” publicado na revista *Indústria de Moçambique*, considerava que “neste documento, já classificado de histórico, o secretário de Estado retoma as considerações feitas há vinte e cinco anos por Ferreira Dias sobre a nossa posição de país industrial na Europa e analisa o comportamento posterior dos principais indicadores industriais para concluir que *o regime industrial que vigorou no nosso país, no último quarto de século, nem permitiu que nos aproximássemos do conjunto dos países europeus economicamente avançados, diminuindo a distância que deles nos separava, nem melhorou a nossa posição em relação a outros.*”¹⁸³⁶

O silêncio de Rogério Martins sobre o problema ultramarino não passou despercebido. A explicação oferecida por um deputado marcelista, segundo o autor do artigo, era simples: “*O Lobby do condicionamento industrial é poderoso e já iniciou o seu ataque contra a corajosa e realista política industrial que o Governo está a tentar esboçar.*”¹⁸³⁷ Lobby que parecia incluir o Palácio de Belém no *roteiro*. Confirmando a inédita atitude interventiva no contexto do Estado Novo, o presidente Thomaz gostava de chamar o novo secretário de Estado da Indústria a Belém: “Na terça-feira vou a Belém chamado pelo Senhor Presidente da República. Creio que é o cafezinho (devo lá estar às cinco e meia). Se tiver oportunidade, tentarei com prudência e discrição [sic] explicar o que houve de positivo na ida a Espanha.”¹⁸³⁸

Seria este o contexto subjacente à profunda revisão do 1º do art.º 31º (Título VIII – *Da ordem económica e social*) da Constituição. A anterior redação – “Estabelecer o equilíbrio da população, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho” – cedeu lugar à nova conceção: “Promover o desenvolvimento económico e social do país e de cada uma das parcelas e regiões que o compõem e a justa distribuição dos rendimentos”. Ainda no mesmo art.º foi acrescentado o 6º: “Estimular a iniciativa privada e a concorrência efetiva, sempre que esta contribua para a racionalização das atividades produtivas”. O art.º 33º também

¹⁸³⁵ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº5 (01/12/69).

¹⁸³⁶ Em revista *Indústria de Moçambique*, Vol.3, nº2, Fevereiro de 1970, pp.37-70.

¹⁸³⁷ *Ibidem*.

¹⁸³⁸ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº17 (19/04/70).

ganhou nova redação¹⁸³⁹; subtil mas importante, como tudo no domínio jurídico: “O Estado só poderá tomar a seu cargo, em regime de exclusivo ou não, atividades económicas de primacial interesse coletivo e intervir na gerência das atividades económicas particulares quando haja de financiá-las ou para conseguir benefícios sociais superiores aos que seriam obtidos sem a sua intervenção.”¹⁸⁴⁰ Consagrava-se constitucionalmente a abertura económica em curso: do *condicionamento* ao efetivo *fomento*.¹⁸⁴¹

3.1.2.6.2. *O cimento da rutura*

O processo de elaboração da lei de desenvolvimento industrial não foi isento de atritos. A relação entre o secretário de Estado respetivo e o ministro da Economia não era fácil: “Não pode acontecer que, mais uma vez, uma iniciativa que levei à beira da decisão seja bloqueada pelo Dr. Dias Rosas. [sic]”¹⁸⁴² Na última semana de Janeiro de 1971 saiu a

¹⁸³⁹ Redação anterior à revisão: “O Estado só pode intervir diretamente na gerência das atividades económicas particulares quando haja de financiá-las e para conseguir benefícios sociais superiores aos que seriam obtidos sem a sua intervenção.”

¹⁸⁴⁰ *Revisão Constitucional* – textos e documentos, 1971, pp.326-329. O art.º 38º também ganhou nova redação, eliminando a ambiguidade que regulava os litígios no domínio do trabalho: “Os litígios emergentes dos contratos individuais de trabalho serão julgados por tribunais do trabalho.” As alterações ao art.º 39º não implicaram mudança substancial.

¹⁸⁴¹ Como se verificará noutros aspetos, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos desempenhou um papel importante no processo de revisão constitucional:

“O secretário de Estado da Indústria concorda com a divulgação da classificação das empresas segundo o grau de efetiva participação nacional que podem proporcionar, pelos efeitos estimulantes que poderá ter. Reconhece, com o Ministro do Ultramar, a importância da colaboração produtores-adquirentes, comunicando que tem procurado favorecer a formação de consórcios de industriais, fundamental para reforçar a capacidade concorrencial da indústria portuguesa, referindo a possibilidade de adotar processos expeditos para controlar os níveis de preços que se proponham.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fl.14.

¹⁸⁴² AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº39 (27/01/70).

Na resposta, MC evidenciou-se conciliador:

“Decididamente há um diabinho a tentá-lo a criar complicações na vida do Governo, sem consideração pelos esforços do Presidente do Conselho para harmonizar dissídios e concertar desentendimentos. Nestes últimos dias estava-se a avançar bastante, como o senhor mesmo reconheceu, quanto à lei de fomento industrial.” Era “preciso estudar antes de decidir”.

MC diz-se surpreendido por Rogério Martins ter feito reunião com diretores-gerais a comunicar-lhes projeto de reforma da secretaria de Estado passando por cima dele próprio e de Dias Rosas, reafirmando-lhe que isso não podia acontecer e que ele até tinha feito tudo para aplacar as relações difíceis entre Rogério M. e Dias Rosas. Sabia que Rogério M. era “impulsivo” e “sobretudo mal aconselhado”. AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº41 (30/01/70).

primeira versão da proposta de lei, elaborada por Silva Lopes.¹⁸⁴³ Pouco mais de um mês depois: “Graças a Deus, a lei do fomento industrial apareceu na passada 5ª feira! É muito melhor do que esperava (dados os antecedentes)”.¹⁸⁴⁴ O diploma seria publicado em 27 de Maio de 1972¹⁸⁴⁵ sem que quase ninguém desse por isso: “creio oportuno chamar a atenção para a Lei 3/72 – que apareceu e ninguém na Imprensa deu por ela...”¹⁸⁴⁶ Tal como aconteceria com os “Incentivos Fiscais e Financeiros para o Ordenamento do Território”, cujas “orientações, recomendações e propostas” foram aprovadas na sessão do CMPAE de 4 de Julho de 1972.¹⁸⁴⁷

Seguir-se-lhe-iam uma série de outros diplomas: Decreto-lei nº133/73, de 28 de Março de 1973, que definia o estatuto legal dos parques industriais e criava a Empresa Pública de Parques Industriais; Decreto-lei nº180/73, de 19 de Abril de 1973, que regulava a criação, competências, órgãos e funcionamento dos centros técnicos de cooperação industrial; Decreto-lei nº632/73, de 28 de Novembro de 1973, que reorganizava os serviços da Secretaria de Estado da Indústria; Decreto-lei nº48/74, de 14 de Fevereiro de 1974, que criava na Secretaria de Estado da Indústria o Fundo de Fomento Industrial previsto na Lei nº3/72; Decreto-lei nº74/74, de 28 de Fevereiro de 1974, que estabelecia os critérios orientadores e regras processuais respeitantes à atribuição de incentivos fiscais, bem como de outros benefícios às empresas industriais; do mesmo dia, o Decreto-lei nº75/74, que classificava as atividades industriais sujeitas ao regime de autorização e estabelecia as normas definidoras desse regime; por fim, a Portaria nº249/74, de 5 de Abril de 1974, que publicava a relação das

¹⁸⁴³ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº39 (27/01/70).

¹⁸⁴⁴ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº46 (03/03/70).

¹⁸⁴⁵ Princípios informadores da política industrial:

Base I: “As normas básicas da política industrial são estabelecidas nesta lei de acordo com as finalidades da política de desenvolvimento económico e social, nomeadamente as definidas nos planos de fomento.”

Base II: “Na prossecução das finalidades da política industrial, o Governo reconhece o papel essencial da iniciativa privada, criando as condições favoráveis ao seu livre exercício, procurando associá-la à preparação e execução dessa política e reconhecendo às empresas o direito de praticarem, nos termos da lei, os atos necessários à sua efetivação.”

Base III: “O Governo promoverá, quando o interesse da economia nacional o aconselhe, a criação, o desenvolvimento, a reorganização e a reconversão de indústrias, e bem assim orientará a iniciativa privada na instalação, ampliação, reorganização e reconversão de unidades industriais, fortalecendo aquela iniciativa, quando se mostre insuficiente ou inadequada, e podendo, se necessário, determinar a participação do Estado ou de outras pessoas de direito público em empreendimentos industriais, já existentes ou a criar.” A lei definia também as formas de financiamento da promoção industrial e determinava a criação do Fundo de Fomento Industrial.

¹⁸⁴⁶ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº74 (30/05/72).

¹⁸⁴⁷ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº37 – anexo 1, fls1-21 (04/07/72).

indústrias consideradas prioritárias para os efeitos de atribuição de benefícios fiscais, privilegiando novas áreas de maior valor acrescentado.

Certos sectores estruturantes, que até aí determinavam o “condicionamento” em benefício próprio, viam-se agora verdadeiramente condicionados, no sentido de favorecer o desenvolvimento industrial (nomeadamente as indústrias listadas na Portaria nº249/74). No setor das pescas, praticamente controlado por Henrique Tenreiro¹⁸⁴⁸, pôs-se esse problema. No CMPAE de Outubro de 1970, Rogério Martins, com o apoio de MC, considerava “pouco aconselhável impedir o acesso à indústria de novos empresários dinâmicos”.¹⁸⁴⁹ No entanto, os casos mais marcantes seriam o setor siderúrgico e o setor cimenteiro.

No primeiro caso, não se podem esquecer as guerras familiares e empresariais entre os principais grupos económicos, como a que teve lugar entre os Mello (CUF) e o cunhado destes (até 1957, quando se divorciou), António Champalimaud, bem como o mediático caso da herança Sommer.¹⁸⁵⁰ Não parece que MC tenha movido qualquer “perseguição” a Champalimaud.¹⁸⁵¹ Por comum que seja, não deixará de ser um erro confundir *à priori* a não satisfação de todas as pretensões com perseguição.¹⁸⁵² Quando MC assumiu o governo em Setembro de 1968, o processo que envolvia o empresário já tinha chegado ao 1º Juízo Criminal de Lisboa. Processo do qual resultaria a interdição de saída do país e posterior mandado de captura, em Fevereiro de 1969.¹⁸⁵³ Recorde-se a decisiva intervenção de MC na criação da Siderurgia Nacional, reconhecida por Champalimaud¹⁸⁵⁴, embora se mantivesse

¹⁸⁴⁸ GARRIDO, Álvaro, *Henrique Tenreiro: uma biografia política*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009; *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010.

¹⁸⁴⁹ “Refere certo imobilismo, nomeadamente na diminuição de taxas pagas pela indústria, a qual julga possível em face do considerável volume de recursos financeiros de que dispõe o Instituto Português de Conservas de Peixe”. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº14, fls12 (16-20/10/70).

¹⁸⁵⁰ Ver, entre outros, ANTUNES, José Freire, *Champalimaud*, Lisboa, Temas e Debates, 1997; FERNANDES, Filipe, *Fortunas e Negócios – empresários do Século XX*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003; CARVALHO, Daniel Proença de, *O caso da herança Sommer: porque renunciei à defesa de António Champalimaud (alegação para a relação)*, edição de autor, Lisboa, 1971.

¹⁸⁵¹ O advogado Fernando Cruz, administrador da Cimentos de Leiria e da Siderurgia Nacional, explicava a sua não comparência a uma audiência com MC com o fato de ter sido testemunha no processo Champalimaud e, por esse motivo, ter visto adiadas as suas férias. AMC, cx.24, Correspondência/Cruz, Fernando (advogado): nº3 (30/09/71).

¹⁸⁵² Em Janeiro de 1969, quatro meses depois de MC tomar posse, foi apresentada na Assembleia Nacional uma “moção acerca da proteção dada pelo Estado à Siderurgia Nacional”, no contexto de uma Proposta de Lei aí apresentada. Parecia existir a intenção de explorar o caso contra MC, quando o problema em questão se desenvolveu durante os dez anos em que esteve ausente do governo. ANTT/PCOS/MC, PRC 17/B-24-3 (31/01/69).

¹⁸⁵³ FERNANDES, Filipe, *António Champalimaud: o último imperador*, em revista *Visão*, nº584, de 13 de Maio de 2004.

¹⁸⁵⁴ AMC, cx.22, Correspondência/Champalimaud, António de Sommer: nº3 (16/01/58): “temos finalmente, por parte do governo, os grandes problemas da siderurgia resolvidos e quero crer que bem. Muito e muito obrigado por tudo, principalmente para a boa compreensão com que sempre esta causa foi encarada e para o desejo continuamente manifestado de que as cousas andassem sem demora.”

aquele distanciamento pessoal que salvaguardava a isenção.¹⁸⁵⁵ Durante os quatro anos de exílio forçado, para escapar à justiça (que o ilibou em 1973), o empresário continuou a administrar os seus negócios e não consta que a sua fortuna tenha diminuído. A primeira intervenção do governo de MC que prejudicou os planos empresariais de Champalimaud, o Decreto-lei nº1/71, de 6 de Janeiro de 1971, poderá ter sido à medida de Artur Cupertino de Miranda, arrependido (?) em relação à venda das ações do BPA a Champalimaud, mas o Decreto aplicar-se-ia a todos.¹⁸⁵⁶

Verificou-se, durante a X legislatura, uma progressiva (tentativa de) liquidação dos privilégios monopolistas proporcionados pelo condicionamento que beneficiou grandes grupos empresariais durante as três décadas anteriores.¹⁸⁵⁷ Recorde-se, como exemplo, o alvará assinado em 1955 pelo antecessor de MC, que concedia o exclusivo da exploração, por dez anos, de vários minérios de ferro e aço. Ou ainda a isenção total de impostos sobre o cimento *exportado* para Angola, assinada exclusivamente pelo presidente do Conselho, no dia 1 de Setembro de 1956. Uma prática aparentemente acentuada durante o tempo em que MC esteve no Mdp. Mesmo a promulgação de leis pela PdR surgia frequentemente assinada apenas pelo chefe de governo. Neste contexto, MC somente dava um ar da sua graça em projetos como o Decreto-lei nº40 833, de 29 de Outubro de 1956, que visava “regular” melhor as nomeações pelo Estado nas sociedades por ele participadas.

Durante o ano de 1971 desenhou-se a reestruturação na indústria metalomecânica pesada em Portugal, iniciada com a venda da participação da SACOR na empresa Construtura Moderna para a Sorefame, a separação da COMETNA e da SEPSA no grupo Champalimaud e a criação da MOMPOR e da EQUIMETAL a partir da divisão metalomecânica da CUF. Champalimaud não parece ter sido prejudicado. Movimentou-se em igualdade de circunstâncias em relação aos outros grupos económicos. Veja-se até que algumas empresas, como a COMETNA, continuavam a ser privilegiadas nos negócios com o Estado.¹⁸⁵⁸ As

¹⁸⁵⁵ AMC, cx.22, Correspondência/Champalimaud, António de Sommer: nº4 (09/04/62): retribuição de carta enviada por MC a felicitá-lo pelo início de produção de aço no Seixal. Refere também a importância da ação de MC como ministro da Presidência. MC não terá a ido a nenhum dos eventos.

¹⁸⁵⁶ O Decreto-lei nº1/71 estabelecia normas sobre os contratos de venda de lotes de ações, por negociação particular, ou outros contratos que operassem transferência de propriedade ou atribuição do direito de voto a pessoa diferente do proprietário, nas sociedades anónimas cujo capital tenha sido total ou parcialmente constituído mediante subscrição pública ou fosse igual ou superior a 100 000 000\$00. *Diário do Governo*, I Série, nº4, 6 de Janeiro de 1971, p.8.

¹⁸⁵⁷ O advogado Fernando Cruz, administrador da Cimentos de Leiria e da Siderurgia Nacional, escrevia em Março de 1969 a MC para lhe “falar das empresas que dirige”. AMC, cx.24, Correspondência/Cruz, Fernando (advogado): nº1 (23/03/69).

¹⁸⁵⁸ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Carlos Garcia (eng.º; empresário industrial; presidente da Associação Industrial Portuguesa; administrador da Siderurgia Nacional): nº4 (15/10/71): Memorial entregue pela

grandes decisões que afetavam a Siderurgia Nacional continuaram a ser tomadas em total cooperação com a administração da empresa. No âmbito da Comissão de Cooperação Económica Luso-Espanhola, a proposta “para o estabelecimento de uma “CECA” peninsular regulando o mercado do aço”, mereceu “unanimidade de vistas entre o governo e a Siderurgia Nacional”¹⁸⁵⁹.

A abertura concorrencial e a aposta no desenvolvimento de novos sectores industriais desencadeavam, inevitavelmente, o combate à concentração monopolista em sectores chave (siderurgia, cimentos, banca, seguros, etc.). Conforme dizia Rogério Martins em Agosto de 1970: “Em linguagem sóbria, é histórico. Corresponde a uma viragem decisiva em várias facetas: o alargamento do campo de acção em definitivo, o ir adiante francamente do imediato para ter dimensão concorrencial, o equilibrar a iniciativa dos grandes grupos nas 2 petroquímicas (SACOR[?] no Norte, Champalimaud no Sul), o elevar a posição do Amoníaco Português à de grande empresa do estado no sector, o consagrar a figura de Sociedade de Desenvolvimento Sectorial [...] – tudo é novo e rasga uma era nova”¹⁸⁶⁰.

A concessão de novas licenças no sector dos cimentos, que tanto “prejudicou” Champalimaud, começou a definir-se em CMPAE devido à escassez do produto e conseqüente aumento do preço. Colocou-se a “possibilidade de importar”, imediatamente rejeitada por exigir “investimentos de interesse duvidoso, pelo que será eventualmente de encarar o tabelamento, afigurando-se viável uma redução do preço da ordem de um terço”. Proposta que mereceu a concordância de Rogério Martins. Assim como a “existência de recursos naturais que tornam possível e desejável a instalação de novas empresas cimenteiras independentes.”¹⁸⁶¹

Nesse sentido, o parece que despacho do MdE de 31 de Julho de 1971 teve um efeito decisivo. Estabelecia que a partir de 1 de Agosto de 1971 os preços a que a Siderurgia Nacional vendesse os seus produtos aos armazenistas, industriais, respetivos agrupamentos e entidades equiparadas legalmente reconhecidas fossem determinados em função de preços base, variáveis de acordo com a evolução dos preços internos dos mercados da CECA, sobre os quais incidiriam extras de dimensão, qualidade, quantidade e outros em uso nos mesmos

COMETNA – Companhia Metalúrgica Nacional – e a sua produção, quase em exclusivo, de materiais volantes para Caminhos-de-ferro na metrópole e ultramar.

¹⁸⁵⁹ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº61 (11/71).

¹⁸⁶⁰ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº26 (12/08/70).

¹⁸⁶¹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº4 (24/02/70), fl.8.

mercados.¹⁸⁶² Uma semana antes de ser publicado, o administrador da Siderurgia Nacional, Carlos Garcia Alves, dirigiu-se diretamente a MC queixando-se do Despacho que estaria a ser preparado sobre tabelamento dos aços nacionais e que “impõe à Empresa encargos que não lhe cabe suportar e, até, obrigações que ela materialmente não pode satisfazer” e que resultariam “num enorme prejuízo”.¹⁸⁶³

Segundo parece, houve intenção por parte do administrador em condicionar o secretário de Estado do Comércio, Xavier Pintado. Este declinou, no sentido de que as “negociações com a Siderurgia Nacional corresse pela Indústria, não lhe parecendo conveniente que recomeçassem pelo seu Departamento.” Assim sendo, MC respondeu a C. Garcia Alves: “Velo, pois, não haver motivo para qualquer intervenção da minha parte.”¹⁸⁶⁴ Xavier Pintado não gostou das manobras do administrador. Principalmente porque o Despacho tinha sido previamente discutido com ele e havia merecido a sua concordância: “Não me é fácil apreender o objetivo da carta do eng.º Carlos Alves que, de resto, me não parece perfeitamente *fair*.”¹⁸⁶⁵ No final, diria Rogério Martins: “Com a saída do despacho [...] completa-se o conjunto de medidas abaixadoras dos preços da Siderurgia. O espantoso é que neste país as coisas importantes não têm eco, e esta, que é das de maior repercussão industrial do último triénio, aconteceu sem ninguém se lhe referir nem fazer vénia! Enfim... O despacho quanto à expansão da Siderurgia deverá sair lá para o fim do mês.”¹⁸⁶⁶

Também parece certo que a relação do governo com a família Mello e o grupo CUF era diferente na sua reciprocidade.¹⁸⁶⁷ Após o regresso do exílio, Champalimaud queixou-se duramente a MC do tratamento desigual por parte da Censura, dos jornais e de Rogério Martins em relação a si e aos que “prosperariam” à “custa” do seu “património”.¹⁸⁶⁸ Até ao dia 25 de Abril de 1974, a agressividade contra MC não cessou de aumentar. Na Assembleia-geral do Banco Pinto e Sotto Mayor de 21 de Março de 1974, Champalimaud surpreendeu os presentes com um duro discurso “neocolonialista” dirigido a MC e publicado na íntegra pelo

¹⁸⁶² *Diário do Governo*, I Série, nº179, de 31 de Julho de 1971, p.1116.

¹⁸⁶³ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Carlos Garcia (eng.º; empresário industrial; presidente da Associação Industrial Portuguesa; administrador da Siderurgia Nacional): nº1 (23/07/71).

¹⁸⁶⁴ Idem: nº2 (27/07/71).

¹⁸⁶⁵ Idem: nº3 (26/07/71).

¹⁸⁶⁶ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº53 (06/09/71).

O Despacho de 16 de Dezembro fixaria os preços definitivos. *Diário do Governo*, I Série, nº300, p.2001.

¹⁸⁶⁷ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, pp.35-43 (Jorge de Mello) e pp.191-201 (José Manuel de Mello).

¹⁸⁶⁸ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, pp.128-131.

Notícias de Lourenço Marques dois dias depois.¹⁸⁶⁹ O presidente da Assembleia-geral apressou-se a contar a peripécia a MC:

“A vedeta dessa assembleia foi o Sr. António Champalimaud, o qual se permitiu, com total surpresa minha, fazer uma longa análise dos problemas nacionais, sobretudo no que concerne ao Ultramar – análise em que sobressaíram pretensos graves erros do governo. Enquanto o ouvia, cheguei a pensar em lhe retirar a palavra. Achei, entretanto, prudente deixá-lo concluir a sua exposição – e, no final, tomei atitudes e usei de expressões que deixaram, creio eu, transparecer a minha surpresa e discordância.”¹⁸⁷⁰

Na última missiva para MC, a somente 18 dias de 25 de Abril de 1974, o empresário listou todos os seus requerimentos pendentes e solicitou o seu “deferimento rápido”, que contribuiria para “compensar um pouco a situação de desfavor que o governo me criou durante o meu já mencionado e forçado exílio”, e concluiu: “Repare V. Ex.^a que mesmo antes de se estarem a sentir os efeitos do desmantelamento da indústria dos cimentos, na fração que me respeitava e levada a efeito prático pelo sr. Rogério Martins a favor do Sr. Queirós Pereira e da sonegação que me foi feita das refinarias agora em instalação em Sines, já a CUF tem uma dimensão 10 vezes superior ao meu grupo, segundo o Sunday Times num número recente. [...] Se pessoalmente não me sinto em condições de desfavor em relação à postura de ninguém, a verdade é que como cidadão e empresário estou convencido que o País não teria a perder em que os meus requerimentos atrás anunciados, fossem deferidos e com isso não se aumentasse a desproporção que acabo de apontar.”¹⁸⁷¹

No entanto, MC parecia determinado em preservar o Estado das habituais lutas entre os grandes grupos económicos.¹⁸⁷² Mesmo depois de o homem que viria a considerar o 25 de

¹⁸⁶⁹ Reproduzido in MEDINA, João, *História Contemporânea de Portugal: Ditadura: o Estado Novo – do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, Tomo II, Lisboa, Multilar, pp.249-253.

¹⁸⁷⁰ AMC, cx.46, Correspondência/Queiró, Afonso Rodrigues (entre outros cargos políticos e profissionais, prof. catedrático e diretor da FDUC): nº20 (21/03/74).

Concluiu: “Não sei se a provável publicação integral do discurso do Sr. António Champalimaud nos jornais deverá ser consentida. É para pôr V.^a Ex.^a de sobreaviso sobre este ponto, que me permito dar-lhe conhecimento urgente deste incidente?”

¹⁸⁷¹ AMC, cx.22, Correspondência/Champalimaud, António de Sommer: nº12 (07/04/74).

¹⁸⁷² Resposta de MC a lamento de J. M. de Mello por não ver as suas pretensões atendidas: “Como lhe disse, não é a mim que compete decidir o processo de condicionamento industrial e, se fosse, qualquer resolução ficaria sempre dependente do que resulte do próprio processo. Exprimi-lhe apenas um ponto de vista, que é, sem dúvida nenhuma, político. Mas política foi a decisão de conceder autorização para instalar o estaleiro de construção em Setúbal, com abreviamento de todos os trâmites. E essa decisão política teve como **motivo determinante** tratar-se de um estaleiro de construção, no qual a requerente, aliás, afirmava perentoriamente que não faria reparação. Como não hei-de preocupar-me com os aspetos políticos de uma mudança de orientação? Creio que na nossa conversa ficou bem clara a linha de orientação que em meu entender seria mais conveniente para a **Setenave** e para o Governo.” ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, pp.198-199.

A isenção de MC levava os dois grandes empresários a apelarem-lhe sentimentalmente, já que ambos (neste caso tratava-se de Jorge e não José Manuel de Mello) gostavam de referir o nome de Ana Maria Caetano

Abril “a maior desgraça que sucedeu a Portugal desde sempre” ter contratado para seus advogados figuras da oposição: Salgado Zenha, Manuel João da Palma Carlos, Francisco Sousa Tavares e Daniel Proença de Carvalho. Acontecimento que, aos olhos dos mais fiéis marcelistas, comprometeria mais o futuro da oposição do que o do governo.¹⁸⁷³ No seu corajoso depoimento, Mário Soares não se evitou à anedota que corria sobre MC e, preconizando o socialismo, *piscou o olho* ao capital:

“Daí que um sector representativo do capitalismo português, possa vir a estar interessado – pela primeira vez na história do regime – na substituição deste e na imposição de uma alternativa democrática e anticolonialista (ou melhor dito: antiguerra colonial, até na medida em que procure soluções neocolonialistas, adotadas com sucesso pelos seus congêneres europeus). Esta circunstância nova, ligada à reação crescente das burguesias nacionais contra a penetração asfíxiante do capital estrangeiro e contra a influência esmagadora na economia portuguesa dos grandes trustes multinacionais, introduz um fator de instabilidade na vida do regime que a Oposição¹⁸⁷⁴ tem que saber utilizar em seu proveito.”¹⁸⁷⁵

O crescente Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em Portugal no período em causa não visou tanto a aquisição de empresas nacionais mas fundamentalmente a transferência de tecnologias através da criação de novos empreendimentos.¹⁸⁷⁶ Tendo em conta que a “reação” das “burguesias nacionais” era, na realidade, contra a abertura económica e anunciado fim dos privilégios monopolistas, esta afirmação poderia ganhar outro significado: o de que uma parte da oposição pretendia oferecer uma alternativa política que garantisse a *continuidade* da

nas suas missivas, sabendo o quanto era próxima do pai. ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, p.128 e Vol. II, p.38.

¹⁸⁷³ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº59 (22/12/71).

¹⁸⁷⁴ Durante a campanha eleitoral de Outubro de 1969, Baltazar Rebelo de Sousa referia-se à oposição em Moçambique da seguinte forma: “E, no fundo, trata-se de meia dúzia de indivíduos, parte dos quais, e mais significativa, advogados que têm feito a sua vida e a sua riqueza à custa dos bancos e das empresas que justamente atacam. Ainda agora o Soares de Melo [?] constituiu uma sociedade com a CUF! Eles têm beneficiado do receio das autoridades e do medo do capital. É assim...” AMC, cx.55, Corresp./Sousa, Baltazar Leite Rebelo de: nº 36 (15/10/69).

¹⁸⁷⁵ SOARES, Mário, *Portugal amordaçado...*, p.716.

¹⁸⁷⁶ Ver MATEUS, Abel, *Economia portuguesa: crescimento no contexto internacional – 1910-2006*, 3ª edição, Lisboa, São Paulo, Verbo, 2006.

Luís Salgado de Matos afirmava em 1973 que a maioria dos investimentos diretos em Portugal parecia fazer-se “por criação de empresas, sendo a compra de sociedades já existentes (ou a fusão) de significado relativamente reduzido.” Verificando-se, por outro lado, elevado “interpenetração entre os capitais estrangeiros e portugueses”. MATOS, Luís Salgado de, *Investimentos Estrangeiros em Portugal: alguns aspectos*, 3ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1973, p.258.

proteção a essas mesmas “burguesias”.¹⁸⁷⁷ Entre as quais, Champalimaud exerceria, sem dúvida, o fascínio contra o qual alertou Adam Smith na *Teoria dos Sentimentos Morais*.¹⁸⁷⁸ Após uma visita a França para atrair investidores, Rogério Martins aclarava a orientação do governo no CMPAE de 22 de Dezembro de 1970: “Informa, também, que os empresários lhe pareceram dispostos a aceitar as regras que defendeu, nomeadamente a associação com empresários portugueses idóneos, ainda que não pertencentes aos grandes grupos económicos.”¹⁸⁷⁹

Para o endurecimento da parte de Champalimaud muito deve ter contribuído a última remodelação ministerial de MC, a 15 de Março.¹⁸⁸⁰ Na qual Daniel Barbosa tomou posse como ministro do rebatizado Ministério da Indústria e Energia (MIE), vindo da Presidência do Banco de Fomento (onde estava desde 1965). A curtíssima passagem de Daniel Barbosa pelo MdE em 1947-48 não fora de boa memória nem para si nem para Champalimaud. O confronto entre ambos surgiu na sequência da primeira tentativa de compra, por parte de Champalimaud, da Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego, ainda em projeto mas já com os privilégios concedidos ao abrigo do Condicionamento. Daniel Barbosa opôs-se ameaçando baixar os preços de venda do cimento em 50% e desfez o negócio. Este não ficaria muito mais tempo no governo e aquele acabaria por comprar a empresa.¹⁸⁸¹

Poucos dias depois de Champalimaud ameaçar veladamente MC, o deputado Manuel de Jesus Silva Mendes¹⁸⁸², subscritor da proposta de revisão constitucional de Duarte Amaral, apresentaria, a 23 de Abril de 1974, a seguinte Nota de Perguntas: “Dado que nalguns meios

¹⁸⁷⁷ Ver NEVES, Flor, *Da revolução à democracia: debates políticos em torno da banca nacionalizada (1976-1986)*, in MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp.207-271.

¹⁸⁷⁸ Já no governo, parecia não existir tal fascínio. Ou, a existir, sê-lo-ia em menor grau. Na primeira reunião de Junho de 1970 do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Rui Jorge Martins dos Santos, apresentava a seguinte opinião, partilhada por Rogério Martins: “O subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino aludiu também à gravidade da escassez de empresários, a qual está na base da fraca resposta da iniciativa privada aos estímulos que se lhe dirigem. Será difícil ao Estado recrutar administradores para as empresas em que participe, verificando-se já que empreendimentos em que o Estado intervém figuram entre os pior geridos. A situação só se modificará aumentando a oferta de empresários, o que aponta a decisiva importância da criação de uma escola nacional de administração, recorrendo de início a docentes estrangeiros, se necessário. É, de facto, inteiramente inadequada para este efeito a formação que se ministra nas escolas superiores existentes.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fl.10.

¹⁸⁷⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº17 (22/12/70), fl.6.

¹⁸⁸⁰ CAETANO, Marcello, *Reforma dos Ministérios que se ocupam da Economia*, discurso na cerimónia de posse de novos membros do Governo no Palácio de S. Bento, em 15 de Março de 1974, SEIT. “Precisávamos de dispor de um período de paz social que permitisse avaliar exatamente a situação para depois se fixarem os ajustamentos que devam ter lugar.” P.9.

¹⁸⁸¹ Ver ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita, OLIVEIRA, Pedro Aires, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: correspondência política 1945-1966*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

¹⁸⁸² Professor do ensino primário e responsável pelas Comissões Parlamentares de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais nas X e XI legislaturas. Portanto, sem competências específicas para formular as questões apresentadas.

correm versões de factos que convém esclarecer, desejo perguntar ao Governo em que condições foram concedidas as autorizações para a instalação das novas unidades da indústria cimenteira denominadas CINORTE e CISUL. E as razões por que não foram, em vez dessas autorizações, atendidos os pedidos da Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego, da SAGRES, Companhia de Cimentos do Algarve, da Companhia de Cimentos Tejo e da Companhia de Cimentos de Leiria”.¹⁸⁸³

A resposta ficou a cargo de Daniel Barbosa. Explicou pormenorizada e fundamentadamente cada caso, eliminando qualquer suspeita, e concluiu: “As circunstâncias do mercado a par de situações verificadas no sector – algumas delas atrás referidas – tornavam lógica uma injeção de concorrência numa área de tão grande importância para a economia nacional. Nestas circunstâncias – de que se não pode desligar a conveniência de uma maior dispersão regional para evitar escusados sobrecustos de transporte – contribuíram para se deferirem pelo menos dois dos novos pedidos apresentados.”¹⁸⁸⁴

Não deve ter sido o elemento decisivo, mas não deixa de ser interessante que a mesma pessoa, sem protagonismo político-social, que sugeriu a inclusão de Daniel Barbosa no governo após a apresentação do projeto de revisão constitucional¹⁸⁸⁵, o voltasse a referir um mês antes da remodelação. Ante a urgência do restabelecimento da “confiança”, recuperava dois exemplos tão caros a MC: o de “Daniel Barbosa em 1947/48 que salvou o regime de uma revolução e o Dr. Adriano Moreira que em 1961/62 apagou a inquietude de Angola, apesar de um e outro caso os resultados objetivos não poderem ter-se como positivos nem sequer recomendáveis ou derradeiros”.¹⁸⁸⁶

De facto, Daniel Barbosa foi o “primeiro e único intérprete de uma solitária tentativa de levar à prática as disposições reestruturadoras da Lei de Fomento e Reorganização

¹⁸⁸³ A primeira pertencia à família Queiroz Pereira e à Cimianto. A segunda estava ligada à Somapre e à Sogertal. Todas as empresas do segundo conjunto pertenciam ou estavam ligadas ao grupo Champalimaud.

¹⁸⁸⁴ ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita, OLIVEIRA, Pedro Aires, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: correspondência política 1967-1974*, Vol. II, pp.417-423.

¹⁸⁸⁵ AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo, deputado, dirigente da UN, promotor do Complexo Agroindustrial – Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano – Cachão): nº3 (26/12/70). Refere que “o governo não goza de prestígio no país e nem sequer constitui motivo de benévola expectativa. A generalidade dos governantes não têm capacidade política e muitos revelam quer falta de senso quer, principalmente, indecisão, inexperiência e tendências políticas inintegráveis nos propósitos e espírito tanto de V.Ex.ª como do regime que personifica. [...] Depois urge salvar o Baltazar que politicamente se afunda no cargo atual e o João Rosas, dificilmente substituível no seu posto, mas não continuará se antes de um mês o não libertarem de colaboradores incompatíveis ou ineficientes.”

¹⁸⁸⁶ “Um e outro caso de resto possíveis pela autoridade de Salazar.” AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo, deputado, dirigente da UN, promotor do Complexo Agroindustrial – Federação dos Grémios da Lavoura do Nordeste Transmontano – Cachão): nº9 (11/02/74).

Industrial”.¹⁸⁸⁷ Adriano Moreira esclarecia em 1953 porquê, partindo do condicionante “princípio de que só estão sujeitas a condicionamento as indústrias que expressamente a lei indicar”. “Princípio este que é também o da anterior Lei nº1956, cuja regulamentação todavia estabeleceu uma contradição insanável com o regime legal: enquanto o princípio era o de que, como se disse, só estariam condicionadas as indústrias que a lei indicasse, os diplomas regulamentares [...] diziam exatamente o contrário e por isso todas as indústrias estavam condicionadas, exceto se um texto legal dissesse o contrário. E como o sistema era ilegal, é claro que a natureza do texto podia ser e era o mais inesperada possível. A legislação, no domínio dessa lei 1956, foi reconduzida à coerência na gerência do ministro Daniel Barbosa que, pelo Decreto nº36 443, de 30 de Julho de 1947, acabou com a baralhada de decretos regulamentares, instruções, circulares e despachos que tornavam mais difícil saber quais os textos em vigor do que interpretá-los.”¹⁸⁸⁸

Seria esta a essência do problema económico corporativo.¹⁸⁸⁹ O artigo de Adriano Moreira visava o seu esclarecimento.¹⁸⁹⁰ A resolução de Daniel Barbosa manteve-se em vigor, mas o vigor do problema não diminuiu. Poucos dias antes do 25 de Abril, Champalimaud pretendia garantir junto de MC o deferimento dos seus requerimentos, sobretudo destinados a Angola e Moçambique.¹⁸⁹¹ Pouquíssimos dias depois, deslocou-se à Cova da Moura para

¹⁸⁸⁷ ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita, OLIVEIRA, Pedro Aires, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: correspondência política 1967-1974*, Vol. II, p.10 (introdução de Fernando Rosas). Ver também do mesmo autor (primeiro) *Daniel Barbosa e a política de estabilização económica e social do pós-guerra (1948-1974)*, in *Salazarismo e Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p.123 e segs.

¹⁸⁸⁸ Em revista *O Direito*, Ano 85º, 1953, p.318.

¹⁸⁸⁹ “Este decreto [de Daniel Barbosa], que ainda está em vigor, por não ter sido regulamentada a Lei nº2052, estabelece precisamente o processo de condicionamento e exige, entre outras coisas, uma memória justificativa onde se descrevem as condições económicas em que se pretende fazer a exploração, com indicação explícita da origem e qualidade das matérias-primas, mercados, estudo dos transportes, capacidade de produção, natureza dos produtos que se propõe fabricar e horário de trabalho. Tudo isto se destina a elucidar a administração sobre a oportunidade do pedido, e daí o perguntar-se: o requerente, obtida a autorização, fica ou não reduzido à observância dos elementos que apontou na memória descritiva e justificativa? Se indicou certa matéria-prima, pode mudar, sem nova autorização, de matéria prima? Se indicou certo mercado, pode mudar de mercado, e ainda de número de operários, de modo de transporte, de horário de trabalho?

Já se sustentou que não, e podem realmente, em tal sentido, alegar-se algumas razões. [...] Dito isto como exemplo para as matérias-primas, pode dizer-se coisa paralela para todas as hipóteses, fáceis de configurar, que respeitem aos outros elementos da memória descritiva e justificativa.

Não nos parece, todavia, que esta orientação seja de aceitar. O juízo que termina pela decisão administrativa que autoriza o empreendimento tem sobretudo em vista averiguar da viabilidade económica da iniciativa e regular a vizinhança, porque realmente o problema é de direito de vizinhança, da nova indústria com as já existentes no complexo económico nacional. Mas o condicionamento não é, de modo algum, um instrumento de estagnação das indústrias, como indubitavelmente seria se o progresso técnico da indústria montada houvesse de viver na incerteza e risco de não ver autorizada a exploração dos esforços de aperfeiçoamento levados a cabo.” Idem, pp.319-320.

¹⁸⁹⁰ Moreira era nesta altura responsável pela cadeira de *Direito Corporativo* no Curso de Administração Ultramarina. MOREIRA, Adriano, *Direito Corporativo*, súmula das lições dadas ao 3º ano do Curso de Administração Ultramarina, ano letivo de 1950-51, ISEU.

¹⁸⁹¹ “Encontram-se neste momento pendentes de resolução por parte do governo diversos requerimentos, entre os quais aponto os seguintes:

garantir junto de Spínola que os soldados se continuariam a bater em África pela integridade dos seus *valores*. Precisamente o que MC¹⁸⁹² e Daniel Barbosa¹⁸⁹³ pareciam recusar.

3.1.3. *A mentira do país uno*

3.1.3.1. *Confronto militar: ação psicológica e regionalização da tropa*

A desconfiança de MC em relação a determinados sectores castrenses, incluindo os militares do 28 de Maio de 1926, não era, segundo vimos, positiva. Entre 1944 e 1947 não melhoraria substancialmente. Quando assumiu a pasta das Colónias em Setembro de 1944, o governo português encontrava-se em negociações com uma delegação anglo-americana para assegurar a participação nacional na previsível libertação de Timor.¹⁸⁹⁴ A 18 de Outubro, MC recebeu o “memorial” “absolutamente secreto” com os primeiros planos para a sua reocupação administrativa. Para além da lista dos vasos de guerra, a PCM enviava-lhe o seguinte pedido: “Do Ministro das Colónias se solicita indicação dos nomes e algum pormenor que possa interessar, daqueles indivíduos que pareçam idóneos para este serviço

- instalação em Moçambique do fabrico do alumínio, apresentado em 1968, salvo erro;

- constituição de um banco de investimento feito em 1966, salvo erro;

- idem, para Angola e Moçambique, apresentado em Abril corrente;

- aquisição de uma frota marítima de 300 000 T.D.W., renovado ultimamente;

- a par disto temos a pretensão, anunciada também a V. Ex.^a na primeira conversa que tivemos depois do meu regresso do exílio, em Dezembro de 1973, de dar uma contribuição decisiva à sombra do problema da mineira do Lobito, conforme consta da exposição que fiz aos acionistas do Banco P. e S. Mayor na sua assembleia geral ordinária e que tendo tido a maior divulgação em Angola e Moçambique foi aqui proibida pela censura, depois de ter sido impressa, como é do conhecimento de V. Ex.^a” AMC, cx.22, Correspondência/Champalimaud, António de Sommer: n°12 (07/04/74).

¹⁸⁹² “Privilegiados, ainda, se consideram por esse mundo certos grandes capitalistas que julgam poder vergar tudo à força do seu dinheiro, e ensaiam a plutocracia, ao procurar fazer frente ao poder político e às leis do Estado empregando as mais variadas formas de influência, de intimidação e de pressão.” CAETANO, Marcello, *Reflexão sobre o Ultramar*, discurso na Assembleia Nacional, em 5 de Março de 1974, SEIT, p.9.

¹⁸⁹³ “Como é evidente, os grandes interesses empresariais e comerciais subsistiram no Ultramar, mesmo que o perdêssemos; sobretudo aqueles que se internacionalizaram nas suas ligações. Não é por eles, portanto, que nos estamos a bater, a oferecer as vidas dos nossos filhos. [...] Mas não consinta que esses mesmos interesses se sirvam desse combate crucial e caro, para jogos encobertos de «proveito próprio».” ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. I, p.213 (carta de 09/04/70).

¹⁸⁹⁴ PT/TT/PS/AMC/MC-TIM/02: Preparativos para a Reocupação Administrativa; AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: n°3 (15/12/44). “Secreto”, “Memorial”. Envio de álbum de fotos e outras informações sobre Timor para Estado-maior Britânico.

muito especial, tendo em conta que as qualidades que para tal se exigem podem até certo ponto ser consideradas como defeitos ao ser apreciado o indivíduo na sua missão social.”¹⁸⁹⁵

MC compreendia, enquanto homem de estado, a necessidade que justificava tal indicação. Mas a relação com o sector militar, principal fonte de recrutamento de tais indivíduos, tornava a missão difícil. Quando soube da rendição do Japão, MC estava em Tete e registou o que segue no seu caderno pessoal: “No regresso a casa chega-me a notícia do pedido de rendição do Japão. Lembro-me logo de Timor e da minha frustrada insistência para que os navios de guerra seguissem para Austrália a tempo de poderem ocupar a ilha logo que a resistência ali cessasse. Tanto hesitou o major general, tantas dificuldades fez, que o Japão caiu e os navios em Lourenço Marques! Telegrafei ao Ministério sobre o assunto. Tenho a consciência tranquila, porque levei meses a teimar: mas os factos são o que são.”¹⁸⁹⁶

Todos, militares e civis no governo, conheciam as intenções australianas. Segundo vimos, estavam associadas aos interesses petrolíferos. Com o aproximar do fim do conflito, o perigo ressurgiu: “Bem nos afligem os artigos que têm sido publicados pela imprensa local, referindo-se à necessidade da compra de Timor para evitar o perigo da influência japonesa nessa ilha. Toda a doutrina desses artigos é mal fundamentada, pois, nunca nesse pequeno cantinho lusitano se atraçoaram o brio e o patriotismo dos que são verdadeiramente portugueses. Adivinha-se muito bem que há maus elementos a trabalhar na escuridão, procurando infiltrar o veneno da inveja e da discórdia.”¹⁸⁹⁷ Onze meses depois de MC deixar o Ministério, foi concedida licença a Carlos da Câmara Pinto Coelho, em associação com a norte-americana Superior Oil Company, para a exploração de petróleo e outros óleos minerais e gases hidrocarbonados em Timor.¹⁸⁹⁸

Após conversa com o homólogo holandês, o governador de Timor (Setembro de 1946), Óscar Freire de Vasconcelos Ruas, transmitiu o seguinte relato:

“I – A eterna república indonésia, que é o pesadelo de todos os holandeses. [...]

¹⁸⁹⁵ AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº2 – anexo 2 (06/10/44). “SECRETO”.

¹⁸⁹⁶ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fls.42-43 (06/45 – 11/45).

¹⁸⁹⁷ AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº12 (s.d.). “TIMOR” (manuscrito a lápis vermelho de MC). Trata-se de “parte de uma carta, com data de 25/12/44, mandada da Austrália, por um missionário de Timor ali refugiado, ao Patriarca das Índias”. O documento refere ainda o drama da utilização da ilha como destino de deportação: “Mas, contra todas estas maquinações de destruição e falsas acusações subsistirá a doutrina bem fundamentada do Governo sólido de Salazar. Não poderíamos esperar outros frutos dos já bem conhecidos deportados que nos acompanharam. Pode ser que ainda se arrependam de tanto falarem, sem atenderem às consequências que podem advir dos seus ditos maliciosos.”

Sobre o período da ocupação japonesa de Timor, ver, entre outros, CARDOSO, António Monteiro, *Timor na 2ª Guerra Mundial*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007.

¹⁸⁹⁸ Decreto nº36 659, de 8 de Dezembro de 1947.

II – Que nós eramos muito felizes em poder reconstruir Timor em bases inteiramente novas, por termos dinheiro e até a colaboração tão simpática e decidida dos nossos indígenas, pois já reparara que andavam milhares de homens a trabalhar sem qualquer espécie de guarda ou coação, o que só se pode conseguir com perfeita disciplina consentida. Que ele, no Timor Holandês, neste momento não poderia conseguir isso. [...] Depois do jantar, no momento em que se encontrou a sós comigo, o Residente fez-me queixas amargas dos australianos, especialmente das tropas de ocupação do Timor Holandês, confidenciando-me que o Brigadeiro Dyke, seu comandante, com uma falta de tato absoluta, lhe referira a necessidade da Austrália ter bases em Timor.”¹⁸⁹⁹

A principal questão diria respeito, precisamente, à definição da estratégia militar para assegurar a manutenção da presença portuguesa ou, neste caso concreto, para o restabelecimento da soberania portuguesa em Timor. Entre os particularismos que marcaram a II Guerra Mundial na Ásia, acentuados pela sua geografia, destacou-se a emergência do novo paradigma militar: a guerrilha. Nuns casos desenvolvida contra a ocupação japonesa (exemplo da China),¹⁹⁰⁰ noutros casos desenvolvida por influência dos ocupantes, como foi o caso da Indonésia.¹⁹⁰¹

Quando em Agosto de 1945 os japoneses se renderam, a guerrilha indonésia, liderada por Sukarno (1901-1970), apoiou-se no desmantelamento das estruturas coloniais holandesas e nas promessas de independência por parte do Japão para declarar a independência. Seguiram-se quatro anos de “pesadelo” para os holandeses, numa guerra sangrenta apoiada desde o início pelos aliados europeus e concluída em Dezembro de 1949 com o reconhecimento da República da Indonésia.

MC percebeu aqui a irreversibilidade do novo paradigma militar e político. O projeto de “instruções para o oficial chefe do serviço de informações militares” em Timor, elaborado pelo major-general da Armada, António Garcia de Sousa Ventura, continha essa indicação: “Uma vez no Extremo Oriente, a sua missão tem essencialmente por objeto prestar o serviço de informações ao Comando da mesma, a que desde então fica subordinado. [...] Para o caso

¹⁸⁹⁹ PT/TT/PS/AMC/MC-TIM/03: Correspondência com o Governador de Timor, Óscar Freire de Vasconcelos Ruas; AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº26 (22/09/46). “Governo da Colónia de Timor. Nº11. SECRETO”. Dirigida ao Ministro Colónias: relato de almoço e conversa, a 27 Agosto, com “Residente de Koepang”.

¹⁹⁰⁰ BAYLY, C. A.; HARPER, T. N., *Forgotten Wars: freedom and revolution in Southeast Asian*, Belknap Press of Harvard University Press, 2007; ZARROW, Peter, *China in war and revolution 1895-1949* London, Routledge, 2005.

¹⁹⁰¹ Ver RICKLEFS, M. C., *A History of Modern Indonesia Since c. 1300*, second edition, London, MacMillan, 1993; CAREY, Peter, *Indonésia e Timor: dois caminhos para a independência*, in *Análise Social*, vol. XXXVI (161), 2001, pp.1061-1077.

de vir a organizar-se um sistema de guerrilhas, deve colher os elementos necessários acerca dos portugueses, europeus ou indígenas, que convenha utilizar, realizando uma escolha judiciosa daqueles que na ocasião oportuna serão empregados.”¹⁹⁰² Na hipótese, ponderadas as circunstâncias de “Timor e as dificuldades de alimentação [julgava-se] conveniente reduzir ao mínimo indispensável o pessoal branco que deve fazer parte da força de ocupação”.¹⁹⁰³ No mesmo sentido, noutra memorial não identificado, considerou-se que “as forças portuguesas enviadas a Timor deverão ter possibilidade de armar indígenas fiéis e de organizar com eles unidades irregulares que a experiência tem demonstrado serem auxiliares indispensáveis no domínio de qualquer revolta indígena.”¹⁹⁰⁴

A 13 de Agosto, MC aprofundou a perspectiva do major-general da Armada:

“Expedição a enviar deve: 1º – visar sobretudo ocupação e restabelecimento administração e nosso abalado prestígio; 2º – ser constituída pelo menor número de soldados brancos que for possível [...]; 3º – devem predominar tropas técnicas que tenham utilidade imediata e facilmente podem fornecer combatentes infantaria caso seja necessário, a juntar aos elementos marinha e indígenas. Assim julgo que expedição deve reduzir-se a: 2 companhias caçadores indígenas, bateria, parque engenharia, companhia sapadores, destacamento transmissões e serviços abastecimento e saúde. Peço V. Ex.^a recomende instantemente meu ponto vista ao Conselho do Pacífico frisando tratar-se esclarecer minha responsabilidade mas sobretudo meu desejo veemente contribuir para bom termo evitando dificuldades futuras que antevejo seguindo ordem [do] Ministro da Guerra. [...] Assistir indígenas, provê-los do necessário, ajudá-los, vale mais para pacificação território [e] prestígio nosso que muita tropa.”¹⁹⁰⁵

Dois dias depois reforçou a ideia: “Meu modo de ver problema fundamental é restauração prestígio soberania portuguesa aos olhos dos indígenas e organização eficiente inteligente serviços com objetivo imediato fomento económico e política indígena. Por isso sou partidário sigam poucos europeus mas bons – física, técnica e moralmente. Entendo que não havendo operações [de] guerra [a] direção [da] ocupação devia ficar desde já dependente [do] Ministério das Colónias representado [pelo] governador.”¹⁹⁰⁶

Por este motivo se gerou o conflito com o sector militar e, embora menos, com o MdG liderado por Santos Costa. Em Agosto, já MC tinha preparado a portaria para a substituição

¹⁹⁰² AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº11 – anexo 2 (23/02/45).

¹⁹⁰³ AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº11 – anexo 1 (22/02/45).

¹⁹⁰⁴ AMC, cx.9, Timor, Preparativos para a Reocupação Administrativa: nº9 (20/02/45).

¹⁹⁰⁵ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº53 (13/08/45).

¹⁹⁰⁶ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº56 (15/08/45).

do governador de Timor, Manuel Abreu Ferreira de Carvalho, por Óscar Ruas.¹⁹⁰⁷ Porém, só se concretizaria no início de Dezembro de 1945. Ainda em Agosto, MC voltava a insistir, recorrendo a uma argumentação mais adequada à sensibilidade militar: “Esclareço que minha insistência redução tropas brancas não resultou [de] má vontade mas [da] simples convicção não termos organização, pessoal, recursos para manter longo tempo em local tão distante e pobre como Timor, na época [das] chuvas, grandes forças sem que doença, desmoralização, prejudiquem efeito grandes efetivos e até tornem negativa vantagem número. Assunto fica por minha parte encerrado respeitando inteiramente resolução tomada.”¹⁹⁰⁸

De pouco serviu a atitude apaziguadora, pois a “ofensa” estava feita. Segundo os relatos do ainda governador, Manuel Abreu Ferreira de Carvalho, apesar da “escravatura” praticada antes da guerra, os portugueses encontraram em Timor uma receptividade bem diferente da conseguida pelos holandeses. Em Outubro de 1945, Timor estaria “coberto bandeiras nacionais que chefes indígenas souberam guardar e preservar da fúria destruição forças ocupantes.”¹⁹⁰⁹ Um mês depois, a “vida” estaria normalizada, em “sossego” e “ordem disciplina absoluta toda colónia causam mais viva impressão australianos”.¹⁹¹⁰ No final do mês de Novembro, “acabou escravatura evidente”.¹⁹¹¹ Os acontecimentos davam razão a MC, embora por esse motivo tivessem rolado cabeças. Em Janeiro de 1946, o major-general da Armada, que também partilhara uma posição próxima da dele, foi substituído por João António Correia Pereira.

Em meados de Novembro de 1945 tinha começado uma triste novela entre os comandos da expedição militar e a administração colonial, centrada na questão hierárquica e na metodologia de comando. No dia 18, o governador avisava que a pacificação “já deve estar considerada terminada uma vez está restabelecida integral soberania portuguesa todo território e não há alteração ordem pública”¹⁹¹², pelo que não havia necessidade de se submeter ao

¹⁹⁰⁷ AMC, cx.49, Correspondência/Ruas, Óscar Freire de Vasconcelos (oficial do Exército; governador-geral de Timor): nº1 (15/09/45). Dirigindo-se a MC, referiu que este “teve o condão de me fazer acreditar de novo no renascimento da vida colonial portuguesa”.

¹⁹⁰⁸ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº65 (22/08/45).

¹⁹⁰⁹ PT/TT/PS/AMC/MC-TIM/03: Correspondência com o Governador de Timor, Óscar Freire de Vasconcelos Ruas; AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº1 (01/10/45).

¹⁹¹⁰ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº5 (15/11/45).

¹⁹¹¹ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº15 (29/11/45). O documento referia ainda que “reorganização vida política e económica indígena com reposição chefes naturais depuração maus elementos comprovados distribuição intensiva sementes limpeza plantações propriedade indígena exploração possível. [...] Além de não haver desperdícios mão de obra como acontecia [...], estou verificando que onde se empregavam 200 trabalhadores agora chegam 50. Todos trabalhadores bem alimentados. Chefes mostram [?] satisfação tal medida sem dúvida melhor resolução feita colónia todos tempos e que mantereí com intransigência.”

¹⁹¹² AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº6 (18/11/45).

comando militar.¹⁹¹³ A situação chegou ao ponto de o governador já só esperar o vapor “Angola” para partir definitivamente: “De facto situação subalterna criada [ao] Governador por determinações citar não pode manter-se sem desprestígio [...]. Para essa obra ser levada [...] bom termo rapidamente indispensável que haja uma autoridade a mandar e isso só se pode obter [com a] restituição [ao] Governador Colónia plenitude seus poderes dentro princípios motivam instrução Vexa 7 Maio 1945”.¹⁹¹⁴

O brigadeiro Roque Sequeira de Varejão fora escolha de MC.¹⁹¹⁵ No entanto também este se viu envolvido no problema, com Óscar Ruas à frente do Governo-geral, que afirmava ter o “apoio que brigadeiro não tem nas forças”.¹⁹¹⁶ A 2 de Janeiro de 1946, MC teve de acalmar os ânimos junto de Óscar Ruas: “Urgente – [...] deploro profundamente sucedido e vou tentar solução acordo Ministério Guerra. Entretanto renovo com maior insistência e empenho minhas instruções Vexa para evitar qualquer conflito devendo manter absoluta calma e serenidade. Vinte dias depressa passam e após embarque Brigadeiro não haverá mais motivo questão. Neste caso ficará melhor colocado aquele que mais dignidade mantiver perante público e subalternos”.¹⁹¹⁷

Algo surpreendentemente, Santos Costa deu razão a Óscar Ruas por estar em causa “respeito pela pessoa e pela autoridade Vexa. Conto que Vexa cale todas pequenas razões que possa ter e sempre com os olhos fitos no País como é seu timbre procure passar sem quaisquer incidentes poucos dias que lhe restam de permanência em Timor”.¹⁹¹⁸ No dia 5 de Janeiro, MC colocava um ponto final no assunto num esclarecimento ao presidente do Conselho:

“Quando cheguei a Lisboa, em 14 de Novembro, encontrei a situação seguinte: o capitão Ferreira de Carvalho no exercício efetivo das funções de Governador, o inspetor Ruas auxiliando-o, e o brigadeiro Varejão exercendo as funções de comando-em-chefe com uma supremacia sobre a autoridade civil sem enquadramento nos textos do direito público colonial português, e por isso mesmo ineficaz em si, e originária de desagradáveis situações com o Governo da Colónia. [...] Assim, o encarregado do governo recebeu todos os europeus

¹⁹¹³ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº7 (18/11/45).

¹⁹¹⁴ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº8 (19/11/45).

¹⁹¹⁵ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº65 (22/08/45). “Solução ida brigadeiro Varejão agrada-me inteiramente não tendo igual opinião sobre coronel Abranches Pinto porque sendo oficial distintíssimo sob todos aspectos não sabe lidar pessoal e criaria risco desinteligências inconvenientes. Acho que brigadeiro podia partir no Angola com vantagem geral e creio por conversas anteriores não lhe desagradaria ir até ao fim com tropas seu comando.”

¹⁹¹⁶ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº19 (12/45).

¹⁹¹⁷ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº20 (02/01/46).

¹⁹¹⁸ PT/TT/PS/AMC/MC-TIM/04: Correspondência com o Comandante das Forças Expedicionárias ao Extremo oriente e outros assuntos militares; AMC, cx.9, Timor, Comandante das Forças Expedicionárias ao Extremo oriente e outros assuntos militares: nº3 (02/01/46). Cópia de telegrama do ministro da Guerra para Óscar Ruas.

presentes em Díli, incluindo o Bispo e os oficiais de marinha, teria recebido os cônsules e oficiais estrangeiros que lá estivessem, – mas não se lhe apresentou um único oficial do exército, por ordem do Comandante em Chefe! Só quem conhece meios coloniais pode fazer ideia do que isto significa! Todavia à queixa indignada do encarregado do governo respondi com o telegrama nº1¹⁹¹⁹ secreto”.¹⁹²⁰

Num clima de maior harmonia, MC e Santos Costa normalizaram as relações entre ambos os ministérios em Outubro de 1946: “1 – Os serviços militares passam de novo para a dependência do Ministério das Colónias. Estudar-se-á um sistema de assistência técnica do Estado-maior do Exército ao MdC. 2 – O Fundo de Defesa do Império permanecerá no MdG. A sua aplicação será feita de harmonia com um programa anualmente aprovado pelos Ministérios da Guerra e das Colónias. 3 – As despesas com as tropas expedicionárias às colónias continuarão a ser suportadas pelo Orçamento do Ministério da Guerra nos mesmos termos que até aqui.”¹⁹²¹

No final desse mês o diploma estava pronto¹⁹²² e a 30 de Dezembro foi publicado o Decreto-lei nº36 071, determinando o regresso das forças militares destacadas nas colónias à dependência do MdC, dado haverem terminado as circunstâncias excepcionais de guerra. Ainda no mesmo mês, MC já havia publicado o Decreto nº36 019 (de dia 7), que atualizava as normas que regulavam o recrutamento das forças coloniais em oficiais, sargentos e praças europeias.

No entanto, a orientação preconizada por MC durou pouco tempo. Em 1949, a situação voltaria a inverter-se com a publicação do Decreto-lei nº37 542, de 2 de Setembro, segundo o qual “teriam surgido com frequência conflitos de jurisdição na administração, e a eficiência e rendimento dos serviços teriam acusado quebras sensíveis”. Entrava-se na fase decisiva da centralização. Todos os serviços militares e todas as tropas estacionadas nas colónias passaram para a dependência do Ministério da Guerra. Embora pela Lei nº2051, de 15 de Janeiro de 1952, tenham sido criados os Conselhos de Defesa Militar de Angola,

¹⁹¹⁹ AMC, cx.9, Timor, Correspondência com o Governador de Timor: nº20 (02/01/46).

¹⁹²⁰ AMC, cx.9, Timor, Comandante das Forças Expedicionárias ao Extremo oriente e outros assuntos militares: nº4 (05/01/46).

¹⁹²¹ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Fernando dos Santos (subsecretário da Guerra; ministro da Guerra; ministro da Defesa Nacional; conselheiro de Estado): nº 4 (17/10/46). “Memorandum da conversa com o Senhor Ministro da Guerra em 17 de Outubro de 1946”.

¹⁹²² AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Fernando dos Santos (subsecretário da Guerra; ministro da Guerra; ministro da Defesa Nacional; conselheiro de Estado): nº10 – anexo 1 (29/10/46).

Moçambique, Índia e Macau, atribuindo competências ao governador-geral na condução da política de defesa do respetivo território, a orientação de fundo manteve-se.¹⁹²³

3.1.3.2. *Imperialismo ou cooperação?*

O recurso ao exemplo do Brasil não fora, de forma alguma, um exclusivo português. O deslumbramento de MC pela personalidade de Jan Smuts e pelas cidades de Johannesburg e Pretória, na curta visita que fez à África do Sul, durante a viagem de 1945, traduziu-se na comparação económica, nada surpreendente, com o Brasil: “A África do Sul é um caso de colonização excepcional, resultante: a) do clima especialmente favorável ao trabalho europeu; b) do ouro que permite gastar mesmo anti economicamente; c) do afluxo de gente de todo o mundo que veio ao chamariz das minas. É como o nosso Brasil.”¹⁹²⁴

Smuts retribuiu recordando a construção e independência do Brasil.¹⁹²⁵ MC telegrafou a conversa ao presidente do Conselho: “Durante última conversa havida manifestou sua grande confiança futuro Moçambique e nossa capacidade colonizadora segundo exemplo [do] Brasil. Disse-me que Portugal devia mandar muitos mais colonos [para as] suas colónias.”¹⁹²⁶

Não parece ter sido conversa de circunstância. A tendência manifestada na *Fagan Commission*, nomeada por Smuts em 1946 para estudar a evolução do sistema social sul-africano, era um nítido passo em frente. Tudo terminou bruscamente com a derrota de Smuts nas eleições de 1948, vencidas pelo Partido Nacional graças a uma campanha agressiva, na qual prometeu implementar uma rigorosa política de segregação social: o apartheid efetivamente instaurado em 1948.¹⁹²⁷

¹⁹²³ Complementada pela Lei nº2060 (Lei da Organização Geral, Recrutamento e Serviço Militar das Forças Terrestres Ultramarinas), de 3 de Abril de 1953, e pelo Decreto-lei nº39 541, de 16 de Fevereiro de 1954, que estabeleceram um conjunto de disposições relativas à organização geral, recrutamento e serviço militar das forças terrestres ultramarinas e fixou-se o quantitativo das unidades e estabelecimentos militares, quadros e efectivos das forças terrestres ultramarinas.

¹⁹²⁴ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.24v (06/45 – 11/45).

¹⁹²⁵ AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.18 (06/45 – 11/45).

¹⁹²⁶ AMC, cx.10, VMA, Telegramas expedidos para o Ministério: nº37 (24/07/45).

¹⁹²⁷ Ver, entre outros, MEREDITH, Martin, *In the name of apartheid: South Africa in the postwar period*, New York, Harper & Row, 1988; *The first dance of freedom: Black Africa in postwar era*, London, Abacus, 1985.

Para os belgas, o Brasil seria mesmo “o” modelo a seguir. Quando já se verificava o “problema indígena” no Congo¹⁹²⁸, uma corrente muito forte no seio da Bélgica pretendia levar para ali a “elite” intelectual do país. O *Courrier d’Afrique* de 23 de Outubro de 1946, num artigo intitulado “La recherche scientifique au Congo”, postulava o seguinte: “Mais l’utilité de ces initiatives nouvelles ne s’arrêtera pas là. En 1807, lorsque Napoléon menaçait le Portugal, ce ne fut pas seulement le Roi Jean VI et sa Cour qui se transportèrent dans la Colonie encore primitive du Brésil; le Roi emmena avec lui l’élite intellectuelle du Portugal, de nombreux professeurs d’Université, des juristes, des médecins, des hommes de science. Et c’est de là que date le magnifique essor du Brésil. De même, le fait que résideront au Congo de nombreux hommes de science belge, des chercheurs dans tous les domaines, fournira à notre Colonie cet apport d’intellectualité qui lui a forcément manqué aux débuts, comme à tous les pays primitifs. J’augure, Messieurs, les meilleurs résultats pour le développement de notre Colonie de la décentralisation scientifique qui se prépare.”¹⁹²⁹

Em 1945, o norte-americano Raymond Kennedy, professor de sociologia na Universidade de Yale, via os portugueses, belgas e espanhóis como “weak imitation” do modelo francês. No entanto, apesar de criticar dura e realisticamente a colonização portuguesa, por ser “assimilationist” e baseada na “economic exploitation”, deixou a seguinte ressalva: “the portuguese have a vague goal of eventually making their dependencies *ultramarine provinces* of the mother country”.¹⁹³⁰ De forma mais explícita, um diplomata americano de visita a Luanda, em Fevereiro de 1946, teria deixado rasgados elogios à colónia.¹⁹³¹

Smuts, por sua vez, estabeleceu a seguinte comparação, registada por MC:

“A crise da França resulta de não ter tido um chefe, desde Clémenceau. De Gaulle é um homem estimável, sério e reto: mas está possuído de orgulho pessoal e patriótico, não compreende a atual posição da França no mundo, nem quer abdicar dos conceitos clássicos de grandeza nacional e de imperialismo. Ora, o sentido da política internacional contemporânea só pode ser de moderação e cooperação. Relativamente à África acentuou

¹⁹²⁸ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com a Administrador-Delegado em Lisboa: nº5 (02/08/46).

¹⁹²⁹ AMC, cx.8, Diamang – Gabinete do Ministro, correspondência com a Administrador-Delegado em Lisboa: nº6 (19/12/46).

¹⁹³⁰ KENNEDY, Raymond, *The Colonial Crisis and the Future*, in LINTON, Ralph (ed.), *The science of man in the world crisis*, Columbia University Press, New York, 1945, pp.333-334.

AMC, cx.23, Correspondência/Correia, António Augusto Esteves Mendes (professor de antropologia da Universidade do Porto): nº15 anexo 1 (10/46) – a informar MC sobre o livro citado; nº16 – anexo 1 (22/10/46) – cópia de carta enviada a Ralph Linton contra-argumentando a sua perspectiva com exemplo do Brasil.

¹⁹³¹ AMC, cx.14, Correspondência/Almada, José de: nº4 (04/03/46).

particularmente: *nada de persistir na velha política de imperialismo político, de que já passou o tempo. O que importa é criar uma rede de entendimentos na base da colaboração económica, respeitando o governo, a língua, a religião de cada território. Nada de absorção – cooperação.*”¹⁹³²

As alterações introduzidas por MC na Carta Orgânica do Império Colonial Português visaram sobretudo a correção de problemas administrativos, a agilização e clarificação de processos, segundo o método do principal cultor de Direito Administrativo em Portugal.¹⁹³³ Não consubstanciavam uma mudança de política, até porque essa não era matéria da Carta Orgânica.¹⁹³⁴ Ainda assim, as alterações nos artigos que regulavam as atribuições e competências dos governadores, dos governos-gerais e conselhos de governo (sobretudo do art.º 30º ao 53º) iam no sentido evidenciado por alguns dos últimos diplomas de MC à frente do MdC. Tais como o Decreto-lei nº35 963, de 20 de Novembro de 1946, que determinava que a nomeação dos presidentes dos organismos corporativos instituídos nas Colónias fosse da responsabilidade dos governadores.

3.1.3.3. Caminho político da Índia

A experiência da Índia portuguesa foi determinante por vários motivos. Enquanto MC ainda era ministro, voltou a manifestar-se ali uma outra versão do paralisante conflito entre duas perspetivas, neste caso extremas, sobre a presença militar. Por um lado, a defesa duma forte presença militar metropolitana.¹⁹³⁵ Por outro, a linha seguida pelo governo durante a

¹⁹³² AMC, cx.10, VMA, Notas apontamentos e outros escritos: nº1, fl.27-28 (06/45 – 11/45). Terminou o relato com a seguinte confissão: “Às 11h o avião largava do aeroporto de Pretória onde estavam o governo, autoridades, amigos – com Smuts à frente, de jaquetão preto e o seu larguíssimo colarinho duro a lutar com a gravata. Curiosa figura, a deste homem! Figura verdadeiramente invulgar! Confesso a impressão séria e profunda que dele recebi.”

Em 1970, José Gago de Medeiros recordava Smuts quando se referia a MC numa reunião com países da NATO: “Há já umas boas dezenas de anos o general Smuts que o recebeu em Pretória disse-lhe esta frase profética: *um dia o seu país há-de precisar de si.*” AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, José Gago de (visconde de Botelho; procurador à C.C.): nº5 anexo 1 (30/03/70).

¹⁹³³ “Não posso deixar de apresentar-lhe os meus cumprimentos pelos últimos diplomas publicados, nomeadamente o das alterações à Carta Orgânica e os exclusivamente destinados a Angola.” AMC, cx.39, Correspondência/Moreira, C. Mimoso (jornalista): nº3 (31/05/46).

¹⁹³⁴ *Diário do Governo*, I Série, nº117, de 29 de Maio de 1946, pp.437-443.

¹⁹³⁵ AMC, cx.28, Correspondência/Gonçalves, Luís da Cunha (professor; advogado; deputado pelo Estado da Índia): nº2 (05/06/46). Sobre o “problema militar da Índia” e a “reorganização do exército colonial” após o 28 de Maio de 1926, criticando a redução do contingente militar na Índia.

década de 50: defesa exclusivamente jurídica duma inerte realidade. Antes ainda de concretizada a independência da Índia, em Agosto de 1947, soaram os alarmes. Tratava-se do “perigo de absorção” de Goa¹⁹³⁶, potenciado pela “inércia e inépcia associados nos domínios da simples administração”.¹⁹³⁷

MC havia cometido, no final de 1945, o erro de desvalorizar a influência indiana: “Existe assim um problema indiano em Moçambique, se bem que longe de ter o vulto que assume na União Sul Africana (onde Ghandi terçou as primeiras armas da luta pelos direitos da sua raça, inaugurando o sistema da resistência passiva)”.¹⁹³⁸ No primeiro semestre de 1946 intensificou-se a campanha mediática contra a Índia portuguesa e francesa: “Corre o rumor espalhado pelos jornais maratas e outros vernáculos da Índia vizinha de que após a independência da Índia, as nossas terras serão rendidas, without a shot, à fome dentro de uma semana! A situação é grave e não pode ser enfrentada apenas com baionetas.”¹⁹³⁹

Durante esses seis meses, MC dedicou-se à (re)organização de uma série de serviços e instituições goesas. A 19 de Fevereiro de 1946, decretou (nº35 508) a fusão entre a Caixa Económica Postal e a Caixa de Crédito Rural, duas instituições nucleares no Estado da Índia, por haver “importantes capitais particulares que, por falta de objetivo e estímulo, se colocam no estrangeiro ou permanecem improdutivos nos depósitos bancários. Outros ainda dedicam-se à usura, estando esta tão generalizada no País que o facto não pode deixar de considerar-se como um aspeto alarmante da sua economia. A uns e a outros a Caixa Económica servirá de órgão integrante e regulador.”¹⁹⁴⁰ A 14 de Março, pelo Decreto nº35 530, reformou o Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, em Goa. A 4 de Abril, pelo Decreto nº35 580, criou um corpo de Polícia Civil e no dia 24, pelo Decreto nº35 610, reorganizou a Escola Médico Cirúrgica de Goa, que passou a ter autonomia pedagógica e a ser independente dos serviços de saúde do Estado da Índia. Em 6 de Setembro, pelo Decreto nº35 849, criou a Junta das Importações e Exportações da Índia.

¹⁹³⁶ AMC, cx.24, Correspondência/Costa, Jerónimo Salvador Constantino Sócrates da (deputado por Goa): nº1 (16/02/47).

¹⁹³⁷ AMC, cx.28, Correspondência/Gonçalves, Caetano (jurista): nº6 (15/03/47).

¹⁹³⁸ AMC, cx.10, VMA, Objetivos da Viagem: nº1 fl.24 (s.d. – Novembro/Dezembro de 1945).

¹⁹³⁹ AMC, cx.37, Correspondência/Melo, Idalêncio Froilano de (deputado por Goa; professor catedrático da Escola Médico-Cirúrgica de Goa): nº1 (17/07/46). Cópia de carta enviada ao presidente do conselho.

Para além de defender uma ação diplomática “calma e ponderada”, concertada com a França e Inglaterra, explicava o “ódio” de Nehru por Portugal com o seguinte episódio: “O Nehru deve ter-nos ódio; porque quando esteve aqui há anos, de passagem para o Sul, no aeródromo de Mormugão, foi mal tratado pelas tesuras idiotas da nossa polícia...”

¹⁹⁴⁰ A Caixa Económica Postal já havia sido extinta na metrópole pelo Decreto-lei nº26 096, de 23 de Novembro de 1935.

Todas estas reformas mereciam o reconhecimento dos que estavam ligados a Goa,¹⁹⁴¹ mas não do grande público nem da classe política. A decisão da concessão do Estatuto Político ao Estado Português da Índia, tomada em 1946, pouco antes de MC deixar o Ministério, passou quase despercebida:

“Receba V. Ex.^a as minhas felicitações pela decisão do Governo, de conceder um Estatuto Político á nossa Índia. Esta providência de largo alcance, é um acontecimento político de repercussão incisiva na consciência nacional e na nova ordem internacional. Por esse facto, envio a V. Ex.^a o meu aplauso – embora de pouca valia, e, permita-me que nesta ocasião preste homenagem á vossa personalidade, dotada de intuição invulgar exteriorizada na obra com equilíbrio superior, o que coloca V. Ex.^a, acima da massa geral dos nossos políticos, e, ainda, da maioria das individualidades representativas de outras nações nas conferências internacionais. Este meu juízo, é crítica sincera dum temperamento avesso a louvaminhas, carácter a que não fugirei apesar dos dissabores que lhe devo no carreiro da vida.

De resto, a minha opinião não representa favor nem elogio, mas uma verdade extraída do confronto com a atitude dos estadistas sul-africanos, que recentemente se alinharam como primatas da moral, ao entrincheirarem-se na tese (condenada há mais de 2000 anos) de discriminação dos humanos segundo as colorações epidérmicas; e, neste comenos Portugal com outro humanismo e nova consciência na pessoa de V. Ex.^a, à porta das trincheiras da “filosofia” da pigmentação, proclamando a igualdade dos Direitos cívicos do Homem. E, não foi como professor de Direito que V. Ex.^a o proclamou, mas como Ministro responsável.

A resolução de V. Ex.^a já era uma necessidade, fora do pensamento de concertarmos a conduta nacional com a Carta do Atlântico para a qual a nação não foi ouvida, mas porque assim o requeria a dignidade do país e a nossa noção de solidariedade humana, dado o grau da mentalidade dos indianos, do seu desenvolvimento cultural com ancestralidade civilizadora, do cimento da velha amizade reforçada pelos laços de parentesco por cruzamentos com portugueses desde os tempos de Albuquerque.”¹⁹⁴²

Após a independência da União Indiana (UI), em Outubro de 1947, a França cedeu os *Établissements* de Machilipatnam, Kozhikode e Surat. Durante o ano de 1948, os dois países chegaram a acordo para a realização de um referendo nos restantes *Établissements*. Em 2 de

¹⁹⁴¹ AMC, cx.28, Correspondência/Gonçalves, Luís da Cunha (professor; advogado; deputado pelo Estado da Índia): nº1 (16/03/46). “Agradou-me, em especial, a corajosa e benéfica reforma do corpo docente do Liceu Central de Nova Goa”; “Excelente foi a reforma relativa aos advogados provisionários”.

¹⁹⁴² AMC, cx.23, Correspondência/Colaço, Álvaro (médico): nº1 (22/12/46).

Maio de 1950 o governo de Chandernagore foi cedido à União.¹⁹⁴³ Um mês depois deste acontecimento, Eugène Revert, professor do Instituto Geográfico da Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus, planeando organizar um simpósio sobre problemas africanos, afirmava-se “heureux de voir que sur l’essentiel du problème colonial je me trouvais d’accord avec vous. Je viens d’avoir des entretiens avec mes autres collègues qui enseignent la géographie coloniale à Aix Marseille et à Strasbourg. Nous avons constaté une identité de vues presque complète.”¹⁹⁴⁴

A anexação dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli (Portugal) e o chamado Golpe de Estado de Yanaon (França) aceleraram os acontecimentos. No primeiro de Novembro de 1954, os quatro enclaves franceses de Pondichéry, Yanam, Mahé e Karikal foram transferidos para a União Indiana, integrando o território de Pondichéry. Embora o Parlamento francês só ratificasse o tratado com a UI em 1963. O governo português, como se sabe, manteve-se inflexível e recusou negociar, enquanto a França decidiu ir a jogo, deixando cair algumas peças do *dominó*. Um jogo que ainda esperaria ganhar.

A ginástica diplomática portuguesa é bem visível na seguinte anotação de MC, no CM de 18 de Outubro de 1955: “Coisas da Índia – o governo da UI teve necessidade de acalmar a sua opinião pública e entrou-se numa fase de acalmia. As relações com o Paquistão e com o Ceilão têm tido evolução favorável: o 1º dá-nos apoio franco; no 2º as coisas vão-se encaminhando bem embora o Ceilão tenha medo do seu grande vizinho. Está-se a tratar de estabelecer uma rede consular nos lugares do Golfo Pérsico e na Arábia onde existem colónias goesas que têm manifestado o seu apoio a Portugal.”¹⁹⁴⁵

O Estatuto Político do Estado Português da Índia foi concedido somente no primeiro de Junho de 1955, pelo Decreto nº40 216. O *feedback* foi nulo. O procurador-geral do Estado não deixou de o transmitir a MC nos termos que seguem: “A descentralização concedida pelo Estatuto foi apenas encarada como um passo medroso e absolutamente insatisfatório. Os jornais nem se referiram ao Estatuto. O ambiente parecia de total indiferença e desinteresse. Era a forma de mostrar descontentamento e de mostrar que se não considerava atingida a meta. E a manobra continua: reivindicar mais poderes. Uns fazem-no conscientes de que a autonomia conduzirá [?] a integração [na União Indiana] e outros porque é uma atitude

¹⁹⁴³ Passando a integrar o estado de Bengala Ocidental a partir de 2 de Outubro de 1955. Ver, entre outros, WEBER, Jacques, *Pondichéry et les comptoirs de l’Inde après Dupleix*, Éditions Denoël, Paris, 1996 ; HAUDRÈRE Philippe, *Les Compagnies des Indes orientales, trois siècles de rencontre entre Orientaux et Occidentaux*, Paris, Desjonquères, 2006 ; GRESSIEUX, Douglas, *Les Comptoirs de L’Inde. Pondichéry, Karikal, Mahé, Yanaon et Chandernagor*, Alan Sutton, Saint-Cyr-sur-Loire, 2004.

¹⁹⁴⁴ AMC, cx.47, Correspondência/Revert, Eugène (professor do Instituto Geográfico da Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus): nº1 (17/06/50).

¹⁹⁴⁵ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº5 (18/10/55).

cómoda de contemporização e para estarem na medida do possível com um passo cá e outro lá, sem quererem saber de mais nada do que o que consideram as suas conveniências pessoais. [...] No entanto, talvez bem poucos no íntimo desejarão a integração e quem sabe se a própria maior autonomia. O terror da União Indiana ao mesmo tempo que os separa liga-os a nós.”¹⁹⁴⁶

Orlando Ribeiro encontrava-se então em Goa a completar o seu excepcional trabalho pelo ultramar. Em 26 de Novembro de 1955, escreveu uma longa e sombria carta a MC, que lhe permitiu constatar como o seu trabalho no MdC fora descontinuado e infrutífero: “A primeira impressão é de que Goa é a menos portuguesa de todas estas terras; impressão que aliás se mantém com toda a força. [...] Um ambiente português, fora dos restritos círculos oficiais e de uma ou outra família de descendentes, é coisa que em vão se procura. Reforça esta impressão o desconhecimento geral da nossa língua, [...]. Completamente à margem da nossa administração e da nossa influência, grande número de crianças hindus aprendem marata. [...] Não raro, com muita tristeza e alguma dificuldade, temos de usar o inglês para conseguir falar diretamente com estes nossos compatriotas... [...] Aqui, sem um intérprete, não podemos dar um passo e ainda não arranjam-nos nenhum que nos satisfizesse. Infelizmente, os focos de lusitanidade que deviam ser o Liceu e a Escola Médica, deixam muito a desejar pelo baixo nível do ensino que lá se ministra. [...] A sociedade cristã está em franco declínio. [...] Um padre ilustrado e inteligente da Diocese de Bombaim (goês de alma e coração) falava de goeses e portugueses sem lhe ocorrer identificar uns com outros. Ao contrário da África, onde sempre se fala de Metrópole e metropolitanos, aqui diz-se Portugal e portugueses. Designados na língua da terra por “paklé” (singular pakló) que, segundo um amigo hindu complacente e explicativo, significa pouco mais ou menos: o que não sabe nada, o que só diz asneiras.”¹⁹⁴⁷

O caminho de regresso da Índia já não contornava o cabo da Boa Esperança. Seis dias antes de Orlando Ribeiro enviar a sua carta, MC registava no CM de 22 de Novembro: “Crise Marroquina – as perspectivas do termo do protetorado francês e a inquietação causada pelo facto de a Rússia procurar aproveitar a agitação africana. Ultimato da Tunísia ao governo francês para ter iguais concessões à Argélia.”¹⁹⁴⁸

Duas semanas depois, no Conselho de 6 de Dezembro, a confirmação: “Situação na Índia – recentes atentados terroristas: ataque a postos aduaneiros fronteiriços. [...] Política do

¹⁹⁴⁶ AMC, cx.56, Correspondência/Tavares, Álvaro Rodrigues Silva (procurador-geral do Estado da Índia; governador da Guiné; governador-geral de Angola; subsecretário de Estado do Ultramar; presidente do Supremo Tribunal Administrativo): nº1 (1955-56).

¹⁹⁴⁷ AMC, cx.47, Correspondência/Ribeiro, Orlando (professor catedrático da FLUC): nº26 (26/11/55).

¹⁹⁴⁸ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº7 (22/11/55).

Norte de África – regresso do sultão de Marrocos (não melhoraram as condições de ordem pública). O Norte de África parece perdido para a influência francesa.”¹⁹⁴⁹

Em Março de 1956, Tunísia e Marrocos tornavam-se independentes da França, pondo termo a setenta e cinco anos de protetorado no primeiro caso e a cinquenta e dois no segundo. Todos os esforços da IV República se concentraram na preservação do *Departamento* francês da Argélia.¹⁹⁵⁰ Desígnio nacional unânime à direita e à esquerda.¹⁹⁵¹

3.1.3.4. No sentido da independência de Angola e Moçambique

No já citado relatório de 1968, Baltazar Rebelo de Sousa defendeu que “a marcha da África no sentido da sua emancipação prossegue. Estou crente de que é inexorável. Por isso, admito, como certa, a evolução no sentido da independência de Angola e Moçambique. [...] Sobre esta base – que o estudo objetivo e desapassionado da situação mostra ser a que corresponde às realidades – a nossa resposta não pode ser outra senão “permanecer”. E permaneceremos em África se soubermos construir uma presença que, assente numa verdadeira Comunidade Lusíada multirracial, se projete no futuro, para além das independências adquiridas.” Excluía, no entanto, a ideia de abandono. “Permanecer não significa a “permanência de soberania”, tal como tem vindo a acontecer até hoje. Essa permanência deixou de ser possível: é precisamente contra ela que o movimento se realiza. A permanência a criar e a garantir é a espiritual e económica. Com efeito, há-de ser pela nossa língua, pela nossa cultura e pelo nosso espírito que havemos de permanecer em toda a parte”.

Rebelo de Sousa referiu também que as populações indígenas estavam a ser “ganhas pelos independentistas” e que isso se sentia “nas ruas”. Os europeus também estavam “descontentes” e pensavam em declarar “independência unilateral”. Embora, tal como a independência imediata, achasse isso um erro por “falta de preparação das gentes”: “Temos de dar a estas a consciência do que é a liberdade, de como a devem alcançar e do uso que dela hão-de fazer”. No entanto, reconhecia: “alcançámos já o limite para além do qual é a derrota.”

¹⁹⁴⁹ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº8 (06/12/55).

¹⁹⁵⁰ Estima-se que tenham morrido 25 000 militares franceses *metropolitanos* na guerra argelina. STORA, Benjamin, *Les mots de la guerre d'Algérie*, éditions Presses Universitaires du Mirail, 2005, p.25. Ver, do mesmo autor: *La gangrène et l'oubli: la mémoire de la guerre d'Algérie*, Paris, éditions la Découverte, 1998.

¹⁹⁵¹ MITTERRAND, François, *Aux frontières de l'Union Française. Indochine. Tunisie*, Paris, Éditions Julliard, 1953.

Dai o regresso à questão central: “necessidade de tempo”; que “havemos de o pedir às forças armadas”.¹⁹⁵²

Para ganhar esse “tempo”, MC sintetizou, segundo um documento manuscrito, a “orientação definida pelo meu governo, a partir de 1968, quanto às operações em África: 1º – Intensificar o recrutamento local nas províncias ultramarinas, aumentando o número de soldados nativos, até para evitar o aspeto de uma luta entre brancos e pretos. 2º – Substituir progressiva mas rapidamente as forças militares expedicionárias de ocupação por forças de segurança estabelecidas localmente – PSP, formações militarizadas do tipo da GNR, DGS e unidades irregulares de intervenção (flechas) às ordens das autoridades civis. 3º – [os oficiais e sargentos] quando começavam no segundo ano a conhecer o terreno onde operavam, as tropas que comandavam, o inimigo que defrontavam, eram retirados do TO. [...] Maior estabilidade (mínimo de quatro anos) e quanto possível preenchidos por pessoal oferecido. 4º – Organizar campos de instrução no ultramar [para colmatar a] deficiente instrução das tropas da metrópole [...]. 5º – [...] Garantir um mínimo de estabilidade (dois anos) aos oficiais escolhidos para instrutores dos quadros [...].”

Uma “grande parte” fora “posta em execução”: “Quanto ao nº1: intensificou-se de facto o recrutamento local a ponto de nos aproximarmos hoje dos 50% de tropas nativas [...]. Quanto ao nº2: alargaram-se os quadros das forças de segurança, [...] ampliou-se consideravelmente a ação dos flechas que foi brilhante no leste de Angola e que uma errada conceção não deixou oportunamente desenvolver em Moçambique. [...] Quanto ao nº3: precisamos de tornar mais atraente este serviço [de guarnição normal]. Quanto ao nº4: fez-se alguma coisa na Guiné, principiou-se em Angola, estamos atrasados em Moçambique. [...] Quanto ao nº5: depois de muito esforço, conseguimos o que estava indicado. Parece indispensável também um grande esforço de ação psicológica para dar consciência aos quadros e às tropas da sua missão e dar razões de ser dela. Esse esforço deve começar intensamente na Academia Militar e na COM e manter-se em todos os lugares e ocasiões.”¹⁹⁵³

Relativamente ao recrutamento local, entre 1967 e 1973 verificou-se que em Angola passou de 25,0% para 42,4%, em Moçambique de 33,3% para 53,6%, na Guiné de 14,9% para 20,1%.¹⁹⁵⁴ Para além dos Flechas referidos no documento, organizaram-se Tropas Especiais,

¹⁹⁵² AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº2 (18/12/68).

¹⁹⁵³ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº3 (s.d.).

¹⁹⁵⁴ Dados relativos apenas ao Exército. In *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1º Vol., Lisboa, 1988, p.261.

Grupos Especiais e Milícias. O sucesso desta iniciativa deve ser compreendido no âmbito das profundas alterações introduzidas a partir de 1968.

A organização territorial foi o aspeto que menos se modificou. Apenas haverá a salientar o Decreto-lei nº203/70, de 11 de Maio, que criou o Comando Territorial do Algarve. Em África não se verificaram alterações substanciais em relação ao que existia antes de 1968. Por outro lado, as estruturas de comando foram modificadas pelo já referido Decreto-lei nº49 107, de 7 de Julho de 1969.¹⁹⁵⁵ Quanto à instrução, apesar das alterações inseridas a partir de 1968, como por exemplo a introdução do Estágio de Atualização sobre o Ultramar, o Estágio de Operações Especiais, a realização duma grande parte da Instrução de Aperfeiçoamento Operacional no destino e o aperfeiçoamento da instrução nas Províncias Ultramarinas, em 1973 “tinha-se dado conta [do] do fraco rendimento”. O “nível de eficiência da instrução atingido não satisfaz, de modo geral – excetuando no que se refere a “Caçadores Especiais” e a “Comandos” – nem a quem a programava, nem aos comandos operacionais.”¹⁹⁵⁶ Logo em 1969, Hélio Felgas alertava MC para o problema nas FA: “Reformas profundas terão de ser introduzidas se quisermos evitar o atual desinteresse pela carreira de oficial e suspender o desejo quase generalizado da passagem à Reserva.”¹⁹⁵⁷

Ao nível das informações, somente em 2 de Junho de 1967, pelo Decreto-lei nº44 773, se criou no Ministério do Ultramar um serviço central, na dependência do ministro, designado por Gabinete dos Negócios Políticos, com a função de estudar os problemas da política ultramarina nos seus aspetos e implicações de ordem interna e internacional. Em Dezembro de 1970, H. Felgas manifestava a sua apreensão quanto à eficácia desse serviço, já que, tendo falado com vários elementos do *staff*, concluiu que pensavam “como há 20 anos!”¹⁹⁵⁸ No campo da Ação Psicológica, a estrutura não acompanhou o conhecimento teórico precisamente até 1970.

¹⁹⁵⁵ Sobre o Pessoal, características, formação evolução estatística, nomeadamente o número de mortos, ver *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, pp.213-269.

¹⁹⁵⁶ Idem, pp.337 e 340. “Contudo, é fora de dúvida que, quer na Metrópole quer nas Províncias Ultramarinas, o esforço desenvolvido pelo Exército nesta actividade, apesar de tudo, face às carências de pessoal e das estruturas, foi extraordinário.”

¹⁹⁵⁷ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº14 (06/11/69).

A partir de 1968, foi publicada a seguinte legislação sobre a orgânica e funcionamento da Academia Militar: duração dos cursos: Decreto-lei nº516/70, nº300/71 e nº167/72, Portaria nº796/72 (planos de cursos de Engenharia); Decreto-lei nº621/73 (reorganiza os cursos da AM); condições de Aproveitamento: Decreto-lei nº353/73 – passagem ao QEO e QP dos Oficiais Milicianos (o decreto que motivou a organização do Movimento dos Oficiais das Forças Armadas), “corrigido” ligeiramente pelo Decreto-lei nº409/73, de 20 de Agosto; admissão de Oficiais Milicianos nos Quadros da AM: Decreto-lei nº685/73 (situação dos oficiais do QP oriundos do QC).

¹⁹⁵⁸ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº17 (19/12/70).

Uma luta desta natureza “implicava, porém, a existência de um Serviço de Ação Psicológica a nível nacional, que nunca chegou a criar-se. Esse facto, associado à tardia e insuficiente organização da estrutura militar neste campo, não permitiu, com oportunidade e eficiência, que se exercesse a necessária ação de contrapropaganda nem que se combatesse com êxito a lassidão. Houve, sim, atividades dispersas de alguns órgãos e entidades, tanto civis como militares, com impacto nítido no campo da ação psicológica. Com efeito, só em 1970 é nomeado um grupo de trabalho, destinado a prestar apoio a uma Comissão Interministerial, constituída para planear a ação psicológica a nível nacional e coordenar a atividade dos vários ministérios interessados.”¹⁹⁵⁹

A primeira Diretiva Ministerial (nº1/73) saiu somente em 15 de Fevereiro de 1973: “Guerra Psicológica em Angola e Moçambique, 1973”.¹⁹⁶⁰ A Guiné continuava a contar pouco. Entre as preocupações essenciais, considerava-se que “os intelectuais e o clero constituíam o “fermento” da opinião pública”. Entre os domínios de “responsabilidade primária” dos “Governo-geral/Comando-chefe”, destacava-se a “Ação Psicológica sobre as Nossas Forças” – “Forças Armadas, da responsabilidade exclusiva do Comando-chefe”.¹⁹⁶¹ Este diploma resultara do projeto de diretiva nacional nº1/72 – “Guerra Psicológica – ano de 1972” – da Comissão Interministerial constituída na sequência do Conselho Superior de Defesa Nacional de 27 de Fevereiro de 1970, referente a ações de propaganda e contrapropaganda do regime.¹⁹⁶²

Os Comandos-chefes não viram diminuir os recursos ao seu dispor para o “tempo” que lhes era pedido “ganhar”. Os recursos humanos disponibilizados pela “metrópole” estabilizaram em Angola e Moçambique, entre 1968 e 1973.¹⁹⁶³ Na Guiné o número de efetivos aumentou de 19 559 em 1968 para 25 610 em 1973, ultrapassando largamente o número de Moçambique.¹⁹⁶⁴ As despesas ordinárias também aumentaram em valores absolutos, embora em termos relativos tenham diminuído consideravelmente entre 1968 e 1973.¹⁹⁶⁵

¹⁹⁵⁹ “Em 20 de Outubro do mesmo ano, aquela Comissão Interministerial, através do mencionado grupo de trabalho, elabora e submete à aprovação superior a Directiva Nacional nº1/70, que faz acompanhar duma Introdução com nítido interesse. Este projecto de Directiva veio a ser apreciado e aprovado no Conselho Superior da Defesa Nacional, em 20 de Novembro de 1970.” *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, p.387. A referida Introdução consta nas pp.421-422.

¹⁹⁶⁰ Idem, pp.393-397.

¹⁹⁶¹ Idem, p.396.

¹⁹⁶² PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/015.

¹⁹⁶³ Em Angola o número passou de 37 547 para 37 773 militares, em Moçambique de 22 717 para 23 891.

¹⁹⁶⁴ Números relativos ao Exército, que constituía a maioria das FA. Idem, p.260.

¹⁹⁶⁵ Idem, pp.511-512. Em 1968, as despesas ordinárias da Defesa Nacional representavam 20,8% do total das despesas ordinárias do Estado e em 1973 cifravam-se em 17,1%.

A par da maior disponibilidade de meios e da reorganização das FA, a concentração de poderes e competências no comandante-chefe e governador-geral foi praticamente total. No caso concreto da Guiné, até a ANP ficou inteiramente subordinada a Spínola. A situação era péssima: “não se dá hoje por que exista”, os seus membros nunca tiveram possibilidade sequer de ir à metrópole e “não se adaptaram ainda às exigências de uma contrarrevolução”. “A organização não tem sede”.¹⁹⁶⁶ Em 1970, Spínola encarregou, por Despacho, “o Major Tomé Falcão de elaborar um estudo de reestruturação da ANP na Província, em ordem a garantir a integração da “Liga Popular dos Guinéus” nos princípios daquele movimento. Este estudo, logo que concluído, deverá ser enviado para a Metrópole. Em virtude da necessidade de conseguir, desde já, o maior controlo e eficiência às atividades políticas da “Liga Popular dos Guinéus”, determino que todos os problemas com ela relacionados transitem pelo Major Tomé Falcão e sejam apresentados, por este Oficial, ao Exmo. Secretário-geral.”¹⁹⁶⁷

O objetivo consistia na transformação da ANP num instrumento da propaganda spinolista: “Reflexões sobre o problema de renovação ou adaptação de estruturas à contrarrevolução, no TO da Guiné, face ao inimigo que se nos opõe, e visando a execução da manobra superiormente decidida.”¹⁹⁶⁸ Entre 25 de Abril e 2 de Maio de 1971 realizou-se o I Curso de Formação Ideológica, promovido pela comissão local segundo o pensamento de Spínola. O que significava colaborar “ativa e afincadamente na construção de *Uma Guiné Melhor*”.¹⁹⁶⁹ Também no capítulo financeiro as exigências de Spínola eram satisfeitas: o orçamento subiu de 592.700\$00 para 1.500.000\$00 em 1972.¹⁹⁷⁰ Em Maio de 1972, depois de Spínola voltar atrás na sua demissão (sairia do cargo em Agosto de 1973), era entregue ao major Falcão, “para seu uso”, “um documento apanhado no mato”, assinado por Amílcar Cabral, com o plano “para a criação da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné”.¹⁹⁷¹ A dez dias de 25 de Abril de 1974, o major Falcão escrevia a MC para criticar duramente o comportamento das FA, a quem responsabilizava, em primeiro lugar, por a Guiné estar “num ponto muito sensível”: “a “crise” do arroz; os acontecimentos políticos e militares recentemente ocorridos na Metrópole; as dificuldades financeiras; o esgotamento de mercado

¹⁹⁶⁶ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/ Correspondência com a Comissão de Província da Guiné (SSR)/1970 – cx.810 – mç.2*: fl.9 (1970).

¹⁹⁶⁷ Idem, fl.3 (1970).

¹⁹⁶⁸ Idem, fls.32-45 (1970).

¹⁹⁶⁹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/ Correspondência com a Comissão de Província da Guiné (SSR)/ 1971 – cx.715 – mç.49*: fls.3-4.

¹⁹⁷⁰ Idem, fls.46-48 (10/02/72).

¹⁹⁷¹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/ Correspondência com a Comissão de Província da Guiné (SSR)/1970 – cx.810 – mç.2*: fls.19-31. Incluía o programa completo para a sua criação, segundo as decisões tomadas no Conselho Superior da Luta, realizado de 9 a 17 de Agosto de 1971. Aquele seria constituído por 120 representantes das “regiões libertadas”, segundo as “etnias”.

de empregos; a subida do custo de vida; o “derrotismo” que começa a desenhar-se em alguns quadros e as “cargas negativas” que este “derrotismo” faz surgir no campo gravítico social”.¹⁹⁷²

Em Angola e Moçambique a lógica era completamente diferente. Dentro das suas limitações, a ANP procurava atuar como um autêntico partido político. Especialmente na primeira, cuja dinâmica a distanciava claramente de Moçambique.¹⁹⁷³

As informações transmitidas a MC pelo diretor da PIDE, em 1968, suavizavam bastante a realidade conhecida.¹⁹⁷⁴ Silva Pais achou por bem referir que, no campo militar, avizinhar-se-ia somente “uma ação terrorista visando Tete (com Cabora-Bassa)”.¹⁹⁷⁵ Tal como viria a suceder. Apesar das dificuldades internas da FRELIMO, que levaram ao assassinato de Mondlane em 3 de Fevereiro de 1969, “o seu esforço prosseguiu com êxito, nos anos de 1969 e 1970, tornando militarmente preocupante a situação em Cabo Delgado.”¹⁹⁷⁶ MC recebeu a informação em primeira mão, de Baltazar Rebelo de Sousa.¹⁹⁷⁷ Em Angola, a área de “agitação” cobria, “em 1968, todo o Distrito do Moxico, o Sul do Distrito de Lunda, o Leste do Bié e o Norte do Cuando-Cubango.”¹⁹⁷⁸ Da Guiné vinha, em Junho de 1969, o pedido de “socorro imediato”. “Daqui a 2 ou 3 meses será tarde pois as populações terão já fugido.”¹⁹⁷⁹ Dois meses depois e quando Spínola fazia um ano no Comando da Guiné, “a situação aqui

¹⁹⁷² AMC, cx.26, Correspondência/Falcão, Tomé (major; presidente da Comissão de Província na Guiné da ANP): nº1 (15/04/74). MC anotou, na parte inferior fim do documento, o seguinte: “Foi hoje concedido um subsídio de 500 a ANP na Guiné.”

¹⁹⁷³ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/ Correspondência com a comissão de província de Angola/1969-1974 – cx.715 – mç.45*; 1972 – cx.752 – mç.1*.

“Quanto à matéria de acção a desenvolver utilizou-se como critério o das zonas da opinião pública tal como as define o Prof. Marcello Caetano na sua obra de Ciência Política”: “zona profunda” – “família, religião (ecumenismo português), propriedade, moralidade, educação e multirracismo”; “zona média” – “estrutura do estado corporativo, política interna geral, política interna ultramarina e política externa”; “zona superficial” – “opinião pública geral, participação dos cidadãos na vida política, consciencialização dos direitos cívicos”. Idem, 1972 – cx.752 – mç.1*: fls. 64-67 (1972).

¹⁹⁷⁴ Sobre a informação da PIDE da situação militar nas três frentes de guerra, ver MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004, pp.319-341.

¹⁹⁷⁵ AMC, cx.45, Correspondência/Política Internacional e de Defesa do Estado: nº1 (12/12/68).

¹⁹⁷⁶ *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, p.114.

¹⁹⁷⁷ “A única preocupação mais funda é a que se refere a Cabo Delgado e que tenho relatado ao Silva Cunha. Não é que se esteja a perder tudo: algo se aproveitará e se conseguirá, continuo a pensar. Mas há-de ser mais difícil. Pode ser que a alteração de comandos facilite a questão.” AMC, cx.55, Corresp./Sousa, Baltazar Leite Rebelo de: nº 31 (11/05/69).

¹⁹⁷⁸ *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, p.111.

¹⁹⁷⁹ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº11 (10/06/69).

“A situação agravou-se bastante nos últimos dias quer no extremo leste (área Piche – N. Lamego) quer na “charneira” (região Xime – Bombadica). [...] Nesta região de Bombadica o IN tem talvez mais de 500 combatentes (e nós cerca de 300). Num ataque que fez no dia 2 apresentou 7 canhões, 8 morteiros de 82 mm, umas 15 ou 16 bazucas, metralhadoras pesadas 12.7, etc. Não temos nada que se compare com isto. Faltam-nos armas colectivas e efectivos. [...] Em Piche, no ataque de 7, fizeram dezenas de mortos entre civis e militares e dezenas de feridos. Pedi reforços ao n/ Brigadeiro mas ele não os tem. [...] E os Pelotões de Milícia como podem lutar contra canhões, morteiros e bazucas só com espingardas Mauser e G3?”

mantem-se difícil”.¹⁹⁸⁰ Ou seja, “em 1969, a luta que o PAIGC nos impunha era, sem dúvida, muito dura.”¹⁹⁸¹

Depois de 1974, tem sido frequente referir que se MC tem assumido o poder em 1958 ou 1961 tudo teria sido diferente. Os “se” valem o que valem; o mesmo é dizer, nada. No entanto, houve quem o dissesse em 1969. Concretamente, um militar: “Cada vez me convenço mais de que foi de facto uma pena V. Ex.^a não ter assumido a chefia do governo dez anos mais cedo. Agora as dificuldades são muito maiores. Certamente que V. Ex.^a as vai resolvendo. Mas eu penso: que teria sido possível fazer se V. Ex.^a tivesse “aparecido” em 1960?”¹⁹⁸²

3.1.3.5. O erro fatal: caso malaio

Maquiavel alertou os candidatos a *príncipes* quanto à importância dos “aduladores” e seus “conselhos” e quanto à determinante capacidade de “decisão”: “Deve, porém, perguntar-lhes de tudo, ouvir-lhes as opiniões e depois deliberar sozinho, do seu jeito; [...]. Quem o fizer de outro modo ou se prejudica com os aduladores ou muda, muitas vezes, de opinião; o que lhe acarreta pouco prestígio.” A este propósito, deu o exemplo concreto: “O imperador é homem discreto, não conta seus planos a ninguém, nem lhes pede conselhos, mas quando, ao executá-los, esses desígnios começam a ser conhecidos e descobertos, começam a ser criticados pelos que o cercam, o imperador os põe de lado. Disso resulta que as coisas que faz um dia, desfaz no outro, não se sabendo nunca o que deseja ou decide fazer, e que não se pode confiar em suas deliberações.” N. Bonaparte rematou com uma máxima indelével: “Só somos realmente ajudados quando as pessoas pelas quais desejamos tê-lo compreendem que somos firmes.” Na conclusão do XXIII capítulo, o florentino acrescentou: “não pode ser de outro modo, pois os homens sempre te deixarão mal, se por necessidade, não te fizerem bem.

¹⁹⁸⁰ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº12 (14/08/69).

¹⁹⁸¹ *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, p.119.

¹⁹⁸² AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº12 (14/08/69).

Conclui-se, porém, que os bons conselhos, venham de onde vierem, devem nascer da prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos.”¹⁹⁸³

Isto permite aferir melhor a relevância do discurso da tomada de posse de MC. Bem se pode dizer que foi o primeiro (enorme) passo a caminho do blindado que o levaria do Quartel do Carmo no dia 25 de Abril de 1974: “No rascunho do seu discurso de posse, Caetano havia introduzido uma alusão aos territórios em guerra como «os novos Brasis». Nogueira e outros ministros, chamados previamente a comentar o texto, aconselharam Caetano a eliminar aquela alegoria a novas soberanias emanadas do Império seiscentista. «*Se deixar estar essa frase*», afirmou Nogueira, «*será já a cisão*». O então Presidente do Conselho legou outra versão: «*O Dr. Franco Nogueira pediu-me, quase de mãos postas, que a suprisse*». Fosse como fosse, Caetano riscou.”¹⁹⁸⁴

A verdadeira importância deste episódio não reside na validação de intenções ou ideias. Foi crucial porque era a chave para a resolução do problema ultramarino. Ambos perceberam isso. Nogueira primeiro do que MC, por isso se impôs. Interessa, nesse sentido, observar modelos históricos e não conjecturas teóricas. Estes podem resumir-se no modelo franco-belga e no modelo britânico, a que deve acrescentar-se a diferença nos particularismos asiáticos e africanos. Na Índia, os franceses seguiram o exemplo inglês. Na Indochina não, e foi a tragédia que se conhece. O caso malaio começou por ser semelhante ao da Indonésia. Ou, seja, os ingleses viram-se perante o mesmo problema que se deparou aos holandeses. A resolução é que foi muito diferente.

A ocupação japonesa desencadeara a organização do Exército Antijaponês do Povo Malaio, braço armado do Partido Comunista Malaio, apoiado pelo exército britânico com armas, instrução e conselheiros. Após a guerra, o referido Exército foi recebido com toda a pompa no desfile da vitória, em Londres. No entanto, a visão britânica de uma Federação Malaia não satisfazia os objetivos dos comunistas. Em Junho de 1948, o rebatizado Exército de Libertação das Raças Malaias (ELRM) desencadeou a luta de guerrilha para expulsar os britânicos da colónia, através de ataques violentos a plantações e destruição de infraestruturas. Enquanto o mundo focava todas as atenções no conflito coreano, os britânicos adotaram a brilhante receita antiguerrilha. Basicamente a mesma que seria adotada pelos portugueses, sobretudo a partir de 1968-69: estratégia psicossocial; programas massivos de realojamento de milhares de camponeses da selva para “aldeias novas” construídas de raiz, com estradas,

¹⁹⁸³ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.171-172. Comentário de N. Bonaparte à penúltima frase: “Verdade irrefutável, bastando ela para levar os Ministros e cortesãos a ocultar do príncipe toda a leitura de Maquiavel”.

¹⁹⁸⁴ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol.I, p.33.

abastecimento de água, lojas, escolas e serviços médicos; concessão de ajuda financeira e títulos de propriedade; controlo alimentar rígido para cortar os abastecimentos da guerrilha; progressiva aplicação dos recursos militares em ações não militares, como instrução, ajuda médica e construção, entre outros.

Em Outubro de 1951, o ELRM emboscou e eliminou o alto-comissário britânico, tenente-general Harold Briggs. O seu substituto, tenente-general Gerald Templer, acelerou o recrutamento local e a formação de um exército malaio, realizou reformas administrativas, atribuiu cargos cruciais a líderes indígenas e encaminhou-os no sentido da “autodeterminação”. Até aqui, também praticamente o que foi executado pelos portugueses durante o governo de MC. A novidade, que explica a pacífica, embora “relutante”,¹⁹⁸⁵ descolonização britânica em África, residiu no seguinte, retratado pelo general Rupert Smith.

“Num ponto crucial, Templer prometeu que a Malásia seria independente quando a insurreição terminasse. Em meados da década de 50, com a independência no horizonte, o Partido Comunista Malaio compreendeu que a insurreição estava condenada ao fracasso. Em Agosto de 1957, a Malásia tornou-se um Estado independente. [...]”¹⁹⁸⁶

A Emergência Malaia ainda é considerada, nos meios militares de todo o mundo, como um exemplo de sucesso de contrainsurreição e contra guerra revolucionária. Entre os dois, Briggs e Templer eliminaram o principal objetivo político da campanha do Partido Comunista Malaio. A representação do conflito como uma luta de libertação contra os opressores colonialistas que nunca abdicariam da sua posição de controlo perdeu credibilidade face à promessa de independência, apoiada pela concessão de terras. Subtraíram o povo à influência da guerrilha e depois desenvolveram as forças e a inteligência adequadas para perseguir os guerrilheiros no seu próprio território – e nos termos por si impostos. Os Britânicos conquistaram a vontade do povo e derrotaram o exército do PCM [Partido Comunista Malaio] – e fizeram-no com um exército de conscritos e segundo os parâmetros de tolerância do seu próprio povo, a opinião pública britânica. Eu compreendi a importância deste feito no Zimbabué, em 1980, ao falar com os rodesianos brancos derrotados, os quais, na realidade, haviam sido vencedores na maioria dos recontros táticos. Eles tinham copiado e adaptado, com vantagem, quase tudo o que os britânicos haviam feito na Malásia – mas com uma diferença essencial, que não conseguiam ver. Os britânicos tinham sido claros quanto ao

¹⁹⁸⁵ DARWIN, John, *The Empire Project: the rise and fall of the British World-System – 1830-1970*, Cambridge University Press, 2009, p.610-648.

¹⁹⁸⁶ “A última oposição séria por parte dos guerrilheiros do ELRM chegou ao fim em 1958, e os sobreviventes das forças do ELRM retiraram para áreas perto da fronteira com a Tailândia. Em 31 de Julho de 1960, o governo malaio declarou o fim do estado de emergência e Ching Peng, o líder da guerrilha, fugiu para a China.”

facto de irem sair da Malásia; a questão era a quem deveriam entregar o poder. Os rodesianos não iam partir nem se preparavam para entregar o poder a ninguém. Os britânicos tinham conseguido deslocar segmentos da população para «aldeias protegidas», no pressuposto de que os aldeões herdariam a aldeia e as terras; os rodesianos eram considerados culpados de manter as pessoas em áreas vedadas e de lhes negarem as suas terras.”¹⁹⁸⁷

Franco Nogueira conhecia perfeitamente o caso malaio e as circunstâncias da emergência do novo país, cujos delegados teve de enfrentar na ONU.¹⁹⁸⁸ Onde, como era hábito, compensava a frágil substância com vibrante astúcia semântica, que fazia questão de publicar nas vésperas da apresentação do projeto de revisão constitucional. Também MC estava interessado no exemplo malaio.¹⁹⁸⁹ No entanto, perdeu logo em 1968 a iniciativa política que jamais foi capaz de recuperar. Todos os episódios que envolvem os militares e o problema ultramarino até 25 de Abril de 1974 devem ser compreendidos, senão totalmente, pelo menos em grande medida à luz desse acontecimento. Com a seguinte agravante: “Desde 1960, [...] o Dr. Franco Nogueira chamou a si explicar, a todos os escalões militares [a política oficial integracionista].”¹⁹⁹⁰ MC ficou, como vimos, “desintegrado”.

A pergunta que MC terá dirigido a Pedro Feytor Pinto a 1 de Dezembro de 1971 evidencia a sua tardia perceção do *erro*: “o que acha se eu pronunciar a palavra autodeterminação?”¹⁹⁹¹ Voltou a aconselhar-se, mas desta feita não se decidiu pelo conselho. Ao submeter-se, pouco convictamente, ao discurso integracionista,¹⁹⁹² tal como o fizera nos anos 60, ficou não só refém dum caminho do qual não se conhecia saída, como também potenciou uma situação *híbrida* sem exemplo histórico. Por um lado, a aplicação prática de métodos e princípios próximos dos aplicados pelo modelo descolonizador britânico. Por outro, a insistência titubeante integracionista, segundo a noção a-histórica de que o anúncio

¹⁹⁸⁷ SMITH, Rupert, *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*, edições 70, Lisboa, 2008, p.249-250. Sobre a descolonização britânica ver, entre outros, HYAM, Ronald, *Britain's Declining Empire. The Road to Decolonization, 1918-1968*, Cambridge, The Cambridge University Press, 2006; BAYLY, Christopher, HARPER, Tim, *Forgotten Wars: the end of Britain's Asian Empire*, London, Penguin Books, 2007; JACKSON, Robert, *The Malayan Emergency and Indonesian Confrontation: the Commonwealth's Wars 1948-1966*, Barnsley, Pen & Sword, 2008.

¹⁹⁸⁸ NOGUEIRA, Franco, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970, pp.230-232.

¹⁹⁸⁹ AMC, cx.28, Correspondência/Gomes, Augusto Casimiro Ferreira (coronel do CEM): nº1 (26/10/73). Enviou a MC um “Memorial” de viagem à Malásia – Kuala Lumpur – onde encontrou “um clima magnífico de simpatia” e “dedicação ao nosso país”.

¹⁹⁹⁰ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/1971).

¹⁹⁹¹ PINTO, Pedro Feytor, *Na sombra do poder*, Lisboa, Dom Quixote, 2011, p.186. Ao que o autor terá respondido: “Deixaria de ser Presidente do Conselho a curto prazo”, mas “voltaria mais tarde, e ainda com mais força.”

¹⁹⁹² CAETANO, Marcello, *Pela Recta Intenção de Bem Servir o Povo Português*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1968, p.6; *Vencer a Hora Sombria*, discurso pronunciado na Conferência Anual da Acção Nacional Popular, SEIT, 16 de Fevereiro de 1974, Lisboa, p.22.

duma política promove a sua aceleração e desencadeia a perda de controlo do processo. Quando a experiência britânica dizia o contrário. Nixon também “propôs desde logo pôr fim à guerra”.¹⁹⁹³ Um processo bem-sucedido, somente interrompido pelo escândalo *watergate* e pelo *impeachment*. Tal insistência permitia adivinhar, a qualquer momento, uma saída “gaullista”, novas “Rodésias” ou uma sucessão de “Índias”.

O sonho integracionista do espaço português “multirracial”, “multicultural” e “multicontinental”, sem exemplo histórico contemporâneo, continuava a sofrer da mesma limitação que sofrera desde Vasco da Gama até Gilberto Freire: o “amor patológico” assente na dispensa de avocação de reciprocidade.¹⁹⁹⁴ A nenhum integracionista convicto e bem-intencionado ocorreu sugerir um referendo para certificar a “democracia humana”, “racial” ou “cultural”. Pelo contrário, a tímida tentativa de MC em transformar as “eleições de 1969” num plebiscito à política ultramarina foi alvo de todas as críticas e boicotes.¹⁹⁹⁵ Como dizia um deputado em 1970, “poderá ser que o Sufrágio Direto não tenha criado a oportunidade desejada e, portanto, um longo caminho está à nossa frente até à votação na Assembleia Nacional” da proposta de revisão.¹⁹⁹⁶ O próprio MC acabaria também por rejeitá-lo.¹⁹⁹⁷

Contudo, o indefinido protelamento dum futuro “em aberto”, sobre o qual assentava o integracionismo, continuava a beneficiar, ainda que cada vez menos, da escalada na corrida ao armamento nuclear por parte das potências envolvidas no confronto bipolar. Daí que, como chama a atenção H. Kissinger, “as potências regionais puderam restaurar o equilíbrio militar geral mediante uma estratégia apontada a prolongar qualquer guerra para lá daquilo que a

¹⁹⁹³ KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial: reflexões sobre o carácter das nações e o curso da história*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, p.345.

¹⁹⁹⁴ Ver os textos *Concentração de Poderes, Política de Integração e Justiça Social*, in MOREIRA, Adriano, *Batalha da Esperança*, Edições Panorama, Lisboa, 1962, pp.89-119 e 141-147.

¹⁹⁹⁵ A Acção Democrata-Social (ADS) assumiu-se como oposição a MC, mas em defesa do ultramar:

“Nas vésperas das eleições de 1969, com idêntico desassombro, nos pronunciamos pela abstenção, por considerarmos que aquelas não seriam caracterizadas pela genuinidade do sufrágio, tendo em conta a maneira como foram elaborados os recenseamentos, e por entendermos que erradamente eram equiparadas a um plebiscito sobre o problema ultramarino que as transcendia. [...]

É oportuno recordar os termos em que a Acção Democrata-Social definiu a sua posição nas vésperas do acto eleitoral, em documento enviado ao chefe do Estado, com a data de 27 de Setembro de 1969, no qual se dizia: “A Acção Democrata-Social, como é sabido, representa, há muito, um sector oposicionista apartidário, com posições bem definidas sobre os problemas básicos que o país enfrenta: reivindicação das liberdades fundamentais dos cidadãos; estruturação de correntes políticas que, fieis à perenidade da Pátria, contribuam para a sua elevação e dignificação no conceito internacional; e defesa legítima do património nacional, incluindo a do Ultramar, por uma política que, na sequência da nossa tradição secular, se enquadre nas realidades e contingências do mundo do nosso tempo”. AMC, cx.28, Correspondência/Gouveia, Acácio Augusto Cardoso de (advogado; político oposicionista da Acção Democrata-Social): nº1 (14/04/71).

¹⁹⁹⁶ AMC, cx.27, Correspondência/Forte, João José Ferreira (eng.º, deputado): nº1 (03/01/7?).

¹⁹⁹⁷ “Um dos mais graves erros que têm sido cometidos relativamente às populações africanas é o de pretender impor-lhes a aceitação dos princípios da democracia europeia e a prática dos seus ritos. [...] O plebiscito traduzido em votação por esses sertões sobre os destinos de territórios sem tradições nacionais que significado poderia ter? Não o temeria eu. Mas repugna-me aquilo que sei de certeza constituir em qualquer caso uma paródia de democracia direta.” CAETANO, Marcello, *Reflexão sobre o Ultramar*, pp.22-23.

opinião pública do país «desenvolvido» está disposta a tolerar. Foi o que a França experimentou na Argélia e no Vietname; os Estados Unidos na Coreia, no Vietname, no Iraque e no Afeganistão; e a União Soviética também no Afeganistão.” Todos esses conflitos terminaram, efetivamente, com “a retirada unilateral pela potência formalmente muito mais forte”.¹⁹⁹⁸

Deve acrescentar-se ainda a aceleração em Angola do progresso económico, a partir de 1969, e do sucesso militar, a partir de 1971: “Em 1974, os movimentos subversivos estavam visivelmente enfraquecidos, a situação militar controlada e a atividade económica de Angola em franca expansão.”¹⁹⁹⁹ Como é por demais sabido, o “sucesso” pode facilmente converter-se num enorme “problema”.

3.1.3.6. Do integracionismo à revisão constitucional

3.1.3.6.1. O argumento económico

Não se percebe se foi um ato de contrição ou uma consciencialização sincera, uma vez que o “projeto moral” norte-americano de ordem mundial era “bem-intencionado”, mas H. Kissinger acabou por admitir em 2014, à sua maneira, as perversas consequências da política de *containment*: “Na maior parte do mundo subdesenvolvido, a moldura política era débil ou nova, e a ajuda económica conduzia tão frequentemente à corrupção como à estabilidade.”²⁰⁰⁰ Na Ásia talvez se pudessem encontrar exemplos para o segundo caso, mas em África seria difícil encontrar exceções ao primeiro. O dólar desencadeou corrupção em larga escala e nenhuma estabilidade. O mais extraordinário é que Kissinger pretende justificar a intervenção militar americana no Vietname com os fracassos da política de contenção e dos “esforços de engenharia política” em regiões que não conheciam “nem autodeterminação nem democracia”. Como tudo o mais em Kissinger, a omissão em relação a África não é inocente. Aí o problema fora ainda maior.

¹⁹⁹⁸ KISSINGER, Henry, *ob. cit.*, p.385.

¹⁹⁹⁹ *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, p.112.

²⁰⁰⁰ KISSINGER, Henry, *ob. cit.*, p.341.

O desafio do governo marcelista colocava-se no sentido inverso. O sucesso económico era fundamental para ultrapassar o obstáculo militar. Analisando o caso angolano, em 1967-68 verificara-se uma desaceleração no crescimento económico, devido, em boa medida, ao abrandamento no desenvolvimento de novas indústrias.²⁰⁰¹ O ano de 1968 assinalou uma viragem. A partir daí verificou-se um crescimento exponencial na instalação de novas unidades industriais. Em 1969 foram instaladas 66 novas unidades só no distrito de Luanda, totalizando um investimento de 129 392 cts e 1476 postos de trabalho. Em 1970 foram instaladas 85 novas unidades, representando um investimento de 212 153 cts e 1840 postos de trabalho.²⁰⁰²

No entanto, esta tendência altamente positiva esbarrava nos constrangimentos impostos pela integração económica do espaço português. Foi precisamente a necessidade de eliminar esses constrangimentos que motivou e justificou a revisão do Capítulo VII da Constituição. Mesmo perante alguns membros do governo MC agiu de forma muito cautelosa e, em certos momentos, algo temerosa. Utilizou o móbil do desenvolvimento económico para levar avante a liquidação do integracionismo. Esse processo passou, em grande parte, pelo CMPAE.

Devido ao problema cambial dos pagamentos interterritoriais, juntamente com o relatório preparado pelo Secretariado Técnico da PCM sobre a situação da integração económica nacional, no Conselho de 24 de Fevereiro de 1970 pôs-se abertamente a questão pela primeira vez. O ministro do Ultramar, Silva Cunha, sugeriu “a opção de encarar desde já a problema da integração económica nacional no seu conjunto, porquanto a situação cambial é apenas uma manifestação de dificuldades mais profundas, ou de analisar as medidas parcelares propostas, tornadas urgentes pela acentuação progressiva dos deficits das duas províncias”.

O ministro das Finanças e da Economia (Dias Rosas) demonstrou pouca abertura, remando em sentido contrário. Considerou “também ligados os problemas da integração económica e da situação cambial. Nota que ambos os relatórios encararam o sistema em vigor como um dado; no entanto, sublinha que, enquanto as ações de fomento económico das províncias ultramarinas não revelaram dinamismo suficiente para que o sistema de pagamentos interterritoriais funcionasse nas condições para que fora gizado, o desarmamento aduaneiro prosseguiu segundo um calendário preciso. Manifestam-se agora as consequências

²⁰⁰¹ *Estatísticas Industriais*, Instituto Nacional de Estatística, Delegação de Angola, Direção Provincial dos Serviços de Estatística, Portugal – Província de Angola, Luanda, Ano VI, P. 1/190, 1970, p.XIV-XXI.

²⁰⁰² *Idem*, p.XXX.

do confronto entre economias insuficientemente preparadas para tal. O relatório sobre o problema cambial insiste, afinal, num regresso em relação à liberalização já atingida, propondo cláusulas de salvaguarda. A opção é, com efeito, pôr em causa a conceção de integração económica que tem vigorado, tratando as medidas propostas como paliativos inadiáveis, ou ratificar aquela conceção e agir em conformidade.”

Silva e Cunha sublinhava o “geral acordo sobre a necessidade de promover o rápido desenvolvimento económico das províncias ultramarinas”, colocando a “dúvida de ser ou não a política de integração que tem vindo a seguir-se a melhor via para acelerar o desenvolvimento das províncias”, assumindo a sua opção por “um sistema de coordenação das economias dos diferentes territórios.”

MC, por sua vez, evidenciou as suas intenções e a sua posição política na forma como interveio junto dos seus ministros. Considerou “desejável que se caminhe no sentido de maior autonomia das províncias ultramarinas e refere a sua intenção de favorecer a evolução nesse sentido. Além de eventuais implicações constitucionais, que a atual legislatura poderá considerar, esta orientação política obrigará certamente a rever os conceitos básicos do esquema de integração económica que se tem vindo a tentar realizar.” Enquanto não chegava esse tempo, as “medidas imediatas” deveriam “ser postas em vigor não obstante o Conselho ter consciência do seu carácter de meros paliativos.”

O subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Leão M^a. Tavares Rosado do Sacramento Monteiro, realçou que “a situação não é de natureza conjuntural e exigiria medidas de fundo para ser corrigida”. MC “sugeriu e que fossem consideradas aprovadas, em princípio e globalmente, as medidas propostas”. No entanto, continuou a contar com a resistência do secretário de Estado do Tesouro, João Luís da Costa André, que “fez notar que não podia, mesmo em princípio, dar o seu acordo a algumas das providências propostas”, e de Dias Rosas, que “confirmou a posição do seu Departamento, designadamente quanto ao levantamento de restrições quantitativas, que só poderia encarar se sujeitas a calendário rigoroso”. Por outro lado, Dias Rosas deu “o seu apoio a todas as medidas tendentes à disciplina da atividade bancária nas províncias de Angola e Moçambique.”

Em conclusão do Conselho, um dos mais demorados e intensos, MC “sublinhou que a aprovação era dada ao Relatório considerado no seu conjunto, e não de forma específica a cada uma das medidas propostas”, determinando “a realização de um estudo sobre os

problemas fundamentais da organização do espaço económico português, com vista à revisão da política de integração económica nacional.”²⁰⁰³

Na reunião de 12 de Maio, o secretário de Estado do Tesouro voltou a aconselhar “a instituição de um sistema que assegure a adequação das políticas financeiras dos diferentes territórios nacionais”, até para “centralizar e conhecer todas as dotações de carácter público atribuídas às forças armadas”. Silva Cunha disse que tal já existia, podendo apenas “carecer de ajustamentos”. Mostrou-se mais aberto, porque “as medidas que nesta matéria se tomem pelas vias legislativa ou administrativa, são sempre controláveis pelo Governo, além da dependência dos bancos emissores em relação aos Ministérios das Finanças e do Ultramar e da ação do Conselho Nacional de Crédito.” Dias Rosas voltou a acentuar “os riscos de desequilíbrio entre a Metrópole e o Ultramar envolvidos pela relativa autonomia das políticas financeiras das províncias e fez notar a urgência de tomar decisões tendentes à conceção e execução de uma política financeira unificada”. No mesmo sentido, o referido secretário de Estado observou “que as solicitações das províncias no sentido de verem acrescido o seu apoio financeiro externo são perfeitamente normais e generalizadas a todos os países subdesenvolvidos, verificando-se sempre significativas implicações políticas na assistência financeira internacional àqueles países.” Embora ambos concordassem na necessidade de pôr termo ao financiamento das províncias através de “operações de tesouraria”, propondo maximizar o investimento de capitais nacionais e “revogar a legislação que regulava a fixação das condições das operações financeiras com o Ultramar e passar a estudá-las caso a caso”.

Baltazar Rebelo de Sousa procurava, nesta fase, aproximar posições. Realçou o desnível entre as “necessidades de financiamento das províncias ultramarinas e as possibilidades da Metrópole por um lado, e, por outro, entre o apoio financeiro conseguido pelas províncias portuguesas e pelos países seus vizinhos”, pelo que importava “encontrar outras fontes, acautelando devidamente as implicações políticas daí decorrentes.” Concordava com Dias Rosas “quanto à necessidade de uma política financeira unificada”, que incluísse as despesas com a defesa, por pesarem “sensivelmente nos orçamentos provinciais”. Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros, deu “também o seu apoio à unificação da política financeira proposta pelo ministro das Finanças. Quanto ao fundo do problema, tem de aceitar-se como inalterável a curto prazo o circunstancialismo que determina a acessibilidade do apoio da comunidade internacional aos nossos vizinhos em África, enquanto em relação às nossas províncias é negativo o contributo dessa comunidade.”

²⁰⁰³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº4 (24/02/70), fls.12-15.

Silva e Cunha foi o único que fez “notar que o acesso direto das províncias ao crédito externo lhes é constitucionalmente vedado, situação que poderá rever-se mas usando de extremo cuidado, para prevenir inconvenientemente acesso de empresas estrangeiras a posições de controlo económico e consequentes possibilidades de pressão no plano político; aliás, o sistema vigente não tem impedido o acesso a capitais estrangeiros, nomeadamente para o sector dos petróleos.”²⁰⁰⁴

MC esteve ausente desta reunião.

Um mês antes da apresentação da proposta de revisão constitucional, dava-se conta do agravamento da situação. O secretário de Estado do Tesouro salientou “o contínuo crescimento dos atrasos nos pagamentos do Ultramar à metrópole, os quais atingiam, no fim de Outubro, mais de 7 milhões de contos e quase nove meses de diferimento. A situação agrava-se ainda com os elevados montantes que Angola e Moçambique devem já ao Fundo Monetário da Zona do Escudo. [...] Em 1970, registou-se entretanto, um agravamento da ordem dos 2,3 milhões de contos, inteiramente devido à Metrópole, e para o qual contribuiu sobretudo o deficit comercial, superior a 7 milhões, só na rubrica de mercadorias, no final do primeiro semestre.” Apesar disso, tinha preparado medidas restritivas à entrada de capital estrangeiro. “Relativamente à evolução recente, também desfavorável, do saldo dos movimentos de capital a longo prazo, salientou não dispor o seu departamento de sintomas de acréscimo dos investimentos externos em Portugal, e anuncia ter em preparação um diploma visando tornar obrigatória para os estrangeiros não residentes no país, a declaração dos bens aqui possuídos e da forma como foram adquiridos.” Medidas baseadas na velha lógica.²⁰⁰⁵

Embora salientando os sinais de recuperação económica, Dias Rosas “chamou a atenção para a necessidade de sujeitar a controlo a forma como se estão verificando transferências de empresas nacionais para estrangeiros, em condições gravosas para o país por não entrar o produto dessas operações. Por outro lado, verifica-se que certos pedidos para investimentos estrangeiros relativamente pequenos apenas visam obter a possibilidade de, posteriormente, recorrer ao mercado financeiro interno, o que se está procurando contrariar, condicionando o acesso a este mercado à proporção de capital português nas empresas.

²⁰⁰⁴ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº8 (12/05/70), fls.5-8.

²⁰⁰⁵ “Fez notar que se regista uma transferência maciça de capitais da Metrópole para o Ultramar, traduzida num montante que, em 1969, foi de 915 000 contos, o que excede em 750 000 contos os capitais estrangeiros entrados na Metrópole. Quanto às reservas de divisas em poder do Banco de Portugal, refere a conversão a que se procedeu de dólares em ouro e divisas europeias. Considera necessário atuar sobre os níveis de importações, para o que já alertou o secretário de Estado do Comércio, e aludiu à limitação verificada nos investimentos estrangeiros na Metrópole e às dificuldades que, por razões de ordem política, se lhes opõem no Ultramar.”

Concorda, salvaguardados estes casos, com a conveniência de acelerar as condições de apreciação dos pedidos de importação de capitais estrangeiros.”

MC interveio pouco mas incisivamente, evidenciando o seu derradeiro objetivo. “Manifestou a sua preocupação com os atrasos registrados nos pagamentos dentro da zona do escudo, assunto sobre o qual deverá incidir profundo estudo e dar-se ao país uma visão de conjunto da situação atual e da evolução a prosseguir.” Seria este o caminho para vencer o tabu e ultrapassar as enormes resistências a qualquer mudança de fundo. A começar pelo próprio governo, onde, talvez mais do que em qualquer outro lugar, se temia o confronto aberto. Saliente-se a constante preocupação em transmitir “ao país” as coordenadas fundamentais, numa delicada gestão política de todas as sensibilidades, no sentido de desbloquear o tabu: autonomizar para desenvolver; desenvolver para continuar a autonomizar. A antítese do integracionismo.

Quanto ao mais, pôs “em dúvida que motivos de natureza política se estejam opondo à entrada de capitais estrangeiros no país, porquanto o recuo se verifica sobretudo na Metrópole, verificando-se, pelo contrário, afluxos consideráveis no Ultramar, especialmente em Angola. Receia que as medidas de controlo da situação dos investidores estrangeiros anunciados pelo secretário de Estado do Tesouro venham agravar o já inconveniente clima restritivo e a morosidade processual que desencorajam numerosos investidores potenciais, julgando de rever, no sentido de maior abertura e facilitação, as disposições legais sobre aplicação de capitais estrangeiros. Reconhece, com o ministro das Finanças, que alguns dos vultosos investimentos previstos, como as autoestradas, pesarão na balança de pagamentos em anos futuros, mas sublinha que os múltiplos efeitos de ativação da atividade económica que devem esperar-se dessas realizações se sobreporão aos seus aspetos menos favoráveis.”²⁰⁰⁶

Em Fevereiro de 1971, MC apresentou o projeto de construção naval liderado por José Manuel de Mello e o norueguês Fred Olsen.²⁰⁰⁷ Rogério Martins, que tivera um papel de relevo na atração desse investimento, desesperara, uma semana antes, com as resistências de Dias Rosas: “Um grito de alarme!” Este, por sua vez, recusava-se a receber R. Martins.²⁰⁰⁸ Depois do Conselho, Martins escrevia a MC para lhe expressar o seu “Muito Obrigado”. Disse que a sua atuação no Conselho fora “magistral”.²⁰⁰⁹

²⁰⁰⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº15 (03/11/70), fls.6-9.

²⁰⁰⁷ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº20 (02/02/71), fls.3-4.

²⁰⁰⁸ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº43 (30/01/71).

²⁰⁰⁹ “Graças a Deus, a iniciativa pode ir para a frente – a Nação toda lho agradecerá.” Idem: nº45 (03/02/71).

A solução do problema cambial e a liquidação do espaço económico português, após a revisão constitucional, foi um dos assuntos que mais ocupou o CMPAE. A 21 de Setembro de 1971 debateu-se longamente o problema a partir de propostas de Silva e Cunha, assentes na opção de manter o sistema em vigor ou modificá-lo profundamente, no sentido de maior integração. O subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Rui Jorge Martins dos Santos, salientou, porém, o ponto fundamental: “Esta situação traduz um peculiar enraizamento na Metrópole das pessoas e empresas que aforram no Ultramar o que, se politicamente vale como manifestação de permanência de laços com o Portugal europeu, tem como reverso um significado de menor confiança no futuro do Ultramar”.²⁰¹⁰

No seu penúltimo CMPAE, já que saíria do governo em 30 de Outubro de 1971, João Salgueiro deixou claro que meros paliativos não resolveriam o problema. Partindo de uma análise comparativa com alguns países (EUA, Reino Unido, França e URSS), referiu que “relativamente àqueles países, está feita a prova da inoperância de medidas de ordem financeira e monetária, se não forem acompanhadas de atuações sobre os mecanismos económicos; mostra também a experiência que o diferimento de soluções que se impõem apenas resulta em dificuldades e complicações acrescidas quando elas vêm a ser tomadas – o que acaba por acontecer, mas já sob a pressão insustentável dos factos e em situações cujo grau de emergência elimina margens de escolha de que, atuando mais cedo, se teria podido dispor. É neste contexto que se lhe levantam dificuldades em considerar aceitáveis as propostas apresentadas, em face até do significado dos factos claramente caracterizados pelo subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino. Esses factos são de tal natureza que, sem uma solução enérgica na ordem política, não podem esperar-se resultados apreciáveis.”²⁰¹¹

Neste conselho tornou-se evidente a paralisante divergência no seio do governo. O secretário do Tesouro propôs que “qualquer solução de fundo que venha a visar-se assente no princípio da construção de um grande espaço económico, nomeadamente pela instituição de um orçamento nacional e pelo controlo efetivo da política económica global, pelo Governo Central.”²⁰¹² Rui Patrício (Negócios Estrangeiros) colocou-se ao lado de João Salgueiro, observando “ter vindo a ser a falta de unanimidade das opiniões responsáveis o que determina o protelamento de decisões”. Silva e Cunha, sentindo-se responsabilizado pelo insucesso dos paliativos propostos em 1970, não foi nem tanto ao mar nem tanto à terra. Rogério Martins, por sua vez, destacou que o Ultramar “tem vivido acima dos seus meios” e julgou “que nada

²⁰¹⁰ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº27 (21/09/71), fl.5.

²⁰¹¹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº27 (21/09/71), fl.9.

²⁰¹² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº27 (21/09/71), fl.11.

poderá ser anunciado sem se dizer algo sobre dois problemas de fundo: se a evolução que se visará vai ser no sentido da centralização ou da descentralização de decisões; e de como tem evoluído e se apresenta a situação militar.”²⁰¹³ MC limitou-se a concluir, dizendo que ficaram bem claras as opiniões e que interessava agir.

A 4 de Janeiro de 1972, num conselho em que MC também esteve ausente (sendo presidido pelo ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho, João Mota Pereira de Campos,²⁰¹⁴ cargo recuperado com a extinção subsecretariado do planeamento Económico ocupado por João Salgueiro), decidiu-se “prorrogar até 31 de Dezembro de 1973, para todas as províncias ultramarinas, o calendário de abolição dos direitos aduaneiros sobre o comércio interterritorial” e “proceder, pela Secretaria de Estado do Comércio, às diligências necessárias à eliminação das restrições quantitativas ainda em vigor na metrópole, relativamente ao comércio com as províncias ultramarinas”.²⁰¹⁵

A remodelação governamental de Agosto de 1972 seria uma forma de superar os impasses: Dias Rosas deixou o MFE, João Luís da Costa André deixou o Secretariado do Tesouro e António dos Santos Labisa o Subsecretariado do Tesouro; segundo a velha prática de equilíbrio político, Xavier Pintado e Rogério Martins deixaram as respetivas Secretarias de Estado do Comércio e Indústria. Por outro lado, a recém-criada Secretaria de Estado do Fomento Ultramarino foi entregue a Rui Jorge Martins dos Santos.²⁰¹⁶

A partir daí, o travão passou para a mão de Silva Cunha, que, “acantonado numa direita ultra conservadora”²⁰¹⁷, deixava inexplicavelmente caducar o prazo para autorização de

²⁰¹³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº27 (21/09/71), fl.14.

²⁰¹⁴ “Aproveito a oportunidade para aplaudir a nomeação do novo Ministro de Estado. [...] Sempre se fica a saber que V. Ex.^a, pelo menos, não aceita a estranha ideia de que, neste país, para se ser inteligente é necessário ter o domicílio em Lisboa – doença tão generalizada e de que as actuais classes dirigentes – políticas, sociais, económicas, industriais, etc.. – têm vindo a dar inequívoco sintoma.” AMC, cx.26, Correspondência/Ferreira, Manuel Homem (deputado por Aveiro entre 1957-65 e 1969-74, um declarado marcelista): nº5 (05/11/71).

²⁰¹⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº30 (04/01/72), fls.4-7.

²⁰¹⁶ Ver, MADEIRA, Luís Filipe, *Les finances publiques, les options budgétaires et les priorités politiques dans l'empire colonial portugais (1946-1974)*, Lille, Atelier national de publication des thèses, 2009; *A administração financeira das Províncias Ultramarinas africanas de Portugal: a anatomia de um êxito político*, in Associação Portuguesa de História Económica e Social e Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa (APHES-CHC-IUL), 2012; *O financiamento da política colonial portuguesa: mitos e realidades*, in VIEIRA, C. (et alii.), *Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artísticas*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2012, pp. 239-264; *Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1950-1974)*, in ROQUE, A. (et alii) (coord.), Livro de atas. Colóquio internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar diacrónica e sincrónica, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) e Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 2012, pp. 217-232; *War and Propaganda: Salazar, Caetano and the Impossible Balance of the Public Finances*, in ROLO M., A. PIRES e M. NOVAIS (coord.), *War and Propaganda in the XXth century*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2013, pp. 373-381.

²⁰¹⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº61 (22/10/73).

instalação de novas indústrias no ultramar.²⁰¹⁸ Em Outubro de 1972, perante a progressiva ausência de contraditório sobre o tema no seio do governo, Silva Cunha começou a defender o “prolongamento” do “calendário de desmobilização aduaneira”, limitando-se a sugerir atualizações no Decreto-lei nº44 016, que regulava o esquema em análise.²⁰¹⁹ De Angola, vinha o lamento das Associações Económicas: “Preferíamos, como primeiro passo da definida autonomia, ver reduzida a ação do Ministério do Ultramar em vez de verificarmos o seu empolamento em quadros técnicos e administrativos, num consumir das desperdiçadas energias e numa tentativa de subordinação, abertamente contrariada pelo desenvolvimento de Angola, pelo seu crescimento, pelas suas realizações e pela personalidade da sua gente.”²⁰²⁰

A relação azeda com Silva Cunha por certo motivou a vigilância das atividades das Associações Económicas por parte da DGS, que, dois dias depois daquela missiva, fez chegar a MC relatório “secreto” sobre almoço de confraternização, descrevendo o “desagradável facto” de não se terem referido ao ministro do Ultramar.²⁰²¹ Silva Cunha seria substituído por Baltazar Rebelo de Sousa um ano depois.

A diplomacia económica parecia começar e terminar no seio do próprio governo, com escala no sector militar. Tendo recusado alguns convites, R. Martins aceitou um do general Schulz²⁰²², no início de 1971, para uma conferência no IAEM. Não se esqueceu de pedir orientação a MC.²⁰²³ No final, apressou-se a tranquilizá-lo: “a manhã com os militares correu bem.”²⁰²⁴

²⁰¹⁸ “O presidente do conselho submeteu à apreciação quatro pedidos de autorização de instalações industriais no Ultramar, em relação aos quais fora ultrapassado o prazo dentro do qual, nos termos da lei, a decisão caberia ao Ministério do Ultramar”. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv.2, ata nº28 (19/10/71), fl.3.

²⁰¹⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº39 (10/10/72), fl.4.

²⁰²⁰ AMC, cx.57, Correspondência/Vieira, Joaquim Fernandes (representante das Associações Económicas de Angola): nº1 (22/07/72).

²⁰²¹ Idem: nº2 (24/07/72).

²⁰²² Assume-se que seja Arnaldo Schulz, que fora ministro do Interior e governador da Guiné. Em Fevereiro de 1974 quase desesperava junto de MC para que lhe fosse atribuída colocação como delegado ou administrador do “Governo junto de uma qualquer empresa com participação do Estado”. AMC, cx.50, Correspondência/Schulz, Arnaldo (general, governador da Guiné, ministro do Interior): nº1 (20/02/74). “Assunto pessoal”.

²⁰²³ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº44 (01/02/71).

²⁰²⁴ Idem: nº45 (03/02/71).

3.1.3.6.2. A integração de todas críticas

3.1.3.6.2.1. Medos

A alteração do Capítulo VII da Constituição parece ter sido, sob qualquer ponto de vista, a iniciativa política mais arriscada. Especialmente para quem a tivesse perdido, “porque, [...] quem não lança, primeiro, os fundamentos, poderá fazê-lo depois, com grande valor, ainda que o faça com dificuldades para o arquiteto e perigo para o edifício.”²⁰²⁵ No discurso de apresentação da proposta de revisão perante a AN, MC não procurou minorizar as “profundas modificações introduzidas nos preceitos constitucionais relativos ao ultramar”.

“Entendeu o Governo que, na linha de integração a que obedece a nossa política, esse título [VII, da 2ª parte] não tinha razão de ser com tal extensão e variedade de matérias. Destas, tudo o que merecia ser conservado na Constituição foi agora, na proposta que vos é submetida, incluído nos lugares próprios, ficando assim a lei fundamental a ser realmente comum a todo o território nacional. No Título VII da 2ª parte, reduzido a quatro artigos,²⁰²⁶ permanece apenas o que diz respeito à especialidade do regime político-administrativo das províncias ultramarinas, definidas como regiões autónomas do Estado português unitário. Sei que para muitas pessoas, impressionadas pela intensa propaganda integracionista, a ideia de autonomia das províncias ultramarinas é chocante. Mas sem razão.”²⁰²⁷

A dualidade expressa na preservação do estado “unitário”, que possibilitava que algumas das suas parcelas adquirissem o estatuto de “Estado”, significaria, na prática, que ao governo não era permitido alienar qualquer parcela do território nacional, conforme o art.º136º, mas facilitava o desenvolvimento de condições nos territórios ultramarinos para que estes pudessem exigir, em último caso, a total independência segundo os preceitos estabelecidos no art.º135º.²⁰²⁸ Conforme dizia um marcelista: “Para mim, o ponto essencial das reformas propostas é que elas representam uma fórmula passível de compreensão

²⁰²⁵ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.54.

²⁰²⁶ *Revisão Constitucional* – textos e documentos, 1971, pp.41-43.

²⁰²⁷ *Revisão Constitucional* – textos e documentos, 1971, pp.10-13. No seguimento:

“Nesse, como noutros pontos em que se sugerem alterações à Constituição, o Governo não pretendeu senão corresponder a aspirações nacionais, atendendo a necessidades novas ou indo ao encontro de expressões de necessidades antigas a que os tempos vão dando novos matizes, novo estilo ou novo vigor. E fá-lo na plena consciência das responsabilidades que lhe cabem, depois de ponderar bem quais os passos viáveis no caminho que a Nação tem de percorrer corajosamente através das dificuldades do mundo contemporâneo sem negar a sua identidade, sem comprometer a sua coesão e sem perder de vista os seus interesses e os seus destinos.”

²⁰²⁸ *Idem*, 366-370.

generalizada. Seguir um regime de imprensa ou outro é secundário perante o facto de se ter ou não uma lei de imprensa. Tal como, pelo que respeita à estrutura jurídica do país, a ideia de estado regional pode ser boa ou má, gerar ou não gerar riscos; mas é uma estrutura comum a outros estados e não uma estrutura que só nós temos, de acordo com uma política que só nós seguimos e à qual o mundo inteiro tem portanto que se render. Na vida internacional, é preciso ter “companheiros de viagem”. E, até agora, na conceção que apresentávamos e defendíamos estávamos isolados, “orgulhosamente sós”. Esta a razão por que, na CC, e quando se pôs a voto a conceção do Governo quanto á regionalização, votei a seu favor.”²⁰²⁹

Mais importante, MC eliminou, pura e simplesmente, o anterior conteúdo do artigo 133º, profundamente doutrinário, uma vez que era o herdeiro semântico do Ato Colonial, integrado na revisão de 1951: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização, exercendo também a influência moral que é adstrita ao Padroado do Oriente.”

Esta eliminação adaptava-se na perfeição ao método inglês ensaiado na Malásia. Somente a ausência do primeiro passo fundamental transformava a “solução” num enorme “problema”, porque a inevitável ambiguidade resultante da destruição do paradigma colonial, o fim da *missão*, propiciava o terreno fértil para todos os ataques, mais ou menos *integracionistas*. Numa pequena biografia manuscrita sobre Mário Soares, MC anotara a amnistia que lhe concedera em 1968, a permissão para vir ao funeral de João Soares e os seguintes comentários: “Sendo conhecido apenas nalguns meios restritos e destacando-se sobretudo pela sua capacidade de intriga. [...] Desde então continua a atacar sistematicamente o regime português e a defender o emprego da violência para o derrubar e para que desse modo se torne possível o abandono do Ultramar português.”²⁰³⁰

²⁰²⁹ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²⁰³⁰ AMC, cx.13, PC, Correspondência: nº8 (71/72). A posição de Soares sobre o ultramar vem em SOARES, Mário, *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Arcádia, Lisboa, 1974, pp.686-690.

Após a redação deste livro, mas ainda antes de ser publicado em França (Maio de 1972), Mário Soares encontrou-se no Mont St. Michel com um dos mais leais marcelistas, Henrique de Miranda Vasconcelos Carvalho, que relatou a conversa a MC: “É muito das relações da família de meus sogros e é pessoa que comigo tem procurado manter relações cordeais: já me deu algumas “bicadas” mas também publicou, na “República”, uns elogios a um trabalho que fiz sobre o conceito de democracia na época atual... [...] Apesar de o considerar melhor que muitos dos correligionários, sempre fui descrente quanto ao seu valor como político: o Dr. Mário Soares parece-me uma personalidade modesta, e não sei como conseguiu chegar a leader da oposição clássica. – Mas pode ser que eu não tenha razão. [...]

[Mário Soares] fez as suas contas e concluiu que “os americanos nos facultarão um máximo de 10 milhões de contos, o que é pouco, pois os emigrantes enviam 14 milhões por ano”. Decerto se estava a coibir, mas referiu-se a V.^a Ex.^a sem acrimónia e afirmou – por exemplo – que a convenção sobre a dupla nacionalidade com o Brasil [consagrada na revisão constitucional] tinha sido “uma grande coisa”. Ao relatar a expulsão de

Tal como em 1961/62, MC voltava a ser apelidado de “traidor”, em resultado das “reações previsíveis dos dois sectores a quem está especialmente confiada a defesa ativa dos pontos de vista nacionais: as FA e a diplomacia.” Sobretudo das primeiras, por “durante largos anos só haver sido servida um “verdade oficial” e por todos os modos se ter procurado desenvolver [nos militares] a consciência de que quanto não fosse aceitar esse ponto de vista constituiria uma traição, ou mais cedo ou mais tarde viria a constituí-la.”²⁰³¹

Enquanto “os comandos que se encontravam no Ultramar” distribuíam “panfletos” a ameaçar “Roma com a cólera das legiões”, em Lisboa os acusadores seriam liderados pelos “papagaios da integração”²⁰³², contra os quais se levantaram poucas vozes e, normalmente, em privado: “Os da saudade estática continuam a falar de opções, da pátria africana, do país atlântico que somos. E eu pergunto: que fizeram eles para isso? Não temos portos nem aeroportos, não temos marinhas de guerra, mercante ou de pesca.”²⁰³³ Eles falam, desse modo também, porque não suportarão as correntes de ar geradas por uma abertura de janelas à Europa. São sempre os mesmos.”²⁰³⁴

A realidade era, como sempre, mais complexa do que os rótulos permitem intuir. A percepção da fragmentação das “direitas” não era necessariamente uma boa notícia para MC.²⁰³⁵ Podiam não se organizar, mas todos convergiam na derradeira aspiração: “Na

Portugal, por altura da morte do pai, disse que o haviam tratado corretamente: acha que o processo contra ele “não tem fundamento jurídico”; mas é seu propósito “apresentar-se à justiça”, quando esta o tiver que julgar.” AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº59 (22/12/71).

²⁰³¹ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²⁰³² Ibidem.

²⁰³³ Vale a pena recordar Eça de Queirós, nomeadamente a sua descrição da “marinha” em 1890:

“As relações de Portugal com as suas colónias são originais. Elas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um único melhoramento: é uma sublime luta – de abstenção! [...] O único movimento é o do estrangeiro que as explora de facto – apesar de nós as possuímos de direito.

Mas, meus senhores, antes de tudo, nós não temos marinha! Singular coisa! Nós só temos marinha pelo motivo de termos colónias – e justamente as nossas colónias não prosperam porque não temos marinha! Todavia a nossa marinha, ausente dos mares, sulca profundamente o orçamento. Gasta 1 159 000\$00!

Que realidade corresponde a esta fantasmagoria das cifras? Uns poucos de navios defeituosos, velhos, decrépitos, quase inúteis, sem artilharia, sem condições de navegabilidade, com cordame podre, a mastreação carunchosa, a história obscura. É uma marinha inválida. A «D. João» tem 50 anos. O breu cobre-lhe as câs: o seu maior desejo seria aposentar-se como barca de banhos. [...]

A nossa esquadra é uma coleção de jangadas disfarçadas! E este grande povo de navegadores acha-se reduzido a admirar o vapor de Cacilhas!” QUEIRÓS, Eça de, *Uma campanha alegre de as Farpas*, Lisboa, Livros do Brasil, 1890, pp. 100-103.

²⁰³⁴ AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): nº1 (17/02/71).

²⁰³⁵ Ver MARCHI, Riccardo, *Império, Nação, Revolução: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto, 2009; *A oposição de direita à política ultramarina de Marcello Caetano*, in *Lusíada História*, nº7, 2010, pp.519-542; PINTO, Jaime Nogueira, *Portugal – os anos do fim: o fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, 2ª edição, Lisboa, Difel, 1995; JÚDICE, José Miguel, *Oposição de direita a Marcello Caetano*, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999-2000, Vol. VIII, suplemento F/O, pp.643-644; LINZ, Juan, *Opposition in and under*

verdade, era esta a oportunidade para desencadear o “7 de Fevereiro político” que desde início tem sido previsto, aliás sem grande imaginação. A cedência [sic] dos grupos chamados “continuistas”, pequenos mas manobreadores, perante a solução dada à sucessão do falecido chefe do Governo era evidentemente só de aparência. Habitados a mandar sozinhos e desejosos de manter a situação de domínio custasse o que custasse e sejam quais forem as consequências para o país (onde a repressão teria que ser crescente, como única forma de proteger o artificialismo da situação desejada), esses grupos esperavam apenas uma oportunidade para agirem, mais ou menos ostensivamente, contra a colaboração a que desde início apenas haviam simulado aderir. [...] É um erro chamar-lhes “da extrema direita”. Alguns são-no, mas outros não. E, acima de tudo, por uma razão ou por outra (política ou pessoal), o que desejam é o possível restabelecimento do statu quo... anterior.”²⁰³⁶

Entre os liberais, praticamente só se distinguiu José Pedro Pinto Leite no combate ao integracionismo. Logo na primeira grande intervenção na AN, em 12 de Dezembro de 1969, durante a discussão na generalidade da proposta de lei de meios para 1970, Pinto Leite protestou contra os interesses (militares) da indústria armamentista e contra a “defesa económica da guerra”: “Contesto a defesa económica da guerra. Contesto a vantagem que ela nos possa trazer ou tenha trazido no desenvolvimento verdadeiro e global da economia portuguesa. Certamente que os soldos dos militares são postos a circular, que se criam novos empregos pela necessidade de novas construções militares, que se desenvolvem indústrias destinadas a abastecer com produtos alimentares, vestuário, munições, etc., às forças militares. Mas onde está o carácter reprodutivo de uma grande parte das despesas militares? Qual a riqueza que cria a granada que explode, a bala que mata, o material que se deteriora em campanha, o avião que se estatela no solo? Quanto vale a vida de um homem? Quem se atreve a contabilizar as vidas dos nossos irmãos que caem em combate, a falta que faz aos filhos, à mulher ou aos pais o pai, o marido ou o filho que rega com o seu sangue o úbere solo africano? Quanto valem as lágrimas dos que ficam? Os estudos interrompidos, as mutilações físicas, psicológicas e morais?”²⁰³⁷

MC confirmou o quanto Pinto Leite se identificava com o seu pensamento ao não fazer qualquer reparo ao conteúdo da intervenção. Fazendo-o, isso sim, à forma. Duas semanas depois, em resposta a cartão de boas festas, MC disse-lhe: “Se você diz “aceito a

na authoritarian regime: the case of Spain, in DAHL, Robert A., *Regimes and oppositions*, New Haven, Yale University Press, 1973, pp.171-259.

²⁰³⁶ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²⁰³⁷ Ver debate completo sobre o tema in *Diário das Sessões*, 1969, nº8, pp.108-113.

prudência”, ótimo. Nem se compreende o mas... Porque “as esperanças de tantos” não podem estar na imprudência. As imprudências desacreditam as pessoas e as instituições. E podem criar conflitos inúteis.”²⁰³⁸

O histórico de assassinatos políticos no espaço da NATO desde os anos 60 até aos anos 80 pairava como ameaça no pensamento dos marcelistas mais próximos e por certo aconselhava “prudência”. Deu-se a fatalidade de Pinto Leite e outros três deputados²⁰³⁹ falecerem no dia 25 de Julho de 1970, a bordo de um equipamento militar (helicóptero Alouette III), por um misterioso capricho da natureza durante uma visita à Guiné. Ao não ordenar a realização de inquérito, MC preferiu não saber a verdade, alegadamente devido ao “pavor de uma sabotagem” poder acontecer durante o seu ministério.²⁰⁴⁰ Temia também “conflitos inúteis” com o setor militar, incluindo os responsáveis pela fiscalização da construção de equipamento militar no exterior.²⁰⁴¹

Após visita ao porta-helicópteros francês *Jeanne D’Arc*, onde conversou com um oficial francês, o pai de um piloto aviador falecido em combate aos comandos de um Alouette III transmitiu a MC a sua “estupefação” por Portugal utilizar em missões de risco um equipamento que não era feito para isso. O ideal seria o “SA-330-C ou o SA-341-Gazelle”. Ficou também a saber, pelo mesmo oficial, que em França o curso de piloto ficava tão caro como o helicóptero: 300.000 francos. Ao estado português os mesmos helicópteros custavam mais de 1.000.000 de francos. Ou seja, mais do triplo do valor.²⁰⁴²

²⁰³⁸ Cartão de MC para Pinto Leite, in LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano: o sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite*, Tribuna, Lisboa, 2003, p.321.

No discurso de 17 de Dezembro de 1969, *O governo tem um mandato indeclinável a cumprir*, MC sublinhava a “prudência”: “Mal iria o País se voltássemos aos velhos vícios do parlamentarismo, com rixas partidárias, emulações pessoais, oratória demagógica e acção irresponsável. Insisto neste último ponto. Os caminhos da liberdade são difíceis porque são também os da responsabilidade. Cada pessoa que fala, como cada um que decide, tem de ponderar sempre o sentido e a projecção das suas palavras ou dos seus actos. E na vida pública essa projecção pode ser muito ampla, donde a necessidade de ponderação maior. Por isso a prudência aparece, desde remotas eras, entre as virtudes do governante. Claro que para ser virtude não pode ser virtude. O excesso de prudência é timidez e redundante em paralisia. Mas a imprudência paga-se caro no governo dos povos como na conduta diária dos homens.” CAETANO, Marcello, *Mandato Indeclinável*, Verbo, Lisboa, 1970, pp.78.

²⁰³⁹ James Pinto Bull, Leonardo Coimbra e José Vicente de Abreu.

²⁰⁴⁰ Segundo testemunho de Carlos Mendes Costa, secretário da Presidência do Conselho de MC. LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano: o sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite*, Tribuna, Lisboa, 2003, p.211.

²⁰⁴¹ Em 17 de Abril de 1969, o governo de MC publicou o Decreto-lei nº 48 972, que regulava o abono de ajudas de custo do pessoal da Armada e do Arsenal do Alfeite nomeado para fiscalizar os trabalhos de construção das corvetas adjudicadas a estaleiros da Espanha e da República Federal da Alemanha, “em condições análogas às estabelecidas para o pessoal da Missão de Construções Navais Portuguesas em França.”

²⁰⁴² AMC, cx.39, Correspondência/Moreno, Alberto Fernandes da Silveira (pai de Miguel Moreno, alferes miliciano, piloto aviador falecido em combate): nº1 (23/11/72). Pedia que se usasse o material adequado nas missões e assim evitar a morte de mais jovens: “é a nossa geração a responsável pelo que está a acontecer aos nossos filhos. Que V.Ex.^a me desculpe, mas se não fizesse isto parece-me que estaria a atraiçoar a validade do sacrificio do meu Querido Filho.”

MC não estava a par destes *portadores* militares. O imediato pedido de esclarecimento dirigido ao secretário de Estado da Aeronáutica, José Pereira do Nascimento, comprova-o. Este explicou que “em 10 anos só houve dois acidentes do género, e um foi o do filho do autor”. Além disso, a “manobrabilidade deste helicóptero Alouette III [continuava] a ser a mais vantajosa” para as FA, uma vez que “o fogo antiaéreo do inimigo, quando existe é fraco”.²⁰⁴³ O PAIGC só teria acesso aos mísseis terra-ar em Março de 1973. Curiosamente, a chegada dos mísseis à Guiné pareceu esperar pelo desaparecimento de Amílcar Cabral, ocorrido dois meses antes. Apesar do forte impacto inicial, a Força Aérea Portuguesa conseguiu adaptar-se e limitar imenso a vantagem dos mísseis.²⁰⁴⁴

Por fim, MC respondeu ao pai do piloto: “Infelizmente um desses casos foi aquele em que pereceu o filho de V.^a Ex.^a, oficial a respeito de quem recolhi as mais honrosas notícias. De qualquer forma, todos os dados da carta de V.^a Ex.^a foram devidamente ponderados por quem de direito.”²⁰⁴⁵ Entenda-se, pelas chefias militares. Recorde-se, a propósito, que o insondável Fundo de Defesa Militar do Ultramar,²⁰⁴⁶ antes e depois de 25 de Abril de 1974, estava sob a alçada direta do CEMGFA.²⁰⁴⁷

Tanto o projeto de lei nº6/X, encabeçado por Sá Carneiro, como o projeto de lei nº7/X, liderado por Duarte Freitas do Amaral, pura e simplesmente não tocaram no Capítulo VII da Constituição. MC assumiu esse “risco” sem Pinto Leite e sem o apoio inequívoco dos “seus liberais”. O projeto “liberal” era-o efetivamente nos pontos em que propunha mudanças mais profundas. Por oposição ao projeto 7/X, que visava a manutenção dos anteriores preceitos constitucionais. Quanto à eleição presidencial, o projeto 6/X preconizava o regresso ao sufrágio universal e, no que refere às atribuições presidenciais, acrescentava o seguinte artigo: “10º Exercer a chefia suprema das forças armadas de terra, mar e ar, devendo ser mantido ao corrente, em tempo de paz como em tempo de guerra, de tudo quanto respeita à defesa nacional”. Concordava, indo inclusivamente mais longe, com a proposta 7/X: “10º Exercer a

²⁰⁴³ AMC, cx.39, Correspondência/Moreno, Alberto Fernandes da Silveira (pai de Miguel Moreno, alferes miliciano, piloto aviador falecido em combate): nº2 (12/12/72).

²⁰⁴⁴ MATOS, José, HURLEY, Matthew M., *A arma que mudou a guerra*, in Revista Militar, nº2553, Outubro de 2014, pp.893-907.

²⁰⁴⁵ AMC, cx.39, Correspondência/Moreno, Alberto Fernandes da Silveira (pai de Miguel Moreno, alferes miliciano, piloto aviador falecido em combate): nº3 (12/12/72).

²⁰⁴⁶ “A corrupção do antigo regime existiu, nos meios militares. Quanto aos políticos bem fizeram o possível por descobri-la após a Revolução, mas com todo o ódio e toda a sanha inquisitorial, os resultados viram-se. Agora na tropa...” Carta de MC para o autor do livro: SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Correspondência com Marcello Caetano (1974 – 1980)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1994, p.149.

²⁰⁴⁷ Ver, a este propósito, AMARAL, Diogo Freitas do, *Camarate: um caso ainda em aberto*, Ciência Política, Bertrand, 2010. A X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, no âmbito do qual a investigação do referido Fundo de Defesa Militar do Ultramar assumiu particular relevo, concluiu, em junho de 2015, favoravelmente pela hipótese de atentado. Ver, entre outros: <http://expresso.sapo.pt/-sa-carneiro-pode-ter-sido-o-alvo-principal-em-camarate=f788634>.

chefia suprema das forças armadas”.²⁰⁴⁸ Ou seja, com Thomaz em Belém e a mais de um ano das “eleições” presidenciais, ambos pretendiam atribuir maior poder ao presidente da República e desequilibrar a seu favor o “bicefalismo” constitucional que MC quis conservar.

O parlamento imaginado por MC não correspondia aos requisitos definidos por Maquiavel para as “boas instituições”, “das quais dependem a liberdade e a segurança do [líder], sendo a primeira delas o Parlamento e a autoridade [...], deixando o [líder] imune a todo tipo de responsabilidade, [para que] diminuísse os grandes e favorecesse os pequenos.”²⁰⁴⁹ Pelo que fará sentido questionar até que ponto a (in)segurança de MC integraria as equações políticas de todos os parlamentares?

O denso e obscuro jogo de intenções, meias-medidas e medos cruzados acentuou-se no primeiro semestre de 1971, quando decorreram as votações parlamentares. Após ser abordado por Cotta Dias sobre as “votações que se [avizinhavam] na AN”, Tomás Oliveira Dias, um dos liberais que não subscreveu o projeto de Sá Carneiro, escreveu a MC devido ao “melindre de que o assunto se reveste”: “No essencial estou de acordo com as propostas do governo, o que não invalida que também julgue de acolher diversos pontos dos projetos do Dr. Sá Carneiro”. Estava, contudo, disposto a abdicar de algumas propostas de que concordava para evitar “males maiores”: “Tenho defendido – aliás na esteira de V. Ex.^a – a vantagem de acolher, e até fomentar, a diversidade de opiniões dentro do regime e da ANP, desde que não sejam postos em causa os seus princípios fundamentais. Também tenho defendido que colaborar não é concordar sempre mas atuar de boa-fé em todas as circunstâncias.”²⁰⁵⁰ Uma repetição exata do discurso marcelista.

De igual modo, “do outro lado, estão os adeptos do status quo... anterior. Quase todos demonstraram, mais uma vez, o medo de assumirem uma atitude frontal: vejam-se as fugas ao voto, as doenças, as viagens ao estrangeiro que atingiram deputados como os Drs. Teixeira Pinto, Franco Nogueira, Veiga de Macedo ou Gonçalves Proença...!” Na CC verificou-se algum confronto, embora menos visível. A atuação de Afonso Queiró foi muito criticada pelos marcelistas. Pela primeira vez, já que estava “mal habituado”, por “a sua voz quase não [ser] contraditada”, encontrou oposição de pessoas com “ideias próprias e sabiam-nas defender. Refiro-me aos profs. Antunes Varela, Feitas do Amaral e Gonçalves Pereira. E

²⁰⁴⁸ *Revisão Constitucional* – textos e documentos, 1971, pp.49 e 55.

²⁰⁴⁹ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.135-136.

²⁰⁵⁰ AMC, cx.25, Correspondência/Dias, Tomás Duarte da Câmara Oliveira (advogado, deputado, membro da “Ala Liberal”): n.º2 (09/01/71).

quase me sentiria tentado a incluir no grupo a Eng.^a. Maria de Lurdes Pintassilgo e até eu próprio...”²⁰⁵¹

MC sugeriu no discurso perante a AN o que viria a acontecer: “É corrente falar-se, a propósito da ação do governo da minha presidência, em liberalização. Professor vai para quarenta anos de disciplinas de Direito público não se estranhará que tenha uma formação que pode ser considerada liberal. Mas todos quantos me conhecem ou tenham lido as minhas obras sabem qual o meu conceito de liberdade. [...] Em países onde arreigadas tradições de civismo dão aos indivíduos consciência dos limites dos seus direitos e da extensão dos seus deveres sociais, talvez possam ser menos explícitas as leis e mais restrita a intervenção da autoridade. Entre nós, porém, passará ainda tempo antes que seja possível dispensar as leis que regulam o exercício das liberdades e reduzir os órgãos e agentes da autoridade a meros espectadores da atividade dos cidadãos.”²⁰⁵²

Fiel, mais uma vez, ao seu conceito de “manutenção do equilíbrio”, MC não deu espaço a nenhum dos projetos alternativos ao seu (14/X). O mesmo acontecendo com os projetos de lei de imprensa.²⁰⁵³ Ainda assim, prosseguia paulatina e silenciosamente a tentativa de deslocação de forças: “Quer as direitas se apercebam disso, quer não, mostram como os sectores moderados estão a ser reforçados com o tipo de política que o Governo tem seguido.” Tentava evitar os referidos “conflitos inúteis”, convencido de que as delicadas mudanças de fundo seriam facilmente hipotecadas pelo ruído de um confronto público aberto. Tal como Salvador Allende “reconhecia que o seu governo cometia erros ao mesmo tempo que afirmava ser inevitável o ataque de uns por ir devagar demais e o de outros por avançar rapidamente”²⁰⁵⁴, MC diria que “por mais depressa que andemos, porém, não admira que a

²⁰⁵¹ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71). Nota de rodapé do documento: “Por isso, e neste plano, o grande triunfador foi sem dúvida o prof. Antunes Varela.” Relator muito elogiado pelo autor: “mas nunca vi [expressão sublinhada à mão por MC] quem tão agradavelmente soubesse interpretar a função de relator.” Isto apesar de Antunes Varela, juntamente com Vieira Machado (o homem do milho), ter declarado “voto de vencido” na votação final da CC.

²⁰⁵² *Revisão Constitucional* – textos e documentos, 1971, pp.8-9.

²⁰⁵³ “A proposta do Governo tinha a virtude de ser muito mais ampla do que a dos deputados e até do que as sugestões saídas da opinião pública. [...] Em qualquer caso, pena foi que o Dr. José Hermano Saraiva, opondo-se vivamente a uma sugestão nesse sentido [“lei geral de informação”], não tivesse facilitado, com a autoridade de recente ministro da Educação, a inclusão de um preceito recomendando nível superior para o ensino do jornalismo entre nós. [...] Embora se compreendam as razões, a proposta do Governo era aqui mais restritiva e tradicional do que as suas propostas de revisão da constituição política e de lei da liberdade religiosa.” AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²⁰⁵⁴ ABREU, Fernando (coord., ed., trad.), *Chile: socialismo impossível*, 2ª edição, Lisboa, 1974, p.25.

marcha pareça lenta”.²⁰⁵⁵ Já os marcelistas sentiam que as dificuldades eram “insuficientemente” explicadas e compreendidas.²⁰⁵⁶

Por esse motivo, MC continuaria a não sentir chão sob os seus pés: “Desde que o Governo resolveu pôr a trabalhar as instituições e, portanto, a CC passou a ser consultada com frequência e a ter que se pronunciar sobre um número importante de diplomas, haverá necessidade de estabelecer contactos regulares eficazes entre ela e a AN. Ora tal não acontece.”²⁰⁵⁷ No mesmo sentido, após o início do processo de revisão constitucional, dizia-lhe um antigo deputado e dirigente da UN: “O seu prestígio pessoal continua forte no povo e possuidor da mesma capacidade de mobilização que o tem caracterizado. Entre as camadas dirigentes, médias ou superiores a situação não é a mesma começando as dúvidas, hesitações e defeções a ter algum significado quer à esquerda, quer à direita.”²⁰⁵⁸

O impacto da revisão no sector militar, logo em Dezembro de 1970, oferecia um prognóstico deveras assertivo. “Nesses meios [militares], muitos não sabem em que consiste ou o que significa uma política de integração, mas afirmam convictamente que só ela é possível... A um oficial general com alguma responsabilidade de comando (cujo aprumo e lealdade garantem, a meu ver, que nada fará contra o Governo) ouvi dizer, no dia que saiu o texto da reforma constitucional, que a integração fora abandonada e se optara pelo federalismo, cujas consequências nocivas “dentro de uns três anos” já se fariam sentir por forma grave. Ora isto não constitui opinião isolada: no mesmo dia, um dirigente (ou antigo

²⁰⁵⁵ “Por mais depressa que andemos, porém, não admira que a marcha pareça lenta. Não falo agora do inimigo para o qual um dos êxitos procurados é privar-nos do tempo. Refiro-me àqueles que, de boa-fé e com espírito patriótico, veem os anos suceder-se aos anos e sentem a fadiga invadi-los, a impaciência a corroê-los e a esperança a fugir. Seria possível acelerar as soluções políticas? Esse é um tema que submeto em especial à vossa consideração. É aqui que pode ter lugar um debate franco e aberto. Já o provocámos no País por ocasião das eleições de 1969 e a resposta do eleitorado foi categórica. Não pode, porém, a meu ver, admitir-se permanentemente esse debate por motivos que mais de uma vez têm sido expostos.” CAETANO, Marcello, *Reflexão sobre o Ultramar*, discurso na AN, em 5 de Março de 1974, SEIT, p.21.

²⁰⁵⁶ “Não vejo salientado, pois foi insuficiente o discurso do líder, quanto significa o esforço em ano e meio realizado em tantos e tão diversos sectores. Nem o facto de se haverem posto a funcionar (e estarem a prestigiar-se) muitas estruturas da vida política e administrativa, bastantes das quais nunca haviam feito fosse o que fosse. Nem a prova de moderação dada por V.^a Exa. sabendo ir devagar”. AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº45 (26/12/70).

²⁰⁵⁷ Idem: nº51 (19/07/71).

²⁰⁵⁸ AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo; deputado; dirigente da U.N.; promotor do Complexo Industrial do Cachão): nº3 (26/12/70). A análise do autor escondia, naturalmente, um objectivo – inclinar o plano à direita:

“Volvidos dois anos a experiência dos tecnocratas à esquerda terá provado exuberantemente – aqui como lá fora – ser idónea para criar vários problemas mas incapaz de resolver algum. A agitação à direita, devo reconhecê-lo por muito que me desagradem essas mentalidades e pessoas não é conveniente a um regime de autoridade e, como se vê, nem sequer compensada por uma tranquilidade à esquerda... [...] Por outro lado o governo não goza de prestígio no país e nem sequer constitui motivo de benévola expectativa. A generalidade dos governantes não têm capacidade política e muitos revelam quer falta de senso quer, principalmente indecisão, inexperiência e tendências políticas inintegráveis nos propósitos e espirito tanto de V.Ex.^a como do regime que personifica.”

dirigente) da LAC afirmou-me “não compreender” o sentido da reforma e com ingenuidade confessou – “Hoje de manhã, ao ler o jornal, chorei”; e um empresário com posição pessoal muito destacada afirmou-me: “Tenho um filho a bater-se no Ultramar e preciso de saber para que é que ele se bate”...²⁰⁵⁹

Por seu lado, a SS operava, com o conhecido sentido de oportunidade, uma espécie de intermediação passiva. Relacionava-se de forma neutral com todas os setores ou grupos, capitalizando descontentamento sem esboçar qualquer ação no sentido de uma aproximação. Veja-se a preocupação de Henrique de Carvalho, vinte e sete dias após os acontecimentos da Capela do Rato: “A grande razão é que a orientação geral da Igreja mudou de forma sensível [...]. Mas a Igreja resolveu aproximar-se do Mundo, rapidamente e em força, como diria o doutor Salazar. Fê-lo sacrificando os integristas, sem todavia os desautorizar, antes dando-lhes toda a simpatia que além de os pôr alegres, não tem efeito prático nenhum. E, aceitando assim a “dessacralização”, passa a falar uma linguagem social, de “diálogo aberto”, de vanguardismo em atitudes e opiniões.”²⁰⁶⁰

Não era líquido que o “efeito” fosse nulo.²⁰⁶¹ A receção de Paulo VI aos líderes independentistas africanos provocou sentimentos mistos.²⁰⁶² O acontecimento não agradava, em absoluto, aos integracionistas ou saudosistas.²⁰⁶³ A não ser que fosse direcionado contra MC e não exatamente contra o regime. “O incidente com o Vaticano foi encerrado. A atitude do governo não podia ser outra, em face da explicação, mesmo tardia. [...] No Vaticano bem sabiam que os chefes terroristas estavam na Itália fazendo conversações, campanhas e encontros com organizações esquerdistas. A receção no Vaticano, de resto, realizou-se com a colaboração e a conivência de elementos da secretaria de Estado. Fiquei esclarecido – e como

²⁰⁵⁹ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº45 (26/12/70).

²⁰⁶⁰ Idem: nº75 (27/01/73).

²⁰⁶¹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Neves, Moreira, padre: nº1 – anexo 1 (28/10/72). Cópia de carta enviada ao cardeal Cerejeira em 05/11/34, sobre a relação de Portugal com o Brasil e de como o “futuro” de Portugal estaria em “África e não na Europa”.

²⁰⁶² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Abílio D., bispo de Silli: nº1 (13/07/70). Felicitou “a serenidade do Governo português” perante a “atitude do Papa Paulo VI”.

²⁰⁶³ “Vi nos jornais a notícia da receção dada aos chefes terroristas no Vaticano. A peripécia constitui para nós ofensa de muita gravidade que, a meu ver, implica imediata denúncia da Concordata e coloca em posição delicada os responsáveis diplomáticos. Fiquei sinceramente indignado e venho – ainda que em breve apontamento – manifestar o meu repúdio e transmitir ao governo apoio e solidariedade num momento tão difícil. Tomei conhecimento dos factos no Sameiro em cujo Centro Apostólico tenho estado algumas vezes [...].

De uma outra vez em que também estava no Sameiro fizeram no Porto um banquete com a aparência de dar apoio à política ultramarina do governo. Falaram-me, mas não aderi. As políticas do governo impõem-se por si só e, para vingar, não precisam de ser apreciadas em banquetes com a feição tomada. Por essa altura correu a versão de que se tratara de um movimento da extrema-direita que não chegou a aflorar. Por esse motivo também não devia comparecer. As oposições dessa espécie são ainda mais perigosas que as tradicionais. [...] Simplesmente: neste caso do papa não ficarei indiferente. A igreja anda desnorteada e a própria infalibilidade papal deu o que tinha a dar.” AMC, cx.57, Correspondência/Vale, Carlos (advogado, jornalista): nº4 (06/07/70).

muitos outros – quanto à atuação da igreja de Roma. [...] Aqui na cidade [Porto] os ultras das direitas aproveitaram o ensejo para se manifestar contra o chefe de governo, admitindo que desta vez não ficaria.”²⁰⁶⁴

O episcopado português expunha o seu medo diretamente a MC, aproximando-se, algo surpreendentemente, do seu discurso anti-assimilacionista. “Julgamos ter ainda hoje atualidade o que escrevemos numa Exortação Pastoral em 1971: *É indispensável conseguir-se não tanto uma “assimilação” ou “integração” total das populações nos usos e costumes que lhes vieram de fora, como principalmente conhecer as suas riquezas culturais e morais, em ordem a fazê-las evoluir sem choques violentos nem ruturas difíceis de reparar.* [...] Tememos que as referências de Vossa Excelência, por virem de tão alto, desencadeiem nova onda de protestos em certos ambientes internacionais, acusando mais uma vez a Igreja Católica, representada pela sua hierarquia, de querer fechar-se num catolicismo político ao serviço do Estado Português, atitude que nós sempre repudiámos.”²⁰⁶⁵

No plano externo, a Espanha franquista poderia estar a afastar-se diplomaticamente de Portugal²⁰⁶⁶, uma vez que se encontrava *livre* do problema africano e em vias de resolver a questão do Sahara. Mas era também MC quem fazia por isso.²⁰⁶⁷ A exceção parecia ser a

²⁰⁶⁴ Idem: nº5 (08/07/70).

²⁰⁶⁵ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Gabriel, D. Manuel Nunes, arcebispo de Luanda: nº1 – anexo 1 (05/04/74).

²⁰⁶⁶ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, p.209: “Mas é com desgosto que tenho notado que a Espanha se vai afastando de Portugal, nomeadamente na política externa.” (desabafo de MC para López Rodó).

²⁰⁶⁷ Apesar da tentativa de aproximação económica com Espanha, protagonizada por Rogério Martins, tanto no aspecto energético como no mercado de matérias primas, através da criação de uma “CECA peninsular”, MC manteve uma relação muito tensa com o embaixador espanhol em Lisboa, José António Gimenez-Arnau. Não aceitou nenhum dos convites que lhe foram feitos, usando sempre desculpas de circunstância. Em Setembro de 1969 recusou convite para recepção na embaixada: “Sabe Vossa Excelência a admiração que nutro pela Espanha e pelo seu Glorioso Caudilho. [...] Só motivos muito ponderosos me impedem”. No mês seguinte, na qualidade de ministro interino dos Negócios Estrangeiros, recusou convite para um almoço em honra das descobertas da América: “Como não estarei em Lisboa nesse dia, o Senhor Subsecretário de Estado representará o Ministério.” Em Março de 1970 recusou convite para a recepção ao ministro espanhol Sanchez Bella: “Habitualmente não estou em Lisboa aos Domingos e tenho já compromissos tomados para o dia 15 que me é difícil desfazer. Só motivos muito fortes me impediriam de acorrer a tão aliciante convite.” Em Junho do mesmo ano, quase se dava um incidente diplomático por causa de um romance do embaixador – *El distinguido delegado* – que relacionava Portugal com a África do Sul. MC disse-lhe: “Os escritores têm a liberdade de criar não só seres humanos, mas países... Assim como a pátria de Nabal foi inventada, também em vez de Portugal e da África do Sul poderiam ter figurado na novela nações imaginárias. Porque nem todos os leitores compreendem que as palavras postas na boca dos personagens são da responsabilidade destes e não dos autores.” Um mês depois, nova recusa: “os médicos me impõem repouso este fim de semana e terei de sair de Lisboa.” Em Setembro de 1970, foi o embaixador quem não compareceu ao doutoramento Honoris Causa de MC em Compostela. Durante dois anos cessou a correspondência, até que em Setembro de 1972 MC recusou novo convite para o “Dia do Caudilho”: “São conhecidos os meus sentimentos pela Espanha e pelo seu glorioso Caudilho. Por isso, se não me for possível estar presente, como temo, na recepção do dia 1, não deixarei de nela estar representado assim como o Governo português.”

AMC, cx.28, Correspondência/Gimenez-Arnau, José António (embaixador de Espanha em Portugal): nº1 (29/09/69) – nº30 (11/12/72). Sobre as tentativas de entendimento com Espanha no sector da energia e do aço:

amizade com López Rodó.²⁰⁶⁸ A disputa entre as várias pulsões ou grupos internos da igreja de Roma, como a Opus Dei e a AC, que contribuiriam para a ambiguidade que caracterizou a política externa da SS, também se manifestou nas relações com Espanha. Nomeadamente na tentativa de condicionamento do governo marcelista.²⁰⁶⁹ Mas a questão central parece convergir para o “medo” de MC em relação a Franco Nogueira e tudo (ou todos) o(s) que ele representava, como parecia ser o caso da família Espírito Santo.²⁰⁷⁰ MC ainda tentou, em vão, seguir o velho conselho de Sun Tzu ao convidar, em Fevereiro de 1970, Manuel Espírito Santo e Silva para um cargo na área económico-financeira.²⁰⁷¹

Em Abril de 1970, numa viagem a Espanha, em cuja comitiva não foi qualquer elemento do Secretariado Técnico²⁰⁷² (ligado sobretudo à AC), Rogério Martins (visto como próximo da Opus Dei) deparou-se com imensas dificuldades da parte da imprensa espanhola e portuguesa. As suas declarações em Espanha eram sistematicamente deturpadas pelo *Diário de Notícias*: “tem um título que é totalmente falseador do que eu disse”. Por outro lado, os ataques de Franco Nogueira²⁰⁷³ tinham muita imprensa no país vizinho. Circulava abertamente a ideia de que havia uma luta de poder em Portugal entre MC e Franco Nogueira, que resolvera falar quando também se preparava uma visita de MC a Espanha. Por conseguinte, ganhava força a ideia de que não valia a pena falar com um governo português que “não se sabe se é o que fica no poder dentro de algum tempo”. No seio do governo também se colocaria a questão: “Quem tem mais peso, um deputado à Assembleia caído nos braços de ferro da plutocracia, ou um membro do governo que seguindo as instruções deste desbrava algum terreno por onde pode passar um caminho honesto [?] e frutuoso de futuro? Se ao país pode não interessar tanto saber, do que duvido pessoalmente, ao estrangeiro, a esse interessa e muito que o caso se esclareça.”²⁰⁷⁴

AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº15 (08/04/70).

²⁰⁶⁸ MARTINS, Pedro Miguel, *Cartas entre Marcello Caetano e Laureano López Rodó*, Aletheia, Lisboa, 2014.

²⁰⁶⁹ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, pp.169-241.

²⁰⁷⁰ Em Julho de 1970 solicitou licença ilimitada do serviço diplomático e passou a integrar o Grupo Espírito Santo, chegando mesmo a dedicar a obra *O Juízo Final*, em 1992, a Manuel Ricardo Espírito Santo. Era também administrador, por parte do estado, na Tanganika Concessions, com sede em Londres. Visto por toda a Europa como o “caudilho moral” dos anticaetanistas. ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, p.199.

²⁰⁷¹ AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Manuel Espírito Santo e (gestor financeiro; administrador do BES): nº1 (11/02/70).

²⁰⁷² “Tenho muita pena que afinal o Miguel [Caetano, filho de MC] não vá comigo, e em tom menor, que não vá ninguém do Secretariado Técnico”. AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº13 (01/04/70).

²⁰⁷³ Carta de agradecimento pelo apoio de MC, “pessoal, e mais que isso, funcional enquanto Chefe de Governo, à minha intervenção no Colóquio Industrial.” Já contava com algum “brado” e com “reacções de desagravo da ala imobilista”. Não contava era com “o estilo de golpe baixo e de agitação [?] demagógica”. MC e Silva Cunha saíram em seu auxílio através de comunicados na AN e à imprensa. Idem: nº12 (05/03/70).

²⁰⁷⁴ Idem: nº16 (10/04/70).

Mas não se esclareceria. Daí também a permanente fragilidade de MC perante os possíveis apoios externos.²⁰⁷⁵ Era tanto ou mais uma questão de poder do que de orientação política.²⁰⁷⁶ Um ano e meio depois da visita a Espanha, R. Martins enfrentava, em muito menor grau, situação semelhante em Itália. Galba, ministro da Indústria e “um católico das direitas”, convidou Martins para visitar Itália, pois já se conheciam há muito tempo, desde que Martins fora vice-presidente da “Pax Romana”. Como Martins “arranhava” italiano e ia pôr “sorriso número um”, acreditava que conseguiria estabelecer contactos úteis, porque “precisamos de amigos dentro do Mercado Comum”.²⁰⁷⁷

Ainda em Espanha, três meses depois da viagem de Martins, um artigo num jornal católico, assinado por Antonio Alferez, ridicularizava abertamente Portugal – “Portugal: una rabieta colonialista” (*uma birra colonialista*), elogiava os líderes africanos – “han sido los dirigentes de estos movimientos que con cierto éxito presentan batalla a Portugal” – e passava um (não menos ridículo) atestado de ingenuidade a Paulo VI e respetiva secretaria de estado: “En estas circunstancias es cuando el célebre «besamanos» vaticano ha tenido lugar. Pablo VI no se podía negar a recibir a tres cristianos que solicitaban audiencia; los tres dirigentes, desgraciadamente, han querido implicar después al Papa en la orquestación publicitaria que han levantado con motivo de la conferencia internacional de Roma.”²⁰⁷⁸

A SS não ignorava, por muito que custasse às diversas sensibilidades do regime português²⁰⁷⁹, o problema em relação ao qual a Espanha franquista tinha tomado decidida posição: combater politicamente a influência sino-soviética em África e o seu apoio aos movimentos independentistas.²⁰⁸⁰ Manejava, com inexecedível tacticismo, os mecanismos

Anexo 3 – jornal espanhol ABC: “Franco Nogueira: discurso antieuropeo y antiiberico en la asamblea nacional: «si entráramos en el mercado común seriamos colonizados por Europa», afirmo el ex Ministro de Asuntos Exteriores” – cabeçalho do jornal. Diz depois em letras mais pequenas que também não se mostrou partidário de “una alianza estrecha con España, el mismo día precisamente que un secretario de Estado portugués defendía la tesis contraria en Madrid”.

Anexo 4 – jornal espanhol “Nueva Dimensión”: “Franco Nogueira o la Europa lejana – opina que la «Ostpolitik» ha propinado un golpe al Mercado Común”.

²⁰⁷⁵ OLIVEIRA, Pedro Aires, *Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo*, PENÉLOPE, n°26, 2002.

²⁰⁷⁶ “Durante estes dois últimos anos, têm aparecido medidas profundamente salutares. O país está recetivo a reformas. [...] Não há mesmo neste país alternativas. Ou, se as há, é só esta: ou Marcello Caetano ou nada (extrema direita).” AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): n°1 (17/02/71).

²⁰⁷⁷ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): n°59 (02/11/71).

²⁰⁷⁸ AMC, cx.57, Correspondência/Vale, Carlos (advogado, jornalista): n°6 – anexo 1 (11/07/70).

²⁰⁷⁹ Ver, entre outros, SANTOS, Paula Borges, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975*, Lisboa, ICS, 2005, pp.55-99.

²⁰⁸⁰ No mesmo artigo evidencia-se o consenso público em Espanha sobre esse problema, numa altura em que, recorde-se, o governo espanhol estreitava laços com o Chile de Salvador Allende:

“*Reacción internacional* – No es la primera vez que se acusa de marxistas a los movimientos de liberación de Cabral, Dos Santos y Neto. Tanto Francia como Norteamérica tienen alianzas y bases militares en

diplomáticos ao seu dispor.²⁰⁸¹ Depois da revisão constitucional, a meio tempo entre a receção de Paulo VI e os acontecimentos da Capela do Rato, Baltazar Rebelo de Sousa relatava a MC um encontro com o bispo de Chelimane. “Fui procurado pelo senhor bispo de Chelimane que me foi fazer o relato da situação religiosa em Moçambique e da sua repercussão no Vaticano, de onde veio. [...] De tudo quanto disse e que se estendeu à visão do bispo quanto aos diversos aspetos da vida da Província, julgo de interesse comunicar a V.^a Excelência:

- a) A melhoria do ambiente na Santa Sé em relação aos nossos problemas africanos;
- b) A determinação que o Santo Padre lhe comunicou da obrigação para os religiosos de permanecerem na província; e
- c) A condenação expressa que fez da atitude dos Padres Brancos;²⁰⁸²
- d) A própria instrução da Santa Sé – essa no dizer de comunicado crítico do superior dos Padres Brancos – no sentido de não fazer coincidir a evangelização com a defesa da independência dos territórios, considerado problema político à margem da religião”.²⁰⁸³

Assim eram, naquele momento e para aquele interlocutor, os “desejos do papa”.

3.1.3.6.2.2. *(Im)possibilidade(s)*

As principais publicações críticas da revisão coincidiam no catolicismo conservador e, decorrente deste, em dois aspetos fundamentais: o *antimaquiavelismo* e o *antikantianismo*.

Portugal quien recibe armas de estos importantes aliados; en el Sur del continente, Lisboa cuenta además con dos poderosísimos «compañeros de aventura»: los gobiernos de Rhodesia y Africa del Sur. Lo cierto es que casi la totalidad del apoyo que reciben los nacionalistas procede de China y los países de Europa Oriental. «El Occidente debe impedir que los combatientes de la libertad crean que sólo el Este les puede ayudar», afirmaba días atrás el presidente de Zambia, Kenneth Kaunda.” Ibidem.

²⁰⁸¹ AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Rodrigues, D. António dos Reis, bispo de Madarsuma: n°2 (27/02/71). Manifesta o seu regozijo pela manutenção da situação de privilégio da Igreja Católica no “Decreto-lei que reorganiza o serviço de assistência religiosa nas Forças Armadas”

²⁰⁸² Em Maio de 1971 a Congregação dos Missionários de África (Padres Brancos) abandonou Moçambique como forma de protesto às autoridades portuguesas, por, alegadamente, estas impedirem a sua obra missionária. Recorde-se que, segundo vimos, enquanto MC foi ministro das Colónias opôs-se à sua ida para Moçambique, rejeitando o pedido de D. Sebastião de Resende, bispo da Beira.

²⁰⁸³ “e) O conflito havido entre ele, o bispo de Chelimane e o bispo de Nampula, que não terá encontrado ambiente favorável na Santa Sé, sendo-lhe reprovada a assinatura que apôs na carta dos padres da Beira acerca dos Padres Brancos;

- f) A intenção da Santa Sé de prover as Dioceses da Beira e de João Belo até ao final do ano;
- g) A permanência em Roma durante estas diligências e acertos do Núncio Apostólico em Lisboa.” AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Baltazar Leite Rebelo de: n°43 (02/10/71).

Para além do panfleto do monárquico Henrique Barrilaro Ruas (*O problema constitucional em 1971*)²⁰⁸⁴, tiveram grande repercussão, segundo os marcelistas, os trabalhos de Fernando Pacheco de Amorim – *Na hora da verdade*²⁰⁸⁵ –, Francisco Lucas Pires – *O problema da constituição*²⁰⁸⁶ – e Adriano Moreira – *Revisão constitucional*.²⁰⁸⁷

O primeiro destes três últimos constituiu o ataque mais direto e explícito. Classificou a política materializada na revisão constitucional como “política de abandono a prazo”, pois “a autonomia, o self-government colonial é o passo que lógica e historicamente antecede a independência política integral, a plena descolonização”. Naturalmente, para os integracionistas, “descolonização” era sempre sinónimo de “colonialismo” e “neocolonialismo”: “O Sr. Presidente do Conselho foi sempre adversário declarado da política de integração nacional e partidário esclarecido e particularmente fiel da doutrina colonial”.²⁰⁸⁸

A receptividade à obra de Ruas foi díspar. Enquanto Mário Soares citou abundantemente a obra de Pacheco Amorim²⁰⁸⁹, figuras católicas situadas à esquerda apoiavam (mais ou menos timidamente) o caminho marcelista.²⁰⁹⁰ Esse foi o caso de um conhecido conimbricense, o padre Urbano Duarte (1917-1980)²⁰⁹¹, que escreveu a MC, “em tom conselheiral”, após a leitura da “arremetida pública do libelo Na hora da verdade”: “qualquer absoluto na Terra não passa de ídolo! [...] Senhor Doutor, não consinta que a utopia de uns poucos cavaleiros medievais escureça (pela dor da injustiça) a política inteligente e objetiva a que os seus escritos e as afirmações de V. Ex.^a nos habituaram.”²⁰⁹²

²⁰⁸⁴ Ver RUAS, Henrique Barrilaro, *Os monárquicos e o Ultramar (à maneira de livro branco)*, Lisboa, Oficinas de São José, 1971.

²⁰⁸⁵ AMORIM, Fernando Pacheco de, *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*, Coimbra, edição de autor, 1971. Ver também, do mesmo autor, *Para onde vamos? O problema ultramarino*, Coimbra, 1964; *Portugal traído*, Madrid, 1975.

²⁰⁸⁶ PIRES, Francisco Lucas, *O problema da Constituição*, in *Boletim da Faculdade de Direito* (suplemento ao vol. XVII), Coimbra, 1970, pp.329-419. Dissertação para exame do curso complementar de Ciências Político-económicas (1968-69) da FDUC.

²⁰⁸⁷ MOREIRA, Adriano, *Revisão constitucional*, Lisboa, 1971. Trabalho destinado à colaboração habitual do autor nos jornais *Notícias da Beira* de Moçambique e *Prisma* de Angola.

²⁰⁸⁸ AMORIM, Fernando Pacheco de, *ob.cit.*, p.172.

²⁰⁸⁹ SOARES, Mário, *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, pp.687-688.

²⁰⁹⁰ Ver, entre outros, REVEZ, Jorge, *Os «vencidos do catolicismo»: militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2009.

²⁰⁹¹ Ver GAMBINI, Lígia Inês, *Urbano Duarte: igreja, apostolado de estudantes e jornalismo, do Estado Novo ao pós-25 de Abril*, prefácio de Luís Reis Torgal e Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Câmara Municipal, 2009; MARTINS, Mário, *Urbano Duarte: crónicas dos anos quentes 1971-1980*, Coimbra, edição de autor, 2014.

²⁰⁹² AMC, cx.25, Correspondência/Duarte, Urbano (padre, Da redacção e administração do “Correio de Coimbra”): nº1 (01/05/71).

O segundo texto, “o belo artigo” de Lucas Pires²⁰⁹³, sendo um trabalho eminentemente teórico sobre direito constitucional, cuja análise em profundidade não pode, por motivos óbvios, ter aqui lugar²⁰⁹⁴, antecipava a “desdoutinação” operada por MC.²⁰⁹⁵ Embora também recorresse a Del Vecchio,²⁰⁹⁶ autor que MC conheceu pessoalmente mais de trinta anos antes, para enquadrar a sua reflexão sobre a “crise do estado” e a “crise do direito”, denunciava uma perspectiva teleológica que o MC do início dos anos 30 talvez não tivesse enjeitado, mas que em 1970 de todo não partilhava.

“De acordo com uma «intenção axiológica» de liberdade – de liberdade entendida agora não de modo abstrato e formal, mas de modo real e concreto – hão-de ser consideradas constitucionais «ratione materiae» todas as normas que se destinem a definir e a garantir – também através dum específico modo de composição, organização e funcionamento dos órgãos supremos e de intervenção ativa destes no domínio da vida social – a liberdade do indivíduo e a do Estado, impensáveis uma sem a outra. Mas ao contrário das primitivas constituições liberais não se trata agora de um reconhecimento da liberdade mas da sua criação, pois, equivale à rendição ante o *status quo*, a cidadania outorgada a uma «liberdade» que é impotente para agir sobre o mundo e para se defender a si própria. Se se exige hoje tudo do Estado, porque não exigir-lhe, reconhecendo-lhe para isso uma liberdade, funcional embora, isto é, em vista de certos valores, que crie as condições da liberdade do homem contra as formas de opressão técnica do *Welfare State*. A liberdade não é, como para o idealismo de raiz kantiana, independente das condições do acesso a ela e, pela criação destas, deve o Estado ser considerado responsável. A Constituição tem de ser assim o instrumento de um novo Estado de Direito, mas de um Estado não-formal de Direito.”²⁰⁹⁷

Lucas Pires e Pacheco Amorim, entre outros autores críticos do governo de MC, coincidiram nas páginas de *Política*.²⁰⁹⁸ Que, juntamente com outras publicações, como a *Farpa*, liderada por Franco Nogueira, protagonizaram a “oposição” à direita de MC. Pinto Leite, que se destacou no combate a esses setores políticos, chamou a atenção de MC, após

²⁰⁹³ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²⁰⁹⁴ Ver, entre outros, CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador. Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.

²⁰⁹⁵ No mesmo sentido, a Seara Nova de Janeiro de 1971 também publicou um artigo com alguma repercussão. *Ibidem*.

²⁰⁹⁶ PIRES, Francisco Lucas, *O problema da Constituição*, in *Boletim da Faculdade de Direito*, p.329.

²⁰⁹⁷ *Idem*, pp.417-418.

²⁰⁹⁸ Ver SANTOS, Luís Aguiar, *Um teste aos conceitos de nomocracia e teleocracia: o jornal Política perante a «primavera marcelista» (1969-1970)*, in *Análise Social*, Vol. XXXIII (149), 1998 (5º), pp.1093-1115.

uma visita à Censura²⁰⁹⁹, para os financiamentos dessas publicações: “seria também interessante indagar donde virão os fundos que em última análise subsidiam o jornal *A Política*...”²¹⁰⁰

A indissociabilidade entre a liberdade individual e a liberdade do estado, aparentemente maquiavélica, radicava, na realidade, no discurso do antecessor de MC; era, se se quiser, um elemento decorativo, não um elemento estrutural. A distinção teórica operada por Friedrich A. von Hayek e Michael J. Oakeshott (1901-1990)²¹⁰¹ entre os conceitos de “nomocratic (law-governed)” e “teleocratic (purpose-governed)”, segundo o primeiro, ou entre “societas” e “universitas”, segundo Oakeshott, afigura-se oportuna. O sentido da revisão operada por MC, de acordo com a tendência progressivamente manifestada na sua obra jurídica, vai ao encontro do primeiro conceito, “nomocrático” ou de “associação civil”. Mais do que um novo “reajustamento” político na tentativa de encontrar um novo “equilíbrio”,²¹⁰² tratava-se da dolorosíssima abertura a novas possibilidades. Precisamente um dos aspetos duramente censurados por Adriano Moreira, ao criticar essa “espécie de paixão pela outra coisa”, o “abuso semântico que torna equívocos os sentidos e arrumos ideológicos”, a “polivalência recetiva a todas as soluções, conforme os conselhos do oportunismo”²¹⁰³.

Este constitui, sem dúvida, o texto mais significativo. Moreira, tal como MC, somava à autoridade intelectual e académica a autoridade política, pela experiência governativa ultramarina. O texto começa e termina com uma das palavras mais caras ao seu discurso: “autenticidade”. Que, juntamente com “ambiguidade” e “oportunismo”, constituem o eixo de um artigo que prima, desde logo, pela riqueza estilística; a lembrar, especialmente nas figuras de repetição, padre António Vieira.²¹⁰⁴

Em face do “atrevimento” de MC, começou por sugerir que o presidente da República fizesse uso das suas prerrogativas: a “arbitragem institucionalizou-se nas forças armadas, dependentes do Chefe do Estado. Foi uma atitude básica na origem da constituição vigente. Herdada do poder moderador anterior. [...] A Chefia do Estado é por isso uma arbitragem

²⁰⁹⁹ “Na própria Censura, onde também estive, ouvi coisas edificantes: «Que quem tinha aguentado o Dr. Salazar tinha sido a PIDE e a Censura.» Que isto «estava a descambar», etc., etc., etc.. Eu já os conheço, já sei onde eles se acoitam, donde eles desferem os seus ataques, contra a sua pessoa, contra a sua política. Não creio que os consiga algum dia contentar, pois é gente que raciocina de cabeça para baixo, e que não oferece a mínima garantia de fidelidade a uma política que visa o bem comum e não a manutenção de privilégios, seja eles de que ordem forem.” ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, pp.212-213.

²¹⁰⁰ Ibidem.

²¹⁰¹ HAYEK, Friedrich von, *The principles of a liberal social order*, in *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, London, Routledge, 1967, pp.162-163; OAKESHOTT, Michael, *On the civil condition*, in *On Human Conduct*, Oxford, Clarendon Press, 1975, pp.108-184.

²¹⁰² SANTOS, Luís Aguiar, *ob.cit*, pp.1093 e 1115.

²¹⁰³ MOREIRA, Adriano, *Revisão constitucional*, p.5.

²¹⁰⁴ As mais frequentes são: clímax, epanadiplose, epânodo, epanalepse e epífora.

indispensável para evitar o abuso, e também para reconhecer que a mensagem do governo está esgotada. E para tirar daí as consequências que mais ninguém, licitamente, tem meios de impor.” Propôs também que as FA fossem representadas no Conselho de Estado.²¹⁰⁵ Um quase regresso à ditadura militar.

Recordando a máxima atribuída a Talleyrand, que recomenda textos constitucionais escritos “de modo que neles coubesse tudo aquilo que ocasionalmente conviesse ao poder”, Moreira divergia de MC na rejeição de Spengler. Na referida conferência de 1960 em Pedrouços, no IAEM, reeditada no início de 1970, MC perfilhou as teses de Toynbee, que passara por ali poucos meses antes, em especial na crítica do *decadentismo spengleriano* e do *fatalismo queirosiano*, segundo a versão portuguesa.²¹⁰⁶ Moreira, por sua vez, não resistiu ao discurso “catastrofista”.

“Deixando a arbitragem aos factos. Para que os factos não o derrubem do poder. E as normas, complacentes, cobrindo todas as alternativas. [...] Tudo dependente do oportunismo que caracteriza a herança maquiavélica ocidental. Os filiados nesta corrente, não são recordados como modelos de autenticidade. Foram antes modelos de políticos que se desgostam se não morrem no comando. Mas isto é um gosto pessoal que não tem relações necessárias com o interesse público. Acontece que, por obscuras razões, um maquiavélico pode crescer enquanto a Nação diminui. Quanto mais país deita fora, mais avulta. No fim, fica-se com a recordação de um grande homem e as cicatrizes das muitas amputações. [...] O

²¹⁰⁵ “Não deve esperar-se que os municípios, as províncias, as universidades, as igrejas, aclamem sempre as decisões governamentais. O governo triunfalista não é a regra dos tempos que correm. A arbitragem, acima e fora das contingências dos governos, inteiramente e só comprometida com o desígnio nacional, é indispensável. Institucionalizada nas forças armadas. Com voz no Chefe do Estado. Por isso, tão ligada aos valores essenciais, que não parece poder estar ao alcance da revisão. Que não poderá ser substituída por modelo decalcado, por exemplo, no federalismo americano vigente, ou no frustrado modelo francês. No todo, ou em parte. Na forma, ou na inspiração. Na essência, ou nos reflexos verbais. Não pode adotar-se a coisa, nem o caminho para lá. Poderia mesmo aperfeiçoar-se a legislação vigente. Isso, sim, que é tarefa de revisão. Seria, por exemplo, coerente que as forças armadas estivessem institucionalmente representadas no Conselho de Estado tal como se passa com a magistratura.” MOREIRA, Adriano, *ob.cit.*, pp.6-8.

²¹⁰⁶ “Um discípulo de Spengler será também levado a predizer o futuro. O próprio Spengler anunciou, na sua obra célebre, *A Decadência do Ocidente*, isto é, da cultura que surgiu e floresceu na Europa Ocidental. [...] Estaremos agora – sempre de acordo com as suas previsões – em vésperas da formação de um cesarismo, cuja política de violência se desenvolverá contra o dinheiro. As formas políticas tomarão um carácter cada vez mais primitivo. As nações darão lugar a uma informe massa humana reunida num império cada vez mais despótico. E em seguida a essa fase, Spengler prevê, para o ano 2000, o soçobramento final do Ocidente [...].

Ora o mérito de Toynbee consistiu em mostrar que toda esta construção spengleriana foi fruto de mera imaginação literária apoiada na colheita de dados insuficientes da história das civilizações. Toynbee mostrou que, na realidade, a história é o produto da vontade humana, na medida em que os homens têm sido capazes de superar os obstáculos que a sua marcha encontra no universo. Em face de cada nova dificuldade suscitada pelo meio físico ou levantada por outros homens, um grupo humano pode tomar uma de duas atitudes: parar, não tentar vencer o obstáculo, submeter-se, e é a morte; ou então lutar, encontrar as novas soluções que permitam destruir ou torner a dificuldade, e é a vitória e a sobrevivência. O problema estará, pois, sempre, para uma civilização, como para uma nação, em encontrar a *resposta* adequada a cada novo *desafio* que lhe é lançado pelo meio físico, por outras civilizações ou por grupos humanos rivais.” CAETANO, Marcello, *Ensaio pouco políticos*, pp.46-47.

Ocidente está a morrer por falta de autenticidade. A herança maquiavélica não serviu aos povos. [...] Por isso é de repudiar toda a ambiguidade constitucional. [...]

Um povo necessita de um desígnio. Pode estar, ou não declarado na Constituição. [...] O projeto de um governo deve subordinar-se ao desígnio nacional. [...] E o desígnio, ou se aceita ou se rejeita. As palavras servem para isso. A omissão, por seu lado, também tem significado. O desígnio nacional não precisa de estar inscrito na Constituição. Mas é um lugar excelente para estar inscrito. E se está, e se a Nação está em guerra pelo desígnio, será prudente eliminar os textos? Sem aviso? O Título VII da Constituição portuguesa define, em palavras breves e solenes de abertura, uma missão nacional. [...] Não precisaria de estar ali programada. Mas está. Elimina-se. Em guerra. Sem explicação. [...] Trata-se da credibilidade de um povo. Da sua maneira de estar no mundo. Da sua maneira de se defender. Do anúncio que faz aos outros povos. [...] Afirmar que os futuros serão apenas semânticos, é demasiado afoito. E ambíguo. Ora, o Ocidente anda a morrer por falta de autenticidade. E a ambiguidade é um primeiro sintoma de doença.”²¹⁰⁷

Moreira desferiu inteligentemente a sua crítica na maior fragilidade de MC. Ou seja, a colagem ao discurso integracionista, do qual se fez refém pensando que isso ainda protegeria o seu *modus operandi*: atuar nas estruturas sem que ninguém, à superfície, desse por isso. Esperando também dessa forma que ninguém o contrariasse pública e frontalmente. Daí a insistência de Moreira, numa linha de continuidade com o antigo presidente do Conselho: “Nada substitui não lhe tocar. O corte facilitará sempre dúvidas. Abonará sempre outro significado. E portanto o equívoco. [...] Se as palavras novas não são uma nova política, são apenas uma crisma. Do nosso velho pluralismo. Da nossa política de autonomia, irreversível e crescente. Da descentralização e desconcentração necessárias. Do reconhecimento antigo de que a unidade se fortalece com os direitos da diversidade. Tudo coisas que se desenvolviam sem equívocos. Equívocos que nascem da crisma. Por causa da crisma. Se é de crisma que se trata.”²¹⁰⁸

O imobilismo integracionista, expectante e dependente da mobilidade do “outro”, que no caso seria quase o mundo inteiro, acertava, como um relógio parado, num aspeto: “tocar” significa sempre acrescentar incerteza, equívoca e ambigualmente interpretável. Por isso o mesmo autor que em 1955/56 transmitiu a “total indiferença e desinteresse” dos goeses pelo Estatuto de Estado, considerado “um passo medroso e absolutamente insatisfatório”, erguia-se em defesa do projeto marcelista, contra determinados ataques integracionistas. Mas fazia-o,

²¹⁰⁷ MOREIRA, Adriano, *Revisão constitucional*, pp.8-11.

²¹⁰⁸ Idem, pp.10-11.

também ele, no sentido integracionista: “E vai-se ao ponto de chamar “apoucada Nação” à que resultará da revisão constitucional, quando se está em guerra e importa cerrar fileiras perante o inimigo que nos move uma luta sem quartel! “Apoucada Nação” uma nação em guerra, cujos filhos dão a sua vida nas frentes de combate e cujo Governo trava diariamente, interna e externamente, árdua e dura batalha, inclusivamente quando propõe a revisão constitucional! [...] Portugal é e será sempre uma grande nação, e, para tanto, todos não somos de mais! Os laços eternos que unem todos os portugueses da Europa, da África, da Ásia [...] e da Oceânia, nada os poderá desatar ou sequer apoucar!”²¹⁰⁹

Os argumentos utilizados apenas diferiam na qualidade do estilo em relação ao texto de Adriano Moreira. Não podendo dar-se ao luxo de regatear apoios, era MC quem se “apoucava” por não conseguir desatar-se do “laço” integracionista. Os paradoxos acumulavam-se. O advogado Acácio Gouveia, membro do Diretório da ADS, apesar de reafirmar a sua oposição ao regime, confessava o seguinte a MC: “Sempre preconizámos o reconhecimento do regime republicano, como condição da paz cívica, e V.Ex.^a no seu já acima referido discurso proferido no Porto em 21 de Maio de 1969 proclamou, com a autoridade do seu cargo, que hoje já se não põe a questão do regime. Definimos, há muito, a nossa posição em relação ao Ultramar e V.Ex.^a, no seu projeto de revisão constitucional, aproximou-se dos pontos de vista por nós defendidos então, e tomados por muitos à conta de heresia.”²¹¹⁰

²¹⁰⁹ “Gratuitamente, também, afirma-se que a disposição do artigo 71 da Constituição perde toda a sua “categoricidade” perante o artigo 135, segundo a redacção proposta pela revisão constitucional, como se isso fosse possível, e fala-se dos órgãos electivos de governo próprio, como se já não houvesse no Ultramar conselhos legislativos cujos membros são todos eleitos à excepção de dois e como não se tivesse vindo sempre a caminhar, através das sucessivas reformas, no sentido duma maior representatividade e como se isso transcendesse a noção de descentralização e autonomia. [...]”

Não é o artigo 71º que pode perder “categoricidade” mas, pelo contrário, é a interpretação de todos os outros preceitos que se tem de subordinar ao comando principal contido em tal dispositivo, reforçado, aliás, pela proposta pela revisão constitucional para o artigo 4º, ao acentuar-se que a “soberania é una e indivisível”.” AMC, cx.56, Correspondência/Tavares, Álvaro Rodrigues Silva (procurador-geral do Estado da Índia; governador da Guiné; governador-geral de Angola; subsecretário de Estado do Ultramar; presidente do Supremo Tribunal Administrativo): nº6 – anexo I (06/07/71).

²¹¹⁰ AMC, cx.28, Correspondência/Gouveia, Acácio Augusto Cardoso de (advogado; político oposicionista da Acção Democrato-Social): nº1 (14/04/71). Confessava também que os membros da ADS estavam “dispostos a suportar sacrifícios para que Portugal não atraia os seus filhos que lutam no Ultramar; têm a consciência do que representa, para o País, bater-se em tantas frentes militares, económicas e diplomáticas; fazem, pela sua acção individual, prova de que não tentam a desmoralização ou a anarquia, e que desejam a ordem e a paz social, recusando-se a embarcar em aventuras.”

Pretendia também o reconhecimento político por parte de MC. Este, perante a “fragilidade” da oposição, respondeu com acidez: “Ignorava que a Acção Democrato-Social fosse coisa diversa de um grupo de amigos que piedosamente pretendia dar ao falecido Eng.º Cunha Leal a sensação de desempenhar um papel político na cena portuguesa e de uma chefia que lhe era cara. Nunca dei por ela como realidade existente no País. E quanto ao seu êxito nas eleições parece-me precário, porque o inquérito realizado quanto à origem das abstenções mostrou que estas eram sobretudo devidas às deficiências do recenseamento onde figurava grande número de mortos, de pessoas ausentes e até de duplicações de nomes.” Nº2 (19/04/71).

O propósito de levar a sério as instituições corporativas de carácter consultivo, como a CC e o Conselho Ultramarino (CU), materializou-se na tentativa da sua reconversão ideológica. MC pretendeu, discretamente, reduzir os elementos integracionistas. O problema residia no fato de boa parte desses elementos serem militares. Foi o caso de Silvino Silvério Marques, que andava a pedir um cargo numa empresa do estado desde o início de 1973, para se “equilibrar financeiramente”.²¹¹¹ Os “mal entendidos” que rodearam a não recondução de Silvério Marques como vogal e vice-presidente do CU revelam, para além dos medos recíprocos, a dificuldade da reconversão. Este, que até aí não parecia atribuir grande importância ao CU, tanto que pretendia “não aceitar o cargo”, sentiu-se “desconsiderado injustamente”. O problema de fundo residia na inconciliável visão quanto ao ultramar.

“Honrou-me o Senhor Presidente, dizendo-me, uma vez, que embora pensando diferentemente acerca do ultramar, tanto o Senhor Presidente como eu visávamos o serviço (e não o desserviço) do País. E, generosamente, acrescentou: qual terá razão? E, de outra vez, concedendo que eu era integracionista 100% (sou-o dentro de fórmula especial) e que Vossa Excelência o não era tanto. Pois sempre pensei que este tipo de discordância ou divergência era utilíssima num órgão de consulta como o Conselho Ultramarino. [...] Tanto o Senhor Ministro do Ultramar como o Governo (o lugar que ocupei é de nomeação do Conselho de Ministros) conheciam o meu pensamento. Eu não mudei.”²¹¹²

Mudaria apenas de lugar. Em Agosto de 1973 viu a sua pretensão atendida: nomeado administrador por parte do estado no BNU.²¹¹³

3.1.3.6.2.3. *Apego ao poder*

Voltaire considerou que “o tempo, a ocasião, a ambição de uns e a fraqueza de outros tudo fizeram e farão neste mundo. A essa anarquia ajuntou-se a opinião e a opinião é a rainha dos homens. Não que na realidade tenham uma opinião bem determinada, mas palavras fazem-lhes as vezes.”²¹¹⁴ Ainda que se tome por uma irónica hipérbole, tipicamente

²¹¹¹ AMC, cx.35, Correspondência/Marques, Silvino Silvério (general): nº3 – anexo 1 (08/04/73).

²¹¹² Idem: nº4 (09/04/73).

²¹¹³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, acta nº51 (02-03-06/08/73), fl.4.

²¹¹⁴ VOLTAIRE, *Dicionário filosófico*, II Vol., Lisboa, Editorial Presença, 1966, p.195.

voltairiana, a conjugação daqueles elementos numa mesma proposição não perdeu acuidade. A relação política entre MC e Spínola também reclama semelhante enquadramento.

Referindo-se à putativa transferência de poder para Spínola no Carmo, no dia 25 de Abril de 1974, Adriano Moreira chamou atenção para a ausência de fundamento jurídico da decisão de MC, exponenciada pelo fato de este ser um “finíssimo jurista”. Quer dizer, para Moreira foi uma “decisão errada” porque se “esqueceram” de Américo Thomaz. MC deveria, ainda segundo Moreira, ter pedido ao presidente da República para “tomar o assunto em mãos”.²¹¹⁵ A observação é assaz pertinente. Pelo que, também neste ponto não se deverá ignorar a nietzschiana “vontade de poder”.²¹¹⁶

De Agosto de 1972 a Abril de 1974, verificou-se uma permanente repetição de equívocos, contradições e reprimendas. A vontade “impotente”, traduzida em hesitação, enlaçou-os num jogo de expectativa negativa. MC foi avisado desde cedo por quem conhecia bem a Guiné²¹¹⁷: “Sinceramente desejo que não se repita na Guiné o caso de Goa.”²¹¹⁸ Precisamente o que MC admitiu aceitar perante Spínola. Posição, aliás, compreendida pelos setores norte-americanos mais “amigos” do regime.²¹¹⁹ Este tinha um modelo, conforme H.

²¹¹⁵ Entrevista a Adriano Moreira: Julho de 2012. MC disse no exílio, para Veríssimo Serrão, que tentara contactar, em vão, o presidente da República. Este, por sua vez, teria passado o dia no Forte de Caxias, sem o conhecimento de MC. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, Lisboa, Verbo, 1984, pp.246-247.

Adriano Moreira, na entrevista citada, pareceu não acreditar na versão de MC: “Isso foi o que ele disse!”

²¹¹⁶ Não subscrevemos, em absoluto, o “antimoralismo” “nihilista” de Nietzsche, muito menos a concepção de que os desejos de “liberdade”, “libertação”, “justiça”, “elogio” ou “gratidão” constituem, em si mesmos, meras “formas disfarçadas de vontade de poder”. A eventualidade não faz a regra. Não obstante, seria um erro rejeitar integralmente o exame “psicológico” (ou psicótico) nietzschiano da “vontade de poder”:

“Uma multidão fará coisas que um indivíduo não faria por causa da divisão de responsabilidade, do comando e da execução; porque as virtudes de obediência, dever, patriotismo e sentimento local são todas introduzidas; [...] Vós não tendes, quem quer que sejais, a coragem quer para matar quer para açoitar um homem. Mas a tremenda mania do Estado subjuga o indivíduo e fá-lo declinar ser responsável pelos seus atos (obediência, lealdade, etc.). [...] O homem tem um desejo terrível e fundamental; deseja poder [...].

A incapacidade de poder – a sua hipocrisia e astúcia: como obediência, subordinação, orgulho de dever e moralidade, submissão, devoção, amor (a idolatração e apoteose do comandante é um género de compensação, e autoaperfeiçoamento indireto). [...] Há uma necessidade universal de exercer algum tipo de poder, ou de criar para nós próprios a aparência de algum poder, mesmo que temporariamente, sob a forma de intoxicação. Há homens que desejam poder simplesmente pela felicidade que ele trará; estes pertencem principalmente a partidos políticos. Outros homens têm o mesmo anseio, mesmo quando o poder significa desvantagens notórias, o sacrifício da sua felicidade e bem-estar; são os ambiciosos. Outros homens, ainda, são apenas como os cães numa manjedoura, e terão o poder apenas para impedir que caia nas mãos de outros de quem ficariam dependentes.” NIETZSCHE, Friedrich, *A vontade de poder: para uma transmutação de todos os valores*, Alfanje, Lisboa, 2012, pp.358-360. Capítulo III, *A vontade de poder na sociedade e no indivíduo*, do III Tomo, pp.358-425.

²¹¹⁷ FELGAS, Hélio, *Guerra na Guiné*, Serviço de Publicações do EME, SPEME, Lisboa, 1967.

²¹¹⁸ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): n°17 (19/12/70).

²¹¹⁹ “Aproveitei o fato de me encontrar nos Estados Unidos para “refrescar” os meus conhecimentos em Washington. As opiniões, pelo menos as dos nossos Amigos, com relação a Portugal conservam-se idênticas àquelas que apurei em 1971, aquando da Conferência sobre o Índico. Continuam a distinguir a Guiné das

Felgas transmitiu a MC aquando do discurso de apresentação da proposta de revisão constitucional: “Compreendo perfeitamente o tato que V. Excelência tem de usar para poder levar a cabo a política que convém a Portugal. De Gaulle também teve de usar tato idêntico. Não vai ser fácil. Até indivíduos que foram governadores ultramarinos, eu tenho visto advogarem a integração e a centralização administrativas! Admira-me como conseguiram realmente governar e administrar. Nem ao menos se lembram do que nos sucedeu ao longo do século XIX. E estão longe de compreenderem as realidades atuais.”²¹²⁰

MC não se preocupou em desfazer o equívoco. Não queria ser De Gaulle, embora admirasse o general.²¹²¹ Esse papel parecia talhado para Spínola, para quem a Guiné era como a Argélia, mas para melhor, sem *pieds noirs*. No entanto, as estrelas insistiam em não se alinhar. Equacionado desde meados de 1970 para a PdR, quando Pinto Leite foi à Guiné²¹²², “recusou” em Junho de 1972 a sugestão de Sá Carneiro.²¹²³ Em Julho de 1971 vibrou com a proposta de revisão constitucional, assegurando “total identificação”, por se enquadrar na “única linha de soluções possíveis para os problemas nacionais”. Numa altura em que já se evidenciava, aos olhos de muitos, o “fracasso” da estratégia spinolista de “contraguerrilha”,²¹²⁴ por oposição à bem sucedida ação psicossocial, mediaticamente explorada.²¹²⁵ Único campo, aliás, em que Spínola claramente desafiava ou mesmo desautorizava MC. No mais colou-se ao presidente do Conselho – o discurso spinolista é uma eloquente ausência de originalidade.²¹²⁶

restantes províncias portuguesas de África.” AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, José Gago de (visconde de Botelho; procurador à C.C.): nº27 – anexo 2 (18/09/73). Conferência da NATO em Norfolk.

²¹²⁰ AMC, cx.26, Correspondência/Felgas, Hélio Augusto Esteves (militar de carreira; governador do Distrito do Congo, em Angola; cumpriu comissões de serviço na Guiné): nº16 (03/12/70).

²¹²¹ “Tinha admiração pelo general e pelo seu sistema presidencialista. É algo que comenta favoravelmente. Tinha admiração pelo general. Depois conheceu o Pompidou e não sei se já o Giscard ainda... Mas o Pompidou sim, até ao encontro dos Açores em que ele está. [MC] tinha um enorme interesse pela cultura francesa. Ele seguia com muita atenção e gostava do país França. Mas do sistema parlamentar francês anterior ao De Gaulle, que foi importado para cá depois do 25 de Abril, considerava que era um desastre para qualquer país.” Entrevista a Miguel Caetano: Abril de 2012.

²¹²² LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano...*, p.204.

²¹²³ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, I Vol., pp.153-154.

²¹²⁴ LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano...*, p.206.

²¹²⁵ Um dos mais leais marcelistas dizia-lhe em Junho de 1972: “Ora o general António de Spínola é uma figura que se tornou alvo de real popularidade. Haverá quem o deteste (é o preço por que se paga ter personalidade...) e quem critique vivamente a sua acção. [...] Viu com inteligência caminhos para procurar resolver com eficácia e actualidade os problemas da Guiné.” AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº70 (08/06/72).

²¹²⁶ SPÍNOLA, António de, *Por uma Guiné Melhor*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1970; *Linha de Ação*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1971; *No Caminho do Futuro*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1972; *Por uma Portugalidade Renovada*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1973; *Portugal e o Futuro*, Prefácio, Lisboa, 2003. (1ª edição: Ática/Livraria Bertrand, Lisboa, 1974).

As repreensões de MC à estratégia de comunicação de Spínola foram uma constante.²¹²⁷ Em Outubro de 1972, voltou a explicar-lhe, de forma muito pedagógica, o motivo da recusa de negociações e voltou a pedir-lhe moderação nos contatos com a imprensa: “Permito-me, por isso, renovar as minhas recomendações de extrema prudência não só nos atos como nas palavras. O último discurso de V.^a Ex.^a proferido no Conselho Legislativo prestou-se a comentários, por parte do República (órgão da Internacional Socialista) que decerto V.^a Ex.^a não apreciou. Estamos numa altura em que todo o cuidado é pouco para singrar nas águas turvas e revoltas da política internacional. O comando da Nação tem de ser um só: não apenas para fixação dos objetivos e definição da estratégia global, como para os próprios movimentos táticos.”²¹²⁸

No final de Fevereiro de 1973, quando Spínola começou a projetar no governo o “desfasamento de ritmo” que ele próprio sofria na Guiné²¹²⁹, resultado da hábil diplomacia e da escalada do armamento por parte do PAIGC, MC procurou recuperar com excepcional deferência o “estado de espírito” do general. O qual se tornara público não ser “dos melhores”. No entanto fê-lo para mais uma vez o repreender pela proposta de um estatuto para a província da Guiné com disposições contrárias à Lei Orgânica do Ultramar e, sobretudo, por mais uma entrevista a um jornal sem o seu prévio conhecimento.²¹³⁰ O mais interessante reside numa frase riscada por MC nas provas da carta: “Já mais de uma vez, aliás, tive ensejo de dizer a V.^a Ex.^a que não procurei este cargo, não me candidatei a ele, não lutei para o obter – aceitei-o porque entendi em consciência não poder furtar-me a cumprir uma grave obrigação, em momento difícil, para com o meu País. ~~Não tenho apego ao lugar.~~ Mas enquanto nele estiver investido, [...] não posso deixar de reivindicar o direito de pedir aos

²¹²⁷ ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, I Vol., pp.154-158.

²¹²⁸ O início do documento diz o seguinte: “Por ocasião da nossa última conversa em Lisboa falámos da especulação que certa imprensa está sempre pronta a fazer no sentido de minar o moral da Nação e preconizar o entreguismo, e das intenções do Amílcar Cabral. O que se tem passado nos últimos dias nas Nações Unidas creio que terá dissipado as últimas dúvidas sobre o desígnio que Amílcar Cabral mantém de exigir de Portugal negociações de igual para igual ou, melhor, procurando estar em posição jurídica e política de superioridade, por virtude do reconhecimento, do apoio e até do mandato da ONU. A esta luz é mais que suspeito o incidente de Pirada que parece fruto de um conluio com o PAIGC para forçar a mão ao Presidente Senghor e desencadear uma discussão no Conselho de Segurança rematada por moção que já sabemos como será.” AMC, cx.55, Correspondência/Spínola, António Sebastião Ribeiro de: nº30 (23/10/72).

²¹²⁹ BARBOSA, Márcio, *The Counter-spinolism of Amílcar Cabral and the PAIGC: the Weapon of Propaganda*. Atas da International Conference “War and propaganda in the XX Century – 11/12 Novembro de 2013, FCSH da UNL.

²¹³⁰ “Mais de uma vez, mas sobretudo numa conversa que tivemos em minha casa, expliquei a V.^a Ex.^a a orientação a seguir pelos meus colaboradores nas relações com os meios de comunicação. Há um responsável pela definição e sequência da política interna, internacional e ultramarina: é o chefe do Governo. Aqueles que com ele colaboram, em lugares de Governo cujo exercício implica a sua confiança, têm de procurar, em declarações públicas, conformar-se com a orientação daquele com quem colaboram. Às vezes, nem é questão da doutrina expandida: mas da oportunidade de a proclamar, das circunstâncias, ocasiões e lugares em que se proclama.”

meus colaboradores que particularmente me aconselhem com toda a franqueza e liberdade, mas publicamente me acompanhem segundo as orientações que o governo adotar.”²¹³¹

Desta vez, e ao que tudo indica sem conselho, voltou a riscar uma expressão fundamental. Ou porque não fosse totalmente sincera ou porque temesse a ambição do seu general. Aproveitou então para lhe explicar que o governo não lhe havia encomendado uma solução para a Guiné: “O caso da Guiné tem as suas particularidades. Mas insere-se hoje num problema global do País, não pode ser olhado independentemente do conjunto do ultramar português e não pode haver uma política para a Guiné, desgarrada ou diferente da seguida ou projetada para todo o Ultramar. Às vezes o que seria certíssimo para uma parcela não pode fazer-se nela, ou pelo menos tem de adiar-se, porque poria em causa a estratégia global.”

Mais relevante do que a *teoria do dominó*, MC dizia a Spínola que afinal talvez ele não estivesse destinado a ser o almejado herói. Pelo menos enquanto MC estivesse na PCM. Na (longa) resposta, exatamente um ano antes da Revolta das Caldas, o general lembrava que era o “chefe militar a quem compete defender a integridade da Nação e simultaneamente salvaguardar o prestígio das suas FA, ainda abalado pelo triste desfecho do problema da Índia. De formação estruturalmente militar nunca desejei, nem ocupei, ao longo de toda a minha vida, cargos políticos”.

A deterioração da situação exponenciava a desconfiança e as frustrações²¹³²: “Afirmou-me Vossa Excelência que tendo os africanos optado pela intolerância face à presença do branco, qualquer solução política corresponderia a apressar a nossa saída da África, de onde é legítimo concluir-se que apenas nos resta impor a hegemonia pela força das armas; ouvi também a Vossa Excelência a opinião de que mais facilmente aceitaria uma derrota militar na Guiné do que uma solução política que implicasse quaisquer concessões; [...]. Daqui as apreensões que me assaltaram face à hipótese de uma regressão a conceitos que julgava totalmente arredados do espírito de Vossa Excelência.”²¹³³

Spínola voltou a lembrar a opinião pessoal de que “ainda poderíamos permanecer na Índia” se outra tivesse sido a “visão das realidades”. Mas era precisamente neste ponto que o general apresentaria, aos olhos de MC, profundas limitações ou uma certa obstinação. Os dois

²¹³¹ AMC, cx.55, Correspondência/Spínola, António Sebastião Ribeiro de: n°35 (26/02/73).

²¹³² Idem: n°37 (16/03/73). “Até determinada altura, nunca senti qualquer hesitação da parte do Governo Central no apoio às medidas por mim tomadas, medidas que, afinal, não eram mais do que a concretização daquele pensamento. Todavia, a partir do período que antecedeu as últimas eleições presidenciais, foi criado um clima de desconfiança em volta da minha pessoa, em que se chegou ao despalante de pôr em dúvida o meu patriotismo.”

²¹³³ Ibidem. Carta de Spínola para MC. Sublinhados à mão de MC.

documentos apresentados por Spínola em Novembro de 1970 e em Maio de 1972²¹³⁴, donde viria a resultar *Portugal e o Futuro*, representavam, para MC, um anacronismo impraticável.

“O que eu penso não é que “qualquer solução política corresponderia a apressar a nossa saída de África”. Na verdade, julgo bem claro que me tenho esforçado por encontrar soluções políticas para o nosso problema ultramarino. A “solução política” em que não acredito é a das negociações com o inimigo. Este está apostado em expulsar os brancos de África. E o que eu lhe disse (mas vejo que não me exprimi bem) é que o encontro por V.^a Ex.^a sugerido com Amílcar Cabral abriria um precedente difícil de não ser seguido nas outras províncias; [...]. E era quanto a esse precedente que eu dizia preferir perder a Guiné por derrota militar, mas combatendo pelo nosso direito, do que entrega-la em negociação mais ou menos feliz. [...] O “cessar-fogo” em si mesmo não é nada: mas pode acarretar tudo. Não basta, pois, admitir a hipótese de “cessar-fogo”: tem de se ver porquê e para quê. [...] Nesta conversa não houve “regressão” a conceitos que V.^a Ex.^a julgava totalmente “arredados do meu espírito”. [...]

Se vamos desembocar, ou não, num Estado federal, o futuro o dirá. O federalismo julguei eu, em 1961, que seria uma solução aceitável pela opinião internacional. Hoje sei que o não é. E a experiência francesa, e mesmo a britânica, mostram, de facto, ter sido apenas um estádio para a independência. Mas no estado em que se encontram as coisas na África austral, a questão já se não põe em termos de dependência ou independência, de unidade ou federação: põe-se em termos de – pretos ou brancos –, quer se fale em “governo da maioria”, quer em “regimes racistas”. E é na África austral que se joga verdadeiramente o nosso destino ultramarino. Se fosse só a Guiné, tudo seria para nós muito mais fácil.”²¹³⁵

²¹³⁴ “Propunha no primeiro – em resposta, aliás, a uma pergunta direta de Vossa Excelência – uma solução política de tipo federativo em clima de gradual transformação de estruturas, fundada na vontade nacional; expus em segundo documento, o meu pensamento acerca do aproveitamento da porta que então nos foi aberta pelo Presidente Senghor para um cessar-fogo na Guiné.” Ibidem.

²¹³⁵ Idem: nº38 (21/03/73). Na citada conferência em Pedrouços, MC havia exposto o problema nesses termos: “O Congo Belga serve-nos de exemplo para mostrar que o problema mais grave ao sul do Equador não é o da independência: é o da situação em que num Estado governado por nativos ficarão os colonos europeus. Admitir a independência prematura de territórios sem populações evoluídas, sem unidade étnica, social ou política, sem estrutura económica definida. É entregar os elementos europeus e os nativos pró-europeus que lá vivem a uma sorte incertíssima, tão provável é que a primeira reacção dos nativos dominantes seja a de expandir sentimentos primitivos e ressentimentos recalcados, dando largas à sua bárbara sede de afirmação de poderio e de domínio. [...] É diferente a política seguida pela União Sul-Africana. Aí pensa-se que os indígenas devem seguir a sua própria evolução, integrados nos seus quadros sociais peculiares, sem mistura com a população branca. [...] A meio caminho está a política atualmente seguida pela Federação da África Central, dominada pela Rodésia do Sul, onde prepondera uma considerável, rica e influente população de colonos britânicos. Aqui renunciou-se à segregação racial, mas também não se preconiza a fusão. [...] De qualquer maneira, salvo pelo que respeita à União da África do Sul, que constitui um Estado com razoável população branca e dispo de apreciável poderio económico e militar, será muito difícil aos núcleos de origem europeia da África Meridional subsistirem sem o apoio firme das potências a que na Europa estejam ligados pelos laços étnicos. Ora a subsistência dos

O grande intérprete do lema marcelista passou então a ironizá-lo, recorrendo à palavra preferida de Moreira: “Temos de reconhecer, Senhor Presidente, que não me tem sido fácil manter uma linha de coerência e de autenticidade conciliando os imperativos da evolução com o conceito de continuidade, ainda para alguns traduzido em atitude de imobilismo.”²¹³⁶

Por outro lado, Moreira e MC concordavam na rejeição do federalismo francês e na aceitação da derrota (total para o primeiro, na Guiné para o segundo). Dizia Moreira, no artigo crítico da revisão, que “o poder político unitário é o instrumento da fusão do pluralismo. Como sempre foi. Quando uma unidade pluralista perde territórios e povos, é pela física do poder, não é pelo abandono de velhos princípios e pela adoção de novos. Não há que confundir uma coisa com a outra. Perde-se uma guerra, esgota-se uma energia. Isso, não são os princípios, nem velhos, nem novos. Chama-se ser vencido.”²¹³⁷

A coincidência do regresso de Spínola da Guiné, substituído pelo general Bettencourt Rodrigues (figura equacionada por MC desde o início de 1972), com a organização do MOFA²¹³⁸, não deixou muitas dúvidas no espírito de MC. Os avisos confirmavam o temor: “O próprio General Spínola disse-me, e autorizou-me a fazer uso, que continuará a ser tão útil ou mais até, aos filhos da Guiné e a todas as gentes desta Terra tão estimada dele, depois da sua saída daqui. Eu creio que assim será porque ele não costuma faltar à sua palavra.”²¹³⁹ MC não gostava do que ouvia: “Foi pena que V. Ex.^a não tivesse podido aproveitar a primeira reunião da Assembleia para tratar da fantasiosa independência da “Guiné-Bissau”. Tomei nota das sugestões do Sr. José da Costa e espero ter proximamente ocasião de conversar sobre os problemas da Guiné com os Srs. Deputados pelo círculo.”²¹⁴⁰

Os cinco meses seguintes, até Fevereiro de 1974, foram marcados por vários acontecimentos. No plano externo, pelo golpe militar no Chile (Setembro) – um fantasma

européus na África Meridional é necessária ao próprio continente africano e vital para o Ocidente europeu.” CAETANO, Marcello, *Ensaios pouco políticos*, pp.52-54.

²¹³⁶ Idem: n°37 (06/03/73).

²¹³⁷ MOREIRA, Adriano, *Revisão constitucional*, p.12.

²¹³⁸ O primeiro documento da Guiné em reação ao Decreto-lei n°353/73 data de 28 de Agosto de 1973 e foi assinado em Bissau por quarenta e cinco capitães, entre os quais Carlos Matos Gomes, Manuel Monge e Salgueiro Maia. Spínola deixou a Guiné no dia 29.

²¹³⁹ AMC, cx.40, Correspondência/Nunes, Nicolau Martins (deputado pela Guiné): n°2 (28/10/73). Cópia de carta do autor para José da Costa, Dakar. Considera Spínola “o Benjamim dos Governadores Metropolitanos da Guiné”: “jamais poderemos pagar-lhe o bem que nos fez abnegadamente, com sacrifício da sua saúde e com risco da própria vida que só não perdeu aqui por sorte ou milagre”.

Documento n°1 (30/09/73): cópia de carta de José da Costa. Propõe que Nicolau Martins Nunes defenda como deputado em Lisboa o seguinte: um plano geral para a negociação com os movimentos de libertação; criação urgente de um governo autónomo de transição com um primeiro-ministro dinâmico; substituição do nome de Governador por Alto-Comissário; repatriação de todos os funcionários cabo-verdianos a trabalhar na Guiné; nomeação de guinéus para a polícia e exército, para a ONU e para as Presidências de Câmara por todo o país; ofensiva diplomática pelos países amigos; convite a Luís Cabral para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

²¹⁴⁰ Idem: n°4 (22/11/73).

permanente de MC. Acrescido, no caso português, da complexidade da ameaça ao governo: por um lado, à direita de MC, a alta oficialidade descontente desde 1971 (onde emergia Kaúlza²¹⁴¹); por outro, à esquerda, os capitais do MFA. Para uns e outros, embora em sentido contrário, o golpe no Chile constituía um estímulo à ação (e antecipação).²¹⁴² No plano interno, destacaram-se as “eleições” de Outubro de 1973, a politização e consolidação do MFA, a proclamação da independência da Guiné pelo PAIGC e a nomeação de Spínola para o cargo de vice-CEMGFA. Na Guiné, Bettencourt Rodrigues ameaçava fazer esquecer Spínola. Precisamente o que este mais temia. Apesar de Bettencourt não ter aproveitado a máquina de propaganda spinolista, empenhando-se na ação psicossocial, que, por sua vez, não afrouxou. A Força Aérea adaptou-se aos mísseis *Strela* e reduziu o seu impacto.²¹⁴³ Embora a situação militar não melhorasse. Sendo certo que, teoricamente, se uma guerra de guerrilha não se ganha militarmente, também por esse meio não se perde.

A frustração das negociações com os EUA²¹⁴⁴ a propósito da Base das Lajes²¹⁴⁵ suscitara o argumento que conduziria ao empréstimo da África do Sul para a compra de armamento²¹⁴⁶: “perspetivas em relação aos norte-americanos duma derrota portuguesa em África. Refutação da tese de que desapareceriam os problemas. Agravamento certo destes”;

²¹⁴¹ O vice-almirante Armando Roboredo, então deputado, assim que ouviu o anúncio da substituição de Kaúlza do Comando e Governo de Moçambique, apressou-se a defender a sua continuidade. Porque, apesar das afirmações de Kaúlza “excederem as suas atribuições puramente militares”, considerava-o “um homem inteligente, sério e saudável”. AMC, cx.48, Correspondência/Roboredo, Armando (vice-almirante; chefe do Estado Maior da Armada; deputado): nº5 (30/08/71).

²¹⁴² O acontecimento foi amplamente divulgado e explorado pelos jornais portugueses entre 12 de Setembro e meados de Outubro: sobretudo pelo *República*, *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Diário Popular* e *Expresso*. ABREU, Fernando (coord., ed., trad.), *Chile: socialismo impossível*, 2ª edição, Lisboa, 1974, pp.273 e segs.

²¹⁴³ MATOS, José, HURLEY, Matthew M., *A arma que mudou a guerra*, in Revista Militar, nº2553, Outubro de 2014, pp.893-907.

²¹⁴⁴ A este respeito é interessante o relato da conversa de Câmara Pina com o embaixador dos EUA, R. Knight, em 1971: “Parece-lhe que teve êxito a viagem que fez aos EUA, na parte que respeita aos Açores. O Presidente Nixon não tem as mãos cheias de coisas para poder dar à vontade. Não se pode dizer que estejamos pobres mas não estamos em 1958. [...] Tem a impressão de que a nossa Embaixada em Washington não tem ideia exata, talvez esteja até pouco conhecedora, da verdadeira política do Governo dos EUA e de Nixon. Talvez o governo português receba uma informação pouco realista.”

AMC, cx.43, Correspondência/Pina, Luís Maria da Câmara (eng.º; adido militar de Portugal em Londres; general; professor e diretor do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional; chefe do Estado Maior do Exército): nº5 (11/05/71).

²¹⁴⁵ PT/TT/PS/AMC/PC/02: Negociações com EUA sobre os Açores; AMC, cx.12, PC, Negociações sobre os Açores: nº1 (18/10/73) – nº59 (15/04/74). Em Setembro, Gago de Medeiros transmitia a MC a seguinte posição da marinha norte-americana, que explica também o impasse das negociações por parte de Portugal: “Soube, a partir de um antigo Secretário de Estado, que o “Department of State” consultou a “Navy” sobre a importância da base das Lajes. Queriam saber se a poderiam ou não porventura dispensar. A “Navy” levou seis meses a responder. Finalmente, informou, sem dúvida com certa ironia, que a única maneira de se dispensar os Açores seria a de se construir uma ilha no Atlântico, em posição semelhante à do nosso arquipélago...” AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, José Gago de (visconde de Botelho; procurador à C.C.): nº27 – anexo 2 (18/09/73).

²¹⁴⁶ MATOS, José, *La psychose des MiGs dans la guerre de Guinée*, Airmagazine nº61, Abril-Maio de 2014, pp.58-74 ; *A ameaça dos Mig na guerra da Guiné*, Revista Militar, nº4, Abril de 2015, pp.327-352.

“eventualidade de independências à Rodésia”; “ameaça aos investimentos na África Austral”; “possível vietnamização da África Austral”.²¹⁴⁷

O “parecer secreto” de Costa Gomes a autorizar a publicação de *Portugal e o Futuro* data de 11 de Fevereiro.²¹⁴⁸ O livro foi publicado no dia 22. No dia 4 de Março teve lugar a reunião dos Comandos Militares do Continente. O relatório assustou MC, apesar de afirmar que a “política ultramarina do governo está de acordo com a Constituição”. Os comandantes temiam que o livro viesse “reavivar” a “organização clandestina que certas medidas tinham permitido praticamente desativar”, porque alegadamente “permitiu a abertura de uma cisão dentro das FA e em especial no Exército”. Do mesmo modo, “afetaria o moral do Exército”: “reina uma enorme confusão nos espíritos”; “de tudo isto pode resultar um enfraquecimento e problemas disciplinares que urge evitar, para que o enfraquecimento do nosso aparelho militar pode reduzir a liberdade do Governo para prosseguir a política em curso”.²¹⁴⁹ No dia 5, MC rebateu a tese de Spínola na “Reflexão sobre o Ultramar”²¹⁵⁰. Embora retomasse, à beira do fim, o espírito de “missão a cumprir”.

²¹⁴⁷ AMC, cx.12, PC, Negociações sobre os Açores: nº28 – anexo 1 (14/12/73). “Pontos de base para a conversa de sua Ex^a. o ministro com o Dr. Kissinger”.

²¹⁴⁸ “1. O livro com o título em epígrafe escrito pelo Sr. General António de Spínola apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a nação se debate – a guerra no Ultramar.

2. O General Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que poderemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a da independência, pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos patrocinado pelos comunistas e socialistas e a integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas preconizada pelos extremistas da direita. Não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexequível.

3. Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o General Spínola acaba de prestar desta forma ao País serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha.” AMC, cx.28, Correspondência/Gomes, Francisco da Costa (CEMGFA): nº1 (11/02/74).

²¹⁴⁹ AMC, cx.33, Correspondência/Lemos, Carlos Viana de (ministro do Exército): nº1 (04/03/74).

O comandante da RM do Porto fez visitas de esclarecimento às suas unidades e “considerou que a situação era mais grave do que quando do caso dos capitães pois agora se se esboçar um movimento, disporá de uma “cabeça”.” O comandante da RM de Tomar deu conta de dúvidas reinantes, sobre o facto de o autor ser Vice-Chefe do EMGFA. O diretor do IAEM disse que para além do cargo, “o autor é o comandante operacional mais condecorado e que vem agora afirmar que a acção militar é inviável por carência de recursos humanos.” O vice-chefe do EME afirmou que “a cisão das Forças Armadas é um objectivo fundamental do inimigo interno e que agora existe um militar em posição de relevo que diz que a guerra deve acabar.” O Comandante da RM de Coimbra “salientou as altas posições do autor e do CEMGFA que deu o parecer favorável”. O livro podia tornar-se uma “Bíblia”. O Comandante da RM de Lisboa recebeu o livro com dedicatória e disse que, caso o autor não desempenhasse as funções que desempenhava, se o livro não seria considerado “subversivo”.

²¹⁵⁰ “Temos estado errados? Não o creio. Nem mesmo relativamente à defesa de outras províncias, como a Guiné, onde não há apreciável presença europeia. É que em África não defendemos apenas os brancos: mas todos quantos, independentemente da sua cor ou da sua etnia, são leais a Portugal e por isso mesmo, em caso de abandono, seriam vítimas da vingança inimiga. Não poderíamos, por exemplo, aceitar a negociação com o inimigo na Guiné em termos que nos privassem da autoridade para recusar negociações em Angola ou em Moçambique. Por isso só o Governo central pode ter a iniciativa – porque tem a responsabilidade – da condução política ultramarina.” CAETANO, Marcello, *Reflexão sobre o Ultramar*, pp.10-11.

Dois dias depois, o presidente do Conselho conversou com o seu general. Do relato pessoal de MC, sobressai a sua consideração de que Spínola teria sido sobretudo “estúpido”²¹⁵¹ e não “mal-intencionado”. “Manifestou-me o seu desgosto por todos os incómodos e preocupações que me tinha causado com a publicação do seu livro. [...] Estava muito grato à maneira como eu me conduzira, em atitude que contrastava com a de “outras pessoas”. Ouvira o meu discurso na AN com a maior atenção e apreciara-o imenso. Podia mesmo dizer que, tirando três ou quatro pequenas coisas, estava de acordo com ele.” Ao contrário do que dissera durante cinco anos na Guiné, Spínola assumiu então que foi “também político”. MC retorquiu-lhe com o que sempre ouvira, que não deixara de ser militar: “o resultado da sua experiência deveria então pô-la num relatório destinado ao presidente do Conselho e ao ministro do Ultramar. Mas publicar o livro ocultando o texto ao presidente do Conselho, de quem passara a ser colaborador, eis o que eu não compreendia.” Embora reafirmasse que “havia coisas que era preciso dizer”, Spínola jurou “fidelidade”, pois era um “um militar disciplinado. Não colabora em revoluções. Não é homem de golpes de Estado.”²¹⁵²

Quatro dias depois, numa reunião no Departamento da Defesa Nacional, Costa Gomes entrou frontalmente em rutura com os elementos do governo (ministros da Defesa, do Exército e da Marinha, secretário de Estado da Aeronáutica e subsecretário de Estado do Exército). Talvez tenha sido a origem da ideia do beija-mão dos generais a MC (e de MC aos generais?) de 14 de Março²¹⁵³ e consequente demissão do vice e do CEMGFA.²¹⁵⁴ Nesta reunião, Costa Gomes foi bastante claro e fez “considerações mais políticas para ficar de bem

²¹⁵¹ Expressão utilizada no exílio: SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, Lisboa, Verbo, 198, 4p.235.

²¹⁵² AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº10 (07/03/74).

“A propósito, porém, entende seu dever chamar a minha atenção para a situação nas FA. Os oficiais jovens do quadro permanente continuam organizados e descontentes. Tem-no procurado e ele entende dever recebê-los porque considera um erro perder contacto com eles. Recebe-os no seu gabinete da Defesa Nacional, em frente de toda a gente, para excluir qualquer suspeita de conspiração. E tem-lhes falado a clara linguagem da disciplina. Sem disciplina não há exército e nós entrámos por um tipo de sindicalismo militar extremamente grave. Concordei com ele. Efectivamente tenho conhecimento de que se mantém e continua activa a chamada “organização dos capitães”. E suspeito que por detrás de tudo está a vontade de se não baterem mais. Isso é muito grave. O General nota que os mais influentes são oficiais que se portaram muito bem em África. Respondo que não me admira. Em todas as guerras e em períodos de supremacia militar há o caso do “herói desempregado”. São homens valentes que gostam da vida livre e da aventura e que transportados para a rotina... O General reconhece que é assim. Acha que o ministro do Exército não tem sido feliz nos seus contactos. Por ele fará o possível por travar as aventuras.” Spínola diz no fim que “remeter-se-á a completo silêncio. Ao despedir-se novamente me manifesta o seu pesar pelos incómodos e contrariedades que me causou.”

²¹⁵³ CAETANO, Marcello, *As Forças Armadas têm a política da Nação*, palavras dirigidas aos oficiais-generais, no Palácio de S. Bento, em 14 de Março de 1974, SEIT.

²¹⁵⁴ AMC, cx.57, Correspondência/Ventura, Manuel Joaquim Reis (deputado por Angola; escritor; jornalista): nº4 (15/03/74). Sobre Spínola e Costa Gomes: “Pessoalmente, não me impressiona o facto de um valoroso soldado carecer de bom senso político. Ainda me lembro do que sucedeu com o Marechal Gomes da Costa e, fora do plano nacional, com o general Patton.”

com a sua consciência”, pois “julgava a situação grave nos três TO, dizendo a propósito que o Sr. General Bettencourt Rodrigues regressara a Bissau cheio de apreensão”. Todos os membros do governo disseram que podiam controlar os seus departamentos, ao que Costa Gomes retorquiu que os “generais não tinham prestígio” e que “nenhum membro do governo ali presente controlava o que pudesse acontecer no seu departamento”, devido ao “estado geral de falta de informações com que lutava o Comando Geral de Segurança Interna”. Para aqueles, aceitar as reivindicações dos capitães representaria a obrigatoriedade de “abandonar funções”.²¹⁵⁵ Convenceram-se de que era o governo (MC) que estaria em cheque, não exatamente o regime.

Seguir-se-ia o 16 de Março, o pedido de demissão de MC recusado por Thomaz e a hesitação de Costa Gomes e Spínola na tomada do poder. Entretanto, MC acompanhou com especial atenção a repercussão do livro.²¹⁵⁶ Parece ter sido decisiva para a decisão do Carmo. A DGS considerou-o “um golpe de estado em papel, de consequências em si mais desastrosas que o próprio terrorismo no Ultramar”, já que Spínola apenas “aspira ao Governo do país”.²¹⁵⁷ O *Daily Telegraph*, através de Bruce London (subsidiado pelo general nos anos da Guiné), projetava Spínola como “national idol of Portugal”.²¹⁵⁸ No *Guardian*, António de Figueiredo considerava o general do monóculo “admirador do General de Gaulle e pessoa que sonha resolver a questão do ultramar através da independência (dos territórios africanos) dentro de uma união portuguesa”. O jornal finlandês *Uusi Suomi* afirmava, segundo informação da embaixada em Helsínquia, que “as teses do General Spínola não podiam deixar de influenciar muito o futuro processo de abandono do Ultramar”. O *Rhodesia Herald*, em 27 de Fevereiro, notou que “as suas teses representavam mudanças em relação às declarações que o General proferira quando governador da Guiné”. O *Times* de Londres publicou um extenso editorial intitulado “novo pensamento em Portugal”, no qual declarou “que por detrás da argumentação federalista estava a conversão à ideia da “solução brasileira” para a África portuguesa, implicando governos “lusófonos” virtualmente soberanos que cooperassem voluntariamente com Portugal”.

²¹⁵⁵ AMC, cx.33, Correspondência/Lemos, Carlos Viana de (ministro do Exército): nº3 (11/03/74). “Ata-resumo da reunião realizada no Departamento da defesa Nacional, em 11 de Março de 1974”.

²¹⁵⁶ O deputado Vítor Manuel de Aguiar e Silva foi uma exceção: “Acabo de ler o livro do General Spínola intitulado Portugal e o Futuro. Não tenho quaisquer dúvidas sobre as consequências profundas, e imprevisíveis, que ele vai ter sobre a nossa vida política. [...] Tem a coragem de denunciar algumas pseudossoluções e pseudojustificações com que boa parte da “direita” portuguesa continua a drogar-se estupidamente”. AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (professor universitário; deputado): nº6 (24/02/74).

²¹⁵⁷ AMC, cx.12, PC, Ultramar, Relatórios: nº13 – anexo 1 (11/03/74).

²¹⁵⁸ Idem: nº12 – anexos 1, 2, 3 (12/03/74).

Os jornais dinamarqueses, mais identificados com a oposição socialista ao regime, não favoreciam Spínola: “herói do povo português acaba com ilusões africanas. Mentiras da vida, o alibi desapareceu, curta abertura, morte das colónias”; “famoso General inclina-se perante as realidades africanas”; “vitória impossível”; “general português deseja a independência africana”. Em Roma, o livro “era considerado pelos órgãos de esquerda como gesto de apoio disfarçado ao Governo, ou defesa de nova forma de colonialismo que não aproveitaria às populações africanas”. Em Paris, o *Le Figaro* realçava a “agitação nas forças armadas – o livro de um general revelador de uma crise profunda”. No *Jeune Afrique*: “mas não nos deixemos enganar, não se trata do requerimento de um democrata, ou de um liberal pregando o direito à autodeterminação dos povos colonizados ou à sua independência.”

No outro lado do Atlântico, “a solução federal proposta no livro do general Spínola não podia ser aceite nem pelos Estados Unidos nem pelos países africanos.” O *New York Times*²¹⁵⁹ publicava mensagem do PAIGC, em Dakar, dizendo que “a solução de Spínola evidentemente não é a nossa solução, e a nossa maior preocupação é como estes acontecimentos em Portugal se refletirão nos campos de batalha de África.” Luís Cabral definia Spínola como um “homem que falou muito e fez muitas promessas.”²¹⁶⁰ No fim do mês, dia 29, a *Time* considerou que as teses do general teriam larga aceitação nas FA e, segundo constaria, “alguma simpatia de Sua Excelência o Presidente do Conselho”.²¹⁶¹ No mesmo dia, um elemento da Comunidade Portuguesa do Zaire, recebido nas vésperas por MC, enviava-lhe as declarações da FRELIMO, em linha com o “contra-spinolismo” do PAIGC: “Spínola est un général de 63 ans dont la philosophie et l’idéologie sont fascistes”.²¹⁶² Não

²¹⁵⁹ Um desconhecido português emigrado nos EUA escreveu a MC, em Janeiro de 1974, “agastado” com a “parcialidade” do jornal, por este alegadamente só transmitir a “versão da oposição” em Portugal. Referia que governo de MC “abriu as portas” e por isso “os enviados dos jornais”, em “vez de ficarem só nos hotéis a conversar com a oposição”, “deviam ir pelo país” e visitar os locais onde MC era recebido. Resposta de MC: “Tem muita razão nas suas críticas ao New York Times. Adotou uma atitude parcialíssima em relação a Portugal e ao seu governo e o correspondente em Madrid não esconde que tomou abertamente partido: o partido contra o status quo no nosso país. Não sei se está no seu direito: o que não pode é pretender arrogar-se a tal objetividade que tanto reclamam.” AMC, cx.47, Correspondência/Rendeiro, Cristiano F. (português residente nos EUA): nº2 (08/01/74) e nº2 – anexo 1 (28/01/74).

²¹⁶⁰ Idem: nº14 (09/03/74). Documento nº15 (26/03/74): Brasília – revista *Veja* publicou a notícia: “Quarteis levantam voz”. Missão junto de ONU – *The Wall Street Journal*: “a guerra de Portugal contra as guerrilhas africanas não podia ser ganha. Lisboa já rejeitou a sua sugestão de que a Angola, a Moçambique e a Guiné fosse dado estatuto de igualdade com Portugal numa federação, mas é duvidoso por quanto tempo mais poderá continuar esta custosa campanha que dura há 12 anos.” Paris – *Le Point*: inseriu um artigo intitulado “Portugal: les ultras matent l’armée”. EUA – *New York Times*: “o Exército de Portugal pode nunca mais voltar a ser o que foi”; afirmou também que a insubordinação do dia 16 “diminuirá ainda mais a decrescente determinação de combater nas guerras de África que generais consideram impossíveis de vencer.”

²¹⁶¹ Idem: nº16 (29/03/74).

²¹⁶² AMC, cx.57, Correspondência/Viana, Jaime da Cunha (membro da Comunidade Portuguesa no Zaire): nº1 – anexo 2 (29/03/74).

seria o caso de parte da oficialidade intermédia, cujas vicissitudes pareciam ser bem conhecidas e exploradas pelos movimentos independentistas africanos.

O principal “erro” político de MC em relação a Spínola, na perspetiva da “ruína”, terá consistido na inabilidade para capitalizar a seu favor a força que o general teve até 16 de Março (ou, em rigor, até 22 de Fevereiro). Em 25 de Abril tudo era já ilusão. Spínola nunca teve capacidade, nem poder ou legitimidade para controlar o que ele designou por “aventuras”.²¹⁶³ Ou seja, a transmissão de poder a Spínola pode também ser vista como um reconhecimento tardio desse “erro” e uma prorrogação inútil da recusa em sair do poder de forma humilhante.²¹⁶⁴ Nietzsche permite compreender melhor o acontecimento, segundo a sua “retificação do conceito de *egoísmo*”.²¹⁶⁵

Quanto ao problema ultramarino, MC evidenciou ductilidade. No entanto, confundiu-se facilmente com a “mudança de opinião” de que falava Maquiavel. O que lhe “acarretou pouco prestígio” e muita “incompreensão”.²¹⁶⁶ Para o que, de resto, já não existiria solução “positiva”. O decisivo palco da “opinião pública”, por muito que MC pressionasse o corpo diplomático²¹⁶⁷, não estava a ser ganho.²¹⁶⁸ Por outro lado, nunca abdicou de destruir política

²¹⁶³ Na sequência do lançamento do livro de Spínola – *País sem Rumo* – Francisco Correia de Campos (filho) escrevia a MC, a quem acompanhara na viagem para o exílio, para lhe contar que no regresso Spínola confessara-se “surpreendido com a infiltração comunista na sociedade e nos militares”. AMC, cx.19, Correspondência/Campos, Francisco Sampaio Correia de, (filho) (secretário de MC na Presidência do Conselho): nº2 (25/02/79).

²¹⁶⁴ Sempre que Thomaz recusou o pedido de demissão, MC recusou também renunciar ao cargo. Relembre-se o conselho de Feytor Pinto em relação à utilização da palavra “autodeterminação”: “Deixaria de ser Presidente do Conselho a curto prazo”, mas “voltaria mais tarde, e ainda com mais força.” PINTO, Pedro Feytor, *ob.cit.*, p.186. Sobre a transferência de poder no Carmo, Moreira questiona: “ele [Spínola] estava de fora. Quem o pôs no movimento foi o Marcelo. [...] Porque é que ele foi buscar o Spínola?” Entrevista: Julho de 2012.

²¹⁶⁵ “Quando descobrimos que erro é o «indivíduo», e que toda e cada criatura representa o processo inteiro de evolução (não só «legado», mas «dentro de si»), o indivíduo adquire então uma *importância excessivamente grande*. A voz do instinto está precisamente aqui. Quando este instinto tende a declinar, *i.e.*, quando o indivíduo começa a buscar o seu valor nos seus serviços a outros, podemos estar certos que a exaustão e a degeneração se instalaram. Uma atitude mental altruísta, quando é fundamental e livre de toda a hipocrisia, é o instinto de criar um valor secundário para o nosso ser ao serviço de outros egoístas. Como regra, contudo, é apenas aparente – um percurso sinuoso para a preservação dos nossos próprios sentimentos de vitalidade e valia.” NIETZSCHE, Friedrich, *ob.cit.*, p.387.

²¹⁶⁶ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, p.170.

²¹⁶⁷ Em face da notícia da divulgação no Brasil e em Espanha de um livro “oposicionista”, MC disse a José Hermano Saraiva (embaixador no Brasil), dez dias antes de 25 de Abril: “Mas o nosso problema nº1 hoje é o do Ultramar. É a esse que os serviços de informação e toda a máquina diplomática têm de dar prioridade.” AMC, cx.50, Correspondência/Saraiva, José Hermano: nº45 (15/04/74).

Sobre a ida de Saraiva para a embaixada no Brasil, preveniu outro diplomata: “Não será fácil a missão do Doutor José Saraiva neste país em que está sempre latente o complexo “colonialista” em relação a Portugal e onde há que recomeçar com frequência o que se julga já definitivamente adquirido pois o imprevisto e o exacerbado nacionalismo, aliados ao gosto pela exibição, tão característico dos nossos meios-irmãos brasileiros, obrigam a muita persistência, paciência e imaginação.” AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Manuel Pedro Ribeiro da (diplomata; afilhado de MC): nº3 (25/10/72).

²¹⁶⁸ “Junto um recorte do *Diário de Notícias*” sobre a visita do irmão do ministro dos Estrangeiros da Holanda a Angola e Moçambique. Foi através da Comissão Portuguesa do Atlântico que o ministério o conseguiu convidar. Mas, se sou responsável pela visita, não o sou pela notícia...” Segundo o artigo do jornal (09/01/74), Geertbven

e militarmente os movimentos independentistas (sobretudo os apoiados pelo bloco de leste) e desenvolver rapidamente os territórios, segundo o modelo britânico na Ásia. Mas sem o anúncio da independência. Porque, ao contrário de ingleses e franceses (De Gaulle), o objetivo era conservar os colonos brancos na África austral. Foi por isso abandonando soluções, da “ideal” à “possível”, ciente de que duas décadas de “amor patológico” não bastavam para indemnizar cinco séculos de “escravatura” e “abstenção”. O integracionismo seria um sonho “bonito”, mas sem exemplo histórico.²¹⁶⁹ Motivo pelo qual permaneceu mistificado.²¹⁷⁰

Ninguém ligado ao regime ou à oposição (não extremista ou comunista) assumiu que os colonos brancos deveriam abandonar as ex-colónias, tal como viria a acontecer em 1975, nem reconheceu publicamente a irreversibilidade da “negritude”. Pelo contrário.²¹⁷¹ Para

Loest, então presidente da Comissão Holandesa para a Educação e irmão do ministro dos Negócios Estrangeiros do mesmo país, terá dito em Moçambique:

“A vossa apregoada multirracialidade, apraz-me afirmá-lo, é um fato, e nesse aspeto, estou certo, reside a vossa mais eficiente arma para o combate aos vossos inimigos. Dentro de cinco anos – sublinhou – creio que os vossos problemas quanto ao terrorismo estarão resolvidos. Para isso basta que a grande maioria de pessoas de Moçambique se consciencialize politicamente. Não posso deixar de afirmar, depois do que vi, que acredito na vossa política ultramarina e que ela é eficiente e dará bons frutos. Se alguma vez nele ouvimos falar é em virtude da guerra que vocês cá enfrentam e a verdade nem sempre nos chega tal como ela é. Creio que o vosso governo devia dar-vos a conhecer ao Mundo, vejo nisso todo o interesse. Tal como as notícias nos chegam – agora sei que a realidade é deturpada –, a nossa simpatia não pode ir para os vossos opositores.” AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, Jorge Gago de (3º Visconde do Botelho, eng.º., vogal da Junta Nacional da Marinha Mercante, representante do governo em missões diplomáticas na NATO, procurador à CC e deputado): nº34 – anexo 1 (11/01/74).

Dias antes, Gago de Medeiros sentiu necessidade de desmentir o seu envolvimento num suposto *complot* para um golpe de estado contra MC, liderado, segundo os rumores, por Kaúlza de Arriaga e Adriano Moreira. Algo que não teve qualquer confirmação. ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, Vol. II, pp.154-155.

²¹⁶⁹ Os termos de comparação utilizados por Adriano Moreira foram os EUA (construídos, como se sabe, sobre a chacina das populações indígenas) e a URSS (com os seus campos de concentração e trabalhos forçados, especializados em tratar a “diferença”). Portugal seria assim a terceira potência mundial: “Os grandes espaços são a vocação do nosso tempo. O poder político é o único e insubstituível instrumento de uma política de fusão. Foi o criador das grandes nacionalidades atuais. Os dois maiores estados plurais do nosso tempo, os EUA e a URSS, não se limitam a definir-se como unidades políticas plurais, afirmam-se ainda como *Estados em movimento*. Sempre dispostos a crescer e a absorver novos territórios. As estrelas chovem na bandeira dos EUA e não está dito em parte alguma que há um limite. A constituição da URSS está aberta à entrada de qualquer nova nacionalidade. Sempre que podem, puxam-na. Sair, nenhuma.” MOREIRA, Adriano, *Revisão constitucional*, p.12.

²¹⁷⁰ A desmistificação da ideia positiva da exceção da colonização portuguesa no contexto europeu, exigiria uma análise transversal e em profundidade. À guisa de exemplo, medite-se (e aprecie-se) o magnífico *ballet héroïque* de Rameau (Jean-Philippe, 1683-1764) – *Les Indes Galantes*, estreado em 1735 e baseado num acontecimento político-cultural histórico absolutamente pioneiro, que teve lugar em Paris (1725), não em Lisboa. Um exemplo da “lei do atraso” de que falava Nietzsche: “as províncias vão para Paris” (*A vontade de Poder...*, p.56.). De igual modo, somente em 1971 Nathan Wachtel publicou uma obra vanguardista sobre a “visão dos vencidos”, partindo da ótica prevista por Lucien Febvre e Fernand Braudel num número dos *Annales* de 1948, dedicado às “Américas Latinas” (assim mesmo, no plural). WACHTEL, Nathan, *La vision des vaincus: les indiens du Pérou devant la conquête espagnole – 1530-1570*, Paris, Gallimard, 1971.

²¹⁷¹ “Marcello Caetano é acusado de procurar desembaraçar-se do problema colonial recorrendo ao expediente da constituição de estados de supremacia branca – espécie de novas Rodésias, aliadas fiéis da África do Sul – enquanto nós, na Oposição, propomos uma solução baseada no reconhecimento do princípio da auto-

assegurar a presença maciça das populações europeias e a construção de efetivas sociedades “multirraciais”, segundo princípio então quase unanimemente aceite, apenas se vislumbrava, efetivamente, a criação de novas “Rodésias” (no fundo, a última versão dos “novos brasis”²¹⁷²), mesmo ao preço de uma nova “Índia”.²¹⁷³ O seu comprometimento com as populações brancas²¹⁷⁴ e a noção geoestratégica de “recuo” do “ocidente” impeliram cada vez mais MC para uma solução ética e historicamente condenável (e condenada, como se viu mais tarde na Rodésia). Mesmo se concebida como transitória. Tudo isto sem ter tomado, durante os pouco mais de cinco anos de governo, “a” decisão.²¹⁷⁵

O seu desespero por encontrar um novo “D. Pedro”, modelo em todo o caso irrepetível, só seria ultrapassado pela imprevisibilidade da aparição de um “Mandela”.²¹⁷⁶ O que explicará o derradeiro ataque ao que considerava ser a hipocrisia dos “privilegiados” ocidentais. Com os quais entrou em rutura. Por se encontrarem, segundo MC, agarrados a um discurso “irreal” e “incapazes” de fazer o necessário para salvaguardar o essencial. “Não. O Ocidente, de maneira geral, continua apegado a mitos. É incapaz da atitude realista e

determinação, que conduza à paz, iniciando o processo irreversível da descolonização dos territórios africanos portugueses. Só por esta via, com efeito, se chegará à paz, na convivência entre as raças, e se fará com que Angola e Moçambique se transformem em autênticos estados multi-raciais, de maioria negra, unidos por laços de estreita amizade e cooperação a Portugal!” SOARES, Mário, *Portugal amordaçado...*, pp.688-689.

²¹⁷² “Se em 1822 existisse a ONU, o que teria sido do Brasil? Com as Nações Unidas a contar o número de índios, de pretos e de brancos existentes, a discriminar cores e raças, a reivindicar a América para os ameríndios, a condenar o governo das minorias, a exigir um voto por cada pessoa? Se em 1822 a ONU se metesse no assunto com os seus preconceitos de descolonização e de autodeterminação, apoiaria o primeiro movimento fantasista de autonomia tupi e exigiria a saída dos portugueses.” CAETANO, Marcello, *A lição do Brasil*, discurso proferido no rádio e na televisão, em 10 de Abril de 1972, SEIT, p.9.

²¹⁷³ Não surpreendem, por isso, as memórias tornadas públicas por ex-diplomatas: VILLAS-BOAS, José Manuel, *Caderno de memórias*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, pp.100-111; LÃ, João Rosa, *Do outro lado das coisas: (in)confidências diplomáticas*, Lisboa, Gradiva, 2014.

²¹⁷⁴ No citado relatório de 1968 (anterior, portanto, à viagem de MC pelas províncias africanas), Baltazar Rebelo de Sousa aconselhava o “aumento da população branca”, mesmo reconhecendo a crescente crispação social e a inevitabilidade da “independência” dos territórios.

O administrador da Hidro-elétrica do Zézere e governador do Banco de Angola, Mário de Oliveira, transmitia, na sequência da vigília da Capela do Rato, o sentimento dos colonos brancos: “Em suma, o que por aqui se nota, no comum dos angolanos, é uma ânsia de protecção e o constante desejo de permanecerem portugueses. [...] Vale a pena prosseguir na defesa da integridade nacional onde quer que ela possa ser atacada ou ferida.” AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, Mário de (administrador da Hidro-elétrica do Zézere; Ggovernador do Banco de Angola): n°9 (18/01/73).

²¹⁷⁵ “Aproveito esta circunstância para lhe referir que o ambiente na Imprensa de Moçambique é assaz diferente do de Angola pois, o único sintoma menos positivo apercebido foi o receio de que sejam os metropolitanos e não eles, a desejarem o separatismo. Isto ao nível de alguns dirigentes, dos chefes de redação, redatores e outros quadros qualificados.” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°49 (30/05/70).

²¹⁷⁶ No jantar oferecido em Junho de 1970 ao primeiro-ministro sul-africano, MC recordou mais uma vez Smuts e afirmou o seguinte: “Nem sempre as nossas concepções políticas coincidem. Mas isso não impede que tenhamos cooperado e continuemos a cooperar em tantos campos onde os interesses são comuns, porque são interesses da África, da civilização e da paz no Mundo. [...] Nunca se estendeu para nós mão que recusássemos, desde que nesse gesto se exprimissem o propósito de firmar a paz, de contribuir para o progresso dos territórios e, acima de tudo, de visar a promoção social e o bem-estar das populações. Exemplo desse espírito de colaboração é o acordo existente para a venda da energia de Cabora-Bassa.” CAETANO, Marcello, *Garantir a paz em África*, discurso pronunciado no jantar oferecido ao primeiro-ministro da República da África do Sul, em 5 de Junho de 1970, SEIT.

pragmática que seria a única verdadeiramente válida. Não consegue erguer-se acima de certos preconceitos particularistas da opinião pública dominante, forjada por interesses de partidos ou de grupos de pressão, ou por correntes ideológicas assentes em abstrações.”²¹⁷⁷

²¹⁷⁷ CAETANO, Marcello, *Vencer a hora sombria*, discurso pronunciado na conferência anual da ANP, Lisboa, em 16 de Fevereiro de 1974, p.8. Em 21 de Janeiro, em agradecimento pela oferta de um livro, MC disse o seguinte para o general Jannens (francês): “Mais, Monsieur le General, le monde aujourd’hui est fou.” AMC, cx.30, Correspondência/Jannsens, E. (general): nº1 (21/01/74).

IV CAPÍTULO – *Novo Estado Social*

4.1. *Nova Ordem*

4.1.1. *(In)governabilidade global: crise, austeridade, economia e democracia*

A instituição da geopolítica como eixo de pensamento da nova ordem mundial desde 1945 contribuiu poderosamente para uma importante metamorfose teórico-discursiva. A interrupção do círculo virtuoso do crescimento económico, precisamente entre 1968 e 1974, resultou na substituição gradual do conceito de progresso linear e cumulativo (kantiano-positivista), caído (definitivamente?) em desgraça, pela semântica “global” ou “globalizante”, até então em estado embrionário. O primeiro amparo intelectual em relação à nova semântica consistiria, eventualmente, na desconstrução da dominante perspectiva físico-cosmológica segundo a qual o processo de “globalização” se desenvolve sob o signo de ausência “gravitacional”. Uma ideia que facilita a sensação de “liberdade”, “espontaneidade”, “igualdade de oportunidades” ou inexistência de “direção e controlo”. Mas, tal como os corpos na terra, a realidade não abdicou do seu eixo gravitacional. Verificou-se o seu reposicionamento, no sentido da imparável acumulação de poder económico-financeiro. O poder político, que na realidade nunca esteve imune àquele, cedeu-lhe progressivamente mais espaço.

A ausência de “ideias” de que falava Lasswell proporcionou o terreno fértil para o germinar da convicção de que o capital (financeiro) seria bem-sucedido onde o trabalho havia falhado – “trabalhadores do mundo, uni-vos”. Os grandes grupos financeiros internacionais e empresas multinacionais constituíram a imparável vanguarda das novas estratégias de integração e expansão à escala planetária, com uma aparência não-ideológica, ou, se se preferir, supra ideológica.²¹⁷⁸ Baseada nas novas tecnologias, tanto no campo da informática, como no audiovisual.²¹⁷⁹ A famosa “tecnocracia” foi o instrumento visível da vitória do “quantitativo” sobre o “qualitativo”, segundo o princípio elementar de que os números não

²¹⁷⁸ Para Eucken era “importante que nenhuma empresa esteja, em razão da sua dimensão, em situação de exercer poder político, isto é, nenhum interveniente no mercado pode dispor do poder de alterar o quadro jurídico-institucional e por essa via destruir as regras do jogo de idêntica liberdade mercantil para todos.” EUCKEN, Walter, *ob.cit.*, p.XXII.

²¹⁷⁹ Ver BARNET, Richard J., MULLER, Ronald E., *Global Reach. The Power of the Multinational Corporations*, New York, Simon and Schuster, 1974.

conhecem ideologias. Algo também traduzível, talvez incorretamente, numa certa ideia de “ideologia dos números”, genericamente associada ao chamado “neoliberalismo”. A decisão política (nacional/regional) ficou assim tendencialmente cativa dum realidade económico-financeira que parece impor-se sempre “externamente”, fosse qual fosse a geografia.

O esforço levado a cabo por autores como Louis Althusser (1918-1990)²¹⁸⁰, neste caso à esquerda, no sentido de reposicionar o “ideológico” e, por conseguinte, o “estado” no eixo da roda surgia em contraciclo.²¹⁸¹ Em 1968, dois anos antes do *magnum opus* do autor francês, Peter Drucker (1909-2005), um dos grandes teóricos da gestão e administração modernas, intuía (ou colaborava para) a reestruturação em curso na nova economia planetária, ao referir-se à necessidade de “discontinuity” para a emergência não dum novo regime ou sistema político, mas da *new age* que resumiu numa expressão sintomática: “global shopping center”.²¹⁸² Os “world managers” foram substituindo cada vez mais os políticos como modelos (e agentes) de governação. Do mesmo modo que a imagem de “sucesso” dos primeiros potenciou a “desconfiança” em relação aos segundos (sem se pretender ignorar as causas intrinsecamente políticas), a “inofensiva” indefinição que determina a semântica global “demonizou” o seu elemento antinómico: o estado-nação (esse “monster”, segundo Drucker) e, em última instância, o próprio estado. A fronteira conceptual entre “nacional” e “nacionalismo” foi intencionalmente diminuída, senão mesmo suprimida.²¹⁸³

A aspiração à supranacionalidade, outrora domínio exclusivo da imaginação literária e da especulação filosófica, estava agora, subitamente, ao alcance de poderosas empresas globais. Com a promoção da velocidade a “virtude”, nenhuma “ideia” podia competir com o “dólar”. As técnicas de propaganda, amadurecidas durante décadas, conseguiam transferir a essência da política para o serviço mercantilista, disfarçando até à omissão o único verdadeiro objetivo: crescimento e lucro ilimitado. Vejam-se alguns slogans de multinacionais norte-americanas anteriores a 1974: “For the benefit of mankind”; “ITT at the service of men and nations”; “The best ideas are the ideas that help people. ITT”. Elemento que também permite, sem dúvida, compreender melhor as causas da erosão do discurso político. Como corolário

²¹⁸⁰ ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa, Editorial Presença, 1974 (original em francês de 1970).

²¹⁸¹ Não deixa de ser curioso, à luz da teoria crítico-reprodutivista de Althusser, que MC tenha sido professor (elogiado como tal por todos), entre outros, dos futuros primeiros líderes dos quatro principais partidos do regime da constituição de 1976: Álvaro Cunhal (PCP), Mário Soares (PS), Sá Carneiro (PPD-PSD) e Freitas do Amaral (CDS).

²¹⁸² DRUCKER, Peter, *The age of Discontinuity*, New York, Harper and Row, 1968. Não por acaso, Drucker foi um dos pioneiros defensores da total (re)privatização dos serviços públicos.

²¹⁸³ Ver, entre outros, MICHALET, Charles-Albert, *A sedução das nações – ou como atrair os investimentos*, Lisboa, Terramar, 2001 (original de 1999), p.143 e segs.

desse processo, verificou-se uma captura da tradicional “missão civilizadora” europeia por parte da emergente semântica globalizante. Os colossos multinacionais encarnaram esse papel “missionário”, ao ponto de se considerar, ainda que informalmente, o consumo de um determinado produto (incluindo “cultural”) como indicador “civilizador”.

Neste sentido, o confronto ideológico sofreu uma profunda deslocação gravitacional. Concepções ideológico-políticas contrárias viam-se perante o mesmo desafio de sobrevivência e perante o mesmo “inimigo externo”. O ponto de encontro seria a defesa do “interesse nacional”. Repare-se como a esquerda progressivamente se “nacionalizou”, adotando um discurso “patriótico”. Também MC tentou operar o movimento de convergência para esse ponto de encontro partindo do contrário ideológico, dum regime de (extrema) direita nacionalista para um “regime progressivo”: “O culto da Pátria não pode traduzir-se porém em nacionalismo exclusivista e apegado cegamente às tradições. A tradição é dinâmica”.²¹⁸⁴ No fundo, a evolução natural da crítica ao “nacionalismo exacerbado” dos anos 30.

O caso mas notável, em todos os sentidos, foi sem dúvida o governo de Salvador Allende (1970-73), grande protagonista na cruzada desmistificadora da “mentira” civilizadora global. Em Dezembro de 1972, na conferência da ONU para o comércio e desenvolvimento, Allende dizia o seguinte: “Os mercados não têm pátria. A terra onde vivem não representa para eles um vínculo. A única coisa que lhes interessa é saber onde vão sacar os lucros. Esta frase não é minha, é de Jefferson... O meu país está na mira de forças que agem na penumbra, sem bandeira, mas munidas de armas poderosas e postadas nos mais diversos locais estratégicos”.²¹⁸⁵ Referia-se, concretamente, ao que chamou de “capital imperialista estrangeiro”, nacionalizado durante o seu governo.

Embora partindo de polos opostos, como se disse, a convergência é evidente, por paradoxal que possa parecer. É possível que o próprio MC se tenha apercebido dessa contingência quando apresentou pela primeira vez o seu “Estado Social”, pelo cuidado aparentemente dispensável em esclarecer que não era “socialista”: “O Estado deve tomar resolutamente na sua mão os comandos da vida económica para a nortear, para a impulsionar, para a disciplinar. Mas não para a entorpecer. [...] É por isso que defendo um Estado Social – mas não socialista. Social na medida em que coloque o interesse de todos acima dos interesses dos grupos, das classes ou dos indivíduos. Social por fazer prevalecer esse interesse mediante a autoridade que assenta na razão coletiva. [...] Mas não socialista, pois se pretende

²¹⁸⁴ CAETANO, Marcello, *Contra a revolução fomentadora de anarquia e criadora de miséria*, discurso proferido na sessão de encerramento do plenário da C.D. de Setúbal da ANP, a 18 de Junho de 1972, SEIT, p.6.

²¹⁸⁵ Discurso de Salvador Allende, cit. in MATTELART, Armand, *História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global*, p.296.

conservar, dignificar, estimular até a iniciativa privada e animar as empresas a fazer aquilo que o Estado nunca poderia realizar sozinho.”

A convergência estendia-se também à intenção de cumprir “cada vez com mais firmeza e com mais resolução as missões que o nosso tempo impõe aos Estados”.²¹⁸⁶ Durante o mesmo ano de 1972, acentuou a ideia: “para caminharmos nas vias sinuosas da era atômica ou nos situarmos no universo da era interplanetária, não precisamos de mudar a alma”.²¹⁸⁷ Dois meses depois: “Hoje dificilmente um país mantém uma inteira soberania em todos os setores da vida nacional. Os povos são interdependentes como nunca. Procura-se constituir grandes espaços económicos adequados à dimensão necessária das indústrias e às exigências inelutáveis do comércio.”²¹⁸⁸

No caso português, o objetivo não consistiria em expulsar o “capitalismo imperialista”, mas atraí-lo moderada e controladamente. Embora criticasse a concepção socialista/comunista de progresso da sociedade – “como é errada essa visão das coisas!” – e se esforçasse por ser pragmático, até se sentir “traído” pelos “privilegiados”, a preocupação estava presente. “A tendência atual para a criação de grandes espaços económicos onde se movimentem livremente os homens, os capitais e as mercadorias vem abrir novas perspectivas, criar novas preocupações e onerar com novas responsabilidades os governantes e empresários. Se bem que a Nação continue a ser realidade bem presente no espírito e no modo de viver do homem europeu, os tempos do nacionalismo económico vão passados. [...] Temos de nos penetrar bem destas ideias até para deixarmos de encarar as aplicações de capitais estrangeiros no nosso país como atos de colonialismo económico. Esses capitais serão bem-vindos quando venham efetivamente ajudar ao fomento interno e não explorar-nos, e tudo o que devemos fazer é evitar a sua proveniência de uma só fonte, facilitando a diversidade nacional dos investidores. [...] Nunca será de mais insistir no apelo à iniciativa privada para que não perca tempo, o pouco tempo ainda ao seu dispor, para se adaptar às circunstâncias.”²¹⁸⁹

Aproximando-se de uma confirmação da “teoria da convergência dos sistemas”²¹⁹⁰, seria na realidade o espírito de resistência, à direita e à esquerda. Ao contrário de François

²¹⁸⁶ CAETANO, Marcello, *Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a pátria*, discursos proferidos, em Maio de 1969, na cidade do Porto, SEIT, p.11.

²¹⁸⁷ CAETANO, Marcello, *Pela Segurança, Bem-estar e Progresso do povo Português*, discurso proferido na conferência anual da ANP, no Palácio dos Congressos no Estoril, em 28 de Fevereiro de 1972, SEIT, p.22.

²¹⁸⁸ CAETANO, Marcello, *A lição do Brasil*, discurso proferido na rádio e na televisão, em 10 de Abril de 1972, SEIT, p.8.

²¹⁸⁹ CAETANO, Marcello, *Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a pátria*, discursos proferidos, em Maio de 1969, na cidade do Porto, SEIT, pp.20-21.

²¹⁹⁰ Vários autores terão contribuído decisivamente para o desenvolvimento da teoria (Pitirim Sorokin, Raymond Aron, Zbigniew Brzezinski, Samuel P. Huntington, C. A. Zebot, E. Goodman, Walter W. Rostow, Simon Kuznets, entre outros). No entanto destacamos aqui dois autores: TINBERGEN, Jan (1903-1994), *Hacia una*

Mitterrand (1916-1996), quando preconizou “um socialismo do possível”²¹⁹¹, Allende procurou implementar “o” socialismo democrático (impossibilitado). Pode por isso considerar-se a ditadura de Pinochet como um ensaio geral do modelo “neoliberal” de integração na nova ordem global. Semelhantemente, ou, dito de outra forma, na convergência da diferença, o “corporativismo atualizado” de MC continuava a postular-se como o “corretor” do capitalismo.²¹⁹² Muito embora MC estivesse decidido a ir a jogo, no sentido em que não pretendia desafiar a nova realidade, mas conservar uma fórmula política “original” que possibilitasse, teoricamente, o contraponto à “abertura” económica. Segundo a noção marcelista de que a estrutura corporativa permitiria, em qualquer circunstância, manter as rédeas da economia e resguardá-la dos excessos capitalistas.²¹⁹³ No fundo, a resposta ao “repto” da “invasão” pelo mundo a que se referia Adérito Sedas Nunes em 1966. Sem, contudo, ser “conquistado”.²¹⁹⁴

O impulso inflacionista generalizado no final dos anos 60, que condicionaria decisivamente o governo de MC, era o “mal” visível dum complexo paradoxo.²¹⁹⁵ A expansão sem precedentes do capital transnacional gerara também uma profunda crise de confiança, elemento chave dos mercados, nesse mesmo modelo de crescimento económico. Para além dos acontecimentos já mencionados – o fim da convertibilidade do dólar em ouro decidida por Nixon em 1971, a liberalização generalizada dos movimentos de capitais nos EUA em 1974, a crise petrolífera em 1973/74, as pressões do “grupo dos 77” no seio da ONU e a estagnação

economia mundial: sugerencias para una política económica internacional, Barcelona, Ediciones de Occidente, 1965; *International economic integration*, Amsterdam, Elsevier Publishing Company, 1965; GALBRAITH, John Kenneth (1908-2006), *The affluent society*, Harmondsworth, Penguin Books, 1968; *O novo estado industrial*, Lisboa, D. Quixote, 1973 (original de 1967); *A fraude inocente: o crescimento das grandes empresas e o futuro da democracia*, Cascais, Gestãoplus, 2006.

²¹⁹¹ MITTERRAND, François, *Um socialismo do possível*, Lisboa, Moraes Editores, 1973 (original de 1971).

²¹⁹² “O presidente do Conselho chama a atenção, a propósito dos números citados pelo secretário de estado da Indústria, para o fato de na teoria clássica dos ciclos serem as indústrias de bens de consumo as que primeiro refletem tendências de crise; parece verificar-se o tradicional desfasamento de reações entre esse setor e os dos bens intermédios e de equipamento, o que requer cuidadoso acompanhamento e interpretação. O fato de nos últimos quarenta anos ter sido possível evitar, por meio de providências adequadas, as crises periódicas de sobreprodução não deve ser motivo para nos esquecermos do perigo. Claro que não é a economia portuguesa que as desencadeia: mas a universalização dos fenómenos origina por todo o lado a produção de sintomas que importa considerar com atenção.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fl.10.

²¹⁹³ Neste sentido é interessante o debate em torno da (ir)relevância da propriedade dos meios de produção. Enquanto o liberal Adolf Berle falava em “power without property”, Gunnar Adler-karlsson, grande teórico sueco do socialismo democrático, afirmava que “atualmente, a propriedade formal dos meios de produção é uma questão secundária, tal como tem sido amplamente provado pela experiência socialista sueca. O que é de primeira importância é a distribuição na sociedade das funções políticas e económicas que se ocultam debaixo da propriedade formal”. ADLER-KARLSSON, Gunnar, *Functional Socialism – a Swedish theory for democratic socialization*, Prisma, Estocolmo, 1967, p.7. BERLE, Adolf, *The Twentieth Century Capitalist Revolution*, Harcourt Brace and Company, New York, 1954; *Power without property. A new development in American Political Economy*, Harcourt, Brace and World, New York, 1959.

²¹⁹⁴ NUNES, Adérito Sedas, *Sociologia e ideologia do desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1966, pp.257-284.

²¹⁹⁵ GALBRAITH, John Kenneth, *Inflação: mal universal!*, Lisboa, D. Quixote, 1974.

da produção industrial nas economias mais desenvolvidas – verificou-se a agudização da crise do modelo do *welfare state* ou “estado social”.²¹⁹⁶ As dificuldades da social-democracia nos países escandinavos, paradigmas por excelência desse modelo, demonstram a força daquela conjuntura internacional. Na Noruega, o socialismo reformista fora ultrapassado pela formação de uma maioria “moderada” e “conservadora” entre 1965 e 1971. Na Suécia, o primeiro governo de Olof Palme, iniciado em 1969, foi condicionado desde o princípio por uma lenta agonia, até ser derrotado nas eleições de Setembro de 1976.

O paradoxo adensava-se. A descolagem vitoriosa duma economia financeira puramente especulativa em relação à economia “real” fazia da “crise” sua companheira inseparável. A fatura chegava em nome dos modelos político-económicos interventivos: se o estado se limitasse a assumir o papel de amortecedor, por ser o meio mais rápido e eficaz de transferência massiva de capitais, nomeadamente através da dívida, a especulação financeira e a nova economia integrada correriam sem sobressaltos. Desta forma, o realce da dissonância permitia disfarçar a ausência de harmonia.

O segundo grande paradoxo consistia no conflito astuciosamente concebido ou espontaneamente despoletado, conforme o grau de boa-fé aplicado na leitura, entre “liberdade” e “democracia”. Por um lado, a análise exclusivamente economicista operada por um determinado setor “neoliberal”, onde se destacou Milton Friedman (1912-2006). Com base no princípio de que “a igualdade entra vivamente em conflito com a liberdade”, Friedman considerou que “uma sociedade que põe a igualdade à frente da liberdade acabará por não ter nem igualdade nem liberdade”, dado que, para o economista, “uma sociedade que põe a liberdade em primeiro lugar acabará por ter, como feliz subproduto, mais liberdade e mais igualdade”.²¹⁹⁷

Por outro lado, o “anúncio” do fracasso das “democracias” ocidentais. O relatório final (1975) da Comissão Trilateral, promovida em Julho de 1973 por iniciativa do *bilderberguer* David Rockefeller e constituída por largas dezenas de individualidades do chamado mundo ocidental (incluindo o Japão), entre as quais se destacaram o francês Michel Crozier (1922-2013), o americano Samuel P. Huntington (1927-2008) e o japonês Joji Watanuki, começou

²¹⁹⁶ Ver, entre outros, FLORA, Peter, HEIDENHEIMER, Arnold J., *Lo sviluppo del welfare state in Europa e in America*, Bologna, Il Mulino, 1983.

²¹⁹⁷ FRIEDMAN, Milton e Rose, *Liberdade para escolher*, Lisboa, Europa-América, s.d. (original de 1979), p.202. Na mesma obra (pp.172-174), o autor defendeu o seguinte:

“A extinção do atual sistema de Segurança Social eliminaria os efeitos que presentemente se fazem sentir relativamente à falta de incentivo para a procura de trabalho, o que representaria, igualmente, um maior rendimento nacional corrente. Conduziria à poupança individual e, portanto, à formação de taxas de capital mais elevadas e de uma taxa de crescimento do rendimento mais acelerada. Estimularia o desenvolvimento e a expansão de planos de pensões privados, aumentando deste modo a segurança de muitos trabalhadores.”

com uma pergunta inquietante do diretor da Trilateral, Zbigniew Brzezinski: “a democracia está em crise?” A resposta daqueles três autores não podia ser mais negativa. “As democracias ocidentais são ingovernáveis. Multiplicam-se os fatores de desestabilização. Na economia, reafecção e austeridade passaram a ser as palavras-chave. [...] Quanto mais democrático é um sistema, mais exposto está a ameaças intrínsecas. Nos últimos anos, o funcionamento da democracia parece incontestavelmente ter provocado uma derrocada dos meios tradicionais de controlo social, uma deslegitimação da autoridade política e das outras formas de autoridade, e uma sobrecarga de exigências dirigidas ao governo, exigências essas que excedem a sua capacidade de as satisfazer.” Entre os desafios, destacaram “o que é lançado pelos intelectuais e pelos grupos próximos deles, que afirmam o seu desagrado perante a corrupção, o materialismo e a ineficácia da democracia, e ao mesmo tempo perante a submissão dos governos democráticos ao capitalismo monopolista”. Comparável, segundo os autores, ao que se passou anteriormente com “as cliques aristocráticas, os movimentos fascistas e os partidos comunistas”. A conclusão oferecida por Huntington continua a suscitar a maior perplexidade: “Acabámos por reconhecer que há limites para o crescimento económico.”²¹⁹⁸ Há também limites potencialmente desejáveis para a extensão indefinida da democracia política”.²¹⁹⁹

Se aplicarmos o método de leitura de Leonardo da Vinci, pode facilmente concluir-se que se tratava de uma ideia ao serviço do globalismo financeiro-mercantilista. À semelhança da interpretação de Maquiavel por Rousseau, para quem *O Príncipe* era uma lição sobre o “poder” dirigida, na verdade, aos “povos”, a aparente (ou genuína) preocupação com a saúde das democracias ocidentais carregava um outro sentido: desenvolver mecanismos que possibilitassem ao sistema demoliberal (formal) suprimir a “revolta” e as “tensões sociais” em face do aumento das desigualdades.²²⁰⁰ Isso mesmo intuiu, em Outubro de 1972, outro Jean-Jacques – Servan-Schreiber (1924-2006) – quando mencionou o “desafio das companhias multinacionais à soberania política dos países”. Ao contrário de Huntington, o autor francês preconizava a definição de novas regras internacionais que “limitassem” não a democracia, mas o apetite interminável dessas companhias e das instituições financeiras. Regras sem as quais, defendia Servan-Schreiber, “a opinião pública dos diferentes países se revoltará contra

²¹⁹⁸ Embora noutra lógica e, provavelmente, com outros objetivos, em 1972 fora publicado o mediático livro sobre os “limites do crescimento”: MEADOWS, Donella H. e Dennis L., RANDERS, Jorgen, *The limits to Growth*, New York, Universe Books, 1972.

²¹⁹⁹ CROZIER M., HUNTINGTON, S. P., WATANUKI, J., *The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*, New York, University Press, 1975, pp.4-8 e 115.

²²⁰⁰ Qualquer interpretação da “terceira vaga” não deverá, portanto, ignorar aquele relatório: HUNTINGTON, Samuel P., *The third wave: democratization in the twentieth century*, Norman, London, University of Oklahoma Press, 1993.

o seu excesso de poder”.²²⁰¹ Exatamente o que a Comissão Trilateral parecia querer prevenir. Harlan Cleveland (1918-2008), embaixador norte-americano na NATO entre 1965 e 1969, confirmava isso mesmo em 1976, ao propor uma “declaração de interdependência”, culminar de um projeto de “comunidade das nações desenvolvidas”, segundo um princípio de “internacionalismo liberal”.²²⁰² Na base de tudo estariam as transmutações escarpadas por Michel Foucault na referida obra de 1975 – *Vigiar e Punir*.

O discurso antidemocrático de MC era assim apanhado em contraciclo pelo último paradoxo de todos: por um lado, minotaurizado por mais de quatro décadas de ditadura e, por outro, caucionado pelo contexto de “crise” profunda em que o ocidente se via mergulhado. O excepcionalmente longo prefácio de MC à terceira coletânea dos seus discursos, *Renovação na Continuidade*, foi inteiramente dedicado a esse problema.²²⁰³ Um texto perfeitamente integrado, intelectual e politicamente, no debate em curso. Quer na identificação da fragilidade democrática, “uma flor de estufa”, quer pela resistência à cavalcada imparável e “neoliberal” dos “mercados”.

Com o agudizar da situação política interna, o discurso foi evoluindo. Um ano depois, em Setembro de 1972, rejeitou abertamente a “democracia”.²²⁰⁴ Em Junho de 1973, um mês antes do apelo internacional de David Rockefeller, MC fazia o seu “apelo ao interesse geral”. Depois de pretender acabar “com essa classificação ridícula de direitismos e esquerdismos quanto às atitudes e procedimentos do governo”, proferiu um dos discursos mais significativos. “Temos de escolher entre um regime que sustenta os princípios da iniciativa individual, da propriedade privada, da liberdade civil – e o comunismo que aniquila a iniciativa, a prosperidade e a liberdade dos indivíduos para as substituir pelo domínio tirânico de uma nova classe burocrática. Não pensem os ingénuos que há terceiras vias. Que pode ter êxito um regime liberal-democrata para o qual, mesmo no tempo em que ele era atual na

²²⁰¹ *Le Monde. Dossiers et documents: les firmes multinationales*, 1974, nº8, p.3. Ver SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques, *O desafio Americano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1969; *Incertitudes américaines: colloque de Princeton*, Paris, Calmann-Lévy, 1970.

Quando em 1972 produziu aquelas afirmações percebera que o “desafio” que atribuíra à “América” era na verdade um desafio “global”.

²²⁰² CLEVELAND, Harlan, *The third try at world order: US policy for an interdependent world*, World Affairs Council of Philadelphia, 1976. Em 1961, publicara uma obra com um título sugestivo: *The promise of world tensions*, New York, Macmillan, 1961.

²²⁰³ CAETANO, Marcello, *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971, pp.VII-XXXIX. Os subtítulos do texto oferecem uma visão do conteúdo: “a politização do país e os seus aspetos”; “papel da história na educação”; “renovação ou evolução”; “liberalismo no passado e no presente”; “um novo romantismo”; “necessidade de autoridade nas sociedades contemporâneas”; “a liberdade nos dias de hoje é uma flor de estufa”; “dos direitos individuais aos direitos sociais”; “estado social de direito”.

²²⁰⁴ “A democracia será um bom sistema de governo mas nos países que começam por ter a consciência daquilo que se não discute e que sabem estar o segredo da prosperidade e até do florescimento cívico no trabalho perseverante, bem feito e produtivo.” CAETANO, Marcello, *Ao cabo de quatro anos: problemas e soluções*, discurso proferido perante as comissões da ANP, em 27 de Setembro de 1972, SEIT, p.14.

Europa, nunca mostrámos capacidade, ou alguma fórmula de social democracia sem dirigentes nem apoio popular. Qualquer experiência desse género, ainda que artificialmente sustentada pelo apoio estrangeiro – e a Internacional Socialista não esconde os seus propósitos de transformar o nosso País em coutada sua – não passaria de fórmula transitória. Porque a única ideologia da oposição que tem uma organização com sequazes militantes é a comunista. E o único grupo com capacidade de combate, de aglutinação e de domínio nessa oposição é o partido comunista. Aveiro verificou²²⁰⁵, ainda não há muito, que assim é.”²²⁰⁶

A simplificação operada por MC aproximava-se, bem decerto, da primeira proposição nietzschiana sobre a “crise” e a “ideia de eterno retorno”: “posições extremistas não são compensadas por posições moderadas, mas por posições *extremistas* contrárias”.²²⁰⁷ Mas qual o derradeiro sentido destas palavras? O evidente abandono dos requintes semânticos em torno da palavra “democracia”, que fizeram as delícias do seu antecessor e de alguns dos seus críticos, parecia denunciar a criogenização da “moderação” e a suspensão do futuro em “aberto”. Precisamente quando se equacionava, no sentido da salvaguarda do “consenso” seriamente ameaçado, um modelo “neocorporativo” de organização estatal²²⁰⁸, após a explosão em França e Itália dos conflitos sociais em 1968/69.²²⁰⁹

Em face duma previsível reinstitucionalização dos “conflitos de classes”, MC adaptava-se à evolução do conceito de “terceira via”. Desde que Harold Macmillan (1894-1986) definiu a *middle way* em 1938²²¹⁰ até à *third way* trabalhista dos anos 90²²¹¹, o conceito

²²⁰⁵ “Em resumo: o Congresso de Aveiro [da oposição] foi dominado pelos comunistas, o que, despertando reações, foi um bem. O Congresso de Tomar [da ANP] vai ser dominado pelos Ministros, o que desencadeou discordâncias e é um mal...” AMC, cx.26, Correspondência/Ferreira, Manuel Homem (deputado por Aveiro entre 1957-65 e 1969-74, um declarado marcelista): nº6 (27/04/73).

²²⁰⁶ CAETANO, Marcello, *O apelo do interesse geral*, discurso proferido em Aveiro, 24 de Junho de 1973, SEIT, 1973, pp.12-13.

²²⁰⁷ NIETZSCHE, Friedrich, *A vontade de poder*, p.39.

²²⁰⁸ Cujos resquícios ficaram até à atualidade: SCHMITTER, Philippe C., *The corporatist sisyphus: past, presente and future*, Badia Fiesolana, San Domenico, European University Institute, 1997; HECQUARD-THÉRON, Maryvonne, *Le groupement et le droit : corporatisme et neo-corporatisme*, Toulouse, Presses de L’Université, 1996 ; HANNOUN, Charley, *Néo-corporatisme et interprofessionnalité. Regards sur la restructuration des espaces professionnels*, Revue Internationale de Droit Economique, Louvain-la-Neuve, AIDE, nº1, 1994, pp.45-63; GIOCOLI, Nicole, *Neocorporatismo ed incertezza*, Studi Economici, Napoli, Facoltà di Economia e Commercio dell’Università di Napoli, Anno 53, nº65, 1998, pp.49-80.

²²⁰⁹ Motivo pelo qual o interesse manifestado por investigadores estrangeiros no corporativismo português era muito bem recebido quer pelo governo, quer pela UN/ANP. Foi o caso de Philippe Schmitter: ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa à imprensa (SSR) – 1970-1971 – cx.746 – mç.3*, fl.66. AMC, cx.54, Correspondência/Sharpe, Lawrence A. (professor de Português na Universidade da Carolina do Norte): nº3 (68 – 74): rascunho de MC. Agradecimento por opinião favorável expressa pelo autor na introdução de livro publicado sobre Portugal e o seu governo: “Portugal e o seu governo são tão mal conhecidos e apreciados pelos estrangeiros que o juízo favorável de um homem culto e experiente não pode deixar de me causar alegria.”

²²¹⁰ MACMILLAN, Harold, *The middle way*, London, EP Publishing, 1978. (original de 1938)

²²¹¹ GIDDENS, Anthony, *The third way: the renewal of Social Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1998; *The third way and its critics*, Cambridge, Polity Press, 2000.

foi progressivamente abandonado pelo centro-direita europeu e conservado quase em exclusividade pela social-democracia (sobretudo britânica). Elementos da escola “ordoliberal” alemã, fundada por W. Eucken, chegaram a aderir.²²¹² Foi o caso de Wilhelm Röpke (1899-1966)²²¹³. No entanto, nos finais dos anos 50 e princípios dos anos 60, no auge do “milagre económico” alemão, Röpke abandonou a fórmula. Substituiu-a pela necessidade de construção da “primeira via”, no sentido duma maior abertura (liberdade económica) do modelo de “economia social de mercado”, imposta por um mundo cada vez mais interdependente.²²¹⁴ A identificação de MC com esse modelo ia ao encontro da visão de José Pedro Pinto Leite, profundamente ligado à RFA.²²¹⁵ No entanto, o problema central a nível mundial permanecia o mesmo: a acumulação.²²¹⁶ O outro prato na balança da “liberdade”.

4.1.2. Dualidades: duas liberdades, dois partidos, duas eleições

A inflexão discursiva de MC encontrava alguma reciprocidade na reflexão liberal. Não fora, como é óbvio, o único criativo em matéria de “liberdades”. Os problemas conjugais entre “liberdade” e “liberalismo” suscitaram novas abordagens filosóficas. Em 1969, Isaiah Berlin republicava ainda com maior sucesso, num conjunto de quatro ensaios, a sua lição de 1958 – *Two Concepts of Liberty*.²²¹⁷ Perante a distinção entre “negative liberty”²²¹⁸ e “positive

²²¹² PTAK, Ralf, *Neoliberalism in Germany: Revisiting the Ordoliberal Foundations of the Social Market Economy*, In MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter, *The Road From Mont Pèlerin: The Making of The Neoliberal Thought Collective*, Cambridge, Harvard University Press, 2009; PTAK, Ralf, *Vom Ordoliberalismus zur Sozialen Marktwirtschaft: stationen des neoliberalismus in Deutschland*, Leske-Budrich, Opladen, 2004.

²²¹³ RÖPKE, Wilhelm, *Die Lehre von der Wirtschaft*, Wien, 1937.

²²¹⁴ RÖPKE, Wilhelm, *Economia y libertad*, Buenos Aires, Foro de la Libre Empresa, 1960; *Organización e integración económica internacional*, Valencia, Fomento de Cultura, Ediciones, 1959.

²²¹⁵ Entre 18 e 24 de Janeiro de 1970, Pinto Leite acompanhou a visita de Rogério Martins à RFA. No regresso, teve longas discussões com o deputado Teixeira Pinto, defensor do velho “protecionismo” corporativo. *Diário das Sessões*: nº17 (29/01/70) e nº26 (25/02/70).

²²¹⁶ Entre outros, o economista britânico Angus Maddison (1926-2010), especialista em história macroeconómica quantitativa, salientou esse aspeto – acumulação de capital – nos seus estudos:

MADDISON, Angus, *Dynamic forces in capitalist development: a long-run comparative view*, London, Oxford University Press, 1991; *Economic growth in the West: comparative experience in Europe and North America*, London, Rotledge, 2010; *Explaining the economic performance of nations: essays in time and space*, Aldershot, Edward Elgar, 1995; *Monitoring the world economy: 1820-1992*, Paris, Development Centre of the OECD, 1995.

²²¹⁷ BERLIN, Isaiah, *Four essays on liberty*, London, Oxford University Press, 1969. Voltaria a ser republicado em 2004 sob o título *Liberty*, que nos serviu de fonte: BERLIN, Isaiah, *Liberty*, London, Oxford University Press, 2004.

liberty”²²¹⁹ o autor inclinou a sua preferência para a primeira, associada às coações indevidas, por temer que a segunda possibilitasse à classe política no poder (ou a uma nova) prescrever erradamente os códigos normativos da sociedade. No entanto, a dialética entre ambos os conceitos levantava sérias dificuldades.²²²⁰ Mais tarde, em 1988, o autor assumiria o seu reposicionamento, ao considerar que “both are inescapable”.²²²¹ Aproximava-se da crítica de alguns economistas, como Amartya Sen, que, apesar de aceitar a distinção, tinha reservas em relação à escolha de uma delas.²²²² Também Ralf Dahrendorf, centrado na questão liberal por excelência – a “oportunidade” –, sublinhava em 1988 as limitações da concepção de Berlin e do absoluto liberal de “liberdade”.

“A liberdade negativa pode transformar-se na liberdade de alguns poucos para enriquecer, sem qualquer limitação [...]. A cidadania é o epítome da liberdade, neste sentido. A sociedade civil é o meio na qual floresce. Na sociedade civil, o cidadão está em casa. Por vezes, os liberais arriscam-se a preocupar-se indevidamente mais com os meios do que com os fins, mais com as instituições democráticas e o mercado do que com o bem-estar humano. Até certo ponto, é como deve ser: numa sociedade livre, ninguém diz às pessoas como devem viver, elas são autorizadas até a ser infelizes. Mas a cidadania e a sociedade civil vão um grande passo à frente das eleições e dos mercados. São objetivos por que se luta para serem alcançados, em vez de perigos a evitar.”²²²³

Década e meia antes da *perestroika*, que animou a intelectualidade europeia, MC entrava nesse debate com manifesta acuidade, demonstrando o quanto nele o “intelectual” tendia a antecipar-se ao “político”. Fazia-o, claro está, condicionado pela realidade nacional e pela particularidade da sua posição: ao contrário dos “liberais”, que refletiam a partir da experiência, MC partia da ausência dessa experiência, que além do mais pretendia evitar.

²²¹⁸ Inspirada em autores como Tocqueville, Montesquieu, John Locke, David Hume e John Stuart Mill: “Liberty in the negative sense involves an answer to the question: *What is the area within which the subject — a person or group of persons — is or should be left to do or be what he is able to do or be, without interference by other persons.*”

²²¹⁹ Inspirada em autores como Platão, Aristoteles, Rousseau, Kant e Hegel: “Is involved in the answer to the question: *What, or who, is the source of control or interference that can determine someone to do, or be, this rather than that?* The two questions are clearly different, even though the answers to them may overlap.”

²²²⁰ “Where it is to be drawn is a matter of argument, indeed of haggling. Men are largely interdependent, and no man's activity is so completely private as never to obstruct the lives of others in any way. *Freedom for the pike is death for the minnows*; the liberty of some must depend on the restraint of others. Freedom for an Oxford don, others have been known to add, is a very different thing from freedom for an Egyptian peasant.”

²²²¹ JAHANBEGLOO, Ramin, *Conversations with Isaiah Berlin*, London, Peter Halban, 1992.

²²²² Ver, entre outros, SEN, Amartya, *Choice, welfare and measurement*, Cambridge, Harvard University Press, 1997; *On economic inequality*, Oxford, Clarendon Press, 1997; *On ethics and economics*, Oxford, Cambridge, Blackwell, 1997; *Rationality and freedom*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.

²²²³ DAHRENDORF, Ralf, *Ensaio sobre o Liberalismo*, p.77.

“Outrora dizia-se (e os Anglo-Saxões, lentos sempre em se adaptar, continuam a afirmá-lo) que o uso da liberdade se aprende na prática da liberdade. Isso pode ter sido exato quando os homens olhavam placidamente para o futuro e podiam contar com a segurança necessária para que se desenrolasse uma cultura naturalmente, segundo o seu génio próprio. [...] Mas hoje não podemos mais confiar em automatismos sociais. Nem na Economia, nem na Política. [...] A política dos nossos dias nos países ocidentais traduz um compromisso entre soluções socialistas e soluções liberais. Conservam-se a livre iniciativa e a livre empresa, mas fortemente condicionadas pelo dirigismo mais ou menos enérgico dos poderes públicos e por uma rede de legislação que impõe severas obrigações a observar. [...] Por isso, enquanto no século passado o ideal dos filósofos estava no que se chamou «Estado de Direito», hoje, os que continuaram na linha dessa filosofia falam já no «Estado Social de Direito». [...] A verdade é que a máxima liberdade conduz à máxima desigualdade. Não só por permitir, com justiça, o triunfo na competição entre os indivíduos dos mais dotados de iniciativa, de decisão, de vontade e de tenacidade, como por favorecer igualmente os de maior ousadia e de menos escrúpulos. [...] Todo o problema das liberdades tem sido, e carece de ser, repensado à luz das novas realidades. [...] Para salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa importa que as não hipertrofiemos em relação às justas exigências da coletividade. Há que encontrar um ponto de equilíbrio. Essa é a preocupação dos neoliberais como também dos que preconizam um socialismo humanista. Foi, também, desde sempre, o tema da minha doutrinação do corporativismo português.”²²²⁴

A “quadratura do círculo”, enquanto desafio de combinar bem-estar económico com coesão social e liberdade política, não se apresentou perante as sociedades europeias somente no final do século XX.²²²⁵ Um quarto de século antes, o desafio parecia ainda maior para um país com um trajeto oposto ao das democracias mais avançadas da Europa. Não era o risco de perda que estava em causa, como nesses casos. Com a possível exceção da coesão nacional, em todo o caso ilusória devido à guerra e à manutenção dos aparelhos de repressão. Era o desafio da novidade e do “equilíbrio” a que se referia MC. Enquanto Dahrendorf avisava, nos anos 90, sobre o fato de algumas sociedades terem renunciado à liberdade individual e apresentarem o risco de perder o bem-estar e a coesão social, MC integrava em 1970-71, com inegável fundamento, a sua descrença natural na “crise” conjuntural.

²²²⁴ CAETANO, Marcello, *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971, pp.XXVIII-XXXVI.

²²²⁵ DAHRENDORF, Ralf, *A quadratura do círculo: bem-estar económico, coesão social, liberdade política*, Lisboa, Edições 70, 1996.

As reuniões ou “mesas-redondas” promovidas por alguns marcelistas após as eleições de 1969, com o objetivo de discutir ideias para o futuro, demonstram a convergência na “vontade impotente”. Ou seja, o momento, segundo Maquiavel, quando tudo ou todos começariam a “periclitar”. Tavares Rodrigues foi um dos animadores. Os documentos de então são menos entusiásticos do que os testemunhos posteriores.²²²⁶ Não se questionam aqui as intenções ou aspirações por parte dos intervenientes. Até porque não é matéria de fato. Conforme preveniu o autor de Eclesiastes, aquilo que ainda não existe não pode ser calculado (Ec 1: 15). O certo é que a “prudência” parece ter levado a melhor sobre o “risco”. Em 31 de Outubro, Tavares Rodrigues relatava o seguinte: “Ficou assente, à saída, que cada um pensasse nos assuntos debatidos e nos voltássemos a reunir breve – para, assentes algumas conclusões, se dirigir convite ao nosso Presidente para um almoço a realizar antes da abertura da Assembleia. Sobre esse encontro tão expressivo quanto ao que Portugal pode esperar de Si acrescentarei ainda que me foi deveras grato conhecer moços tão inteligentes e valiosos quanto o Dr. Miguel Galvão Teles e o Dr. Diogo do Amaral, (mais brilhante o primeiro, mais sereno o segundo), bem como o tão modesto quanto esclarecido jovem Marcelo Rebelo de Sousa. No referente ao circunspecto João Salgueiro, contrariamente aos boatos que referiam haver já apresentado o respetivo pedido de demissão, creio que não se recusará ao “comprometimento” decisivo logo que exista uma Associação compatível com os objetivos de uma significativa massa de portugueses entre os 20 e os 50 anos.”²²²⁷

Quatro dias depois: “Espero reunir no próximo sábado num almoço aqui na Latina os Drs. João Salgueiro, Galvão Teles, Diogo do Amaral, e o jovem Marcello Rebelo de Sousa. Vamos tentar aclarar ideias. Oxalá consigamos chegar a conclusões de alguma utilidade.”²²²⁸ Enquanto isso não acontecia, Tavares ia conversando com elementos da oposição: “Diz-me também o Dr. Ribeiro dos Santos que a linha política dos adeptos da CEUD – firmemente dispostos a prosseguir, embora com bases necessariamente diferentes – aceita, reclamando-a, a “evolução” da política governamental – estando, pois, de parte todo e qualquer recurso ou apoio à ação violenta. [...] Na sua opinião – partilhada pelas figuras mais representativas do movimento – a solução suposta de mais fácil materialização reside na autorização de “associações cívicas”. Conversando sobre o pensamento da CDE, surpreende-o o “abrandamento” do tónus geral das reivindicações formuladas por algumas das suas figuras mais representativas. Falando depois sobre Si, não hesitou em me testemunhar uma vez mais

²²²⁶ CASTILHO, José Manuel Tavares, *Marcello Caetano: uma biografia política*, pp.485 e segs.

²²²⁷ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°44 (31/10/69).

²²²⁸ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: n°45 (04/11/69).

e, vincadamente agora, o apreço em que o tem “e até a confiança depositada na Sua capacidade de encontrar soluções positivas para a crise atual”.²²²⁹

Oito curtos meses depois começaram as desresponsabilizações: “Estou bem recordado do que se disse em Monsanto, no ano findo, poucos dias após o termo momentâneo de dias de inquietação e contrariedades sem fim. Tenho bem presente, também, quanto, em conversa posterior, foi dito numa reunião com o João Salgueiro, o Diogo Amaral, o Miguel Galvão Teles e o Marcello Rebelo de Sousa. Depois... houve incidentes motivados pelo fato de a posição e declarações do Tengarrinha, debatidas nesse encontro, terem sido comentados nos meios oposicionistas, gerando tomadas de posição, declarações públicas e uma série interminável de incómodos. Não escondo que, talvez por fadiga, talvez por nunca mais me haver sido dado saber o que se passava nos bastidores, fui-me distanciando da questão [...]. De certo modo inesperadamente surgiu-me a ANP.”²²³⁰

Em Agosto de 1970, MC recebia as provas para uma coluna no jornal *A Capital*, intitulada “Diálogos para o Portugal Novo”, a publicar “dia sim, dia não”, sob o pseudónimo de “coesus”. O conjunto de sete textos enviados por Marcelo Rebelo de Sousa nesse mês seria, segundo o próprio, o “primeiro passo de jornalismo na via marcelista de centro-esquerda, e de apoio às linhas avançadas do governo”.²²³¹ Salvo algumas interrogações, colocadas em relação a certas expressões de pormenor (“impasse”, “juventude não militarista”, utilização da palavra “claro” sobre os “parâmetros” que regiam as “relações metrópole-ultramar”, a apresentação de uma indefinida “tese evolucionista”), os seis primeiros textos não mereceram reparos da parte de MC.²²³² O que se entende: nem sequer iam além do seu próprio discurso. Apenas o 7º artigo – “Reflexões sobre o Estado Social” – mereceu um “corte”.²²³³

Neste último artigo, “coesus” enfatizou bastante a definição de “estado funcional” elaborada por George Burdeau (1905-1988).²²³⁴ Um suporte teórico da maior relevância.

²²²⁹ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº47 (13/11/69).

²²³⁰ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº50 (28/07/70).

²²³¹ AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Marcelo Nuno Rebelo de: nº1 (21/08/70).

²²³² AMC, cx.55, Correspondência/Sousa, Marcelo Nuno Rebelo de: nº1 (21/08/70). Anexo 1: “1970 – na mudança de regimes”; Anexo 2: “A Primavera Ultramarina”; Anexo 3: “Serviço Militar”; Anexo 4: “Notas sobre o Fomento Económico”; Anexo 5: “Política Social de Terrenos”; Anexo 6: “Inflação”.

²²³³ “Responsabilidades Cívicas: E é evidente que a consciência cívica de cada um não pode enjeitar essa tremenda responsabilidade que se traduz em enfrentar e tomar posição perante o curso dos acontecimentos públicos. Foi hábito que se perdeu e que ainda se está a recuperar, mas é precioso o aceleração dessa recuperação, é imperioso o reclamar desde já de uma lei de imprensa. E estes sinais exteriorizadores de uma maturidade política terão que se multiplicar para que a tutela paternalista cesse perante a desejada maioridade da população.” (o sublinhado corresponde à chaveta colocada por MC com um “x”) Idem: anexo 7.

²²³⁴ “Há que capacitarmo-nos que o Estado moderno, socialista ou não, tem de ser um Estado funcional. É a Georges Burdeau que se deve atribuir a paternidade da expressão: Estado funcional é aquele em que o setor

Além da “desvalorização da luta política”, no capítulo correspondente²²³⁵, Burdeau sublinhou particularmente o “valor do bipartismo”, em detrimento do “estado partidário” (de que deu o exemplo negativo da URSS), do “estado de partidos” (por permitir “a colonização do estado pelos partidos”), e da fórmula de “partidos sem estado” (de que deu o exemplo negativo da IV República francesa). Para Burdeau, a superior validade do bipartismo residia no seguinte:

“Simplesmente importa considerar que o *two party system* não se distingue do multipartismo apenas pelo número de partidos. A verdade é que, numa e noutra fórmula, eles têm uma natureza diferente. No multipartismo, cada um dos partidos é uma divisão do todo, uma fração de um conjunto. No bipartismo, os partidos são uma maneira de ser do todo, uma perspectiva onde se reencontra o conjunto. [...] O bipartismo é a fórmula que garante uma aproximação ótima entre as exigências dos partidos e os imperativos do Poder estatal.”²²³⁶

O tema preocupou MC pelo menos dez anos antes daquelas reuniões, quando indagou a geração imediatamente anterior à de Galvão Teles, Freitas e Rebelo de Sousa sobre o que pensaria acerca do “monopartidarismo (teórico ou prático) e o polipartidarismo” [sic], conforme recordava então Henrique de Carvalho.²²³⁷ Em 1965, admitira abertamente a eficácia do sistema bipartidário. “O mecanismo deste sistema tem sido afinado ao longo de séculos de experiência sábia e prudente em que foram sendo definidas regras de jogo geralmente aceites e respeitadas [na Grã-Bretanha]. Mesmo assim, a sua regularidade e eficácia dependem da existência na cena de dois partidos, apenas. Nos outros países europeus a responsabilidade dos governos perante assembleias recrutadas pelo sufrágio universal criou, por via de regra, a multiplicidade dos partidos e a preponderância destes na vida pública, constituindo uma cortina artificial entre opinião e os governantes. O domínio dos partidos através das assembleias dissolveu a autoridade dos Governos em benefício de um

público por necessidade de servir de intérprete às forças sociais participa ativamente na gestão da coletividade. Assim o Estado sem deixar de ser um poder, é efetivamente qualificado pela função que traduz a sua própria razão de ser.” Ibidem.

²²³⁵ BURDEAU, George, *O Estado*, Coleção Saber, Publicações Europa-América, 1970, pp.163-202.

“Capítulo V – O Estado Funcional:

1. Da luta à gestão: a mudança de objetivo da atividade política; classes diferentes, mas um mesmo barco; a desvalorização da classe política; a promoção das atividades de gestão; da psicose da pobreza à vontade reguladora.
2. O poder agrilhado: o fim da era das escolhas; o autoritarismo clandestino.
3. Carateres do Estado funcional: política e racionalidade; a inelutável de uma autoridade reguladora; a ressurreição do despotismo esclarecido; Leviatão teleguiado.”

²²³⁶ BURDEAU, George, *O Estado*, pp.111-112.

²²³⁷ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº75 (27/01/73). Respondeu que o que país na altura queria era “reforma da administração pública e particular”.

anarquizante feudalismo de interesses e criou uma verdadeira oligarquia de dirigentes partidários.”²²³⁸

Repetiu a ideia na última revisão do “Manual”, antes de assumir o governo, acrescentando o hibridismo que, segundo ele, caracterizava o sistema britânico: a convivência entre instituições de caráter “autocrático” e “democrático”, segundo o princípio de que “as instituições estão, pois, relacionadas com as formas políticas, mas não são elas próprias a forma política.”²²³⁹ A renomeação da UN em ANP e a criação da SEDES obedeceriam a este enquadramento teórico: opção pelo consensual “associativismo cívico” antes duma configuração partidária; tentativa de captar o policentrismo social através dessas instituições²²⁴⁰; rejeição dos modelos partidários oposicionistas (sobretudo do PCP, sob qualquer forma), quer pela sua inclinação para o multipartidarismo, quer pela previsível impossibilidade de um “compromisso histórico”.²²⁴¹

Quanto à ANP, a inspiração no caso italiano parece evidente: “Já escrevi a várias pessoas louvando o seu gesto de denominar com o adjetivo “popular” o grande partido ou melhor dita “instituição” da União Nacional do Estado Novo. Recordo-me de ouvir aí por 1946, em Roma, o malogrado D. Luigi Sturzo lamentar-se na Casa das Irmãs Canossianas, à Via Appia Nuova, onde passou o resto da vida como um santo, lamentar-se confidencialmente de que os Norte-americanos e a Santa Sé tinham imposto ao seu partido a denominação de “Democracia Cristã”, quando ele insistia que se chamasse “Partido Popular Italiano”, como de resto o seu jornal fora denominado “Il Popolo”. Desta sorte a “Democracia Cristã” da Itália, que no ideal de Don Sturzo deveria representar na política o centro bem equilibrado, alienou imediatamente aqueles a quem repugnava a democracia liberal e os judeus, que ainda hoje constituem um escol, uma elite incontestável, entre os intelectuais e industriais italianos.”²²⁴²

O exemplo proporcionado pela erosão dos governos de centro-esquerda italianos, até ao massacre fascista na Piazza Fontana, em 12 de Dezembro de 1969, impulsionava a ANP para o tal “centro bem equilibrado”. O propósito de demarcação da influência dos EUA e da

²²³⁸ CAETANO, Marcello, *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, p.53.

²²³⁹ CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 5ª edição, 1967, p.345.

²²⁴⁰ “Ao lado destes aspectos, outro porém me pareceu com relevo que deve ser registado: vai-se tornando saliente na vida pública portuguesa o policentrismo a que até o novo Patriarca não deixou de aludir, ao falar pela primeira vez.” De seguida citou Voltaire: “*Detesto as suas ideias, mas deixar-me-ia matar para que Você tivesse o direito de livremente as defender.*” AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²²⁴¹ Na sequência do golpe militar no Chile, da política externa americana e da crise económica, Enrico Berlinguer, que sucedera a Luigi Longo à frente do PCI, propôs o “compromisso histórico” entre comunistas e católicos (DC).

²²⁴² AMC, cx.29, Correspondência/Igrejas/Montalverne, José, padre (vigário do Convento S.S. Annunziata, Nazareth, Terra Santa, Israel): nº2 (24/03/70).

SS também teria a sua importância. Tal como a questão do divórcio, que deteriorou a relação interna da coligação em Itália e determinou o respetivo crescimento eleitoral do PCI.

O “apoio às linhas avançadas”, por sua vez, parecia insuficiente. A excessiva dependência de MC ultrapassaria, inclusivamente, o paternalismo deste. Em Julho de 1970, quando seria previsível que o pedido surgisse em sentido contrário, Tavares já estava a pedir a MC para não deixar morrer a ANP: “Enfim, o que se me afigura importante é que o Prof. Marcello pense nos riscos de se deixar morrer uma instituição, com o alcance que se previa dever assumir a ANP – possa embora a sua imagem de hoje diferir substancialmente da ideia original.”²²⁴³ Quatro meses e meio depois, quando do início do processo de revisão constitucional, confirmava-se o quanto a expectativa tendia a superar a audácia: “Passando pelos diversos núcleos moderados e chegando, mesmo, aos quadrantes ditos de ideias avançadas (progressistas em especial) é geratriz comum o respeito pela coragem das atitudes, pelo esforço de equilíbrio, pelo substancial avanço, cautelosamente conseguido. Ao centro e à esquerda comenta-se que o seu avanço “na substância”, dando satisfação a certas fações, pode ser reduzido pelas medidas resultantes da conjuntura...”²²⁴⁴

A aparente falta de interesse de MC pela ANP seria, na realidade, a esperança de que a organização andasse pelo seu próprio pé. A partir de Outubro de 1969, a sua intervenção foi bastante reduzida. O vazio não era compensado. A falta de iniciativa e de autonomia rasava o absurdo.²²⁴⁵ O presidente da Comissão Administrativa do V Congresso, onde se operou a mudança de nome, não perdeu tempo em escrever para o ministro do Interior pedindo “com urgência” “subsídio de 800 cts”, já que não havia dinheiro suficiente para pagar as despesas, na “ordem dos 1000 cts”.²²⁴⁶ No entanto, a Comissão Executiva recebia queixas de filiados

²²⁴³ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº50 (28/07/70).

²²⁴⁴ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº53 (08/12/70).

²²⁴⁵ Mesmo no que refere ao trabalho burocrático. Em toda a correspondência e demais documentação da Comissão Executiva e da Comissão Central da UN/ANP analisada para o período em causa, apenas surgiu um caso de atendimento imediato a um ofício. Por norma, os ofícios demoravam um a dois meses a dar entrada. O caso particular é o de um ofício do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, assinado pelo Delegado do Governo, Henrique dos Santos Tenreiro, a pedir “cadeiras douradas com veludo castanho” para a missa e bênção dos navios que vão partir para os Bancos da Terra Nova e Gronelândia. ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência com diversos organismos corporativos (SSR) – 1969-1971 – cx.722 – mc.155*, fl.3 (25/03/71, recebido 25/03/71).

²²⁴⁶ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência trocada com a SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1970) – 1970-1974 – cx.718 – mc.81*, fl.20 (26/02/70). (embora o documento esteja catalogado nesta pasta, não diz respeito à SEDES mas sim à UN/ANP)

por não lhes ter sido cobrada nenhuma cota.²²⁴⁷ Aliás, a atividade política da Comissão Executiva quase se resumia à distribuição dos discursos de MC pelo país.²²⁴⁸

Em contraste com o excepcional inconformismo de Sá Carneiro, que insistia em inundar a PCM com requerimentos (na sua maioria relativos a abusos da PIDE/DGS e da Censura)²²⁴⁹, o aparente conformismo de muitos colaboradores parecia chocar e até ofender MC, sobretudo em casos de utilização de cargos públicos para obter melhor situação profissional e financeira.²²⁵⁰ O peso da “conjuntura” caía, invariavelmente, sobre o presidente

²²⁴⁷ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência com a presidência do Conselho (SSR) – 1971-1973 – cx.716 – mc.63*, fl.40 (28/02/72) a 52 (s.d.).

²²⁴⁸ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência com o Ministério da Saúde e Assistência (SSR) – 1970-1974 – cx.717 – mc.71*, fl.27: grelha em folha A3 quadriculada, manuscrita, com a distribuição de folhetos dos discursos de MC pelos vários distritos.

Seis discursos: 1 - “Coordenadas da Política” (330); 2 - “Revisão Constitucional” (520); 3 - “Estado Social” (420); 4 - “O governo fiel à Constituição” (270); 5 - “Pela Recta Intenção de Servir o Povo Português” (740); 6 - “Saibamos ser dignos desta hora” (450). Com a seguinte distribuição: a) – Aveiro: 50 de cada e 0 do primeiro discurso; b) – Coimbra: 50 de cada; c) – Beja: 30 do 1º; 20 do 2º; e 50 do 5º; d) – Braga: 30; 50; 20; 0; 50; 50; e) – Leiria: 50; 100; 100; 50; 100; 100; f) – Lisboa: 50; 50; 50; 50; 50; 50; g) – Porto: 20; 50; 50; 20; 100; 50; h) – Setúbal: 100; 100; 100; 50; 100; 100; i) – Santarém: 0; 50; 0; 0; 50; 0; j) – Évora: apenas 50 do 5º; k) – Faro: apenas 50 do 5º; l) – Viseu: apenas 40 do 5º.

²²⁴⁹ ANTT/PCOS/MC: PRC 17/A-2-8 (05/02-17/02/70): sobre limites máximos de velocidade fixados para automóveis; PRC 17/A-4-9 (29/01-06/02/70): sobre assistência judicial ao arguido durante os interrogatórios; PRC 17/A-8-5 (28/02-07/04/70): sobre limites máximos de velocidade fixados para automóveis nas estradas municipais do Porto; PRC 17/A-15-1 (16/04-17/04/70): instrução de processos a cargo da DGS – assistência judiciária aos arguidos; PRC 17/A-15-2 (16/04-17/04/70): instrução de processos a cargo da PJ – assistência judiciária aos arguidos; PRC 17/A-15-3 (16/04-21/04/70): nota de perguntas sobre negociações com a SS para revisão da Concordata em vigor; PRC 17/A-18-3 (19/02-29/06/71): nº de pessoas detidas à ordem da PJ entre 1966 e 1970 e percentagens das libertadas (com tempo de detenção), pronunciadas ou condenadas; PRC 17/A-18-4 (19/02-11/05/71): nº de pessoas detidas à ordem do Ministério Público, na Metrópole, entre 1966 e 1970 e percentagens das libertadas (tempo de detenção), pronunciadas ou condenadas – “elementos não localizados – requerimento não respondido?”; PRC 17/A-19-10 (05/02-29/06/71): nº de pessoas detidas pela PIDE e DGS entre 1966 e 1970, percentagens (tempo de detenção), pronunciadas ou condenadas; PRC 17/B-1-10 (23/01-11/03/71): regulamento das cadeias estabelecimentos prisionais e instruções para a sua aplicação; PRC 17/B-3-2 (19/04-28/07/71): sobre transferências monetárias de Angola e Moçambique para a metrópole em 1970, referentes a lucros de sociedades comerciais com atividades naquelas províncias e remunerações dos seus administradores e demais corpos gerentes; PRC 17/B-5-7 (16/04/71): relação de publicações impressas não periódicas impedidas de circular entre 1968-1970, autoridades responsáveis, seu fundamento legal, nº de autos de apreensão, processos instaurados e destino das cópias apreendidas; PRC 17/B-7-8 (18/12/70): alteração da legislação sobre instrução criminal, liberdade condicional, medidas de segurança, regime prisional, crimes contra a segurança do Estado, promoção comissão dos juizes e sua nomeação em comissões e *habeas corpus*; PRC 17/B-7-9 (21/12-29/12/70): situação dos presos da cadeia do Forte de Peniche; PRC 17/B-10-3 (16/12/71): submissão à Assembleia do Decreto-lei nº520/71 (sociedades cooperativas que se proponham exercer ou exerçam atividade que não seja exclusivamente económica); PRC 17/B-13-6 (19/04-27/04/72): imposição de censura administrativa às gravações musicais (discos) ou restrições à sua difusão e livre venda ao público; PRC 17/B-15-5 (21/01/72): pedido de informações acerca de José Pedro Correia Soares, detido na Cadeia de Caxias – cópia do inquérito às condições do interrogatório; PRC 17/B-18-2 (07/12-15/12/72): sobre situação do advogado dr. Amadeu Lopes Sabino, transferido para a 1ª Companhia Disciplinar de Penamacor – circunstâncias da sua condenação em Tribunal Plenário, desgradação e transferência para aquela unidade; PRC 17/B-18-5 (18/01/73): pedido elementos sobre caso da Capela do Rato – “elementos não localizados – requerimento não respondido?”; PRC 17/B-18-6 (07/12/72-12/01/73): informação sobre a situação de Dália Rosa Falcato, aluna do Instituto de Agronomia, detida em Caxias; PRC 17/B-30-5 (15/12/69-12/01/70): funcionamento das turmas mistas nos liceus e escolas do ensino primário – orientação geral do governo ou decisão pontual; PRC 17/B-30-6 (16/12-19/12/69): sobre promulgação de uma Lei de Amnistia e de Indultos.

²²⁵⁰ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº80 (01/07/72): “Sei que tem muitas preocupações neste momento com a ação anti-inflação. [...]”

do Conselho. O “apoio” às “linhas avançadas” parecia não chegar sequer para o escudar das críticas pelo “excesso” de “abertura”. O ex-vice-presidente da Concelhia da ANP de Pinhel, Ilídio da Silva Marta, entre outros, protestava “escandalizado”, em 14 de Julho de 1971, pelo seguinte: “Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho, um dos mais acérrimos opositores ao regime que se bateu arduamente na última campanha eleitoral, foi, por obra e graça do Presidente da Câmara, Sr. António Marques dos Santos, eleito presidente da Direção do Grémio da Lavoura deste concelho, e logo que, como por troça, no dia vinte e oito de Maio último!!!” Não admitia ter conseguido uma vitória “retumbante” da UN para “entregar-se lugares de comando a opositores ativistas contra a situação”: “se tivesse sido a oposição a ganhar as eleições, certamente não teríamos nós, os deste lado, entrada nos lugares que eles detivessem no caso da vitória”.²²⁵¹

No mesmo sentido, mas à escala nacional, Aguiar e Silva, pela “confiança no movimento renovador do País iniciado por V. Ex.^a”, questionava “se a “esquerda” não tem estado a conquistar o que perdeu nas urnas. Quando alguns que apoiaram, com palavras e atos, ainda há poucos meses, os grupos políticos que corporizaram a oposição ao regime político vigente e a V. Ex.^a, aparecem como os homens em quem o governo confia para resolver as dificuldades universitárias, busco desesperadamente uma lógica nos factos e não a encontro.” Dois anos depois, a concordância com a política de concessão de “liberdade aos que antes não tinham nenhuma” e de “travão nos indefetíveis do regime”, não compensaria a “chocante” circunstância de deixar publicar “textos que atacam os fundamentos e os valores mais importantes da Nação Portuguesa e da ordem político-social vigente. Não é assim que se

Retomo o meu problema. De facto as razões particulares levam-me a procurar: a) ganhar dinheiro; b) estar fora do foco das atenções, e se possível um período, a iniciar o mais breve possível, no estrangeiro. Expus-lhe pela primeira vez as razões há um ano, em Queluz. Desde então só se reforçaram.” Para não se desligar totalmente, auto propõe-se um lugar na OCDE, que lhe “dá 80 contos por mês. Talvez feitas as contas aos suplementos de viagem, etc., até se esticasse ainda a verba, mas esta já chegava.” Anexo 1 – proposta: “Solução: ministro-adjunto à P.C. para as relações económicas internacionais acumulando com a Embaixada junto da OCDE, da CEE e da EFTA”. AMC, cx.17, Correspondência/Blanc, Ricardo de Faria (secretário de Estado das Finanças): nº1 (14/09/69) – aceitou convite do setor privado. AMC, cx.33, Correspondência/Labisa, António dos Santos (subsecretário de Estado do Tesouro) – pretendia acumular cargos de administração em várias empresas do estado. AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, João Nuno Serras (deputado; delegado do governo junto da Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela): nº1 (10/11/69) – pretendia continuar a acumular o cargo de deputado com o de delegado do governo junto daquela empresa. AMC, cx.47, Correspondência/Rato, Carlos Moreira (governador do Banco de Angola): nº1 (14/03/69) – aceitou convite para empresa do setor privado; nº2 (21/03/69) – recorda palavras amigas de MC de há vinte anos, quando este o elogiou pelo “zelo” enquanto funcionário público, para dizer que lamenta deixar a função pública. AMC, cx.50, Correspondência/Sanches, Samuel Rodrigues (secretário de Estado do Comércio; administrador por parte do Estado do BNU): nº1 (06/06/73). AMC, cx.15, Correspondência/Amaral, João Maria Barreto Ferreira do (eng.º; diretor-geral da Indústria; inspetor-geral do Ministério da Economia): nº1 (29/09/69): queixa-se por ter sido nomeado para novo cargo quando faltava pouco para ter direito a aposentação voluntária no cargo que ocupava.

²²⁵¹ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência relativa à imprensa (SSR) – 1970-1971 – cx.746 – mc.3*, fls.67-71. (António de Melo Corte Real passou a ser então presidente da Concelhia da ANP)

estimula o espírito e a vontade dos que poderão opor, no campo da luta das ideias, uma barreira às doutrinas contestatárias e subversivas. E será escusado apelar para as “maiorias silenciosas” desde que não haja minorias capazes de fazer levedar e de esclarecer essas famigeradas maiorias...”²²⁵²

Semelhantes pressões e a eventual percepção dos conselhos de Maquiavel acerca da escolha dos colaboradores²²⁵³ terão contribuído, em Julho de 1973²²⁵⁴, para a referência às “traíções” e para um certo endurecimento.²²⁵⁵ Cujas compreensões não pode deixar de incluir a delicadeza de respeitadas figuras da oposição, como José Rabaça (1926-1998).²²⁵⁶ Parafraseando Pessoa, independentemente do que MC fizesse, a *política* parecia impor-se-lhe *em linha reta*.²²⁵⁷ Em suma, não se poderá dizer que não tenha tido interesse pela ANP.²²⁵⁸ Outrossim, o modelo da SEDES afigurava-se-lhe o ideal para a “formação” de uma segunda “associação cívica” ou “associação parapolítica”.²²⁵⁹ Como diria Henrique de Carvalho em

²²⁵² AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (prof. universitário; deputado): nº1 (21/02/70) e nº5 (26/07/72).

²²⁵³ MAQUIAVEL, *O Príncipe*, pp.166-168: “Mas para que um príncipe possa conhecer bem um ministro, há um modo que não falha jamais. Quando perceberes que um ministro pensa mais em si do que em ti e que, em todas as suas ações procura proveito pessoal, este não é bom ministro e nunca poderás confiar nele, porque quem tem o estado em mãos, não deve nunca pensar em si mesmo, mas sempre no príncipe e jamais recordar-lhe coisas que não lhe digam respeito.”

²²⁵⁴ “Sinto que em muitos postos de comando se inseriram pessoas que, como há pouco disse, deliberadamente procuram minar os alicerces da ordem social. [...] Mas importa que a essas traíções ou a tal desorientação se faça frente com decisão.” CAETANO, Marcello, *O apelo do interesse geral*, p.12.

²²⁵⁵ AMC, cx.17, Correspondência/Braga, Francisco (coronel, Exame Prévio): nº1 (05/73): vem apelar ao “espírito de justiça” de MC para anular a sua demissão da Comissão de Exame Prévio, por ter sido publicada no jornal *A Capital* uma carta que não devia ter passado no Exame Prévio.

Nº2 (06/06/73): resposta de MC: “V.^a Ex.^a tinha, como leitor, a obrigação de ler cuidadosamente os textos que lhe eram submetidos. E de não deixar passar o que fosse ofensivo da defesa da integridade da Pátria e da dignidade das Forças Armadas. Não compreendo, pois, como pode V.^a Ex.^a, ou alguém, considerar leve a falta ao cumprimento desses deveres: não lendo o que devia ler, ou deixando passar o que não devia deixar. Foi por isso V.^a Ex.^a dispensado do serviço e, por desagradável que isso lhe seja, só o dignifica se aceitar as responsabilidades da sua falta.”

²²⁵⁶ AMC, cx.47, Correspondência/Rabaça, José (empresário; político opositor): nº1 (02/10/73): “Acabo de tomar conhecimento de sua deslocação a Manteigas [?] no próximo fim de semana. É a minha terra. Quando os seus filhos Miguel e José Maria por lá deambulam costumam alegrar-me com a sua presença na minha modesta casa. Parece-me um preciosismo afirmar-lhe que a minha casa é igualmente sua e se encontra à disposição para o receber se o tempo disponível o permitir e a sua vontade for essa.”

Sobre José Rabaça, ver: EANES, António Ramalho, *Recordando José Rabaça 1926-1998*, Carnaxide, Edeline, 2004.

²²⁵⁷ PESSOA, Fernando, *Self-analysis and thirty other poems*, translation by George Monteiro, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation, 1988, pp.42-45: “Poema em linha reta”.

²²⁵⁸ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, João Maria Leitão Oliveira (ministro das Comunicações): nº1 (21/02/70): “foi com grande alegria que tomei conhecimento do Art.º 2º dos Estatutos da ANP, definindo um corpo de princípios que devem orientar a ação política e administrativa no nosso país. Sinto-me identificado com eles, pelo que contará Vossa Excelência com todo o meu entusiasmo na defesa dos interesses nacionais. Deus permita que no exercício da função que ocupo saiba corresponder ao que Vossa Excelência de mim espera.”

²²⁵⁹ Expressão muito utilizada por críticos da organização. Ver, por exemplo, RIBEIRO, Sérgio, *O Mercado Comum: a integração e Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, p.125.

Dezembro de 1970, “os grupos de pressão não se sentem, por ora: a SEDES virá a ser, mas não é”.²²⁶⁰

António Pedrosa Pires de Lima, diretor-geral da Administração Política e Civil, fez o que pôde para desaprovar os estatutos da SEDES.²²⁶¹ No que dependesse dele, não teria ido avante. Eliminou todos os advérbios de modo – “nomeadamente” – nos pontos que referiam os “fins” da organização. Teriam de ser “enumerados de forma taxativa”. Quanto aos objetivos das reuniões previstas no artigo 19º dos estatutos, deveriam ser concretizados à luz do “Decreto-lei nº22.468, de 11 de Abril de 1933”: “o artigo 33º deixa as maiores dúvidas sobre a atividade que, efetivamente, a associação se propõe desenvolver, muito em especial no que se refere à matéria das alíneas 2), 3) e 5)”.²²⁶²

Durante o seu primeiro ano de vida, que coincidiu com o conturbado processo de revisão constitucional, a SEDES foi duramente “criticada”. Carvalho, dando conta dessas críticas a MC, defendia João Salgueiro, pelo seu “prestígio”, e que, por isso mesmo e se dependesse dele, “ao lado da SEDES já existiria uma *Federação das Organizações e Movimentos Económicos e Sociais*”. Ignorava, pura e simplesmente, a ANP: “assim disporíamos de várias tribunas de formação cívica, de doutrinação política, de busca de soluções, de habituação à procura de fórmulas compromissórias, de abertura real às correntes que tem procurado as esquerdas por falta de condições desta natureza no centro ou na direita. Essa me parece constituir uma conclusão a tirar dos debates realizados durante o primeiro semestre de 1971.”²²⁶³

Para MC, a SEDES seria essa segunda tribuna²²⁶⁴, segundo o modelo de organização política corporativa recentemente clarificado.²²⁶⁵ De qualquer modo, não há indícios de que tenha reprimido aquela vontade. Era difícil perceber onde terminavam os condicionalismos

²²⁶⁰ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº45 (26/12/70).

²²⁶¹ Em Março de 1972 foi nomeado administrador por parte do Estado junto da Sociedade Portuguesa de Exportação de Petróleos (Angol). AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº33 (14/03/72), fl.4.

²²⁶² ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência trocada com a SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1970) – 1970 – cx.804 – mç.6*, fls.1-4. Fls.5-28: estatutos da SEDES.

²²⁶³ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº51 (19/07/71).

²²⁶⁴ Ver VILAR, Emílio Rui, GOMES, António Sousa, *SEDES: dossier 70-72*, Lisboa, Moraes ed., 1973.

²²⁶⁵ “Assembleias políticas, câmaras corporativas ou de interesses económicos e sociais, conselhos, comissões, juntas, outros tantos órgãos da opinião pública que devem assegurar a presença dos governados na vida política e na administração. Nem sempre o seu trabalho se reveste do dramatismo dado pelo debate público, e as resmas de papel impresso donde constam as suas atas não contam numerosos leitores. Por isso o público que reclama participação ativa nos negócios do Estado, fica indiferente, com frequência, ao labor destas entidades governativas. Todavia trata-se duma das formas mais eficazes da expressão da opinião pública, por incidir sobre pontos concretos e em geral com objetivos definidos. Todos esses órgãos deveriam ter assegurada a divulgação dos seus trabalhos e das suas resoluções como sucede com as assembleias legislativas.” CAETANO, Marcello, *A opinião pública no estado moderno*, p.61. Daqui se compreende o empenho de MC em publicar as atas da CC.

próprios do regime e onde começavam as limitações da própria sociedade. Nomeadamente no domínio cultural, onde essa ténue linha seria ainda mais difícil de definir.²²⁶⁶

A preparação do “ciclo eleitoral” de 1972 (presidenciais) e 1973 (legislativas) começou, formalmente, em Outubro de 1971. Cota Dias escreveu então a MC sobre a rede de contatos, preparação e motivação dos colaboradores, a orientação da propaganda interna e externa.²²⁶⁷ Algo diferente das orientações transmitidas internamente. Nomeadamente no que diz respeito ao recenseamento. A mudança de atitude em relação a 1969, quando MC conduziu diretamente à ação da UN, não deixa dúvidas. Para marcar a sua “presença e o seu trabalho” “perante o governo e a administração”, a ANP determinava a “elaboração de cadernos de inscrições officiosas propostas pela ANP, com base na inscrição de filiados da ANP, elementos dos agregados familiares dos filiados da ANP, indivíduos afetos à política do Governo, do conhecimento direto das Comissões Locais da ANP”. Considerava “inconvenientes” as “inscrições officiosas (da iniciativa das próprias comissões recenseadoras) e massa, sem atender aos seguintes aspetos: atitude em relação à política do Governo e presença efetiva ao ato eleitoral”.

Na elaboração do recenseamento de 1972, “os grandes objetivos a atingir, do ponto de vista da ANP”, foram: “melhoria do equilíbrio político do recenseamento, através de inscrição officiosa do maior número possível de indivíduos afetos à política do Governo; redução da percentagem de abstenções ao ato eleitoral, através de eliminação dos eleitores falecidos, ausentes há mais de um ano, desconhecidos e com morada desconhecida, inscrição officiosa incidindo sobretudo em indivíduos cuja presença ao ato eleitoral seja tanto quanto possível garantia e possa ser mais facilmente motivada e controlada”. Numa tentativa de regresso ao passado, a ANP pretendia a “eliminação de eleitores por indicação de: conservadores civis; diretores de asilos; juízes; militares ou militarizados; autarquias e organismos corporativos e

²²⁶⁶ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): “A Direção-geral dos Serviços Culturais é nitidamente inspirada na lei francesa congénere. Apenas em França se fez dela um ministério e o seu primeiro titular foi André Malraux... Como o IAC foi amputado dos vastos sectores e a Direção-geral do Ensino Superior ficou sem a administração nem a investigação (esta última, já não a tinha), penso que – na prática – a nova Direção-geral pode vir a ser o departamento mais importante do Ministério.” Documento nº56 (07/11/71).

Sobre a última Assembleia-geral do Centro Nacional de Cultura: “Criado pelos integralistas contrários ao Estado Novo (foram seus dirigentes Alberto de Monsaraz, Pequito Rebelo, Hipólito Raposo, Vasco de Carvalho), transformou-se primeiro em centro católico “semi-progressista” e depois em coisa pior, quando o Dr. Sousa Tavares e outros mudaram radicalmente de atitude política.” Quis sair mas aconselharam-no a ficar (prof. Galvão Teles e José Hermano Saraiva) para servir como “moderador”. Ganhou todas as eleições, inclusive contra o escritor Fernando Namora: “Diverti-me, aliás, por ter conseguido “isolar” o grupo maoísta, e reunir aos votos dos moderados os de muitos outros: foram a favor da minha lista – por exemplo – os drs. Abranches Ferrão, Manuel João Palma Carlos, Salgado Zenha, Mário Soares, José Manuel Galvão Teles... Apesar de tudo, preferiram-na à outra!” Doc nº62 (02/02/72).

²²⁶⁷ AMC, cx.25, Corresp./Dias, Manuel Artur Cota Agostinho: nº1 (13/10/71).

coordenação económica”. Conjunto de medidas que “conviria” (embora não houvesse essa garantia) ver adotadas pelo Mdl. Para isso foi equacionada a organização de cadernos de filiados (então 40.000, segundo o ficheiro central) e de “indivíduos afetos à política oficial”.²²⁶⁸ MC, por sua vez, esperava “serenidade” e “inteligência” por parte do Mdl.²²⁶⁹

Já vimos porque MC insistiu na manutenção da fórmula adotada na revisão constitucional de 1959 quanto à eleição do presidente da República. Uma vez que estava em S. Bento, continuou a apreciar a solução encontrada pelo antecessor. Tendo em consideração os “medos” e a relação de fragilidade entre MC e os “poderes”, não é difícil perceber que tenha convidado de novo Américo Thomaz. A explicação “moral” – fora Thomaz quem o nomeara – também teria o seu peso. Mas seria sobretudo a esperança de que o almirante se inutilizasse, como fizera com o seu antecessor, que animaria MC. Precisamente por esse motivo, ele não aspirava à “ascensão” aconselhada por uns²²⁷⁰, incluindo militares²²⁷¹, e desaconselhada por outros.²²⁷² Embora tenha equacionado por momentos a inversão de

²²⁶⁸ ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional (SSR) – 1970-1974 – cx.1043 – mç.22*, fls.1-6.

²²⁶⁹ AMC, cx.13, PC, Correspondência: nº14 (22/05/72). Rascunho de carta para o Ministério do Interior.

“Frequentemente tenho chamado a atenção das autoridades de segurança para a necessidade de instruir os comandos e agentes sob as suas ordens em métodos de intervenção que, sendo eficazes, evitem o uso imediato da força nas suas formas mais duras. Os adversários da ordem têm como tática a provocação, de modo a desencadear o que eles chamam depreciativamente a repressão. E porventura depois tirar efeitos da ação repressiva em termos de impressionar a opinião pública, desacreditar as forças de segurança e minar as resistências da sociedade.” Exigia “serenidade do comando” e “inteligência na condução das intervenções”: “o recurso às companhias móveis, por exemplo só se justifica perante manifestações tumultuosas em campo aberto, ou quando haja risco dela se produzir e convenha tentar o efeito dissuasor. É normalmente desaconselhável em incidentes académicos e com grupos juvenis.”

²²⁷⁰ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº57 (10/09/72).

“Se se pensar que estamos a um ano das eleições, não será talvez despropositado considerar útil rejuvenescer quanto possível a imagem da pessoa [Thomaz] que, infelizmente, continua a constituir, em si mesma, o único “eixo” de uma possível campanha de publicidade ideológica.”

²²⁷¹ AMC, cx.48, Correspondência/Roboredo, Armando (vice-almirante; chefe do Estado Maior da Armada; deputado): nº6 (29/06/72).

“Refiro-me à escolha do novo Presidente da República. Por mim penso que será um erro eleger-se um militar. Continuaremos a ser considerados no exterior como uma “ditadura militar e sempre “fascista”, não aproveitando a oportunidade para uma abertura de reflexos positivos no estrangeiro, que me parece mais necessário do que nunca. O cerco que nos fazem aperta-se sucessivamente e como não vamos alterar a nossa posição no que respeita ao Ultramar – pessoalmente não posso admitir que nisso se possa pensar – só tomando certas decisões de carácter “democrático” à maneira ocidental, aliviaremos, de alguma forma, o tal cerco que nos fazem. Um Presidente Civil, um Ministro da Defesa também Civil e as Forças Armadas totalmente fora da política, constituiriam medidas que seriam sem dúvida comentadas favoravelmente, mesmo na imprensa independente (?) e honesta (?) de alguns países Ocidentais.”

²²⁷² AMC, cx.13, PC, Correspondência: nº18 (1972). Carta de Francisco Vale Guimarães.

“Apesar da reeleição suscitar reações, mais extensas do que era legítimo esperar (até alguns bem conhecidos pela sua ortodoxia política, a não compreendem), entendo, em consciência, que ela se impõe, tanto em atenção a razões pessoais (virtudes do Senhor Almirante) como de justiça política (serviços prestados, firmeza política e visão na escolha de V. Ex^a, resistência às pressões de que foi alvo, etc.) e até por razões de tranquilidade (a garantia que dá – e já dela deu testemunho – de não intervir na atuação do Presidente do Conselho). Assim pensa também o Manuel Homem Ferreira. (O seu ponto de vista tem interesse, por se tratar de deputado com grande audiência parlamentar – das maiores. Nunca duvidei da sua lealdade e da dedicação a V.Ex^a em tudo o que é essencial. No mais, até julgo conveniente que ele seja tido, pela opinião política, como

papeis.²²⁷³ Recordar-se-ia das críticas partilhadas por Francisco Pereira de Moura na “eleição” de 1965, quando integrou com MC o restrito colégio eleitoral. Sugeriu na altura a existência de mais do que um candidato e o regresso ao sufrágio universal.²²⁷⁴ Daí um pensamento muito simples: quanto menor importância tivesse a eleição presidencial, mais teria a legislativa de Outubro de 1973.

À reduzida intervenção de MC na escolha dos candidatos da ANP²²⁷⁵, correspondeu o enorme envolvimento direto na composição da CC.²²⁷⁶ O propósito consistiria no equilíbrio (positivo) entre as várias instituições. Apesar de não gostar de Thomaz, Henrique de Carvalho confortou MC – “tinha de ser assim” – e projetou a SEDES como “uma força anti-CEUD e anti-CED”, pois afigurar-se-lhe-ia “que, findo esse período e com o aproximar das eleições para deputados, tenha que ser algo diferente a linguagem do Governo, pois a onda crescente dos movimentos socializantes (e quase não há vozes discordantes deles, entre a juventude) levará esta ou outra “ala liberal” à Assembleia, mas decerto levará uma, e se calhar mais

independente). Parece-me indispensável, se V.Ex.^a se decidir pela reeleição, agir por forma a reduzir ao mínimo os efeitos daquelas reacções. Nessa medida, a meu ver, poderá V. Ex.^a [?], antes de anunciada a decisão, suscetível de tranquilizar muitos: preencher as vagas do Conselho de Estado com elementos cuja formação política dê ao país a certeza de que tanto se caminha na continuidade (reeleição) como na evolução.”

²²⁷³ AMC, cx.34, Correspondência/Lupi, Luís Caldeira (jornalista; diretor da Associated Press em Portugal, fundador e diretor da agência noticiosa portuguesa Lusitânia): nº10 (18/05/72).

“De todas as hipóteses com que tenho atormentado o meu cérebro, doente de patriotismo, surge-me uma que, na tal crise de há muitos anos [1958], teria sido válida. Concretamente: um civil prestigioso, respeitado e com popularidade em todas as camadas sociais, na Metrópole e no Ultramar, e internacionais, como o Prof. Marcello Caetano, para Belém. Um general prestigioso, disciplinador e disciplinado, de mãos rasas de interesses particulares, com prestígio também no Ultramar, por provas dadas, que não seja demasiado jovem e ambicioso e mereça a sua completa confiança, para S. Bento [sublinhados à mão por MC]. O resto seria tudo questão de pormenor, desde que se praticasse, agora, o ato decisivo e indispensável.”

²²⁷⁴ AMC, cx.39, Correspondência/Moura, Francisco Pereira de (economista; professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; Procurador à CC): nº2 (15/07/65).

“Como vêm os candidatos à Presidência da República, em especial no aspeto da possibilidade de manifestação e colaboração dos diferentes grupos e tendências ideológicas? [...] Outro ponto grave é o da liberdade de expressão. [...] Que pensam os candidatos acerca da posição do problema em Portugal e suas linhas de correção? A política social é outro campo vastíssimo a exigir tomadas de posição inequívocas. [...] Dispõem-se a permitir que se analisem todas as hipóteses de evolução, mesmo as de novas nações independentes (como o Brasil)?”

²²⁷⁵ AMC, cx.26, Correspondência/Fernandes, Maximiliano Isidro Pio (deputado à AN): nº1 (14/09/73) e nº2 (s.d.). No gostou de ser dispensado na lista da ANP para 1973. Sendo deputado por Goa, quis ser eleito por Moçambique, onde existia uma considerável comunidade de goeses. Na resposta, MC disse-lhe o seguinte: “Intervim muito pouco na indicação dos candidatos a deputados, recomendando à Comissão Executiva da ANP que desse maior atenção às propostas das comissões locais. [...] Nesta altura já nada posso fazer.” Documento nº3 (19/09/73).

²²⁷⁶ AMC, cx.35, Correspondência/Macedo, Joaquim Carvalho (eng.º; deputado; procurador à CC): nº2 (06/11/73). AMC, cx.43, Correspondência/Pereira, Álvaro Ramos (economista no Banco de Portugal; procurador à CC): nº1 (05/11/73). AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Alfredo Jorge Assis dos (secretário de Estado da Saúde e Assistência; procurador à CC): nº3 (08/11/73). AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº76 (05/11/73). AMC, cx.22, Correspondência/Chorão, Mário Bigotte (professor universitário; jurista; escritor): nº1 (03/11/73). AMC, cx.22, Correspondência/Chaves, Eduardo Augusto Arala (juiz do Supremo Tribunal de Justiça): nº1 (03/11/73).

numerosa que a atual.”²²⁷⁷ Os mais destacados liberais tinham abandonado a AN, mas as listas da ANP e da CC continuaram a desagradar a elementos mais conservadores: “não dei conta de que a lista dos novos membros da CC e ANP tivesse caído bem”.²²⁷⁸ A SEDES não foi uma “linha avançada”. A legislação eleitoral também não conheceu modificações. Apesar da fundação do PS em 1973²²⁷⁹, a oposição não produziu avanços substanciais em relação a 1969. Segundo Tavares, “no dizer do Dr. José Tengarrinha a ação do Sr. Ministro do Interior constituiu “o único apoio sólido de que a Oposição pode dispor no período eleitoral”.”²²⁸⁰

Para Carvalho, a campanha fora “tecnicamente bastante bem montada” e teria conseguido “radicalizar formalmente a oposição”, algo que o antecessor de MC não conseguiu. Todavia isso teve o “preço de radicalizar também o grupo de apoio à situação política”, uma vez que, afinal, “da “ala liberal” muito pouco conseguiu ficar”.”²²⁸¹ Outros apenas viram uma ANP “envergonhada”, devido à “distância e indiferença do eleitorado” nas “últimas eleições”, e um “mal-estar” generalizado, justificado pela “crise económica” e de “confiança”.²²⁸²

Como sempre, Tavares chamou a si as apreciações mais emotivas, mas nem por isso menos pertinentes. “Infelizmente, fica por realizar toda a reconversão de um “partido” ou “associação”, cujas débeis infraestruturas assentam num passado a esquecer e num presente que quase me fez chorar lágrimas que, consoante os momentos, seriam motivadas por legítima dor ou por justificado sentimento do ridículo, do burlesco de algumas situações.” O rol de críticas do homem de campanha era extenso: “baixíssima qualidade de 90% dos trabalhos apresentados pelos candidatos”; “feira das vaidades”; “desrespeito pelas normas estabelecidas”; “incúria dos serviços da ANP”; “negligência dos presidentes das comissões distritais e a “falta de pulso” da Comissão Executiva”; “Elmano Alves” “não é um chefe!”; entre outros.

O “associativismo” não produziu resultados de monta. Enquanto na SEDES se operou alguma mudança²²⁸³, a ANP hibernou. No somatório de tudo, MC estava cada vez mais

²²⁷⁷ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº64 (14/03/72).

²²⁷⁸ AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo; deputado; dirigente da UN; promotor do Complexo Industrial do Cachão): nº4 (?).

²²⁷⁹ Ver, entre outros, MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das Letras, 2005.

²²⁸⁰ AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº61 (22/10/73).

²²⁸¹ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº77 (11/11/73).

²²⁸² AMC, cx.37, Correspondência/Mendonça, Camilo de (eng.º agrónomo; deputado; dirigente da UN; promotor do Complexo Industrial do Cachão): nº9 (11/02/74).

²²⁸³ SEDES: *alteração nos quadros*, in *Vida Mundial*, Lisboa, 1973, Ano 35, 1776, p.7.

“só”²²⁸⁴ a “flutuar politicamente”.²²⁸⁵ Da sua parte, parece ter repetido neste campo o mesmo “erro” cometido em relação aos movimentos independentistas africanos: tentou “esvaziar” politicamente as oposições através dos “dois partidos” – SEDES e ANP – sem o “anúncio” de uma verdadeira clarificação política.²²⁸⁶

4.1.3. *Estado Social: trabalho, assistência, SNS(S)*

Apesar de uma década de crescimento económico e de desenvolvimento da assistência social, a percepção da realidade em 1970/71 não podia ser mais negativa: “Acabou o mito, mas alguns inventaram o fantasma. As reformas, mais nas pessoas que nas coisas, são imprescindíveis e urgentes. Não falo em *dessalarização*. É impróprio, mas porque se não pode dizer que o Estado Social está a partir de cotas relativas inferiores às de 1926?”²²⁸⁷ Em

²²⁸⁴ “Perdoe-me que refira o que há dias me dizia um amigo, antigo aluno e grande admirador de V.^a Ex.^a: “Não imagina quanto admiro o Prof. Marcello Caetano. Homem excepcional, capaz de transformar este país, mas a herança de bens e sobretudo de homens é catastrófica. Estes 40 anos acabaram com tudo. Está só. Para realizar o que quer só indo ao Mercado Comum ou a Israel buscar os colaboradores”.” AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): nº1 (17/02/71).

²²⁸⁵ “Há quem pense – e não são inconsequentes nem imbecis – que chegou o momento das grandes opções. Também no que respeita ao Governo... precisamente porque nem sequer vai dispor de uma Assembleia representativa do País e continua a dispor de uma única força política: o seu crédito pessoal junto de certos núcleos – as massas rurais, sobretudo. Isto é: permanece na situação aberrante de flutuar politicamente, sem uma ligação forte à base, ao exército, ao capitalismo, ou até à Igreja!”

Numa possível remodelação governamental, propôs: “chamar o Prof. Adriano Moreira, mesmo que “manietado” (só temporariamente, sem dúvida!) num ministério como o da Justiça, por exemplo? Vai chamar o “show man” Spínola para o Ultramar? Até seria uma boa jogada – que o colocaria a salvo de críticas no caso de quaisquer “desastres” aqui ou ali?” AMC, cx.48, Correspondência/Rodrigues, José Eduardo Tavares: nº61 (22/10/73).

²²⁸⁶ Cancela de Abreu não gostou de se ser “despromovido” do governo para a Assembleia. Um mês depois da sua substituição no governo (15/01/70) tentava arditamente “apanhar” MC:

“Mas vejo, agora, que estar a raciocinar num sentido que pode não ser o do governo. Estará certo o meu ponto de vista? Deverá pensar-se que o bom caminho é o de cimentar o agrupamento das direitas? Julgará, porém, o Governo preferível dar o seu apoio aos progressistas? Gostaria, se não houvesse inconveniente, de receber uma palavra de orientação da sua parte. Sei bem que no meio é que está a virtude, mas julgo que a atual e ampliada Assembleia, como é esta, será muito difícil, se não impossível, atingir esse objetivo. Os progressistas estão manobrando habilmente, até agora sem sucesso. Mas até quando sentirão o peso da derrota? Ainda há pouco fizeram a tentativa para me comprometerem, no caso da eleição para a Comissão – e respetiva presidência – da Educação, mas vi a tempo o jogo e de maneira a puder anulá-lo.” AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº13 (12/02/70).

²²⁸⁷ “Olho com apreensão, embora com muita fé, o futuro de V.^a Ex.^a no Governo, donde gostaria de o ver sair um dia em Glória. É que permanecem por aí resíduos de um passado irremediavelmente morto e muitos que, se não forem eliminados com coragem, quanto possível, tornarão difícil a V.^a Ex.^a a criação de um Estado Moderno. Muitos inadaptáveis aos novos tempos. Enquanto se ouvir o elogio sistemático do passado, está a prestar-se um

reação à *Conversa em Família* de 15 de Fevereiro de 1971 – “reformas em marcha”²²⁸⁸ –, outro deputado dizia-lhe: “pode contar connosco, agora também para a eliminação do mal-estar, que certas minorias querem fomentar para dificultarem o estabelecimento do Novo Estado Social”.²²⁸⁹

A expressão teria naquele período sentidos equívocos. Numa conferência proferida em S. Paulo (Junho de 1966) sobre as “tendências do Direito Administrativo europeu”, publicada numa coletânea de textos jurídicos de MC, em Abril de 1974, por iniciativa de Freitas do Amaral e A. Gonçalves Pereira, aquele desfez parcialmente o equívoco. Confirmando a simpatia pela “primeira via”, MC procurava simultaneamente descartar o “estado socialista” e o “estado de partidos” (ou a fórmula de “partidos sem estado”). “O Estado de Direito correspondeu a um ideal de democracia liberal que os tempos ultrapassaram. A essa conceção opuseram os socialistas e os meros intervencionistas outras fórmulas – Estado Cultural, Estado Ético, Estado de Bem-Estar, Estado-Portador de Ideais, ou, como reza a Lei Fundamental da RFA, Estado Social de Direito. [...] Num caso temos a justiça formal que assegura a cada um as faculdades de existência e ação, deixando-o livre de utilizá-las ou não em benefício próprio. No outro uma justiça material que promove a distribuição dos bens entre os homens segundo os seus méritos ou necessidades, de acordo com certo critério de equidade. [...] O Estado do Bem-Estar ou Estado Social não pode ser pensado como Poder arbitrário a cuja mercê fiquem os indivíduos. É possível que as fórmulas democráticas ponham de parte os ideais do liberalismo, sobrepondo os caprichos da vontade geral às razões do Direito Natural: mas, desde que exista uma formulação de normas gerais, existe uma limitação jurídica da atividade concreta dos órgãos estaduais. [...] E como à construção do Direito Administrativo basta o alicerce de legalidade, não se vê onde o caráter deste seja afetado pelos rumos diversos que ao Estado se pretenda imprimir.”²²⁹⁰

Naturalmente, a evolução da “terceira” para a “primeira via” terá de ser enquadrada no contexto do pós-guerra. Governos socialistas e não-socialistas encontraram-se na mesma circunstância. O necessário esforço de reconstrução europeu impôs a intervenção massiva do estado na economia. No fundo, o que Karl Polanyi (1886-1964) designou por “grande transformação”.²²⁹¹ Gustav Radbruch (1878-1949) defendia no final de 1945 que a

mau serviço ao Estado Social.” AMC, cx.41, Correspondência/Oliveira, João Duarte de (deputado): nº1 (17/02/71).

²²⁸⁸ CAETANO, Marcello, *Renovação na Continuidade*, pp.71-85.

²²⁸⁹ AMC, cx.27, Correspondência/Forte, João José Ferreira (eng.º, deputado): nº3 (16/02/71).

²²⁹⁰ CAETANO, Marcello, *Estudos de Direito Administrativo*, Lisboa, Edições Ática, 1974, pp.453-456.

²²⁹¹ POLANYI, Karl, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Galimard, 1983.

reconstrução da Alemanha só seria “possível na base de uma economia organizada nos moldes de uma qualquer forma de socialismo e mediante a socialização de, pelo menos, alguns importantes ramos da sua vida económica, como os bancos, as minas e as indústrias capitais”.²²⁹² No mesmo sentido, escrevia Teixeira Ribeiro em 1948: “findas as hostilidades, as vozes dos povos vencedores ou libertados consoaram em exigir a nacionalização das indústrias básicas ou das maiores empresas. De tudo houve um pouco: falou-se em nome da ideologia socialista; reagiu-se contra o colaboracionismo dos grandes industriais; pretendeu-se subtrair a política à pressão dos potentados financeiros e libertar-se de monopólios a economia; sentiu-se a maravilha das coisas novas”.²²⁹³ Do Atlântico aos Urais, as nacionalizações impuseram-se consensualmente como base para a reconstrução económica e para a edificação do “estado social” ou *welfare state*.

Três décadas depois, o modelo foi seriamente posto em causa e, em muitos casos, as reprivatizações de empresas estratégicas também precederam o recuo ou desmantelamento do “estado social”. Recordando-se uma vez mais Friedman, ganhou terreno a ideia de que era necessário “derrubar definitivamente este estado-providência ao serviço dos ricos e das classes médias”, segundo o princípio de que “a extinção do [...] sistema de Segurança Social [então em vigor] eliminaria os efeitos que [...] se fazem sentir relativamente à falta de incentivo para a procura de trabalho, o que representaria, igualmente, um maior rendimento nacional corrente.”²²⁹⁴

Quase da mesma forma pela qual havia permanecido “livre” da guerra, Portugal permaneceu na periferia desse processo. A par do protecionismo concedido pelo condicionamento industrial, à sombra do qual se desenvolveram os monopólios, consolidou-se a presença do estado na economia.²²⁹⁵ Quando MC perturbou este esquema, ao abrir a economia à concorrência e ao investimento estrangeiro, fê-lo sem abdicar do setor empresarial do estado (quer sob a forma de empresa pública quer pela participação em sociedades de economia mista²²⁹⁶) nem dos instrumentos legais corporativos de intervenção económica. Entre o intervencionismo de 1945 e o neoliberalismo dos anos 70/80, o corporativismo

²²⁹² *Filosofia do direito*, II Vol., 4ª ed., revista e aumentada, Coimbra, Arménio Amado, 1961.

²²⁹³ RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *A nova estrutura da economia*, separata da *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, Coimbra, 1948, p.7.

²²⁹⁴ FRIEDMAN, Milton e Rose, *Liberdade para escolher*, pp.172-174.

²²⁹⁵ BASTIEN, Carlos, *Para a história das ideias económicas no Portugal Contemporâneo. A crise dos anos 1945-1954*, I Vol., Lisboa, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989; BRITO, José Maria Brandão, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.

²²⁹⁶ Intervenção do ministro da Economia e Finanças: “a fórmula das empresas de economia mista deverá agora introduzir-se na produção de bens de consumo, verificadas as falhas da iniciativa empresarial privada”. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fl.12.

marcelista de 1970-74 parecia querer responder ao problema apontado por François Perroux. Ou seja, uma vez que o estado “nunca é neutro”, nem totalmente “independente dos grandes interesses” que o “assediam” e “ocupam”, o desafio estaria em reduzir a sua exposição às “classes dominantes” e a sua dependência em relação ao “capitalismo dos monopólios”.²²⁹⁷ Complementado, como se referiu, pela crise económica e pela escalada da inflação, era este o contexto da questão da assistência social e da previdência.

MC manteve Lopo Cancela de Abreu na pasta da Saúde e Assistência até à remodelação de 15 de Janeiro de 1970.²²⁹⁸ Poucos dias antes de sair, perguntara-lhe o que pensava sobre uma “possível integração dos Serviços da Previdência no Ministério da Saúde e Assistência”.²²⁹⁹ Cancela de Abreu concordou. Este reuniu-se, segundo lusitano costume, com um grupo de “sábios”, donde resultaram algumas conclusões. A primeira dizia respeito à enorme disfuncionalidade burocrática da “situação” no setor: “dos 11 Ministérios civis, pelo menos 7 possuem, orientam ou administram serviços públicos de saúde”, que “formulam e prosseguem políticas autónomas, com raros pontos de contacto entre si”. A segunda respeitava ao “Conselho Social previsto na Base II da Lei nº 2 115, de 18 de Junho de 1962”, que “nunca funcionou”. A terceira conclusão resumia três décadas de política “social” do Estado Novo: “A parte da população coberta pela previdência social é da ordem dos 40%”, “importa, por isso, intervir desde já na evolução deste setor, por forma a não permitir que se agravem as distorções existentes e se criem outras, cada vez mais difíceis de resolver.”²³⁰⁰

O ainda ministro da Assistência e Saúde recordou então o Parecer da CC de 1943. “O problema foi já largamente estudado no parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de que veio a resultar a Lei nº1 998, de 15 de Maio de 1944, (relator: Prof. MC). As considerações aí feitas e soluções previstas são ainda válidas, com as inevitáveis adaptações resultantes da evolução entretanto verificada”. Esse “notável” Parecer constituiu um marco

²²⁹⁷ PERROUX, François, *L'économie du XX^{ème} siècle*, Paris, 3ª edição, PUF, 1969 (original de 1961), pp.378 e 382.

²²⁹⁸ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº10 – anexo 2. Rascunho de carta de MC:

“Esta solução só tem o grave inconveniente de me privar de um colaborador em quem deposito tanta confiança e a quem voto tanta amizade como você. [...] Mas esta vida é assim! A gente não pode fazer aquilo que gosta, mas o que as circunstâncias impõem! Espero, porém continuar a contar com o seu apoio e colaboração amigos. Nem sabe quanto lhe agradeço o ter acedido, com tão bom espírito, ao meu convite em Setembro de 68 e tudo quanto fez para me ajudar!”

²²⁹⁹ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº10 (08/01/70).

²³⁰⁰ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº10 – anexo 1 (08/01/70).

durante algum tempo.²³⁰¹ O interesse de MC pela área social não fora momentâneo²³⁰² e manteve-se constante até assumir o governo.²³⁰³ No entanto, logo em 1943 se previra o que viria a acontecer.²³⁰⁴ Nem a Lei nº1998 refletiu o Parecer, nem a realidade posterior correspondeu à letra da Lei.²³⁰⁵

Entre as soluções possíveis, equacionou-se “instituir um sistema nacional de segurança social”. Proposta de imediato rejeitada: “fórmula aliciante, mas pouco viável no atual contexto sócio-político-económico do país. Caracteriza-se pelo financiamento de todas as atividades através de imposto; pela gestão direta do Estado; pela inutilização de certas tradições consideradas até hoje de validade indiscutível. Não vejo que tenha viabilidade.” As demais soluções consistiam na reorganização de ministérios e serviços, como de fato viria a acontecer, e na transformação de “vários hospitais ou grupos hospitalares” em “empresas públicas” – “Note-se que os HCL movimentam por ano mais de 200 mil contos.”²³⁰⁶

²³⁰¹ AMC, cx.57, Correspondência/Vilela, Álvaro Machado (professor catedrático da FDUC): nº2 (26/02/43). AMC, cx.34, Correspondência/Loureiro, João Maia de (professor catedrático da FMUL): nº1 (21/04/43). AMC, cx.27, Correspondência/Fontes, Vitor (professor; pediatra; diretor do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira): nº1 (11/03/44): “É um documento notável que deveria ser consultado por todos aqueles que direta ou indiretamente têm de tratar do problema da Assistência no nosso país.” AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Reinaldo dos (médico; professor catedrático e diretor da FMUL; membro da Academia de Ciências de Lisboa): Nº3 (13/01/46): “Muito obrigado pelo seu cartão e pelas palavras de amizade e referências ao meu Parecer sobre as construções hospitalares. É evidente que não podia esquecer o seu relatório sobre o Estatuto da Assistência Social, e a propósito do Serviço Social pareceu-me mais lógico transcrever um passo do seu Parecer que estar á procura de novas formas para exprimir uma ideia que ficara clara. Oxalá as bases que propusemos não sofram grandes alterações...”

²³⁰² AMC, cx.18, Correspondência/Bruscky, Maria Luísa: nº1 (19/08/40): troca de impressões sobre “Serviços Sociais”. AMC, cx.33, Correspondência/Levêcque, M. T. (diretor do Instituto de Serviço Social): nº3 (29/11/44): felicitação por MC assumir a pasta das Colónias e agradecimento por tudo o que “lhe deve e pela colaboração no arranque do Instituto”.

²³⁰³ AMC, cx.50, Correspondência/Santos, Rui (fundador da “Casa dos Rapazes da Cidade”): nº2 (21/11/45) – não esquece ajuda de MC e descreve como a “Casa” está a avançar. Nº3 (10/12/46) – “boas notícias”: “O Comissariado do Desemprego concedeu um subsídio de 300 contos à Mocidade Portuguesa para instalar um Centro de Adaptação ao Trabalho, isto é, uma grande oficina para ociosos e relapsos à vida regular do trabalhador.” AMC, cx.27, Correspondência/Fontes, Vitor (professor; pediatra; diretor do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira): nº2 (24/07/52) – convite para o Congresso Nacional de proteção à Infância. AMC, cx.29, Correspondência/Instituto de Serviço Social: nº1 (13/10/63): agradecimento de “toda a Comunidade do ISS” pelo constante apoio de MC.

²³⁰⁴ “Não sei se V.^a Ex.^a já leu o parecer da CC sobre Assistência Social: pois os números de 1941 e de 1942 apresentam realidades já *muito mais graves*.” ANTUNES, José Freire, *Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968*, p.114.

²³⁰⁵ “Todos os trabalhadores descontam para o Desemprego... mas há milhares que vivem como párias, sem o mais insignificante auxílio ou assistência. Verifiquei isso através do que se passou com o meu irmão, afilhado do Duarte Pacheco, por ele nomeado fiscal das construções dos Bairros Económicos: enquanto que os que traíram o Estado em benefício dos construtores, hoje estão ricos, ele, que denunciava os faltosos, foi depois, quando os bairros terminaram, impiedosamente despedido; e, com mulher e 6 filhos, tem vivido a vida dum mísero envergonhado, sem a menor assistência do Desemprego, para que largamente contribui, ou da Assistência.” AMC, cx.28, Correspondência/Guerreiro, A. Pires: nº1 (12/08/58) e nº1 – anexo 1.

A UN/ANP, por sua vez, recebia constantemente pedidos de auxílio para casos de “miséria envergonhada”. ANTT/União Nacional/Comissão Executiva (SF)/Correspondência com o Ministério da Saúde e Assistência (SSR) – 1970-1974 – cx.717 – mc.71*, fls.31-34.

²³⁰⁶ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº10 – anexo 1 (08/01/70).

Este último aspeto era, naturalmente, o decisivo. Se a rejeição de um sistema nacional (de saúde e segurança social) se baseava no fato deste implicar um elevado e permanente compromisso orçamental/fiscal, o problema da assistência residia na sua elevada burocratização e na degradação do custo/benefício.²³⁰⁷ As “tradições” a que se referia Cancela de Abreu eram um elemento poderoso. Logo em 1943 se pôs o problema da situação das “Misericórdias” no CA de 1940, ou, conforme perguntava o professor de direito de Coimbra, Álvaro Machado Vilela, “como coordenar a Concordata e o CA de 1940?”²³⁰⁸ A categoria era relevante quer em termos fiscais (e respetivas isenções) quer em termos políticos (autorização): “pessoas coletivas de utilidade pública administrativa” ou “associações religiosas e sua atividade beneficente e de assistência” obedeciam a diferentes enquadramentos legais. Aquela margem de indefinição que permite quase tudo permaneceu nas décadas seguintes e as instituições privadas de “assistência” ou beneficência”, nomeadamente as Misericórdias, beneficiaram do sistema.

Numa anotação a um Parecer da Procuradoria-geral da República de 1959, sobre quais as organizações que poderiam ser consideradas “instituições particulares de assistência”, MC venceu a posição que manteria em 1970: “A expressão *assistência social* cremos, pois, que corresponde ao dever que o Estado e as entidades de tipo municipal (concelho, freguesia, distrito) têm de ajudar os indivíduos a remediar os males ou a vencer as deficiências da saúde, da educação ou da situação económica, considerando-os de per si ou enquadrados noutros meios sociais naturais, como a família, suscetíveis de valorização coletiva. Exclui o parecer do conceito de assistência (*tout court*) a ideia de gratuidade. Em todo o caso, como acima observámos, parece que não pode falar-se em assistência nos casos em que o serviço prestado pelo Estado ou por outras entidades seja totalmente pago.” Exemplificando de seguida: “Se todo o ensino fosse gratuito não se diria que era uma atividade assistencial específica, porque então a gratuidade do ensino se traduziria na satisfação de um direito público de todos os cidadãos. O mesmo se pode dizer da assistência sanitária, por exemplo. Quando a prestação de serviços hospitalares fosse gratuita para ricos e pobres, não se poderia considerar assistencial. Mas se os ricos e remediados pagam e só os pobres, porque o são, recebem gratuitamente os serviços, então temos a prestação de assistência social por um serviço

²³⁰⁷ A título de exemplo, o município de Celorico da Beira, um dos mais pequenos do interior do país, devia elevadíssimas somas pelo “transporte e internamento de doentes pobres”: em 1950 devia 64 cts somente aos HUC; em 1959 devia um total de 316 cts, com um encargo anual médio de 65 cts; em 1966, as dívidas atingiam o valor de 509 cts, com um encargo anual médio de 109 cts. BARBOSA, Márcio, *Câmara Municipal de Celorico da Beira: infraestruturas e desenvolvimento – 1950-74*, C.M. de Celorico da Beira, 2008, p.27.

²³⁰⁸ AMC, cx.57, Correspondência/Vilela, Álvaro Machado (professor catedrático da FDUC): nº3 (10/04/43).

público que, em princípio, se destina a satisfazer as necessidades de todos os cidadãos, porque há ajuda do Erário público àqueles que sem ela não poderiam ser tratados.”²³⁰⁹

Na resposta a Cancela de Abreu, MC disse algo curioso: “escasseia-me o tempo para elaborar uma fórmula definitiva. Optei por isso pela solução provisória que V. indicava na carta que me enviou: com a entrega dos ministérios das Corporações e da Saúde ao mesmo ministro.”²³¹⁰ Baltazar Rebelo de Sousa tomou posse como ministro a 15 de Janeiro de 1970 e ficou até 7 de Novembro de 1973, quando assumiu a pasta do Ultramar. No final daquele ano, pelo Decreto-lei nº446/70, era criado o Conselho Superior da Ação Social para substituir o velho Conselho Social, que realmente nunca funcionou. Seria esta a lógica da ação social da X legislatura: atualizar e potenciar ao máximo o modelo assistencialista e de previdência social²³¹¹, com uma dinâmica de investimento e alargamento de serviços sem precedentes.²³¹² Por simples “escassez” de tempo ou não, tudo indica que a “fórmula definitiva” não chegou a ser concretizada precisamente porque a possibilidade dum “sistema nacional” não teria sido definitivamente suspensa. Na remodelação ministerial de Novembro de 1973, MC recuou na solução de Janeiro de 1970 e entregou as Corporações e Previdência Social a Joaquim Dias da Silva Pinto e a Saúde e Assistência a Clemente Rogeiro. Em sentido contrário, as secretaria e subsecretaria de estado da Saúde e Assistência foram substituídas pela subsecretaria de estado da Segurança Social, entregue a Duarte Ivo Cruz.²³¹³

Enquanto neste domínio se verificou, desde os anos 40 até 1974, uma autêntica “evolução na continuidade” por parte de MC, no capítulo do trabalho pareceu verificar-se uma rutura. No final de 1943, MC proferiu uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa sobre “Trabalho e Assistência Social”. À semelhança do Parecer para a CC, a conferência marcou aquele período, sobretudo pelo motivo realçado por um professor da FCUP: “V. Ex.^a está a apontar o mais importante problema social dos nossos dias: nacionalização do trabalho e compreensão do trabalhador, para que se alcancem os tais

²³⁰⁹ *O Direito*, Ano 92, 1960, p.342. “Isto é: a assistência social, em nosso entender, consiste em valer aos economicamente débeis para remédio dos seus males e suprimento das suas deficiências, por meios que traduzem uma organização correspondente ao cumprimento dos deveres ou fins da sociedade política ou dos seus elementos integrantes e em termos ajustados à débil situação económica dos assistidos.”

²³¹⁰ AMC, cx.14, Correspondência/Abreu, Lopo de Carvalho Cancela de (ministro da Assistência e Saúde em 1969-70, deputado entre 1970-72): nº10 – anexo 2 (08/01/70).

²³¹¹ Ver *Reforma da Previdência Social: parecer da Câmara Corporativa*, Lisboa, Junta da Ação Social, 1961; *Reforma da Previdência Social: intervenções na Assembleia Nacional*, Lisboa, UN, 1962; *Reforma da Previdência Social: Lei nº2115*, Lisboa, Junta de Ação Social, 1963.

²³¹² Ver: *2º ano de ação do governo de Marcello Caetano*, Lisboa, DGI, 1970, pp.61-66 e 179-182; *Terceiro ano do governo de Marcello Caetano*, Lisboa, SEIT, 1971, pp.101-104 e 143-156; *Governo de Marcello Caetano: quarto ano de atividade*, Lisboa, SEIT, 1972, pp.268-292; *Quinto ano do governo de Marcello Caetano*, Lisboa, SEIT, 1973, pp.71-82 e 101-110.

²³¹³ RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, pp.419-430.

desejados rendimento do primeiro e dignificação do segundo.”²³¹⁴ Trinta anos depois, o problema era o “rendimento” do trabalhador e a solução já não estaria na “nacionalização” do trabalho.

Francisco Pereira de Moura realçara, em 1969, que uma das principais causas do evidente “esgotamento” do modelo de crescimento adotado pelo Estado Novo nos anos 50 fora a manutenção dos baixíssimos custos do trabalho.²³¹⁵ A conciliação da retoma económica com uma efetiva melhoria da política salarial e proteção do trabalhador constituiu um dos mais sérios desafios colocados ao governo de MC. O modelo estava, como disse Pereira de Moura, “logicamente organizado” para controlar os custos do trabalho e as reivindicações do trabalhador. A tentativa de desbloquear o problema começou pela referida liberalização dos sindicatos. Mas uma elevação do nível salarial esbarrava numa série de constrangimentos “corporativos” de difícil superação, tais como o papel dos tribunais arbitrais.

Em Abril de 1970, MC levou o assunto ao CMPAE, manifestando a “sua apreensão relativamente à política de salários que se vem desenhando”, tendo em conta as “tendências inflacionistas”, e as suas reservas quanto à autonomia dos tribunais arbitrais na decisão dos litígios, por retirar capacidade de atuação ao governo. O secretário de estado do Trabalho e Previdência, Joaquim da Silva Pinto²³¹⁶, apoiou a posição de MC, considerando que os tribunais funcionavam como travão à “nova dinâmica”, nomeadamente em matéria de contratação coletiva, porque os sindicatos tinham “receio” de “passar à fase arbitral”. Para MC, “o problema reside em conciliar a forma pacífica de resolução dos conflitos que se pretende seguir com a necessidade de o governo não perder o controle da política salarial e económica em geral”. A sugestão de Xavier Pintado de uma “política global de rendimentos e salários”, a estabelecer pelo governo e a respeitar pelos tribunais, não satisfazia MC. Este pretendia ir mais além. “O presidente do Conselho considera a solução adequada para países com uma situação salarial já satisfatória e de evolução estabilizada; no caso português não se trata, porém, apenas de atualizar salários, mas também da sua elevação em termos absolutos, pelo que considera de reear um excessivo condicionamento dos tribunais arbitrais [a favor do patronato]. Sugere que a escolha do árbitro pelo Ministério das Corporações – e não pelas partes – e o seu apoio pelos serviços do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra talvez

²³¹⁴ AMC, cx.50, Correspondência/Saturnino, Óscar (engenheiro eletrotécnico; assistente de Física na Faculdade de Ciências do Porto; diretor dos Serviços da Administração-Geral dos Correios, Telefones e Telégrafos; administrador da Companhia Rádio Marconi): nº1 (12/11/43).

²³¹⁵ Particularmente visível na distorção da repartição funcional: “ainda hoje [1969] apenas uns 45 por cento do rendimento nacional constituem remunerações do trabalho, quando é normal o valor de 60-70 por cento”. MOURA, Francisco Pereira de, *Por onde vai a economia portuguesa?*, 4ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp.27-40.

²³¹⁶ Ver testemunho de Silva Pinto in RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *ob.cit.*, pp.401-417.

assegurasse as necessárias garantias de imparcialidade e, simultaneamente, o respeito pela política de interesse geral que ao governo compete prosseguir.”²³¹⁷ Quase dois anos depois, as resistências ainda não haviam sido totalmente ultrapassadas.²³¹⁸

O CMPAE de 23 de Junho de 1970 foi inteiramente dedicado ao estudo da criação do salário mínimo. Tendo o *dossier* sido “distribuído há vários meses [11/69] e figurando como único ponto da deliberação na Ordem do Dia”, MC esperava ouvir “uma posição convenientemente meditada”. Baltazar Rebelo de Sousa, primeiro responsável pelo relatório, começou por justificar o “atraso” na distribuição e as dificuldades em colher “elementos precisos de informação”. Propôs então a formação de uma “comissão mista” para estudar melhor o problema. Não haveria, portanto, decisão. Esta só chegaria em finais de 1973, já com Silva Pinto no lugar de Rebelo de Sousa, quando o diploma ficou pronto e a sua publicação agendada para Abril de 1974. Silva Pinto, então secretário de estado do Trabalho e Previdência, foi o principal impulsionador da medida, baseando-se nas recomendações da OIT e no facto de ser um “instrumento muito importante para o estado conduzir uma política salarial” e corrigir as desigualdades, recordando “que, relativamente à Europa, Portugal é dos países com maiores diferenciações salariais”. Propôs a opção imediata pela uniformização, eliminando-se as diferenças por região e por setor. Caso não se fosse por aí, apenas “se lhe afigurava justificado separar a agricultura, por um lado, a indústria e os serviços, por outro”. Considerou como aceitável, apesar do Relatório preliminar não o referir, o salário de 62\$00 por dia, tendo por comparação o reajustamento operado em Espanha. Na sua apreciação não esqueceu o ajustamento salarial entre os sexos.

Embora ninguém se tenha oposto abertamente à adoção do salário mínimo, houve nuances importantes no seio do CMPAE. Dias Rosas foi o mais reticente: “considerou indispensável analisar a oportunidade de adoção do salário mínimo à luz do ambiente geral da vida económica”, pois “o pensamento tem de ser completado através da ótica empresarial, estando atento à sobrecarga nos custos de produção”. A “introdução do sistema” deveria “esperar”, “tentando-se primeiro o seu nivelamento progressivo”. O secretário de estado do Tesouro concordou com a introdução do salário mínimo, mas criticou o otimismo de Silva Pinto. Sugeriu a consideração do “salário familiar” e julgou “conveniente repensar as

²³¹⁷ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº7 (26/04/70), fls.3-4.

²³¹⁸ “O presidente do Conselho, depois de acentuar, quanto ao aspeto específico das negociações salariais, que as arbitragens devem ser conduzidas com clara compreensão da política governamental e das implicações inerentes a cada caso concreto, por forma a evitar-se a necessidade de frequente intervenção do governo naquelas negociações, dá o seu acordo às sugestões do ministro das Finanças e da Economia e secretário de Estado do Trabalho e Previdência no sentido de obter melhor articulação entre os seus departamentos quanto à política salarial e à condução das contratações coletivas.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº31 (19 e 21/01 – 01 e 18/02/72), fl.9.

conclusões, não se lhe afigurando aceitável, em especial, a revisão do salário mínimo independentemente da vontade das partes interessadas”. O secretário de estado da Indústria concordou com Dias Rosas e com o seu colega do Tesouro. Lembrou que, ao contrário do que se passava na CEE, em Portugal “os aumentos de produtividade têm sido mais acentuados que os dos salários”, referiu os números citados por Pereira de Moura e de como a sua correção também depende “da existência de empresários capazes”. Este foi, aliás, o aspeto mais focado por Rogério Martins.

Segundo a norma, a intervenção de João Salgueiro foi das mais substanciais. Apoiou a introdução do salário mínimo, lembrando que já se começavam a verificar melhorias. Mas salientou também que urgia “acelerar as reconversões e modernizações na atividade económica” e diminuir “a desigualdade da distribuição dos rendimentos”, dado que “o alinhamento desta pelos níveis europeus implicaria um aumento dos salários da ordem dos 60 a 70%”. Tal como Martins, salientou a “baixa qualidade média da administração empresarial, a qual coincide com privilégios pouco comuns noutros países: número excessivo de administradores e diretores, e níveis de remuneração demasiadamente elevados desses escalões”. Salgueiro alertou para a necessidade de se ter uma visão de conjunto, por forma a evitar “as repercussões indesejáveis e injustificadas”, ao mesmo tempo que sublinhou as vantagens políticas da medida, “pelo alargamento da base de apoio” do governo. Sugeriu a “adoção imediata do salário mínimo, mas com o estabelecimento de regimes transitórios de dois a três anos para certas regiões e setores”. Xavier Pintado limitou-se, praticamente, a considerar que a medida é necessária, mas que importaria “avaliar bem da sua eficácia como instrumento de política económica, para evitar frustrações”.

MC começou por fazer um longo apanhado das intervenções dos membros do conselho. Considerou depois que seria de temer, como consequência, “uma influência imediata desfavorável sobre os investidores.” Reconheceu “a profunda gravidade da falta de espírito empresarial que se verifica no país, e acentua que a escola não fornece as virtudes básicas que definem o empresário”. Citou um estudo que mencionava a “existência de um número muito elevado” de empresários “apenas com instrução elementar e de outros praticamente analfabetos.” Estes “conseguem afirmar-se graças a qualidade pessoais inatas, mas lutam depois com sérias dificuldades em resultado do seu baixo nível cultural. Por outro lado, a formação analítica e o espírito de dúvida sistemática que o ensino universitário inculca nos licenciados são o contrário das qualidades de visão sintética, audácia, iniciativa, perseverança e gosto pelo risco”. Em suma, concluiu-se pela adaptação do sistema de ensino às necessidades reais da economia e pela necessidade trabalhar a mentalidade nacional: “o

país recebe mal quem consegue triunfar, o que mais contribui para sufocar o espírito de empresa”. Quanto à introdução do salário mínimo, “que o conselho considerou de aprovar como princípio, importará agora decidir se há-de fazer-se imediatamente ou escalonadamente”. Sublinhou ainda a necessidade de “uma equidade maior na redistribuição dos rendimentos mas sem comprometer irremediavelmente o funcionamento da economia” e mandou estudar profundamente esta questão, pois não via “bases reais para que a situação seja tão desfavorável como os números a revelam”. No fim da reunião, “determinou que [...] fossem preparadas as medidas complementares necessárias para assegurar que a adoção do salário mínimo produza os efeitos de redistribuição do rendimento, elevação do poder de compra dos assalariados, redução da amplitude das remunerações pagas pelas empresas e incentivo à reestruturação das atividades económicas, que constituem os seus objetivos essenciais”.²³¹⁹

A efetiva convergência com as economias de referência quer em termos absolutos quer relativos²³²⁰, bem como as preocupações discutidas nos CMPAE, evidenciavam o enfoque colocado tanto nos “problemas de modernização” identificados por Sedas Nunes (incluindo habitação e ordenamento do território), como nas “dificuldades de integração” económica apontadas por Pereira de Moura: a “profunda e difícil exigência de mutação das estruturas e do sistema económico-político-social”.²³²¹

4.1.4. O capital da frustração: transição política e regulação económica

Uma análise parcelar, política ou economicista, de processos de transição ou revolução comporta enormes limitações. Nunca será demais sublinhá-lo. Do mesmo modo se pode considerar a tentação de analisar criticamente o marcelismo à luz de processos de transição

²³¹⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº10 (23/06/70), fls.3-13.

²³²⁰ FERNANDES, Filipe S., *Memórias de economistas: entrevistas*, Paço d'Arcos, Exame, 2006, p.8. LAINS, Pedro, *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

O referido Geertbven Loest, presidente da Comissão Holandesa para a Educação e irmão do ministro dos Negócios Estrangeiros do mesmo país, terá observado em Moçambique: “O que mais me surpreendeu, para além de todas as realizações levadas a cabo ou em vias de concretização – concluiu –, é que em Angola os ricos não são muito ricos, nem os pobres muito pobres. Isto, na minha opinião, é bom sinal. Quer dizer que a riqueza existente está bem distribuída”. AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, Jorge Gago de: nº34 – anexo 1 (11/01/74).

²³²¹ MOURA, Francisco Pereira de, *ob.cit.*, p.40.

política posteriores (p.ex.: Espanha, URSS e repúblicas ex-soviéticas), sobretudo segundo o raciocínio do que *poderia ter sido e não foi*.²³²² Baseado, claro está, no pressuposto do “sucesso” (sempre político) das experiências posteriores ao que foi considerado como início da chamada “terceira vaga”. Posto isto, poderá avançar-se para essa análise comparativa, partindo duma regra, da qual será muito difícil encontrar exceção (se é que existe), apontada por um dos principais investigadores desses processos históricos até aos anos 90. Refletindo particularmente sobre a Europa de leste²³²³, segundo o eixo orientador do seu pensamento – *teoria e prática* –, Ralf Dahrendorf concluiu o seguinte:

“A transição política leva à frustração económica, que tem por consequência a instabilidade e a inquietação; a transição económica conduz à frustração política, que também tem por consequência a instabilidade e a inquietação. Num esquema ou noutro, a vítima é a liberdade. Sem dúvida que esta não é a última palavra sobre o assunto. Albert Hirschman [1915-2012²³²⁴], o economista da transição, tem razão quando diz que a imaginação das sociedades reais e dos seus protagonistas excede a dos cientistas. O *desenvolvimento equilibrado* não é a única resposta: talvez tanto a prosperidade como a democracia possam efetivamente desenvolver-se de maneiras *desequilibradas*. [...]

Em qualquer dos casos, é bom lembrar que todas as teorias simples sobre a relação entre economia, política e liberdade estão erradas. [...] Por outro lado, não há nenhuma primazia evidente da política ou da economia. Não é verdade que as instituições democráticas por si libertem forças económicas; nem, pela mesma ordem de ideias, o desenvolvimento baseado no mercado cria uma constituição política de liberdade. No mínimo, há um hiato temporal considerável entre a mudança económica e política.”²³²⁵

Segundo o autor, o mínimo para esse hiato seria de “três anos”, aqui utilizado como instrumento balizador.

Os dados sobre os quais o CMPAE começou a trabalhar em 1970 não eram animadores. A produção industrial tinha estagnado em 1965 e o III PF falhava em aspetos fundamentais. Até 1969 o “desenvolvimento económico” não estava a “processar-se ao ritmo esperado” nem se estavam a cumprir “as metas relativas ao emprego”. O “III Plano indicava a criação de 20 000 novos empregos anuais”, mas verificava-se, “na realidade, um recuo da

²³²² REIS, Joana, *A transição impossível: a rutura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.

²³²³ Sobre a Rússia, ver, entre outros, POCH de FELIU, Rafael, *La gran transición: Russia 1985-2002*, Barcelona, Crítica, 2003.

²³²⁴ HIRSCHMAN, Albert, *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981; *A propensity to self-subversion*, Cambridge, London, Harvard University Press, 1995.

²³²⁵ DAHRENDORF, Ralf, *Ensaio sobre o Liberalismo*, pp.87-90.

população ativa ocupada”. Embora, devido à elevada emigração, o desemprego se mantivesse num nível baixo e estável. O investimento privado tinha igualmente estagnado.²³²⁶

A Lei nº10/70, de 28 de Dezembro (lei de meios para 1971), manifestava, sem grandes ruturas, uma nova “orientação geral da política económica e financeira”, “política de investimento”, “política económica setorial” e “política regional”.²³²⁷ Uma semana antes evidenciaram-se as enormes dificuldades nos acertos ao III PF para o último triénio, no qual ter-se-ia trabalhado “em condições deficientes e pouco seguras”. No entanto, também aí se anunciara a mudança de atitude, pela “necessidade de esforço mais intenso durante o próximo ano”, ao ser programado um investimento total de 3.261.258 cts. As reticências de Dias Rosas não chegaram a dividir o conselho.²³²⁸

No final de Janeiro de 1971, João Salgueiro apresentava os primeiros dados relativos a 1970: a taxa de execução do III PF estava a aumentar e, “a manter-se até final do ano a diferença registada [em relação a 1969], ser-se-á conduzido a um grau de execução próximo dos 95%”; o Instituto Nacional de Estatística já havia encurtado o prazo para o fornecimento de dados de seis para dois meses; o setor das pescas havia sido pressionado, através do ministro da Marinha, a apresentar informações; a conjuntura interna era de “alta”; o turismo saíra da “crise” e crescia a uma taxa de 20%; o nível de investimento, preços e salários estava em ascensão. Os demais elementos do conselho afinaram pelo mesmo diapasão. Apenas uma nota dissonante do secretário de estado do Tesouro, ao salientar a importância das eleições nos EUA, por motivarem um abrandamento das medidas anti-inflacionistas por parte da administração Nixon, e do seu colega do Comércio, pela tendência negativa na balança comercial. Apesar disso, verificar-se-ia o regresso à convergência com a Europa desenvolvida.²³²⁹

Em Abril de 1973, o PIB entrava na casa dos “7%” e a inflação mostrava “sintomas” de abrandamento.²³³⁰ A 16 de Outubro desse ano, dez dias depois de se iniciar o conflito israelo-árabe do *Yom Kippur*, o governo percebia a profunda relação entre a conjuntura internacional que se estava a desenhar (crise petrolífera e explosão descontrolada da inflação) e a evolução da conjuntura económica interna.²³³¹ Em todos os setores havia sinais positivos,

²³²⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fls.8-10.

²³²⁷ *Diário do Governo*, I Série, nº298, 28 de Dezembro de 1970, p.1968 (1-4).

²³²⁸ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº17 (22/12/70), fls.3-5.

²³²⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº19 (19/01/71), fls.5-12.

²³³⁰ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº48 (03/04/73), fls.3-5.

²³³¹ “O presidente do Conselho fez notar o atraso com que iria apreciar-se a análise conjuntural relativa ao primeiro trimestre do corrente ano, considerando oportuno e preferível aproveitar o ensejo para uma breve consideração da situação atual, recentemente tornada preocupante pelo novo condicionalismo externo que a guerra no Médio Oriente pode determinar. O ministro das Finanças e da Economia informa estarem a ser

sobretudo na indústria: “o acréscimo da produção industrial estimado para 1972 atinge a elevada taxa de 12%, tudo indicando que esse ritmo está a ser mantido no ano corrente”. Desde 1971 que se registavam “fortes aumentos de salários, sobretudo rurais e femininos”, cuja convergência com os demais foi uma prioridade.²³³² Apesar de manifestar “confiança na evolução futura”, MC sabia, ao contrário de outros ministros, que se avizinhava uma tempestade perfeita.²³³³ Em resposta às críticas de Silva Cunha aos dados do relatório em discussão, MC teve de repetir que as economias das províncias/estados ultramarinos “haverão de fomentar-se numa perspetiva mais de coordenação do que completa integração”. Três semanas depois Baltazar tomava conta do Ultramar.

A progressiva transição económica em curso permitia inclusivamente desvalorizar, no âmbito das negociações para renovação do acordo da Base das Lajes²³³⁴, um eventual apoio financeiro americano.²³³⁵ Algo que ia ao encontro da pertinente crítica dirigida por Dahrendorf ao Plano Marshall.²³³⁶ Por outro lado, apesar de MC não ter tido ao seu lado o tal “campeão da política económica” (Erhard), motivo pelo qual estaria tão diretamente envolvido nos assuntos económicos, a afirmação de que o “ênfase está na *política económica*”

concluídos, em ligação com o ministro do Ultramar, planos de emergência que permitam evitar crise grave de abastecimento energético. A procura interessada de que são alvo as ramas de Cabinda confere ao país, neste domínio, um poder de negociação que pode vir a revelar-se da maior utilidade.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv.4, ata nº52 (16/10/73), fl.4.

²³³² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv.2, ata nº29 (16/11/71), fl.5.

²³³³ AMC, cx.43, Correspondência/Pina, Luís Maria da Câmara (eng.º; adido militar de Portugal em Londres; general; professor e diretor do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional; chefe do Estado Maior do Exército): nº11 (05/11/73). “Mais uma vez atacados (massacres de Moçambique) na Assembleia da Nato – mas também foi elogiada a ajuda de Portugal aos EUA. Pelo que oiço a sua atenção está agora centrada na política interna e por isso não o incomodo mais”.

²³³⁴ AMC, cx.12, PC, Negociações sobre os Açores: nº2 (21/10/73). De embaixador português em Washington. Secreto: “teremos assim que indicar urgentemente as nossas pretensões nos três sectores a que aludi – político militar e de assistência económica. e teremos de ser extremamente exigentes pois no fundo negociações resumem-se saber que apoio político e que assistência militar e económica nos pode ser dado a troco uso base. Circunstâncias parecem as mais favoráveis. Por outro lado negociações não têm carácter daquelas que tentamos em relação atual crise do médio oriente – digo.”

Nº7 (15/11/73). Elementos para a embaixada em Washington. Secreto: “nossa primeira e fundamental prioridade consiste fornecimento mísseis para ocorrer necessidades prementes nossa defesa. Trata-se material caraterisadamente [sic] defensivo e por consequência não abrangido por embargos. [...] Deverá omitir-se também por agora alusão pedido relativo equipamento centrais nucleares que ficaria para oportuna apresentação. Nada obsta no entanto a que desde logo sejam apresentados pontos relativos apoio político desejamos.”

²³³⁵ Mário Soares “fez as suas contas e concluiu que “os americanos nos facultarão um máximo de 10 milhões de contos, o que é pouco, pois os emigrantes enviam 14 milhões por ano”.” AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº59 (22/12/71).

²³³⁶ “Na prática, nem a perspetiva mundial implícita do Fundo Monetário Internacional nem o ponto de vista explícito da política externa americana nos levam muito longe. Tivemos boas razões para abandonar todas as teorias grandiosas de desenvolvimento, sejam elas do tipo “conta-gotas” ou “Plano Marshall”, e seria melhor fazermos o mesmo no que toca às transições. O Plano Marshall, em especial, necessita de um historiador de primeira água que mostre que foi bem-sucedido uma só vez, e, por acaso, apenas em alguns dos países a quem se ofereceram os seus benefícios, mas, acima de tudo, em condições que é improvável repetirem-se noutra qualquer. A mera disponibilidade de capital não resolve nada: pelo contrário, é a causa enraizada do problema da dívida, tanto na Europa de leste como no Terceiro Mundo.” DAHRENDORF, Ralf, *ob.cit.*, pp.91-92.

não deixa de fazer todo o sentido. Em Maio de 1971, Xavier Pintado pôde colher, à margem duma reunião da EFTA, “a impressão clara de interesse e de certa compreensão pela orientação política portuguesa.” A propósito de outra opinião positiva (do representante sindical sueco) acrescentou: “Pena é que essa compreensão não seja mais abertamente manifestada quando em assembleias mais amplas se assumem atitudes perfeitamente injustas e carecidas da menor objetividade relativamente ao nosso País”.²³³⁷

A constante pressão introduzida por MC nos CMPAE, no sentido de uma maior aceleração de processos, não era facilitada pela comunicação. Em Agosto de 1972, três semanas depois do “despacho interno e Portaria, enviados respetivamente à Comissão de Coordenação Económica e à Secretaria da PCM, relativos à suspensão de posturas municipais e de normas ou regulamentos corporativos que impeçam ou restrinjam a livre circulação dos produtos”²³³⁸, Xavier Pintado reuniu finalmente todos os documentos sobre a “Reforma dos Organismos de Coordenação Económica”: “Tenho pena de não poder ter conhecido com maior antecedência a prioridade e interesse postos pelo Senhor Presidente na Reforma”.²³³⁹ Todavia, no CMPAE de Fevereiro desse ano, MC dissera claramente: “os organismos de coordenação económica continuam a corresponder a uma necessidade, mas carecem, efetivamente, de urgente reforma”.²³⁴⁰ Com base no Decreto-lei nº283/72 (de 11 de Agosto) era aprovado, em Outubro, o conjunto de diplomas respeitantes à reorganização do setor de coordenação económica.²³⁴¹ Pintado comentaria então: “Neste momento de recomeço da agitação estudantil sou, porém, particularmente sensível ao facto de termos podido fazer sem perturbações uma transição que muitos receavam e de termos vivido quatro anos de paz interna”.²³⁴² MC começava a obter sucesso na travessia do “hiato” e na “transição

²³³⁷ AMC, cx.43, Correspondência/Pintado, Valentim Xavier (economista; secretário de Estado Comércio): nº12 (19/05/71). Já havia colhido a mesma impressão em Abril: “Entretanto não houve qualquer afirmação de ataque ou desprimorosa p.^a Portugal, antes se tendo reconhecido, mesmo do lado sindical sueco e norueguês, os progressos realizados em matéria de organização sindical no nosso país.” Documento nº2 (17/04/70).

²³³⁸ Idem: nº19 (15/07/72).

²³³⁹ Idem: nº20 (09/08/72). “Não tem, porém, agora interesse comentar o passado, mas tão somente preparar o futuro.”

²³⁴⁰ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº32 (29/02/72), fl.6.

²³⁴¹ Criação de: Instituto de Produtos Florestais, em substituição da Junta Nacional da Cortiça e da Junta Nacional dos Resinosos; Instituto dos Têxteis, em substituição da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama; Instituto dos Cereais, em substituição da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, das Comissões Reguladoras do Comércio de Arroz, das Moagens de Rama, do Comércio dos Cereais do Arquipélago dos Açores e do Instituto do Pão; Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos, em substituição da Junta Nacional do Azeite e da Comissão Reguladora das Oleaginosas e dos Óleos Vegetais. A par destas, aprovou-se: a incorporação na Junta Nacional dos Produtos Pecúários da Junta de lacticínios da Madeira; o projeto de diploma que determinava que a Administração-geral do Álcool passasse a designar-se Administração-geral do Açúcar e do Álcool, para a qual transitava a competência até então exercida pelo Grémio dos Armazenistas de Mercearia. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº41 (31/10/72), fls.1-3.

²³⁴² AMC, cx.43, Correspondência/Pintado, Valentim Xavier (economista; secretário de Estado Comércio): nº22 (17/10/72).

económica”. A conjuntura internacional potenciava, por outro lado, o caldo perfeito para uma aliança improvável: agitação estudantil, militares e inflação.

Apesar das greves verificadas até Março de 1974²³⁴³, não eram os trabalhadores mas sim os estudantes²³⁴⁴ que preocupavam o governo e as duas câmaras. Em 1970, Henrique de Carvalho intuía isso mesmo: “Nos sindicatos, continua a não existir força própria [...]. E, se alguns o não perceberam e quiseram enveredar pela agitação (como o dos metalúrgicos), outros há que parece terem-no entendido, como os empregados de escritório. [...] A principal agitação virá dos meios políticos e dos estudantes.”²³⁴⁵ Claro que a intuição do “problema”, segundo a perspetiva do governo, transformar-se-ia em excesso de “desconfiança”, segundo Maquiavel. Até 1973, MC pareceu empenhado em contrariar essa tendência. São disso exemplo os casos de jovens investigadores portugueses no estrangeiro, cuja integração em determinadas unidades académicas/culturais ou o regresso a Portugal dependiam de autorização governamental. Mesmo nos casos de críticas ao governo, este foi “amnistiando” os candidatos.²³⁴⁶ Atitude complementada pela intenção de “aproveitar” os mais “brilhantes políticos da rapaziada”.²³⁴⁷ Em Agosto desse ano tiveram também lugar uma série de iniciativas de relativo alcance mediático: o “Simpósio NATO dos professores do Ensino Secundário e Superior, em Carcavelos” – “um sucesso internacional” – e a “visita dos

²³⁴³ AMC, cx.19, Correspondência/Cardoso, António Pinto (subsecretário de estado do Trabalho e Previdência): nº2 (04/03/74). Descreve a greve da Marinha Grande de 14 de Março, quando 2000 trabalhadores reivindicaram melhorias nas tabelas salariais. Pinto Cardoso estava sobretudo preocupado com as “consequências de se generalizar a ideia de que foi a greve que produziu os aumentos salariais”, quando estes já estavam previstos.

²³⁴⁴ AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (professor universitário; deputado): nº2 (01/05/70), nº3 (12/05/70), nº4 (08/03/71). AMC, cx.25, Correspondência/Duarte, Nuno de Gonzaga Vieira de Castro: nº1 – anexo 1: (69/74) – sobre juventude angolana – “abandonada: um grito de alarme”. AMC, cx.57, Correspondência/Vasconcelos, Mendes de (professor da Universidade do Porto): nº1 (22/04/74): “A concretização da política de unidade nacional, que V. Ex.^a tão brilhantemente definiu na última comunicação à Assembleia Nacional, só poderá efetivar-se com uma política de educação verdadeiramente cristã e portuguesa. [...] A preparação ideológica da juventude nesta linha não se poderá fazer sem uma profunda reforma no Ministério da Educação Nacional”.

²³⁴⁵ AMC, cx.21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência): nº45 (26/12/70). “Mas tendo a pensar, outra vez, que o 28 de Maio foi uma revolução militar sem tiros porque estes foram dados, mais tarde, no 7 de Fevereiro; e que Setembro de 1968 foi uma revolução política sem tiros mas que não será fácil, mais cedo ou mais tarde, deixar de encontrar, num “7 de Fevereiro” político, os adversários que, no “28 de Maio” político de há dois anos, não chegaram a usar as armas de que podiam dispor.”

²³⁴⁶ AMC, cx.27, Correspondência/Frêches, Claude Henri (professor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Aix-En-Provence, da Universidade de Aix-Marseille, França): nº4 (14/11/70), nº5 (16/11/70). AMC, cx.27, Correspondência/Freymond, Jacques (diretor do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais): nº1 (24/02/71). Escreve a MC sobre Luís Carlos Nunes, nascido em Angola, que diz ser ótimo aluno e investigador. Este havia escrito uma carta crítica da política portuguesa em 02/07/68, publicada em “La Tribune de Genève”. Nº2 (16/04/71): MC responde à anterior. Informou-se sobre o jovem e confirmou as qualidades defendidas pelo autor da carta. Se o professor “m’assurer que de telles craintes sont infondées, je n’hésiterai pas à donner des ordres, dans le sens de permettre le retour au Portugal de Monsieur Nunes qui ne sera pas dérangé en raison de faits passés.”

²³⁴⁷ AMC, cx.14, Correspondência/Alves, Sebastião (empresário: editora Verbo): nº2 (19/05/73).

estudantes franceses e belgas a Portugal” – “sucesso idêntico”, “os estudantes que visitaram o Ultramar vieram entusiasmados”.²³⁴⁸

Porém, nos primeiros meses de 1974, acentuou-se aquilo que um professor e deputado, Alberto de Alarcão, designava por “assalto ao ensino universitário”.²³⁴⁹ Por sua vez, destacados elementos oposicionistas, próximos do meio académico/estudantil, elegiam precisamente a “inflação” e não tanto a relação “trabalho/capital” como objeto de crítica ao governo.²³⁵⁰ Um mês antes do “golpe das Caldas” (16/03/74), tinha lugar nessa mesma localidade (15/02/74) um colóquio, promovido pelo Conjunto Cénico Caldense, sob o tema “inflação”. Participaram Blasco Hugo Fernandes, Carlos Carvalhas, Carlos Consiglieri, Gilberto Lindim Ramos e Herberto Goulart.²³⁵¹ Apertado pela crescente agitação, o governo apertava também o crivo e cerrava fileiras.²³⁵²

Tema constante nos CMPAE, a inflação era, naturalmente, muito mais do que um problema económico. Para MC, segundo palavras de Agosto de 1971, o grande risco consistia em “comprometer as possibilidades de “controle” sobre a evolução da economia”. Nesta altura, a média da inflação na OCDE cifrava-se entre 5% e 5,5%: “já seria satisfatório – dizia Xavier Pintado – que, no país, não se excedesse esta ordem de grandeza”. As causas apontadas por MC nessa reunião são interessantes: “O presidente do Conselho faz notar que

²³⁴⁸ AMC, cx.36, Correspondência/Medeiros, José Gago de (visconde de Botelho; procurador à C.C.): nº27 – anexo 2 (18/09/73).

²³⁴⁹ Outros deputados confirmavam essa preocupação pelos requerimentos apresentados: ANTT/PCOS/MC, PRC 17/A-12-1 (30-31/01/70): Miller Guerra – “Crise universitária: causas da crise e linhas gerais de um projeto de reforma universitária”. PRC 17/A-12-4 (11/04/70): Leonardo Coimbra – “Problemas da formação da juventude”. PRC 17/B-2-3 (16/01-14/04/71): Rui de Moura Ramos – “Movimento de agitação estudantil em Lisboa e em Coimbra, de inspiração política subversiva”.

²³⁵⁰ Em Julho de 1970, com “sugestões” de Carlos Carvalhas, havia sido publicada, entre outras, a seguinte obra de natureza estatística: FERNANDES, Blasco Hugo, *Portugal através de alguns números*, Lisboa, Prelo Editora, 1970.

²³⁵¹ AMC, cx.14, Correspondência/Alarcão, Alberto de (deputado): nº1 (23/02/74) – anexo 1 (15/02/74).

²³⁵² AMC, cx.15, Correspondência/Azevedo, Ário Lobo de (professor de Agronomia): nº1 (05/01/74). Carta de MC para este professor: “Acabo de ler no *Diário de Notícias* o discurso proferido ontem por V.^a Ex.^a no ato de posse da presidência da comissão instaladora do Instituto Universitário de Évora. No final do discurso fez V.^a Ex.^a afirmações que, dado o fato de V.^a Ex.^a assumir uma função para que foi nomeado pelo Governo e na qual representa este, não posso deixar sem reparo. Na verdade, o Governo da minha presidência não aceita a existência de um “poder universitário”, “com sede na própria instituição”. [...] As Universidades são órgãos da Nação ao serviço da educação nacional. Devem gozar da autonomia conveniente ao cumprimento das suas funções, mas dentro dos quadros da Constituição Política. [...] Se V.^a Ex.^a entende que não pode ou não deve aceitar na sua ação estes conceitos, melhor será que tal fique já esclarecido.” Nº3 (07/01/74): resposta do autor a desculpa-se por “expressão imprópria usada em momento tão significativo”.

AMC, cx.17, Correspondência/Braga, Francisco (coronel): nº1 (05/73). Vem apelar ao “espírito de justiça” de MC para que este anule a sua demissão da Comissão de Exame Prévio, por ter sido publicada no jornal *A Capital* uma carta que não devia ter passado no “Exame Prévio”. Nº2 (06/06/73). Resposta de MC: “V.^a Ex.^a tinha, como leitor, a obrigação de ler cuidadosamente os textos que lhe eram submetidos. E de não deixar passar o que fosse ofensivo da defesa da integridade da Pátria e da dignidade das Forças Armadas. Não compreendo, pois, como pode V.^a Ex.^a, ou alguém, considerar leve a falta ao cumprimento desses deveres: não lendo o que devia ler, ou deixando passar o que não devia deixar. Foi por isso V.^a Ex.^a dispensado do serviço e, por desagradável que isso lhe seja, só o dignifica se aceitar as responsabilidades da sua falta.”

os estratos mais favorecidos a que foi feita referência constituem minoria e são, também, os suscetíveis de manifestar mais elevada propensão para poupar e investir, dado que atingem rapidamente a satisfação das necessidades correntes. As pressões sobre os preços resultam, sobretudo, das camadas populacionais com maior propensão ao consumo e que hoje predominam, em que avultam as famílias dos emigrantes e dos militares – camadas onde se verifica evidente subida de nível de vida ao mesmo tempo que se generaliza, entre trabalhadores, o recurso às compras a crédito, processo em si mesmo inflacionista.”²³⁵³

Dois meses depois, em Outubro, MC pedia sugestões para controlar a inflação, que apresentava “indícios recentes” de “agravamento” e “motivo para um começo de alarme junto da opinião pública”. Dias Rosas demorou-se a explicar a verdadeira quadratura do círculo em torno do problema: cada solução apresentava um *handicap* de maior dimensão. MC sugeriu então “moderar a subida das rendas de casa, cuja incidência no custo de vida é muito elevada”, ordenando ao ministro da Justiça para que tomasse medidas nesse sentido. Depois de algum debate sobre as rendas, João Salgueiro (no seu último conselho), fez uma intervenção semelhante à de Dias Rosas e concluiu: “a adotar medidas imediatas de congelamento, considera preferível dirigi-las aos bens de ciclo de produção mais curto”. Silva Pinto sugeriu “o condicionamento da concessão de certas regalias [aos trabalhadores] em função da assiduidade e um uso mais amplo de métodos de remuneração ligados à produtividade”, bem como medidas “drásticas para controlar as baixas por doença dos beneficiários da previdência social”.²³⁵⁴ No final, MC ordenou o esclarecimento público das causas da inflação e anunciou que iria trabalhar com os ministros da Justiça, Finanças e Economia e das Corporações e Previdência, no sentido de aplicar as sugestões mais viáveis.²³⁵⁵

Em Novembro, o CMPAE voltou ao assunto. Costa André (Tesouro) notou que, a par da emigração, a “mobilização militar teve um efeito inflacionista poderoso, ao multiplicar a criação de rendimentos sem contrapartida produtiva, como são os das remunerações pagas às famílias dos mobilizados”.²³⁵⁶ Reforçava a opinião de MC. Daí se percebe porque o governo nada fez em relação à perda de salário real dos militares durante os anos de 1972 e 1973. Pelo contrário, até desejaria que isso acontecesse. Essa perda, tão sentida, segundo já vimos, pelos

²³⁵³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº26 (03/08/71), fls.13-14.

²³⁵⁴ Tinha sido aprovado em 24 de Novembro de 1969, pelo Decreto-lei nº49 408, um novo regime jurídico do contrato individual de trabalho, com especial relevo nas seguintes alterações: “Disciplina da empresa”, “descanso semanal”, “férias”, “indeminização por despedimento”, “trabalho de mulheres e menores”. Nessa data fora também aprovado o Decreto-lei nº49409, que introduziu inovações no Serviço de Formação Profissional e no Conselho Consultivo Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra.

²³⁵⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº28 (19/10/71), fls.3-11.

²³⁵⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº29 (16/11/71), fls.6-12.

oficiais gerais, sê-lo-ia muito mais pelos quadros intermédios.²³⁵⁷ Na AN, apenas um deputado questionou o governo (uma vez) sobre as “medidas tomadas e resultados obtidos” em relação ao “problema de alta dos preços e aumento do custo de vida”.²³⁵⁸ No início de 1974, como concluíra o economista Pinto Barriga em 1972²³⁵⁹, os “antibióticos monetários” já não tinham “poder seguro sobre a inflação”.²³⁶⁰

Quando se completavam os “três anos”, abateu-se a “crise de Novembro” (petróleo). Para além das consequências diretas, verificou-se uma queda no mercado de capitais, seguida de respetiva fuga, que havia regredido desde finais de 1972 até Fevereiro de 1974.²³⁶¹ Precisamente neste mês, um deputado que afirmava ter “defendido publicamente”, “na passada campanha eleitoral” e “sob a influência demasiado viva de Fraga Iribarne, a necessidade de promover entre nós um desenvolvimento político”, temia que o “futuro do país” fosse no sentido das “duas pseudossoluções”: “a ditadura militar e a violência revolucionária.”²³⁶² Precisamente o que Francisco Franco procurou prevenir atempadamente em Espanha.

Obviamente, MC não era nem podia ser Franco ou Juan Carlos. Este é o primeiro aspeto fundamental. Uma vez que mais ninguém quis ou pôde ser nenhum daqueles dois, MC também não podia ser, até pelos carateres humanos, Fraga Iribarne (1922-2012) ou Arias Navarro (1908-1989). O primeiro ficou diretamente associado ao fuzilamento de Julián Grimau²³⁶³ e o segundo ganhou merecidamente o cognome de “carnicerito de Málaga”, pela

²³⁵⁷ Na relação com os militares, verificam-se certas semelhanças com o Chile de Allende. Seis meses antes do golpe, os (poucos) militares que estavam com Allende abandonaram-no, e, um mês antes, o comando supremo das FA, o diretor de todos os Institutos Militares e o chefe da guarnição de Santiago do Chile são demitidos. Todos eram considerados “allendistas”.

²³⁵⁸ ANTT/PCOS/MC, PRC 17/B-26-10 (20-21/03/72).

²³⁵⁹ AMC, cx.16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à CC): nº11 (72).

²³⁶⁰ “Neste período seguinte à crise do petróleo, a política monetária parece ter sido demasiado passiva. Três razões podem explicar esta atitude. Em primeiro lugar, as estatísticas de conjuntura de então eram ainda mais pobres e atrasadas do que hoje são. Em segundo lugar, havia-se herdado uma poderosa tradição de prudência e os próprios instrumentos de intervenção legalmente disponíveis não eram numerosos. Deve ainda acrescentar-se que a crise do petróleo constituiu um choque forte como não havia ocorrido desde o início da guerra colonial.” SOUSA, Alfredo de, *ob.cit.*, p.151-154.

²³⁶¹ *Ibidem*.

²³⁶² AMC, cx.54, Correspondência/Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (professor universitário; deputado): nº6 (24/02/74). “A AN será previsivelmente uma das áreas onde mais avultará a agitação da nossa vida política. Tenho acompanhado com atenção o decorrer dos trabalhos parlamentares e verifico que, embora sem “ala liberal”, a Assembleia alberga, na sua composição heterogénea, algumas tensões que, desejáveis e fecundas, não devem ser contudo abandonadas a um descontrolado desenvolvimento. [citação] Um desenvolvimento político que implicaria uma “liberalização” dentro do Regime e não contra o Regime, que fosse concebida e dirigida como um desenvolvimento e uma potenciação, no plano da teoria e no plano da prática, das virtualidades do próprio sistema vigente e não como uma auto-erosão ou como uma abdicação perante outras forças, às quais se estaria apenas a oferecer assim o acesso ao poder político.”

²³⁶³ VV.AA., *Por favor: una historia de la Transición*, Barcelona, Editorial Crítica, 2000, p.150.

brutalidade demonstrada no final da Guerra Civil Espanhola.²³⁶⁴ Ao contrário do *pragmatismo imobilista* do ditador português, Franco revelou desde cedo um *pragmatismo flexível*. Nomeou Iribarne ministro de Información y Turismo três meses depois de MC se demitir da Reitoria da UL, nas circunstâncias que se conhecem. Iribarne, um dos rostos reformistas do regime franquista, foi o responsável, em 1966, pela Lei de Imprensa – *Ley de Prensa* ou *Ley Fraga* –, de pouca duração,²³⁶⁵ e integrou o Conselho que redigiu a lei da transição do franquismo para a monarquia. Em 1967 foi responsável pela *Ley de Libertad Religiosa* e em 1968 pela independência da Guiné Equatorial. Tudo com a chancela de Franco e, por conseguinte, das FA espanholas. Navarro foi nomeado chefe de governo em 31 de Dezembro de 1973, em plena crise internacional. Pelo que, a evolução sugerida pelo “espírito del 12 de febrero” rapidamente foi boicotada pelo chamado “búnker”.²³⁶⁶ Após o 25 de Abril em Portugal, a deterioração do regime espanhol e da unanimidade no seio das FA, não retiraram Franco do poder. Depois da sua morte, Juan Carlos confirmou Navarro e Iribarne no governo, do qual o primeiro se demitiria por sua iniciativa em Julho de 1976, levando a que o segundo, por esse motivo, perdesse o lugar no governo seguinte. Neste cenário, “abatidos” os dois primeiros, Juan Carlos nomeou e apoiou de fato Adolfo Suarez (1932-2014).

A transição da “lei para a lei” verificada em Espanha foi preparada pelo poder efetivo (Franco) e assegurada pelo poder legítimo (Juan Carlos). Em Portugal é difícil perceber quem poderia ter sido um ou outro. Thomaz? A economia espanhola, recordista europeia de crescimento económico entre 1960-1973, conseguiu sobreviver à crise de 1973/74. Apesar do aumento da dívida externa em relação à OPEP, consequência da política externa de periferização adoptada pelos EUA após 1971, com os famosos “petrodólares”, em 1975 encontramos uma Espanha em “notável” desenvolvimento económico-social, quer em termos absolutos quer em termos relativos.²³⁶⁷ A contínua evolução económica desde a segunda metade da década de 50 foi politicamente correspondida.

Ao longo de 1973, cumprido o tempo “mínimo”, MC foi perdendo progressivamente o reduzido suporte político que tinha. Se tivermos em consideração o interessante estudo de Daron Acemoglu e James Robinson, verifica-se, por um lado, uma aproximação estrutural tanto às características exigíveis por um sistema democrático como às suas potenciais

²³⁶⁴ THOMAS, Hugh, *Historia de la Guerra Civil Espanhola*, Barcelona, Grijalbo, 1976, p.636.

²³⁶⁵ Medidas, segundo alguns autores, com curto prazo de validade: MOLINERO, Carmen, YSÀS, Pere, *La anatomía del Franquismo. De la supervivencia a la agonía: 1945-1977*, Barcelona, Crítica, 2008, p.44.

²³⁶⁶ MARTÍNEZ, Jesús, *Historia de España. Siglo XX (1939-1996)*, 4ª ed., Madrid, Cátedra, 2013, pp.228-234.

²³⁶⁷ PALACIOS BAÑUELOS, Luis, *Del liberalismo a la democracia: 1808-2004*, Madrid, Dilex, 2004; TORTELLA CASARES, Gabriel, *La revolución del siglo XX: capitalismo, comunismo e democracia*, Madrid, Taurus, 2000.

dificuldades²³⁶⁸, e, por outro lado, uma excepcionalmente rápida sobreposição de antagonismos. Até Agosto/Setembro de 1973, atingira-se uma elevada taxa de crescimento económico (sobretudo industrial) e começavam a verificar-se os primeiros sinais de afirmação da classe média e de redução das desigualdades (a partir de baixo).²³⁶⁹ Simultaneamente verificava-se a perda real de rendimento no setor militar. Estes dois elementos conjugados, proporcionariam, segundo aqueles autores demonstram, um dos maiores “incentives for coups”.²³⁷⁰ A que se somava, conforme vimos anteriormente, a crescente insatisfação das “elites” (sobretudo económicas) e, a partir de Outubro/Novembro de 1973, a primeira desaceleração no alargamento da emergente classe média.²³⁷¹ Quer dizer, se de um ponto de vista exclusivamente político estamos perante a criação das condições para uma transição “from nondemocracy to democracy system”, dum ponto de vista económico os indicadores tendem a inverter o sentido. Seria o caso, por exemplo, da política de Ordenamento do Território que se estava a desenhar para por termo às “críticas de morosidade e arbitrariedade que [se ouviam] formular, designadamente a investidores estrangeiros”,²³⁷² pela sua repercussão nos conflitos entre “landowners and industrialists” ou entre “capital, land and the burden of democracy”.²³⁷³

A descrença de MC “no que respeita à ineficácia da economia de mercado” e “nas soluções resultantes da *mão invisível*”, conforme sublinhou Alfredo de Sousa²³⁷⁴, induz em erro. Isto porque resulta duma formulação exclusivamente neoliberal do conceito de “capitalismo”. Não há dúvida nenhuma quanto à desconfiança marcelista em relação a este. Ao contrário do que defendiam (e defendem) os monetaristas e neoliberais, MC preconizava a conservação, por parte do estado, de mecanismos de controle da atividade económica. Para evitar, desde logo, uma excessiva concentração de poder económico privado. No fundo, tratar-se-ia duma aproximação portuguesa, país em vias de desenvolvimento, à ideia central de Eucken, pensada fundamentalmente para economias mais avançadas: “Assim como uma ciência só pode fazer investigação racional se não estiver submetida ao *diktat* dos grupos de interesses estatais e económicos, também, da mesma maneira, uma direção económica racional para todos os cidadãos só é possível através de uma economia de mercado isenta de

²³⁶⁸ ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A., *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*, Cambridge University Press, 2006, pp.287-320.

²³⁶⁹ RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.), *Desigualdade económica em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos – ISEG, 2012, p.62.

²³⁷⁰ ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A., *ob.cit.*, pp.221-225.

²³⁷¹ Idem: pp.221-225 e 255-286 – “The role of the middle class”.

²³⁷² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº36 (23/05/72), fls.4-14.

²³⁷³ ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A., *ob.cit.*, pp.287-312.

²³⁷⁴ SOUSA, Alfredo, *ob.cit.*, p.143.

poder económico.”²³⁷⁵ Condição *sine qua non* para uma autêntica liberdade económica e política, inseparáveis uma da outra.

O primeiro artigo da Lei nº7/73, de 22 de Dezembro, em concordância com o Despacho (16/10/73) do CMPAE sobre as indústrias prioritárias²³⁷⁶, dizia o seguinte: “A política económica geral a adotar pelo governo em 1974 deve ser concebida e executada em termos de garantir um elevado nível de investimento, de produção e de emprego, nas melhores condições possíveis de equilíbrio dos mercados de produtos e de fatores, das relações com o exterior e dos mercados monetário-financeiros. As providências de natureza conjuntural a tomar pelo governo em 1974, para salvaguarda dos equilíbrios económicos fundamentais, ordenar-se-ão de modo a assegurar a prossecução dos objetivos gerais da política de desenvolvimento económico e social do País e a máxima eficiência da intervenção do estado na economia. A intervenção do estado na vida económica deverá assumir carácter essencialmente ordenador do conjunto do seu processo de desenvolvimento, o qual continuará a assentar, primordialmente, na iniciativa privada.”²³⁷⁷

Daqui até à política económica de Erhard, por exemplo, iria, porventura, uma diferença equivalente à existente entre a lei portuguesa sobre a concorrência (nº1/71) e a legislação alemã correspondente. Embora parecessem concordar no seguinte: protecionismo nacionalista, estatização (socialista e nacional-socialista) da economia e *laisser-faire* (neo)liberal eram, efetivamente, sistemas cerceadores da liberdade coletiva e individual.

4.1.5. Curso: planeamento, integração, energia, TAP e Sines

No início dos anos 70, a relação entre “planeamento” e “independência nacional”, no sentido da capacidade de intervenção político-económica a nível nacional, vivia o seu crepúsculo. Em Setembro de 1973, os principais especialistas franceses do “Plano”, uma permanente fonte de inspiração nacional²³⁷⁸, entravam em pânico com a tendência do investimento estrangeiro em França. O problema não estava no “montante elevado do investimento estrangeiro”, mas sim no “desequilíbrio de fundo” que resultava da fraca

²³⁷⁵ EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, p.XXXVII (prefácio de Walter Oswalt-Eucken).

²³⁷⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº52 (16/10/74), anexo 1.

²³⁷⁷ *Diário do Governo*, I Série, nº297, 22 de Dezembro de 1973, p.2484 (1-2).

²³⁷⁸ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº36 (23/05/72), fls.4-7.

implantação das indústrias francesas no estrangeiro. Por isso, nesse mês, a esquerda francesa conseguiu alcançar consenso em torno de um programa: “todo e qualquer investimento estrangeiro deverá apresentar uma utilidade para a economia francesa (tecnologia nova e capacidade produtiva) no respeito das condições definidas pelo Plano”.²³⁷⁹ Três anos depois, Salgado Zenha, que partilhava as mesmas preocupações (antes e depois de 25 de Abril), diria perante o Corpo Diplomático creditado em Portugal: “Um Estado Democrático, um Governo escolhido pelo Povo e um plano económico de independência nacional e justiça social – eis, em meu entender, o caminho do Portugal português de 1976”.²³⁸⁰

No entanto, a tendência dominante na nova ordem global, desde a novíssima “terceira via” à “teoria (neoliberal) das expetativas racionais”²³⁸¹, incompatibilizou-se progressivamente com o “interesse nacional” e com a existência de “políticas económicas” ou “planos económicos”. A impotência argumentativa contra a ideia da restrição de “liberdade” genericamente associada ao “plano”, até por influência da experiência soviética²³⁸², ganhou contornos de irreversibilidade. Foi curto o passo da defesa duma certa “neutralidade” em matéria de política económica até à formulação indefinida de um “estado garantidor”.²³⁸³ Garantidor de quê? Teoricamente, da “redistribuição da riqueza”. Na realidade, do “crescimento económico”, numa perspetiva quantitativa e segundo o “sistema simples de liberdade natural”.²³⁸⁴ Aplicado a todos os aspetos da realidade, incluindo, evidentemente, a concorrência. As “crises” cíclico-sistémicas bastam para demonstrar a capciosidade do raciocínio. Que, por outro lado, condicionou negativamente a crítica dos especialistas franceses. Fenómeno com ecos em Portugal.²³⁸⁵ Não era somente o dólar que desconhecia a

²³⁷⁹ *Le Monde. Dossiers et documents: les firmes multinationals*, 1974, nº8, p.3.

²³⁸⁰ OLIVEIRA, António Cândido, CAMOTIM, Xencora, *Francisco Salgado Zenha: textos escolhidos*, p.151.

²³⁸¹ Ver, entre outros, AVELÃS NUNES, António José, *O keynesianismo e a contrarrevolução monetarista*, Coimbra, FDUC, 1991, p.125 e segs.

²³⁸² Encontramos um exemplo dessa perspetiva no 5º capítulo de ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A., *Why Nations Fail: the origins of power, prosperity and poverty*, New York, Crown Publishers, 2012, p.140 e segs.

²³⁸³ CANOTILHO, J. J. Gomes, *O estado garantidor: claros-escuros de um conceito*, in AVELÃS NUNES, António José, MIRANDA COUTINHO, J. N. (org.), *O Direito e o Futuro – o Futuro do Direito*, Coimbra, Almedina, 2008, pp.571-576.

²³⁸⁴ EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, pp.82-87.

²³⁸⁵ “Todas as formas de abertura de uma economia dominada ao exterior trazem em si o risco de um poder estrangeiro bloquear o desenvolvimento do país que assim se abre. É possível definir regras abstratas que orientem a tomada de decisões na escolha do tipo de abertura mais conveniente – mas a apreciação final há-de ser casuística. Mas é também possível identificar algumas causas que tornam mais preocupante a presença de investimentos diretos estrangeiros. E o motivo principal é que estes investimentos determinam um entorse grave à soberania – e à autodeterminação (económica e não só) das nações. [...] Qualquer nação tem, a todo o momento – e consciente ou inconscientemente – que refazer o equilíbrio entre a economia de poder (que exige um máximo de autarcia) e a economia de rendimento (que exige uma certa abertura ao exterior). O equilíbrio poderá favorecer um pólo em detrimento do outro; mas o essencial é que a opção seja feita consciente e

Portuguesa ou a *Marselhesa* – o escudo e o franco também. Se a solução não passava pelo “proteccionismo” ou pela “autarcia”, como quatro décadas de salazarismo demonstravam, o problema também não consistiria propriamente na origem do capital.

O abalo sentido na consolidação de métodos e estruturas de planeamento económico desde a saída de MC do governo em 1958 – “assim foi mais uma experiência” – fazia-se sentir em 1970 com redobrada gravidade. O III PF apresentou deficiências na sua preparação e execução, cujo diagnóstico reuniu consensualidade no seio do governo. Em Junho de 1970, quando se discutia a execução do PF para o triénio seguinte, João Salgueiro sublinhou o interesse em que as decisões a tomar adquirissem uma forma “definitiva e não sujeita a acertos posteriores”. Em concomitância, referiu a “preocupação de definir objetivos de execução em termos físicos e de integrar os projetos em programas de ação coerentes”. O secretário de Estado do Tesouro acrescentou “a importância de melhorar a qualidade da preparação dos projetos apresentados, muitos dos quais não passam da mera indicação de quantias a investir”. MC, por sua vez, “chamou a atenção do Conselho” para o término do prazo para a entrega de elementos sobre a revisão do III PF. Todavia, até 1974 os atrasos seriam constantes.²³⁸⁶

Em Janeiro de 1971, o CMPAE deliberou aperfeiçoamentos importantes nos métodos e na orgânica da coordenação e do planeamento económico.²³⁸⁷ Meio ano depois, MC recebeu a informação do Secretariado Técnico sobre o início da preparação do IV PF. Como foi apresentada muito em cima da data prevista para o início dos trabalhos, MC, “para evitar os riscos de demora na tomada de decisões e os seus reflexos sobre o desenrolar dos trabalhos, sugere ao Conselho que lhe delegue, e no subsecretário de Estado do Planeamento Económico [Salgueiro], a necessária competência, o que permitirá dar imediato início aos trabalhos.”²³⁸⁸ Salgueiro via ser-lhe atribuída autonomia e responsabilidade dez dias depois de enviar a MC

coletivamente, de modo a manter a autodeterminação económica.” MATOS, Luís Salgado de, *Investimentos Estrangeiros em Portugal: alguns aspectos*, pp.277-278.

²³⁸⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fls.16-17.

²³⁸⁷ “Não divulgar os relatórios trimestrais de execução do III PF em 1971 enquanto não se confirmar o aperfeiçoamento dos mecanismos de informação em que se baseiam; cometer ao Secretariado Técnico da presidência do Conselho, sob orientação do subsecretário de Estado do Planeamento Económico, o estudo das modificações a introduzir no conteúdo e apresentação das análises de conjuntura e dos relatórios de execução trimestrais, no sentido de acentuar o seu carácter meramente factual, de alargar e melhorar a informação utilizada e encurtar os seus circuitos e prazos de disponibilidade – tudo com vista a possibilitar o alargamento da sua divulgação em tempo oportuno; intensificar e tornar mais expedita a contribuição dos Gabinetes de Planeamento e dos organismos de coordenação económica na preparação dos relatórios e análises trimestrais, em complemento dos canais de informação já utilizados; regularizar o funcionamento da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, agora integrada pelos Diretores dos Gabinetes de Planeamento, aproveitando as suas possibilidades de pré-compatibilização em domínios da competência do Conselho.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº19 (19/01/71), fl.12.

²³⁸⁸ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº24 (22/06/71), fl.3.

uma “nota sobre empreendimentos de Fomento em curso ou vias de realização”,²³⁸⁹ no âmbito da última fase do III PF. Na qual considerou que a “resposta do setor privado” era “mais sensível” do que a do público, “mercê do maior desembaraço de decisões e melhor acolhimento de novas iniciativas”. Iniciativas que Salgueiro parecia conhecer e defender com maior detalhe do que as do estado.²³⁹⁰ Quatro meses depois de lhe ser atribuído o necessário “desembaraço”, Salgueiro deixou o Secretariado Técnico.

A questão da participação privada na elaboração e financiamento dos PF foi determinante. Sérgio Ribeiro centrava a sua crítica ao III PF nesse ponto. Na introdução ao conjunto de textos publicados em Outubro de 1973, utilizava o VII Plano francês, apesar de não o considerar “um modelo de participação, no sentido democrático do termo”, e as críticas de determinados setores industriais portugueses, de que o *Expresso* dava eco, para salientar a

²³⁸⁹ AMC, cx.50, Correspondência/Salgueiro, João Maurício Fernandes (secretário de Estado do Planeamento Económico): nº2 – anexo 1 (12/06/71). “Neste sentido merecem destaque:

- o reforço sensível votado nos meios dedicados a melhoramentos rurais (em particular, eletrificação, abastecimento de água e viação rural); a aceleração do programa de construções escolares, de forma particular para o ciclo preparatório e ensino técnico e secundário; o prosseguimento dos programas de construções hospitalares e o recente esforço de implantação de centros de saúde [...]; o prosseguimento das intervenções públicas na construção de habitações [...], o início da política de terrenos e primeiros passos da coordenação do setor; continuação dos programas de hidráulica agrícola para o Alentejo; clara racionalização e aceleração dos esforços para implantar a rede do frio, de matadouros e de armazenagem de vários produtos agrícolas; prosseguimento dos programas de equipamento da frota de pesca [...]; continuação normal dos programas de construção de aproveitamentos hidro-elétricos, técnicos e da rede de transportes e grande distribuição [...]; novos programas de construção naval com realce para embarcações especializadas [...] e sensível ampliação da frota da TAP (com realce da decisão quanto aos Boeing 747); prosseguimento dos programas de modernização dos caminhos-de-ferro, do metropolitano de Lisboa, de portos e da rede de estradas [...] e das comunicações; reforço dos meios do Fundo de Turismo [...].

[...] Os casos mais destacados são: - muito sensível aumento das despesas com o sistema escolar; programa de bolsas para estudantes e para investigadores universitários; programa de carreiras médicas; esquema de incentivos de reconversão agrária; aceleração dos programas de formação profissional, dos serviços de emprego e de apoio à emigração.”

²³⁹⁰ AMC, cx.50, Correspondência/Salgueiro, João Maurício Fernandes (secretário de Estado do Planeamento Económico): nº2 – anexo 1 (12/06/71).

“Mais sensível parece ter sido a resposta do setor privado, o qual mercê do maior desembaraço de decisões e melhor acolhimento de novas iniciativas, tem neste momento em curso ou início de execução um conjunto de empreendimentos excepcional no contexto da nossa escala habitual de realizações:

- refinaria e petroquímica (e eventualmente tratamento de pirites) do sul (em associação com o complexo portuário e nova cidade de Sines); ampliação da Lisnave e Estaleiro de Setúbal (5 navios de 300 mil toneladas por ano – cerca de 1,5 milhões de cts de investimento); esquema de ampliação da Siderurgia Nacional; ampliações em curso da Secil e da [?] (mais 500 mil e 200 mil toneladas, com investimentos de cerca de 600 mil e 300 mil contos), construção da nova fábrica do Algarve, já iniciada (300 mil toneladas, 500 mil contos), nova fábrica em Cantanhede (600 mil toneladas, 800 mil contos), ampliação de Cimentos Tejo (Alhandra, 600 mil toneladas, 300 mil contos); ampliação de Estarreja para uma unidade de adubos compostos (300 mil contos) e, eventualmente, unidade petroquímica de aromáticos (mais de 1 milhão de contos) e provavelmente o novo esquema da [?] (cerca de 200 mil contos); unidade produtora de silício metálico (em Setúbal ou Sines, cerca de 250 mil contos) e unidade de metalurgia do volfrâmio em Abrantes (cerca de 300 mil contos); eventual lançamento dos esquemas de aproveitamentos de pirites e de sal gema; nova unidade Celtejo (em V.V. de Rodão, 500 mil contos) a inaugurar no presente ano e início dos investimentos da Celnorte (600 mil contos, com arranque previsto para 1974); diversas fábricas em curso de conclusão com investimentos superiores a 100 mil contos [cerveja, garrafaria, aglomerados de madeira, produtos químicos e farmacêuticos, brinquedos, Siemens, Coelima, fundição].”

“limitação da intervenção de setores privados” na elaboração do IV PF.²³⁹¹ O tema fora alvo de profunda discussão no CMPAE. As conclusões não coincidiam, no entanto, com as de Ribeiro. Iam mesmo no sentido contrário. Em Janeiro de 1972, fez-se o diagnóstico do problema quanto ao III PF na ausência de MC. O novo ministro de Estado submeteu então à consideração do conselho uma exposição elaborada pelo diretor-geral do Secretariado Técnico “sobre a participação do setor privado nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento”. Afirmou o seguinte:

“Tem-se notícia, não obstante, de reparos e queixas por parte do setor privado, que considera procedentes. Independentemente do valor intrínseco das contribuições que possam obter-se da sua audiência, afigura-se-lhe da maior conveniência política assegurar-lha, e desde já, para jugular à nascença as tensões que se detetaram. Propõe, assim, e sem prejuízo do funcionamento das Comissões de Planeamento, ir desde já ao encontro das Corporações e das associações privadas de maior projeção, chamando os seus presidentes e pedindo-lhes a sua colaboração, em moldes que poderão em breve estar definidos. A par desta diligência, a promover pela PCM [...] haveria de promover-se com toda a brevidade possível [...] a participação do setor privado nas fases de programação concreta a cargo dos Gabinetes de Planeamento, posteriores às decisões a tomar, pelo Conselho, sobre o Relatório Geral Preparatório. Estas as propostas concretas que submete à apreciação do Conselho, sobre matéria que reputa delicada e urgente.”

Silva Pinto não foi da mesma opinião, apesar de confirmar “ter já sentido oposições vivas, por parte do setor privado, pelo que as diligências propostas pelo Ministro de Estado se lhe afiguram oportunas e capazes de suscitarem repercussões favoráveis junto do setor privado.” Segundo este, o III PF não teria ficado aquém das expectativas por falta de intervenção do setor privado, mas sim pelo “excesso” de “intervenção”: “A conveniência de enriquecer, através da participação desse setor, os capítulos do Plano em que ele predomina, como é o caso da Indústria, não deve fazer esquecer, entretanto, a experiência frustrante que foi a preparação do III Plano de Fomento, por excessiva exaustividade e abertura do que se pediu aos “grupos de trabalho”. Agora, convirá tirar proveito dessa experiência e ser muito mais seletivo, no que se vai solicitar, fazendo opções iniciais sobre os domínios ou subsectores concretos em que mais interessará pedir o concurso da iniciativa privada.”

Dias Rosas encerrou o conselho ignorando completamente Silva Pinto: “Dá o seu acordo às propostas apresentadas pelo ministro de Estado, que correspondem a necessidades

²³⁹¹ RIBEIRO, Sérgio, *Sobre o plano e o planeamento em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora, 1973, pp.10-11, 49-61.

inegáveis, tanto no plano político como no plano prático. Sem a sua efetivação são, com efeito, de rezear, não apenas sentimentos de frustração, mas mesmo reações concretas por parte dos empresários. Impor-se-á, no entanto, assegurar a conveniente articulação entre a primeira fase do diálogo, com a PCM, e as subsequentes, com os Gabinetes de Planeamento.”²³⁹²

A “ameaça” chegava ao CMPAE e Dias Rosas era o seu mensageiro. Quase dois meses depois, a 29 de Fevereiro, após Rogério Martins comunicar que “o Serviço de Apoio ao Investidor despendeu 92% do que tinha previsto, tendo atendido 91 investidores de 19 países com resultados concretos apreciáveis”, o ministro de Estado recordou as conclusões daquele conselho. MC sublinhou então “a importância de melhorar o tratamento dado aos empreendimentos privados no próximo PF, devendo desde já proceder-se ao inventário dos principais projetos que se candidatem a inclusão no Plano, ao estudo das condições e contrapartidas para essa inclusão e dos métodos a utilizar para a avaliação e seleção”.²³⁹³ Acusava as “pressões”, mas parecia não querer ceder ao exigir “condições e contrapartidas”. De igual modo, mantinham-se as resistências às suas instruções. Em Junho de 1973, manifestava desilusão pelas “grandes dificuldades de que se tem revestido a preparação do IV PF, traduzidas no sucessivo incumprimento dos prazos fixados, dificuldades que, com as verificadas na execução orçamental, impõem profunda revisão da orgânica de planeamento atualmente estabelecida e dos métodos em vigor para a programação anual.”²³⁹⁴

Um mês depois, a Proposta de Lei do IV PF foi aprovada e enviada para a CC.²³⁹⁵ O atraso não foi o único aspeto criticado. Também a forma excessivamente genérica das bases do IV PF, Lei nº8/73 de 26 de Dezembro²³⁹⁶, mereceu fortes críticas. Assumidas à partida pelo próprio governo. Desde 1970 que MC tentava corrigir essa tendência condicionadora dos métodos de trabalho dos vários gabinetes, em especial nas secretarias de Estado da área económica.²³⁹⁷ O ministro de Estado reconhecia a falta de “qualidade substancial e formal” do

²³⁹² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº30 (04/01/72), fls.13-15.

²³⁹³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº32 (29/02/72), fls.8-9.

²³⁹⁴ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº49 (05/06/73), fls.5-6.

²³⁹⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº50 (03/07/73), fls.3-4.

²³⁹⁶ *Diário do Governo*, I Série, nº298, 26 de Dezembro de 1973, p.2488 (1-4).

²³⁹⁷ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº32 (12/10/70). Carta de MC para Martins:

“Recebi o papel que me mandou e constitui a participação da Secretaria de Estado da Indústria para a Lei de Meios para 1971. Fiquei perplexo. Assim, quando a programação do sector industrial é tão importante na execução da política económica e tão ansiosamente esperada pelo País, não vejo como poderei ter assegurada a colaboração da Secretaria de Estado da Indústria. Também o projecto de proposta de Lei de Desenvolvimento Industrial não está, em meu entender, em condição de ser presente à Assembleia Nacional. É excessivamente genérico na grande parte das ideias que contempla, sem ser conclusivo quanto aos processos e instrumentos que o processo irá utilizar para lhes dar realização.”

projeto e MC, apesar do “louvor” e do “apreço”, admitiu que “a nova orgânica de planeamento [...] não correspondeu ao que se esperava”.²³⁹⁸

Tanto as falhas do governo como as “pressões” dos “privados” terão contribuído para os problemas apresentados pelo projeto do IV PF. Apesar de aceitar “como hipótese de trabalho a divisão entre o *político* e o *económico*”, Sérgio Ribeiro, entre outros, parecia valorizar apenas a influência da decisão política nas opções económicas, ignorando as pressões contrárias. Ou seja, a constituição do poder económico em poder político, conforme sublinhara Eucken. Seria certamente uma caricatura, mas como dizia Rogério Martins em 1970, quase tudo “neste país estava ligado ou à CUF ou ao Champalimaud”.²³⁹⁹ A proposição segundo a qual o governo estaria a ser “antidemocrático” na forma como supostamente marginalizava a iniciativa privada, parecia assim partir do princípio, no mínimo frágil, de que o poder económico agiria altruística e democraticamente. Sérgio Ribeiro diria precisamente que não quando se colocou perante outra escala: o Mercado Comum.²⁴⁰⁰

Num interessante estudo, Ribeiro procurava expor as contradições e idiossincrasias do Mercado Comum. Desde logo patentes, segundo o autor, na paternidade da ideia²⁴⁰¹ e no modelo “capitalista” da nova ordem global, subjacente à natureza económica da construção europeia.²⁴⁰² Nos antípodas ideológico-políticos do governo, esta perspetiva possibilita afinar melhor a conjugação dos fatores filosófico-político-económicos. Não cabe aqui uma análise

²³⁹⁸ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº51 (02-03 e 06/08/73), fls.7-8.

²³⁹⁹ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº24 (04/07/70).

²⁴⁰⁰ RIBEIRO, Sérgio, *O Mercado Comum: a integração e Portugal*, pp.15-83.

²⁴⁰¹ “E quem se reclamou da paternidade da Europa? Sem esforço exaustivo, anotámos os nomes de De Gaulle, Churchill, Pio XII, Partidos Socialistas (Conferência Internacional dos P.S. Europeus, em 24 e 25 de Abril de 1948), SFIO, Marshall, Bevin, Robert Shuman, Jean Monnet, Paul-Henri Spaak. Mas não só. No livro de Denis e Kanapa encontramos Hitler bem colocado. O diretor do Reichsbank, Schacht, dizia em 1933: “Vereis! Hitler fará a Paneuropa!” E, na realidade, Hitler não o esquecia ao chamar às suas tropas “soldados da Europa” [...]. Como se pode começar o relato da integração económica europeia no pós-guerra de 1939-45, a partir de condições precisas desse momento em que, para defesa do capitalismo europeu, era necessário travar a “erupção” que alastrava, a citação de Hitler não terá nada de inadequada, como não será a de Romain Rolland quando afirmava que “nada é mais *internacional* do que o capitalismo opressor”, e prevenia que “não é um perigo menor de hoje uma Santa Aliança dos grandes capitães da indústria e das grandes burguesias fascistas do Ocidente”. As condições precisas do pós-guerra ajudam à compreensão de todo o processo de integração desde que se insiram os fatos nessas condições, e as condições se perspetivem em processo mais longo e definidor.” Idem, pp.44-45.

²⁴⁰² “Através dos empréstimos acordados no âmbito da “ajuda”, o capitalismo EU utiliza o Estado para favorecer também a exportação de capital comercial e financeiro. Segundo um economista americano, Seymour Harris, o Plano Marshall foi “uma tentativa para salvar os Estados Unidos da depressão”. [...] Não se justifica, portanto, qualquer surpresa, ou pensar-se em “perversão” de intenções de auxílio socorrista e samaritanos. Todo este processo, com os seus vários aspetos e faces, inscreve-se na lógica da “integração europeia”, porque esta é uma integração capitalista e a integração capitalista decorre de acordo com as leis próprias do capitalismo. [...] assim, a integração “europeia”, desde o início, não só não apareceu como resposta à penetração do capital norte-americano na Europa como favoreceu essa penetração.” Idem, p.48.

exaustiva da problemática em torno da “ideia” de Europa ou da integração europeia.²⁴⁰³ Tratar-se-á, muito simplesmente, de entender como, no quadro dos problemas e desafios da economia portuguesa, que incluíam também a energia, as empresas públicas de transportes e o desenvolvimento de áreas integradas, se tratou de “criação de condições” antes de uma “opção”.

No já referido Colóquio de Política Industrial de Fevereiro de 1970, na sequência do qual se manifestou o “lobby do condicionamento”, o presidente da Associação Industrial de Angola, eng.º António Castilho, defendeu que “a Metrópole só [poderia] dar todo o apoio ao Ultramar quando integrada na Europa”.²⁴⁰⁴ Expressa por alguém com semelhante representatividade, esta posição relativiza imenso a tradicional oposição entre africanismo e atlantismo. Na visita de Rogério Martins a Londres, em Outubro de 1970, no meio das intensas negociações da Grã-Bretanha com o Mercado Comum (que integraria oficialmente em Janeiro de 1973), o novo governo conservador de E. Heath (1916-2005) esforçou-se por “reforçar a amizade com Portugal”, “como dantes” – “Eden referiu-se a certa altura a Portugal como um país “espalhado por dois continentes, Europa e África”.” Verificou-se então um alívio da pressão britânica na ONU contra Portugal e dizia-se em Inglaterra que isso estava relacionado com a visita e com o fato de já saberem que o governo português estava a “estudar” a questão da “integração europeia”.²⁴⁰⁵ “Aliás – dizia Martins – estão aqui mais interessados em mostrar que são nossos amigos, e em expor-nos as ideias e posições deles, que em ouvir a nossa: estão muito bem informados acerca do que se passa em Lisboa”.²⁴⁰⁶

Desde a adesão de Portugal à EFTA²⁴⁰⁷ que se consolidara a ideia de que a integração da economia nacional na dinâmica do espaço europeu seria o corolário lógico do seu desenvolvimento, não um “seguro” para o seu subdesenvolvimento.²⁴⁰⁸ Isso mesmo dissera

²⁴⁰³ Ver, entre outros, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, MELO, A. M. Barbosa de, PORTO, Manuel C. Lopes, *Portugal e a construção europeia: colóquio*, Coimbra, Almedina, 2003; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A ideia de Europa: uma perspetiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003; CASTILHO, José Manuel Tavares, *A ideia de Europa no Marcelismo: 1968-74*, Porto, Afrontamento, 2000; CALAFATE, Pedro, FRANCO, José Eduardo, *A Europa segundo Portugal: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*, Lisboa, Grádiva, 2012; SILVA, António Martins, *Portugal e a Ideia Federal Europeia: da República ao fim do Estado Novo*, separata da obra *Portugal e a Construção Europeia*, Almedina, 2002.

²⁴⁰⁴ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº19 (02/70).

²⁴⁰⁵ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº34 (14/10/70).

²⁴⁰⁶ Idem: nº33 (13/10/70).

²⁴⁰⁷ ALÍPIO, Elsa Santos, *Salazar e a Europa: história da adesão à EFTA (1956-1960)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

²⁴⁰⁸ Ver LOPES, José da Silva, *Aspetos recentes da cooperação comercial à escala de toda a Europa Ocidental*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1960; ANDRÉ, João Luís da Costa, *Portugal na Associação Europeia de Comércio Livre*, Lisboa, ISCEF-GIE, 1960; CORREIA d'Oliveira, José Gonçalo, *Portugal e o mercado europeu*, comunicação do ministro de Estado, Lisboa SNI, 1963; *Portugal e o mercado europeu II: entrevistas*,

MC em Dezembro de 1956 numa explicação sobre o II PF²⁴⁰⁹, o ministro de Estado Correia d'Oliveira em 1961²⁴¹⁰ e João Salgueiro em Fevereiro de 1971, num colóquio organizado pela SEDES.²⁴¹¹ Realmente, como referiu Ribeiro, a seguinte crítica de Pereira de Moura não tinha muito fundamento: “a recusa de novas formas de organização internacional e de contatos modernizadores está bem clara na opção EFTA e sempre mantendo-se oficialmente a esperança de que a ideia europeia não chegue a triunfar”.²⁴¹² Aplicar-se-ia a Franco Nogueira e ao setor que ele representava, mas não exatamente ao governo. Repare-se que a discussão política na França pós-De Gaulle, um dos pilares da CEE, foi marcada pela ambiguidade. O governo de G. Pompidou (1911-74) foi evoluindo (na continuidade) o seu discurso sobre o aprofundamento da integração europeia, rumo à “supranacionalidade”, como então se dizia, sem o assumir publicamente: “a discussão sobre a supranacionalidade é uma falsa questão”.²⁴¹³

Não parecia existir qualquer desejo de fracasso em relação ao futuro europeu. A questão fundamental consistia em saber que possibilidades e que papel poderia ter um país subdesenvolvido num projeto de integração com as principais potências económicas da Europa. O 1º e 4º ponto “quanto à atitude portuguesa perante a Zona de Livre-câmbio”, decidida na reunião privada em casa do então presidente do Conselho (20/09/57), manifestam a preocupação de fundo: “Começar por procurar obter o ingresso de Portugal na zona como membro de pleno direito, a fim de se poder ter voz e voto nas instituições que a governarão”; “Portugal, uma vez obtido o prazo de 24 anos, prescinde de qualquer assistência financeira especial para a reconversão da sua economia.”²⁴¹⁴ Ambas são condições fundamentais em

Lisboa, Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa, 1967; CUNHA, Paulo de Pitta e, *A integração económica da Europa Ocidental*, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais da Direção-geral das Contribuições e Impostos, 1964; PINTO, Luís Maria Teixeira, *Aspetos e perspectivas da economia portuguesa no continente europeu*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1965; XAVIER, Alberto Pinheiro, *Portugal e a integração económica europeia*, Coimbra, Almedina, 1970.

²⁴⁰⁹ “A evolução das negociações na OECE veio reforçar a convicção de que o país não podia abandonar os esforços necessários à aceitação das “obrigações comuns que a nossa condição europeia nos imporá” [...]. É que a Associação Europeia de Comércio Livre foi desde sempre considerada como um instrumento de aproximação com o Mercado Comum.” *Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento*, Vol. I – *Estudos Gerais*, Lisboa, 1958.

²⁴¹⁰ “Podemos opor-lhe restrições e objeções, e algumas inteiramente válidas, mas a verdade é que não teríamos, mesmo que quiséssemos, força para alterar as ideias que neste momento são a diretriz comum das políticas económicas do Ocidente”. CORREIA d'Oliveira, José Gonçalo, *A formação de um só mercado nacional e a integração da economia europeia*, comunicação do ministro de Estado, Lisboa SNI, 1961.

²⁴¹¹ “Independentemente de qualquer opção política, a europeização dá-se inevitavelmente, e já se deu porque o país foi forçado a isso”.

²⁴¹² MOURA, Francisco Pereira de, *Ob.cit.*, p.29.

²⁴¹³ Cit. em artigo de Charles Fiterman na *Revue France Nouvelle*, de 4 de Março de 1971. RIBEIRO, Sérgio, *ob.cit.*, p.102.

²⁴¹⁴ AMC, cx.11, MPRE, Notas sobre os Conselhos de Ministros: nº38 (20/09/57). “Reservado: Reunião privada em casa do Sr. Presidente do Conselho em 20 de Setembro de 1957. Presentes com S. Ex.^a, os ministros da

qualquer integração numa organização internacional: assegurar decisão/participação política e efetivo desenvolvimento económico.

A primeira vez que se discutiu o futuro da EFTA e da CEE no CMPAE foi em Junho de 1970, após o regresso de Xavier Pintado de reuniões internacionais (EFTA e OCDE). As primeiras impressões denunciavam o futuro: “A integração europeia, encarada em clima de relativo otimismo, dentro da convicção de que virá a ser politicamente difícil que a CEE recuse de novo a candidatura da Grã-Bretanha, levava à reafirmação da solidariedade entre os países da EFTA; considerou-se desejável certo paralelismo nas negociações com a CEE, independentemente do estatuto a que aspirem dentro daquela organização; todos os países estão dispostos a negociar, mantendo um sistema de informação mútua constante, e concordaram em assegurar a permanência dos benefícios pautais já obtidos no seio da EFTA. [...] Resultou da reunião o desejo comum de manter um bom clima entre os parceiros da EFTA, organização que deverá ainda funcionar durante três a cinco anos, embora as atitudes dos países membros relativamente às negociações com a CEE sejam diferentes. Notou atitudes de simpatia e abertura em relação a Portugal, nomeadamente por parte da Grã-Bretanha, bem como um movimento de curiosidade interessada pela intensa atividade diplomática que vem sendo desenvolvida pelo governo português.”²⁴¹⁵

Por vezes surgiam problemas de comunicação na organização dessa atividade diplomática. Sem comprometer a relação pessoal, MC parecia apreciar mais os processos de trabalho de Xavier Pintado do que os de Rogério Martins. O feitio difícil e meticuloso do presidente do Conselho chocava com a amplitude emocional de Martins, que tão depressa extravasava os limites de coordenação ministerial, por exemplo na visita de Outubro de 1970 a Londres²⁴¹⁶, como se mostrava carente de “ânimo”.²⁴¹⁷ No primeiro CMPAE após essa visita, Martins confirmou o que já havia dito em particular a MC.²⁴¹⁸ Além da “cordialidade”

Presidência, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros e os subsecretários do Orçamento e do Ultramar. O ministro da Economia justifica a sua falta e enviou o seu voto por escrito.”

²⁴¹⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fls.5-6.

Mais tarde, em Novembro, Xavier Pintado confirmava a “boa vontade”, condicionada por uma ressalva: “desejo de nos darem, quanto possível, satisfação em matéria de salvaguarda dos nossos interesses económicos contanto que não insistamos em aspetos que constituam embaraço político.” AMC, cx.43, Correspondência/Pintado, Valentim Xavier (economista; secretário de Estado do Comércio): nº9 (13/11/70).

²⁴¹⁶ “Finalmente recebi o programa da sua visita oficial a Londres. Quando o recebi já o Senhor Secretário de Estado tinha partido de Lisboa. Vejo que dele consta uma reunião de trabalho sobre o Mercado Comum. A inclusão desta matéria nas conversas, sem termos falado previamente, e envolvendo, como envolve, a necessidade de uma orientação do Governo que certamente a irá definir sobre o Relatório que foi apresentado ao Conselho de Ministros, considero-a altamente imprudente.” AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº32 (12/10/70).

²⁴¹⁷ Idem, nº36 (21/11/70). Agradecimento pelo “ânimo que me deu na nossa conversa desta tarde!”

²⁴¹⁸ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972): nº34 (14/10/70).

e “interesse” dos britânicos, colheu “informações sobre a maneira como tinham sido preparados os contatos entre a Grã-Bretanha e a CEE, fazendo notar a antecedência e grande cuidado posto na preparação dos “dossiers” que foram apresentados em Bruxelas, o que decisivamente influenciou na atitude da Comunidade. Julga experiência a aproveitar, aquando da negociação de um contrato de associação entre Portugal e o Mercado Comum.” MC resumiu de seguida a posição portuguesa: “Ficou demonstrada a impossibilidade de adesão imediata, devendo buscar-se um acordo de associação da Metrópole com a CEE [...]. A negociação será dirigida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, devendo proceder-se a cuidadosa preparação”.²⁴¹⁹

A consciência luso-britânica de que a integração europeia não só não resolveria de *per si* o atraso da economia portuguesa como poderia até potenciá-lo, forçava a definição de prioridades para incrementar a competitividade, no sentido de maximizar o previsível, ainda que não “imediato”, aprofundamento da integração. As exportações para o Mercado Comum, que absorvia mais de 50% do total, chegavam para justificar o acordo. No entanto, no final de 1972, a balança comercial continuava altamente deficitária.²⁴²⁰ Compensada, como de costume, pelas remessas dos emigrantes (com tendência crescente).²⁴²¹ As prioridades passaram, fundamentalmente, pela energia, infraestruturas e desenvolvimento de áreas integradas.

A constante ameaça de dificuldades no abastecimento de petróleo, verificada desde o primeiro semestre de 1970²⁴²², motivou a diversificação do fornecimento²⁴²³, revisão dos acordos com a Cabinda Gulf Oil²⁴²⁴ e, sobretudo, a ideia de avançar²⁴²⁴ a prospeção de petróleo na plataforma continental.²⁴²⁵ Medida de médio/longo prazo, também não resolvia o

²⁴¹⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº14 (16-20/10/70), fls.14-15.

²⁴²⁰ Segundo os dados do FMI, o valor da exportação “expandiu-se na primeira parte da década de 1960/70 devido ao aumento da nossa capacidade competitiva, enquanto que, na segunda parte, se perdeu esse efeito, o que levanta o problema de novos, mercados. Para isso, preconizou a ação a desenvolver pela via diplomática na América Latina e a abertura em terceiros países de organizações viradas aos mercados politicamente fechados. [...] O secretário de Estado do Trabalho e Previdência, como comentário às observações dos secretários de Estado do Comércio e da Indústria, sugeriu a criação de centros técnicos para a indústria do calçado e para a cortiça, virados à exportação.” MC “sublinhou o dinamismo do Fundo de Fomento de Exportação”, cuja orgânica havia sido alterada em Julho de 1971. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº35 (25/04/72), fl.5-6.

²⁴²¹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº39 (10/10/72), fl.9-10.

²⁴²² Em Fevereiro de 1971, as reservas de ramas só davam para três meses. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº20 (02/02/71), fl.5.

²⁴²³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº13 (04/08/70), fls.3-4.

²⁴²⁴ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº14 (16-20/10/70), fl.14.

²⁴²⁵ Ideia lançada em Maio de 1970 e concretizada em Julho de 1973 com o despacho a autorizar a exploração por empresas não nacionais. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº8 (12/05/70), fl.9; AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº50 (03/07/73), anexo 1. Em Janeiro de 1972 também chegou a ser debatida a atribuição de concessões para a pesquisa em “offshore”. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº31 (18-21/01 e 01-18/02/72), fl.14.

problema da dependência energética. Por outro lado, verificava-se o esgotamento da capacidade hidroelétrica, patente com a construção da Barragem da Agueira²⁴²⁶ e com contínuo adiamento da construção da barragem do Alqueva²⁴²⁷, demasiado cara para “não ser aproveitada energeticamente” e para o ser, por desviar recursos necessários à agricultura.²⁴²⁸ Embora o CMPAE concordasse que era apenas uma questão de oportunidade, pois a decisão política estava tomada.²⁴²⁹ Segundo a documentação, MC era o seu principal entusiasta.²⁴³⁰ A estas circunstâncias deve acrescentar-se o condicionalismo imposto pelo *lobby* que se foi desenvolvendo no setor. Pelo que, a “urgência” de MC em “levar a eletrificação a muitas zonas que dela ainda não dispõem e com insistência reclamam”, bem como a necessidade de “reestruturação do setor de distribuição de energia”, “nivelamento de tarifas” e fornecimento a “áreas de atividade empresarial”²⁴³¹, propiciou a solução nuclear. Cabora Bassa era, naturalmente, um caso à parte.²⁴³²

A intenção de avançar para negociações com Espanha, tomada em Junho de 1970²⁴³³, durou quase dois anos, até esbarrar na falta de vontade dos espanhóis, apostados em desequilibrar ainda mais a vantagem competitiva em relação a Portugal.²⁴³⁴ Assim, em Abril de 1972 foi aprovada a “Programação dos Novos Centros de Energia”: “uma central a fuel, a sul do Tejo”; “preparação imediata da entrada em exploração da primeira central nuclear para cerca do final da corrente década”; “reforço da ligação internacional da rede de transporte em

²⁴²⁶ Construída fundamentalmente com o fim de regularizar a bacia do Mondego e alimentar a respetiva zona agrícola. Rogério Martins deixou bem claro que o aproveitamento elétrico não a justificava: “Chama a atenção para o fato de o aproveitamento do Mondego se não justificar por razões puramente energéticos, porquanto o custo do quilowatt-hora produzido neste escalão, se devesse refletir o custo total do aproveitamento, resultaria muito elevado.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº8 (12/05/70), fl.12.

²⁴²⁷ O início do estudo foi adiado pela primeira vez em Julho de 1971, pelas dificuldades de financiamento levantadas pelo ministro das Obras Públicas. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº25 (15-20/07/71), fl.7.

²⁴²⁸ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº26 (03/08/71), fls.7-8. A primeira estimativa de orçamento ascendeu a 1.700.000 cts.

²⁴²⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº29 (16/11/71), fl.3.

²⁴³⁰ “Construção imediata da barragem, a aproveitar, de início, principalmente para produção de eletricidade e para o abastecimento de água, ponderando-se oportunamente as condições e a progressividade da sua utilização para ampliação dos regadios.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº34 (11/04/72), fl.11.

²⁴³¹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº20 (02/02/71), fl.9.

²⁴³² Os contratos entre a Caixa Geral de Depósitos e o Estado, para o financiamento da obra, entre a Zamco-Zambeze Consórcio Hidroelétrico e o Estado, e entre o Banco Pinto e Sotto Mayor e a Zamco (pagamento do cimento incorporado na barragem), foram aprovados em Maio de 1972. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº38 (01/08/72), fls.3-4.

²⁴³³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº9 (08/06/70), fl.4.

²⁴³⁴ “Parecia, no entanto, que o país vizinho não estava nesta altura interessado em qualquer modalidade de associação. O secretário de Estado da Indústria informa que os espanhóis vão ter, no final da década, uma potência instalada correspondente a dezoito vezes a nossa. Sublinhou, ainda, que, depois de instalada a central no Guadiana pela CPE, a central nuclear comum não terá interesse para nós. O presidente do conselho observou que o assunto estava esclarecido, não vendo que, imediatamente, haja possibilidade de estreita cooperação com a Espanha no campo nuclear.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº35 (25/04/72), fl.4.

alta tensão”; “instalação, no Algarve, de um grupo gerador de turbina a gás”.²⁴³⁵ Conforme se discutira noutro conselho, os investidores estrangeiros tinham “dificuldade em obter informações por parte das empresas privadas do setor da Energia [...] com investimentos incluídos nos programas anuais, pelo pouco interesse que essa inclusão para elas reveste.”²⁴³⁶ O aumento da capacidade e a diminuição do custo da energia seria fundamental para a integração da economia nacional em condições de competitividade.

A par da energia, verificou-se um aumento do investimento no setor estratégico dos transportes. A aposta de MC, já referida, na construção de uma rede de autoestradas foi formalizada em 16 de Março de 1971, com a apresentação em CMPAE do relatório de apreciação das propostas para a concessão da construção e exploração da infraestrutura.²⁴³⁷ Pouco mais de um ano depois, as obras eram adjudicadas ao Consórcio Técnico-Financeiro Brisa.²⁴³⁸ A 20 de Abril de 1971, MC solicitava as primeiras informações “sobre os trabalhos a cargo do Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa”.²⁴³⁹ Quanto à TAP, para concretizar os investimentos enumerados por João Salgueiro (compra de novos aviões de longo curso), em Maio de 1971 foi autorizado o aumento de capital social de 550.000 para 800.000 cts, mediante a emissão de 250.000 mil ações do valor nominal de 1.000\$00 cada.²⁴⁴⁰ Parte do qual teria de ser subscrito pelos “Estados” de Angola e Moçambique, consolidando dessa forma a função estratégica da companhia para o futuro do espaço lusófono. Em Agosto de 1971 foi aprovado o saneamento financeiro da CP, com a injeção de 4,2 milhões de cts, e a sua reorganização (como no Metro de Lisboa), com negociação de um novo contrato coletivo de trabalho com os sindicatos.²⁴⁴¹ Os transportes marítimos estavam há muitos anos em franco

²⁴³⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº35 (25/04/72), fl.5.

²⁴³⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº32 (29/02/72), fl.8.

²⁴³⁷ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº21 (16/03/71), fl.7.

²⁴³⁸ AMC, cx.23, Correspondência/Consórcio Técnico-Financeiro Brisa: nº1 (31/05/72). Adjudicação de obra à BRISA. Este consórcio terá ganho a obra porque a sua proposta seria a que correspondia ao: “menor custo unitário de construção; menor montante de encargos financeiros para o estado, quer em adiantamentos quer na concessão de avales; menor montante de empréstimos e a menor percentagem destes em relação ao custo da construção; menor montante de juros pagos no estrangeiro, sem exigir qualquer garantia do estado contra riscos cambiais; menor custo nacional.” Das condições constava “que a concessionária se obriga, sem mais encargos para o Estado, a ampliar o número de vias das autoestradas por ela construídas, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos”.

²⁴³⁹ “O ministro das Obras Públicas e das Comunicações esclareceu estarem adjudicados os estudos de previsão de tráfego e de viabilidade económica e técnica do empreendimento, correndo normalmente os prazos fixados. Importa aplicar urgentemente as medidas cautelares previstas no diploma sobre política de terrenos à área em que ficará instalado o novo aeroporto, não só para prevenir o encarecimento das expropriações como para evitar a proliferação, que se está dando, de novas construções rurais.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº22 (20/04/71), fl.12.

²⁴⁴⁰ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº23 (25/05/71), anexo 2, fl.2. Angola e Moçambique deveriam participar nessa capitalização. Esta medida foi acompanhada pela liberalização dos voos “charter” destinados ao setor do turismo.

²⁴⁴¹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº26 (03/08/71), fls.11-12.

declínio: mais de 50% do comércio externo nacional era feito em navios estrangeiros. Para tentar combater essa tendência entrara em vigor, em 1970, um programa de reequipamento da Soponata.²⁴⁴² Neste setor, também a concessão dos estaleiros de construção naval de Viana do Castelo apresentava problemas. Quando faltavam 8 anos para o término do contrato de concessão (de 35 anos), a empresa concessionária exigia uma série de novas facilidades para, supostamente, aumentar a capacidade produtiva e equipar-se para a produção de unidades até às 100.000 toneladas de porte.²⁴⁴³

No entanto, apesar do nível de investimento nos mediáticos empreendimentos infraestruturais²⁴⁴⁴, o eixo da política desenvolvimentista do governo passaria pela aposta na criação de áreas integradas. Sines tornar-se-ia o seu símbolo. O primeiro “relatório do grupo de trabalho encarregado de estudar a localização de uma área de implantação concentrada de indústrias de base” foi apresentado no CMPAE de 19 de Janeiro de 1971. Perante a ausência de MC, João Salgueiro, “admitindo que o relatório apresente lacunas”, pressionou o Conselho a definir-se. Este determinou a constituição de um grupo de trabalho, com a missão de produzir um estudo até final de Março.²⁴⁴⁵ O estudo realizado por esse grupo²⁴⁴⁶ constituiu um caso extraordinário de eficácia (realizado entre 22 de Fevereiro e 5 de Abril) e método, conforme atestam as 386 páginas do respetivo livro branco. O trabalho foi apresentado no Conselho de 20 de Abril²⁴⁴⁷, tendo sido aceites todas as conclusões.²⁴⁴⁸ MC decidiu a criação

²⁴⁴² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 1, ata nº16 (04/12/70), fls.4-6.

²⁴⁴³ O ministro de Estado defendia a satisfação da petição da empresa, enquanto o ministro da Marinha desconfiava das garantias de mercado para o aumento de produção e lembrava a “situação de monopólio da indústria de construção e reparação naval”. O secretário de Estado do setor concordou com o ministro de Estado e mandou-se estudar, ponto por ponto, cada petição. AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº48 (03/04/73), fls.6-7.

²⁴⁴⁴ Em 1971, as previsões de investimento nas grandes obras apontavam para os seguintes valores: “14 milhões de contos já estimados para o período 1971/74 (nomeadamente para a área de Sines, Cabora-Bassa e os outros empreendimentos do Plano do Fomento), 10 milhões (sem as obras de rega) para o período 1975-80 e 21 milhões para além de 1980. Neste contexto, uma decisão de investimento importando mais 13 milhões de contos [em Alqueva] carece de estudos mais aprofundados, cuja realização, aliás, considera urgente.” AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº26 (03/08/71), fls.9-10.

²⁴⁴⁵ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº19 (19/01/71), fls.13-14.

²⁴⁴⁶ Presidente: António da Silva Martins (eng.º). Três representantes dos M. das Obras Públicas e das Comunicações: Especialista de portos: Manuel Fernandes Matias (eng.º); Especialista de transportes: Rui Pereira Correia (eng.º); Especialista de urbanização: Mário Fernandes de Azevedo (eng.º, urbanista). Dois representantes da Secretaria de Estado da Indústria: Especialista de localização industrial: José de Magalhães Saldanha Gomes Mota (economista); Especialista das atividades industriais previstas: Carlos Manuel Santos de Macedo (eng.º químico). Um representante da Secretaria de Estado do Tesouro: Manuel Duarte Pereira (doutorado em Finanças). Dois representantes da Secretaria de Estado do Orçamento: Manuel Duarte Pereira; Manuel Valeriano Santos Pereira (licenciado em económicas e financeiras). Dois representantes da Presidência do Conselho: Especialista em poluição – Vítor Manuel Alves de Figueiredo (eng.º); Especialista em ordenamento do território – Guilherme Câncio Martins (Arq.º urbanista). Secretário do grupo de trabalho: Maria do Céu Esteves (Lic. em economia). Presidência do Conselho, *Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base*, Gabinete da Área de Sines (Livro Branco), Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, pp.3-4.

²⁴⁴⁷ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº22 (20/04/71), fls.4-9.

imediate do Gabinete da Área de Sines (GAS), integrando-o na PCM, sob a sua direta orientação, enquanto o Conselho decidiu unanimemente a “constituição de um organismo especificamente encarregado de levar a cabo o conjunto dos trabalhos requeridos pelo estudo” e a “imediate aplicação das disposições em vigor sobre política de solos ao perímetro definido no relatório”. Para responder a este último problema, com grave impacto social na área, João Salgueiro propôs assegurar desde logo a construção dos 15 000 fogos previstos. Na discussão do problema habitacional, em Fevereiro de 1972, tanto Silva Pinto como MC reagiram contra os atrasos na “regionalização dos investimentos” na habitação, consequência dos atrasos na reforma dos organismos de coordenação económica, e pressionaram os ministérios da tutela a acelerar processos.²⁴⁴⁹

Em Julho de 1971, o Conselho analisou as propostas e decidiu a adjudicação da futura refinaria do sul ao grupo constituído pela SONAP e pela CUF.²⁴⁵⁰ Em Março de 1972, o Conselho sentiu necessidade de esclarecer as atribuições do GAS. Para evitar dispersão de atividade, o GAS devia especializar-se nas matérias em que tinha “clara competência”. No domínio empresarial, decidiu-se “entregar o aproveitamento integrado das pirites e a exploração do porto a empresas públicas [“tipo holding”] a constituir para esses efeitos, fazendo notar a necessidade de as dotar com administrações de indispensável capacidade; quanto às outras atividades referidas na informação, o secretário de Estado da Indústria promoverá o [...] apoio das empresas privadas existentes para satisfazerem as novas necessidades que a realização do complexo de Sines vai criar”.²⁴⁵¹ Nesta altura perspectivava-se a construção de um gasoduto de Sines para a Europa Central.

Em Outubro de 1972, o diretor do GAS participou no CMPAE devido à “urgência da apreciação dos planos parciais”. Tratava-se de dar início às obras. A adjudicação do porto ficou agendada para Janeiro de 1973, prevendo-se a sua operacionalidade para fins de 1974 e conclusão para 1975. Quanto à habitação, determinou-se a localização das indústrias poluentes a sul da estrada Sines–Santiago do Cacém e a norte as “limpas”. Quanto à expansão urbana, deveria ser independente dos centros urbanos pré-existentes, em função de um novo

²⁴⁴⁸ “A zona de Sines deve ser escolhida para área de implantação concentrada de indústrias de base; é indispensável a criação de um gabinete da área urbano-industrial de Sines, na dependência da Presidência do Conselho, com eventual delegação a nível ministerial; a decisão sobre a localização deve ser acompanhada da definição do perímetro sujeito às medidas cautelares que o Decreto-lei nº576/70 prevê, abrangendo a área delimitada por dois arcos de círculo, com raios de 15 km e 10 km, com centros em Sines e Porto Covo, respetivamente, e possibilitando a expropriação sistemática das áreas necessárias às realizações previstas.” Presidência do Conselho, *Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base*, p.5.

²⁴⁴⁹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº32 (29/02/72), fls.5-6.

²⁴⁵⁰ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 2, ata nº25 (15-20/07/71), fls.10-14.

²⁴⁵¹ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº33 (14/03/72), fls.7-10.

“plano diretor de ordenamento de toda a área de Sines”. Embora este fosse um dos pontos mais polémicos entre os organismos estatais. Por isso, MC “acentuou de novo a necessidade de definir rapidamente certas opções, dada a responsabilidade que o governo assumiu perante o país relativamente ao projeto da área de Sines”, enquanto o secretário de Estado da Informação e Turismo chamou a atenção para “a grande expectativa da opinião pública”.²⁴⁵² Em Novembro de 1972 foram aprovados os planos parciais.²⁴⁵³

Por ventura pressionado pelas negociações em curso para a construção de um enorme empreendimento fabril de automóveis em Sines, por parte do grupo FIAT²⁴⁵⁴, ao qual MC expressamente possibilitou “todas as facilidades, mas sem comprometer capitais públicos”²⁴⁵⁵, o governo adjudicou (provisoriamente), em Junho de 1973, a 1ª fase das obras à *Società Italiana per Condotte d'Acque*, no valor de 2.464.780 cts. Por esta altura detetara-se já um agravamento de 50% no custo da obra relativamente ao previsto. Devido, em boa medida, à inflação e ao aumento constante dos preços dos materiais de construção. Apesar da explicação, soavam os alarmes. Caso se mantivesse a proporção, isso significaria um aumento do custo total do projeto de 6 para 9 milhões de cts.²⁴⁵⁶

Sines não chegou a cumprir o papel que lhe fora atribuído, mas significou uma reorientação político-económica no tabuleiro geoeconómico internacional, pela maior centralidade potenciada pelo projeto. No fundo, um difícil passo para a desmistificação histórico-política da “grande nação portuguesa”, segundo a convicção de que Portugal poderia ser internacionalmente relevante do Minho até ao Algarve. Quarenta anos depois de ter justificado cinco séculos de expansão, MC parecia convencer-se de que afinal talvez fosse preferível transformar Portugal numa “Dinamarca” ou numa “Suíça”. Neste sentido, foi

²⁴⁵² AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº40 (24/10/72), fls.3-9.

²⁴⁵³ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº43 (30/11/72), fl.3.

²⁴⁵⁴ AMC, cx.36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972):

Nº78 – anexo 1 (27/06/72). “Confidencial”. Explica as características do projeto: produção; volume de emprego; investimento; prazos de realização das várias fases; análise do mercado interno e potencial de exportação; viabilidade.

Nº79 (28/06/72): “Farei como me diz, com toda a prudência, a exploração das intenções italianas.”

Nº83 (10/05/73): “Venho escrever-lhe sobre o caso Alfa-Romeo em Sines. Tudo parece correr bem, encaminhando-se para um desenlace na próxima semana, em que vem a Lisboa uma delegação de alto nível de Milão para conversas com o governo, que se esperam definitivas.” Configuração final do projeto: 42 meses para montar fábrica; 6000 funcionários; começar pelo modelo Alfa-sud; treino sistemático em Itália dos funcionários. Diz que a Grécia e a Polónia já haviam mostrado interesse no projeto.

Nº88 (03/04/74): “Na sequência do cumprimento do despacho de 2 de Março de 1974 que me incumbe de promover a constituição da Sociedade destinada a construir veículos automóveis em Portugal, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência dois textos essenciais para essa constituição.”

²⁴⁵⁵ Idem, nº78 (27/06/72): “Considero tão importante a ideia italiana do fabrico em Portugal de automóveis que me parece não dever perder.” Anotação manuscrita de MC no topo da carta: “Respondi em 28. Todas as facilidades, mas sem comprometer capitais públicos”.

²⁴⁵⁶ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 4, ata nº49 (05/06/73), fls.3-6.

apresentado no CMPAE de Agosto de 1972 o relatório sobre as bases de criação do Centro Nacional de Produtividade (CNP), a incluir na orgânica da PCM. Assim que começou a discussão, o ministro do Ultramar (Rebello de Sousa) revoltou-se por “não estar assegurado o carácter “nacional” do Centro a criar, uma vez que o seu departamento não figura na constituição proposta para o CNP”.²⁴⁵⁷ Efetivamente, não constava da proposta.

Em 1933 MC dissera não possuir os “óculos cor-de-rosa do Dr. Pangloss”. Quarenta anos depois, muitos portugueses ainda não tinham regressado do “Eldorado” e outros continuariam a sonhar com “jantares à mesa de reis”, “no melhor dos mundos possíveis”. *Cândido*, por sua voz, nada teria para dizer que pudesse ser escutado.²⁴⁵⁸

²⁴⁵⁷ AMC/PC/CMPAE, Súmulas: liv. 3, ata nº38 (01/08/72), fls.7-9.

²⁴⁵⁸ “Sei também, disse Cândido, que é preciso cultivar o nosso jardim. [...] Muito bem dito, respondeu Cândido, mas é preciso cultivar o nosso jardim.” VOLTAIRE, *Cândido ou o otimismo*, pp.170-171.

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, as opções metodológicas e epistemológicas revelaram-se profícuas. O trabalho exaustivo de consulta e análise de arquivos e documentação impressa proposto, complementado pelo posterior confronto com outras fontes, possibilitou a construção integrada de uma visão simultaneamente global e pormenorizada do objeto de estudo. O melhor conhecimento do todo reclamava o conhecimento exaustivo do pormenor e, pode dizer-se, o mesmo em sentido contrário. Verificou-se, por exemplo, que personalidades, acontecimentos e documentos potencialmente catalogáveis de «irrelevantes» forneceram informações e colmataram lacunas decisivas, no sentido de uma melhor sistematização. Não querendo diminuir o peso que, por certo, tiveram as trocas de impressões diretas, em presença ou via telefone, cremos que a extensíssima correspondência arquivada por MC oferece um quadro muito aproximado da sua vivência. Do mesmo modo e ao mesmo tempo que se destacaram os problemas relativos ao objeto de estudo enquanto «problemas específicos», manifestou-se a exigência de enquadramento no seu contexto «histórico-universal», na relação entre as várias dimensões da sociedade portuguesa e ocidental, os movimentos de ideias e a sua efetivação.

A formulação do “Novo Estado Marcelista” encontrou plena adesão na interpretação da documentação e no estudo dos factos. MC tinha ideias próprias e uma conceção de Estado, do Poder e uma visão socioeconómica para o país distinta, mas não antitética, do seu antecessor e demais classe política do regime. A conciliação não oferece por isso dificuldades: aceitou e colaborou com o possível na esperança de realizar o «ideal». O reconhecimento no longo ditador, por parte de MC, duma materialização do «príncipe perfeito» bastou para suportar todos os protelamentos e desapontamentos políticos, ou, recorrendo-se á mesma terminologia, o afastamento do «sistema perfeito».

O mapeamento detalhado do «quadro decisório» de MC permitiu, por um lado, apurar com maior precisão as coordenadas demarcadoras do «novo», bem como, por outro lado, do «ideal», projetado em estratos problematizantes infra e supra formais. Quer dizer, para MC, o debate exclusivamente ideológico, que não deixou de assumir e cujo posicionamento não oferecerá dúvidas de maior, constituir-se-ia como simples veículo de captura do «Poder» quando não respondesse francamente às questões concretas do quotidiano socio-político-económico e aos desafios efetivos colocados pelas rápidas mudanças da(s) época(s) histórica(s).

A organização temático-cronológica centrada, precisamente, no «Poder» proporcionou um enquadramento adequado e fecundo para a(s) resposta(s) ao enunciado. A perceção da mundividência do pioneiro teorizador do corporativismo em Portugal, antes de integrar as estruturas do regime e antes do acontecimento fulcral do século XX, permitiu traçar um retrato concomitantemente impressivo e estruturado, quer do seu pensamento sobre os problemas centrais (corporativismo, Ultramar, ordem mundial), quer do seu posicionamento em relação à construção real do regime, às entidades e estruturas de poder.

No que refere à primeira vertente, revelou-se o carácter independente, fundamentado, eclético e «aberto» das suas posições. Nuns casos, é certo, mais «reacionário» e alinhado com as posições do governo, noutros mais «vanguardista» em relação ao seu próprio tempo e circunstância histórica. Enquanto no aspeto financeiro concordava totalmente com o chefe da “Situação”, no domínio da nova organização económica “condicionada” e “nacionalista” desenvolveu ideias que se revelariam fundamentais para a sua(s) experiência(s) governativa(s), tais como a distinção entre “consciência” ou “interesse nacional” e “nacionalismo”. No que refere ao Ultramar, partilhando embora, nessa fase, o mesmo sentido “histórico” de “missão” comum nas cúpulas do regime, defendia soluções distintas. Cedo enraizou a ideia de autonomia e futura independência das colónias africanas, cujo desenvolvimento teve as maiores implicações para o «marcelismo». O mesmo em relação ao papel do Estado na dinâmica internacional, a formulação dos mecanismos a adotar numa “época de transição” e na resolução de conflitos, bem como o papel das FA nesses processos.

Em relação à segunda vertente, MC revelou-se um crítico mordaz da progressiva «disfuncionalidade» jurídico-constitucional e administrativa do regime. Um regime em «negação», pela forma como «corrigia» e «adaptava» os princípios corporativos. Processos definidores da habitualidade, como a produção legislativa, antecipavam a «perversão» do “sistema”. No fundo, a transformação da “nova ordem” na capciosa “organização de todos os interesses”. O adiamento da “obra” prometida pelo regime, apenas visível na imagética habilmente edificada²⁴⁵⁹, estendeu-se ao Ultramar. MC, que via facilmente o “erro” no próximo, não se apercebeu durante esse período do seu decisivo “erro” na avaliação da capacidade do “sistema” para resolver a captura do “poder político” pelo “poder económico”.

O exame das “condicionantes” cumulativamente edificadas por e para MC no sinuoso caminho que o conduziu, por uma “porta” muitíssimo “estreita”, ao poder em 1968, justificou a opção. O enquadramento teórico-histórico permitiu perceber o *modus operandi* de MC

²⁴⁵⁹ Ver, entre outros, BRITES, Joana, *O Capital da Arquitetura (1929-1970): Estado Novo, Arquitetos e Caixa Geral de Depósitos*, Lisboa, Prosafeita, 2014.

quando no Poder e o posicionamento dos “poderes” (político-económico-sociais-religiosos) na sua esfera crítica. A superação duma certa propensão teológica para a projeção do “espectro dualista” no campo historiográfico, que poderia subsumir a ideia de “oposição” à totalidade da realidade, que tende para a “unicidade”, teve neste aspeto papel determinante. Outrossim, uma perspetiva unilateralmente crítica, traduzível na “demonização” e/ou “santificação” dos agentes históricos quando todos estão, como dizia o apóstolo Paulo, sujeitos à “corrupção da carne”, teria sido inútil.

As ideias de “continuidade”, “evolução”, “imutabilidade” ou “retorno” podem facilitar a compreensão das complexidades e dificuldades de construção do “novo”, mas não respondem à questão de saber porque é que o agente político central se “arruinou” (recorrendo-se à terminologia maquiavélica) face a forças, grupos e poderes díspares ou mesmo contraditórios. O substantivo prestígio humano, intelectual, académico e político de MC, laboriosamente construído, tornavam-no, independentemente das (o)posições ideológicas, “imprescindível”. No entanto, a outra face dessa moeda, ou seja, a intransigência, independência e «inocorrutibilidade», tornaram-no, como pudemos verificar, numa figura verdadeiramente incómoda. A incompatibilização de MC com os designados “poderes de corrupção” económicos, as naturais pretensões de “poder” da SS na nova ordem mundial pós-guerra e o setor militar foi tão ou mais relevante, segundo pudemos comprovar, para o fim das duas primeiras experiências ministeriais do que eventuais divergências políticas. Nenhuma das demissões foi, aliás, de sua iniciativa. Os seus efeitos não deixaram, conseqüentemente, de se repercutir nas X e XI legislaturas. A «desconfiança» desses “poderes” em relação a MC tornou-se irreversível.

O estudo do período de afastamento do governo, principalmente após a demissão de MC da RUL (a única demissão de sua iniciativa), permitiu completar o panorama circunstancial em que aceitou a nomeação para PCM. O fato de ser “esperado” e ter uma “voz muito ouvida” não influiu no essencial: as contradições em torno do problema ultramarino. A tragédia que a situação colonial permitia adivinhar quando se desencadeou o conflito em Angola, em conjugação com a impotência sentida por MC, ausente do Poder, impeliu-o no caminho para esse paradoxo: partilhar, embora moderadamente, a “semântica” “integracionista” quando manifestamente defendia soluções distintas; tentar aproximar-se de quem o queria esquecer. O jogo de equívocos, forças e dificuldades iniciado nesse período não se alteraria substancialmente até ao governo marcelista. A figura pública de MC tornou-se um instrumento político desejável na hora difícil de resolver Salazar, mas, ultrapassado o abalo, a pessoa tornava-se um impedimento insuportável para as ambições políticas rivais,

para a manutenção da habitualidade estrutural do regime e, de certo modo, da sociedade portuguesa.

O enquadramento crítico dos “tempos modernos” e dos principais vetores internacionais a partir do ponto de fuga marcelista permitiu alargar e complexificar o campo de visão, bem como expor «pontos cegos». Independentemente das formas políticas, os problemas, políticas, perspetivas, conceitos, censuras, violências, paradoxos, contradições, entre outros, eram transversais a todo o mundo ocidental. Para lá das palavras, os pontos de atrito desaguavam fundamentalmente para o mesmo: a luta pelo poder, o poder (económico) e a sua concentração. Compreender o marcelismo em função das idiossincrasias e acontecimentos do seu tempo histórico demonstrou ser tanto ou mais clarificador do que a sua perspetivação como simples forma evolutiva do «fascismo» português. Outrossim, os referenciais internacionais do período entre guerras continuaram a sê-lo no pós-II Guerra Mundial.

Quanto às questões fundamentais do enunciado, este trabalho introduziu novos elementos de compreensão que convém destacar. Não parece ter sido a «insuficiência» de «correção» e «mudança/novidade» que proporcionou as condições para a “ruína” de MC e “fracasso” do marcelismo. Pelo contrário, parece ter sido o efetivo, embora não «semântico», «excesso» conjugado de ambas que potenciou, por um lado, a fragilidade inicial e, por outro lado, desencadeou hostilidades mais ou menos exteriorizadas, no sentido em que chocou com estruturas de privilégios e de poder. Por isso, a comumente destacada luta política entre a “extrema-direita”, “liberais”, “oposições” e MC constituiu-se, à luz do que podemos verificar, não exatamente como causa mas sim alcandor visível de um extenso e multiforme iceberg.

A investigação exaustiva da realidade que se deparou a MC no MdC e do seu trabalho à frente dessa pasta crucial, seguida da interligação estruturada com o marcelismo, constituiu um elemento explicativo determinante e, a partir de agora, indispensável para qualquer leitura ideológico-discursiva. Primeiramente, a noção de “corrupção” do(s) sistema(s) – corporativo (económico-social), religioso e internacional – e o impulso de (re)ação (obviamente ideológica) contra esse fenómeno. Conforme se referiu, MC foi o último ministro das Colónias anterior ao início do processo descolonizador. A sua visão sobre o futuro do *euromundismo* e da presença europeia em África, em particular a portuguesa, bem como dos problemas económicos, sociais e militares era claramente “progressista” no contexto português e, embora menos, no contexto europeu. Daí os “confrontos estruturais” de MC no campo religioso (e, por arrasto, social), económico e militar.

A sua visão para o país e soluções para os seus problemas fundamentais, conforme se evidenciou, incompatibilizou-se irreversivelmente com os “poderes” ou “grupos de poder” e com as ditas “mentiras”, resultantes das divergências entre as “práticas”, orientadas para a conservação e acumulação de poder, e as “palavras”, direcionadas às “massas”. O processo de revisão constitucional foi um momento importante, mas não de carneira. Apenas acelerou uma rutura desencadeada 25 anos antes. Claro que se devem evitar generalizações, sempre abusivas. No entanto, não parece que as aspirações de grupos ou setores “progressistas” nos vários quadrantes e domínios, a par do combate ideológico, tenham sido mais determinantes do que a hostilidade resultante da(s) “abertura(s)” e “mudança(s)” marcelista(s). O ano de 1969 e a preparação das “eleições” evidenciaram, à partida, isso mesmo. Verificou-se uma desproporção fatal entre a aspiração de poder, as recomendações de “risco” e a partilha do mesmo. A intensificação da “solidão” de MC foi independente do nível de satisfação de “expectativas”, conforme se verificou no seu do próprio governo.

Concentrado na governação concreta (comparem-se os *Diários de Governo* de 1968-74 com os precedentes), MC desconsiderou, ao contrário dos seus rivais e inimigos, as potencialidades «semânticas» na disputa da opinião pública internacional. Apesar disso, beneficiou, segundo vimos, do encontro entre a sua (des)crença ideológica e a “crise” nos sistemas demoliberais ocidentais. Mas não beneficiou com a “crise”. A sua “correção” do sistema corporativo partilhou dificuldades, problemas e desafios colocados pelo modelo de globalização em afirmação. O contexto internacional construído após 1945 propiciou outras convergências: entre os “erros” cometidos por MC em relação aos dois problemas centrais (a solução do problema ultramarino e a evolução do regime) e os constrangimentos impostos pela nova ordem mundial à formulação de soluções de médio/longo prazo.

Noutra direção, a gradual (dis)funcionalidade global tendeu a impossibilitar a implementação de processos e a mobilização dos instrumentos, tais como “tempo”, “consciência nacional” ou “consenso”, necessários aos fins unanimemente defendidos nos foros internacionais. Aderimos assim à ideia de que a obsessão estratégica de MC, agarrado à noção de que o “anúncio” o faria perder o “controlo” dos processos, quando na realidade se verificou o contrário, também constituiu uma resposta a essa contradição.

A mobilização do conceito de “transição”, pacífica e posteriormente estabelecido no quadro de reflexão “liberal”, confirmou a inseparabilidade entre transição política e económica. Conforme se demonstrou, a estratégia marcelista ou, se se preferir, o Novo Estado marcelista prosseguia um caminho perfeitamente integrado com “o” modelo. Paralelamente, a fundamentação apresentada expôs nova antinomia: a incompatibilização do esmagador

“neoliberalismo” liderado por Nova Iorque com os modelos político-económicos intervencionistas, única via para uma “transição” real “bem-sucedida”. A indefensabilidade, à esquerda e à direita, do “interesse nacional” contra a desregulação ou “abertura” económica em curso, crescente concentração/acumulação de poder económico-financeiro e consequente condicionamento da decisão política, esvaziou consideravelmente o debate ideológico, por muito que o confronto este-oeste incutisse a opinião contrária.

A incorporação desse conflito por parte de um convicto antidemocrata não era, por certo, inocente. Do mesmo modo, a invocação da “austeridade” e “crise democrática” ou a criativa reformulação de conceitos em importantes setores da inteligência demoliberal europeia também não o seria. A transição económica em curso não constituiria uma alternativa à transição política, mas uma condição para a sua concretização (com ou sem MC). Tanto no que dizia respeito ao futuro do Ultramar como ao futuro da “metrópole”. Com base no mesmo quadro teórico liberal, MC estava a percorrer esse caminho. As críticas dirigidas à insuficiente evolução “política” ignoravam essa dimensão. Não lhe chegou qualquer resposta integrada a este problema: nem de colaboradores, nem de críticos. Pelo que, poder-se-á constatar uma certa fusão entre as “hesitações” de MC e a “timidez” dos segundos.

A atualização operada no modelo corporativo (ou neocorporativo) alicerçava-se nas suas duas pedras angulares, buriladas durante décadas por MC: institucionalização de métodos e estruturas públicas (independentes) de planeamento e modernização dos instrumentos de coordenação económica. Noutro plano, mas na mesma dimensão, colocou-se a integração, quer na dinâmica global, quer no espaço europeu. Mais do que uma opção ideológica, tratar-se-ia, pelo que podemos concluir, na manutenção de capacidade de decisão e influência mútua, assente na ideia de partilha e não de cedência (de soberania).

Em suma, tendo em conta o peso do passado e as condicionantes dissecadas, pôde verificar-se que o Novo Estado marcelista não deixou de apresentar um quadro de respostas coerente com os complexos desafios daquele tempo. Uma vez que estava a ser «bem-sucedido» em aspetos fulcrais, não pode com rigor atribuir-se o “fracasso” exclusivamente ao que “não foi feito”. Ou seja, em parte também terá “perdido” – o desafio de “mudança” e os “confrontos” – precisamente por estar a ser «bem-sucedido». Sem contradição ou surpresa se entende, assim, o que disse Walter Eucken: “Tem de se compreender o carácter lógico do sistema [...] e reconhecer a diferença fundamental entre «verdade» e «atualidade». Com a

mudança das instituições, só muda a atualidade das diferentes partes. Apenas isso. Proposições teóricas hoje inatuais podem dentro de poucos anos ser de novo atuais.”²⁴⁶⁰

²⁴⁶⁰ EUCKEN, Walter, *Ob.cit.*, p.372.

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

I. DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

ANTT: Arquivo do Professor Doutor Marcello Caetano: AMC (1924-1979).²⁴⁶¹

ANTT: Fundo Arquivístico da União Nacional/Ação Nacional Popular (1947-48; 1967-74): Comissão Central (SF); Comissão Executiva (SF).

ANTT: Arquivo da Presidência do Conselho (1968-1974): Secretaria-geral da Presidência do Conselho (SF): Processos diversos de “Correspondência Oficial” (17/A-1-1 a 23/D-34-1; 27/A-4-7); Visitas Oficiais: visitas do Presidente do Conselho Marcello Caetano: imprensa.

ANTT: Arquivo Oliveira Salazar: PT/TT/AOS/D-C/11/1/16; PT/TT/AOS/D-G/2/4/2; PT/TT/AOS/D-N/25/24/3.

AHPR: Arquivo Histórico da Presidência da República: PT/PR/AHPR/GB/GB0205/1729/015.

II. LEGISLAÇÃO E PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Diário do Governo, I Série : 1932-1974.

Diário do Governo, II Série: 1938.

Diário das Sessões: 1935-1974.

Primeiro ano de governo de Marcello Caetano, Lisboa, SEIT, 1969.

Segundo ano de ação do governo de Marcello Caetano, Lisboa, DGI, 1970.

Terceiro ano do governo de Marcello Caetano, Lisboa, SEIT, 1971.

Revisão Constitucional – textos e documentos, SEIT, 1971.

Governo de Marcello Caetano: quarto ano de atividade, Lisboa, SEIT, 1972.

Quinto ano do governo de Marcello Caetano, Lisboa, SEIT, 1973.

²⁴⁶¹ *Arquivo Marcello Caetano: catálogo*, Vol. I e II, autoria de António Frazão e Maria do Céu Barata Filipe, colaboração especial de Miguel de Barros Alves Caetano, Ministério da Cultura/Torre do Tombo, 2005.

A política de informação no regime fascista, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Presidência do Conselho de Ministros, vol. II, 1980.

Boletim da Direcção Geral das Indústrias, nº69, de 4 de Janeiro de 1939.

III. DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

ABREU, Fernando (coord., ed., trad., introd.), *Chile: socialismo impossível*, 2ª edição, Lisboa, 1974.

ANTUNES, José Freire, *Cartas particulares a Marcello Caetano*, 2 Volumes, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985.

Os Americanos e Portugal (1969-1974). Nixon e Caetano: Promessas e Abandono, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

Salazar Caetano: cartas secretas – 1932-1968, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

AVILLEZ, Maria João, *Entre Palavras 1974/1984*, ed. Difel, Lisboa, 1984.

Soares: Ditadura e Revolução, Público, 1996.

BAPTISTA, António Alçada, *Conversas com Marcello Caetano*, Moraes Editores, Lisboa, 1973.

Bíblia Sagrada, tradução de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida, SBP, Lisboa, 1999.

CABRAL, Amílcar, *A Arma da Teoria*, discurso proferido na 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, Havana, Cuba, Janeiro de 1966.

Guiné e Cabo Verde face ao colonialismo português, artigo publicado em *Partisans*, nº7, 1962.

Textos Políticos, CEC, Porto, s.d.

Textos políticos, PAIGC, s.d.

CAETANO, Marcello, *A Depreciação da moeda depois da guerra*, Coimbra Editora, 1931.

Do poder disciplinar no Direito Administrativo Português, Lisboa, 1932.

Lições de Direito Corporativo, Lisboa, 1935.

Lições de Economia Política, professadas no ano jurídico de 1935-36 (2º ano), coligidas por Rodrigo Rodrigues e Higinio Borges de Menezes, FDUL.

O Sistema Corporativo, Lisboa, 1938.

Problemas da Revolução Corporativa, Lisboa, 1941.

A antiga organização dos mesteres da Cidade de Lisboa, Lisboa, 1942.

Universidade Nova: o problema das relações entre professores e estudantes, Coimbra, 1942.

A missão dos dirigentes: reflexões e diretivas pelo Comissário Nacional, Lisboa, MP, 1942.

Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

Por amor da juventude, Lisboa, 1944.

Predições sem profecia sobre reformas sociais, Lisboa, 1945.

O momento político e económico, discurso pronunciado no encerramento da 1ª Conferência da União Nacional, 11 de Novembro de 1946.

Hoje, como ontem: o Estado Novo, conferência promovida pela UN do Porto no XX aniversário de 28 de Maio, 1946.

Alguns discursos e relatórios: viagem ministerial a África em 1945, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1946.

As Campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos: prefácio e notas do Prof. Dr. Marcello Caetano, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1947.

Posição atual do corporativismo português, Lisboa, 1950.

A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383), Lisboa, 1951.

As Cortes de 1385, Lisboa, 1951.

Os Nativos na Economia Africana, Coimbra Editora, 1954.

Problemas políticos e sociais da atualidade portuguesa, discurso proferido na abertura do ano de trabalho do Centro de Estudos Político-Sociais, 17 de Outubro de 1956, Lisboa.

Páginas Inoportunas, Lisboas, Bertrand, 1959.

Das Fundações, 1962.

Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas, Lisboa, 1963.

A Opinião Pública no Estado Moderno, Lisboa, Lisboa, 1965.

Ozanam universitário, editado pelo Conselho Particular de Lisboa da Sociedade de S. Vicente de Paulo, Lisboa, 1965.

Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos, 3ª edição, revista e ampliada, Lisboa, Edições Ática, 1965. (1ª edição de 1948)

Juventude de Hoje, Juventude de Sempre, Separata da revista *Rumo*, Lisboa, 1967.

Os Forais de Évora, Conferência, 1967.

Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, 5ª edição, 1967.

Revolução Corporativa, Revolução Permanente: palavras pronunciadas pelo senhor presidente do conselho, professor doutor Marcello Caetano, na sua visita ao Ministério das Corporações e Previdência Social, a 6 de Novembro de 1968, SEIT, 1968.

Pela reta intenção de bem servir o povo português, discurso pronunciado pelo senhor presidente do Conselho, Professor Doutor Marcello Caetano, na Assembleia Nacional, a 27 de Novembro de 1968, SEIT, 1968.

Saibamos ser Dignos desta Hora, discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcello Caetano, no Palácio de S. Bento, a 27 de Setembro de 1968, SEIT, 1968.

Pela Reta Intenção de Bem Servir o Povo Português, Lisboa, SEIT, 1968.

Princípios e definições, textos de 1936 a 1967, compilados por António Maria Zorro, Lisboa, 1969.

Pelo futuro de Portugal, Lisboa, Verbo, 1969.

Somos todos portugueses iguais à face da pátria e iguais à face da lei, discursos pronunciados durante a viagem à Guiné, Angola e Moçambique, em Abril de 1969, SEIT, 1969.

Louvada seja a terra, louvada seja a água, discurso proferido na inauguração da obra de rega dos campos de Mira, em 11 de Maio de 1969, SEIT, 1969.

Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a pátria, discursos proferidos, em Maio de 1969, na cidade do Porto, SEIT.

Portugal não Pode Ceder, discurso pronunciado no Palácio das Necessidades, em 6 de Outubro de 1969, SEIT, 1969.

Temos Agora de Votar, alocução em 24 de Outubro de 1969, através da rádio e da televisão, SEIT, 1969.

O governo tem um mandato indeclinável a cumprir, palestra pela Rádio e Televisão, em 17 de Dezembro de 1969, SEIT, 1969.

Garantir a paz em África, discurso pronunciado no jantar oferecido ao primeiro-ministro da República da África do Sul, em 5 de Junho de 1970, SEIT, 1970.

Portugal é de Nós Todos, Nós Todos Somos Portugal, discurso proferido perante as comissões distritais da ANP, no Palácio da Foz, 27 de Setembro de 1970, SEIT, 1970.

Mandato Indeclinável, Verbo, Lisboa, 1970.

Ensaios pouco políticos, Verbo, Lisboa, 1971

Renovação na Continuidade, Lisboa, Verbo, 1971.

Pela Segurança, Bem-estar e Progresso do povo Português, discurso proferido na conferência anual da ANP, no Palácio dos Congressos no Estoril, em 28 de Fevereiro de 1972, SEIT. 1972.

A lição do Brasil, discurso proferido na rádio e na televisão, em 10 de Abril de 1972, SEIT, 1972.

Contra a revolução fomentadora de anarquia e criadora de miséria, discurso proferido na sessão de encerramento do plenário da Comissão Distrital de Setúbal da ANP, a 18 de Junho de 1972, SEIT, 1972.

Progresso em Paz, Lisboa, Verbo, 1972.

O apelo do interesse geral, discurso proferido em Aveiro, 24 de Junho de 1973, SEIT, 1973.

As Grandes Opções, Lisboa, Verbo, 1973.

Vencer a Hora Sombria, discurso pronunciado na Conferência Anual da ANP, SEIT, 16 de Fevereiro de 1974, 1974.

Reflexão sobre o Ultramar, discurso na Assembleia Nacional, em 5 de Março de 1974, SEIT, 1974.

As Forças Armadas têm a política da Nação, palavras dirigidas aos oficiais-generais, no Palácio de S. Bento, em 14 de Março de 1974, SEIT, 1974.

Reforma dos Ministérios que se ocupam da Economia, discurso na cerimónia de posse de novos membros do Governo no Palácio de S. Bento, em 15 de Março de 1974, SEIT, 1974.

Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962), Studia Universitatis Olisiponensis, Lisboa, 1974.

Depoimento, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.

Marcello Caetano, o 25 de Abril e o Ultramar: três entrevistas e alguns documentos, Verbo, Lisboa, 1977.

Minhas Memórias de Salazar, Verbo, Lisboa, 2006. (original de 1977)

- Marcello Caetano no exílio: estudos, conferências e comunicações*, Verbo, Lisboa, 2006.
- História do Direito Português (1140-1495)*, 1º volume, Verbo, Lisboa, 1981.
- CALDAS, Eugénio de Castro, *Modernização da Agricultura. Conferências, palestras e artigos (1952-1959)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1960.
- CALDEIRA, Heliodoro, *Quando os lobos julgam a justiça uiva: texto integral da acusação e defesa no processo de Aquilino Ribeiro*, São Paulo, Liberdade e Cultura, s.d..
- CARNEIRO, Francisco Sá, *A liberalização bloqueada*, Lisboa, Moraes Editores, 1972 (entrevista concedida a Jaime Gama, publicada no *Expresso*).
- CARVALHO, Daniel Proença de, *O caso da herança Sommer: porque renunciei à defesa de António Champalimaud (alegação para a relação)*, edição de autor, Lisboa, 1971.
- CORREIA d'Oliveira, José Gonçalo, *A formação de um só mercado nacional e a integração da economia europeia*, comunicação do ministro de Estado, Lisboa SNI, 1961.
- Portugal e o mercado europeu*, comunicação do ministro de Estado, Lisboa SNI, 1963.
- Portugal e o mercado europeu II: entrevistas*, Lisboa, Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa, 1967.
- CUNHA, Joaquim da Silva, *A nação escolheu o caminho*, Lisboa, Agência-geral do Ultramar, 1964.
- DELGADO, Humberto, *A tirania portuguesa*, organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco, epílogo de Alfredo Caldeira e A. A. Santos Carvalho, Lisboa, Dom Quixote, 1995.
- Depero futurista 1913-1950*, Catálogo de la exposición, Fundación Juan March, Madrid, 2014.
- ESCHER, M. C., *Gravuras e desenhos*, Taschen, Köln, 2004.
- Estatísticas Industriais*, Instituto Nacional de Estatística, Delegação de Angola, Direção Provincial dos Serviços de Estatística, Portugal – Província de Angola, Luanda, Ano VI, P. 1/190, 1970.
- Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base*, Gabinete da Área de Sines (Livro Branco), Lisboa, Imprensa Nacional, 1971.
- FARIA, Dutra, *Portugal do Capricórnio (crónicas de Moçambique: 1964)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965.

- FERRO, António, *Política do espírito – apontamentos para uma exposição*, discurso do secretário nacional da informação, no ato inaugural da Exposição «14 anos de política do espírito», no Palácio Foz, 14 de Janeiro de 1948, Edições SNI, Lisboa, 1948.
- GODINHO, José Magalhães, *Depoimento na Campanha Eleitoral da Oposição Democrática de 1949*, Lisboa, 1949.
- Os partidos políticos órgãos essenciais da República, em Teses e Documentos do 2º Congresso Republicano de Aveiro*, Lisboa, 1969.
- A Legislação Eleitoral e sua crítica*, Lisboa, 1969.
- Falar Claro*, Lisboa, 1969.
- Ano de eleições: legislação eleitoral em vigor (com comentários, críticas, instruções e modelos)*, Lisboa, Editorial República, 1973.
- HERRING, George C. (ed.), *The Pentagon Papers: Abridged Edition*, New York, McGraw-Hill, 1993.
- Junta de Colonização Interna, *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, Imprensa Nacional de Lisboa, 3 volumes, Lisboa, 1938.
- Le Monde. Dossiers et documents: les firmes multinationals*, 1974, nº8.
- LENINE, Vladimir Il'ich, *O Estado e a Revolução*, Lisboa, Avante, 4ª edição, 2011.
- MANOILESCO, Mihail, *Le Sciécle du Corporativisme. Doctrine du corporativisme integral et pur*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1936.
- Le génie latin dans le nouveau régime portugais*, in Congresso do Mundo Português, comunicações apresentadas aos congressos de História Moderna e Contemporânea, VI Congresso, Vol.8, 1940.
- MARTINS, Mário, *Urbano Duarte: crónicas dos anos quentes 1971-1980*, Coimbra, edição de autor, 2014.
- MARTINS, Pedro Miguel, *Cartas entre Marcello Caetano e Laureano López Rodó*, Aletheia, Lisboa, 2014.
- MATHIAS, Marcello, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar: 1947/1968*, prefácio de Veríssimo Serrão, Difel, Lisboa, 1984.
- MESQUITA, Mário, *Eduardo Lourenço. Cultura e política na Época Marcelista – entrevista a Eduardo Lourenço*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1996.
- MONIZ, Júlio Botelho, *Reunir, Assistir, Sanear (discursos e entrevistas)*, Lisboa, 1946.
- MOREIRA, Adriano, *Direito Corporativo*, súmula das lições dadas ao 3º ano do Curso de Administração Ultramarina, ano letivo de 1950-51, ISEU.

Política Ultramarina: estudos de ciências políticas e sociais, Ministério do Ultramar – Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1956.

Tendências Políticas do Direito Internacional Ultramarino, em *O Direito*, Ano 91, 1959.

Ensaio, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº34, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960.

Competição Missionária, Agência-geral do Ultramar, Lisboa, 1961.

Vigil of arms, speech by the minister for overseas, professor Adriano Moreira, at the meeting, on 27th September 1961, of the Moçambique Legislative Council in Lourenço Marques, Agência-geral do Ultramar, Lisbon, 1961.

Batalha da Esperança, Edições Panorama, Lisboa, 1962.

Revisão constitucional, Lisboa, 1971.

Tempo de Vésperas, Notícias Editorial, Lisboa, 4^a edição, 2002.

NOGUEIRA, Franco, *As Nações Unidas e Portugal (estudo)*, Ática, Lisboa, 1961

Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da ONU? Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa, 1969.

Debate Singular, Ática, Lisboa, 1970.

As Crises e os Homens, 2^a ed., Civilização Editora, Porto, 2000. (edição original de 1971)

Salazar Vol. V – a resistência (1958-1964), Livraria Civilização Editora, Porto, 1984.

Salazar Vol. VI – o último combate (1964-1970), Livraria Civilização Editora, Porto, 1985.

Juízo Final, Livraria Civilização Editora, 1992.

OLIVEIRA, António Cândido, CAMOTIM, Xencora, *Francisco Salgado Zenha: textos escolhidos*, Braga, UM – Governo Civil do Distrito de Braga, 1998.

PAÇO d'ARCOS. Joaquim, *Correspondência e textos dispersos 1942-1979*, Dom Quixote, Lisboa, 2008.

Para um dossier da Oposição Democrática, org., prefácio e notas de Serafim Ferreira e Arsénio Mota, Nova Realidade, 1969.

PEREIRA, Pedro Teotónio, *A batalha do futuro: a organização corporativa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937.

QUEIROZ, Eça de, *Novos fatores da política portuguesa*, Nova Ática, Lisboa, 2007.

Uma campanha alegre de as Farpas, Lisboa, Livros do Brasil, 1890.

- Reforma da Previdência Social: parecer da Câmara Corporativa*, Lisboa, Junta da Ação Social, 1961.
- Reforma da Previdência Social: intervenções na Assembleia Nacional*, Lisboa, UN, 1962.
- Reforma da Previdência Social: Lei nº2115*, Lisboa, Junta de Ação Social, 1963.
- Relatório Final Preparatório do II Plano de Fomento*, Vol. I – *Estudos Gerais*, Lisboa, 1958.
- Resenha Histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1º Vol., Lisboa, 1988.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Duas Escolas Políticas: nota oficiosa da Presidência do Conselho*, de 16 de Julho de 1934, Ed. SPN, Lisboa, 1934.
- Fim, necessidade e valor da propaganda política*, discurso do presidente do Conselho, Lisboa, SNI, 1940.
- Miséria e medo*, discurso do presidente do Conselho, Lisboa, SNI, 1947.
- Discursos*, Vol. I, 5ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1961.
- Entrevistas 1960 – 1966*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967.
- SARAIVA, José Hermano, *Ação e doutrinação: discursos políticos*, s.l., 1958.
- Semanas Sociais Portuguesas, *Aspetos fundamentais da Doutrina Social Cristã*, Edições ACP, Lisboa, 1941.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano: confidências no exílio*, Lisboa, Verbo, 1984.
- Correspondência com Marcello Caetano (1974-1980)*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1994.
- SOARES, Mário, *Escritos políticos*, 4ª edição, Editorial Inquérito, Lisboa, 1969.
- Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Arcádia, Lisboa, 1974.
- SPÍNOLA, António de, *Por uma Guiné Melhor*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1970.
- Linha de Ação*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1971.
- No Caminho do Futuro*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1972.
- Por uma Portugalidade Renovada*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1973.
- Portugal e o Futuro*, Prefácio, Lisboa, 2003. (1ª edição: Ática/Livraria Bertrand, Lisboa, 1974).

IV. PERIÓDICOS: REVISTAS E JORNAIS

Revista *O Direito*, Ano 64° (1932) até ao Ano 106° (1974).

Revista *Ultramar*, nº1 – nº14 (1960-1963); Nova Série: nº1 – nº4 (1972-1973).

Revista *O Tempo e o Modo*, nº8 (1963) – nº71/72 (1969).

Revista *Espiral (para uma civilização de língua portuguesa)*, Ano I, nº especial, duplo 4/5, Inverno de 1964/65.

Revista *Portugal: an informative review*, Fifth Year, 2nd series, nº1 (March 1962) – nº12 (February 1963).

Revista de *Legislação e Jurisprudência*, Ano 86, 1953.

Revista *Petrobrás: inaugura-se a refinaria Duque de Caxias*, Ano VII, nº180, Fevereiro de 1961.

Revista *Time*, 10 de Novembro de 1958.

Revista *American Opinion: an informal review*, Volume XIV, nº7, July-August 1971.

Revista *Vida Mundial*, Ano 35, nº1776, 1973.

Revista *Visão*, nº584, de 13 de Maio de 2004.

Jornal *O Século*, 15 de Janeiro de 1925.

Jornal do Comércio e das Colónias, 1932 – 1935.

Jornal *The Economist*, 1946.

Jornal *The Crown Colonist*, 1946.

Jornal *Diário Popular*, 1959 e 1969.

Jornal *Diário de Lisboa*, 1964 e 1970.

Jornal *Expresso*, 1973 – 1974 e 2014: revista *25 de Abril 40 anos*.

Jornal *O Independente*, 17 de Setembro de 1993.

V. ENTREVISTAS

Entrevista realizada pelo autor ao Dr. Miguel de Barros Alves Caetano, na sua residência, no dia 17 de Maio de 2012.

Entrevistas realizadas pelo autor ao Prof. Doutor Adriano Moreira, na Academia das Ciências de Lisboa, nos dias 5 de Junho e 19 de Julho de 2012.

VI. BIBLIOGRAFIA

- ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A., *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*, Cambridge University Press, 2006.
- Why Nations Fail: the origins of power, prosperity and poverty*, New York, Crown Publishers, 2012.
- ADINOLFI, Goffredo, *Continuidades e descontinuidades da realidade política italiana (1943-1948)*, *Análise Social*, vol. XLIV, 2009.
- ADLER-KARLSSON, Gunnar, *Functional Socialism – a Swedish theory for democratic socialization*, Prisma, Estocolmo, 1967.
- AFTALION, Albert, *Les crises périodiques de surproduction*, 2 volumes, Paris, 1913.
- AFTALION, Marcell, *Des libéralités entre époux de leur imputation et des conflits de lois qu'elles soulèvent*, Paris, 1932.
- AGLIETA, Michel (coord.), *Cinquante ans après Bretton Woods*, Commissariat Général du Plan, Paris, Economica, 1995.
- ALÍPIO, Elsa Santos, *Salazar e a Europa: história da adesão à EFTA (1956-1960)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- ALMEIDA, João Miguel, *A oposição católica ao Estado Novo, 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008.
- Vigília da Capela do Rato*, in ROSAS, Fernando, BRITO, José Maria Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, Vol. II, 1996, pp.1008-1010.
- ALMEIDA, Pedro Ramos, *Salazar: biografia da ditadura*, Edições Avante, Lisboa, 1999.
- ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa, Editorial Presença, 1974.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Pensamento Político de Marcello Caetano*, em *O Independente*, 17 de Setembro de 1993.
- Camarate: um caso ainda em aberto*, *Ciência Política*, Bertrand, 2010.
- AMORIM, Fernando Pacheco de, *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*, Coimbra, edição de autor, 1971.
- Para onde vamos? O problema ultramarino*, Coimbra, 1964.
- Portugal traído*, Madrid, 1975.
- ANDRÉ, João Luís da Costa, *Portugal na Associação Europeia de Comércio Livre*, Lisboa, ISCEF-GIE, 1960.

- ANDREWS, David M. (coord.), *Orderly change: international monetary relations since Bretton Woods*, Ithaca, London, Cornell University Press, 2008.
- ANTUNES, José Freire, *Os Americanos e Portugal: Os Anos de Richard Nixon 1969-1974*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.
- O fator africano 1890-1990*, Lisboa, Bertrand, 1990.
- Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- Jorge Jardim, agente secreto*, Bertrand Editora, Lisboa, 1996.
- Champalimaud*, Lisboa, Temas e Debates, 1997.
- Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003.
- ARON, Raymond, *L'Opium des intellectuels*, Paris, Calmann-Lévy, 1955.
- ARONSON, James, *The press and the Cold War*, Indianapolis-New York, The Bobbs-Merrill Co., 1970.
- ASH, Timothy Garton, *The Uses of Adversity: essays on the Fate of Central Europe*, New York, Random House, Vintage Books, 1990.
- The Magic Lantern: The Revolution of 89 Witnessed in Warsaw, Budapest, Berlin and Prague*, New York, Random House, Vintage Books, 1993.
- História do presente*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.
- AVELÃS NUNES, António José, *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*, Coimbra, FDUC, 1991.
- AYERBE, Luís Fernando, *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*, São Paulo, Editora Unesp, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *1964: a CIA e a técnica do golpe de Estado*, Revista Espaço Académico, nº34, Março de 2004.
- BARBOSA, António M. Pinto, *A Economia do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1943.
- Keynes e o acordo de Bretton Woods*, separata de *Simpósio de Estudos Keynesianos (1977)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1981, pp.93-116.
- BARBOSA, Márcio, *Spínola, Portugal e o Mundo: pensamento e acção política nos anos da Guiné – 1968-73*, em *Revista de História das Ideias*, Vol. 28, FLUC, 2007, pp.391-427.
- Câmara Municipal de Celorico da Beira: infraestruturas e desenvolvimento – 1950-74*, C.M. de Celorico da Beira, 2008.
- Marcello e Spínola: a missão do fim*, Almedina, Coimbra, 2011.

- Cabral, os Spínolistas e a (Dis)Solução do Marcelismo*, in MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp.139-177.
- The Counter-spinolism of Amílcar Cabral and the PAIGC: the Weapon of Propaganda*. Actas da International Conference “War and propaganda in the XX Century – 11/12 Novembro de 2013, FCSH da UNL.
- BARILE, *La Costituzione come norma giuridica*, Firenze, 1951.
- BARNET, Richard J., MULLER, Ronald E., *Global Reach. The Power of the Multinational Corporations*, New York, Simon and Schuster, 1974.
- BARROSO, Luís, *Salazar e Ian Smith: o apoio de Portugal à Rodésia: 1964-1968*, Lisboa, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009.
- Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”: a manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Fronteira do Caos, Lisboa, 2012.
- BASTIEN, Carlos, *Para a história das ideias económicas no Portugal Contemporâneo. A crise dos anos 1945-1954*, I Vol., Lisboa, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989.
- BAYLY, C. A.; HARPER, T. N., *Forgotten Wars: freedom and revolution in Southeast Asian*, Belknap Press of Harvard University Press, 2007.
- BAYLY, Christopher, HARPER, Tim, *Forgotten Wars: the end of Britain’s Asian Empire*, London, Penguin Books, 2007.
- BEBIANO, Rui, *O Poder da Imaginação: juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.
- BELL, Daniel, *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*, New York, Basic Books, 1979.
- The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties*, Cambridge, Harvard University Press, 2000.
- BENTO XVI, *Deus é Amor – Deus Caritas Est*, 1ª encíclica do pontífice Bento XVI, editora Rei dos Livros, Lisboa, 2006.
- BERLE, Adolf A., *The Modern Corporation and Private Property*, New York, Macmillan, 1932.
- L’homme et la propriété. Resolution du système de la propriété libre*, Actualités Scientifiques, Paris, 1939.
- The Twentieth Century Capitalist Revolution*, Harcourt Brace and Company, New York, 1954.

- Power without property. A new development in American Political Economy*, Harcourt, Brace and World, New York, 1959.
- BERLIN, Isaiah, *A Apoteose da Vontade Romântica*, Bizâncio, Leviatã – biblioteca de ciência política, Lisboa, 1999.
- Four essays on liberty*, London, Oxford University Press, 1969.
- Liberty*, London, Oxford University Press, 2004.
- BERNARDO, Manuel A., *Marcello e Spínola: a rutura. As Forças Armadas e a Imprensa na queda do Estado Novo*, Lisboa, Estampa, 1996.
- BERTONE, Cardinal Tarcisio, *Hitler's Pope? A Judgment Historically Unsustainable*, in *L'Osservatore Romano*, Weekly Edition in English, 19 November 2008.
- BEYENS, Baron, *Quatre ans à Rome: 1921-1926*, Librairie Plon, Paris, 1934.
- BIANCHI, Álvaro, ALIAGA, Luciana, *Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana*, *Análise Social*, 203, XLVII (2º), 2012.
- BLANCHARD, M. A., *Exporting the First Amendment: the Press-government crusade of 1945-1952*, White Pains, N. I., Lonhman, 1986.
- BOBBIO, Norberto, *Teoria Generale della Politica*, Milano, Einaudi, 2000.
- Ensaio sobre Ciência Política na Itália*, S. Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- Estado, Governo, sociedade: para uma teoria geral da política*, 14ª edição, S. Paulo, Editora Paz e Terra, 2007.
- BRINTON, Crane, *Anatomia das Revoluções*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1958.
- BRITES, Joana, *O Capital da Arquitetura (1929-1970): Estado Novo, Arquitetos e Caixa Geral de Depósitos*, Lisboa, Prosafeita, 2014.
- BRITO, José Maria Brandão, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- Do marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- BRITO, Nélida Maria Freire, *Tarrafal na memória dos prisioneiros (1936-1954)*, Lisboa, Dinossauro, 2006.
- BURDEAU, George, *O Estado*, Coleção Saber, Publicações Europa-América, 1970.
- BURNHAM, James, *The Machiavellians: Defenders of Freedom*, Oxford, Gateway Editions, 1988 (original de 1943).
- BUSINO, Giovanni, *Pareto, Croce: les socialismes et la sociologie*, Genève, Lib. Droz, 1983.
- CABRERA, Ana, *Marcello Caetano: poder e imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

- CAIADO, Nuno, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 18, 1990.
- CALAFATE, Pedro, FRANCO, José Eduardo, *A Europa segundo Portugal: ideias de Europa na cultura portuguesa, século a século*, Lisboa, Gradiva, 2012.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador. Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.
- Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2002;
- Brançosos e interconstitucionalidade. Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional*, Coimbra, Almedina, 2006.
- O estado garantidor: claros-escuros de um conceito*, in AVELÃS NUNES, António José, MIRANDA COUTINHO, J. N. (org.), *O Direito e o Futuro – o Futuro do Direito*, Coimbra, Almedina, 2008.
- CARDINA, Miguel, *A tradição da contestação: resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus, 2008.
- CARDONNEL, Jean, *Acuso a Igreja*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.
- CARDOSO, António Monteiro, *Timor na 2ª Guerra Mundial*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, 2007.
- CAREY, Peter, *Indonésia e Timor: dois caminhos para a independência*, in *Análise Social*, vol. XXXVI (161), 2001, pp.1061-1077.
- CARVALHO, Henrique Martins de, *Os Ventos da História: estudos de política internacional*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1973.
- CARVALHO, Joaquim de, *Obra Completa*, vol. VI, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- CARVALHO, Rita Almeida de, *A Concordata de Salazar*, Temas e Debates, Lisboa, 2013.
- O marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971*, in ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, 2004, pp.27-90.
- CASSEL, Gustav, *Traité d'économie politique*, 2 volumes, Laval, 1929.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, *A ideia de Europa no Marcelismo: 1968-74*, Porto, Afrontamento, 2000.
- Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República/Texto, 2009.
- Marcello Caetano: uma biografia política*, Almedina, Coimbra, 2012.
- CASTRO, Pedro Jorge, *O inimigo nº1 de Salazar*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010.

- CATROGA, Fernando, *Caminhos do fim da história*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- Os passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009.
- Transição e ditadura em Portugal nos primórdios do século XX*, in MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp.139-177.
- A Geografia dos Afectos Pátrios: as reformas político-administrativas (sécs.XIX-XX)*, Coimbra, Almedina, 2013.
- CHARDIN, Pierre Teilhard de, *Le Phénomène humain*, Paris, Seuil, 1955.
- O fenómeno humano*, Paulus, 1998.
- CHOMSKY, Noam, *Turning the Tide*, Boston, Massachusetts, South End Press, 1985.
- CLARKE, Peter, *The last thousand days of the British Empire: Churchill, Roosevelt and the birth of the Pax Americana*, New York, Bloomsbury Press, 2008.
- CLEVELAND, Harlan, *The promise of world tensions*, New York, Macmillan, 1961.
- The third try at world order: US policy for an interdependent world*, World Affairs Council of Philadelphia, 1976.
- COLLETT, Nigel, *The butcher of Amritsar: General Reginald Dyer*, Continuum, London, 2006.
- CORNARO, Antonella, *Teorie classiche sulla formazione delle elites politiche: Mosca, Pareto, Michels, Weber, Gramsci*, tese em Ciência Política apresentada na Università degli Studi di Bari em 2003.
- COX, John Stuart, THEOHARIS, Athan G., *The Boss: J. Edgar Hoover and the Great American Inquisition*, Temple University Press, Philadelphia, 1988.
- CRISAFULLI, Vezio, *La Costituzione e le sue disposizioni di principio*, Milano, 1952, e *Commentario breve alla Costituzione*, Padova, CEDAM, 1990.
- CROCE, Benedetto, *Etica e política*, Milano, Adelphi, 1994.
- CROZIER, Michel, *A crise da inteligência: ensaio sobre a capacidade de reforma das elites*, Instituto Piaget, 1999.
- CROZIER M., HUNTINGTON, S. P., WATANUKI, J., *The crisis of democracy. Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*, New York, University Press, 1975.
- CRUZ, Elizabeth Ceita Vera Cruz, *O Estatuto do Indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Novo Imbondeiro, s.l., 2005.

- CRUZ, Manuel Braga da, *O integralismo lusitano nas origens do salazarismo*, *Análise Social*, 18 (70), 1982, pp.138-182.
- A oposição eleitoral ao salazarismo*, *Revista de História das Ideias*, vol.5, 1983.
- Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986.
- O partido e o estado no salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- CRUZEIRO, Celso, *Coimbra, 1969: a crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, 3ª edição, Porto, Afrontamento, 2010.
- CUNHA, Paulo de Pitta e, *A integração económica da Europa Ocidental*, Lisboa, Centro de Estudos Fiscais da Direção-geral das Contribuições e Impostos, 1964.
- DAHRENDORF, Ralf, *Classes et conflits de classes dans la société industrielle*, Paris, Mouton, 1972 (original em inglês de 1959).
- Homo Sociologicus*, Lisboa, Quetzal, 2012. (obra original de 1973)
- O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.
- Ensaio sobre o Liberalismo*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993.
- A quadratura do círculo: bem-estar económico, coesão social, liberdade política*, Lisboa, Edições 70, 1996.
- DARWIN, John, *The Empire Project: the rise and fall of the British World-System – 1830-1970*, Cambridge University Press, 2009.
- DAUGHERTY, W. E., JANOWITZ, M. (org.), *A Psychological Warfare Casebook*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1958
- DIAS JR., José Nascimento Ferreira, *Linha de Rumo: notas de economia portuguesa*, Vol. I, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945.
- DOSTOIEVSKY, Fiódor, *A voz subterrânea*, edições Quasi, s.l., s.d.. (obra original de 1864)
- DRUCKER, Peter, *The age of Discontinuity*, New York, Harper and Row, 1968.
- DYER, Murray, *The weapon on the Wall. Rethinking Psychological Warfare*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1959.
- EDWARDS, Paul N., *The Closed World: computers and the politics of discourse in cold war America*, Cambridge, MIT Press, 1996.
- EICHENGREEN, Barry, *Global imbalances and the lessons of Bretton Woods*, Cambridge, The MIT Press, 2010.
- ELLSBERG, Daniel, *Secrets: a memoir of Vietnam and the Pentagon Papers*, New York, Viking, 2002.

- ERBA, A., e GUIDUCCI, L., *La Chiesa nella Storia*, Ed. Elledici, Torino, 2003.
- ERHARD, Ludwig, *Bem-estar para todos*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1963.
- A Alemanha de hoje*, 3ª ed., Wiesbaden, Departamento Federal de Imprensa e Informação, 1965.
- ESPADA, João Carlos (coord.), *A Invenção Democrática*, Fundação Mário Soares, Instituto de Ciências Sociais da UNL, Lisboa, 2000.
- Estudos em Homenagem ao Prof. Marcello Caetano*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.
- EUCKEN, Walter, *Fundamentos da Economia Política*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.
- FARINHA, Luís, *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo – 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- FELGAS, Hélio A. Esteves, *Timor Português*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral do Ultramar, 1956.
- Guerra na Guiné*, Serviço de Publicações do EME, SPEME, Lisboa, 1967.
- FERNANDES, Blasco Hugo, *Portugal através de alguns números*, Lisboa, Prelo Editora, 1970.
- FERNANDES, Carlos A., *Do asilo diplomático*, Coimbra Editora, 1961.
- FERNANDES, Filipe, *Fortunas e Negócios – empresários do Século XX*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003.
- António Champalimaud: o último imperador*, em revista Visão, nº584, de 13 de Maio de 2004.
- Memórias de economistas: entrevistas*, Paço d’Arcos, Exame, 2006.
- FERNANDES, Tiago, *Nem Ditadura nem Revolução: a Ala Liberal e o Marcelismo (1968-74)*, Lisboa, D. Quixote, 2006.
- FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique: anota e legislação complementar*, 2ª edição, Lisboa, 1957.
- FLORA, Peter, HEIDENHEIMER, Arnold J., *Lo sviluppo del welfare state in Europa e in America*, Bologna, Il Mulino, 1983.
- FONTAINE, Pascal, *A Construção Europeia de 1945 aos nossos dias*, edição revista e atualizada por José Barros Moura e com prefácio de Mário Soares, Gradiva, 1998.
- FONTAINE, Pierre, *La mort étrange de Conrad Killian, inventeur du pétrole saharien*, Les Sept Couleurs, Paris, 1959.

- La nouvelle course au pétrole*, Les Sept Couleurs, Paris, 1957; *La guerre froide du pétrole*, éditions Je Sers, Paris, 1956.
- FONTANA, Benedetto, *Hegemony and Power: on the Relation between Gramsci and Machiavelli*, Minneapolis, University of Minnesota, 1993.
- FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993.
- FRANCO; Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Imprensa-Nacional – Casa da Moeda, Coleção Symbolon, Lisboa, s.d..
- FRIEDMAN, Milton e Rose, *Liberdade para escolher*, Lisboa, Europa-América, s.d.. (original de 1979)
- FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, 2ª edição, Lisboa, Gradiva, 1999.
- A construção de estados: governação e ordem mundial no século XXI*, Lisboa, Gradiva, 2006.
- GALBRAITH, John Kenneth (1908-2006), *The affluent society*, Harmondsworth, Penguin Books, 1968.
- O novo estado industrial*, Lisboa, D. Quixote, 1973. (original de 1967)
- Inflação: mal universal!*, Lisboa, D. Quixote, 1974.
- A fraude inocente: o crescimento das grandes empresas e o futuro da democracia*, Cascais, Gestão plus, 2006.
- GAMBINI, Lígia Inês, *Urbano Duarte: igreja, apostolado de estudantes e jornalismo, do Estado Novo ao pós-25 de Abril*, prefácio de Luís Reis Torgal e Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Câmara Municipal, 2009.
- GARRIDO, Álvaro, *Henrique Tenreiro: uma biografia política*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2009.
- O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2010.
- GENTILE, Emílio, *El culto del littorio: la sacralización de la política en la Itália fascista*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2007.
- Fascismo: historia e interpretación*, Alianza, Madrid, 2004.
- Contro Cesare*, Feltrinelli, Milano, 2010.
- GIBBS, David N., *The political economy of third world intervention: mines, Money, and U.S. policy in the Congo crisis*, The University of Chicago Press, Chicago, 1991.

- GIDDENS, Anthony, *The third way: the renewal of Social Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1998.
- The third way and its critics*, Cambridge, Polity Press, 2000.
- GIACOLINI, Nicole, *Neocorporatismo ed incertezza*, Studi Economici, Napoli, Facoltà di Economia e Commercio dell'Università di Napoli, Anno 53, n°65, 1998.
- GRANDMAISON, Olivier Le Cour, *La République impériale: politique et racisme d'État*, Paris, Fayard, 2009.
- De l'indigénat. Anatomie d'un «monstre» juridique: le droit colonial en Algérie et dans l'empire français*, Paris, Zones/La Découverte, 2010.
- GUISALBERTI, Alberto M., *Roma da Mazzini a Pio IX: ricerche sulla restaurazione papale del 1849-1950*, Milano, Giuffrè, 1958.
- GULICK, Edward Vose, *Europe's classical balance of Power*, American Historical Associations, New York, 1955.
- Grande Crónica do Século XX*, Vol. I (1900-1942), Oceano Editorial, Espanha, s.d..
- GRESSIEUX, Douglas, *Les Comptoirs de L'Inde. Pondichéry, Karikal, Mahé, Yanaon et Chandernagor*, Alan Sutton, Saint-Cyr-sur-Loire, 2004.
- GYDDENS, Anthony, *Política e sociologia no pensamento de Max Weber. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo*, São Paulo, UNESP, 1998.
- HAAG, Herbert, *A Igreja Católica ainda tem futuro?*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- HANNOUN, Charley, *Néo-corporatisme et interprofessionnalité. Regards sur la restructuration des espaces professionnels*, Revue Internationale de Droit Economique, Louvain-la-Neuve, AIDE, n°1, 1994.
- HAUDRÈRE Philippe, *Les Compagnies des Indes orientales, trois siècles de rencontre entre Orientaux et Occidentaux*, Paris, Desjonquères, 2006.
- HAURIOU, Maurice, *Précis de droit administratif et de droit public*, 12^{ème} edition, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1933.
- HAYEK, Friedrich A., *The principles of a liberal social order*, in *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, London, Routledge, 1967.
- O caminho para a servidão*, Lisboa, Edições 70, 2009.
- HECQUARD-THÉRON, Maryvonne, *Le groupement et le droit: corporatisme et neo-corporatisme*, Toulouse, Presses de L'Université, 1996.
- HEILBRONER, Robert L., *The worldly philosophers: the lives, times, and ideas of the great economic thinkers*, 7th ed., London, Penguin Books, 2000.

- HENRÍQUEZ, Maria José, *Viva la verdadeira amistad! Franco y Allende, 1970-1973*, Editorial Universitaria, Madrid, 2014.
- HERSCH, Jeanne, *La nature du pouvoir*, in *Le Pouvoir*, Rencontres Internacionales de Genève, Neuchâtel, La Caconnière, 1978.
- HIRSCHMAN, Albert, *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- A propensity to self-subversion*, Cambridge, London, Harvard University Press, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel P., *The third wave: democratization in the late twentieth century*, Norman, London, University of Oklahoma Press, 1993.
- HYAM, Ronald, *Britain's Declining Empire. The Road to Decolonization, 1918-1968*, Cambridge, The Cambridge University Press, 2006.
- JACKSON, Robert, *The Malayan Emergency and Indonesian Confrontation: the Commonwealth's Wars 1948-1966*, Barnsley, Pen & Sword, 2008.
- JAHANBEGLOO, Ramin, *Conversations with Isaiah Berlin*, London, Peter Halban, 1992.
- JAMES, Joy, *States of Confinement: policing, detention and prisons*, Palgrave Macmillan, 2000.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira, PINTO, António Costa, *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*, Edições 70, Lisboa, 2014.
- JESUS, Quirino, e CAMPOS, Ezequiel, *A Crise Portuguesa – Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, 1923.
- JIMÉNEZ, Cristina Martín, *O Clube Secreto dos Poderosos – Os Planos Ocultos de Bilderberg*, Matéria-prima, Lisboa, 2015.
- JOÃO PAULO II, *A Igreja em África: exortação apostólica pós-sinodal – «Ecclesia in África»*, Editorial A. O., Braga, 1995.
- JOHNSON, Loch K., *Secret agencies: U.S. intelligence in a Hostile World*, New Haven-London, Yale University Press, 1996.
- JÚDICE, José Miguel, *Oposição de direita a Marcello Caetano*, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999-2000, Vol. VIII, suplemento F/O, pp.643-644.
- JUNGER, Ernst, *Lo stato mondiale: organismo e organizzazione*, Parma, Ugo Guanda Editore, 1998.
- KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, Textos Filosóficos, Edições 70, Lisboa, 1995.

- KENNEDY, Raymond, *The Colonial Crisis and the Future*, in LINTON, Ralph (ed.), *The science of man in the world crisis*, Columbia University Press, New York, 1945.
- KEYNES, John Maynard, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, São paulo, Atlas, 1988.
- KILIAN, Michael, *Walter Hallstein: jurist und europäer*, Jahrbuch des öffentlichen rechts der Gegenwart, Tübingen, Mohr Siebeck, 2005.
- Zwischen Identitätsfindung und Reformdruck*, in Deutsches Verwaltungsblatt, Köln, Heymanns, 2000.
- KIRKPATRICK, Jeanne, *Dictatorships and Double Standards*, in *Commentary Magazine*, Vol. 68, n°5, November 1979.
- KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial: reflexões sobre o carácter das nações e o curso da história*, Lisboa, Dom Quixote, 2014.
- KITCHEN, Martin, *A history of modern Germany, 1800-2000*, Malden, MA Blackwell Pub., 2006.
- KOSLOWSKI, Peter (ed.), *The theory of capitalism in the german economic tradition: historicism, ordo-liberalism, critical theory, solidarism*, Berlin, Springer Verlag, 2000.
- LÃ, João Rosa, *Do outro lado das coisas: (in)confidências diplomáticas*, Lisboa, Gradiva, 2014.
- LAINS, Pedro, *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- LASSWELL, Harold, *Propaganda Technique in the World War*, New York, Alfred Knopf, 1927.
- Policy and the Intelligence Function*, in DAUGHERTY, W. E., JANOWITZ, (org.), *A Psychological Warfare Casebook*, Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1958.
- LANZETTA, Nino, *Fiorentino Sullo: una biografia politica*, Elio Sellino Editore, 2010.
- LEAL, Francisco Pinto da Cunha, *Coisas de tempos idos, coisas do tempo presente: comentários e afirmações do Sr. Ministro da Presidência*, Lisboa, 1956.
- Coisas do tempo presente, coisas da campanha de diamantes de Angola – Diamang*, Lisboa, edição de autor, 1957.
- Novas coisas da Companhia de Diamantes de Angola – Diamang*, Lisboa, 1959.
- O Colonialismo dos anticolonialistas*, Lisboa, edição de autor, 1961.
- A Pátria em perigo*, Lisboa, edição de autor, 1962.
- LEITE, Vasco Pinto, *A Ala Liberal de Marcelo Caetano: o sonho desfeito de José Pedro Pinto Leite*, Tribuna, Lisboa, 2003.

- LEME, Ernesto, *A Intervenção Federal nos Estados*, 2º ed., S. Paulo, 1930.
- LEMOS, Mário Matos, TORGAL, Luís Reis (coord.), *Oposição e eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.
- LIMA, Fernando de Castro Pires de, *Manta de Retalhos*, Portucalense Editora, 2ª edição, 1963.
- LINZ, Juan, *Opposition in and under an authoritarian regime: the case of Spain*, in DAHL, Robert A., *Regimes and oppositions*, New Haven, Yale University Press, 1973, pp.171-259.
- LIPPMANN, Walter, *The Phantom Public*, New Jersey, Transaction Publishers, 1925.
U.S. foreign policy: shield of the republic, Boston, Little Brown and Company, 1943.
A política exterior dos Estados Unidos, Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 1944.
Crépuscule des démocraties?, Paris, Fasquelle, 1956.
Public opinion, New York, Dover Pub., 2004.
- LIPSET, Seymour Martin, *O homem político*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- LOPES, Joana, *Entre as Brumas da Memória: os católicos portugueses e a ditadura*, Âmbar, Porto, 2007.
- LOPES, José da Silva, *Aspetos recentes da cooperação comercial à escala de toda a Europa Ocidental*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1960.
- LOUREIRO, Fernando Pinto, *Industrialização e progresso económico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1956.
- LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge, PENA, Paulo, *Grandes planos – oposição estudantil à ditadura, 1956-1974*, Âncora Editora, Associação 25 de Abril, Lisboa, 2001.
- LUCENA, Manuel, *A evolução do sistema corporativo português: Vol. I – O Salazarismo, Vol. II – O Marcelismo*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1976.
Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicação ao caso português, in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 1985, 3º-4º-5º, pp.819-865.
- MACMILLAN, Harold, *The middle way*, London, EP Publishing, 1978.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução: uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, Vol.II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- MADEIRA, Luís Filipe, *Les finances publiques, les options budgétaires et les priorités politiques dans l'empire colonial portugais (1946-1974)*, Lille, Atelier national de publication des thèses, 2009.
A administração financeira das Províncias Ultramarinas africanas de Portugal: a anatomia de um êxito político, in Associação Portuguesa de História Económica e

Social e Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa (APHES-CHC-IUL), 2012.

O financiamento da política colonial portuguesa: mitos e realidades, in VIEIRA, C. (et alii.), *Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artísticas*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2012, pp. 239-264.

Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1950-1974), in ROQUE, A. (et alii) (coord.), Livro de atas. Colóquio internacional São Tomé e Príncipe numa perspetiva interdisciplinar diacrónica e sincrónica, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) e Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 2012, pp. 217-232.

War and Propaganda: Salazar, Caetano and the Impossible Balance of the Public Finances, in ROLO M., A. PIRES e M. NOVAIS (coord.), *War and Propaganda in the XXth century*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2013, pp. 373-381.

MADDISON, Angus, *Dynamic forces in capitalista development: a long-run comparative view*, London, Oxford University Press, 1991.

Economic growth in the West: comparative experience in Europe and North America, London, Rotledge, 2010.

Explaining the economic performance of nations: essays in time and space, Aldershot, Edward Elgar, 1995.

Monitoring the world economy: 1820-1992, Paris, Development Centre of the OECD, 1995.

MADUREIRA, Nuno Luís, *A economia dos interesses. Portugal entre as Guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

MAQUIAVEL, *O Príncipe*, com notas de Napoleão Bonaparte, Coimbra Editora e Editora Revista dos Tribunais, 5ª edição, revista da tradução de J. Cretella Jr. E Agnes Cretella, S. Paulo, 2009.

Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, tradução e introdução de David Martelo, Lisboa, Edições Sílabo, 2010.

MARCHI, Riccardo, *Império, Nação, Revolução: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto, 2009.

A oposição de direita à política ultramarina de Marcello Caetano, in *Lusíada História*, nº7, 2010, pp.519-542.

MARCUSE, Ludwig, *Freud e a Psicanálise*, Lisboa, editora Livros do Brasil, 2006.

- MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, vol.2, 1978.
- MARTÍNEZ, Jesús, *Historia de España. Siglo XX (1939-1996)*, 4ª ed., Madrid, Cátedra, 2013.
- MARTINS, Fernando, *Diplomacia e guerra: política externa e política de defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, Lisboa, Colibri, 2001.
- Pedro Theotónio Pereira: uma biografia (1902-1972)*, Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de História da Universidade de Évora, Évora, 2004.
- MARTINS, Hermínio, *Opposition in Portugal, Government and opposition. A Quarterly of Comparative Politics*, vol.4, nº2, 1969.
- MARTINS, Pedro Miguel, *O Republicanismo Autoritário de Basílio Teles (1856-1923)*, Centenário da República – Caleidoscópio, 2011.
- MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspetiva histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011.
- MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das Letras, 2005.
- MATEUS, Abel, *Economia portuguesa: crescimento no contexto internacional – 1910-2006*, 3ª edição, Lisboa, São Paulo, Verbo, 2006.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Angola 61*, Texto Editores, Lisboa, 2011.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004.
- MATEUS, Rui, *Contos proibidos – memórias de um PS desconhecido*, D. Quixote, Lisboa, 1996.
- MATOS, Helena, *Salazar – a construção do mito 1928-1933*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.
- MATOS, José, *La psychose des MiGs dans la guerre de Guinée*, Airmagazine nº61, Abril-Maio de 2014.
- A ameaça dos Mig na guerra da Guiné*, Revista Militar, nº4, Abril de 2015.
- MATOS, José, HURLEY, Matthew M., *A arma que mudou a guerra*, in Revista Militar, nº2553, Outubro de 2014, pp.893-907.
- MATOS, Luís Salgado de, *Investimentos Estrangeiros em Portugal: alguns aspectos*, 3ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1973.
- Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos*, em *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1º-2º), p.344.
- Cardeal Cerejeira: universitário, militante, místico*, in *Análise Social*, Vol. XXXVI (160), 2001, pp.811-818.

- A separação do Estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo – 5 de Outubro de 1910 - 28 de Maio de 1926*, Alfragide, D. Quixote, 2011.
- MATOS, Vera Margarida Coimbra de, *Portugal e Itália: relações diplomáticas [1943-1974]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.
- MATTELART, Armand, *História da Utopia Planetária : da cidade profética à sociedade global*, Lisboa, Bizâncio, 2000.
- MATTELART, T., *Le Cheval de Troie audiovisuel. Le Rideau de fer à l'épreuve des radios et télévisions transfrontières*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1995.
- MEADOWS, Donella H. e Dennis L., RANDERS, Jorgen, *The limits to Growth*, New York, Universe Books, 1972.
- MEDINA, João, *História Contemporânea de Portugal: Ditadura: o Estado Novo – do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, Tomo II, Lisboa, Multilar, 1990.
- MEDVEDEV, Roy, *Conflito Leste-Oeste*, Livros do Brasil, 1977.
- MEREDITH, Martin, *In the name of apartheid: South África in the postwar period*, New York, Harper & Row, 1988.
- The first dance of freedom: Black Africa in postwar era*, London, Abacus, 1985.
- METCALF, Barbara D., METCALF, Thomas R., *A concise history of modern India*, Third Edition, Cambridge University Press, 2012.
- MICHALET, Charles-Albert, *A sedução das nações – ou como atrair os investimentos*, Lisboa, Terramar, 2001 (original de 1999).
- MICHELS, Robert, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos*, Lisboa, Antígona, 2001. (edição original de 1915)
- MIGNONE, Emilio F., *Iglesia y dictadura. El papel de la Iglesia a la luz de sus relaciones con el régimen militar*, ediciones del pensamiento nacional, Colihue, Buenos Aires, 2006.
- MILZA, Pierre, BERSTEIN, S., *Storia del fascismo*, Rizzoli, Milão, 2004.
- MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, 6ª edição, Vol. I, Coimbra Editora, 1997.
- MITTERRAND, François, *Aux frontières de l'Union Française. Indochine. Tunisie*, Paris, Éditions Julliard, 1953.
- Um socialismo do possível*, Lisboa, Moraes Editores, 1973. (original de 1971).

- MOLINERO, Carmen, YSÀS, Pere, *La anatomia del Franquismo. De la supervivència a la agonia: 1945-1977*, Barcelona, Crítica, 2008.
- MONTEIRO, Fernando Amaro, *Moçambique: a política portuguesa perante o Islão*, e VAKIL, Abdool Karim, *Moçambique: a Política de Desenvolvimento de Baltazar Rebelo de Sousa (1968-1970)*, in RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012, pp.233-264.
- MOON, Parker Thomas, *Syllabus on international relations*, New York, MacMillan Co., 1925.
- MORGENTHAU, *Politics Among Nations*, New York, 1959.
- MOTA, Francisco Teixeira da, *Henrique Galvão: um herói português*, Lisboa, Oficina do Livro, 2011.
- MOUFFE, Chantal, *O regresso do político*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- MOURA, Francisco Pereira de, *Por onde vai a economia portuguesa?*, 4ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- NEVES, Flor, *Da revolução à democracia: debates políticos em torno da banca nacionalizada (1976-1986)*, in MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspetiva histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, pp.207-271.
- NIETZSCHE, Friedrich, *A vontade de poder: para uma transmutação de todos os valores*, Alfanje, Lisboa, 2012.
- NUNES, Adérito Sedas, *Sociologia e ideologia do desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1966.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do “Nuevo Estado”*, *População e Sociedade*, nº8, Porto, CEPES, 2002, pp.73-101.
- O Estado Novo e o Volfrâmio: 1933-1947*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2010.
- OAKESHOTT, Michael, *On the civil condition*, in *On Human Conduct*, Oxford, Clarendon Press, 1975, pp.108-184.
- OLIVEIRA, César (dir.), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 2ª ed., 1988.
- História dos Municípios e do Poder Local*, Temas e Debates, 1996.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Guerra Revolucionária*, 3ª edição, Lisboa, 1962.
- A Batalha da Certeza (ação psicossocial)*, 2ª edição, Lisboa, 1963.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro: uma biografia política (1896-1955)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 2000.

- Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo*, PENÉLOPE, nº26, 2002.
- Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa – 1945-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.
- ORWELL, George, *1984*, Lisboa, Antígona, 2012.
- PALACIOS BAÑUELOS, Luis, *Del liberalismo a la democracia: 1808-2004*, Madrid, Dilex, 2004.
- PANIZZA, Roberto (coord.), *Moneta ed economia internazionale*, Torino, 1985.
- PARETO, Vilfredo, *Mythes et idéologies*, Vol. VI des Oeuvres complètes de Vilfredo Pareto, Genève, Lib. Droz, 1966; MOSCA, Gaetano, *A classe política*, Coimbra, Tenacitas, 2004.
- PEREIRA, Celestino Marques (capitão), *Por Bem: alguns aspectos da educação nacional*, Lisboa, 1946.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- PERES, Luís Miguel Solla de Andrade, *Henrique Galvão, 1895-1970: aspects of a euro-african crusade*, dissertação em História apresentada na Universidade da África do Sul, Março de 2009.
- PERRONE, Nico, *Obiettivo Mattei: petrolio, Stati Uniti e politica dell'ENI*, Roma, Gamberetti, 1995.
- Enrico Mattei*, Bolonha, Il Mulino, 2001.
- Perché uccisero Enrico Mattei*, Roma, l'Unità Libri, 2006.
- PERROUX, François, *L'économie du XX^{ème} siècle*, Paris, 3ª edição, PUF, 1969. (original de 1961)
- Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.
- PESSOA, Fernando, *Self-analysis and thirty other poems*, translation by George Monteiro, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation, 1988.
- PHILLIPSON, Nicholas, *Adam Smith: uma vida iluminada*, Alfragide, Texto, 2012.
- PIERRE, Abbé, *Testamento...*, Editorial Notícias, Lisboa, 3ª edição, 1999.
- PIMENTEL, Irene F., *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.
- PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)*, in *Análise Social*, vol.XXXV (157), Lisboa, 2001, pp.1055-1078.

- PINTO, Jaime Nogueira, *Portugal – os anos do fim: o fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, 2ª edição, Lisboa, Difel, 1995.
- Ideologia e Razão de Estado: uma história do poder*, Civilização Editora, Porto, 2013.
- PINTO, Luís Maria Teixeira, *Aspetos e perspectivas da economia portuguesa no continente europeu*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1965.
- PINTO, Pedro Feytor, *Na sombra do poder*, Lisboa, Dom Quixote, 2011.
- PIRES, Francisco Lucas, *O problema da Constituição*, in *Boletim da Faculdade de Direito* (suplemento ao vol. XVII), Coimbra, 1970.
- POCH de FELIU, Rafael, *La gran transición: Russia 1985-2002*, Barcelona, Crítica, 2003.
- POLANYI, Karl, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris, Galimard, 1983.
- POPPER, Karl, *A sociedade aberta e os seus inimigos*, Lisboa, Fragmentos, 2 vols., 1993.
- PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *Maió de 68: trinta anos depois os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri, Instituto História Contemporânea, 1999.
- PROUDHON, Pierre-Joseph, *De la justice dans la revolution et dans l'église*, nouvelle edition – essais d'une philosophie populaire, Bruxelles, 6 Vol., A. Schnée, Librairie éditeur, s.d..
- Écrits sur la religion*, Paris, Librairie Marcel Rivière, 1959. (*La Bible annotée, Jésus et les origines du Christianisme, Essais de linguistique, Encyclopédie Catholique, Le Misere, Articles de Journaux, Correspondance, Extraits des Carnets*)
- Justice et liberté*, 2ª édition, Paris, PUF, 1974.
- O que é a propriedade?*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971.
- PTAK, Ralf, *Vom Ordoliberalismus zur Sozialen Marktwirtschaft: stationen des neoliberalismus in Deutschland*, Leske-Budrich, Opladen, 2004.
- Neoliberalism in Germany: Revisiting the Ordoliberal Foundations of the Social Market Economy*, In MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter, *The Road From Mont Pèlerin: The Making of The Neoliberal Thought Collective*, Cambridge, Harvard University Press, 2009.
- RAKOVE, Robert B., *Kennedy, Johnson and the Nonaligned World*, Cambridge University Press, Cambridge, 2013.
- RAMOS, Rui e CRUZ, Manuel Braga (org.), *Marcelo Caetano: tempos de transição*, Porto Editora, Lisboa, 2012.
- RAMOS, Rui, *Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins*, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (1880 – 1900), *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006.

- “O Império que nunca existiu” – a Cultura da descolonização em Portugal, C.1960-C.1980, em *Revista de História das Ideias*, Vol. 28, Coimbra, 2007, pp.429-478.
- RATO, Vasco, *Marcelismo*, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Vol. III, Lisboa – Porto, Figueirinhas, 1999.
- REBELO, José, *Formas de Legitimação do poder no salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998.
- REBELO, José Pequito, *La conférence de Londres et la crise mondiale*, Lisbonne, Liv. Ferin, 1934.
- REIS, António, *Marcelismo*, in ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Vol. II, pp.546-548.
- REIS, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2006.
- REIS, Joana, *A transição impossível: a rutura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.
- Melo e Castro: o provedor que dizia sim à democracia*, prefácio de J. B. Mota Amaral, Casa das letras, Lisboa, 2013.
- REVEZ, Jorge, *Os «vencidos do catolicismo»: militância e atitudes críticas (1958-1974)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- REZOLA, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo. 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- RIBEIRO, Aquilino, *Quando os Lobos Uivam*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2010.
- RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, *Teoria económica dos monopólios*, Coimbra, 1934.
- Lições de Direito Corporativo*, Faculdade de Direito de Coimbra, 2º ano de 1937-38, Coimbra Editora, Coimbra, 1938.
- A organização corporativa portuguesa*, Sup. Nº5, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Direito, 1945.
- A nova estrutura da economia*, separata da *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, Coimbra, 1948.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-45)*, Lisboa, Estampa, 1995.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *O cristianismo social de 1848*, Coimbra, *Revista História e Teoria das Ideias*, 1987, pp.481-494.
- A ideia de Europa: uma perspetiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003.

- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, MELO, A. M. Barbosa de, PORTO, Manuel C. Lopes, *Portugal e a construção europeia: colóquio*, Coimbra, Almedina, 2003.
- RIBEIRO, Sérgio, *O Mercado Comum: a integração e Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- Sobre o plano e o planeamento em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora, 1973.
- RICKLEFS, M. C., *A History of Modern Indonesia Since c. 1300*, second edition, London, MacMillan, 1993.
- ROCHA, Ilídio, *A imprensa de Moçambique*, Mundo Ibérico, edição Livros do Brasil, Lisboa, 2000.
- RODRIGUES, Carlos Farinha (coord.), *Desigualdade económica em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos – ISEG, 2012.
- ROPKE, Wilhelm, *Die Lehre von der Wirtschaft*, Wien, 1937.
- Civitas humana ou les questions fondamentales de la réforme économique et sociale*, Paris, Editions Politiques, Economiques et Sociales, 1946.
- La crise de notre temps*, Neuchatel, éditions de la Baconnière, 1945.
- Organización e integración económica internacional*, Valencia, Fomento de Cultura, Ediciones, 1959.
- Economía y libertad*, Buenos Aires, Foro de la Libre Empresa, 1960.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Daniel Barbosa e a política de estabilização económica e social do pós-guerra (1948-1974)*, in *Salazarismo e Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p.123 e segs.
- Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*, Tinta da China, Lisboa, 2012.
- O Marcelismo e a Crise Final do Estado Novo*, em *I Curso Livre de História de História Contemporânea, Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Ed. Colibri/Fundação Mário Soares/I.H.C., Lisboa, 1998.
- ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita, OLIVEIRA, Pedro Aires, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano: correspondência política 1945-1966*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada*, Notícias Editorial, Lisboa, 2004.
- ROSAS, Fernando, GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012.

- ROSE-ACKERMAN, Susan, *Corrupção e Governo*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- ROSTOW, Walt W., *The dynamics of Soviet Society*, New York, New American Library, 1954.
- A proposal: key to an effective foreign policy*, Max F. Millikan (co-autor), New York, Harper & Brothers, 1957.
- The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.
- ROUGEMONT, Denis de, *O amor e o ocidente*, Lisboa, Veja, 1999.
- RUSSEL, Bertrand, *O Poder: uma nova análise social*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990. (original de 1938)
- ROUSSEL, Éric, *De Gaulle*, Verbo, Lisboa, II Volumes (1945-1970), 2003.
- RUSTOW, Alexander, *Das Versagen des Wirtschaftsliberalismus*, Metropolis Verlag, 2001. (*O Fracasso do Liberalismo Económico*, de 1950)
- Freedom and domination: a historical critique of civilization*, Princeton Legacy Library, 1981.
- SAINT-SIMON, Claude Henri de Rouvroy, *De la réorganisation de la société Européenne: ou de la nécessité et des moyens de rassembler les peuples de l'Europe en un seul corps politique en conservant a chacun son indépendance nationale*, Paris, Les Presses Françaises, 1925.
- Textes choisis*, préface, commentaires et notes explicatives par Jean Dautry, Paris, Editions Sociales, 1969.
- SANTA RITA, José Gonçalo, *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1959.
- SANTOS, Ângelo dos, *O Estado Social*, Lisboa, Minerva, 1970.
- SANTOS, Delfim, *Obras completas – Vol. I: da filosofia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s.d..
- SANTOS, Luís Aguiar, *Um teste aos conceitos de nomocracia e teleocracia: o jornal Política perante a «primavera marcelista» (1969-1970)*, in *Análise Social*, Vol. XXXIII (149), 1998 (5º), pp.1093-1115.
- SANTOS, Paula Borges, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975*, Lisboa, ICS, 2005.
- SBARDELLATI, John, SHAW, *Booting a Tramp: Charlie Chaplin, the FBI, and the Construction of the Subversive Image in Red Scare America*, Pacific Historical Review, Vol. 72, nº4, November 2003, University of California Press.

- SCHEIDL, Ludwig, *Dez anos após a queda do muro: a unificação alemã no contexto europeu*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- SCHMIDT, Carl, *La notion de politique*, Paris, Flammarion, 1990.
- SCHMITTER, Philippe C., *The corporatist sisyphus: past, presente and future*, Badia Fiesolana, San Domenico, European University Institute, 1997.
- SCOTTOLINE, Lisa, *Corrupção na justiça*, Lisboa, Presença, 2003.
- SEN, Amartya, *Choice, welfare and measurement*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.
- On economic inequality*, Oxford, Clarendon Press, 1997.
- On ethics and economics*, Oxford, Cambridge, Blackwell, 1997.
- Rationality and freedom*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.
- SEONE, Maria; MULEIRO, Vicente, *El Dictador: la historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla*, Sudamericana, 4ª edition, 2001.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques, *O desafio Americano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1969.
- Incertitudes américaines: colloque de Princeton*, Paris, Calmann-Lévy, 1970.
- SHEEHAN, Neil, *The Pentagon Papers*, New York, Bantam Books, 1971.
- SHILS, Edward, *The end of Ideology?*, in *Encounter*, vol. V, nº5, 1955.
- SHUMPETER, Joseph A., *Capitalism, socialism and democracy*, 2nd edition, Virginia, Impact Books, 2014 (original de 1942).
- SILVA, António Martins, *Portugal e a Ideia Federal Europeia: da República ao fim do Estado Novo*, separata da obra *Portugal e a Construção Europeia*, Almedina, 2002.
- SILVA, Artur Augusto, *Usos e Costumes Jurídicos dos Fulas da Guiné Portuguesa*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1958.
- SMITH, Adam, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, 2 Vol., 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- Teoria dos Sentimentos Morais*, S. Paulo, Martins Fontes, 1999.
- SMITH, Rupert, *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*, edições 70, Lisboa, 2008.
- SOARES, Manuela Goucha, *Marcelo Caetano: o homem que perdeu a fé*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.
- SOSA WAGNER, Francisco, *Pio IX: el último soberano*, Zaragoza, Yalde, 2000.

- SOUSA, Alfredo de, *Políticas orçamental e monetária – a viragem: 1973-1974*, in *Nova economia em Portugal. Estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa – fotobiografia*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1999.
- SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o ocaso do “Império”: administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-74)*, Porto, Afrontamento, 2007.
- STORA, Benjamin, *Les mots de la guerre d’Algérie*, éditions Presses Universitaires du Mirail, 2005.
- La gangrène et l’oubli: la mémoire de la guerre d’Algérie*, Paris, éditions la Découverte, 1998.
- SKOW, Bradford, *Objective Becoming*, Oxford University Press, 2015.
- TELES, Basílio, *As Ditaduras – O Regime Revolucionário*, com um prefácio de Vital Moreira e um estudo introdutório de Fernando Catroga, Atlântida, Coimbra, 1975.
- TELO, António José, *A Obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política – 1928-1932*, in *Análise Social*, Vol. XXIX, 128, 1994, 4º, pp. 779-800.
- TINBERGEN, Jan (1903-1994), *Hacia una economía mundial: sugerencias para una política económica internacional*, Barcelona, Ediciones de Occidente, 1965.
- International economic integration*, Amsterdam, Elsevier Publishing Company, 1965.
- THÉNAULT, Sylvie, *Histoire de la guerre d’indépendance algérienne*, Paris, Flammarion, 2005.
- Justice et politique en Algérie 1954-62*, in *Doit et Société: Revue Internationale de Théorie du Droit et de Sociologie Juridique*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996, pp.575-590.
- THOMAS, Hugh, *Historia de la Guerra Civil Española*, Barcelona, Grijalbo, 1976.
- THOMAZ, Américo, *Últimas décadas de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1982.
- TORGAL, Luís Reis, «Estado Novo» em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado, *Estudos Ibero-Americanos*, XXIII, nº1, Porto Alegre, Junho de 1997, pp.5-32.
- Marcello Caetano, Marcelismo e “Estado Social”: uma interpretação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013 – republicação, com alterações de pormenor, de

- artigo inicialmente publicado em 2006 (*Marcello Caetano antes do Marcelismo*, Cadernos do CEIS20, Coimbra, CEIS20, 2007) e em 2009 (*Estados Novos, Estado Novo*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009).
- TORTELLA CASARES, Gabriel, *La revolución del siglo XX: capitalismo, comunismo e democracia*, Madrid, Taurus, 2000.
- TRANFAGLIA, Nicola, *Mafta, politica e affari nell'Itália republicana, 1943-1991*, Milano-Bari, Laterza, 1991.
- L'Itália democrática. Profilo del primo cinquantennio 1943-1994*, Milano, UNICOPLI, 1994.
- La tradizione republicana. Problemi e contraddizioni del primo cinquantennio*, Torino, Scriptorium, 1997.
- L'Italia republicana e l'eredità del fascismo*, Alessandria, Edizioni dell'Orso, 2001.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Marcello Caetano: as desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, 2002.
- VANBERG, Viktor, *Racionalidad y reglas: ensayos sobre teoria económica de la constitución*, Barcelona, Editorial Gedisa, 1999.
- Constitutional political economy*, Vol. 1, nº1, London, Kluwer, 1990.
- VAZ, Júlio, *Atualização*, Ed. Autor, 1965.
- VECCHIO, Giorgio del, *Sobre a positividade como carácter acessório do Direito*, Coimbra, 1914.
- Il concetto della natura e il principio del diritto*, 2ª ed., Bologna, 1922.
- Sobre a estadoalidade do direito*, Coimbra, 1938.
- O problema das fontes do direito positivo*, tradução de A. Rodrigues Queiró, in Boletim da Faculdade de Direito, Vol. XVII, Coimbra, 1941.
- O «homo juridicus» e a insuficiência do Direito como regra da vida*, Coimbra, 1939.
- Filosofia del Derecho*, 3ª edição, Barcelona, 1942.
- Derecho y vida (nuevos ensayos de filosofía jurídica)*, Barcelona, 1942.
- A crise da ciência do Direito*, Coimbra, Separata do Boletim da Faculdade de Direito, Vol. XVIII, 1942.
- Lições de filosofia do Direito*, prefácio de H. Cabral de Moncada, Porto, 1948.
- Sobre a elasticidade do Direito*, Coimbra, separata da Revista Filosófica, nº15, 1955.
- Justiça divina e justiça humana*, separata de Scientia Juridica, nº22, 1956.
- Sobre a universalidade do pensamento de Dante*, Coimbra, separata do Boletim da Faculdade de Direito, Vol. XXXII, 1956.
- A verdade na moral e no direito*, Braga, s.d..

- VICENTE, Ana Cláudia S. D., *A introdução do Escutismo em Portugal*, in *Mutações religiosas na Época Contemporânea: figuras e pensamento*, Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Tomo XVI, 2004.
- VIEIRA, Joaquim, *Marcello Caetano. Fotobiografias do século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- VILLAS-BOAS, José Manuel, *Caderno de memórias*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.
- VOLTAIRE, *Dicionário filosófico*, II Vol., Lisboa, Editorial Presença, 1966.
- Tratado sobre a Tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*, Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- Cândido ou o otimismo*, Lisboa, Tinta da China, tradução, notas e posfácio de Rui Tavares e ilustrações de Vera Tavares, 2006.
- VV.AA., *Por favor: una historia de la Transición*, Barcelona, Editorial Crítica, 2000.
- XAVIER, Alberto Pinheiro, *Portugal e a integração económica europeia*, Coimbra, Almedina, 1970.
- WACHTEL, Nathan, *La vision des vaincus: les indiens du Pérou devant la conquête espagnole – 1530-1570*, Paris, Gallimard, 1971.
- WAGNER, Adolf, *Les fondements de l'économie politique*, tradução de Leon Pollack, 5 volumes, Paris, 1904-1914.
- WEBER, Jacques, *Pondichéry et les comptoirs de l'Inde après Dupleix*, Éditions Denoël, Paris, 1996.
- WEBER, Max, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa Presença, 1983.
- Ciência e Política: duas vocações*, Brasília, Universidade de Brasília, 1983.
- A Ciência como vocação*, em *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Edições Guanabara, 1982.
- O Político e o Cientista*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.
- O Estado nacional e a política económica*, in COHN, Gabriel (org.), FERNANDES, Florestan, *Weber – sociologia*, Editora Ática, S. Paulo, 2003.
- WICKSELL, Knut, *Interest and Prices: a study of the causes regulating the value of Money*, New York, Sentry Press, s.d..
- Lecciones de economia política*, Madrid, M. Aguilar Editor, 1947.
- Value, capital and rent*, London, George Allen & Unwin, 1954.
- WILLIAMS, Kristian, *Our enemies in blue: police and power in America*, Soft Skull Press, Berkeley, 2004.

ZAMYATIN, Yevgeny I., *Nós*, Lisboa, Antígona, 2004.

ZARROW, Peter, *China in war and revolution 1895-1949*, London, Routledge, 2005.

ZWEIG, Stefan, *O mundo de ontem: recordações de um europeu*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2005.

VII. PUBLICAÇÕES ONLINE/WEBSITES

Bilderberg meetings: the oficial website. Disponível em:
<http://www.bilderbergmeetings.org/steering-committee.html>.

Catecismo da Igreja Católica. Disponível em:
http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html.

Código de Direito Canónico de 1983, promulgado por S.S. o papa João Paulo II, versão portuguesa, 4ª edição revista. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonicali/portuguese/codex-iuris-canonicali_po.pdf.

Documentos do Concílio Vaticano II. Disponível em:
http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm.

John F. Kennedy: *Remarks Upon Signing the Trade Expansion Act*, October 11, 1962. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8946>.

Jorge de Sena no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros da Bahia, 1959. Disponível em: <http://www.lerjorgedesena.lettras.ufrj.br/ressonancias/pesquisa/ufrj/15-jorge-de-sena-no-coloquio-da-bahia-1959/>.

Padre Frei Constantino Koser, ex-ministro geral da Ordem dos Frades Menores. Disponível em: <http://www.ofm.org/3/news/N140kospo.html>.

Paulo VI: carta apostólica *AFRICAЕ TERRARUM*, 1967. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/paul-vi/it/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19671029_africae-terrarium.html.

Sá Carneiro pode ter sido o alvo principal em Camarate, 2013. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/-sa-carneiro-pode-ter-sido-o-alvo-principal-emcamarate=f788634>.

Sínodo dos Bispos, *A Justiça no Mundo*, rescrito da audiência concedida pelo santo padre ao cardeal secretário de Estado, em 30 de Novembro de 1971. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizia_po.html.

The Atlantic Conference & Charter, 1941, U.S. Department of State: Office of the Historian. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/atlantic-conf>.

“*Tive um poder enorme como ministro do Ultramar*”, entrevista a Adriano Moreira. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/tive-um-poder-enorme-como-ministro-do-ultramar=f459552>

Who is who in the “Brussels EU”: Meet the financiers of the “Brussels EU”. Disponível em: <http://www.eu-facts.org/en/whoiswho/architects.html>.

VIII. OUTROS

William Klein – *Grands soirs et petit matins (extraits d’un film qui aurait du exister)* – *Os Dias de Maio*, segundo versão portuguesa, Films Paris New-York, com a participação da INA.